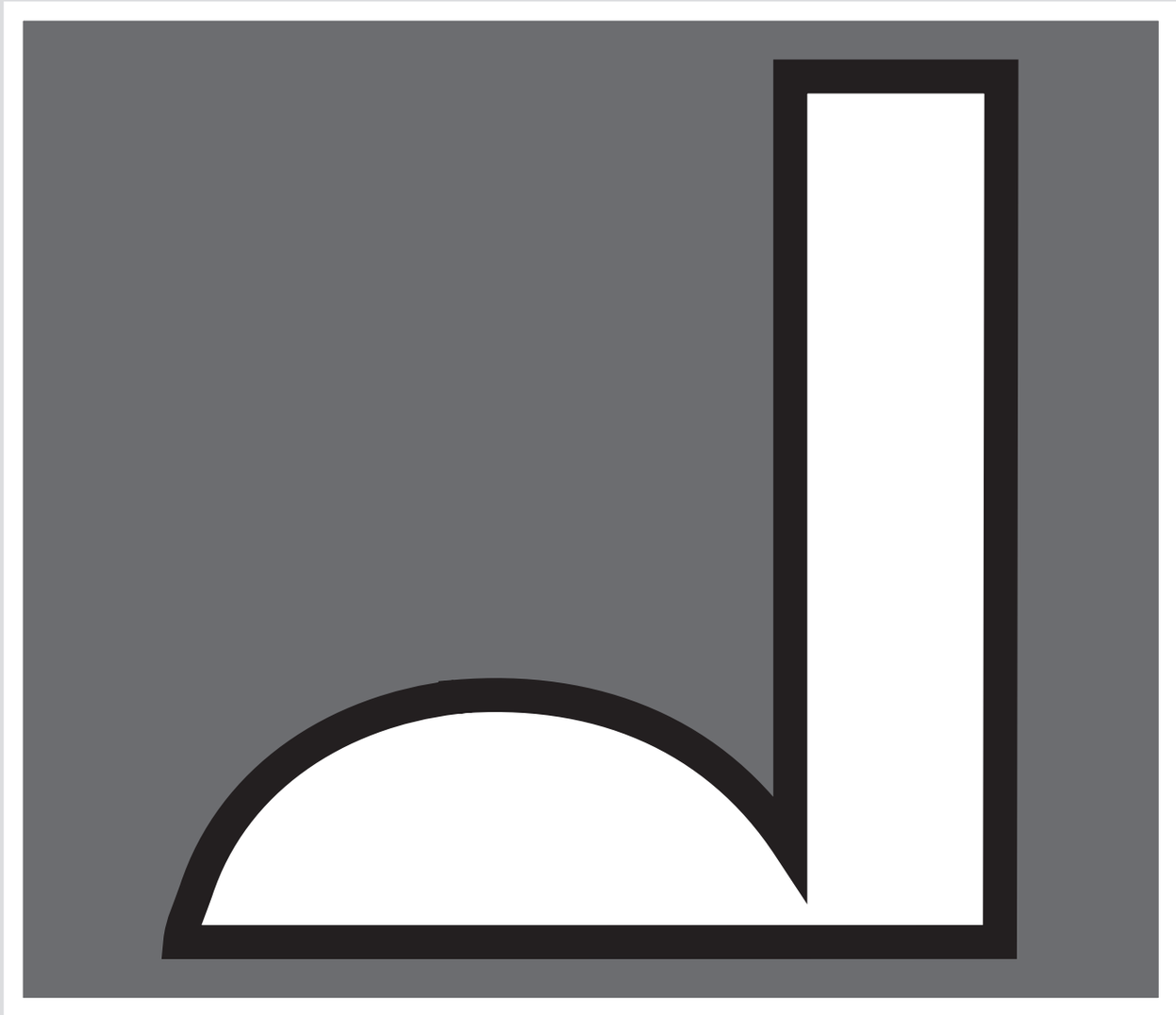
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art.269, II, do RISF)

(período de 1º a 31 de março de 2011)

Atas de Comissões Permanentes

ANO LXVI – SUP. AO DSF Nº 47 – SÁBADO, 02 DE ABRIL DE 2011 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado, em 7/4/2011, para correção da capa.

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

<table>
<tr>
<td>Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 30

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 15
Humberto Costa
Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann
João Pedro
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PR - 5
Magno Malta

Líder do PDT - 4
Acir Gurgacz
Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3
Antonio Carlos Valadares
Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella</td>
<td>Bloco Parlamentar
(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27

.....

Líder do PMDB - 19
Renan Calheiros
Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles
Vice-Líder do PP
Ana Amelia

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1
Sérgio Petecão

Líder do PV - 1
Paulo Davim</td>
<td>Bloco Parlamentar Minoria
(PSDB/DEM) - 15

Líder
Mário Couto - PSDB (9)

.....

Líder do PSDB - 10
Alvaro Dias
Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (8)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)
Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB
Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti</td>
</tr>
<tr>
<td>PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL</td>
<td>PPS - 1

Líder
Itamar Franco - PPS</td>
<td>Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB
Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
João Pedro
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo</td>
</tr>
</table>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de março de 2011) 5

1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de março de 2011..... 90

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2011..... 113

Ata da 6ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de março de 2011..... 123

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2011..... 151

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2011..... 158

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2011..... 160

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de março de 2011..... 178

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2011..... 204

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de março de 2011..... 230

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2011..... 242

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de março de 2011..... 263

Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de março de 2011..... 278

Ata da 5ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de março de 2011..... 296

Ata da 6ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de março de 2011..... 338

1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2011..... 356

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de março de 2011..... 366

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2011..... 382

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de março de 2011..... 419

1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011..... 454

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011..... 456

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de março de 2011 465

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de março de 2011..... 482

Ata da 5ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de março de 2011..... 501

1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2011..... 527

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de março de 2011..... 531

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de março de 2011..... 547

Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de março de 2011..... 588

1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2011..... 607

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de março de 2011..... 614

1.2.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011 625

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2011 634

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de março de 2011 639

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2011 657

1.2.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2011 673

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de março de 2011 686

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2011 688

Ata da 4ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de março de 2011 714

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Março/2011

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/03/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	11
Especial	2
Não Deliberativa	8
Total de sessões realizadas	**21**
Reunião	1
Total de Reuniões	**1**

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/03/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Retirada pelo autor	Total
PLC	2	0	0	2
PLS	0	2	1	3
PDS	1	0	0	1
PRS	1	0	1	2
MSF	8	-	0	8
Total	12	2	2	16

Quadro Geral de Medidas Provisórias

01 a 31/03/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MPV	2	-	-	1	**3**
PLV	-	3	1	0	**4**
Total	2	3	1	1	**7**

Quadro de Requerimentos
01 a 31/03/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	11
Congratulações, pesar e assemelhados	29
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	1
Criação ou alteração de comissão temporária	3
Desapensamento de matérias	4
Desarquivamento de matéria	31
Dispensa de parecer	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	10
Informações	2
Levantamento de Sessão	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	4
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	9
Retirada de matéria	6
Tramitação conjunta	2
Total Geral	**116**

*** No período de 01 a 31/03/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 31/03/2011

	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	-	2	2
PROJETO DE LEI DO SENADO	2	-	2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	1	0	1
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	1	-	1
Total	4	2	**6**

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

01 a 31/03/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	40
Art. 40 (2)	2
Art. 43, I (3)	3
Art. 43, II (4)	3
Total Geral	**48**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

01 a 31/03/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	4

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 31/03/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	1
Deliberativa Ordinária	19
Especial	2
Não Deliberativa	17
Total de sessões realizadas	**39**
Reunião Preparatória	3
Reunião	1
Total de Reuniões	**4**

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 31/03/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	0	-	1	1	0	**2**
PLC	4	9	0	1	0	**14**
PLS	0	19	0	3	1	**23**
PDS	1	83	0	1	0	**85**
PRS	1	0	0	0	1	**2**
MSF	18	-	-	0	0	**18**
Total	24	111	1	6	2	**144**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 31/03/2011

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	2	-	-	1	**3**
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	3	3	0	**6**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 31/03/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão na tramitação de matéria	11
Auditoria	5
Congratulações, pesar e assemelhados	52
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	1
Criação ou alteração de comissão temporária	8
Desapensamento de matérias	4
Desarquivamento de matéria	44
Dispensa de parecer	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	10
Informações	8
Levantamento de Sessão	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	6
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	13
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	8
Tramitação conjunta	2
Urgência para matéria	1
Voto de censura	1
Total Geral	**183**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 31/03/2011

	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	-	13	13
PROJETO DE LEI DO SENADO	19	-	19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	1	83	84
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	1	-	1
Total	21	96	**117**

Quadro de Requerimentos de Licença (Sem ônus)

02/02 a 31/03/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 13 (1)	65
Art. 40 (2)	3
Art. 43, I (3)	6
Art. 43, II (4)	11
Total Geral	**85**

(1) Missão política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;

(3) Licença para tratamento de saúde; e

(4) Licença para tratar de assuntos particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença (Com ônus) *

02/02 a 31/03/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	6

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 31/03/2011

Matéria: Medida Provisória. Total: 3

1. Ao arquivo. Total: 1

Rejeitada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 508/2010	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R$ 968.185.382,00 (novecentos e sessenta e oito milhões, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e dois reais), para os fins que especifica.	Presidente da República	17/03/2011

2. À promulgação. Total: 2

Aprovada na íntegra. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 504/2010	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).	Presidente da República	01/03/2011
MPV 506/2010	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais), para o fim que especifica.	Presidente da República	01/03/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 4/2011	Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	15/03/2011

2. À sanção. Total: 3

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 2/2011	Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.	Câmara dos Deputados	01/03/2011
PLV 3/2011	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e altera a Relação Descritiva constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	Câmara dos Deputados	01/03/2011

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 4

2. À sanção. Total: 3

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 5/2011	Altera a Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.	Câmara dos Deputados	23/03/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 2

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 100/2007	Dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.	Ana Corso	17/03/2011

2. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 104/2008	Acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).	Eliene Lima	15/03/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 3

1. À Câmara dos Deputados. Total: 2

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 734/2007	Altera a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, para acrescentar atribuição ao Cargo de Fiscal Federal Agropecuário.	Arthur Virgílio	23/03/2011
PLS 118/2010	Altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.	Maria do Carmo Alves	31/03/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 3

2. Ao arquivo. Total: 1

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 31/2011	Regulamenta a prática do jogo de Bingo.	Mozarildo Cavalcanti	23/03/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 1

1. À promulgação. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 29/2010	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	17/03/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 2

1. Ao arquivo. Total: 1

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 2/2011	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a apreciação da indicação de autoridades pelas comissões.	Roberto Requião	28/03/2011

2. À promulgação. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 7/2011	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.	Comissão de Assuntos Econômicos	15/03/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 8

Aprovada pelo Plenário. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 39/2011	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra "d" da Constituição Federal, o nome do senhor ALTAMIR LOPES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Presidente da República	01/03/2011
MSF 40/2011	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra "d" da Constituição Federal, o nome do Senhor SIDNEI CORRÊA MARQUES, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.	Presidente da República	01/03/2011
MSF 42/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo do Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país.	Presidente da República	16/03/2011
MSF 43/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.	Presidente da República	16/03/2011
MSF 52/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.	Presidente da República	16/03/2011
MSF 53/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro.	Presidente da República	16/03/2011
MSF 49/2011	Submete à consideração do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Dirceu Raposo de Mello.	Presidente da República	23/03/2011
MSF 50/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor BRUNO SOBRAL DE CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso.	Presidente da República	23/03/2011

Matéria: Requerimento. Total: 116

Aprovada pelo Plenário. Total: 71

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 146/2011	Requerem, nos termos dos arts. 154, III e § 5º; 199, §§ 1º e 2º; e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial, no dia 14 de março de 2011, em comemoração ao nonagésimo aniversário de fundação do jornal "Folha de S. Paulo".	Marcelo Crivella	02/03/2011
RQS 167/2011	Solicita o desarquivamento de matérias.	Paulo Paim	02/03/2011

Matéria: Requerimento. Total: 116

Aprovada pelo Plenário. Total: 71

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 67/2011	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, na Feira "ITB Berlin 2011", em Berlim, Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, desse Regimento, que se ausentará do País, no período de 8 a 14 de março de 2011, para o desempenho dessa missão.	Lídice da Mata	02/03/2011
RQS 153/2011	Requerem, nos termos do inciso II do art. 74, art. 75 e art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Temporária Externa a fim de averiguar, in loco, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e em demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.	Jorge Viana	03/03/2011
RQS 110/2011	Requerem, nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial, em dia e horário a serem definidos pela Secretaria Geral da Mesa, para homenagens pelos 20 anos do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.	João Pedro	15/03/2011
RQS 115/2011	Aditamento ao Requerimento nº 110, de 2011.	João Pedro	15/03/2011
RQS 221/2011	Requerem, nos termos do art. 160 combinado com o art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal a realização de sessão, em 29 de março de 2011, no horário do Expediente, para homenagear a passagem do décimo aniversário do falecimento do ex-Senador Mário Covas.	Marisa Serrano	16/03/2011
RQS 168/2011	Requerem, nos termos do art. 332, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 2006, que dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira.	Ana Amelia	17/03/2011
RQS 170/2011	Solicita desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006.	Ana Amelia	17/03/2011
RQS 171/2011	Requer, nos termos dos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, seja constituída Comissão Temporária, composta de onze membros titulares e igual número de suplentes, assegurada a participação de dois membros de cada região do País, com prazo de funcionamento de noventa dias, para propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa civil, podendo para tanto, requerer informações, realizar audiências públicas e diligências externas, especialmente em Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções, bem como praticar outros atos necessários para a consecução dos objetivos da Comissão.	Jorge Viana	17/03/2011
RQS 177/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004.	Mozarildo Cavalcanti	17/03/2011
RQS 178/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2003.	Mozarildo Cavalcanti	17/03/2011
RQS 179/2011	Solicita a continuidade da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2003.	Antonio Carlos Valadares	17/03/2011
RQS 180/2011	Solicita a continuidade da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2003.	Antonio Carlos Valadares	17/03/2011
RQS 181/2011	Solicita o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2004.	Alvaro Dias	17/03/2011
RQS 182/2011	Solicita o desarquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 73, de 2005.	Randolfe Rodrigues	17/03/2011
RQS 183/2011	Solicitando a continuidade de tramitação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 14 e 28, de 2003; 5, 29 e 30, de 2006; dos Projetos de Lei do Senado nºs 310, de 1999, 374 e 461, de 2003; 141, 179, 224 e 364, de 2004; 3, 215 e 309, de 2005; e 266, de 2005-Complementar.	Alvaro Dias	17/03/2011
RQS 184/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2006.	Inácio Arruda	17/03/2011
RQS 185/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003.	Inácio Arruda	17/03/2011
RQS 186/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005.	Alvaro Dias	17/03/2011
RQS 187/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005.	Vanessa Grazziotin	17/03/2011
RQS 188/2011	Solicita a continuidade de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2005.	Cristovam Buarque	17/03/2011
RQS 189/2011	Solicita a continuidade de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 52, de 2005.	Cristovam Buarque	17/03/2011

Matéria: Requerimento. Total: 116

Aprovada pelo Plenário. Total: 71

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 190/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2004.	Cristovam Buarque	17/03/2011
RQS 191/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2005.	Cristovam Buarque	17/03/2011
RQS 192/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2005.	Cristovam Buarque	17/03/2011
RQS 194/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2006.	Cristovam Buarque	17/03/2011
RQS 198/2011	Solicita a continuidade de tramitação dos Projetos de Lei do Senado nºs 1, 310 e 459, de 2003; 121, de 2004; 417 e 419, de 2005; 59, 197 e 317, de 2006; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 63, 83 e 90, de 2003; e 29, de 2004; do Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2004; e dos Projetos de Resolução nºs 36, de 2003; e 18, de 2005.	Magno Malta	17/03/2011
RQS 237/2011	Requer, nos termos do inciso II do art. 74 e do art. 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de realizar visita in loco à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.	Lindbergh Farias	22/03/2011
RQS 247/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-senador Lúdio Coelho, ocorrido no dia 22 de março de 2011, em Campo Grande - MS.	Marisa Serrano	22/03/2011
RQS 109/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com os arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada sua participação no "GSMA Móbile World Congress 2011", a realizar-se na cidade de Barcelona (Espanha), quando estará ausente do país, no período de 10 a 17 de fevereiro de 2011.	Walter Pinheiro	23/03/2011
RQS 193/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 2, de 2006.	Cristovam Buarque	23/03/2011
RQS 195/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2006.	Cristovam Buarque	23/03/2011
RQS 196/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2006.	Cristovam Buarque	23/03/2011
RQS 197/2011	Solicita a continuidade de tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006.	Cristovam Buarque	23/03/2011
RQS 216/2011	Solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006.	Luiz Henrique	23/03/2011
RQS 238/2011	Desarquivamento do PLC Nº 107, de 2006.	Lídice da Mata	23/03/2011
RQS 239/2011	Desarquivamento do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2006.	Lídice da Mata	23/03/2011
RQS 240/2011	Desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 488, de 2003.	Paulo Paim	23/03/2011
RQS 241/2011	Requerem, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão no horário do Expediente do dia 03 de agosto de 2011, destinada a homenagear a passagem do 25º aniversário de falecimeto do educador potiguar LUÍS DA CÂMARA CASCUDO.	Paulo Davim	23/03/2011
RQS 244/2011	Desarquivamento do Projeto de Resolução nº 5, de 2007.	Ricardo Ferraço	23/03/2011
RQS 1008/2010	Desapensamento do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2010, e do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 2007.	Roberto Cavalcanti	24/03/2011
RQS 1009/2010	Audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2007.	Cristovam Buarque	24/03/2011
RQS 160/2011	Solicita a remessa do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007, para apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	Waldemir Moka	24/03/2011
RQS 230/2011	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que sobre o PLC nº 55, de 2007, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.	Acir Gurgacz	24/03/2011
RQS 272/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-senador LÚDIO COELHO, ocorrido no dia 22 de março de 2011, em Campo Grande - MS.	Aloysio Nunes Ferreira	24/03/2011
RQS 273/2011	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-senador e ex-ministro AFFONSO CAMARGO, ocorrido no dia 24 de março de 2011, em Curitiva, Paraná.	Aloysio Nunes Ferreira	24/03/2011

Matéria: Requerimento. Total: 116

Aprovada pelo Plenário. Total: 71

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 274/2011	Requer a retirada em caráter definitivo do Requerimento nº 917 de 2010.	Flexa Ribeiro	24/03/2011
RQS 275/2011	Requer autorização de emissão de passagens aéreas e pagamento de diárias para o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal e a Secretária dessa Comissão para participarem do Fórum PANROTAS - Tendências do Turismo 2011, nos dias 28 e 29 de março de 2011, na cidade de São Paulo.	Benedito de Lira	24/03/2011
RQS 72/2011	Tramitação autônoma da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2009.	Flexa Ribeiro	24/03/2011
RQS 73/2011	Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além das comissões constantes do despacho inicial.	Romero Jucá	24/03/2011
RQS 848/2010	Audiência da Comissão de Assuntos Sociais na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 2009.	Flávio Arns	24/03/2011
RQS 903/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 718, de 2007; 169, de 2008; 477 e 494, de 2009; com o projeto de Lei do Senado nº 265, de 1999.	César Borges	24/03/2011
RQS 927/2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2009 dos Projetos de Lei do Senado nºs 241, de 2009; e 93, de 2010.	Jarbas Vasconcelos	24/03/2011
RQS 972/2010	Alteração de despacho para que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Osmar Dias	24/03/2011
RQS 973/2010	Alteração de despacho para que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Antonio Carlos Valadares	24/03/2011
RQS 974/2010	Alteração de despacho para que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Valter Pereira	24/03/2011
RQS 975/2010	Alteração de despacho para que o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Flávio Arns	24/03/2011
RQS 976/2010	Alteração de despacho para que o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2008 (que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 316, de 2008, e 420, de 2005), seja apreciado, também, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.	Romero Jucá	24/03/2011
RQS 980/2010	Desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 522, de 2007.	Flexa Ribeiro	24/03/2011
RQS 993/2010	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 254 e 232, de 2010; e do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2009, com o Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2009; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 31, 143, 155, 371, de 2008; 103 e 279, de 2009; e 95, de 2010.	Marisa Serrano	24/03/2011
RQS 286/2011	Requer, nos termos do art. 220 do Regimento Interno do Senado Federal, o levantamento da sessão do dia 29 de março de 2011 e a apresentação de condolências à família em virtude do falecimento, nessa data, do ex-Vice-Presidente da República José Alencar.	Mário Couto	29/03/2011
RQS 287/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218, I; 219 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva, ocorrido no dia 29 de março de 2011.	José Sarney	29/03/2011
RQS 288/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família do ex-Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva, falecido no dia 29 de março de 2011, em São Paulo - SP.	Humberto Costa	29/03/2011
RQS 289/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva, ocorrido no dia 29 de março de 2011.	Vanessa Grazziotin	29/03/2011
RQS 290/2011	Requer, nos termos dos artigos 218, I, e 221, II, do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva, ocorrido no dia 29 de março de 2011.	Marcelo Crivella	29/03/2011
RQS 291/2011	Requer, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, por 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.	Gilvam Borges	29/03/2011
RQS 301/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República José Alencar Gomes da Silva, ocorrido no dia 29 de março de 2011.	Cyro Miranda	29/03/2011

Matéria: Requerimento. Total: 116

Aprovada pelo Plenário. Total: 71

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 302/2011	Requer, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de VOTO DE PESAR, apresentação de condolências à família e ao Estado de Minas Gerais pelo falecimento, do ex-Vice-Presidente da República e ex-Senador JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, ocorrido no dia 29 de março de 2011.	Gim Argello	29/03/2011
RQS 303/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família pelo falecimento do ex-Vice-Presidente da República José Alencar.	Wilson Santiago	29/03/2011
RQS 145/2011	Requerem, nos termos do art. 154, III, § 5º, combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão solene especial do Senado Federal, no dia 18 de abril de 2011, destinada a comemorar o dia do Índio.	Vicentinho Alves	31/03/2011

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II do RISF e art. 256, §2, inc. I). Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 207/2011	Solicita a retirada em caráter definitivo do Requerimento nº175, de 2011.	Alvaro Dias	14/03/2011
RQS 213/2011	Requer, na forma do art. 215, inciso II-b, do Regimento Interno do Senado Federal sejam solicitados ao setor administrativo do Senado Federal esclarecimentos sobre fatos referentes à solicitação de suspensão dos proventos de sua aposentadoria.	Itamar Franco	14/03/2011
RQS 227/2011	Solicita a retirada do Requerimento nº 169, de 2011.	Ana Amelia	16/03/2011
RQS 257/2011	Solicita a retirada do Requerimento nº 92, de 2011.	Vanessa Grazziotin	23/03/2011
RQS 265/2011	Solicita a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2011.	Mozarildo Cavalcanti	23/03/2011
RQS 278/2011	Retirada do Projeto de Resolução nº 2, de 2011.	Roberto Requião	28/03/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 28

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 141/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do engenheiro RENATO GUERREIRO, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2011.	Alvaro Dias	01/03/2011
RQS 142/2011	Solicita voto de pesar pelo falecimento do escritor Moacyr Jaime Scliar.	Pedro Simon	01/03/2011
RQS 143/2011	Solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Octávio Omar Cardoso.	Pedro Simon	01/03/2011
RQS 150/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. Alonso Rocha.	Flexa Ribeiro	01/03/2011
RQS 151/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. Benedito Nunes, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 2011.	Flexa Ribeiro	01/03/2011
RQS 152/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Renato Navarro Guerreiro, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2011.	Flexa Ribeiro	01/03/2011
RQS 161/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso pelos 44 anos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, ocorrido no dia 28 de fevereiro de 2011, hoje mais conhecida como Polo Industrial de Manaus - PIM.	Vanessa Grazziotin	02/03/2011
RQS 173/2011	Requer, nos termos do Art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento das 27 vítimas do acidente rodoviário ocorrido na BR-282, em Santa Catarina.	Paulo Paim	09/03/2011
RQS 174/2011	Requer homenagens de pesar pelo falecimento do Ex-Prefeito do Município de Frei Paulo no Estado de Sergipe, Manoel Soares de Souza.	Antonio Carlos Valadares	10/03/2011

Matéria: Requerimento. Total: 116

Encaminhada pela Presidência. Total: 28

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 176/2011	Requer, nos termos regimentais, que o Senado Federal encaminhe, na pessoa do Prefeito Municipal de Santo Cristo - RS, o Sr. JOSÉ LUIS SEGER, Voto de Pesar às famílias das vítimas do acidente automobilístico que vitimou 27 pessoas, sendo 24 delas cidadãos e cidadãs do município gaúcho de Santo Cristo, ocorrido no dia 5 de março de 2011, na BR-282 - oeste de Santa Catarina.	Ana Rita	10/03/2011
RQS 200/2011	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Elza Hermann, Marlene Ludke Moraes, Zaira Fonseca, Zilah Mary de Souza Martins, Glória Regina de Souza Martins, Afonso Beiersdorf, em virtude de chuvas que atingem a cidade de São Lourenço do Sul/RS.	Paulo Paim	11/03/2011
RQS 205/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do boxeador brasileiro, Tairone Silva, assassinado no dia 11 de março de 2011.	Paulo Paim	14/03/2011
RQS 206/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de solidariedade aos familiares de Mario Covas Júnior, pelos 10 anos de sua morte.	Paulo Paim	14/03/2011
RQS 208/2011	Requerem, nos termos do Art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Valverde Araújo Alves, ex-Deputado Federal, falecido no dia 11 de março de 2011.	Paulo Paim	14/03/2011
RQS 209/2011	Requerem, nos termos do artigo 222, parágrafo 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de voto de pesar aos familiares de EDUARDO VALVERDE, ex-Deputado Federal, falecido no dia 11 de março de 2011.	Humberto Costa	14/03/2011
RQS 210/2011	Requer, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento, no dia 10 de março de 2011, do Senhor FRANCISCO LOPES DE ARRUDA, pai do Senador Inácio Arruda, bem como apresentação e envio de condolências para a sua esposa Francisca Nunes de Arruda e família.	Vanessa Grazziotin	14/03/2011
RQS 214/2011	Requer, nos termos do art. 222 (caput e parágrafos 1° a 3°) do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de aplauso à Professora LÍLIA MAIA MORAIS SALES, da Universidade de Fortaleza (Unifor), pelo seu trabalho na coordenação do projeto social "Das Mulheres da Paz às Flores do Bom Jardim".	Eunício Oliveira	15/03/2011
RQS 215/2011	Requer, nos termos do art. 222 (caput e parágrafos 1º a 3º) do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado Voto de Aplauso à Professora SIULMARA CRISTINA GALERA, da Universidade de Fortaleza (Unifor), pelo seu trabalho no projeto "Estágio Supervisionado em Atenção à Saúde do Idoso", o qual lhe valeu prêmio de "menção honrosa" conferido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).	Eunício Oliveira	15/03/2011
RQS 222/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal VOTO DE PESAR ao povo japonês, ao Primeiro-Ministro do Japão, Naoto Kan, e ao Embaixador do Japão no Brasil, Akira Miwa, pela tragédia ocorrida naquele País no dia 11 de março de 2011.	Cyro Miranda	15/03/2011
RQS 231/2011	Requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do promotor de Justiça José Meton de Sousa Gomes Filho, ocorrido no dia 13 de março de 2011.	João Vicente Claudino	16/03/2011
RQS 276/2011	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Senador e ex-Deputado Federal Affonso Camargo, ocorrido em 24 de março de 2011, em Curitiba, Paraná.	José Sarney	24/03/2011
RQS 284/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado Voto de Congratulações à RÁDIO GUAÍRA FM pelo transcurso dos 25 anos de sua fundação, ocorrido no dia 25 de março de 2011.	Ana Amelia	29/03/2011
RQS 309/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Associação SOS Quelônios, organização não governamental, pelos 11 anos de relevantes serviços prestados em favor da preservação da espécie.	Anibal Diniz	31/03/2011
RQS 311/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao senhor ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO pela sua posse como membro imortal da Academia Amazonense de Letras - AAL no dia 28 de março de 2011.	Vanessa Grazziotin	31/03/2011
RQS 312/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao escritor amazonense ADRINO ARAGÃO DE FREITAS - mestre da minificção e do miniconto - por ter sido objeto de Tese de Pós-doutoramento de Joaquim Nabuco, doutor em Literatura Comparada pela UERJ.	Vanessa Grazziotin	31/03/2011

Matéria: Requerimento. Total: 116

Encaminhada pela Presidência. Total: 28

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 313/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Congratulações e Aplauso ao senhor LUIZ ALVES DA SILVA - cantor, maestro, músicólogo, brasileiro, natural da cidade de Videira, Santa Catarina, pelo Prêmio Cultural Nikolaus Harnoncourt do cantão de Zurique 201, agraciado pelo Ministério da Cultura de Zurique.	Vanessa Grazziotin	31/03/2011
RQS 316/2011	Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do ex-Senador LÚDIO MARTINS COELHO, ocorrido no dia 22 de março de 2011, na cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso do Sul.	Aécio Neves	31/03/2011
RQS 317/2011	Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ex-Deputado DALTON MOREIRA CANABRAVA ocorrido em Curvelo, Minas Gerais, no dia 23 de março de 2011.	Aécio Neves	31/03/2011

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 226/2011	Requerem, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, sua causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.	Marinor Brito	16/03/2011

Prejudicada. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 105/2011	Requerem, nos termos do arts 154, III e § 5º; 199, §§ 1º e 2º; e 200, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial em comemoração ao nonagésimo aniversário de fundação do jornal "Folha de São Paulo", em 19 de fevereiro de 2011, e sugerem a sua realização em 9 de maio de 2011.	Marcelo Crivella	02/03/2011
RQS 111/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento do Interno do Senado Federal, realização de Sessão Especial pelo Plenário do Senado em homenagem aos 90 anos do Jornal Folha de São Paulo.	Ricardo Ferraço	02/03/2011
RQS 144/2011	Solicitando que a Sessão Especial em homenagem aos 90 anos da Folha de S.Paulo seja realizada no dia 14 do corrente.	Ricardo Ferraço	02/03/2011
RQS 81/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com os arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada sua participação no "GSMA Móbile World Congress 2011", a realizar-se na cidade de Barcelona (Espanha), quando estará ausente do país, no período de 10 a 20 de fevereiro de 2011.	Walter Pinheiro	23/03/2011

Retirada pelo autor. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 175/2011	Requer, nos termos do disposto no inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, e no inciso X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Tribunal de Contas da União informações sobre o cumprimento, por parte do Ministério da Educação, das recomendações constantes do Acórdão 816/2009, que se refere a auditoria operacional realizada no Programa UIniversidade Para Todos - Prouni.	Alvaro Dias	14/03/2011
RQS 169/2011	Solicita desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2006.	Ana Amelia	16/03/2011
RQS 92/2011	Requer, com fundamento no artigo 50 da Constituição Federal combinado com os artigos 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministério da Previdência Social referentes ao processo para concessão de benefícios aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	23/03/2011
RQS 917/2010	Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, à próxima Comissão constante do despacho da Secretaria Geral da Mesa.	Flexa Ribeiro	24/03/2011

Matéria: Requerimento. Total: 116

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 166/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO pelo transcurso do centenário de fundação do LAR ABDON BATISTA, da cidade de Joinville (SC).	Paulo Bauer	02/03/2011

Rejeitada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 970/2010	Alteração de despacho para que o Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2010, seja apreciado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.	Sérgio Zambiasi	23/03/2011

Matéria: Requerimentos de Licença*. Total: 37

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

Fevereiro/2011				
RQS	**AUTOR**	**RISF**	**PERÍODO**	**FINALIDADE**
1-M	Magno Malta	43, II	03 e 04.02	Licença Particular
2-M	Kátia Abreu	43, II	03 a 07.02	Licença Particular
3-M	Eduardo Suplicy	40, sem ônus	05 a 12.02	Palestra em Seminário organizado pela Namíbia Coalition for a BIG e pela Fundação Fridriech Ebert, na Namíbia.
4-M	Jorge Viana	13	01 a 11.02	Atividade Parlamentar
5-M	João Alberto Souza	13	08 a 10.02	Atividade Parlamentar
6-M	João Vicente Claudino	13	08 a 10.02	Atividade Parlamentar
7-M	Magno Malta	13	08.02	Atividade Parlamentar
8-M	Lobão Filho	43, II	08.02	Licença Particular
9-M	Clésio Andrade	13	08.02	Atividade Parlamentar
10-M	Epitácio Cafeteira	43, I	07 a 09.02	Licença Saúde
11-M	Gilvam Borges	13	14 a 19.02	Atividade Parlamentar
12-M	Itamar Franco	13	01 a 03.03	Atividade Parlamentar
13-M	Ricardo Ferraço	13	15.02	Atividade Parlamentar
14-M	Cyro Miranda	13	21 a 25.02	Atividade Parlamentar
15-M	Ana Amélia	13	17.02	Atividade Parlamentar
16-M	Magno Malta	13	15.02	Atividade Parlamentar
17-M	Garibaldi Alves	43, I	14 a 28.02	Licença Saúde
18-M	Lobão Filho	43, II	16 e 17.02	Licença Particular
19-M	Eduardo Amorim	13	17.02	Atividade Parlamentar
20-M	Inácio Arruda	13	16 e 17.02	Atividade Parlamentar
21-M	Delcídio Amaral	43, II	17.02	Licença Particular
22-M	Ciro Nogueira	43, II	08 a 16.03	Licença Particular
23-M	João Alberto Souza	13	15.02	Atividade Parlamentar
24-M	João Alberto Souza	13	16 e 17.02	Atividade Parlamentar
25-M	Cristovam Buarque	43, I	14.02 a 15.03	Licença Saúde
26-M	Eduardo Amorim	13	01.03	Atividade Parlamentar
27-M	Kátia Abreu	43, II	22.02	Licença Particular
28-M	Garibaldi Alves	13	24.02 a 04.03	Atividade Parlamentar
29-M	José Agripino	13	01 a 03.03	Atividade Parlamentar
30-M	Marisa Serrano	13	01 a 03.03	Atividade Parlamentar
31-M	Gleisi Hoffmann	13	24.02	Atividade Parlamentar
32-M	Acir Gurgacz	43, II	01 a 13.03	Licença Particular
33-M	Renan Calheiros	13	24.02	Atividade Parlamentar
34-M	Magno Malta	13	22.02	Atividade Parlamentar
35-M	Walter Pinheiro	13	01.03	Atividade Parlamentar
36-M	João Durval	13	10.03	Atividade Parlamentar
37-M	João Durval	13	02 e 03.03	Atividade Parlamentar

* Referente ao mês de fevereiro de 2011, que deixou de ser publicado na resenha correspondente.

Matéria: Requerimentos de Licença. Total: 48

Art. 13, 40 (sem ônus), 43, I e 43, II

Março/2011				
RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
38-M	Lídice da Mata	13	01.03	Atividade Parlamentar
39-M	Mário Couto	13	01 a 03.03	Atividade Parlamentar
40-M	João Alberto Souza	13	01 a 03.03	Atividade Parlamentar
41-M	Inácio Arruda	13	03.03	Atividade Parlamentar
42-M	Benedito de Lira	13	03.03	Atividade Parlamentar
43-M	Francisco Dornelles	13	02 e 03.03	Atividade Parlamentar
44-M	Ana Amélia	43, II	01.03	Licença Particular
45-M	Ana Amélia	13	03.03	Atividade Parlamentar
46-M	Renan Calheiros	13	02.03	Atividade Parlamentar
47-M	Jarbas Vasconcelos	13	03.03	Atividade Parlamentar
48-M	João Vicente Claudino	13	03.03	Atividade Parlamentar
49-M	Marinor Brito	43, I	01.03	Licença Saúde
50-M	Lídice da Mata	13	03.03	Atividade Parlamentar
51-M	Renan Calheiros	13	03.03	Atividade Parlamentar
52-M	Kátia Abreu	43, II	03.03	Licença Particular
53-M	Fernando Collor	43, II	03 a 15.03	Licença Particular
54-M	Ana Amélia	13	15.03	Atividade Parlamentar
55-M	João Vicente Claudino	13	15.03	Atividade Parlamentar
56-M	Gleisi Hoffmann	13	16.03	Atividade Parlamentar
57-M	Wilson Santiago	13	17.03	Atividade Parlamentar
58-M	Armando Monteiro	13	17.03	Atividade Parlamentar
59-M	Eduardo Amorim	13	17.03	Atividade Parlamentar
60-M	Cícero Lucena	13	17.03	Atividade Parlamentar
61-M	Luiz Henrique	13	16 a 21.04	Atividade Parlamentar
62-M	Vanessa Graziotin	13	22.03	Atividade Parlamentar
63-M	Clésio Andrade	13	03 e 17.03	Atividade Parlamentar
64-M	Kátia Abreu	13	22.03	Atividade Parlamentar
65-M	Cícero Lucena	13	28 e 29.03	Atividade Parlamentar
66-M	Ricardo Ferraço	13	24.03	Atividade Parlamentar
67-M	Paulo Bauer	13	24.03	Atividade Parlamentar
68-M	Eduardo Suplicy	40, sem ônus	28.03 a 29.03	Atividade Parlamentar
69-M	Cícero Lucena	13	24.03	Atividade Parlamentar
70-M	João Ribeiro	13	24.03	Atividade Parlamentar
71-M	Eduardo Braga	13	03.03	Atividade Parlamentar
72-M	Eduardo Braga	13	22.03	Atividade Parlamentar
73-M	Flexa Ribeiro	40, sem ônus	23.03	Atividade Parlamentar
74-M	Mozarildo Cavalcanti	13	29 a 31.03	Atividade Parlamentar
75-M	Gim Argello	43, I	02 e 03.03	Licença Saúde
76-M	Gim Argello	13	17.03	Atividade Parlamentar
77-M	João Pedro	13	29 a 31.03	Atividade Parlamentar
78-M	Lídice da Mata	13	29.03	Atividade Parlamentar
79-M	Sérgio Petecão	13	24.03	Atividade Parlamentar
80-M	Wilson Santiago	13	24.03	Atividade Parlamentar
81-M	Eduardo Braga	13	24.03	Atividade Parlamentar
82-M	Lídice da Mata	13	31.03	Atividade Parlamentar
83-M	João Alberto Souza	43, I	29.03	Licença Saúde
84-M	Blairo Maggi	13	30.04 a 08.05	Atividade Parlamentar
85-M	João Alberto Souza	13	31.03	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 31/03/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta Solene	01
Total	**01**

Resenha Consolidada
02/02 a 31/03/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta Solene	03
Total	**03**

Sessões Realizadas
01 a 31/03/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	01/03/2011, às 10 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agraciar as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 31/03/2011

Nº	Assunto
1/2011 (public. no DOU de 22/03/2011)	O Presidente do Senado Federal faz saber que, em sessão realizada no dia 17 de março de 2011, o Plenário da Casa rejeitou a Medida Provisória nº 508, de 8 de outubro de 2010, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R$ 968.185.382,00, para os fins que especifica".
5/2011 (public. no DOU de 04/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 514, de 1º de dezembro de 2010, que "Altera a Lei n° 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e dá outras providências".
6/2011 (public. no DOU de 17/03/2011)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, que "Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal" teve seu prazo de vigência encerrado no dia 15 de março do corrente ano
7/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 515, de 28 de dezembro de 2010, que "Abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R$ 26.673.264.196,00, para os fins que especifica".
8/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 516, de 30 de dezembro de 2010, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011".
9/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010, que "Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica, altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga, altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências".
10/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 518, de 30 de dezembro de 2010, que "Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito".
11/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 519, de 30 de dezembro de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional ".
12/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 520, de 31 de dezembro de 2010, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH e dá outras providências".
13/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 521, de 31 de dezembro de 2010, que "Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União".
14/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 522, de 12 de janeiro de 2011, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R$ 780.000.000,00, para os fins que especifica".
15/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 523, de 20 de janeiro de 2011, que "Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro".
16/2011 (public. no DOU de 28/03/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 524, de 28 de janeiro de 2011, que "Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea 'h' do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional 01 a 31/03/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
181/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	A Senhora Presidente da República adotou, no dia 25/03/2011, a Medida Provisória nº 528, de 2011, que "Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação. Lida na sessão do SF realizada no dia 29/03/2011.
180/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Em aditamento ao Ofício Nº 117/2011-CN, de 25/02/2011, encaminha à Mesa da Câmara dos Deputados, para consulta, com vista ao disposto na alínea "a" do art. 128 do Regimento Comum, anteprojeto de Resolução do Congresso Nacional, sugerido pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). Acolhido pela Mesa do Senado Federal em Parecer nº 45, de 2010-CN.
179/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do TCU o Aviso nº 220-GP/TCU, de 2011, na origem, em aditamento ao Aviso nº 163-GP/TCU/2011, informando que foram reclassificados os indícios de irregularidade grave detectados na reforma, adequação e ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves. A matéria está publicada no DSF de 25/03/2011 e vai ao exame da CMO.
178/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 21, de 2011-CN (nº 78/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 503, de 2010), que "Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
177/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado, no DSF de 16/03/2011, o Parecer nº 48, de 2010-CN, da CMO, sobre o Aviso nº 25/2009-CN, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal (MCN nº 28/2009) e, o outro, pelo sobrestamento da apreciação das contas da Câmara dos Deputados (OFN nº 11/2009), do Senado Federal (OFN nº 19/2009), do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça (OFN nº 18/2009), do Superior Tribunal de Justiça (OFN nº 12/2009), da Justiça Federal em 1º e 2º Graus (OFN nº 17/2009), da Justiça do Trabalho (OFN nº 16/2009), da Justiça Eleitoral (OFN nº 13/2009), da Justiça Militar (OFN nº 14/2009), da Justiça do Distrito Federal e Territórios (OFN nº 10/2009) e do Ministério Público da União (OFN nº 15/2009), todas referentes ao exercício de 2008. Nos termos do disposto no art. 142 do Regimento Comum, encaminha os citados projetos para tramitação nessa Casa.
176/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado, no DSF de 16/03/2011, o Parecer nº 47, de 2010-CN, da CMO, sobre o Aviso nº 21/2006-CN, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal (MCN nº 33/2006) e, o outro, pelo sobrestamento da apreciação das contas da Câmara dos Deputados (OFN nº 10/2006), do Senado Federal (OFN nº 24/2006), do Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça (OFN nº 13/2006), do Superior Tribunal de Justiça (OFN nº 14/2006), da Justiça Federal em 1º e 2º Graus (OFN nº 15/2006), da Justiça do Trabalho (OFN nº 17/2006), da Justiça Eleitoral (OFN nº 12/2006), da Justiça Militar (OFN nº 11/2006), da Justiça do Distrito Federal e Territórios (OFN nº 16/2006) e do Ministério Público da União (OFN nº 18/2006), todas referentes ao exercício de 2005. Nos termos do disposto no art. 142 do regimento Comum, esclarece que os projetos citados iniciarão sua tramitação no Senado Federal.
175/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está publicado, no DSF de 16/03/2011, o Parecer nº 46, de 2010-CN, da CMO, sobre o Aviso nº 27/2003-CN, que concluiu pela apresentação de dois projetos de decreto legislativo, sendo um pela aprovação das contas do Governo Federal (MCN nº 33/2003) e, o outro, pelo sobrestamento da apreciação das contas da Câmara dos Deputados (OFN nº 4/2003), do Senado Federal (OFN nº 6/2003), do Supremo Tribunal Federal (OFN nº 8/2003), do Superior Tribunal de Justiça (OFN nº 5/2003), da Justiça Federal em 1º e 2º Graus (OFN nº 7/2003), da Justiça do Trabalho (OFN nº 12/2003), da Justiça Eleitoral (OFN nº 9/2003), da Justiça Militar (OFN nº 10/2003), da Justiça do Distrito Federal e Territórios (OFN nº 3/2003) e do Ministério Público da União (OFN nº 2/2003), todas referentes ao exercício de 2002. Nos termos do disposto no art. 142 do regimento Comum, encaminha os citados projetos para tramitação nessa Casa.
173/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	A Senhora Presidente da República adotou, no dia 18/03/2011, a Medida provisória nº 527, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cria cargos de Ministro de Estado e cargos em comissão, dispõe sobre a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, cria cargos de Controlador de Tráfego Aéreo". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação. Lida na sessão do SF realizada no dia 21/03/2011.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
170/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Encaminha a relação de Senadores e Deputados que compõem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, para o ano de 2011.
169/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Senhora Presidente da República a Mensagem nº 20, de 2011-CN (nº 74/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 09/08/2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao primeiro bimestre. A matéria está publicada no DSF de 23/03/2011 e vai ao exame da CMO.
168/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 18, de 2011-CN (nº 69/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2011 (oriundo da Medida Provisória nº 502, de 2010), que "Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
164/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	A Senhora Presidente da República adotou, no dia 04/03/2011, a Medida provisória nº 526, de 2011, que "Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação. Lida na sessão do SF realizada no dia 10/03/2011.
163/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do TCU o Aviso nº 163-GP/TCU, de 2011, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional cópia de comunicação sobre medida cautelar em processo referente a obras no Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves (TC-000.658/2011-1). A matéria está publicada no DSF de 10/03/2011 e vai ao exame da CMO.
162/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do TCU o Aviso nº 5, de 2011-CN (nº 155-GP/TCU/2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2010. A matéria está publicada no DSF de 11/03/2011 e vai ao exame da CMO.
161/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	A Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 16, de 2011-CN (nº 51/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2010 (oriundo da Medida Provisória nº 501, de 2010), que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nº.s 12.087, de 11 de novembro de 2009, 10.260, de 12 de julho de 2001, 8.685, de 20 de julho de 1993, 3.890-A, de 25 abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, 12.111, de 9 de dezembro de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010; modifica condições para concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; revoga dispositivo da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
158/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Senhora Presidente da República a Mensagem nº 14, de 2011 (nº 48, de 2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º do art. 70 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias de 2011. A matéria, publicada no DSF de 03/03/2011, vai ao exame da CMO.
157/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Senhora Presidente da República a Mensagem nº 15, de 2011 (nº 49, de 2011, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1, de 2011-CN, que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R$ 755.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente". A matéria está publicada no DSF de 04/03/2011 e vai ao exame da CMO.
149/2011 CN	Sen. Marinor Brito – Líder do PSOL	Tendo em vista a Resolução n° 2, de 2007, do Congresso Nacional, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicita a indicação de um membro titular e um membro suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
148/2011 CN	Sen. Gim Argello – Líder do PTB	Tendo em vista a Resolução n° 2, de 2007, do Congresso Nacional, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicita a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, referente à participação do Partido Trabalhista Brasileiro - (PTB) na referida Comissão.
147/2011 CN	Sen. Alvaro Dias – Líder do Bloco PSDB-DEM	Tendo em vista a Resolução n° 2, de 2007, do Congresso Nacional, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicita a indicação dos nomes de 1 (um) membro titular 1 (um) suplente, referente à participação do Partido da Social Democracia Brasileira – (PSDB) na referida Comissão
146/2011 CN	Sen. Renan Calheiros – Líder do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV	Tendo em vista a Resolução n° 2, de 2007, do Congresso Nacional, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicita a indicação dos nomes de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV na referida Comissão

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
145/2011 CN	Sen. Humberto Costa – Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT-PR-PDT-PSB-PC do B-PRB)	Tendo em vista a Resolução n° 2, de 2007, do Congresso Nacional, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicita a indicação dos nomes de 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, referente à participação do Bloco de Apoio ao Governo (PT-PR-PDT-PSB-PCdoB-PRB) na referida Comissão.
144/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que "Cria a Comissão Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA", e nos termos da Resolução nº 2, de 2000, do Congresso Nacional, solicita a indicação dos membros dessa Casa do Congresso Nacional, que integrarão a referida Comissão.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 31/03/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	04	01	00	05
CAS	00	04	00	04
CCJ	03	00	00	03
CE	02	03	00	05
CMA	02	00	04	06
CDH	00	07	00	07
CRE	03	01	00	04
CI	00	03	02	05
CDR	02	01	00	03
CRA	00	01	02	03
CCT	00	03	02	05
CMMC	00	00	00	00
TOTAL GERAL	16	24	10	50

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF - CAS.	02	01	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	00	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP - CAS.	01	00	00
Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas – CASDEP - CAS	02	02	
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	00	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	02	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Permanente da Água – CMA.	01	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	01	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	01	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis – CI	00	00	00
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN – CR	01	00	00
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	11	03	00

Proposições Apreciadas
01 a 31/03/2011

COMISSÕES	REQ COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	ECD	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	06	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	04	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
CCJ	04	02	01	00	00	00	02	00	00	00	00
CE	11	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMA	10	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	33	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	05	00	00	03	00	00	00	00	00	00	00
CI	08	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	10	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	05	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	98	02	01	00	00	00	01	00	00	00	00

Proposições Apreciadas
01 a 31/03/2011

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMENDA PLEN	REC	TUR SUPL	Total
CAE	05	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	11
CAS	02	00	00	01	02	00	00	00	00	00	00	00	01	11
CCJ	00	00	00	01	00	00	00	00	00	00	01	00	01	12
CE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02	13
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	10
CDH	00	00	00	01	00	00	00	00	01	00	00	00	00	35
CRE	02	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	13
CI	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	08
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	10
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	05
CCT	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	03
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	09	00	03	03	00	00	00	00	00	00	01	00	00	131

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PDH – Petição de Direitos Humanos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
IND – Indicação
PET – Petição
DIV – Diversos
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
MSF – Mensagem "SF"
PRS – Projeto de Resolução
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
OFS – Ofício "SF"
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
TUR SUPL – Turno Suplementar

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 31/03/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	06	01	00	07
CAS	00	04	00	04
CCJ	05	01	00	06
CE	02	03	00	05
CMA	02	01	04	07
CDH	00	07	00	07
CRE	03	03	00	06
CI	00	03	02	05
CDR	03	01	00	04
CRA	00	03	02	05
CCT	00	03	02	05
CMMC	00	00	00	00
TOTAL GERAL	21	30	10	61

.

SUBCOMISSÕES e GRUPO DE TRABALHO	REUNIÕES	MAT	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAE.	00	00	00
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF - CAS.	02	01	00
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CAS.	00	00	00
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP - CAS.	01	00	00
Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas – CASDEP - CAS	02	02	00
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJ.	00	00	00
Permanente de Segurança Pública – CCJ.	00	00	00
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJ.	02	00	00
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CE.	00	00	00
Permanente de Ciência e Tecnologia – CE.	00	00	00
Permanente do Livro – CE.	00	00	00
Permanente do Esporte – CE.	00	00	00
Permanente da Água – CMA.	01	00	00
Temporária destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMA.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMA.	01	00	00
Permanente do Idoso – CDH.	00	00	00
Permanente da Criança, Adolescente e Juventude – CDH.	00	00	00
Permanente em Defesa da Mulher – CDH.	00	00	00
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acomp. da Regul. Fundiária da Amazônia Legal - CDH	00	00	00
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CRE.	00	00	00
Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas – CRE.	00	00	00
Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas – CRE.	00	00	00
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CRE.	01	00	00
Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento – CI.	00	00	00
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CI	00	00	00
Grupo de Trabalho Marco Regulatório dos Biocombustíveis - CI	00	00	00
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN - CDR	01		
Permanente dos Biocombustíveis – CRA.	00	00	00
Permanente de Serviços de Informática – CCT.	00	00	00
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	11	03	00

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/03/2011

COMISSÕES	REQ e ADIT. COMISSÃO	PLS (T)	PLS (NT)	PDS	EMENDAS E SUB DE COMISSÃO	ECD	PEC	IND	PET	DIV	CONS Q.O. ATOS e OUTROS
CAE	06	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CAS	04	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01
CCJ	06	02	01	00	00	00	02	00	00	00	00
CE	11	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMA	10	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDH	33	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRE	05	00	00	03	00	00	00	00	00	00	00
CI	08	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CDR	10	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CRA	13	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CCT	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	109	02	01	03	00	00	02	00	00	00	01

Proposições Apreciadas
02/02 a 31/03/2011

COMISSÕES	MSF	PRS	RQS SF	PLC (T)	PLC (NT)	OFS	AVS	PFS	SUG	PAR e REL. SUB.	EMENDA PLEN	REC	TUR SUPL	Total
CAE	07	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	13
CAS	02	00	00	01	00	02	00	00	00	00	00	00	01	11
CCJ	01	00	01	01	00	02	00	00	00	00	01	00	01	18
CE	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	02	13
CMA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	10
CDH	00	00	00	01	00	00	00	00	01	00	00	00	00	35
CRE	02	00	03	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	13
CI	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	08
CDR	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	10
CRA	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	13
CCT	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	03
CMMC	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
SUBTOTAL	12	00	04	03	00	04	00	00	01	00	01	00	04	147

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

REQ e ADIT (COMISSÃO) Requerimento e Aditamento de Comissão
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
EMENDAS E SUBEMENDAS – Emendas e Subemendas apreciadas pela Comissão
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PDH – Petição de Direitos Humanos
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
IND – Indicação
PET – Petição
DIV – Diversos
CONS, Q. O. ATOS e OUTROS – Consulta, Questão de Ordem, Atos de Comissão e Projetos apresentados pelas Comissões
MSF – Mensagem "SF"
PRS – Projeto de Resolução
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
OFS – Ofício "SF"
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
PAR E REL. SUB – Parecer e Relatório das Subcomissões
EMEN PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
TUR SUPL – Turno Suplementar

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 31/03/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer a criação de Subcomissão Permanente destinada a avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer realização de audiência pública com a presença do Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal; Exmo. Sr. Alexandre Tombini e Sr. Henrique Meirelles, atual e ex Presidentes do Banco Central do Brasil, respectivamente; e de representante do Fundo Garantidor de Créditos, para prestarem esclarecimento sobre a operação de compra de ações do Banco PanAmericano pela Caixa Econômica Federal, com a anuência do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Rejeitado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para debater, possivelmente em dois ou três encontros, a Diretriz Principal de Governo da Presidenta Dilma Rousseff de "erradicar a pobreza absoluta", "promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade" e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Antonio Palocci, Ministro Chefe da Casa Civil; Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Exma. Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; Exma. Sra. Tereza Campelo, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Exmo. Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social; Exmo. Sr. Afonso Bandeira Florence, Ministro de Desenvolvimento Agrário; Exmo. Sr. Gilberto Carvalho, Secretário-Geral da Presidência da República; Sra. Ana Fonseca, Secretária Extraordinária de Erradicação da Pobreza; Sr. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; Exmo. Sr. Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Exmo. Sr. José Augusto Guarnieri Pereira, Prefeito de Santo Antonio do Pinhal-SP; Sr. Philippe Van Parijs, Co-fundador e Presidente do Conselho Consultivo Internacional da Basic Income Earth Network (BIEN), Professor da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, e Professor-visitante da Universidade de Harvard (USA); Sr. Guy Standing, Co-fundador e Co-presidente de Honra da Basic Income Earth Network (BIEN) e Professor da Universidade de Bath (UK); Sr. João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ; Sr. Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Sra. Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS); Sr. Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Sra. Lena Lavinas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Sr. Fábio Waltenberg, do Centro de Estudos sobre Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense (CEDE-UFF).

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer que seja o Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil convidado para prestar informações acerca das políticas monetária, creditícia e cambial, e da economia brasileira em 2011.

Autoria: Senador Francisco Dornelles
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer que seja o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda convidado para prestar informações acerca da economia brasileira e do cenário para 2011 esperado pelo Governo Federal.

Autoria: Senador Francisco Dornelles
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011-CAE
NÃO TERMINATIVO

Requer a criação de Subcomissão Temporária destinada a acompanhar e avaliar o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro e Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 02, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova a indicação por 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma

abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatório: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova a indicação por 20 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles, para exposição do Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Alexandre Tombini, sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007, e também para "prestar informações acerca das políticas monetária, creditícia e cambial, e da economia brasileira em 2011".

PARTICIPANTE

Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 55, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8884, de 11 de junho de 1994, inciso III, letra "d" da Constituição Federal, o nome do Senhor MARCOS PAULO VERÍSSIMO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova a indicação por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 56, DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "F" da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor César Costa Alves de Mattos.

Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova a indicação por 21 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Ordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 11
Mensagem (SF): 05
Requerimento – CAE: 06

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais para o Biênio 2011/2012.

Resultado: Foram eleitos os Senadores Jayme Campos (Presidente) e Casildo Maldaner (Vice-Presidente).

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Planejamento dos Trabalhos da Comissão para o Biênio 2011/2012.

Resultado: Fica estabelecido pela Comissão que suas Reuniões ocorrerão às quartas-feiras, 9 horas.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011–CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de **audiência pública conjunta**, no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), para debater, possivelmente em dois ou três encontros, a Diretriz Principal de Governo da Presidenta Dilma Rousseff de "erradicar a pobreza absoluta", "promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade" e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos. Para tanto, indicamos, como convidados-expositores, as autoridades e os professores e pesquisadores a seguir nomeados:

- Antonio Palocci, Ministro Chefe da Casa Civil;
- Guido Mantega, Ministro da Fazenda;
- Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego;
- Tereza Campelo, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social;
- Afonso Bandeira Florence, Ministro de Desenvolvimento Agrário;
- Gilberto Carvalho, Secretário-Geral da Presidência da República;
- Ana Fonseca, Secretária Extraordinária de Erradicação da Pobreza;
- Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária;
- Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- José Augusto Guarnieri Pereira, Prefeito de Santo Antonio do Pinhal-SP;
- Philippe Van Parijs, Co-fundador e Presidente do Conselho Consultivo Internacional da Basic Income Earth Network (BIEN), Professor da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, e Professor-visitante da Universidade de Harvard (USA);
- Guy Standing, Co-fundador e Co-presidente de Honra da Basic Income Earth Network (BIEN) e Professor da Universidade de Bath (UK);

- João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ;
- Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS);
- Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Lena Lavinas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e
- Fábio Waltenberg, do Centro de Estudos sobre Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense (CEDE-UFF).

Autoria: Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Wellington Dias, Aníbal Diniz, João Pedro, José Pimentel, Walter Pinheiro e Senadoras Angela Portela, Ana Rita, Gleisi Hoffman e Marta Suplicy.

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta § 6º ao art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito e autorizar o arbitramento da respectiva remuneração.

Autoria: Deputado Maurício Rands
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) ao PLS 385, de 2008, em Turno Único. Ficam prejudicados o Projeto e a Emenda nº 1-CAE. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do art. 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (que "Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial").

Autoria: Deputado Paulo Paim
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011–CAS
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, com base no art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da Subcomissão Temporária de

Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e Drogas, com a finalidade de analisar e propor soluções para o problema do consumo de álcool e drogas psicoativas pela população brasileira, bem como, acompanhar e debater as políticas públicas direcionadas ao equacionamento da questão, e também tratar desse grave flagelo social que deixou de ser restrito à segurança pública e policial, e passou a ser um problema de saúde pública, que terá como objetivo discutir o "crack" sob todos os aspectos: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada".

Autoria: Senador Wellington Dias e Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011–CAS
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor Garibaldi Alves Filho, Ministro de Estado da Previdência Social, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos dois anos".

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senador Paulo Davim
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Paulo Paim
Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 385, de 2008, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 520, DE 2003
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra e altera o art. 1º da Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com redação dada pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, para declarar feriado nacional o dia 20 de novembro.

Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados
Autoria do PLS: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Revoga o art. 792 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Que trata da reclamação trabalhista por parte dos maiores de 18 e menores de 21 anos e das mulheres casadas).

Autoria: Deputado Alberto Fraga
Relatoria: Senador João Durval

Relatório: Favorável ao Projeto, com as duas Emendas de redação oferecidas pela CCJ.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ-CAS e 2-CCJ-CAS.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011–CAS
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor ALEXANDRE PADILHA, Ministro de Estado da Saúde, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos quatro anos.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
MENSAGEM (SF) Nº 49, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à consideração do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I do Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, o nome do Senhor JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Dirceu Raposo de Mello.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor Jaime César de Moura Oliveira, para exercer o cargo de Diretor da ANVISA, com 18 (dezoito) votos sim, 1 (um) voto não e nenhuma abstenção.

ITEM Nº 06
MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor BRUNO SOBRAL DE CARVALHO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria "Ad hoc": Senadora Ângela Portela
Relatório: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor Bruno Sobral de Carvalho, para exercer o cargo de Diretor da ANS, com 18 (dezoito) votos sim, 1 (um) voto não e nenhuma abstenção.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Extraordinária – Deliberativa: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 11
Mensagem (SF): 02
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01
Substitutivo da Câmara dos Deputados (não terminativo): 01
Requerimento - CAS: 04

Obs.: Substitutivo do Projeto de Lei do Senado: 01

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CASDEF (CAS)

Presidente: Senador Lindbergh Farias
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CADESF para o biênio 2011/2012.

Resultado: Foram eleitos o Senador Lindbergh Farias (Presidente) e a Senadora Marisa Serrano (Vice-Presidente).

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01 , DE 2011-CASDEF
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Subcomissão, em razão do Ato pelo Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Fernando Cotta, Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal - CORDE/DF, e Sra. Adriana Alves, Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil - MOAB".
Autoria: **Senador Lindbergh Farias.**
Resultado: Aprovado

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CASDEF, de autoria do Senador Lindbergh Farias, com o objetivo de tratar de demandas concretas referentes ao transtorno do espectro autista, tendo em vista o Dia Mundial de conscientização do Autismo, 2 de abril.

PARTICIPANTES

- Fernando Cotta - Coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal – CORDE/DF.
- Adriana Alves - Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil – MOAB.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública e Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento: 01

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, para o biênio 2011/2012.

Resultado: Foram eleitos o Senador Paulo Paim (Presidente) e a Senadora Lídice da Mata (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Extraordinária - Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subucomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras drogas – CASDEP.

Resultado: Eleitos o Senador Wellington Dias (Presidente) e a Senadora Ana Amélia (Vice-Presidente).

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Apresentação do Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas – CASDEP.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011 – CASDEP
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja realizado, no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas da Comissão de Assuntos Sociais, um Ciclo de Debates destinado a discutir o uso disseminado do "crack", sob os seguintes aspectos: ações sociais e prevenção; segurança pública e legislação e, por fim, saúde pública e tratamento. O Ciclo de Debates consistirá na realização de 3 (três) painéis, com os seguintes convidados, respectivamente:

1º Painel – Ações Sociais e Prevenção
- Sr. Carlos Roberto Lupi – Ministro do Trabalho e Emprego;
- Sr. Antônio Palocci – Ministro da Casa Civil da Presidência da república;
- Sr. Rômulo Paes de Sousa - Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Sra. Maria do Rosário Nunes - Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Sra. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva – Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação;
- Sr. Manoel Soares – Jornalista e integrante da Central Única das Favelas (CUFA);
- Sr. Célio Luiz Barbosa – Representante da Fazenda da Paz.

2º Painel – Segurança Pública e Legislação
- Sra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte - Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça;
- Sr. Sr. Leandro Daiello Coimbra - Diretor-Geral da Polícia Federal, ou representante;
- Sra. Doralice Nunes Alcântara - Secretária de Assistência Social e do Trabalho de Ponta Porã (MS).

3º Painel – Saúde Pública e Tratamento
- Sr. Roberto Tykanori - Coordenador de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde;
- Sr. Roberto Luiz D´Avila - Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM);
- Sr. José Luiz Gomes Do Amaral - Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB);
- Sr. Antonio Geraldo Da Silva - Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP);
- Sr. Luis Roberto Sdoia – Presidente da Instituição Padre Haroldo;
- Sr. Frei Hans Stapel – Fundador e representante da Fazenda da Esperança.

Autoria: Senadora Ana Amélia, Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011 – CASDEP
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência pública, com o Senhor Bo Mathiasen, representante regional da UNODC – Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime - entidade pertencente a Organização das Nações Unidas – ONU; representante da Organização Mundial da Saúde – OMS; representante da Fazenda Esperança e representante do Instituto Padre Haroldo, para debater questões pertinentes ao objetivo da referida subcomissão.

Autoria: Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia, e Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinária - Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 02
Requerimentos: 02

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício Oliveira
Vice-Presidente: Senador José Pimentel

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 178, DE 2010

TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Pela aprovação do Projeto e contrário à Emenda n° 1.
Resultado: Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda n° 1. Votam vencidos os Senadores Luiz Henrique, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres, para a Emenda n° 1.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 368, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim
Autoria da Emenda nº 1-PLEN: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda n° 1-PLEN.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável ao Projeto e à Emenda n° 1-Plen.

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o efeito do diploma de nível superior para a qualificação profissional.

Autoria: Senador Geovani Borges e outros
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Contrário à Proposta.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, contrário à Proposta.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para estabelecer suspensão temporária do prazo para apresentação de impugnação a auto de infração e a notificação de lançamento.

Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 481, de 2008. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2010
TERMINATIVO

Altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com sete Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 7-CCJ.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 58, parágrafo 2º, incisos II e V, da Constituição da República e do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ/SF), ciclo de audiências públicas sobre o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecentes (especialmente o *crack*) no seio da infância e da juventude brasileiras, contando com a participação dos seguintes expositores convidados:

- AGUINALDO SILVA, teledramaturgo, escritor e jornalista;
- ALBERTO DINES, jornalista, fundador do Observatório da Imprensa e professor do curso de pós-graduação em Jornalismo da Escola superior de Propaganda e Marketing (ESPM – S.Paulo);
- ALEXANDRE RAPOSO, presidente da Rede Record de Televisão;
- CARLOS ALBERTO DE FRANCO, jornalista, escritor, diretor do curso Máster em jornalismo do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS) e da Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha);
- EMANUEL CARNEIRO, Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); EUGÊNIO BUCCI, jornalista, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) da ESPM-SP e presidente da antiga Radiobrás;
- FERNÃO LARA MESQUITA, jornalista e membro da direção do Grupo Estado (jornal O Estado de São Paulo);
- GUILHERME CANELA DE SOUZA GODÓI, cientista político e diretor de Comunicação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no Brasil;
- HERÓDOTO BARBEIRO, jornalista, professor de Historio e âncora da rádio CBN – São Paulo;
- ISABEL CRISTINA CAVALCANTI CARLOS, professora da Escola de Saúde Pública do Ceará;
- JOHNNY SAAD, presidente do Grupo Bandeirantes de Rádio e Televisão (Band);
- LUIZ ALENCAR LARA, presidente da Associação Brasileira das Agências de Propaganda (Abap);
- MARIA SALETE BESSA JORGE, professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE);
- PAULO BERNARDO, Ministro das Comunicações;
- ROBERTO CIVITA, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril;
- ROBERTO DA MATTA, antropólogo, escritor, colunista, professor do Deptº de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), fundador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS) e ex-professor da Universidade Notre Dame, Indiana, e ex-pesquisador do Instituto Kelogg (Estados Unidos);
- ROBERTO IRINEU MARINHO, presidente das Organizações Globo;
- RICARDO PEDREIRA, jornalista e diretor-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ);
- SÉRGIO GROISMAN, comunicador (Rede Globo e Canal Futura); e
- TEREZA CRUVINEL, jornalista e diretora-presidente da Empresa Brasileira da Comunicação (EBC).

Autoria: Senador Eunício Oliveira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 101, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir os seguintes problemas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE: 1) ameaças que vêm sofrendo os juízes federais criminais e suas famílias, por parte de organizações criminosas; 2) prerrogativa única e exclusiva à Justiça Federal, para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos; 3) impasse remuneratório vivido pela magistratura federal (reajuste subsídios); e, 4) ampliar a participação dos membros da Magistratura Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais. Para tanto, solicito seja convidado o Presidente da AJUFE, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.
Autoria: Senador Aníbal Diniz
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2008
TERMINATIVO

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para estabelecer suspensão temporária do prazo para

apresentação de impugnação a auto de infração e a notificação de lançamento.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 481, de 2008, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 02
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o "caput" do art. 38 da Constituição Federal. (Aplicam as disposições de mandato eletivo ao servidor público em exercício).
Autoria: Senador Fernando Collor e outros
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria *ad hoc*: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável à Proposta.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à Proposta.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta um artigo 244-B, na Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1.990 ("Estatuto da Criança e do Adolescente"), para criminalizar a prática remunerada de ato libidinoso ou conjunção carnal com criança ou adolescente.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Projeto.
Resultado: Aprovada a declaração de prejudicialidade do PLS nº 292, de 2009.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

Na forma regimental, requer que o Projeto de Lei nº. 91, de 2011, que "Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre", de autoria do Senador PEDRO TAQUES, tenha o seu estudo e apreciação feitos em reunião conjunta das Comissões de distribuição, nos termos do art. 49, combinado com o art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal.
Autoria: Senador Sérgio Petecão.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CCJ
NÃO TERMINATIVO

Requer realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 268/2002, nos termos do Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, convidando-se, para tanto, as seguintes entidades: Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Nutricionistas; e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde.
Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Ordinária – Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 12
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02
Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01

Emenda PLEN: 01
Proposta de Emenda à Constituição: 02
Requerimento – CCJ: 04

Obs.: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (terminativo): 01

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANALISAR O PRS Nº 96, DE 2009 – REFORMA ADMINISTRATIVA – CCJSTRA (CCJ)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy
Relator: Senador Ricardo Ferraço.

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da subcomissão temporária para analisar o PRS n° 96, de 2009.

Resultado: Eleitos os Senadores Eduardo Suplicy (Presidente) e Ricardo Ferraço (Relator)

REUNIÃO REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Para instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, que "altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

PARTICIPANTE

Marcus Vinícius Rodrigues, Professor e Coordenador de Elaboração de Projetos da Fundação Getúlio Vargas.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para o Biênio 2011/2012

Resultado: Foram eleitos os Senadores Roberto Requião (Presidente) e Marisa Serrano (Vice-Presidente)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer e esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a abertura dos trabalhos desta Comissão, com vistas a expor as Diretrizes do Plano De Governo para os próximos anos."
Autoria: **Senador Roberto Requião**

Resultado: **Aprovado**

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, Inciso III da Constituição Federal combinado com o Art. 90, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados a comparecer a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Ana de Hollanda, e o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, com vistas a expor as prioridades dos respectivos Ministérios para os próximos anos."
Autoria: **Senador Inácio Arruda**

Resultado: **Aprovado**

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011–CE, de autoria do Senador Roberto Requião, para exposição dos "Planos e Diretrizes do Ministério da Educação para os próximos quatro anos".

PARTICIPANTE

Fernando Haddad**,** Ministro de Estado da Educação.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante. Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Sr. Eliezer Moreira Pacheco – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC); Sr. Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca – Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); Sr. Paulo Roberto Ziulkoski - Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM); Sr. Eduardo Fagundes – Coordenador Executivo do ProJovem Urbano de São Leopoldo/RS.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011–CE

NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir os critérios utilizados na avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).
À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, professor; Sônia Schwartz Coelho, Coordenadora-Geral dos Programas do Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Alfredo Boulos Júnior – Presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos; Jorge Yunes – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Didáticos.

Autoria: Senadora Kátia Abreu
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 08, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater a aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia, com a presença dos seguintes convidados: o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Sr. Ricardo Terra Teixeira, o Presidente do Clube dos 13, Sr. Fábio André Koff, e representantes dos canais de televisão aberta.

Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento dos projetos de lei abaixo elencados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação desse colegiado a respeito da tramitação das matérias que versam sobre instituição de datas comemorativas, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 9 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação das referidas proposições.

Autoria: Senador Roberto Requião
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XI e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até a manifestação daquele colegiado (art. 335, inciso I).

Autoria: Senador Roberto Requião
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento Nº 05/2011-CE, que propõe a realização de Audiência Pública destinada a "discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante", aprovado por esta Comissão em 22 de março do corrente, para que seja incluído o nome do Senhor Daniel Carrara, Secretário Executivo do SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, entre os participantes da Audiência Pública.

Autoria: Senadora Kátia Abreu
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CE, de autoria do Senador Inácio Arruda, para conhecimento dos "Planos e Diretrizes do Ministério do Esporte para os próximos quatro anos".

PARTICIPANTE

Orlando Silva, Ministro de Estado do Esporte.

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 2008
(Turno Suplementar)
TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para assegurar aos profissionais do magistério em exercício da docência em regime de tempo integral metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas no trabalho de interação com os alunos previsto em seu plano curricular.

Autoria: Senadora Fátima Cleide
Relatoria: Senador Augusto Botelho
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Matéria adotada pela Comissão. (Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal)

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2009
(Turno Suplementar)
TERMINATIVO

Determina a instalação de quadras esportivas e locais apropriadas para a prática dos esportes olímpicos nas escolas da educação básica.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador José Nery
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido
Resultado: Matéria adotada pela Comissão. (Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal)

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 09/2011 – CE
NÃO TERMINATIVO

Requeiro a V.Ex.ª, nos termos regimentais, a realização de reunião de audiência pública com o objetivo de discutir o processo de expansão da educação infantil após a aprovação de legislação destinada a favorecer sua universalização. Nessas condições, indico para convidados-expositores:Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Daniel Silva Balaban, presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação; Dioclécio Campos Júnior, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria e Secretário da Criança do Governo do Distrito Federal; Vital Didonet, Ex-presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar/Brasil e vice presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar para a América Latina, ex-coordenador de educação pré-escolar no Ministério da Educação.

Autoria: Senadora Ângela Portela
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento de nº 08/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública para debater "A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia", requeiro que a mesma seja desmembrada em duas audiências públicas, com os seguintes convidados, respectivamente: 1ª Audiência Pública - Sr. Fernando de Magalhães Furlan, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF); Sr. Fábio André Koff, Presidente do Clube dos Treze; Representante da Rede Globo; Representante da Rede TV; Representante da Rede Record. 2ª Audiência Pública - Sr. Andrés Navarro Sanchez, Presidente do Sport Club Corinthians; Sr. Juvenal Juvêncio, Presidente do São Paulo Futebol Clube; Sra. Patrícia Amorim, Presidente do Clube de Regatas do Flamengo; Sr. Paulo Odone Chaves de Araújo Ribeiro, Presidente do Grêmio Foot Ball Porto Alegrense; Sr. Vilson Ribeiro de Andrade, Vice-Presidente do Coritiba Foot Ball Club; Sr. Marcelo Guimarães Filho-Presidente do Bahia Futebol Clube.

Autoria: Senadoras Ana Amélia e Marisa Serrano
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011–CE
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento de nº 05/2011 – CE, que trata da realização de audiência pública, para "discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante", requeiro que sejam incluídos entre os convidados os seguintes nomes: Sr. Clésio de Andrade – Presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Sr. Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Sr. Márcio Lopes de Freitas – Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Sr. Paulo Skaf - Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária - Audiência Pública: 02
Ordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 13
Requerimento - CE: 11
Turno Suplementar do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice Presidente: Senadora Kátia Abreu

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, §2, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, *a* e *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão e da Subcomissão destinada a acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte, para discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto da usina hidrelétrica Belo Monte, com os seguintes convidados:
- representante do Ministério do Meio Ambiente e
- representante do Consórcio Norte Energia.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ADITAMENTO N° 01 AO REQUERIMENTO N° 01, DE 2011-CMA

Em aditamento ao Requerimento n° 01, de 2011-CMA, que solicitou a realização de audiência pública com o objetivo de "discutir o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte", requeiro que seja acrescentado, como convidado, um representante do Ministério Público Federal responsável pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural.

Autoria: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques e Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, *a*, *c*, *d* e *f* do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965), atualmente em curso no Congresso Nacional.

O Ciclo de Debates ocorrerá por meio da realização de 4 (quatro) audiências públicas, com a participação, respectivamente:
- da comunidade científica, representada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC);
- do setor agrícola, representado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);
- do Governo Federal, representado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministério do Meio Ambiente; e
- das organizações não-governamentais, representadas pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e pelo Instituto Socioambiental (ISA).

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ADITAMENTO N° 01 AO REQUERIMENTO N° 02, DE 2011-CMA

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeremos acrescentar as seguintes entidades e os seguintes convidados:
– Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente;
– Sra. Marina Silva, ex-Senadora da República;
– Sr. Roberto Rodrigues, ex-Ministro do Meio Ambiente;
– Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio;
– Sr. Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados;
– Sr. Pedro Antonio Arraes Pereira, Presidente da EMBRAPA;
– Sr. Gustavo Ribas Curcio, Pesquisador da EMBRAPA Florestas;
– Sr. Alysson Paulinelli, ex-Ministro da Agricultura;
– Sr. Eliseu Roberto de Andrade Alves, Pesquisador da EMBRAPA;
– Federações Estaduais da Agricultura (Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pará ou Acre);
– SOS Mata Atlântica;
– Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA);

– Grupo de Trabalho Amazônico (GTA);
– Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS);
– Associação Amigos da Terra;
– Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM); e
– Um representante da área jurídica com formação em direito constitucional.

Autoria: Senadores Kátia Abreu, Blairo Maggi, Paulo Davim, Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Taques, Flexa Ribeiro, Aníbal Diniz, Valdir Raupp e Jorge Viana
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 3
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos regimentais do Senado Federal, em virtude da Comemoração do Dia Mundial da Água, no dia 22 de março corrente, para que seja debatida a política de uso racional da água. Para tanto serão convidados o Presidente da Agência Nacional de Água - ANA, e representantes do MAPA, e do Instituto Sócio Ambiental.

Autoria: Senadora Marisa Serrano e Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 4
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos art. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para promover o acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal. A título de sugestão, devem ser convidadas as autoridades e os representantes da sociedade civil a seguir:
– Mário Negromonte, Ministro de Estado das Cidades;
– Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda;
– Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
– Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal.

Autoria: Senadora Marisa Serrano e Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ADITAMENTO N° 01 AO REQUERIMENTO N° 04, DE 2011-CMA

Requer o aditamento do Requerimento n° 04, de 2011-CMA para promover o acompanhamento das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para a inclusão de mais representantes da sociedade civil, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, Paulo Simão e o presidente da Federação Nacional de Corretores de Imóveis – FENACI, Carlos Alberto Schmidt de Azevedo.

Autoria: Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO N° 05, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto n° 7.404, de 23/12/2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, o qual estabelece política para coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos e aproveitamento de detritos.
À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública:
– Sra. Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente;
– Sr. Victor Bicca, Presidente do Cempre;
– Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios;
– Sr. Severino Lima Júnior, representante do Movimento Nacional de Reciclagem; e

– Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Autoria: Senador Cícero Lucena
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 211 c/c o § 1º do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na competência da Subcomissão das Obras da Usina de Belo Monte, o acompanhamento da execução das obras das Usinas de Jirau e de Santo Antonio, a serem construídas no Rio Madeira, no estado de Rondônia.

Autoria: Senador Ivo Cassol
Resultado: Aprovado como diligência da Comissão nas obras das Usinas de Jirau e de Santo Antonio com aditamento da Senadora Kátia Abreu para visitação das eclusas do rio Madeira.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requerem a realização de uma audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a participação do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobrás Termonuclear S.A. (Eletronuclear), com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o programa nuclear brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo: sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes; plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos.

Autoria: Senadores Antonio Carlos Valadares e Jorge Viana
Resultado: Aprovado

ADITAMENTO Nº 2 AO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requer sejam acrescentados representantes das seguintes entidades:
– Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF e
– Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

Autoria: Senador Jorge Viana
Resultado: Aprovado

ADITAMENTO Nº 3 AO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requer seja ouvido também um representante do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador Pedro Taques
Resultado: Aprovado convite ao Procurador-Geral da República e à Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente - ABRAMPA

ADITAMENTO Nº 4 AO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requer seja convidado para participar dos debates o Sr. Antonio Herman de Vasconcellos

e Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 05/2011, incluindo o Senhor Lucien Mulder Belmonte, Superintendente da ABIVIDRO – Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro, como convidado à Audiência Pública perante esta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.404, de 23/10/2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, o qual estabelece política para coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos e aproveitamento de detritos.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011-CMA, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros senhores senadores, e ao Requerimento nº 7, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com adendo da Senadora Marisa Serrano, com o objetivo de debater o uso racional da água e as políticas públicas que regulam a questão.

PARTICIPANTES

- Vicente Andreu Guillo – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA;
- Ana Paula Caldeira Souto Maior – Advogada – Programa Política e Direito Socioambiental – ISA.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Jorge Viana, Requerimento nº 8, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, Requerimento nº 1, de 2011-CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros senhores Senadores e Requerimento nº 2, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o Programa Nuclear Brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares brasileiras e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre.

PARTICIPANTES

- Othon Luiz Pinheiro da Silva – Diretor-Presidente da Eletronuclear e
- Laércio Antonio Vinhas – Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

"Requer, com amparo no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o programa nuclear brasileiro e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado Brasileiro em caso de desastre. Devido à complexidade do tema e a diversidade de aspectos relacionados com a questão (técnicos, operacionais e políticos), propomos o fracionamento dos trabalhos em três audiências. A título de sugestão, serão convidados para exporem seus pontos de vista as seguintes autoridades: Primeira audiência pública – aspectos operacionais: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear; Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Segunda audiência pública – aspectos técnicos: José Goldemberg, Professor Dr. da Universidade de São Paulo (USP); Luiz Pinguelli Rosa, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Aquilino Senra Martinez, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Terceira audiência pública – aspectos políticos: representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, representante do Ministério de Minas e Energia, representante do Gabinete de Segurança Institucional".

Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 9, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

"Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma nova audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), com a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, para dar continuidade ao debate sobre o programa nuclear brasileiro e seu sistema de segurança".

Autoria: Senador Lobão Filho
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO N° 10, DE 2011-CMA
NÃO TERMINATIVO

Requer a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA) na audiência pública a ser realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados para, em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, avaliar as conquistas obtidas pelos consumidores e debater proposta de reformulação do CDC em curso no Senado Federal, conforme Requerimento nº 04/2011, aprovado naquela Comissão em 16 de março de 2011. A audiência pública contará com a presença dos seguintes convidados: Ministro Herman Benjamin, Presidente da Comissão Especial de Reforma do CDC do Senado Federal; Dra. Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Sr. Antônio Carlos da Fonseca, Subprocurador Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara do Ministério Público Federal; Sr. Jorge Alberto de Souza Madruga, Coordenador do Forum Nacional dos Procons; Sra. Maria Inês Dolci, Coordenadora Institucional do PROTESTE/SP; e Sra. Marilena Lazzarini, Coordenadora Executiva do IDEC.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DIREITO DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA,

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, Requerimento nº 1, de 2011-CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros Senadores, e Requerimento nº 2, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, com o objetivo de discutir o programa nuclear brasileiro.

PARTICIPANTES

- Luiz Pinguelli Rosa – Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e
- Aquilino Senra Martinez – Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros senhores senadores, com o Aditamento ao RQS nº 2/11-CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu, e ao Requerimento nº 11, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de realizar um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTE

Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados.

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Ordinária – Deliberativa: 02
Conjunta – Audiência Pública: 04

MATÉRIAS APRECIADAS: 10
Requerimento - CMA: 10

Obs.: aditamento a Requerimento: 07

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA – CMAGUA (CMA)

Presidente: Senador Marisa Serrano
Vice-Presidente: Senador Paulo Davim

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação da Subcomissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Água.

Resultado: Foram eleitos a Senadora Marisa Serrano (Presidente) e o Senador Paulo Davim (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA COPA DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016 - CMACOPOLIM (CAS)

Presidente: Senador Blairo Maggi
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena

REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação da Subcomissão e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Resultado: Foram eleitos os Senadores Blairo Maggi (Presidente) e Cícero Lucena (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o Biênio 2011/2012.

Resultado: Foram eleitos os Senadores Paulo Paim (Presidente) e Ana Rita (Vice-Presidente).

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Discussão do cronograma para o biênio 2011/2012.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

Deliberação dos assuntos acordados na reunião anterior, realizada no dia 10 de março e aprovação dos horários das reuniões e os principais temas que serão discutidos na Comissão.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, c/c 142, do Regimento Interno do Senado Federal, seja constituída comissão composta de três senadores, em representação desta Casa, para averiguar relevante situação no Estado do Acre, afeita à questão migratória dos haitianos, nas cidades de Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, as duas primeiras, fronteira viva com a Bolívia (Departamento de Pando), e a terceira, fronteira viva com o Peru (Departamento de Madre de Dios), haja vista os problemas sanitários, bem como irregularidades nas permissões de entrada no país, ademais do incremento dos problemas laborais. Para tornar efetiva a atuação da comissão, faz-se necessária a designação de 1 Consultor Legislativo e 2 servidores da Secretaria dessa Comissão de Direitos Humanos."

Autoria: Senador Sérgio Petecão
Resultado: Prejudicado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de ouvir o Sr. Andrei Netto em face dos acontecimentos ocorridos na Líbia, bem como a sua prisão nesse país."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro seja convidada a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Senhora Maria do Rosário Nunes, para informar e discutir com os senadores sobre a política do governo federal para a respectiva área."

Autoria: Senador Pedro Simon
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a disseminação das drogas no meio da juventude e nas famílias."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a violência nas escolas, notadamente contra os professores."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 08, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos sugestões ao Estatuto do Motorista."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 09, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a Campanha da Fraternidade 2011 com o Lema: "Fraternidade e Vida no Planeta" e Tema: "A criação geme em dores de parto" com vista à preservação do meio ambiente."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos o papel das usinas nucleares na vida do cidadão e do meio ambiente."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos acidentes de trânsitos envolvendo ciclistas, motociclistas e outros, face ao número de mortes nas vias urbanas e rodovias brasileiras."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos as ações nacionais e internacionais de Combate a Fome e a Miséria."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos o cumprimento do papel das agencias reguladoras na aplicação das leis que promovem a dignidade do consumidor."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, com base nos arts. 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, no prazo de seis meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão do acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas."

Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública para discutir a situação dos Planos de Saúde Privados no Brasil."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 14
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CDH

NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de debatermos o Estatuto da Igualdade Racial e os 8 (oito) anos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 15
REQUERIMENTO Nº 17, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública para discutir uma proposta de regulamentação de combustível no Brasil"

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, seja convidada a Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Secretaria para Política das Mulheres, Iriny Nicolau Corres Lopes, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH acerca das políticas públicas que o Governo Federal pretende implantar no que se refere ao combate à violência contra a mulher, a atual aplicação da Lei Maria da Penha e a valorização da condição da mulher."

Autoria: Senador Sérgio Petecão
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, 101, inciso II, e 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir os seguintes problemas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE: 1) ameaças que vêm sofrendo os juízes federais criminais e suas famílias, por parte de organizações criminosas; 2) prerrogativa única e exclusiva à Justiça Federal, para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos; 3) impasse remuneratório vivido pela magistratura federal (reajuste subsídios); e 4) ampliar a participação dos membros da Magistratura Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais. Para tanto, solicito que seja convidado o Presidente da AJUFE, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de diligência na cidade de Altamira, Estado do Pará, no sentido de ouvir as populações que poderão ser atingidas, quais sejam Indígenas, Quilombolas, Agricultores Familiares, Ribeirinhos, Moradores da Periferia de Altamira, entidades de direitos humanos, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, e demais movimentos sociais que se contrapõem ao empreendimento Belo Monte, que já está sendo terraplanado, bem como deverão ser ouvidos representantes do Ministério Público do Pará.."

Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 19
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Requer manifesto dos membros da CDH, em correspondência ou outro instrumento viável, à Ministra Miriam Melquior, manifestando preocupação com a não contratação de Auditores Fiscais do Trabalho aprovados em concurso realizado em 2010.

Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01-CDH, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon, para exposição da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, e discussão sobre a política do governo federal para a respectiva área."

PARTICIPANTE

Maria do Rosário Nunes – Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de debate sobre as ações nacionais e internacionais de Combate à Fome e à Miséria.

PARTICIPANTES:

- Milton Rondó Filho - Ministro - Coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate a Fome do Ministério das Relações Exteriores;
- Helder Mutéia - Representante da FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação;
- Ulisses Riedel - Presidente da ONG União Planetária; e
- **Selvino Heck – Assessor Especial da Presidenta da República.**

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública, no dia 02 de maio do corrente ano, a fim de debatermos a situação da empregabilidade dos trabalhadores experientes (acima de 45 anos)."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública, no dia 09 de maio do corrente ano, a fim de debatermos a situação do câncer de mama no Brasil."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a Reforma Política na Visão dos Movimentos Sociais."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos a proposta da ANVISA para a retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre os problemas carcerários e a privatização do sistema prisional brasileiro. Convidados: Doutor Álvaro Manzano, Procurador da República no Estado do Tocantins; Doutor João Costa Ribeiro Filho, Secretário de Segurança, Justiça e Cidadania; Doutor Ophir Cavalcante; Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil(OAB); Senhora Hebe Teixeira Romano; Coordenadora de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional(DEPEN); Diacóno Manoel Luis Tranquilino do Nascimento, Pastoral Carcerária Nacional, representando a CNBB(Confederação Nacional dos Bispos do Brasil)."

Autoria: Senador Vicentinho Alves
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater sobre a saúde, alcoolismo, drogas e soberania alimentar nas comunidades indígenas. Convidados: Senhor Marcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da FUNAI; Senhor Antônio Alves, Secretário Nacional de Saúde Indígena; Senhor Marcos Terena, Professor da Cátedra Indígena Internacional; Doutor Álvaro Manzano, Procurador da República no estado do Tocantins; e Doutor Hugo Hass, representante da Divisão Indígena da Polícia Federal no Tocantins."

Autoria: Senador Vicentinho Alves
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a proibição de entidades ou empresas brasileiras ou sediadas em território nacional estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante em outros países.

Autoria: Deputado Walter Pinheiro
Relatoria: Senadora Marinor Brito
Relator *ah hoc*: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requer a realização de audiência pública para debater a necessidade de criação de uma Secretaria Nacional da Criança. Sugere sejam convidados para debater em audiência pública o tema um representante do CONANDA e o Doutor Dioclécio Campos Júnior, Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requer a realização de Audiência Pública para debater o teor do Relatório produzido pela Comissão de procuradores Federais acerca do conteúdo do "Livro Negro do Terrorismo no Brasil", texto produzido pelo Projeto ORVIL em 1988. Requer ainda que participem como convidados: Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhora Eugênia Augusta Gonzaga Fávero – Procuradora da República em são Paulo e uma das autoras do Relatório; Lívia Nascimento Tinoco – Procuradora da República no Distrito Federal e uma das autoras do Relatório; Marcelo José Ferreira – Procurador da República em Marabá /PA e um dos autores do Relatório; Marlon Alberto Weichert – Procurador Regional da República – 3ª. Região e um dos autores do Relatório; Senhor Leônidas Pires Gonçalves – ex-ministro do Exército na época da execução do Projeto ORVIL; Senhor Sérgio Augusto de Avellar Coutinho – General de Brigada do Exército (reformado) e identificado como um dos participantes do Projeto ORVIL."

Autoria: Senadora Marinor Brito
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeiro, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de debater a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006), que voltou a figurar nos noticiários, no judiciário e na sociedade, possíveis alterações em função de interpretações díspares sobre a sua aplicabilidade. Para cumprir essa finalidade indicamos como convidados: A Ministra de Estado Iriny Lopes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Ministra de Estado Maria do Rosário da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Ministra de Estado Luiza Bairros da Secretaria Especial da Igualdade Racial; e o Ministro Cezar Peluso – Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ."

Autoria: Senadora Ângela Portela
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, Requeiro a realização de Audiência Pública em comemoração ao Dia Nacional do Sistema Braile."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2011 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, com o objetivo de debater o Estatuto da Igualdade Racial e os 8 (oito) anos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

PARTICIPANTES

- **Mário Theodoro – Secretário Executivo –, em representação a Ministra Luiza Bairros da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR;**
- **Valéria Oliveira – Chefe de Gabinete -, em representação ao Deputado Federal Edson Santos de Souza;**
- **Eloi Ferreira de Araújo – Presidente da Fundação Cultural Palmares – Ex-Ministro da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR;**
- **Matilde Ribeiro – Assistente Social - Ex-Ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR;**
- **Humberto Adami Santos Junior – Diretor da Associação dos Advogados do Banco do Brasil – ASABB; e**
- **Fernando Benicio dos Santos – Coordenador da EDUCAFRO de Brasília (Educação de Afrodecendentes e Carentes).**

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

"Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para apresentação de projetos sociais do Tribunal de Contas da União – TCU."

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
SUGESTÃO Nº 1, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências.

Autoria: Associação em Defesa do Autista
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela Aprovação da matéria, com o Projeto de Lei que apresenta.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública intitulada "Poesia e o Direitos Humanos", em comemoração ao Dia Nacional da Poesia, ocorrido no dia 14 de março. Para tanto gostaria que fosse convidado, dentre outros convidados a ser indicado posteriormente por este senador, o poeta Tiago de Melo.

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso III, do RISF, requeiro a realização de audiência pública a fim de debatermos o cancelamento de restos a pagar de 2010 (Decreto 7.418, de 31 de dezembro de 2010), bem como a dificuldade de análise dos processos junto à Caixa Econômica Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CDH
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública intitulada "Empregada Doméstica e os Direitos Humanos", em comemoração ao Dia Nacional da Empregada Doméstica, que ocorrerá dia 27 de abril.

Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 07
Extraordinária – Deliberativa: 04
Extraordinária – Não Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 35
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Requerimentos "CDH": 33
Sugestão (não terminativo): 01

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO (SF) Nº 67, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, na Feira "ITB Berlin 2011", em Berlim, Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, desse Regimento, que se ausentará do País, no período de 8 a 14 de março de 2011, para o desempenho dessa missão.

Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Vital do Rego
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011–CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.

Autoria: Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo do Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011–CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do inciso V do §2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antonio de Aguiar Patriota, diante da situação de emergência instalada em países do Oriente Médio, para informar e discutir com os senadores sobre a condição em que vivem atualmente os milhares de brasileiros naquelas nações, bem como avaliar o impacto e as conseqüências nas relações desses países com o Brasil.

Autoria: Senador Pedro Simon
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 29, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO (SF) Nº 81, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 13, combinado com os arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada sua participação no "GSMA Móbile World Congress 2011", a realizar-se na cidade de Barcelona (Espanha), quando estará ausente do país, no período de 10 a 20 de fevereiro de 2011.

Autoria: Senador Walter Pinheiro
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011–CRE
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato nº 2 da CRE, e considerando o agravamento da situação crítica por que passa a população japonesa – aí incluídos os mais de 240 mil brasileiros que lá residem – em função da ameaça de desastre nuclear e das terríveis conseqüências do terremoto e do tsunami ocorridos, requeiro seja externado VOTO DE SOLIDARIEDADE ao Governo e ao povo do Japão, aos brasileiros residentes naquele País, bem como a seus familiares no Brasil. Importante registrar, ainda, a carência de informações mais precisas sobre os impactos do acidente nuclear na usina de Fukushima, o que nos preocupa sobremaneira e nos torna mais solidários para com os habitantes do Império do Sol Nascente.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Fernando Collor
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 79, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área de Submarinos, celebrado no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador João Pedro
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CRE
NÃO TERMINATIVO

Requer seja convidado o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, para participar de audiência pública nesta Comissão, em data a ser oportunamente acordada, para tratar da Política Externa Brasileira.

Autor: Senador Francisco Dornelles
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011 - CRE
NÃO TERMINATIVO

Requer seja convidado o Ministro das Minas e Energia, Senador Edson Lobão, para informar e ouvir as opiniões dos Senadores sobre o programa nacional de ampliação do uso de energia de fonte nuclear e sobre a segurança das atuais usinas em funcionamento em Agra dos Reis.

Autor: Senador Cristovam Buarque

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO (SF) Nº 248, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de solidariedade e apoio à posição do Brasil em prol de um cessar-fogo imediato na Líbia.
Autor: Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg e outros Senhores Senadores
Relatora: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer, favorável à matéria.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Extraordinária – Deliberativa: 01
Ordinária – Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 13
Mensagem (SF): 02
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 03
Requerimento – CRE (não terminativo): 05
Requerimento (SF): 03

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

REUNIÃO REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.
Resultado: Eleitos os Senadores Mozarildo Cavalcanti (Presidente) e Ana Amélia (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura para o Biênio 2011/2012.
Resultado: Foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia (Presidente) e o Senador Blairo Maggi (Vice-Presidente).

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Reunião destinada a dar conhecimento aos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura dos Atos nº 01 e 02 – CI, de 2009, cuja vigência fica mantida.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011–CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos Regimentais, a realização de Audiência Pública Conjunta desta Comissão com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para discutir o Programa Nuclear Brasileiro, com convidados a serem definidos.

Autoria: **Senadora Lúcia Vânia e Senadores Lindbergh Farias, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro**
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros senhores Senadores, Requerimento nº 7, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Jorge Viana, Requerimento nº 8, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e Requerimento nº 2, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, com o objetivo de debater o Programa Nuclear Brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares brasileiras e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre.

PARTICIPANTES

- Othon Luiz Pinheiro da Silva – Diretor-Presidente da Eletronuclear e
- Laércio Antonio Vinhas – Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO N° 2, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

"Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma nova audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), com a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, para dar continuidade ao debate sobre o programa nuclear brasileiro e seu sistema de segurança".
Autoria: Senador Lobão Filho
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DIREITO DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA,

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros Senadores, Requerimento nº 8, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e Requerimento nº 2, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, com o objetivo de discutir o programa nuclear brasileiro.

PARTICIPANTES

- Luiz Pinguelli Rosa – Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e
- Aquilino Senra Martinez – Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Com fundamento no art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra de Souza Coelho, para prestar informações nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura –CI, sobre as medidas preventivas alusivas aos acidentes e catástrofes nas diversas regiões do País.

Autoria: Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de debates, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de estudar e debater questões pertinentes aos investimentos necessários em infraestrutura que viabilizem a extração do petróleo no pré-sal, com a participação de expositores a serem definidos, oportunamente, pelo Plenário desta Comissão

Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº5, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado José Leônidas Cristino, Secretário de Portos da Presidência da República, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Walter Pinheiro

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública, para discutir o Projeto Norte Competitivo, que tem como objetivo a elaboração do Planejamento Estratégico da Infraestrutura de Transporte e Logística de Cargas da Amazônia Legal, com as presenças de representantes do Ministério dos Transportes, da Confederação Nacional das Indústrias, das Federações das Indústrias da Amazônia Legal e da empresa de consultoria Macrologística.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Inácio Arruda
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CI
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, combinado com o art. 93, II, do RISF, e considerando a indefinição do Governo Federal referente ao financiamento da construção do trem-bala e dos debates que têm ocorrido entre os especialistas quanto à viabilidade do projeto, que seja realizada audiência pública com a presença dos senhores Bernardo Figueiredo, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Transporte Ferroviário - ANTT, Joseph Barat, Economista da Planam Consult - Planejamento, Assessoria e Monitoração de Projetos Ltda. e Marcos Mendes, Consultor Legislativo do Senado Federal e outros especialistas, para apresentarem à Comissão de Infra-Estrutura, informações sobre o tema.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária - Deliberativa: 03
Conjunta - Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 08
Requerimento - CI: 08

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

Planejamento dos Trabalhos da Comissão para o Biênio 2011/2012.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 01, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Nos termos dos artigos 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a debater a Amazônia, em especial propostas de desenvolvimento sustentável, de forma que possibilite minimizar prejuízos ao seu meio ambiente e ecossistema, além de debater investimentos estruturais para a melhoria das condições do turismo na região.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 02, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do art. 73 combinando com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno, requeremos a criação da Subcomissão Permanente do desenvolvimento do Nordeste, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Autoria: Senador Wellington Dias
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 03, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo, com a presença de representantes dos seguintes órgãos: Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (ABREMAR) e Centro Nacional de Navegação (CentroNave).

Autoria: Senador Benedito de Lira
Resultado: Aprovado**,** com os seguintes acréscimos: Roberto Nami Garibe Filho, subchefia de Articulação e Monitoramento (Casa Civil da Presidência da República); Ricardo Martini Moesh, diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (Ministério do Turismo); Capitania dos Portos (Marinha do Brasil); representante do Ministério dos Transportes; e Frederico Bussinger, consultor de Portos e ex-presidente da Companhia Docas de São Sebastião (Requerimento nº 04/2011-CDR).

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 04, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Em aditamento ao Requerimento a ser votado nesta Comissão, que solicita a realização de audiência pública com o objetivo de "debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo", requeiro que seja acrescentado, como convidado, o Sr. Frederico Bussinger, consultor de portos e ex- Presidente da Companhia Docas de São Sebastião/SP.

Autoria: Senador Cícero Lucena
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

REUNIÃO ADMINISTRATIVA

Definição da composição e designação dos membros da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste

2ª PARTE

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 05, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Nos termos dos art. 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do CODESUL, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo destinada a debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da referida região.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e o artigo 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) um Ciclo de Debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil, tais como logística, inclusão digital e guerra fiscal. O Ciclo de Debates consistirá na realização de 3 (três) painéis, com os seguintes convidados, respectivamente: 1º Painel – A Importância da Logística para o Desenvolvimento Regional – Senhor Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes; Senhor José Ramos Torres de Melo Filho, Presidente da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Senhor Rodrigo Otaviano Vilaça, Presidente da Associação Brasileira de Logística; e Senhor Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; 2º Painel – Inclusão Digital como Fator de Desenvolvimento Regional – Senhor Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado das Comunicações; Senhor Paulo Eduardo Kapp, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás; Senhor Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital; e Senhor Constantino Orsolin, Prefeito do Município de Canela (RS); 3º Painel – A guerra fiscal como obstáculo ao desenvolvimento regional – Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); Senhor Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Deputado Federal Pepe Vargas, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa; e Senhor Ricardo Nunes de Miranda, Consultor Legislativo do Senado Federal.

Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado o requerimento, com a inclusão de mais um Painel, o de Número 4, que tratará de Logística Aeroportuária.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 07, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo, Sr. Pedro Novais, com vistas a expor os programas e planos de governo para os próximos anos.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 08, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, no âmbito das competências regimentais desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a criação de Subcomissão Temporária para acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 na cidade do Rio de Janeiro, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes. O prazo desta Subcomissão será o normatizado pelo Art. 76, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 09, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 03, 2011-CDR, para que seja convidado para participar da audiência pública que discutirá a situação dos portos marítimos de nosso país representante da Intersindical da Orla Portuária-ES.

Autoria: Senadora Ana Rita
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CDR
NÃO TERMINATIVO

Requeiro, nos termos Regimentais, que a Primeira Parte da Reunião que esta Comissão realizará no dia 23/03/2011, seja destinada à apresentação de Técnicos do Tribunal de Contas da União, que farão uma exposição sobre em que o Tribunal pode assessorar esta Comissão.

Autoria: Senador Benedito de Lira
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011 (ORDINÁRIA)

APRESENTAÇÃO DE TÉCNICOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Em atendimento ao Requerimento nº 10/2011-CDR, de autoria do Senador Benedito de Lira.

PARTICIPANTE

Marcelo Luiz Souza da Eira, Secretário Adjunto de Planejamento e Procedimento do TCU.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 03, 04 e 09, de 2011-CDR, de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Cícero Lucena e Ana Rita, respectivamente, com o objetivo de debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo.

PARTICIPANTES

- **Ricardo Martini Moesch – Diretor da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo;**
- **Antonio Maurício Ferreira Netto – Diretor de Revitalização e Modernização Portuária da Secretaria de Portos da Presidência da República;**
- **Márcia Leite – Coordenadora do Grupo de Estudos Técnicos de Infraestrutura de Operações da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (ABREMAR);**
- **José Adilson Pereira – Intersindical da Orla Portuária-ES.**

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Extraordinária – Deliberativa: 01
Ordinária – Deliberativa: 01
Ordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 10
Requerimento - CDR: 10

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - CDRDN (CDR)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012.

Resultado: Eleitos os Senadores Wellington Dias (Presidente) e Eduardo Amorim (Vice-Presidente).

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com adendo da Senadora Marisa Serrano, e ao Requerimento nº 3, de 2011-CMA, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros senhores senadores, com o objetivo de debater o uso racional da água e as políticas públicas que regulam a questão.

PARTICIPANTES

- Vicente Andreu Guillo – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA;
- Ana Paula Caldeira Souto Maior – Advogada – Programa Política e Direito Socioambiental – ISA.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, um ciclo de debates destinado a examinar, em todos os aspectos, a reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), em discussão no Congresso Nacional.

Autoria: Senadora Ana Amélia e Senadora Gleisi Hoffmann
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer sejam realizados, por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ciclos de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem

depoimentos, análises e informações, acerca do panorama do agronegócio brasileiro, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente, segurança alimentar e sistema tributário, bem como questões relacionadas à reforma agrária. Os eventos serão realizados às 6ª feiras, às 14 horas, na sala das Comissões.

Autoria: Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011-CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93, inciso II e 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado Excelentíssimo Senhor Deputado Aldo Rebelo, para participar de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir sobre o Projeto de Lei nº 1876, de 1999-CD, que "dispõe sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, exploração florestal e dá outras providências" (Revoga a Lei nº 4771, de 1965 – Código Florestal; Altera a Lei nº 9605, de 1998). (CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO).

Autoria: Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Resultado: Aprovado, com adendo do Senador Acir Gurgacz, no sentido de que seja realizada a audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011–CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "institui a Política Nacional de Abastecimento", com a presença dos seguintes convidados:
Prof. Dr. Renato Maluf – Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA);
Dra. Maria Emília Pacheco – Representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar;
Dr. Sílvio Porto – Diretor de Política Agrícola e Informação da CONAB; e
Dra. Maya Takagi – Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy, Senadora Marisa Serrano e Senador Marcelo Crivella
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011–CRA
NÃO TERMINATIVO

Requer,nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizda, no âmbito desta Comissão. audiência pública com a finalidade de avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo Plano e discutir o aperfeiçoamento do Modelo de Política Agrícola, com a presença das seguinte autoridades:
Sr. Luís Carlos Guedes Pinto – Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil - BB;
Sr. Laudemir André Müller – Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
Sr. Edilson Guimarães – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA;
Sr. Gilson Bittencourt – Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda - MF;
Entidades representativas da agricultura e dos agricultores brasileiros.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2011-CRA, de autoria do Senador Acir Gurgacz, e ao Requerimento nº 2, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e outros senhores senadores, com o Aditamento ao RQS nº 2/11-CMA, de autoria da Senadora Kátia Abreu,com o objetivo de realizar um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965).

PARTICIPANTE

Deputado Aldo Rebelo, relator do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara dos Deputados.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Extraordinária – Deliberativa: 01
Conjunta - Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 05
Requerimento – CRA: 05

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para o Biênio 2011/2012

Resultado: Foram eleitos os Senadores Eduardo Braga (Presidente) e Gim Argello (Vice-Presidente).

REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 01, 2011–CCT
NÃO TERMINATIVO

Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante e das Comunicações, Paulo Bernardo, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos.

Autoria: Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011–CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, para apresentação das Diretrizes e Programas Prioritários do Ministério das Comunicações para os próximos dois anos.

PARTICIPANTE

Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações.

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, ao Requerimento nº 7, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Jorge Viana, Requerimento nº 8, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e ao Requerimento nº 1, de 2011-CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros senhores Senadores, com o objetivo de debater o Programa Nuclear Brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares brasileiras e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre.

PARTICIPANTES

- Othon Luiz Pinheiro da Silva – Diretor-Presidente da Eletronuclear e
- Laércio Antonio Vinhas – Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CCT
NÃO TERMINATIVO

"Requer, com amparo no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o programa nuclear brasileiro e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado Brasileiro em caso de desastre. Devido à complexidade do tema e a diversidade de aspectos relacionados com a questão (técnicos, operacionais e políticos), propomos o fracionamento dos trabalhos em três audiências. A título de sugestão, serão convidados para exporem seus pontos de vista as seguintes autoridades: Primeira audiência pública – aspectos operacionais: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear; Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Segunda audiência pública – aspectos técnicos: José Goldemberg, Professor Dr. da Universidade de São Paulo (USP); Luiz Pinguelli Rosa, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Aquilino Senra Martinez, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Terceira audiência pública – aspectos políticos: representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, representante do Ministério de Minas e Energia, representante do Gabinete de Segurança Institucional".
Autoria: Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO N° 3, DE 2011-CCT
NÃO TERMINATIVO

"Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma nova audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), com a presença do Dr. Othon Luiz

Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, para dar continuidade ao debate sobre o programa nuclear brasileiro e seu sistema de segurança".
Autoria: Senador Lobão Filho
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, CONJUNTA DA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, COM A COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DIREITO DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2011-CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros Senadores, Requerimento nº 8, de 2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg e Requerimento nº 2, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Eduardo Braga, com o objetivo de discutir o programa nuclear brasileiro.

PARTICIPANTES

- Luiz Pinguelli Rosa – Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e
- Aquilino Senra Martinez – Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Conjunta – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 03
Requerimento - CCT: 03

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC
Presidente: VAGO
Vice-Presidenta: VAGO

Não houve reunião no período.

TOTAL DE REUNIÕES: 00

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 50
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS:

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI – 02/02 a 31/03/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	6									

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de março do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Angela Portela, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rego, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Gim Argello. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Aécio Neves, Cyro Miranda, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 3ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 4 de 2011, de 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de novembro de 2010, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 7 de 2011, de 31 de janeiro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2010, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, e informando, em cumprimento ao art. 42 da mesma Resolução, que não consta dos registros do Ministério, dos meses de outubro a dezembro de 2010, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Aviso nº 100 de 2010, de 30 de novembro de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 1 de 2011, de 3 de janeiro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de novembro de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 9 de 2011, de 27 de janeiro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao quarto trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 19 de 2011, de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-018 .996/2010-8, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 23 de 2010; Aviso nº 20 de 2011, de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.140/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 26 de 2010; e Aviso nº 21 de 2011, de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.157/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 31 de 2010. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à 1ª parte da Reunião. Item 1 - Mensagem do Senado Federal nº 52 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Alessandro Octaviani Luis para fazer sua exposição. Item 2 - Mensagem do Senado

Federal nº 53 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro", tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Sr. Fernando de Magalhães Furlan para fazer sua exposição. Após as exposições dos indicados, usam da palavra os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Lobão Filho, Francisco Dornelles e a Senadora Gleisi Hoffmann. O Presidente adia as argüições e as votações dos Itens 1 e 2 da Pauta da 1ª parte da Reunião para reunião extraordinária, a ser realizada em 16/3/2011, às 9h. A seguir a Presidência dá início a 2ª Parte da Reunião. Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 2 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 1º/3/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2-Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2005, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que "cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, destinado à captação de recursos para atendimento aos objetivos da Lei nº 10.753, de 2003 (Política Nacional do Livro)", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 5-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada. Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 114 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro, para atualizar a definição de livro e para alterar a lista de equiparados a livro", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 148 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Gilvam Borges, que "acrescenta dispositivos à Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, para apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, das despesas com a remuneração e formação de mão-de-obra prisional", tendo como Relator o Senador Demóstenes Torres, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3-CCJ. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada. Item 06- Projeto de Lei do Senado nº 347 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 07- Projeto de Lei do Senado nº 337 de 2009, terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados a aparelhos de destilação e de osmose inversa, destinados a dessalinização de água", tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 08- Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "estabelece que, após os idosos, os professores terão prioridade para recebimento da

devolução do Imposto de Renda da Pessoa Física", tendo como Relator o Senador Jayme Campos, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Declaro aberta a 4ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento:

- Avisos nº 04, de 2011, de 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Fazenda, nº 04, de 2011, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de novembro de 2010; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios;

- Aviso nº 07, de 2010, de 31 de janeiro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2010; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios; informando, em cumprimento ao art. 42 da mesma Resolução, que não consta dos registros do Ministério dos meses de outubro a dezembro de 2010 qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- Aviso nº 100, de 2010, de 30 de novembro de 2010, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas;

- Aviso nº 01, de 2011, de 03 de janeiro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9.069/95,o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de novembro de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas;

- Aviso nº 09, de 2011, de 27 de janeiro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao quarto trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária;

- Aviso nº 19, de 2011, de 02 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte nos autos do processo de nº TC018996/2010-8, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº 23/2010;

- Aviso nº 20, de 02 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte nos autos do processo de nº TC019140/2010-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado de nº 26/2010;

- Aviso nº 21, de 02 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC019157/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 31, de 2010.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

A primeira parte da pauta é composta pelas sabatinas dos novos dirigentes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2011

- Não terminativa -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade –, do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatório: a ser apreciado em votação secreta.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2011

- Não terminativa -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade –, do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Lobão Filho.

Relatório: a ser apreciado em votação secreta.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão. Solicito que a Secretaria os conduza ao plenário da Comissão.

Concedo a palavra, primeiramente, ao Relator da matéria constante do Item 1, Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

Finda a leitura do relatório, passarei a palavra ao Sr. Alessandro Octaviani Luis, para que ele faça uma breve exposição.

Tem a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Sr. Presidente, por intermédio da Mensagem nº 52, de 2011 (Mensagem nº 05, de 9 de março de 2011, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Alessandro Serafim Octaviani, para ser conduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Conforme currículo que acompanha a Mensagem, o indicado, nascido em 15 de junho de 1975, em São Caetano do Sul, São Paulo, é bacharel em Direito, mestre em Ciência Política e doutor em Direito Econômico e Financeiro, tendo obtido todos esses títulos junto à Universidade de São Paulo (USP). Sua tese de doutoramente teve o título "Recursos genéticos e desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano", orientado pelo eminente professor titular Gilberto Bercovici. Ademais, é professor da Faculdade de Direito da USP na área de Direito Econômico e de Economia Política, professor de pós-graduação em Direito Político-Econômico da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – São Paulo, na cadeira de Direito.

No que se refere à advocacia, entre 2005 e 2008, foi coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Escola de Direito da FGV – SP. Atuou também, entre 1998 e 2004, como advogado associado de Ernesto Tzirulnik Advocacia, especializada em Direito do Seguro.

E, de 2008 a 2010, atuou como sócio de Octaviani Massonetto Advocacia, especializado em direito econômico. Foi, ainda, consultor da FGV Projetos para a área de inovação tecnológica entre 2009 e 2010. O indicado já proferiu diversas palestras e publicou artigos sobre temas ligados ao direito econômico e financeiro. Sua tese de doutorado, Recursos Genéticos e Desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano, será brevemente publicada em livro.

A análise de seu perfil evidencia uma profissional com experiência técnica e produção acadêmica necessária e adequada ao cargo para o qual é indicado.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do Sr. Alessandro Serafim Octaviani para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho de Administração e Defesa Econômica. Manifestamos nosso parecer favorável.

Sr. Presidente, vou deixar para fazer a sabatina em conjunto, depois do relatório do Sr. Furlan e depois da exposição de ambos os nomes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias, pela brilhante exposição, pelo brilhante relatório.

Finda a leitura, passo a palavra ao Sr. Alessandro Octaviani Luis, para que faça uma breve exposição.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, bom-dia. Gostaria de agradecer a imensa honra que é para mim estar aqui, de fato uma das grandes honras da minha vida.

Eu gostaria de dizer, em breves palavras, que, na verdade, hoje estamos concluindo um ciclo na defesa da concorrência brasileira, que é a maturação daquela política que foi implementada na década de 90. Nós tivemos a implementação de uma lei, a implementação de uma verdadeira política pública com a consolidação das instituições. Vejo aqui diversas pessoas que foram relevantes no procedimento de implementação dessa política pública. E, hoje em dia, estamos em um momento de balanço dessa política pública e proposição de um novo patamar, que não é de ruptura, mas um patamar de um acúmulo, bastante ponderado. E é esse o escopo do projeto de lei que, hoje em dia, se encontra tramitando no nosso Congresso.

Sob esse ponto de vista, gostaria de acrescentar aqui uma pauta relevante. Nós estamos em um momento de reforma do sistema, e um ponto relevante é a harmonização e o diálogo que o Cade pode vir a ter com as demais agências que implementam políticas

de atuação econômica, a Anatel, outras agências reguladoras, e também aquelas que implementam políticas de defesa do consumidor, políticas industriais. Enfim, o momento é de harmonizar as possibilidades das várias atuações de políticas em atuação econômica, que é a minha área.

Concluo dizendo que venho estudando, ao longo da minha vida, nos bancos da Universidade de São Paulo, na Faculdade de Direito, a atuação do Estado na área econômica. Esse é o empenho que gostaria de trazer, como Conselheiro do Cade, se tiver oportunidade ser aprovado por V. Exªs, o que será uma grande honra na minha vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Muito breve a exposição do Dr. Alessandro Octaviani Luis.

Vou conceder a palavra ao Relator do item 2, Senador Lobão Filho, para que proceda à leitura de seu relatório sobre o indicado. Ao final da leitura, passarei a palavra ao Sr. Fernando de Magalhães Furlan, para que faça uma breve exposição.

Com a palavra o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sobre a Mensagem nº 53, de 2011 (nº 66/2011, na origem), que submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Fernando de Magalhães Furlan, para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término de seu mandato como Conselheiro.

Passo a ler, a seguir, o relatório.

Por intermédio da Mensagem do Senado Federal nº 53, de 2011, e, nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei nº 8.884, de 1994, a Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Fernando de Magalhães Furlan para ser conduzido ao cargo de Presidente do

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), materializada no Aviso nº 74 da Casa Civil, assinado por S. Exª o Ministro de Estado, Chefe da Casa Civil, Sr. Antonio Palocci Filho.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Por sua vez, o art. 4º da Lei nº 8.884 exige aprovação do Senado para nomeação de presidente do Cade. Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído ao Presidente do Cade. Em especial, representar legalmente a autarquia em juízo e fora dele; presidir com direito a voto, inclusive o de qualidade, as reuniões do plenário; distribuir os processos por sorteio nas reuniões do plenário; convocar as sessões e determinar a organização da respectiva pauta; cumprir e fazer cumprir as decisões do Cade; determinar à Procuradoria as providências judiciais para execução das decisões e julgados da autarquia; assinar os compromissos de sessão de infração da ordem econômica e os compromissos de desempenho; submeter à aprovação do Plenário a proposta orçamentária e a lotação ideal do pessoal que prestará serviço à entidade; e, finalmente, orientar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas da entidade.

Acompanha a mensagem o *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. De acordo com esse documento, o candidato já exerce, interinamente, a Presidência do Cade desde novembro de 2009 e é conselheiro do Cade desde 2008. Exerceu vários cargos no Poder Executivo com destaque para a posição de chefe de gabinete e Ministro de Estado interino do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Também atuou no Poder Judiciário, tendo exercido, entre outras funções, a de assessor do gabinete da Presidência no Supremo Tribunal Federal. Teve participação em vários conselhos de administração ligados à Administração Pública, tais como Finame, BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e Comitê de Defesa Comercial e salvaguardas do Mercosul.

Sua formação acadêmica é ampla, com doutorado em Ciência Política pela Universidade de Paris, graduação em Direito e em Gestão Governamental pela Harvard *University*, entre outros.

O candidato publicou diversos livros e artigos em revistas especializadas, a maioria com foco nas questões de defesa da concorrência.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do Sr. Fernando de Magalhães Furlan, para ser conduzido ao cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lobão Filho, pelo relatório competente, e passo a palavra agora ao Dr. Fernando de Magalhães Furlan, para que faça uma breve exposição.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Obrigado, Sr, Presidente.

Bom dia a todos, Srªs e Srs. Senadores, para mim, a exemplo do Dr. Alessandro, é uma honra estar aqui novamente, perante a presença de V. Exªs. Para mim é a quarta sabatina que faço aqui, no Senado. Já passei pela sabatina para o cargo de procurador-geral, em 2001; depois, cargo de conselheiro, em 2008; novamente conselheiro para recondução, em 2010; e, agora, então, minha quarta sabatina para o exercício do cargo de presidente.

Todas essas oportunidades foram importantes, no intuito de discutir com V. Exªs, procurar divulgar um pouco mais o trabalho do Cade, que, no nosso entender, é um trabalho muito importante e que precisa, realmente, de divulgação.

Acho que o Cade, ao longo desta última década – tive oportunidade de publicar um artigo na *Folha de S.Paulo*, dois dias atrás –, no ano passado, foi reconhecido como a melhor agência de defesa da concorrência das Américas. Um prêmio atribuído pela revista britânica especializada, chamada *Global Competition Review,* e o Cade venceu nessa disputa. Agências poderosas, como o departamento de justiça dos Estados Unidos e o Bureau da Concorrência, do Canadá.

Esse prêmio é um reconhecimento pelo trabalho da equipe do Cade, ao longo da última década. Então, entrei no Cade, em 2001, como Procurador-Geral.

Tive a oportunidade de, como Procurador-Geral, trabalhar com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que aqui está e, à época, exercia o cargo de Ministro da Justiça. Então, eu acho que o CADE e os outros órgãos de defesa da concorrência, no Brasil, o SDE e o SEAE, conseguimos, ao longo dessa última década principalmente, levantar o nosso patamar de competência, chegando a ser reconhecidos internacionalmente pelo nosso trabalho.

Então, para mim é, novamente, uma honra estar aqui. Para mim, é um corolário da minha carreira dentro da defesa da concorrência, dentro do CADE. Exerci os cargos de Procurador-Geral, de Conselheiro e, agora, tenho a honra de ser indicado pelo Governo para o exercício do cargo de Presidente, até o ano que vem.

Então, eu gostaria de fazer muito breves as minhas palavras e de deixar mais espaço para que V. Exªs possam fazer as suas indagações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Fernando de Magalhães Furlan.

Encerradas as exposições, passamos à arguição pelos Srs. e Srªs Senadores e Senadoras, que obedecerá a ordem de inscrição, tendo cada Senador três minutos para as perguntas.

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu consulto V. Exª se os Srs. Relatores não têm preferência. Eu ouvi, há pouco, do Senador Lindbergh, ao concluir o relatório, que iria interpelar ou fazer o questionamento depois.

Se eles têm preferência, eu aguardo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – O Senador Lindbergh, provavelmente, gostará de falar por último, para fazer um grande resumo desta sabatina.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Embalado, ainda, pela Presidência, naturalmente já era sua intenção – não é, Senador? –, para coroar esta sabatina de hoje pela manhã, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu gostaria, em relação aos dois indicados... O Dr. Alessandro Octaviani Luis eu conheci agora, pelo relatório do Senador Lindbergh. Quer dizer, seu currículo eu considero extraordinário e, de minha parte, não há porquês. Eu apenas gostaria de um outro fator.

O nosso indicado Fernando de Magalhães Furlan não somente é catarinense, mas eu tive oportunidade de participar, à época, se não me engano foi em 2001, quando ele foi indicado para ser Procurador-Geral do CADE. Eu, à época, participava também desta Comissão e o vimos brilhar não somente em Santa Catarina, mas no Brasil inteiro.

Fico lisonjeado por termos um catarinense participando com essa importância.

Eu gostaria de questionar, e, aí, quem sabe o Fernando Magalhães pudesse expor, é que o CADE é um dos órgãos, mas eu senti, pela exposição, que tem outros órgãos que também trabalham nesse setor.

Uma preocupação: só o CADE, no Brasil, para ver a questão da concorrência, às vezes a demanda pode ser de tal monta... Que tipo de órgãos podem auxiliar, podem participar? Eu também falaria em relação aos Estados. Às vezes, não há uma abrangência nacional da concorrência. Nos Estados respectivos, pode ter uma concorrência formada por oligopólios, por trustes, por empresas, num determinado Estado ou intraestado, quer dizer, numa determinada região, que domina o mercado, e as pessoas ficam sujeitas àquilo.

Eu sempre conto uma história do meu velho pai. Eu era menino e o acompanhava nas carreiras. Eu digo para ilustrar. Nas carreiras, antigamente, se falava em pencas quando eram mais de dois animais – vamos supor, três animais –e a torcida, no domingo anunciado, apostava neste ou naquele. Era uma loucura de apostas

e, depois, ganhavam o animal, mas eu descobri que, no fundo, o dono dos três animais era um só, era um grupo só. Quer dizer que tanto faz como tanto fez. O povo apostava e quem ganhava...

Muitas vezes, empresas, num determinado Estado ou numa região de um Estado, podem... Aí, como o CADE vai atuar? Não sei se tem extensão nos Estados e como é que vai atender a essa demanda. Aí, pode uma sociedade de uma região mais restrita estar sendo prejudicada. Se não é de âmbito nacional, como é que se socorre isso?

Então, cumprimentando os dois de casa, Alessandro Octaviani Luis e o nosso Fernando de Magalhães Furlan, eu colocaria isso, principalmente ao Fernando, que tem mais vivência nisso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Dr. Fernando de Magalhães Furlan.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Obrigado, Senador Casildo Maldaner. Para mim é uma honra, como catarinense, estar aqui perante também V. Exª, que é um digno representante do nosso Estado neste Senado Federal.

Sua pergunta é muito pertinente. Primeiro, o Cade é um dos três órgãos do que chamamos Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Nós temos duas secretarias. A Secretaria de Direito Econômico, cujo titular está por aqui – o atual Conselheiro vai sair daqui a 15 dias e vai ser o titular da Secretaria de Direito Econômico dentro do Ministério da Justiça –, é um órgão de investigação. É ela que faz as investigações, instrui os processos e manda-os para o Cade, para julgá-los. Há também a Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), no Ministério da Fazenda, que faz esse trabalho de instrução, mas mais voltado para casos de fusões e aquisições. A SDE faz mais a instrução dos processos em casos de conduta anticompetitiva, por exemplo, cartel; e a Seae faz a instrução dos casos de fusões e aquisições, as operações empresariais. Essas duas Secretarias, então, são os órgãos de instrução, que mandam os processos para o Cade julgar.

O Cade é um tribunal, mas é um tribunal administrativo, nós não somos do Judiciário. Portanto, nós podemos também complementar a instrução dos casos se o Relator ou os demais Conselheiros acharem que precisam de mais informações. Nós temos essa flexibilidade de aprofundarmos as investigações se considerarmos necessário. Então, o Cade é o órgão de julgamento e as Secretarias, os órgãos de instrução.

A sua indagação é: "Afinal, quem fiscaliza o comportamento das empresas, dos agentes econômicos, nos Estados?" Efetivamente, o senhor tem razão, o Cade não tem braços nos Estados. O Cade teve inspetorias em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre até o ano, salvo engano, de 2002. Depois, por contenção de custos, foram terminadas essas inspetorias em algumas capitais do Brasil. Hoje o Cade realmente só está centralizado em Brasília, mas o nosso trabalho é no sentido de divulgarmos a cultura da concorrência pelo Brasil todo, então nós viajamos muito, os nossos técnicos também viajam muito. E hoje essa fiscalização é feita pelas próprias empresas. As próprias empresas, quando se deparam com algum comportamento que consideram prejudicial, têm a possibilidade de acionar o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, entrar com representações, com espécie de denúncias para que sejam investigados aqueles fatos.

Além disso, contamos muito, temos investido muito em cooperação institucional com o Ministério Público. Para o senhor ter uma ideia, em 2009 o Cade analisou uma operação em que um hospital comprava outro hospital na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Este caso provavelmente não teria chegado ao conhecimento do Cade se o Procurador da República que atua naquela cidade não tivesse adotado a atitude de encaminhar ou sugerir àquelas empresas que encaminhassem a operação ao Cade. Então, o trabalho do Ministério Público, como ele é muito capilarizado no Brasil, é muito importante para nós. O Ministério Público é um parceiro importante nessa fiscalização do cumprimento da legislação de defesa da concorrência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Dr. Alessandro Octaviani Luis.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de complementar a resposta do colega Furlan à indagação do Senador Casildo me centrando em três pontos. O primeiro: a grande possibilidade de haver sucesso na implementação de uma política de concorrência é a de que essa política seja assimilada pela sociedade brasileira. Então, os grandes defensores, na verdade, da implementação da política serão aqueles que são os maiores interessados. Nesse ponto de vista, dois grandes atores aqui, conforme se depreende também da exposição do Furlan: um, as empresas, o outro, os acadêmicos, a universidade brasileira.

Da década de 90 para cá, esses dois movimentos se intensificaram; tanto as empresas passaram a ser mais atuantes na implementação da lei, quanto, também, a universidade brasileira passou a responder a isso de maneira adequada. Hoje, existe, em várias universidades brasileiras, algo que não era comum an-

teriormente, que são cadeiras dedicadas ao estudo do direito concorrencial. Essa é uma das possibilidades.

E há, na gestão do sistema brasileiro de concorrência, esse incentivo a que o direito da concorrência seja ensinado nas universidades. Essa é uma política institucional.

Outro ponto que eu gostaria também de ressaltar aqui, em complemento à exposição do Furlan, é esta rede, esta teia de cooperação institucional entre o Cade, a Secretaria de Direito Econômico, a Secretaria de Acompanhamento Econômico e órgãos nos Estados, como, por exemplo, Ministérios Públicos e congêneres. Acho que esse é o complemento que eu faria ao seu questionamento, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Alessandro Octaviani Luís.

Passo a palavra, agora... Senador Casildo, V. Exª...

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC) – Eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente, quanto à exposição. Apenas sinto que, na verdade, o Ministério Público nos Estados é fundamental. Quer o Ministério Público federal, quer o estadual – principalmente, o Ministério Público estadual – devem ser bem ramificados. Às vezes, em uma determinada cidade – não precisa ser uma região –, podem alguns grupos formar um cartel e dominar. Aí os consumidores ficam reféns. Acho que o Ministério Público seria incentivado para isso, acho que ajudaria. Eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

O próximo inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral; prezados Fernando Magalhães Furlan e Alessandro Octaviani Luís, gostaria de fazer perguntas sobre três temas. O primeiro está relacionado à visita tão honrosa e significativa que teremos, no próximo final de semana, do Presidente Barack Obama.

Sabemos que as autoridades do Itamaraty e das áreas econômicas – Ministério da Fazenda e outros – estão preparando-se, com afinco, para um diálogo que tem grandes implicações no comércio internacional e, sobretudo, na área da concorrência.

Há diversos segmentos importantes da economia brasileira que têm, por vezes, observado: "Nós já exportamos mais para os Estados Unidos nos últimos anos; houve agora a passagem de uma situação superavitária para deficitária". E isso, em boa parte, decorre de instrumentos que por vezes são utilizados ora pelo governo norte-americano, ora por nós e que influenciam o grau de concorrência de certos segmentos, seja dos manufaturados, seja dos produtos agrícolas. De alguma maneira, isso tem que ver, também, com o grau de concorrência saudável que ambas as economias devem ter.

Na hora de dialogarmos sobre problemas na área da concorrência, por vezes, o Brasil chegou até a ir à Organização Mundial do Comércio, para dizer "Não está certo esse tipo de procedimento". E isso se relaciona também ao grau de concorrência da economia brasileira, que é a área de supervisão e exame dos senhores.

Então, eu agradeceria se puderem dar alguma visão ou até recomendação às autoridades do Itamaraty, da Fazenda e assim por diante. Que recomendações teriam para esse importante diálogo e que certamente deverá ser caracterizado pelo espírito de maior cooperação possível, para que tenhamos, nos Estados Unidos da América, um parceiro sempre muito importante na área do comércio?

A segunda área de pergunta refere-se ao exame que gostaria que nos fizesse sobre qual é o grau de concorrência existente hoje no sistema financeiro brasileiro: em que medida nós evoluímos para ter um sistema bastante saudável do ponto de vista da competição, em que pese a fusões ou incorporações de enorme significado entre alguns bancos no Brasil?

Temos o caso Santander/Banespa, Itaú/Unibanco e assim por diante, mas temos também uma característica muito especial, que é a presença de grandes e importantes instituições financeiras, como o Banco do Brasil, o BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco da Amazônia; tínhamos o Banespa, mas há outros bancos estaduais, alguns dos quais foram adquiridos por outros; a Caixa Econômica Estadual de São Paulo acabou sendo absorvida pelo Banco do Brasil, e assim por diante, mas, pelo que percebem, pelo que tenho acompanhado, em que pese a essas funções e incorporações, temos hoje um sistema financeiro bastante saudável. Ou há que o Cade, por vezes, estar preocupado com certas práticas que porventura ocorrem nas áreas, seja da administração do cartão de crédito, seja na forma do crédito, a preocupação com o próprio nível geral de taxa de juros? Além da definição da taxa Selic, de atribuição do Banco Central, há depois a definição da taxa de juros observada no mercado, que precisa ter atenção contínua dos membros do Cade, razão da minha pergunta.

Finalmente, a terceira pergunta, que sempre tem sido uma preocupação nossa na Comissão de Assuntos Econômicos: refiro-me à citricultura paulista, que o Fernando Magalhães Furlan, nós já tivemos oportunidade de dialogar a respeito... Mas essa situação já dura há duas décadas e resulta uma preocupação dos citricultores que vem do processo de concentração e

verticalização das empresas que controlam o processamento, a comercialização e o sistema logístico de distribuição a granel do suco produzido. Ora, tendo em vista inclusive a sua experiência no Cade ao longo de anos, ora como conselheiro, ora como procurador-geral, como avalia a crise presente? E que ações já foram adotadas no âmbito do Cade e do sistema brasileiro de concorrência para minorar esse conflito concorrencial que muitas vezes penaliza os pequenos e médios agricultores?

O atual estágio de entendimento entre a Associação Brasileira dos Citricultores (Associtrus), a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), a Sociedade Rural Brasileira, a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos, entre outros representantes do setor, inclusive do Nordeste brasileiro, a Estados com produção importante, como Sergipe e outros, no sentido de se constituir a Câmara de Arbitragem da Citricultura a Concecitrus, com o objetivo de definir as formas de comercialização da laranja e seus derivados, a exemplo do que ocorre com a Consecana, no setor de cana-de-açúcar. É esse um bom caminho? O Cade poderá contribuir para acelerar os entendimentos no sentido de se constituir de fato essa Câmara de Arbitragem? Esta vendo sendo inclusive estimulada, por exemplo, pelo ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, do primeiro mandato do Presidente Lula, que muito tem estimulado a organização da Concecitrus.

Então, agradeceria se puder nos dar a informação, a sua avaliação a respeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Dr. Fernando de Magalhães Furlan; depois, Dr. Alessandro Octaviani Luis.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senador Suplicy. O Senador Suplicy, em todas as minhas sabatinas, e esta já é a quarta, sempre com perguntas muito precisas, muito importantes, muito relevantes.

Com referência à relação comercial Brasil-Estados Unidos, o tema da concorrência é um pouco, digamos, mais lateral. Ele toca... em algum momento, provavelmente, as delegações irão se reunir. Nós não fomos escalados para nenhuma reunião. Imagino que as conversas vão ser mais em torno realmente da pauta comercial. Mas entendo sua preocupação e posso lhe dizer o seguinte: os países se preocupam mais com a concorrência interna, com as relações de concorrência em seu mercado. Poucos países, talvez nenhum, se preocupam com a concorrência de seu mercado para fora. Os Estados Unidos mesmos têm uma espécie de *wave* ou de salvo conduto em relação mesmo aos cartéis de exportação. Quer dizer, formam-se cartéis nos Estados Unidos para exportar, isso não... há previsão na legislação americana de que o Secretário de Comércio dos Estados Unidos pode dar um salvo conduto a esse tipo de arranjo, porque não há efeitos no mercado interno americano. Então, a preocupação seria do mercado para onde essas exportações estão indo.

Tivemos um caso aqui no Brasil, que foi o caso internacional do cartel das vitaminas, em que o Brasil atuou e condenou com base nas exportações de vitaminas advindas dos Estados Unidos, inclusive para o Brasil.

Mas sei que o senhor é um estudioso da questão comercial, das relações comerciais. Concordo com o senhor, acho que essa visita é marcante, importante. Sem dúvida, o Brasil e os Estados Unidos têm como melhorar as suas relações econômicas. Digo isso mais com base na minha experiência de cinco anos de Ministério da Indústria e Comércio. Acho que tem muito espaço para a gente aumentar a pauta do comércio bilateral, que realmente tem muito espaço para crescer. O Brasil, nesses últimos anos, procurou ampliar sua pauta de exportações, procurou explorar demandas de outros países, países que compravam produtos de terceiros países. O Brasil foi e conseguiu vender o seu peixe, para vender para mais países do que vendia antigamente. Mas os Estados Unidos podem ter sido deixados um pouco de lado, podem ter saído um pouco do foco e acho que este é um momento especial para o Brasil voltar a aumentar sua pauta de comércio bilateral com os Estados Unidos.

Sobre concorrência no sistema financeiro nacional, tive oportunidade de ser o relator do caso Itaú-Unibanco, ainda paira no Brasil uma dúvida a respeito da competência para análise de fusões e aquisições e de condutas no Sistema Financeiro Nacional. Há uma dúvida se essa competência é do Banco Central exclusivamente, ou se é do Cade, ou se ela pode ser compartilhada. Eu defendo que ela deva ser compartilhada. Mas tive oportunidade de ser o relator desse caso.

Nós aprofundamos bastante a análise que o Banco Central havia feito, o Banco Central faz uma análise mais voltada para as suas atribuições, as suas preocupações, e nós temos as nossas preocupações mais específicas. Então tivemos oportunidade de aprofundar bastante a análise desse caso, dividimos os mercados, e mercados bastante específicos. Por exemplo, mercado de seguros; em vez de considerarmos o mercado de seguro um mercado só, dividimos: mercado de seguro de cascos, mercado de seguros patrimoniais e assim por diante.

Então nós dissecamos essa operação em vários mercados e chegamos à conclusão que ainda há rivalidade no Brasil. Com a concentração desses dois bancos, que era o segundo maior e o quarto maior, que passou a ser agora o primeiro, ainda assim consideramos que há rivalidade suficiente dentro do sistema financeiro nacional, como, por exemplo, Banco do Brasil, Santander, enfim, há outros conglomerados bancários, financeiros que fazem a rivalidade necessária para nos dar a tranquilidade de aprovarmos aquela operação. E assim fizemos.

No caso do Banco do Brasil Nossa Caixa aprovamos com restrições. Sentimos que havia algum problema, principalmente – e aí entro no ponto que V. Exª levantou – da importância dos bancos públicos para o Brasil. Os bancos públicos são importantes porque têm uma capilaridade muito maior do que os bancos privados. Eles vão a rincões do nosso País que o banco privado não vai porque economicamente não vale à pena. Mas os bancos públicos, como têm outra filosofia, eles acabam entrando em rincões muito desconhecidos do nosso País. Por outro lado, os bancos públicos foram muito importantes – e ainda são – na concessão de crédito para atividades de alto risco, como atividade agrícola. Se não fossem os bancos públicos, nossa agricultura não teria chegado ao patamar que tem de vanguarda internacional.

Com relação a cartões de crédito, o Cade também atuou junto com a SDE nesses últimos dois anos e hoje o mercado de cartões de crédito é muito mais transparente, acabou-se com a exclusividade das operadoras de cartão. Isso tudo foi um trabalho entre Secretário de Direito Econômico, Cade e Banco Central também. Nós temos mantido, sim, nossa fiscalização nesse setor, acreditamos na importância, na nossa competência para análise de condutas e de operações sem retirar a operação do Banco Central, que, sem dúvida, é relevante também.

E, para terminar, Senador, com relação à citricultura, como eu disse na última sabatina, eu realmente acredito na importância do Concecitrus. Acho que a formação de uma instituição que se preocupe com a governança do sistema da citricultura brasileira é importante. Acho que o Concecitrus vai dar maior poder de barganha aos pequenos produtores em relação às suas negociações com os processadores. Então, isso o Cade entende viável; há efeitos líquidos importantes, ou seja, formar-se uma instituição, um grupo para negociar em conjunto pode, por um lado, parecer um cartel; são produtores se unindo para negociar com os processadores. Ocorre, entretanto, que os efeitos econômicos líquidos dessa união são positivos, porque aumentam o poder de barganha dos pequenos em relação às suas negociações de preços e quantidades com os grandes processadores. Então, sem dúvida, o Concecitrus seria um sistema bastante positivo para esse setor no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Dr. Alessandro Octaviani Luis.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Muito obrigado, Senador Suplicy pela honra de poder responder aos seus questionamentos. Eu gostaria de iniciar tratando de uma sugestão de V. Exª sobre que recomendações poderíamos nós fazer à delegação brasileira que agora se encontrará com a delegação norte-americana. Existe um problema na economia mundial atualmente que é o gigantismo das empresas a espalhar-se mundo afora.

Entretanto, a informação sobre as atividades dessas empresas pode estar localizada nos seus países de origem, e, talvez, essa seja uma sugestão a ser feita, o que muito nos ajudaria. Já existem diversos convênios para transmigração e compartilhamento de informações, mas essa é uma pauta relevante.

Algumas jurisdições nacionais, como a norte-americana, certamente, têm mais informações sobre como funcionam alguns setores relevantes do que nós, como, por exemplo, o setor da auto-informática ou da biotecnologia. Certamente, os órgãos responsáveis pela regulação da concorrência nesses setores nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, que também é um ator relevante em *software* e em biotecnologia, detêm informações técnicas e tecnológicas importantes para a compreensão da trajetória da concorrência.

Se houvesse uma sugestão a fazer à nossa delegação, esta seria: vamos intensificar as possibilidades de compartilhamento de informações sobre indústrias estrategicamente localizadas para o futuro da nossa economia brasileira. E aí eu sugerira como dois pontos relevantes *software* e biotecnologia.

Quanto ao grau de concorrência no sistema financeiro, tomarei o cuidado de não fazer comentários muito específicos em relação ao futuro, porque, eventualmente, isso pode ir a julgamento no Cade. Eu não gostaria de adiantar qualquer tipo de posicionamento, mas gostaria de complementar a exposição do Conselheiro Furlan sobre a divergência que existia sobre a competência do Cade para analisar ou não esse tipo de caso.

As duas leis fundamentais que estruturam parte considerável do sistema financeiro, a Lei do Sistema Financeiro e o Decreto-Lei nº 73, de 1966, que é a Lei dos Seguros, recepcionada como lei complementar, trazem dispositivos que colocam como competentes

para analisar fusões e aquisições o Banco Central e a Superintendência de Seguros Privados (Susep). A lei de concorrência geral para o País é da década de 90. Então, aconteceu, de fato, essa dissonância entre os intérpretes dos três diplomas sobre se o Cade teria ou não essa competência. Essa é, na verdade, uma disputa que se vem seguindo ao longo do tempo. O Conselheiro Furlan teve uma atuação bastante decisiva para firmar a competência do Cade naquilo que lhe é de direito, que é o setor de concorrência, não competindo, portanto, com a análise sobre a higidez do sistema financeiro ou do seu setor bancário ou do seu setor de seguros.

Portanto, como outros professores da Universidade de São Paulo, colegas meus que já foram conselheiros do Cade, como o Professor Celso Campilongo e o Professor Ronaldo Porto Macedo, entendo que o Cade tem, sim, competência para atuar na análise sobre o grau de concentração do sistema financeiro.

Também complementando algo que foi dito aqui pelo Conselheiro Furlan, quero dizer que existe a obrigação, quando o Cade analisa determinado mercado, de que ele seja bastante específico, não faça uma análise geral, porque, na especificidade, eventualmente, existe a concorrência.

Cito aqui um caso com o qual tive oportunidade de trabalhar, que diz respeito ao seguro-garantia, que é uma forma de a empresa se proteger e levar a cabo a construção final da obra. Na verdade, o interessado é aquele que gostaria que a obra estivesse lá de pé. As seguradoras especializadas em seguro-garantia são muito poucas, e, eventualmente, as maiores não conseguiam concorrer com as menores, porque elas tinham um grau de especialização muito alto. Se analisássemos o mercado de forma global, veríamos que haveria uma distorção em relação à análise específica. Então, penso que esse é um cuidado que o órgão analisador daquele setor deve levar em consideração.

Finalmente, trato do último questionamento do Senador, a respeito da citricultura paulista. Traz-se a sugestão da implementação de câmaras de arbitragem. Permito-me estender um pouco esse conceito e falar da postura da administração pública como espaço de negociação entre os diversos atores.

Aqui, o Conselheiro Furlan tratou da construção desses consensos em relação ao administrado no setor específico da citricultura, mas existem diversos outros exemplos nos quais isso pode ser aplicado. E existem esses espaços na nossa legislação. Um desses espaços são os consensos para a produção de inovação tecnológica. Uma vez arbitrados e corretamente balizados, eles podem existir, sem se considerarem ilícitos concorrenciais.

Essa é uma espécie de exercício institucional que, eventualmente, pode vir a fazer parte de uma futura agenda de articulação entre a política de concorrência e a política de inovação tecnológica do nosso País. Esses são os comentários que teria a fazer, Senador.

Muito obrigada pela honra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, tanto as respostas do Fernando de Magalhães Furlan, quanto de Alessandro Octaviani Luis foram plenamente satisfatórias. Quero dizer que concordo com a análise de ambos sobre o grau de cooperação que precisa ser intensificado com o governo dos Estados Unidos, também com a análise que ambos fizeram e concordaram, e que é algo muito importante para nós, Presidente Delcídio, que de fato o Cade possa realizar complementarmente ao Banco Central a supervisão sobre o grau de concorrência do sistema financeiro. É algo que ficou claro, mas é algo que está sendo objeto da experiência, já em prática. Isso não está completamente na legislação, e talvez nem precise, porque já é o resultado do que eles estão realizando. E, também, acho que é muito importante que, como membros do Cade possam apoiar e dinamizar o Concecitrus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador relator Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Conselheiros, ao preparar esse sucinto relatório, tive a oportunidade, Presidente, de constatar que o Cade tem virado uma referência internacional. Foi considerado, no ano de 2010, um dos principais órgãos de defesa da concorrência, do mundo, por várias publicações internacionais. Em um caso específico, cartel dos gases, que eu queria que os senhores falassem, a atuação do Cade foi considerada uma das decisões antitruste mais importantes do ano de 2010. Mas há sempre muita polêmica nas decisões do Cade. Temos visto uma postura muito firme na contenção de fusões com potencial danoso à economia nacional. Mas há muita gente que argumenta que há uma certa intolerância do Cade com os grandes grupos econômicos do País, dizendo que talvez o Cade esteja indevidamente bloqueando negócios vantajosos para o Brasil.

Se, por um lado há isso, por outro lado vimos uma nova postura de negociação, de conciliação com empresas, casos como Petrobras Ipiranga, Braskem e a Oi com Brasil Telecom. Há também críticas, por esse

lado, quando se negocia, e que o Cade pode estar fugindo da sua principal função, que é julgar e punir.

Então, a pergunta que faço é como construir esse equilíbrio, esse caminho. Eu sinceramente digo que a defesa da concorrência tem que estar sempre de olho na defesa do consumidor, mas este País tem um objetivo estratégico. A Presidenta Dilma fala sempre, Senador Blairo, e falou aqui quando veio a este Congresso Nacional, que a estratégia do Brasil é a de construirmos uma nação economicamente desenvolvida e socialmente justa. É o caminho para o Brasil virar a quinta economia do mundo, já somos a sétima, com a divulgação do último resultado do PIB.

Então, há um equilíbrio aqui entre o bem-estar do consumidor, mas não podemos perder de vista a necessidade de garantir que as empresas brasileiras conquistem espaço nesse cenário de competitividade global.

Então, a minha pergunta é a seguinte: o Cade tem se colocado à disposição do setor privado para conversar, ao invés de unilateralmente impor a sua decisão. O Cade tem buscado entender como funciona cada setor da economia. Não deve ser simples para os senhores. São áreas muito diversas. Tem buscado ouvir, mais do que falar, às vezes, sobre o impacto de uma fusão. Ao negociar um acordo, o Cade consegue encerrar uma infração e atribuir penalidades adequadas a um prazo curto e com a quantidade mínima de recursos. Dessa forma é capaz de promover novas investigações e, assim, aumentar ainda mais seu impacto sobre a sociedade?

A despeito dos avanços dos últimos anos, há ainda uma série de questões que precisam ser aperfeiçoadas. Por exemplo: há fusões que demoram mais de dois anos para serem aprovadas; ainda há processos contra condutas anticoncorrenciais que estão há mais de dez anos em instrução. Nesse contexto, se observa a necessidade de se aperfeiçoar a gestão do órgão para garantir mais eficiência e efetividade da política pública.

Gostaria de perguntar aos indicados se concordam com essa avaliação. Em caso positivo, o que poderia ser feito para tornar mais célere a apreciação dos casos?

Tem-se noticiado também que o programa de negociação do Cade já celebrou diversos acordos e que, em algumas ocasiões, o Cade conseguiu... Há o caso concreto aqui de um suposto cartel de refrigeradores em que o Cade logrou obter R$100 milhões para encerrar o processo. Como é que tem sido isso? Acho isso extremamente importante, principalmente em um momento de aperto das nossas contas públicas. Queria uma opinião sobre isso.

Para finalizar, um último ponto que considero importante é a relação da política de defesa da concorrência com outras políticas públicas voltadas para a regulação de mercados e com a política industrial. Como falei aqui há pouco, considero que a defesa da concorrência deve garantir o bem-estar do consumidor sem perder de vista a necessidade de garantir que empresas brasileiras conquistem espaço no cenário de competitividade global.

Nesse sentido, como o Cade tem se articulado com as agências de regulação e com os órgãos de defesa comercial? Será que hoje o Cade não tem tido uma postura mais conflituosa do que cooperativa com esses órgãos?

Por fim, uma última pergunta. O noticiário do último período, divulgado pela imprensa, relaciona o Clube dos 13 e sua negociação com emissoras de televisão. Como o Cade tem se posicionado nesse episódio?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra o Dr. Fernando de Magalhães Furlan.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Lindbergh, suas perguntas são muito pertinentes e amplas. Vou procurar responder de forma breve, concisa, porque realmente são perguntas bastante abrangentes.

Vamos começar pela decisão do cartel dos gases.

Essa foi uma investigação que duraram vários anos, salvo engano cinco anos de investigação. Foram reunidas provas contundentes, foram feitas buscas e apreensões, interceptações telefônicas, tudo com autorização judicial, porque, nesse caso, como o cartel também é um crime previsto na Lei nº 8.137, a par de ser também um ilícito administrativo, o Ministério Público e o Judiciário têm suas competências, e nós, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, podemos emprestar essas provas do processo judicial. Foi o que fizemos. Então, havia um acervo probatório bastante robusto nos autos que demonstrava que realmente houve o acerto ilícito, houve o acordo injusto, o cartel.

E foi um cartel especialmente prejudicial, porque envolvia gases hospitalares e medicinais, especialmente o oxigênio, que é utilizado em todos os hospitais do Brasil, além de gases industriais, principalmente o gás carbônico, que é usado na fabricação, na indústria transformadora. Então, foi um cartel de efeitos difusos, disseminados na sociedade, tanto no setor produtivo quanto para o cidadão que utiliza o serviço de saúde no nosso País. Então, foi uma multa que... A lei nos dá a possibilidade de aplicar uma multa de 1% a 30% do faturamento das empresas envolvidas. No primei-

ro cartel que o Cade condenou, ainda na década de 1990, o Cade aplicou 1% de multa sobre o faturamento, e esse percentual foi crescendo paulatinamente, à medida que a cultura da concorrência foi sendo disseminada no País. Então, de 1%, fomos subindo para 5%, para 10%. O último cartel condenado pelo Cade, no ano retrasado, foi de 22,5%. E, logo em seguida, veio o cartel dos gases, que nós condenamos a 25% do faturamento. Foi, realmente, o maior percentual já aplicado.

Mas, veja, não foi algo da noite para o dia. Foi uma política que vem sendo, paulatinamente, implementada à medida que as empresas, os operadores, os advogados vão tomando conhecimento da legislação e das consequências dos atos das empresas.

Eu não vejo o CADE como intolerante, pelo contrário. Nós temos investido, como bem disse o senhor, numa política de negociação de acordos. Nós não acreditamos que punir somente por punir seja o nosso objetivo. O nosso objetivo é evitar que essas condutas voltem a acontecer, prevenir essas condutas.

Então, temos investido muito na política de negociação de acordos. Como o senhor próprio disse, fechamos um acordo, no ano de 2010, com as empresas e os executivos envolvidos no suposto cartel dos compressores refrigeradores, de geladeiras. Foi a maior contribuição voluntária já feita num acordo, de R$100 milhões.

Então, a gente entende que, pelo contrário, nós não somos intolerantes. Nós estamos abertos. Em todos os casos que nós condenamos, as empresas têm a oportunidade de nos procurar, antecipadamente, para propor um acordo. Nós somos abertos à negociação. Fechamos vários acordos nos últimos anos. Nós temos mais de 30 acordos fechados.

Outra questão: nós não temos uma predisposição a condenar grandes grupos econômicos. O poder econômico em si não é ilícito. Se uma empresa atinge 70, 90, 100% do mercado porque ela é mais competente que os seus concorrentes, isso é justo. Isso está previsto, inclusive, na nossa legislação. Então, o poder econômico em si não é ilícito. Não há nada de errado em uma empresa conseguir alcançar 90, 100% de participação no mercado. O que a lei proíbe é o abuso do poder econômico, é utilizar esse poderio econômico para prejudicar os seus concorrentes e os consumidores. Isso é o que nós procuramos evitar.

O senhor tem razão, também, em dizer que são inúmeros os setores da economia que nós temos de avaliar e analisar. Sem dúvida. Nós acabamos nos transformando em especialistas genéricos, porque nós temos, um dia, de nos aprofundar no setor de farmacêuticos; no outro, no de futebol; no outro, no de agroindústria; no outro, no setor financeiro. Para isso, nós temos uma equipe, que, embora enxuta, é bastante competente. Também criamos, recentemente, o Departamento de Estudos Econômicos no CADE e estamos delegando a ele que faça estudos dos setores econômicos específicos, para o que estamos prevendo, também, audiências públicas em que vamos chamar todas as empresas, todos os especialistas para ouvirmos de todos eles e procurarmos entender quais são os problemas, quais são as preocupações de cada setor. A nossa intenção é abrir, realmente, para a sociedade civil, para procuramos entender cada setor da economia, ouvindo todo mundo.

O tempo de análise, às vezes, realmente, é bastante ampliado e isso é fruto da nossa, infelizmente, pouca estrutura, mas não é algo que seja culpa de um Governo ou de outro. É um problema do nosso País. Nós temos, realmente, falta de recursos.

Entendo que o Poder Legislativo e o Poder Executivo estão trabalhando nesse sentido, tanto é que existe um projeto de lei, que já passou aqui pelo Senado e está lá na Câmara agora, em que nós vamos transformar o nosso sistema. Nós, hoje, analisamos as operações depois que elas acontecem. Vamos passar a analisá-las antes que elas aconteçam. Isso vai dar mais segurança jurídica às empresas, mas, por outro lado, vai exigir maior agilidade da nossa parte. Para isso, nós precisamos, obviamente, de maior estrutura, principalmente de pessoal. Isso está previsto na legislação e acreditamos que vamos conseguir dar conta desses novos desafios.

Com relação à relação com as agências, nós temos vários acordos de cooperação com agências, elas têm uma competência concorrencial também subsidiária, mas a palavra final é do CADE. Nós temos aumentado bastante a interação com as agências, temos gente, lá no CADE, atuando, que vem de agências reguladoras – o Dr. Gabriel é um servidor que está aqui, é servidor da ANP e está atuando lá no CADE –, temos vários ex-servidores do CADE que estão na Anatel hoje. Então, nós temos mantido um bom relacionamento e é importante que mantenhamos esse relacionamento com as agências reguladoras.

Eu deixo as respostas de que não me lembro para o meu colega Alessandro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Senador Lindbergh, muito obrigado pela honra de poder dialogar aqui sobre esses temas. Tentei organizar as minhas respostas, das quais espero dar cabo aqui.

O primeiro ponto que eu gostaria de mencionar é a verdadeira doutrina que V. Exª trouxe aqui a respeito do ponto nodal do que é a política de concorrência, que é essa tensão entre bem-estar do consumidor e competitividade das empresas. Isso é na verdade o desafio de toda grande economia no século XX. A economia norte-americana resolveu esse seu dilema enterrando uma escola chamada Escola de Harvard, substituindo-a inteiramente pela chamada Escola de Chicago, que fala: vamos concentrar. Aí, durante um tempo, eles passaram a fazer uma opção clara pela competitividade, tendo em vista que o benefício ao consumidor surgiria lá na frente.

Uma economia como a brasileira não pode obrigatoriamente aceitar simplesmente quaisquer modelos que estejam lá fora. A nossa lei não aceita. A Lei brasileira, votada por esta Casa, traz a sua própria tipologia. Nessa tipologia da nossa lei, existe a obrigação para o aplicador da lei de encontrar um balanço entre esses dois desafios. Esse balanço, necessariamente, será feito no caso concreto. Como é que nós, no caso concreto, conseguiremos ao mesmo tempo obter uma política que gere competitividade das nossas empresas sem o prejuízo do bem-estar do consumidor? Isso tem a possibilidade de ocorrer prioritariamente pelo acompanhamento das decisões e dos compromissos assumidos. Este é um grande desafio que cabe ao órgão, que é o de acompanhar as condutas assumidas como obrigações futuras pelas empresas quando elas assumem fazer aquela concentração que foi aprovada. Deste ponto de vista, eu diria que a nossa tarefa não é fácil, é mais difícil do que só optar por um dos dois valores. Nós não temos nem só uma política de incentivo à concentração pura e simples nem só uma política de defesa do consumidor pura e simples, nós temos uma política de articulação desses dois valores. Isso nos demanda mais estudo, mais compromisso com a aplicação da lei.

Desse ponto de vista, eu gostaria de passar para a próxima pergunta de V. Exª, que na verdade foi uma espécie de apanhado de alguns dos desafios de comportamento institucional que temos que ter ali. Por exemplo, ouvir mais do que falar. Eu anotei outro: preocupações com os prazos do julgamento.

Na verdade estamos falando de como conseguimos educar um órgão para que ele consiga implementar adequadamente uma lei que está bem pautada, bem escrita. Desse ponto de vista, eu gostaria de ressaltar alguns ganhos que já ocorreram ao longo da implementação da nossa lei, principalmente ganhos na questão dos prazos, que foram diminuídos sensivelmente nas últimas gestões, e também o acúmulo na coordenação das informações econômicas. Cabe ressaltar aqui uma proposta de projeto de lei que eventualmente será aprovado aqui, que é a da intensificação do Núcleo de Estudos Econômicos. Ali já existem diversas formas de se organizar a informação econômica que chega ao Cade, mas a proposta é mais sistematizada e certamente tenderá a dar ao órgão mais possibilidade de visualizar adequadamente os mercados nos quais ele atuará.

Eu gostaria de finalizar a minha intervenção a respeito da intervenção de V. Exª falando do caso do cartel dos gases. Ali houve uma preocupação, enfim, houve a notícia na imprensa, houve um rumor, mas eu gostaria de ressaltar um ponto que justifica a postura que foi tomada pelos que me precedem na gestão do órgão, que é a importância social do produto que ali estava sendo gerenciado pelas empresas. Nós estamos falando de gases que alimentam a rede pública de saúde. Então, quando você tem uma conduta que organiza a supressão da oferta de um bem que, mais do que o bem-estar do consumidor, é a própria vida eventualmente do consumidor, certamente temos que ter uma preocupação adequada ao tamanho da demanda.

Era nesses termos que eu gostaria de responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Eu só... Até para ampliar um pouco aqui essa questão do Cube dos 13, que o Senador Lindbergh colocou aqui, é um tema também importante que tem sido acompanhado muito de perto pela imprensa e que acho que seria importante essa oportunidade até para os senhores também falaram sobre isso.

Obrigado.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – O Clube dos 13. O que acontece é que se iniciou uma investigação na Secretaria de Direitos Econômicos sobre especialmente a cláusula de preferência da Rede Globo na negociação dos direitos de transmissão dos jogos do campeonato brasileiro no contrato com o Clube dos 13. A SDE fez uma investigação, esse processo chegou ao Cade. O Cade, ao se debruçar sobre o caso, deixou transparecer, perante a Globo e o Clube dos 13, que estaria aberto a fazer um acordo para pôr fim ao processo, sem qualquer condenação, mas desde que se retirasse especialmente essa cláusula de preferência.

O que essa cláusula de preferência, no fundo, significa? Significa que sempre que o Clube dos 13 for abrir uma licitação privada para vender os direitos de transmissão dos jogos, ao abrir essa licitação, ele vai perguntar: "Globo, você quer comprar?" A Globo vai responder que sim; então, eles vão entrar em negociações para definir valores etc. Então, a Globo sempre fez

uso dessa preferência a que tinha direito por contrato. Isso significa que, na verdade, não havia concorrência para a compra dos direitos de transmissão dos jogos. A concorrência não existia porque a Globo sempre fazia uso da sua preferência contratual. O que nós fizemos, então, por esse acordo, foi retirarmos essa cláusula de preferência. A partir da retirada da cláusula de preferência, quando o Clube dos 13 for vender os direitos de transmissão, todas as emissoras poderão participar, poderão oferecer os seus lances, e o lance mais vantajoso para o Clube dos 13 será o vencedor, como dever ser em uma concorrência saudável.

Também, por esse acordo, nós definimos que esses direitos de transmissão deveriam ser vendidos separadamente por mídias separadas, não por pacotes. Então, uma emissora não vai comprar o direito de transmissão da TV aberta, da TV por assinatura, da internet, de celular. Isso tudo vai ser separadamente vendido, serão licitações separadas. Isso não significa que uma emissora não possa ganhar todas; pode, mas haverá concorrência para cada uma delas.

O que acontece agora é que está havendo essa polêmica porque alguns clubes, que eram do Clube dos 13, estão dizendo que vão negociar individualmente com emissoras para vender os direitos de transmissão dos seus jogos. Isso já passa a ser uma questão privada que o Cade não deve se imiscuir. Nós entendemos, nesse momento, não devemos nos imiscuir nisso. Temos que esperar a definição das coisas. Temos que trabalhar sobre fatos concretos. Se os contratos que os clubes vierem a celebrar com uma ou outra emissora contiverem cláusula de preferência, nós teremos que atuar novamente. Mas não podemos fazer nada nesse momento enquanto não haja fatos concretos, enquanto não haja contratos assinados, porque senão estaríamos sendo ou servindo para intermediar interesses privados, ou para um lado ou para o outro. E, nesse papel, o Cade, no meu entender, no entender dos demais conselheiros, não deve se meter, não deve ser esse o papel do Cade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Senador, eu gostaria de complementar aqui a exposição do Conselheiro Furlan, afirmando só três breves pontos: o primeiro ponto colocado e muito relevante é que não havia concorrência na prática. Ou seja, quando nós analisamos um caso devemos ir além da formalização dos contratos, porque, aparentemente ali, pode estar uma situação em que a concorrência existe, ou que o valor bem-estar do consumidor pode estar assegurado pela forma jurídica, mas, na prática, isso pode não acontecer.

Eu não gostaria de entrar aqui na análise do caso concreto porque não tive acesso aos autos, por óbvio, não advogo neste caso e não sou conselheiro, isso tem o seu crivo de confidencialidade, mas essa eu acho que é a postura correta para o Conselheiro: ir além do que a mera formalidade está trazendo e buscar a verdade econômica que nós temos ali. Para quê? Para a implementação de dois valores que foram colocados aqui também pelo Conselheiro Furlan e que trazem resposta às indagações de V. Exª. O primeiro deles: oferta de diversos atores no mercado. Nós temos de garantir que haja o maior número possível de atores trabalhando naquele mercado. Além disso, é preciso assegurar a oferta dos mais diversos produtos – no caso aqui, as mais diversas mídias passíveis de levar aquele produto ao consumidor.

Finalmente, também concordando com a postura adotada pelo Conselheiro Furlan: a próxima rodada desse assunto, que é o Clube dos Treze, certamente deverá ser feita em função dos casos concretos, porque agora isso passa à esfera da autonomia privada desses atores.

Esses são os comentários que eu gostaria de trazer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Alessandro.

Senador Lindbergh. *(Pausa)*

Passo agora a palavra ao Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, Sr. Fernando e Sr. Alessandro, as minhas perguntas são muito simples.

Corroboro a preocupação do Senador Dornelles, que emendou aqui esta dúvida que vou suscitar em relação ao tamanho das multas aplicadas pelo Cade. O Dr. Fernando de Magalhães referenciou uma multa, em relação ao cartel dos gases, de 25% do faturamento anual. Conversando na sala ao lado, ele havia me dito que o Cade também multou em R$350 milhões a Ambev em razão de uma campanha comercial feita durante um determinado ano junto a bares e restaurantes, multa que correspondia a 2% do faturamento da Ambev. Eu perguntaria ao Sr. Fernando e ao Sr. Alessandro: os senhores acham viáveis multas da ordem de 1% a 30% aplicadas em relação a faturamento bruto ou os senhores concordam com a tese do Senador Dornelles de que isso precisa ser revisto? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta diz respeito a uma preocupação que tenho no meu Estado, onde vejo um embate permanente entre o Ministério Público Estadual do Maranhão e os postos de combustível – acredito, Senador Delcídio, que isso deva acontecer em todos os Estados. Refiro-me à preocupação com a formação

de cartel entre os postos de combustível. Perguntaria aos senhores se o Cade já vem deliberando sobre isso ou se isso ainda será feito Cade no âmbito do que está ocorrendo nos Estados – em relação a postos de combustíveis, formação de cartel.

Finalmente, Senador Delcídio, eu queria fazer um registro. Eu queria registrar o cumprimento do compromisso da Presidente Dilma em conduzir a cargos de agências e a cargos de órgãos como o Conselho do Cade profissionais técnicos do setor independentemente de cores partidárias. Percebo, Dr. Fernando – e agora quero usá-lo como exemplo –, que V. Exª iniciou sua carreira no Cade no Governo Fernando Henrique Cardoso no importante cargo de Procurador-Geral do Cade e, ainda assim, neste momento está sendo indicado pela Presidente Dilma para fazer parte do Cade. É importante fazer essa referência para mostrar ao povo brasileiro que o compromisso em transformar as agências em órgãos eminentemente técnicos, sem aparelhamento e sem preocupação partidária, está sendo rigorosamente cumprido. A mesma referência faço ao Dr. Alessandro, notado professor da importante Universidade de São Paulo. Congratulo, portanto, este Governo em função dessa decisão de, a cada dia que passa, corroborar a decisão da Presidente da República, indicando membros técnicos para esses órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Com a palavra, o Dr. Furlan.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Lobão Filho, sua pergunta é muito pertinente também, até porque, sem dúvida, deve haver esta indagação na sociedade: será que as multas aplicadas pelo Cade são multas fora da realidade?

O que nós fazemos é um trabalho de aplicação da lei, a lei que está posta. A lei é criada, é discutida dentro do Congresso Nacional, e cabe a nós, então, como aplicadores da lei, levá-la aos casos concretos.

Como eu disse ao senhor, o Cade tem sido, ao longo dos anos, bastante prudente, bastante comedido, bastante consciencioso na aplicação das multas, nos percentuais de multa. Começamos com multas de 1% e hoje chegamos, nesse caso do Cartel dos Gases, tendo em vista a relevância do produto para a sociedade em geral, ao patamar máximo até agora de 25%, sendo que o máximo permitido pela lei é de 30%

Considero não só legítima como necessária a discussão e revisão das leis no Poder Legislativo de tempos em tempos. Assim, acho que a discussão do projeto de lei que hoje está em tramitação na Câmara, que já passou aqui pelo Senado, e com as emendas propostas dos Senadores, inclusive pelo Senador Francisco Dornelles que aqui está, traduz uma legitimidade por parte dos Srs. Senadores na discussão da propriedade e da adequação daquela lei continuar em vigor.

Do nosso ponto de vista, só nos cabe procurar auxiliá-los em trazer informações e nossa experiência do dia-a-dia, para que os senhores possam, com base nessas informações, traduzir isso para uma lei mais adequada e que vai passar a ser a lei que será aplicada doravante. Então, sem dúvida é legítimo. Estamos abertos à discussão e para auxiliá-los na discussão desses pontos.

Só para trazer uma informação para que tenhamos um pouco de parâmetro em relação a outros países, na União Europeia, quando se multa a conduta de um cartel, além de se levar em consideração o faturamento das empresas envolvidas, também leva-se em consideração o tempo, a quantidade de anos que aquela conduta perdurou no mercado. Quanto mais longeva a conduta, maior a multa a ser aplicada.

No Brasil ainda não utilizamos esse critério; utilizamos o critério que está na lei, que é o critério do faturamento, levando em consideração fatores agravantes e atenuantes que também estão previstos em lei, para chegarmos a um percentual de multa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Gostaria de complementar a ponderação do Conselheiro Furlan, prioritariamente falando a respeito da mera opção que temos nós de aplicar a lei. De fato, quem toma a decisão fundamental sobre a possibilidade legal da extensão das multas é o legislador.

Desse ponto de vista, o Cade tem que se submeter à vontade do legislador e trabalhar naquela moldura legal. Se o legislador vier a entender que essa possibilidade está demasiada, certamente o Cade deve acatar e trabalhar numa outra moldura legal.

Quanto aos valores, o Conselheiro Furlan foi esclarecedor dizendo que há uma grande tentativa de ponderação desses valores para que o correto sinal seja emitido aos atores econômicos: o sinal de que eles não podem mais praticar aquela conduta e, por outro lado, o sinal de que condutas diferentes daquelas são incentivadas e toleradas. Acho que esse é o papel da multa e caberá ao administrador fazer essa ponderação também no caso concreto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Dr. Furlan.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Só para complementar, nesse caso do Cartel dos Gases, como consequência da nossa decisão, já houve duas ações privadas para ressarcimento dos prejuízos causados por esse cartel.

Isto é uma prática muito comum em outros países, por exemplo, nos Estados Unidos, nos países da União Europeia: as empresas ou associações de consumidores que se sentirem prejudicados por um cartel que é condenado pela autoridade de defesa da concorrência, entram com ações judiciais para ressarcimentos por danos civis causados por esse cartel.

Tivemos uma associação de hospitais de Minas Gerais que entrou com uma ação civil para reparação de danos; e a Sabesp, a Companhia de Saneamento e Abastecimento de São Paulo, cujo Presidente à época era o ex-Presidente do Cade, Dr. Jézer de Oliveira.

A Sabesp entrou com uma ação civil pública contra as empresas do cartel, para o ressarcimento de danos causados por esse cartel.

Então, novamente, estamos entrando num novo patamar de defesa da concorrência no Brasil, em que consumidores e empresas prejudicadas já se estão mobilizando para buscarem o ressarcimento dos prejuízos causados a eles. O que o Cade faz é, por meio da multa, conseguir algum tipo de ressarcimento aos danos causados para a sociedade civil, em geral.

Obrigado.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Na realidade, a indagação...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, se possível, eu gostaria que V. Exª me concedesse um minuto.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sim, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Tem a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Em relação ao que V. Exª levantou, Senador Lobão, quero dizer que, realmente, havia uma preocupação muito grande. Por exemplo, havia um determinado grupo que possuía o setor de bola de gude; outro grupo, o setor de aço; outro grupo, o setor de tecido; outro grupo, o setor de sapato; outro grupo, o setor de vidro. Se havia uma irregularidade nesse setor de vidro, pegava-se a receita bruta de todo o grupo, o que era um verdadeiro absurdo. Isso foi corrigido nessa legislação que está na Câmara, e foi também reduzido o percentual da multa do bruto de 30% para 20%. Desse modo, ficou praticamente numa multa sobre o setor relevante. Havia uma grande distorção: se, em um grupo que tinha uma série de fábricas, uma delas fazia uma prática desleal, pegava-se o grupo todo. Isso era um verdadeiro absurdo.

E se são, como o Senador Lobão disse, 20% sobre o faturamento, tem de se pensar sobre esse problema. Principalmente, o faturamento do grupo podia ser maior que todo o capital da empresa que praticou a irregularidade. Mas isso foi corrigido, e estou certo de que o Cade vai trabalhar para que a Câmara mantenha a negociação feita no Senado, da qual participou o Senador Lobão, que se preocupou com esse assunto. É extremamente importante que o acordo feito no Senado seja defendido pelo Cade na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Concedo a palavra ao Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Conforme disse o Senador Dornelles, há outros casos em que, em determinados setores da economia, a margem de lucro no faturamento é, por vezes, de 3% a 5% ao ano. Se há multas de 1% a 30%, pode-se condenar uma empresa dessas à falência.

Eu queria apenas reforçar que o Dr. Fernando e o Dr. Alessandro não responderam minha pergunta em relação aos postos de combustível, ao cartel dos postos de combustível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Concedo a palavra ao Dr. Furlan.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Desculpe-me, Senador.

O primeiro cartel de postos de combustível condenado pelo Cade se deu lá pelo ano de 2002, salvo engano. Eu ainda atuava como procurador-geral. Foi o cartel dos postos de combustível de Florianópolis. Depois, houve o de Goiânia.

Os Ministérios Públicos Estaduais e Federal – principalmente, os Estaduais – têm atuado muito nesse setor. O que ocorre é que, em muitos casos, há certa divergência na interpretação da lei. Por exemplo, o Ministério Público toma a iniciativa de dizer aos postos: "Vamos fazer um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pelo qual vocês vão fazer o preço máximo de tanto". Isso é algo que a gente entende como boa vontade, como intenção de atuar pelo bem do consumidor, mas, do ponto de vista concorrencial, essa não é a melhor atitude. A partir do momento em que se estabelece um patamar de preço, está se fixando preço. Para a livre concorrência, é preciso deixar que os preços sejam formados livremente, de acordo com cada agente econômico. Cada empresa vai formar seu preço. Então, se se estabelece um patamar, está se, de certa forma, fixando preço. Isso não é, apesar da boa vontade, o mais saudável para o ambiente concorrencial.

Há outra questão muito comum: às vezes, entende-se que, quando vários postos de combustível alinham preços, esse alinhamento de preços já é prova suficiente para condenação por cartel. Não o é pelo

seguinte: esse alinhamento de preços pode, sim, vir a ser um indício de formação de cartel, mas pode ser simplesmente um comportamento comum no mercado, que é o de seguir o líder. Se o líder, que normalmente tem uma participação superior – digamos que de 30% a 40% do mercado –, estabelece seu preço num patamar, os postos de grupos pequenos acabam seguindo o líder. Então, precisamos de mais provas, de provas mais robustas do acordo, para podermos condenar. Mas, sem dúvida, é um setor de grande preocupação, porque é um setor do varejo que atinge a sociedade como um todo. Com a ajuda dos Ministérios Públicos dos Estados e Federal, temos atuado bastante nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Senador Lobão, eu gostaria de pontuar aqui que existe já um histórico, como brevemente aqui relatado pelo Conselheiro Furlan, de preocupação do Cade com esse setor específico, que é o de postos de combustíveis, nos seus diversos nós. E isso é particularmente relevante quando ele atinge o consumidor final, porque o consumidor final tem pouca possibilidade de trabalhar a defesa da concorrência a favor de si próprio. Ele não está organizado em associações e, via de regra, não conta com o aparato jurídico a seu favor. A informação econômica de que ele dispõe é menor do que a da empresa organizada para a exploração da sua atividade econômica.

Desse ponto de vista, a aplicação da legislação pelo Conselheiro, pelo órgão de defesa da concorrência, tem de levar em conta essa possibilidade de análise das provas com muito mais acuidade ainda. Assim como o Conselheiro colocou aqui, nós temos uma série de variáveis que devem ser levadas em conta para a formação do juízo sobre a conduta que está acontecendo ali, porque, eventualmente, o aumento de preço não significa necessariamente uma conduta coordenada, ele é só uma corrida para alcançar o patamar novo que está sendo colocado no mercado.

Entretanto, quando existe a possibilidade de se analisarem impactos expressivos no consumidor final, nós temos de ter uma postura em relação à prova que seja a mais ampla possível. E para isso há já uma série de estudos a respeito de como se dá a prova em Direito Concorrencial, que é uma prova bastante delicada e bastante difícil de ser feita, mas nós temos de superar esse patamar atual para fazer a aplicação da lei, porque a lei protege, sim, o consumidor, tenha ele ou não capacidade de se organizar em associações. Nós estamos ali para isso, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Obrigado, Dr. Alessandro.

Senador Lobão. (*Pausa*.)

Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Obrigada, Presidente.

Inicialmente, eu gostaria de saudar o Dr. Furlan e o Dr. Alessandro, cumprimentá-los pelo brilhante currículo que ambos têm, a experiência e também a vivência grande que o Dr. Furlan tem nessa área, e somar-me às palavras do Senador Lobão, pela excelente indicação da Presidenta Dilma, mostrando a responsabilidade que ela tem, de fato, na condução dos interesses do nosso País, a democracia concorrencial.

Tenho três perguntas bastante objetivas que eu gostaria de fazer aos senhores.

A primeira é: quais são os instrumentos disponíveis e as possibilidades de atuação do Cade em sua tarefa de garantidor da defesa da concorrência no Brasil para proteger os pequenos agricultores diante de grandes empresas e conglomerados econômicos que compram sua produção e atuam em cadeias produtivas, como a do frango, suínos, leites e fumo?

Isso é uma realidade muito presente no Estado do Paraná, é uma ação importante para os nossos agricultores, porque dá sustentabilidade à produção, mas ao mesmo tempo eles ficam muito sujeitos à determinação de preços desses conglomerados. E nós tivemos fusões recentes de empresas nessa área. Então, como evitar que se estabeleça essa relação de extrema dependência desses agricultores diante dessas empresas que terceirizam a sua produção?

A segunda pergunta se refere ao projeto de lei que é o novo marco da defesa de uma política pública de defesa da concorrência, que o Dr. Alessandro citou aqui. De que maneira esse projeto de lei que reformula o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, já aprovado no Senado e que hoje se encontra na Câmara dos Deputados, poderá intensificar e otimizar a defesa da concorrência no Brasil? Como os senhores veem a adoção de análise prévia das fusões e aquisições, em ampliação das competências do Cade?

Por último: de que forma se dá, na visão dos senhores, a relação entre a política industrial implementada pelo Governo e a tarefa de defesa da concorrência? Há um diálogo possível entre ambas?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Dr. Furlan.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Obrigado, Presidente.

Obrigado, Senadora, pelas suas palavras de apoio.

Sim, nós temos lá hoje em instrução no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência dois casos, por exemplo, que são bastante importantes para o setor da agroindústria: o Sadia e Perdigão, no qual estou impedido de atuar, mas que já está lá com o relator, o Conselheiro Carlos Ragazzo. Ele recebeu o processo do Ministério da Fazenda instruído, mas está fazendo um aprofundamento da instrução do caso. Todas as discussões, mesmos procedimentais, do caso, evito de participar, por conta do meu impedimento, mas, como Presidente interino, eu tinha obrigação de saber pelo menos como estava a tramitação.

Então, eu sei que ele está aprofundando bastante a análise. O Conselho do Ragazzo é bastante técnico, bastante detalhista. Tenho certeza de que esse aspecto será, sim, levado em consideração.

Eu, por exemplo, sou Relator, mas não serei mais, porque, se aprovado por V. Exªs, deixo de relatar processos, porque o Presidente do Cade não relata processos.

Sou, atualmente, Relator do caso JBS-Friboi e Bertin. Eu comentava aqui com o Senador Delcídio do Amaral, Presidente Delcídio do Amaral, que esse aspecto que a senhora levantou dos pequenos produtores do gado e que vão, então, vender sua produção ao frigorífico é uma preocupação nesse caso também. Aliás, nesse caso, é uma das principais preocupações dessa operação. Então, isso está sendo analisado. Esse caso ainda não chegou ao Cade. Ainda está lá na Seae, mas é um aspecto que sei. Já tive reuniões com o pessoal da Seae sobre o caso e sei que eles estão muito preocupados, realmente. Estão preocupados no sentido de quererem esclarecer, quererem obter o maior número de informações possível para, especificamente, essa questão.

Sobre análise prévia, sem dúvida, o Brasil ainda é um dos poucos países, digamos, dos países que tem a defesa da concorrência mais desenvolvida do mundo. É um dos poucos países que ainda atuam com análise posterior, ou seja, só depois de realizada a operação é que vamos analisá-la. Isso gera insegurança jurídica às empresas.

Então, temos a certeza de que, aprovado o projeto de lei, passada a nossa análise a ser prévia, ou seja, antes de as operações ocorrerem, isso vai trazer maior transparência, maior visibilidade, maior segurança jurídica às empresas. Por outro lado, vai nos trazer muito maiores responsabilidades. Vamos ter que ser muito mais ágeis, mais rápidos e vamos precisar de maior estrutura, principalmente de pessoal.

Mas temos certeza de que o Governo está ciente disso, sabe da importância dessa análise prévia para a economia brasileira. E temos certeza, já estamos em conversa com o Ministério do Planejamento, já buscando definir como será a estruturação do Cade para esses novos desafios.

E, com relação à política industrial e à política concorrencial, eu, inclusive, fui a Unctad, Nações Unidas, dois anos atrás, representando o Brasil, e discutimos lá, numa conferência, exatamente essa relação entre política industrial e política de defesa da concorrência. E nosso entendimento é de que elas, sim, podem e devem conviver. A política industrial brasileira, hoje, é transversal. Ela não foca em setores específicos da economia, mas ela foca a economia como um todo e procura atuar em carências do setor produtivo como um todo. Isso é importante para a defesa da concorrência, porque a política industrial não vai, portanto, procurar desenvolver um ou outro setor em especial, mas ela vai se preocupar com as carências do setor produtivo como um todo. E é nesse ponto que a convivência entre ambas é possível. Inclusive, por exemplo, nossa política industrial também beneficia as pequenas e médias empresas. Isso para a defesa da concorrência é excepcional, porque você vai gerar condições de pequenas e médias empresas participarem mais do mercado, fazendo frente ao poderio econômico dos grandes conglomerados.

Então, acho que, sim, é possível essa convivência e é possível que exista deforma saudável no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Dr. Alessandro.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Senadora, muito honrado com as palavras que V. Exª proferiu.

Eu gostaria de iniciar pela última das questões, que é essa relação entre política industrial e política de concorrência, ressaltando esse último ponto que foi colocado aqui, pelo Conselheiro Furlan, que a política industrial pode gerar atores econômicos que, num segundo momento, venham a ser capazes de concorrer. E esse é, de fato, um objeto da nossa atual política concorrencial. Nós temos aí, fazendo um breve histórico, a PITCE 1, a PITCE 2 e a atual PDP. Elas gestaram como um dos focos principais a questão da inovação tecnológica, como é que as empresas brasileiras são capazes de gerar inovação tecnológica com a adequada propriedade intelectual para que possam, num segundo momento, em nichos específicos e incentivados pela política industrial, ser capazes de concorrer inclusive com empresas que são muito maiores do que elas na configuração do grupo econômico como um todo. Essa não é uma invenção brasileira. Na verdade, essa é uma modelagem de política industrial que aprendemos com os países que estão na nossa frente nesse caso. Esta-

dos Unidos e Europa fazem políticas industriais focadas em inovação tecnológica assim documentadas há certamente mais de cinquenta anos. Nós chegamos a esse patamar agora e há essa relação virtuosa entre essas duas políticas.

Sobre a formatação no novo projeto de lei e a ampliação do Cade, a minha leitura do projeto de lei é que, muito mais do que uma ampliação, na verdade, é uma acomodação das várias funções que hoje o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência já cumpre, mas ele cumpre separadamente. Talvez o grande ganho do novo projeto de lei seja articular todas essas funções em um único órgão e, com isso, não só economizar custos, mas possibilitar uma racionalidade mais adequada para que a política de defesa da concorrência seja implementada. Ali teremos, numa mesma área de atuação, diversas das funções que hoje são cumpridas por atores distintos. Acredito que esse talvez seja um ganho. O outro ganho certamente é a questão da análise prévia. O grau de insegurança de se dizer "fiz isso" e, eventualmente, lá na frente, isso poder ser desfeito é muito maior do que se dizer "quero fazer isso" e aí o órgão dizer "pode fazer, está certo". Acho que, de fato, nós ganhamos com o modelo novo e também nos aproximamos do que outros países já fazem.

A respeito do caso de pequenos agricultores, eu também teria o cuidado de entrar muito especificamente na análise, para não comprometer eventual manifestação minha se porventura aqui aprovado como conselheiro. Mas eu gostaria de frisar aqui as palavras do Conselheiro Furlan de que o caso certamente está na mão de um conselheiro bastante técnico, que é o Conselheiro Ragazzo, reconhecido por todos no Sistema Brasileiro de Defesa de Concorrência como alguém bastante preparado, que tem comprometimento com a aplicação da lei como ela deve ser aplicada. Certamente, as várias cadeias que compõem a produção agrícola dos diversos Estados é algo que estará na cabeça do Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senadora Gleise.

A SRª GLEISE HOFFMANN (PT – PR) – Quero agradecer. Realmente esta questão lá para o Paraná é muito preocupante. Eu sei do impedimento de V. Srªs em falar sobre o assunto, mas quero fazer um pedido ao Cade para que fique muito atento. Porque, no caso do frango, do porco, do fumo, são agricultores menores, produtores menores do que no caso do boi.

O Presidente Delcídio conhece bem a realidade da produção de gado. Nós não temos pequenos produtores que vendem a frigoríficos, geralmente os muito pequenos produzem para consumo. Mas, no caso principalmente do frango, são os pequenos que sustentam a sua propriedade, a sua família. Então, para nós, é muito importante.

Quero agradecer e desejar aos senhores sucesso. Tenho certeza de que esta Comissão os conduzirá ao Cade. Que tenham uma brilhante gestão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleise.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, no início da reunião, antes de instalada a reunião, já conversei com V. Exª a respeito do procedimento na votação.

Eu queria esclarecer aos senhores que estão aqui sendo sabatinados que a mensagem presidencial chegou ao Senado ontem, às 18h30min. Esta é uma sessão ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos. Fiz um apelo ao Presidente Delcídio Amaral para que a votação se desse amanhã e tivéssemos tempo, os Senadores que compõem esta Comissão, inclusive, para meditar a respeito das questões que foram levantadas, das exposições que foram produzidas aqui pelos dois sabatinados, de modo que tivéssemos condições de votar não só de acordo com o Regimento, que determina o envio da pauta com antecedência, como também com pleno convencimento e convicção.

Aproveito para cumprimentar os dois.

Voltarão amanhã, se esse for realmente o entendimento do Presidente, e quero aproveitar para pedir ao Dr. Alessandro Octaviani que quando o seu livro já estiver editado, eu gostaria de receber o exemplar, que V. Sª me dissesse quando vai ser editado, porque o título é instigante e eu gostaria de lê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Posso fazer um apelo aqui ao...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Gostaria de fazer um apelo aqui ao prezado Senador, Colega por São Paulo, Aloysio Nunes Ferreira. De um lado, V. Exª disse que gostaria de fazer a votação amanhã, mas, por outro lado, V. Exª, depois de ter tido a oportunidade de acompanhar uma arguição feita por inúmeros Senadores que fizeram perguntas sobre os mais diversos aspectos do sistema brasileiro de concorrência, V. Exª ouviu inclusive aquele que trabalhou com V. Exª quando Ministro da Justiça – e permita-me aqui opinar que acho que ambos responderam a todas as questões, inclusive as que eu próprio formulei, de uma maneira altamente satisfatória e brilhantemente; V. Exª, às ve-

zes até por uma questão de "Ah, a Oposição aqui tem que ser muito escutada..."

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não, não, Senador. Desculpe, V. Exª me permite? Não se trata disso. V. Exª me subestima, achar que estou fazendo oposição por oposição. V. Exª realmente está me subestimando.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas é um apelo então que faço...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Então não faça o apelo, não faça, sabe por quê?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Está bem. Quero compreender.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não, não. O senhor há de entender que eu sou um sujeito do tempo em que as formas eram importantes. Forma é uma coisa importante. E temos aqui dois excelentes juristas que sabem compreender isso.

Não se trata da arguição e da sabatina e da votação e da deliberação na Comissão sobre os dois. Trata-se de um princípio. Nós recebemos, o Senado da Republica, o Senado da República recebeu a Mensagem presidencial ontem, às 18h28min., para ser preciso, para uma deliberação dessa importância, hoje, pela manhã.

Então, não se trata de apelo, trata-se de respeito à Casa, trata-se de respeito ao Regimento e se trata de respeito às formas. E quero insistir com o senhor: não estou aqui para fazer oposição pela oposição. Trata-se apenas de respeito, inclusive de homenagem aos nossos sabatinados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu compreendo, agora melhor, o seu ponto de vista. Acho que é de bom senso. Vou acatar. Mas agora fiquei compreendendo melhor as razões que o fizeram até homenagear os dois indicados pela Presidência da República para serem membros do Cade. Compreendo isso. Assim, a Presidência e o Ministério da Fazenda da próxima vez poderão tomar mais cuidado para que os possam os nomes vir com a devida antecedência, Sr. Presidente.

Compreendo as razões expressas pelo Senador Aloysio Nunes e as respeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Muito obrigado.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Quero acompanhar o nosso Senador Eduardo Suplicy. Também compreendi as razões do Senador Aloysio e dou razão a ele, mas foi importante esse esclarecimento.

Agora, só gostaria de deixar claro aqui, porque não entendi: o Senador Aloysio Nunes pediu vista ou foi um acordo com a presidência, que instrumento foi utilizado para se prorrogar para amanhã?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Foi uma questão de ordem, Sr. Presidente. Com base no art. 108 do nosso Regimento Interno que prevê que as pautas sejam entregues com antecipação de dois dias. Observando essa norma regimental, é correto que se faça uma sessão extraordinária amanhã, conforme o entendimento informal com o Sr. Presidente.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Então não houve pedido de vista?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Conversei com o Senador Aloysio Nunes hoje, um pouco antes do início desta sabatina e quero dizer, Senador Aloysio Nunes, que a despeito da qualificação dos dois dirigentes, futuros dirigentes do Cade, eu entendo a maneira como temos que conduzir as sabatinas aqui e os prazos regimentais.

Estou na Comissão de Assuntos Econômicos há oito anos; desde que entrei aqui. E uma das preocupações que nós temos é a valorização das sabatinas, porque não só valorizamos nossa Casa, aquilo que é uma atribuição do Senado Federal, como também as pessoas que estão com seus nomes aqui colocados à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos. Acho que precisamos resgatar o papel das sabatinas. Eu mesmo participei de várias sabatinas e dou a mão à palmatória. Muitas vezes a reunião simplesmente se esvaziava e, às vezes, para as pessoas que iam ocupar posições de destaques em agências reguladoras e instituições importantes sequer fazíamos alguma pergunta.

Então acho muito pertinente, compreendo bem o posicionamento de V. Exª e a intenção é, amanhã, de acordo com o que o Regimento determina, darmos continuidade a essa reunião e fazermos a votação nominal secreta dos dois futuros dirigentes do Cade. Queria sugerir a V. Exª que, se fosse possível, começássemos cedo amanhã, às 9h, para que, de uma forma expedita, façamos a votação de tal maneira que eu tenha condições de encaminhar amanhã mesmo para votação no plenário do Senado os dois nomes. Até porque o Cade precisa ter o seu Pleno completo para deliberar sobre questões importantes. Eu não quis fazer pergunta hoje, vou deixar para amanhã, porque tenho duas perguntas a fazer. Uma foi falada muito por

alto pelo presidente Furlan, que é a questão do JBS e o Bertinho. Esse é um ponto importante.

Sou de um Estado, assim como a Senadora Gleisi, da pecuária e há uma preocupação enorme de toda a classe produtora de Mato Grosso do Sul, acho que não é só em Mato Grosso do Sul, mas vou me limitar ao meu Estado, com relação a essa questão do JBS e do Bertinho. Com certeza, amanhã farei essas perguntas, porque vamos dar continuidade à arguição e à votação. Também um assunto fundamental para nós será o debate LAN-TAM. LAN Chile e TAM, que sei que é um tema bastante relevante e relacionado a um segmento fundamental que preocupa a todos nós, que é o segmento da aviação civil.

Então, até pelo adiantado da hora, gostaria de suspende a reunião, adiar – a expressão é adiar – para amanhã a votação e a apuração dos dois nomes, para que encaminhemos para o plenário do Senado amanhã à tarde, para que a gente resolva essa questão do Cade ainda esta semana.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Dornelles. Depois a Senadora Gleisi.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Eu queria cumprimentar V. Exª pela forma, pela maneira, como V. Exª conduziu os debates, conduziu a sabatina, permitindo que os questionamentos de cada Senador fossem respondidos de forma individualizada, evitando aquilo que nós temos visto em algumas reuniões, em que três, quatro, cinco apresentam seus questionamentos e a resposta vem em penca, sem que exista possibilidade de o sabatinado responder e enfocar o questionamento do Senador.

Parabéns a V. Exª. Estou certo de que isso é uma inovação que V. Exª traz e que todos os debates futuros vão ser seguidos dentro dessa mesma linha.

Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Obrigado, Senador Dornelles.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

É apenas para expressar a concordância com esse encaminhamento, até porque conversamos, no início da reunião, com o Senador Aloysio Nunes. O Senador poderia muito bem pedir vista do processo, e isso levaria para outra audiência. Então, esse acordo é de bom tom. Gostaria apenas de deixar aqui registrado que o fato de o Executivo não ter enviado no prazo regimental – e essa não é a primeira vez – é porque, muitas vezes, o Executivo tem uma dinâmica diferente desta Casa, até pelas respostas rápidas que tem que dar às questões que acontecem. O Senador Aloysio Nunes já foi do Executivo e sabe disso. Não há má-fé nesse sentido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não, não há má-fé. É claro que não.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – É só uma questão de procedimento, queria deixar isso esclarecido. E isso não fez com que nós não pudéssemos fazer um bom debate aqui e escutar. Mas eu concordo com o senhor. Acho que devemos deixar para amanhã.

Eu só tenho uma pergunta, Presidente. Se nós adiarmos a reunião, nós vamos carregar para amanhã toda a pauta que está nela. Não sei se nós fazemos uma extraordinária. Como é que o senhor pretende encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Amanhã, nós só trataremos de um item, que é o item 1; aliás, dois itens: 1 e 2.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas o empréstimo relativo ao MDS vai ser tratado agora, não vai, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Se houver consenso, nós poderemos votar agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Há um entendimento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Então, nós nos limitaríamos somente ao item 1, que é um empréstimo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – E aí nós suspenderíamos e, amanhã, às 9 horas da manhã, nós faríamos a votação. E quem quiser fazer mais algum questionamento aos dois sabatinados, abriremos a palavra também.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, só para finalizar. A Senadora Gleisi falou desse problema do Regimento, e o Senador Aloysio, com certeza, sabe, profundo conhecedor que é do Regimento, que é permitida essa urgência, salvo a sabatina em urgência em relação ao prazo. Mas concordo plenamente com V. Exª de que isso deva ser empurrado para amanhã. Há a possibilidade regimental, sim, mas o bom-senso nos leva a não usá-la e simplesmente levarmos para amanhã.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu gostaria de informar sobre a questão do empréstimo para o MDS, o acordo do BIRD com o MDS, que foi objeto de um empenho do Ministério do Desenvolvimento Social para esclarecer junto ao Senador Demóstenes Torres. Ele próprio me disse que foram esclarecidas as dúvidas que tinha, que não criaria mais objeção, e estão aqui presentes...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Suplicy, fui procurado aqui pela Liderança do DEM, e o Senador Demóstenes pediu que essa votação fosse adiada, porque ele gostaria de fazer algumas ponderações com relação a esse projeto. Mas, evidentemente, o Senador Demóstenes não está aqui presente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Seria natural que aqui estivesse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Seria natural que aqui estivesse.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Os Senadores do Democratas estão na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – O Senador Demóstenes disse a V. Exª que não haveria nenhum óbice?

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Disse a mim. Ele disse a mim e quero dizer que o próprio assessor que acaba de lhe falar me disse também que as dúvidas foram esclarecidas, que esteve presente o Sr. Arnóbio Viana David e esclareceu adequadamente. Mas, mais do que isso, estão aqui hoje presentes o Sr. Tiago Falcão Silva, Secretário Nacional de Renda de Cidadania do MDS, a Srª Maria Clara Rillos Mendes, Diretora de Projetos Internacionais, substituta, e o próprio Sr. Arnóbio Viana David, assessor especial da Ministra Tereza Campello e coordenador da assessoria parlamentar. Todos estão preparados para esclarecer toda e qualquer questão que porventura tenhamos, os Senadores do DEM, do PSDB, do PT, do PSOL, do PCdoB e a assessoria do DEM, se quiser que eu formule alguma pergunta... Se o Senador Demóstenes Torres não estiver, pode me passar que eu faço a pergunta. Mas, adiar outra vez, há de convir, Sr. Presidente, os Senadores do DEM podem vir aqui de pronto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – PR) – Sr. Presidente, eu queria aqui me somar à exposição do Senador Suplicy. Este projeto já foi objeto de debate na reunião passada da Comissão. Há pedido de vista coletivo. A matéria já tramita aqui. Acho que já estamos com bastante da matéria esclarecida, e eu gostaria que ela pudesse ser votada hoje nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Uma vez que, na reunião anterior, foram pedidas vistas coletivas, inclusive eu não estava presente. A reunião foi presidida pelo Senador Lobão Filho. Foram pedidas vistas coletivas. Eu compreendo aqui as ponderações do Senador Eduardo Suplicy em função da análise feita pelo Senador Demóstenes Torres. Portanto, se o Senador Demóstenes disse ao Senador Suplicy que não há nenhuma dúvida com relação ao processo, eu vou colocar em votação o item 1, o único item da nossa pauta, que nós já votaremos hoje.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Aloyzio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Eu não quero aqui fazer um debate regimental. Evidentemente, não teria cabimento. V. Exª é quem decide as questões de ordem. Apenas para que não firme jurisprudência, eu não concordo com a interpretação do Regimento que nos deu o ilustre Senador Lobão Filho. A inclusão de matérias extrapautas depende efetivamente de deliberação da Comissão. É uma questão de observância do Regimento Interno. Mas eu não quero fazer... Acho que eu ficaria fascinado por fazer este debate em outra ocasião. Apenas para deixar este registro no pé de pauta.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Se me permite, Senador, eu só queria ler o parágrafo único. Cinco segundos. "A pauta dos trabalhos das Comissões, salvo em caso de urgência", que foi a exceção a que me referi, "será distribuída com antecedência mínima de dois dias". Então, salvo em caso de urgência. Caso de urgência é algo a ser...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Por que caso de urgência?

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Concordo. Por isso, dei razão a V. Exª de que deveria ser transferida para amanhã. Mas eu apenas gostaria de justificar as decisões anteriores em que não houve esse prazo de dois dias e que deve ter sido considerado caso de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Perfeitamente, Senador Lobão.

Uma vez que o Senador Suplicy já se posicionou sobre o tema, em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – O relatório sobre o empréstimo do MDS?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Sim, do MDS, de US$200 milhões, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Eu agradeço, Sr. Presidente, se eu puder convidar o Sr. Tiago Falcão Silva para muito brevemente aqui esclarecer... Eu mesmo formularei as perguntas. Muito brevemente. Porque, assim, vamos satisfazer completamente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Senador Suplicy, eu acho que agora nós já estamos inclusive em regime de votação. Aí, quaisquer esclarecimentos posteriores, o Dr. Tiago está à disposição dos Senadores. Nós teremos também o plenário para inclusive fazer este debate.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do PRS apresentado.

Eu solicito à secretaria da CAE que este empréstimo seja encaminhado em regime de urgência.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Em regime de urgência. Eu subscrevo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) –Também estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Para que nós votemos no dia de hoje no plenário do Senado esta matéria que é uma matéria importante e relevante não só para CAE, mas para o Senado Federal.

Em votação o requerimento de urgência apresentado pelo Senador Lobão Filho.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

A reunião está suspensa, adiada para amanhã.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –Encerramos a presente reunião, convocando uma reunião extraordinária para amanhã, às 9 horas da manhã, na qual quem tiver alguma pergunta a fazer poderá também apresentá-la ao Dr. Furlan e ao Dr. Alessandro.

Amanhã teremos a votação secreta e, se Deus quiser, o encaminhamento ao Plenário do Senado.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 36 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinqüenta e três minutos do dia dezesseis de março do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, tendo como Presidente o Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rego, Ana Amelia, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro e Gim Argello. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, tendo falta justificada, Aécio Neves, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. Havendo número regimental, a reunião inicia-se sob a Presidência do Senador Lobão Filho, Vice-Presidente. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 31 de 2011, de 28 de fevereiro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 36 de 2011, de 28 de fevereiro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de janeiro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 22 de 2011, de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.598/2009-5, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 50 de 2009; Aviso nº 23 de 2011, de 2 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo

Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.601/2009-2, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 53 de 2009; Aviso nº 24 de 2011, de 9 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.026/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 35 de 2010; Aviso nº 25 de 2011, de 9 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.604/2009-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 56 de 2009; Aviso nº 28 de 2011, de 16 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.600/2009-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 52 de 2009; Aviso nº 29 de 2011, de 16 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.607/2009-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 44 de 2009; Aviso nº 33 de 2011, de 23 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.597/2009-8, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 49 de 2009; e Aviso nº 35 de 2011, de 23 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.596/2010-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 49 de 2010. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à apreciação das Matérias. Item 1 - Mensagem do Senado Federal nº 52 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Item 2 - Mensagem do Senado Federal nº 53 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidenta da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro", tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Dando continuidade às argüições referentes aos Itens 1 e 2 da Pauta, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Lobão Filho, Blairo Maggi, Waldemir Moka e a Senadora Vanessa Grazziotin. Encerrada as votações secretas, a Presidência convida os Senadores Roberto Requião e Valdir Raupp para atuarem como escrutinadores. Procedidos os escrutínios, a Comissão aprova a indicação do Senhor Alessandro Octaviani Luis para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça por 20 (vinte) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; e aprova a indicação do Senhor Fernando de Magalhães Furlan para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro, por 20 (vinte) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Está aberta a Quinta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento:

- Aviso do Ministério da Fazenda – Aviso nº 31, de 2011, de 28 de fevereiro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 4.301, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2011, tabela demonstrativa da dívida con-

solidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

- Aviso nº 36, de 2011, de 28 de fevereiro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto da Lei 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de janeiro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

- Aviso do Tribunal de Contas da União – Aviso nº 22, de 2011, de 02 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 029.598, de 2009, bem como do relatório da proposta de deliberação que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 50, de 2009.

- Aviso nº 23, de 2011, de 02 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 029.601, de 2009, bem como do relatório da proposta de deliberação que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 53, de 2009.

- Aviso nº 24, de 2011, de 09 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 022.026, de 2010, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 35, de 2010.

- Aviso nº 25, de 2011, de 09 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 029.604, de 2009, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 56, de 2009.

- Aviso nº 28, de 2011, de 16 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 029.600, de 2009, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 52, de 2009.

- Aviso nº 29, de 2011, de 16 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 029.607, de 2009, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 44, de 2009.

- Aviso nº 33, de 2011, de 23 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 029.597, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 49, de 2009.

- Aviso nº 35, de 2011, de 23 de fevereiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 025.596, de 2010, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 49, de 2010.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Pauta.

ITEM 1:

MENSAGEM (SF) Nº 52, DE 2011

- Não terminativa.

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

ITEM 2:

MENSAGEM (SF) Nº 53, DE 2011

- Não terminativa.

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como Conselheiro.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

Dando continuidade à sabatina, consulto se algum Senador gostaria de fazer uso da palavra para arguir os indicados.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Alessandro Octaviani Luis, Sr. Fernando de Magalhães Furlan, meu primeiro questionamento é bastante geral.

É a respeito da atuação do Cade nos processos de concentração em setores da economia para a formação de empresas líderes globais, que é um dos ob-

jetivos da política industrial do Governo brasileiro. Eu não quero questionar a importância desse processo de consolidação das empresas brasileiras, mas é fato conhecido por todos que o excesso de concentração – é um traço, um problema de dose, de dosagem – prejudica o consumidor, prejudica a inovação, traz uma série de efeitos perversos. Ora,quando se questiona o BNDES, que tem sido, evidentemente, o motor essencial e a liga dessas fusões, sobre os riscos dessa concentração, o BNDES remete ao Cadê: "Isto aqui é assunto do Cade". É de Pôncio para Pilatos, de Pilatos para Pôncio, não é?

Penso que seria adequado, Srs. Sabatinados – se é que esse termo é usado, eu não sei –, que o Cade tivesse uma explicação clara para a sociedade que só iria beneficiar a boa imagem que o Cade já tem e, por via de consequência, a credibilidade do nosso Sistema de Proteção ao Consumidor e da lisura das relações econômicas, que o Cade explicasse, por meio de sua Ata, da Ata das suas reuniões, claramente, quais são os benefícios que essas fusões trazem para o consumidor e para a economia brasileira, especialmente para o consumidor, que é a ótica do Cade, não é?

Os exemplos são muitos, são abundantes. Setor de telecomunicações, na fusão da Oi com a Brasil Telecom, o BNDES, o Banco do Brasil e os Fundos de Pensão participaram ativamente do processo de fusão. E a operação financeira que resultou na fusão foi estruturada mesmo antes da mudança do Plano Geral de Outorgas. Ora, menos de um ano depois dessa megafusão, que teve apoio direto do Governo, o próprio Governo Federal fez um diagnóstico e chegou à conclusão de que o setor de telecomunicações do Brasil era pouco competitivo. E pensou em ressuscitar a Telebrás. Parece que esse assunto foi arquivado, uma vez que a participação da Telebrás no plano de banda larga foi substituído, por estímulo, pela participação das empresas privadas de telecomunicações. Até seria interessante saber o que aconteceu nesse processo. Porque quando se fala: "A Telebrás vai ser encarregada de implementar o processo de banda larga", o que acontece com as ações da Telebrás? Vão lá para cima. "Ah, não é mais a Telebrás, são as teles". Essa gangorra precisa ser melhor investigada, e penso que seja um tema interessante para esta Comissão, para esta CAE. Mas não é o caso de entrarmos agora neste assunto.

O setor de frigoríficos. O Presidente Delcídio Amaral se referiu a esse tema ontem, no final da reunião, como objeto de sua curiosidade, e que não é apenas dele, é, enfim, de todos aqueles que se preocupam com a competitividade, especialmente a relação entre os produtores, os pecuaristas, e os frigoríficos. O processo de concentração é brutal e evidente, com a participação muito ativa do Governo Federal. Inclusive com a participação acionária. O BNDES tornou-se sócio de empresas... A participação do BNDES foi, de alto a baixo, decisiva. O Friboi já teve suas operações vetadas pela Federal Trade Commission, devido à concentração no mercado norte-americano que isso provocou, que a sua presença e a fusão com uma empresa norte-americana provocou. E, no caso brasileiro, a fusão de frigoríficos tem sido uma política governamental.

A pergunta que faço, porque para mim ainda não é claro, é que benefício isso traz à sociedade brasileira, ao consumidor, a competitividade, ao longo da cadeia produtiva? Parece-me nebuloso.

A mesma coisa na petroquímica, com a incorporação da Quattor pela Braskem, que se, de um lado, foi importante para criar uma petroquímica brasileira forte, que pôde resistir à invasão das resinas do Oriente Médio, pôde brigar bem, de outro, recentemente, empresários do setor de máquinas e equipamentos, da Abimaq (Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos) divulgaram um estudo sobre o custo Brasil que aponta que metade desse custo está ligada ao custo dos insumos básicos. E, dizem, uma das causas é a elevada concentração da petroquímica no Brasil.

Então, quero saber também se os senhores concordam com essa avaliação.

No setor de alimentos, também, a criação da Brazilian Foods, resultante da fusão entre a Perdigão e a Sadia, levou, por exemplo, a um nível de concentração no mercado de carnes congeladas de 70%, a mão dessa empresa no mercado brasileiro. De massas, as *pizzas* de supermercado que os nossos filhos e netos compram no fim de semana, 88% de concentração.

Bem, são essas questões.

Qual a visão que os senhores têm dos benefícios desse processo, que é uma das linhas mestras da política industrial brasileira, qual é o benefício que isso traz para o consumidor, os riscos que isso envolve?

E, finalmente, reiterando uma sugestão: que o Cadê, nas decisões de maior importância, que afeta o maior número de pessoas, nas decisões de maior impacto sobre a vida da economia brasileira, dos consumidores, que o Cade pudesse, um pouco à semelhança do que faz o Copom, publicar, em termos claros, inteligíveis para o cidadão comum o alcance da sua decisão. Acho que isso contribuiria muito, não apenas para a transparência do funcionamento do órgão, que é efetivamente transparente, as sessões são públicas, acompanhadas por todos, mas tornaria mais visível, mais tangível e contribuiria para alimentar a confiança dos cidadãos no nosso sistema de defesa da concorrência e do consumidor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Agradecendo ao Senador Aloysio Nunes, eu queria até me anexar a uma das indagações dele, com a permissão do nobre Senador, claro. Na questão dos frigoríficos, há um *lobby* muito forte aqui no Congresso Nacional, feito pelos frigoríficos, pelo Friboi, pelo Bertin, no sentido da proibição da exportação do boi vivo. Isso não acentuaria ainda mais o monopólio de uma empresa como essa no Brasil, no momento em que proibirmos os pecuaristas de exportarem bois vivos, podendo vender exclusivamente para os frigoríficos nacionais que já estão nas mãos de poucos? Isso não seria, vamos dizer, já um crime, autorizar algo como isso?

Qual seria a visão do Cade em relação a esse assunto?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, o tema está ficando interessante. Eu queria dar um pequeno palpite sobre esse assunto, uma observação.

Não está errado, Senador Aloysio, o País incentivar a criação de grandes grupos para que eles possam fazer frente ao mercado internacional e que eles se posicionem fora do País também.

O Brasil é um grande produtor primário, mas por muitos anos nós fomos só produtores primários. Hoje eu acho que as empresas brasileiras devem aproveitar o momento, momento em que nosso real vale muito, inclusive para comprar ativos fora, e que esses ativos sirvam para que as empresas brasileiras não sejam só fornecedoras, mas sejam distribuidoras fora do Brasil também.

Então me parece que a política implantada para o setor de carnes e outros setores de alimento, inclusive de minérios, para mim ela não está errada nesse foco.

O que me parece que nós temos que discutir aqui na CAE, e o Governo tem que prestar um pouco de atenção, é que ele não pode, de forma alguma, inviabilizar os pequenos, as novas atitudes e os novos empresários que vêm surgindo. A vida é assim: você vai ficando grande, grande, vai perdendo mobilidade, e, daqui a pouco, um pequeno nasce do lado e vem crescendo também. Então, o BNDES não pode, por exemplo, só dar dinheiro para os grandes frigoríficos e não dar dinheiro para o empresário que tem um pequeno frigorífico no interior de Goiás, do Tocantins, do Mato Grosso, do Pará, em qualquer lugar do Brasil, porque, a partir do momento em que ele toma a decisão de só ajudar o grande, ele não permite que a economia no futuro seja modificada pela chegada de novos grupos econômicos.

Então, é importante a gente entender isso. Acho que não é errado de todo o País incentivar, fazer com que as empresas brasileiras sejam fortes e vão para fora e comprem seus concorrentes lá fora. Aliás, foi o que o americano fez, é o que o chinês está tentando fazer também. E acho que o Brasil está no momento oportuno de fazer isso, mas jamais... E aí acho que o Cade tem um papel importante nisso, de sugerir políticas e até de cobrar do próprio BNDES: "Você não pode só dar dinheiro para os grandes e não dar dinheiro para os médios e para os pequenos". A gente tem que entender que a economia é feita por todos.

E mais uma vez: à medida que uma empresa fica muito grande, ela fica muito burocrática, perde mobilidade, e surge a oportunidade para novos chegarem. Mas eles precisam de apoio também.

Eu queria fazer essa colocação, não é nem uma pergunta, mas é uma forma de colaboração.

E, quanto a essa questão do boi em pé, Sr. Presidente, da saída do boi em pé do País, eu particularmente sou contra. Sou contra. Devemos incentivar o surgimento de pequenos frigoríficos e não exportarmos o boi em pé, pois estamos gerando emprego em outros países, estamos levando subprodutos para outros países, para que eles possam fazer calçados e outros produtos dos derivados da pecuária. Simplesmente proibir também é complicado. Não sou muito de proibir na economia, porque acho que o mercado precisa se movimentar. Mas o Governo precisa observar qual é a ajuda que ele tem de dar ao mercado. E, nesse caso, se temos um monopólio, ou quase um monopólio da carne, temos que incentivar o surgimento de outros que venham a disputar esse mercado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB - MS) – Agradecemos ao Sr. Blairo Maggi, sempre uma aula com base na sua *expertise*, na sua experiência de vida.

Passo a palavra agora aos dois indicados, para que possam responder às indagações do Senador Aloysio Nunes.

O SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN – Obrigado, Presidente Lobão Filho. Bom-dia a todos os Srs. Senadores. Agradeço pelas perguntas, muito pertinentes também.

Senador Aloysio, o senhor tem toda a razão no tocante à relação entre o Cade e o BNDES.

O Cade já se colocou à disposição do BNDES no sentido de estarmos abertos a conversar quando o

BNDES... Não só quando o BNDES sentir necessidade, ou quando tiver alguma dúvida, por exemplo: "Será que esta operação que estamos incentivando trará problemas concorrenciais?" O Cade está sempre aberto a repassar a sua percepção. É óbvio que a gente não pode afirmar o que vamos decidir. É preciso esperar a concretização dos fatos. Mas nós já nos colocamos, num passado recente, à disposição do BNDES.

Inclusive, em 2008 ou 2009, eu fazia uma palestra internamente para os funcionários da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), falávamos de convivência de política industrial e política de defesa da concorrência, e lá os funcionários da ABDI indagaram: "Por que o Cade não conversa mais com o BNDES?"

Então, tivemos algumas conversas e nos colocamos à disposição do BNDES para passarmos um pouco da nossa percepção em algumas operações que possam ser consideradas mais complexas. Isso não vai, obviamente, engessar o nosso entendimento – como eu disse, temos de esperar os fatos se concretizarem -, mas podemos passar uma percepção, até com base na nossa jurisprudência.

Eu acho que seria, sim, saudável para o País.

O senhor fez menções a algumas operações, por exemplo, o Oi/BrT. Oi/BrT julgamos recentemente, o Relator foi o Conselheiro Vinícius Carvalho, que está aqui hoje e será proximamente o Secretário de Direito Econômico. Foi uma operação complexa, demorou tempo razoável para ser instruída, tanto nas Secretarias quanto no Cade e nós aprovamos sob restrições. Foi assinado um termo de compromisso de desempenho, chama-se TCD, que é um tipo de acordo que o Cade faz com as empresas. Ao invés de nós reprovarmos ou aprovarmos com restrições, nós oferecemos a oportunidade de chegarmos a um acordo pelo qual as empresas se comprometem perante o Cade a adotar certas condutas, certos comportamentos, certas medidas, atingimento de metas e nós, então, monitoramos depois, por meio de relatórios, o cumprimento dessas metas. E isso foi feito no caso Oi/BrT. Nós tínhamos algumas preocupações e foi aprovado o caso, aprovada a operação vinculada, condicionada, à assinatura do acordo.

Braskem Quattor a mesma coisa, aprovamos recentissimamente e também foi por meio de um termo de compromisso de desempenho. Foi considerado o mercado internacional, o mercado petroquímico, por suas características é um mercado de *commodoties*, então é um mercado internacional, de preços internacionais, mas identificamos algumas preocupações em relação às importações de produtos petroquímicos ou de insumos para a indústria petroquímica brasileira. Houve algumas preocupações trazidas por concorrentes ou clientes da Braskem Quattor, principalmente em relação à possibilidade de manejo das importações, e nós, por conta dessas preocupações, colocamos isso no acordo, pelo qual a Braskem Quattor se compromete então a cumprir esses itens das nossas preocupações. E vamos manter o monitoramento do cumprimento desse acordo.

No caso dos frigoríficos, no caso Brfoods estou impedido, mas como disse ontem, está aqui hoje o relator do caso, o conselheiro Carlos Ragazzo, que sabemos que está fazendo uma instrução bastante aprofundada como deve ser. JBS-Free Boi eu sou atualmente o relator. Caso confirmada a minha indicação a presidente vamos redistribuir esse caso, mas posso lhe dizer que ontem fizemos um levantamento e o caso está na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda que está fazendo uma instrução bem detalhada. Sei, por conversar ontem com eles, que as informações que chegaram à Secretaria, a Secretaria já está vislumbrando que muitas delas mereceram uma ampliação de informação, quer dizer, as informações que foram prestadas não foram suficientes para o deslinde do caso. Então, a Secretaria está aprofundando essa investigação para o caso dessa operação.

Com relação ao mercado externo, mercado interno, como dissemos ontem, há possibilidade de convivência entre política industrial e política de concorrência. Já se sabe, no antitruste mundial, que a criação de campeões nacionais nem sempre é a melhor política, porque, ao criar-se campões nacionais pode-se criar algum problema no mercado interno. É a essa relação que temos de estar muito atentos. O Cade não pode ser contra, nem é seu papel se imiscuir numa política industrial, numa política de comércio exterior, mas temos que estar atentos aos efeitos dessa política no mercado interno, no que diz respeito à concorrência. E isso acho que temos feito. Então, por exemplo, Braskem Quattor, sem dúvida, passa a ser um *player* internacional importante, mas nós nos preocupamos com os efeitos internos dessa operação, principalmente aos seus clientes.

Com relação à exportação do boi em pé ou do boi vivo, essa é uma questão mais de política de comércio exterior. Eu me lembro da minha passagem pelo Ministério, das reuniões da Camex. Tínhamos, por exemplo, uma discussão forte sobre a possibilidade de exportação do couro *wet-blue*, que é aquele couro com menos beneficiamento. É um couro básico, de baixíssimo valor agregado. Então, discutia-se à época a possibilidade de se proibir a exportação do couro *wet-blue* exatamente porque estaríamos exportando um

produto básico sem agregação de valor. Portanto, as divisas que seriam trazidas seriam pequenas, e, como disse o Senador Lobão, estaríamos, basicamente, exportando empregos.

Então, essa é uma questão de política de comércio exterior que, tenho certeza, a Camex, formada por sete ministérios, acho que vai saber adotar melhor postura.

Com relação à sua excelente sugestão, de que nós sejamos mais competentes na divulgação das nossas decisões, o senhor tem toda razão. Estamos nos esforçando para isso, inclusive, adotamos, recentemente, *press release.*

Logo após as sessões de julgamento, vamos, então, soltar – já fzemos isto na sessão passada – um *press release* com o resumo das principais decisões, inclusive em inglês e em espanhol, porque acho que o Cade está tomando uma posição internacionalmente no antitruste que temos a obrigação de divulgar nossas decisões para a comunidade internacional, até para que conheçam melhor nosso trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Tendo encerrado o Dr. Fernando, passo a palavra ao Dr. Alessando Octaviani.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Senador Aloysio, fico muito honrado com a arguição de V. Exª. Avalio que são dois os grandes blocos de preocupação que V. Exª traz para nós aqui. Ambos fundamentais para a estruturação da política de concorrência brasileira. O primeiro é com a harmonização entre política industrial e política de concorrência. A expressão que V. Exª usou. A formação de empresas líderes mundiais. E o segundo bloco é sobre o grau de democracia que se vive numa instituição pública que aplica política de concorrência, que é o Cade.

Sobre a primeira das indagações, a política de formação de grandes empresas líderes, aqui, de fato, temos um enorme desafio, porque os países centrais, os países desenvolvidos, os países industrializados têm, de fato, um rol imenso de políticas de incentivo aos seus grandes grupos. Quer países que já estavam instalados há muito tempo, quer países que passaram a segunda fase do século XX, a segunda metade do século XX a correr atrás das suas posições, como Coréia, hoje, e como China. São países que, de fato, têm uma política industrial muito agressiva e que daqui a pouco nos fazem consumidores dos produtos que são resultado dessa política industrial. Desse ponto de vista, o Brasil, talvez, até esteja fazendo uma política reativa à agressividade que esse países tiveram há muito tempo.

Isso, entretanto, não nos pode fazer descuidar dos efeitos que uma eventual concentração dessa traga para nossa mercado interno. Isso não é uma escolha nossa. Isso é, na verdade, uma imposição da nossa lei. Não é porque há uma concentração incentivada por uma política industrial que podemos descurar dos mandamentos da lei, que traz, como um dos seus fundamentos, o cuidado com o consumidor.

Na verdade, a política de concorrência em um país como o Brasil, cujos marcos estão bem definidos e já assentados ao longo de mais de uma década, ela nos impõe um constante desafio de harmonizar o desafio da competitividade internacional, formação de grandes grupos, com o bem-estar interno do nosso consumidor, que se reflete por uma série de variáveis: preço, qualidade de serviço, desenvolvimento tecnológico.

Essa é uma escolha que só é possível se verificar caso a caso. E aí, desse ponto de vista, assim como os demais conselheiros do Cade, assim como já há uma tradição, a competência do Cade para avaliar esses casos a meu ver é plena. Há eventuais dissonâncias quanto à competência do CADE, por exemplo, para julgar casos no sistema financeiro, em função da lei do sistema financeiro, ou mesmo no setor de seguros. Eu acredito que, desse ponto de vista da política industrial, há um razoável consenso sobre a competência do CADE para analisar os resultados que vierem desses atos de política industrial. Eu acho que é com base nessa tentativa de equilíbrio e aplicação da lei, que deve ser rigorosa nos termos que a lei nos permite, que nós poderemos oferecer resposta a este enorme desafio: um Brasil capaz de competir lá fora, trazendo bem-estar aqui para dentro.

O segundo bloco de preocupações de V. Exª, que, a meu ver, é tão importante quanto o primeiro, diz com a transparência do órgão.

V. Exª fazia a sugestão de nós tornarmos mais acessíveis as decisões do CADE. Já há um esforço nesse sentido, implantado ao longo de vários anos. O CADE é reconhecido por quem estuda a arquitetura institucional das nossas agências como um dos mais transparentes. O farto material já disponibilizado na Internet... Como pesquisador dessa matéria, sempre é muito fácil para mim montar aulas e preparar intervenções públicas com base no material do CADE. Basta entrar na Internet e coleta-se muita coisa ali. Só que toda vez que o CADE investe mais na transparência e na democracia, ele se torna uma agência mais respeitada, com mais autoridade.

Então, eu acho que as sugestões de V. Exª são muito bem-vindas, porque elas nos apontam um caminho para melhorar ainda mais a agência. Certamente, tem um caminho a ser trilhado aí.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Agradecendo ao Sr. Alessandro, passo a palavra à Senadora...

Eu perguntaria ao Senador Aloysio Nunes se se encontra satisfeito.

Passo, então, a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin. Logo após, ao Senador Moka.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – Pode passar para o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Então, o Senador Moka está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu cheguei no momento em que o Governador, hoje Senador, Blairo Maggi fazia uma colocação que a mim também preocupa, que são essas fusões, sobretudo desses grande frigoríficos.

Eu militei muito na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, aliás, junto com o Deputado Ronaldo Caiado e outros, como Abelardo Lupion. Nós chegamos a um determinado momento e protocolamos uma denúncia no CADE de que havia, realmente, uma verdadeira formação de cartel. Vocês, certamente, vivenciaram ou se lembram disso, ou pelo menos acompanharam isso.

Na época, a gente percebeu a dificuldade que o CADE tem para cuidar de determinados assuntos.

Aí, são duas as minhas preocupações. Eu observei, com atenção, a colocação que fez o Alessandro, aliás, muito bem colocada.

Nós temos de entender que tem todo um mercado mundial, os países se organizam de forma competitiva e agressiva, e há uma política reativa no sentido, também, de formarmos, aqui, grandes empresas, no sentido de também terem poder de competição. Até aí, tudo bem. Agora, quando?

Há dinheiro público envolvido nisso, como é o caso do BNDES, financiando essas fusões. Se percebem, e há denúncias concretas disso lá na Comissão de Agricultura, frigoríficos grandes, em regiões do interior do nosso País, adquirindo plantas de frigoríficos menores e deixando sem funcionar, apenas e tão-somente para diminuir a competição interna.

Aí, eu fico preocupado com esse tipo de... Quer dizer, nós não podemos permitir, e, aí, o BNDES tem de ter uma política com que ele possa fazer ajuda, mas nós não podemos permitir que os pequenos e médios frigoríficos não tenham, também, acesso a essas linhas de crédito de financiamento.

Eles falam assim: "Não, mas têm." Têm, mas o problema é que o volume que se usa nessas grandes fusões, nessas grandes corporações acaba... Praticamente, não tem mais recursos para atender os pequenos e médios frigoríficos.

Aí, é uma questão que nos preocupa, sobretudo por causa da questão, mesmo, de preço. Não é o caso de hoje, até porque há uma demanda muito grande do consumo de carne em nível mundial. Você vê, hoje, que o produtor, evidentemente, o pecuarista nunca teve o preço da arroba lá em cima, mas já houve casos em que políticas internas foram usadas para deprimir o preço.

Nós não queremos nem uma arrouba exageradamente alta nem muito baixa, mas um equilíbrio estável, até para que – e aí é o que interessa – a população não possa ser prejudicada.

Por isso a nossa preocupação. Daqui a pouco vai-se produzir muita carne. E ele mencionou a preocupação da saída do boi em pé. Ora, realmente, daqui a pouco a gente vai estar produzindo e o mercado interno corre o risco de ficar desabastecido. E essa é uma preocupação que os senhores devem ter enquanto conselheiros.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de me somar a essa preocupação, ao tempo em que parabenizo o Alessandro pela colocação que fez, o que me tranquilizou, porque ele tem uma visão muito clara do que deve acontecer realmente nesse mercado de grandes corporações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – MA) – Agradecendo ao Senador Moka, indago dos Srs. Fernando e Alessandro se desejam fazer alguma consideração. *(Pausa.)*

Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Obrigada, Presidente Lobão Filho, quero cumprimentar o Sr. Fernando de Magalhães Furlan e o Sr. Alessandro Octaviani, que desde ontem estão conosco nesta sabatina.

Quero iniciar dizendo, primeiro, da importância do Cade. Não acredito no sistema capitalista, porque achar que o sistema capitalista é um sistema de concorrência, se fosse não precisaria do Cade para regulamentar, porque a tendência natural do sistema é a concentração, não só por sobrevivência, mas por uma série de outros fatores, a busca do lucro, enfim, essa é a tendência: o grande sempre engole o pequeno. E nós sabemos como. Não vou aqui dar uma aula para quem naturalmente tem que me dar aula, com quem naturalmente tenho que aprender. Primeiro, deixar isso claro.

Vejo a importância do Cade exatamente para impedir que aconteça isso e que seja muito danoso para o País, para o consumo e para a população. Ouvi os

exemplos agora a respeito dos frigoríficos. Conversava com o Senador Armando e perguntava dele quais os setores de maior concentração no País. São muitos os setores. Bebida, por exemplo, não sei, acho que duas ou três concentram 80% do mercado. E nós assistimos recentemente o nascer da AmBev, fruto de uma fusão, enfim. Telecomunicações, quando o setor foi privatizado, uma das grandes promessas é que haveria concorrência, e hoje uma empresa engloba a outra.

Quero, diante disso, perguntar qual vem sendo a política – com exceção do Dr. Alessandro, acho que o Dr. Fernando já é conselheiro há algum tempo do Cade – não sei se estou me repetindo, mas qual é a política que o Cade vem adotando para evitar esse tipo de fusão, esse tipo de concentração.

Eu estou de fora, não estudo muito a matéria, mas, por tudo que avalio, pelo que leio, raras são as solicitações de fusões que não se viabilizam, raras; no geral, na grande maioria, elas se viabilizam. Sei que o Governo, não só através do Cade, mas através das agências reguladoras, procura colocar algum item para possibilitar as fusões como forma de compensação. Foi o caso, por exemplo, da Oi, que comprou a Brasil Telecom – não sei exatamente – e uma das exigências para que a fusão pudesse acontecer foi que a Oi colocasse na cidade de Manaus, que é a sétima maior cidade do Brasil, internet de banda larga, porque se deixasse pela Oi ela não colocaria, e não colocaria porque não é lucrativo, segundo eles, não tem interesse num mercado que não é muito grande, é uma única cidade. A cidade é grande, mas, no entorno, as outras concentrações urbanas são distantes umas das outras e caras.

Eu queria saber qual é, qual tem sido a conduta do Cadê para evitar esse tipo de concentração.

Segundo, no que diz respeito ao setor farmacêutico. Sou farmacêutica, acompanho muito e considero esse um dos setores mais importantes. Tivemos um tempo em que a indústria estrangeira, as transnacionais dominavam mais em torno de 90% do mercado brasileiro. Com a aprovação dos genéricos no Brasil, a indústria nacional cresceu muito, mas o que a gente vê no segmento farmacêutico hoje é exatamente o que acontece em todos os demais: as empresas nacionais estão sendo sugadas por empresas estrangeiras.

Então, pergunto se os senhores poderiam nos colocar alguns dados rápidos sobre o setor farmacêutico e dizer qual tem sido ou qual é a opinião dos senhores para evitar esse tipo de conduta, mesmo porque nenhum país consegue independência, soberania verdadeira se não for autossuficiente na produção de medicamentos.

Concluindo, Senador Lobão, diante dessas fusões da compra de empresas brasileiras por empresas estrangeiras no setor de medicamentos, como poderíamos incluir determinados itens que garantissem o desenvolvimento maior de pesquisa no Brasil por parte das empresas privadas? Quando a gente fala em pesquisa, parece que pesquisa é obrigação do Estado, e não é só obrigação do Estado. Esse deve ser um esforço conjunto: Estado, setor público e setor privado, porque o nível de pesquisa, principalmente das empresas estrangeiras, que têm a maior parte do mercado, é terrível no Brasil.

O que nós poderíamos fazer para melhorar o nível de pesquisa em território nacional e principalmente usando a nossa biodiversidade? Não sei se os senhores sabem, mas 25%, Senador Lobão, de todos os medicamentos que nós utilizamos, a origem da matéria-prima, do princípio ativo, é a biodiversidade amazônica, que é levada para fora, trabalhada, sintetizada, transformada em sal, transformada em princípio ativo. E, depois, pagamos *royalties* sobre elas. Então, o que poderíamos fazer para induzir as indústrias, as empresas privadas, a investirem mais em pesquisa nesse setor de medicamentos?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Vanessa.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Furlan, para que possa responder às indagações da Senadora.

O SR. FERNANDO FURLAN – Obrigado, Senadora. Suas perguntas são bastante instigantes. Primeiro, concordando com a senhora: a teoria econômica identifica a concentração econômica como uma falha de mercado. É algo que o mercado sozinho não consegue resolver. Para isso, o Estado cria instituições como o Cade, a Secretaria de Direito Econômico, enfim, os órgãos de defesa da concorrência que tentam de alguma forma equacionar essa falha de mercado que é natural dentro do capitalismo, a tendência à concentração econômica. E esse é o nosso desafio.

V. Exª tem razão em levantar questões de mercado bastante concentrados, como o de cerveja. Lembro à senhora que recentemente, em 2009, o Cade condenou a Empresa Líder por conduta anticompetitiva. O Cade identificou uma conduta que estava, sim, gerando prejuízos ao consumidor e aos seus concorrentes. À época, foi uma multa recorde, não pelo fato de que o Cade tinha o afã de aplicar uma multa recorde, mas por conta do próprio faturamento da empresa. A empresa foi ao Judiciário, dentro do seu legítimo direito, e o juiz suspendeu a decisão do Cade, mas, em contrapartida, exigiu que a empresa garantisse o juízo. A empresa teve que apresentar uma fiança bancária, que é um

custo bastante relevante a ela, por ano, para pagar os serviços do banco que apresenta fiança bancária. Então, isso faz com que a empresa só recorra ao Judiciário quando ela realmente acredita nos seus argumentos, e não simplesmente recorrer para postergar. A nossa procuradoria tem feito um trabalho excepcional em relação a isso, de convencimento do Judiciário da importância de garantir que as empresas estão recorrendo ao Judiciário porque realmente acreditam no seu argumento e não simplesmente para postergar os efeitos de uma decisão do Cade.

A senhora também tem razão no setor de telecomunicações e quero dizer à senhora que o setor de telecomunicações tem sido um dos setores onde o Cade mais tem atuado nos últimos anos.

Nós temos vários casos, tanto de atos de concentração, quanto de condutas anticompetitivas hoje em curso no CADE. Então, é um setor que está sob o permanente escrutínio do CADE. Além do escrutínio da Anatel, nós temos a nossa competência concorrencial. Então, esse é um setor que está sob o nosso permanente escrutínio. Tem vários casos que já julgamos, vários casos que vamos julgar, inclusive sobre condutas anticompetitivas, eventuais condutas anticompetitivas.

A senhora tem razão: a maioria dos casos de fusão e aquisição são aprovados pelo CADE. Sem dúvida, a grande maioria é aprovada, porque, no mais das vezes, a grande maioria dos casos são casos de baixa complexidade, mas nós estamos colocando, já, e essa é uma política que vimos adotando nos últimos anos, foco nos casos mais complexos.

Sobre o setor farmacêutico, nós tivemos oportunidade de julgar casos recentes e também aprovamos operações de compras, sim, de laboratórios nacionais por laboratórios estrangeiros, mas sob condições, ou seja, vinculadas à assinatura de um acordo pelo qual essas empresas multinacionais tiveram de obedecer o CADE ou propor ao CADE algumas medidas que nos trariam maior tranquilidade do ponto de vista concorrencial.

Então, nós temos atuado também com bastante responsabilidade em relação a esse setor.

Sobre a pesquisa, o incentivo à pesquisa é mais uma política de governo, mas eu entendo que lei de inovação e algumas normas que possam vir a ser criadas, seja pelo Executivo, mas pelo Legislativo também, possam dar incentivo às empresas, incentivos, por exemplo, fiscais e tributários, para o investimento em pesquisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra, o Sr. Alessandro Octaviani.

O SR. ALESSANDRO OCTAVIANI LUIS – Senadora Vanessa, é uma honra, para mim, poder responder os seus questionamentos.

Eu gostaria de ser bastante breve, aqui, só afirmando que no art. 54 da lei talvez tenha uma possibilidade de resposta aos seus questionamentos, Senadora Vanessa, sobre o desenvolvimento tecnológico como uma preocupação do CADE. Na alínea "c" do artigo, essa é uma das possibilidade que nós temos para desenvolver esse tipo de inquirição.

Por fim, eu só gostaria de mencionar que fiz o meu doutorado sobre Recursos Genéticos Brasileiros e Desenvolvimento. Então, não só essa é uma preocupação que tenho aqui, como, na verdade, durante o meu doutorado, passei por diversas vezes nos projetos em que V. Exª trabalhava e na militância de V. Exª.

Então, assim como mandarei o meu livro para o Senador Aloysio assim que publicado, eu gostaria, também, de ter a honra de encaminhá-lo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Vanessa, encontra-se satisfeita?

Então, tendo sido encerrada a arguição dos nobre Senadores, comunico aos Srs. Senadores que daremos início ao processo de votação.

Encontram-se sobre as mesas as cédulas de votação, que poderão ser utilizadas pelos membros desta Comissão, iniciando pelo nosso Presidente, querido Delcídio Amaral.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Dando continuidade à votação, pedimos a presença dos Senadores que se encontram nos gabinetes para que possam promover a votação dos membros do Cade. (*Pausa.*)

(Em votação.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – Ma) – Está encerrada a votação.

Convido os Senadores Roberto Requião e Delcídio do Amaral para que sejam os escrutinadores da votação. *(Pausa.)*

Pedimos ao Senador Valdir Raupp que atue como escrutinador também. *(Pausa.)*

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Peço à Secretaria da Comissão que registre o posicionamento do Senador Ivo Cassol no sentido do apoiamento aos indicados.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Peço à Secretaria da Comissão que registre o posicionamento do Senador Ivo Cassol no sentido do apoiamento aos indicados. (Pausa.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Vinte votos.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Vinte votos.

Então, a Comissão de Assuntos Econômicos aprova o nome do Sr. Fernando Furlan para exercer o cargo de Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do Ministério da Justiça, até 18 de janeiro de 2012, término do seu mandato como conselheiro, com 20 votos a favor e nenhum contra. Por unanimidade.

Esta Comissão também aprova o nome do Sr. Alessandro Octaviani Luis para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, do Ministério da Justiça. Por unanimidade também: 20 votos a favor.

As matérias vão ao plenário do Senado Federal...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Só para pedir urgência na votação. Que pudesse ser encaminhado para ser votado ainda hoje no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Essa matéria já está com urgência aprovada na sessão anterior.

Através de regime constitucional, já está entre as matérias de urgência.

Então, as matérias vão ao plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a deliberar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a Reunião às 10h55min.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e dois de março do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Angela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rego, Romero Jucá, Ana Amelia, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Gim Argello, Marinor Brito, Randolfe Rodrigues e, ainda, da Senadora Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Roberto Requião, Lobão Filho, Aécio Neves, Demóstenes Torres e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das 4ª e 5ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 8 de 2011, de 31 de janeiro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas pela União ao longo de 2010; Aviso nº 11 de 2011, de 24 de janeiro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2010; e Aviso nº 32 de 2011, de 26 de janeiro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-001.918/1996-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à auditoria realizada na área de fiscalização do Banco Central do Brasil no ano de 1996, contendo orientações às unidades técnicas daquele Tribunal de procedimentos nos processos cuja instrução dependa de acesso a informações protegidas por sigilo bancário. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositor o Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32 de 2007, e também para "prestar informações acerca das políticas monetária, creditícia e cambial, e da economia brasileira em 2011", em atendimento ao Requerimento nº 4 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Francisco Dornelles. A Audiência conta com a presença, ainda, dos Srs. Altamir Lopes, Diretor de Administração-DIRAD, e Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo, Diretor de Política Econômica-DIPEC. Após a exposição do Exmo. Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Gleisi Hoffmann, Luiz Henrique, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Marinor Brito, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Aloysio

Nunes Ferreira, Ana Amelia, Lindbergh Farias e Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 6ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da quarta e da quinta reuniões.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa)

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

AVISO Nº 8, DE 31 DE JANEIRO DE 2011
DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

(Encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, Relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira nas operações de administração de passivo realizadas pela União ao longo de 2010.)

AVISO Nº 11, DE 24 DE JANEIRO DE 2011
DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

(Encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, Relatório sobre as Emissões de Títulos da Presidência da República no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2010.)

AVISO Nº 32, DE 26 DE JANEIRO DE 2011
DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

(Encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 001. 918/1996-6, bem como do relatório do voto que o fundamenta, referente à auditoria realizada na área de fiscalização do Banco Central do Brasil no ano de 1996, contendo orientações das unidades técnicas daquele Tribunal de Procedimentos nos processos cuja instrução dependa de acesso a informações protegidas por sigilo bancário.)

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda que esta Comissão recebeu ofício da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados convidando os Srs. membros a participar da audiência pública em comemoração ao Dia Mundial da Água, a ser realizada hoje às 14 horas no plenário nº 8 do Anexo 2 da Câmara dos Deputados.

O referido ofício foi enviado em formato eletrônico em 18/03 por meio do Ofício Circular nº 3/2011.

PAUTA:

AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A PRESENÇA, COMO EXPOSITOR, DO EXMº SR. ALEXANDRE TOMBINI, PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, A FIM DE DISCORRER SOBRE OS FUNDAMENTOS E A FORMA DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA, EM ATENDIMENTO À RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 32, DE 2007, E TAMBÉM PARA "PRESTAR INFORMAÇÕES ACERCA DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL E DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2011", EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CAE, DE INICIATIVA DO SENADOR FRANCISCO DORNELLES. COM A PRESENÇA AINDA DOS SRS. ALTAMIR LOPES, DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, E CARLOS HAMILTON VASCONCELOS ARAÚJO, DIRETOR DE POLÍTICA ECONÔMICA (DEPEC)

Peço aos Senadores Romero Jucá e ao Cyro Miranda que conduzam os convidados ao plenário da Comissão.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª, o Sr. Alexandre Tombini terá 50 minutos excepcionalmente hoje, na primeira reunião do Presidente do Banco Central – normalmente, são 30 minutos –, para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido – aqui, já está a lista de inscrição. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Com a palavra – e desde já aqui dando as nossas boas-vindas, concedo 0a palavra o Exmº. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, para fazer a sua exposição.

Quero lembrar aqui a palavra será concedida ao primeiro orador inscrito, o Senador Francisco Dornelles, autor do Requerimento nº 04, de 2011, da CAE. Posteriormente, começaremos a chamar os inscritos.

Com a palavra o Sr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio Amaral Gomes; Exmªs. Srªs Senadoras e Exmºs. Srs. Senadores aqui presentes, é para mim uma enorme satisfação comparecer novamente a esta digníssima Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, agora na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, para prestar esclarecimentos aos Exmºs. Srs. Senadores e Srªs Senadoras, e à sociedade brasileira, sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução nº32, de 2007, do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade também para, respeitosamente, atender ao Requerimento nº4, de 2011, desta digníssima Comissão, de iniciativa do Exmº Senador Francisco Dornelles, para prestar informações acerca das políticas monetária, creditícia e cambial, e da economia brasileira em 2011.

O Brasil apresenta ótimas perspectivas de crescimento no horizonte médio e longo prazos. Esse cenário que observamos hoje é fruto do esforço que o conjunto da nossa sociedade empenhou nos últimos anos: adotamos políticas públicas de cunho econômico e social que permitiram que o nosso País retomasse uma rota de crescimento sustentável.

Destaco, em especial, a política macroeconômica em vigor no Brasil, baseada no tripé metas para a inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. Essa política tem se mostrado consistente ao longo do tempo. Mais do que isso, foi capaz de enfrentar com sucesso crises e gerenciar com prudência períodos de bonança. Essa política tem produzido resultados extremamente positivos, contribuindo de forma decisiva, não só para o crescimento econômico e o desenvolvimento social que observamos nos últimos anos, mas também para consolidar esse cenário promissor que hoje temos no Brasil.

Contudo, para que esse cenário se concretize, precisamos continuar aperfeiçoando nossas políticas, adaptando-as, quando necessário, aos desafios que nos são impostos a cada dia, e adotar ações, de forma tempestiva, para que a nossa economia continue crescendo de forma equilibrada e sustentável.

Nesse contexto é que se insere a missão institucional do Banco Central do Brasil de assegurar o poder de compra da nossa moeda - o Real. Dito de outra forma, de manter a inflação sob controle.

O regime de metas para a inflação é o desenho de política escolhido para o cumprimento dessa missão. E tem se mostrado instrumento adequado para absorver choques econômicos adversos e manter a inflação sob controle, ao menor custo para a sociedade. O sucesso do regime se deve à sua simplicidade, à sua clareza na definição e aferição do seu objetivo, e ao fácil entendimento pela sociedade acerca do seu funcionamento.

O processo de amadurecimento de metas para inflação já se encontra em estágio avançando, o que vem se refletindo numa maior potência dos instrumentos de política monetária. Uma das evidências a esse respeito é exatamente a trajetória consistente de redução da taxa real de juros da economia nos últimos anos. Outro aspecto relevante reside na expansão e aprofundamento do mercado de crédito.

Pesquisas apontam que empresários estão bastante confiantes em relação ao cenário prospectivo, planejando e realizando investimentos. E o resultado disso é o aumento da capacidade de produção da nossa economia, o que implicará mais emprego e renda no futuro.

A política monetária contribui para a consolidação de um ambiente macroeconômico favorável em prazos mais longos, propiciando maior previsibilidade do cenário econômico e, consequentemente, ampliação do horizonte de planejamento das empresas, das famílias e do próprio Estado.

Mais do que isso, o resultado da política monetária contribui de forma decisiva para a melhoria das condições sociais, reduzindo a desigualdade na distribuição da renda e o desequilíbrio regional.

A política monetária contribui também para a redução do custo de financiamento da dívida pública, mediante prêmios de riscos menores e prazos de financiamentos mais alongados. É importante destacar que esses ganhos são estendidos ao setor privado, viabilizando financeiramente um maior número de projetos de investimento e o acesso de um maior número de famílias ao mercado de crédito.

Em 2008, o mundo vivenciou uma das mais severas crises econômicas de todos os tempos. No passado recente, o único evento comparável às turbulências vividas em 2008 foi a Grande Depressão de 1929, do século passado, que impôs à sociedade da época um longo período de retração econômica e retrocesso social.

O Brasil foi um dos últimos países a sentir os efeitos da crise financeira internacional de 2008 e um dos primeiros a retomar uma rota de crescimento, contribuindo, inclusive, para a recuperação da economia global.

No pós-crise financeira internacional de 2008, a indústria apresentou robusta recuperação, com índices recordes de crescimento em 2010. o patamar de produção, inclusive, retornou aos níveis observados no pré-crise.

Atualmente, a utilização da capacidade produtiva se encontra estável, porém, está em patamar elevado e, em alguns setores, esse percentual supera recordes históricos.

Foi muito importante a contribuição dada à capacidade produtiva pelos investimentos realizados em 2009 e 2010, devidamente impulsionados pelas medidas anticíclicas tomadas pelo governo à época.

O investimento na indústria e em outros setores da economia tem sido bastante forte desde meados de 2009. A trajetória de crescimento gradual da taxa de investimento da economia brasileira, interrompida pela crise, foi retomada com forte intensidade em 2009, 2010. Contudo, mesmo esses investimentos realizados no passado recente, não foram ainda capazes de equacionar o descompasso entre oferta e demanda decorrentes do aquecimento da economia em 2010.

O setor de varejo é talvez o que melhor expresse o atual momento da economia. Nos últimos anos, as vendas ao varejo vêm apresentando elevadas taxas de crescimento, que são ainda maiores quando consideramos o varejo ampliado, que inclui as vendas de automóveis e material de construção.

O desempenho do mercado de trabalho também é um sinalizador de quão dinâmica está a nossa economia. Os últimos anos têm sido marcados por contínuo incremento dos postos de trabalho e, consequentemente, redução da taxa de desemprego. Postos de trabalho têm sido criados em todos os segmentos econômicos, com destaque para o setor da construção civil e de serviços, e, diferentemente de outros ciclos de crescimento, observamos agora significativa expansão do emprego formal, em detrimento da informalidade.

Contudo, há evidências de que alguns segmentos econômicos já enfrentam o desafio de encontrar profissionais, principalmente aqueles que demandam mão de obra mais qualificada. Mas esse fenômeno é observado também em segmentos como a construção civil, que tradicionalmente demandam mão de obra de menor qualificação.

O bom desempenho do mercado de trabalho tem se refletido também no aumento do rendimento médio real do trabalhador. A maioria das categorias profissionais têm conseguido reposição salarial acima da inflação, acompanhando os ganhos de produtividade auferidos pelos respectivos segmentos, o que é um fato positivo. Contudo, em alguns casos, principalmente onde a demanda por mão de obra está mais intensa, essa reposição tem sido bem acima da inflação, superior, inclusive, aos ganhos de produtividade auferidos pelo segmento, o que requer atenção, pois adiciona pressão na dinâmica dos preços.

Esse cenário de crescimento tem contribuído para a melhoria dos indicadores sociais e do padrão de vida das famílias, notadamente das mais pobres. Isso permitiu inclusive a ampliação e a consolidação do mercado de consumo doméstico.

A propósito, o próprio crescimento do setor de varejo que mencionei há pouco é explicado, em grande parte, pela expansão da massa salarial, fruto da combinação do incremento do rendimento médio real e do aumento do número de postos de trabalho.

O resultado do Produto Interno Bruto de 2010 divulgado há poucas semanas atesta esse cenário que acabei de descrever foi a maior taxa de crescimento desde 1986.

Mas é preciso, neste caso, estar atento: a atividade econômica se manteve aquecida durante todo o ano passado. Isso gerou desequilíbrios, com a produção doméstica não sendo capaz de se expandir no mesmo ritmo que a demanda interna.

Felizmente, a solidez da nossa economia permitiu esse descompasso, mais acentuado em alguns setores, fosse reduzido por meio da oferta externa, sem que observássemos vulnerabilidades relacionadas a balanço de pagamentos que, em décadas passadas, assolaram nossa economia.

Contudo, o mundo hoje não cresce no mesmo ritmo da economia brasileira. Precisamos analisar o que esse quadro mais complexo que o usual implica para a nossa política econômica.

Sabemos que há uma fragilidade da recuperação global e uma assimetria de crescimento entre países avançados e emergentes.

O mundo hoje cresce em três velocidades.

A Europa ainda não conseguiu retomar uma rota de crescimento sustentável e uniforme entre países com maior produtividade que outros. O Reino Unido enfrenta um cenário adverso, com baixo crescimento e inflação em alta, acima dos padrões usuais no seu regime de meta para a inflação. Algumas economias periféricas da zona do euro ainda não conseguiram sequer solucionar as causas da crise financeiras de 2008, enfrentando ainda fragilidade nos seus sistemas financeiros. Essas e outras economias convivem agora com incerteza quanto à sustentabilidade de suas dívidas soberana e privada.

A economia norte-americana, que representa parcela expressiva da demanda e da riqueza global, apresenta agora sinais mais claro de recuperação. Mas essa recuperação exigiu a adoção de medidas não convencionais no âmbito da política monetária, ampliando, de forma significativa, a liquidez no mercado internacional. E mais do que isso, o crescimento ainda

não está se refletindo no seu mercado de trabalho, que continua com um elevado nível de desemprego.

As economias emergentes, por sua vez, rapidamente saíram da crise e, de forma geral, apresentaram bom desempenho em 2010. Contudo, agora enfrentam o desafio de moderar o ritmo do seu crescimento, principalmente diante da alta dos preços das *commodities* e da inflação.

Apesar de a recuperação ser desigual, o tema da inflação voltou a ser uma preocupação global. Esse comportamento tem sido motivo de amplo debate nos foros internacionais de bancos centrais.

Parte da escalada da inflação é consequência da trajetória ascendente dos preços internacionais das *commodities* agrícolas.

Há vários fatores que podem estar influenciando o comportamento dos preços das *commodities* agrícolas, entre eles:

1) aumento da demanda de médio-longo prazo nas economias emergentes de maior população, fruto de mudanças estruturais, em especial, incremento da renda e ascensão de classes sociais;

2) secas e enchentes em importantes produtores e exportadores mundiais de *commodities;*

3) ampliação da liquidez financeira internacional, em parte decorrente de políticas monetárias não convencionais em algumas economias avançadas; e

4) eventual pressão financeira, baseada na expectativa da evolução da oferta e demanda dessas *commodities* nos próximos anos;

Obviamente, nenhum desses possíveis motivos atua isoladamente, mas em conjunto podem ajudar a explicar o comportamento recente do preço dessas *commodities*.

Por ora, as economias emergentes, notadamente, são as mais afetadas, uma vez que os alimentos têm peso mais elevado na sua cesta de consumo e se encontram em posição de expansão cicloeconômica. Contudo, a preocupação com a inflação também atinge as economias maduras, não só no componente alimentação, mas, sobretudo, mais recentemente, pela pressão dos custos de energia.

A crise nos países do norte da África e do Oriente Médio é outro fator que alimenta as incertezas para a economia global.

Um cenário de redução drástica na produção de petróleo seguido de forte aumento do preço do produto parece pouco provável, embora a recente decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas possa trazer consequência sobre outros países da região.

O fato é que o preço internacional do petróleo subiu consideravelmente desde os primeiros movimentos sociais e políticos nessas regiões. O atual impacto desses movimentos pode ainda estar sujeito a mais surpresas, caso os grandes produtores não consigam nivelar a oferta global, dada as consequências que isso poderia ter sobre os níveis de inflação e o crescimento da economia mundial.

Essa é uma preocupação cada vez mais presente nas economias maduras, pois pode atrasar o processo de recuperação econômica no pós-crise. Some-se a isso o trágico terremoto, seguido de tsunami, ocorrido no Japão e ainda os riscos de desdobramento ainda desconhecidos na oferta de energia nuclear.

Os efeitos desses trágicos eventos ainda são incertos, tanto em relação ao impacto na economia japonesa, quanto para a economia no sudeste asiático e para a própria economia mundial.

Em curto prazo e do lado real, é possível que haja interrupção momentânea de importantes cadeias de produção podendo impactar a economia de vários países, em especial, do sudeste asiático. Há ainda, do lado financeiro, a possibilidade de repatriação de ativos japoneses para ajudar o financiamento da recuperação com impactos, nesse caso, sobre a evolução das taxas de câmbio.

No médio e longo prazos, haverá certamente um esforço de reconstrução e talvez mudança da matriz energética local e global. Isso provavelmente resultará em novos impactos sobre o preço das *commodities,* principalmente das *commodities* minerais e do petróleo.

A catástrofe no Japão, com seus desdobramentos de curto, médio e longo prazo, amplia as incertezas sobre a recuperação da economia global e a evolução dos preços de importantes ativos, sejam eles *commodities* ou mesmo taxas de câmbio.

Em resumo, sabemos que vivemos em uma economia globalizada do ponto de vista real e financeiro. A sua frágil recuperação foi atingida por fortes choques. É preciso integrar essa complexidade maior que no passado para analisar como esses elementos influenciam os cenários domésticos. Esse é um desafio adicional que nos é colocado neste momento.

O Banco Central do Brasil conduz a política monetária com foco na sua meta, em um cenário atual de extrema complexidade, tanto no contexto doméstico quanto internacional. E isso tem demandado um esforço analítico redobrado, que leva em consideração um espectro mais amplos de variáveis, mais sofisticado do que o usual, integrando a dimensão doméstica e global em seus aspectos reais e financeiros, presentes e futuros.

No contexto interno, a resposta adequada ao momento atual requer moderação da atividade, a fim de que a trajetória de crescimento sustentável da nossa

economia seja mantida e os ganhos da estabilidade econômica não sejam desperdiçados.

Existem elementos subjacentes que apontam para um descompasso entre as taxas de crescimento da oferta e da demanda. Nesse sentido, é importante suavizar o ritmo de crescimento da demanda, para que sejam contidas pressões sobre os preços. Há evidências de que esse processo se encontra em andamento, fruto do conjunto de medidas já tomadas em 2010 e 2011, no âmbito do Banco Central e do Governo Federal.

No contexto externo, a economia global navega em um ambiente de reconhecida complexidade.

O Banco Central mantém um monitoramente analítico permanente do quadro externo, incorporando em suas análises o comportamento de importantes variáveis como, por exemplo, os preços do petróleo e das *commodities* em geral, e a própria dinâmica da economia mundial.

Naturalmente, sabemos que, no passado recente, a dinâmica inflacionária brasileira tem sido impactada pelo comportamento dos preços internacionais das *commodities.* Porém, esse não é o único fator que explica a inflação corrente. Sem pretender aqui ser exaustivo, há outros fatores que merecem aqui ser destacados. Vou referir-me a dois:

Primeiro, uma concentração atípica de choques de preços no início de 2011. Por uma lado, em preços administrados, como as tarifas de transportes públicos. Por outro, em preços de alimentos *in natura,* decorrentes principalmente de efeitos climáticos adversos, como as chuvas excessivas que atingiram diversas regiões do País.

Segundo, uma pressão de preços do setor de serviços. Trata-se de um efeito que não é exclusivo do momento atual, mas que vem persistindo já de algum tempo é consequência, em parte, de uma mudança estrutural na nossa economia, fruto inclusive do aumento da renda média do trabalhador e da ascensão de classes sociais que passaram a consumir serviços antes inacessíveis.

A propósito, a literatura e a experiência internacional indicam que em economias com elevadas taxas de crescimento a produtividade no setor de serviços tende a crescer mais lentamente do que em setores sujeitos à disciplina imposta pela concorrência internacional. Por conseguinte, a inflação de serviços tende a ser maior do que a média da inflação na economia.

No Brasil, entretanto, os desvios da inflação de serviços em relação à média, além de significativos, têm se alargado, o que constitui fonte de preocupação em relação à dinâmica da inflação.

Nesse contexto, temos que refletir sobre a nossa agenda de ganhos de produtividade, focando também no setor de serviços, para diminuir custos, reduzir a inflação e aumentar a nossa competitividade. Os programas do governo em matéria de investimentos em capital físico e humano vão nesse sentido.

Assim como pensamos no longo prazo e na influência da economia global, temos nossa responsabilidade com o curto prazo e a nossa economia. Aqui cabem as ações convencionais de política monetária: garantir que pressões inflacionárias de curto prazo não se propaguem para horizontes de mais longo prazo e principalmente que pressões pontuais não contaminem o conjunto de preços da economia.

Foi com esse entendimento que o Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil aumentou a taxa básica de juros da economia em 1% nas suas duas últimas reuniões, dando sequência ao processo de ajuste monetário ,com o objetivo de convergência da inflação para o centro da meta de 4,5% ao ano.

Nos próximos meses, afora ocorrência de choques que, por natureza, são imprevisíveis, o cenário central com o qual trabalhamos no Banco Central aponta que, a partir do segundo trimestre, a inflação mensal tende a se deslocar para níveis compatíveis com o centro da meta para inflação.

No entanto, a inflação acumulada em doze meses tenderá a permanecer em patamares mais elevados até o terceiro trimestre deste ano, por dois motivos: primeiro, em decorrência de um efeito estatístico, um chamado efeito-base de 2010. A inflação observada naquele ano, no ano passado, entre junho e agosto, foi atipicamente baixa, ao redor de zero. Nesse sentido, mesmo que os índices de junho a agosto de 2011 se posicionem em patamares compatíveis com uma inflação anual de 4,5% ao ano, como estarão substituindo percentuais atipicamente baixos observados no ano passado, elevarão a inflação acumulada em doze meses. Trata-se, portanto, de um efeito estatístico.

O segundo aspecto, porque a inflação de doze meses ainda sobe, tem a ver com a inflação neste e nos próximos meses, que estará sendo negativamente impactada pela inércia decorrente da inflação elevada observada em 2010, que foi de 5,90%, em particular no último trimestre daquele ano. Nos últimos três meses do ano passado a inflação foi de 2,20%.

A propósito, desde agosto de 2010, os preços internacionais das commodities começaram a subir fortemente. Nos últimos nove meses, de agosto até hoje, por exemplo, o índice das commodities agrícolas variou mais de 70%. Trata-se, nesse caso, portanto, da inércia trazida no segundo semestre de 2010.

Como já expressado pelo Banco Central em outras oportunidades, a partir do último trimestre do 2011, a inflação acumulada em doze meses tende a deslocar-se na direção da trajetória de metas. As medidas adotadas pelo Banco Central do Brasil e pelo Governo Federal nos últimos meses para combater a inflação não encontram paralelo em outras economias, sejam elas economias emergentes ou avançadas.

O contexto global traz outro desafio conhecido. O Brasil, como outras economias emergentes, vem observando, ao longo dos últimos anos, um contínuo influxo de capitais estrangeiros. Esses recursos têm um componente estrutural, pois são fruto da melhoria dos nossos fundamentos e contribuem para aumentar nossos investimentos e nossa produtividade.

Esses fluxos têm também um componente conjuntural: o Brasil tem uma perspectiva de crescimento para os próximos anos extremamente positivo.

Porém, mais recentemente, em um contexto de elevada liquidez dos mercados internacionais e um cenário ainda de incertezas nas economias maduras, o componente conjuntural aumentou de maneira, talvez, excessiva. O excesso de entrada de capitais pode contribuir para um crescimento não sustentável do crédito interno e originar pressões inflacionárias, agravando o impacto da elevação nos preços das commodities internacionais. Parte desse influxo excessivo tem sido absorvido no contexto de uma política de acumulação de reservas cujo objetivo é lidar com o excesso e reduzir a volatilidade excessiva da taxa de câmbio, sem, no entanto, influenciar a sua tendência estrutural. Essa política de acumulação de reservas tem sido combinada com uma política de esterilização dos seus impactos monetários, o que tem permitido ao Brasil manter a autonomia da política monetária em relação ao resto do mundo, graças, sobretudo, à profundidade, à dimensão do nosso Sistema Financeiro Nacional.

Neste momento, julgo importante compartilhar com V. Exªs o entendimento que temos, no Banco Central, sobre o processo de acumulação e o nível de reservas internacionais.

Inicialmente, gostaria de lembrar que as reservas internacionais representaram um importante colchão de segurança e proteção da economia brasileira no auge da crise financeira internacional de 2008. Elas não só impediram que as intensas turbulências vivenciadas pelos sistemas financeiros de importantes economias maduras afetassem o nosso sistema financeiro, como contribuíram, de forma pragmática, para restabelecer as linhas de financiamento do comércio exterior. E isso foi essencial não só para evitar a interrupção abrupta da atividade econômica naquele momento, principalmente para o segmento exportador, mas contribuiu também, de forma decisiva, para que o Brasil retomasse rapidamente a rota de crescimento econômico.

No início da crise financeira internacional de 2008, o Brasil detinha US$205 bilhões em reservas internacionais. Esse montante, à época, foi suficiente para evitar o contágio, seja por causa das características da crise de 2008, seja pela estrutura e inserção internacional da economia brasileira naquele momento. Usamos esses recursos para suprir os nossos exportadores com a necessária liquidez q ue havia sido interrompida brutalmente em âmbito internacional.

Atualmente, possuímos mais de 310 bilhões. Contudo, a nossa economia é hoje mais robusta, pujante. A inserção internacional da economia brasileira hoje é diferente: é mais profunda em todas as suas dimensões – econômica, financeira e comercial; o fluxo de capitais é mais intenso em ambas as direções. Ao mesmo tempo em que recebemos maciços investimentos estrangeiros, nossas empresas hoje prosperam e realizam importantes investimentos em outros países. E todo esse cenário tende a se intensificar nos próximos anos, como consequência das excepcionais perspectivas de crescimento econômico que hoje o Brasil apresenta e do inevitável interesse e necessidade de expansão internacional das economias brasileiras.

Nesse contexto, a perspectiva é de que o volume de reservas internacionais continue crescendo não só para acompanhar o nosso crescimento econômico, que, por si só, demandaria um incremento das nossas reservas internacionais em termos absolutos para manter o mesmo nível relativo que hoje possuímos, mas, principalmente, para acompanhar o aprofundamento da nossa inserção internacional. Trata-se de uma tendência natural, inevitável e necessária para dar suporte e sustentabilidade a esse processo de inserção que almejamos.

Seguindo essa mesma orientação, importantes economias emergentes mantêm volumes significativos de reservas internacionais. Só para se ter ideia, a China mantém 49% do PIB em termos de reservas; Coréia, 32% do Produto Interno Bruto em reservas internacionais; Rússia, 33% do PIB; Índia, 21% do PIB; Hong Kong, 116% do PIB; Cingapura, 105% do PIB. No caso do Brasil, os nossos mais de 310 bilhões de reservas internacionais representam cerca de 15% do PIB, ou seja, estão num nível inferior às principais economias emergentes aqui listadas.

E o incremento das nossas reservas internacionais desde 2008 tem apenas acompanhado a evolução do nosso passivo externo e dos ativos brasileiros no exterior, mantendo-se praticamente inalterada em relação ao Produto Interno Bruto da economia.

Uma outra lição da crise financeira é que o volume de reservas deve ser tal que não paire qualquer dúvida quanto à capacidade da nossa economia de enfrentar qualquer turbulência.

Em momentos de crise, a aversão ao risco e a fuga para a segurança predominam. As reservas internacionais funcionam como um seguro. Há aqui uma sutileza. Não existe na literatura e na experiência internacional algo como um nível ótimo de reservas.

Existem muitas comparações importantes com o nível de importações, com a dívida bruta, com uma parte desta, como uma dívida de curto prazo, um estoque de ativos detidos por não residentes, entre outros indicadores.

O que observamos é um resultado mais pragmático. Quando o nível de reservas é percebido como robusto, menor a necessidade de utilizá-las. Como entramos na crise de 2008 com volume considerável de reservas para aquele contexto econômico, não precisamos utilizar mais do que uma fração para enfrentar as pressões daquele momento. Se o montante de reservas fosse um pouco menor, talvez tivéssemos que ter usado um volume muito maior do que de fato usamos.

Não podemos esquecer também que reservas internacionais apresentam inúmeras outras externalidades positivas, entre elas o fato de contribuir para a redução dos prêmios de risco, tanto do governo quanto de todos os agentes e empresas privados. Estamos falando aqui de uma redução de custos significativos, que afetam toda a sociedade brasileira e que raramente são associados às nossas reservas internacionais.

Somem-se a esse contexto as perspectivas de ingresso divisas decorrentes da exploração da camada do Pré-sal, o que requer uma abordagem específica, distinta, a meu ver, do processo de absorção de excedentes descritos acima que resultam na acumulação de reservas internacionais. E o instrumento adequado, nesse caso, é o fundo soberano brasileiro, criado e constituído para essa finalidade.

Feita essa reflexão sobre o processo de acumulação em um nível de reservas internacionais, retorno ao contexto conjuntural, onde observamos um contínuo e intenso influxo de capitais estrangeiros. Por mais que o Banco Central intensifique a esterilização de sua política de acumulação de reservas, sempre há uma parcela desses recursos que permanece no mercado e essa parcela vinha se ampliando nos últimos meses, alimentando uma expansão preocupante no mercado de crédito, principalmente de consumo, correndo o risco de propiciar o surgimento de excessos e distorções exageradas nos preços dos ativos, inclusive da taxa de câmbio.

É nesse contexto que se inserem as medidas macroprudenciais adotadas pelo Banco Central desde dezembro de 2010, cujo objetivo é garantir a solvência, a solidez e principalmente a estabilidade do sistema financeiro a curto, médio e longo prazos.

Não obstante as medidas individualmente já serem conhecidas e adotadas não só pelo Brasil, mas por vários Bancos Centrais ao redor do mundo, há muito tempo, foi durante as reflexões sobre as causas da crise de 2008 que esse conjunto de medidas foi cunhado como medidas macroprudenciais. As medidas macroprudenciais visam complementar a regulação prudencial, isso porque a crise de 2008 evidenciou que a regulação prudencial tinha muitas características essencialmente microeconômicas focadas na solvência individual de cada instituição financeira.

Isso não foi suficiente para garantir a estabilidade do sistema financeiro. Nesse sentido, surgiu o enfoque complementar à regulação prudencial, denominado regulação macroprudencial, cujo objetivo é garantir o equilíbrio geral, a estabilidade do sistema financeiro como um todo, e não somente a adoção de regras de funcionamento prudente para garantir a solvência de uma única instituição financeira.

No caso de segmento de crédito, identificamos a necessidade de mitigar riscos em algumas modalidades de crédito ao consumo cuja dilatação demasiada dos prazos implicava o aumento excessivo do risco, em alguns casos com estrutura de garantir incompatível.

Nesse caso, as medidas macroprudenciais não atingiram as operações de crédito da pessoa jurídica, nem tampouco o investimento produtivo, as quais vêm crescendo a um ritmo adequado com estruturas de garantias compatíveis. O Banco Central agiu também para corrigir um desequilíbrio na atuação das instituições financeiras no mercado de câmbio.

Ao longo de 2010, observamos um forte crescimento na posição vendida de câmbio à vista agregada das instituições financeiras. Entendemos que manter posições no mercado futuro de câmbio é desejável como forma de proteção das respectivas carteiras referenciadas em moedas, mitigando assim potenciais riscos de descasamento e da estabilidade financeira.

Contudo, apesar da posição individual das instituições financeiras estar adequada naquela ocasião, a posição agregada estava superdimensionada em relação ao tamanho do próprio mercado de câmbio à vista. Nesse sentido, como medida prudencial, em janeiro deste ano, o Banco Central estabeleceu a cobrança de um depósito compulsório sobre a posição vendida de câmbio no mercado à vista.

Os efeitos dessa medida já se fazem presentes. A posição vendida agregada de câmbio no mercado à vista como um todo

Sobre a posição vendida de câmbio no mercado à vista.

Os efeitos dessa medida já se fazem presentes. A posição vendida agregada de câmbio, no mercado à vista como um todo, já foi reduzida de US$17 bilhões, no final de 2010, para menos de US$7 bilhões no momento.

O Banco Central continuará monitorando os impactos das nossas medidas e fará os ajustes que forem necessários para evitar que se configure uma situação de desequilíbrio.

Não obstante ter como objetivo assegurar a estabilidade do sistema financeiro, o Banco Central reconhece que tais medidas macroprudenciais afetam também a demanda agregada, contribuindo de forma indireta com os objetivos da política monetária.

A propósito, julgo importante lembrar que o mercado de crédito há 10 anos representava menos de ¼ do Produto Interno Bruto. Hoje, representa quase a metade do PIB. E, ao beneficiar milhões de cidadãos e empresas, o mercado de crédito é um canal mais efetivo e potente de transmissão da política monetária.

Exmºs Senadoras e Senadores, o Brasil encontra-se hoje num momento de grandes oportunidades. Temos uma credibilidade estabelecida e uma participação ativa nos fóruns de elaboração dos novos parâmetros da arquitetura macroeconômica e financeira da economia mundial. Temos fundamentos macroeconômicos sólidos, fruto do nosso tripé de política econômica e um arcabouço financeiro e regulatório robusto que nos permitiu atravessar com sucesso a mais séria crise internacional desde 1929.

Nosso modelo de desenvolvimento mostra grandes virtudes pela sua preocupação com o crescimento econômico, financeiro, integração social, equilíbrio ambiental e sustentabilidade institucional, sem que isso minimize os nossos grandes desafios em matéria de investimento nas dimensões física e humana.

Vemos grandes oportunidades na provável nova configuração da economia global em termos de comércio, investimentos diretos e internacionalização de nossas empresas, inclusive as empresas do setor financeiro, apesar dos fatores que descrevi, os fatores de incerteza da economia global no curto prazo.

O Banco Central, neste contexto, deve propiciar aos agentes econômicos e à sociedade um quadro presente e prospectivo de estabilidade de preços e de estabilidade financeira, usando, para isso, o conjunto de instrumentos monetário e regulatório com tempestividade, determinação, perseverança e discernimento.

Os efeitos da política monetária em curso, da consolidação fiscal e das medidas macroprudenciais que visam assegurar a estabilidade financeira, mas também impactam a demanda agregada, combinados farão, tenho certeza e confiança, convergir a inflação para o centro da meta.

Muito obrigado, Excelências. Obrigado, Presidente.

São essas as minhas palavras introdutórias.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT - MS) – Muito obrigado, Exmº Sr. Alexandre Tombini.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Francisco Dornelles, autor do Requerimento nº 04, de 2011, da CAE.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Ministro Alexandre Tombini, eu acho que a meta de toda política governamental deve ser o crescimento econômico com geração de renda, de emprego, de justiça social e que é impossível manter um crescimento econômico sustentado dentro de um quadro inflacionário. De modo que quero demonstrar meu integral apoio às declarações da Presidenta Dilma Rousseff, do Ministro Guido Mantega e de V. Exª de que o Governo não vai fazer qualquer concessão nas suas políticas de combate à inflação.

Entretanto, Sr. Presidente, tenho dúvidas sobre alguns instrumentos. Queremos combater a inflação, segurar a inflação, mas tenho dúvidas sobre alguns instrumentos que vêm sendo aplicados no combate à inflação. Quero até ler um texto – vou me referir à Selic –, do Ministro Ernane Galvêas, da síntese da conjuntura da Confederação de Comércio:

A taxa de juros é o regulador de todas as variáveis econômicas, desde a taxa de câmbio, os salários e o crédito. O que se duvida é se a taxa Selic fixada pelo Banco Central, há influência dela sobre a formação de taxa de juros.

Entendo, Sr. Presidente, que a taxa Selic não tem a menor influência no crédito concedido com recursos direcionados. As operações do BNDES são remuneradas pela TJLP, o crédito da Caixa Econômica, pela TR, as operações de crédito rural do Banco do Brasil, por taxas pré-fixadas. Essas operações vinculadas já respondem por 34% do crédito concedido pelo sistema financeiro e sobre essas taxas de juros a Selic não tem qualquer tipo de influência.

Em segundo lugar, os juros cobrados no crédito oferecido ao mercado, hoje, estão na faixa de 30% para as pessoas físicas e jurídicas. Não há estudos conclusivos sobre o impacto da taxa Selic na formação dos juros de mercado. E, mesmo aqueles que admitem essa influência, ela leva alguns meses para que o seu efeito seja sentido.

Em terceiro lugar, a majoração da taxa Selic nas contas públicas é cada vez maior. Atualmente, um ponto da Selic representa 0,28 do PIB, o que representa R$10 bilhões. Estamos pagando de juros este ano 5% do PIB, quase R$200 bilhões, ou seja, quatro vezes maior que o ajuste fiscal anunciado pela Ministra Dilma Rousseff.

Em quarto, uma das principais fontes de pressão inflacionária veio do aumento do preço das commodities de alimentos no País, e ambos não são influenciados pela Selic.

Por isso, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Banco Central pelas decisões tomadas em relação à adoção de medidas macroprudenciais, chamadas assim pelo Banco Central, e não recurso à Selic, que, realmente, virou uma coqueluche. Qualquer medida e se grita aumento da Selic sem medir as influências que ela tem. Em segundo lugar, pela maneira firme da última reunião do Copom, resistindo a pressões para enormes taxas de Selic e administrando com maior cautela esse ponto.

E, agora, para terminar, eu queria dizer que o Brasil teve um grande crescimento econômico nos últimos anos. Esse crescimento econômico, como V. Exª acabou de dizer, permitiu o acesso das classes C, D e E ao mercado creditício. Hoje, grande parte das pessoas é devedora do mercado financeiro.

O Banco Central tem condições de medir, nesta política monetária por ele adotada, se o crescimento menor da economia pode provocar um nível de desemprego ou uma queda de renda e o efeito deste desemprego e desta queda de renda sobre a maior inadimplência do setor financeiro?

Eram essas questões que eu queria colocar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Exmº Sr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Excelência.

Exmº Senador Francisco Dornelles, obrigado pelas palavras de cautela e de apoio às políticas adotadas pelo Banco Central do Brasil.

Eu queria dizer em relação as suas ponderações sobre os efeitos da política monetária, o nosso instrumento, a taxa interbancária de um dia, a meta Selic, eu queria dizer que a minha experiência de 12 anos com sistema de metas de inflação – de 11 para 12 anos – demonstra para mim que o instrumento é poderoso no sentido de afetar a demanda agregada. Por que?

Ainda que tenhamos, como bem lembrou V. Exª, uma parcela significativa do mercado de crédito que sofre pouca ou nenhuma influência direta da taxa de política do Banco Central, os 34%, V. Exª mencionou, entre o BNDES, sistema financeiro de habitação e crédito rural, a política monetária se propaga por múltiplos canais. O canal de crédito, os outros 66% são afetados pela taxa Selic diretamente, ainda que, como V. Exª mesmo ponderou, as taxas ao tomador sejam, muitas vezes, bastante mais elevadas em relação à taxa básica. Então, a sensibilidade é pequena, toma tempo. De fato, toma tempo.

Nós, no Banco Central, temos, desde muito tempo, estabelecido uma regra mais ou menos robusta de que a política monetária opera com defasagens, demora cerca de nove meses para o efeito da política monetária ser sentido na ponta, na inflação. Passa pelo crédito, pela demanda, passa por outros canais e acaba batendo na inflação.

Então esse impacto, de fato, demora. Ele afeta as taxas de mercado primeiro, que compõem a base para as taxas que serão cobradas do tomador final. Então, tem um mecanismo de transmissão sofisticado, via sistema financeiro, e o que temos visto é que os ciclos de aperto e de afrouxamento de política monetária têm impactado a demanda agregada, e a demanda agregada, consequentemente, impactado a inflação, dependendo de que tipo de ciclo se trata, de expansão ou de contração monetária.

Ele tem uma força via mercado de crédito tem outros canais de transmissão. Um deles é a substituição. Ainda que não houvesse mercado de crédito, a taxa de juros só regulasse, por exemplo, o custo de financiamento do Tesouro e remuneração do poupador, quer dizer, se tivesse só um tomador, o Estado, o Governo, e, do outro lado, só o poupador ou poupadores, o aumento da taxa de juros aumentaria a poupança. O aumento da taxa de juros adiaria consumo, consequentemente ela afetaria a demanda agregada pelo canal da substituição.

Então é certo que o mercado de crédito tem uma parcela que não é diretamente afetada, é certo que as taxas do tomador final são maiores do que a taxa de controle do Banco Central, mas é certo também que, mesmo pelo canal de crédito, pelo canal de efeito de substituição, adiar consumo, aumentar poupança e outros canais, canais de expectativa, o próprio canal de câmbio. Então os juros afetam vários canais.

As medidas macroprudenciais, que são tomadas, como aqui mencionei, com o objetivo de assegurar a estabilidade financeira, têm também o seu impacto sobre a demanda agregada, inclusive elas podem potencializar o efeito da política monetária ao limitar, por exemplo, mecanismos de alongamento de prazo quando os juros sobem, porque o alongamento de prazo, pela regra prudencial, vai cobrar mais capital dos bancos, consequentemente, há menos incentivo

para aumentar o prazo quando os juros sobem. Então os juros acabam afetando de forma mais direta e mais significativa o custo ao tomador final.

Minha visão é de que a Selic tem o seu poder – tenho visto isso ao longo dos últimos 12 anos – para ajustar demanda, consequentemente afetar trajetória de preços.

Em relação aos impactos sobre a dívida, de fato, essa é uma tensão que existe em qualquer país do mundo, entre Banco Central e Tesouro. O Tesouro tem o objetivo de financiar, o Banco Central tem o objetivo de utilizar o custo do dinheiro para regular as condições de oferta monetária e, consequentemente, o equilíbrio monetário da economia.

Tenho um *slide* nesse livreto, que é para servir de referência para V. Exªs, na página 86, que mostra a composição da dívida do Tesouro Nacional. O que nós vemos nessa composição, pegando o último dado de 2011, é que 34% da dívida do Governo Federal é prefixada e 29,8% da dívida do Governo Federal é vinculada a índice de preços. Ou seja, nós temos cerca de 65% da dívida mobiliária que não é afetada imediatamente pela Selic. Vai ser afetada por prêmios de inflação, pela curva de juros e pela própria inflação. Ou seja, se a política monetária é frouxa a ponto de deixar a inflação escapar, o custo da dívida indexada a preços vai aumento para o Governo. Por outro lado, se a política monetária é frouxa também para isso, os agentes vão percebê-la como tal e vão aumentar os prêmios de risco na curva. Consequentemente, como o Tesouro financia se não só no *overnigth* e na Selic, ele se financia em seis meses, um ano, dez anos, a curva pode subir quando abaixo inadvertidamente a taxa aqui. Então pode ter um impacto negativo com a redução não fundamentada, por exemplo, na taxa de juros. Posso reduzir o custo via dívida indexada à Selic, mas não necessariamente em relação a esses... Então tem olhar isso de uma forma global.

V. Exª tem um ponto sobre isso.

Em relação a mercado creditício, V. Exª coloca um ponto muito importante. Nós estamos, de fato, começando a ver um aumento da inadimplência. Os indicadores de antecedentes nossos apontam para isso. E isso parte da posição em que a economia se encontra no ciclo. Ela está desacelerando, certo? O crédito, agora, tem que moderar. Nós estamos tomando políticas para que o crédito modere. E as instituições têm que entrar num ritmo de crescimento de crédito que, no nosso entendimento, hoje, seria na faixa entre 10% e 15% de crescimento. Um crescimento acima disso, no momento atual do ciclo da economia, com a economia desacelerando em relação aos 7,5% no ano passado, vai ser avaliado com muito cuidado por nós, do Banco Central, justamente para evitar que essa inadimplência, que é natural neste momento, gere riscos excessivos ao sistema financeiro.

Então, eu gostaria de concordar com V. Exª que a desaceleração aumenta a inadimplência, sim – isso faz parte do processo –, mas esse aumento tem que ser moderado. Para isso, nós estamos com as medidas prudenciais e macroprudenciais e estamos com o nosso monitoramento contínuo da supervisão em relação às carteiras de crédito. Nós, inclusive, estamos fazendo um trabalho específico para avaliar a qualidade da originação do crédito neste momento, que é o momento de cautela; de crescimento, sim, tanto é que o Banco Central entende que de 10% a 15% seria um nível adequado para o momento. Agora, 15%, 20% já parecem um pouco acima do que nós gostaríamos de ver neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Passo a palavra agora à Senadora Gleisi Hoffmann e quero dizer que estou intercalando a lista de inscrito pelos Partidos, conforme determina o art. 398, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente. Bom dia.

Bom dia ao nosso Ministro Alexandre Tombini, é um prazer tê-lo aqui, também ao Dr. Altamir, que recentemente esteve conosco nesta Comissão, ao Dr. Carlos Hamilton também. É um prazer muito grande recebê-los.

Quero ligar-me às palavras do Professor Dornelles para parabenizar a condução que o Banco Central vem tendo na gestão da nossa política macroeconômica, perseguindo os objetivos de controle da inflação. E queria, antes de fazer a pergunta, apenas ponderar algumas questões.

Hoje, no jornal *Valor Econômico*, há muitas boas notícias, Sr. Presidente. A primeira delas tem a ver com uma área em que nós atuamos, que é a área agrícola do País. O lucro dos produtores bate recorde na safra de grãos. Então, só para nós termos uma ideia, os volumes e preços elevados na área de produção mais desenvolvida elevam as margens de lucro e bateram recordes neste ano.

No caso do Paraná, por exemplo, a rentabilidade média das lavouras de milho de alta tecnologia deverá superar dois mil por hectares – 150% a mais do que foi no ano passado – e assim também em relação à soja, chegando a 1.300 hectares.

Enfim, nós temos boas notícias na área agrícola, e este é um País, que tem uma base muito forte da sua economia ligada à agricultura.

Mais à frente, o mesmo jornal traz outra notícia sobre os lucros do BNDES: "BNDES bate recorde com lucro de R$9,9 bilhões". Se não me engano, o Bradesco deve ter alcançado os R$12 bilhões de lucro. Um banco que tem sido sustentáculo da política de desenvolvimento econômico do Governo, que baixou os juros, baixou o *spread,* conseguiu ter um volume imenso de créditos no País e com uma baixa inadimplência.

Também no *Valor*, além de um bom artigo do ex-Ministro Delfim Netto, há um artigo do Marcelo Neri que traz dados impressionantes sobre a queda de diferenças da desigualdade. Acho que vale a pena ler dois parágrafos para situar o que significou essa década para o Brasil. E diz ele:

"Em diversos artigos que escrevi neste espaço, ao longo dos últimos onze anos, me referi aos anos 2000 como a década da queda da desigualdade de renda. Acompanhar a desigualdade brasileira até 2001 era um tanto monótono. Era como se ela fosse uma constante da natureza. Depois disso, a desigualdade medida pelo Índice de Gini, por exemplo, cai entre cada Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio, PNAD.

Agora, fim da década no sentido gregoriano da palavra, o que podemos dizer da desigualdade, nesse período? Seguindo a PNAD, nós temos que a renda dos 10% mais pobres subiu 69%, enquanto a renda dos 10% mais ricos subiu 10%.

Ninguém perdeu renda neste País, mas a diferença está em que os 10% mais pobres tiveram uma renda extremamente elevada.

Ele continua falando o seguinte:

Ao completar as séries pela taxa de variação da política mensal de emprego observada nas extremidades da década, chegamos a uma taxa acumulada de crescimento passada de 10% para os 10% mais ricos e 68% para os 50% mais pobres, ou seja, a taxa de crescimento da metade inferior foi de 577%.

Isso é muito expressivo e vem ao encontro do que o senhor falou na sua exposição, de que as políticas adotadas nesses últimos anos colaboraram muito para que o Brasil chegasse onde está, na situação econômica.

Então, diante disso eu queria fazer algumas perguntas. A primeira delas, Ministro. Muito se fala sobre consumo de Governo. E nós estamos vendo que na composição da expansão do PIB de 2010, que é um dos melhores que tivemos aí no nosso ciclo histórico, enquanto a formação bruta de capital fixo perfaz 21,8% da composição da expansão, o consumo das famílias, 7%, as exportações, 11% e importações, 36%, o consumo do Governo ficou em 3,3%.

Eu gostaria que o senhor explicasse um pouquinho essa composição e o significado do consumo do Governo no controle à inflação, inclusive com as medidas tomadas recentemente pelo Governo de fazer os cortes orçamentários.

A outra questão que eu gostaria também que o senhor explicasse, comentasse um pouco, é sobre essa dicotomia que o mercado tanto alardeia, sobre controle da inflação e crescimento do PIB.

O senhor falou um pouco das medidas macroprudenciais, da elevação da taxa Selic. Mas, enfim, esse é um debate que tem ganhado espaço na mídia, inclusive colocando também referências a animais nesse debate: pombos e falcões.

Isso me lembra um pouco, Presidente, também fazendo referência a animais, um desenho que tinha, em que havia um leão e uma hiena: Lipe e Raid. Não sei se o senhor chegou a ver, se é do seu tempo. E a hieninha vivia atrás do leão e dizia: "Oh, vida! Oh, dor! Vai dar tudo errado!"

Então, eu acho que o mercado está um pouco para a hiena nessa questão. E eu queria saber do senhor qual é a influência do humor do mercado como conseqüência nas políticas que estamos conduzindo em relação à inflação. E já nesse sentido também, em relação à pesquisa Focus.

O senhor comentou, recentemente, sobre os componentes, os setores consultados. E, basicamente, eles se referenciam ao mercado financeiro. Qual é a possibilidade de ampliação dessa consulta?

E a questão da política de investimentos do Governo em relação ao BNDES? Muito tem sido discutido nesta Casa sobre os aportes de recursos do Tesouro ao BNDES e a gente tem visto que está fazendo diferença na área de produção do País. O que significou isso, para que a gente não tivesse hoje uma inflação de demanda?

E, por último – desculpe-me o número de perguntas –, saber do Banco Central quais são os mecanismos existentes hoje para a gente prever e suavizar os fluxos de capitais e quais medidas poderiam ainda ser adotadas nesse sentido, visto que temos tido um grande ingresso de capitais nos últimos tempos. Então, como poderíamos, se é o caso, ter um controle nesse fluxo?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. PT – MS) – Com a palavra o Exmº Sr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Excelência.

Senadora Gleisi Hoffmann, obrigado pelas informações sobre as boas notícias, hoje, dos jornais.

Em relação às suas indagações, primeiro, o consumo do Governo obviamente é um dos itens importantes da demanda agregada. A contenção que está

sendo feita ajuda no processo de controle da inflação. Não há dúvida. O consumo especialmente entra de um para um. Enquanto a tributação entra reduzindo a renda disponível, mas nem toda renda é consumida, o gasto é de um para um. Ele é demanda agregada já. Ele não afeta indiretamente a demanda agregada. Então, o consumo do Governo é um importante elemento na composição da demanda agregada. Consequentemente, o seu controle de moderação, como está nas medidas anunciadas no início do ano sobre uma consolidação de R$50 bilhões no orçamento, certamente ajuda no controle da inflação.

Esse mapeamento entre fiscal e monetário não é trivial para ser feito, mas há estimativas inclusive do mercado de que, na média, um controle fiscal de 1% do PIB equivaleria a um aumento de 100 pontos ou de um ponto percentual na taxa Selic. É um ponto percentual. O que passa de 11 para 12, por exemplo, equivaleria a um ajuste fiscal, a uma contenção fiscal na faixa de 1% do PIB. Esse é mais ou menos o mapa que os analistas, enfim... Não é muito diferente. O que temos é incerto.

Em relação à dicotomia, o controle da inflação passa por equilíbrio entre oferta e demanda. O que mencionei aqui é que a economia cresceu 7,5% no ano de 2010, mas vimos um crescimento da demanda ainda por cima: mais de 10% de crescimento da demanda. Então, essa questão tem que ser tratada para conter a inflação naquilo de que ela depende da demanda agregada, do excesso de demanda sobre a oferta. Ela também ajuda a conter os efeitos secundários, por exemplo, de choques de oferta.

Vimos as suas excelentes notícias em relação à produção agrícola. O Brasil tem a vantagem de ser forte exportador, um dos maiores exportadores, senão o maior, em vários produtos. Então, há esse benefício. Mas o fato é que as *commodities* cresceram, num período de nove meses, 70%. Esse é um choque de oferta de grande magnitude para uma economia. Ele é resultado de demanda, porque, quando agregaram as demandas de todos os emergentes, isso mudou o padrão de consumo de alimentos no mundo. Então surgiu como demanda, mas uma economia isolada não consegue conter o choque de oferta de *commodities*. O que a política monetária pode fazer, e está fazendo, é conter os efeitos secundários desse aumento dos alimentos, que também afeta o País. Então, a política monetária tem que atuar no controle da demanda agregada e também nos efeitos secundários dos choques de preços.

Em relação à dicotomia do mercado, ele é importante também na medida em que nossas decisões de política monetária se refletem no mercado financeiro e afetam os prazos mais longos dos instrumentos financeiros que estão à disposição para os poupadores, para os fundos etc. Então, se o mercado não acredita nas políticas, podem-se baixar os juros e a curva subir – ou haver efeito diverso: podem-se subir os juros, e a curva cair, porque não se acredita que se vai continuar o que deve ser feito na percepção do mercado. Mas há o mercado financeiro e também o conjunto dos analistas que estão no mercado financeiro e o influenciam às vezes mais ou menos. O fato é que as decisões recentes de política monetária foram bem absorvidas pelo mercado financeiro, pelas curvas de juros, ou seja, houve um ajuste nas curvas de juros, na forma como antecipávamos em relação à nossa decisão.

Em relação aos analistas e à pesquisa Focus, acho que é um instrumento importante, tem servido ao regime de política monetária ao longo destes 12 anos

A ideia de ampliar, nós sempre temos essa ideia, que não é nova. Há sempre um esforço de ampliação junto ao próprio mercado, junto a universidades, junto a consultorias. Agora, o esforço de ampliação depende do outro lado, porque ele exige uma governança, exige o sujeito para fornecer todo o dia as informações, sai de férias tem que ter o substituo ou senão sai da pesquisa. Então depende de uma estrutura. Nós gostaríamos de ter todas as universidade, todos os departamentos de economia do Brasil fornecendo também, Não sei há interesse. Nós temos, ao longo do tempo, tentado isso e vamos continuar tentando. Mas, enfim, obviamente essas categorias e classificações não podem afetar a tomada de decisão de quem tem a responsabilidade de conduzir o Banco Central do Brasil. Realmente esses rótulos não têm nenhuma importância no comportamento no que se refere à tomada de decisões futuras, nem para mais nem para menos.

Em relação a aportes do Tesouro no BNDES, que V. Exª menciona, creio que o BNDES tem um papel fundamental durante a crise. Acho que o Brasil foi diferente das outras economias porque tinha o BNDES, que foi capitalizado, que sustentou o investimento. Agora, na fase boa da economia é natural que todas as fontes de financiamento, inclusive o BNDES, moderem o seu crescimento, porque é um momento de moderação, resguardando, obviamente, aqueles aspectos mais fundamentais em termos de investimento. Se todos moderarem um pouco o custo da política acaba sendo suavizado, mas não tenho dúvida de que o BNDES foi fundamental na crise e tem sido fundamental para ampliar a capacidade futura para a economia brasileira.

Em relação aos fluxos de capitais, como falei, essa é uma questão que nós estamos trabalhando.

Nas reuniões que tenho na Basiléia, no BIS, tem um grupo de 14 banqueiros centrais, que é o grupo mais importante de definição de política monetária atual, as discussões passam por... Primeiro todos estão preocupados com inflação. Não há um país que não esteja preocupado com inflação hoje. Esse aumento de 70% na *commodities,* agora com o petróleo, tem sido fonte de preocupação constante de todos: América do Norte, América do Sul, Europa, Ásia, África. Não há um que não tenha essa preocupação.

Em relação a isso o Brasil é sempre visto como um dos países que têm a sua taxa de política monetária positiva em termos reais. Tem vários países que estão com inflação um pouco menor do que a nossa, mas ela é 4 ou 5, e a meta é de 2,5, 2 ou 3. E a taxa está em praticamente zero. Então se tem uma taxa real negativa de política. O Brasil é o País que tem a taxa real positiva que está endereçando a questão da inflação, e isso é visto, é unânime em relação a essa questão.

Por outro lado também, o nosso País tem atraído, até por ser uma história de sucesso, por ter grandes eventos pela frente e por ter uma transição que consolida uma política macroeconômica consistente, grandes fluxos de recursos. Para se ter uma idéia, no começo do ano entraram fluxos líquidos da ordem de quase US$34 bilhões. São mais de US$10 bilhões a mais do que todo o ano passado de fluxo líquido.

É neste ambiente que nós definimos as políticas, inclusive a política monetária: um ambiente onde há uma liquidez global excessiva em função das políticas que estão sendo adotadas ainda nos países desenvolvidos, para tentar sair dos efeitos da crise financeira de 2008. E são essas políticas de juro real negativo, de ampla liquidez, de medidas não convencionais de ampliação da liquidez que fazem com que haja um nível extraordinário de liquidez hoje no mundo. Esse nível de liquidez obviamente procura países que são interessantes. O nosso país certamente é um dos que despertam maior atenção no globo, pelas perspectivas de crescimento, pela política econômica que já vem de mais dez anos consistente. Então, realmente, é algo que nós temos que levar em consideração quando são tomadas as decisões de política econômica, inclusive monetária. Esse é um aspecto importante.

Temos tratado com medidas macroprudenciais de evitar que esse fluxo que se traduz internamente, se não lidado, em apreciação excessiva de ativos, inclusive da taxa de câmbio, e em expansão acima do que seria prudente do crédito interno, porque esse dinheiro entra e é transformado em reais: uma parte nós compramos, esterilizamos, enxugamos; uma parte fica no mercado, ampliando o crédito acima dos 15% mencionados agora há pouco. Então, nós temos que atuar com medidas macroprudenciais para ter certeza de que esse fluxo não entra na abundância e, quando sair, sai gerando impactos, gerando crises futuras.

Por isso as macroprudenciais, o objetivo delas é justamente conter isso, ainda que tenha as suas repercussões. No bojo das políticas macroprudenciais, estamos sempre examinando para identificar se há necessidade de medidas adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Tombini.

Eu só pediria às Srªs Senadoras, aos Srs. Senadores, ao Dr. Tombini, e aos Diretores do Banco Central que a gente procurasse objetivar.

Para não fazer perguntas de três, quatro Senadores, até para aproveitar bastante esta audiência pública, estou procurando fazer pergunta e resposta, para a gente aproveitar bastante esta discussão, mas pediria ao Banco Central e também às Srªs Senadoras e Srs. Senadores, para objetivar perguntas e respostas, porque já são mais de quinze Senadores e Senadoras inscritos e, se formos nessa toada, Senadora Gleisi, vamos sair daqui umas cinco horas da tarde.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Pela ordem, Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu acredito que se fosse em bloco de três, quatro, poderia avançar um pouco mais e todos poderiam ter a oportunidade de falar. Se for de um a um, vai até quatro, cinco horas da tarde.

São onze e meia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Se todo o Plenário estiver de acordo, vou conduzir as perguntas de três em três Senadores.

Senador Armando Monteiro, de acordo com a proposta do Senador Raupp?

Então, vamos fazer em blocos de três Senadores.

Agora, o Senador Luiz Henrique, depois, Senador Cyro Miranda e, depois, Senador Blairo Maggi, os três próximos Senadores.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós aprovamos esse convite ao Dr. Alexandre Tombini no dia 1º de março e hoje S. Exª já está aqui. Quero salientar e agradecer esse gesto de prestigiamento a esta comissão e a este poder.

Dentro daquilo que o nosso Presidente propôs, vou ser bem objetivo: segundo pesquisa realizada pelo *Datafolha* e publicada no jornal *Folha de S. Pau-*

Io, edição de hoje, 41% da população brasileira acha que a inflação vai aumentar nos próximos meses. Por outro lado, o custo de capital está em média na base de 13% ao ano contra, por exemplo, 4% do Chile e taxas próximas de zero na maioria dos países desenvolvidos. Isso faz com que o Brasil, embora sétima, oitava economia do mundo, esteja na 58ª posição na competitividade mundial.

É sabido que, se o juro real caísse 5%, chegando ao nível da Austrália, a competitividade das empresas brasileiras aumentaria significativamente e teríamos 1.5% de crescimento. O combate à inflação e o fantasma presente na inflação de demanda têm tido como alternativa principal a manutenção de juros elevados.

De que outra alternativa dispõe o Brasil, o Governo brasileiro, para fazer ao mesmo tempo o controle inflacionário e estimular a produção e a competitividade das empresas brasileiras para fazer ao mesmo tempo o controle inflacionário e estimular a produção e a competitividade das empresas brasileiras, afastando o fantasma da desindustrialização.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

Eu pediria silêncio, porque está prejudicando não só as Srªs e Srs. Senadores que estão inscritos e estão se pronunciando, como também as respostas do Presidente do Banco Central. O nível de ruído está alto.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, cumprimento a iniciativa deste convite, do Senador Francisco Dornelles, e cumprimento o Exmº Sr. Alexandre Tombini e os seus diretores Altamir Lopes e Carlos Hamilton.

É evidente que um dos temas, como V. Sª falou, é a inflação. Primeiro, considero que a inflação acumulada pelo IPCA nos últimos doze meses já se situa em 6%. Mantido esse valor até o final do ano, estaremos bem próximos do limite superior da meta estabelecida em 6,5%.

Na mais recente ata do Copom, o Comitê chamou a atenção para a importância de choques de oferta na inflação. Entre 2001 e 2003, quando vários choques de ofertas atingiram a economia do País, seguindo as melhores práticas internacionais, o Copom optou por perseguir uma meta ajustada, mais alta que a meta prevista.

Na conjuntura atual em que o Copom identifica choques de oferta e a inflação se encontra acima do valor central da meta, eu pergunto: o Copom abandonou a meta central para 2011 e passará a seguir uma meta ajustada? Em caso afirmativo, o Copom pretende divulgar essa meta ajustada? Se não houver meta ajustada, vale a pena manter a política de juros altos para cumprir uma meta que, de acordo com a própria teoria econômica, poderia ser mais alta?

Pergunto ainda em relação a câmbio: o câmbio brasileiro é flutuante, mas não é administrado. Hoje o dólar mais barato do mundo está no Brasil, o que provocou uma inversão nos termos do comércio bilateral entre o nosso País e os Estados Unidos. Essa inversão é claramente prejudicial à nossa indústria. Em 2004, era de 74% o percentual de manufaturados nas nossas exportações para os Estados Unidos. No ano passado esse percentual caiu para 51%. Antes éramos superavitários nesse comércio e hoje os Estados Unidos são superavitários. A Argentina, com o seu câmbio administrado, tem crescido a uma taxa superior à brasileira. Pergunto: quais as alternativas que temos para tornar nossa política cambial mais eficaz na defesa do desenvolvimento nacional? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda, pela objetividade, assim como o Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR - MT) – Cumprimento o nosso Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, e também o Presidente Alexandre Tombini e seus diretores que estão aqui conosco.

Vou ser bem sucinto e bem direto também na minha pergunta. A minha pergunta é a seguinte, Presidente: no Banco Central, todos vocês que estão lá, vocês trabalham pela valoração do dólar e pela desvalorização do real ou simplesmente se administra do jeito que as coisas estão?

Eu entendo que a taxa de câmbio não é feita simplesmente do jeito que nós queremos. Já experimentamos isso no passado e não deu muito certo, mas o viés do Banco Central é de procurar a valoração do dólar e a desvalorização do real, porque, a curto prazo, parece-me uma política até tranquila para o Governo como um todo manter as coisas como estão, porque você acaba suprindo o mercado interno com produtos relativamente baratos e acaba, de certa forma, segurando a inflação. Então, o Banco Central encontra-se numa encruzilhada muito grande. Se segurar a inflação com o dólar do jeito que está é uma alternativa

E eu até concordo que seja, é uma política a ser mantida. Porém se olharmos um pouco mais a longo prazo, nós vamos perceber que vamos criar um problema seriíssimo para a indústria nacional e, obviamente, para a agricultura também, o agronegócio brasileiro.

Nós estamos vendo acontecer, Sr. Presidente, a importação de equipamentos, principalmente de máquinas de construção civil, máquinas de terraplanagem e tantas outras coisas, chegando ao Brasil com uma

diferença de preço muito grande, perto daquilo que o Brasil consegue fazer.

Então se, por um lado, o dólar barato agora é bom, daqui há quatro anos, cinco anos talvez não tenhamos mais a nossa indústria nacional forte e competitiva como nós temos.

Especificando mais uma vez pergunta: o Banco Central trabalha pela valorização do dólar ou não? Dependendo da política que vai ser mantida, nós sabemos qual é o futuro do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – A primeira pergunta do Exmº Senador Luiz Henrique, citando os números recentes da pesquisa da Datafolha e relação à percepção sobre controle de inflação e o custo de capital, quais seriam as alternativas.

Eu creio que o conjunto de políticas macroeconômicas é importante que esteja consistentemente focado em manter a inflação na meta, nesse caso, em levar a inflação para a meta.

Aqui já falamos na questão da política fiscal. O processo de consolidação da política fiscal ajuda, torna mais eficiente o processo de trazer a inflação para a meta.

Falei aqui das medidas macroprudenciais que têm o objetivo de assegurar a estabilidade financeira, mas também afetam um importante canal de transmissão da política monetária.

Então, esse conjunto, uma combinação de políticas que trabalhem no sentido de assegurar essa convergência da expansão demanda com a oferta vão ajudar no processo de recondução da inflação para a meta central do Governo e isso me parece que seria a alternativa, quer dizer, o conjunto das políticas, não uma só política puxando para um lado, outro, para o outro, o que realmente torna o custo maior. E, ao longo do tempo, a estabilidade monetária tem permitido... Nós temos feito ciclos monetários ao longo dos últimos dez doze anos, onde a taxa monetária real de juros é cada vez menor. É mais alta do que em outros países? Pode ser com relação a vários deles, mas ela é mais baixa do era no passado. Nós temos conseguido manter a inflação na meta com um ciclo de política monetária onde a trajetória real da taxa de juros está – tem vários slides neste livreto – tem sido reduzida.

Então, para responder a sua pergunta, eu creio que o conjunto consistente de políticas macroeconômicas, não só a política monetária, mas a fiscal também e outras medidas na área do crédito seriam importantes para combater a inflação.

Em relação à pergunta do Exmº Senador Cyro Miranda, ela se refere ao choque, refere-se a dispositivos ou a estratégias que foram utilizadas no passado. Na próxima semana tem o relatório de inflação. Nós seguimos uma liturgia bastante rigorosa em relação aos nossos instrumentos de comunicação. Temos as reuniões dos comitês, as atas do Copom e o relatório de inflação, que é o momento em que nós fazemos as projeções de inflação, projeções de crescimento e, obviamente, cotejamos isso com a meta de inflação para este e para o próximo ano.

Na próxima semana, nós estaremos ainda concluindo esse trabalho. Em havendo elementos adicionais, nós vamos oferecer mais informações para a sociedade sobre qual é a visão prospectiva do Banco Central em relação à evolução da inflação no período de 12 a 18 meses e como isso se relaciona com a meta central de 4.5%. Então, isso será colocado e eu peço a sua paciência para mantermos intacta a liturgia, que é um rito importante. Certamente V. Exª menciona a questão de um grande choque de oferta e é isso que eu também procurei transmitir no meu discurso. Nós temos, em nove meses, um aumento de 70% no preço das *commodities*. É algo com que todas as economias do mundo estão lidando. Esse regime vai conduzir a convergência da inflação para o centro da meta no futuro próximo.

Em relação à questão do Senador Blairo Maggi, que é relacionada com o câmbio – é uma questão sua em relação ao câmbio –, eu falei um pouco durante a minha apresentação sobre a nossa estratégia em relação à acumulação de divisas, como isso se dá no mundo, hoje, de extraordinária liquidez.

Esse não é um mundo, enfim, de condições normais. Pegue as políticas monetárias na Europa, nos Estados Unidos. Basicamente, as taxas estão no nível zero. Além disso, há políticas alternativas não convencionais de aumentar a liquidez. São medidas macroprudenciais do lado de lá para retomar os mercados de crédito que pararam de funcionar e não se recuperaram, em boa medida, dos efeitos da crise de 2008/2009. Então, além de uma política de juros extremamente baixa, que não vai ficar assim no médio prazo e de uma política não convencional de compra de instrumentos financeiros, títulos públicos, pelos bancos centrais, estamos vivendo momentos extraordinários. O que nós temos hoje reflete isso, mas não é condição, digamos, de médio prazo.

Nesse período - procurei passar a nossa visão -, nós precisamos ficar atentos às repercussões do câmbio sobre a estabilidade financeira. Nós já vimos esse filme no País, onde se pensa que é apenas uma direção para o câmbio – o real só fica mais forte, o dólar só fica mais fraco –, e isso levou, num passado recente, a aventuras no sentido de dizer: "bom, já que

é só para um lado, então vou intensificar, vou entrar nessa". Na hora que reverte, isso gera custos.

Primeiro, para responder a sua pergunta, isso não é por longo prazo, porque, quando normalizar, vai mudar esse patamar de liquidez global. Então, nós vamos ter que navegar nesse período.

Qual é o período em que começam a ser normalizadas as condições monetárias e financeiras na Europa, nos Estados Unidos, nas economias maduras?

Enfim, ninguém tem bola de cristal, mas o mercado já está antecipando algo para o início do ano que vem começar. Na Europa, um pouco antes, já há sinalizações. Então, nós vamos ter que transitar, mas, nesse trânsito, nós temos que ter cuidado em relação aos impactos sobre a estabilidade financeira.

Como é que se faz isso? Nós temos feito. Pegando agosto do ano passado, quando o real estava na faixa de 1,75% (julho/agosto); hoje está na faixa de 1,65%, 1,66%, mais ou menos, flutuando. Então, ainda que as nossas políticas tenham sido de evitar uma velocidade nesse movimento, o movimento acontece porque, enfim, tem uma força grande, externa, que afeta o câmbio flutuante. Mas nós temos tomado as precauções para que isso não leve, digamos, a exageros no sentido de achar que é só para um lado, pensar que isso é permanente, quando não é permanente.

Nós temos agora o caso do Japão, onde potencialmente poderia haver uma repatriação, no futuro. Não é o que está no nosso horizonte, mas é um risco a ser considerado. E há um nível de disposição ativa dos brasileiros razoável. Junte a isso uma eventual mudança de política nas economias maduras, nós já estamos em outro ambiente. Então é importante que se tenha presente que essa não é uma situação permanente e, portanto, o nosso enfoque é de estabilidade financeira.

Em relação a utilizar isso como instrumento de estabilidade de preço, acho que o câmbio é um canal. Na vizinhança de onde nós estamos, a contribuição o benefício marginal de um pouco mais é pequeno.

Agora, o risco de estabilidade financeira é grande. Então, essa é a nossa visão. O nosso câmbio é flutuante, mas nós estamos considerando tratar de mitigar os potenciais riscos a que isso leva.

Acho que eram basicamente essas as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, os próximos três Senadores inscritos: Senadora Marinor Brito, Senador Armando Monteiro e Senadora Ana Amélia.

Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas.

Queria cumprimentar o Dr. Alexandre Tombini e dizer a ele que trago duas preocupações.

Nós participamos da sabatina com o Sr. Altamir Lopes, quando do ingresso dele na direção do Banco Central. E ele foi questionado sobre a pertinência de uma alta de juros para combater a inflação de alimentos e preços administrados, que, na nossa opinião, não se resolvem com alta de juros.

Ele respondeu que o preço de serviços estaria também subindo muito. Porém, segundo o IBGE, o efeito da alta de preços dos alimentos no IPCA foi nada menos que quatro vezes maior que o efeito do aumento dos preços dos serviços.

Assim sendo, como o senhor justifica duas altas de juros se os nossos já estavam entre os maiores do mundo? Ora, são ou não controláveis pelo Governo os aumentos das tarifas de ônibus ou aumentos de alimentos?

Recentemente, na minha cidade, a cidade de Belém, no Estado do Pará, a partir de uma grande mobilização social e de uma pressão que nós fizemos sobre o Governo municipal, impedimos o aumento da tarifa de ônibus, que está entre uma das mais altas do Brasil. E, na verdade, nós temos um sistema de transporte falido no País, que não tem transporte público de qualidade, não tem transporte humano.

Eu pergunto a V. Sª: essa falta de controle por parte do Governo tem a ver com a falta de reforma agrária, com a falta de política de segurança alimentar? Por que a opção, sempre, do Governo, nesse último período, de controlar a inflação com aumento de taxas de juros?

A outra questão que eu queria colocar diz respeito ao período da CPI da Dívida Pública, na Câmara Federal, quando, a partir de um requerimento do Deputado Ivan Valente, do meu Partido, o PSOL, foi constatado que o Banco Central promove as reuniões periódicas com os supostos "analistas independentes" – vamos colocar umas aspas aí – para elaborar a estimativa das variáveis como a inflação, o crescimento e juros, sendo que quase 90% dos participantes dessas reuniões representam não os interesses do povo trabalhador, mas dos bancos ou dos fundos de investimento. O próprio Banco Central reconheceu que essas estimativas são utilizadas no relatório de inflação, que por sua vez orienta a decisão do Copom sobre a taxa de juros.

Portanto, o Banco Central utiliza estimativas feitas pelos rentistas para orientar sua decisão sobre a taxa de juros que beneficia os rentistas. O senhor considera isso ético? Por que os trabalhadores, que pagam essa conta, não são chamados pra essas reuniões? Por que o "mercado" estima uma alta de 0,5% na taxa de juros e o Banco Central obedece?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marinor Brito.

Eu passo a palavra, agora, para o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria cumprimentar o Presidente Tombini e os demais diretores e voltar ao tema da inflação e àquilo que já foi aqui sublinhado, ou seja, os limites da política monetária em face do processo inflacionário no Brasil. Quer dizer, o primeiro em decorrência dos choques de oferta, que sobre os quais a política monetária não atua de forma mais efetiva. E há ainda um componente que eu gostaria de trazer para ouvir a opinião do Presidente Tombini, que são os mecanismos de indexação ainda presentes na economia brasileira. Há uma crítica que eu acho procedente de que o Governo, quando as expectativas inflacionárias estavam bem ancoradas em torno de 4,5%, não avançou no sentido de desmontar alguns mecanismos de indexação que ainda estão presentes. Veja, por exemplo, que na questão dos serviços a rigidez dos contratos e sobretudo a regência ainda com utilização de índices com IGPM, IPC, no caso de serviços educacionais, por exemplo, tudo isso torna o processo extremamente rígido.

Então, pergunto: como avançar no sentido de promover uma maior desindexação da economia brasileira, de modo a tornar este componente inercial menos atuante? E a segunda questão diz respeito à questão dos *spreads* bancários no Brasil. Essa é uma agenda complexa. Nós reconhecemos, sobretudo porque o processo dos elevados *spreads* bancários praticados no Brasil tem variadas causas.

Não podemos deixar de reconhecer o regime de compulsórios, a tributação, ou seja, a cunha fiscal que incide sobre a intermediação financeira. O Brasil tributa bastante a intermediação financeira e, diferentemente do que alguns ingenuamente supõem, não significa dizer que estejamos tributando a empresa financeira, mas é o tomador do crédito que é penalizado. E há também um componente que me parece muito importante, que é exatamente o grau de concentração bancária no Brasil. Um pequeno número de instituições financeiras tem um imenso poder sobre o mercado. E há vários indícios de práticas anticoncorrenciais que tornam esses *spreads* no Brasil extremamente rígidos. E eu agrego o seguinte: há um problema no que diz respeito à defesa da concorrência no Brasil em relação ao sistema financeiro. É que nem o Banco Central exerce efetivamente uma atuação voltada para a defesa da concorrência. Nós entendemos que o papel maior do banco é zelar pela higidez e pela saúde financeira do sistema, e nem o Cadê, no entanto, se sente inteiramente competente para atuar nessa área.

Então eu gostaria de ouvir o Presidente sobre essa indefinição, por assim dizer, ou uma falta de nitidez de competência em relação à questão da defesa da concorrência.

Eram essas as questões.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

A Senadora Ana Amélia estava inscrita, mas precisou ler um requerimento numa comissão que está acontecendo agora. Então, para adiantar, vou passar a palavra para o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio Amaral, prezado Presidente Alexandre Tombini, observo que os indicadores expostos na sua exposição são sobretudo um conjunto de dados muito positivos sobre a expansão da economia brasileira, da melhoria da distribuição da renda e, ao longo do tempo, a taxa declinante de juros em termos reais e significativa diminuição da taxa de desemprego da economia brasileira, com a erradicação, a cada ano, da pobreza absoluta e com indicadores de Coeficiente Gini de desigualdade significativamente mais baixos com todos os anos, havendo, de 2002, 2003 para cá, a diminuição do Coeficiente Gini de Desigualdade.

Eu até agradeço, porque em diversas oportunidade havia sugerido ao Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central, que nas suas exposições aqui regularmente pudesse também ter tanto a evolução da diminuição da pobreza quanto do Coeficiente Gini de Desigualdade. Mas uma preocupação já externada aqui por diversos Senadores refere-se à questão da interação entre a taxa de juros definida como a taxa Selic e a taxa cambial, que tem de alguma maneira dificultado as exportações, sobretudo dos produtos de maior valor adicionado.

Então gostaria de saber, com respeito à apreciação de nossa moeda que está relacionada ao expressivo ingresso de capitais nos últimos tempos, em que medida a possibilidade de saída abrupta desses capitais pode ter um forte impacto negativo na nossa economia. Eventualmente e sobretudo quais são os mecanismos existentes hoje para prever e suavizar esses fluxos e quais as medidas que ainda poderiam ser adotadas nesse sentido, levando em conta que algumas já foram adotadas.

Ainda por ocasião do almoço no sábado, que a Presidenta Dilma ofereceu ao Presidente Barack Obama, eu tive a oportunidade de um diálogo com o Presidente que sucedeu o nosso Senador de Pernambuco, o Senador Armando Monteiro, Sr. Robson Braga da Andrade, que gostaria de transmitir a V. Exª.

Nessa questão da relação entre a economia dos Estados Unidos da América e a nossa e de ouros países desenvolvidos, eu transmiti a ele que acredito que tanto os empresários quanto os trabalhadores quanto as nossas autoridades econômicas precisamos todos, e nós, Parlamentares, estarmos cientes de quais os programas de transferência de renda que existem nos países mais desenvolvidos e dos seus efeitos sobre a competitividade de nossa economia... Perguntei ao Sr. Robson Braga de Andrade em que medida na CNI, assim como na FIESP, havia a consciência, por exemplo, de um instrumento que nos Estados Unidos da América se chama *tax credit*, ou seja, o crédito fiscal por remuneração recebida. Então eu expliquei a ele que, por exemplo, se um trabalhador nos Estados Unidos é remunerado com um salário mínimo ou um pouco mais do que um salário mínimo e receber uma remuneração, digamos, da ordem de US$12,000 por ano, ele tem direito de receber um crédito fiscal por remuneração recebida da ordem de US$4,000 ou mais. Para os que ganham até um certo patamar, na faixa de US$12,000, US$13,000, eles têm direito a 40% a mais de remuneração até um certo ponto, depois se chega a um limite máximo e daí vai declinando até se chegar a US$30,000, isso para o caso de uma família com duas ou mais crianças.

Ora, o que significa isso? Que a sociedade norte-americana como um todo, através dos impostos arrecadados junto a todos, complementa a remuneração daqueles que estão na faixa de renda mais baixa através do crédito fiscal por remuneração recebida. Aqueles que passam a ganhar, digamos, quarenta mil, cinquenta mil, setenta mil e assim por diante, passam a pagar imposto de renda com faixas maiores até.

Do ponto de vista do empresário brasileiro, ele precisa estar ciente de que a empresa que paga, digamos, doze, quinze mil dólares, ela sabe que o seu trabalhador tem uma remuneração complementar significativa, hoje muito importante, e quem paga isso é o conjunto da sociedade, não a própria empresa.

E, obviamente, em relação a nossa economia, se não temos um instrumento como esse, o que deveremos fazer? Recomendaria a V. Exª que deveríamos ir à Organização Mundial do Comércio dizer que países como os Estados Unidos... O efeito disso sobre uma das economias que mais competem com os Estados Unidos fez o então Primeiro Ministro Tony Blair criar no Reino Unido o *family tax credit*.

Então, o trabalhador que, em Londres, recebe algo como oitocentas libras esterlinas por mês, tem direito a 50% a mais e sua remuneração vai para mil e duzentas libras esterlinas. Deveríamos, nós, protestar junto à OMC que os governos dos países desenvolvidos estão subsidiando os seus trabalhadores ou deveríamos adotar medidas semelhantes ou até mais eficazes? Quem sabe? Eu gostaria de ouvir a sua opinião, mas gostaria de externar a minha. Eu acho que teríamos também que levar em consideração isso, estarmos muito conscientes, mas adotarmos uma medida ainda mais eficaz. E qual é a medida mais eficaz?

O senhor gostaria de me dizer assim, de pronto, ou posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Encerrou, Senador Suplicy, porque V. Exª já esticou...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – V. Exª já sabe qual é a resposta?

Já estourei o tempo? Está bom. Mas a medida mais eficaz é a renda básica de cidadania igual para todos os cidadãos. E onde está a prova disso? Nos Estados Unidos da América. Por quê? Porque num dos Estados norte-americanos ela existe e fez desse Estado, o Alasca, o mais igualitário de todos os Estados norte-americanos. E para um país como o Brasil, que deseja compatibilizar maior competitividade com maior igualdade, realização de justiça e erradicação da pobreza, a solução de bom senso está aí e foi até aprovada por consenso pelo congresso Nacional para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo e na hora em que o Presidente Alexandre Tombini recomendar. A Presidenta Dilma terá todo o meio apoio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy, pela objetividade.

Quero só registrar que quem governava o Alasca era a Sara Pale.

Meu caro excelentíssimo Sr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Primeiramente, as perguntas da Senadora Marinor Brito, que foram duas perguntas. Uma em relação ao uso da política monetária frente à incidência de choques no preço dos alimentos e dos transportes públicos a que V. Exª se referiu e outra pergunta: se faltaria uma política de reforma agrária para, digamos, dar conta dessa questão dos alimentos.

Eu creio que, como expus na minha introdução, nós estamos vivendo um choque de alimentos de *commodities* global. As *commodities* agrícolas aumentaram 70% nos últimos nove meses. Então, é, de fato, um choque global. Há a questão dos alimentos no País. No caso do Brasil, o peso dos alimentos é maior na cesta de consumo do que, por exemplo, nas economias desenvolvidas. Então, sentem menos, por ora, o impacto na inflação geral da economia. Nós sentimos um pouco mais, talvez menos do que outras economias em

que o peso é ainda maior, como, por exemplo, Índia, China e outras economias emergentes importantes que têm um peso ainda maior dos alimentos na sua cesta de consumo.

Mas, endereçando à sua pergunta – por que usar a política monetária para, enfim, endereçar questões que estão fora do controle, pelo menos do Banco Central –, no caso da política monetária, ela atua sobre demanda e sobre efeitos secundários desse choque de oferta.

No primeiro momento, de fato, não há o que fazer em relação ao choque de oferta. Não está no controle do Banco Central. Muitas vezes, não está no controle do governo de uma economia, mas, a depender do choque de oferta, deve ser tratado com as políticas macro para evitar que eles se propaguem na economia, que tenham efeitos secundários, que passem para outros preços importantes e acabem gerando um processo inflacionário que, em última instância, bate até nos serviços.

Aqui, neste livreto que passei para V. Exªs, há a evolução dos preços dos serviços na seção de inflação, mostrando que a inflação dos serviços – na página 52 –, em doze meses, no País, está na faixa de 8,4, por aí.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Permita-me: mas o aumento de serviços não foi quatro vezes menor que o aumento dos alimentos?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não, depende da comparação. O que nós mostramos aqui é que, nos doze meses, os serviços estão em 8,4, e a inflação de alimentos está em torno de 9, 10.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O peso na cesta de consumo, é isso?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Perfeito. O peso na cesta de consumo dos alimentos é na faixa de 22, 23%; e o preço de serviços, também um quarto da inflação. Então, eles são equivalentes. Os dois estão andando...

Mas, voltando à sua questão, eu queria dizer que a política monetária é usada para conter os efeitos secundários de um choque de oferta. Então, não compensar exatamente o choque de oferta, mas evitar que ele se propague e reconduzir a inflação geral da economia para os objetivos do Governo, sejam eles quais forem. No nosso caso, a meta de inflação é de 4,5% ao ano.

Em relação à segunda questão de V. Exª, sobre a questão dos analistas de mercado, primeiramente, o Banco Central conhece a amostra de analistas que trabalham, que coletam os dados. Como já foi dito, nós temos um esforço contínuo de tentar ampliar essa amostra, mas a ampliação dessa amostra depende de quem fornece os dados. Muitas vezes, não há interesse, não há estrutura. Tem que haver uma estrutura de governança. Tem que deixar uma pessoa responsável. Sai de férias, tem que ter um substituto. Enfim, há as coisas naturais para entrar num processo como o de expectativa de inflação coletada pelo Banco Central. Mas o Banco Central conhece exatamente os analistas, as instituições, as posições das instituições. O Banco Central conhece isso.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É uma opção política colocar as raposas para tomar conta do galinheiro?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Não. É uma opção operacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marinor, peço a V. Exª para darmos continuidade à maneira como nós estamos desenvolvendo a audiência pública: deixar do Dr. Alexandre Tombini responder a todas as questões.

O SR. ALEXANDRE TOMBINi – Quero fornecer uma informação adicional para V. Exª: nós temos um mecanismo para acompanhar o comportamento das expectativas. Esse mecanismo é o que melhor prevê a inflação. Então, tem os cinco melhores e há uma corrida para tentar prever a inflação e todas as variáveis, ou seja esse é um mecanismo de controle da qualidade dessas informações. Se houver uma informação que não seja compatível com a realidade, possivelmente esse individuo, ao longo do tempo, vai sair da amostra. Então, há um incentivo para que os participantes, sejam eles instituições, consultorias, enfim, o meio acadêmico, acertem a previsão das variáveis econômicas de inflação, enfim todas as demais câmaras, etc. Entã, há esse incentivo embutido. Nós fazemos o controle disso.

Portanto, no nosso caso, nós estamos totalmente seguros sobre a robustez do processo e essa é a visão do Banco Central. E digo a V. Exª que nem todos concordam com a visão expressada de que nós atendemos sempre aos anseios do mercado em relação às expectativas, por exemplo, de política monetária. Eu tenho ouvido inclusive o oposto recentemente, mas, enfim, o importante é que o processo é robusto.

Em relação às perguntas do Exmº Senador Armando Monteiro sobre os choques de *commodities*, limites para a política monetária, enfim, mais ou menos isso. Quer dizer, a política monetária atua sobre os efeitos secundários, atua diretamente para compensar pressões de demanda, mas atua indiretamente para conter efeitos secundários do....

A segunda é a questão da indexação. Eu concordo com V. Exª. Há uma agenda de trabalho. Isso não se faz da noite para o dia, não depende do Banco Cen-

tral, mas o Banco Central pode ajudar no mapeamento de algumas dessas rigidezes que V. Exª coloca. Creio que temos que avançar. Tem que ter uma agenda. Senadores já levantaram essa preocupação em outros encontros que tivemos recentemente.

Em relação aos *spreads*, também é uma questão de termos um programa de trabalho. Temos que intensificar isso ao longo do tempo. Este é um problema que já vem de longe. Os nossos *spreads* caíram em relação a onde eles estavam, mas também pode ser outro daqueles casos em que há espaço para avançar.

Nós temos uma agenda já implantada recentemente, de portabilidade da informação, tanto do crédito quanto de dados cadastrais. O cadastro positivo vai ajudar também nesse processo da conta salário.

Então, há uma série de medidas tomadas no passado, medidas também de transparência na questão de tarifas bancárias, porque aumentou a competição. Houve muito mais clareza e comparabilidade em relação ao custo dos serviços bancários prestados por diversas instituições. Eu participei disso em outra capacidade, mas é uma agenda que existe hoje no Brasil.

Em relação à questão de congruência, acho que há um parecer vinculante na Advocacia-Geral da União sobre o qual nós trabalhamos, a 4595, que dá amparo para o Banco Central atuar nas questões dos impactos dos atos de concentração do sistema financeiro na concorrência. Nós temos inclusive exigido contrapartidas em processo recente, principalmente depois que tivemos a nova configuração das tarifas bancárias, que permite inclusive um instrumento para requerer o compartilhamento de sinergias quando há um processo de fusão.

Então, nós temos instrumentos, temos a responsabilidade e a base legal para atuar. É fato que, principalmente nos anos que vivemos recentemente, a questão da estabilidade financeira se sobrepõe a outras considerações, porque esse é um objetivo que supera, principalmente neste momento. Nós temos que assegurar a estabilidade do sistema financeiro. Esse é o primeiro objetivo.

Podemos discutir essa questão no futuro. Acho importante. Se a sua percepção é de que falta uma definição, podemos colaborar nesse processo. Nós temos um convênio com o Cade e o nosso manual de avaliação de atos de concentração é feito com base na inteligência do Cade, horizontal de vários setores, e a nossa, vertical, do sistema financeiro. Nós fizemos isso no passado, mas, enfim, podemos intensificar e dialogar sobre esse assunto.

Em relação às questões do Exmº Senador Suplicy, não sou especialista em renda mínima, mas conheço o seu trabalho. V. Exª traz agora a experiência exitosa de um Estado americano, o Alasca. Creio que é uma política robusta de tratamento da questão da desigualdade, sendo transferência entre setores, segmentos da sociedade, diminuindo a desigualdade e criando um mercado de consumo mais consistente. Na economia, é uma política que merece ser estudada, mas realmente não sou especialista. Podemos discutir mais no detalhe, no futuro.

Em relação ao câmbio, o senhor menciona a questão da possibilidade de uma reversão abrupta. Tenho procurado, nesses dois meses e meio de gestão à frente do Banco Central, primeiro ficar alerta em relação à potencial... Essa liquidez extraordinária que existe hoje no mundo, que isso não gere conseqüências que põem em risco a estabilidade financeira da nossa economia. Então nós temos atuado com medidas macroprudenciais para conter a expansão do crédito, que vem aí embalada com essa liquidez internacional. Quando a liquidez sai, gera problema. Então tem que moderar esse crescimento. Estamos tomando medidas. Vamos tomar mais se for necessário.

Por outro lado, no câmbio, o Banco Central tem atuado, continua o processo de recomposição das reservas, de ampliação das reservas. Temos vários instrumentos além desses. Temos o mercado de futuro, o mercado de *foward.* Nós estamos atuando para evitar que essa sensação de ampla liquidez se traduza em riscos excessivos sendo tomados no Brasil e na hora da reversão isso cria um problema. Creio que hoje estamos bastante atentos a isso, justamente mirando o que V. Exª mencionou: quando a reversão vier. Quando a reversão vier, nós estaremos preparados. A regulação, a disposição cambial do sistema financeiro é muito rigorosa. Nós temos ampliado para outros setores da economia e temos alertado sobre essa questão que V. Exª coloca.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente, V. Exª me permite 30 segundos? Apenas para informar... Agradeço as respostas, Presidente Alexandre Tombini, mas gostaria de dizer que os Estados Unidos da América hoje pagam a 26 milhões de famílias mais de US$50 bilhões de crédito fiscal por remuneração recebida. Trata-se de um programa de transferência de renda muito significativo. Por exemplo, aqui nós temos o Bolsa Família para 12,9 milhões de famílias, correspondente a US$13,6 bilhões a mais...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Senador Suplicy, os 30 segundos de V. Exª já...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Eu prometi 30 segundos e daí o que eu quero transmitir a V. Exª é que, na hora em que desejar, eu me dispo-

nha a ir ao Banco Central e fazê-lo um especialista nessa área.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, depois Senador Aloysio Nunes e Senadora Ana Amélia, os três próximos inscritos.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Amaral, Presidente do Banco Central, Srs. Diretores e prezados colegas, de certo modo, aquilo que penso, aquilo que reflito, aquilo que, muitas vezes, alimento de dúvidas e que ouço tem sido analisado nas diversas interrogações dos colegas e analisado também pelo Presidente do Banco Central. Mas eu não poderia deixar de, como se diz, ruminar isso que ouço seguidamente, que ouço toda hora.

Quero frisar aqui também, como outros colegas, que, em razão da reserva internacional, na crise que houve em 2008, acho que foi importante, foi oportuna essa reserva. Os bancos de desenvolvimento, principalmente, socorreram e participaram, quer dizer, atenderam à demanda, e o Brasil conseguiu dar a volta, sem dúvida alguma. Então, isso é importante.

Nós tínhamos, como disse o nosso Presidente, em 2008, cerca de US$200 bilhões de reserva internacional. Hoje, estamos com US$300 e poucos bilhões de reserva internacional. Alguns dizem que o Governo recebe, transforma e aplica, às vezes, essa reserva internacional a um custo baixo lá fora. A pergunta é nesse sentido.

A outra pergunta: como há uma oferta, uma liquidez internacional, na entrada, o Governo, o Banco Central procura esterilizar para que haja um equilíbrio, para que não haja uma apreciação muito forte do nosso Real. Então, essa também é uma... Até onde vai isso? De certo modo, já nos informaram até onde vai essa oferta extraordinária e essa esterilização, aumentando, com isso, a reserva internacional. Por outro lado, com essa injeção extraordinária de recursos, o que se questiona também? Muito bem. A taxa Selic. Aí, há o endividamento interno. Essa é uma reflexão também que temos a toda hora. Os entes, principalmente os entes públicos, que eram os Municípios, os Estados... Com esse endividamento da taxa Selic, vai aumentando isso. Dizem que vira uma bola de neve, Presidente. Então, de certo modo, é um círculo vicioso que vai... Até onde nós vamos? Quer dizer, essa reflexão, esse debate, a toda hora se ouve isto: entra o dinheiro com certa facilidade, toma-se isso, os entes públicos pagam com base na taxa Selic e fica... Quer dizer, por onde nós andamos, quer no meu Estado, em Santa Catarina, quer em associações comerciais, industriais, nas cooperativas, nos empreendedores, vários questionam isso. Até onde vamos? De certo modo, o senhor tem colocado: vamos levar, acho que é possível, vamos com a questão prudencial. Mas, talvez, uma comunicação maior com o Brasil, com os setores, para que se acompanhe isso, e esse questionamento diário que existe possa...

Então, é a reserva internacional, é o fluxo que entra. A que custo nós aplicamos lá fora? Mas precisamos ter reserva. Aí a taxa Selic, o endividamento interno crescente. Esse nosso endividamento não é um pouco... Até onde nós vamos? Dizem que nós pagamos o maior custo dos recursos do mundo. Somos nós que pagamos mais ou menos. Quer dizer, a toda hora se ouve isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Passo a palavra, agora, ao Senador Aloysio Nunes e, depois, à Senadora Ana Amelia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores, Srs. Senadores, os jornais de hoje, Sr. Presidente, não trazem só, infelizmente, notícias boas; trazem também notícias preocupantes.

Eu queria referir-me a uma delas que diz respeito à situação fiscal do Brasil, porque, V. Exª, Sr. Presidente, se referiu a vários fatores que explicam a inflação e que estão na origem do processo de distanciamento dos índices de inflação do centro da meta, mas há uma questão que eu ainda talvez não tenha captado, uma questão que ainda está um pouco... que V. Exª não aborda e que tem um peso, no meu entender, determinante na política monetária, que é a situação fiscal.

É sabido que o Governo, para enfrentar a crise, gastou. Teve uma política anticíclica e não só gastou, como reduziu tributos. Mas o fato é que, passada a crise, isso continuou, porque, passada a crise, veio o ano eleitoral. E aí a gastança aumentou. E o fato é que, no decorrer do segundo Governo Lula – e creio que isso vem desde o primeiro –, há um aumento constante dos gastos correntes. Constante, acima do PIB, que se dá em detrimento dos investimentos e também à custa da deterioração da situação fiscal, até o ponto em que a Srª Presidente, depois de ter enfaticamente negado a perspectiva de um ajuste fiscal poucos dias antes da eleição, logo depois da posse foi obrigada a anunciar algo que foi encoberto por um termo eufemístico do Ministro da Fazenda. Não me lembro mais qual é, mas é ajuste fiscal de 50 bilhões de reais.

Acontece que hoje, no jornal *A Folha de S. Paulo,* há notícia de que, depois de um superávit do Tesouro de 14 bilhões de reais, no mês de janeiro, o mês de

fevereiro já apresenta um resultado bastante frustrante para quem precisa efetivamente conter a deterioração da situação fiscal.

Então, eu queria que V. Exª introduzisse a preocupação do equilíbrio fiscal na análise e na perspectiva da atuação do Banco Central, uma vez que é sabido que a inflação brasileira tem um componente de custo. Não apenas de demanda, mas um componente alto de custo. E o custo decorrente da taxa de juros que as empresas são obrigadas a tomar evidentemente é um fator inflacionário.

A segunda questão é muito objetiva. Eu gostaria de saber quanto custa, efetivamente, manter esse nível de reservas atuais. Eu não discordo dos efeitos benéficos da manutenção de reservas para conter especulações, para fornecer crédito para os nossos exportadores, como V. Exª bem ressaltou.

O fato é que nós enfrentamos com êxito uma crise financeira internacional gravíssima, com reserva de 200 bilhões de dólares. Hoje, já estamos batendo, ultrapassando os 300.

O Diretor do Banco Central que antecedeu o Sr. Altamir Lopes afirmou que o custo do carregamento dessas reservas era em torno de 27 bilhões de reais. Já outras informações – eu me refiro ao setor de análises econômicas do Bradesco – falam em 46 bilhões de reais. Qual é o custo real? Por que essa discrepância?

E, finalmente, uma curiosidade que eu gostaria que V. Exª me ajudasse a entender. É uma pergunta rigorosamente de leigo. É que houve, em dezembro de 2010, uma queda significativa das operações compromissadas do Banco Central em relação a novembro, de 116 bilhões de reais. Agora, em janeiro, em relação a dezembro, elas aumentaram exatamente no mesmo montante: 116 bilhões de reais.

Não é coisa pouca, considerando que a arrecadação federal no mês de dezembro ficou em torno de 90 bilhões de reais. É um volume enorme de recursos. Eu gostaria que V. Exª nos explicasse o que é isso. Que fenômeno é esse?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Passo a palavra, agora, à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom dia, Sr. Presidente. Boa tarde, a essas alturas. Muito obrigada pela gentileza. Cumprimento o Presidente do Banco Central e os seus diretores aqui presentes.

Eu queria apenas falar, como falou a Senadora Gleisi Hoffmann, sobre a excelência das boas notícias no setor agrícola, já que o Paraná, como o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso podem ser considerados os celeiros do nosso País. No entanto, a realidade em algumas das lavouras importantes, aquelas que integram a cesta básica, como é o caso do arroz, por exemplo, não vive o mesmo grau de rentabilidade que as *commodities*, especialmente soja, hoje estão enfrentando. Claro que a agricultura de alta precisão – e isto foi provado e visto na Expodireto em Não-Me-toque, no Rio Grande do Sul, o senhor que é gaúcho, Sr. Presidente, lavouras conseguindo uma produtividade de 220 sacos por hectare. Isso é superior à produtividade norte-americana. No entanto, apesar dessa boa safra e dos bons ganhos, ainda a questão do câmbio é uma barreira, um elemento a retirar a rentabilidade do setor. Não só isso, no efeito comparativo com os nossos parceiros do Mercosul nós somos de novo afetados. O Brasil está importando, por mês, 100 mil toneladas de arroz da Argentina e o custo de produção do Brasil do arroz é de 2.300 dólares por hectare, enquanto na Argentina é de 1.400 dólares por hectare.

A despeito disso, Sr. Presidente, a Argentina tem sucessivamente levantado barreiras aos produtos brasileiros, especialmente manufaturados. E não há até agora uma reação firme do governo brasileiro em relação a isso, porque o comércio é um comércio bilateral dentro do Mercosul que deve haver pelo menos algum tipo de entendimento. Estamos aceitando as imposições da Argentina sem nenhuma reação. Recentemente ainda nessa linha da questão agrícola que interessa particularmente ao meu Estado, o Rio Grande do Sul, um boletim feito pela FAO, pela CEPAL e pelo IICA confirmou o equívoco de políticas econômicas dos países latino-americanos em relação ao setor da produção de alimentos. Porque, como o senhor salientou ao longo da sua dissertação, há uma preocupação concentrada em metas de inflação, em estabilidade de preços com o consumo. E muito pouca atenção a quem coloca a comida na mesa dos brasileiros, os produtores rurais. Isso não é uma realidade apenas do Brasil, é uma realidade dos outros países da América Latina. Eu queria saber do senhor se o senhor concorda com essa posição da FAO, da CEPAL e do IICA. Queria dizer também que todos os óbices em relação a juros, taxa de juros, custos também estão impactando além do câmbio. O banco BNDES recentemente suspendeu as operações do PSI, o Programa de Sustentação de Investimentos, e depois retornou com custos muito elevados. Então é nessa medida que eu pergunto se o senhor concorda com essas avaliações e se vai haver mais aumento de taxa de juros. E por fim o senhor falou muito em medidas prudenciais. Essas medidas prudenciais, Sr. Presidente, eu gostaria de saber se elas significarão redução de prazos de financiamento e também mais um arrocho ou mais um aumento do compulsório para conter isso que o senhor já sinalizou

como um aumento do endividamento, não só endividamento interno, enfim, clássico do governo, mas o endividamento dos brasileiros que acorreram às compras atraídos por prestações de até 15, 30 meses.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra, Dr. Alenxandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Primeiramente as questões do Exmº Senador Cassildo Maldaner sobre as reservas internacionais. Eu queria dar um passo atrás primeiro para dizer que na página 41 tem um gráfico que traz a nossa posição relativa ao nível de reservas em relação ao tamanho da nossa economia, vendo outras economias emergentes e economias desenvolvidas também aqui. Só para ver que o nosso nível de reserva hoje está no segmento moderado em relação ao tamanho da economia. Queria dizer também que nesses últimos tempos o Banco Central tomou medidas em relação a questões prudenciais no câmbio. Uma medida em particular do governo foi a questão do IOF nos fluxos internacionais. Se pegarmos a composição desse fluxo que aumentou de forma significativa neste ano, veremos que os fluxos relacionados à Bolsa, ingresso para a Bolsa, reduziram muito, em alguns meses ficaram negativos, até porque a economia americana tem recuperado e tem atraído capitais de mercados emergentes.

Um outro fluxo que diminuiu foi o de renda fixa, para investimento no País, em função também da tributação em que foi colocada. Quando nós olhamos o fluxo atual que, de forma bruta, é em torno de oitenta, oitenta e cinco bilhões nesses dois meses e meio – o líquido, como mencionei, é na faixa de trinta e quatro bilhões –, vemos que a decomposição é basicamente investimento estrangeiro direto, que reflete o sucesso do País em relação à perspectiva de crescimento econômico, e o financiamento das empresas lá fora, do sistema financeiro trazendo recursos para oferecer financiamento aqui dentro. Então, a composição tem mudado. Talvez essa informação seja relevante para a sua comunicação com aqueles segmentos. Uma parcela significativa desses fluxos que estamos recebendo agora tem relação com investimento direto na economia, e a outra, com financiamento que, em última instância, está beneficiando empresas, tomadores, no final da linha no crédito. Isso era basicamente o que eu queria mencionar a respeito da reserva.

É fato que há um custo, já endereçando a uma pergunta do Exmº Senador Aloysio Nunes, sobre a questão do custo das reservas. Há um custo; o custo reflete justamente o que foi dito aqui, custo de captação de um lado e a rentabilidade de outro. Reservas internacionais, por definição, são formadas para oferecer um colchão de liquidez para a economia. Portanto, os objetivos das reservas internacionais são: primeiro, segurança; segundo, liquidez; terceiro, rentabilidade. Elas têm que estar à disposição, praticamente à vista, para fazer frente à necessidade.

Em relação à dimensão das reservas que V. Exª mencionou – duzentos e cinco bilhões antes da crise de 2008 –, os fluxos, especialmente com essa liquidez internacional nestes últimos três anos – ou dois anos e alguma coisa – foram realmente vultosos, esses fluxos internacionais de liquidez. Não só as taxas de política foram praticamente a zero nas economias maduras, nas economias desenvolvidas, mas também outros mecanismos, como foi dito aqui, foram introduzidos, por exemplo, a liquidez direta na compra de títulos no mercado.

Então, essa massa de recursos que está aí no mundo é muito diferente da que havia em 2008, com toda a alavancagem que existia no sistema financeiro, que diminuiu. Mas há uma quantidade de recursos hoje que é bem superior, além da integração – a economia já cresceu dois ou três anos. Se nós virmos a participação da reserva em relação ao PIB, ela está mais ou menos constante. Antes da crise e hoje, ela gira em torno de 14%, 15% do PIB. Então, nós estamos mais ou menos na mesma situação em que estávamos, em termos relativos.

Naturalmente, isso tem um custo, e esse custo é o do seguro. E posso talvez já endereçar à questão do Senador Aloysio Nunes sobre os 27 contra os 46: basicamente, o valor de 26 bilhões é tirando o impacto da apreciação ou depreciação do câmbio, isolando esse impacto e vendo só o custo de captação em relação ao retorno da aplicação; isso dá os 26. Se colocarmos a variação do câmbio – vai depender de como o câmbio evoluiu, e, nesse caso, evoluiu apreciando, fortalecendo o Real –, no ano-calendário, dá esse valor que V. Exª menciona, de 46 bilhões. Caso a minha memória não falhe, creio que foi esse o número. Só que esse número não é um número realizado, porque, naturalmente, a reserva está ali para servir como um seguro. Mas, se o Banco Central, um dia, for intervir vendendo reservas, provavelmente, ele fará isso para ajustar uma situação de desequilíbrio em que o Real esteja perdendo o valor, o dólar esteja ganhando muito valor.

E o que vai aparecer em termos de realização não é esse prejuízo não realizado simplesmente pela marcação ao mercado, vai ser um lucro, um lucro grande e esse lucro vai ser transferido para o Tesouro, como já vimos alguns casos, com aquela limitação, tem que abater dívida. Então, é basicamente isso.

V. Exª menciona também a questão das compromissadas, elas caem. Eu realmente não tinha visto esse número. Esse número é coincidência, mas eu explico os dois números. O primeiro: as compromissadas é uma forma de o Banco Central enxugar liquidez, ou seja, esterilizar impactos de intervenção no câmbio, esterilizar outros impactos que ocorrem na economia. Então, o que aconteceu em dezembro é que nós aumentamos o compulsório. Retiramos 100 milhões, justamente a substituição de compromissados que o compulsório naturalmente enxugou. Não precisou que o Banco Central fazer esse compromissado.

E a volta, em janeiro, o número é apenas mera coincidência, é outro fenômeno. Início de ano é cabeça de trimestre, então há concentração de vencimento da dívida pública. O Tesouro, por uma razão ou outra, não rola integralmente essa dívida pública, sobra essa liquidez no mercado, o Banco Central vai lá e enxuga com compromissado. Casualmente foi o mesmo número – até vou ver essa curiosidade estatística.

Basicamente foi isso.

A Exmª Senadora Ana Amelia menciona também a preocupação já manifestada aqui em relação ao câmbio, e eu gostaria de enfatizar que a nossa visão é a de que nós estamos navegando numa situação extraordinária de liquidez global. Isso não se perpetua. Nós temos tomado medidas para mitigar os eventuais efeitos sobre a estabilidade do sistema financeiro, da economia como um todo e suavizando esses movimentos para não agravar a situação em relação a riscos para o futuro que batem lá no real, não só na indústria, mas também na agricultura. Mas, naturalmente, o nosso enfoque é um enfoque essencialmente de contenção de risco financeiro de uma situação extraordinária que não pode ser aproveitada como se fosse algo permanente, criando prejuízo lá na frente quando esses fluxos se reverterem.

Em relação à política de alimentos – V. Exª vem do Rio Grande, um Estado com tradição de boas políticas nessa área e grande produtividade – não conheço esse estudo, mas já discordo em relação à política de produção de alimentos no Brasil, que não me parece seja equivocada.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – O senhor discorda , então, desse boletim da FAO e do Cepal e do Iica em relação ao equívoco das políticas que não protegem a produção agrícola?

Eu só deixei de mencionar, Sr. Presidente, porque fiz referência à questão de duas das *commodities*, especialmente soja – principal produto da pauta de exportação do Brasil – e em toda a pauta de exportação o superávit comercial está no campo, não só problema da soja, carne e tal.

Há uma outra lavoura que está, hoje, com problemas sérios, que é o tabaco, cuja produção o Brasil exporta 85% e os Estados do Sul são os maiores produtores e há um conflito de entendimento do Governo por conta de uma convenção quadro da Organização Mundial da Saúde.

Então, não vou tocar nesse assunto, apenas para ver que esses conflitos acabam sempre interferindo na situação e na tranqüilidade do produtor que está sem segurança. Sem falar, claro, do Código Florestal, que não é da sua área.

No caso do arroz, Sr. Presidente do Banco Central, queria dizer ao senhor que enquanto o Governo abre a porta para entrado de arroz argentino, o custo de produção da supersafra de arroz brasileira este ano não cobre o preço mínimo, o que a indústria está pagando ao produtor. Está pagando R$19,00 e o preço mínimo é de R$ 25,00. Então nessa medida é que seria possível ou necessário que o Governo brasileiro, através de entendimento diplomático com nossos parceiros do Mercosul, adotasse uma medida de suspensão até meados do ano, porque é exatamente nesse momento que a comercialização desse produto da cesta básica está ocorrendo em nosso Estado.

Em Santa Catarina, Estado do nosso Senador Casildo Maldaner, Luiz Henrique e Paulo Bauer, já há históricos de produtores que se suicidaram por conta do endividamento e da situação insustentável que foi criada nessa área.

É apenas para acrescentar sobre esses aspectos. Muito obrigada ao senhor pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, finalmente, os dois últimos oradores inscritos: o Senador Lindbergh Farias e a Senadora Marta Suplicy, encerrando esta audiência pública.

Com a palavra o Senador pelo Rio de Janeiro, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente Tombini, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, foi importante a fala do Senador Aloysio Nunes Ferreira, pois marcou o posicionamento da Oposição. Acho que este é um debate importante. O debate que houve aqui no plenário do Senado Federal foi esse expresso pelo Senador Aloysio; é importante que a Oposição esteja presente, apesar de estar solitário o Senador Aloysio Nunes (*Risos.*) Inclusive estranhamos, pois pensávamos que toda a Oposição estaria aqui hoje neste debate. Estranhamos e fazemos questão de chamar a atenção disso. A presença de V. Exªs aqui é muito importante.

A discussão que havia aqui era se o problema era a farra dos gastos, se era um problema fiscal, a herança deixada pelo Presidente Lula.

Nós temos aqui muita clareza, muita firmeza para defender a herança do Governo do Presidente Lula, por vários motivos: crescimento de 7,5% na economia, reservas internacionais de 300 bilhões de dólares, 15 milhões de empregos com carteira assinada, criados durante os oito anos de Governo Lula.

Em relação à crise fiscal... Sobre a relação dívida/PIB, vamos falar aqui em números concretos; vamos falar a relação dívida/PIB, que era 60%, no começo do Governo do Presidente Lula e que, ao seu final, estava em 40%. Tinha gente aqui em plenário fazendo discursos de valores nominais...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Lindbergh, então está tudo bem! Que bom! (*Risos*.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, eu vou entrar nos problemas.

Tinha gente que falava de valores nominais. A dívida subiu de 900 bilhões para 1,4 trilhão. Tudo bem, mas vamos olhar a relação dívida/PIB. O déficit nominal é inferior a 3%. Hoje, na Europa, a luta, o acordo que se quer construir na comunidade europeia é para que o déficit nominal seja colocado nesse padrão inferior a 3%.

Nós temos dados aqui que são do Ministério da Fazenda, que podem ser contestados. Mas em relação as nossas despesas primárias, em relação ao PIB aumentou mesmo, em 2002, de 15,72 para 17,97. Agora, o que foi que aumentou? Um ponto noventa e cinco foi transferência de renda, Previdência e Bolsa-Família.

Pasmem, Pessoal e Encargos em relação ao PIB caiu 0,26; aumentou a educação sim, porque foram criadas escolas técnicas, foram ampliadas as universidades. Então vamos ao ponto: em nossa avaliação há sim uma alteração do cenário econômico internacional. Em cima de quê? De dois pontos essenciais: inflação e problema de câmbio, com a desvalorização da moeda chinesa e da moeda americana.

Então não me venham falar de farra de gasto do Presidente Lula. Essa é a nossa posição que se diferencia da posição dos Senadores aqui da Oposição.

Mas eu queria falar para o Presidente Tombini. Todos os Senadores são muito influenciados pela vida real, pelos trabalhadores, pelo setor produtivo. Sempre aqui as sessões – apesar de não ser Senador quando assistia – eram sessões em que Senadores de Oposição e Situação eram muito duros quanto à política do Banco Central.

O senhor chega aqui em situação diferente: chega no momento em que o mercado começa a questionar, porque, na verdade, eu acho que essa última Ata do Copom um fato alvissareiro, e vou dizer por que. A pressão do mercado era para que o aumento fosse de 0,75, mas foi de 0,50.

A Presidenta Dilma deu uma entrevista fantástica – e parabenizo o jornal *Valor Econômico* –, porque foi um momento em que a Presidenta falou com mais clareza dos seus planos e dos seus projetos. Creio que foi mais profundo do que a mensagem enviada a este Congresso Nacional.

E a Presidenta Dilma apontou um rumo: ela quer crescer 4,5% e 5%, este ano, controlando a inflação. Este é o desafio.

Mas na entrevista, Presidente, Tombini, o senhor virou peça central na entrevista da Presidenta Dilma. A jornalista Claudia Safatle foi quem entrevistou a Presidenta Dilma, chegava a se referir a pombos em relação à firmeza no que diz respeito à política de juros. Pombo ou falcão. Pergunto a que o senhor atribui, digamos assim, esse questionamento por parte de setores do mercado. A essa ata do Copom que aponta outros caminhos, medidas macroprudenciais, outros caminhos que não só a elevação da taxa Selic ou, está aqui também na entrevista,. A Presidência Dilma fala que o Banco Central para fazer a política dele. E está fazendo. Tenho a tranqüilidade de dizer que, em nenhum momento, eu tergiverso com a inflação, e não acredito que o Banco Central o faça. Acredito que o Banco Central é extremamente profissional e autônomo. E esse Banco Central será profissional e autônomo.

Não sei se não estão tentando diminuir a importância desse Banco Central. Por quê? Porque não tem gente do mercado na sua diretoria.

O senhor acha que isso está influenciando uma certa... Eu quero dizer que sou um dos entusiastas dessa última reunião do Copom. Eu e uma grande parte deste País tem uma grande expectativa com a atuação de V. Exª nesse Banco Central. Alguns setores, não é o mercado como um todo, começam a questionar a atuação e eu pergunto se pode ser pelo que falou a Presidenta Dilma em relação à composição do Banco Central de funcionários de carreira ou se a última ata do Copom tem algo a ver.

Quero fazer uma segunda pergunta. Queria saber se o Banco Central tem medidas concretas sobre o resultado das medidas macroprudenciais tomadas como o aumento do compulsório bancário e a diminuição dos prazos de financiamentos. Se esse é um caminho que vai continuar sendo adotado com força pelo Banco Central. E faço uma pergunta que vi numa publicação do Ipea. Se há outros caminhos , por exemplo, acho muito importante a sua fala e ato do Copom ter deixado bem claro aqui... A Presidenta, inclusive, chegou a falar na entrevista que não havia inflação de demanda, depois corrigiu dizendo que há inflação de

serviços. É fato. Mas aqui achei muito importante na ata do Copom e na sua explanação aqui. Temos a ata dos preços dos commodities, esse é um fato indiscutível. Temos inflação com problemas sazonais, isso é indiscutível. Em São Paulo, o Prefeito Kassab. Isso ocorreu não só em São Paulo mas pelo Brasil afora, houve o aumentos dos transportes públicos, a questão da volta às aulas. Há também uma inflação que é de demanda. Mas está muito claro, aqui, nas diferenciações, nos vários tipos. Pois bem, pergunto se além dessas medidas macroprudenciais, essa que questiona o pessoal do Ipea, em relação a alta do preço dos alimentos, se o Banco poderia tomar outras medidas, como conversar com o Ministério da Agricultura. Ver que medidas poderiam ser utilizadas em relação a alta dos preços dos alimentos. Mas quero aqui saudar a posição que não é uma simples posição de aumento de inflação, aumentar a taxa Selic com contundência.

A última pergunta é com relação ao câmbio. Sinceramente, queria saber quais os outros instrumentos... Se o governo tem planejado que pode utilizar com relação ao câmbio: aumentar IOF, quarentena outro caminho qualquer porque de fato a pergunta do Senador Aloysio Nunes e eu queria completar da seguinte forma: será que não estamos chegando num limite com relação às reservas, à compra de dólares, isso, a médio prazo, não fica caro demais?

Quais outros instrumentos nós podemos utilizar em relação ao câmbio?

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra, a Senadora de São Paulo Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Caro Senador Delcídio, Presidente da CAE; caro Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e seus diretores, primeiro compartilho da satisfação dos nossos Senadores e Senadoras pela sua presença aqui – damos as boas-vindas. Quero cumprimentá-lo também pelo desempenho à frente do Banco Central, o guardião da nossa moeda, e quero dizer que não me surpreendo em virtude de seus serviços públicos prestados nos últimos quinze anos.

Há três meses, o Banco Central elevou o depósito compulsório e adotou medidas prudenciais, o que teve importantes efeitos monetários na economia. Na sua opinião, qual o impacto que essas medidas já tiveram sobre o crédito e, principalmente, que elas tiveram no controle da inflação?

E a segunda questão: nós todos temos observado, nos últimos anos, um excepcional desenvolvimento no mercado de capitais brasileiro; nós tivemos um forte crescimento e incremento dos instrumentos tradicionais, como as ações, as debêntures, o surgimento de novos instrumentos, como certificados de recebíveis imobiliários; na sua opinião, Presidente Tombini, qual a importância do mercado de capitais como fonte de capitalização das empresas, em particular como fonte alternativa do crédito para o investimento de longo prazo?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra, o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, excelentíssimo Presidente.

Primeiramente, tratarei das questões do excelentíssimo Senador Lindbergh Farias sobre...

Eu fiquei devendo uma questão fiscal, imagino, para o Senador Aloysio... Ele fez referência – só fazendo um aparte – ao resultado de fevereiro, que foi uma das questões... Nossas informações preliminares indicam que o resultado primário é um número razoável para o mês de fevereiro. Eu não tenho o número aqui, mas a indicação que a área técnica me passa é a de que é um número bem razoável para o mês de fevereiro.

Bem, o Senador Lindbergh Farias faz menção à entrevista da Presidenta Dilma Rousseff e menciona a questão desses rótulos da definição.

Eu creio que quem está sentado na cadeira de Presidente do Banco Central não pode se sensibilizar em relação a essas categorias que estão definidas. Eu acho que ajuda as pessoas a fazerem um pouco, simplificar, reduzir, mas, obviamente, o ambiente de decisão, o ambiente que enfrentamos é bastante complexo e exige paciência, perseverança, discernimento, como eu falei na minha exposição inicial.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) - Não queira ser falcão. É uma ave de rapina, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – (*Risos.*) Enfim, eu creio que é um pouco... O que estamos vivendo hoje é que a inflação corrente é elevada. Eu mencionei aqui que a política está sendo desenhada para trazer essa inflação, o mais rápido possível, para a meta, mas obviamente há um choque de 70%, pensando numa economia onde o repasse de preços de *commodities*... Nós temos um índice, está nesse livreto, que é o índice de *commodities* ajustado para uma cesta mais ou menos equivalente ao IPCA. Então, tomam-se as *commodities* internacionais, transforma-se esse preço em reais, e vê-se a evolução delas, que está aqui no gráfico.

A estimativa é a de que sejam repasses de 6%, ou seja, 10% de aumento no preço das *commodities* representaria um crescimento de 0,6%. Quando se

põe 70%, representa um crescimento entre 3% e 4% da inflação doméstica, porque o peso dos alimentos é de 23%, há mais ou menos a equivalência.

Então, nós estamos lidando com um choque que não é um choque. Começou aqui e tem a ver com a demanda, com a própria mudança na estrutura da economia global, tem a ver com questões de oferta também, tem a ver com a liquidez internacional, que também afeta o preço das *commodities*, mas é com essa dimensão de choque que nós estamos lidando hoje, não só o Brasil, mas também todos os países.

O Brasil, casualmente, está bem ativo nas suas políticas macro. Fez juros o ano passado e o efeito disso não se sentiu integralmente ainda. Fizemos duzentos pontos lá, retiramos R$160 milhões do sistema, recompusemos os compulsórios, fomos alem do nível no pré-crise, fizemos as macroprudenciais de dezembro, como foi mencionado – um pedaço em compulsório, um pedaço em aumento de requerimento de capital para crédito.

Nós temos, nesse livreto, nas páginas 71 a 77, gráfico que mostra o impacto das macroprudenciais no crédito ao consumo, tanto em prazos, juros, como em nível de concessões. Ali a gente vê claramente um impacto rápido, que não está totalmente transmitido para a economia, mas é um impacto rápido importante.

Há relatos de mercado, dos analistas, de que essas medidas macroprudenciais que foram tomadas lá em dezembro poderiam chegar a algo em torno de setenta e cinco pontos equivalentes Selic.

Então, vejam só: com duzentos pontos no ano passado, cem pontos este ano, mais setenta e cinco, nós já temos um conjunto de medidas que estão trabalhando. Alie-se a isso o esforço de contenção fiscal, que vem no sentido de ajudar a trazer o crescimento da demanda, em linha com o crescimento da oferta. Nós estamos tratando o problema e agora temos de ter paciência. Paciência por quê? Porque, num choque dessa dimensão, a inflação corrente ainda é alta e vai começar a girar em valores compatíveis com o centro da meta, 4,5%, afora choques que nós não podemos antecipar, por definição, como choques, mas, enfim, com as políticas, com as dinâmicas que temos agora, podemos começar a girar rapidamente inflações compatíveis com o centro da meta, 4,5%, inflações em torno de 37, 40 ou um pouco abaixo disso, ao mês. Mas o acumulado em doze meses vai subir, pelo efeito de inflação alta ainda, no final do ano passado, e pela saída dos meses de inflação muito baixa, que são substituídos por meses de inflação que estiverem em torno desse nível, desse alisar de 4,5% ao ano, e, ainda assim, a inflação de doze meses sobe.

Então, nós vamos ter um passado que carrega essa inflação, mas um futuro promissor em relação às perspectivas. Quando sai esse efeito estatístico, a inflação em doze meses cai e vai em direção à meta. Onde vai passar isso, nós temos o relatório de inflação, o nosso instrumento de comunicação maior, que sai no final do mês – na semana que vem portanto –, em que vamos fazer as nossas projeções e vamos detalhar o nosso cenário e como estamos vendo.

Então, tem de ter tranquilidade, tem de... Obviamente, é fácil, neste momento de inflação corrente ainda alta, dizer que a inflação está mais alta do que deveria estar neste momento, que deveria ter sido feito mais. Primeiro, há a defasagem de tudo o que a gente faz aqui. Então, esses efeitos não foram sentidos ainda. A inflação está seguindo essa dinâmica e nós vamos, mais para o meio do ano e para o final do ano, certamente a inflação inicia a sua convergência nos doze meses.

É basicamente isto: é sangue frio e tranquilidade, fazer mais para chegar à inflação, à meta no futuro próximo.

É basicamente isso. Nós temos conversado, sim, com outras partes do Governo. O próprio Ministro da Agricultura sempre, nas reuniões, fala do que vem acontecendo na área de alimentos. É natural e temos conversado. Obviamente, o nosso trabalho é focado nos nossos instrumentos. E é isso o que nós temos feito por hora.

A Exmª Senadora Marta Suplicy também fala do impacto das macroprudenciais. Então, eu me refiro a esse conjunto de dados que está aí, da página 71 à página 77, em que se mostram os gráficos com a linha de corte no momento que as medidas macroprudenciais foram introduzidas, em 6 de dezembro de 2010, e logo o impacto sobre algumas modalidades afetadas, sobre prazos, volume de concessão e taxas. V. Exª pode ver que o impacto é rápido e significativo. Em relação ao conjunto dessas políticas sobre a equivalência a juros, como mencionei, os analistas, na média, disseram algo em torno de setenta e cinco pontos de Selic, 0,75% de Selic. Em relação ao mercado de capitais, acho que o futuro do Brasil é desenvolver o mercado de capitais. Temos aí, na página 78, um gráfico que mostra a evolução recente do mercado de capitais. De certa forma, ele tem crescido muito, mas acho que aqui nós podemos distorcer um pouco a variação porque, nos últimos dois anos, houve duas operações muito grandes, uma do Santander, que fez uma colocação global no Brasil, em outubro de 2010, e outra operação da Petrobras também. Então, essas duas operações distorcem um pouco. Mas, de fato, esse é um mercado que vai desenvolver e, quanto mais convergirmos

para padrões internacionais, por exemplo, de taxas de juros no futuro, mais fundamentos teremos para desenvolver o mercado de capitais, que já vem sendo desenvolvido com uma certa rapidez. Há um esforço do Governo, há um diálogo com o setor privado, também, para desenvolver, por exemplo, um mercado mais forte, mais robusto de renda fixa privada, ou seja, debêntures, como V. Exª colocou, letras financeiras, ter um mercado secundário.

Então, estamos engajados também no que cabe ao Banco Central em relação ao mercado de capitais, mas achamos que o mercado de capitais vai crescer muito no Brasil nos próximos anos e é uma fonte alternativa complementar de financiamento e, principalmente, esperamos, de financiamento de longo prazo, para substituir outras fontes que estão aí ou para complementar outras fontes que estão aí no País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais oradores inscritos, dou por encerrada a 6ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero parabenizar o Dr. Alexandre Tombini, seus diretores, as Senadoras e os Senadores, por uma reunião tão produtiva, serena. Senador Aloysio Nunes, há muito tempo não vejo uma reunião da CAE tão silenciosa, as pessoas todas atentas e a precisão do Dr. Tombini, respondendo a todas as questões.

Muito obrigado a todos e, na terça-feira, às 10 horas, Comissão de Assuntos Econômicos, possivelmente com a nova sabatina, mais diretores do Cade, Senador Aloysio Nunes.

Um abraço a vocês. Muito obrigado, Dr. Tombini e diretores.

A reunião está encerrada.

(Levanta-se à Reunião às 13h07min.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta minutos, do dia dois de março de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti,** com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amelia e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer o Senador Eduardo Amorim e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano. Justifica ausência o Senador João Durval. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, informando que esta se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da CAS para o biênio 2011/2012. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, em escrutínio secreto, o Senhor Presidente convida os Senadores Ricardo Ferraço e Waldemir Moka para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: eleito Presidente o Senador Jayme Campos, e Vice-Presidente o Senador Casildo Maldaner, por unanimidade, com quinze (15) votos favoráveis. Às nove horas e cinqüenta e oito minutos assume a Presidência o Senador Jayme Campos. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Cyro Miranda, Lindbergh Farias, Humberto Costa, Eduardo Suplicy, Vital do Rêgo, Casildo Maldaner e Jayme Campos, Presidente eleito. Ao final da Reunião o Presidente, Senador Jayme Campos, convoca os Senadores para a segunda Reunião Extraordinária desta Comissão, que se iniciará em seguida. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Senador Mozarildo Cavalcanti, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – Há número regimental.

Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente Reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição do seu Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2011/2012.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa:

Para Presidente – Senador Jayme Campos;

Para Vice-Presidente – Casildo Maldaner.

Sobre a Mesa, encontram-se, à disposição dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Quero também expor que urna se encontra vazia. Será procedida a chamada nominal, de acordo com as composições oferecidas pelos partidos políticos.

Vamos chamar os que aqui estão presentes.

Senadora Ana Amélia. (*Pausa.*)

Senador Casildo Maldaner. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Jayme Campos. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação)

Senador Paulo Davim *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka, pode assumir o direito de voto. *(Pausa)*

Repetindo: Presidente: Senador Jayme Campos; Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner.

Senador Jayme Campos, V. Exª já foi chamado. Pensei que estava deixando elegantemente os demais eleitores votarem antes.

(Procede-se à votação)

Senador Wellington Dias, convido V. Exª para exercer o direito do voto. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – Convido a Senadora Ângela Portela a exercer o direito de voto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – Já votaram também os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Paim. Convido o Senador Cícero Lucena, para exercer o direito cívico do voto. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS.) – Peço para fazer um apelo aos membros para que, depois de votarem... Iniciou lá a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – O Senador Paulo Paim pede para solicitar aos senhores e senhoras Senadoras que fazem parte da CDH que, após a votação aqui, possam também comparecer lá para votar.

Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Pedro Simon. Senador Vicentinho Alves, após a assinatura, pegar aqui a cédula.

Senador Pedro Simon, V. Exª é suplente, mas, como existe um cargo vago, V. Exª pode votar.

(*Continua a votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Lindbergh, V. Exª pode exercer o direito de voto, já que não estão presentes os titulares em número completo.

(*Continua a votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Encerrada a votação, convido os Srs. Senadores Waldemir Moka e Ricardo Ferraço para funcionarem como escrutinadores, para que possamos proceder à apuração.

Só um instante. V. Exª não votou ainda? Então, já que estava presente antes do anúncio...

(*Continua a votação.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – O Senador Jayme Campos e o Senador Casildo Maldaner foram, portanto, eleitos pela unanimidade dos votantes. (*Palmas.*)

Convido agora os Senadores eleitos para ocuparem os seus lugares à Mesa e procederem à continuação da reunião usando da palavra.

Só para registro, foram 15 votos, todos, por unanimidade, portanto, elegendo a chapa apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras. Saúdo o nosso companheiro Vice-Presidente Senador Casildo. Antes de mais nada, quero agradecer a presença e a confiança daqueles que vieram participar da instalação desta Comissão tão importante para o Senado Federal. Agradeço ao ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, que, com muita competência, como sempre, presidiu e instalou esta Comissão no dia de hoje.

É com satisfação que tenho a honra de assumir a Presidência da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, à qual compete opinar sobre proposições concernentes às relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social, além da proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplantes, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos, competência do Sistema Único de Saúde, entre outros assuntos correlatos.

Ao agradecer pela confiança do meu Partido e dos estimados Pares que me elegeram para, com o Vice-Presidente, Senador Casildo Maldaner, aqui trabalharmos juntos pelos próximos dois anos, quero afirmar que o exercício desta Comissão será pautado pela coerência na busca de soluções com vista a sanar os sérios problemas que envolvem a saúde e a previdência social nas esferas estadual, municipal e federal.

Desejo manifestar meu sentimento de boas-vindas aos novos colegas, assim como enaltecer a dedicação e o competente trabalho daqueles que compuseram este Colegiado na legislatura passada.

Ao longo do biênio 2009-2010, a CAS votou cerca de 270 projetos, realizou quase 50 audiências públicas e regulamentou 19 profissões sob a diligente presidência da ilustre Senadora Rosalba Ciarlini, a quem

gostaria de render minhas homenagens, juntamente com o então Vice-Presidente, o combativo Senador Paulo Paim.

A diversificação e complexidade das matérias com que hoje nos deparamos na extensa pauta de nossas reuniões plenárias, bem como nas três Subcomissões Permanentes – de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência; Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; em Defesa do Emprego e da Previdência Social – que atualmente integram a Comissão de Assuntos Sociais, constitui desafio que nos cumpre superar.

Antes de encerrar, quero registrar aqui a presença do meu querido irmão, Governador, Senador e atualmente Deputado Federal, Júlio Campos, que hoje também nos honra com a sua presença neste momento tão importante da minha pública, que exerço desde a década de 1982. Fui Prefeito por três vezes da minha querida cidade de Várzea Grande e Governador do Estado de Mato Grosso. Hoje, como Senador da República, indiscutivelmente, tenho buscado fazer um trabalho pautado na coerência, mas, acima de tudo, na ética.

Portanto, agradeço a confiança dos valorosos Senadores e das valorosas Senadoras. Pretendo fazer um trabalho operoso aqui, acima de tudo, defender políticas públicas que possam beneficiar o cidadão brasileiro, sobretudo aqueles menos afortunados – que, lamentavelmente, muitas vezes, vivem à mercê de políticas públicas que lhes possam dar a verdadeira cidadania –, porque é sonho de todos nós, brasileiros, ter um Brasil mais justo, mas, acima de tudo, um Brasil de mais oportunidades.

Agradeço a todos e quero, nesta oportunidade, antes de encerrar, abrir a palavra, especialmente, ao meu querido Vice-Presidente, Senador Casildo Maldaner, caso queira fazer uso dela também, neste momento.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner. *(Palmas.)*

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado.

Bem, gostaria de me colocar à disposição. Como Vice-Presidente, o que me cabe é eventualmente substituir o Presidente e também colaborar na Presidência desta Comissão.

Então, quero aqui, ao lado do Presidente Jayme Campos – aliás, falar em Júlio, no fundo, é a mesma coisa, uma homenagem ao ex-Senador Júlio... Por sinal, até acabei equivocando-me ao dizer Júlio em lugar de Jayme. Mas quero aqui cumprimentá-lo e aos colegas, colocar-me à disposição, colaborar nesse sentido com os colegas, fazer com que a Comissão desenvolva um bom trabalho nesta Casa e ajude a intermediar principalmente as lutas na questão social. Acho que isso é importante, como aqui proclamado pelo nosso Presidente.

Quanto às relações entre o capital e o trabalho, penso que precisamos fazer um meio de campo, e é muito importante fazer com que haja a inserção dos menos protegidos, para que tenham lugar também, participação. Acho que isso é fundamental.

Então, quero dizer a todos os colegas: vamos tentar buscar desenvolver um trabalho que venha a gerar frutos em prol do que preveem os estatutos sobre o que constitui esta Comissão dentro da composição regimental. Sem dúvida alguma, essa será a nossa luta.

Conte conosco, Presidente Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Esta é a nossa missão: estarmos aqui incorporados, para buscarmos uma melhor forma de desenvolver esta Comissão.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/PMDB – MT) – Muito obrigado, Senador Casildo. Contarei muito com a sua experiência. V. Exª exerceu vários mandatos no País, conhece o Brasil e indiscutivelmente vai colaborar muito conosco aqui, na Presidência.

Concedo a palavra, pela ordem, ao meu amigo particular Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu caro Senador Jayme Campos, Senador Casildo Maldaner, eleitos Presidente e Vice-Presidente da nossa CAS.

Eu comentava aqui com o Senador Lindbergh, e ele, que foi Prefeito, deve conhecer bem o que vou dizer. Senador, acho que esta Comissão tem de começar o trabalho, chamando aqui não só o Ministro da área da saúde, mas todos aqueles que estão envolvidos.

Há um debate. Todos aqueles que disputaram a última eleição sabem a necessidade que tem o País de discutir a questão da saúde. Isso é uma coisa no País inteiro. No meu Estado, não é diferente.

Nós devemos à sociedade a regulamentação da chamada Emenda nº 29 e não temos mais como adiar isso. Quando se fala em regulamentação da Emenda nº 29, já se pensa: "Vão recriar a CPMF".

Não estou defendendo a recriação da CPMF. Acho que a Presidente Dilma está certa em uma coisa: é preciso fazer um diagnóstico da situação, para ver realmente onde está a falha.

Mas, como médico, de uma coisa tenho certeza: vamos ter de melhorar a gestão. Mas é claro e notório, é óbvio que há falta de recursos. Isso é evidente. Então, tem-se de ter uma fonte de financiamento, o que

chamamos de dinheiro novo, para a saúde, sem o qual não há condições de realmente... E o que existe hoje é uma questão. Os Municípios têm de gastar no mínimo 15% do que arrecadam; os Estados, 12%, e a União não tem nenhuma obrigatoriedade. E, toda vez em que se fala em regulamentar a Emenda nº 29, a área econômica do Governo dificulta a regulamentação porque esta regulamentação vai obrigar o Governo Federal a investir, no mínimo, 10% do que arrecada. Então, essa é a discussão. Essa me parece ser, neste momento, a responsabilidade. Penso que a Comissão tem de chamar para si a responsabilidade e, claro, começar esse debate, que, sei, aqui já foi votado, está lá na Câmara dos Deputados, sei disso. Mas acho que esta Comissão podia dar uma contribuição no sentido de chamar a atenção para a necessidade e urgência que o Congresso tem para regulamentar a chamada Emenda nº 29.

Eu poderia dizer outras coisas, mas vou falar somente disso, porque quero exatamente dar a importância e a prioridade, a meu juízo, do que esse tema precisa e merece.

Quero terminar, desejando ao Senador Jayme Campos e ao Senador Casildo Maldaner que tenham êxito e sucesso, porque competência tenho certeza de que sobra em V. Exªs. Agora, coloco-me também como um membro aqui que pode ajudar no decorrer das reuniões, das pautas. Enfim, quero ser mais um dos tantos membros desta Comissão a ajudar o Presidente e o Vice-Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço, Senador Moka. Não tenho dúvida alguma de que a sua opinião temos de levar em consideração diante da dificuldade que, lamentavelmente, hoje, vivenciamos na área da saúde no Brasil. Todos sabemos perfeitamente que é de fundamental importância a regulamentação da Emenda nº 29. Entretanto, parece-me que há má vontade do próprio Poder Executivo nessa regulamentação. Temos de concordar também que, muitas vezes, não é falta de recursos somente, talvez uma boa gestão para que, efetivamente, os recursos cheguem na ponta, a fim de atender os cidadãos brasileiros, aqueles menos afortunados, porque, lamentavelmente, o que temos visto são as unidades de saúde pública em verdadeiro estado de petição. Isso falo em relação ao meu Estado, que é um Estado rico, entretanto essa riqueza não chega na ponta para atender os trabalhadores matogrossenses.

Concedo a palavra ao querido amigo, Senador Cyro, e, depois, ao ilustre e querido Senador Lindbergh Farias.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Jayme Campos, Vice-Presidente Casildo, quero, em nome do meu partido, o PSDB, dar as boas vindas e tenho certeza de que, pela bagagem, conhecimento e história dos senhores, não nos faltará a claridade para que possamos desenvolver um bom trabalho. Acho que aqui já muita coisa foi dita e quero só reprisar que precisamos rever a política pública de saúde com urgência. E o senhor tocou, Presidente, em um ponto forte, que é a gestão. Acima da verba, acima de orçamento, está a gestão. Neste País, é notório e sabido todos os desmando que acontecem principalmente nessa área. Gente sem escrúpulo se aproveitando de uma área tão danosa, com tanta falta, ainda fazem e manipulam essas verbas. Então, se nós tivermos neste País uma gestão realmente adequada, vamos mais rápido esse problema.

Conte conosco, com o nosso apoio irrestrito. Parabéns a nós por termos os senhores como nosso Presidente e Vice-Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Cyro, por suas palavras. Certamente, V. Exª será um Senador atuante nesta Comissão, para nos ajudar a buscar soluções para os problemas graves que vivenciamos na saúde, na Previdência e assim por diante. Muito obrigado por sua participação.

Concedo a palavra ao valoroso Senador Lindbergh, com muita honra.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Jayme Campos, só quero aqui parabenizá-lo e ao Senador Casildo. Conheço o Senador Jayme Campos há muito pouco tempo, mas desenvolvi uma grande afeição por ele, porque o Senador Jayme Campos tem muitas qualidades, e a grande qualidade é a sua sensibilidade social, é pensar nas pessoas. Isso, com apenas um mês de convivência nesta Casa, já podemos perceber nas conversas que tive com o Senador Jayme Campos. Então, penso que V. Exª pode fazer um grande trabalho aqui, pode fazer um trabalho de unir toda a Casa nas discussões aqui da CAS, não sendo só um debate entre situação e oposição, mas um debate muito mais profundo.

Eu ouvi aqui vários Senadores, como o Senador Moka, que começou falando da saúde. Vejo o Ministro Padilha que assume com a tarefa de reformar a saúde pública brasileira, cheio de idéias. Eu acho que, na nossa primeira reunião, seria muito conveniente convidarmos S. Exª. Eu tenho certeza de que S. Exª está fazendo uma série de debates com os Deputados. E esta Casa tem que ser também uma Casa que ajude na formulação de políticas públicas.

Desde já, Presidente Jayme Campos, coloco-me à disposição para trabalhar na subcomissão permanente

da pessoa com deficiência. Nós já começamos uma série de trabalhos aqui neste Senado Federal. Acho que dá para montar um grupo de Senadores para fazer um trabalho muito dirigido nessa área. Junto com o Presidente Sarney, montamos uma comissão especial também sobre o tema, com uma finalidade única, qual seja, a de regulamentar uma convenção da ONU que está na nossa Constituição. Agora, o trabalho central dessa subcomissão, depois de muitas conversas com diversas entidades Brasil afora, é tentar fazer cumprir a lei. Temos uma legislação avançada, mas infelizmente nós temos de fazer cumprir a lei; nós temos de chamar as partes. Eu acho que essa subcomissão pode desempenhar um grande papel.

Nós falávamos aqui de um exemplo claro: as pessoas com deficiência auditiva. Há um problema localizado na saúde com próteses. É possível aqui nós começarmos a resolver coisas concretas, Chamar o Ministro da Saúde, colocar prazos etc.

Assim, Presidente, registro que estou aqui me associando ao trabalho de V. Exª. Quero ter um trabalho firme nesta Comissão, mas quero, de antemão, dizer que quero me dedicar a esse trabalho da pessoa com deficiência. Estamos falando de mais de 20 milhões de brasileiros, Estou nesse debate há muito pouco tempo, Senador Jayme Campos, mas o que a gente vê do sofrimento das mães que lutam para encontrar um espaço de reabilitação para os seus filhos... Eu acho que, concretamente, nós podemos, aqui, fazer muito para ajudar a melhorar a vida dessas pessoas.

Parabéns, Senador Casildo Maldaner! Parabéns, Senador Jayme Campos! V. Exªs têm um grande desafio. Nos meus pronunciamentos nesta Casa digo sempre que a gente tem que puxar os debates desta Casa para o mundo real. Esta é a Comissão que acho que pode estar mais perto da vida das pessoas e que pode ajudar as pessoas a melhorarem suas vidas.

Parabéns! Contem com o nosso apoio em todo o seu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias. V. Exª tenha certeza de que terá nas pessoas dos Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner verdadeiros guardiães na defesa intransigente de boas políticas públicas, independentemente, como V. Exª mesmo disse, de coloração partidária.

Nós queremos fazer um trabalho coerente, responsável, que não vê a questão política pessoal ou partidária, muito pelo contrário. Sou o Presidente para defender boas políticas públicas.

E, principalmente, meu caro Líder do PT, Senador Humberto Costa, que nos honra com a sua presença, agradeço a confiança do seu partido, sobretudo de V. Exª, quando, de forma democrática, nos permitiu... Mesmo se fôssemos ver a questão do número de Senadores, dificilmente teríamos essa oportunidade ímpar. Todavia, de forma coerente e sensata, permitiu-nos assumir esta Presidência. Tenha certeza – e transmita-o à Presidente Dilma – de que vamos agir aqui com coerência e responsabilidade, nunca vendo a questão política partidária ou pessoal, muito pelo contrário, sendo parceiros, aliados no sentido de transformarmos com certeza aquilo que nós pretendemos em uma realidade bem próxima da sociedade brasileira.

Portanto, agradeço a V. Exª, Senador Lindbergh Farias, reafirmando que V. Exª tem, na pessoa do Senador Jayme Campos, um cidadão com muita sensibilidade, até porque eu fui forjado pelo voto popular, Fui prefeito da minha cidade, pela primeira vez, aos 27 anos; feito que repeti por três vezes, ou seja, por 14 anos fui prefeito de uma cidade hoje com quase 300 mil habitantes.

Fui Governador do Estado, sempre me preocupei com as questões sociais, haja vista que, durante minha administração como Governador, construí e tive a oportunidade de entregar 1.104 leitos hospitalares naquele Estado de dimensão continental. Procurei atender às demandas sociais tanto quanto possível – e V. Exª conhece perfeitamente a dificuldade que o Brasil vivencia até na atual conjuntura, a nossa economia; ainda temos programas graves sociais. Mas com trabalho conjunto, sobretudo coerente, vamos buscar soluções para os problemas graves que afetam a população brasileira, sobretudo no campo social.

Muito obrigado pelas suas palavras generosas e bondosas.

Concedo um aparte ao ilustre companheiro, valoroso Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Senador Jayme Campos, caro Senador Casildo Maldaner, eu quero fazer minhas, como bem falou o Senador, sempre Deputado, Moka, colega do PMDB; fazer minhas as palavras de todo um partido que tem muita honra de indicar o Senador Casildo como seu Vice-Presidente. Quero dizer, Senador Jayme Campos, que V. Exª, quando se referia agora há pouco ao Líder do PT, Humberto Costa, agradecendo a forma como o colegiado de líderes definiu, mesmo contrariando a proporcionalidade em tese, para dar ao Democratas, oferecer ao partido a oportunidade de direção de uma comissão da mais alta relevância no aspecto social desta Nação, não fez, Senador Jayme Campos, apenas pela necessidade de ter uma relação interpartidária saudável na Casa, mas fez, principalmente, pelo Senador Jayme Campos.

Estou aqui há um mês e, participando das conversas, dos encontros com os colegas parlamentares, vejo em todos multipartidariamente a unanimidade do conceito de V. Exª. Quando nas distribuições das comissões soubemos que o Democratas iria indicar o Senador Jayme Campos, todos nós do PMDB, do Bloco nos sentimos assim extremamente regozijados. V. Exª tem na Casa, como tem na sua história política, uma sensibilidade, um espírito público, um respeito ao povo que nos encanta.

Por isso, quero me associar a todas as manifestações que por aqui passaram e dizer que, a partir de hoje, temos desafios enormes a alcançar: o subfinanciamento da saúde, o subfinanciamento da Previdência Social, as questões que aconteceram após a melhor de todas as Constituições que o Brasil já teve, que é a de 1988, mas que nos deixaram situações de custo social que precisamos debelar.

O Senador Moka é médico como eu, especialista nesse melhor e maior sistema de saúde pública do mundo, que é o SUS, mas lamentavelmente, precariamente implantado no Brasil por força do financiamento. Mesmo depois de o Presidente Lula e de seu governo ter implementado um gatilho para que os recursos da saúde, ano a ano, possam crescer, ainda assim, estamos com mais de R$30 bilhões de déficit na saúde. E aí vale a pena investir na regulamentação da Emenda nº 29, para tranquilizar a relação entre Municípios, Estados e União, com relação à obrigatoriedade de seus repasses. Vale a pena encontrar uma solução para os oito milhões de aposentados rurais, que nós aposentamos por força da disposição constitucional, fizemos justiça social, mas deixamos um vazio de R$4,2 bilhões por mês na Previdência, por força desse desequilíbrio que a Constituição de 1988 pôde fazer e com aplauso de todos os brasileiros.

Mas precisamos encontrar fórmulas de refinanciamento do sistema previdenciário nacional. E há tantas outras metas, desafios, problemas sociais deste Brasil continental, que muito cresceu nos últimos anos, mas tem muito para crescer. Há uma determinação, quase obsessão santa da Presidenta Dilma com relação à erradicação da pobreza. Enquanto estamos vivendo um período de ajuste fiscal, ajuste duro, ajuste sério, ajuste responsável, a Presidenta ontem ofereceu ao País o primeiro passo efetivo de diminuição da injustiça social ou, como ela quer chamar, erradicação da pobreza, aumentando os valores do Bolsa Família, que é outro instrumento importante – espero, temporal, mas é um outro instrumento importante para diminuir as desigualdades. Seja muito feliz, que Deus ilumine seus passos, que lhe dê a sapiência dos justos e dê a certeza de que vai, na condução desta Presidência, entender que a sua história, seu passado, a sua sensibilidade de governante e, agora, de parlamentar, vão falar mais alto, Tenha em mim um permanente apoiador dos trabalhos desta Comissão, Farei o possível para estar presente aos debates, às discussões, para que possamos oferecer um pouco da nossa história, da nossa condição em favor daqueles que mais precisam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM - MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Vital Rego, pelas palavras generosas e bondosas com que se referiu à minha pessoa. Foi possível, como bem disse V. Exª, quase de forma consensual, mesmo não sendo partido da base aliada, essa determinação, que é fruto naturalmente daqueles que fazem política com respeito. Acima de qualquer coisa, temos que ter o respeito pelo colega. Independentemente de qualquer coisa, sempre procurei fazer desta forma, haja vista que tenho amizades, desde a ex-Senadora Serys Slhessarenko, que era Senadora pelo Estado de Mato Grosso e que hoje infelizmente não se encontra na Casa até o Senador Renan Calheiros, meu amigo há mais de trinta anos, bem como com o meu velho e querido Presidente do Senado Federal, José Sarney, que conheço desde a década de 70. Enfim, isso é fruto de um bom relacionamento, que faz parte da política. A pessoa que faz política com ódio, com rancor, com certeza não é feliz nas suas pretensões. Nesse caso, graças ao bom Deus, tenho um bom relacionamento, independentemente de siglas partidárias, aqui nesta Casa.

Agradeço suas palavras. Vou contar com a presença de V. Exª nesta Comissão para fazermos um belo trabalho na defesa dos interesses da sociedade brasileira.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PMDB - MG) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Sr. Vice-Presidente, Senador Casildo Maldaner, antes de tudo, quero me desculpar com V. Exª porque não pude estar aqui no momento da votação. Eu teria o maior gosto de eleger, juntamente com os demais companheiros da Comissão de Assuntos Sociais, os nossos dois dirigentes da mesa diretora da Comissão de Assuntos Sociais. No entanto, eu estava o Palácio do Planalto em reunião e, quando aqui cheguei, o processo já havia se passado. Mas eu gostaria de registrar aqui a minha alegria e satisfação de ver ambos dirigindo esta Comissão, o que nos dá a certeza de que teremos aqui uma condução democrática, correta e um trabalho sério no sentido de tratarmos adequadamente os principais temais sociais do nosso País.

Para mim, a atuação nesta Comissão é fundamental porque, de todas as opções que tive de participação em Comissões, a minha primeira escolha era exatamente a Comissão de Assuntos Sociais, pelo fato

de que já de muito tempo tenho militância nessa área, fui Deputado Estadual, Deputado Federal, Vereador, no Parlamento sempre trabalhei temas como previdência, assistência e particularmente saúde.

No Executivo, tive a possibilidade de trabalhar na Secretaria de Saúde de Recife, como Secretário, e depois como primeiro Ministro da Saúde do Governo Lula. Como tal, tenho uma forte vinculação com essa temática. Então, essa era a minha primeira opção de participação em termos de comissão.

Aqui pretendo, juntamente com V. Exªs, discutir especialmente a pauta da saúde, que hoje é extremamente importante. Por qualquer que seja o critério que nós venhamos nos pautar, temos hoje um grave problema na área da saúde no Brasil, que é financiamento. Após o fim da CPMF, passamos a viver cronicamente uma carência de recursos para essa área. Obviamente, não estamos negando aqui problemas de gestão, de gastos mal feitos, ralos, enfim, que existem na área da saúde, mas é inegável a necessidade de que tenhamos mais recursos.

A própria Presidenta Dilma, em Sergipe, perguntada pelos governadores, disse claramente que era preciso responder três questões. A primeira questão é se realmente, no Brasil, nós gastamos muito ou pouco com saúde. E, como eu disse, por qualquer parâmetro internacional, nós gastamos pouco. Se nós observarmos o gasto total com saúde em relação ao PIB do Brasil, comparando-se com outros países, nós temos um dos menores gastos entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Se nós formos discutir a proporção do gasto público em relação ao gasto total em saúde, também essa participação é muito pequena. Países que têm sistemas universais como o nosso pretende ser não gastam menos de 70% do gasto total em saúde que não seja público. Enquanto que, no Brasil, dependendo do estudo, vamos encontrar de 38% a 45% do gasto total em saúde sendo público, o que é realmente muito pouco. Portanto, vamos nos deparar, respondendo a essa pergunta da Presidente, que nós gastamos pouco.

A segunda pergunta que ela fez é se nós temos problemas de gestão que terminam fazendo com que nós gastemos pouco e mal. E a resposta também é positiva. Nós gastamos pouco e gastamos mal. Então, até para que nós possamos pedir à população brasileira que ela conceda-nos mais recursos para a área da saúde, nós precisamos fazer um trabalho para melhorar a gestão, para fazer com que os recursos sejam gastos com maior eficiência, para garantirmos que todos os gestores possam efetivamente cumprir com suas responsabilidades. Há um tema muito importante que é a responsabilidade sanitária, a responsabilidade com a saúde, em torno do qual já existem projetos tramitando nesta Casa, na Câmara dos Deputados. Eu próprio vou apresentar, muito em breve, um projeto tratando dessa temática. E nós precisamos exatamente dar à população a garantia de que os recursos que ela vai aportar à saúde serão gastos no interesse da população. Então, discutir esse tema também é fundamental.

E a terceira pergunta que ela fazia é se nós estamos realmente com o foco adequado. O Governo atual entende que precisamos estabelecer esse foco e todos nós concordamos em torno da atenção básica ao programa de saúde da família ou da estratégia da saúde da família. E esta Comissão, sem dúvida, terá um papel muito importante no enfrentamento de todas essas questões, inclusive por intermédio da Subcomissão de Saúde. E eu queria, desde agora, se não houver nenhum outro companheiro interessado em encabeçar essa Subcomissão, apresentar a V. Exª o meu nome para que pudesse ser apreciado pelos demais Senadores, por V. Exª também, no sentido de podermos trazer esses temas da saúde para esta Comissão.

Eu queria, por último, só informar que eu estive, agora, com o Ministro Padilha e, na primeira terça-feira depois do Carnaval, haverá, lá na Câmara dos Deputados, um grande evento, com participação da Frente Parlamentar da Saúde e de diversos movimentos da área da saúde, dos Conselhos de Saúde, dos Conselhos de Secretários Estaduais e Municipais, fazendo um grande debate sobre financiamento e demais aspectos da política de saúde. Seria fundamental que todos nós pudéssemos, também, representar o Senado nesse debate, nessa discussão.

No mais, tenho certeza de que V. Exª terá um grande desempenho e de que nós vamos, em conjunto, aqui, contribuir fortemente para melhorar, para a população brasileira, as nossas políticas sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

V. Exª tem a experiência de quem trabalhou não somente como Secretário de Saúde do seu Estado, na cidade de Recife, mas como Ministro – foi exemplo de Ministro, temos de reconhecer de público, dentro de suas limitações e sobretudo naquele momento difícil. Ninguém pode desconhecer o trabalho competente e operoso que V. Exª fez à frente do Ministério da Saúde.

Como V. Exª pretende e pleiteou, aqui, essa Subcomissão, acho que não tem pessoa mais indicada para exercer essa Subcomissão desta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu queria exatamente referendar. Também concordo. Eu acho que, dentro da Comissão, certamente, não há nenhum tipo de ... Ao contrário, acho que o Senador Humberto dará a essa Subcomissão

uma densidade importante, pela experiência, pela sua formação e pelo fato de ter sido Ministro da Saúde.

Permita-me, pois me esqueci, na minha fala... A Senadora Lúcia Vânia, que não pôde estar aqui, encarregou-me de transmitir aos Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner que ela não pôde mas será, certamente, um membro titular importante, atuante, e que deseja que os dois Senadores tenham êxito frente à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado, Senador Moka.

Senador Humberto, diante da reafirmação e do apoio do Senador Moka, V. Exª, com certeza, vai ser unanimidade da Casa. Até poderia, tendo em vista que também é médico, pleitear. No caso, particularmente, V. Exª já está assegurado, aqui, na Presidência dessa Subcomissão.

Muito obrigado por suas palavras.

Concedo a palavra ao companheiro, amigo, por quem tenho a maior admiração, o maior respeito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Sr. Vice-Presidente Casildo Maldaner, primeiro, quero expressar aqui, abertamente, meu voto favorável. Sou Senador suplente na Comissão de Assuntos Sociais, mas quero que seja considerado o meu voto, porque observei, aqui, que faltou um dos titulares. Portanto, tenho o direito de votar e quero manifestar o meu apoio a ambos, e desejar-lhes o maior êxito.

Também quero falar da minha disposição de colaborar para que os trabalhos da CAS sejam os mais bem sucedidos e expressar o meu apoio à decisão de V. Exª de aceitar a disposição do Senador Humberto Costa, nosso Líder, de presidir a Subcomissão de Saúde. Considero muito relevante que o Dr. Waldemir Moka, Senador pelo PMDB e médico, tenha também referendado, uma vez que o Senador Humberto Costa tem, conforme ressaltaram, grande experiência e conhecimento. Por ter sido, inclusive, Ministro da Saúde, ele, certamente, muito colaborará para essa finalidade.

Dentre as iniciativas para colaborar com esta Comissão, Presidente Jayme Campos, está já em mão de V. Exª o requerimento que apresentei na Comissão de Assuntos Econômicos e que, dada a sua relevância, também aqui apresento na Comissão de Assuntos Sociais, assinado pelos quinze Senadores do Partido dos Trabalhadores, para que possamos realizar audiência pública conjunta no âmbito dessas duas Comissões e debater, possivelmente em dois ou três encontros, a principal diretriz do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, de erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade com garantia de futuro para todos os discriminados da sociedade e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar estes objetivos. Para isto, está proposta uma lista significativa de autoridades do Governo, todas relacionadas diretamente ao assunto, como os Ministros Antonio Palocci, da Casa Civil, Guido Mantega, da Fazenda, Miriam Belchior, do Planejamento, Carlos Lupi, do Trabalho, Tereza Campelo, do Desenvolvimento Social, Garibaldi Alves, da Previdência, Afonso Bandeira Florence, do Desenvolvimento Agrário, Gilberto Carvalho, Secretário-Geral da Presidência, Ana Fonseca, Secretária Extraordinária da Erradicação da Pobreza, Paul Singer, de Economia Solidária, Marcio Pochmann, Presidente do IPEA, José Augusto Guarnieri Pereira, o primeiro Prefeito de Município que aprovou lei na direção instituir uma renda básica de cidadania, Professor Philippe Van Parijs, fundador principal da rede mundial da renda básica, Guy Standing, outro co-fundador, e os professores especializados no assunto da erradicação da pobreza João Sabóia, Marcelo Neri, Sônia Rocha, Ricardo Paes de Barros, Lena Lavinas e Fábio Waltenberg.

Sr. Presidente, se houver sugestões de outros nomes, serão bem-vindos. Mas gostaria de informar que o requerimento foi aprovado ontem, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos, tal como ele se apresenta. O objetivo é que essas audiências públicas possam ser feitas em colaboração da CAE e da CAS.

Assim, Sr. Presidente, submeto a V. Exª o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço as palavras do Senador Eduardo Suplicy e declaro encerrada a presente reunião. Diante da solicitação de V. Exª, convoco a segunda reunião extraordinária, para que possamos aprovar o seu requerimento.

(Levanta-se a Reunião às 10h38min.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos, do dia dois de março de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senador Jayme Campos, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ri-

cardo Ferraço, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer o Senador Eduardo Amorim e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano. Justifica ausência o Senador João Durval. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, que se destina ao planejamento dos trabalhos da Comissão para o biênio 2011/2012. A Presidência submete ao Plenário da CAS a sugestão de horário para as Reuniões. Resultado: Fica estabelecido pela Comissão que suas Reuniões ocorrerão às quartas-feiras, 09 horas. EXTRAPAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011 – CAS. *Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta, no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), para debater, possivelmente em dois ou três encontros, a Diretriz Principal de Governo da Presidenta Dilma Rousseff de "erradicar a pobreza absoluta", "promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores discriminados na sociedade" e promover os instrumentos que serão utilizados para alcançar esses objetivos. Para tanto, indicamos, como convidados-expositores, as autoridades e os professores e pesquisadores a seguir nomeados: Antonio Palocci, Ministro Chefe da Casa Civil; Guido Mantega, Ministro da Fazenda; Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego; Tereza Campelo, Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social; Afonso Bandeira Florence, Ministro de Desenvolvimento Agrário; Gilberto Carvalho, Secretário-Geral da Presidência da República; Ana Fonseca, Secretária Extraordinária de Erradicação da Pobreza; Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; Marcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); José Augusto Guarnieri Pereira, Prefeito de Santo Antonio do Pinhal-SP; Philippe Van Parijs, Co-fundador e Presidente do Conselho Consultivo Internacional da Basic Income Earth Network (BIEN), Professor da Universidade Católica de Louvain, Bélgica, e Professor-visitante da Universidade de Harvard (USA); Guy Standing, Co-fundador e Co-presidente de Honra da Basic Income Earth Network (BIEN) e Professor da Universidade de Bath (UK); João Sabóia, do Instituto de Economia da UFRJ; Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Sonia Rocha, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS); Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Lena Lavinas, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Fábio Waltenberg, do Centro de Estudos sobre Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense (CEDE-UFF).* Autoria: Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio do Amaral, Humberto Costa, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Wellington Dias, Aníbal Diniz, João Pedro, José Pimentel, Walter Pinheiro e Senadoras Ângela Portela, Ana Rita, Gleisi Hoffman e Marta Suplicy. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e o Senador Jayme Campos, Presidente da CAS. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se ao planejamento dos trabalhos da Comissão para o biênio 2011/2012.

Submeto ao Plenário a possibilidade de esta Comissão reunir-se às quartas-feiras, às 9 horas.

Em discussão.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler. É um requerimento, nos termos do art. 58, proposto pelo ilustre Senador Eduardo Suplicy. Já foi praticamente lido, mas vou ler aqui apenas o cabeçalho deste requerimento:

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS), para debater, possivelmente em dois ou três encontros, a diretriz principal do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, de erradicar a pobreza absoluta, promover a igualdade com garantia de futuro para os setores discriminados da sociedade e promover instrumentos que serão realizados para alcançar estes objetivos.

O Senador Suplicy já fez uso da palavra? *(Pausa.)*

Quero colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas seria importante que, depois, V. Exª, o Presidente Delcídio Amaral, da CAE, e a Secretaria de Organização verificassem qual seria a melhor sequência e dias, de comum acordo, para que ambas as Comissões possam realizar essas audiências sobre o objetivo principal da Presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Asseguro a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, que vou manter contato com o Senador Delcídio Amaral, Presidente da CAE, e marcamos a data para convidar as ilustres autoridades nominadas por V. Exª neste requerimento.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia dezesseis de março de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senador **Jayme Campos,** com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amelia, Lúcia Vânia, Marisa Serrano e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Ricardo Ferraço e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 1ª e 2ª Reuniões, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **EXTRAPAUTA – ITEM 7 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011 – CAS.** "Requeiro, com base no art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas, com a finalidade de analisar e propor soluções para o problema do consumo de álcool e drogas psicoativas pela população brasileira, bem como, acompanhar e debater as políticas públicas direcionadas ao equacionamento da questão, e também tratar desse grave flagelo social que deixou de ser restrito à segurança pública e policial, e passou a ser um problema de saúde pública, que terá como objetivo discutir o "crack" sob todos os aspectos: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada". **Autoria:** Senador Wellington Dias e Senadora Ana Amelia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 1 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2009.** Acrescenta § 6º ao art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito e autorizar o arbitramento da respectiva remuneração. **Autoria:** Deputado Maurício Rands. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2008.** Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 2-CAS) ao PLS 385, de 2008, em Turno Único. Ficam prejudicados o Projeto e a Emenda nº 1-CAE. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF. **ITEM 5 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2010.** Altera a redação do art. 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (que "Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial"). **Autoria:** Deputado Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. Às 10 horas e 20 minutos o Senador Jayme Campos passa a Presidência ao Senador Casildo Maldaner. **ITEM 3 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 86, DE 2008. Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 4 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CAMÂRA Nº 159, DE 2010.** Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais. **Autoria:** Deputado Celso Russomanno. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais. Às 10 horas e 33 minutos o Senador Jayme Campos retoma a Presidência. **ITEM 6 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2010.** Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 8 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011 – CAS.** "Requeiro, nos termos do art. 397, inciso II, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Senhor Garibaldi Alves Filho, Ministro de Estado da Previdência Social, para apresentar as diretrizes e os programas prioritários da sua pasta para os próximos dois anos". **Autoria:** Senadora Ana Amelia e Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado. A Presidência divulga a relação das Senadoras e dos Senadores que demonstram interesse em compor as Subcomissões existentes no âmbito da CAS. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Jayme Campos, Presidente da CAS, e as Senadoras Ana Amelia, Lúcia Vânia e Marisa Serrano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e três minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 1ª e 2ª Reuniões da CAS.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Agradeço a presença das Srªs e dos Srs. Senadores. Antes de iniciarmos a votação dos itens que se encontram na pauta, quero propor inicialmente, com fundamento no art. 53 do Regimento Interno do Senado Federal, o seguinte: a Comissão de Assuntos Sociais, no âmbito das suas competências, possui três subcomissões permanentes, quais sejam: a Subcomissão Permanente de Promoção e Acompanhamento de Defesa da Saúde, criada pelo Requerimento nº 09, de 10 de março de 2005; a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, criada pelo Requerimento nº 12, de 16 de março de 2005; e a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, criada pelo Requerimento nº 11, de 18 de março de 2009, deve ter sido de autoria do Senador Paulo Paim.

Cabe a esta Presidência designar, entre os componentes da Comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição, conforme o art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Contudo, esta Presidência possibilitará às Lideranças que indiquem os Srs. Senadores interessados em compor as referidas subcomissões, assegurando-se a proporcionalidade das representações partidárias ou dos blocos parlamentares, de acordo com o art. 78, combinado com o art. 73, § 1º, do Regimento Interno.

Antes de mais nada, quero esclarecer que já houve manifestações de alguns Senadores que querem participar de algumas subcomissões. E aqui quero registrar, com muita alegria, a manifestação do valoroso e bravo Senador Paulo Paim, da querida Senadora Ana Amelia e do próprio Senador Wellington Dias, que já manifestaram interesse.

Nesse caso, para democratizarmos e facilitarmos a celeridade do andamento dessas subcomissões, proponho aqui, diante do Plenário, que outros Senadores

se manifestem, tendo em vista que são cinco membros por cada Subcomissão. Designados pela Presidência os cinco membros da subcomissão, de lá vamos tirar quem será o Presidente. Penso que facilitaria sobremaneira e daríamos mais celeridade ao andamento das referidas subcomissões.

Portanto, faço uma proposta devida vênia, solicitando que o Plenário se manifeste a respeito dessas indicações, ou seja, quem tiver interesse que se manifeste junto à Secretaria para fazermos a composição de forma proporcional porque, regimentalmente, assim tem que ser.

Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Tenho uma dúvida, Sr. Presidente, que diz respeito aos cinco membros. Quem escolher, por exemplo, a Subcomissão de Saúde, ficará somente nessa subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Imagino que sim, tendo em vista que são cinco membros na subcomissão, mas se eventualmente não tivermos outros Senadores manifestando interesse em participar, penso que não há nenhum impedimento legal para que os Senadores participem de mais de uma subcomissão.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só para ajudar no encaminhamento, permita-me uma sugestão pela experiência de tantos anos na Casa.

As subcomissões são muito difíceis de funcionar, porque já temos, se não me engano, 13 Comissões. Se multiplicarmos pelo número de subcomissões em cada Comissão, é muito complicado. Então, para ajudar a sua reflexão, se ficarmos cada um de nós nessas subcomissões e ela funcionar bem – e é difícil acompanharmos tudo –, calcule estarmos em três ou quatro Comissões cada um e em três ou quatro subcomissões. E as subcomissões teriam que se reunir muitas vezes no mesmo horário. Só para ilustrar, mas nada impede de quem entender ficar em uma, duas ou três subcomissões, assim o fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. A ideia é louvável, tendo em vista que reconhecemos que, muitas vezes, as próprias Comissões Permanentes têm muita dificuldade, imaginem as subcomissões.

Então, seria ideal que os Senadores estivessem em apenas uma subcomissão.

Essa é a proposta.

O Senador Wellington Dias fez a proposta da criação de uma outra subcomissão. Senador Wellington, por gentileza, gostaria que V. Exª prestasse um pouquinho de atenção, na medida em que propôs a criação de uma subcomissão, como a Senadora Ana Amelia. Entretanto, o que acontece? Os assuntos que V. Exª está propondo já estão inseridos na Subcomissão de Saúde. Então, sugiro que V. Exª, a Senadora Ana Amelia e outros Senadores participem dessa Subcomissão de Saúde.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, quero agradecer a V. Exª pela atenção.

Há um tratamento especial nessa área, porque, na verdade, vai fazer uma interface com um conjunto de outras áreas. O que eu queria sugerir, embora participando da Subcomissão de Saúde com o maior prazer e acatando a sugestão, é que, em vez de criarmos uma subcomissão, façamos uma comissão temporária. Vou explicar para que os Srs. Senadores possam compreender.

O objetivo que estamos tratando dá um foco específico que nem o Ministério da Saúde hoje trabalha, é um foco novo. Na verdade, há quinze anos, a Organização Mundial da Saúde passou a dar um novo tratamento à área do dependente químico. E o Brasil, somente em 2005, fez a primeira regulamentação. Então, não há uma estrutura no País ainda adequada para isso. Somente agora que a nossa Presidente Dilma fez o primeiro ato de, mais ou menos, uns quinze que têm de ser feitos na área da educação voltada para a profissionalização.

Estive com o Ministro Alexandre Padilha, e a ideia é que possamos debater aqui as experiências de outros países, algumas experiências já em andamento em vários Estados do Brasil, as experiências do setor privado, de clínicas, de comunidades terapêuticas, enfim.

Então, o que eu queria é que, em vez de fazermos uma nova subcomissão, que é permanente, que pudéssemos ter uma comissão temporária, para que, num prazo predeterminado, como ocorre com a comissão temporária, pudéssemos nos debruçar especificamente sobre o assunto, tratando de um resultado.

Eu compreendo a importância da Subcomissão de Saúde, quero fazer parte dela, porém queria justificar que essa Subcomissão vai tratar de vários temas e, neste caso, a minha tese é a de que precisamos ter um tratamento emergencial e especial.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – PT) – Senador Wellilngton, apenas comunico a V. Exª que é permitido, até por força regimental, ter até quatro comissões. Entretanto, nós temos três comissões permanentes. Via de regra – o Senador

Paulo Paim foi Presidente desta Comissão e conhece bem –, com a criação de uma nova subcomissão, nós teríamos de ter um fato relevante. O tema que V. Exª está propondo para que seja tratado nessa comissão temporária absorveria de imediato essa quarta subcomissão que, eventualmente, num assunto muito importante, num momento de crise no Brasil, nós poderíamos criar. Não sou contra de maneira alguma. Mas o ideal, eu imagino, seria discutirmos essa matéria na Subcomissão de Saúde.

Criarmos a comissão temporária é possível? É possível. Mas, se no futuro quisermos criar uma nova subcomissão para tratar de uma matéria do momento, estaremos impossibilitados de forma regimental.

Agora, coloco em discussão essa proposta do Senador Wellington Dias, até para que, de forma democrática, o plenário tome a decisão que ache melhor para esta Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – V. Exª me permita repetir de forma mais clara. Esse é um tema que não está afeito à área da saúde apenas. O foco que queremos dar é na área da saúde e na área do desenvolvimento social, mas ela vai ter abrangência com outras áreas do campo social. Então, apenas para que ela não ficasse limitada a um tema. Este é o problema que temos no Brasil, ora tratar como um tema de guerra, de batalha, de combate...Para se ter uma ideia, sou da base do Governo, do Partido do Presidente Lula e hoje da Presidente Dilma.

Na época, discutia muito com o Presidente Lula sobre isso. Quem tratava desse tema no Brasil, com todo o respeito que tenho pelos militares, era um general, vinculado à área de segurança institucional da Presidência da República, da área de segurança da Presidência da República. Agora, mesmo no governo da Presidente da Dilma, houve uma mudança, mas foi para o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça vai cuidar lá de traficantes, de uma série de outras coisas.

Mas o tema que nós queremos enfocar é o tema que acho que o Brasil quer debater: é o tema do dependente químico.

Estamos falando... Agora saiu uma pesquisa que o Brasil não tinha, foi feita agora: estamos falando de 18 milhões de pessoas!

Então, eu queria - se V. Exª me permite, sou todo aberto ao diálogo, é apenas neste caso - colocar o enfoque que esta Comissão precisa dar a esse tema. Por isso é que tivemos assim o cuidado de tratar aqui nesta Comissão, porque ela abrange exatamente as áreas principais desse tema.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP- RS) – Presidente, eu havia concordado com essa distribuição da Subcomissão Permanente, como determina o próprio Regimento Interno. Mas eu agora analiso a argumentação extremante convincente do Senador Wellington Dias, já que fiz o requerimento especificamente sobre o crack, que parece a praga do momento, mais grave ainda em função da desagregação social, do problema para as famílias. E o Brasil não tem hoje um tratamento adequado para esses dependentes químicos.

Então, eu concordo com o Senador Wellington para que a Comissão assuma isso e seja definido um prazo para tratarmos desses temas, um prazo da quatro meses, de três meses, porque a Comissão toda se envolveria num tema que é interessante...

O senhor falou de todas as... Eu falei especificamente de uma Subcomissão para o combate ao crack. E todas, porque, como ele disse, a transversalidade do tema entra na questão de saúde, entra na questão de polícia, entra na questão de segurança, entra nas questões familiares, entra nas questões sociais. Todas elas estão envolvidas. Educação também, porque aos arredores da escola há gente vendendo crack.

Então, curvo-me à argumentação do Senador Wellington e concordo com a sugestão dele de que aqui no plenário a gente possa discutir, para que todos debatam essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM - MT) – Senadora Ana Amélia, Senador Wellington, como nós pretendemos aqui democratizar o máximo possível a Comissão, dando oportunidade a todos os Senadores para que tenham a voz ouvida aqui, vou analisar o requerimento de V. Exª e do Senador Wellington Dias e vou amadurecer a ideia, apesar de V. Exªs já terem acompanhado minha opinião, meu ponto de vista de que, na Comissão de Saúde, já está inserido esse tema. Eu imagino que o tema enriqueceria muito mais esta Comissão. Entretanto, creio que não há nenhuma dificuldade diante do fato de que o prazo nós temos que estabelecer nesta Comissão aqui, que seria uma Comissão temporária para estudar a proposta de V. Exªs.

REQUERIMENTO

Requeiro, com base nos arts. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, da Subcomissão Permanente de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e Drogas, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de analisar e propor soluções para o problema do consumo de álcool e drogas psicoativas pela população brasileira, bem

como acompanhar, debater as políticas públicas direcionadas ao equacionamento da questão.

Justificativa

Constam da importância da Comissão de Assuntos Sociais, mas também da diversidade de assuntos que divergem, o contexto desta Comissão, notadamente as questões que envolvem as políticas sociais, as relações de trabalho, defesa e saúde, necessário se faz que tenhamos um foro específico e exclusivo para debate e aperfeiçoamento das matérias relacionadas ao consumo de álcool e drogas no Brasil e mecanismos para o tratamento de dependentes químicos.

Essa Subcomissão Permanente deverá tratar de políticas públicas em andamento pela esfera federal [Faço apenas uma observação aqui: esta Comissão não seria Permanente. Ela seria temporária. Concorda? (Pausa.)], estadual e municipal e integrada com os diversos órgãos competentes: cientistas, redes privadas e comunidades terapêuticas ligadas ao tratamento de dependentes químicos e apoio a suas famílias.

O Senado Federal tem demonstrado preocupação e compromisso com as políticas relacionadas ao controle de consumo de álcool e drogas psicoativas pela população brasileira e considerado importante um debate nacional que traga soluções e aperfeiçoamentos à legislação em nosso País.

Nesse contexto, faz-se necessário a criação da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e Drogas.

Diante do exposto, conto com a colaboração dos meus ilustres pares para a aprovação deste requerimento, devido ao seu elevado alcance social e relação com a saúde pública.

Consulto a Senadora Ana Amelia.

Se V. Exª concordar com os termos que estão aqui, V. Exª poderá também subscrever o requerimento da Srª...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Mas gostaria que o senhor apresentasse o meu requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM –MT) – Com muita honra e com muito prazer. Por favor...

Nós colocaremos em votação os dois requerimentos.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Ele especifica, Presidente, a questão do *crack*... [*Inaudível. Falha na gravação*.]

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM –MT) – Só que teria que ser apenas um.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS.) – Sim, mas será um. Mas eu quero que... [*Inaudível. Falha na gravação*.]

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM –MT) – V. Exª quer que apenas seja lido; mas, de qualquer forma, é para prevalecer um só.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – A ideia de anexar os dois itens tem a minha concordância.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM –MT) – Perfeito!

O requerimento da Senadora Ana Amelia:

Nos termos dos arts. 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação da Subcomissão não permanente, mas sim temporária, de Enfrentamento ao Crack, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a debater esse grave flagelo social que deixou de ser restrito à segurança pública e policial e passou a ser um grave problema de saúde pública.

Essa Subcomissão terá como objetivo discutir o crack sob todos os aspectos: prevenção, informação, educação, tratamento médico, recuperação, legislação, reinserção social de usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada.

É o requerimento da Senadora Ana Amelia.

Coloco-o em votação.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para encaminhar, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como diz V. Exª, essa questão aí do *crack*, do dependente químico, de certo modo se encontra na Subcomissão Permanente de Saúde. Agora, tendo em vista que a proposta do Senador Wellington Dias e também da Senadora Ana Amelia é de que se crie uma Subcomissão para o tratamento temporário da questão, não é uma subcomissão permanente, mas para tratar de uma questão emergencial. É uma proposta que vem a esta Comissão de Assuntos Sociais como um ponto. E ela, como tem um tempo definido... Apenas gostaria de observar que, nesse caso, como já temos três subcomissões permanentes e a recomendação é para que, em tese, cada Senador participe de uma subcomissão... Nesse caso de uma subcomissão temporária para tratar especificamente de uma proposta para o Brasil, nesta Comissão, acho que Senadores que participam eventualmente numa subcomissão permanente ou outra poderiam também participar dessa provisória, dessa que não será permanente. Apenas porque, senão, faltariam até pessoas, tendo em vista o número de componentes desta Comissão. Acho que aí, extraordinariamente, membros de uma subco-

missão, desta ou daquela, poderiam participar dessa subcomissão temporária sugerida pelos Senadores Wellington Dias e Ana Amelia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Casildo Maldaner, a título de informação a V. Exª, nós ouvimos aqui uma sugestão, pela sua experiência, sobretudo como Presidente que foi desta Comissão, do Senador Paulo Paim. S. Exª diz que é muito importante que, se possível, cada cinco Senadores que participam de uma comissão não sejam os mesmos que participam da outra. Tendo em vista a dificuldade para se reunir a própria Comissão, V. Exªs imagine as subcomissões!

Mas, nesse caso, eventualmente, se não tivermos aqui Senadores que manifestem o desejo de participar dessas comissões, não há um impedimento legal para um Senador participar de duas. Muitas vezes, é do interesse do Senador ou da Senadora. Não vejo nenhuma dificuldade.

A proposta de V. Exª será levada em consideração e vamos debatê-la aqui, na Comissão.

Concedo, pela ordem, ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, cheguei ainda a tempo, me parece, de votar.

Quero cumprimentar o Senador Wellington Dias e a Senadora Ana Amelia porque tenho a certeza de que esse assunto do *crack* é um assunto que realmente... Recentemente me reuni com colegas médicos, não quero falar, na comemoração de trinta anos de formação, e nessa discussão, Senadora Ana Amelia, todos eles disseram da importância que tem essa discussão. Porque o *crack*... a droga é um problema sério, mas o *crack* é uma coisa impressionante. É uma coisa, Ana Amelia, que está chegando ao meio rural, o que não tínhamos, eu não me lembro de nada parecido com isso.

Então ao propor essa comissão, essa subcomissão, se essa Comissão colocar como foco nesse momento essa discussão nós estaremos prestando um grande serviço à sociedade. E penso que aqui temos condições de discutir, formatar realmente uma proposta e pedir ao setores organizados, porque esse não é um problema só de governo, temos que envolver... e são inúmeros hoje, até porque se percebe o número de voluntários nessa que é uma causa... porque envolve famílias inteiras. Enfim, a minha participação é apenas e tão somente para parabenizar porque, sem dúvida nenhuma, esse é um assunto que merece toda atenção desta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de, tendo em vista que temos quórum, se me permitem, colocar em votação os requerimentos. Temos quórum pra votar um projeto do Senador Paulo Paim. Eu gostaria de colocar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na verdade é do Deputado Maurício Rands, da Câmara, um projeto muito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato, e V. Exª é o Relator da matéria.

Eu coloco em votação os requerimentos da Senadora Amelia e do Wellington Dias.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu imagino que o Senador Eduardo Amorim gostaria de fazer um comentário. Mas V. Exª me permite, aproveitando o quórum, eu gostaria de colocar o projeto, para que o Senador Paulo Paim lá lesse o seu relatório e depois V. Exª fizesse suas observações.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ITEM 1 - Terminativo

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2009

Acrescenta § 6º ao art. 879 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para facultar a elaboração de cálculos de liquidação complexos por perito e autorizar o arbitramento da respectiva remuneração.

Autoria: Deputado Maurício Rands

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: Votação Nominal.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vou tentar simplificar o relatório, até para que a gente aproveite o quórum. Sei que alguns Senadores tem que estar presente em audiências com ministros.

Mas o projeto, de fato, é do Maurício Rands. Ele acrescenta dispositivo ao art. 879 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, "para permitir", essa é síntese do projeto, "que o juízo trabalhista nomeie o perito para elaboração dos cálculos da liquidação da sentença quando verificar *prima face* que tais cálculos seriam complexos".

Eu já reuni, conversei, inclusive aqui presente, com o Sindicato Nacional Dos Economistas, e não só dos economistas, que nem sempre o perito tem que ser um economista, e todos entenderam que, mediante a fórmula que o projeto foi aprovado na Câmara, atende o interesse de todos. Há inclusive o aval dos próprios setores ligados ao Governo e, por isso, peço aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei da Câmara nº 107.

A votação será nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PP – RS) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amelia?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Jayme Campos, nesse caso, para completar o quórum, ou seja, "sim", não é, Paulo?

Resultado: "Sim, 11.

O resultado foi: aprovado e será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal. Aprovada a matéria com a relatoria do Senador Paulo Paim.

Item 2: Projeto de Lei do Senado Federal nº 385, de 2008. Altera a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e o regime de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relator: Senador Paulo Paim.

Por favor, Senador Paulo Paim, eu gostaria que V. Exª procedesse à leitura do seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse projeto, Sr. Presidente, é do Senador Antonio Carlos Valadares. Foi analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde recebeu emenda, com a qual eu também concordei, naturalmente para ser favorável, pela sua aprovação. Cabe agora a esta Comissão de Assuntos Sociais a decisão terminativa sobre a matéria, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Pergunto à Mesa se temos quórum, Sr. Presidente, porque, se não tivermos quórum, vou ler o relatório, para ver se chega mais algum Senador nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Imagino que sim, não é, Senador?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O projeto confere nova redação ao art. 5º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre a Previdência Social e os regimes previdenciários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria e pensão.

O PLS nº 385 propõe eliminar o prazo para que tal compensação se efetue, hoje estipulada em 5 de maio de 2010.

Não foram oferecidas emendas à proposta.

Análise.

A compensação financeira entre o Regime Geral da Previdência Social e outros regimes próprios está abrangida na esfera da Previdência Social, normas que, com esse conteúdo, estão entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da nossa Constituição.

Cabe, assim, ao Congresso Nacional a competência de legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Observados esse pressupostos, temos que a proposição não apresenta nenhum vício quanto à sua inconstitucionalidade, nem de ilegalidade, no que concerne ao seu aspecto formal. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, vários entes federados instituíram regimes próprios de Previdência Social, abar-

cando funcionários, antes regidos pela CLT, e, portanto, segurado o regime geral da nossa Previdência.

O § 9º do art. 201 da Constituição assegurou, para efeito de aposentadoria, a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade pública, devendo diversos regimes de Previdência Social compensar isso financeiramente, na forma da lei, oi seja, fazendo a devida adequação.

Ocorre que, passados mais de 21 anos da promulgação da nossa Carta, tal compensação ainda não foi concluída, em vista das dificuldades encontradas para levantamento das informações preteridas relativamente aos trabalhadores que mudam do regime previdenciário. Por um lado, tem-se os regimes previdenciários de origem: aqueles aos quais os trabalhadores estiveram vinculados sem deles receberem aposentadoria ou pensão. Por outro, os regimes instituidores: os responsáveis pela concessão e pagamento de benefícios de aposentadoria e pensão a estes trabalhadores com tempo de contribuição no outro regime.

Ocorre que vários regimes instituidores, por não conseguirem concluir o levantamento de dados necessários, ainda não obtiveram qualquer

compensação financeira relativa às contribuições antes vertidas aos regimes de origem.

A Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, estipulou que os regimes instituidores deveriam repassar aos de origem, até 5 de novembro de 2000, as informações relativas aos benefícios concedidos após 5 de outubro de 1988 e ainda em manutenção.

Em vista da exiguidade do prazo estipulado, nova data foi estabelecida no art. 12 da Lei nº 10.666, de 5 de maio de 2003: 5 de maio de

2002. Contudo, mais uma vez constatada a impossibilidade de cumprimento da data limite estipulada, mais três prazos foram estabelecidos, mediante sucessivas alterações do art. 12: 5 de maio de 2004, de 2007 e, por último, de 2010.

Agora, diante da necessidade de mais uma reformulação de

prazo, faz-se necessário buscar uma alternativa que possa efetivamente ser cumprida. E é justamente isso que o PLS nº 385 busca fazer. Contudo, não da melhor forma, já que simplesmente elimina a previsão de qualquer prazo, deixando a situação jurídica vinculada à compensação financeira entre os regimes de previdência demasiadamente frágil.

É por essa razão que aí eu concordo com a proposta apresentada pela CAE, que faz um cronograma de até cinco anos para que haja o repasse da totalidade das informações e, melhor, com a determinação de que os regimes instituidores não tenham direito à compensação financeira relativa aos dados não enviados em conformidade com o cronograma, o que deve constituir incentivo contra a morosidade. Ou seja, que se faça a devida prestação.

Não obstante, a solução proposta pela CAE, embora correta do

ponto de vista constitucional e de mérito, apresenta problemas de ordem

jurídica e de técnica legislativa. No primeiro caso, deixa de revogar,

explicitamente, o art. 12 da Lei nº 10.666, de 2003. No segundo, mantém o texto do art. 1º proposto no PLS nº 385, adicionando outro artigo com o cronograma proposto, quando a boa técnica aponta para a modificação do próprio art.1º e pela apresentação das mudanças na forma de um substitutivo.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 385, de

2008, nos termos do substitutivo.

O que na verdade eu faço é uma adequação concordando com a proposta da CAE, que dá mais cinco anos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Após o Senador Paulo Paim, ninguém deseja mais se manifestar?

Vamos fazer uma contagem da plenária, tendo em vista que a matéria tem caráter terminativo. Temos aqui quórum qualificado de dez, aguardando apenas mais um Senador. Neste caso, com a presença de mais um Senador poderemos votar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso. O relatório fica lido e, quando tivermos quórum, seguindo a orientação de V. Exª, votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como não temos o quórum qualificado ainda, fica lido o relatório. Para a próxima sessão, tendo quórum...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ou se chegar, eventualmente, se me permite, Sr. Presidente, um Senador ainda nesta sessão, a gente poderia votar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Perfeitamente.

Ouço o plenário, se concordam com a observação do Senador Paulo Paim.

Vamos aguardar, uma vez que temos aqui quase quórum suficiente, faltando apenas um Senador. Como não estamos encerrando o nosso trabalho aqui, vamos aguardar um pouco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Chegou a informação de que o Senador Wellington só foi assinar a lista de presença na CAE e está vindo para cá. Eu estou segurando aqui, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Estamos aguardando, então, o Senador Suplicy, que

já está a caminho. O Senador Wellington Dias também foi apenas marcar presença.

Neste caso, suspendo a reunião por cinco minutos, aguardando, naturalmente, a presença de Senadores.

Resolvida a situação de votação.

Após a leitura do Senador Paulo Paim, a matéria já foi posta em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão e passamos à votação.

Como vota o Senador João Durval?

(Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Senador Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amelia?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Amorim?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente, a favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Acaba de chegar a Senadora Marisa Serrano.

Gostaria de saber como V. Exª vota a matéria relatada pelo Senador Paulo Paim.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Vou me abster de votar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Uma abstenção.

Resultado: 11 votos "sim" e uma abstenção.

Aprovado.

Fica prejudicado o projeto da Emenda nº 1, da CAE.

A matéria vai ao turno suplementar – art. 282, combinado com o art. 29.

Portanto, a matéria relatada pelo Senador Paulo Paim foi aprovada.

Convido o Senador Casildo Maldaner, nosso Vice-Presidente, a assumir a Presidência porque vou relatar uma matéria.

Peço a V. Exª que nos dê a honra de assumir a Presidência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sei que hoje temos um dia tumultuado, com várias comissões funcionando, votação na Comissão de Assuntos Econômicos dos Conselheiros do Cade, mas eu queria fazer um apelo.

Já soube que V. Exª falou sobre a Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência, que tem um trabalho fantástico nesta Casa. Sei de vários Senadores que militam nessa causa, como o Senador Wellington Dias, o Senador Paulo Paim, a Senadora Ana Amelia.

V. Exª instou os Senadores a se colocarem à disposição para participar das subcomissões e, nesse sentido, eu queria fazer um apelo aos Senadores. Acho que seria muito importante se, na próxima semana, já pudéssemos acabar de formar essas subcomissões e começar o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Já está registrada a observação de V. Exª.

A propósito, diante da forma democrática pela qual queremos conduzir os trabalhos desta Comissão, gostaria de comunicá-lo que há havíamos feito uma proposta no sentido de que os Senadores e as Senadoras manifestassem seu interesse quanto à sua participação nas três subcomissões permanentes.

Registramos a sua manifestação, assim como a do Senador Paulo Paim, da Senadora Ana Amelia, do

Senador Eduardo Amorim e do Senador Wellington Dias. Estamos aguardando. Por força do Regimento, o ideal seria que as lideranças partidárias fizessem as indicações, mas não há impedimento legal a que o Senador se manifeste aqui e, de forma proporcional, nós fazermos as instalações das subcomissões.

V. Exª já manifestou há tempo o seu interesse, assim como o Senador Humberto Costa. Estamos aguardando que os demais membros desta Comissão se manifestem para instalarmos as subcomissões. Acho que, no máximo na semana que vem, já será possível estarem em pleno funcionamento essas subcomissões desta Comissão de Assuntos Sociais.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para fazer referência a algo de que já estivemos tratando.

Penso que seria prudente termos um procedimento em que os parlamentares pudessem se apresentar na Secretaria da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas isso já foi dito, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Já foi dito?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já foi dito...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... que se manifestem junto à Secretaria. Inclusive, alguns já encaminharam de forma oficial, como é o caso do Senador Eduardo Amorim, que já se manifestou de forma oficial. Alguns já registraram e temos que levar em consideração mesmo sendo de forma oral.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, pela ordem.

Como autores, eu e Senadora Ana Amélia, nessa subcomissão aprovada há pouco, quero dizer que o Senador Waldemir Moka se dispõe a participar, o Senador Eduardo Amorim também se dispõe a participar, estamos praticamente completando...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Há algum limite de participação?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Penso que temos que estabelecer um prazo: 90 dias. Se eventualmente não for suficiente, podemos prorrogar para mais 30 ou 60 dias. Acho que 90 dias seria um prazo razoável. Se não for possível concluirmos o trabalho que V. Exªs estão se propondo a fazer, prorrogaríamos por mais 60 dias.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Gostaria que a Secretaria pudesse... Além da subcomissão, na questão levantada pelo Senador Wellington Dias – não sei se há impedimento na questão de Senadores por partido –mas gostaria de participar da subcomissão proposta pelo Senador Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Gostaria que V. Exª se manifestasse por escrito para que a Secretaria tomasse conhecimento desse interesse.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Eduardo Amorim, parece que V. Exª quer fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, ainda há tempo e quero aqui manifestar e parabenizar o Senador Wellington Dias e a Senadora Ana Amélia pela propositura dessa recém criada subcomissão tão importante, porque como médico e ex-Secretário da Saúde, portanto um pouco conhecedor de toda a fragilidade que o nosso País tem no tratamento adequado de pessoas que entram nesse labirinto, sei que se não tiver alguém que abra a porta pelo lado de fora, dificilmente sairão sozinhos desse labirinto que é o mundo das drogas, especialmente do *crack*, pelo seu acesso fácil, pela perversidade da droga em si.

Então, parabenizo os mesmos por essa sugestão e que possa ser muito profícuo. E que essa subcomissão dê um norte ao nosso sistema de saúde, às autoridades competentes, para que possamos recuperar esses jovens, sobretudo os adolescentes, vítimas que são desse mal que atinge toda a nossa sociedade.

A sociedade, independente da condição econômico-social, vive essa fragilidade que precisamos combater de forma veemente. Mas também precisamos oportunizar aqueles que lá adentraram para que encontrem a porta de saída. Sei que não é fácil, porque, como conhecedor, sei que a droga é muito perversa. Quando ela se liga aos receptores cerebrais para que haja o desligamento disso e para que não haja mais o vício, tem que haver muita abnegação, muito trabalho. Por isso, precisamos que o nosso SUS tenha realmente uma condição efetiva e seja muito clara, muito fácil, o acesso seja muito claro e transparente e que possibilite a todos buscar essa porta de saída.

Parabenizo aos dois pela iniciativa. Contem conosco naquilo que conhecemos, na nossa disposição, com a nossa energia, porque acho isso muito importante. Hoje, como vivemos, é muito difícil, o sistema é muito frágil. Vemos associações, entidades buscando esse trabalho, quando na verdade deveria ter como principal condutor o Poder Público. Parabéns.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Considerando que teremos trabalho neste semestre até 15 de julho, gostaria só de propor o prazo até lá para que pudéssemos aproveitar bem este semestre a metade de julho para os trabalhos dessa subcomissão. Se, porventura, for necessário algum adicional... Mas, nesse caso, seria em torno de 120 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Espero que a subcomissão, nesse prazo de 90 dias, com certeza, apresente as ideias e as propostas aos Srs. Senadores. Todavia, não há nenhum impedimento, Senador Wellington Dias, e, se for preciso e exigir-se uma protelação dos prazos, vamos concedê-la, com certeza. Agora, se for possível concluirmos os trabalhos até o recesso do mês de julho...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Correto!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...estaremos de parabéns. V. Exª está de parabéns!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo, pela ordem, a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria de informar a V. Exª que gostaria de participar também da comissão permanente dos deficientes. É importante para o País. Lembrei, aqui, do ex-Senador Flávio Arns, que hoje é Vice-Governador do Paraná, e que nesta Casa foi, durante muitos anos, um grande defensor da área. S. Exª lutou enormemente, e temos que continuar o trabalho dele. Acredito que todos nós aqui vamos fazer isso. Quero, portanto, colocar-me à disposição da Comissão, pelo meu partido, para atuar nessa comissão permanente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pleito de V. Exª está registrado. Todavia, gostaria imensamente, se possível, que V. Exª o fizesse por escrito, porque já estamos aqui com o Senador Lindbergh, V. Exª e outros Senadores. Então, que manifestasse junto à Secretaria, aqui, para que, durante esta semana, se possível, já tenhamos algumas subcomissões praticamente instaladas para, já na semana que vem, darmos andamento aos trabalhos.

E, aqui, não podemos deixar de registrar o trabalho do operoso e competente Senador Flávio Arns em relação a esse assunto, sobretudo dessa problemática enorme que vivenciamos no Brasil. O Senador Flávio Arns foi muito competente, defendeu os portadores de deficiências e a adoção de políticas públicas importantes para o povo brasileiro, principalmente para aqueles menos afortunados. V. Exª muito bem se referiu a esse valoroso Senador, hoje Vice-Governador do Paraná, Flávio Arns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para ajudar no encaminhamento. As quatro comissões estão decididas. Eu já encaminhei o requerimento quanto à Comissão de Emprego e Previdência. Mas seria importante que voltássemos para a pauta para aproveitar o quórum, porque há diversos projetos terminativos. Sem querer...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Terminativos, são dois. V. Exª é Relator, por sinal...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E sou autor de um.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É. Já foram votadas as duas matérias. Estamos aguardando uma. (*Pausa*.)

Ah, pois não!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se pudermos votar rapidamente...

Sr. Presidente...

Pela ordem, Sr. Presidente. Se pudermos votar o item 5, do qual sou Relator... Porque preciso ir a outra comissão, para votar, imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro!

Item 5 da pauta. Vamos inverter a pauta aqui, é bom que se esclareça, hein! Vamos inverter a pauta e vamos passar ao item 5:

ITEM 5 - Não Terminativo

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2010

Altera a redação do art. 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (que "Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial").

Autoria: Deputado Paulo Paim

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Gostaria de passar a palavra ao Senador Suplicy para a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, essa proposta, de autoria do então Deputado Paulo Paim, altera a lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial para, após a destruição ou inutilização da marca falsificada, destinar os produtos preservados a entidades de assistência social, legalmente constituídas, sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas necessitadas.

A proposição é composta, além da cláusula de vigência, por um único artigo, que acrescenta parágrafo único ao art. 202 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei da Propriedade Industrial), com o seguinte teor: "Sempre que possível a destruição ou inutilização da marca falsificada, com a preservação dos produtos, a autoridade que determinar a apreensão destiná-los-á, de imediato, a entidades de assistência social, legalmente constituídas, sem fins lucrativos, para distribuição a pessoas necessitadas".

O autor esclarece que não pretende *extinguir os meios de defesa da propriedade industrial*, mas apenas propor *uma solução menos drástica, diferente do inconcebível sistema atual, que possibilite, sem desvirtuar o valor patrimonial do produto consubstanciado na marca, sua utilização pelos milhares de carentes existentes no país*.

Não foram apresentadas emendas.

O projeto cuida de Direito Comercial, matéria inserida na competência privativa da União, nos termos do art. 22 da Constituição, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material,, esteja em conflito com o teor da proposição. Assim não há qualquer óbice quanto à constitucionalidade.

No mérito, concordamos com a avaliação do autor da proposta.

A legislação atual permite ao interessado – titular o direito de utilização exclusiva da marca – requerer a apreensão e a destruição da marca falsificada, ainda que isso implique destruição dos produtos contrafeitos. Permite ainda requerer a destruição dos produtos.

Frequentemente, os produtos falsificados não cumprem requisitos mínimos de qualidade e segurança para serem utilizados pelas pessoas, nem mesmo por aquelas mais necessitadas. Todo cidadão, não importa quão humilde, tem direito à tutela do Estado no que tange à proteção contra riscos causados por produtos sem condições técnicas mínimas de comercialização.

Há, contudo, situações em que os produtos falsificados, embora não se compara à qualidade dos produtos originais, têm condições de serem utilizados satisfatoriamente pelos consumidores e não apresenta risco a sua saúde ou a sua segurança. Nesses casos, a sua destruição seria um desperdício inaceitável de riqueza, uma vez que capital, organização e trabalho humano foram despendidos para a sua produção.

Apresento emenda somente para tornar mais claro o texto e apontar com precisão as entidades as quais os produtos poderão ser destinados.

Assim, Sr. Presidente, o meu parecer é favorável com essa simples emenda de redação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir,...

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MA) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MA) – Quero, aqui, pedir uma explicação ao Senador Paim sobre a questão dos produtos falsificados, no que diz respeito a escolha daquilo que é possível ser destinado à assistência social e quais produtos que não serão escolhidos para esse fim. Esta é uma dicotomia que, acredito, temos de tomar cuidado, principalmente por termos debatido nesta Casa a questão da pirataria, de produtos falsificados no mercado. Eu, que venho de uma região de fronteira, assim como V. Exª, nossos Estados fazem fronteira com a Bolívia e o Paraguai, respectivamente, tenho sempre discutido questões como essa. Portanto, causa-me estranheza não termos um parâmetro para vermos o que é possível, aquilo que não prejudica. Uma coisa é o resultado do contrabando. Isto sim é colocado à disposição das entidades, com toda a certeza. Agora, o produto pirata, ou seja, aquele há um similar, aí eu não sei como vamos fazer para recolhê-lo.

Gostaria de ouvir o Senador Paulo Paim a esse respeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Marisa Serrano, primeiro, dizer que conversamos com o Ministério da Justiça – o Ministério da Saúde tinha o entendimento que poderia fazer uma emenda de correção com esse objetivo –. Depois acertamos que será feita essa emenda de correção, se necessário, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo, qual é o objetivo do projeto? Querendo ou não, ainda vivemos em um País onde milhões de pessoas vivem em estado de miséria absoluta. Então, se conseguirmos que o material contrabandeado ou mesmo falsificado, ou até que não haja nada contra, inclusive por parte do Ministério da Indústria e do Comércio, ouvindo os próprios empresários, consiga, mediante regulamentação que será feita no Executivo, assegurar que todo produto apreendido se queira e se mostre com qualidade de uso seja doado a instituições chamadas filantrópicas, enfim, sem fins lucrativos.

Esse é o objetivo, mas vai, naturalmente, o Ministério da Justiça fazer a devida regulamentação depois da aprovação da lei.

A assessoria passa aqui inclusive que já há um acordo que diz o seguinte:

Acordo sobre o aspecto de direito de propriedade intelectual relacionada ao comércio – acordo TRIPs.

Estabelece o art. 46: A fim de estabelecer um elemento de dissuasão eficaz contra violações, as autoridades judiciais terão o poder de determinar (estou simplificando) que bens, que se tenha determinado sejam bens que violem direitos de propriedade intelectual, sejam objeto de disposição fora dos canais comerciais, sem qualquer forma de compensação, de tal maneira a evitar qualquer prejuízo ao titular do direito, ou, quando esse procedimento for contrário a requisitos (que firam a Constituição).

Ou seja, já há inclusive um acordo com esse objetivo de que os materiais possam ser doados para efeito de atender aqueles que mais precisam.

Este é o objetivo do projeto.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Se me permite, Presidente, há algo na proposta – não deu para ver aqui ainda toda a alteração e principalmente as emendas colocadas – que vai ser regulamentado ainda? Porque ele vai precisar ser regulamentado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Faço uma observação, Senadora Marisa Serrano, de que essa matéria ainda vai ser encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E vai ser regulamentada ainda pelo Executivo.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o parecer ao Projeto de Lei nº 62, de 2010, e as Emendas nºs 1 e 2, do Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o parecer, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Passo a Presidência ao ilustre Senador Casildo, para que eu possa pedir o reexame de uma matéria de que sou relator e outro projeto porque posso relatar.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Recebendo a incumbência, em função de que o nosso Presidente Jayme Campos é relator de duas matérias, eu passo a ler a ementa da proposta.

ITEM 3 - Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 86, DE 2008

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Autoria:** Senador Marconi Perillo **Relatoria:** Senador Jayme Campos

Observações: - *Em 13/04/2010, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA aprovou*

Parecer contrário ao Projeto.

- Em 19/08/2009, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCT.

- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

- Votação Nominal.

Concedo, portanto, a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, comunico a V. Exª que vou retirar o item 3 da pauta para fazer um reexame da matéria.

Então, gostaria de solicitar a V. Exª que coloque o próximo item, de que sou relator.

Esse item 3 eu solicito que a Secretaria retire de pauta para o reexame da matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – E, tendo em vista....É sobre a matéria?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, eu havia solicitado ao nosso Senador Jayme Campos que ele pudesse retirar a matéria porque está sendo, na verdade, apresentada uma emenda substitutiva e há interesse tanto do Ministério da Saúde, da Anvisa, como do Ministério da Agricultura de ter um pouco mais de tempo para analisar essa proposta para emitir um parecer.

Eu aproveito inclusive esta oportunidade para dizer que vamos tentar introduzir uma prática diferente em relação ao tratamento que, muitas vezes, é dado aos órgãos do Governo em relação a projetos de parlamentares, tanto na Câmara quanto no Senado. Às vezes, por pequenos problemas, surgem opiniões contrárias ao encaminhamento de uma determinada matéria e nós achamos que deve haver procedimento diferente, tentando, na medida do possível, aproveitar ideias importantes que podem ter repercussão fundamental sobre a vida das pessoas. E acho que esse é um dos casos em que podemos trabalhar, para que haja esforço por causa do próprio Governo em contribuir que a proposta seja aprovada e que mais a frente seja sancionada.

Era basicamente isso que eu queria dizer e, embora tenha sido iniciativa própria, agradeço essa iniciativa de podermos discutir depois.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pelo que vejo, o pedido do Relator da matéria, Senador Jayme Campos, para reexame da matéria coincide com as observações de V. Exª. Tendo em vista a retirada, passo para o item seguinte que também é relator o próprio Senador Jayme Campos.

Trata-se de decisão não terminativa e cuja ementa passo a ler:

ITEM 4 - Não Terminativo

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2010

Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais.

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta.

Observações: A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se me permitem, vez que este relatório já se encontra nesta Comissão há mais de 48 horas, imagino que os Srs. Senadores já tiveram a sua oportunidade de fazer sua leitura, suas observações. Passo para a fase da análise para que possamos dar mais celeridade à matéria.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A ampliação da cobertura contra os riscos de acidente do trabalho está relacionada ao campo da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta, estando apta a proposição para a sua regular tramitação.

Em relação ao mérito, importante ressaltar que o art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal estabelece como direito dos trabalhadores urbanos e rurais o seguro contra acidentes do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

A indenização é devida independentemente do seguroacidente, não se confundindo com ela, sendo deduzida do valor da indenização comum, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, em sua Súmula nº 229.

Por isso, em relação ao acidente de trabalho, três tipos de responsabilização podem ser apurados após sua ocorrência.

A primeira é a responsabilização contratual, com a eventual suspensão do contrato de trabalho e o reconhecimento da estabilidade acidentária prevista no art. 118 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

A segunda é o benefício previdenciário do seguro de acidente de trabalho pago pela Previdência Social e financiado pelo empregador.

A terceira consiste na reparação dos danos conforme dispõe o art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal. Neste caso, a responsabilidade do empregador em relação aos seus empregados obedece às regras prescritas no Código Civil.

O acidente de trabalho é um fato que pode ocorrer em todas as empresas, independentemente de seu grau de risco ou de sua organização e estrutura em relação à Segurança e Medicina do Trabalho.

A contribuição da empresa, destinada ao financiamento do seguro contra acidentes de trabalho, é devida em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho corresponde à aplicação de percentuais, incidentes sobre o total da remuneração paga, devida ou creditada a qualquer título, no decorrer do mês, ao segurado empregado e ao trabalhador avulso. À empresa cabe o enquadramento no respectivo grau de risco, de acordo com sua atividade preponderante.

A Contribuição Previdenciária para o Seguro Acidente Trabalho – SAT, prevista pela Constituição Federal, tem sua sistemática regulada pela Lei nº 8.212, de 1991, que, em seu art. 22, assim dispõe:

Art. 22*. A contribuição a cargo da empresa destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:*

.....

II – para o financiamento do benefício previsto nos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e daqueles concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:

a) 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;

b) 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;

c) 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

.....

§ 3º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito da contribuição a que se refere o inciso II deste artigo, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes.

Eu imagino que o mais importante seriam esses artigos que li, e passo ao meu voto, com a devida vênia dos Srs. Senadores.

III – VOTO

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, nos termos do que dispõe o art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

'Art. 1º .....

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, o empregado de que trata esta Lei deve estar segurado pelo empregador contra acidentes pessoais em valor mínimo correspondente a dez vezes o valor de sua remuneração.' (NR)"

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – Em face da conclusão do relatório pelo eminente Senador Jayme Campos, eu coloco em discussão a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB - SC) – Pois não.

Com a palavra, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Sr. Presidente, sem querer ser indelicado com nosso Relator, que fez um brilhante trabalho, nós temos um entendimento de que esse projeto guarda alguns resquícios de inconstitucionalidade no que diz respeito ao fato de ele tratar especificamente de uma categoria profissional, em torno de algo de que trata a legislação sobre a cobertura do risco de acidente de trabalho e que deveria, no nosso entendimento, ter dimensão mais ampla em relação ao conjunto de todos os trabalhadores.

Diante disso, e num espírito de colaboração, eu gostaria de pedir vistas dessa matéria, para tentar apresentar alguma emenda, alguma proposição, juntamente com o Senador Jayme Campos, de modo que possamos resgatar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Tendo em vista a manifestação do Senador Humberto Costa em pedir vistas, embora não seja terminativo nesta Comissão – iria para a CAE –, como não há previsão da CCJ, acredito que o próprio Relator concorde que será salutar...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Até porque, partindo do experiente e competente Ministro Humberto Costa, não tenho dúvida alguma de que é só para melhorar, aperfeiçoar o nosso relatório e até o próprio projeto em sua essência.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner. Bloco/PMDB – SC) – Oxalá essa troca de experiências e essa convivência harmoniosa na Comissão tenha prosseguimento nos próximos tempos.

Tendo em vista isso, essa matéria sai da pauta. Devolvo, então, a Presidência ao nosso Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço ao Senador Casildo pela condução dos trabalhos.

Quero, na presença ilustre desta valorosa mulher goiana, Senadora Lúcia Vânia, colocar a matéria de que S. Exª é relatora.

ITEM 6 - Não Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2010

Institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil,

fundamental e de nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Antes de V. Exª ler o seu relatório, Senadora, quero fazer uma pequena observação: esta matéria vai ser encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, como Relatora desta matéria.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Se-

nado (PLS) nº 225, de 2010, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tem por objetivo instituir diretrizes para a promoção da alimentação saudável no âmbito das escolas públicas e privadas do País.

De acordo com o projeto, a alimentação saudável é um direito humano e corresponde a um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, em cada fase da vida (art. 2º). No art. 3º, o projeto arrola as diretrizes que devem nortear a promoção de uma alimentação saudável no âmbito das escolas: 1) consideração dos hábitos alimentares e da cultura regional para orientar as ações de educação nutricional; 2) estímulo à implantação de hortas escolares; 3) estímulo à adoção de boas práticas de manipulação e fornecimento de alimentos na escola; 4) restrição ao comércio e à promoção comercial de alimentos danosos à saúde; 5) valorização da alimentação como promoção de saúde; e 6) incorporação da prática de monitoramento da situação nutricional dos escolares.

A proposição ora analisada tem por objetivo estabelecer diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas redes de ensino pública e privada. Entendemos que a medida possui grande alcance social, especialmente quando nos defrontamos com o aumento alarmante do número de casos de obesidade infantil e juvenil, o que configura grave problema de saúde pública.

Atualmente, o arcabouço normativo só conta com lei sobre a merenda escolar ofertada na rede pública de ensino. Com relação à oferta de alimentos por entidades privadas, como as cantinas escolares, não há disciplinamento legal em nível nacional. Consideramos extremamente necessário contar com norma legal que discipline a oferta de alimentos aos estudantes das escolas de ensino infantil, fundamental e médio, tanto de escolas públicas quanto privadas. Assim, é louvável a iniciativa do autor da matéria, que preenche essa lacuna do ordenamento jurídico vigente.

Do ponto de vista da saúde de crianças e adolescentes, o projeto em comento representa importante medida de proteção e merece nosso total apoio. Para contribuir com o aperfeiçoamento do texto da proposição, apresentamos duas emendas de redação que visam à utilização de termos que julgamos mais adequados à matéria tratada.

Emenda nº 1: Dê-se aos incisos I, II, III, do art. 3º do PLS nº 225, de 2010 a seguinte redação.

Art. 3º, inciso I: "Implementação de ações de educação alimentar e nutricional que levem em consideração os hábitos alimentares enquanto expressão de manifestações culturais, regionais e nacionais."

Inciso II: "Estímulo à implantação de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e para a produção de alimentos a serem utilizados na alimentação ofertada na escola."

Inciso III: "Estímulo à adoção de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de preparo e de fornecimento de alimentos no ambiente escolar."

Emenda nº 2: "No art. 4º e no inciso IV do art. 5º do PLS nº 225, de 2010, substitui o termo 'produção' por 'preparo'.

Voto.

Pelas considerações expedidas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2010, com as emendas que já foram, aqui, lidas por mim.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório. Nosso voto é pela aprovação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para cumprimentar o Senador Zambiasi, pelo projeto apresentado, que vai na mesma linha de uma portaria que o Governo já baixou.

Mas o projeto do Senador Zambiasi vai além, porque ele entra também na questão da área privada e vai no combate à obesidade.

Então, meus cumprimentos à Relatora, pelas suas emendas. Meu cumprimento ao Senador Zambiasi, porque aquilo que era uma portaria, que ficava só no aspecto público, agora, também, mediante a lei, vai beneficiar nossa juventude, nossas crianças e também na área privada.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar a Senadora Lúcia Vânia, pela relatoria, e o Senador Zambiasi, pela iniciativa. Agora, eu também faço questão de ressaltar uma preocupação quanto a essa questão da alimentação escolar, da merenda escolar. Acho a iniciativa louvável.

Agora, senti falta, na Emenda nº 1, art. 3º, Inciso I, quando ele diz: "Implementação de ações de educação alimentar e nutricional que levem em consideração os hábitos alimentares enquanto expressão de manifestações culturais, regionais e nacionais." Faltou também a expressão das necessidades das crianças e dos jovens que têm algum tipo de patologia, por exemplo, os diabéticos; por exemplo, as crianças hipertensas, as crianças renais.

Lá, no meu Estado e na Região Nordeste, a merenda escolar é, inclusive, um dos fatores que estimulam a ida da criança e do jovem para a escola. E,

quando a escola não oferece merenda escolar, passa a ser um dos fatores da deserção.

A gente percebe que a criança diabética, a criança hipertensa, a criança renal não tem direito a uma dieta especial. Por isso mesmo, ela fica numa opção, que eu diria, cruel. Ou se alimenta da merenda que é oferecida para todos.

Por isso mesmo, elas ficam numa opção que eu diria cruel: ou se alimentam da merenda oferecida para todos, partindo do pressuposto de que todos são normais, são saudáveis, ou, pelo contrário, elas não se alimentam. Isso cria um conflito na criança e no adolescente, muitas vezes oriundos de famílias carentes, e ficam nesse dilema. Ou se alimentam de forma errada, contra a orientação de seus pais e de seus médicos, ou ficam com fome, vendo todos os seus coleguinhas, seus companheiros, se alimentando da merenda oferecida pela escola, e elas não.

Então, Sr. Presidente, uma observação que eu faço. É uma realidade pelo Brasil afora não se considerar a hipótese de que existem, sim, crianças diabéticas, crianças hipertensas, crianças renais, que precisam de uma dieta especial. Então, é importante que se observe esse universo, e não é um universo pequeno. É um universo amplo. Portanto, faço esta observação de que senti falta da inclusão dessas jovens, dessas crianças que precisam de uma dieta especial, e o projeto de lei foi omisso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu acho extremamente prudente a observação do Senador Paulo. Eu pediria a V. Exª que eu pudesse retirar o projeto e consultar a Consultoria para encontrar uma forma de poder adequar essa sugestão que ele dá. Acho que é uma sugestão prudente, importante e que eu tenho certeza de que vamos acatar no nosso relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Agradeço, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Presidência desta Comissão vai retirar a matéria, diante da solicitação da Senadora Lúcia Vânia como Relatora, para que ela possa fazer o reexame da matéria a partir das observações feitas pelo Senador Paulo Davim.

A Secretaria, por favor, tome conhecimento e encaminhe para a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, para que ela possa fazer essas novas observações.

Solicito às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, com a devida vênia e permissão, se podemos incluir nesta pauta requerimento da valorosa Senadora Ana Amelia. *(Pausa.)*

REQUERIMENTO

(Requeiro, nos termos dos arts. 397, inciso II, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com os arts. 50 §1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão o Senador Garibaldi Alves Filho, Ministro de Estado da Previdência Social, para apresentar as diretrizes e programas prioritários da sua Pasta para os próximos dois anos. Autoria: Senadora Ana Amelia.)

Eu gostaria de consultar se a Senadora Ana Amelia gostaria de fazer alguma observação em relação a este requerimento.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ...da presença do Ministro da Previdência a esta Comissão diante dos temas, Presidente Jayme Campos, tão relevantes como aqueles debatidos pela Presidenta Dilma Rousseff com as centrais sindicais e de projetos importantes que esta Casa está examinando, alguns dos quais de autoria do Senador Paulo Paim, relacionados a fator previdenciário e a outras medidas necessárias nesse processo. Também apresentei um requerimento para que fosse apressado e incluído na pauta um projeto que regulamenta um direito constitucional para os deficientes, tema que também nesta Comissão está sendo tratado, PLC nº 40, aprovado pela Câmara e que o Senado precisa apreciar, que concede aposentadoria para os portadores de deficiência.

Então, diante dessa agenda e dessa temática tão relevante em que a Casa está envolvida, propus a presença do Ministro Garibaldi Alves para tratar desses temas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns.

Em votação o requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como vou estar com o Senador Garibaldi hoje à tarde num seminário nacional sobre previdência – V. Exª inclusive me alertava para a importância de estarmos lá –, com certeza, vamos já dialogar com ele sobre essa questão e dizer que iniciamos na próxima sexta-feira um diálogo entre consultores do Senado e da Previdência sobre esses temas que, com certeza, ele vai poder expor aqui com o conhecimento que tem, falando sobre a questão do fator – não é possível negar – e, naturalmente, também da política de valorização dos benefícios dos aposentados.

A primeira reunião será nessa sexta-feira. Quem sabe ele, quando vier aqui, já possa apresentar o resultado dessas reuniões?

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Eu gostaria de pedir permissão à Senadora Ana Amelia para subscrever esse requerimento que S. Exª apresentou à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento, que é de autoria da Senadora Ana Amelia, tem também como signatário o Senador Paulo Davim.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Amelia, convidando o ilustre companheiro Ministro Garibaldi Alves a vir a esta Comissão, para discutirmos as políticas públicas em relação à Previdência Social.

Está sendo realizado um grande evento para se discutir o futuro da Previdência Social no Brasil. É louvável a iniciativa do Ministério e dos demais órgãos envolvidos, Senador Paulo Paim, diante de vários comentários que existem em relação à Previdência Social do Brasil. Temos de ter essa preocupação. O Senador Garibaldi Alves nos convidou a comparecermos a esse evento, mas, lamentavelmente, os horários são coincidentes. Compareceremos a esse grande evento em outro momento, hoje à tarde ou amanhã, quando será o encerramento.

Apenas quero reiterar aqui – não estava presente o Senador Humberto Costa – que fizemos uma proposta para os membros desta Comissão em relação às subcomissões a que tínhamos direito de forma regimental. Seriam três subcomissões e, eventualmente, uma quarta, que foi proposta pela Senadora Ana Amelia, juntamente com o Senador Wellington Dias, e que acatamos. Seria uma subcomissão temporária, por noventa dias – eventualmente, poder-se-á prorrogar esse prazo.

Os Senadores e as Senadoras que têm interesse em determinadas subcomissões poderiam se manifestar, para nós as instalarmos, se possível, na próxima semana. Já recebemos, por parte de alguns Senadores, requerimento informando sua pretensão, e, nesse caso particular, V. Exª manifestou, há poucos dias, sua intenção, que já está registrada.

Espero que, na próxima semana, já instalemos essas subcomissões, e a maneira mais democrática seria que houvesse o interesse do Senador. Muitas vezes, é feita a indicação pelos partidos, pelas lideranças partidárias, e o próprio Senador ou Senadora não tem interesse em participar da subcomissão. O mais democrático é que o próprio Senador manifeste aqui seu desejo, e aí esta Presidência o indica.

Portanto, Srªs e Srs. Senadores, os Senadores Humberto Costa, Eduardo Amorim, Wellington Dias e Ana Amelia estão na Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, já estão os Senadores Lindbergh Farias, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Rodrigo Rollemberg, Marisa Serrano e Ana Amelia. São seis Senadores, e, inclusive, um deles terá de ir para o sorteio, porque são cinco titulares e cinco suplentes.

Na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, estão os Senadores Paulo Paim, nosso campeão e nosso mestre aqui, e Rodrigo Rollemberg.

Na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool e Drogas, estão os Senadores...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – E de *crack*.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Está ótimo! Então, é a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Drogas e *Crack* – é bom fazer essa observação aqui. A Senadora não abre mão dessa denominação.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Esse é o flagelo, Sr. Presidente. Está consolidado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Exª tem toda a razão. Exato! Esse termo vai ser consolidado e, com certeza, vai ser inserido aqui.

Na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Drogas e *Crack*, estão os Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka, Paulo Paim, Eduardo Amorim e Ana Amelia, a autora do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, não estou nessa Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Exª não está nessa Subcomissão, não. Os membros são os Senadores Wellington Dias, Waldemir Moka... O Senador Paulo Paim não faz parte. São cinco os Senadores. O Senador Paulo Paim já está na da Previdência. Na verdade, é o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Sr. Presidente, fico muito lisonjeado quando me confundem com o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – É o Senador Paulo Davim. Já está feita a correção.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se há vaga na da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Existe vaga, sim, Senadora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de fazer parte.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quando for proporcionalmente escolher aqui, terá de ser pelas bancadas. Nesse caso, particularmente, o Partido assegura-lhe uma vaga nesta Comissão, que é o PSDB. E também tem a solidariedade dos democratas.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não tendo mais nada a tratar...

Pois não, Senador Paulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar o momento para fazer um convite a V. Exª e a todos os Srs. Senadores. Amanhã, pela manhã, às 9 horas, na Comissão de Direitos Humanos, a Ministra Maria do Rosário, que foi elogiada por todos os Senadores, da Oposição e do Governo, pelo discurso que fez junto à ONU, vai fazer a abertura dos trabalhos. Convido a todos para estarem lá prestigiando a Ministra. O requerimento foi de iniciativa do Senador Simon.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado pelo convite, Senador. Imagino que estão convidados todos os membros desta Comissão.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença das Srªs e dos Srs. Senadores.

(Levanta-se a Reunião às 10h53min.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia dezesseis de março de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, João Ribeiro, Lindbergh Farias, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Demóstenes Torres e das Senadoras Marta Suplicy, Kátia Abreu e Ana Rita. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião. Passa-se à deliberação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2010** Institui o Prêmio Brasil de Comunicação Pública. **Autoria:** Deputado Ricardo Quirino. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa; **Resultado: Concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006** Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249 de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a ela destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros. **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. A matéria foi apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos; Em 02/03/2011, foi concedida vista aos Senadores Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues e Ciro Nogueira, nos termos regimentais, que não apresentaram manifestação. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2007** Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto; **Resultado: Concedida vista ao Senador José Pimentel, nos termos regimentais. ITEM 4) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2008** Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que "Define os crimes de respon-

sabilidade e regula o respectivo processo de julgamento". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista ao Senador Antonio Carlos Valadares e às Senadoras Marta Suplicy e Kátia Abreu. ITEM 5) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2008** Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para estabelecer suspensão temporária do prazo para apresentação de impugnação a auto de infração e a notificação de lançamento. **Autoria:** Senador Raimundo Colombo. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Em 15/03/2011 foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Francisco Dornelles. **Resultado: Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 481, de 2008. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2009** Autoriza o Poder Executivo a implantar serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 7) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2010** Altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação. **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com sete Emendas que apresenta. Durante a discussão o Senador Demóstenes Torres reformula o Relatório. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ a 7-CCJ. ITEM 8) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2008** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para dispor sobre a guarda e adoção. **Autoria:** Senador Marconi Perillo. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com seis Emendas que apresenta. A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 9) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 218, DE 2010** Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos. **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado: Concedida vista ao Senador Lindbergh Farias, nos termos regimentais. REQUERIMENTOS APRECIADOS 1) REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 58, parágrafo 2º, incisos II e V, da Constituição da República e do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ/SF), ciclo de audiências públicas sobre o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecentes (especialmente o crack) no seio da infância e da juventude brasileiras, contando com a participação dos seguintes expositores convidados: Aguinaldo Silva, teledramaturgo, escritor e jornalista; Alberto Dines, jornalista, fundador do Observatório da Imprensa e professor do curso de pós-graduação em Jornalismo da Escola superior de Propaganda e Marketing (ESPM – S.Paulo); Alexandre Raposo, presidente da Rede Record de Televisão; Carlos Alberto de Franco, jornalista, escritor, diretor do curso Máster em jornalismo do Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS) e da Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha); Emanuel Carneiro, Presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Eugênio Bucci, jornalista, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) da ESPM-SP e presidente da antiga Radiobrás; Fernão Lara Mesquita, jornalista e membro da direção do Grupo Estado (jornal O Estado de São Paulo); Guilherme Canela de Souza Godói, cientista político e diretor de Comunicação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no Brasil; Heródoto Barbeiro, jornalista, professor de Historio e âncora da rádio CBN – São Paulo; Isabel Cristina Cavalcanti Carlos, professora da Escola de Saúde Pública do Ceará; Johnny Saad, presidente do Grupo Bandeirantes de Rádio e Televisão (Band); Luiz Alencar Lara, presidente da Associação Brasileira das Agências de Propagnda (Abap); Maria Salete Bessa Jorge, professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Paulo Bernardo, Ministro das Comunicações; Roberto Civita, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril; Roberto da Matta, antropólogo, escritor, colunista, professor do Deptº de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), fundador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS) e ex-professor da Universidade Notre Dame, Indiana, e ex-pesquisador do Ins-

tituto Kellogg (Estados Unidos); Roberto Irineu Marinho, presidente das Organizações Globo; Ricardo Pedreira, jornalista e diretor-executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ); Sérgio Groisman, comunicador (Rede Globo e Canal Futura); e Tereza Cruvinel, jornalista e diretora-presidente da Empresa Brasileira da Comunicação (EBC)." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 101, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir os seguintes problemas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE: 1) ameaças que vêm sofrendo os juízes federais criminais e suas famílias, por parte de organizações criminosas; 2) prerrogativa única e exclusiva à Justiça Federal, para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos; 3) impasse remuneratório vivido pela magistratura federal (reajuste subsídios); e, 4) ampliar a participação dos membros da Magistratura Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais. Para tanto, solicito seja convidado o Presidente da AJUFE, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy". **Autoria:** Senador Aníbal Diniz. **Resultado: Aprovado**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, Senhoras e Senhores, havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que já foi distribuída aos Srs. Senadores.

O Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr.Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, tendo em conta que V. Exª ficou de designar o quinto membro da Subcomissão de Reforma Administrativa, e já havendo até a intenção pública de V. Exª de designar, nós, os cinco membros, gostaríamos de, completada a designação, iniciarmos os nossos trabalhos hoje e combinarmos de, ao meio dia e trinta, realizarmos uma reunião na Ala Nilo Coelho, na sala que estiver disponível, na sala 2 ou 4 e então agradeço se puder fazer a designação oficial e poderemos iniciar os nossos trabalhos para, no prazo que V. Exª determinou, 90 dias a partir do início dos nossos trabalhos realizarmos a missão que V. Exª determinou.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, primeiramente queria prestar a minha solidariedade a sua pessoa e a sua família por esse acidente e agradecer-lhe pelo apoio que V. Exª me deu quando precisei para atender um acreano que estava precisando.

Mas, Presidente, na última reunião desta Comissão, para ser mais preciso no dia 2, estava na pauta desta Comissão a discussão do fuso horário do Acre. E houve um questionamento de que o referendo feria a nossa Constituição e, por unanimidade, esta Comissão decidiu que nós iríamos apresentar uma lei, até porque quem fez os questionamentos foi o Senador Pedro Taques e o Senador Demóstenes Torres. E nós tivemos a oportunidade de conversar com o Senador Pedro Taques e S. Exª aceitou o convite de apresentar a lei aqui nesta Comissão. Infelizmente, o Senador Pedro Taques não está aqui, mas o nosso Senador Demóstenes Torres acaba de chegar e eu queria, se fosse possível, que esta Presidência, entrasse em contato, logo que o Senador Pedro Taques chegar a esta Comissão, pois com certeza S. Exª virá, pois é um Senador atuante, para que pudéssemos já aqui discutir, até porque esse foi o acordo, inclusive com o compromisso do Líder do Governo, Líder Romero Jucá que se prontificou a dar a maior celeridade possível para que, no prazo máximo de 30 dias, pudéssemos, inclusive, com efeito terminativo aqui nesta Comissão, devolver o horário do povo acreano.

Passei essa semana lá no meu Estado e a decisão dessa Comissão de apresentar essa lei criou uma expectativa e uma desconfiança muito grande do povo do Acre, porque o povo do Acre votou no referendo, decidiu que quer o seu horário de volta e tenho certeza de que os membros desta Comissão irão nos ajudar para que possamos corrigir esta lei equivocada que

foi criada em nosso Estado, a Lei nº 11.662, de 2008, de autoria do ex-Senador Tião Viana.

Graças a Deus, o povo foi às urnas e decidiu que quer o horário de volta, o horário de Deus, como o chamamos lá no Acre. Para isso, gostaria de ter o apoio desta Comissão, como já tivemos na última sessão.

Não sei qual o expediente que o senhor tem, mas gostaria que o senhor conversasse com o Senador Pedro Taques para saber como é que está o encaminhamento a respeito da lei.

É só isso por enquanto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão, o compromisso foi assumido pelos Líderes desta Comissão. Esta Presidência assumiu o compromisso de que esse projeto seria pautado assim que fosse apresentado à Casa.

Então, aguardo a apresentação do projeto e reitero o compromisso da Presidência de pautá-lo para a reunião seguinte, conforme acordo firmado com os Srs. Líderes. O projeto não chegou ainda, ele tem de ser elaborado, e o Senador Pedro Taques tem essa responsabilidade junto com os demais Líderes.

Assim que o projeto for apresentado, esta Presidência se compromete a pautá-lo de imediato.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Obrigado por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria também de expressar a minha solidariedade a V. Exª e a sua família e desejar o pronto restabelecimento de sua filha Marcela.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy.

Em cumprimento ao art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, faço conhecer o recebimento da seguinte correspondência, bem como do expediente que lhe foi conferido.

Correspondência do Sr. Jonas Montenegro Tavares, de 28/11/2010, na qual formula denúncias de alegadas irregularidades no âmbito do Poder Judiciário. Encaminhado Ofício nº 3/11 da Presidência da CCJ em 10/03/2011 ao Conselho Nacional de Justiça, tendo em vista as competências daquele órgão relacionadas no art. 103, b, parágrafo IV da Constituição Federal.

Deu-se conhecimento ao cidadão sobre tal providência por meio do Ofício nº 06/2011 – Presidência CCJ, de 10/03/2011.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 9.

Primeiro item da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 136/2010, não terminativo. Institui o Prêmio Brasil de Comunicação Pública. Autoria do Deputado Ricardo Quirino. Relatoria do Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella para proferir o seu relatório.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É só para informar V. Exª e as Srªs e Srs. Senadores que, conforme combinado na sessão passada, eu já apresentei o projeto que trata do horário do Acre. Fiz referência ao relator, Senador Petecão, e isso já foi apresentado ontem.

Era só para informar V. Exª e os demais membros desta importante Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O Senador Marcelo Crivella tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, antes de fazer o meu relatório, quero também prestar toda solidariedade a V. Exª neste momento do acidente de sua filha e pedir a Deus que ela se restabeleça rapidamente. Conte com nossas orações.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2010, do Deputado Ricardo Quirino, propõe, em seu art. 1º, que seja instituído o Prêmio Brasil de Comunicação Pública, destinado a premiar anualmente, por categorias, os órgãos e profissionais de comunicação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da União e dos Estados e também dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

O regulamento anual do prêmio caberia, nos termos do art. 2º, ao órgão do Poder Executivo federal incumbido das políticas de cultura. Tal regulamento compreenderia, entre outras questões, as categorias a serem premiadas, a composição de comissão julgadora, a data da premiação e os prêmios a serem concedidos. Quanto aos prazos, regulamento deverá ser divulgado até o dia 1º de março de cada ano (art. 3º), devendo o evento de premiação ocorrer em data inserida na primeira semana de junho (art. 4º).

A comissão julgadora do prêmio será formada por representantes de entidades ligadas à comunicação e mídia, vedada a participação de servidores públicos ou outros funcionários e membros de órgãos públicos, nos termos do art. 5º.

A lei em que se transformar o projeto deverá entrar em vigor na data de sua publicação, conforme prescreve o art. 6º.

Na justificativa, o parlamentar chama a atenção para um novo tipo de comunicação surgido no Brasil, nos últimos tempos: o sistema de informação e mídia efetuado por rádios, televisões e *sites* de órgãos públicos. Graças a estes, é possível aos ouvintes, internautas e espectadores tomarem conhecimento sobre os feitos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário diretamente através de veículos públicos que oferecem ao cidadão a condição de conhecer e avaliar o trabalho dos diversos atores que compõem esses Poderes. Entre esses meios, lista, como exemplo, a TV Brasil, a TV Câmara, a TV Senado e a TV Justiça.

Adicionalmente, relembra que tal prática não é exclusividade dos órgãos da União, sendo que os Poderes de muitos Estados e Municípios possuem emissoras próprias ou programas apresentados em outras emissoras públicas ou privadas que divulgam seus trabalhos, como as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Entre os destaques desses novos meios, o autor da proposição cita a presença de profissionais de alto nível e a qualidade dos programas produzidos. Em função disso, propõe a instituição de um prêmio para permitir o reconhecimento do trabalho divulgado por esses meios de comunicação públicos.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), onde foi apreciada conclusivamente, com pareceres sempre favoráveis, Presidente.

No Senado Federal, foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

Sr. Presidente, da análise, então, aqui na nossa Comissão de Constituição e Justiça, além dos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, compete a apreciação de matérias que digam respeito às competências da União, especialmente no que tange a órgãos do serviço público civil.

No que diz respeito ao mérito da matéria, não restam dúvidas de que, no Brasil, estamos assistindo a um novo tipo de comunicação, aquela que nos é oferecida por instituições dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e não apenas na esfera da União, mas também nos Estados e Municípios.

No que diz respeito à iniciativa, é imperativo apontar que compete privativamente ao Presidente da República, conforme determina o art. 84, VI, *a*, da Constituição Federal (CF), dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal. Nesse aspecto, entendemos inadequada a atribuição de competência ao "órgão do Poder Executivo federal incumbido das políticas de cultura", bastando à lei conferir tal encargo ao próprio Poder Executivo, nos termos do art. 84, IV, da CF. Para tanto, oferecemos emenda aos arts. 2º e 3º do projeto.

Observados o mérito e os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2010, com as seguintes emendas, Sr. Presidente: "Substitua-se, nos *capita* dos arts. 2º e 3º do Projeto de Lei da Câmara nº. 136, de 2010, a expressão "órgão do Poder Executivo federal incumbido das políticas de cultura" por "Poder Executivo Federal"."

E a emenda que dá ao art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº. 136, de 2010, a seguinte redação: "Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo a primeira premiação ocorrer no ano subsequente à inclusão das despesas pertinentes na lei orçamentária anual".

Feitas essas duas emendas, Sr. Presidente, acho que o projeto merece todo o nosso aplauso e deve ser aprovado.

É o meu relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só faço um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sobre essa matéria, eu queria só perguntar se ela cria despesa para o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Marcelo Crivella, há uma indagação do nobre Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só se cria despesa para o Poder Executivo, porque parece que houve uma alteração.

Era um projeto em que... Quem vai premiar é o Poder Executivo?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Institui o prêmio pelo Poder Executivo.

Agora, é aquilo que a gente sempre faz, Senador Dornelles: é fazer a previsão para que haja uma dotação, e depois se dá o prêmio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Eu tenho dúvida só quanto à constitucionalidade da medida. Talvez se sugerisse: "...autoriza o Poder Executivo...".

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Projetos autorizativos na Câmara...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Exato, porque, na realidade, se transforma

num mero requerimento. Mas, ao mesmo tempo em que nós criamos para o Poder Executivo a premiação, também me parece... Confesso a V. Exª que tenho dúvidas quanto à constitucionalidade.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – V. Exª quer pedir vistas?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Sim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – É uma maneira de incentivar – V. Exª percebe –, o Deputado teve a intenção de incentivar os nossos profissionais, as nossas televisões a produzirem cada vez melhor, e, para isso, pensou em premiá-los por esse esforço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Eu vou pedir vistas, então, com a aquiescência de V. Exª, só para ver como é que se contorna a inconstitucionalidade, se houver.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Perfeito. E é na nossa Comissão que se discute, porque, na Comissão de Educação, onde o projeto será terminativo, será discutido somente o mérito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Perfeito. Eu peço vistas, então, e discuto com V. Exª para, se necessário, encontrar...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Se necessário, encontrar um caminho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Pode ser?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Poder ser.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Então, peço vistas a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Vista concedida ao Senador Demóstenes Torres, do Item nº 1, PLC 136.

ITEM 2 – Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2006

Altera os arts. 62, 63, 66, 67 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 13 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a finalidade das fundações, a destinação de bens a elas destinados, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes e o tratamento tributário diferenciado a doações a entidades assistenciais e educacionais sem fins lucrativos, entre outros. **Autoria**: Senador Tasso Jereissati. **Relatoria**: Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra a V. Exª. Antes faço algumas observações.

Esta votação será nominal, por se tratar de matéria terminativa nesta Comissão.

A matéria já foi apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos.

Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a Turno Suplementar.

Em 02/02/2011, foi concedida vista aos Senadores Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues e Ciro Nogueira, nos termos regimentais.

Consulto aos Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente dos seus pedidos de vista.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Passo a palavra ao nobre Relator, Senador Marcelo Crivella, não havendo manifestação dos outros Senadores.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Sr. Presidente, o Senador Dornelles, que é um profundo conhecedor da matéria, fez-me algumas observações, como também a Senadora Kátia. Eu também já ouvi procuradores, já ouvi o Ministério Público, mas acho que poderíamos, Sr. Presidente, tirar de pauta, para verificar as contribuições do Senador Dornelles e da Senadora Kátia, e votaríamos na próxima semana, já com o projeto mais – eu diria – finalizado, e com consenso, dentro das possibilidades.

Pergunto a V. Exª se posso levantá-la agora, desde logo. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem a palavra V. Exª, para uma questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, acompanhei nossas duas reuniões anteriores, e o pedido de vista, de acordo com o art. 132 do Regimento, está assim gravado: "Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o Relator, passará ele, o Relator, a constituir parecer". O §1º diz o seguinte: "O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo Relator, obedecido o disposto no §4º".

Minha dúvida, Sr. Presidente, é a seguinte: quanto ao pedido de vista, a interpretação que está sendo ofertada pela Presidência, com todo o respeito, parece-me um pouco reduzida ao que quis dizer o art. 132 do Regimento Interno. Penso que o pedido de vista pode ser feito, inclusive, no decorrer dos debates, porque, muitas vezes, o Relator presta um esclarecimento, e

esse esclarecimento pode retirar ou fundamentar mais ainda meu pedido de vista.

Sr. Presidente, o art. 274 do Regimento Interno veda a interrupção da discussão, exceto nos casos ali previstos, e creio que também podemos dar interpretação mais alargada a esse dispositivo, porque a interpretação literal que está sendo ofertada aqui, com todo o respeito, prejudica o pedido de vista. Muitas vezes, o Relator faz o relatório, por óbvio, e tenho de, imediatamente, pedir vista. Durante os debates, durante as discussões, pode suscitar em cada um dos Senadores o desejo de pedir vista. Então, com a interpretação do Regimento Interno que está sendo ofertada pela Presidência – e eu a respeito – não concordo.

Eu gostaria de ofertar essa questão de ordem, para que pudéssemos permitir que esta Casa debatesse os temas de acordo com a ideia do Parlamento, para que o pedido de vista fosse feito até durante as discussões.

A título de esclarecimento, quero dizer que, nos órgãos colegiados, nos Tribunais ligados ao Judiciário, no Tribunal de Contas da União (TCU), se analisarmos seus Regimentos Internos, vamos ver que seus membros, a qualquer momento, podem pedir vista, mesmo depois do voto ou durante os debates. Sei que lá é diferente, mas, aqui, temos a mesma razão, e, portanto, o mesmo direito deve ser aplicado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Quero concordar com o Senador Taques a respeito do pedido de vista antes do término da discussão, de vez que o princípio do contraditório, que está inscrito na nossa Constituição, que é cláusula pétrea da Constituição, não pode ser alterado por uma interpretação extensiva do Regimento Interno do Senado Federal. Tem toda razão o nosso querido Senador.

Gostaria que V. Exª, Sr. Presidente, desse uma interpretação menos limitativa da ação parlamentar, visto que todos os Tribunais – aqui, esta Comissão de Constituição e Justiça julga a constitucionalidade, a legalidade de todas as matérias – usam desse expediente normal, de que, até a última fase da discussão, os Ministros, os membros dos Tribunais têm todo o direito de pedir vista, se for o caso, para um estudo mais acurado da matéria em debate.

Portanto, Presidente Eunício Oliveira, gostaria que V. Exª, do alto de sua experiência – V. Exª vem não somente do Executivo, mas também do Legislativo, onde pontificou como grande parlamentar e onde pontifica como Presidente da nossa Comissão –, olhasse com muita simpatia essa iniciativa do Senador Paulo Taques. S. Exª tem toda a razão: o princípio do contraditório e a decisão democrática desta Comissão é que devem prevalecer. Agradeço a V. Exª a compreensão. Tenho certeza de que V. Exª estará de acordo com o nosso pensamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Da mesma forma, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Parece-me que a questão de ordem formulada pelo Senador Pedro Taques tem inteira procedência. O Regimento é claro: "[...] devendo ser formulado [o pedido de vista] na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo Relator". E a oportunidade não é exatamente aquele momento em que ele terminou. Isso pode acontecer durante as discussões, e é comum, em todos os Tribunais, como disse o Senador Pedro Taques, até mudança de voto – o Relator votou de um jeito, e, em decorrência de um debate, de um pedido de vista, vota de outro. Então, isso não prejudica nada. Na Comissão de Constituição e Justiça e, acho, em todas as outras Comissões, sempre foi assim. Então, acho que o pedido de vista pode ser deferido, até ser encerrada a discussão. Ele não pode ser deferido, parece-me, no encaminhamento já da votação e quando da votação, momento em que se colhem os votos.

De sorte que acho, Sr. Presidente – apenas uma sugestão, é uma tradição da Casa, sempre foi assim –, no meu entendimento, e sempre foi entendido assim, isso quer dizer "enquanto durar a discussão". Encerrada a discussão, no encaminhamento do voto, já não se pode mais pedir vista.

Também não está previsto, mas há a hipótese em que o próprio Relator reformula seu voto parcialmente ou totalmente. E aí, embora se tenha dito que se pode conceder vista apenas uma vez, já há precedente, nesta Comissão, no Plenário e em outras Comissões, de que, quando há essa reformulação, também se pode conceder novo pedido de vista.

Então, apenas sugiro a V. Exª, parece-me uma medida extremamente saudável, que, enquanto houver o debate, haja oportunidade desse pedido de vista por uma única vez.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Pimentel, com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero também somar-me ao Senador Pedro Taques, dizendo que é fundamental essa interpretação.

Não é nem alteração regimental, porque, durante a discussão, durante o debate, o Relator da matéria pode acolher as sugestões apresentadas, e ali se ter uma economia processual, agilizando-se mais os trabalhos e facilitando a condução dos nossos debates.

Como V. Exª sabe, todos nós estamos vindo da Câmara dos Deputados. Na Câmara dos Deputados, é esse o procedimento na CCJ, que interpreta a mesma Constituição, cujo Regimento é da mesma época, da década de 70, e, na parte do Poder Judiciário, é esse o procedimento. A única Comissão, de que tenho conhecimento, que tem essa interpretação é a CCJ do Senado, portanto não estamos inovando, estamos tendo uma interpretação do próprio artigo, que diz que as vistas são concedidas logo após a apresentação do voto e que essa discussão se dá exatamente para aprofundar a questão do voto e fazer suas adequações, quando são necessárias. Tenho clareza de que, após o início da votação, aí sim, não temos a menor possibilidade de assim proceder.

Portanto, estamos somando-nos, o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, à posição do nosso Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência compreende e concorda com V. Exªs em que a questão de ordem tem fundamentos, embora o art. 274 proíba a interrupção da discussão, salvo nos casos de formulação de questão de ordem, adiamento para os fins previstos no art. 279, tratado de proposição compreendida no art. 136, nos casos previstos no art. 305, comunicação importante ao Senado e recepção de visitantes. Mesmo assim, Senador Pedro Taques, Srs. Senadores que complementaram a questão de ordem, a Presidência recebe a sua questão de ordem, vai analisar com mais profundidade, buscando a oportunidade, para que todos se manifestem, para que tenhamos a maior transparência possível nesta Comissão e para que cada um dos senhores possa exercer plenamente seu mandato.

A primeira interpretação é de procedência, mas, por precaução, esta Presidência recebe a questão de ordem. E, já na próxima reunião, vamos tomar uma decisão e comunicar este Plenário.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo, Excelência, com sua posição prudente e justa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – **Item 3 - Terminativo**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2007

Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Autor: Senador Renato Casagrande; Relator: Senador Marcelo Crivella.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella, para proferir seu relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, antes, gostaria de fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Uma questão de ordem?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, peço pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É o seguinte: se, durante os debates, durante a tramitação das matérias, algum Senador pedir vista durante a discussão, como V. Exª vai agir?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na próxima...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Deixe para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu já acolhi em parte a questão de ordem do Senador Pedro Taques e me comprometo com V. Exª em que, já na próxima reunião, teremos uma interpretação não tão literal, talvez, do nosso Regimento Interno, que nos dirige neste momento.

Passo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, nos termos regimentais, vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o anexo Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A proposta também prevê autorização ao Executivo, para criar os cargos em comissão e as funções gratificadas necessárias à implantação da Secretaria, além de estabelecer os vários itens atinentes às suas atribuições.

Finalmente, consigna que a Secretaria terá um representante no Comitê Gestor do Supersimples e no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Na realidade, trata-se de iniciativa louvável, porquanto tem por objetivo dar suporte governamental a um dos setores mais importantes de nossa economia. Em sua justificação, o nobre autor salienta:

O total de empresas em atividade no Brasil, em 2002 (estatísticas gerais mais recentes do IBGE), al-

cançava 4.918.370 unidades, nos setores da indústria, construção, comércio e serviços. As microempresas representavam 93,6% do total de firmas, sendo o setor do comércio o mais representativo, com 95,4% de firmas desse porte, sendo que o conjunto das micro e pequenas empresas alcança 99,2% do total [das empresas].

E mais: "*A geração de empregos nas empresas formais alcançava o total de 27.561.924 ocupações em 2002, representando 42,% de toda..."*

Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço à Assessoria um pouco de silêncio, para ouvir V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – "[...] *representando 42% de toda a população economicamente ativa no meio urbano. Daquele total, 57,2% estavam empregadas em micro e pequenas empresas, alcançando 15.757.076 de pessoas"*.

Verificam-se, portanto, os altos propósitos de que se reveste a proposição. Não obstante esse fato, há óbices jurídicos transponíveis, que devem ser reparados para a sua aprovação.

Quanto ao fato de ser da competência privativa do Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre a organização da administração federal, a teor do art. 61, § 1º, inciso II, alíneas *a)* e *e)*, da Constituição Federal, a natureza autorizativa da proposta inibe o apontamento de vício, eis que a iniciativa legislativa caberá ao Chefe do Executivo.

Quanto à eventual criação de despesas de natureza continuada, ela está adstrita à observância de determinadas regras normativas, como as previstas no art. 169 da Constituição Federal e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ("Lei de Responsabilidade Fiscal").

Tais dispositivos exigem a devida compatibilização da despesa com a "Lei de Diretrizes Orçamentárias" e com a "Lei Orçamentária Anual" e, dessa forma, poderia ser suscitado que a proposição elide restrições constitucionais e legais que disciplinam o assunto.

Entretanto, tratando-se de projeto autorizativo, não se concebe que a iniciativa presidencial de criação da sugerida "Secretaria Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte", vá se dar sem a prévia e indispensável estimativa do impacto orçamentário-financeiro e, também, de que o eventual aumento de despesas contará com a necessária adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Portanto, Sr. Presidente, em face do exposto, o voto é pela aprovação, uma homenagem que fazemos aqui ao nosso querido Senador Renato Casagrande, hoje Governador do Espírito Santo, e que cumpriu o seu papel, porque a Presidenta já disse que fará o Ministério da Micro e Pequena Empresa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB –PR) – Sr. Presidente, eu apenas diria que...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Após a vista concedida, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB –PR) – É que nós deveríamos evitar essa natureza de projeto, porque é absolutamente inócuo. Quando se trata de um parlamentar ligado ao Governo, basta pegar o telefone, ligar para a Presidente e sugerir. É uma sugestão apenas o projeto. Fundamentalmente, não altera absolutamente nada. Votar favorável ou contra é irrelevante, e nós perdemos muito tempo com matérias dessa natureza, Sr. Presidente. Por isso, se pudéssemos evitar, em nome da economia processual e evidentemente na busca desse conceito de eficiência que o Legislativo deve preocupar-se, certamente nós ganharíamos muito com isso. Até porque, em relação a essa questão da micro e pequena empresa, já há uma manifestação do próprio Governo de que se pretende criar até um ministério. Portanto, Sr. Presidente, creio que estamos aqui chovendo no molhado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª concedeu vista ao...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Regimentalmente, concedi vista...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, seria perda de tempo. Prefiro falar quando o projeto voltar à pauta. Muito obrigado.

E falarei na mesma linha do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – O Senador Pimentel tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O autor é o ex-Senador e atual Governador Renato Casagrande. Houve um pedido de vista?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Houve um pedido de vista pelo Senador Pimentel, que pediu a palavra antes de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu iria pedir a retirada da matéria, para consultar o autor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Já foi retirada a matéria. Senador Pimentel, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas as minhas homenagens ao Casagrande, porque a opinião não tem nenhuma relação com o autor. O autor merece nosso respeito, tem conceito extraordinário como líder político e foi um grande Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª. Foi meu companheiro o Senador Casagrande.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Eu gostaria de garantir a palavra ao Senador José Pimentel, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o nosso pedido de vista é exatamente para tentar construir outra alternativa. Quando a matéria foi apresentada, efetivamente precisava da secretaria. Hoje, tem uma decisão de Governo de criar um ministério específico. Por isso, a intervenção do nosso Senador Aloysio era fundamental, porque iria também nesse sentido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador Pimentel, a minha intervenção vai na linha do Senador Alvaro Dias.

O Governo não precisa de autorização para criar essa secretaria, se ela não implicar na criação de cargos. Se porventura a criação da secretaria implicar em criação de cargos, o Governo é que deveria mandar um projeto de lei.

Não tem cabimento o Senado autorizar algo que o Governo não pediu. Com todo o respeito à iniciativa do Governador Casagrande que já foi homenageado por todos e, sobretudo, pelos eleitores do Estado do Espírito Santo, mas o projeto, na minha opinião, é injurídico, porque é uma norma vazia. O Senado não está aqui para produzir normas vazias de conteúdo. Não tem nenhum conteúdo, simplesmente é um papel.

Eu ia pedir para registrar o meu voto contrário, porque embora saiba que essa tendência de aprovar projetos autorizativos, no Senado, é algo que contrasta com a tradição da Câmara e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, com a linha que os governadores de Estado e os prefeitos adotam ao vetar projetos dessa natureza, vejo que estranhamente existiria uma espécie de jurisprudência no Senado de aprovar esse tipo de projeto.

Então, por ser injurídico, por ele não ter nenhuma serventia para atingir a finalidade nobilíssima a que ele se propõe, é que eu iria falar contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para posicionar a Mesa, há um pedido de vista do Senador Pimentel, V. Exª pede vista conjunta?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) - Não. Só queria dar a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres e, em seguida, o Senador Aécio Neves.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Só para concluir a minha intervenção. Eu queria ouvir o Senador Aloysio Nunes, pois eu fiz um pedido de vista e interrompi a fala dele. Gostaria de registrar que na Câmara Federal há uma decisão de Mesa, acompanhada pelas comissões, de que projetos autorizativos são arquivados por serem injurídicos.

É evidente que aqui no Senado temos um outro posicionamento e, na verdade, essas matérias poderiam ser tratadas por requerimento. É evidente. O que estamos fazendo aqui é a subscrição a um requerimento para dar um peso maior. Mas, na prática, não tem efeito nenhum, nem nos governos municipais, nem nos governos estaduais e nem no Governo Federal.

E no caso concreto, a matéria está muito mais avançada, porque tem uma decisão de criar um ministério sobre essa matéria.

Por isso, é que estou pedindo vista, para ver se construímos uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, no final do ano passado, havia uma decisão de todos os Líderes e também do Presidente da Casa de que os projetos autorizativos seriam todos transformados em requerimentos. Como muita gente perdeu a eleição, não deu para fazer reunião para definir sobre isso.

Mas sugeriria a V. Exª, Sr. Presidente, que procurasse o Presidente José Sarney e sugerisse a ele que todos os projetos autorizativos, até porque é uma matéria já debatida, fossem transformados em requerimentos, porque aprovar ou rejeitar tanto faz, já que o que se está sugerindo ao Presidente é algo que é da atribuição dele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Muitas vezes isso é usado para alguém, quase sempre, pode ver que é a grande maioria, sugerir a criação de universidades. Então, o parlamentar dá impressão à base dele que está fazendo uma grande coisa pelo seu Estado ou coisa semelhante.

Vamos ser sinceros, a grande maioria, quase 100%, a finalidade única e exclusivamente é demagogia. Sendo assim, respeitando, claro, a posição dos parlamentares que assim se comportam, acho que se V. Exª tratasse com o Presidente Sarney, se ele fizesse uma consulta à CCJ, ele poderia, de uma canetada só, derrubar todos os projetos autorizativos da Casa, porque eles, na realidade, requerimentos são.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, estamos no início da nova Legislatura e talvez seja uma oportunidade para que tomemos uma medida pedagógica. O que já foi dito pelo Senador Pimentel, meu ilustre colega na Câmara dos Deputados, é que lá, há muito tempo, tomamos essa iniciativa de transformar os projetos autorizativos em meros requerimentos. Isso aliviou, em muito, a pauta das diversas comissões, permitindo que gastássemos o nosso tempo exatamente discutindo projetos de maior relevância.

Contudo, Sr. Presidente, chamo também a atenção para o fato de que, especificamente neste projeto, há também outro vício grave: existe aqui uma invasão de competência. Por mais louvável que tenha sido a iniciativa do nosso companheiro Senador Casagrande, além da proposição autorizativa para a criação da Secretaria Nacional da Microempresa, ele começa a definir as atribuições dessa Secretaria, como, por exemplo, "a promoção da articulação com a sociedade civil organizada, para consecução do modelo de desenvolvimento das micro e pequenas empresas". Essa é uma atribuição clara do Poder Executivo.

Então, acho que esta oportunidade deveria ser utilizada por todos nós, Sr. Presidente Eunício, seguindo as sugestões já feitas por outros Colegas, em especial pelo Senador Demóstenes, para que limpássemos a pauta desta Comissão, quem sabe até com consequências em outras comissões, de medidas absolutamente inócuas, sem qualquer efeito, a não ser uma promoção pessoal, por mais legítima que seja, mas que não é a atribuição desta e de outras comissões da Casa.

Fica, portanto, a sugestão de fazermos o que fez a Câmara dos Deputados há quase dez anos, impedindo que gastássemos tempo na votação de medidas sem qualquer efeito final prático.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – O Senador Randolfe tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Sr. Presidente, falo, primeiro, na esteira do que foi colocado pelos demais Colegas Senadores, da inocuidade dos projetos autorizativos, que, além de tirarem o tempo, não têm efetividade prática.

Por outro lado, creio que é importante discutirmos, no nosso Regimento, a existência de um mecanismo que possa apresentar sugestões do Legislativo ao Poder Executivo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero chamar a atenção dos Colegas Senadores, das Colegas Senadores e de V. Exª para o seguinte: a única hipótese que poderia haver no nosso Regimento Interno é a possibilidade do art. 224, que fala de indicação. Mas o nosso Regimento fala de indicação da seguinte forma: "indicação corresponde a sugestão de Senador ou Comissão para que o assunto nela focalizado seja objeto de providência ou estudo pelo órgão competente da Casa".

Ou seja, o nosso Regimento do Senado fala de indicação para o âmbito interno do Senado. Não fala de indicação para órgão externo.

É *contrario sensu*, Senador Pedro Taques, do que fala o Regimento da Câmara, que diz: "indicação é a proposição através da qual o Deputado sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva".

Veja, portanto, Sr. Presidente, que o Regimento da Câmara dispõe da possibilidade de fazermos a indicação para outro Poder, mas o nosso Regimento do Senado não prevê essa possibilidade.

É o caso, Sr. Presidente – até por sugestão da CCJ, poderia ser -, de apresentarmos uma proposta de resolução, alterando o nosso Regimento Interno, para que possamos ter a competência de fazer indicações. Acredito que há matérias de sumo interesse sobre as quais o Executivo não legisla. Esta semana me deparei com uma. Eu tive a intenção de apresentar um projeto de lei que ampliava a licença maternidade para as servidoras públicas federais. O projeto já havia sido apresentado aqui pelo Senador Paulo Paim. Só que esse projeto irá ao Arquivo, porque ocasiona aumento de despesa, e não está dentro das nossas prerrogativas constitucionais. Mas seria uma matéria que poderia ser objeto não de um projeto de lei autorizativo, que inócuo é – conforme os argumentos apresentado aqui, e com os quais concordo –, mas que deveria ser matéria de indicação, que nós não podemos fazer no âmbito do Senado e que na Câmara pode ser feito.

Então, no meu entender, Sr. Presidente, urge uma alteração no nosso Regimento Interno, para contemplar essa possibilidade de iniciativa legislativa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB –RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Crivella tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB –RJ) – Sr. Presidente, gostaria de ponderar com os meus colegas o fato de que esta Casa é, acima de tudo, política. A política é feita com gestos. O projeto autorizativo era o gesto de que o Senado dispunha, e durante a legislatura inteira passada, de chamar a atenção do Executivo para matérias importantes. Todos sabiam, e não é novo, que ele não era um instrumento efetivo, mas era idôneo. Eu mesmo aqui apresentei um projeto autorizativo para o Governo adotar energia solar no Programa Minha Casa, minha Vida. Eu sabia que era algo indicativo. Na Câmara foi mandado para o arquivo, mas foi adotado. Então, veja V. Exª que o projeto do Senador Casagrande, de 2008, chamou a atenção da Presidente Dilma e Sua Excelência agora vai fazer o Ministério. Então, não tem nada de demagogia, foi uma indicação dele, um instrumento de que dispunha e a política usa o instrumento de que dispõe.

Clamou em vão João Batista no deserto? Mas clamou! Era o dever dele. Se alguém se arrependeu ou não, é outra coisa, mas o nosso dever é clamar. E nós vamos clamar. Esse era o instrumento de que se dispunha. Se nós conseguirmos um melhor, o adotaremos, mas nós não podemos tirar a natureza política da nossa alma, da nossa índole, da nossa vocação. Esta é uma casa política e isso precisa ser dito, inclusive, em respeito à memória de um grande Senador, consagrado nas urnas e que, ao fazer essa indicação, cumpriu o seu objetivo, porque está aí agora o Ministério que será feito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para informar que está em curso no Senado Federal um anteprojeto de Regimento Interno que foi elaborado sob a coordenação do ex-Senador Marco Maciel, de Pernambuco, que era presidente da Comissão e eu era vice-presidente. Então, essa proposta do Senador Randolfe de incluir a indicação como uma proposição necessária nesta Casa para que os Senadores e as Senadoras possam apresentar ao Executivo sugestões é da maior utilidade. Poderíamos incluir na reforma do regimento a proposta do Senador Randolfe que vai resolver essa questão definitivamente. E quero dizer que o Senador Renato Casagrande, eu o conheço de perto, jamais usaria do seu mandato legislativo para praticar um ato de demagogia fortuita ou com objetivos eleitoreiros. Tenho certeza de que S. Exª ao apresentar, em 2008, esta matéria, o fez conscientemente da sua importância. E tanto que a Presidente Dilma já anunciou, não só na campanha, como depois da campanha de que haverá um ministério da micro e da pequena empresa.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, aproveito para comunicar à Comissão que vamos criar uma subcomissão para análise do nosso Regimento. Nós estamos aqui presenciando vários questionamentos em relação ao nosso Regimento Interno e cabe, obviamente a esta Comissão, reanalisar este Regimento e vou criar uma subcomissão para reanálise do nosso Regimento, que deixa muitas dúvidas, inclusive na questão de ordem levantada hoje pelo Senador Pedro Taques.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, sem querer interrompê-lo, mas já existe um projeto, um anteprojeto, pronto, está pronto ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sei tem um projeto de resolução que vamos submeter ao Plenário desta Comissão.

Próximo item da pauta.

ITEM 4 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, DE 2008

Altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que "Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro **Relatoria:** Senador Alvaro Dias **Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

Informo a esta Comissão que, sendo esse projeto terminativo, a votação será nominal.

Com a palavra, o nobre Senador Alvaro Dias, para a leitura do seu relatório.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o Senador Flexa Ribeiro, provavelmente embalado pela indignação que se apossa de muitos de nós no Parlamento, pretende incluir na categoria de crime de responsabilidade abrir crédito extraordinário que não seja destinado a despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de guerras, comoção interna ou calamidade pública, especialmente porque, através de medidas provisórias – aliás, o Supremo Tribunal Federal já as considera inconstitucionais –, nós aprovamos, aqui, suplementação de verba como rotina. Abrimos créditos extraordinários através de medidas provisórias.

Certamente, embalado pela indignação diante desses fatos, o Senador Flexa Ribeiro quer impor, rigorosamente, uma contenção nesse processo, ao

incluir como crime de responsabilidade a providência dessa natureza.

Concomitantemente com esse projeto de lei, o Senador Flexa apresenta uma emenda à Constituição para coibir a abertura indevida de crédito extraordinário por meio de medida provisória.

A Carta Magna é que estabelece, no §3º do art. 167, uma única hipótese de uso de medida provisória em matéria orçamentária.

O §3º diz: "(...) extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública."

A proposta de emenda constitucional do Senador inclui dois elementos que ele considera fundamentais: inclui o desrespeito aos limites materiais estabelecidos para a edição de medidas provisórias no rol dos crimes de responsabilidade do Presidente da República e restringe a possibilidade de abertura de crédito extraordinário ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, como era antes da promulgação da Constituição de 1988.

O objetivo é vedar o uso irrestrito da figura da medida provisória em matéria orçamentária.

Na mesma linha, visando a regulamentar o primeiro dispositivo do projeto de emenda constitucional, advogamos a aprovação do projeto de lei em exame, de modo a incluir na lista dos crimes de responsabilidade contra a lei orçamentária a abertura de crédito extraordinário ou desconformidade com o novo texto constitucional.

Dessa forma, restariam dissipadas quaisquer dúvidas em relação à possibilidade ou não de se caracterizar como crime de responsabilidade a edição de medida provisória em matéria orçamentária que não atendesse às estritas condições estabelecidas pela Constituição.

Como eu já fui informado pelo Senador Dornelles de que haverá o pedido de vista, eu vou me eximir de maiores comentários sobre a proposta do Senador Flexa Ribeiro, aguardando o pedido de vista para que o debate possa se estabelecer inclusive com a presença do autor dessa proposta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu considero o objetivo do Senador Flexa Ribeiro salutar. O propósito dele é de se destacar e vem na linha daquilo que debatemos, ontem, no plenário do Senado Federal, quando todos manifestamos a nossa preocupação em relação a medidas provisórias que exorbitam e que usurpam uma função legislativa que tem de ser a essencialidade do Parlamento.

Por isso, nós temos simpatia por essa proposta do Senador Flexa Ribeiro e, com o pedido de vista que ocorrerá, nós teremos a oportunidade de aprofundar esse debate.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

Tem os Senadores Lindbergh, Ana Rita, Dornelles, Randolfe e Kátia inscritos.

Pela ordem, Marta Suplicy.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu estou inscrito. Senador Valadares.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço vistas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira.Bloco/PMDB – CE) – Vistas concedidas à Senadora Marta Suplicy.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, retiro o meu pedido de vista, já que a Senadora Marta Suplicy pediu vistas da matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vistas coletivas, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vistas coletivas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira.Bloco/PMDB – CE) – Vistas coletivas. O projeto voltará na próxima semana.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, este projeto é claramente inconstitucional. Daí pedir ajuda ao Senador Demóstenes.

Na verdade, as intenções do Senador Flexa Ribeiro possam ter sido as melhores possíveis, mas vamos ao texto. O texto do projeto do Senador Flexa Ribeiro fala em abrir crédito extraordinário que não seja destinados a despesas imprevisíveis e urgente, decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira.Bloco/PMDB – CE) – Senador Lindbergh, o projeto está retirado de pauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tudo bem. Espero o momento adequado para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira.Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pede vistas coletivas?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, eu não vou pedir vistas. Eu só acho que dava para ser decidido hoje. Mas tudo bem, já que foi pedido vistas. Discutiremos na próxima reunião, até pela ausência do autor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira.Bloco/PMDB – CE) – Tem pedido de vistas, é regimental e a Mesa acolhe o pedido de vistas.

Próximo item da pauta.

Item 5 da pauta. **- Terminativo -** PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2008 *Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para estabelecer suspensão temporária do prazo para apresentação de impugnação a auto de infração e a notificação de lançamento.* **Autoria:** Senador Raimundo Colombo **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Nessa proposta do Senador Raimundo Colombo havia algumas dúvidas da parte do Governo e da Receita Federal que foram dirimidas – recebo a comunicação da Assessora do Governo que a Receita concorda com a aprovação desse projeto, apenas vou entrar em alguns detalhes.

O art. 15 do Decreto nº 70.235, estabelece que a impugnação é formulada por escrito e instruída com os documentos que se fundamentar, e será apresentada no prazo de 30 dias. Acontece que há o problema do final de ano – Natal e Ano Novo –. Então, a Emenda do Senador Colombo é no sentido de que, entre o período do dia 20 de dezembro até 10 de janeiro, o prazo fique suspenso, para que realmente o contribuinte não se veja impedido de apresentar o seu recurso. Ou seja, o prazo fica suspenso nesse período entre o Natal e o Ano Novo.

A justificativa do Senador é a seguinte: no final do exercício, a Secretaria da Receita Federal tem intensificado autuações, ocorrendo casos de centenas de intimações.

É normal do fim do ano que as empresas concedam férias individuais ou coletivas. É também normal que, nessa época, o departamento de contabilidade das empresas estejam assoberbados com providências típicas. A proposta se coaduna com os princípios constitucionais.

Quanto à análise.

À constitucionalidade e à juridicidade, nada a observar. Trata-se de matéria reservada a lei formal.

Atualmente, as normas que regem o processo administrativo fiscal estão dispostas em ato menor, o Decreto nº 70.235, em consequência de delegação de competência atribuído ao Poder Executivo.

Dessa forma, o Decreto nº 70.235 goza do *status* de lei material.

De modo que o projeto e simples e de grande profundidade, na medida em que ele suspende o prazo entre o dia 20 de dezembro e o dia 10 de janeiro para, realmente, abrir um caminho e não dificultar o contribuinte de apresentar suas razões à Receita Federal.

Por esses motivos, o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, a primeira inscrita é a Senadora Kátia Abreu, a quem concedo a palavra.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, rapidamente, apenas parabenizar o Senador Raimundo Colombo, hoje Governador de Santa Catarina, e o Relator, Francisco Dornelles, um profundo conhecedor do Sistema Tributário Brasileiro. É um projeto simples e maravilhoso. Maravilhoso porque é simples. Na verdade, retira empecilhos e dificuldades que parecem ser mínimas, mas que são grandes na vida de cada cidadão, no dia a dia.

Então, quero parabenizar e dar o meu voto pela aprovação desse inteligente projeto, que vai melhorar a vida burocrática deste País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lembro que esta votação será nominal.

Tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a medida proposta pelo hoje Governador de Santa Catarina, então Senador Raimundo Colombo, é uma medida, como já foi louvada pelo Relator, de alta relevância. Os motivos declarados na sua justificativa são, por todo modo, pertinentes. E quero lembrar a esta Comissão que no exercício do mandato de Governador do Estado, estabelecemos um mecanismo semelhante. E, mais que a dilação de prazo nessa época de fim de ano, reduzimos para o comércio o pagamento do ICMS em 70% relativamente ao mês de dezembro, permitindo que outros 30% fossem pagos apenas em fevereiro. Ou seja, é uma prática que já adotamos em nosso Estado. Por isso, voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, quero parabenizar o autor da matéria, hoje Governador de Santa Catarina. Sem dúvida alguma, a própria Administração Pública pouco funciona no período entre 20 de dezembro e 10 de janeiro. A existência desses prazos, em especial para as taxações fiscais, acarretaria em prejuízo para aquele contribuinte que necessitava apresentar sua defesa. Na verdade, garante este projeto a ascensão do princípio do contraditório, fundamental para o nosso constitucionalismo e imprescindível em quaisquer procedimentos em qualquer processo, seja no processo penal, seja no processo civil, seja no processo tributário.

Comunico nosso voto favorável à matéria.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar também o autor...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, V. Exª tem a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O autor, agora Governador de Santa Catarina, e o Relator, Senador Dornelles, que foi muito claro na sua exposição. Esse projeto é o exemplo que uma coisa simples pode ajudar milhares de empresas a cumprirem as regras a que são submetidas. Parabenizo e voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, informo ao Plenário que, nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Em 15/03/2011, foi recebido o relatório reformulado pelo Senador Francisco Dornelles, que concluiu pela aprovação desse projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresentou.

A matéria foi à discussão e coloco em votação o substitutivo a ser oferecido ao Projeto.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "Sim", voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "Sim", com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – "Sim", com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana?

Como vota o Senador Magno Malta? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Romero Jucá? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Vital do Rêgo? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Luiz Henrique? *(Pausa.)*

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Roberto Requião? *(Pausa.)*

O Senador Francisco Dornelles já deu seu voto.

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias? *(Pausa.)* Com o Relator.

Como vota a Senadora Kátia Abreu?

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Com o Relator Raimundo Colombo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Gim Argello? *(Pausa.)*

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – "Sim", com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Lindbergh Farias? *(Pausa.)*

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator, Sr. Presidente. Quero destacar aqui o papel do Relator Francisco Dornelles. Só a experiência e a força do Senador Francisco Dornelles para dobrar com tanta facilidade o... da Receita Federal. Isso é um ensinamento, Senador Aloysio Nunes. Eu já sei: quan-

do quiser aprovar um projeto aqui, vou lutar para que o Senador Francisco Dornelles seja o Relator.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – É o único que vence o fanatismo da Receita.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Essa é uma das primeiras lições que todo calouro aqui deve receber. Para aprovar é com o Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lindbergh, acho que V. Exª tem razão: o projeto foi aprovado pela unanimidade dos presentes, e o substitutivo será submetido a turno suplementar na próxima reunião, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Próximo item da pauta. É um projeto também terminativo e autorizativo. Aconteceram sugestões, e eu me comprometi de conversar com o Presidente Sarney. Se o Plenário concorda, eu o retiro de pauta de ofício. *(Pausa.)*

Senador Crivella, V. Exª tem a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Como tem o pau que dá em Pedro e dá em João, esse aqui é o projeto autorizativo da Oposição, da ilustre dama Marisa Serrano. Então, prefiro retirar de pauta para não virem a chamar de demagogia e coisas do tipo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa consulta o plenário sobre a retirada de pauta. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para registrar. Não se trata uma questão de autoria, seja da Base, seja da Oposição. Estamos objetivando normatizar os trabalhos desta Comissão, criar mecanismos para que manifestações possam ocorrer no sentido de estimular o Governo a dar atenção a determinados temas sem que isso obstrua a pauta das comissões ou a pauta da própria Casa. Portanto, tenho certeza de que a ilustre Senadora Marisa Serrano compreenderá a decisão sábia de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu parabenizo V. Exª pela coerência das palavras ditas anteriormente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas para tranquilizar...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias e Senador Pimentel.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ...o Senador Marcelo Crivella que, quando se trata da Oposição, até que há justificativa; há argumentos para justificar. A Oposição não tem a mesma facilidade que têm os governistas de se comunicarem com o Governo, fazendo sugestões. Então, esse é um mecanismo de sugerir, mas realmente preferimos outros mecanismos e concordamos com a ideia da retirada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Pimentel tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu também quero registrar que a nossa intenção é criar uma regra universal de procedimento, que alcance toda a Casa independentemente da sua posição partidária ou de governo.

E entendo que nós deveríamos destacar essa matéria da reforma integral do Regimento Interno, porque ela tem consenso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) - Exatamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT - CE) - Nós poderíamos fazer um encaminhamento exclusivo para adequar o nosso Regimento com essa nova redação, para que pudéssemos aproveitar essas boas ideias que estão sendo apresentadas, porque, se chegar na Câmara, elas vão para o Arquivo. Esse é o caminho normal. E aqui nós poderíamos, com essa alteração, com um acordo de Lideranças, alterar exclusivamente esse item, sem prejuízo da Subcomissão que V. Exª está construindo.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) - Senador Pimentel, apenas para corroborar com V. Exª: há uma inspiração, que a experiência da Câmara nos demonstrou absolutamente adequada, no art. 113 do Regimento Interno da nossa coirmã, que exatamente permite que possamos fazer esse tipo de manifestação, de indicação, de sugestão, sem que isso – repito- comprometa o trabalho das diversas instâncias da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Através de requerimento?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) - O art. 113 do Regimento Interno da Câmara, Sr. Presidente Eunício, poderia ser a nossa inspiração para que pudéssemos votar isso – quem sabe? – consensualmente na Casa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Randolfe com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Sr. Presidente, é no sentido de reiterar em relação a

todos os projetos, a todas as matérias dessa natureza, de conteúdo "autorizativo".

Eu creio que é legítimo, acho que devemos ter um conjunto de idéias legitimamente apresentadas por Senadoras e Senadores ao Executivo para as quais somos impedidos de legislar.

Temos um impedimento, reitero, no nosso Regimento Interno, no qual a figura da indicação não coaduna, não combina, não dialoga com o que é de fato indicação em qualquer outro lugar. Nas assembleias legislativas, nas câmaras de vereadores e inclusive na Câmara dos Deputados, indicação é a possibilidade de fazer uma sugestão a um órgão externo do Poder.

Então, mais uma vez, urge instaurarmos, no nosso Regimento Interno do Senado, a figura da indicação, tal qual ela é nas demais casas legislativas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Item 7 da pauta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Pedro Taques, com meu perdão.

V. Exª tinha pedido a palavra. Tem a palavra V. Exª

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, este tema é um tema que calha ao que conceitualmente se fala como efeito "xis" da hipocrisia política.

O que é esse efeito "xis" da política?

A política permite que as pessoas mudem de opinião. Em determinado momento, se você apoia um Governo, você tem uma opinião política; depois, o Governo muda, e nós mudamos de opinião. É o efeito "xis" da política.

O limite para esse efeito "xis" da hipocrisia política é a Constituição da República, que dá um limite à atuação do Poder Legislativo.

Assim, Sr. Presidente, eu queria fazer referência a isso, para que pudéssemos velar pela Instituição. A Comissão de Constituição e Justiça – CCJ - tem esse papel importantíssimo, e, com isso, quero ressaltar o trabalho de V. Exª na Presidência desta Casa, quero ressaltar a importância da CCJ para que possamos superar esse efeito "xis" da hipocrisia política.

O limite da nossa atuação é a Constituição.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Pela ordem?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Sim.

Eu gostaria que fosse lido pela Presidência um requerimento de minha autoria, sugerindo a vinda da Associação dos Juízes Federais a esta Comissão, para tratar de assuntos que dizem respeito à constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – O requerimento de V. Exª se encontra sobre a mesa. Logo que concluída a pauta ordinária, ele será submetido à apreciação do Plenário.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Próximo item da pauta.

ITEM 7 - Terminativo *Altera os Capítulos V e X do Livro V do Título I do Código Civil, a fim de dar novo tratamento aos institutos da exclusão da herança, relativamente à indignidade sucessória e à deserdação.* **Autoria**: Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria**: Senador Demóstenes Torres.

Concedo a palavra a V. Exª, Senador Demóstenes Torres, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, talvez, essa seja uma das matérias mais importantes de que vamos tratar nesta nova Legislatura. Em 2002, quando da reforma do Código Civil, não foi dada atenção direta a esse tema. Portanto, ele permanece quase o mesmo desde 1916. Nos tempos modernos – e os tempos modernos são tratados em Encíclicas, como a *Rerum Novarum*, ou em filmes, como o de Charles Chaplin –, é preciso mostrar um dado de atualização, que temos de fazer, devido à grande frequência de indignidades cometidas por pais contra filhos, por filhos contra pais, por terceiros interessados. Trata-se do tema da exclusão da sucessão de herdeiros ou legatários, que passa a ter novo tratamento, consoante proposta da ilustre Senadora Maria do Carmo Alves. Essa proposta redefine o art. 1.814 e seguintes, bem como o art. 1.961 e seguintes do Código Civil, que trata do que, hoje, chamamos de exclusão por indignidade ou de exclusão por deserdação.

Primeiramente, vejamos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o que diz o art. 1.814 do atual Código Civil: "São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários". Já se começa a mudar a partir do próprio *caput* do artigo.

Peço atenção. Não será tão rápida a exposição, porque a mudança é profunda.

Diz o art. 1.814, redimensionado: "São impedidos de suceder, direta ou indiretamente, por indignidade, não somente os herdeiros ou legatários...".

Relembro um caso que aconteceu no Rio Grande do Sul em que o genro matou o sogro, e o genro era casado em comunhão universal de bens com a filha de quem ele matou. Então, ele teria a metade do que

a mulher recebesse. Embora tivesse matado o sogro, ele, indiretamente, acabaria por receber parte daquela herança. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul não lhe deu essa possibilidade.

Então, já se muda, desde o início, o *caput* do artigo com essa intenção, dizendo que "não são somente os herdeiros ou legatários, mas todos aqueles [aí vêm as novas alterações, estabelecidas no inciso I do art. 1.814] que houverem sido autores, coautores ou partícipes de homicídio doloso". Então, restringe-se a hipótese de homicídio doloso ou de tentativa deste contra pessoa de cuja sucessão se tratar de seu cônjuge, de seu companheiro, ascendente ou descendente.

A proposta da Senadora diz "aquele que tiver provocado ou tentando provocar, dolosa e antijuridicamente, a morte do autor da herança ou de pessoa a ele intimamente ligado". Achei que essa história de "intimamente ligado", em direito, é algo muito amplo. Então, voltei para a terminologia antiga, mas dei uma elasticidade maior a esse entendimento. Então, fica assim: "[...] na condição de autor, coautor ou partícipe, tenha praticado ou tentado praticar dolosamente qualquer ato que importe ofensa à vida". Por que eu disse isso?

Aqui, veja que há apenas a hipótese do homicídio, mas o Código Penal trata de inúmeros crimes em que há o resultado morte sem que tenha sido praticado homicídio. Por exemplo, há o infanticídio, quando a mãe mata o filho sob o efeito do estado puerperal, ou o caso do latrocínio, quando o objeto principal vem a ser o patrimônio – é o que é conhecido vulgarmente de "matar, para roubar"; não é bem isso, mas essa é uma das hipóteses.

E, assim, tem "causar epidemia com resultado morte", tem uma série de crimes em que a morte aparece, é desejada, mas não é o fim precípuo. E, aqui, restringe-se apenas à hipótese do homicídio. Então, para isso, além de fazer essa alteração, criei o parágrafo único para dizer o seguinte: "para efeito do disposto neste inciso, incluem-se entre os atos suscetíveis de gerar declaração de indignidade quaisquer delitos dos que tenham resultado a morte [e, ainda mais, acrescento], a restrição à liberdade do autor da herança, do seu cônjuge..." etc. Hipótese de sequestro, de cárcere privado, de redução análoga à condição de escravo ou outras situações absolutamente degradantes. Também coloco a hipótese de cônjuge, companheiro ou parente por consanguinidade ou afinidade até o segundo grau. Tirando aquela hipótese de que fique restrito apenas ao herdeiro ou ao legatário, e tudo mais.

Também coloco nesse inciso I um grave problema que começou a acontecer não digo que recentemente, mas foi agravado muito recentemente, que são os crimes contra a dignidade sexual, os casos de pedofilia, de estupro, daqueles que submetem seus filhos à prostituição, ao tráfico de pessoas, a abusos diversos, abusos sexuais diversos. Então, também ficam contemplados. E eu preferi a migração para o inciso I, porque também dá essa ideia de gravidade, como sendo análoga à perda da vida.

No caso do inciso II, que tratava apenas da calúnia em juízo, ampliei isso também, seguindo a orientação da própria autora, Senadora Maria do Carmo, para os casos em que tenham tentado praticar ou praticado qualquer ato que importe ofensa à honra – não só em juízo, em qualquer circunstância –, mas também à integridade física, como as agressões, como um crime de lesão corporal; ou à liberdade; ou, ainda, ao patrimônio. Então, os crimes de roubo, os crimes de extorsão mediante sequestro, embora lá embaixo também eu venha deixando claro que seja dessa forma. Também cria-se a hipótese, que era presente apenas na deserdação, e ainda deixa mais clara essa hipótese, daquele que tenha abandonado ou desamparado, econômica ou afetivamente, o autor da herança, especialmente aquele que, tendo conhecimento da paternidade ou maternidade do filho, não a tenha reconhecido voluntariamente durante a menoridade civil. Então, a hipótese do desamparo econômico ou afetivo e, ainda, a hipótese do não reconhecimento da paternidade ou da maternidade tendo conhecimento de que é pai ou mãe.

Eu retiro aqui, por sugestão do Senador Aloysio Alves... Aloysio Nunes Ferreira. Perdão! Perdão mesmo! Retiro a expressão "afetivamente". E explico por quê. Porque, conforme ele me mostrou, há uma jurisprudência, já de tribunal superior, dizendo que o abandono afetivo, embora seja reconhecido, não acarreta direito à indenização. Então, estou suprimindo aqui a palavra "afetivo", e fica então desta forma: "aquele que, sem justa causa, tenha abandonado ou desamparado, econômica ou afetivamente, o autor da herança, especialmente aquele que, tendo conhecimento da paternidade ou maternidade do filho, não a tenha reconhecido voluntariamente durante a menoridade civil".

E digo a razão: a hipótese, já também comprovada no Brasil e em outras partes do mundo, de que aquele que é desamparado, aquele que é abandonado acaba por enriquecer, morre sem deixar herdeiros descendentes e acaba o ascendente sendo beneficiado da sua própria indignidade, que foi abandonar o filho, que era pobre e se tornou rico.

Também cria-se essa hipótese e, na hipótese do Inciso III, antigo, transformado em Inciso IV, aquele que por violência ou qualquer meio fraudulento inibir ou obstar o autor da herança de dispor livremente de

seus bens por ato de última vontade, furtar, roubar, destruir, ocultar falsificar ou alterar o testamento ou codicilo do falecido, incorrendo na mesma pena que ele que, mesmo não tendo sido o autor direto ou indireto de qualquer desses atos fizer o uso consciente do documento viciado.

Então é de uma hipótese já consagrada, desde o Código de 16, ele é só melhor explicitado e ficam também essas hipóteses. Não é só a fraude, mas quem furta, rouba destrói qualquer documento que impede aquele que quer deixar a herança de expressar livremente a sua última vontade, também entra nessa situação.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Senador Demóstenes, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pois não, Senadora.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – O parágrafo único eu não encontrei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está aqui, o parágrafo único do art. 1.814.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Não está nas peças aqui distribuídas. Já procurei em todas as ... Não tem ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, está incluído o parágrafo único que deixa bem claro o que é o inciso ...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Em que página, Senador, por favor?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu vou distribuir o quadro comparativo, porque realmente no texto que foi distribuído não tem o parágrafo único. Consta aí do relatório, dizendo que: quanto à modificação endereçada ao Inciso I do dispositivo em comento, prefiro em parte o texto em vigor. Convém explicar: é que o Código Penal Brasileiro conquanto tem efetivamente adotado a teoria unitária do concurso de pessoas que implica ... e tal e tal ... E aí vem a hipótese do crime menos grave e eu o faço, reputo conveniente ademais transpor para o texto do Inciso I do art.1414 os delitos contra a dignidade sexual, capaz de ensejar na forma do Inciso II do mesmo art. 1814, a declaração de indignidade, por sua natureza mais gravosa. Ademais cumpre esclarecer que se preserva no dispositivo a possibilidade de que quaisquer outras condutas criminosas nos quais resultem a morte, como o latrocínio, a lesão corporal seguida de morte e o infanticídio, também acarretam a declaração de indignidade do agente, que, como bem observou a Senadora Kátia Abreu está no parágrafo único, que não foi distribuído, faço a retificação, porque tenho só no quadro, que diz: para efeito do disposto no Inciso I do *caput* desse artigo, inclui-se,entre os atos suscetíveis de gerar declaração de indignidade, quaisquer delitos dos quais tenham resultado a morte ou a restrição da liberdade do autor da herança ou de seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente ou irmão.

Continuando, na hipótese do art. 1815, diz o seguinte o texto atual:

A exclusão do herdeiro ou legatário, em qualquer desses casos de indignidade, será declarada por sentença. No art. 1815, com a emenda fica: O impedimento, em qualquer desses casos será declarado por sentença, salvo quando houver anterior pronunciamento judicial definitivo cível ou criminal que já tenha expressamente reconhecida a prática de conduta indigna, bastando nesse caso a sua juntada aos autos de inventário.

Então, deixa claro que se houver, de alguma forma, essa declaração anterior, não precisa de nova declaração, basta que se junte a declaração antiga. Na hipótese no § 1º, que é a hipótese do alargamento daqueles que podem demandar em juízo, então diz o seguinte: Poderá demandar judicialmente o impedimento todo aquele que possuir legítimo interesse econômico ou moral além do Ministério Público. Nós estamos retirando a hipótese do interesse moral por uma razão muito simples, também por sugestão do Senador Aloysio Nunes. Quem é que não tem interesse moral em uma situação como essa, de pedofilia, por exemplo. Então, é melhor deixar a cargo de quem tem interesse econômico, além do próprio Ministério Público, que passa a ter legitimidade para efetuar essa demanda.

Quanto ao direito de demandar o impedimento, estabelece-se um prazo decadencial de dois anos contados da abertura da sucessão ou de quando se descobrir a autoria do comportamento indigno. Muitas vezes, por exemplo, no caso de pedofilia, só vai se descobrir lá no futuro quando a pessoa tiver a oportunidade de livremente expressar sua vontade e poder dizer o que aconteceu.

No caso do art. 1.816, vem dizendo o artigo atual: "São pessoais os efeitos da exclusão". Então só muda para "impedimento", só faz atualização para "impedimento", em vez de "excluídos". E, no parágrafo único, em vez de "excluído da sucessão", coloca-se a palavra "indigno", que é a nova palavra utilizada.

No caso do art. 1.817, também se estabelece uma nova hipótese para o caso das alienações praticadas pelo herdeiro indigno antes do conhecimento dos herdeiros dessa situação. Então fica disposto da seguinte forma:

"Art. 1.817. São válidas as alienações onerosas de bens hereditários a terceiros de boa-fé, e os atos de administração legalmente praticados pelo herdeiro, antes da citação válida na ação [portanto, antes do pro-

cesso] a que se refere o art. 1.815 [ou da sua intimação para se manifestar sobre decisão judicial civil ou criminal que tenha reconhecida prática indigna]; mas aos herdeiros subsiste, quando prejudicados, o direito de demandar-lhe a reparação pelos danos causados [também uma maneira nova de se tratar o tema]."

No caso do parágrafo único, fica mantido o texto da relatora Maria do Carmo:

"Parágrafo único. O indigno é obrigado a restituir os frutos e rendimentos que dos bens da herança houver percebido, mas tem direito a ser indenizado pelas despesas com a sua conservação, assim como poderá cobrar os créditos que lhe assistam contra a herança."

O art. 1.818 apenas faz alusão à terminologia "impedimento" por "indignidade" e também coloca "testamento, codicilo ou escritura pública".

Quanto ao parágrafo único:

"Parágrafo único. Não havendo reabilitação expressa, o indigno, contemplado em testamento do ofendido, quando o testador, ao testar, já conhecia a causa da indignidade, pode suceder no limite da disposição testamentária [que também já é um dispositivo da lei atual]."

No caso da deserdação, busca-se a terminologia atual, que é justamente a "privação da legítima". Uma terminologia que foi sendo aperfeiçoada e hoje é utilizada nos tribunais.

O art. 1.961 diz o seguinte:

"Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, parcial ou totalmente, em todos os casos em que podem ser impedidos de suceder por indignidade."

Quer dizer, qual a diferença disso? A diferença é que a pessoa pode, através de um testamento, de um codicilo ou de uma herança pública, em vida, fazer o que se chama de deserdação. Em que casos? Os casos previstos no Código de 16 e depois no de 2002, são:

"I – ofensa física;

II – injúria grave;

III – relações ilícitas com a mulher ou companheira do filho ou a do neto, ou com o marido ou companheiro da filha ou o da neta;

IV – desamparo do filho ou neto com deficiência mental ou grave enfermidade."

E passa a ser da seguinte forma:

O autor da herança também pode, em testamento, com expressa declaração de causa, privar o herdeiro necessário da sua quota legitimária quando este:

I – culposamente, em relação ao próprio testador ou à pessoa com

este intimamente ligada, tenha se omitido no cumprimento das

obrigações do direito de família que lhe incumbiam legalmente;

II – tenha sido destituído do poder familiar;

III – não tenha reconhecido voluntariamente a paternidade ou

maternidade do filho durante a sua menoridade civil.

Isso fica redimensionado da seguinte forma:

I – na condição de autor, co-autor ou partícipe, tenha praticado ou

tentado praticar, dolosamente, qualquer ato que importe em ofensa à honra, à integridade física, à liberdade ou ao patrimônio do cônjuge ou companheiro do autor da herança, seu descendente ou descendente ou irmão;

II – tenha sido destituído do poder familiar;

III – tenha culposamente se omitido no cumprimento dos deveres e das obrigações impostas pelo direito de família em relação ao próprio testador ou a seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

E diz ainda que a cláusula testamentária deve ser pura, não podendo subordinar-se a condição ou termo. O que é normal. Você não pode dizer: você é indigno até determinado período e a partir daí já não é mais.

Então, a cláusula é, sem condição e sem termo, sem prazo de validade.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Senador Demóstenes, por gentileza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pois não.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – O art. 1.961, V. Exª acatou o da autora ou o texto atual da lei?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O da autora. Fica da seguinte forma: "Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, parcial ou totalmente, em todos os casos em que podem ser impedidos de suceder por indignidade." É o texto da Senadora Maria do Carmo.

E também mantenho o texto da Senadora no § 1º: "Poderá demandar judicialmente a privação da legítima todo aquele que efetivamente possuir legítimo interesse econômico (retira-se aí o "moral"), além do Ministério Público.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Onde está este trecho?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – No § 1º do art. 1.963. Mantém-se, portanto, o texto da Senadora Maria do Carmo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Não ficaria mais adequada simplesmente a expressão "legítimo interesse", sem mencionar nem econômico e nem moral?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O problema é que nos podemos expandir demais. A observação do Senador Aloysio Nunes... Acho até que pode ser "legítimo interesse". E a Justiça que decide se pode ser de alguma forma. Se não houver restrição, pode ser.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Há casos e casos. Concordo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Quem decide o legítimo interesse, além do Ministério Público.

Então, retiro o "econômico" também, para manter "legítimo interesse", se não houver objeção da Senadora Kátia Abreu, nem do Senador Luiz Henrique, nem do Senador Aloysio Nunes, nem das senhoras e dos senhores.

No caso do § 2º: "O direito de demandar a privação da legítima extingue-se em dois anos (no mesmo prazo), contados da abertura da sucessão ou do testamento cerrado."

O art. 1.964 diz: "Aquele que for privado da legítima é equiparado ao indigno para todos os efeitos legais."

O art. 1.965 diz o seguinte: "A privação da legítima deixa de operar com o perdão (porque pode haver o perdão), tornando ineficaz qualquer disposição testamentária nesse sentido, seja expressamente, mediante declaração em testamento posterior, seja tacitamente, quando o autor da herança o contemplar."

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Senador Demóstenes, apenas para tirar uma dúvida, porque V. Exª é perito no assunto. Nesses dois anos de privação da legítima, e se no caso forem menores de idade? E não tem a ação para fazer...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Aí, é quando tomar conhecimento. Aí deixa: "O autor da herança também pode, com expressa declaração de causa, privar o herdeiro necessário da sua quota... Onde V. Exª está?

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Nesse § 2º do art. 1.963: "O direito de demandar a privação da legítima extingue-se em dois anos". E no caso de serem menores?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Todos os menores têm representantes no processo testamentário.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Em tese, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, têm. Todos os menores, obrigatoriamente, têm o curador especial. Além disso, participa o Ministério Público.

Então, aí, a hipótese é resguardada no próprio Código Civil e de Processo Civil. Pode-se acrescentar, mas já existe a disposição.

Todo menor é representado não só no processo de sucessão; em qualquer processo, o menor já é devidamente representado.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – É porque no futuro pode discordar, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Em síntese, é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão o relatório.

Senadora Ana Rita, V. Exª pediu a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, neste momento, gostaria de parabenizar a Senadora Maria do Carmo pela iniciativa do Projeto de Lei, de extrema importância, e também de dizer ao Senador Demóstenes que seu relatório e as emendas apresentadas, com certeza, qualificaram muito o Projeto. Então, quero aqui manifestar meu apoio ao Projeto.

No entanto, quero apenas fazer uma observação, Sr. Presidente. Apenas um registro que considero importante. E não quero, com este registro, fazer nenhum desmerecimento ao Projeto de Lei. Ao contrário, quero aqui ressaltar que é importante, conte com nosso apoio, mas projeto semelhante foi apresentado no ano passado, por iniciativa da Senadora Serys, o PLS nº 168, de 2006, aprovado em agosto do ano passado. O Relator foi o Senador Marco Maciel. E hoje, pelo que fui informada, encontra-se na Câmara dos Deputados.

Só para fazer esse registro. O Projeto da Senadora Maria do Carmo vem reforçar, e as emendas que o Senador Demóstenes apresentou, com certeza, qualificam e valorizam o Projeto.

Apenas para parabenizar e dizer que pode contar com nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oiveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o Projeto.

A votação será nominal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Faço apenas uma observação: onde havia interesse "econômico e moral", retira-se a expressão "econômica e moral". E, no caso do "afetivamente", também foi retirado. E o Parágrafo Único é acrescentado ao art. 1.818, conforme já foi dito, e depois posso apresentar por escrito, inclusive as alterações.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Concordo com V. Exª. Fica bem melhor assim. Porque aquela figura de "paternidade responsável" da Constituição não é só a parte econômica. Nós precisamos até rever esse abandono afetivo. Hoje, o pai que paga pensão não se sente obrigado a visitar o filho doente, a assisti-lo em uma festa na escola, o que é um prejuízo para essa criança. Então, quando V. Exª tira o econômico e o afetivo, tira aquele aspecto patrimonialista que estávamos dando, de só haver o interesse econômico. Acho que assim fica a critério do juiz, e nós fugimos disso, que me soa mal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Chamo a atenção da Comissão, porque vamos votar o relatório do nobre Senador Demóstenes Torres, já com as alterações que ele falou ao microfone e que apresentará anexadas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No mesmo teor, ainda hoje.

Em votação.

José Pimentel, como vota?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "Sim", Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "Sim" e parabenizo, é um belíssimo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Cumprimento o Relator, Excelência, e voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Magno Malta. *(Pausa.)*

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Voto "Sim", Sr. Presidente. Voto ressaltando o excelente trabalho do Senador Demóstenes e da Senadora Maria do Carmo Alves. Agora nós contemplamos aquele filho que não mata a mãe com as mãos, mas mata com o desgosto, leva ao suicídio. Muito importante o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto "Sim", Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "Sim", Sr. Presidente, de acordo com o Relator, parabenizando, mais uma vez, pelo belíssimo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Cumprimento o nobre Relator e voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ótima foi a iniciativa, melhores foram o relatório e as sugestões apresentadas. Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto "sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes Torres já tem voto conhecido.

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, parabenizo a Senadora Maria do Carmo, de Sergipe, e voto com o Relator, Senador Demóstenes Torres, que fez um brilhante trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O projeto original foi aprovado pela maioria dos presentes.

Coloco em votação as emendas que foram ressalvadas e consulto o Relator e o Plenário se podemos repetir a mesma votação, sem ter a necessidade de chamar os Srs. Senadores.

Se os que votaram nessa posição concordam, as emendas estão em votação, com o mesmo quorum e com os mesmos votos da votação anterior. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, tendo em vista que se trata de matéria terminativa.

Item 8 da pauta, solicitação do Senador Valdir Raupp para retirada de pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, porque é extra pauta, a questão de ordem é no seguinte sentido: tramita aqui na CCJ o Projeto de Lei do Senado, que dispõe sobre o exercício da Medicina, o famoso ato médico, cuja relatoria é da lavra, nesta Casa, do eminente colega Senador Antonio Carlos Valadares.

Eu queria comunicar à Comissão que apresentarei requerimento em relação a esta matéria. Queria aproveitar esta reunião para sugerir que, antes mesmo de esta matéria entrar em pauta e de que possamos apreciá-la, realizássemos audiência pública com as entidades de classe envolvidas nesta matéria, notadamente o Conselho Federal de Medicina, e demais entidades que envolvem todo nosso sistema de saúde, todas as entidades de profissionais de saúde. Considero importante esse debate.

Apresento essa sugestão para a Comissão, mas antecipo que apresentarei requerimento nesse sentido também, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode apresentar o requerimento, se quiser, ainda hoje, para audiência pública. É regimental, desde que V. Exª traga à Mesa por escrito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta, item 9: Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2010, não terminativo. Modifica as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, parra disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da advocacia pública em processos administrativos. De autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Relatoria do nobre Senador Alvaro Dias, que tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, antes de proferir o relatório, vou transmitir uma indagação às lideranças do Governo que recebo via internet.

Está repercutindo na internet uma notícia da Folha de S. Paulo de hoje, Senadora Marta Suplicy, que, na coluna de Mônica Bergamo, diz que: "Maria Bethânia receberá R$1,3 milhão para criar um *blog*. A autorização da verba foi dada pelo Ministério da Cultura. A cantora terá um *blog* denominado "O mundo precisa de poesia".

Está provocando uma certa indignação entre internautas que me pedem:

"Esclareça o fato".

Eu, sinceramente, como tantos brasileiros, sou admirador de Maria Bethânia e não quero me precipitar fazendo qualquer crítica. Quero apenas que a Senadora Marta Suplicy, que nos honra com sua presença nesta Comissão, possa nos informar depois se realmente a notícia é exata, se está havendo a liberação desses recursos, porque já há candidatos à apresentação de projetos para novos *blogs*. Um dos internautas disse: "Indague quantos milhões ainda restam, porque eu tenho um projeto a apresentar".

Neste momento em que o Governo fala em rigor fiscal, em cortes, em que há denúncias de utilização de recursos públicos em eventos, realmente é preciso esclarecer, é preciso explicar se há verdade nesse fato e qual a razão de o Governo liberar R$1,3 milhão para o *blog*.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra para apresentar seu relatório.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Portanto, deixo essa indagação e vou ao relatório agora, Sr. Presidente.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, dá para fazer 130 casas de R$ 10 mil!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Meu *blog,* minha vida! É o novo programa lançado no Ministério da Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Projeto de Lei nº 218, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, o projeto é constitucional. Não há restrição em relação à sua apresentação. Aliás, é uma sugestão da Ordem dos Advogados do Brasil. O projeto é de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A proposta, repito, foi apresentada pelo

Conselho Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

A matéria tem por objetivo o seguinte, Sr. Presidente.

É, certamente, de todo interesse público que o controle da legalidade dos atos administrativos seja reforçado. Esse procedimento é fundamental para que possamos combater a corrupção e garantir a probidade da Administração.

A proposição avança ao determinar que a autoridade somente possa decidir em desacordo com o parecer jurídico competente se motivar a sua decisão. Não se trata de inverter a hierarquia e determinar que a autoridade obedeça ao parecer de sua assessoria jurídica, mas de especificar que qualquer decisão política tomada em desacordo com as opiniões técnicas seja devidamente motivada e fundamentada.

A proposta que a Ordem dos Advogados do Brasil apresenta tem por objetivo valorizar as decisões de qualificação técnica e jurídica, priorizando-as em relação às decisões de natureza política. As alterações propostas irão, com certeza, aumentar a transparência das ações de Governo e garantir a melhoria do gasto público, ajudando a afastar ações deletérias para o Estado brasileiro.

Na verdade, o projeto pretende disciplinar a obrigatoriedade de manifestação e os efeitos da participação dos órgãos consultivos da Advocacia Pública em processos administrativos. Ou seja, é convocação da Advocacia Pública para oferecer parecer técnico-jurídico relativamente a decisões que são de responsabilidade política.

Certamente, essa participação da Advocacia Pública vai permitir a administradores públicos zelar pela dinheiro público com maior eficiência, evitando equívocos que constantemente são cometidos, não só no ato da licitação para uma obra pública, para uma compra ou para uma prestação de serviços, mas, inclusive, na execução desses projetos.

Com a aprovação do PLS nº 218, de 2010, serão dificultadas práticas hoje disseminadas, como o grande número de dispensas e inexigibilidade de licitação nas compras e obras públicas, bem como o superfaturamento dos valores presentes nos contratos públicos.

Nós temos visto o Tribunal de Contas da União denunciar rotineiramente o superfaturamento de obras. Temos visto o Tribunal de Contas da União apontar irregularidades até singelas, ingênuas, e certamente há a necessidade desse amparo técnico e jurídico para evitar que esses equívocos ocorram na proporção em que estão ocorrendo atualmente.

Nós apresentamos emendas para aperfeiçoar a proposta. A primeira busca retomar a redação original oferecida pela OAB/DF para o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, que é a Lei de Licitações.

Efetivamente, o texto inicial torna ainda mais eficiente a defesa do interesse público e assegura maior segurança ao próprio administrador público. Ademais, a medida visa fortalecer o controle prévio de legalidade, bem como ressaltar a exclusividade das atribuições constitucionais da Advocacia Pública, conforme dispõem os arts. 131 e 132 da Constituição Federal, fato recentemente reiterado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Reclamação nº 8.025.

No feito, relatado pelo Ministro Eros Grau e julgado em 9 de dezembro de 2009, o Excelso Pretório consignou expressamente que somente a Advocacia Pública poderia promover a defesa processual e a representação extrajudicial de órgão da administração pública.

A segunda emenda visa, inclusive seguindo as conclusões do parecer aprovado pela Comissão de Direitos Humanos, equacionar uma lacuna na atual legislação. Trata-se da responsabilização dos membros da Advocacia Pública. Para tal, impende seja incorporada a redação utilizada no Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Pública, elaborado pela Comissão de Juristas constituída pela Portaria nº 426, de 6 de dezembro de 2007, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com efeito, o advogado público não deve ser responsabilizado por suas manifestações técnicas, salvo nas estritas circunstâncias em que comprovada previamente pelas Corregedorias da Advocacia Geral da União e das Procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a ocorrência de conduta dolosa ou erro grosseiro.

Essa é uma emenda que se justifica, porque, obviamente, é preciso a constatação de conduta dolosa ou erro grosseiro para a responsabilização do advogado público.

Portanto, Sr. Presidente, são essas as considerações e são essas as emendas apresentadas. Nós opinamos favoravelmente à proposta, achamos que contribui para reduzir o índice de desvios que ocorrem na Administração Pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, acho que essa é uma daquelas matérias que surgem de ótimas intenções, mas que, na verdade, burocratizam muito mais todo o processo licitatório.

Sr. Presidente, fui Prefeito de uma cidade e vou relatar algo de que os senhores aqui talvez não te-

nham conhecimento. Por exemplo, um convênio com o Governo Federal. Entre o momento em que a gente decide começar uma obra até efetivamente poder começá-la, há um intervalo que não é menor do que um ano ou um ano e meio. Há o processo interno na Prefeitura, todas as Secretarias pelas quais tem de tramitar o processo... Já está garantida pela Lei nº 8.666 a necessária análise jurídica dos processos.

Lá no Rio de Janeiro, ainda havia uma situação a mais: a análise prévia do Tribunal de Contas do Estado. Depois, a análise da Caixa Econômica Federal quando se tratasse de convênio com o Governo Federal. É uma luta começar uma obra, uma luta continuá-la, uma luta para encerrá-la.

E o que esse projeto faz, Senador Alvaro Dias? Sei que a intenção da Comissão de Direitos Humanos e da OAB do Distrito Federal é a melhor possível, mas a proposta centraliza pelo núcleo consultivo de seus órgãos superiores de assessoramento jurídico. Falo em todas as prefeituras, governos de Estado, que existe um procedimento das secretarias fazerem os seus processos licitatórios.

As Secretarias de Saúde, em todos os Municípios do País, têm autonomia de gestão financeira. Ela faz por lá, tem seu exame jurídico lá na secretaria. Com esse projeto, tudo isso que está acontecendo nas secretarias teria que passar pela Procuradoria-Geral. Isso significa atrasar o procedimento. Tenho certeza de que se as Procuradorias dos Estados e dos Municípios fossem consultadas sobre esse projeto, seriam contra.

E tem mais, há um ponto nesse projeto que fala o seguinte: se deixar de submeter, nos termos do Parágrafo Único do art. 38 dessa lei, as minutas dos editais de licitação, bem como os contratos, acordos, convênios ou ajustes, à apreciação do órgão jurídico integrante da advocacia pública, há uma pena de detenção de três a cinco anos e multa, sem prejuízo da responsabilização por improbidade administrativa. Ou seja, não estamos falando de corrupção, de desvios, de um problema formal.

Então, eu queria a orientação de V. Exª, Presidente Eunício, pois tendo a pedir vista aqui. Não quero tolher o debate. Não sei se peço agora ou peço depois.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vamos votar contra. Esse projeto é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Exª vai pedir vista...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) - Não. Eu posso...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Acho que dá para derrubar o projeto agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Exª vai pedir vista, a hora é agora.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Se V. Exª pedir vista, eu até prefiro, porque esse é o projeto de uma Comissão da Casa: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Creio que temos que, pelo menos, dar oportunidade a autores do projeto de sobre ele se manifestar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Ótimo. Peço vista, então.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Particularmente, sou favorável ao projeto. Considero importante essa participação da advocacia pública para evitar que se cometam equívocos. É evidente que já há uma obrigação do administrador convocar sua assessoria jurídica, mas o projeto impõe, o projeto estimula. Creio que acrescentamos rigor. E essa questão da eficiência, creio que é muito de ter uma relação direta com competência, com eficiência. Desburocratizar cabe também ao Chefe do Executivo, que tem que ter a aptidão para o Executivo a fim de superar todos esses entraves propostos pela burocracia.

Portanto, prefiro que seja pedido vista. O Relator anterior foi o Senador Paulo Paim, que também ofereceu parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental e o Projeto de Lei nº 218 está com vista para o Senador Lindbergh Farias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) –Só para adiantar uma discussão. A coisa é muito simples: vamos supor que o advogado... Aqui há um dispositivo que diz que é improbidade administrativa deixar de fundamentar ato administrativo praticado em desacordo com a orientação do parecer jurídico. Então, é ato de improbidade.

Muito bem. O advogado dá o parecer favorável, o gestor acolhe esse parecer do advogado, e aí se configura, de alguma forma, corrupção. O advogado vai responder por improbidade? Ele deu o parecer favorável, o gestor acolheu. Quer dizer, estamos criminalizando e tornando improbidade.

Acho que o advogado, aquele que quer participar, mas... Olha o absurdo desta medida: o gestor discorda da posição do advogado. Se ele discordou, é obrigado a comunicar ao Tribunal de Contas. Não tem nada a ver.

Vamos supor que esteja na fase preparatória, pior ainda. Deixar de comunicar ao Tribunal e aos órgãos de controle interno: pena de detenção de três a cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, então V. Exª

pede vista conjunta? Para ajudar na nova redação do projeto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. Vou deixar para ele.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu consultarei o Senador Demóstenes Torres.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para dizer ao Senador Alvaro Dias...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É pela ordem, Senador?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – É pela ordem. Apenas para dizer ao Senador Alvaro Dias que não sei de notícias do projeto.

Meu Blog, Minha Vida, mas recebi aqui também a notícia de que, lá em São Paulo, no governo tucano, está havendo tanta enchente, Sr. Presidente, que eles estão lançando outro programa, chama-se Balsa Família.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um requerimento extrapauta sobre a mesa.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, item 101, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de ciclo de audiências públicas sobre o papel informativo e educacional dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico e à disseminação de entorpecentes, especialmente o crack.

Esse requerimento é de nossa autoria. Eu peço o apoio dos nobres Pares e submeto-o à apreciação dos Srs. Senadores.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Há outro requerimento sobre a mesa.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, item 101, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir os temas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE. Para tanto, solicito que seja convidado o Presidente da Ajufe, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy. Senador Anibal Diniz.

Com a palavra V. Exª para defender seu requerimento, se houver necessidade.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, tive a oportunidade de estar com a Associação de Juízes Federais na quarta-feira que antecedeu o carnaval. Apresentaram-nos alguns assuntos de extrema urgência e gravidade que julguei trazê-los à Comissão de Constituição e Justiça porque todos dizem respeito a constitucionalidade.

O primeiro deles diz respeito à questão remuneratória de juízes federais que tem uma diferenciação em relação aos procuradores da República. Eles reivindicam equiparação. Achei por bem que o assunto fosse tratado aqui.

No segundo item, eles pedem que nós tratemos, tanto aqui quanto na Comissão de Direitos Humanos, de solicitação para que todos os crimes contra os direitos humanos sejam tratados exclusivamente pela Justiça Federal.

O terceiro item diz respeito às ameaças constantes que têm sido feitas contra os juízes que estão apurando casos relacionados ao crime organizado. Então, nós temos vários deles sofrendo ameaças, principalmente no Mato Grosso. Seria interessante que nós tratássemos desse assunto aqui.

E o quarto item diz respeito à maior participação dos juízes federais nos tribunais regionais eleitorais, que é outra reivindicação bastante interessante para ser discutida nesta Comissão. Por isso trouxe esta proposta a esta Comissão e espero contar com o apoio dos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, tem V. Exª a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, só para apoiar o requerimento que foi feito. De cabeça e sem maiores exercícios de memória, eu lembro de três juízes federais que, em razão de suas atribuições, se encontram ou já foram ameaçados. O juiz Pedro Francisco, que oficiou no Acre e depois em Mato Grosso; o juiz Julier Sebastião da Silva, em Mato Grosso; e o juiz Odilon, em Mato Grosso do Sul. Portanto, esse tema é importante. Parabenizo o Senador pelo seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento do nobre Senador Anibal Diniz.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 2, de 2011, desta CCJ, de criação de nova subcomissão temporária, composta por cinco membros, para análise do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 96, de 2009, reforma administrativa desta Casa, esta Presidência faz a designação do Senador Benedito de Lira para compor a referida subcomissão que já é composta pelos Senadores Eduardo Suplicy, Vital do Rêgo, Cícero Lucena e Ricardo Ferraço.

E convoco reunião da Subcomissão para as 17 horas, no plenário desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12h48min.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia quinze de março de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Angela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, João Alberto Souza, Pedro Simon, Benedito de Lira, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Kátia Abreu, Armando Monteiro, Marinor Brito, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rego, Francisco Dornelles, Alvaro Dias e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, Ricardo Ferraço, Lúcia Vânia, João Vicente Claudino e Ana Amélia, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 1/11-CE, de autoria do Senhor Senador Roberto Requião, destinada a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, sobre os "Planos e Diretrizes do Ministério para os próximos quatro anos". Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Alvaro Dias, Marisa Serrano, Angela Portela, Marinor Brito, Kátia Abreu, Wellington Dias, Pedro Simon, Paulo Bauer, Magno Malta, Walter Pinheiro e João Pedro, não-membro da Comissão. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às treze horas e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sr.ªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 01, de 2011, de minha autoria, convidando o Exm.º Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, que já se encontra aqui à Mesa, para participar da abertura dos trabalhos desta Comissão, com vistas a expor as Diretrizes do Plano de Governo para os próximos quatro anos.

Dando início à audiência - que o Regimento diz ser pública, mas não é tanto assim, porque a palavra é reservadas às Sr.ªs e aos Srs. Senadores -, como o Sr. Ministro já se sentou à Mesa, vamos dispensar a formalidade do convite, sem mais delongas, passo a palavra ao Ministro Fernando Haddad, que vai conversar conosco sobre os projetos do Ministério da Educação.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Fernando, com informalidade e objetividade.

O SR. MINISTRO DA EDUCAÇÃO (Fernando Haddad) – Muito bom dia a todos, Senadoras e Senadores, cumprimento a todos na figura ilustre do Companheiro Roberto Requião, Senador e Presidente desta Comissão, com quem tive o privilégio de conviver durante o seu Governo, à frente do Estado do Paraná, com o qual mantivemos excelentes relações de trabalho e de parceria. Cumprimento todos os Senadores e todas as Senadoras que me dão o privilégio desta audiência. É costume de o Ministério da Educação fazer-se presente na abertura dos trabalhos legislativos. Tenho tido a honra de ser convidado a cada abertura e a participar de cada uma.

Penso que essa prática tem favorecido enormemente o trabalho do Ministério da Educação e a parceria do Executivo com o Legislativo. Digo isso, animado

por uma recente publicação do Ministério da Educação, em que foi compilada, Senador Requião, toda a legislação educacional produzida no período 2003/2010. Ali os Senhores vão encontrar duas Emendas Constitucionais, que praticamente reescreveram o capítulo da Educação da nossa Constituição, cerca de 50 Leis sancionadas e um conjunto de 52 Decretos pactuados com o movimento social, com a sociedade civil organizada e com a comunidade educacional do País.

Portanto, estamos falando de mais 100 atos, 100 normas, que vão, desde a criação do Fundeb, do Piso Nacional do Magistério, do fim da DRU* e da obrigatoriedade da matrícula de quatro a dezessete anos até a regulamentação da educação especial, com a dupla matrícula, da educação indígena, com os territórios etnoeducacionais, educação no campo e assim por diante.

Não houve assunto que esta Casa e a Câmara dos Deputados não tenha tratado. Todos os assuntos importantes da área da educação foram devidamente tratados pelo Legislativo. Para nossa alegria, podemos dizer que esse conjunto, essa legislação - repito: são 2 Emendas Constitucionais e 50 Leis sancionadas, leis estruturais. Não estou falando das pequenas leis, que muitas vezes chegam à Casa para corrigir uma redação. Estou falando de leis estruturantes -, toda essa legislação, foi praticamente toda aprovada por unanimidade.

Por que faço referência a isso? Evidentemente, porque isso não poderia ser mérito nem do Executivo, nem do Legislativo apenas, mas, primeiro, da sociedade,que amadureceu e colocou a Educação em um patamar de discussão como política de Estado, não política de Governo, e capaz de tratar os assuntos educacionais deixando de lado as clivagens partidárias – muitas vezes artificiais, quando o tema é Educação – e colocando no centro das atenções o direito do educando. Ou seja, tanto o Senado quanto a Câmara souberam se despir dos preconceitos, de dogmas e falsas clivagens e contradições, e alçaram a Educação a uma condição que ela nunca vivenciou. Portanto, aprovar praticamente toda a legislação – e estou falando de 400 páginas de legislação –, aprovar tudo isso por unanimidade, muitas vezes por voto de Liderança, significa dizer que avançamos muito no diálogo com o Legislativo e com a Oposição, em particular, que também teve a grandeza de apresentar as suas objeções, sugestões e críticas no momento certo, e verificar o acolhimento dessas sugestões, quando pertinentes, para o aperfeiçoamento dos textos que foram, ao final, promulgados ou sancionados pelo Presidente da República.

Penso que é com esse espírito que queremos abrir os trabalhos legislativos deste ano, sobretudo um ano especial, porque teremos diante de nós a tarefa de aprovar o Plano Decenal de Educação 2011/2020. Este plano é fruto de três conferências nacionais: uma Conferência da Educação Básica, uma Conferência da Educação Profissional, e uma Conferência Nacional de todas as modalidades, níveis e etapas da Educação, que produziu um texto que foi a base do trabalho que o Ministério fez para compilar metas factíveis, claras, mensuráveis e enxutas, para que a sociedade possa controlar a execução do Plano. O que queremos é aprovar um plano que tenha não apenas forte participação social na sua elaboração, mas sobretudo na sua execução. Queremos transformar o Plano em uma espécie de carta direcionada a cada cidadão, para que cada família possa acompanhar, no seu município, no seu estado, no conjunto do País, o cumprimento das metas estabelecidas.

Este plano traz muitas inovações, em primeiro lugar, pela sua abrangência. Procuramos estabelecer metas, da creche até a pós-graduação, sem pular nenhuma etapa, sem pular nenhum nível de ensino, mas todas as metas são quantificadas e, portanto, ao serem mensuráveis, podem ser acompanhadas, ano a ano, por meio da publicação dos censos, tanto do Inep quanto os dados do IBGE. Poderemos fazer um acompanhamento fino dessas metas, a partir da sua aprovação.

Em segundo lugar, é um plano que incluiu aquilo que estava ausente do plano anterior, que são as metas relativas à qualidade do ensino. Criamos indicadores de qualidade, tanto para a educação básica quanto para a educação superior, e não perseguiremos apenas dados quantitativos, vamos perseguir metas qualitativas, com acompanhamento fino e com aderência das metas nacionais aos exames, inclusive internacionais, dos quais o Brasil participa. Este é um segundo diferencial do Plano Nacional de Educação, que chegou à Câmara dos Deputados.

Um terceiro diferencial, também muito importante. Um foco muito marcante na figura do profissional da Educação, ou seja, há metas específicas tanto de formação dos profissionais da Educação, de apoio a estes profissionais, mas, sobretudo, de valorização da remuneração do profissional da Educação.

É a primeira vez que o País estabelece uma meta dizendo que o salário médio do magistério não pode ser inferior ao salário médio dos demais profissionais de nível superior do País, ao final desta década. Nós queremos que a média salarial, que hoje está em 60%, atinja 100% da média dos demais profissionais de nível superior. Porque nós não podemos continuar

perdendo talentos para outras profissões, talentos vocacionados para o magistério, que é o que tem ocorrido muitas vezes.

Em especial, nós aumentamos em 84% o número de formandos em licenciaturas, de 2002 a 2009, que é o último censo divulgado. Em apenas 7 anos, houve um aumento de 84% na formação de licenciados e, não obstante isso, ainda há falta de professor no País. Por quê? Porque muitos não veem, mesmo depois de formados numa licenciatura, a carreira docente como uma carreira atraente e procuram outras oportunidades de trabalho. Isso precisa parar de acontecer e independe do esforço apenas do Ministério da Educação.

Nós dependemos de uma lei federal, que é a lei do piso, que foi fixado recentemente em R$1,187 mil, o que para as regiões Norte e Nordeste é um valor que dobra aquele encontrado dez anos atrás, mas é um valor ainda insuficiente. Portanto, os planos de carreira precisam estar coerentes com essa perspectiva de valorização do professor.

Nós conseguimos, em 20 metas, contemplar da creche à pós-graduação, incluir as metas de qualidade e reconhecer a figura do professor como a figura central para continuarmos o círculo virtuoso que estamos vivendo, de melhoria das condições de ensino no País. E há uma última meta, também derivada de uma emenda constitucional, que é a meta que estabelece, sem chance de veto agora, um percentual do PIB a ser investido em educação por parte do Estado brasileiro. E nós oferecemos a tese de que o Brasil tem que alcançar 7% de investimento público em educação como proporção do Produto Interno Bruto.

Lembro aos senhores que essa meta foi vetada no plano anterior sob a alegação de que ela conflitava com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Qual foi a estratégia do Ministério da Educação? Nós fizemos incluir na Constituição, portanto, uma norma de hierarquia superior à Lei de Responsabilidade Fiscal, uma determinação de que o Plano Nacional de Educação fizesse constar uma meta específica sobre investimento público em educação como proporção do PIB e, por isso, já o projeto de lei contemplou essa possibilidade que agora atende a essa norma que é constitucional.

Então, penso que, sem prejuízo dos aperfeiçoamentos que serão feitos pela Câmara e pelo Senado, entendo que o PL encaminhado é um bom início de conversa. Obviamente que teremos alguns meses na Câmara, alguns meses no Senado, para dialogarmos sobre o plano, fazermos a sintonia fina desse plano com os anseios do País, mas entendo que essas metas estão coerentes com a evolução da educação brasileira na última década. Faço referência específica à evolução do Ideb e a evolução do Brasil no Pisa.

A evolução do Ideb, até 2009, atendeu a todas as metas propostas por ocasião do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação. Ou seja, o País está reagindo ao sistema de metas de qualidade, que era algo que poucos consideravam quando as metas foram lançadas. Quando as metas de qualidade foram lançadas, o sentimento era de incredulidade. As pessoas imaginavam que o Brasil não teria condição de cumprir as metas estabelecidas, metas que são aferíveis a cada dois anos pela aplicação da prova Brasil em todas as escolas públicas do País.

Dados são divulgados na Internet para o acompanhamento do cidadão, escola por escola, Município por Município, rede por rede, para que tenhamos condições de saber quais foram os Municípios e Estados que cumpriram, quais os que não cumpriram, e dar condições ao Ministério de fazer chegar o recurso – que foi triplicado, nosso orçamento triplicou de 2005 para cá. Esses recursos estão chegando agora com mais facilidade aos Municípios que mais precisam. E não estou falando apenas dos R$10 bilhões de aporte da União para efeito de complementação do Fundeb. Estou falando de todos os recursos, inclusive o de uso discricionário pelo Ministério. Esse uso discricionário deixou de ser tão discricionário quanto era. Por quê? Porque agora há uma determinação de decreto presidencial que impõe ao Ministério fazer chegar o recurso nos Municípios com os menores indicadores educacionais, tanto quantitativos quanto qualitativos.

Então, se nós fomos capazes até aqui de cumprir as metas de qualidade estabelecidas no PDE, e, em grande medida, cumprir as metas de quantidade, sobretudo no que diz respeito à pré-escola, ensino fundamental... No que diz respeito à educação superior, há aí uma pequena divergência em relação à abordagem que se faz, em relação à meta do plano anterior: se se usa a taxa líquida ou se a taxa bruta. E por que o MEC defende a utilização da taxa bruta para aferição dessa meta de 30% de 18 a 24 anos na universidade? Por uma razão simples: quando abrimos uma vaga no ProUni, ou no Fies, ou no Reuni, ou na Universidade Aberta, ou num instituto federal, quando abrimos oportunidades educacionais num País que está vivendo a sua maior expansão de acesso à educação superior da história, não se consegue circunscrever essas vagas novas à população de 18 a 24 anos. Muitos cidadãos com 25, 26, 30, 31 anos veem na abertura de vagas a oportunidade que não tiveram quando estavam na idade de cursar uma universidade. Então, nós temos hoje metade da comunidade universitária, praticamente metade, com mais de 24 anos. Mas por que eles estão regressando à universidade? Porque as oportunidades estão sendo abertas.

Então, num país desenvolvido, que já deu conta da sua dívida educacional, é fácil definir a taxa líquida. Mas, num país que só agora abriu os olhos para o acesso à educação superior – estamos falando de alguma coisa em torno de... [*Inaudível. Falha na gravação*] ...pós-Constituição de 88, vamos dizer assim, começa uma expansão, e ela tem uma inflexão importante nos últimos cinco anos: saltamos de 3,5 milhões para 6 milhões de universitários no País, com esses programas a que fiz referência. Não se consegue circunscrever a matrícula à população de até 24 anos. É natural que as pessoas mais velhas, um pouco mais velhas, percebam a oportunidade de ter uma bolsa do ProUni, de ter um financiamento estudantil e regressem à universidade. Isso é bom para o País, porque estamos educando aqueles que são os pais das crianças que estão na escola. Então, é a família toda que está, de certa maneira, sendo contemplada por políticas educacionais de acesso. Isso é muito bom, porque, num curso de uma geração, muda-se de patamar.

As metas, do meu ponto de vista, são metas ambiciosas. Não será fácil para o Brasil atingir, até 2021, a média dos países da OCDE. Nós estamos falando de países com três vezes a renda *per capita* brasileira, três vezes a renda *per capita*! A maioria dos países não participa dos exames internacionais. Só um terço dos países participa dos exames internacionais. Todos os países praticamente têm renda *per capita* superior à brasileira. Os países de médio desenvolvimento e baixo desenvolvimento sequer participam dos exames.

Então, essa meta de em 2021 chegar à média dos países da OCDE, em meu ponto de vista, é uma meta extremamente ambiciosa que, em 2009, foi cumprida. Se nós considerarmos o Pisa de 2000, 2003, 2006 e 2009, vamos verificar que nós estávamos no pior momento da educação brasileira, no ano 2000 e, de lá para cá, tem havido uma evolução progressiva que, inclusive, chamou a atenção do Departamento de Estatística da OCDE, que está vindo ao Brasil este mês para fazer um documentário a respeito da evolução dos indicadores brasileiros na educação.

Então, nós tivemos um crescimento que é o terceiro maior dentre todos os países participantes; só Luxemburgo e Chile ficaram com um desempenho incremental superior ao do Brasil, sendo que Luxemburgo é um país com menos de um milhão de habitantes e o Chile é um país com menos de dez por cento da população brasileira. Todos os demais participantes tiveram um incremento inferior ao do Brasil e muitos países desenvolvidos tiveram uma redução no desempenho nos exames internacionais, sendo que a média da OCDE permaneceu a mesma entre 2000 e 2009, porque alguns países melhoraram e outros países pioraram. Então, a média permaneceu estável durante 10 anos e o Brasil teve o terceiro maior incremento. É óbvio que nós temos que reconhecer que temos um longo caminho a trilhar, mas todos os relatórios internacionais mostram cabalmente que o Brasil está no caminho certo. Eu não vi nenhum relatório internacional, seja da UNESCO, seja do Banco Mundial, seja da OCDE, colocando o Brasil em uma situação crítica. Ao contrário, os relatórios mencionam os avanços da educação brasileira e fazem referência às ações específicas que foram tomadas para que esse resultado fosse alcançado.

Entendo que o Brasil, como nação, dá mais valor à educação hoje, mais do que nunca, as famílias estão mais atentas à realidade educacional. A pressão sobre o sistema de ensino é uma pressão que considero forte, tanto às instituições de ensino superior, quanto às escolas que têm o seu desempenho mensurado, como disse, a cada dois anos. Então, isso tudo cria um caldo de cultura muito favorável, que combina financiamento ampliado, gestão dos recursos, valorização do magistério e dos trabalhadores da educação e avaliação continuada, de maneira que nós possamos acompanhar a evolução do desempenho nas provas nacionais.

Esse é basicamente o pano de fundo do nosso trabalho. Posso, ao longo do debate, detalhar um pouco melhor quais são as iniciativas que o MEC pretende tomar ao longo dos próximos anos para que esses resultados continuem sendo alcançados e faço referência ao esforço de governadores e prefeitos, porque sem o apoio de governadores e prefeitos essas metas da educação básica não seriam atendidas. Estou na presença de vários ex-governadores aqui que sabem do que estou falando. Quer dizer, o esforço dos governos estaduais e dos governos municipais para colocar educação de qualidade na agenda é algo que merece consideração e respeito por parte de todos nós. E esperamos que com essa nova safra de governadores recém-empossados esse ciclo se mantenha e a parceria com o ministério da Educação se fortaleça. Quero dizer que já estive na presença dos atuais secretários estaduais de educação e vejo que o clima até melhorou; o clima é cada vez melhor. Não que fosse ruim, mas já era bom e está melhor, um clima de parceria, um clima de aproximação, de alinhamento das ações, de criação das sinergias adequadas, e o MEC manterá a política de receber a todos da forma mais republicana possível, da forma mais republicana possível. Todos os governadores e prefeitos são atendidos da mesma maneira no Ministério da Educação.

E essa abertura é tanta que as primeiras audiências solicitadas depois da posse dos secretários foram justamente de Estados governados pela oposi-

ção. Então, para nossa satisfação, nossa mensagem aos Secretários é compreendida de que o Ministério está a serviço de um projeto nacional e não de um projeto de governo ou de um projeto partidário; um projeto nacional.

Semana que vem, teremos um evento forte do PAC 2: o estabelecimento de convênio para as nossas Supercreches do Proinfância. Temos meta de mais seis mil Supercreches no País, e vamos iniciar o processo de convênio neste momento, superando algumas dificuldades encontradas pelos prefeitos, as quais eram muito comuns até a inclusão do programa Proinfância no PAC 2, que dá mais liberdade e mais flexibilidade de ação tanto para o Ministério quanto para as prefeituras.

Quero dizer também que há governos estaduais apoiando os Municípios no atendimento à primeira infância, sobretudo. Então, há parcerias sendo feitas País afora nesse sentido, e entendo que estamos em um momento importante de alinhamento de Estados, Municípios e União, em proveito desse plano nacional.

Reitero a nossa disposição sempre para o debate, para o diálogo, para a abertura, para a transparência total em relação ao nosso trabalho. Todos os dirigentes do MEC estão cem por cento disponíveis para esta Comissão; se convidados a virem, virão prestar os esclarecimentos devidos. Nós prestamos muitas informações por escrito, as solicitações são recorrentes e procuramos atender da melhor maneira possível. E os gabinetes – o meu gabinete, o gabinete do Secretário-Executivo, que está aqui, e do Chefe de Gabinete – estão abertos para que os senhores possam participar da gestão com a familiaridade que desejarem. Nós os receberemos sempre como vocês nos recebem, de braços abertos, em audiência, para aprofundarmos a discussão, porque penso que o que nos une aqui é um senso comum de que temos avanços a comemorar, mas temos muito trabalho a fazer, e isso depende do bom diálogo do Executivo com esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Encerrada a exposição do Ministro, vamos dar oportunidade aos Senadores para suas manifestações. Três minutos para o Senador, três minutos para a resposta do Ministro, dois minutos para a réplica – é o que estabelece o Regimento Interno do Senado.

O primeiro inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente Senador Roberto Requião, Sr. Ministro Fernando Haddad, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Ministro, o assunto é conhecido e certamente V. Exª chega afiado e com a resposta na ponta da língua, mas eu não posso eximir-me de fazer a pergunta.

O Tribunal de Contas da União é uma instituição da maior respeitabilidade e conceito, extremamente qualificada tecnicamente; as suas auditorias devem ser devidamente consideradas, e obviamente as suas recomendações devem ser, de modo geral, atendidas com eficiência. E a razão da indicação... Diz respeito, inclusive, a um requerimento que apresentei há poucos dias ao Senado Federal pedindo a V. Exª explicações sobre se as determinações ou recomendações do Tribunal de Contas já foram cumpridas. Diz respeito à denúncia de que há vagas ociosas no ProUni, o Governo as paga, e, segundo auditoria do Tribunal de Contas, em dois anos, R$104 milhões deveriam ser devolvidos aos cofres do Tesouro Nacional. Repito: R$104 milhões em dois anos. Além disso, diz o Tribunal de Contas da União, o Governo paga um valor superior às mensalidades cobradas pelas instituições de ensino superior.

Portanto, são dois pontos essências nessa auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Esta é a primeira indagação. Não sei se o Presidente Roberto Requião vai estabelecer esse rito de pergunta e resposta – o que creio que seja melhor – ou se vai... Eu prefiro que V. Exª responda, Sr. Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – Muito obrigado pela pergunta.

Hoje, no mesmo jornal que publicou a matéria, sai a resposta do Ministério da Educação. Eu posso lhe assegurar que não só tem o mesmo entendimento sobre o trabalho do TCU que o senhor, de um trabalho de alta respeitabilidade, como posso lhe assegurar que o Ministério da Educação tem o melhor relacionamento possível com esta Corte que audita e acompanha o trabalho do Executivo.

Se o senhor perguntar aos Ministros do TCU sobre a visão deles do trabalho realizado pelo Ministério da Educação, eu tenho certeza de que o senhor vai ouvir muitos elogios, porque essa relação é muito estreita, e nós procuramos acompanhar rigorosamente os acórdãos do Tribunal e seguir meticulosamente as recomendações. Então, queria dizer que compartilho com V. Exª do apreço que tem por esta Corte. O MEC, como um todo, compartilha com esse sentimento.

No que diz respeito ao ProUni, há uma certa confusão que precisa ser esclarecida. Como de praxe, há muitos relatórios do TCU que são objeto de avaliação pelo MEC, que leva à consideração da Corte argumentos que, muitas vezes, são convincentes, outras vezes não são convincentes, e o MEC é obrigado a

se adequar. Mas nós sempre procuramos responder às arguições.

No caso do ProUni, Senador, há três regimes jurídicos distintos, completamente distintos. O primeiro regime jurídico é o regime jurídico da filantropia. Veja V. Exª: a filantropia, pelas leis aprovadas aqui no Congresso, ela é obrigada a destinar determinado percentual da sua receita para a gratuidade em educação ou em assistência. Ok. Há cada três anos, o MEC, agora pela nova legislação, renova ou não o Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas), se porventura for constado no relatório trienal que uma determinada instituição filantrópica não concedeu o número de bolsas que o Programa exige, essa instituição perde o certificado e passa a pagar a quota patronal, da qual é isenta. Então, veja V. Exª que a punição é extremamente severa. Uma entidade filantrópica que hoje não paga tributos, sequer a quota patronal, que é de 20% sobre a folha, imagine em uma entidade que é basicamente serviço, 20% sobre a folha é alguma coisa em torno de 12% do faturamento da instituição, ela deixa de recolher 12% do faturamento como quota patronal. Se no triênio não houver comprovação de que as bolsas foram ofertadas, ela perde esse benefício e passa a recolher 12% do seu faturamento a título de quota patronal. Então, quando o Tribunal diz que não há estímulo por parte do Programa ao preenchimento das vagas, eu posso lhe assegurar que, no caso da filantropia, isso não é justificado, porque perder este Certificado é praticamente condenar a instituição à extinção: ninguém consegue aumentar em 12% a sua receita para voltar a pagar a quota patronal. O senhor vai verificar que, agora que isso passou para a nossa jurisdição, a partir da Lei da Filantropia, isso vai ocorrer: instituições que vão perder este certificado.

O número de bolsas do ProUni – cerca de 40% – é oferecido por essas instituições. Outras 35% a 40% são oferecidas pelas instituições sem fins lucrativos não beneficentes. O que é uma instituição sem fim lucrativo não beneficente? É uma instituição que não paga tributos, com exceção da quota patronal. Ao contrário da beneficente, que não paga também a quota patronal, essas pagam apenas a quota patronal. Essa instituição adere ao ProUni por liberalidade, porque não goza de nenhum benefício adicional pela adesão ao programa. Ela já é isenta, pelo art. 155 da Constituição. Estamos falando de 80% do sistema, que não são regulados pelo programa, são regulados pela Constituição e pela Lei da Filantropia. Então, não há que se falar em renúncia do ProUni nesses casos. Porque, num caso, a instituição não tem benefício adicional e, no outro, pode perder o benefício de que goza, que é a isenção do recolhimento da quota patronal. Sobram 20%, que são bolsas oferecidas por instituições com fins lucrativos. Aí sim, nós temos um ponto. Nesse particular, nós tomamos duas providências. A primeira foi exigir que a bolsa não preenchida num semestre seja oferecida no semestre seguinte. Porque pode ocorrer, pelo calendário universitário, de, não havendo possibilidade de novas chamadas, esgotar o tempo dos duzentos dias letivos, com 75% de frequência. Se o aluno é obrigado a frequentar 75% de duzentos dias, ou seja, cento e cinquenta dias, a partir de um determinado ponto, a universidade não consegue fazer novas chamadas para o preenchimento das vagas. Nesse caso, ela é obrigada a oferecer a vaga no semestre seguinte. E, nesse caso, se a bolsa é preenchida no semestre seguinte, não há que se falar em benefício para a instituição, porque, até o momento em que pôde, ela tentou preencher as vagas oferecidas. E, a partir do momento em que isso acarretaria prejuízo acadêmico para o aluno, ela joga a bolsa para o semestre posterior.

Neste ano, nós instituímos uma figura que já cabe em outros processos, que é a chamada lista de espera. O ProUni não trabalhava com lista de espera, e passou a trabalhar com lista de espera, inclusive para acoplar o programa ao Fies. Por que digo ao Fies? Porque, uma vez preenchidas as bolsas do ProUni, a instituição vai continuar chamando, da lista de espera, novos pretendentes, porque o Fies, para essa faixa de renda, exime o estudante de fiador – com a nova legislação, que criou o Fundo Garantidor –, e ele pode fazer o primeiro semestre com o Fies e, eventualmente, tentar uma vaga no segundo semestre, do Prouni.

Então, são essas as considerações que vamos levar ao Tribunal de Contas, para demonstrar que está havendo uma dupla contagem de ociosidade. Estamos empilhando coisas, sem fazer os descontos necessários em virtude desse mecanismo de reposição de bolsas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com todo respeito, Ministro, V. Exª, a meu ver, não respondeu ao Tribunal de Contas da União. O Tribunal buscou dados na Receita Federal sobre as isenções fiscais concedidas às instituições de ensino superior. E separou as instituições sem fins lucrativos das instituições com fins lucrativos. E o número final, em dois anos auditados, 2005 e 2006, corresponde à necessidade de devolução dessas instituições da ordem de R$104 milhões. Em 2006, por exemplo, a isenção teria que ser de R$191 milhões ao invés de R$265 milhões.

Em 2005, R$76 milhões, ao invés de R$106 milhões. Portanto, para o Tribunal de Contas da União isso está muito claro e eu confio nos técnicos do Tribunal de Contas e até recomendo a V. Exª que confie também e que adote as providências necessárias em

relação às instituições que estão devendo ao Governo do País.

De outro lado, a outra questão suscitada pelo Tribunal de Contas da União, é que, pelos valores das mensalidades, o Governo está pagando mais do que deve pelas bolsas. Portanto, seria conveniente que o Governo pagasse diretamente, ao invés de conceder isenção fiscal. A isenção fiscal está ficando mais cara para o contribuinte brasileiro. Estamos pagando mais pela bolsa; as instituições estão ganhando mais do que cobram. Portanto, cabe ao Governo corrigir esses equívocos que estão sendo verificados e que o Tribunal de Contas constatou.

Estou preocupado com o tempo. Vou formular uma nova indagação, pois se o Ministro quiser voltar a esta poderá voltar, mas creio que é importante formular uma outra indagação que diz respeito às universidades. Aliás, o Brasil não pôde comemorar a sua presença no *ranking* das universidades *top* do mundo, infelizmente. Gostaríamos que essa comemoração pudesse ser feita pelo Governo. Não pôde fazê-la.

Há uma desconexão, a meu ver, entre o discurso oficial e a realidade da expansão das universidades que foi ainda há pouco decantada pelo Ministro Fernando Haddad. Aliás, anunciou-se, alardeou-se, inclusive durante a campanha eleitoral – esqueçamos a campanha eleitoral – mas alardeou-se ao final do Governo passado que, durante os oito anos foram criadas 14 universidades no País. Na realidade, apenas quatro novas universidades, dez já existiam, eram polos de universidades que ganharam reitorias e foram contabilizadas como novas universidades. E veja que há questões seriíssimas que dizem respeito à qualidade do ensino superior no País. Vamos dar alguns exemplos para o Ministro.

O terreno comprado em 2008 pelo Ministério da Educação para abrigar o campus da Universidade Federal em Osasco, São Paulo, quase três anos depois está abandonado. A placa que anunciava as instalações está caída em um matagal, ao lado de um lixão, como declara o reitor da Universidade, Walter Albertoni:

"A abertura do campus de Osasco tem origem em demanda política. No litoral do Rio de Janeiro, alunos assistem aulas em contêineres; no Pará, a Ufopa, criada a partir da fusão de um polo da Universidade Federal do Pará com a Federal Rural da Amazônia, sem estrutura para os cursos novos, mil e duzentos alunos assistem as aulas no espaço de eventos de um hotel de Santarém; no interior do Estado, as aulas são ministradas em escolas municipais.

Essa mesma solução logística foi adotada pelo Unifesp (Universidade Federal de São Paulo) de Guarulhos [e olhe que São Paulo é São Paulo], onde alunos de 6 a 11 anos vão dividir um Centro de Educação Unificado com universitários. Os espaços improvisados comprometem os cursos que necessitam de laboratórios. O cenário é de laboratório sem equipamentos, em lugares improvisados e com professores voluntários

No tocante a professor voluntário, a professora Marinalva Oliveira, que preside o sindicato dos docentes, declara que vai acionar o Ministério Público para denunciar a situação. Ele não passa por concurso, não recebe salário e não tem obrigação com nada, diz o sindicato em relação ao professor voluntário, que também compromete a qualidade do ensino.

As disfunções estão presentes igualmente no novo campus da Universidade Federal do Espírito Santo, em São Mateus. Estudante de farmácia não tem laboratório de farmacologia nem farmácia escola. Os aulões, nessa instituição, várias turmas assistem a mesma aula para aproveitar o professor, são cada vez mais comuns. É uma inovação, aulões com alunos de turmas diferentes, aproveitando o mesmo professor – o aproveitamento está comprometido, naturalmente. A síntese dessa expansão: os novos cursos estão funcionando com laboratórios sem equipamentos, em lugares improvisados e com professores voluntários. Conclusão: a ausência de planejamento, conjugada à pressa em expandir o ensino superior, está comprometendo a formação de milhares de alunos no País.

Eu poderia ir além, Sr. Ministro, mas, em respeito aos colegas, encerro por aqui a minha indagação, pedindo a V. Exª que reconsidere esse discurso de certa forma empolgado sobre a expansão do ensino universitário no País, porque a realidade está na contramão dessa propaganda oficial.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nem ficar muito pessimista, ficar no meio.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senador, a euforia é dos reitores, não é minha; a euforia é dos reitores, a euforia não é do Ministério da Educação. Faça a experiência de convocar, por sorteio, qualquer um dos 59 reitores das universidades federais...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Acho melhor convocar os alunos...

O SR. FERNANDO HADDAD – Deixe-me responder, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... esses dos contêineres etc.

O SR. FERNANDO HADDAD – Deixe-me responder, Senador.

Convoque o reitor de qualquer universidade federal – são 59 reitores, sendo 38 de institutos federais –, mas faça isso por sorteio para não correr o risco de viés, e pergunte a eles, que viveram os últimos trinta anos exercendo a profissão de professores e de

dirigentes, se viram um melhor momento da educação superior pública em nosso País. Saíram de uma situação de sucateamento, na qual 40% da força de trabalho era de temporários. Hoje só temos sete mil temporários, numa expansão que dobrou o número de vagas em cinco anos. Nós saímos de 113 mil vagas para 220 mil vagas de atendimento. Um programa que leva a educação superior para 126 cidades do interior, cidades que não tinham um único curso público, é um programa que enfrenta desafios enormes.

Vou citar um exemplo. No caso de Santos, a que o senhor se referiu, houve problemas com a empreiteira. A empreiteira atrasou a obra...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Santos?

O SR. FERNANDO HADDAD – Em Santos atrasou a obra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não me referi a Santos não.

O SR. FERNANDO HADDAD – O senhor se referiu a Santos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Osasco.

O SR. FERNANDO HADDAD – Em Osasco, o Prefeito deu um prédio em comodato por vinte anos...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não tinha incluído Santos na lista.

O SR. FERNANDO HADDAD – Tinha sim, o senhor falou. A sua assessoria preparou e o senhor deve ter se esquecido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não, não, não. Santos, não, mas Guarulhos, Osasco, Pará, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Mateus. Santos não.

O SR. FERNANDO HADDAD – Em Osasco, o Prefeito deu, em comodato, o melhor prédio da cidade, as aulas vão ter início agora. Eu convido o senhor a ir comigo à aula inaugural para verificar a qualidade das instalações. Vá a Osasco comigo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas três anos depois.

O SR. FERNANDO HADDAD – Mas nós não fizemos processo seletivo antes. O primeiro processo seletivo aconteceu agora.

Acontece que o senhor não sai de 113 mil vagas para 220 mil vagas sem enfrentar problemas com empreiteiros, sem enfrentar problemas de licitação. São 126 novos campos universitários, nós estamos construindo 3,5 milhões de metros quadrados nas universidades, entre reformas, recuperações e novas construções. São setenta mil professores. Eram 50 mil quando chegamos, 20 mil dos quais eram temporários. Hoje, dos 70 mil professores que temos, 7 mil são temporários. É uma realidade completamente diferente da que nós recebemos, completamente diferente.

Não acredite no MEC, acredite nos reitores, que estão há trinta anos militando pela causa. Convoque aqui o Presidente da Andifes. O Presidente da Andifes é uma pessoa que não foi nomeada pelo Presidente da República, mas uma pessoa que foi eleita pela comunidade, que recebeu o apoio de 58 outros reitores. Por que o Presidente da Andifs não é ouvido sobre a expansão? O senhor vai ouvir uma outra...

Às vezes, a gente se apega muito a matéria de jornal e se assusta com o que lê, mas quando você tem o quadro geral em mãos, verifica que a expansão e a inclusão são fatos no País. Hoje há muito mais jovens estudando. Nós multiplicamos por cinco o número de pessoas da classe D que estão em universidades, Senador. Nós já oferecemos, só pelo Prouni, mais de oitocentas mil bolsas.

E voltando à questão do ProUni, o Congresso poderia resgatar o projeto original do Governo, que previa a concessão de 10% de bolsas. O senhor sabe quem reduziu as vagas? Foi o Congresso. A nossa proposta era de 10% das vagas para o ProUni; o Congresso reduziu para 7,5. É o momento de o Congresso reconsiderar a decisão que tomou em 2004 e recuperar o texto original do Executivo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A questão não é o número de vagas; estão sobrando vagas

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – As vagas estão ociosas.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro, temos mais nove Senadores inscritos. A Comissão não pode se resumir a um diálogo entre o Senador Alvaro Dias e o Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – Em segundo lugar, Senador, o projeto original do Governo previa só bolsas integrais e o Congresso admitiu a possibilidade de bolsas parciais, que são justamente as bolsas que não são preenchidas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para réplica, Sr. Presidente, sucinta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A réplica já foi feita.

O SR. FERNANDO HADDAD – Mas Senador, não estou conseguindo responder.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para deixar claro...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A réplica já foi feita. Temos mais nove Senadores inscritos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É só para deixar claro: não estou me referindo a número de vagas. Estou me referindo às vagas existentes que estão ociosas, não estão sendo ocupadas. E o Governo está jogando dinheiro pela janela.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senador, deixe eu responder. Faço um apelo. Deixe eu fazer um...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Em relação à expansão do ensino, é fácil o discurso do Ministro. Óbvio. Ele divaga, ele convoca...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Alvaro Dias, a sua posição já ficou clara e mais clara ainda a resposta do Ministro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Agradeço a concessão do tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tenho uma proposta da Senadora Marinor Brito que quero submeter ao Plenário. Para que possamos fazer fluir esta audiência do Ministro da Educação, passaríamos a ouvir as interpelações do Srs. Senadores em bloco de três Senadores a cada vez e o Ministro responderia as três indagações. Submeto ao Plenário.

Só mais um tempo para o Ministro concluir a sua intervenção.

Mas submeto ao Plenário essa proposta da Senadora.

Aprovada.

Ministro, por favor.

O SR. FERNANDO HADDAD – Só para concluir, penso que há dois dispositivos originais da Lei do ProUni que poderiam ser considerados: o primeiro de resgatar os 10% de vagas em troca das isenções; e o segundo de considerar só bolsas parciais para o programa, porque as bolsas não preenchidas, em geral, são as bolsas de 50%. Em relação a essas bolsas é que há uma dificuldade de preenchimento.

Se esta Comissão entender, podemos selar um acordo e propor imediatamente essa reforma que resgata o texto original do Executivo e dar seguimento ao programa, que, como o próprio Tribunal de Contas colocou, é um programa muito exitoso, com foco e que tem trazido benefícios inestimáveis ao País. O único risco que ele corre é uma Adin que foi proposta por partidos de Oposição e que pode, realmente, entornar se o Supremo declarar a inconstitucionalidade da lei.

Mas se esse risco for afastado pelo Supremo Tribunal Federal, rejeitando a Adin proposta pela Oposição, quero crer que possamos continuar aperfeiçoando um programa que é um sucesso para os estudantes de baixa renda.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Marisa Serrano, Senador João Pedro e a Senadora Angela Portela, nesta ordem, para as suas intervenções.

Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Ministro e dizer que ele é sempre bem-vindo nesta Casa. Vamos continuar aqui discutindo e brigando pela educação. E a Oposição tem o seu papel: fiscalizar, acompanhar e propor, mas, além disso, fazer também o que a Situação não pode fazer, ou seja, acompanhar mais de perto as questões que dizem respeito à educação, que, a meu ver e tenho certeza que no de V. Exª também, é fundamental para um país que quer se desenvolver. Não tem jeito de falar em economia de Primeiro Mundo se a educação está lá embaixo.

Não estamos com boa educação no País, e V. Exª sabe disso. Não é preciso dizer que a nossa educação não nos alegra e não nos ufana de jeito nenhum. Queremos e precisamos muito mais do que isso. Ter alunos no ensino médio que não sabem ler, não sabem redigir um texto, não sabem decodificar um texto, Ministro, é muito triste para nós e é o que está acontecendo. Então, sabemos que precisamos fazer muito mais.

Mas eu tenho umas perguntas objetivas a fazer a V. Exª.

Na revista *Escola* de 2009, V. Exª falou sobre o Sistema Nacional de Formação e sobre a criação do fórum de apoio à formação no magistério. E V. Exª disse aqui que, no Plano Nacional de Educação, o foco tem que ser a formação do professor, além do salário. Gostaria de saber como está esse fórum, como foi feito. Porque não tivemos mais notícias. Procurei saber notícias, mas ninguém soube me dar, sobre o Sistema Nacional de Formação e, principalmente, sobre o fórum de apoio à formação dos professores.

Gostaria de perguntar a V. Exª também sobre o piso. V. Exª disse aqui que o piso foi de R$1,1 mil – isso?

O SR. FERNANDO HADDAD – R$1,187 mil.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – R$1,187 mil. Mas a CNTE acha que não é esse o piso. Os professores estão brigando, no País inteiro, e discutindo que o piso tem que ser elevado, tem que ser na base de R$1,5 mil. Então, como ficamos? Os professores, ou seja, a CNTE é que está fazendo uma avaliação errada ou é o MEC que está fazendo aquém? Isso é fundamental, até para esclarecer os professores, inclusive os do meu Estado, que me questionaram a respeito. Quer dizer, essa é uma questão que nós precisamos saber, e o MEC precisa esclarecer quem está com a razão: os professores ou o MEC.

Quero falar também sobre o problema do projeto de creches no País. Ministro, tenho conversado

com inúmeros prefeitos. Eles estão com medo desse modelo de creche muito suntuoso. Às vezes, o Município é muito pequeno para essa creche imensa, e o prefeito fala que não tem condições nem de mantê-la. Às vezes, para determinado bairro, precisa-se de uma creche para 100 alunos , e a creche que o MEC propõe é enorme. Quer dizer, ela não está adequada àquilo que é necessário. Essa adequação à realidade, Ministro, tem que ser revista. Não é possível não pensarmos que a realidade brasileira não é a realidade feita no gabinete do FNDE.

Quanto ao Plano Nacional de Educação – meu estudo foi preliminar, sobre as 20 metas –, é claro que vai ser discutido na Câmara e, depois, vem para o Senado. Apresentaremos as mudanças que acharmos necessárias para que o plano reflita o melhor possível daquilo que pensamos sobre educação no País. Toda esta Casa aqui pensa, tanto a Câmara quanto o Senado.

Por fim, gostaria de falar do PDE, que foi a linha de V. Exª frente ao MEC, nos anos passados. Quatro grandes linhas foram colocadas no PAR. Ele é plano de metas, o compromisso de todas pela educação – se não me engano era esse o título. Como disse, quatro grandes linhas foram colocadas. É claro que não temos tempo de tratarmos disso aqui. Mas se colocou aí a questão da gestão, a questão do financiamento, a questão da formação e a questão da prática. Se a educação não está ainda como queremos no País, como é que esse plano de metas está se colocando? V. Exª vai continuar com ele, vai adequá-lo à nova realidade? Ele não foi cumprido ainda, mas ainda será, ou já foi abandonado? Gostaria que V. Exª também pudesse nos apresentar isso aqui.

Ministro, fiquei muito triste com o corte de R$3 bilhões na educação. A Presidente Dilma tinha acabado de fazer um discurso, e eu fui à tribuna para elogiá-la, Ministro. Ela fez um discurso de início de ano letivo, levantando a população, e eu disse: "agora vai!" Mas, logo depois, ela corta R$3 bilhões da educação, Ministro! Isso, para mim, foi a gota d'água. Se a educação é prioritária neste País, é preciso mais recurso e não menos.

O Senador Alvaro Dias tem razão sobre a minha Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo que eu conheço, posso falar, e a Reitora Célia.

Quero dizer a V. Exª que todos os cursos estão com dificuldade, todos estão sem professores, mas, no curso de Direito, a quantidade de voluntários é uma vergonha, Ministro! Voluntários! Professores que são juízes, advogados. Um juiz me disse que está indo dar aula porque tem um filho lá e quer que o filho dele aprenda; e, como não tem professor, ele está indo lá. Então, gostaria que V. Exª questionasse a Reitora Célia sobre os voluntários – só do curso de Direito, não quero nem saber dos outros, que são menos. Do Direito, a grande maioria é de professores voluntários. Voluntários! É uma coisa incrível!

Era só isso, Ministro. Obrigada. Seja sempre bem-vindo aqui!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador João Pedro, três minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero reconhecer os números expressivos que o Ministro apresentou. Evidentemente, esses números têm que ser entendidos neste contexto em que vivemos, do que foi esse processo no Brasil, de como governantes, de como o Estado brasileiro tratou a educação, principalmente num Brasil com tantas diferenças sociais e regionais. Então, são números importantes que estamos aqui vendo, e quero parabenizar o Ministro Fernando Haddad e sua equipe, os governos, na condução desse desafio.

Quero, Ministro Fernando Haddad, primeiro, que V. Exª pudesse falar mais sobre o piso nacional, e a presença de V. Exª aqui conosco, no Senado, coincide – e penso que é uma boa coincidência – com a provável decisão, que espero seja favorável aos professores, pelo Supremo Tribunal Federal, nesta semana, provavelmente na quinta-feira, sobre o piso, pelo qual este Congresso tanto fez, com audiências públicas, debates de Deputados e Senadores. Inclusive, quando da sanção presidencial, lembro que estive na solenidade – e V. Exª também estava lá – de sanção pelo Presidente Lula desse projeto tão importante.

Agora, quando ouço minha colega militante e defensora da educação, da oposição, Senadora Marisa, falar do piso, nós poderíamos ter um piso acima de R$1.500,00 se ele estivesse sendo reconhecido e aplicado pelos governadores. A minha expectativa é de que possamos recuperar essa reivindicação antiga dos professores e que o Estado reconheça, como uma política de Estado, o piso nacional dos professores. V. Exª, naturalmente, falou de um piso sem tocar nessa conquista dos professores, do povo brasileiro, mas do Estado brasileiro, que está na Justiça. E espero que o Supremo possa decidir favoravelmente.

Outra questão: vivo num Estado que tem a maior população indígena do Brasil, que é o Amazonas, com desafios importantes. Desafios! Há uma dívida do Estado brasileiro com os povos indígenas. Eu quero reconhecer os avanços, mas é preciso fazer mais pelos povos indígenas, reconhecer essa pluralidade cultural e étnica do povo indígena, das línguas indígenas. Não podemos perder isso. No século XXI, o Estado brasileiro que avançou na democracia não pode esmagar

conhecimentos seculares que garantem, inclusive, a soberania nacional, que garantem a fronteira, que garantem ao povo brasileiro a composição da Nação. Então, como o MEC poderia fazer mais, do ponto de vista de reconhecer as línguas dos povos indígenas e trabalhar didaticamente conteúdos, o ensino, respeitando essas diferenças étnicas dos povos indígenas, não só no meu Estado, mas em toda a Amazônia?

Por fim, a política da construção dos institutos tecnológicos. O que há, do ponto de vista dessa política, para o Brasil?

E evidentemente gostaria de falar aqui de duas cidades referências no sul do Amazonas: Humaitá, que tem uma população significativa e que não mereceu, neste primeiro momento, a construção de um instituto, e Tefé, quase na fronteira, uma cidade polo, com uma população significativa, que mereceria, com certeza, a construção desse instituto. Mas o que tem de novo é que aprofunda uma política que considero estruturante e estratégica aos institutos tecnológicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Região. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Angela Portela, por três minutos, improrrogáveis.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Ministro Fernando Haddad, quero parabenizá-lo por sua gestão à frente do Ministério da Educação. Tenho acompanhado, com muita cautela, com muito cuidado, o seu esforço, a sua dedicação, a forma tranquila com que tem enfrentado as dificuldades que surgiram diante dos projetos grandiosos do Ministério da Educação, que têm contribuído muito para a valorização e desenvolvimento da educação em nosso País.

Gostaria de destacar que, no Plano Nacional de Educação, fiquei muito feliz, como professora de rede pública que fui, em ver que 20% das metas do Plano Nacional de Educação tratam diretamente da valorização e formação dos professores da educação básica de nosso País. Acho que isso é um ponto importante, que gostaria de destacar dentro do Plano Nacional de Educação.

A outra coisa que eu gostaria de destacar no Plano Nacional de Educação é a intenção de atender a mais de 50% das crianças brasileiras em creches. Nós não temos atendimento nem de 20% no meu Estado de Roraima, temos apenas 15% de crianças atendidas. Eu gostaria de valorizar e destacar a importância do Plano Nacional em olhar com carinho, com atenção, para a educação infantil em nosso País.

Quero dizer, Ministro, que uma preocupação com relação à execução do pró-infância é relativa ao baixo alcance de metas. No nosso Estado de Roraima, a gente percebe isso. Eu mesma, como Deputada, coloquei recursos de emenda para o pró-infância, tive uma negociação com o FNDE, para que os municípios que não fossem contemplados com o pró-infância pudessem ser beneficiados através de recursos do próprio Ministério. E nós tivemos uma baixa execução do recurso diante da dificuldade dos municípios, das prefeituras e também, de certa forma, do FNDE na avaliação dos projetos atendendo à demanda do Brasil inteiro.

Eu gostaria de saber se o Ministério tem alguma ação no sentido de procurar superar essa dificuldade na execução do pró-infância, principalmente nos Estados da Região Norte e no meu Estado de Roraima.

A outra coisa que eu queria destacar é que vimos, com muita satisfação também, no primeiro pronunciamento da Presidente Dilma, em nível nacional, o lançamento do Pronatec – Plano Nacional de Acesso à Escola Técnica. A gente sabe de algumas informações a respeito do Pronatec, que pretende atender mais de 1,5 milhão de alunos nos cursos técnicos profissionalizantes. Sabemos também que o Pronatec vai utilizar a estrutura do Sistema S, Senai, Sesc, vai fazer um financiamento estudantil para os alunos para ampliar o número de vagas.

Gostaria que o senhor explanasse um pouco mais a respeito desse Plano de fundamental importância para o nosso País, que é a expansão das vagas do ensino técnico.

Queria dizer, Ministro, que reconhecemos que são inegáveis os avanços da comunicação no Brasil, país que mais aumentou em escolaridade, que melhorou a escolaridade, evoluiu muito a qualidade da educação básica, do ensino técnico. O Presidente Lula foi muito enfático, lutou muito para aumentar o número de vagas no ensino técnico profissionalizante. Foram 214 novas escolas técnicas construídas. Tínhamos 160 mil vagas e aumentamos para 500 mil vagas. Os avanços na educação superior também foram inúmeros. Tivemos 150% a mais de vagas entre 2003 e 2010. Então, não podemos negar os inúmeros avanços na educação em nosso País em sua gestão, de 2003 a 2010.

Então, valorizando esses avanços, a gente não pode deixar de destacar essas dificuldades, tanto na execução do Proinfância quanto no novo programa que está sendo lançado, o Pronatec. Eu gostaria que o senhor desse maiores explicações sobre esse programas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Para responder, em bloco, às indagações dos três Senadores, Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD – Bem, começar pela questão dos professores, que, obviamente, pre-

ocupa todos: formação e piso. Dois assuntos da maior importância.

Senadora Marisa, nós, pela primeira vez, em 2009, fizemos o censo da educação superior por CPF, ou seja, coletamos os dados da educação superior como fizemos na educação básica. Na educação básica, desde 2006, passamos a coletar o nome de cada aluno, a situação de cada aluno, o progresso de cada aluno, um por um, dos 53 milhões de matriculados. Então, temos um banco da educação básica desde 2006 com todas as matrículas, nome por nome. Vale para o corpo discente, para os alunos, e vale para o corpo docente também. Todos os professores são recenseados um a um. Em 2009, fizemos a mesma coisa para a educação superior. E o que constatamos? Até lhe remeto matéria de jornal, saiu recentemente publicada. Para nossa alegria, tínhamos meta de que 330 mil professores, sem licenciatura, pudessem cursar uma faculdade. Nossa meta, em 2008, quando foi lançado o Plano Nacional de Formação, era de que os 600 mil – pouco menos, 570 mil – professores sem licenciatura, muitos deles estavam às vésperas da sua aposentadoria, dificilmente voltariam a estudar.

Então, pegamos aquele contingente de professores do começo da carreira, do meio da carreira e chegamos a esse número de 330 mil professores que teriam interesse, ainda pelo tempo de exercício profissional, a fazer uma licenciatura. Para nossa surpresa até, quando cruzamos os dois censos, o censo docente da educação básica com o censo discente da educação superior, o que nós descubrimos? Que 380 mil professores da educação básica estão estudando em faculdades e universidades. Trezentos e oitenta mil! Por que estão estudando? Por várias razões: porque abrimos os polos da universidade aberta, levamos licenciatura para o interior dessas 126 cidades, mudamos a regra do Fies, ou seja, o professor de escola pública não paga o financiamento estudantil. Não paga. Ele toma o financiamento e, assim que ele ingressar na rede pública, ele tem a dívida perdoada à razão de 1% ao mês de exercício profissional sem um centavo de dispêndio.

Essas iniciativas geraram este número: 380 mil professores da educação básica fazendo uma faculdade. Metade dos quais em pedagogia. Ou seja, estamos com essa ação voltada para os professores, atendendo a uma reclamação antiga da CNTE de considerar a formação um direito subjetivo do professor. Não é um dever; é um direito subjetivo do professor o direito à formação inicial e continuada.

Então, penso que, com esse cruzamento, estamos mostrando ao País que é possível, sim, oferecer a todos os professores formação adequada: Fies, Reuni, UAB.

Em relação ao piso. Para dirimir as dúvidas existentes sobre a interpretação da lei, vocês aqui, do Senado, já aprovaram e remeteram para a Câmara, em caráter terminativo, uma nova redação que põe fim à discussão. E essa redação foi elaborada de comum acordo com a CNTE. Então, estamos aguardando apenas o pronunciamento da Câmara, que já não tem mais muito o que fazer. É aprovar seu projeto ou o projeto do Senado. Esperamos que o do Senado seja aprovado, porque o acordo foi feito aqui, para colocar fim a essa discussão sobre o valor do piso, de maneira absolutamente transparente.

Para colocar fim a essa discussão sobre o valor do piso de maneira absolutamente transparente. Mil cento e oitenta e sete é a interpretação que a AGU fez da lei em vigor. Então, não é um número do MEC. Nós provocamos a AGU para que a AGU se manifestasse sobre a correta interpretação da lei, e com base no parecer da AGU é que divulgamos a sugestão do piso de R$1.187,00. A partir da aprovação da nova lei pela Câmara, deixa de ser uma sugestão no MEC e passa a ser uma regra cristalina. Se o Plano Nacional de Educação, que está no Congresso, for aprovado, chegaremos, em valores atuais, a um valor de piso de R$1.800,00 ao final da década, em valores atuais. Porque se quisermos garantir que a média de remuneração do docente seja equivalente à média de remuneração dos demais profissionais de nível superior, o piso vai ter que aumentar cerca de 60% ao longo da década, acima da inflação. E aí vamos estar com o Magistério em pé de igualdade com as demais profissões. Agora é preciso resgatar um pouco da história do piso. Foi feito um pacto no Palácio do Planalto, em 1994, na presença do então Ministro da Educação Murilo Hingel, pacto este assinado pela CNTE, pelo Consed, pelo Undime e pelo Ministério da Educação. Nós precisamos aprovar a emenda constitucional, que é a emenda do Fundeb, em 2006, tirar da gaveta o pacto, porque o pacto foi relegado a segundo plano, então, tiramos esse pacto da gaveta, que fixava em valores de 1º de julho de 1994 o piso de R$300,00, atualizamos este valor pela inflação e chegamos a esse valor hoje de R$1.187,00.

Então, veja o trabalho que deu resgatar um pacto lá de trás, que não foi considerado, e aprovar uma ementa constitucional para dar sustentação para uma lei que está sendo observada. Lá no Piauí, acabou-se uma greve atendendo à proposta do Ministério da Educação: havia uma greve, pelo piso, os trabalhadores pediam R$1.187,00; o Governo do Estado concedeu e pôs fim à mobilização dos professores. Ou seja, a lei esta sendo observada. É óbvio que se vai verificar

um prefeito ou outro com dificuldade, mas, para isso, destinamos um bilhão de reais do Orçamento de 2011, para acolher demanda de prefeitos que demonstrem, cabalmente, não ter recursos para o cumprimento do piso. Isto já está em vigor. A portaria já foi assinada pela Comissão Intergovernamental, que reúne Consed, Undimi e Ministério da Educação.

Em relação às creches, outro assunto muito importante: de fato houve essa provocação ao Ministério de modular as creches, e tomamos essa providência. Aquelas creches para 200 crianças, térrea, foram moduladas para atender, de um lado, pequenos Municípios e, de outro, regiões metropolitanas onde não há terrenos. Então, modulamos as creches para atender, de um lado, pequenos Municípios, que as vezes precisam de creches para 100 alunos, 100 crianças, e modulamos também o projeto para atender as cidades grandes, que também não têm terreno disponível – então, vão poder readequar – e incluímos no PAC 2. Por que incluímos no PAC 2? Para facilitar a burocracia dos convênios em geral. Então, sendo uma transferência legal, fica muito mais fácil para o prefeito administrar os fundos que são repassados. Isso tudo foi para desburocratizar aquilo que, reconhecidamente, estava servindo de entrave. Agora, lembro-me que o Proinfância não existia até 2007. Foi a primeira vez que o Ministério da Educação se preocupou em ampliar o atendimento em creche. Primeiro, acolhendo – o que era o nosso desejo e acabou sendo promulgado – as creches do Fundeb, que não estavam contempladas no antigo Fundef; e, em segundo, criando o Proinfância para expandir a rede física. Então, você tem a rede física de um lado e o Fundeb de outro, para garantir a manutenção. Quer dizer: um casamento perfeito que garante o avanço da matrícula, que foi dobrada, ao longo de dez anos. Foi mais do que dobrada. Nós saímos de 9% de atendimento, devemos chegar a 20% em 2010 – vão sair os dados do Censo do IBGE – e temos toda a condição, com o Pró-Infância e com o Fundeb, de, em 2020, aí sim, atingir a meta de 50%.

Vou ligar para a Reitora Célia, com quem tenho excelente contato, para saber o que está acontecendo na Faculdade de Direito. Mas queria citar um número, até para pacificar a discussão que tive com o Senador Alvaro Dias. Na OCDE, temos dezesseis alunos por professor. No Brasil, temos treze alunos por professor. Temos treze alunos por professor, no parque universitário federal. E na OCDE, temos dezesseis. A média de alguns países da OCDE é dezoito. Por isso que nós previámos no plano que uma das estratégias para atingir a meta de 50% de taxa bruta de matrícula é justamente melhorar a eficiência das universidades. Há espaço para melhorar a eficiência das universidades. Nós temos treze alunos por professor, nós podemos chegar a dezoito alunos por professor, sem nenhum prejuízo acadêmico. Caso contrário, a França e a Alemanha teriam baixa qualidade de ensino, e não têm. Então, nós temos excelentes professores e temos uma baixa... Deveríamos estar cobrando o oposto do que está sendo discutido aqui. Nós temos espaço para colocar mais aluno em sala de aula, e não menos. Na comparação com países desenvolvidos. Não estamos falando aqui de país subdesenvolvido. Estamos falando de França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos... A média de alunos por professor é superior, e nós saímos de 50 mil professores para 70 mil professores. Quarenta por cento dos professores foram contratados no Governo Lula: vinte mil a mais e mais oito de reposição por aposentadoria. Foram 28 mil contratações.

Então, pode ter um caso isolado, Senador, que tem que ser tratado com a maior cautela. Agradeço a informação. Realmente, nós temos que observar também o micro. O MEC é muito grande, às vezes, observamos o macro e não observamos o micro. O micro é importante também, mas não podemos deixar de olhar para a floresta para olhar para uma árvore que está com dificuldades, em que está batendo pouco sol. Vamos olhar para essa árvore também, mas tem a floresta toda crescendo. E crescendo com robustez.

Em relação à expansão dos institutos federais, nós criamos 38 institutos federais, a partir de uma base pequena. Nós tínhamos 140 unidades pré-existentes, construídas em quase cem anos de história, de 1909 até 2002. Em oito anos, colocamos para funcionar novas 214, há 81 que vão ser entregues até março do ano que vem, para além das 214, e mais o que a Presidenta decidir no PPA, que vai ser encaminhado ao Congresso no primeiro semestre. Então, nós estamos em frança expansão.

Do ponto de vista da educação profissional, cuja matrícula dobrou – é bom registrar –, nós tínhamos quinhentas mil matrículas em cursos técnicos, temos mais de um milhão de matrículas hoje, nós temos um tripé. Qual é esse tripé? A expansão da rede federal, o apoio às redes estaduais, com o Brasil Profissionalizado – todos os Estados estão participando do Brasil Profissionalizado, sem exceção –, e o acordo com o Sistema S, acordo que agora é lei, foi recepcionado por decreto presidencial. Nós chegamos ao cúmulo de, no Senac, ter zero por cento de cursos gratuitos. O Senac não oferecia mais gratuidade em nenhuma de suas escolas. Com o acordo recepcionado por decreto, vamos chegar a 66% de verba comprometida com a gratuidade. De zero para 66%.

Então, este tripé nós vamos fortalecer: o Sistema S, as redes estaduais, com o Brasil Profissiona-

lizado, e a expansão da rede federal. Esse é o tripé que vai dar ensejo a uma nova rodada de expansão pelo Pronatec, com a Bolsa Formação, com o Fies, e assim por diante.

Em relação ao Orçamento, quando cheguei ao Ministério da Educação, o Orçamento era de R$17 bilhões. Estamos com um Orçamento de quase R$70 bilhões.

Na comparação com o ano passado, nosso orçamento foi de R$62 bilhões para R$69 bilhões. Então, quando se fala em corte, é uma pequena ficção. É corte em relação ao autorizado, bom base em uma receita que não vai realizar-se.

Em relação ao ano passado, estamos com R$7 bilhões a mais. Que corte é esse, em que se aumentam R$7 bilhões no orçamento?

E é por isso, por esse aumento de R$7 bilhões, Senador, que tivemos condições de inaugurar, neste ano de 2011, o fim da DRU, que retirou mais de R$150 bilhões do orçamento do Ministério da Educação, durante a sua vigência, de 1994 até o ano passado. Mais de R$150 bilhões foram retirados do Ministério da Educação. Este é o primeiro ano do fim da DRU.

Por isso nosso orçamento chegou ao patamar a que chegou. Saiu de R$17 bilhões, está em R$69 bilhões, e a Presidente faz muito bem em celebrar esses números. É isso.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Uma consideração apenas. V. Exª repetiu duas vezes a questão do PNE, do Plano Nacional de Educação, ou seja, que estaríamos equiparando um salário médio com o de outros profissionais; estou sem o plano aqui, mas tenho certeza, Ministro, de que ele diz "aproximar". Ele não diz que vai ser igual, e isso vai até ser motivo de emendas nossas...

O SR. FERNANDO HADDAD – Essa é uma boa emenda.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – ... porque não é aproximar, é ser igual.

O SR. FERNANDO HADDAD – Vai contar com a simpatia do Ministério.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Então, essa já tem de acontecer.

V. Exª acabou de avisar a todo o País que o corte que existe no Governo Federal é fictício, porque...

O SR. FERNANDO HADDAD – É fictício.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Que corte é esse? Quer dizer que não existe corte; se não existe, é um corte fictício. Então, os R$50 bilhões são fictícios, Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senadora, o que o Governo fez foi adequar o orçamento à realidade da receita esperada. Quando o Congresso legitimamente – porque tem prerrogativa para isso – "reestima" receita, que sabidamente não vai realizar-se, o que acontece ao final do ano, se a despesa for toda autorizada? Vai haver um déficit primário, e não um superávit primário, que precisamos para combater a inflação.

Então, repito, o orçamento do MEC saltou de R$17 bilhões para quase R$70 bilhões.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – E não houve corte?

O SR. FERNANDO HADDAD – Nós terminamos com a DRU.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro, temos, então, na oportunidade, a grande revelação. Realmente, não há corte. O Congresso elevou o orçamento, que foi readequado. E o Brasil precisa de tudo menos de corte em investimento, e menos ainda em educação, não é, Ministro?

Eu lembrava agora, Senador Pedro Simon, de uma reunião antiga, em Porto Alegre, da nossa época no velho MDB de guerra, quando o então Governador Collares – ele não era Governador, era do PMDB ainda. Mas o Collares chamava a atenção para um fato simbólico, uma história, uma lenda. Dizia ele que, num determinado momento, houve um incêndio na floresta. Como consequência desse incêndio, alguns animais morreram queimados, e um grupo nômade que vivia na floresta provou esses animais queimados, experimentou pela primeira vez a carne assada. Daí para frente, toda vez em que tinham vontade de comer carne assada, sentiam a tentação de pôr fogo na floresta. De certa forma, é isso que vimos aqui hoje.

O MEC tem uma estrutura enorme e um progresso reconhecido por todos nós, políticos e administradores no Brasil, mas, sem a menor sombra de dúvida, aqui e ali, sempre haverá um pequeno incêndio, um microproblema, que, de forma alguma, vai afetar a macrogestão do MEC. Mas, de qualquer forma, esse espaço de audiência na Comissão de Educação oferece aos Senadores a possibilidade de trazer ao Ministro pequenos problemas, que podem ser resolvidos, Ministro, às vezes, muitas vezes, quase todas as vezes, com um telefonema, mas que não afetam a macropolítica no MEC.

Os próximos Senadores inscritos, para os quais peço o magnífico dom da concisão e da objetividade, são as Senadoras Marinor Brito, Kátia Abreu e o Senador Wellington Dias.

Senadora Marinor, por favor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Na minha vez, pedir concisão? Fiquei triste agora.

Bom-dia a todos e a todas! Bom dia, Ministro Haddad, eu sou fundadora da CNTE, com muito orgulho. Participo dessa história de luta pela educação pública

de qualidade para todos e em todos os níveis e, felizmente, ainda hoje, a última conferência nacional realizada afirma esse princípio de que a educação tem que ser pública, prioritariamente pública, na minha visão totalmente pública, para todos e em todos os níveis.

V. Exª, no início, se manifestou em relação ao Plano Nacional como tendo atendido e estando em consonância com a proposta da conferência nacional. Eu gostaria que o Plano inteiro estivesse em consonância com a conferência nacional, mas um dos itens que considero absolutamente importantes para responder a essa afirmação de que a educação pública precisa ter qualidade me parece que não está respondido quando o Governo propõe ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir o mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do País. É a meta 20 do Plano Nacional.

Há dez anos, Ministro, a proposta do Plano Nacional da sociedade civil propunha 10% do PIB. O Plano Nacional, aprovado em 2001, estabelecia 7%, a ser alcançado até 2010, e foi vetado, lamentavelmente. O Brasil aplicava 3,9%, e fechamos 2009 com 5% de investimento público em relação ao PIB. Estudo recente feito pelo Inep – feito em 2003, ainda nesta década – projetava a necessidade de 8% do investimento para cumprir as metas propostas para a década passada. A Conferência aprovou recentemente a proposta de 10% do PIB. Por que o projeto do Executivo não contempla a proposta aprovada na Conferência? V. Exª acha mesmo possível dar um salto de qualidade na educação projetando um crescimento de 2% em dez anos, que é o que está previsto no Plano? Essa é uma primeira pergunta.

Uma segunda pergunta diz respeito à questão do transporte escolar. Eu sou de uma região também em que, se não houver transporte escolar, ninguém estuda. Eu moro no Pará. As estradas da maioria dos Municípios do Pará são os rios. E as estradas existentes são precárias, e não tem transporte coletivo na região. Existe um verdadeiro abandono desse setor na nossa região. É uma situação nacional, mas a nossa realidade é dura. Um dos gargalos vivenciados pelos Municípios é a sustentação do sistema de transporte escolar. Essa atividade é mais dispendiosa; logo após, vêm os gastos com pessoal. São quase cinco milhões de alunos transportados todos os dias em nosso País. O Governo Federal auxilia essa atividade – é verdade – por meio do Pnad, mas essa contribuição representa em média 15% apenas das despesas. Em média, o valor repassado foi de R$136,00 por aluno/ano, ou dito de outra forma: R$0,68 por dia letivo para cada estudante.

Quando a gente está falando em valorização do magistério, uma das formas de o Governo contribuir, na minha avaliação, para que os salários dos professores sejam maiores, não seria diminuir o peso dessas despesas, que sobrecarregam a esfera municipal? Criar uma linha de financiamento para aquisição de veículos é muito importante, e o Governo está fazendo – a gente reconhece –, mas a despesa maior é justamente o custeio do transporte escolar. Então, queria trazer também essa reflexão para V. Exª, porque considero que é uma questão grave, muito grave, para a qual a gente até agora não viu nenhuma resposta. Não tem nenhuma movimentação política do Governo, e não tem absolutamente nada no Plano Nacional que ajude no enfrentamento dessa questão.

E, por fim – não é por fim, pois tenho milhares de questões... Eu já fiz alguns projetos para alterar questões relativas ao Fundeb, que V. Exª sabe que foi aprovado de forma muito corrida, sem tempo para debater os detalhes. Inclusive questões importantes foram incluídas, como a educação infantil a partir da mobilização nacional, de uma certa pressão da nossa categoria, que o Governo teve de absorver, mas ficaram muitas lacunas sobre essa questão. Não posso me furtar... Era uma das questões que queria tratar com V. Exª, mas vou tratar diferente do Senador Alvaro Dias: eu quero convidar V. Exª para visitar o Município de Santarém, no oeste do Pará, e avaliar, depois de dois anos da expansão universitária naquela região, a mesma universidade a que S. Exª se referiu, a Ufopa, que aliás tem um reitor nomeado pelo Governo há dois anos. A situação de precariedade dessa universidade está deixando o setor educacional em polvorosa. Não há recursos para pesquisa, não tem laboratório, até hoje não foi instalado o centro tecnológico, e sequer foi feita uma programação para garantir a democratização da universidade, que continua com o mesmo reitor. Então, não adianta ligar para o reitor e perguntar, porque me parece que está cômoda para ele a situação.

Eu queria convidar V. Exª, porque estamos em vias de instalar um outro polo em Marabá, e eu não estou preocupada com instalação de universidade, não; estou preocupada com expansão, mas com qualidade, e acho que o nosso povo merece. Sou filha daquela região, conheço a realidade. Os dados que tenho aqui são construídos por mim e por minha assessoria. Então, não queria que V. Exª respondesse como respondeu para ele, porque eu conheço a realidade e sei do que estou falando. Respeito também a grande contribuição dos meus assessores, que, aliás, foram chamados exatamente para isso.

Eu vou ser uma pessoa que vai estar diretamente debatendo essas questões do Plano Nacional. Nós

já fizemos cerca de 80 emendas na Câmara Federal, e são todas emendas voltadas para a valorização do magistério, para o fortalecimento do setor educacional público, para que a educação seja e possa responder a essa qualidade com que, nós, educadores brasileiros, sonhamos e que queremos ver acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria, primeiro, de fazer uma pergunta a V. Exª: nós teremos uma outra série de perguntas, ou é definitiva e apenas uma oportunidade para cada Senador?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Depois de mim, tem mais quantos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Depois de V. Exª, temos os Senadores Wellington Dias, Benedito de Lira, Pedro Simon, Paulo Bauer e Eduardo Amorim.

Portanto, a solicitação da objetividade.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu vou tentar.

Sr. Ministro, muito obrigada pela sua presença aqui neste dia para conversar com os Senadores e trazer o Plano Nacional de Educação. Eu gostaria de fazer algumas perguntas, que vou fazer de forma breve, bastante rápida. Gostaria de aprofundar um pouco mais, mas não é possível, começando pelas escolas rurais do Brasil.

Em 2009, nós fizemos uma reclamação, até protocolamos uma audiência pública com a presença de V. Exª para questionar a ausência da aplicação da Prova Brasil do Ideb nas escolas rurais do País.

E, mesmo antes de a sua convocação de realizar, o senhor anunciou a aplicação da Prova Brasil nas salas seriadas, nas escolas rurais, salas seriadas – que são apenas 10% das salas do País; 90% das salas de aulas das escolas rurais são multisseriadas, ou seja, com todas as séries na mesma sala e um professor só.

Portanto, o anúncio do Ideb não é completo. Há brasileiros e brasileiros dentro do Ideb. Os brasileiros do campo não estão incluídos no Ideb. O ensino na zona rural não é avaliado. Assim, a CNA tomou a iniciativa e contratou o Instituto Montenegro, do Ibope, e nós aplicamos a Prova Brasil nas escolas multisseriadas. Nós selecionamos 50 escolas em todas as regiões do País, dois Estados em cada região, sempre o que tinha o maior Ideb e o menor Ideb, para não fazer uma seleção pelo pior ou pelo melhor. Inclusive, esse estudo está aqui. Trouxe-o para entregar a V. Exª, embora o seu Secretário que cuida da área rural já tenha essa cópia. A Victor Civita fez uma publicação na sua revista sobre essa pesquisa. E nós encontramos números bastante tristes não só em relação à estrutura física das escolas (80% sem computadores, sem cantina, sem banheiros, sem lousa; 50% apenas com diretores de escola). Enfim, isso não são apenas números que devemos considerar da sua gestão, mas são números que se arrastam por longas décadas. Por isso, precisamos tentar reverter essa situação.

A estrutura física é péssima. Biblioteca, apenas 8% das escolas rurais têm biblioteca. E nós, então, fizemos a nossa Prova Brasil. Nós a aplicamos e os números são terríveis e desesperadores. O próprio Secretário Nacional – esqueci o nome completo da Secretaria dele – da Secad, que trata das escolas rurais, confessou que a Prova Brasil sendo aplicada nas escolas rurais nós teríamos ainda uma diminuição nos indicadores da educação no País, provavelmente.

Então, minha primeira pergunta, Ministro... E quero que o senhor saiba, com toda franqueza, que não existe aqui nenhum sentido de acusá-lo pessoalmente por esse desastre nas escolas rurais do País, apenas uma solicitação, um apelo para que as escolas rurais do País possam ser incluídas na Prova Brasil, para que possam fazer parte do Ideb. E quero saber se nesse plano em que o senhor universaliza – agora é obrigatória – a aplicação da prova do Ideb, quero saber se nesse caráter obrigatório também estão incluídas as escolas rurais. E quero, de antemão, colocar a CNA, com todo o nosso Sistema Senar, para ajudar na coleta desses dados se preciso for, mas não podemos permitir que as escolas do campo possam continuar na situação em que se encontram hoje. Criamos, inclusive, um modelo, a Escola Viva, um modelo de alternância, em que as crianças passam uma semana na escola e uma semana em casa; criamos os professores da família. Estamos em teste com um modelo, apenas para contribuir com o País, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que é da CNA. Está à sua disposição para a qualquer momento que o senhor queira conhecer.

Segunda pergunta: a Fundação Carlos Chagas, dirigida pela Professora Bernadete Gatti, demonstra que a formação dos professores é crítica, principalmente no que diz respeito à alfabetização; que dos cursos de professores, como Pedagogia ou o Normal superior, que são direcionados para professores de primeiro a quinto ano, apenas 8% deles possuem cursos de alfabetização. O que o MEC pretende fazer para que se cumpra a obrigatoriedade desses cursos que estão disponíveis para os professores? Eles não têm culpa.

Eles se matriculam numa faculdade e esperam ter o ensinamento completo, mas infelizmente apenas 8% desses cursos tratam de alfabetização, sendo que todos deveriam tratar.

Terceira: o Plano Nacional de Educação obriga o cumprimento não só por parte da União, mas cumprimentos específicos por parte dos Estados e por parte dos municípios.

Os Estados são obrigados a terem também os seus planos. No meu Estado de Tocantins, o senhor conhece bem a professora Dorinha, Deputada Federal hoje, que fez o nosso Plano, ela cumpriu o dever de casa. Só onze Estados do Brasil fizeram seus planos estaduais, mas os 27 continuam recebendo recursos federais. Qual é a punição, qual é a pressão que o Ministério pretende fazer para que não só os 11, mas os 27 possam cumprir com a sua obrigação e com a determinação do Plano para que ele não seja um plano de papel, um plano de gaveta, mas que seja um plano de verdade?

Quarta pergunta, Ministro. O Plano Nacional, de 2001 a 2010, tinha uma característica interessante: iniciava com um diagnóstico do País. Ele tinha um diagnóstico da precariedade, das deficiências, das dificuldades e, aí sim, as metas do Plano foram construídas com base nesse diagnóstico. Eu observei apenas superficialmente, não me aprofundei totalmente nesse debate, porque a matéria ainda está na Câmara, mas tenho conversado muito com a professora Dorinha. No novo Plano apresentado por V. Exª, 2011/2020, não tem o diagnóstico. Portanto, as metas foram construídas, mas eu não sei como nós estamos, não sei como os Estados se encontram, não sei se essas metas estão de acordo com o Plano que foi cumprido anteriormente. Onde está a prestação de contas do Plano anterior? O que foi e o que não foi cumprido? Ele teria, em tese, a obrigação de vir aqui no novo Plano, dizer o que foi alcançado, para que possamos trabalhar com mais afinco e com mais orientação.

No primeiro Plano, sabemos que foram colocadas metas demais e dinheiro de menos. E nós podemos e precisamos corrigir essa distorção. Meta suficiente e dinheiro suficiente para que elas possam ser cumpridas.

O fato de a DRU existir realmente inclusive na CPMF, em que fui relatora...Optamos por não tratar da DRU porque o orçamento brasileiro é muito vinculado e o Presidente da República ficaria impedido de governar, se não tivesse os recursos da DRU. Mas isso não significa que o Presidente da República recebeu uma proibição de não aplicar mais recursos na educação. Confesso que realmente foi nocivo. Retirou, primeiro, dinheiro, o total dos 20%, inclusive da educação, para compor o orçamento da Presidência do Governo Federal. Mas esse dinheiro poderia ter vindo de volta. Então, a DRU não é desculpa para que nós não pudéssemos ter investido mais, o Governo Federal poderia ter dado mais recursos para que nós pudéssemos ter avançado ainda mais.

Quinta pergunta, o MEC diz que o novo Plano que está aqui sendo apresentado foi baseado na conferência da educação do ano passado. E essa conferência nacional propôs que fossem aplicados 10% do PIB em educação, e o Plano que o senhor apresenta hoje tem apenas 7% do PIB em educação. Quero apenas lembrar que o Chile, o México, vários outros países já aplicam mais de 7% há muito tempo na educação. Nós estamos em 73º lugar em recursos destinados à educação no País.

Essas críticas são para ajudá-lo, acredite, Ministro. Eu tenho o maior interesse e por isso escolhi, este ano, a titularidade em educação. O meu maior interesse é ajudar, colaborar.

E, por último, apenas um comentário: um plano sem partido, um plano sem presidente, um plano de governo. A Finlândia, que é um dos exemplos mundiais em educação, tem o mesmo plano há 37 anos. Não quero dizer que o anterior era bom, que este é melhor ou o contrário. Quero apenas que o Brasil possa ter um plano só, que seja dos brasileiros, da União, do Estado brasileiro e não de um presidente da República ou de um ministro da Educação que seja o senhor ou um outro Ministro.

Gostaria que o senhor pudesse fazer um comentário final sobre a avaliação do livro didático no País. Nós estamos convocando, tem um requerimento meu na Mesa e posteriormente poderemos discutir com mais profundidade a avaliação do livro didático neste País. O Senado Federal precisa compreender de fato, com riqueza de detalhes, como é feita essa avaliação no País. Precisa ser mais transparente, nós todos precisamos conhecer esses critérios, o porquê de pagarmos para avaliação do livro didático para entidades públicas. Sei que existem as fundações, mas são servidores públicos que estão avaliando o livro didático e recebendo R$10 mil para fazerem esta avaliação, sem prestação de contas e sem licitação. Portanto, acho que o Ministério precisa abrir essa caixa do livro didático. Tenho certeza absoluta de que V. Exª não teria nenhum constrangimento em fazê-lo, mas também não é herança única e exclusivamente sua. A avaliação é maravilhosa, extraordinária, precisa ser feita, é apenas a forma, a forma como está sendo feita: sem transparência, sem abertura para os órgãos, porque é dinheiro público, portanto, dinheiro público não pode

haver segredo nem como foi gasto, nem quem o gastou, nem o nome das pessoas.

Mas uma vez, muito obrigada pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Longas indagações, Senadora.

Das margens do rio Jenipapo, onde ocorreu a única batalha sangrenta da Independência, para o Senado da República e para fazer suas indagações ao Ministro Fernando Haddad, o Senador Wellington Dias.

O SR WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço, e conto com V. Exª para transformamos essa data em comemorativa nacional.

Ministro, primeiro, saudá-lo pela vinda a esta Casa, tendo em vista a proposta do Senador Requião, nosso Presidente, no início desse trabalho.

Tive, como outros aqui, a condição de vivenciar, como Governador, com três Ministros – destaco todo o trabalho destes três Ministros –: Cristovam, Tarso Genro, e depois V. Exª, e quero parabenizá-lo pela forma sempre republicana com que atuou nesse período e a forma como planejou os desafios da educação.

Inicio tratando do Piso. Lembro-me, certa feita, em um fórum de Governadores, que iríamos aprovar uma ação para ingressarmos com uma ADIN contra o piso. E ali, há até o argumento do pacto federativo, mas havia o argumento de não poder cumprir. E eu dizia, naquela época, o Piauí já cumprindo, que se um Estado como o Piauí podia cumprir o piso, qualquer Estado brasileiro poderia cumprir o piso, e pode cumprir o piso. Dias atrás indagava o Governador que me sucedeu exatamente sobre isso. Ele não tinha a informação da complementação, não tinha essa segurança, mas continua a cumprir o piso nacional de educação. Creio, inclusive, que se houver qualquer interpretação de quebra do pacto federativo, que é um argumento muito colocado, é possível por adesão, e certamente o Piauí estará aderindo à política do piso, porque compreendo que sem ter isso nós não vamos ter o outro passo, que é garantir bons profissionais, profissionais qualificados, não apenas com graduação, mas cada vez mais com pós-graduação para fazer a tão sonhada educação de qualidade. O segundo ponto, discordando aqui do meu colega, brinco muito lá, meu primo Alvaro Dias, à expansão, sim. Nós temos de ter a expansão, sim, da Educação, aliás, sabe V. Exª que sou mais radical nesta área, pois temos de ter a condição de termos o ciclo completo da educação em cada Município do Brasil. E com a tecnologia, hoje é possível, e o Piauí prova isso, V. Exª sabe. Ou seja, é possível ter, em cidades-pólos ensino presencial, seja como universidade federal, seja como instituto federal ou uma universidade estadual, ou uma escola técnica e a partir dela é possível se ter um misto de ensino a distância e presencial condição de chegar a todos os Municípios. Nós já temos, no caso do Piauí, cerca de 120 Municípios com o ciclo completo da educação. Na cidade de Alegrete do Piauí, é possível se ter da creche à pós-graduação nesse modelo. Picos é uma cidade-pólo que tem universidade federal, que tem universidade estadual, que tem instituto federal e que tem escola técnica estadual, e ela, a partir de lá, garante a uma cidade como Alegrete do Piauí, e a outras daquela região, a condição de, um misto de à distância e presencial, a gente poder ter esse ensino. O que eu peço nesse caso? É que o MEC olhe com carinho a proposta que encaminhamos e vamos continuar defendendo, do reconhecimento, além do polo da universidade aberta e do Etec, também do núcleo. Ou seja, você poder chegar a municípios menores do que o que foi programado para o polo. É basicamente o mesmo custo, é basicamente o mesmo número de cursos ali projetados. Por que considero isso? Porque acho que o grande desafio do Brasil é a profissionalização de nível médio, porque hoje há um descompasso com o superior. E mais ainda – é o que me anima no Pronatec – oferecer os cursos de curta duração. Desenvolvemos inclusive uma experiência nova agora, nos últimos anos, casada com programas nacionais como o Minha Casa Minha Vida e o Luz para Todos. Há uma demanda muito grande, em todos os Estados brasileiros, de profissionais: pedreiro, assentador de piso, instalador de equipamentos de energia, enfim... E não há necessidade, na verdade, de haver uma estrutura permanente para atender essa demanda. Então, é possível, a partir de uma escola técnica, de uma base presencial, ter condições de se fazer isso. Está comprovado. É um modelo mais provisório ou uma escola móvel. Uma escola móvel. É possível, por exemplo, como estamos fazendo, casado com o Minha Casa Minha Vida, uma carreta se dirigir para um canteiro de obras, em uma região em que se precisa de vários profissionais. E aí eu concordo com a Senadora Kátia Abreu, no modelo da alternância, onde você tem uma parte de ensino – está certo? – em sala de aula, em laboratório, e uma parte prática, pactuada com o setor, ou construção civil, ou setor elétrico, enfim, com qualquer uma das áreas.

Então, eu quero lhe dizer que precisamos avançar nessa direção. Você ter uma base de ensino superior em cada Estado, que possa atender a todos os territórios, todas as regiões, e, a partir daí, desse modelo do ensino à distância e presencial, com a presença em todos os municípios. Mais ainda, com a condição da aplicação desse modelo da alternância. E quero tratar disso com vossa equipe.

Quero examinar dois pontos citados por V. Exª. No que tange ao Pronatec, pelo que entendi, ele vai se prender um pouco à base do Sistema S. A ideia inicial era também poder ter uma parceria com o Estado. O Estado e alguns municípios também entram?

O SR. FERNANDO HADDAD – *(Fora do microfone.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Rede estadual. Tudo bem. Melhor ainda.

E eu pergunto se a fonte de financiamento é dentro do Fundeb ou é uma fonte específica.

Muito bem. Quero aqui colocar ainda que há uma distorção, e eu queria que V. Exª pudesse tratar com carinho. Primeiro, é a forma de distribuição do salário educação. Já tratamos disso, foi alterada na aprovação do Fundeb. Para todos aqui conhecerem, a forma de distribuição, ainda hoje, não cumpre a Lei do Fundeb. O art. 6º prevê que a distribuição seja proporcional ao número de alunos em cada município e em cada Estado, que é o sistema justo. Hoje, isso ocorre com base no sistema de recolhimento. Em uma cidade do Paraná ou em uma do Piauí tem uma agência do Bradesco, por exemplo, que recolhe salário educação com base na folha de pagamento. Como a sede do Bradesco é em São Paulo, esse dinheiro vai para São Paulo. Ele não vem para o Paraná e nem para o Piauí. Então, é uma distorção. Há uma desproporcionalidade na hora da distribuição do salário educação. E acho que precisamos aplicar o que está estabelecido em lei.

Outro é em relação ao Fundeb. O Fundeb tem um erro de cálculo que não considerou. Há uma diferença entre o número de alunos na rede privada e o número de alunos na rede pública em cada Estado. Ou seja, você tem um Estado brasileiro em que metade dos alunos está – porque têm uma renda melhor, graças a Deus – na rede privada e outra metade está na rede pública. E impõe que o mesmo percentual de recursos seja colocado no Fundeb, e, na hora da distribuição, isso dá uma distorção.

Por isso que alguns Estados colocam, às vezes, até 50%, 60% do que põem no Fundeb como repasse para os seus Municípios.

Por exemplo, um Estado como o Rio de Janeiro tem mais ou menos 35% dos alunos na rede privada e aproximadamente 65% na rede pública. O meu Estado, o Estado do Piauí, tem 90% dos alunos na rede pública e 10% na rede privada. Então, ele é obrigado a colocar um volume maior pelo valor que é estabelecido *per capita* para aqueles Municípios. Sendo assim, ele termina transferindo 60%.

Tivemos no Governo do Presidente Lula, inclusive com o apoio de V. Exª, uma correção dessa distorção com o valor que foi colocado para complementação. Mas ainda é muito baixo. Enquanto alguns Estados colocam 10% da sua receita corrente líquida para transferência aos seus Municípios, outros colocam na média 4%. Quanto mais desenvolvido, menos é colocado. Está errado.

Então, é preciso que se tenha uma regra na hora da compensação que leve em conta essa média nacional como patamar para se adequar.

Enfim, eu queria concluir dizendo do meu apreço por este trabalho. Acho que no Plano Nacional da Educação podemos prever uma outra coisa importante: o casamento da demanda de profissões e do número de profissionais. Estou convencido de que vários cursos, dos quais jogamos profissionais no mercado todos os anos, estão saturados. Não há mais vaga para enfermeira de nível superior em vários lugares; atualmente os advogados estão advogando uns para os outros; faltam muitos médicos, e por aí vai.

E qual é a ideia? É que cada Estado, na discussão do seu plano decenal, tenha uma pactuação, com a presença das entidades do setor privado e dos trabalhadores, para estabelecer qual a demanda de profissões. Saber onde temos hoje carência ou onde está saturado e, ao mesmo tempo, não só no nível superior como também no nível técnico e nos cursos de curta duração. Por quê? Porque todos os recursos que vamos aplicar vão permitir que seja direcionado para áreas em que se faz necessário o profissional. Como bem repetia o Presidente Lula, o sonho de todo profissional é sair do seu curso, da sua universidade e ter o seu emprego.

Portanto, queria que V. Exª pudesse comentar sobre isso.

Obrigado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PR) – Senador, deixe-me incluir meia perguntinha que faltou.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Trinta segundos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PR) – E como já se tocou no assunto, quando ele for se pronunciar poderia responder.

Estamos falando de qualidade. Há uma crítica geral sobre a qualidade dos cursos do ProUni, mesmo sendo o MEC o fiscalizador. Quero perguntar a V. Exª se, em relação ao Pronatec, não preocupa o Governo Federal que os cursos técnicos estejam diretamente vinculados à fiscalização exclusiva dos Estados.

Essa é uma questão que não podemos... Quando se fala em qualidade, não podemos deixar de tocar nesse assunto. Se o MEC, que tem toda uma estrutura, uma história de fiscalização, tem dificuldades e tem muitos problemas nos cursos do ProUni, como

vai ser essa questão deixando na mão dos Estados a fiscalização dos cursos do Pronatec?

Eu teria outras questões sobre financiamento, mas não vou entrar nesse mérito agora.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Com a palavra o Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD – Em relação ao percentual do PIB em educação, de fato existe uma demanda histórica reconhecida, não é de hoje, de 10% de investimento do PIB em educação. E nenhum educador deste País vai se posicionar contra, mas, *data maxima venia*, não conheço nenhum país que invista isso em educação, com todo o apreço, Senadora.

Nenhum país da América Latina investe mais do que 6% do PIB em educação. A média da OCDE é de 5%. Então, a média da América Latina é menor que 7%, e a média da OCDE está em torno de 5%, que é o que o País está investindo hoje, tendo saído de 3,9%, quando assumimos.

Por que foi um percentual de 7%? Foi de 7% por uma razão específica: esse percentual foi objeto de debate na campanha eleitoral, e duas candidatas se posicionaram a favor do investimento de 7% do PIB em educação, a Senadora Marina e a atual Presidenta, Dilma Rousseff. Então, o que foi consignado no Plano foi aquilo com que, antes das eleições, a Presidenta se comprometeu. Não foi surpresa o fato de ela ter submetido isso ao seu entendimento do que era possível, aumentando, no mínimo, 0,2% do PIB ao ano, que é o que o Presidente Lula fez nos últimos cinco anos: ele aumentou mais de 1% em cinco anos, mantendo a média de acréscimo, que não foi baixa. Cabe aí o bordão "nunca antes na história deste País", porque nunca alguém tinha triplicado o orçamento do MEC.

Mantendo o ritmo forte dos últimos cinco anos, chegaremos a 7%. Então, ela se comprometeu com uma meta capaz de ser honrada. Mas, se perguntarem para mim, direi que faço votos de que o Congresso possa fixar uma meta superior. Mas falo isso como professor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então, a Bancada do Governo está liberada para votar na emenda de 10%. É isso, Ministro? Fico muito feliz que V. Exª tenha dito isso.

O SR. FERNANDO HADDAD – Quem sou eu para liberar a Bancada?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, utilizando as prerrogativas de Presidente da Comissão, eu gostaria de fazer uma observação, como ex-Governador, como gestor da educação no Paraná, bem-sucedido, aliás, não é, Ministro Fernando?

Não sei que relação tem o PIB com investimento em educação. O PIB não tem relação com Orçamento da República. Uma bela parte do Produto Interno Bruto, num Estado exportador de *commodities*, como o brasileiro, não arrecada sequer impostos, porque goza das isenções. Se quiséssemos algo mais concreto, teria de haver um valor sobre o Orçamento, como já existe na Constituição desde o nosso Pedro Calmon. Por exemplo, estabelecemos na Constituição do Estado do Paraná que 30% dos recursos orçamentários são investidos em educação.

Penso que essa relação com o PIB é uma ficção que não tem qualquer relação com a educação e que nunca será cumprida. Não há relação com a realidade, não há relação com arrecadação tributária. Não sei como se chegou a isso. Somente em véspera de eleição é que se consegue uma mágica dessa natureza.

Ministro, desculpe-me o desabafo, mas essa história do PIB já vem me irritando há algum tempo, inclusive como Governador do Estado do Paraná.

O SR. FERNANDO HADDAD – Obrigado, Sr. Presidente.

Concluindo esse aspecto, quero dizer que foi fixada a meta de 7%, coerente, ponto a ponto, com cada uma das outras dezenove metas quantitativas ou qualitativas. Fizemos a conta de quanto custaria o alcance de cada uma daquelas metas, e 2% do PIB a mais no orçamento da educação do País, o que hoje significaria algo entre R$70 bilhões e R$80 bilhões, é o suficiente para cumprir as outras dezenove metas estabelecidas. Evidentemente, se aquelas metas forem alteradas para cima, deverá haver um percentual do PIB condizente com aquelas metas. O percentual do PIB não pode ser um número mágico. Por que 10%, 7%, 8% ou 5%?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – De quanto se precisa?

O SR. FERNANDO HADDAD – De quanto se precisa? Essa é a pergunta que deve ser feita. Ao cumprimento daquelas metas, o percentual de 7% atende. Se aquelas metas estão acanhadas e são alteradas para mais, essa última meta, a vigésima meta, tem de ser alterada igualmente.

Portanto, não é questão de se liberar a bancada ou não, mas, sim, de haver coerência no Plano entre o que se está propondo do ponto de vista qualitativo e quantitativo e o que se está propondo de financiamento adequado para o atendimento daquelas metas.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas a Conferência pediu 10%.

O SR. FERNANDO HADDAD – Sim, mas a conferência não tratou das outras 19. Fomos nós que convocamos a conferência e temos o maior respeito por

ela. Não estou, aqui, contestando o que os delegados sugeriram, não é?

A última palavra vai ser dada aqui, quer dizer, o que me pareceu coerente é que o valor consignado está aderente ao discurso de quem ganhou a eleição. É isso que precisa ser considerado.

Em relação aos programas de apoio, vou dar alguns exemplos para a senhora, Senadora Marinor, sobre essa questão.

A merenda escolar que estava congelada, havia nove anos, em R$0,13, durante o nosso Governo foi para R$0,30.

O PNATE, o programa de transporte escolar, não existia. Não é só a reposição da frota. Nós estamos fazendo um repasse de R$0,30 por trecho para um programa que não existia até 2004. Então, o PNATE e o Caminho da Escola se combinam: um, para reposição da frota; outro, para custeio.

É evidente que nem os trinta da merenda, nem os trinta do PNATE representam a integralidade do que o Prefeito precisa para honrar esses compromissos, mas se nós levarmos em consideração que fomos de treze para trinta, no caso da merenda, e de zero para trinta, no caso do PNATE, o apoio é considerável.

O livro didático, a senhora sabe que nem sequer era oferecido no ensino médio. Quem passou a oferecer livro didático no ensino médio fomos nós, a partir de 2006. Não havia livro didático no ensino médio. Então, cobrar qualidade do ensino médio quando sequer material didático-pedagógico se oferece nos parece uma contradição.

Então, tem havido repasses.

A arrecadação do salário-educação nós multiplicamos por quatro, porque era um imposto de que ninguém cuidava. Com a Receita Federal do Brasil, mas já antes, no FNDE, foi feito um trabalho de fiscalização, inclusive no Judiciário, para ganhar as causas, e do incremento do salário-educação basta se perguntar a qualquer Prefeito ou Governador.

Mais do que isso, nós passamos a distribuir diretamente para o caixa dos Municípios o que era repassado apenas para os Estados. Os Prefeitos dependiam da boa vontade do Governador.

Eu concordo com essa avaliação de V. Exª, Senador Wellington Dias, sobre o salário-educação. O mais justo seria a distribuição por matrículas. Não é por outra razão que alguns Governadores ingressaram no Supremo Tribunal Federal para alterar a regra da repartição do salário-educação, que, na visão desses Governadores, é mais coerente com o texto constitucional que foi alterado pela mesma emenda constitucional que criou o Fundeb.

Agora, *mutatis mutandis*, no Fundeb tem de valer a mesma regra: a repartição por matrículas. Então, se o Estado está repassando mais para o Município é porque ele tem menos matrículas que o Município. Então, não vejo vício. Se o senhor está pedindo uma regra para o salário-educação, o senhor tem de concordar com a mesma regra para o Fundeb. Está certo?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já tem um projeto meu tramitando, sobre isso, exatamente para ir diretamente para os Municípios, de acordo com o número de matrículas do ano.

O SR. FERNANDO HADDAD – Pois é. Eu penso que o pacto federativo estaria mais bem contemplado com essa regra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se V. Exª me permite... Veja, sobre o primeiro, é cumprir a lei. Então, eu acho que não precisava nem entrar no Supremo. Eu acho um absurdo, no Brasil, a gente ter de ir para o Supremo para cumprir uma lei estabelecida. É um absurdo!

O SR. FERNANDO HADDAD – Não, mas é porque é uma lei ordinária que está em vigor.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, está em vigor. Não, está em vigor.

O SR. FERNANDO HADDAD – Porque é ruim.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É ordinária porque é ruim. Tem a hierarquia das leis. Como é que eu tenho uma emenda constitucional que não é maior que uma lei ordinária?

Então, eu quero só colocar que, na verdade, isso tem um impacto maior, especialmente no Estado que primeiro se desenvolveu, que é São Paulo. Este é um ponto. Agora, em relação à parte do Fundeb, eu reconheço: tem de fazer uma alteração na regra para que não se prejudiquem os Estados. Nos Estados menos desenvolvidos, mais os alunos precisam da rede pública. Então, hoje, você tem uma penalização dos Estados menos desenvolvidos, por conta da regra. É só isso.

O SR. FERNANDO HADDAD – Seguindo a ordem das perguntas, em relação ao que a Senadora Kátia Abreu falou, dos

O SR. FERNANDO HADDAD – Seguindo a ordem das perguntas, em relação ao que a Senadora Kátia Abreu falou acerca dos planos estaduais de educação, quero dizer que, junto com o Plano Nacional de Educação, mandamos uma lei de responsabilidade educacional, que também está tramitando – é uma lei separada – que altera a regra da ação civil pública, no que diz respeito à responsabilidade educacional. Portanto, poderá ser julgado improbo o gestor que não atender ao calendário estabelecido pelo Plano Nacional de Educação. E, se eu não estiver enganado, é em um ou dois anos que o Estado é obrigado a aprovar o

Plano, depois de o Plano Nacional ter sido sancionado. Conheço a professora Dorinha que fez um excelente trabalho no Tocantins, foi presidente do Consed, uma parceira que também colocou a educação numa situação acima de disputas menores, e fizemos uma parceria muito importante com ela, e ela fez o dever de casa – infelizmente, só outros sete secretários o fizeram, a maioria não aprovou o Plano Nacional, o que vale também para os Municípios –, mas agora haverá uma lei, se for aprovada, de responsabilidade educacional, determinando aos gestores locais que aprovem os diplomas locais, coerentes com as metas nacionais. Tá certo?

Em relação ao livro didático.

Pela primeira vez regulamentamos, por decreto, o livro didático. Eu não sei, mas o meu Secretário Executivo está ali, e nós atendemos a uma determinação do TCU sobre a questão da avaliação e criamos o Auxílio Avaliação Educacional. Isto já está em vigor inclusive para o livro didático? *(Pausa.)* Então, passa a ser usado este ano. A senhora tem toda a razão. A avaliação era feita de uma maneira em que o repasse era feito para a universidade e, a partir dali, os avaliadores eram remunerados sem a devida transparência. O Tribunal apontou e nós aprovamos uma lei, com o aval de vocês evidentemente, criando o Auxílio de Avaliação Educacional, que vai permitir remunerar com total transparência o avaliador do livro didático. Então, teremos segurança. Agora, quero dizer que era uma regra que valia desde sempre e que foi alterada por recomendação do Tribunal na direção correta. O Congresso já a aprovou, ela está em vigor e a partir de agora vale essa regra.

Em relação à EAD (Ensino a Distância), penso, Senador Wellington Dias, que avançamos muito na EAD pública no País. A universidade aberta, criada em 2005, hoje já tem mais de 500 pólos em funcionamento, e cerca de 140 mil matrículas apenas em graduação, fora a formação continuada: a pós-graduação *latu sensu.* Então, a UAB é um caminho de expansão, sobretudo para pequenas localidades. Lembro-me de que o programa de Cuba: "Universidade para todos" – aliás tem o mesmo nome que o nosso ProUni – levou a educação para todos os municípios. É uma ilha pequena, portanto, nós teríamos condições de levar a EAD para os quase 600 Municípios brasileiros. Já temos 720 polos autorizado, são mais 120 que entraram em funcionamento, e estamos com o apoio de Prefeitos e Governadores, ampliando a nossa rede de EAD, inclusive para criar um padrão de qualidade para a EAD. Então, a universidade pública tem condição de firmar esse critério de qualidade para quando o setor privado entrar, como já entrou, ele ter uma referência de qualidade importante para o curso semipresencial.

O IDEB.

A prova Brasil foi criada em 2005, inicialmente para as escolas urbanas, e nem todos os Municípios e Estados participaram da prova Brasil. Havia uma grande resistência à divulgação de dados por escola. A senhora há de se lembrar que um Estado e 300 Municípios participaram da Prova Brasil, porque eram contra a divulgação dos resultados por escola. Em 2007, todos aderiram; se não me engano, houve pouquíssimas exceções. E, a partir da adesão de todos em 2007, nós levamos a Prova Brasil para as escolas rurais com um número mínimo de alunos. Quanto às demais escolas, não é que não sejam avaliadas: são avaliadas, mas por amostragem. Não é censitária a Prova Brasil no campo: é feita por amostragem, razão pela qual é equivocada a interpretação de que, se ela fosse feita no campo, o IDEB do País cairia. Não cai, porque é feita por amostragem, e a amostra da Prova Brasil no campo entra com o peso da matrícula no campo, na composição dos indicadores nacionais.

Então, não há, do ponto de vista... Ela é ponderada.

Agora, a senhora tem razão. Nós temos de... A Prova Brasil, que começou, em quase todos os Estados e Municípios, em escolas urbanas, avançou, em 2007, para todas as escolas urbanas; avançou, em 2009, para as escolas rurais com determinado número mínimo de alunos. E penso que ela tem de continuar avançando, cuidando-se da questão logística. Não é fácil garantir o sigilo da prova, levando-se... Há uma dificuldade enorme dos Correios de fazer chegar a uma escola um envelope, com a total segurança de que ele não vai ser violado e de que o conteúdo não vai ser conhecido antes da aplicação.

Então, há uma...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – (Manifestação fora do microfone.)

O SR. FERNANDO HADDAD – Não, porque é pequeno. Não é porque é no campo. Pelo amor de Deus, não me interprete mal.

A SRª MARINOR BRITO (PSDOL – PA) – Não entendi o perigo do sigilo.

O SR. FERNANDO HADDAD – Porque quanto mais capilarizado o sistema, menos pessoas se têm para a fiscalização, menos suporte se tem da Polícia Militar para entregar nos locais de prova.

Então, já estamos atendendo a 60 mil escolas. A cada passo que se dá, tem-se de pactuar sobretudo com os Correios e com as autoridades que acompanham o deslocamento das provas, para a garantia de que... sobretudo porque, em alguns Estados, os dados

são utilizados para remuneração de professor. Então, não é uma coisa trivial lidar com isso. A questão é a da capilaridade da distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Dois Senadores inscritos encerram as inscrições: Senador Pedro Simon e, em seguida, o Senador Paulo Bauer.

O Senador Benedito de Lira estava inscrito, mas se retirou, para participar de outra Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, devido ao adiantado do tempo e como o poder de síntese é o que me falta, prefiro, se V. Exª me permite, Sr. Presidente... Eu tinha uma série de perguntas que entregaria ao Sr. Ministro, para, dentro do possível, sua assessoria fazer uma resposta à Casa. A lista é grande, interessante, importante, mas acho que reiniciar o debate a esta altura não me parece oportuno.

Mas felicito V. Exª. Tenho o maior respeito pelo seu trabalho. Acho que V. Exª administra com muita seriedade, com muita credibilidade. Sou testemunha lá no Rio Grande do Sul: quando V. Exª diz que, em seu Ministério, recebe Prefeitos de praticamente todos os partidos, lá no Rio Grande, ocorre isso. Vários Prefeitos do PMDB estão muito satisfeitos com a administração de V. Exª.

Quando vejo V. Exª e o Senador Presidente... V. Exª não estava aqui, na última reunião, mas ele, ao convidar V. Exª a participar desta reunião, fez uma análise do que ele e V. Exª fizeram com a educação no Paraná. E mostrou um quadro que era uma coisa fantástica, espetacular.

Eu disse, então, que já tínhamos a proposta de trabalho desta Comissão: a de que os dois, o Presidente da Comissão e o Ministro, façam, no resto do Brasil, o que fizeram no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu quero, cumprimentando todos os colegas Senadores e as colegas Senadoras, cumprimentar V. Exª, que...

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Eu quero, cumprimentando todos os colegas, Senadores, e colegas, Senadoras, cumprimentar V. Exª, que preside esta reunião, bem como V. Exª, o Ministro Fernando Haddad. É um grande prazer encontrá-lo aqui, depois de tanto tempo que trabalhamos juntos, V. Exª como Ministro da Educação, e eu como Secretário Estadual de educação de Santa Catarina, aliás, cargo que ocupei por duas vezes, como V. Exª tem o privilégio de vivenciar também no Governo Federal, sendo por dois governos Ministro da Educação.

Eu me sinto muito à vontade. Sou da Oposição, integro a Bancada da Oposição, mas tenho dito reiteradas vezes que, na educação, eu não tenho partido. Na educação, enquanto ela não for ideológica e partidária no âmbito do Governo Federal, V. Exª contará com a minha total solidariedade e apoio, até porque sei que educação é algo extremamente importante e fundamental para o País e de difícil condução. Não é fácil conduzir a educação para o rumo que todos desejamos, que contempla principalmente a necessidade da qualidade de ensino progressivamente melhor.

Eu gostaria apenas de fazer dois registros, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero me permitir fazer a entrega ao Sr. Ministro de um requerimento que leva o número de 165 e que apresentei no plenário desta Casa legislativa. Está sendo relatado por um membro da Mesa um requerimento que pede informações a respeito do PNE, exatamente na linha do que falou a Senadora Kátia Abreu. É preciso que o Senado e a Câmara conheçam o diagnóstico que foi utilizado para efeito da elaboração do PNE. É preciso que tenhamos uma avaliação do que se fez em relação ao PNE anterior, não apenas nos macronúmeros, mas também nas informações regionais.

V. Exª, eu, o Governador Requião, o Senador Pedro Simon sabemos que existem diferenças muito fortes no Brasil de uma região para outra, e eu diria a V. Exª que as informações que nós solicitamos pelo requerimento que, em breve, deverá chegar às mãos de V. Exª... Só faço a entrega dele agora para, já, permitir a antecipação por parte do MEC de todos os levantamentos e de todos os dados. Posso dizer a V. Exª que são fundamentais, mesmo porque Senadores e Deputados não participaram das conferências estaduais de educação, nem tampouco da Conferência Nacional de Educação. Se professores, se técnicos do Ministério, se lideranças da categoria participaram das reuniões, tanto das conferências estaduais quanto da conferência nacional, Senadores e Deputados não estavam lá, salvo algumas exceções.

Obviamente, sinto uma grande dificuldade nos meus Pares em poder fazer juízo de valor sobre as metas estabelecidas no novo PNE. Eles precisam ter melhores elementos para análise, até porque – permita-me V. Exª –, a gente está um pouco atento aqui a um fato: como o Governo tem uma maioria muito ampla nas duas Casas e, como nas votações que vimos até agora a votação é quase unânime a favor dos projetos de Governo, nós não queríamos que, na educação, fosse uma unanimidade apenas por posicionamento político; que fosse unanimidade por uma convicção em favor da educação, à qual quero me associar.

Por isso, o requerimento vai para V. Exª. Com certeza, depois de aprovado na Casa, quando chegar ao Ministério para ser respondido, V. Exª e sua equipe, com a sua competência, já terão preparado a resposta, mandando-a imediatamente para o nosso conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Seja bem-vindo à nossa unanimidade.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Por outro lado, eu queria dizer a V. Exª, Ministro, que me causa grande preocupação... Já pedi estudos a respeito, estou analisando o assunto, e nós precisaríamos debater um pouco mais a questão da progressão automática de alunos no primeiro, no segundo e no terceiro ano.

E V. Exª, há poucos dias inclusive, deu entrevistas a respeito do assunto.

Eu quero dizer a V. Exª que sou plenamente favorável à progressão automática. Não se pode colocar uma criança de seis anos de idade num processo de vitória ou de derrota. A criança, nessa fase etária, não precisa ser vitoriosa e não pode ser derrotada, ela apenas precisa cumprir mais um passo, mais uma fase em sua vida – talvez, a de sete e a de oito tenham de passar pelo mesmo.

Entretanto, dentro de uma realidade que conhecemos – Santa Catarina é um pouco diferente dos demais Estados, mas também tem problemas em algumas áreas –, precisaríamos ter uma maneira, uma regra estabelecida pelo MEC para determinar, com muita clareza, como é que a gente vai fazer um menino de oito ou nove anos de idade, que passou da segunda para a terceira série, ir da terceira para a quarta. O que fazer? O que é melhor? Qual é a coisa mais segura, já que estamos falando da vida de uma pessoa, que vai depois, por mais dez, quinze, vinte anos, continuar seus estudos e tudo o que vivenciou aqui ou deixou de vivenciar em termos de aprendizado pode ser positivo ou negativo lá na frente? É muito difícil.

Eu não sou pedagogo, não me considero a pessoa mais qualificada para discutir, do ponto de vista técnico, essa matéria, mas, como eu tenho 53 anos de idade e V. Exª tem o privilégio de ter menos, posso lhe dizer o seguinte: eu vivi uma fase em que tínhamos o primeiro grau de hoje, o ensino fundamental, dividido em duas fases, primário e ginásio. Quem fazia o primário, até a quarta série, fazia um exame chamado exame de admissão. Se estivesse plenamente preparado, entrava no ginásio; se não estivesse, fazia a quinta série – felizmente passei naquele exame! É claro que, na minha época, muitas crianças não passaram, mas fizeram a quinta série e não sobrou nenhum problema. Eu diria a V. Exª que nós não deveríamos instituir mais um ano letivo, mas nós deveríamos criar um mecanismo pelo qual o aluno da terceira série, ou na terceira série, fosse avaliado por um tipo de exame, naturalmente compatível com sua idade e com o nível de ensino que temos, e, se ele não lograsse êxito na aprovação, teria, obrigatoriamente, no ano seguinte, quando estivesse no quarto ano, de fazer aulas a mais ou fazer um contraturno para se preparar e se qualificar para frente. Eu acho, modéstia a parte, que esta seria uma providência muito positiva e favorável da parte do MEC – eu não quero ser autor dessa ideia, eu não quero ser padrinho dela, até porque não sei se ela é aplicável ou não – para nós termos mais aprovação, menos repetência, menos evasão escolar nos anos seguintes do ensino fundamental e do médio.

Isso é só a título de observação e de contribuição que faço, cumprimentando V. Exª por sua ação no Ministério e saudando a presença de V. Exª nesta Comissão. Infelizmente não pude assistir a sua apresentação porque me encontrava vindo de Santa Catarina para cá. Muito obrigado e um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Antes de passar a palavra ao Ministro, quero lhe negar a impunidade em relação a essa observação feita, essa observação de V. Exª considerar um privilégio ter os seus verdes 53 anos. Eu gostaria de informar ao Senador Bauer – e faço isso da altura dos meus 70 anos – que as pessoas ficam mais velhas porque não morrem moças. Privilégio, na verdade, é a longevidade. Eu espero, apesar do seu engano na observação, que V. Exª tenha o privilégio que eu e o Pedro Simon temos de avançar pelos anos com a lucidez necessária.

O SR. PAULO BAUER (PSDB – SC) – Espero, com certeza, alcançá-los!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como não?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ouvi o Senador quando ele disse que tem 53 anos e que o Ministro tem a ventura de ter menos ainda. Tenho a desventura de ter 80, mas não sei como é que fica...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Acho que essas observações no sentido da valorização da pequena idade foram um desvio dos meninos que nós temos de relevar.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Permita-me, V. Exª. Eu quis apenas mencionar, e talvez eu tenha me expressado de uma forma imprópria, que ele não precisou fazer o exame de admissão pelo fato de ser mais jovem. Foi nesse sentido que eu quis me referir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, as inscrições estavam encerradas, mas vamos abrir um espaço novo para o

elogio do Ministério, da parte do Senador Magno Malta e do Senador Walter Pinheiro.

Magno, você foi o primeiro inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Mas elogio, Sr. Presidente, Sr. Ministro, nem caberia, porque os elogios são tantos! E o que foi feito pelo Senador Pedro Simon todos nós assinamos. Então elogio melhor do que o do Pedro ele não vai receber tão cedo e de uma pessoa tão qualificada e com a história do Pedro. Aliás, foi elogio para os dois, na área da educação.

Mas eu quero cumprimentar o Ministro de uma maneira mui respeitosa, tenho tido um relacionamento muito próximo, sou admirador dele, do trabalho, da visão dele. A Bíblia diz que a quem honra, honra. Quando o cara é ruim, é ruim, mas quando está fazendo certo, a gente tem que reconhecer a grandeza. Se Pedro Simon, do alto da sua juventude, aos 80, o elogiou, quem sou eu para não elogiar? Aliás, no meu ano de passar para o ginásio acabou a admissão. Foi a minha sorte. (*Risos*)

Então quero abraçá-lo e fazer um registro em um viés diferente. Eu peço a Deus que seja no período do seu Ministério, no Governo da Presidente Dilma, por este Brasil que arde, pela família que sofre e se agoniza com drogas – trinta anos tirando drogado da rua: é a minha experiência, a minha vida, a minha atividade, o ar que eu respiro. Comecei tirando gente, levando pra dentro de casa, ainda é a minha atividade de vida –, que nós possamos dar uma grande contribuição: o combate à violência no País pela via da educação. Escola abre janela para o conhecimento. Quando instituirmos – espero que seja em seu mandato –, estudos sobre drogas nas escolas do Brasil, malefícios morais, psicológicos, físicos, sociológicos, familiares – porque a falta de informação possui deformidade, mas a informação forma. E a escola é a usina da formação. Aliás, eu nem gosto dessa palavra educação, porque educação quem dá, para mim, é pai e mãe. Escola abre janela para conhecimento. Filho tem que ser educado em casa, não é para educar filho dos outros na escola – e, quando dermos esse conhecimento, nós sairemos dessa lógica infame que a Polícia Federal vai resolver esse problema, as Polícias Militares.

E tem o problema de saúde pública. Vai-se internar viciado em *crack*, colocar soro na veia dele para resolver o problema dele fumar *crack*? Nunca. Isso é doidera. Mas, pela via da educação, pela via da informação, nós podemos ajudar o País a sair desse atoleiro. E espero que seja no exercício do seu mandato, como Ministro, pela disposição, pela juventude, por ser pai de crianças, adolescentes e saber como são difíceis esses dias e como a educação pode contribuir de forma efetiva.

De maneira que agradeço sua presença aqui. Como brasileiro, sou agradecido por sua atuação, sei dos avanços que tiveram, sei das adversidades e dificuldades, mas avançamos muito mais e acertamos muito mais do que erramos no exercício do seu mandato como Ministro. De maneiro que agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Meu pastor, que os anjos digam amém! E agora para superá-lo nos elogios, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Quero usar a Bíblia para fazer a diferença, já que ele disse que a Bíblia diz "a quem honra, honra". Mas a Bíblia diz para a gente não ser demasiadamente bom, portanto, dá um descontozinho nos elogios, meu caro Requião.

Queria aproveitar, meu caro Ministro, de forma muita rápida, para chamar atenção de três aspectos, já que as falas contemplam o Plano, mas muito mais no aspecto da universalização. O trabalho que o MEC fez em relação à interiorização do ensino superior foi extremamente positivo, mas estamos precisando criar condições para o acesso desse cidadão que vive em lugares mais remotos para essa oportunidade.

O segundo aspecto disso é o acesso também às ferramentas, ao que se disponibiliza hoje de mais avançado do ponto de vista tecnológico. Portanto, em pé de igualdade, como é que no ensino básico, no ensino médio, no ensino superior, o acesso a esse novo padrão tecnológico pode nivelar essa janela de conhecimentos que o Senador Magno Malta levantou?

E o terceiro aspecto, também no que diz respeito à universalização, tem a ver exatamente com a forma da distribuição. Vou lhe dar um exemplo aqui, Ministro. A Bahia tem dois Municípios que têm disparidades extremas: o Município de Lauro de Freitas, próximo a Salvador, superadensado, com 243 mil habitantes e 60 quilômetros quadrados. Então, para esse Município, minha companheira Moema receber recursos para levar o aluno para a escola é mole. Como dizia o povo do Piauí lá na campanha: é molinho, molinho. Agora, para Sento Sé, na Bahia, cuja área é de 14 mil quilômetros – e não de 60 quilômetros –, portanto duzentos e trinta vezes maior do que Lauro de Freitas, e que tem uma população de 30 mil, para um aluno chegar à escola, ou para um professor chegar a uma escola da zona rural, tem que andar até 200 quilômetros em estradas não tão consideradas como estradas. Então, precisaríamos trabalhar exatamente a questão do transporte escolar e do custo aluno levando em consideração essa dificuldade. Esse Município vai ter um custo muito mais elevado para manter uma unidade escolar numa área dessa ou deslocar o aluno dessa área para o centro mais próximo, ou para a sede do

Município ou para o povoado maior. Portanto, isso interferirá... (*Pausa*.)

Aí, depois do elogio tem um pedido. É natural!

Então, Ministro, estou dando o exemplo aqui de duas localidades só para termos uma ideia exatamente do que deve ser a tônica neste Brasilzão.

Por último, há a questão exatamente do ensino profissionalizante. Eu venho, inclusive, de uma escola técnica. Fiz Admissão também. Não sou da escola técnica do tempo do mingau, que tinha um ofício, como queria aqui o meu amigo Wellington Dias, mas acho que uma das coisas importantes para, eu diria até, ajustarmos o que faz o Ministério da Fazenda, do ProUni ao ensino técnico, é termos a oportunidade de discutirmos a possibilidade de um Fundep – um fundo, nos mesmos moldes do Fundeb – para o ensino profissionalizante. Portanto, era fundamental que pudéssemos fazer essa mediação, porque, aí, sim, nós poderíamos ajudar essa fiscalização por parte dos Estados. Acho que os Estados têm que fiscalizar, porque eles têm mais capilaridade.

O Governador Requião aqui, outro dia, dava um dado importante, que era o mesmo dado da Bahia. Ele me dizia aqui que chegou ao Paraná e encontrou quase nenhum aluno no ensino profissionalizante e o deixou com 30 mil, se não me falha a memória. Com 100 mil! Com 100 mil! Na Bahia, nós pegamos com 4 mil matriculados no ensino profissionalizante e, em quatro anos, o Governador aumentou para 40 mil. Então, essa realidade é possível se fazer no Estado. Mas, no Paraná, é mais fácil, do ponto de vista territorial e até do que seria orçamentário, do que na Bahia. Mas esse desafio, se conseguíssemos trabalhar com um Fundeb agora para o ensino profissionalizante, talvez ajudássemos os Estados a fiscalizar esse programa do MEC, nosso ProUni para o ensino técnico, e, ao mesmo tempo, fazer que os Estados pudessem promover a ampliação do número de vagas no ensino profissionalizante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro, com a apalavra.

O SR. FERNANDO HADDAD – Vou começar pela parte final do Senador Pinheiro. Na verdade, quando nós estendermos o financiamento estudantil para as escolas técnicas, nós faremos uma avaliação do Minstério da Educação – esqueci de responder isso –, porque a maioria dos Estados não fiscaliza a qualidade das escolas técnicas. Então, para habilitá-las a receber o financiamento estudantil, o MEC fará uma visita *in loco*, de maneira a verificar se os laboratórios, o corpo docente estão preparados para receber novos alunos com o financiamento do MEC.

Então, nossa ideia não é a de se deixar solta a questão da qualidade, mas, ao contrário, é a de imputar uma ação exemplar, que, inclusive, possa ser seguida pelos Estados que não fazem avaliação do ensino técnico, para que a façam e para que todas as escolas do País possam estar habilitadas ao Fies.

Então, faremos uma avaliação *in loco*, diferentemente do que ocorre na educação superior, onde há prova, o Enade. Não haverá prova, mas haverá avaliação *in loco*. Professores federais farão visitas para verificar se a escola está em condições, do ponto de vista de infraestrutura e de perfil docente, de ofertar vagas.

Em relação ao transporte escolar, fazemos uma diferenciação pelo território do Município, mas ela é pequena. Então, o senhor tem razão, pois estamos com o conceito correto, mas, talvez, para aplicar esse conceito, tenhamos de alargar um pouco a variação pelo território. O Henrique está aqui, e, talvez, ele possa esclarecer, em seguida, qual o critério que o Pnate usa em relação à dimensão do território. Consideramos a dimensão do território, mas, talvez, não na profundidade que deveríamos, não o suficiente para contemplar situações tão díspares como as que o senhor citou.

Mas a lei admite isso, ou seja, só uma decisão de caráter administrativo para dar... Como no Fundeb há parâmetros, haveria também aqui parâmetros diferenciados. Eles já existem, mas compreendo que a variação tem de ser um pouco maior, porque, do menor para o maior Município, é desleal a comparação. Teremos de observar isso.

Antes do recebimento do ofício do Senador Paulo Bauer, vamos encaminhar os subsídios necessários: o relatório das três conferências, a avaliação do PNE anterior e as notas técnicas que embasaram as metas do PNE atual, que está em tramitação. Então, são cinco documentos. Vamos encaminhar ao Senador Requião, para colocar à disposição desta Comissão, toda a documentação que embasou a fixação das metas e a elaboração do Plano Nacional de Educação.

Na verdade, o Plano anterior não foi consequência de conferências nacionais. O atual foi consequência de três conferências nacionais, e os documentos estão disponíveis, mas serão oficialmente encaminhados ao Senado, para que sejam de conhecimento público e para que possamos reproduzi-los, a fim de que haja um acompanhamento mais fácil por parte dos senhores.

Em relação aos planos estaduais, o MEC não fez acompanhamento. Não sei se Santa Catarina teve plano estadual.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não avaliou.

O SR. FERNANDO HADDAD – Não fez avaliação.

Há Estados que fizeram um plano estadual, e são oito. Felizmente, Santa Catarina, como não podia deixar de ser, fez o dever de casa, como disse a Senadora Kátia Abreu. Mas apenas oito Estados fizeram plano estadual. Não tenho conhecimento de qualquer avaliação dos planos estaduais. Receio que não tenha sido feita qualquer avaliação. Mas foi feita avaliação do plano nacional nas conferências. Toda a documentação ficará à disposição dos senhores, bem como as notas técnicas que iluminam a questão da conta de chegada que foi feita, o recurso adicional e as metas que foram estabelecidas. Então, vamos encaminhar aos senhores vinte notas técnicas, uma por meta; três documentos das conferências; e a avaliação. Está bem, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A próxima reunião da Comissão será uma reunião ordinária, na terça-feira. Na quarta-feira, atendendo a requerimento do Senador Inácio Arruda, vamos convocar a Ministra da Cultura ou o Ministro dos Esportes, conforme a possibilidade de cada um. A Secretaria da Comissão vai se encarregar do convite e da informação aos Srs. Senadores.

Acredito que a Secretaria da Comissão deveria comunicar à Mesa do Senado a renúncia do Senador Paulo Bauer à sua filiação partidária nos assuntos concernentes à educação.

E, por sugestão do Senador Pedro Simon, como na Bíblia, simbolicamente abateremos a nossa melhor ovelha para comemorar a volta do filho pródigo.

A Comissão de Educação não quer o incêndio da floresta, mas vamos continuar com esse espaço aberto para apagar os pequenos incêndios. E a nossa política é a instalação de churrasqueiras públicas na floresta do programa educacional do Paraná para resolvermos pontualmente os problemas.

Até a próxima terça-feira. E obrigado, Ministro, pela presença.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 13 horas e 07 minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 2011.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Ana Rita, João Ribeiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Ana Amélia, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Kátia Abreu, Armando Monteiro, Marinor Brito, Marta Suplicy, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Francisco Dornelles, Alvaro Dias, Cyro Miranda, José Agripino e Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Walter Pinheiro, Magno Malta, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, Benedito de Lira, Lúcia Vânia e João Vicente Claudino. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, inicia a deliberação da Pauta pelo item 5, que tem como escopo a discussão e posterior aprovação de novos procedimentos para os trabalhos da Comissão. **Item 005: Procedimentos a serem adotados na Comissão**: **a) Quanto à distribuição dos projetos:** A Presidência submete ao Plenário proposta no sentido de instituir a distribuição por rodízio, respeitando-se a ordem da lista de chamada disposta na composição da Comissão, iniciando-se pelos titulares, e obedecendo a ordem cronológica de apresentação dos projetos. A proposta é aprovada; **b) Quanto ao encaminhamento a ser dado aos projetos autorizativos:** O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas na Comissão até a manifestação daquele colegiado, o que é aprovada **(ver Extra-Pauta, Item 002); c) Outros assuntos: 1)** A Presidência submete ao Plenário proposta no sentido de criar uma Comissão de Pauta, formada pelos Senadores Roberto Requião, Marisa Serrano, Cristovam Buarque e Marinor Brito, que definirá os itens que constarão da Pauta do Dia e as datas de realização das Audiências Públicas. A proposta é aprovada. **2)** O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, requer o encaminhamento dos projetos de lei que versam sobre a instituição de datas comemorativas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação desse colegiado a respeito da tramitação dessas, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 9 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação das referidas proposições. O Requerimento é aprovado. **(ver Item 4)**; **3)** A Presidência submete ao Plenário proposta no sentido de definir a obrigatoriedade da presença do autor de Requerimento de Audiência Pú-

blica na reunião sob pena de cancelamento da mesma. Na hipótese do Requerimento ser subscrito por mais de um Senador, a presença de um deles garante a realização da Audiência. Na justificação de ausência por impedimento/força maior, poderá haver a indicação de um Senador que substitua o autor do Requerimento. A proposta é aprovada. **4)** O Senhor Presidente ressalta a obrigatoriedade da presença do autor de Requerimento para a leitura e votação do mesmo, em estreito cumprimento do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 004: Requerimento nº 04/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que requer "... Requeiro, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento dos projetos de lei abaixo elencados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestação desse colegiado a respeito da tramitação das matérias que versam sobre instituição de datas comemorativas, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 9 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação das referidas proposições". O Requerimento é aprovado. **Item 001: Requerimento nº 05/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que requer "... nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante. Para tanto, sugiro sejam convidados para participar da referida audiência: Sr. **Eliezer Moreira Pacheco** – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC); Sr. **Robson Braga de Andrade** – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. **Antônio Carlos Caruso Ronca** – Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); Sr. **Paulo Roberto Ziulkoski** - Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Sr. **Eduardo Fagundes** – Coordenador Executivo do ProJovem Urbano de São Leopoldo/RS". O Requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Kátia Abreu requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Aditamento ao Requerimento nº 05/11-CE, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 002)**. **Item 002: Requerimento nº 07/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer "... nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir os critérios utilizados na avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: **- Francisco Azevedo de Arruda Sampaio**, professor; **- Sônia Schwartz Coelho,** Coordenadora-Geral dos Programas do Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); - **Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva**, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação. - **Alfredo Boulos Júnior** – Presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos; - **Jorge Yunes** – Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Didáticos". O Requerimento é aprovado. **Item 003: Requerimento nº 08/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que requer "... nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater a aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia, com a presença dos seguintes convidados: o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Sr. Ricardo Terra Teixeira, o Presidente do Clube dos 13, Sr. Fábio André Koff, e representantes dos canais de televisão aberta". O Requerimento é aprovado. Neste momento, os Senhores Senadores Ana Amélia, Marisa Serrano, Clésio Andrade e Alvaro Dias apresentam sugestão no sentido de incluir outros convidados e outros clubes de futebol, além do Clube dos 13, entre os participantes da Audiência Pública. O Senhor Presidente submete a sugestão ao Plenário e, devido a falta de definição quanto aos nomes dos novos convidados, propõe a inclusão dos Requerimentos na próxima pauta, o que é aprovado. Logo após, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 03/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Roberto Requião, que "... nos termos do art. 90, inciso XI, e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até manifestação daquele colegiado (art. 335, inciso I)". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 06/11-CE ,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "... nos termos regimentais, e, em aditamento ao **Requerimento nº5/2011-CE**, de autoria da Senadora Ana Amélia, propondo a realização de audiência pública para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do en-

sino técnico profissionalizante, **seja acrescentado** à lista de convidados para participar dos debates o seguinte nome: - **Daniel Klüppel Carrara**, Secretário Executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR". O Requerimento é aprovado. **Item 006: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores Senadores a indicação do Excelentíssimo Senhor Senador Cristovam Buarque, na qualidade de titular, e da Excelentíssima Senhora Senadora Ana Rita, na qualidade de suplente, para integrar o Fórum Nacional de Educação (FNE)". A Matéria foi precedida de consulta ao Plenário. **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores Senadores a indicação da Excelentíssima Senhora Senadora Marisa Serrano, na qualidade de titular, e da Excelentíssima Senhora Senadora Kátia Abreu, na qualidade de suplente, para compor o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)". A Matéria foi precedida de consulta ao Plenário. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e dezessete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB-PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e sua aprovação.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Amanhã, às 10 horas, teremos audiência do Ministro dos Esportes, em atendimento ao requerimento do Senador Inácio Arruda aprovado pela Comissão. Também nesse requerimento, o Senador propôs a audiência da Ministra da Cultura. A secretaria da Comissão procurou S. Exª ou sua assessoria por três ou quatro vezes. Na ausência absoluta de resposta, aguardaremos a reunião de amanhã., e eu sugiro que, se continuarmos sem resposta da Ministra da Cultura, a Comissão se disponha a votar a sua convocação, para que se torne obrigatória e a gentileza desaparece.

Senador Pedro Simon.

O SR. Pedro Simon (PMDB –RS) – Por que a Ministra da Cultura virá no mesmo dia?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB-RS) – Não é no mesmo dia. Consultamos para agendar uma data, mas não tivemos resposta de espécie alguma.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSDB-BA) – Sr. Presidente, gostaria apenas de sugerir que façamos mais uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB-PR) – Foi a minha proposta.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSDB-BA) – Está certo, porque creio que deve estar havendo alguma dificuldade. Eu estive no Ministério da Cultura semana passada, em audiência com agentes e produtores da Bahia. Fui muito bem recebida e tive muito apoio da Ministra para os pleitos da Bahia. Então, creio que deve estar havendo alguma dificuldade de comunicação, e poderíamos ganhar esse tempo para viabilizar a presença da Ministra aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB-RS) – Inclusive, Senadora, propusemos à Ministra a escolha de uma data para que S. Exª tenha oportunidade de expor o seu programa de trabalho, mas não tivemos resposta alguma.

Em conversa, esta semana, com a Senadora Marisa Serrano sobre os procedimentos que devem orientar a condução desta Comissão daqui para diante. Duas propostas quero submeter a este Plenário.

A primeira, que nós formemos uma comissão de pauta, para que essa pauta não fique apenas na mão do Presidente da Comissão e para que possamos ultrapassar as pressões e os *lobbies* sobre a secretaria da Comissão e sobre a Presidência para que coloque em votação determinados assuntos. Sugeriria que esta comissão de pauta fosse formada por representantes dos diversos partidos, não mais que três. A minha proposta seria a Senadora, Vice-Presidente da Comissão, Marisa Serrano, representando o PSDB; com a minha participação; da Senadora, por exemplo, Marinor, do PSOL; e um representante do PT.

Aguardo sugestões.

Estou discutindo o Item 5 da pauta, invertendo esse processo que foi revelado na convocação.

A outra proposta é a de que, pela ordem da lista de chamada da Comissão, pela ordem dos titulares e dos suplentes – acho que os suplentes devem ser tratados da mesma forma que os titulares, no que diz respeito a relatorias e participação –, distribuíssemos a relatoria pela ordem dos Senadores que estão na lista de chamada. Com isso, evitaríamos os pedidos através dos grupos de pressão, dos *lobbies* corporativos ou não, para distribuir para este ou para aquele Senador. Estaríamos contemplando todos os Senadores.

Então, pela ordem da lista de chamada, faríamos um rodízio. As relatorias vão sendo distribuídas dessa forma e, se algum Senador achar que não deve relatar determinada matéria, ele devolve e ela entra no rodízio da fila. Com isso, resolveríamos o problema de participação dos Srs e Srªs Senadoras na comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas V. Exª está abrindo mão da principal prerrogativa do Presidente que é a de escolher quem ele quer para relator.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu acho que todos aqui estamos na mesma condição e devemos ter a mesma oportunidade e a mesma responsabilidade.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, acredito que essa forma de trabalho é mais democrática e também dá oportunidade àqueles que, por exemplo, não quiserem relatar determinado assunto possam devolvê-lo à Mesa para se fazer uma redistribuição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Continua o rodizio.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) **–** E é possível também que alguém tenha interesse em particular em discutir determinado assunto negocie com o companheiro, fale com a Presidência, e, quem sabe, possa relatar, se o companheiro não quiser.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, sempre há a oportunidade de apresentar o substitutivo, porque essa abertura para negociação seria a abertura para o constrangimento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB-ES) – Sr. Presidente, esse rodízio se daria por sorteio, impessoal?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não, pela ordem de entrada dos projetos. Os mais antigos para os primeiros da lista. Assim teríamos uma ordem de entrada e uma ordem de saída

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB-ES) – O que V. Exª tem contra os mais novos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Como?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB-ES) – O que V. Exª tem contra os mais novos, que coloca os mais antigos?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A ordem de entrada do projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB-ES) - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu e o Pedro realmente damos preferência aos senectos. Senador não vem de senecto? Velho? Os verdadeiros Senadores são os mais antigos. O Pedro concorda comigo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB-ES) – Quero parabenizar V. Exª por uma iniciativa de um espírito democrático, que amplia a participação, a motivação e o estímulo do conjunto dos Senadores nesta Comissão.

Parabéns, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, vamos elaborar essa sugestão da comissão de pauta.

A minha sugestão é que a Senadora Marisa Serrano dela faça parte, que faça parte o Senador Cristovam e a Senadora Marinor.

Teremos um, dois, três, quatro. Acho que seria suficiente, e nada impede que os outros Senadores, conversando, influam nesse processo também, mas a critério desta Comissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB-ES) – Sinto-me representado pela comissão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Exato.

Todos de acordo? (Pausa).

Então, estabelecemos por consenso estas duas regras: a distribuição por rodízio, os projetos mais antigos na frente.

Há duas outras propostas, sobre as quais também conversei com a minha copresidente, Senadora Marisa Serrano.

A nossa Comissão passa a ser praticamente embargada, entupida com projetos constitucionais que vêm da Câmara. Esse vício de leis autorizatórias, que não têm nenhum sentido e acabam se transformando em indicações.

Eu faço à Comissão a proposta neste requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XI e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, ficando a deliberação dessas sobrestadas nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte até a manifestação daquele colegiado.

E a Comissão de Justiça terá que decidir sobre isso, não só em relação ao que vem a nossa Comissão, mas ao conjunto das Comissões do Senado. Porque não existem essas autorizações na legislação. Elas passam a ser aquele artifício para prestigiar um de-

putado aqui, outro ali. É uma indicação, e a indicação pode ser feita pelo parlamentar independente dessa custosa e demorada tramitação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Me parece, Sr. Presidente, que sendo esta uma Casa revisora a proposta de V. Exª está absolutamente compatível.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) - Então, quero colocar esse meu requerimento em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

Tenho um requerimento extrapauta que desejo apresentar. Consulto V. Exª que momento considera oportuno para a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Vou voltar à pauta e depois submeteremos à votação.

Apresento outro requerimento para desobstruir a Comissão de Educação no mesmo sentido:

Requeiro, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento dos projetos de lei abaixo elencados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação desse colegiado a respeito da tramitação das matérias que versam sobre instituição de datas comemorativas, uma vez que a Lei nº 12.345, publicada em 9 de dezembro de 2010, determina providências a serem adotadas antes da deliberação dessas proposições.

Esta lei regulamenta a exigência inclusive de audiências públicas antes que se encaminhe para tramitação normal esse tipo de autorização.

Temos aqui dezenas. Isso obstruiria os trabalhos da Comissão sobre assuntos mais sérios.

Coloco em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, acredito que V. Exª está certo, porque é muito recente ainda essa Lei nº 12.345, de dezembro de 2010, e nunca fizemos, aqui nesta Casa, nenhuma audiência pública para discutir dia. Não é praxe nesta Comissão. E, teríamos que fazer a comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas a amplos setores da população, conforme o estabelecido na lei.

Então, acredito que a lei é bem explícita, a partir daí teríamos que fazer audiências públicas. É possível pedir à CCJ que se pronuncie, mas acredito que a lei é amplamente clara e muda a forma como vínhamos trabalhando desde então. Quer dizer, há uma mudança expressiva na questão dos dias, das datas comemorativas.

A questão também que não está determinada aí, que não seria uma data comemorativa, mas, a questão é que fique em aberto das semanas e do ano. Tem o ano da França no Brasil. Fica instituído, como foi feito aqui na Casa, o ano da França no Brasil. Isso não é questão de audiência pública, porque não tem nem como ouvirmos a questão da sociedade interessada num ano de praxe, que interessa ao país como um todo e é uma ligação internacional que o país tem.

Então, acredito que fica excluída daí a questão das semanas e dos anos comemorativos também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Tenho 76 projetos dessa natureza. Só queria dar um exemplo aos Srs. Senadores: Dia Nacional do Supervisor Educacional, Dia da Mãe Adotiva, Dia Nacional de Proclamação do Evangelho, Dia Nacional do Guarda Municipal, Dia Nacional da Música Popular, Dia Nacional do Quilo - provavelmente se refere ao Jânio Quadros, "Fi-lo porque qui-lo". Dia Nacional da Parteira Tradicional, Dia Nacional do Macarrão. Então, estaremos eliminando a possibilidade de nomearmos relatores e perdermos tempo com esses assuntos.

Continua em discussão a proposição.

Dia Nacional do Cipeiro.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senadora Ana Amélia, V. Exª se disporia a ler o seu requerimento?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Obrigada, Presidente. Apresentei um requerimento a esta Comissão e agradeço a sua acolhida. É o item 1º da pauta da reunião de hoje, requerendo a realização de uma audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir a situação nacional e os caminhos para melhorar a qualidade do ensino, em particular do ensino técnico profissionalizante.

Para tanto, sugiro sejam convidados para participar dessa audiência o Sr. Eliezer Moreira Pacheco, que é o Secretário de Educação Profissional Tecnológica do Ministério da Educação; o Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, CNI; o Sr. Antônio Carlos Caruso Ronca, Presidente do Conselho Nacional de Educação, Paulo Roberto Zilcorsci, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; e Eduardo Fagundes, coordenador executivo do Pró-Jovem Urbano de São Leopoldo.

A justificativa, Presidente, V. Exª conhece bem esta matéria, é uma pesquisa recente do IPEA, mostrando a situação dos jovens entre 18 e 29 anos, que

representam hoje 54% do total de desempregados na pesquisa feita pelo IPEA. Isso significa dizer um problema grave na hora em que o Brasil está precisando evitar que o apagão de mão de obra acabe comprometendo o desenvolvimento econômico em áreas muito importantes.

Hoje pela manhã, no Programa *Bom Dia Brasil*, da *Rede Globo*, foi mostrada também a situação que está acontecendo em relação à mão de obra estrangeira em setores que eram predominantemente de mão de obra nacional que não precisam de uma grande especialização que é a área da construção civil. Então, nós temos hoje operários na construção civil do Brasil que vêm da África, da Argentina, do Uruguai e de outros países, além de, claro, em áreas de especialização.

Esse é o motivo pelo qual eu estou propondo. Há de se perguntar, e a Senadora Kátia Abreu, que comando o Senar, está aqui, por que não foram convidadas também as outras instituições do Sistema "S" que estão voltadas à qualificação profissional. Simplesmente porque, pelo Regimento Interno da Comissão, em audiências públicas, são cinco os convidados. Então, há essa limitação. E também por que o jovem Eduardo Fagundes? Acontece que eu estava expondo essa questão da tribuna do Senado e o Senador Paulo Paim estava lendo uma carta desse jovem, falando sobre os problemas no ensino profissionalizante e das demandas que os jovens têm, porque em geral, Presidente, as políticas públicas não ouvem os anseios dos jovens. Por isso, a razão de eu ter convidado, incluído o jovem Eduardo, para falar em nome dos jovens, das aspirações e das necessidades que têm em relação ao ensino profissionalizante. Esse foi o motivo, Presidente.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Para discutir, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM - TO) – Obrigada. Eu gostaria de dizer da importância desse requerimento para essa discussão, mas gostaria de colocar em votação também, para apreciação dos meus colegas, a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Se nós temos algum percentual de profissionalização na área urbana, na área rural é próximo a zero ou menos que zero. Então, acho impossível que nós possamos discutir ensino técnico profissionalizante sem ouvir a maior entidade, talvez do mundo, em qualificação profissional rural. Eu gostaria muito de colocar em votação o nome do Senar nacional, Daniel Carrara, Superintendente Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Seria um aditivo ao requerimento da Senadora Amélia. A Senadora concorda com o aditivo?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Sem dúvida. Eu até gostaria que todos...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Então, vamos incorporar à proposta.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Eu até gostaria que todos os integrantes do Sistema "S" estivessem participando. Eu apenas fiz isso em relação às limitações. Aliás, Senadora Kátia Abreu, para endossar a sua posição, hoje mesmo representantes de criadores de cavalos de Rio Grande do Sul disseram que, por falta de mão de obra, estão importando profissionais do Uruguai; é em todos os níveis. Então, é preciso que a gente tenha também uma abrangência maior. Fico satisfeita que o Presidente acolha a inclusão do Senar nesse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Com uma observação do nosso Secretário da Comissão, oriunda da sua experiência de quatorze anos. Se nós tivermos sete ou oito convidados, nós acabaremos não conseguindo fazê-los ouvir, pelo menos numa só reunião.

A SRª KÁTIA ABREU –(DEM – TO) - Sr. Presidente, pela ordem.

Devido à importância do assunto, eu acho que caberiam perfeitamente duas audiências públicas e poderíamos, então, incluir o Sebrae, que é uma instituição da maior importância nessa área. Acho que este debate, Sr. Presidente, poderia ser um dos mais importantes desta Comissão. Estamos vivendo hoje, no Brasil, não só um apagão de logística, mas de mão de obra, o que era um problema do campo, o que era um problema dos cargos mais elevados das empresas do Brasil. Hoje, estamos encontrando dificuldades para encontrar até mesmo o cerqueiro de fazenda, o vaqueiro, o inseminador artificial, o tratorista, aquele que manipula as colheitadeiras, por exemplo, porque são todas manipuladas e direcionadas com GPS. Então, é um verdadeiro apagão de mão de obra, e isso pode subir enormemente os custos de produção e, portanto, influenciar enormemente na inflação que tanto tememos.

Então, eu gostaria que, não sei se duas, três, o que fosse necessário, os mais experientes poderiam nos ajudar, os Senadores como Cristovam Buarque, mas acho que este tema, poderíamos aprofundar ainda mais em outras audiências públicas e...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Tendo a Senadora Ana Amélia aceitado o adendo, por economia processual, vou considerar incorporado

e depois, a critério da Comissão de Pauta, marcaremos duas audiências públicas sobre os temas.

Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Eu queria parabenizar a Senadora Ana Amélia e dizer que o decreto que rege a questão e dá bases para a escola técnica no País, que é o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, sobre a Lei da Educação Profissional, que é de 20 de dezembro de 96, tem duas premissas, e as duas estão colocadas nessa proposta da Senadora Ana Amélia: uma, organização por áreas profissionais.

Isso é fundamental porque é em função social, na função ocupacional ou função tecnológica. Então, são as áreas de abrangência da educação profissional como premissa para que a gente possa colocar o curso certo no local certo, para que não haja escolas profissionais que não estejam associadas e ligadas à sociedade, às necessidades da sociedade. E a segunda premissa que tem essa lei é a articulação dos esforços com a educação, com o trabalho, com o emprego, com a ciência e tecnologia.

Então, estamos, acredito, abrangendo todas essas áreas, pelo menos a maioria dessas áreas e é nessa direção que educação tecnológica e técnica tem que seguir neste País.

Portanto, meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Colocada a matéria em discussão, na forma da incorporação do aditivo, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem.

Aprovado.

A Comissão de Pauta definirá, junto com a Senadora Ana Amélia e a Senadora Kátia Abreu, a data e a realização dos convites para a audiência pública.

Esta Presidência observará na votação dos requerimentos sempre a presença do proponente tanto dos requerimentos quanto das matérias a serem relatadas. Acho que isso é um dispositivo regimental e será obedecido de forma criteriosa pela Comissão.

Outro requerimento da Senadora Kátia Abreu.

Senadora Kátia Abreu, poderia ler o requerimento, por favor.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pois não, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 93, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, perante esta douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir os critérios utilizados na avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático no Brasil, PNLD. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, Professor e Editor; Sonia Schwartz Coelho, Coordenadora-Geral dos Programas do Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; Alfredo Boulos Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos; Jorge Yunes, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Didáticos.

Sr. Presidente, eu gostaria que nós pudéssemos abrir este debate, nesta Comissão, com relação aos livros didáticos do nosso País. Esse é um programa extraordinário, cuja universalização vem crescendo enormemente, com a distribuição gratuita de livro didático para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Portanto, os livros, para fazerem parte da compra do MEC, participam de um edital, participam de uma triagem inicial, básica, e depois passam por uma avaliação pedagógica para saber se esse livro fará parte do manual e, portanto, se o MEC poderá comprá-lo ou não para a distribuição, em seguida, para as escolas do País.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, no ano passado, foram gastos R$690 milhões, e a previsão para 2011 é de que R$1 bilhão o MEC deverá investir para a compra de livro didático no País. Isso é extraordinário. Não há nenhuma crítica quanto ao mérito da questão, apenas, Sr. Presidente, com relação à avaliação, aos critérios de avaliação do livro didático, para que possamos conhecer, com transparência, quem seleciona, como se seleciona, como essas instituições foram selecionadas, os valores gastos nas avaliações do livro didático – acho que é da maior importância que nós possamos conhecer tudo isso – e também como são selecionados os seus conteúdos, para que o MEC possa nos falar a respeito da politização no livro didático brasileiro tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio. Nós estamos atrás apenas da escola sem Partido ou, se houver Partido, que todos tenham a oportunidade.

Mas, principalmente, eu gostaria de comentar algumas críticas que existem com relação a essas avaliações do livro didático, para que possamos criar juízo de valores.

Excessivamente acadêmica, por ser executada por equipes de professores universitários sem experiência de docência na educação básica. São professores do maior nível, da maior qualidade, mas que não têm experiência acadêmica em sala de aula.

O sistema de julgamento com instância de revisão inócua. Por não haver divulgação dos pareceres produzidos e dos nomes dos pareceristas... Porque,

por incrível que pareça, Sr. Presidente, apesar de ser recurso público, os pareceristas e os conteúdos das avaliações não são divulgados para a sociedade para que nós possamos acompanhar por que um livro foi rejeitado e por que outro livro não foi rejeitado. E o parecerista, o dono do livro tem todo o direito de julgar suspeita determinada pessoa por uma ligação com outras editoras ou por um antigo trabalho nessas editoras. É um direito que o cidadão tem, aquele que apresenta o seu livro para participar, de conhecer quem está avaliando os seus livros, porque, se fosse diferente, nós não poderíamos conhecer os pareceres do Ministério Público, nós não poderíamos conhecer os Procuradores da República que fazem os julgamentos, assim também como os juízes do País.

Portanto, os juízes do livro didático não podem ficar no anonimato, na minha opinião – esta audiência pública é justamente para discutir essas questões –, e poderiam, inclusive, estar eticamente impedidos de proceder à avaliação, caso fossem próximos, como disse anteriormente, aos autores e às editoras das obras avaliadas. Por consequência, não contempla a possibilidade de recursos pelos autores de obras reprovadas.

Portanto, se a minha obra foi reprovada e não pode participar da licitação do MEC, eu não sei por quê. E, estranhamente, obras que foram parabenizadas e aprovadas anteriormente com louvor, de repente, foram reprovadas, assim como, em 1996, por exemplo, 60% das obras foram reprovadas. Mas isso não significa, apesar de a obra ser reprovada pelo MEC, que ela não possa ser vendida para a escola privada. Isso é uma coisa que eu ainda não compreendi e gostaria muito de entender como funciona isso. Se o MEC reprova uma obra que não serve para a escola pública, por que ela serve para a escola privada? E o interessante é que a maioria dos reprovados são os mais vendidos na escola privada. Então, são curiosidades. Eu gostaria de entender o mecanismo e como podem funcionar essas questões. É excessivamente caro – as informações que tenho são de que o valor pago para avaliação do livro didático é quase oito vezes maior do que o mercado privado – e subjetivo, por adotar critérios pouco claros e abertos a diferentes interpretações.

Portanto, acho que devemos dar essa oportunidade ao MEC, que vem se empenhando e se esforçando até para ampliar e universalizar o livro didático. Essa avaliação não é apenas do Governo anterior e deste Governo, mas desde Fernando Henrique. É claro que se foram elaborando e melhorando essas avaliações ao longo dos anos, desde Fernando Henrique, depois, no Governo Lula e agora. Mas precisamos – o que não significa que os avanços isentam qualquer atividade pública e inocentam qualquer ato praticado que não esteja de acordo com o que a sociedade espera e com o que precisamos – conhecer todo esse processo.

Portanto, eu gostaria de pedir aos colegas Senadores e Senadoras que pudéssemos aprovar essas pessoas ou a inclusão de mais alguns pela experiência que muitos aqui possuem, para que possamos fazer uma maravilhosa audiência pública a respeito do maior instrumento, de um dos instrumentos mais poderosos que temos para a educação no País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Em discussão o requerimento da Senadora Kátia Abreu. (Pausa)

Não havendo ninguém para discutir, em votação.

Os Senadores favoráveis permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. *(Pausa)*

Aprovado.

A data e os convites ficarão a cargo da nossa recém-escolhida Comissão de Pauta.

Um dos critérios que vamos adotar na Comissão de Educação é a presença do autor dos requerimentos e a presença do autor das propostas de legislação na reunião da sua votação. Quando o autor do requerimento não estiver presente a uma audiência por ele convocada, a audiência será automaticamente suspensa. Não tem cabimento requerer uma audiência, sobrecarregar uma Comissão, mobilizar pessoas e não comparecer à audiência requerida. Então, que fique bem claro que este será o procedimento da Comissão: o autor que não comparecer a uma Comissão requerida e aprovada pela Comissão de Educação terá automaticamente sua audiência suspensa.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB –RS) – Mas então vem todo o pessoal convocado, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – É uma responsabilidade pesada. E não convocaremos mais.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB –RS) – Sim, mas vem todo o pessoal convocado; e a Comissão fica mal, porque o autor...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Porque o autor não aparece.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB –RS) – Ele é o responsável, e pagamos o preço.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – É um critério regimental, Senador Pedro Simon, porque o Senador recebe uma pressão no seu gabinete para não negar um pedido que para ele não parece importante e faz. Ele submete à Comissão, a gentileza interna da Comissão faz com que se aprove a audiência e o Senador que requereu não aparece.

Acho que fica responsável pelo ônus de ser suspensa a Comissão com o convite e a presença de todos os convidados.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Creio que sua sugestão é extremamente positiva, porque temos visto aqui audiências sem nenhum Senador – nem o autor. Entretanto, pode ser muito radical. Por exemplo, se mais de um Senador faz o requerimento, bastaria apenas um?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Bastaria. O critério colocado pelo Senador Cristovam é razoável. Havendo um autor, tudo bem.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Senadora Kátia, é só um comunicado interessante: a Ministra da Cultura acaba de comunicar que marca sua presença na Comissão para o dia 6 de abril, às 10 horas. O dia 6 de abril é uma quarta-feira, como foi proposto. Então, fica marcada. Amanhã teremos reunião com o Ministro do Esporte e, no dia 6, quarta-feira, audiência com a Ministra da Cultura.

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Não, apenas para considerar, Sr. Presidente, não quero criar nenhum empecilho, mas há muitas audiências públicas que são aprovadas, como, por exemplo, a que a Ana Amélia acabou de aprovar. Mesmo ela não estando presente, se acontecer algum impedimento, gostaria de assistir à audiência pública sobre ensino profissionalizante. Acho que deveríamos avaliar caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Extremamente simples, Senadora. Subscreva com a Senadora Ana Amélia o requerimento.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Todos os requerimentos aqui passados, vão ter que subscrever todos os Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Subscreve o requerimento e estará garantindo a ocorrência com a sua presença.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Essa norma vai ser votada ou é decisão da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Acho que é uma decisão da Comissão.

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Não. Acho que tem que votar. Eu discordo. Quero registrar o meu voto contra. Em audiências públicas, eu gostaria que fosse avaliado caso a caso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Então, coloco o procedimento em discussão.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Senadora Kátia, quem preside comissão, V. Exª também já o fez, a coisa mais difícil e mais constrangedora é a gente ter uma audiência pública em que o autor não está presente. Eu já fiz audiências púbicas aqui, presidindo a Comissão de Educação, em que nenhum Senador estava presente. Era só eu e os convidados. Isso é algo que constrange a Casa. Eu me senti constrangida e pedi desculpas mesmo pelo não comparecimento dos Senadores. Acho que pelo menos o autor tem que estar presente. Agora podíamos flexibilizar, se a Comissão decidir ou o Sr. Presidente, o que acontece. As vezes há algum problema para que o autor não esteja. Ele pode ter um impedimento: atrasou um vôo, não chegou a tempo, aconteceu algum problema de saúde, sei lá o quê. Então, neste caso, eu acho que algum outro Senador pode estar presente no lugar. Acho que tínhamos que pensar também no caso de impedimento. Agora tem que ter um Senador aqui. É um absurdo não ter. E acho que só em casos mesmo que o autor...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Força maior

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – ...justifique por força maior, aí sim, neste caso temos que abrir.

A SRª KÁTIA ABREU (PSDB – TO) – Apenas um comentário. O que constrange, na realidade, é ausência de Senadores, não só de quem aprovou o requerimento. Às vezes um Senador aqui para audiência pública realmente constrange a todos nós. Acontece de todos não poderem estar no mesmo dia, inclusive, principalmente eu também. Mas quero apenas reiterar o constrangimento da ausência. Realmente é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Alguém mais? Senador Cristovam

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Poderíamos tomar a precaução de que, em caso de impedimento, o que convocou indique o substituto. Mas que alguém esteja aqui com a obrigação de presidir.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Incorporo a proposta à proposta da Mesa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ele se justifica e indica.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com o adendo proposto pelo Senador Cristovam Buarque.

Em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. *(Pausa)*

Aprovado.

Nós temos dois convites aqui: um do Ministério da Educação e um do Ministério da Cultura.

O Ministério da Cultura solicita a indicação de dois representantes, dois titulares e dois suplentes. É isso, Júlio? Um titular e um suplente para compor o plenário do Conselho. Na gestão passada, os representantes da Comissão eram o Senador Inácio Arruda e o suplente, o Senador Cícero Lucena. Então se abre à Presidência da Comissão a possibilidade de refazer essa indicação. E quero colocar essa possibilidade à disposição do Plenário.

Os Senadores que tiverem alguma sugestão nesse sentido poderiam enviá-la à mesa. Não precisa ser imediatamente, Senadora Marisa, mas posteriormente.

E temos uma outra proposta do Ministério da Educação, indicação de representantes para compor o Fórum Nacional de Educação. Fica a critério da Presidência e quero democratizar essa decisão com o Plenário. Dois representantes da Comissão de Educação para participar do Fórum Nacional de Educação. As reuniões do Fórum Nacional de Educação serão na próxima semana.

Alguma sugestão, Senador Cristovam?

O Senador gostaria de participar dessa comissão?

Senador Cristovam e quem mais?

São dois Senadores para participar do Fórum Nacional de Educação.

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sr. Presidente, eu me coloco à disposição se for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (PT – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se o conjunto dos Senadores concorda, estaremos indicando para o Ministério da Educação, para compor o Fórum Nacional de Educação, o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Ana Rita.

Seria o Senador Cristovam o titular e a Senadora Ana Rita Suplente?

Perfeito?

Por consenso, a indicação foi aprovada.

E, no caso de compor o Plenário do Conselho Nacional de Cultura?

Senadora Marisa, uma indicação de um Senador e de um Suplente para compor o Conselho Nacional de Cultura.

Senadora Marisa, titular?

A SRª KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Também gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Kátia Abreu, Suplente.

Se o Plenário concorda, estão feitas as indicações. A Secretaria da Comissão encaminhará.

Senadora Lidice da Mata, com a palavra para ler o seu requerimento feito como item extrapauta.

É normal, é item da pauta.

A SRª LIDICE DA MATA (PSB – BA) – Pois não.

Item 3 da pauta.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, c/c os arts. 90, incisos II e V, e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater a aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol profissional realizados no Brasil nas diversas modalidades de mídia, com a presença dos seguintes convidados: o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Sr. Ricardo Terra Teixeira, e o Presidente do Clube dos Treze, Sr. Fábio André Koffi, e representantes dos canais de televisão aberta.

Sr. Presidente, desde que foi formado o Clube dos Treze essa instituição negocia diretamente a transmissão dos jogos do campeonato brasileiro com uma televisão, com exclusividade.

Posteriormente, por sugestão do Cade, decidiu-se que não poderia haver a negociação com exclusividade naquela forma e, por isso, o Clube dos Treze organizou uma espécie de licitação para que essa transmissão fosse realizada. E, a partir de então, se criou um impasse que poderá trazer grandes prejuízos ao Campeonato Brasileiro de futebol.

Esses prejuízos são desde prejuízos imediatos, privando o torcedor brasileiro, apaixonado pelo futebol, de poder acompanhar o desempenho do seu time, acompanhando os jogos de que ele participa, mas principalmente, a médio e longo prazo, pode significar o encolhimento da maioria dos times de futebol brasileiro regionais.

Os lugares do mundo em que essa negociação se dá diretamente, clube negociando, como já começou a acontecer, com a desassociação de alguns grandes clubes de futebol brasileiro dos Clube dos Treze negociando diretamente com as grandes redes de televisão a transmissão dos seus jogos, poderá significar, a médio prazo, a existência de apenas clubes do Sudeste, especialmente do Rio de Janeiro, e um ou dois clubes de São Paulo, que terão transmitidos seus jogos nacionalmente, prejudicando imensamente todo o futebol nacional, regional: o Coritiba, o Rio Grande do Sul, o Atlético, o Grêmio, o Internacional. E mesmo times como o Bahia, que, pela sua torcida gigantesca, justificam o interesse das redes nacionais

na sua transmissão, poderão, a médio prazo, ter esse tipo de prejuízo.

Creio que a paixão nacional do brasileiro pelo futebol transforma esse tema não apenas pela paixão nacional, mas pelos milhões de reais que são envolvidos num campeonato brasileiro a uma economia toda do futebol brasileiro, uma economia do esporte no mundo inteiro, que, aliás, faz com que a Copa do Mundo seja esse evento que os países se mobilizam tanto para realizar, porque, não apenas é uma honra receber um certame deste num país, mas, principalmente, pela economia existente em torno da realização daquele evento.

Portanto se justifica que o Senado, buscando intermediar os interesses da população brasileira, os interesses do torcedor brasileiro, o interesse da manutenção e do desenvolvimento do esporte brasileiro, em especial do futebol brasileiro, possa trazer a esta Casa essa discussão e aqui tentar, com a experiência de tantos Senadores importantes como V. Exª, exercer o papel de negociador, de intermediador, de promotor de uma intermediação que possa vir a beneficiar o futebol brasileiro, retirando a situação que hoje se encontra, praticamente um impasse, sob a ameaça de se resolver na Justiça.

Esse seria um caminho certamente prejudicial a todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Em discussão o requerimento da Senadora.

A SRª ANA AMELIA (PP - RS) – Quero, Sr. Presidente Roberto Requião, cumprimentar a iniciativa da Senadora Lídice da Mata. No País do futebol se preparando para a Copa de 2014, nada mais oportuno do que fazer esse debate.

Gostaria, usando o mesmo critério que foi adotado na votação do meu requerimento para audiência pública a respeito do ensino profissionalizante, apresentado pela Senadora Kátia Abreu, em função da importância e do alcance do tema do requerimento da Senadora Lídice da Mata, de também ampliar esse debate, porque, como ela disse bem, o clube é dos treze. Com todo respeito ao Sr. Presidente, que é gaúcho, gremista – eu sou do Colorado –, com todo respeito ao Fábio Koff, penso que seja necessário ampliar para outros times de futebol que estejam participando do Campeonato Brasileiro.

É nessa medida que proponho exatamente o desmembramento, de não fazer apenas uma audiência pública. A Senadora corretamente fala em todos os canais de tevê aberta. Aí eu faço especificamente a referência, além da TV Record, a TV Globo, a Rede Bandeirantes, o SBT, a TV Cultura, a TV Gazeta e a Rede TV.

Então, gostaria que isso fosse também acrescentado. E mais, como a própria Senadora mencionou, o Cade já se manifestou sobre essa questão, porque envolve interesses de concorrência. E que o Cade seja também ouvido nessa audiência. É a minha proposta, Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – A Senadora concorda?

Então, passa a ser a Senadora Ana Amélia copatrocinadora, coautora da proposição.

A SRª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano para discutir.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, estava vendo aqui, e quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata pelo seu requerimento, mas tenho algumas ponderações a fazer.

Procurei saber. Não sou muito ligada a futebol, mas, procurei, embora seja palmeirense e seja operariana em Campo Grande...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Mas agora já pode, não é, Senadora? Já fez a cirurgia do joelho.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Pois é, já estou apta para isso. Mas procurei conhecer mais esse problema e estudar mais essa questão. E fiquei sabendo que o Clube dos Treze já foi dos dezoito, porque já tiveram dezoito, e hoje são seis. E desse Clube dos Treze que hoje são 6, saíram o Grêmio, o Coritiba, o Corinthians, o Palmeiras, o Santos, o Flamengo, o Fluminense, o Vasco, o Botafogo e o Cruzeiro. Todos saíram do Clube, desse Clube que era dos 13 e que hoje é dos 6.

Então, eu queria propor à Senadora Lídice da Mata que a gente ouvisse não só o Clube dos 13, que representa só 6 clubes hoje, mas que a gente pudesse ouvir também, como a Senadora Ana Amélia disse de outros clubes espalhados pelo país, os grandes clubes brasileiros que estão afastados e não concordaram com essa negociação. Nós temos que ouvir. Por que eles não concordaram? Qual é o problema que os levou a sair do Clube dos 13? Então, nós tínhamos que ter aí também o contraditório. E eu gostaria de pedir à Senadora Lídice da Mata que nós tivéssemos pelo menos um representante dos grandes clubes que foram excluídos do Clube dos 13.

A segunda questão, que é aquilo que a Senadora Ana Amélia também disse, são os representantes dos canais de televisão. Tem que saber quantos, até

para saber organizar aqui uma audiência pública. Se vai ser uma só ou se vão ser duas. Mas aí teríamos que saber. Se for um representante só de canal de televisão aberta, eu gostaria de colocar também um representante dos grandes clubes brasileiros que foram excluídos do Clube dos 13.

Era essa a minha proposta para a Senadora Lídice da Mata, aprovando e garantindo que o seu requerimento é muito importante para os amantes todos do futebol, mas principalmente para a economia brasileira, que chega em 2014 apta a fazer um grande evento nacional e internacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) - No mesmo sentido, o Senador Clésio estaria encaminhando, a pedido do Senador Armando Monteiro, uma abertura. Mas fica uma abertura objetal, sem objeto, porque existem milhares de clubes de futebol.

A proposta da Mesa é que nós votemos o requerimento da Senadora, o requerimento original da Senadora LÍdice da Mata, e que, na próxima reunião, nós votássemos os aditivos. Teríamos um tempo para construí-los de uma forma mais efetiva.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) - Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB - PR) – É exatamente para apoiar a sugestão, o requerimento adendo da Senadora Marisa Serrano. O Clube dos Treze está reduzido a seis clubes. A administração do futebol no Brasil é polêmica, há ausência de transparência, os resultados financeiros são irrisórios diante do que nós podemos assistir, por exemplo, na Inglaterra, onde um campeonato tem resultado financeiro da ordem de US$ 5 bilhões. No Brasil, o campeonato brasileiro, que é o maior do mundo, resulta em um faturamento de R$ 600 milhões.

Então, algo está errado. Eu imagino que o debate que está se travando agora é positivo. E nós temos que ampliar essa audiência pública com a presença de, pelo menos, um representante dos clubes que romperam com o chamado Clube dos Treze, que agora é clube dos meia dúzia.

Portanto, a iniciativa da Senadora Lídice da Mata é importante, é oportuna, necessária nesta hora, mas nós necessitamos ouvir também alguém que possa representar o pensamento dos clubes que não aderiram, neste momento, a essa estratégia de composição com as emissoras de televisão adotada pelo Clube dos Treze.

Acho que é uma competição. Nós temos que abrir o mercado. Acho que temos que valorizar o espetáculo, temos que valorizar os clubes, dar a eles a oportunidade de maior faturamento, para que o espetáculo no Brasil seja também valorizado, para que grandes atletas possam permanecer no nosso País.

Então, evidentemente, essa é uma discussão importante. Esse é um debate interessante e nós imaginamos que... É evidente que, se formos sugerir aqui, várias serão as sugestões. Um vai sugerir o Presidente do Corinthians, outro vai sugerir o Presidente do Flamengo, do Inter ou do Grêmio, enfim. Mas nós temos que verificar quem poderá falar, quem sabe até consultando esses clubes, em nome deles, em uma audiência pública. Ela só se justifica realmente com a presença das partes. Então, terá que estar o Presidente da CBF, o Presidente do Clube dos Treze, os representantes dos canais de televisão, mas também alguém representando esses clubes que decidiram romper com o Clube dos Treze e estabelecer negociações diretas com as emissoras de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Com o consenso da Comissão, colocaremos o requerimento da Senadora Lídice da Mata em votação. E eu determino à Mesa que inclua na pauta da próxima terça-feira a votação dos aditivos que deverão ser elaborados de uma forma mais objetiva pelos proponentes: Senador Alvaro Dias, Senador Clesio e Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (PP – RS) **–** Mas, Senador Presidente, não é possível agilizar, já votar, porque há consenso sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) **–** Não, porque nós não sabemos quem convidar. Fica sem objeto.

Então, vamos colocar em votação o requerimento da Senadora Lídice da Mata com os nomes que ela estabeleceu e os aditivos serão votados na próxima reunião.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão; os contrários se manifestem. *(Pausa)*

Amanhã, às 10 horas da manhã, estaremos ouvindo o nosso Ministro dos Esportes, na quarta reunião extraordinária da Comissão de Educação, da Primeira Sessão Legislativa da 54ª legislatura. E eu chamo a atenção dos Srs. Senadores novamente, porque nós estaremos distribuindo as relatorias conforme a nossa lista de presença e, posteriormente, a Comissão de Pauta reunida estará tratando da inclusão dos assuntos, à medida que os Srs. Senadores entregarem os seus relatórios.

E vamos considerar também, na próxima terça-feira, uma proposta do Senador Ferraço sobre uma subcomissão para discutirmos o Plano Nacional de Educação.

Conversando com o Senador, fiz uma contraproposta ao Senador, que não chegou ainda a formalizar a sua proposta de subcomissão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) **–** Já formalizamos e dá na mesma.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Ah, já?

A minha contraproposta seria de, ao invés de termos uma subcomissão, nós subdividimos em subrelatorias. Desta forma estaríamos incluindo mais Senadores na discussão do Plano e estaríamos ainda, conforme a pretensão do Senador Ferraço, antecipando a discussão do Plano Nacional, para não cairmos naquela tradicional armadilha de a Câmara nos entregar isso no limite das possibilidades de aprovação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) **–** Votaríamos esse requerimento hoje ainda, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Na próxima reunião, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) **–** Então, a minha fundamentação deve acontecer na próxima reunião também.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB - PR) – Na próxima terça-feira, e amanhã, às 10 horas da manhã, o Ministro dos Esportes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 17 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e três de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Angela Portela, Ana Rita, João Ribeiro, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ana Amélia, Armando Monteiro, Alvaro Dias, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Lúcia Vânia, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Kátia Abreu, João Vicente Claudino e Marinor Brito. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 2/11-CE, de autoria do Senhor Senador Inácio Arruda, destinada a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, sobre os "Planos e Diretrizes do Ministério para os próximos quatro anos". Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Inácio Arruda – autor do Requerimento e os Senhores Senadores Wellington Dias, Lídice da Mata, Pedro Simon, Alvaro Dias, Ana Rita e Eduardo Suplicy, não-membro da Comissão. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Declaro aberta a reunião ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Submeto à apreciação do ilustre Plenário a dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação dela. (*Pausa*.)

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão; os contrários se manifestem. (*Pausa*.)

Por unanimidade, aprovada a dispensa da leitura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 2, de 2011, de autoria do Sr. Senador Inácio Arruda, convidando o Exmº Sr. Ministro do Esporte Orlando Silva com vistas a expor as diretrizes dos planos de governo para os próximos quatro anos.

Passo a palavra, sem mais delongas, ao Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Bom-dia a todos, bom-dia Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, a quem agradeço o convite para participar desta reunião.

Igualmente, agradeço ao Senador Inácio Arruda pela iniciativa de oferecer este encontro na Comissão.

Cumprimento os Srs. Senadores presentes; a minha querida conterrânea Senadora Lídice da Mata; o meu querido amigo Senador Gilvam Borges; o meu querido amigo Senador Wellington Dias, a quem desejo sucesso nessa nova missão que é o exercício do mandato aqui no Senado.

Sr. Presidente, vou procurar, de maneira objetiva, apresentar as diretrizes que vão orientar a ação do Ministério do Esporte no próximo período. Evidentemente, essas diretrizes seguem o preceito constitucional que estabelece, em seu art. 217, que o esporte é direito de cada um e, portanto, deve ser estruturado como política de Estado. O papel do governo é ofertar oportunidades para atividade física, atividade esportiva, em todas a suas dimensões. E o objetivo dessa política é ampliar as oportunidades, é ampliar as possibilidades para que o povo brasileiro tenha acesso ao esporte, seja na dimensão do esporte educacional, que é aquele que pretende fazer dessa vivência um instrumento de formação para a cidadania, evitando a seletividade e a hipercompetitividade; seja na dimensão do esporte de participação, que prevê a integração social, a busca de qualidade de vida a partir da atividade física; seja na terceira dimensão, que é o esporte de alto rendimento, que é o esporte competitivo, aquele que busca a máxima *performance*, que busca a excelência esportiva.

Estas três dimensões do esporte: esporte educacional, esporte de participação ou de lazer e o esporte de alto rendimento expressam as possibilidades que a vivência esportiva pode servir para o desenvolvimento do nosso País. E aumentar as possibilidades, democratizar o acesso é o grande desafio que temos no próximo período.

Eu vou dividir, Sr. Presidente, em seis eixos a abordagem que nós desenvolvemos desse plano de 2011 a 2014. O primeiro eixo diz respeito a programas sociais. Nós acreditamos que o esporte pode ser um instrumento importante para o desenvolvimento social no Brasil. A ocupação do tempo livre de crianças, jovens e de pessoas da melhor idade com atividades físicas e esportivas pode significar melhor qualidade de vida e integração da sociedade, produção de saúde e, por isso, nós acreditamos que é fundamental desenvolver programas sociais. Mais do que isso, aumentar o alcance desses programas.

No último período nós comemoramos a criação de alguns programas de largo alcance. O programa Esporte e Lazer na Cidade que propõe atividades sistemáticas de recreação tem um impacto muito positivo no Brasil: perto de 2,2 milhões de pessoas tiveram participação nesse programa no ano de 2010 em praticamente todos os Estados do Brasil.

Mas acreditamos que é necessário aumentar o alcance desse programa Esporte e Lazer na Cidade e, por isso, criamos um diálogo com o Ministério da Saúde.

Nós acreditamos que uma parceria do Ministério da Educação com Ministério da Saúde, estimulando a atividade física através de campanhas, de eventos, de mobilização, pode ter um impacto muito positivo na vida da sociedade brasileira. E no próximo dia 06 de abril nós lançaremos no Ministério da Saúde esse esforço, essa nova fase no esporte e lazer da sociedade, com academias da saúde, o que será uma inovação criada pelo Governo Federal, criando espaços para atividades físicas em todo o nosso País.

Uma outra iniciativa muito relevante para nós diz respeito ao Programa Segundo Tempo, um programa que tem por foco crianças e jovens.

Em 2010, perto 1,4 milhão de crianças tiveram participação nesse programa. É um programa que acontece em núcleos, de maneira sistemática, no contra turno da atividade escolar dessas crianças e desses jovens. Quase 90% desse programa se dá em parcerias com prefeituras municipais, governos estaduais e universidades; e uma série de entidades privadas dão a sua colaboração para o atendimento dessas crianças e jovens.

E no ano de 2010 nós introduzimos uma novidade, qual seja uma parceria com o Ministério da Educação. Nós ofertamos o Programa Segundo Tempo a 1.500 escolas públicas do Brasil; as 1.500 escolas públicas de ensino fundamental que têm os mais baixos índices no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB.

A nossa estratégia é, a partir da parceria do Segundo Tempo com mais educação, focar nas escolas de mais baixo índice de desenvolvimento da educação para ofertar esse conteúdo – esporte – com o objetivo de estimular as nossas crianças ao aprendizado, motivação e mobilização.

Em 2011 nós vamos avançar para 10 mil escolas; de 1.500 escolas em 2010 vamos avançar para 10 mil escolas em todo o Brasil. E o nosso objetivo é que, nessa proporção, nós possamos crescer até 2014, permitindo que mais crianças tenham acesso ao Programa Segundo Tempo, e a associação com o Ministério da Educação vai trazer um ganho adicional, que é o aumento de escala, a utilização de programas, como o Dinheiro Direto na Escola, e os mecanismos de compra governamental no MEC vai permitir a redução dos custos.

Hoje, uma criança no Programa Segundo Tempo exige investimento anual aproximado de R$ 300,00. Com a associação com o Ministério da Educação cairá para pouco mais de R$ 100,00. Isto também significa alinhamento com a orientação da Presidenta Dilma de colher mais resultados otimizando a utilização dos recursos.

Portanto, chamo à atenção para essas duas iniciativas, o Esporte e Lazer na Cidade e o Segundo Tempo, como programas sociais cujo foco será ampliação do atendimento e, evidentemente, acentuar a qualidade e buscar com monitoramento as melhores soluções para a qualidade no atendimento que esses programas realizam.

Uma segunda iniciativa para nós muito importante diz respeito à ampliação da infraestrutura esportiva no Brasil. O Brasil ainda hoje tem um déficit de infraestrutura esportiva, sobretudo na região Nordeste, em que é muito comum você ter cidades, capitais do Nordeste que não possuem um ginásio de porte para receber grandes competições, não possuem estádios de atletismos. O Nordeste brasileiro, sobretudo, mas o conjunto do País tem necessidade de equipamentos esportivos de bom nível, e as escolas do País ainda possuem um déficit importante de equipamentos esportivos.

Decidimos que de 2011 a 2014 as 10 mil escolas do Brasil que possuem mais de 500 alunos receberão equipamentos poliesportivos; as que possuem equipamentos precários serão reformadas e as que não possuem serão construídos equipamentos poliesportivos. Esse é um programa que já está previsto no PAC 2 e será muito importante, porque um equipamento poliesportivo numa escola pública é uma sala de aula, é uma sala de aula da educação física. Mas, mais que isso, quase sempre, na periferia das grandes cidades, em pequenas cidades do Brasil, é um espaço não somente para esporte, mas um espaço de congregação, de reunião da sociedade, de realização de eventos. Então, creio que esses equipamentos podem dar uma contribuição para melhorar a qualidade de vida nessas cidades e a abertura desses equipamentos nos finais de semana faz com que as comunidades abracem as escolas; repercute na manutenção das escolas por parte de uma incorporação pelas comunidades que possuem esses equipamentos.

Então, eu diria que enfrentar o déficit nessas escolas é importante.

Uma segunda medida importante prevista no PAC 2 é a construção, nos próximos quatro anos, de 800 praças do PAC, que são equipamentos mais complexos, que têm não apenas esportes, mas cultura, inclusão digital, formação profissional – isso é muito importante, sobretudo, nas cidades que apresentam maior concentração populacional e que, hoje, possuem poucos espaços de vivência coletiva. Creio que introduzir no PAC as praças, que são equipamentos multifuncionais, será muito importante também para uma melhor qualidade de vida das nossas cidades. E, claro, a infraestrutura que será preparada para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos também vai ajudar a suprir um déficit de infraestrutura para o esporte de alto rendimento.

O Congresso Nacional, inclusive o Senado, nos últimos dias, aprovou a Medida Provisória nº 502, que cria um programa chamado Cidades Esportivas. Aqui, o Governo Federal vai contribuir com infraestrutura e equipamento para cidades que adotem modalidades olímpicas ou paraolímpicas. Essas cidades esportivas vão ser importantes para a detecção de talentos, a identificação de habilidades e a preparação inicial de atletas do futuro do Brasil.

Portanto, investimento em infraestrutura significará dez mil quadras poliesportivas nas escolas com mais de 500 alunos; 800 praças do PAC até 2014; implantação de cidades esportivas, que vai ser a estrutura de base para a formação de atletas brasileiros. E isso vai-se compor com o Parque Olímpico do Rio de Janeiro e com centros regionais como o do Paraná, para dar um exemplo do Estado do Governador Requião, onde Maringá possui um centro regional, um complexo poliesportivo, que vai ser muito importante para a estruturação de uma rede nacional de treinamento, ao qual se vinculará também centros nacionais por modalidade, como é o caso de Saquarema, no Rio de Janeiro, que é do voleibol, e que produziu um voleibol do melhor nível em todo o Planeta.

Portanto, esse é o segundo eixo muito importante para nós e que diz respeito à ampliação e consolidação da infraestrutura esportiva no Brasil.

Um terceiro objetivo diz respeito a potencializar o esporte de alto rendimento no Brasil. O esporte social é um lado da moeda; o outro lado é o esporte de rendimento, é o esporte competitivo. Acredito que devemos aproveitar a oportunidade com a realização no Brasil dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016, para estruturar um outro modelo de desenvolvimento do esporte de alto nível no Brasil.

Srs. Senadores, acreditamos que 2016 não pode ser o ponto de chegada para o esporte olímpico brasileiro, mas sim o ponto de partida. Países que realizaram os jogos olímpicos, muitas vezes, tomaram iniciativas para se preparar e disputar os jogos em casa, mas não estruturam um outro modelo. Resultado: foram bem quando fizeram os jogos em casa, mas na edição seguinte, a sua *performance* caiu. Eu poderia dar o exemplo da Grécia, mesmo da Espanha, que tem

uma experiência decantada no mundo pela transformação de Barcelona, que foi uma transformação urbana extraordinária, mas no alto nível do esporte foi relativo o desenvolvimento a partir dos Jogos Olímpicos de Barcelona.

O exemplo inverso positivo nós temos no Japão, temos na Coréia, temos na Austrália e temos na China, que fizeram do processo de preparação dos Jogos Olímpicos um momento de estruturação de um outro modelo e de afirmação do esporte de alto nível, do esporte competitivo nos seus países. Esse é o nosso foco.

Algumas medidas este Senado aprovou na Medida Provisória nº 502, a que me referi, que foi sancionada pela Presidenta Dilma, na semana que passou, medida provisória que estrutura algumas novidades. A primeira delas diz respeito à estruturação de planejamento para os ciclos olímpicos.

No Brasil, não temos o hábito de planejamento de médio e de longo prazo. E essa medida provisória passou a exigir que as confederações olímpicas e paraolímpicas, o Comitê Olímpico e o Comitê Paraolímpico estruturem planos de médio prazo.

A visão nossa é de que se cabe ao Estado financiar o esporte no Brasil, cabe também ao Estado acompanhar a execução da aplicação desses recursos. E esse plano para os ciclos olímpicos vai ensejar contratos de gestão que vai estabelecer um sistema de metas, que será pactuado com a direção das confederações, a direção do esporte, mas que vai servir de referência para que a sociedade brasileira acompanhe a evolução do esporte de alto nível no Brasil.

Esta é uma novidade que o Congresso Nacional aprovou e creio que terá um impacto muito forte no médio prazo, esse planejamento para os ciclos e o contrato de gestão .

Essa mesma medida provisória criou uma novidade como me referir, Cidades Esportivas, que vai estimular uma rede nacional de treinamento, e foi muito importante os ajustes do bolsa-atleta. Hoje, 2011, temos 3.165 atletas de alto nível: estudantes, atletas de nível nacional, internacional, paraolímpicos, olímpicos que recebem uma bolsa para manter-se treinando e competindo.

A Câmara dos Deputados, aprovou ajustes de valores, por meio de uma política de reajustes para essas bolsa, e, mais que isso, criou a bolsa-pódio que permitirá que os atletas que estão na elite mundial tenham um suporte ainda maior para ter uma equipe multidisciplinar no seu entorno, tenham um suporte adequado para ter a melhor performance. Darei um exemplo. Em Pequim, um atleta brasileiro de natação tirou em 4º lugar em duas provas disputadas. Talvez, se nós tivéssemos dado um suporte maior, fizesse com que ele competisse permanentemente contra aqueles que disputaram com ele os jogos de Pequim ele alcançasse uma performance melhor. Ele já estava na final e isso é algo extraordinário em competição olímpica. Logo ele era competitivo para disputar para disputar efetivamente uma medalha. O bolsa-pódio se concentra nesse esforço de medidas adicionais, assim como serão medidas ligadas à ciência e tecnologia do esporte. Medidas adicionais para que nós possamos ter um suporte melhor para os atletas olímpicos do nosso País.

Então eu diria que ter um melhor suporte para preparação das nossas delegações e, ao mesmo tempo, termos medidas que vão estruturar um outro modelo de gestão nas entidades de administração, isso pode ter um impacto muito positivo para este novo modelo. Evidentemente que se soma a esse esforço a mobilização das escolas e das universidades. Porque no novo modelo para estruturar o esporte de alto nível no Brasil precisamos desenvolver escolas e universidades. No mundo inteiro é assim e deu certo. Em Cuba e nos Estados Unidos, a alta performance se justifica porque tem a escola e a universidade como base larga de identificação de talentos e preparação dos atletas. No Brasil esse é um desafio, pois o nosso modelo é fundamentado em clube. Rigorosamente é um modelo elitista onde poucos podem inciar-se; há também casos de famílias e prefeituras que estimulam talentos que alcançam alta performance. Nosso esforço é que a escola, a universidade sejam os lugares para a formação da base do esporte de alto rendimento em nosso País.

Como 4ª observação diz respeito ao futebol.

É um tema importante no Brasil, é uma modalidade esportiva de forte identidade do Brasil no mundo. Motiva paixões, mobiliza a economia. E nós acreditamos que cabe ao Ministério do Esporte, no próximo período, contribuir para a modernização do futebol brasileiro.

Entre 2003 e 2010, algumas medidas importantes foram introduzidas. Chamo a atenção para o Estatuto do Torcedor. Uma lei aprovado, em 2003, por esta Casa, primeira lei sancionada pelo Presidente Lula. Ela foi importante porque criou um reconhecimento de direitos do torcedor e ajudou a organizar a estabilizar o futebol.

Exemplo. A versão moderna do campeonato brasileiro começou em 1971. Campeonato brasileiro em que todos os Estados participam, com alguma regra de ascenso e descenso e até então eram torneios interestaduais. De 1971 a 2003, quando da sanção do Estatuto do Torcedor, nunca houve repetição da mes-

ma regra no campeonato brasileiro. Nunca a regra de um ano foi igual ao ano anterior.

A repercussão dessa estabilidade era forte na economia do futebol brasileiro pois ninguém sabia quantos clubes iriam disputar o campeonato, quem iria subir ou descer. Tinha até a história famosa dos anos de chumbo que dizia que "se a Arena vai mal, mais um time no campeonato nacional; se a Arena vai bem mais um time também".

O critério não era esportivo, era um critério absolutamente politizado. Isso repercutia na economia por quê? Porque não se estruturava adequadamente TV, não se vendia para o mercado internacional, não se tinha credibilidade na organização daquele torneio. Esse é um pequeno exemplo.

Hoje, temos a mesma regra, de 2003 a 2011: regra e tabela do campeonato são apresentados com a antecedência fixada pela lei. Avançamos hoje para padronizar a publicação dos balanços dos clubes de futebol do Brasil e ainda há uma estratégia que estimula mais conforto e segurança nos estádios brasileiros, inclusive também objeto de trabalhos legislativos desta Casa.

Falo muito da economia do futebol porque a saída precoce dos nossos atletas tem impacto decisivo para desenvolver o futebol no Brasil. Quem assistiu um clássico do campeonato inglês na semana que passou, Chelsea contra Manchester City, viu um jovem chamado David Luiz, que agora é convocado para a seleção brasileira. Trata-se de um jovem baiano, Senadora Lídice da Mata, que saiu do Brasil aos 14 anos. Ou seja: é preciso um esforço para manter os craques mais tempo no Brasil. Isso vai fortalecer nosso futebol. Mas, para isso, é preciso ter uma economia do futebol mais competitivo, clubes mais organizados, torneios melhor organizados. Fizemos um estudo, contratamos a Fundação Getúlio Vargas, que analisou a economia do futebol brasileiro. Vimos que o futebol brasileiro responde por 0,2% do PIB nacional. E, se buscássemos eficiência na gestão, na governança das ligas de futebol mais competitivas do mundo, o mero arranjo e organização das gestão do futebol brasileiro nos proporcionaria potencial para crescer para 1,1% do PIB nacional. Poderíamos multiplicar por quatro o número de empregos gerados pelo futebol brasileiro. Por isso, creio que, pelo impacto econômico, pelo que pode fortalecer os clubes e pelo respeito ao torcedor, devemos investir em programas que sirvam à organização dos nossos clubes, ao conforto e segurança dos torcedores, aproveitando a oportunidade da realização do mundial da FIFA, que vai permitir ao Brasil ter uma rede de arenas de última geração, que vai significar um outro padrão de instalações esportivas em nosso País.

Uma quinta e penúltima observação, eu a faria acerca dos grandes eventos esportivos. Todos sabem que o Brasil realizará este ano o V Jogos Mundiais Militares, que deve trazer ao País delegações de 120 países do mundo inteiro, sete mil atletas na cidade do Rio de Janeiro. Em 2013 realizaremos a Copa das Confederações, em 2014 realizaremos a Copa da FIFA, em 2015 realizaremos a Copa América, em 2016 realizaremos os Jogos Olímpicos e Para-olímpicos. O Brasil receberá neste período todos os grandes eventos esportivos internacionais. Entregar esses eventos é uma tarefa importante par ao País. A Presidenta Dilma estabeleceu um comitê interministerial que dialoga com as cidades da Copa, com governos estaduais e municipais. Entre si, os governos assinaram um documento chamado Matriz de Responsabilidades que, em seu primeiro ciclo, fixou os investimentos em aeroportos portos, mobilidade urbana, estádios ampliação e qualificação da hotelaria. Devem, ainda, nos próximos meses, firmar um pacto, incluindo a matriz relativa à segurança, que é também um tema sensível na realização desses eventos.

A Copa do Mundo, como os senhores sabem, é muito mais do que o fato de 32 equipes disputarem 64 partidas. É uma plataforma gigantesca de promoção do Brasil, uma plataforma midiática extraordinária – tanto a copa como os Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos. Queremos alinhar a estratégia de promoção do Brasil. O mundo não conhece o Brasil, e teremos a oportunidade de mostrar um País que tem uma diversidade cultural fantástica, uma economia complexa, um País com estabilidade institucional, com democracia. Essa face moderna do Brasil terá, nesses eventos, uma plataforma importante de promoção. Tanto a Copa, como a Olimpíada representam uma chance de melhorar a infraestrutura. O debate que o Brasil faz hoje sobre temas como aeroportos e mesmo portos me faz crer que esses eventos servirão como catalizadores para antecipar investimentos e decisões que, mais cedo ou mais tarde, o País teria que realizar. Mas os eventos impõem um ritmo diferente, o que, creio, é muito positivo, assim como é muito positiva a melhoria nos serviços.

Chamo a atenção para o tema hospitalidade. O Brasil é um país que tem no turismo um potencial ainda não explorado plenamente. O turismo é uma atividade que gera empregos extensivamente, e o Brasil tem um potencial em regiões como o Nordeste, por exemplo, que tem uma possibilidade extraordinária de crescimento. E eu creio que esses eventos, inclusive levando em conta o fato de quatro cidades nordestinas serem sede da Copa e muitas outras desejarem receber seleções na fase de aclimatação, eu creio que há um potencial

enorme a explorar no turismo, e o tema hospitalidade merecerá um foco na qualificação dos recursos humanos. É claro que será também uma chance, os eventos, de melhorarmos a nossa infraestrutura esportiva, como falei antes. Inclusive, modalidades com pouca tradição no Brasil poderão ter, a partir dos jogos olímpicos e paraolímpicos, uma difusão de cultura esportiva.

Se os senhores me perguntarem, eu devo falar uma palavra sobre o estágio de preparação da Copa do Mundo no Brasil. Eu diria que, quanto aos estádios, nós avançamos. Hoje, dez das doze cidades da Copa têm estádios a pleno vapor, com relação à realização das obras. São Paulo e Natal são duas cidades que estão ainda sem iniciar as obras. Natal fez a contratação recente da empresa que fará as obras naquela cidade, e São Paulo vai ser um empreendimento privado de um clube local. A Prefeitura de São Paulo vai oferecer uma modelagem econômica, utilizando o potencial construtivo de uma determinada região da cidade, e esse processo está em fase de finalização, a criação de um fundo imobiliário que vai dar viabilidade à construção daquela arena.

Portanto, eu diria que estádios é um assunto que está bem equacionado, é um assunto que está nos trilhos, e que nós teremos até o final de 2012, começo de 2013, eu imagino, a maior parte das arenas entregues à Fifa.

O tema aeroportos, os senhores sabem, tem sido objeto de reflexão por parte da Presidenta Dilma. Há um novo Presidente na Infraero. Há uma discussão no Governo que deve apresentar novidade nos próximos dias quanto a mecanismos novos para gestão do sistema aeroportuário brasileiro e funcionamento Infraero. É um tema delicado porque o Brasil é um continente. A circulação no Brasil será sobretudo pelo sistema aeroportuário.

Nós reivindicamos a Copa em 12 cidades. Para a Fifa, bastaria fazer em oito, dez cidades. Mas nós reivindicamos 12 para nacionalizar esse esforço. Se hoje os senhores somarem os pontos do mapa das cidades da Copa, vocês replicam o mapa do Brasil. Isso para nós é algo positivo, mas isso vai exigir sobretudo do sistema aeroportuário brasileiro, que opera no limite os terminais de passageiros. Há um plano de investimentos da Infraero de pouco de mais R$6 bilhões, e o prazo é muito justo.

Inclusive, eu imagino que o Senado deve examinar nos próximos dias uma proposta que foi debatida no Governo e que estabelece a simplificação de alguns ritos de compras governamentais de contratos de licitações. Alguns da imprensa até entenderam que era excluir licitação. Não, longe disso. É tentar buscar ritos que sejam mais simplificados, por exemplo introduzindo mecanismos como inversão de fases da licitação, que é o mecanismo que o Estado de São Paulo, por exemplo, utiliza e que permite ganhar tempo nos processos de licitação ou mesmo ampliar o escopo de algumas modalidades como é o pregão eletrônico. É uma boa medida o pregão eletrônico, pois estimula a competitividade. E nós, entre a simplificação de ritos, ampliaríamos o escopo de medidas como essa. Mas é um tema que vai ser debatido no Congresso. Eu só chamo atenção para ele porque tem impacto efetivo nos prazos para termos a modernização dos aeroportos brasileiros.

O assunto portos entrou na pauta porque nós queremos deixar como legado nas cidades da Copa, em sete das cidades da Copa que têm portos marítimos, terminais turísticos. Quem visitou esses terminais sabe que são terminais de qualidade restrita, digamos assim. Nós queremos ter terminais turísticos de boa qualidade nessas cidades da Copa, que podem servir como leitos temporários durante os eventos, mas ficarão como o espaço a ser utilizado como legado para o turismo em importantes cidades do Brasil.

E o tema último que eu chamaria a atenção dos Srs. Senadores diz respeito à mobilidade urbana. É um tema que à época o Presidente Lula e hoje a Presidenta Dilma acreditam que pode ser um legado importante para a Copa. Depois que a Copa passar, o que pode ficar importante para as cidades é a melhoria no transporte coletivo.

Esse seria um legado importante. São 54 projetos que foram selecionados das 12 cidades. E a delicadeza do tema mobilidade urbana está no fato de que 70% das obras de mobilidade urbana das cidades da Copa devem ter início em 2011 – início efetivo da obra, não falo de elaboração de projeto, não falo de licitação, falo de ordem de início, máquina funcionando, trabalhadores operando as intervenções de mobilidade urbana.

A delicadeza está nesse assunto porque o não cumprimento desse prazo pode criar embaraços à frente, pode criar limites à conclusão desses empreendimentos quando da realização mundial da Fifa. Por isso, encaminhei à Presidenta Dilma um relatório detalhado do estágio de cada um desses investimentos. Ela, inclusive, examina a hipótese de convidar governadores e prefeitos das cidades da Copa para discutir diretamente com eles, alertar quanto à necessidade de acelerar os investimentos em mobilidade urbana. Isso será decisivo para o próximo período.

Falei muito de Copa do Mundo. Mais adiante haverá os Jogos Olímpicos. Houve a sanção, no dia de ontem, da lei que cria a Autoridade Pública Olímpica, que é muito importante, que é um consórcio, cidade do Rio, Estado do Rio e Governo Federal. Falta ago-

ra o protocolo desse consórcio. Se aprovado na Câmara Municipal do Rio, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio, espero, assim como espera o Comitê Olímpico Internacional, que, nas próximas semanas, instale-se, estruture-se a Autoridade Pública Olímpica porque cabe a ela a integração dos três governos, o gerenciamento do projeto de preparação do Brasil para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, e o prazo é relativamente curto para tantos empreendimentos que serão realizados.

Por fim, uma última observação: quero falar sobre o financiamento dessas iniciativas, porque tudo que falei, melhoria de infraestrutura, preparação de atletas para os Jogos Olímpicos, investimentos nas escolas, investimentos em programas sociais, tudo isso vai exigir ampliação do financiamento. Nós temos uma experiência positiva. Nos últimos oito anos, houve um crescimento muito significativo. Devemos isso, em parte, aos aportes oferecidos pelo Congresso Nacional. Esperamos continuar contando com o apoio desta Comissão, que, historicamente, tem ampliado o Orçamento do esporte no Brasil. Esperamos contar com o apoio desta Comissão, com o apoio do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, o que se soma a um investimento crescente que faz o próprio Governo Federal no projeto de lei inicial que envia a este Congresso.

Então, temos confiança de que a curva ascendente de investimento público no esporte brasileiro deve se dar, mas, ao mesmo tempo, nós pretendemos que haja um alinhamento maior de outras fontes de financiamento público para o esporte. Quando eu falei aqui de contrato de gestão com o Comitê Olímpico e Paraolímpico e confederações é porque nós acreditamos que deve haver um alinhamento de todas as fontes de financiamento público em torno do que for planejado, deixando de ser uma decisão unilateral, por exemplo, de uma empresa estatal ou uma decisão unilateral da aprovação de um projeto da Lei de Incentivo, que é uma lei que dá isenção fiscal a quem invista no esporte.

A nossa estratégia é alinhar o financiamento em torno do que foi o planejamento para o próximo período, o planejamento de médio prazo, de modo que nós venhamos a otimizar esses recursos. Há um diálogo estabelecido com estatais. Esta semana, por exemplo, o BNDES anunciou investimento de 10 milhões na canoagem, que é uma modalidade olímpica que não tinha nenhum patrocínio. E, assim como o BNDES anunciou esse apoio, nós queremos ampliar a participação das estatais e fazer também um trabalho de mobilização de recursos junto ao setor privado.

O Congresso Nacional votou a Lei de Incentivo ao Esporte no ano de 2006. Quero dizer aos Srs. Senadores que essa lei tem tido uma evolução muito positiva. A Lei de Incentivo ao Esporte permitiu dinheiro novo no esporte. Em 2007, foram 60 milhões; em 2008, aproximadamente 70 milhões; em 2009, 120 milhões; em 2010, deveremos aproximar-nos de 200 milhões de reais, dinheiro que veio de empresas públicas e privadas, sobretudo do setor privado, para investimento em esporte. O que é importante? Houve um crescimento do número de doadores, do número de patrocinadores, e há ampliação do número de Estados que aprovam projetos e captam recursos.

Nós acreditamos que a Lei de Incentivo ao Esporte pode também ser uma forma de estimular o setor privado a dar uma contribuição no sentido de desenvolvimento do esporte brasileiro em todas as suas dimensões.

Senador Presidente Roberto Requião, são estas as diretrizes que vão orientar a atividade do Ministério no próximo período: a ampliação do alcance dos programas sociais; a ampliação e consolidação da infraestrutura esportiva do Brasil; a potencialização do esporte de alto rendimento e o desenvolvimento de um novo modelo, baseado na escola e na universidade, no planejamento, e mais transparência das entidades que administram o esporte no Brasil; a valorização ao futebol e estruturação de políticas com o foco no fortalecimento dos clubes e dos clubes formadores, no aumento de segurança e conforto dos nossos torcedores; a preparação do Brasil para os grandes eventos esportivos internacionais; e o trabalho de ampliação e da otimização do financiamento o público e privado, para cumprir essas metas a que eu aqui me referi.

São essas as palavras iniciais que eu queria oferecer a esta Comissão neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A mim chamou a atenção a referência do Ministro à modificação da Lei de Licitações, principalmente a referência que ele fez à lei paulista. No entanto, Ministro, eu chamaria a atenção do Ministério e do Executivo federal para duas legislações mais modernas e mais ágeis. A primeira, é a da Bahia, do governo anterior ao governo Wagner, que, posteriormente, foi aperfeiçoada e modificada no sentido da agilidade e da rapidez pelo Estado do Paraná. Inclusive estou determinando ao meu gabinete que traga ao conhecimento da Consultoria do Senado essas duas legislações, a baiana e a paranaense, para que nós possamos fazer uma proposta de adaptação da legislação federal.

Mas damos início agora, Ministro Orlando, ao diálogo, à participação dos Srs. Senadores. E o primeiro inscrito, em razão de ser o autor do requerimento, é o Senador Inácio Arruda.

O Regimento Interno prevê cinco minutos para interpelação, cinco minutos para a resposta, dois para a réplica e dois para a tréplica. Nós, no entanto, seremos mais flexíveis, sem dispensar o pedido de que os Srs. Senadores e o Sr. Ministro tentem ser sucintos ao máximo nas suas participações.

Senador Inácio Arruda com a palavra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Ministro, estamos buscando cumprir aqui uma agenda da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ouvindo os Srs. dirigentes dessas três Pastas, para que a Comissão esteja em condições de discutir, de forma mais permanente, os objetivos que os senhores indicaram e também propor alterações e modificações naquilo que nós consideramos que seja justo e necessário.

Eu faria duas perguntas aqui, no sentido de podermos compreender melhor como vamos executar esse conjunto de iniciativas. Primeiro, esse conjunto de iniciativas que estão dentro do PAC da Copa e também outras que estão no PAC da Mobilidade Urbana têm algum risco, em função da política de ajuste fiscal patrocinada pelo Governo? Nós temos um corte razoável de mais de R$50 bilhões do Orçamento de 2011, o ano em que muitas dessas obras deverão ter início. Então, esse é um problema bem objetivo.

Segundo, no campo das diretrizes mais amplas, porque é o médio e longo prazo, ou até, num tempo desses, diríamos médio prazo, que são a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Tenho idéia de que a gente vai ter, nessas cidades que estão previstas, uma estrutura de alto rendimento para aprimorar os nossos atletas, para que eles possam participar dos próximos jogos olímpicos. Seria um esforço mais que imediato no curtíssimo prazo, e alcançar a Olimpíada de 2016.

Qual é o mecanismo que vai ser adotado? As cidades se oferecem? As procuram o Ministério? Quem vai deliberar? Há uma gama de atividades esportivas num conjunto grande de cidades brasileiras, especialmente nas capitais. Então, que mecanismo vai permitir a elas recepcionar investimentos que aprimorem a atividade esportiva de uma determinada área, quer dizer, o futebol de salão, o que vai entrar na Olimpíada, os esportes à vela? Imaginem, nos esportes à vela sempre aparecem um pouco o Rio de Janeiro. Quase todos aparecem no Rio de Janeiro, digamos assim. Mas tem muito vento pelo Brasil, não tem vento só no Rio de Janeiro. Então você imagina que as fontes principais, as maiores jazidas de energia eólica do Brasil ao estão no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Por que essa agressão ao Rio de Janeiro, Senador?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não, eu quero é beneficiar o Paraná.

É para que a gente não se concentre no Rio, porque o fecho desse esforço já é o Rio de Janeiro. Então, como distribuir mais e qual o mecanismo de entrada dessas cidades nesse programa tão importante?

Por último esse programa, que considero talvez o mais importante abordado por V. Exª, que é o esforço escola/universidade... Nós temos no Brasil aqueles jogos estudantis que envolve MEC, tem participação do Ministério do Esporte. Como podemos ter o grande casamento, talvez o grande sucesso? Você tem braços do Programa Segundo Tempo, em que você fazer o Segundo Tempo para a melhor idade, pode fazê-lo para um conjunto de trabalhadores que não têm acesso à escola. Então você pode envolver num programa como esse a comunidade, o bairro. É muito interessante. Isso tem sido feito e tem tido um resultado muito positivo.

As academias de saúde. Nós temos alguns exemplos ali mesmo no Estado do Ceará, alguns exemplos em Fortaleza de academias como essas, envolvendo o Corpo de Bombeiros local, a Secretaria de Saúde e também a secretaria de esportes de Estados e Municípios.

É um esforço muito interessante, mas considero que o principal é esse movimento que envolve o Ministério do Esporte com o Ministério da

Educação na questão da escola e universidade. Então, aqui, como vamos trabalhar? Como vamos dar visibilidade maior a esse grande evento que são os jogos estudantis e os jogos universitários? Os jogos estudantis e os jogos universitários precisariam de grande cobertura, eles precisariam ter visibilidade, eles precisariam aparecer mais, para que eles possam efetivamente se transformar no grande celeiro de formação de atletas, principalmente daqueles que disputam os Jogos Olímpicos.

E a última seria em relação à Paraolimpíada que vamos ter. Parece que não é um investimento menor; é um investimento muito grande do ponto de vista social e também com grande movimentação de recursos.

Então eu gostaria que V. Exª também pudesse dar um enfoque dessa questão dos Jogos Paraolímpicos que serão imediatamente realizados depois dos Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na ausência do Lindbergh e do Crivella, acho que o ministro mesmo vai ter que fazer a defesa do Rio de Janeiro.

Com a palavra o Ministro Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Somos todos cariocas de coração.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu mesmo posso fazer se for necessário, se eles não chegarem a tempo.

O SR. ORLANDO SILVA – Na verdade, Senador Inácio Arruda, a decisão da Presidenta Dilma é de que os investimentos previstos naquilo que chamamos de PAC da Copa, relativos aos temas a que me referi – aeroportos, portos, mobilidade urbana –, são investimentos que estão salvaguardados desse esforço de consolidação fiscal. Então não há risco de que haja qualquer impacto nesses investimentos, até porque a maioria dos investimentos foram contratados, no caso de mobilidade urbana, por exemplo, com financiamento junto à Caixa Econômica Federal; no caso de estádios, a linha Pró-Copa, junto ao BNDES, também têm recursos previamente reservados e a Infraero e a Secretaria de Portos possuem recursos disponíveis.

A não execução em alguns casos de obra diz respeito a outros temas, a outros limites que não a previsão orçamentária. Então, asseguro ao senhor que não deve ter nenhum tipo de impacto daquilo que é previsto para a preparação no Mundial.

O senhor tem razão quando fala da necessidade de termos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos muito além das fronteiras da cidade do Rio de Janeiro. Não faz sentido um esforço desse tamanho concentrar exclusivamente investimentos na cidade do Rio de Janeiro. Por isso falei, na intervenção inicial, que a criação de cidades esportivas, um programa apoiado numa lei e aprovado nesta Casa, vai dar a senha, vai dar um instrumento para que infraestrutura e equipamentos esportivos cheguem a todas as cidades do Brasil.

O nosso desejo é que cada cidade adote uma ou algumas modalidades olímpicas. O compromisso da cidade é oferecer a manutenção dessas instalações e desses equipamentos, Senador Benedito de Lira, nas cidades que serão beneficiadas. Imagino que Fortaleza, pelas condições climáticas, pelas condições naturais e pela tradição e ídolos que possui, saberá identificar, por exemplo, Senador Inácio, que modalidades deve investir na área olímpica e o nosso papel será oferecer essas instalações, fazer o investimento, que vai servir para receber delegações na fase anterior à realização – serão mais de 200 países que virão ao Brasil –, e, na fase de aclimatação, se espalharão por todo o território nacional.

O canal está aberto no Ministério dos Esportes, qualquer cidade interessada poderá nos pautar, nos procurar. A regulamentação dessa lei aprovada recentemente deve estruturar um processo de seleção pública de projetos, de modo que possamos envolver as várias cidades brasileiras nesse programa olímpico.

Somo-me ao Senador Inácio Arruda quando fala da importância de escola e universidade. Reafirmo a nossa convicção de que não há alternativa para o modelo de nível superior para o esporte brasileiro que não passe por escola e universidade. A cidade de Fortaleza, cidade de origem do Senador, que sabe muito bem, recebeu há poucos meses uma edição extraordinária dos Jogos Escolares Nacionais, onde, primeira vez, estiveram todos os Estados brasileiros representados.

Teremos em Goiânia, daqui a pouco, uma nova edição desse evento. E o que posso afirmar é que há um esforço de ampliação da importância e da mobilização desses Jogos. Na última edição, perto de 200 mil jovens participaram das fases preliminares dos Jogos Escolares, mas é ainda um número aquém daquele potencial que temos. E esse esforço era muito importante para aumentar a visibilidade e a mobilização desses Jogos.

Registro aqui a preocupação do Senador – preocupação correta – quanto a necessidade de que programas sociais tenham como foco trabalhadores, pessoas da melhor idade. O Brasil é um país que, felizmente, tem a cada ano mais pessoas da melhor idade e nós temos obrigação de oferecer qualidade de vida e produção de saúde para essas pessoas.

No caso do Ministério do Esporte, Senador, o Esporte e Lazer da Cidade é o programa que é o espaço para essas iniciativas. Para pessoas da melhor idade temo Programa Vida Ativa, que faz parte do Esporte e Lazer da Cidade, mas o alcance, como falei, precisa ser muito ampliado. Daí acreditar que a parceria nossa com o Ministério da Saúde é que poderá dar, no próximo período, o alcance devido a essa iniciativa, porque vai exigir e concentrar mais recursos. A Presidenta Dilma orientou uma ação mais sinérgica, mais integrada dos vários Ministérios. Então, as Academias da Saúde, que serão lançadas no próximo dia 6, que é o Dia Nacional da Atividade Física, será já um passo dessa sinergia, dessa integração entre esporte e saúde.

E como Senador Inácio Arruda falou, por fim, a questão das Paraolimpíadas é muito importante. Inclusive nós temos dialogado com o Comitê Paraolímpico brasileiro quanto à possibilidade de criar – aliás no Estado de origem do Senador Requião – um centro de excelência do esporte paraolímpico brasileiro.

Na última edição, nós ficamos entre os dez melhores países nos Jogos Paraolímpicos da China. O Brasil tem um dos principais atletas em várias modalidades. E o esporte paraolímpico tem, primeiro, uma importância esportiva propriamente, da melhor *performance*, do grande desempenho dos nossos atletas, mas tem uma dimensão que vai muito além disso, que é a

dimensão de colocar na pauta do País um tema sensível e que ainda não é plenamente apropriado pelas políticas públicas.

Nós devemos ter aproximadamente 25 milhões de brasileiros que têm alguma deficiência. Portanto, é um tema mais que relevante. E pessoas com deficiência, muitas vezes, ficam à margem, ficam à sombra. E o esporte paraolímpico dá visibilidade, mostra a eficiência das pessoas com deficiência.

Essa, portanto, é uma dimensão fantástica que tem o movimento paraolímpico brasileiro, os jogos paraolímpicos que vão marcar seguramente a agenda pública. Temas como acessibilidade nas instalações esportivas, acessibilidade nas cidades, tudo isso vem à baila quando observamos o movimento do esporte paraolímpico no Brasil.

Portanto, o Senador Inácio Arruda tem absoluta razão quanto à necessidade de colocar mais luzes sobre os Jogos Paraolímpicos; o tratamento no nosso Governo do esporte olímpico e paraolímpico é isonômico, não há diferenciação entre olímpico e paraolímpico. Nós fizemos uma conquista importante, que foi a empresa Caixa Econômica Federal ter adotado o esporte paraolímpico no Brasil, mas precisamos ainda avançar para que empresas privadas também se somem ao movimento paraolímpico.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, não é nenhuma tréplica, mas uma sugestão que eu gostaria de dar ao Ministério dos Esportes. Talvez ele precisasse de um esforço maior das TVs educativas, que são as TVs estaduais, que estão nas mãos do executivo dos governos estaduais; das TVs legislativas, que são todas as TVs públicas; temos a TV Senado, a TV Câmara, temos as TVs dos legislativos estaduais e mesmo a dos legislativos municipais. A gente talvez precise fazer um *pool*, organizado pela TV pública nacional, com esforço, porque eles precisam também investir para garantir imagens ao vivo e não só fazer aqueles noticiários pequenos sobre o que está acontecendo nesse espaço, para que a gente possa fazer um *pool* e transmitir ao vivo jogos estudantis, escolares e, depois, jogos universitários. Isso dá visibilidade, isso anima os nossos atletas cadeirantes. A gente fica vendo lá no Ceará o desempenho da nossa seleção, disputando com o Paraná; o Paraná vê o seu atleta disputando com o Rio de Janeiro.

Então, esse esforço é muito importante para dar um suporte razoável ao esporte praticado pelas escolas e pelas universidades no Brasil, a fim de que elas sejam o grande lastro de formação de atletas no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu só queria fazer uma observação a respeito do esporte paraolímpico, e convidar o nosso Ministro para, na companhia do seu assessor Gomide, visitar a cidade de Ponta Grossa, onde, numa parceira com a Prefeitura, nós construímos um extraordinário ginásio de esportes especializado para atletas especiais, e ginásticas também voltadas para as Olimpíadas. Foi o primeiro de uma série que deixamos programados ao fim do nosso Governo, financiados pelo Estado e construídos pelas prefeituras.

O SR. ORLANDO SILVA – Senador Requião, inclusive a ideia de um centro de excelência paraolímpico se deve a um hospital que o senhor, na condição de Governador, construiu na cidade de Curitiba, que é uma excelência para tratamento de pessoas com deficiência, e isso já seria uma certa base para o estímulo de nossos atletas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É um hospital de reabilitação que foi inspirado no hospital de reabilitação de Montreal, no Canadá, que é considerado o melhor hospital do mundo. O Estado do Paraná contatou o Canadá, nós fizemos o projeto em parceria com os arquitetos e os médicos canadenses que operavam no hospital, e temos realmente um centro de reabilitação de excelência, que está em fase de implantação; não se implanta um hospital da noite para o dia. Nós vamos estabelecendo protocolos, primeiro, no trabalho ambulatorial, até chegar a mais alta complexidade. Mas, sem dúvida, é o melhor hospital do Brasil do ponto de vista técnico.

Senador Inácio Arruda, mais uma vez, sou obrigado a comentar a sua participação. Não houve a disputa com o Paraná, vocês foram perder para o Estado do Paraná. (*Risos*.)

Senador Wellington Dias com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Depois ele puxa o placar aqui. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE(Roberto Requião. Bloco/PMDB - PR) – Disputa e derrota são coisas que não se assemelham.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Meu prezado Ministro, é um prazer muito grande encontrá-lo nesta Comissão. Quero parabenizá-lo pelo importante trabalho que tem feito no País. Destaco as parcerias que fizemos no Estado do Piauí. Com certeza, novas parcerias virão.

Creio que o Senador Inácio Arruda já tocou no tema relacionado à acessibilidade, à importância de, na padronização de equipamentos esportivos, olhar com cuidado para a acessibilidade, ou seja, as unidades que venham a ser construídas com recursos públicos, seja um estádio de futebol, seja uma quadra poliesportiva, seja uma área para esportes individuais, devem seguir as regras hoje recomendadas de acessibilidade.

Eu queria aqui mencionar, entre tantos programas existentes, um programa que, inclusive, vi lamentavelmente ser bastante batido: trata-se do Segundo Tempo. É um dos mais importantes programas implantados na administração de V. Exª.

O Programa vem do governo do Presidente Lula e continua. É importante não somente pelo número de pessoas atendidas – no ano passado, um milhão e quatrocentas mil crianças e adolescentes. Faço uma recomendação no sentido de encontrarmos um mecanismo de priorizar atletas que estão em final de carreira. Há muitos atletas que se destacaram em um Estado, em um Município, em diferentes modalidades e eles encontram muitas dificuldades no final de sua carreira. Então, se encontrarmos uma forma de aproveitá-los como monitores, supervisores, como alguém que tenha experiência, que vivenciou o esporte além do que isso representa na relação com crianças e adolescentes, seria interessante.

Um outro ponto que considero também mais como uma recomendação é o fato de o esporte deve ser olhado também – já o é em algumas modalidades – uma forma de geração de renda. Há inúmeros profissionais que atuam especificamente nessa área. Então, nessa parceria com o MEC, além de termos uma parceira para a prática desportiva, como já há hoje os jogos estudantis, jogos universitários, creio que é preciso desenhar profissões voltadas para as modalidades, seja em nível técnico, seja em nível superior.

Creio que essa é uma necessidade que temos, verificamos que começam a existir equipamentos em conjunto, muitos em parceria com times de futebol. O São Paulo tem vários equipamentos desses espalhados pelo Brasil. Há outros clubes, estou citando apenas um como exemplo. Uma das carências é exatamente encontrar pessoas qualificadas. Provavelmente um curso desses, além de qualificar qualquer pessoa, pode abrir espaço para ex-profissionais que possam se entusiasmar nessa direção.

Por último, quero aqui tocar num ponto que considero importante e V. Exª abordou aqui: a mudança que foi feita em relação aos clubes. Ainda temos em vários Estados brasileiros – lamento dizer que o meu é um deles – as entidades representativas de algumas modalidades, entre as quais destaco o futebol, ainda sofrem muitas manipulações. Ou seja: os estatutos ainda são daqueles em que há um presidente que fica a vida inteira, por exemplo.

Como estamos falando de uma entidade privada que tem intensas parcerias com o setor público, creio que, se trabalharmos exigências do setor público em relação a alguma regra nesse estatuto... Agora mesmo, a Federação de Esportes do meu Estado está vivendo uma situação constrangedora. Chegou ao ponto de o Judiciário intervir. Trata-se do futebol. Houve uma decisão judicial e, agora, a Confederação está dizendo que não reconhece o resultado que foi propalado enfim.

Então, creio que é preciso ainda avançar em alguns quesitos em relação aos estatutos, dar liberdade às entidades, mas para que elas possam usufruir de um conjunto de parcerias públicas; que isso seja possível.

Então, quero parabenizá-lo e, com certeza, estaremos aí acompanhando, com todo o carinho, todas essas ações que estão colocadas para até 2014.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Simon, observou a crítica indireta do Senador Wellington a Ulysses Guimarães? Fazendo a crítica da continuidade da permanência de um líder na presidência? Sem sombra de dúvida, indiretamente, ele tentou criticar o nosso presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

Peço que o Ministro desconsidere essa crítica feita a Ulysses presidente do PMDB e lhe passo a palavra para responder às indagações do Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Espero um comentário aqui também, porque o Ministro aí só falou de Rio de Janeiro e Paraná. Todos os equipamentos; isso aqui é no Paraná, isso aqui é em Maringá, isso aqui... Quando não, é em Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – De qualquer forma, Senador, você sabe que o Paraná tem socorrido o Amapá, até no armamento da Política Militar.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Está vendo? O Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ah, o Piauí, exatamente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tem a ajuda do Amapá e está me cobrando.

O SR. ORLANDO SILVA – Senador Wellington, eu queria concordar plenamente com a sua preocupação com relação à atenção que deve ter a acessibilidade nas instalações esportivas e concordar também com a sua preocupação quanto à preparação de profissionais.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me apenas, Ministro... Sr. Presidente, peço sua permissão.

Além dessa questão da acessibilidade, eu queria que V. Exª pudesse comentar um pouco sobre a parceria nessa área das drogas, dos dependentes químicos. Há alguma experiência que seja modelo nessa área da prevenção?

O SR. ORLANDO SILVA – O nosso Ministro Alexandre Padilha, da Saúde, prepara um grande projeto de enfrentamento de combate ao *crack*, e o Esporte vai se somar nesse esforço para combater esse flagelo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, apenas, como quem vai estar nessa interlocução com o Ministério lá. Não podemos ficar presos à questão do *crack*. O *crack* é dramático, mas o álcool é muito mais grave, atinge muito mais pessoas e é a porta de entrada, inclusive, para as outras drogas, além das outras drogas também. Acho que esse foco específico em uma droga, a gente precisa... Assim como o esporte não pode ser só o futebol, o cuidado com as drogas tem de ser para todas as drogas. Só essa correção.

O SR. ORLANDO SILVA – Tem razão. Registrada a sugestão.

Senador Wellington, eu me somo também à preocupação que o senhor tem em relação a ex-atletas. O trabalho de ex-atletas acontece já hoje no programa Segundo Tempo, como monitor. Por quê? Nós organizamos de maneira tal o programa, que profissionais de Educação Física devem coordenar a orientação da atividade física. A atividade física precisa ser bem orientada, sob pena de haver impacto, mesmo, na estrutura física das pessoas. Sobretudo na fase de formação, é mais importante ainda que haja uma boa orientação. E há um esforço de termos, como referência, profissionais de Educação Física nucleando equipes multidisciplinares, porque, evidentemente, hoje há necessidade de termos múltiplas ocupações, profissões orientando esses programas de atividade física, lazer, recreação e esporte.

O trabalho, particularmente, do programa é feito a partir de uma rede de universidades colaboradoras, três universidades – e, mais uma vez, voltamos ao Paraná –, a UEL, a UEM e a Universidade do Rio Grande do Sul, que encabeçam uma rede, um sistema de preparação, de treinamento, de capacitação, de qualificação desses profissionais. A essa altura, dezenas de milhares de profissionais que orientam atividades no programa Segundo Tempo.

E está colhida aqui a sugestão que o senhor faz de colocarmos uma ênfase nesses profissionais, ex-atletas, evidentemente, após um trabalho de qualificação que deve ser realizado.

O senhor tem razão quando fala do problema do esforço, da necessidade de nós aperfeiçoarmos a gestão das entidades esportivas no Brasil. Nós temos aqui um embaraço a observar, que diz respeito á estrutura legislativa do Brasil.

Em 1941, o então Presidente Getúlio Vargas editou um decreto, que foi a primeira norma sobre a organização do esporte no Brasil. Essa norma tinha como traço, como de resto tinham outras atividades da vida brasileira, uma forte presença do Estado, uma presença, eu diria, tutelar do Estado. Assim como nos sindicatos, cabia ao Estado reconhecer ou não a existência de uma entidade, cabia ao Estado reconhecer ou não a diretoria de uma entidade da sociedade brasileira. Isso vigeu até 1988.

A Constituinte de 88 tem um traço liberal forte e, no que diz respeito à relação do esporte com o Estado, houve um apartamento, uma separação total. A Constituinte de 88 chegou a criar a Justiça Desportiva. A Justiça Desportiva está inserida ali, na Constituição de 1988, e ficou inserida a autonomia das entidades de administração e entidades de prática. Entidades de administração são ligas, federações, confederações, comitês; e de prática são os clubes. Eu digo isso por quê? Isso determina que as entidades tenham autonomia na sua forma de organização e na fixação das suas regras internas. Isso cria limite para a intervenção, digamos assim, do Estado.

O que pode haver, e eu diria para o senhor que hoje nós estamos examinando essa hipótese, é, quando houver financiamento público para atividade dessas organizações, o governo poder estimular determinadas contrapartidas, que, inclusive, tivessem impacto no funcionamento dessas entidades. Mas, para o senhor ter uma ideia, Senador, a mera apresentação dessa sugestão já ensejou uma polêmica infinda com entidades da área do esporte. Mesmo essa lei aprovada no Congresso recentemente, houve quem visse ali intervencionismo do Estado, porque nós argumentávamos que, se há financiamento público, o Estado tem o direito de propor um contrato para estabelecer metas. Houve quem visse ali intervencionismo, violação da Carta Olímpica. E, na nossa visão, não há nada disso, a autonomia está respeitada. Agora, se há recurso público, o Estado tem direito de sugerir, digamos assim, contrapartidas.

Então, esse é o tema que está na lei aprovada, está no debate hoje presente junto às entidades, sobretudo do esporte olímpico e paraolímpico. Agora, autonomia estabelecida na Constituição impõe, a meu juízo, determinados limites.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Sem réplica.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Presidente. Quero parabenizar o Senador Inácio Arruda e o nosso Ministro pelo seu desempenho nesta reunião.

Tive oportunidade, como Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, de

acompanhar o desempenho do Ministro Orlando na preparação e organização dos Jogos Pan-Americanos no Brasil. Sei do seu esforço, da sua competência. Queria comentar alguns aspectos de sua fala e também dar sugestões.

A primeira sugestão, Ministro, é que eu gostaria que o senhor pudesse, sistematizando os resultados dessa pesquisa encomendada pelo Ministério à Fundação Getúlio Vargas, fornecer os resultados aos Senadores membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

Também, Ministro, gostaria de comentar a respeito do desafio dessa meta de envolver escolas e universidades para fortalecer o esporte de rendimento. Esse desafio é muito importante e está na base daquilo que hoje é a organização do futebol brasileiro.

O futebol se organiza pelos clubes. V. Sª ressaltou o fato de termos um jovem baiano se destacando. Como ele, diversos outros jovens saem muito cedo do Brasil para a Europa para se destacar no futebol e, quando voltam ao Brasil, voltam sem nenhuma referência do que é o esporte nacional. Estamos vendo agora o retorno de dois grandes atletas brasileiros que saíram já mais tarde, mas um deles praticamente sequer tinha participado de um campeonato nacional.

E isso marca muito o que é hoje o futebol brasileiro, um futebol que, pelo formato, pela separação entre escola, a formação educacional, a formação de valores morais e a simples forma de ascensão econômica que é feita pelos times de futebol, olha jovens de baixa renda em nosso País, destacando aqueles que aparentam e que demonstram ter algum talento desportivo, fazendo uma cooptação direta.

Isso resulta em termos grandes atletas já se tornando ídolos nacionais que são punidos porque atropelam pessoas bêbadas ou mesmo um grande atleta de futebol brasileiro preso por assassinato.

Então, é preciso investir realmente numa nova formação. Nós estamos tendo um choque capitalista sobre o futebol brasileiro, ou sobre os esportes brasileiros, sem nenhuma intermediação do Estado, sem que tenhamos a possibilidade de mudar ou de contribuir para uma mudança efetiva deste modelo.

Portanto, eu creio que o Ministério precisaria se debruçar, com o Ministério da Educação, numa reversão dessa situação, investindo nos jogos universitários, nos jogos estudantis do Brasil, buscando, por exemplo, estabelecer com as grandes redes, a Rede Record, Rede Globo, todos os que hoje disputam a exclusividade da transmissão dos jogos do campeonato nacional, uma pontinha para o destaque, o resultado dos jogos universitários, porque nós não daremos essa visibilidade apenas nas TVs públicas, com a baixíssima audiência que elas hoje ainda têm em nosso País, ressalvada a TV Senado, que é o destaque dessa...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E a TV Educativa do Paraná.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – E a TV Educativa do Paraná evidentemente. Como aliás, em todas as referências que fiz aqui, já coloco imediatamente este parágrafo único, ressalvadas as especificações do Paraná.

Eu creio, meu grande companheiro conterrâneo, que se separa de mim apenas na péssima escolha que fez no futebol baiano, torcendo pelo time errado, eu tenho confiança no seu compromisso, na reversão desse quadro de organização do futebol nacional.

Não é possível que nós continuemos nesse modelo exclusivo, nesse modelo que é um modelo elitista mas exclusivo e destruidor dos talentos nacionais, destruidor dos jovens adolescentes de baixa renda que chegam ao futebol, ganham uma fama efêmera e nós assistimos, diariamente, nas televisões, na imprensa escrita e falada, aos resultados da inserção econômica desses jovens, que ficam apenas na inserção econômica.

Creio que é preciso repensar mesmo, repensar forte e discutir um programa de bolsa-atleta, um programa que garanta aos atletas entrar nas universidades públicas de maneira especial. Ora, no meu tempo, na Universidade Federal da Bahia, já existiu até cota para filho de grande produtor rural entrar na escola veterinária. Nos Estados Unidos, nós vimos, recentemente ganhou o Oscar um filme em que aparecia um jovem negro com certa dificuldade no pensamento, que, num estado racista, conseguia entrar na universidade, conseguia entrar na seleção do seu time.

Pela sua capacidade esportiva, o Brasil precisa repensar esse seu formato de organização da escola com o esporte para que nós tenhamos realmente a possibilidade de unir e criar valores morais, educativos ao atleta nacional.

Mas queria também fazer duas perguntas.

Primeiro, eu me preocupo com a confirmação que o senhor faz daquilo que assisto na minha cidade, que são os atrasos das obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo de 2014. Acho que esse é um grande gargalo que nós vamos enfrentar. Além do gargalo da mobilidade urbana, eu creio que os portos e aeroportos brasileiros continuam significando, mesmo com a criação da nova secretaria, um grande problema.

Aliás, há três anos, e era presidente da Comissão de Turismo o Benedito, nós organizamos o Cbratur, meu caro Senador, e colocamos como tema Transporte e o Turismo no Brasil, quando convidamos o Ministério dos Portos, àquela época Secretaria Nacional

dos Portos, eu recebi uma resposta de que eu estava enganada no convite, porque os Portos tratavam das cargas e não tinham nada a ver com turismo. Eu tive que pessoalmente falar com o Ministro para reverter essa situação.

Creio que mesmo com essa ideia de termos uma ação voltada para estabelecer os portos brasileiros, dar-lhes uma nova condição no receptivo turístico, isso ainda está atrasado, muito distante de ser realidade. Os portos brasileiros têm uma cultura, uma vocação que ainda não foi transformada, modificada. Para isso, tem que haver um processo de modificação cultural total. Na semana passada, na Bahia, tivemos um problema com um grande cruzeiro, porque a Polícia Federal não tinha condição de atender a tempo, de verificar os passaportes de todas aquelas pessoas que lá estavam. Imaginem na Copa do Mundo, quando vamos precisar preparar toda a estrutura de hotéis e estabelecimentos de hotelaria no Brasil e ter os cruzeiros marítimos como uma reserva para isso.

Vou finalizar, Sr. Presidente, só chamando atenção do nosso Ministro que nós vamos ter aqui nesta Comissão um debate a respeito do impasse que nos temos hoje no campeonato brasileiro e a transmissão dos jogos.

Gostaria de lhe perguntar sobre o Programa Segundo Turno, Segundo Tempo, desculpe-me. É o vício do cachimbo que deixa a boca torta: segundo turno eleitoral, a gente fica com ele ainda na cabeça. Tem tido alguma experiência com relação a programas de suporte para a saída do uso de drogas na escola, ou mesmo registrado casos de assédio junto a meninas especialmente, mas meninos também, nessa área de prática desportiva? Digo isso porque, à medida que nós levamos a questão para escola, lá, temos todos os conflitos dos grandes centros urbanos em que a maior parte da população vive, e no esporte, como gerador inclusão social, é necessário que tenhamos programas específicos que incluam essa visão da violência sobre a mulher, do assédio sexual a meninas e meninos e adolescentes do nosso País.

Eu proponho que façamos uma articulação com a Secretaria Nacional das Mulheres para que possamos tratar dessa questão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu só quero fazer uma observação para o próximo Senador, que é Senador Alvaro Dias, que S. Exª não se entusiasme com o tempo concedido à Senadora Lídice da Mata, que, sendo ela uma Senadora da Bahia, tem direito a tempo em dobro. Não por ser conterrânea, mas por ser baiana. Essa foi uma reivindicação do nosso Ministro Orlando Silva.

Ministro, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E também é mulher, não é, Senador?

O SR. ORLANDO SILVA – Queria me comprometer, Senadora Lídice da Mata, de organizar com o seu gabinete o acesso às informações desse estudo da Fundação Getúlio Vargas. É um estudo sobre cadeia produtiva do futebol. É interessante, e pode, inclusive, ajudar nesse debate que hoje se faz sobre direito de transmissão.

É um estudo que tem como foco buscar compreender as receitas do futebol. No mundo inteiro são as mesmas fontes: transmissão de TV, transferência de atletas, licenciamento de produtos, bilheteria. E o Brasil tem subdesenvolvimento forte em algumas dessas fontes e creio que vale a pena examinar para ordenar, digamos assim, o debate. Depois teremos que organizar a oferta. É uma informação assim restrita porque envolve dados dos clubes, com cláusula de confidenciabilidade que nos foi oferecida. Então precisamos ver só uma forma de ordenar a apresentação dessas informações.

Sobre a ultima questão que a senhora levantou, com relação ao segundo tempo, não há um foco sobre as drogas, há um foco social de procurar atender crianças de nível socioeconômico mais precário. E, quanto às meninas, há um esforço de mobilização da participação delas. Em uma auditoria operacional que fizemos no programa percebemos que muitas vezes os meninos participavam mais do que as meninas, muito mais do que as meninas. E há na capacitação dos orientadores um esforço de motivação para que as meninas possam participar. Na escola, pouco mais da metade do contingente são meninas; no programa, nós observamos, em alguns casos, chegava a 10% da participação. Então há essa preocupação para que haja maior participação das meninas.

Eu estou de acordo com a observação que a senhora fez com relação à formação dos nossos atletas. E, mais uma vez, eu volto ao projeto de lei aprovado recentemente aqui nesta Casa. A Medida Provisória 502, votada, incorporou o relatório do Projeto de Lei 5.186, de 2005, que, entre outros itens, estabeleceu um padrão para clube formador de atleta. A partir da lei, clube não é formador porque diz ser; ele é ao cumprir determinados requisitos. Isso tem impacto para o clube porque clube formador de atleta passa a ser beneficiário das transferências esportivas que esse atleta conseguiu ao longo de sua carreira. Então, se o atleta sai do Real Madri e vai para o Milan, o clube que ajudou a formá-lo receberá parte dos recursos oriundos dessa transferência. É importante para proteger e valorizar esse clube que ele se caracterize como

tal, que ele se inscreva na carreira desse atleta como clube formador. Entre os critérios estabelecidos para ser clube formador está a obrigatoriedade de cuidar da escolaridade formal dos atletas. Inclusive conciliar horário de treinamento com horário de formação escolar. Isso é muito importante porque antes os atletas se formavam tecnicamente, esportivamente, mas abandonavam sua formação escolar. Esse é o ponto de partida para a precariedade da formação cidadã desses jovens. Por isso, creio que essa é uma medida prática importante, mas comungo da sua reflexão para buscarmos pautar, Senador Armando Monteiro, essa preocupação com relação às escolas.

Senadora Lídice da Mata, se a senhora me permite, quero fazer uma sugestão. O Senado Federal, pela sua autoridade moral e política, poderia se somar neste esforço de mobilização das universidades brasileiras. Existem, por exemplo, associações universitárias que poderiam ser convidadas como o Conselho das Universidades brasileiras, representantes das universidades privadas, para provocá-los, instá-los à atividade de oferta de bolsas, de motivação desses jovens das universidades, sobretudo que a atividade esportiva seja um fator de seleção para ingresso, para manutenção de sua atividade escolar nessas universidades. O Senado poderia se somar neste esforço de mobilização dessas universidades.

Se o Senador Requião me permite, faço uma sugestão – que pretendo fazer quando visitar a Câmara na próxima semana de preferência num mesmo grupo, Senadores e Deputados Federais – de que o Congresso Nacional constituísse um grupo parlamentar para acompanhar os preparativos do Brasil para a Copa do Mundo de 2014. Creio que somaria muito se Senadores e Deputados juntos acompanhassem os preparativos. Posso dar o exemplo da experiência positiva da semana passada de uma visita que o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União fez ao Maracanã. Foi feita uma análise técnica detalhada do projeto do Maracanã, porque, por vezes, importa que os Srs. Parlamentares conheçam por dentro os investimentos, os preparativos, as razões de atraso. E a presença dos parlamentares pode também significar um estímulo para que os nossos gestores locais ajam com mais celeridade porque a perda de tempo pode, inclusive, impactar em custo e é importante que os senhores tenham consciência do ritmo de preparação.

A Presidenta Dilma me deu uma orientação – e devemos começar ainda este semestre – de fazermos balanços públicos da preparação, inclusive apontando certos limites, porque há cidade no Brasil que, depois de assinar com Caixa Econômica Federal e pactuar conosco, determinado modal de transporte, por exemplo, a essa altura do campeonato, pensa em refletir, mudar o modal de transporte. A minha palavra tem sido a seguinte: não é hora de ter ideia, é hora de executar aquilo que foi combinado, sob pena de nós termos prejuízos adiante.

E creio que uma comissão parlamentar de acompanhamento dos investimentos para a Copa do Mundo poderia se somar a esse esforço do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É que a ilustre Senadora fez uma afirmativa que me deixou surpreendido. Se ela que ultimamente...o sistema capitalista está avançando no esporte. Eu não vejo como V. Exª que chega lá e a gente esperava uma atitude completamente diferente e V. Exª assiste o capitalismo entrar no esporte. Como é que V. Exª explica?

O SR. ORLANDO SILVA – A expressão capitalismo que a nobre Senadora apresentou eu imagino – se compreendi direito o sentido das palavras dela – ser no sentido da dimensão de negócio que existe no esporte. Se esporte tem uma dimensão social forte de oferta de direito que produz saúde, integração, pode ajudar na formação cidadã, o esporte tem também uma dimensão econômica de negócio, sobretudo no ramo do entretenimento, passa ter um peso na economia.

É um peso que eu creio talvez o viés mais marcante é de necessidade de aumentar o profissionalismo, numa dada dimensão, que é sobretudo na dimensão do alto rendimento. Aqui, sim, talvez o viés de negócio e de profissionalismo. Ainda precisamos avançar, inclusive, para ser comparável a economias de países mais desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Não confundir, Senador Pedro Simon, com esporte de rendimento.

Agora, esse tal choque capitalista talvez tenha alguma coisa a ver com a nomeação do Meirelles para aquela autarquia das Olimpíadas. (*Risos)*.

Agora, para que exercite a sua extraordinária capacidade de síntese e sua conhecida objetividade, eu passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Muito obrigado por reconhecer.

Primeiramente, quero dizer do apreço que tenho pelo Ministro Orlando Silva, com quem me entendi muito bem na relatoria do Projeto que altera a Lei Pelé. Mas seria muito estranho que a oposição não fizesse perguntas incômodas também.

Já que denúncias foram veiculadas pela imprensa, e seria estranho que o Ministro passasse por aqui sem ter a oportunidade de esclarecer, eu quero oferecer ao

Ministro essa oportunidade, fazendo pontualmente algumas indagações.

Eu farei pergunta e resposta, Senador Requião, mas sucintamente. Prometo ser sucinto nas indagações para que o Ministro possa responder.

O jornal *O Estado de S.Paulo* publicou uma reportagem em que afirma ter flagrado irregularidades no Distrito Federal, Goiás, Piauí, São Paulo e Santa Catarina, relativamente à execução do Programa Segundo Tempo, como por exemplo, entidades de fachada recebendo dinheiro do projeto, núcleos esportivos fantasmas, abandonados ou em condições precárias. E o projeto tem por objetivo a inclusão social e o desenvolvimento integral dos ser humano.

A indagação: esses objetivos não estão sendo comprometido em razão desses desvios?

A mesma matéria do *Estadão* constata que as diretrizes do projeto que fala em democratização da gestão foram substituídas pelo aparelhamento partidário.

Para ser bem claro, o que o jornal afirma é que os recursos eram repassados em benefício do seu Partido, o PCdoB. Essa é a primeira indagação que faço, para os esclarecimentos de V. Exª.

O SR. ORLANDO SILVA – Quero agradecer ao Senador Alvaro Dias, primeiro pelo esforço que fez na votação daquele relatório da alteração da Lei Pelé. E agradecer mais ainda pela oportunidade que me oferece de comentar essa campanha – eu diria que não é apenas uma matéria, mas uma campanha. O jornal *O Estado de S. Paulo*, em manchete, por quatro vezes, e em matérias, por oito dias, trabalhou ilações sobre esse programa, e creio que vale a pena esclarecer.

São cinco os casos a que o Senador se referiu.

Primeiro, a afirmação de que haveria núcleos abandonados no Distrito Federal e em Goiás. Eles visitaram sedes de entidades e locais que supostamente seriam indicados por entidades para funcionamento de atividades ali, e não viram atividades. Por que não viram atividades? Nós aprendemos, Senador, ao longo de oito anos de implantação desse programa, que era conveniente que, além de assinar o convênio com a organização, nós estruturássemos o que chamamos de ordem de início. O que é ordem de início? Só autorizamos o início das atividades de um núcleo desse programa quando: as crianças forem selecionadas e cadastradas; os profissionais tiverem sido contratados e treinados; o material esportivo e de alimentação tiver sido licitado e comprado; o local da atividade tiver sido confirmado, após a constatação de que ele oferece as condições adequadas.

Nos dois casos, o de Goiás e o de Brasília, que a ilação do jornal dizia que não teriam condição, aliás, que os núcleos estariam abandonados, eles não tinham tido ordem de início. Inclusive parte dos recursos está bloqueada na conta, pois a decisão nossa nesse sentido é de repassar uma pequena parte, iniciar a atividade e, parceladamente, dar continuidade ao repasse desses recursos.

Portanto, a informação do jornal era falsa. E isso foi informado ao jornal, que, infelizmente, não deu a devida publicidade. Aliás, as matérias, a série de reportagens, Senador, faz referência ao programa como se todo ele fosse realizado em parceria com entidades não governamentais. E eu quero dizer ao senhor que quase 90% dos convênios desse programa e do atendimento se dão com prefeituras municipais, governos estaduais e universidades federais, além das Forças Armadas – nós ocupamos algumas instalações do Exército brasileiro.

Portanto, quase 90% dos convênios são feitos com entidades públicas, e não com entidades privadas.

Em Santa Catarina, Senador...

O SR. OSMAR DIAS (PDT - PR) – Em relação às entidades privadas, qual é o critério? V. Exª respondeu à revista *Veja* que o critério era técnico. Mas a imprensa mostra que há uma coincidência de que as entidades são vinculadas ao seu partido. Isso é o que a imprensa revela. E, só em 2010, segundo a imprensa, cerca de R$30 milhões foram repassados a essas entidades parceiras do projeto.

Então, eu queria que V. Exª tivesse também a oportunidade de esclarecer melhor essa situação.

O SR. ORLANDO SILVA – Claro. Volto a falar sobre isso, Senador.

Uma observação sobre a precariedade de núcleos: em Santa Catarina, conforme a denúncia feita, havia o testemunho de uma liderança comunitária que participava do programa e afirmava que a precariedade do núcleo era demonstrada pelo uso de uma raquete de plástico por crianças do Programa Segundo Tempo.

A Universidade Federal de Santa Catarina, motivada inclusive pela existência do Gustavo Kuerten, um dos maiores nomes do tênis mundial, criou o Núcleo de Estudos do Tênis. E criou um protocolo, com normas, recomendações, para a iniciação de crianças na prática do tênis. E criou um protótipo, um equipamento, uma raquete adequada para crianças utilizarem na fase de iniciação de tênis. Não sei se aqui alguém já teve a oportunidade de segurar uma raquete de tênis. Quem já utilizou deve saber que uma criança de sete, oito, nove, dez anos teria muita dificuldade de utilizar uma raquete de tênis profissional.

Portanto, o protótipo desenvolvido pela universidade federal é que é acusado de precariedade pela ma-

téria, o que revela, digamos assim, uma inconsistência para não falar má-fé na utilização da informação.

No Piauí a acusação é de que uma entidade conveniada com o Ministério do Esporte tem gente ligada ao PCdoB, o partido do Ministro. É um fato que uma entidade conveniada com o Ministério do Esporte tem gente ligada ao PCdoB. É verdade. E é verdade também que essa mesma entidade...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – O nome é Raimundo Mendes da Costa.

O SR. ORLANDO SILVA – Famep. E essa mesma entidade, que tem gente ligado ao PCdoB, tem convênios com a área do esporte do Governo Federal há 15 anos. Julgamos que o Presidente Henrique Cardoso e a sua equipe foram cuidadosos o suficiente para avaliar a capacidade de essa entidade ser parceira do Governo Federal. Seria um patrulhamento político inadequado, uma violência à democracia se criássemos um embaraço para que uma entidade que, por seis anos, fez convênios com o governo Fernando Henrique Cardoso firmasse convênio com o Governo Federal pelo único fato de ter elemento ligado ao PCdoB.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – A questão, Ministro, é que há muita coincidência. Fica a impressão de que só há competência nas entidades vinculadas ao PCdoB. Vou citar mais uma para encerrar, já que a campainha já me alertou. Diz respeito também a mesma indagação anterior, o mesmo vínculo partidário. A ONG Bola Pra Frente – matéria do *Jornal da Tarde* de 21 de fevereiro último – cobra de prefeituras uma taxa de sucessos para levar as crianças ao Programa Segundo Tempo. Segundo informações da Prefeitura de Cordeirópolis-SP, em 2010, foram gastos em torno de R$90 mil referentes à cobrança que o Bola Pra Frente impôs à Prefeitura para beneficiar 600 crianças. A taxa mensal é de R$15 por aluno. Essa entidade, campeã de recursos do Governo, é dirigida também por uma Vereadora de Jaguariúna-SP, também filiada ao PCdoB, uma ex-jogadora de basquete, Karina Rodrigues. Nada contra a Karina, apenas queremos que o Ministro esclareça.

Trata-se de mais uma coincidência. E essa taxa, a taxa de sucessos? É permitida nos convênios com essas entidades?

Para concluir, Sr. Presidente, a CGU, Controladoria-Geral da União, informou que já identificou irregularidades no Segundo Tempo e recomendou a reavaliação e reformulação do programa. Entre os problemas encontrados, estão a inadequação nos procedimentos para escolha das organizações não governamentais, descumprimento dos planos de trabalhos previstos, falha na execução dos objetos pactuados, impropriedades e irregularidades na licitação. Portanto, essa é a indagação. A própria Controladoria-Geral da União faz referência ao modelo adotado para a escolha das organizações não governamentais, obviamente indicando que há aí favorecimento. Conforme a imprensa revela, esse favorecimento coincidentemente ocorre sempre através de entidades vinculadas ao seu partido. Em função dessas recomendações da CGU, quais providências foram tomadas ou serão tomadas para sanar essas irregularidades, não esquecendo do Bola Pra Frente.

O SR. ORLANDO SILVA – Senador, como dizia, no caso de São Paulo – falei do Distrito Federal e Goiás – é falsa a idéia de núcleo abandonado, porque não havia ordem de início, que é dada quando o ciclo de preparação inteiro é completo.

Santa Catarina. A ilação de precariedade é desmontada por um relatório técnico da Universidade Federal de Santa Catarina e pela mera reflexão de quem sabe o que é uma criança iniciar-se na atividade tênis.

O Piauí, como falei para os senhores, é um tema que avaliamos como inadequado porque não é porque há uma vinculação de alguma pessoa a um partido, a uma entidade. A demonstração de republicanismo do governo Fernando Henrique Cardoso foi seguida por nós na manutenção desse convênio já estabelecido.

O caso de São Paulo é curioso porque a Vereadora, de fato, é uma das diretoras – não mais a presidente, mas uma das diretoras dessa organização.

Há parceria dessa entidade com prefeituras, e a metade das prefeituras são de partidos políticos que são contra o Governo Federal, são da oposição, do PSDB, do DEM e do PV. É a metade dos parceiros dessa entidade governamental; a outra metade, de partidos que são vinculados à base do Governo Federal. Nenhum deles, nenhum dos prefeitos ligados ao meu partido. Portanto, nas parcerias locais que essa ONG realiza, há um diálogo com prefeituras que manifestam interesse, independentemente da cor partidária dos dirigentes dessas prefeituras.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Essa taxa de sucesso é real?

O SR. ORLANDO SILVA – Essa alcunha foi oferecida pelo jornal. O convênio assinado pelo Governo Federal com a entidade determina que a entidade é responsável pela contrapartida que oferece do convênio. A relação do Governo Federal, do Ministério do Esporte com a entidade é regida por essa regra. Ainda que a LDO não obrigue o Governo Federal, o Ministério a exigir a contrapartida, porque já hoje não é obrigatória essa exigência, nós julgamos ser conveniente para estimular uma participação da entidade par.

Hoje não há uma vedação legal para que a entidade utilize recursos de parceiros outros que ela possui. A meu juízo, Senador, ainda que não haja uma vedação legal, isto é inadequado: a utilização de recursos de terceiros para oferta de contrapartida própria.

Por isso, inclusive, informei ao jornal *O Estado de S. Paulo* que, apesar de não haver vedação legal, por eu entender ser inadequado, determinei que fosse feita uma portaria explicitamente vedando esta prática: que não seja permitida utilização de recurso de terceiros para contrapartida de entidades, porque eu creio que essa é uma atitude mais adequada. E até comentei com a direção do jornal quando os visitei que procuramos processar toda crítica e informação que é feita à atividade nossa, processar, para tentar dela extrair alguma medida que ajuste e desenvolva o funcionamento do programa.

Só para critérios de seleção, nós devemos ter hoje algo como 35 convênios com entidades. De mais de 250, perto de 35 são com entidades. Há um prazo para inscrição regular das entidades interessadas. Elas têm que demonstrar capacidade de execução desse projeto por histórico, por vinculação estatutária, não é? Agora, não há uma restrição à filiação partidária de qualquer membro dessas entidades. Nós achamos que essa é uma restrição que não cabe na lei. Não é possível que você faça nenhum tipo de entendimento. E é uma mentira, uma falsidade, mas faz parte da luta política, atribuir as 35 entidades à vinculação partidária, até porque, como os senhores sabem, as entidades no Brasil não têm vinculação a partidos políticos. E nós temos que ter serenidade e responsabilidade nesta abordagem.

Por fim...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, o Ministério Público já realizou diligências? Consta que o Ministério Público já instaurou inquérito para apurar as denúncias. V Exª já tem notícia de diligências do Ministério Público?

O SR. ORLANDO SILVA – Nós ainda não fomos pautados pelo Ministério Público a partir desta abordagem. Agora, evidentemente, que qualquer abordagem do Ministério Público quanto do Tribunal de Contas da União quanto da CGU é prontamente aceita, respondida, porque o nosso esforço é muito, digamos assim, colaborativo.

E era preciso examinar, Senador Alvaro dias, o tempo de análise global do relatório da Controladoria-Geral da União, que fez uma auditoria operacional, identificou limites e identificou muitas virtudes no funcionamento, na atividade desses programas. Por vezes, uma publicação pode ser feita de maneira restrita e pode induzir a sociedade e os parlamentares a uma visão parcial.

Aliás, semana passada, houve também uma matéria incrível em que havia uma ilação, Senador Alvaro Dias, de que o Tribunal de Contas da União teria repreendido o Ministério e uma entidade no Tocantins, sendo que, na verdade, eu determinei tomada de contas especial e exigi devolução de recursos por conta de um convênio mal executado por uma entidade no Tocantins.

De repente, a decisão do Tribunal de Contas da União parecia uma crítica ao Ministério, quando eu determinei a toma de contas e especial.

Então, eu sei que a atividade parlamentar

Então eu sei que a atividade parlamentar é muito exigente, é um conjunto de informações, de temas, mas eu faria questão de oferecer ao seu gabinete depois o conjunto do relatório da CGU para que o senhor possa ter tranqüilidade de que o esforço que fazemos lá é de buscar aperfeiçoar a atividade do Governo com transparência, com princípios, com caráter republicano ofertando direitos a nossas crianças e não manipulando a favor de interesses políticos. Sei da seriedade, do trabalho do seu mandato, do esforço que o senhor faz para maior eficiência no gasto público e queria tranquilizá-los de que lá haverá todo o esforço de colaboração para que essa seja marca também nesse programa que é tão importante para o Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vamos aguardar a conclusão do inquérito do Ministério Público. Espero que realmente V. Exª esteja coberto de razão com a exposição que faz. Temos que aguardar o Ministério Público.

O SR. ORLANDO SILVA – Sempre à disposição, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Ministro, é a voz dos Partidos de Oposição que dá um significado especial às audiências públicas. As respostas foram dadas. Pessoalmente, fico com a certeza de que o PC do B ainda não criou o seu departamento de tênis e futebol. E, se tivesse criado, o PC do B tem uma dimensão hoje na política brasileira um pouco restrita, que ele não teria uma participação significativa ainda nas atividades dos programas do ministério, mesmo que tivesse ingressado na sua totalidade em que pese à má vontade do jornal *O Estado de S. Paulo*, que não é, pelo que vi, pelo ritmo e cadência do interrogatório do Senador Alvaro Dias para com o Ministro e o ministério.

Senadora Ana Rita, com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Boa-tarde ao nosso Ministro Orlando Silva, gostaria de parabenizar o Ministério de Esporte e Lazer pelo brilhante

trabalho, parabenizar o nosso ministro. Tivemos oportunidade nesta semana de conversar um pouco sobre o trabalho.

Ministro, eu gostaria primeiramente de fazer um destaque que considero extremamente importante do Ministério de Esporte e Lazer e depois fazer três perguntas a V. Exª.

Um dos pontos que eu gostaria de destacar é a participação social. Isso é muito importante. As conferências realizadas pelo Ministério, assim como outros ministérios que têm possibilitado a participação da sociedade, são de extrema importância tanto na elaboração quanto no controle e gestão da política, nesse caso, da política de esporte e lazer do Ministério de Esporte e Lazer. Uma questão que considero extremamente importante, ministro, é que as conferências, no caso, a Primeira Conferência Nacional, definiu os fundamentos da política nacional de esporte com foco no desenvolvimento humano. Isto é extremamente importante, pensar o esporte a partir das pessoas, do desenvolvimento das pessoas, particularmente de nossas crianças, nossos jovens, o que é fundamental.

A Segunda Conferência, na verdade, propôs nova estrutura para o sistema nacional de esporte e lazer e teve como marco a conquista de leis de incentivo ao esporte. Isso também é extremamente importante porque construído com a participação da sociedade.

A Terceira Conferência Nacional, que mobilizou muita gente, mais de 220 mil pessoas, aprovou o Plano Decenal de Esporte e Lazer, que ratifica a necessidade de esporte e lazer com recursos para tornar sustentável um projeto de longo prazo em que, na verdade, a gente acredita, com gestão extremamente qualificada que propicie de fato condições de acompanhamento e avaliação dos programas.

Então é ter a garantia de um plano decenal de esporte e lazer com metas, com diretrizes claras, definidas, com linhas estratégicas. Isso é muito importante para os próximos dez anos.

Sr. Ministro, eu gostaria de fazer três perguntas, e uma delas... na verdade, as três têm a ver com a questão da juventude, que é uma preocupação que temos, sendo uma delas voltada mais para o público, que são os detentos.

Sabemos que diante da violência hoje no País, da violência que vem se ampliando a cada dia, infelizmente, e que tem uma forte participação dos nossos jovens, o projeto de atuação junto aos detentos se apresenta como uma alternativa muito importante a ser trabalhado por meio de políticas públicas.

Então eu gostaria de saber de V. Exª, que pudesse comentar um pouco, com maior detalhe, os resultados que vêm sendo alcançado com este programa, o Programa de Esporte Junto aos Detentos. Gostaria de conhecer, que o senhor pudesse detalhar um pouco para nós isso.

Outra questão, Sr. Ministro, que é uma preocupação, que é uma demanda que o nosso Estado do Espírito Santo tem levantado, é com relação às praças para a juventude. Sabemos que há um programa no Ministério que trata desta questão; que há uma previsão entre 2011 e 2014 para a implantação de algumas praças, de 800 praças, com recursos do PAC. Gostaria que o senhor comentasse sobre isso também.

E, para finalizar, eu gostaria de saber se há um incentivo por parte do seu Ministério com relação ao esporte feminino. Acho importante também, é uma realidade que atinge as nossas meninas e as nossas jovens. Se há então algum incentivo ao esporte feminino.

Era isso que eu queria perguntar a V. Exª e, se for possível, obter o retorno do nosso Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro Orlando Silva com a palavra.

O SR. ORLANDO SILVA – Obrigado, Senador Suplicy, Senadora Ana Rita.

Concordo com a visão da Senadora com relação ao papel da mobilização social na elaboração de políticas públicas. As três conferências nacionais de esporte, realizadas no Brasil, serviram de um lado para a elaboração dessas políticas, como bem refletiu a nossa Senadora, num primeiro momento, para discutir as diretrizes do plano nacional, e, num segundo, o sistema nacional do esporte, e ultimamente o plano decenal.

A nossa perspectiva inclusive, Senadora, é ainda consolidar a discussão da terceira conferência, que aconteceu no ano passado, e convertê-la num projeto de lei, que poderia ser enviada ao Congresso Nacional, para que o Congresso aprove um plano decenal para o esporte, de modo que possamos ter uma orientação para o médio prazo, estimulando cidades e Estados também a se somarem nesse esforço de ordenamento, de organização do esporte a médio prazo.

Por outro lado, as conferências serviram também para o controle social, tão importante quanto a elaboração de políticas foi realizar o controle social. Nas três conferências, ouvimos as críticas de vários setores da sociedade à condução de políticas no âmbito do Governo Federal. E muitas dessas críticas permitiram o aperfeiçoamento de políticas públicas. Creio que essa foi a marca do Governo do Presidente Lula, essa é uma marca do Governo da Presidenta Dilma, o diálogo permanente com a sociedade, e as conferências têm esse papel.

No que diz respeito à iniciativa do esporte ligado, participante do sistema prisional nacional, dos deten-

tos, há duas iniciativas que julgamos relevantes. Primeiro, um programa chamado Pintando a Liberdade, um programa que veio bem antes, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e que o Governo do Presidente Lula ampliou para todos os Estados da federação, onde detentos trabalham, e o trabalho é feito para a produção de materiais esportivos, uniformes, e a cada três dias de trabalho comuta um dia da pena. Quer dizer, reduz um dia da pena. Dessa maneira, conseguimos produzir material esportivo a um custo menor, que é ofertado, sobretudo, a escolas públicas do Brasil. É uma forma inclusive de dar perspectiva de ressocialização desses detentos que, egressos do sistema prisional, passam a ter alguma ocupação, alguma atividade econômica que pode ser uma porta para a sua reinserção social.

Uma segunda iniciativa que nós tomamos em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, à época presidido pelo Ministro Gilmar Mendes, foi a que estabeleceu que as cidades da Copa devem incorporar, pelo menos, 5% dos trabalhadores das obras de infraestrutura de estádios sejam detentos, como forma de estimular a ocupação dessas pessoas.

Alguns são egressos do sistema prisional, e alguns são detentos que vivem no sistema semi-aberto. Essa experiência tem tido um bom resultado, particularmente eu vi o cumprimento pleno dessa determinação - já que é uma adesão livre dos estados – no Estado do Mato Grosso, e o resultado tem sido muito positivo. Na Bahia também o cumprimento desse acordo se dá. E nós esperamos que, ao longo desse período, mais pessoas, por vários fatores, detidas possam se incorporar ao mercado de trabalho, de modo que se abra uma janela de esperança para a reinserção social dessas pessoas.

Como falei no início, Srªs Senadoras, são oitocentas praças do PAC, que partem daquele programa Praças da Juventude, com equipamentos multifuncionais – vai haver equipamentos esportivos, de cultura, de inclusão digital, de formação profissional - nos grandes centros brasileiros, nas maiores cidades, nas cidades mais densamente ocupadas, de 2011 a 2014. As cidades de 2011 já foram selecionadas. Nos próximos dias, já deve haver uma reunião do Governo Federal com prefeitos das cidades contempladas, e esperamos que até 2014 as oitocentas praças se realizem.

Quanto ao futebol feminino, primeiro as mulheres são beneficiárias de todas as políticas que desenvolvemos no âmbito do Ministério do Esporte. As mulheres participam do Bolsa Atleta, participarão do Bolsa Pódio, são ocupantes destacadas dos equipamentos públicos que são ofertados às cidades brasileiras. Havia, no Programa Segundo Tempo e programas sociais, uma participação menor do que seria o desejável, ou uma proporção de mulheres - de meninas nas escolas - menor do que o desejável. Contudo, no trabalho de treinamento dos profissionais que orientam esse programa, nós os orientamos para que haja um esforço adicional para a sensibilização e mobilização das meninas, pois isso corresponde à realidade brasileira: mais da metade da nossa população é feminina.

Na última delegação olímpica, as mulheres compuseram a metade da delegação brasileira, e eu pessoalmente estimo que, tanto nos Jogos Pan-Americanos de Guadalajara, que acontecem em outubro deste ano, quanto nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres, em 2012, a delegação brasileira, pela primeira vez, vai ser composta majoritariamente por mulheres, o que é um sinal de maior presença desse segmento também na atividade esportiva.

Há, particularmente, uma preocupação nossa, no âmbito do Ministério - e inclusive dialogamos sobre isso com a Presidenta Dilma -, com respeito ao futebol feminino. Nós achamos que o Brasil deve ao futebol feminino uma melhor organização. Depois de uma insistência que fizemos com a CBF, foi criada a Copa do Brasil de Futebol Feminino, já houve três edições, e nossa visão é a de que talvez seja conveniente a criação de uma confederação brasileira de futebol feminino, para estimular essa prática que motiva muitas mulheres, essa prática em que o Brasil tem um destaque internacional fabuloso – temos a Marta, escolhida a melhor do mundo por cinco vezes -, mas não temos uma estrutura nem competições no nível do desempenho do futebol feminino brasileiro.

Temos, portanto, um débito com o futebol feminino, e há um esforço neste momento, inclusive, de estruturarmos um torneio nacional, e com visibilidade de TV, que é o que faria diferença para estimular o fortalecimento dessa modalidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião**.** Bloco/PMDB - PR) – Com a palavra agora um antigo e conhecido boxeador de São Paulo, hoje Senador da República, Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Prezado Presidente, Senador Roberto Requião, agradeço a referência à lembrança dos meus tempos de adolescência. De fato, aos 21 anos, eu disputei o campeonato da Gazeta Esportiva de Boxe, chamado Luvas de Ouro, e, de vez em quando, lembram disso aqui. Inclusive o campeão mundial de boxe, o Popó, outro dia disse que gostaria de fazer uma luta comigo, e eu disse que a hora que ele quiser estarei pronto. Mas ainda não marcou a data, e eu disse a ele que estarei pronto para essa troca de gentilezas.

Mas eu quero muito cumprimentar o Ministro Orlando Silva, inclusive pelas iniciativas que ele tem tomado.

Quero até cumprimentá-lo pelo seu empenho no acompanhamento e recomendação à Presidenta Dilma Rousseff. Quando na recente lei que foi objeto de medida provisória para que os clubes desportivos possam dar apoio aos atletas, V. Exª interagiu bastante com todos os presidente de clube e com a presidenta Dilma para que fosse sancionada a lei conforme aqui aprovada.

Mas V. Exª, eu soube pelos meus colegas, aqui se referiu que ainda há uma demora, sobretudo no que diz respeito a São Paulo, no entendimento entre os dirigentes de clube, o Governador Geraldo Alckmin, o Prefeito Gilberto Kassab para definir exatamente os estádios que poderão sediar a Copa do Mundo de 2014.

Eu, inclusive, gostaria de pedir a sua informação a mais completa sobre o estágio em que isso está e, sobretudo, em que medida nós Senadores de São Paulo poderemos colaborar com V. Exª para que possa ser agilizada essa decisão, porque ora é o Estádio do Morumbi, ora é o Estádio de São Paulo, ora é o do Palmeiras, ora outra alternativa, ora o do meu Santos Futebol Clube. De repente, mudam lá para a Vila Belmiro, mas acho que isso nunca foi cogitado. Mas, de qualquer maneira, importante é que o povo de São Paulo, que aprecia tanto o futebol, que tem alguns dos melhores clubes brasileiros, é que possamos lá, de fato, ser uma das principais cidades brasileiras ao lado de todas as demais que vão sediar a Copa do Mundo.

Então, quero me colocar, inclusive, à vossa disposição para ajudar junto às autoridades do Governo de São Paulo estadual e municipal para fazer tudo o que seja possível para evitar esse atraso que foi objeto inclusive dos comentários há pouco do nosso Pelé, Edson Arantes do Nascimento, que, com toda a responsabilidade de quem tanto contribuiu para que a sede da Copa do Mundo fosse aqui no Brasil, obviamente tem interesse em que não haja atraso nessa definição.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO SILVA – Senador Suplicy, eu me referi no início que são doze cidades da Copa do Brasil, que dez delas têm estádios em plena execução das obras e que duas delas ainda aguardam o início da obras, Natal e São Paulo.

Natal, o contrato foi firmado com a empresa há pouco, já que, no ano passado, a licitação realizada foi deserta.

E São Paulo: na sexta feira anterior ao Carnaval, aconteceu na cidade de São Paulo, Senador, uma reunião com a presença do Prefeito da cidade, Gilberto Kassab, do Governador Geraldo Alckmin e da Presidenta Dilma Rousseff. Eu acompanhei a reunião e o que vi foi a palavra do Prefeito e do Governador ofertada à Presidenta Dilma garantindo a construção do estádio em Itaquera. Então, a decisão local de São Paulo é que o estádio da Copa será em Itaquera, zona leste de São Paulo, numa área que é da Prefeitura e que estava cedida ao Corinthians. Agora a Prefeitura vai regularizar, digamos assim, para que ali aconteça a construção do estádio.

Tenho notícia de que já foi feita uma consulta por conta da empresa que vai construir o estádio, uma consulta ao BNDES para contratação de um financiamento, como outras cidades realizaram a contratação desse financiamento. E o valor adicional àquilo que será contratado junto ao BNDES será efetivado a partir de um fundo imobiliário. A ideia da Prefeitura de São Paulo é utilizar potencial construtivo daquela região. Eles afirmam que criarão lá uma espécie de um polo de desenvolvimento econômico, e esse potencial construtivo vai dar origem a um fundo imobiliário e esse fundo é que será a fonte complementar de recursos para a construção do estádio de São Paulo em Itaquera.

Há uma grande expectativa, Senador Suplicy, com relação a esse estádio. Por quê? Porque há uma grande expectativa com relação à participação de São Paulo na Copa. A cidade de São Paulo tem mais de 40 mil leitos de hotéis. É a cidade que tem o maior número de visitantes do Brasil. A cidade de São Paulo é o destino da maior parte dos voos internacionais. A cidade de São Paulo e seu entorno – Jundiaí, São José dos Campos – possuem aeroportos secundários – Viracopos e Campinas – que podem servir de base para a aviação executiva.

Imagine o senhor que, por exemplo, no caso de uma abertura, poderemos ter perto de oitenta Chefes de Estado em nosso País. E São Paulo é a cidade que reúne excelentes condições para dar suporte e infraestrutura de serviços para a abertura da Copa, que é um tema sensível. São Paulo também é uma cidade que se colocou para receber a abertura da Copa do Mundo.

Portanto, a nossa expectativa é enorme. Os próprios governantes locais chegaram a sugerir que o mês de abril poderia ser o mês de início das obras, o que para nós seria muito, muito importante, já que seria conveniente, inclusive, que São Paulo pudesse participar da Copa das Confederações, que, em meados de 2013, será o grande teste para avaliar as condições do Brasil de receber o Mundial de 2014 e, eventualmente, fazer ajustes para que tudo passe bem em 2014.

Eu poderia dizer ao senhor, Senador, que a palavra que recebemos é uma palavra de confiança dos paulistas, do Governo do Estado e da Prefeitura. E esta

é a nossa crença, de que a palavra do Governador e do Prefeito vai ter eficácia e o estádio em Itaquera, que será de propriedade do Sport Club Corinthians Paulista, deve transformar-se numa realidade.

E eu queria, Senador, oferecer-me para ser espectador nesse grande confronto de grandes atletas históricos do Brasil, entre o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Acelino Freitas. Espero poder assistir a esse confronto do século no boxe mundial.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu, desde já, Ministro, coloco o Centro Hospitalar de Reabilitação Física do Paraná à disposição do Senador Suplicy.

O SR. ORLANDO SILVA – Para receber quem? O Senador?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – O Senador Suplicy, sem dúvida alguma. Mas não é só o Centro Hospitalar de Reabilitação Física.

Eu fiz referência aqui a um trabalho da Bahia na agilização das concorrências públicas. Nas possibilidades de jurisdição das unidades federadas, o Governo Paulo Souto modificou a sua lei de licitações.

Inspirados nessas modificações, nós criamos, no Paraná, uma comissão, e acredito que melhoramos bastante o bom trabalho do Governo baiano.

E eu quero encomendar à minha ex-Secretária da Administração, a Procuradora do Estado do Paraná de carreira Maria Marta, e à sua equipe na Procuradoria um trabalho, um estudo para modificação agora na Lei nº 8.666, a Lei nacional das Licitações, mantendo a transparência e a seriedade e acabando com os empecilhos que nós já eliminamos no Paraná, mas avançando um pouco mais, porque estaremos com uma lei de competência federal e nós poderemos avançar bem mais.

Entrarei em contato com a Procuradora Maria Marta hoje. Espero oferecer essa contribuição ao Ministério dos Esportes e ao processo de preparação do Brasil às Olimpíadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu apenas queria dizer que acho de bom senso, inclusive do ponto de vista do desenvolvimento da cidade de São Paulo, que, conforme S. Exª o Ministro Orlando Silva já ressaltou, o estádio em Itaquera – considerando que temos o estádio do Morumbi, que contribui para o desenvolvimento de uma das áreas de maior renda *per capita* da cidade, de melhor infraestrutura e tudo, pois há, por exemplo, mesmo ali dentro do Morumbi, a Favela de Paraisópolis, que tem tido um progresso muito significativo nesses últimos anos, de melhoria de condição de vida e de infraestrutura urbana, e também o Pacaembu está numa região de padrão relativamente elevado –, Itaquera constitui uma área, hoje de classe média e tudo o mais, próxima de toda a zona leste. Então, é de bom senso que ali se desenvolva essa área, que vai ter repercussão muito importante para o desenvolvimento urbano. Então, o que V. Exª aqui anunciou, em colaboração com o prefeito e o governo de São Paulo, e a própria ideia de um fundo com títulos que poderão levar em conta essa valorização por causa do estádio são medidas de bom sensos que merecem o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. PMDB – PR) – Ministro, agradecemos a sua presença na Comissão, presença que foi abrilhantada pela participação da Oposição – não é isso, Senador Inácio Arruda? Se não tivermos a voz da Oposição, não teremos como justificar as audiências públicas de uma forma mais completa.

A próxima reunião da Comissão será na terça-feira. Na quarta-feira, teremos uma audiência como esta, com a participação da Ministra da Cultura.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12h32min)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às onze horas e cinqüenta minutos do dia primeiro de março de dois mil e onze, na Sala nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob O presidente do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANÍBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, KÁTIA ABREU, PAULO DAVIM, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, CÍCERO LUCENA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **WILSON SANTIAGO** e **ROMERO JUCÁ.** Havendo núme-

ro regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da **PAUTA**. **Item 1) ADITAMENTO n° 02 AO REQUERIMENTO n° 02, de 2011-CMA,** que "Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requer sejam acrescentados representantes das seguintes entidades: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF e Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA". Autoria: Senador Jorge Viana. Colocado em votação, a comissão aprova o Aditamento. **Item 2) ADITAMENTO n° 03 AO REQUERIMENTO n° 02, de 2011-CMA,** que "Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requer seja ouvido também um representante do Ministério Público Federal". Autoria: Senador Pedro Taques. Usa da palavra o autor da proposição, Senador Pedro Taques, que altera ao aditamento a fim de expedir convite ao Procurador-Geral da República e à Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente - ABRAMPA. Colocado em votação, a Comissão aprova o Aditamento. **Item 3) REQUERIMENTO n° , de 2011-CMA,** que "Requer, nos termos do art. 73, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) uma Subcomissão para acompanhar a inerente reforma do Código Florestal". Autoria: Senador Pedro Taques. Usa da palavra o autor da proposição, Senador Pedro Taques, que retira o Requerimento, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. O presidente ratifica a retirada do Requerimento, nos termos regimentais. **Item 4) REQUERIMENTO n° 06, de 2011-CMA,** que "Requer, nos termos do art. 211 c/c o § 1º do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na competência da Subcomissão das Obras da Usina de Belo Monte, o acompanhamento da execução das obras das Usinas de Jirau e de Santo Antonio, a serem construídas no Rio Madeira, no estado de Rondônia". Autoria: Senador Ivo Cassol. O autor da proposição, Senador Ivo Cassol, substitui oralmente o Requerimento, para o fim de realizar uma prévia visitação às obras das Usinas de Jirau e Santo Antônio. Em discussão, é apresentado oralmente o **ADITAMENTO nº 01 AO REQUERIMENTO nº 06, de 2011-CMA,** que "Requer seja incluída a visitação das eclusas do rio Madeira". Autoria: Senadora Kátia Abreu. Usam da palavra os Senhores Senadores Ivo Cassol, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Jorge Viana, Pedro Taques, Marisa Serrano, Blairo Maggi e Paulo Davim. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento de visitação das Usinas de Jirau e Santo Antônio e o Aditamento de visita das eclusas do rio Madeira. O Presidente, com base no art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, comunica a comissão sobre o aumento do número de membros da Subcomissão de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte, de cinco membros titulares e cinco suplentes para sete membros titulares e sete suplentes. Ainda, comunica sobre a extinção da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em razão da aprovação pelo Congresso Nacional da Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como pelo término do prazo de funcionamento, conforme art. 76, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **Item 1) ADITAMENTO n° 04 AO REQUERIMENTO nº 02, 2011-CMA,** que "Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requer seja convidado para participar dos debates o Sr. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Aditamento. **Item 2) REQUERIMENTO n° 07, 2011-CMA**, que "Com fundamento no Regimento do Senado Federal, art. 90, II, requer a realização de uma audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a participação do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o programa nuclear brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo: sistema de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes; plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radiativos". Autoria: Senadores Antônio Carlos Valadares e Jorge Viana. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 3) ADITAMENTO n° 01 AO REQUERIMENTO n° 05, de 2011-CMA**, que "Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento n° 05/2011, incluindo o Senhor Lucien Mulder Belmonte, Superintendente da ABIVIDRO – Associação Brasileira

das Indústrias Automáticas de Vidro, como convidado à Audiência Pública perante esta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto n° 7.404, de 23/10/2010, que criou o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o qual estabelece política para coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos e aproveitamento de detritos". Autoria: Vanessa Grazziotin. Usa da palavra a autora da proposição, Senadora Vanessa Grazziotin. Colocado em votação, a comissão aprova o Aditamento. Por fim, o Presidente comunica a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, designada para o dia 17/03/2011, e a utilização do plenário pela taquigrafia, durante as obras de reforma do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ITEM 1

- Não Terminativo -

ADITAMENTO Nº 2 AO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CMA

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requeiro sejam acrescentados representantes das seguintes entidades:

– Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF e

– Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Autoria: Senador Jorge Viana

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 2

- Não Terminativo -

ADITAMENTO Nº 3 AO REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CMA

Em aditamento ao Requerimento n° 02, de 2011-CMA, que solicitou a realização de "um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei 4.771, de 1965)", requer seja ouvido também um representante do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, autor do requerimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Gostaria de acrescer a esse requerimento, se assim for decidido por esta Comissão, que esse ofício seja enviado ao Procurador-Geral da República e também à associação brasileira dos membros do MP que milita na área ambiental. Portanto, ofícios ao Procurador-Geral da República e também a essa associação brasileira dos membros do MP que milita na área ambiental.

Muito obrigado, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação com o adendo formulado pelo Senador Pedro Taques.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 3

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CMA

Requer, nos termos do art. 73, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, que seja criada, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) uma Subcomissão para acompanhar a inerente reforma do Código Florestal.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Em discussão. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Excelência, conversei com vários Senadores, todos chegaram à conclusão que esse tema, o Código Florestal,

que vem da Câmara para cá, se faz necessário que possamos iniciar sua discussão antes mesmo da sua vinda. Eu entendo que a Subcomissão seria importante; no entanto, a Subcomissão tem uma questão numérica: são oito Senadores enquanto que na Comissão, como todos sabemos, são 17 Senadores. Não há como subtrairmos de todos os Senadores que fazem parte desta Comissão o direito de debater esse tema, que é de suma importância para o desenvolvimento nacional, a defesa desta e de futuras gerações.

Dessa feita, eu retiro o requerimento, porque me convenci de que é interessante para todos os Senadores que fazem parte da Comissão. E, conversando com V. Exª, V. Exª disse que nós, desta Comissão, mesmo reconhecendo a existência de outros temas que são importantes a ela, como o Código de Defesa do Consumidor – existe uma comissão especial que está debatendo a questão da fiscalização –, daríamos prioridade ao Código Florestal e também a esses debates que já foram propostos por S. Exª, o Senador Jorge Viana.

Portanto, retiro o requerimento que fiz sobre a Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a V. Exª, Senador Pedro Taques. De fato esse tema desperta o interesse de toda a Comissão. Certamente será o tema de maior relevância a ser abordado por esta Comissão ao longo do ano, portanto, agradeço muito a decisão de V. Exª.

Quero aproveitar para informar que entrei em contato, ontem, com a Ministra do Meio Ambiente e pré-agendamos para o dia 29, ou seja, para daqui a duas semanas, a primeira audiência pública, que, atendendo à solicitação do Senador Jorge Viana, teria como componentes a Ministra do Meio Ambiente, o Relator do Código Florestal na Comissão Especial da Câmara, o Deputado Aldo Rebelo, e a Senadora Marina Silva. Ainda não fiz contato com o Deputado Aldo Rebelo nem com a Senadora Marina Silva, porque estava aguardando o retorno da Ministra. Mas já devemos ter a primeira audiência sobre Código Florestal, provavelmente, no dia 29.

Portanto, retirado o item 3 da pauta, vamos ao item 4.

ITEM 4

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CMA

Requer, nos termos do art. 211 c/c o § 1º do art. 73, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na competência da Subcomissão das Obras da Usina de Belo Monte, o acompanhamento da execução das obras das Usinas de Jirau e de Santo Antonio, a serem construídas no Rio Madeira, no Estado de Rondônia.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Em discussão.

Antes, gostaria de consultar a Comissão se concorda que aumentemos o número de membros desta Comissão, de cinco para sete, para dar oportunidade para que outras pessoas participem. E quero sugerir que algum dos Blocos parlamentares abram a vaga para que a Senadora Marinor Brito possa participar dessa subcomissão, já que, pela proporcionalidade, não teria condições. Mas é uma Senadora do Estado do Pará, onde acontece a obra, e certamente tem interesse na matéria.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol, autor do requerimento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, defendendo o requerimento, a inclusão dos dois empreendimentos juntos na subcomissão com a Belo Monte, por uma razão muito simples. Como Governador de Rondônia, defendi que o consórcio Santo Antonio e Jirau colocasse mais máquinas, mais equipamentos para que, no período das águas, tivesse, no mínimo, mais 20% de capacidade de fornecimento de energia, aproveitando o período das chuvas na região amazônica. Foi aprovado.

Há várias polêmicas, discussões de várias Ongs, vários organismos governamentais e não governamentais do nosso Estado, o que é prejudicial para o Brasil, uma vez que esses investimentos são um mesmo. Portanto, coloquei nesse requerimento a participação dos dois empreendimentos e mais a linha de transmissão ao longo do Estado de Rondônia. Eu gostaria que fosse incluso para que pudéssemos participar e para que os erros que ocorreram no passado, em Rondônia, não se repitam na Belo Monte. E para que possamos consertar ainda a tempo de poder consertar, porque os empreendimentos estão em torno de 40% sendo concluídos. Então, é por isso que é importante a participação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. *Fora do microfone.*) – Vai deliberar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão ainda. Entendi que era sobre o tema.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Após, eu gostaria de falar pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu gostaria de fazer uma ponderação ao Senador Ivo Cassol, no sentido de propor... Estamos votando no requerimento constituir uma subcomissão e ligá-la a uma subcomissão que está tratando de Belo Monte; é isso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, a sugestão do nobre Senador Ivo Cassol é para que a subcomissão trate, acompanhe as obras de Belo Monte, Santo Antonio e Jirau, uma mesma subcomissão.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Veja só. Eu gostaria de fazer a ponderação porque, Senador Ivo Cassol, a obra do rio Madeira já está bem avançada. Apesar de ser hidrelétrica... Uma coisa é discutir Belo Monte, e eu concordo com a subcomissão; vamos acompanhar.

Mas é uma discussão que está muito aquém do que já se fez no rio madeira. Então, não significa que não possamos acompanhar o andamento das duas hidrelétricas no rio Madeira, podemos fazer isso. Agora, uma coisa é acompanhar essas obras já em andamento, casas feitas, recursos empregados para uma obra de Belo Monte que ainda está em uma fase de discussão, de licenciamento ambiental, é uma fase bem anterior ao que está sendo feito. Essa é uma ponderação, não significa que esta Comissão, que tem como objeto a fiscalização, não possa fiscalizar as obras do rio madeira. Há um outro caráter, na minha opinião, em função do avançado das duas obras lá em Rondônia. Não significa... E quero aplaudir o zelo do Senador no sentido de fiscalizar e nós precisamos acompanhar a execução. A ponderação é que uma obra está bem avançada e a outra ainda está numa fase preliminar em Belo Monte.

Essa é a ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero aqui me manifestar favoravelmente à inclusão das duas usinas nessa subcomissão e, diferentemente, do nobre Senador João Pedro, acho que se o Senador Ivo Cassol estivesse aqui quando começaram as usinas, certamente ele já teria proposto lá atrás essa inclusão ou a criação de uma subcomissão.

Acho importante criarmos a possibilidade porque o Senador Cassol foi governador do Estado e acompanhou, desde o início, as discussões para se concretizar, colocar em andamento esse projeto que parecia tão distante lá atrás, e em muitos momentos parecia até inviável e impossível. Mas, graças ao empenho de muita gente e à determinação da nossa Presidente hoje, a Presidente Dilma, e com a determinação do Presidente Lula, à época, se conseguiu levar adiante.

Então, acho importante que um Senador da estirpe do Cassol, que conheceu, conhece, é da região, vive na região, ter a oportunidade de trazer essas obras para dentro da comissão e participar, inclusive da comissão para fazer a fiscalização. Acho, nobre Senador, não pelo fato de as obras já estarem mais adiantadas que não tenha importância. O Senador Cassol foi feliz porque há muitas coisas durante o andamento de uma obra que precisam ser rediscutidas e, muitas vezes, reposicionadas.

Então, quero deixar aqui a minha manifestação favorável ao pleito do Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares para uma questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu gostaria de aproveitar esta reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para manifestar a minha mais irrestrita solidariedade ao povo do Japão, diante do infortúnio que a sua população está passando nesse momento com a invasão das águas provocada pelo tsunami e provocando milhares de mortes em decorrência da catástrofe, como também apresentar a V. Exª uma sugestão para que oportunamente esta Comissão, diante da explosão ou, melhor dizendo, das várias explosões em decorrência do terremoto e do maremoto, ocorridas no nordeste do Japão, como a explosão na usina nuclear de Fukushima, que nós possamos, até para tranquilizar a sociedade científica, a comunidade científica e a sociedade brasileira de um modo geral, fazer um debate, aqui, sobre esse assunto das usinas nucleares.

Na própria Europa, precavendo-se ante a possibilidade da ocorrência de outros acidentes como o de Chernobil e este que está acontecendo no Japão, os governos estão fazendo contensões em seus programas futuros da montagem de usinas nucleares.

Eu li, hoje, nos jornais, declarações do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, tranquilizando todos porque a situação do Brasil é totalmente diferente da situação do Japão, até porque aqui não acontecem aqueles fenômenos que acontecem, frequentemente, no Japão, como tremores de terra, e a segurança é uma garantia de que aqui, no Brasil, jamais acontecerá um acidente lamentável.

Entretanto, seria de bom alvitre que nós estabelecêssemos, aqui, um debate, convidando o Sr. Ministro Edison Lobão, porque, com a sua palavra abalizada, com os projetos de que ele dispõe, inclusive para a construção de mais quatro usinas nucleares no Brasil, ele vai mostrar a esta Comissão a viabilidade desses projetos, que ele eles jamais irão interferir na segurança das comunidades que serão beneficiadas e que, consequentemente, o projeto concebido, anteriormente, pelo Presidente Lula não sofrerá qualquer solução de continuidade, mesmo diante do pânico que se estabelece, hoje, no mundo inteiro, principalmente na Europa e até nos Estados Unidos, em face aos últimos acontecimentos no Japão.

Por isso, eu gostaria de sugerir isso a V. Exª. Posteriormente, poderemos conversar e marcar uma data para que o Ministro venha aqui. V. Exª poderia se encarregar disso, de conversar com o Sr. Ministro Edison Lobão, para consultá-lo sobre a possibilidade de fazer esse debate, que eu considero oportuno, vez que o Brasil tem projetos de construção de novas usinas nucleares, inclusive no Nordeste, se o Brasil vai-se manter firme nesse propósito e por que vai-se manter firme nesse propósito, dando segurança e tranquilidade à nossa sociedade.

Agradeço a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero registrar, Senador Valadares, que o seu sentimento de solidariedade para com o povo japonês é o sentimento de toda esta Comissão.

Solicito a V. Exª que formalize à Comissão esse requerimento, porque entendo, sob o meu ponto de vista, oportuno que esta Comissão faça um debate sobre a questão das usinas nucleares.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, caro Senador Valadares, eu tinha pedido a palavra e estava esperando a conclusão das discussões e decisões sobre os requerimentos que estavam na pauta de hoje.

Meu propósito tem o mesmo sentido que o do nobre Senador Valadares.

O mundo inteiro está estarrecido diante do que está acontecendo no Japão. Não é em qualquer país, não é num país subdesenvolvido, não é num país em desenvolvimento, é num país que guarda a maior e a melhor técnica de como se enfrentarem acidentes de grandes proporções.

É uma referência.

Eu queria lembrar aos nobres Senadores e Senadoras da Comissão de Meio Ambiente, que também trata do interesse do consumidor, ou seja, do cidadão, que, na primeira manifestação que fiz nesta Casa, propus a criação de uma Comissão – foi aprovado o requerimento em plenário –, para estudar o sistema brasileiro, hoje, de defesa civil de enfrentamento dos problemas que envolvem desde situações naturais, que, de certa forma, são inevitáveis – mas podemos estar prevenidos para lidar com o inevitável –, a até mesmo situações que vêm em decorrência da ação do homem.

Queria fazer uma proposta a esta Comissão – vou encaminhar o requerimento ainda hoje –, só fazendo uma pequena alteração, sem prejuízo da proposta do nobre Senador Valadares. Conheço muito bem o Presidente da Eletronuclear, um engenheiro, um cientista, um dos maiores conhecedores da questão da energia nuclear no mundo. Entendo que o Presidente da Eletronuclear, Sr. Othon Pinheiro, é a pessoa adequada, para, no menor espaço de tempo possível, estar presente ao Senado, a fim de expor-nos detalhes e de passá-los para a sociedade, que tem dificuldade – todos nós temos, independentemente do grau de informação – de lidar com um tema que está muito mais vinculado ao conhecimento científico – ele não é técnico – de alguns poucos cientistas do que ao senso comum.

É natural, é importante que o mundo inteiro discuta. Os países que têm sua matriz energética presa à geração de energia nuclear estão revendo seus planos, estão no mínimo discutindo esse tema. E o nosso País tem um plano. O nosso País tem usinas nucleares, que geram... Mais de 2% da energia do nosso País vêm dessas usinas, que estão situadas no Rio de Janeiro. Há um programa de expansão daquelas usinas e de criação de novas, inclusive no Nordeste.

Não me assusta o tema, ao contrário – tenho um razoável conhecimento do tema –, mas acho que todos os mecanismos de segurança vinculados à geração dessa energia estão em cheque. É óbvio que a discussão que se vê hoje é: "É muita coincidência que o quarto maior terremoto da história da humanidade, o maior terremoto da história de um país que guarda 20% dos terremotos do mundo, de nove graus na escala Richter – nove graus! –, aconteça e venha junto com um tsumani, que nunca tinha ocorrido naquela região". Isso significa que o país mais seguro para acidentes como esse não estava seguro para essa coincidência que ocorreu no Japão.

Então, acho que o mundo tem de tirar lições. O Brasil, que pretende estabelecer uma política importante na área nuclear, precisa tirar lições agora, porque os países que já estão, há muito tempo, nesse tema, estão tirando.

Então, acho que poderíamos... Queria propor que, na próxima semana, se possível, abríssemos um espaço, aqui, nesta nossa Comissão, para que o Presidente da Eletronuclear pudesse falar da segurança ou dos mecanismos ou dos planos que existem para as usinas instaladas no Rio de Janeiro – como bem colocou o nobre Senador Valadares –, dos planos que o Brasil tem, não para nos amedrontarmos, não para ficarmos com mais receio ainda, mas para ficarmos com mais conhecimento e, principalmente, para prestarmos conta à sociedade.

A imprensa inteira vai estar aqui, nesta Comissão, ouvindo, talvez, a maior autoridade brasileira, à qual cabe a responsabilidade do programa nuclear brasileiro, quem sabe, tirando dúvidas, dando segurança ou nos colocando preocupações e estabelecendo para esta Casa uma agenda de medidas que devem ser adotadas, para que o Brasil possa, além de ser solidário com a população que sofre as consequências no Japão, associar-se aos países que buscam evitar que desastres como esse se repitam em outras regiões do mundo.

Então, é nesse propósito que eu queria, verbalmente, solicitar a presença do Presidente da Eletronuclear. E vou formalizá-lo, daqui a pouco, para que, quem sabe, com a compreensão dos meus colegas Senadores, possamos ter, já na semana que vem, no próximo dia 22 salvo engano, esse tema trazido a esta Comissão, que acho que tem a responsabilidade, no Senado, de fazer discussões como esta que o nobre Senador Valadares traz.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana. Considero muito oportuna também a sua sugestão, só vou formular uma questão de encaminhamento.

Ainda estamos na fase de discussão do item anterior, a proposta do Senador Ivo Cassol. Logo em seguida, então, deliberaremos formalmente sobre isso para que possamos, já na semana que vem, fazer, caso a Comissão aprove, a audiência pública para tratar desse tema.

Temos ainda inscrito o Senador Pedro Taques para a discussão do item nº 4, a proposta do Senador Ivo Cassol de ampliar o objeto da Subcomissão de Belo Monte para acompanhar também a construção das usinas do rio Madeira, usinas de Jirau e Santo Antônio.

Tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o meu pedido restou superado: eu estava com uma dúvida regimental, mas já a resolvi. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador.

Senador João Pedro, quer fazer uso da palavra?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, nós estamos discutindo o requerimento constante do item nº 4 e, por conta desse acontecimento de repercussão internacional, nós ouvimos dois Senadores. Um, é bom que se diga, é Geólogo de formação, não é isso, Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Florestal.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Engenheiro Florestal. O outro é Químico.

Primeiro, quero me associar à manifestação de solidariedade ao povo japonês.

Segundo: como uma Casa de Estado, o Senado não poderia adotar outro procedimento senão discutir os reflexos do que aconteceu. Nós estamos tratando não só do Japão ou do Brasil, estamos tratando, penso, do planeta Terra. Então, precisamos discutir e tirar lições dos acontecimentos; concordo com o Senador Jorge Viana e com meu companheiro Antonio Carlos Valadares: precisamos tirar lições. E, aí, também com uma postura técnico-científica, precisamos ouvir os especialistas e trabalhar as decisões políticas.

Quero dizer para o meu companheiro de região, o Senador Ivo Cassol, que vou votar favoravelmente ao projeto. Quero manter a minha observação: vou votar favoravelmente porque é papel desta Comissão a fiscalização. Inclusive, quero já colocar a sugestão, sobre Jirau e Santo Antônio, no sentido de que possamos fazer aqui uma audiência pública com o Ministério das Minas e Energia e com as empresas que estão executando a obra. Precisamos tratar disso aqui. Estou apresentando aqui a ideia, mas vou formalizar um requerimento, Presidente Rodrigo Rollemberg, um requerimento para nós discutirmos aqui o andamento das duas obras no rio Madeira. Evidentemente, é preciso participar da discussão sobre Belo Monte, acho que é papel da nossa Comissão, dos Senadores preocupados com o Brasil, com energia, com a questão ambiental e com a Amazônia.

Então, declaro meu apoio ao requerimento, mas mantenho essa observação no sentido de que são, na realidade, três obras; não são duas, são três grandes obras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Senador João Pedro, agradeço pelo apoio, mas os argumentos são fundamentais, uma vez que esta Casa, esta Comissão e a Subcomissão vão discutir.

No acompanhamento da usina Belo Monte, nada mais justo, Senador, do que pegarmos a experiência em relação a acertos e erros que houve no meu Estado. Eu fui Governador por dois mandatos e, nesse período, tivemos várias falhas, vários erros de planejamento. Quando sugeri a inclusão de Jirau e de Santo Antônio, dos dois empreendimentos do rio Madeira, também como linhas de transmissão, foi não só para contribuir com os dois empreendimentos, mas também, ao mesmo tempo, para defender o povo do nosso Estado.

Nós temos um acordo feito pelo Palácio do Planalto – na época, com a Ministra-Chefe da Casa Civil e hoje nossa Presidente do Brasil, Dilma – nas compensações. E tem o consórcio Jirau, que está andando a passo de tartaruga; as obras estão a passo de gigante. E essa contrapartida é para investimento tanto no aumento dos presídios como também na área de saúde. Além disso, também temos no nosso Estado... E eu trabalhei, como governador, lá atrás, para que aproveitássemos nesse empreendimento essa riqueza natural que nós temos, aproveitássemos esse período das águas para ampliar a capacidade das usinas. E o projeto aprovado pela Aneel, de ampliação, também aumenta o reservatório. Isso está criando uma polêmica entre os dois consórcios: um consórcio está colocando sal grosso no consórcio de baixo, quando na verdade isso não atrapalha ninguém.

Então, esta Casa vem contribuir para que essas riquezas naturais sejam aproveitadas ao máximo, mas, ao mesmo tempo, quero lembrar à Região Amazônica que nós vamos fornecer a energia que o Brasil precisa para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos; e, ao mesmo tempo, hoje tem emprego. Daqui a poucos meses começam a demitir, e o que vai ficar para a Região Amazônica? Infelizmente, nada. E aí precisamos debater para que seja mudado posteriormente, em outras Comissões, o Código Tributário, para nós criarmos o ICMS verde para todos os empreendimentos da Região Amazônica, em cima do valor que foi para o leilão. Por mais que falem que os *royalties* vão ajudar, Presidente, vão dar 50 milhões, Senador Blairo, os *royalties*, enquanto o ICMS em cima da tarifa comercializada vai dar 500 milhões!

Então, todo mundo cobra da Região Amazônica, todo mundo exige, além das autoridades brasileiras, os organismos internacionais, mas pouco fica para nós na Região Amazônica. Então, com certeza, a inclusão desses dois empreendimentos no meu Estado, que são os maiores do Brasil hoje, junto com a Belo Monte, que será a maior do País, com certeza absoluta, se houve algum erro no Estado, nós vamos trabalhar, Senador João Pedro, para que não aconteça o mesmo erro em Belo Monte.

Então, é importante como um modelo isso aí. E fico feliz em ter o apoio do nobre Senador para que esse requerimento seja aprovado aqui por todos os Senadores. Aos demais Senadores, também agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente. É só também para dar o meu apoio a esse requerimento do Senador Ivo Cassol e dizer que a função desta Comissão é de fiscalização, acompanhamento e controle e nada mais importante do que podermos acompanhar o que está sendo feito nas usinas, nas grandes usinas deste País, já que o tratamento que se dá à questão da energia é fundamental para a questão do desenvolvimento do País e precisamos acompanhar como vamos tratar a questão da energia, se a gestão será – esta é uma outra questão que teremos que discutir – por meio de hidrelétricas ou se vamos trabalhar também com a energia eólica.

Então, essas questões todos de energia limpa são fundamentais para o País, um país que se quer desenvolvido e, principalmente, um país que preserva o meio ambiente.

Portanto, quero crer que é função nossa e tudo aquilo que for para acompanhar e fiscalizar o que está sendo feito no País esta Comissão tem de estar acompanhando e podendo dar explicações também à população brasileira.

Assim sendo, quero apenas dar os parabéns ao Senador Ivo Cassol e dizer que conta também com o nosso apoio.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, gostaria de saber do nobre autor do requerimento, Senador Ivo Cassol, como vai se verificar esse acompanhamento.

Gostaria que V. Exª entrasse em detalhes, porque recebo ponderações de Senadores que me telefonaram pedindo até que eu pedisse vista. Mas, antes de fazê-lo, em atenção a V. Exª, eu gostaria que V. Exª detalhasse as razões, o porquê desse requerimento, e, com essa possibilidade de acompanhamento, como isso vai se verificar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Senador.

Acontece, Senador, que exerci o cargo de Governador por dois mandatos em nosso Estados. E to-

dos os dois empreendimentos têm um compromisso com a sociedade do meu Estado. Ao mesmo tempo, estamos com dificuldades, estamos com algum gargalo. Há poucos meses o novo governo do Estado de Rondônia colocou a dificuldade da área da saúde, empreendimento vultoso igual ao de Jirau de Santo Antônio, no meu Estado, superlotou os hospitais, mas superlotou mesmo, de ficar paciente no chão. E está sendo ampliado, porque parte dessa compensação, além dos trinta e poucos milhões, que era parte da saúde, no acordo do Palácio do Planalto foram colocados mais 95 milhões. A Presidente Dilma, na época como Ministra, colocou mais 220 milhões para saneamento básico na capital de Porto Velho, nosso Estado. E o que precisamos é que esta Casa, especialmente com relação a um empreendimento grandioso como é, quando coloca numa subcomissão para se discutir o Belo Monte ... De repente até os empresários, os consórcios estão preocupados com o fato de que esta subcomissão possa atrapalhar o empreendimento. Não. Nós vamos defender que o Brasil ganhe, como defendi como governador. Fui à luta, dei a cara à tapa; enfrentei os organismos internacionais, aquelas ONGs que não tinham interesse em energia limpa. O que defendo nesta comissão é que, ao mesmo tempo em que estamos servindo ao Brasil para o fornecimento dessa energia, precisamos, também, que o Estado de Rondônia seja compensado de alguma maneira. Ao mesmo tempo em que é compensado, não podemos deixar que parte dessa compensação seja executada após as usinas pela dificuldade que vai haver em função do empreendimento ser muito grande. E lembro que essa energia produzida em Rondônia, como a de Belo Monte, vai servir para São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, para toda essa região.

Mas além disso, Senador Valadares, temos um aumento de potência nas duas usinas, e a discussão já começou no Estado, por várias entidades, contra esse aumento, Senador João Pedro. E por que eles estão contra? Porque a Aneel aprovou aumento de cota. Não tenho aqui com precisão quantos centímetros foram aumentados na cota de cada empreendimento. E, com certeza absoluta, será bom para todos que nenhum dos consórcios seja prejudicado e todos os dois empreendimentos concluam as obras e o povo do Estado seja beneficiado com os compromissos assumidos.

Quero também dar um outro exemplo e é importante também lembrar que no empreendimento Belo Monte é preciso esta comissão trabalhar junto com o Ministério do Meio Ambiente, junto com o Ibama, para que o Ibama ande na frente. O que aconteceu, Senador João Pedro e Senador Valares, no meu Estado é que autorizaram um empreendimento de tal magnitude, mas não autorizaram tirar as madeiras dos reservatórios. Perderam-se milhões de metros cúbicos de madeira nos reservatórios. Só se pensou em criar uma área moveleira depois que havia apodrecido milhões de metros cúbicos de madeira. Então, sem má-fé, mas algo que aconteceu no meu Estado não se repita na usina de Belo Monte. E, ao mesmo tempo, já que Rondônia está ajudando o Brasil com a energia que necessita, não é justo nós virmos aqui hoje defender Belo Monte, quando a usina do rio Madeira só está com 30, 40% pronto. Foi uma usina debatida, houve demandas judiciais, mudança do eixo e sempre fui parceiro dos dois empreendimentos. Todos os dois consórcios sabem disso, mas antes de defender os dois consórcios vou defender o povo do Estado para que seja contemplado com as compensações, para que o presídio de Nova Mamoré seja ampliado em três pavilhões para colocar mais 330 presos, pois está superlotado e até agora não começaram as obras, para que o presídio Urso Branco, não em Porto Velho o Urso Branco, o Panda seja ampliado em mais dois pavilhões.

E que seja ampliada também a demanda de leitos de saúde na capital. Só isso que estou querendo. Nada mais do que esta Casa acompanhar.

Eu, como fui ex-Governador, solicito isso, como experiência já de Governdor, que ajudei tanto o Governo Federal, para que acontecessem essas obras, como também os dois consórcios, para que viabilizassem o empreendimento.

Então, não é para trabalhar. É só para ajudar que essas obras aconteçam.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Bem, é bem rápido.

Sou testemunha do esforço do Governador Cassol e acho pertinente a preocupação dele, mas eu queria, associando-me com o Senador João Pedro, fazer uma ponderação ao nobre Senador Ivo Cassol. A ponderação, Senador, para que a gente possa seguir adiante com nosso trabalho na comissão, é que acho que, por mais que não, mas tem dois temas bastante distintos.

Belo Monte, hoje, está gerando uma discussão, um debate que acho muito oportuno que a iniciativa possa contemplar de termos uma comissão acompanhando. É uma hidrelétrica importante; tem manifestação da sociedade, de uma parte da sociedade, importante. O Senador Pedro Taques acaba de apresentar sugestão de termos, aqui, na Comissão, setores da sociedade debatendo conosco código florestal e outros temas, como Belo Monte.

Mas eu queria propor só um pequeno ajuste, se possível. A comissão fica clara, de acompanhamento de Belo Monte, por conta do estágio em que se encontra, e que começássemos, porque é de interesse também do Acre, é de interesse do País acompanhar, de certa forma, as duas hidrelétricas, de Santo Antônio e Jirau. Mas que partíssemos para ter aqui, primeiro, uma audiência pública com representantes das duas usinas. Faríamos uma discussão, caso encontrássemos elementos que nos levassem a concluir que teríamos que ter um acompanhamento, para que a gente pudesse ficar centrado em Belo Monte; o acompanhamento fosse mais em Belo Monte, que exige isso, e sua solicitação pudesse também ser atendida de trazermos para cá, numa audiência pública, ouvindo os representantes das duas usinas e até do Governo, a gente pudesse, a partir daí, tomar a decisão de se é, de fato, necessário ter um acompanhamento mais direto, porque acho que aí contemplaríamos o que o Senador Valadares, o que o Senador João Pedro colocou, e a Comissão faria, como o Senador Ivo Cassol, o acompanhamento do que acontece nas usinas de Jirau e de Santo Antônio, mas a partir, talvez, o mais adequado fossem essas audiências públicas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Ivo Cassol, sugiro, então, diante...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª. ...diante da palavra do Senador Jorge Viana, que apresentou uma sugestão que considero importante e salutar, de vez que comecemos por um debate nesta Casa sobre a importância das usinas de Jirau e de Santo Antônio, que V. Exª defende como homem público responsável e consciente da importância dessas usinas para o desenvolvimento do seu Estado.

Agora, sugiro que V. Exª transforme, por enquanto, esse requerimento; em vez de ser um requerimento de inclusão na subcomissão, seja transformado num requerimento de audiência pública, como propôs o Dr. Jorge Viana e também o Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Senador Ivo Cassol se concorda com esse encaminhamento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Olha, eu até que gostaria de concordar, viu, Senador? Só que peço desculpa ao Senador Valadares. O que acontece, Senador Jorge? Vamos chamar os dois presidentes de consórcio aqui e vamos pedir explicação, e vai ficar tudo bacana! O que estou querendo, na verdade, é que essas obras ainda vão por mais três anos, mais dois anos. E já que a Comissão está discutindo, de Belo Monte, não é justo que nós, o povo do Estado de Rondônia... Porque, vamos chamar o pessoal aqui, Jorge, e eles vão debater, vão falar que estão fazendo isso, fazendo aquilo e, depois, morre o assunto. Eu gostaria que ficasse incluso de que maneira? Bem simples. Não vamos à caça às bruxas. Nada disso! Tanto vamos ajudar os empreendedores como vamos ajudar também o Governo Federal, para que não se repitam os mesmos erros.

Senador Jorge, o erro que houve no meu Estado e que está havendo ainda hoje, lá, não se pode repetir na Belo Monte.

Esta Comissão, depois, em vez de chamar os dois presidentes, fosse, depois, ao local ver como estão as compensações, ver como está o povo ribeirinho, se está sendo contemplado, porque tem situações lá em que está tendo complicação com o povo ribeirinho. Pessoas estão sendo enxotadas de lá, não se está conversando direito, estão botando terceiros para conversar.

Nada melhor do que esta Comissão de Meio Ambiente para debater isso.

Agora, vamos deixar essa questão de Rondônia de lado e pensar só em Belo Monte? Vamos repetir os mesmos erros? Não, não concordo.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Só no sentido de começarmos pela audiência pública. Se fosse necessário – e aí há as suas preocupações –, o segundo passo seria o acompanhamento. Mas só era para ter um começo, inclusive atendendo à sua solicitação de pôr aqui na Comissão esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Pedro Taques; em seguida, o Senador Blairo Maggi. Se algum Senador que ainda não se manifestou não se inscrever, vou pedir autorização ao plenário para colocar a matéria em votação.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, penso que todos aqui estejamos de acordo quanto à importância dos dois temas, Belo Monte e as duas usinas do belíssimo Estado de Rondônia. Todos somos concordes a respeito de debatermos esses temas. Agora, eu penso, Senador Ivo – conversei com V. Exª há pouco, conversei com o Senador Maggi –, que o tema é muito importante. Imagine, já foi decidido isto: em compensação ambiental de duas usinas a construção de presídios.

Com todo o respeito às discussões, das quais não participei, aí para trás, isso me aparenta algo desarrazoado, não é? Compensação ambiental de usinas para construção de presídios é algo desarrazoado, com

todo o respeito àqueles que pensam de forma diferente. Mas esta é a minha opinião e quero trazê-la.

Esses impactos diretos e indiretos já deveriam ter sido levantados lá para trás, por ocasião do estudo de impacto ambiental e do seu respectivo relatório. Mas não é o caso aqui da discussão.

De uma forma objetiva, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o tema de Rondônia vai ocorrer em Belo Monte se esse empreendimento for edificado. Nós todos queremos que sim, em razão do desenvolvimento e respeitando as regras ambientais. Mas, Senador Ivo, com todo o respeito, penso que nós misturarmos os temas nessa Subcomissão que vai discutir Belo Monte pode prejudicar o debate sobre Belo Monte, um empreendimento em que estamos na fase primária ainda, inicial, diferente desses dois outros que já estão mais adiantados e que merecem – gostaria de ressaltar isso – o debate de todos nós.

Esta, Sr. Presidente, é a minha fala. Eu gostaria de ponderar com o Senador Ivo que nós aqui nos comprometemos a encontrar um meio para debater esses dois empreendimentos, que são importantes para a população de Rondônia, mas a questão de Belo Monte é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi. Em seguida, Senador Paulo Davim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu quero aqui trazer uma experiência que tivemos em Mato Grosso quando da construção da Usina de Manso, algo parecido com o que está acontecendo em Rondônia. É claro, é uma usina bem menor, mas ali também houve compromisso das empreiteiras, é uma obra privada. Depois, eu fui eleito governador. Nos oito anos em que fiquei como governador, tentei ainda ficar mediando acordos que não foram cumpridos ou que ficaram mal cumpridos no seu final. O que o Senador Ivo está colocando aqui vem bem na linha do que aconteceu em Mato Grosso. É um acompanhamento para que a iniciativa privada, ao terminar a obra, também conclua com os compromissos sociais e ambientais que tem para com o Estado de Rondônia. Senão, eu vou dizer para vocês, a experiência que tenho é de que vai ficar coisa para trás. E aí vai ficar o ônus lá para o Estado de Rondônia de resolver alguns problemas.

Também entendo a preocupação aqui. O Senador Pedro Taques colocou com propriedade, o Senador João Pedro também, do Amazonas, todos já se manifestaram. Há preocupação de misturar as coisas.

Aí, pergunto ao Presidente da Comissão: Por que não criarmos, então, mais uma subcomissão? Há limites para se criar subcomissão? Qual é a regra que funciona aqui? Se há gente disponível e disposta a fazer a fiscalização, por que não fazê-la? A preocupação minha final é que não tenhamos em Rondônia o mesmo final que tivemos em Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, quando da construção da Usina de Manso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (PV – RN) – Senador Rodrigo, eu estava ouvindo as ponderações dos nobres Senadores.

Há pouco tempo, ouvi do Senador Blairo o que eu estava pensando em verbalizar, e ele foi muito feliz, antecipando-me, ao verbalizar meu pensamento. Eu acho que não custa fazermos o acompanhamento dessa obra. Até porque existe um impacto ambiental.

Agora, eu gostaria, Senador Ivo, que esse acompanhamento não se resumisse apenas às compensações do ponto de vista de retorno em obras para o Estado, mas, sobretudo, um acompanhamento do que pode trazer de malefício para o meio ambiente naquele Estado. Porque esse sim é um patrimônio irrecuperável. Então, não só essa compensação. Eu acho que deve ser acompanhado em todos os aspectos. É importante que se tenha esse olhar zeloso pelos eventuais danos que essas obras possam trazer ao Estado.

Acho que o Senador Blairo foi feliz quando sugeriu, já que há uma preocupação e um assoberbamento desta subcomissão, em se tratando de uma obra do porte de Belo Monte, que se crie uma subcomissão. Faço minha a mesma pergunta que o Senador Blairo fez ao Presidente Rodrigo Rollemberg. Porque são obras importantes. São obras que têm impacto ambiental. Temos que ter muito cuidado também, nesta febre desenvolvimentista, ao passarmos por cima de patrimônios ambientais irrecuperáveis. Então, não custa um acompanhamento mais próximo, não custa um debate mais afinado, não custa debater inúmeras vezes, tantas quantas forem necessárias, de forma a evitar os equívocos cometidos em obras há pouco tempo aqui exemplificadas por vários Senadores.

Minha proposta é exatamente esta: se houver condição e disponibilidade de membros desta Comissão, que se crie uma outra subcomissão para acompanhar especificamente essas duas obras.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou responder ao Senador Blairo Maggi e ao Senador Paulo Davim.

É possível. A Comissão pode ter até quatro subcomissões. Já temos três. Quero apenas alertar que já temos duas vinculadas à questão ambiental. Uma se refere à água – e hoje, se houver número, e precisamos de votação nominal para tal, vamos instalar as subcomissões –, temos uma dedicada ao acompanha-

mento das obras de Belo Monte e uma outra relativa à fiscalização das obras da Copa.

Portanto, com a retirada do requerimento do Senador Pedro Taques e com o fim da Subcomissão Temporária sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos, porque não há mais sentido, em função da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, há espaço sim, se for deliberação e entendimento desta Comissão, de se criar ainda mais uma subcomissão.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para reforçar a defesa, Sr. Presidente. A meu ver, não é preciso criar essa outra subcomissão, já que as obras no Estado de Rondônia já estão em andamento. Quando fiz a defesa, quero lembrar que o Estado ajudou nos dois empreendimentos. Na usina de Jirau, foram utilizados 180 mil hectares de terra, lógico, nem tudo com alagamento, para que se pudesse concluir, que se pudesse fazer esse empreendimento. Ao mesmo tempo, quando sugeri, junto com a Comissão de Belo Monte, em audiência pública, porque o debate com a Belo Monte é muito maior, sem prejuízo nenhum para a subcomissão, quando podia acompanhar e, se houvesse depois necessidade com qualquer um dos empreendimentos em qualquer uma das áreas que não estiver cumprindo, estiver lesando, estiver atrapalhando, sejam chamadas as pessoas para virem à audiência pública. Minha sugestão é essa, portanto, só para que o Estado não fique no prejuízo futuramente, como aconteceu no Mato Grosso, como aconteceu em outros Estados. Ao mesmo tempo, quando sugeri essa ideia, isso é fundamental para a usina de Belo Monte, é importante, junto, nessa mesma subcomissão. Vou explicar porquê, Sr. Presidente. É muito simples. É para que na usina de Belo Monte não se cometam os mesmos erros que já se cometeram no passado na usina.

Vou dar um exemplo para o senhor aqui. Agora foi autorizada e dada a licença para fazer a minha de transmissão para transportar toda a energia dos dois empreendimentos no Estado de São Paulo. Em nenhum momento foi dada autorização, no meio desse percurso todo, para tirar madeira para começar a ser industrializada. Daqui a pouco começa o atropelo, a maioria dessas matérias-primas vai para o lixo, apodrece, a gente perde.

O que estou querendo, como ex governador e com a experiência que passei, é que a gente otimize essas experiências que tem, fortalece as ações de Belo Monte e ajude a concluir as duas obras, como também cobra dos próprios organismos, o próprio Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, agilidade para andar na frente. Se o empreendimento de Belo Monte deixar para autorizar, para tirar a madeira, tirar a matéria-prima que tem em cima na última hora, igual aconteceu em Rondônia, o prejuízo é muito grande.

A sugestão é essa para poder fortalecer.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, como última sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Senador Valadares com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como última sugestão, além do debate proposto pelos Senadores Jorge Viana e João Pedro, eu poderia sugerir a V. Exª, Senador, antes da inclusão de mais uma atribuição da comissão de Belo Monte, que V. Exª requeresse a constituição de uma comissão de visitação local, com poderes de fazer um relatório, trazer tudo para aqui e, então nós iríamos ter maior consistência com relação aos problemas que foram relatados por V. Exª, que certamente estão acontecendo.

É uma sugestão. V. Exª poderia apresentar um requerimento de visitação. Inclusive os Senadores mais interessados como V. Exª poderiam participar – V. Exª poderia ser o presidente; seria designado um relator para que trouxesse para os nossos trabalhos uma conclusão real do que está acontecendo lá. Providências posteriores poderiam ser tomadas pelo próprio Poder Executivo, porque é uma comissão do Senado Federal que estaria presente lá, *in loco*, para verificação de todos os fatos que estão ocorrendo. É uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. (Bloco/PSB – DF) – Faço uma consulta ao autor do requerimento, Senador Ivo Cassol, tentando contribuir com o debate, lendo o art. 102-B, do Regimento Interno, que diz:

"A fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, obedecerão às seguintes regras:

I – a proposta de fiscalização e controle poderá ser apresentada por qualquer membro ou Senador à comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada;

II – a proposta será relatada previamente, quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação;

III – aprovado o relatório prévio pela Comissão, o relator poderá solicitar os recursos e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à Administração da Casa o atendimento preferencial das providências requeridas."

Consulto, apenas com o objetivo de tentar colaborar, se isso atenderia o desejo de V. Exª ou se insiste em que a gente coloque o requerimento em votação, com ampliação dos poderes da subcomissão de Belo Monte.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) **–** Junto, na colocação do Senador Antonio Carlos Valadares, dou uma sugestão: ao invés de ficar na Comissão, aqui, fica dentro da Subcomissão, que serve já como parâmetro para o próprio acompanhamento de Belo Monte, porque nada impede, no andar de Belo Monte, de também essa subcomissão fazer uma visita, ver como está o andamento,como está a execução, como foram os ganhos da sociedade da região do nosso Estado de Rondônia e vice-versa. É uma sugestão, pois isso serve de balizamento para o acompanhamento da Belo Monte. Tudo bem. A ideia do Senador Antonio Carlos Valadares é válida, mas se ficar dentro desta Comissão e não da Subcomissão, depois temos que...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador, me permita. Ela terá, ao meu ver, muito mais força porque é uma Comissão constituída pela Comissão de Fiscalização e Controle. Não é uma subcomissão que vai lá, é a própria Comissão de Fiscalização e Controle que vai.

Por isso, acho que ela teria mais autoridade até do que uma subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, não tenho nada contra, só quero facilitar esse trabalho. Só quero pegar a experiência vivida no meu Estado para todos os dois empreendimentos a fim de que o Estado não fique no prejuízo.

Se eu tenho o compromisso desta Casa, desta Comissão de que estarão acompanhando para que não fiquemos no prejuízo... Estou falando isso como Governador. Se fala muito em meio ambiente neste País, mas no passado, como Governador, não ganhei um carrinho de mão para cuidar de uma área de preservação. As compensações que tivemos foram em troca, em permuta das áreas estaduais para que se pudesse fazer os empreendimentos. Por isso que colocamos na área de presídio, porque até o fundo penitenciário liberar o dinheiro e chegar lá, demorava muito tempo. E estamos correndo contra o tempo.

Na área de saúde também não é o contrário. Enquanto nós, dentro do setor público, enfrentamos a burocracia da Lei nº 866, da briga de empresários no interesse de ganhar uma obra ou não, com o consórcio acontece o contrário. Ele contrata quem é melhor, quem faz, quem não dá no couro bota para correr e bota outro para fazer, e as obras acontecem.

Assim, o acompanhamento é fundamental. Uma vez, houve no Estado de Rondônia uma CPI da Assembleia Legislativa e eles levantaram os dados que tinham das obras, da execução, do ganho e do prejuízo, e encaminharam cópia para o Senado Federal.

Então, é importante a participação do Senado nesta Comissão em relação a esses dois empreendimentos. Caso isso não aconteça, ou seja, se deixarmos que os erros que aconteceram no passado aconteçam novamente, vai haver prejuízo para Belo Monte, para o País.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, penso que a Comissão ganhou com a chegada dos Senadores e Senadoras. Eles poderiam ajudar no final da compreensão.

Em primeiro lugar, acho justo a Subcomissão de Belo Monte. E não quero votar contra o requerimento do meu colega Ivo Cassol no que diz respeito a fiscalizar as duas obras em andamento. Mas uma coisa é Belo Monte, o contexto de Belo Monte; a outra é o contexto das duas usinas do rio Madeira em estado bem avançado.

Ora, se a redação diz: "o acompanhamento da execução das obras das Usinas de Jirau e Santo Antônio..." isso é uma coisa; é um contexto diferente. São duas coisas.

Eu apoio a iniciativa de fiscalizar, de olhar, reparar o não cumprimento de acordos compensatórios, o que é muito justo, tem que ser cumprido e é papel desta Comissão. Mas a outra tem um foco mais ambiental, mais social – Belo Monte –, porque ainda não tem o dinheiro público. As duas outras obras têm dinheiro público em andamento, é um outro contexto. E uma coisa é a Subcomissão; a outra é esta Comissão.

Podemos fazer uma visita – e concordo com o Senador Antonio Carlos Valadares – desta Comissão às duas obras em andamento, fazer audiência pública com o Ministério, com as empreiteiras, envolver as populações que são de lá, tudo isso no âmbito da Comissão e não da Subcomissão de Belo Monte, que é justíssimo e está correto a criação e o fortalecer.

São duas questões para as quais quero chamar a atenção. Não quero votar contra o espírito do Senador Ivo Cassol de fiscalizar as obras em andamento de Jirau e Santo Antônio. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol, com a esperança

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol, com

a esperança de que, em seguida, consigamos chegar a um acordo em relação ao que vamos votar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está certo, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade de me retornar a palavra.

Sobre a sua sugestão, Sr. Presidente, dessa comissão composta pela Comissão de Meio Ambiente, eu queria fazer uma pergunta ao senhor: se essa comissão vai a primeira vez, se for preciso; vai a segunda vez, se for preciso; vai a terceira vez, se o senhor concorda com isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quantas vezes esta Comissão aprovar, a Presidência proverá os meios para as diligências.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então está aprovado. É isso que eu quero. Não precisa haver audiência. Nós temos que levantar as situações existentes e, se for preciso essa comissão, faz-se audiência pública.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – As duas iniciativas são importantes, tanto a visita quanto a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o autor do requerimento, Senador Ivo Cassol, se, neste primeiro momento – é claro que a qualquer momento a Comissão pode deliberar de forma diferente ou ampliar –, aprovarmos uma diligência de uma comissão representativa desta Comissão para visitar o Estado, as obras, entrevistar todos os envolvidos na obra, satisfaz?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza, satisfaz. E os Senadores que vão fazer essa visita, essa inspeção, com certeza, vão ter subsídios, o Senador João Pedro com o Senador Valadares, para ajudar na subcomissão de Belo Monte.

Fico feliz. Eu só pediria que isso fosse feito quantas vezes fosse necessário.

Está aceita a substituição do requerimento pela sugestão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, chegando...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, só para fazer a alteração do requerimento, assinada pelo autor, para prestigiar a iniciativa dele.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim.

Então, neste momento, vamos colocar em votação a solicitação oral do autor do requerimento, de aprovar uma diligência desta Comissão, uma visita desta Comissão às obras da Usina de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, no Estado de Rondônia.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a nobre Senadora Kátia Abreu, Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu gostaria apenas de incluir também, nesta visita a Jirau, além da visita tradicional, de fiscalizar a obra da hidrelétrica, a eclusa, para que fossem vistas as condições em que se encontra o andamento da eclusa do rio Madeira, que é da maior importância para a logística do País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acolhida, por parte da Presidência, a sugestão da Senadora, com a aquiescência do autor do requerimento, vou colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Senador Ivo Cassol, acrescentada da sugestão da Senadora Kátia Abreu, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos aqui a solicitação de inclusão extrapauta de três requerimentos.

Em primeiro lugar, com a autorização do Senador Jorge Viana, colocar para apreciação da Comissão, incluindo como item extrapauta, um convite para que o Ministro Hermann Benjami, do Superior Tribunal de Justiça, seja um dos nossos convidados para o nosso ciclo de debate sobre o Código Florestal.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam essa inclusão na pauta, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Colocarei agora o mérito do requerimento de minha autoria, de convite ao Ministro Hermann Benjamin para participar do ciclo de debates sobre o Código Florestal.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam essa proposição queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou colocar para a apreciação do Plenário a inclusão extrapauta do requerimento de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Jorge Viana, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, que requer a realização de audiência pública pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a participação do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletrobrás Termonuclear, Eletronuclear, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o Programa Nuclear Brasileiro em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente

no Japão, incluindo sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes, planos de expansão do Programa Nuclear Brasileiro, com foco no sistema de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

O Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito autorização do Plenário para inclusão extrapauta do requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin que requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 05 de 2011, incluindo o Sr. Lucien Mulder Belmonte, Superintendente da Abividro, Associação Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro, como convidado a audiência pública perante esta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.404, de 23/10/2010, que criou o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, o qual estabelece políticas para a coleta seletiva e destinação de resíduos sólidos e aproveitamento de detritos.

Coloco para apreciação da Comissão a inclusão extrapauta do requerimento.

O Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Peço a palavra muito rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a autora do requerimento Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, o requerimento já foi aprovado. Essa audiência pública sobre o decreto que regulamenta a lei relativa aos resíduos sólidos vai acontecer por iniciativa do Senador Gilvam Borges, salvo engano, e sentimos falta do representante da associação da entidade que representa os produtores de vidro. É muito importante que sejam ouvidos na formatação de qualquer política relativa a resíduos sólidos, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Antes de colocar em votação, peço aos Senadores que permaneçam por mais alguns minutos para que possamos proceder à instalação das subcomissões que são feitas por meio de votação nominal.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Quero registrar, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 76, Inciso II, declaro extinta a Subcomissão Temporária sobre gerenciamento de resíduos sólidos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, por que a extinção da Subcomissão de Resíduos Sólidos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador, a subcomissão tinha caráter temporário e com a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Comissão entendeu que não haveria mais sentido. Com o fim da legislatura, automaticamente expirou a subcomissão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Então, nesse caso, vou propor a manutenção da subcomissão, porque inicialmente foi entendido como um programa não especificamente para uma lei, mas para um acompanhamento de um problema ambiental nacional. Todos os Senadores aqui presentes e o Brasil, como um todo, têm a consciência de que os problemas não se resolvem quando uma lei é aprovada, pelo contrário. E essa, em particular, pois há todo um desdobramento a ser implantado em função dessa legislação. Os comitês que precisam ser instalados, os prazos que precisam ser cumpridos por parte dos municípios, por parte dos governos dos Estados, por parte do Governo Federal. Cada um terá a sua responsabilidade. Eu até já havia proposto uma audiência pública sobre esse tema, que foi aprovada em reunião anterior por essa subcomissão, em que estaríamos acompanhando, porque esses prazos são fundamentais. Demos responsabilidade na legislação estabelecendo prazo para acabar com os lixões no Brasil.

E eu tenho certeza de que, dos mais de cinco mil municípios que têm no Brasil, mais de 4,5 mil operam com lixões. Eu não vi nem um movimento do Governo de repasse de recursos, eu não vi nenhum movimen-

to do Governo em planejamento para extinguir esses lixões, eu não vi nenhum apoio do Governo para criar consórcios regionais, principalmente em pequenos municípios. Quando são grandes municípios, Presidente, tem solução. Em João Pessoa, eu fiz um chamamento empresarial e resolvi. Cidades maiores têm várias empresas que querem. Mas os pequenos municípios de cinco, dez, quinze mil habitantes não têm condições técnicas, não têm condições financeiras para acabar com os lixões.

E nós estamos dando uma responsabilidade muito grande aos prefeitos que amanhã serão condenados por não terem adotado isso, ficarão inelegíveis, com ficha suja, quando nós não cuidamos do acompanhamento de um problema tão sério.

Então, fui presidente desta Comissão, não sou atualmente, mas fico muito à vontade de defender essa preocupação com os prefeitos, porque esse é o maior problema. Eles são os responsáveis? São. Mas, se nós não estivermos aqui como legisladores nesta Comissão de Fiscalização acompanhando o papel de cada um, nós só estaremos transferindo responsabilidade e estaremos jogando culpa nos prefeitos, sendo que muitos deles não têm a mínima condição de dar solução, se não tivermos cobrando de quem tem condição, que é o Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE ( ) – Agradeço as suas colocações, Senador Cícero Lucena. Solicito a V. Exª que formalize a solicitação à Presidência, para que ela seja, na próxima reunião, colocada para apreciação do Plenário. Mas já quero manifestar o meu apoio à proposição de V. Exª.

Eu quero comunicar ao Plenário que, dia 17 de março, quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos, teremos, por sugestão da Senadora Marisa Serrano e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, aprovada por este Plenário, uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos regimentais do Senado Federal, em virtude da comemoração do Dia Mundial da Água, que acontecerá no dia 22 de março corrente. A nossa audiência pública será no dia 17 de março, quinta-feira, às 8 horas e 30 minutos, em plenário ainda a ser definido. Serão convidados o Presidente da Agência Nacional de Água e o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Instituto Socioambiental.

Eu quero aproveitar para comunicar aos nobres Pares que, a partir de amanhã ou de hoje à tarde, nós teremos que, a pedido da direção da Casa, de emprestar este auditório para que a sessão de Taquigrafia se instale aqui durante aproximadamente 90 dias, porque vai sofrer uma reforma. Nós faremos nossas reuniões ordinárias em outra sala, que será sempre comunicado previamente aos nobres Parlamentares. Peço a compreensão de todos.

Nada mais havendo a tratar e pedindo a presença de todos para que possamos instalar as subcomissões, declaro encerrada a reunião.

ATA DA QUARTA REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE COM A 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE MARÇO DE 2011.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia dezessete de março de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG e ACIR GURGACZ**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, WALDEMIR MOKA, EDUARDO AMORIM, IVO CASSOL, MARISA SERRANO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANGELA PORTELA, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, JOÃO PEDRO, VITAL DO REGO, PAULO DAVIM, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VANESSA GRAZZIOTIN e PEDRO TAQUES.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, titulares, das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 7, de 2011-CRA**, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com adendo da Senadora Marisa Serrano, e do **Requerimento nº 3, de 2011-CMA**, aprovado em 1/03/2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros senadores, com o objetivo de Comemorar o Dia Mundial da Água, dia 22 de março do corrente e para debater o uso racional da água, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Vicente Andreu Guillo,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – **ANA** e Srª **Ana Paula Caldeira Souto Maior,** Advogada – Programa Política e Direito Socioambiental – **ISA**. Após as exposições dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem co-

mentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Rodrigo Rollemberg, Gleisi Hoffmann, Marisa Serrano, Aloysio Nunes Ferreira e Pedro Taques. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da CMA. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO.) –Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, conjunta com a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 259, do TCU, Plenário, datado de 2 de março corrente, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler*, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do acórdão, proferida nos autos do Processo nº 024.516/2007-0, que trata de indícios de irregularidades na execução de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Tocantins (INCRA – Tocantins) e diversas entidades localizadas naquele Estado, objetivando a prestação de assistência técnica para assentados no Programa de Reforma Agrária.

O expediente será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para leitura e atuação. Após, será enviado ao Relator designado por esta Presidência.

Informo à Comissão o encaminhamento do Ofício nº 17/2011 (CRA), destinado ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, o qual comunica o término do prazo da Subcomissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 07, de 2010 (CRA), que trata da irrigação na Região Centro-Oeste.

A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 07, de 2011 (CRA), aprovado em 23/02/2011, de autoria do Relator Acir Gurgacz, com adendo da Senadora Marisa Serrano, e do Requerimento nº 03, de 2011 (CMA), aprovado em 01/03/2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros Senadores, com o objetivo de, em virtude da comemoração do Dia Mundial da Água, dia 22 de março corrente, debater o uso racional da água, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional, com a participação dos seguintes convidados, os quais convido para compor a Mesa: Sr. Vicente Andreu Guillo*, Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), a Sr.ª Ana Paula Caldeira Souto Maior*, membro do Programa Política e Direito Socioambiental, representante do Instituto Socioambiental, Sr. Haroldo Lúcio do Amaral*, assessor do Gabinete do Ministério do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Também convido o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que divide conosco esta audiência pública, a fazer parte da Mesa.

Conforme prevê o art.104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, em consonância com o art. 90, incisos II e III, deste mesmo Regimento, cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa realizar audiências públicas com entidades da sociedade da sociedade civil e convocar Ministros de Estados ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

Para bem cumprir nossa obrigação, neste início de mais uma legislatura no Senado Federal, convidamos vários ministros e titulares de órgãos governamentais de áreas relacionadas à agricultura para apresentarem nesta comissão um sumário de suas atividades e de suas principais demandas, para assim termos um panorama geral das ações e políticas governamentais voltadas para essa atividade primária que permeia praticamente toda a vida social e econômica do país e que representa um terço do PIB da economia nacional.

Desse modo, esta será a primeira audiência pública de uma série que agendamos para este semestre. E ela se reveste de uma importância singular e de um simbolismo histórico, em primeiro lugar porque vai tratar da água, um elemento essencial para a manutenção da vida e a promoção do desenvolvimento humano. Esta audiência marca, portanto, a passagem do Dia Mundial da Água, que será comemorado oficialmente no próximo dia 22 de março com o tema “Água para as cidades – respondendo ao desafio urbano”.

Esta audiência também se reveste de grande importância pelo contexto ambiental, social e político em que esta discussão se insere, e por ser realizada de forma conjunta por duas comissões permanentes do Senado Federal: a de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, uma sugestão da Senadora Marisa Serrano, que prontamente acatamos, assim como fez o Senador Rodrigo Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Temos aqui os nossos convidados especiais, o presidente da Agência Nacional de Águas, a ANA, Vicente Andreu Guillo, a diretora do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental, Ana Paula Caldeira Souto Maior .

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, gostaria apenas de fazer algumas considerações a respeito da importância de discutirmos o uso e a gestão da água.

As águas de março sempre nos trazem lembranças ou notícias marcantes. E hoje estamos aqui ainda abalados com as notícias de terremotos e tsunamis no Japão e de tragédias provocadas pelas águas na região serrana do Rio de Janeiro, e também no Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. Enfim, o ano de 2011 começou marcado pelas águas e creio que esta audiência poderá apontar alguns caminhos para nos prepararmos melhor para conviver com esses fenômenos naturais e a força das águas.

Durante muito tempo, o nosso paradigma foi o de enfrentar a natureza. O homem, para implantar a sua civilização, tentou de todas as formas dominar a natureza, criando as cidades e toda a infraestrutura necessária para termos mais conforto e qualidade de vida. Friso que é necessário aprendermos a conviver com a natureza.

De certo modo, tivemos um grande êxito nesse enfrentamento e hoje somos mais de sete bilhões de seres humanos sobre o planeta Terra, consumindo água, recursos naturais e alimentos todos os dias, apesar das diferenças nos padrões de consumo, notadamente visíveis entre os cidadãos dos chamados países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento e dos países subdesenvolvidos.

Enquanto o cidadão norte-americano ou europeu consome, em média, quatrocentos litros de água por dia, o consumo de água *per capita* no Brasil é de 140 litros por dia, ou seja, o brasileiro consome 75% menos água do que o norte-americano ou o europeu. Na região Norte do Brasil, em plena Amazônia Legal, região que reúne 80% da disponibilidade hídrica do país, a média de consumo de água *per capita* é de 125 litros por dia.

Esses dados refletem em boa medida os padrões de consumo e desenvolvimento no mundo atual, revelam as disparidades entre disponibilidade e demanda de água e recursos naturais e nos fazem pensar nas diferentes estratégias de gerenciamento do solo e de recursos hídricos, que hoje, mais do que nunca, precisam estar dentro de uma visão sistêmica e serem executadas de forma integrada.

Neste sentido, quero lançar aqui uma reflexão sobre o tema proposto pela ONU para o Dia Mundial da Água deste ano: " ÁGUA PARA AS CIDADES – *respondendo ao desafio urbano*". De fato, o crescimento urbano, resultado da modernidade e de um modelo de desenvolvimento predominante no mundo, tem gerado um grande impacto sobre os corpos de água muito maior, Srªs e Srs. Senadores, colegas da ANA e do Instituto Socioambiental, do que o impacto atribuído aos agricultores no meio rural.

Então, as respostas para o desafio urbano em relação à água serão encontradas possivelmente na adoção de um modelo de gestão de recursos hídricos integrado, tendo a bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento, levando em conta os ambientes rurais e urbanos e toda a atividade econômica neles desenvolvida com a devida aplicação dos instrumentos de gestão consagrados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 1997, também conhecida como Lei das Águas. Sem esquecer, evidentemente, da relação com outras políticas que regulam o uso do solo, das florestas e da própria água, como a Política do Saneamento, os zoneamentos ecológicos e econômicos e também dos ajustes necessários do Código Florestal.

E para que essa gestão seja realmente integrada, cada setor usuário de nossas águas superficiais e subterrâneas precisa fazer a sua parte, ter seu uso regulamentado. No que diz respeito à agricultura, muito embora sejamos o principal usuário da água bruta entre as atividades econômicas do País, ainda nos falta uma política de irrigação para a atividade agrícola. Essa política, inclusive, foi aprovada pelo Senado em 2005, tramitando desde então na Câmara dos Deputados. Precisamos resgatar esse projeto, agilizar a sua tramitação e promover o alinhamento necessário com as políticas da agricultura, bem como elaborar um mapa estratégico da agricultura irrigada.

Água temos com abundância, o que está faltando para que tenhamos água suficiente e com qualidade para todos os usos é gestão. E queremos saber da ANA como está a implantação dessa política no País e quais são os entraves para a sua efetividade. Precisamos também ampliar discussões em torno do novo Código Florestal. A agricultura brasileira precisa de uma legislação que tire da ilegalidade, atenda as suas necessidades reais e estimule sem crescimento de forma sustentável.

Seguramente, apesar de algumas previsões alarmantes, não teremos falta de água em quantidade no Planeta Terra, pois esta se renova no eterno ciclo das águas. Mas, se não cuidarmos bem da água, teremos, com certeza, falta de qualidade na água disponível ao nosso redor e poderemos até colocar em risco a manutenção da vida do Planeta Terra. Reforço, portanto,

que o problema é de gestão. Todos precisamos usar água em suas atividades produtivas e para que todos possam usar sem prejuízo ao vizinho é necessário uma gestão integrada e compartilhada, levando em conta os usos múltiplos.

Por isso, mais uma vez, destaco que em vez de enfrentar, precisamos conviver melhor com a natureza e compartilhar a gestão dos seus recursos.

Espero que esta audiência conjunta marque um novo rumo ao diálogo entre as duas Comissões do Senado Federal e, principalmente, o diálogo entre as duas correntes de pensamento que ainda insistem em ser antagônicas, quando deveriam convergir para a construção de consensos.

Falo da divisão, da disputa ou do enfrentamento entre ruralistas e ambientalistas, que, em parte, é reflexo da visão reducionista de relacionar a natureza e a sociedade sempre em confronto e do paradigma, já ultrapassado, do homem enfrentar a natureza.

Do ponto de vista biológico, essa disputa existe de fato e a convivência nem sempre é harmoniosa, mas tal como ocorre no ambiente natural, no ambiente social, na guerra das ideias ou nas disputas econômicas, também são necessárias estratégias de paz para a sobrevivência.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a quem cumprimento também pela iniciativa conjunta desta audiência pública. Quero cumprimentar o Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Guillo; a Drª Ana Paula Souto Maior, representando o Instituto Socioambiental; a Senadora Marisa Serrano, que junto com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, autores desse requerimento no âmbito da Comissão de Meio Ambiente; a Senadora Lúcia Vânia; o Senador Ciro; o Senador Blairo Maggi; o Senador Pedro Taques.

Sr. Presidente, esta audiência pública é carregada de simbolismo. Primeiro, em busca dessa interação,cada vez maior, entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura desta Casa. Nós temos muitos paradigmas a modificar neste País e um deles é o de que o desenvolvimento da agricultura e da pecuária seria incompatível com a preservação do meio ambiente.

Nós temos uma grande oportunidade agora com a possível aprovação na Câmara do Código Florestal, de ter uma parceria permanente, um debate permanente entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura para buscar o equilíbrio na aprovação do Código Florestal, que permita com que o Brasil continue a ser um grande produtor de alimentos, de agroenergia, mas possa fazer isso com sustentabilidade ambiental e garantindo às futuras gerações uma qualidade de vida melhor do que a que nós dispomos hoje.

E acredito que essa discussão do Código Florestal já pode trazer alguns benefícios paralelos como a percepção da necessidade de um zoneamento agrícola e ambiental do nosso País, da necessidade de voltarmos a fazer mapa de solos neste País, de termos uma lei eficiente para o pagamento de serviços ambientais.

Mas eu diria que este é o século das oportunidades para o Brasil. Poucos países têm as oportunidades que o Brasil tem pela sua riqueza de recursos naturais, pela sua abundância, tanto de água e biodiversidade quanto sua riqueza de recursos humanos. Temos a maior empresa de pesquisa em agricultura tropical do mundo. Portanto, nós precisamos aproveitar essas oportunidades. E, entre elas, está uma boa gestão, uma boa utilização dos nossos recursos hídricos. Nós tivemos um avanço com a aprovação da Lei nº 9.433, que regulamenta a utilização dos recursos hídricos em nosso País, implementa o conceito de comitês de bacias hidrográficas e o conceito de gestão por bacias hidrográficas, e isso é um grande avanço. E precisamos efetivamente implementar e apoiar os comitês de bacias hidrográficas em todo País, darlhes poder, para que possamos utilizar as águas em todas as suas funcionalidades, desde o abastecimento, agricultura, energia, transporte, turismo. Enfim, temos imensas potencialidades que precisamos explorar neste momento, de forma sustentável, para que o Brasil possa garantir qualidade de vida ao conjunto da população brasileira.

Portanto, fico muito feliz de mais uma vez estar aqui.

Parabenizo a Senadora Marisa Serrano e os autores desse requerimento e desejo que tenhamos um debate bastante proveitoso nesta manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Cumprimento os Senadores presentes e passo a palavra ao Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Senhoras e Senhores, bom-dia!

Quero agradecer e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com também a Senadora Marisa Serrano, da Subcomissão de Recursos Hídricos e da Comissão de Meio Ambiente, pelo convite feito à Agência Nacional de Águas.

Eu gostaria também de cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, e a Ana Paula, minha colega à

mesa, representante do Instituto do Semi-Árido (Insa), com quem pretendemos contribuir com algumas informações que possam ser importantes.

Eu queria dizer, inicialmente, que todos nós reconhecemos que, sem dúvida nenhuma, a agenda ambiental e, particularmente, a agenda da água ocupam, cada vez mais, um espaço importante no debate das políticas, em termos globais, muito embora seja necessário reconhecer que, muitas vezes, abaixo daquilo que gostaríamos. A agenda da água, ainda - pelo menos no nosso País, e acredito que também em dimensões mais amplas - não ocupa, do ponto de vista dos tomadores de decisão, a mesma importância que outras agendas, como, por exemplo, a questão da economia, a questão da infraestrutura, e tem com elas uma relação muito próxima.

Então, eventos como este, sem dúvida nenhuma, contribuem, sobremaneira, para que essa agenda possa, cada vez mais, ocupar o espaço de destaque que ela merece.

Queria, inicialmente, dizer também que a Agência Nacional de Águas fica muito honrada pelo convite e fica à disposição das comissões e dos diversos mandatos dos Senadores para prestar as informações que forem necessárias, inclusive nos instigando a desenvolver estudos e projetos que possam ajudar também a sociedade brasileira.

Eu queria dizer que eu tinha pensado numa abordagem para esta exposição, mas acabei ficando instigado pelos temas aqui propostos pelo Senador Rollemberg e pelo Senador Acir. Tentarei abordar alguns deles, porque, mais do que fazer uma exposição sobre o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, acho que um espaço como este nos permite um debate bem mais qualificado das questões da cidade, do código florestal, das questões relativas à compatibilidade entre a produção e da utilização dos diversos recursos naturais, entre eles as águas que, sem dúvida nenhuma, é muito relevante.

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos é muito recente. A Constituição nacional de 1988 definiu a água como bem público, definiu a "dominialidade" da água para os Estados e para a União, acabando com a figura da dominialidade da água para os Municípios e a dominialidade privada. Não existem águas privadas no Brasil.

A Constituição de 1988 também sinalizou a necessidade da constituição de um sistema. Foram dois sistemas criados na Constituição de 1988: o sistema de saúde e o sistema de recursos hídricos, ou seja, já havia um reconhecimento, na época, da necessidade da constituição de um sistema com esse foco, e a Lei nº 9.433, de 1997, dá os contornos que, hoje, temos em relação à gestão de águas no Brasil.

A Agência Nacional de Águas foi fundada, criada em 2000. Portanto, com onze anos de vida, é uma agência relativamente nova.

Seria muita arrogância dizer "a partir", porque alguns Estados tomaram iniciativas bem antes da promulgação da lei - eu gostaria de dar destaque, aqui, em especial, ao Estado de São Paulo e ao Estado do Ceará, que tomaram iniciativas, inclusive, muito antes da promulgação da Lei nº 9.433, em 97. Mas, sem dúvida nenhuma, a partir da Lei 9.433, de 97, houve um grande avanço, um grande estímulo para que os diversos Estados também buscassem constituir, em seu âmbito, seus sistemas, seus órgãos gestores e reguladores de água.

Então, hoje, no País, todos os Estados têm planos de recursos hídricos - isso cresceu significativamente a partir de 97 - como também fundos de recursos hídricos constituídos.

Deixo essa mensagem porque pretendo, ao final, voltar a falar sobre a o financiamento.

A evolução também foi muito importante. Há um reconhecimento internacional pela modernidade da legislação adotada no Brasil. Ela possibilitou avanços significativos no aspecto da gestão da água, tendo como centro a gestão descentralizada e participativa, com foco principalmente nos comitês de bacias hidrográficas – sobre o que vou tentar falar rapidamente -, o que tem possibilitado o diálogo positivo do Brasil com outros países quando do trato de questões internacionais, como a de rios fronteiriços e transfronteiriços, buscando um novo patamar na gestão dessas águas, porque, sem dúvida nenhuma, existe aí um grande potencial de conflito de diversos interesses das nações quanto à utilização dessas águas.

Houve uma evolução muito importante no sistema de águas no Brasil; mas eu queria mencionar que a lei, pelo seu caráter de não consolidar práticas e posições já existentes no País, mas sim buscar induzir e modelar um sistema, enfrenta algumas dificuldades: é nacional, e o Brasil apresenta grande complexidade e diversidades regionais. Então, é uma lei que se ajusta muito bem em algumas regiões brasileiras, como a Região Sul e do Centro-Oeste, em particular a organização da sociedade através dos comitês de bacia hidrográfica, mas tem muita dificuldade de ser implantado em outras regiões, como, por exemplo, na Região do Semi-Árido, na Região Nordeste, onde os rios, em grande parte, são rios intermitentes e há dificuldade em se constituir, em se pensar em comitês de bacias hidrográficas com essa natureza. O mesmo ocorre em relação à Região Norte do País, onde estão 70% dos nossos

recursos, a densidade demográfica é baixíssima e há uma grande dificuldade de se falar em organização da sociedade. Quanto a um instrumento de cobrança pelo uso da água, muito embora a instituição da lei seja uma medida de âmbito nacional, devemos ter a clareza de que ela será instituída por partes, no tempo, porque é muito diferente falar em cobrança, como eu mencionei, na Região Sudeste e Sul do País, pelo seu desenvolvimento, pela densidade demográfica, e na Região Norte, onde há dificuldade de cobrança do uso da água, no mesmo nível, no mesmo tempo. A Lei de águas apresenta, inclusive, algumas contradições – o que é importante mencionar -, porque além de sinalizar a água como um bem público e prever a cobrança pelo seu uso, também sinaliza a sua escassez; portanto, quanto mais escassa, mais cara deveria ser, e tem um sinal de indicativo de uso racional.

O indicativo de uso racional, sem dúvida nenhuma, é bastante correto. Mas queria chamar a atenção para o fato de que o sinal da escassez previsto na legislação - por isso mencionei a necessidade de algum aperfeiçoamento, talvez no curso do mandato dos senhores, porque a região que mais escassez tem de água no Brasil é por natureza também a região mais pobre -, e cobrar mais da região mais pobre, apresenta alguma contradição com o seu objetivo que é realmente que é realmente efetivar a gestão de águas.

Então, devo mencionar que é uma lei muito positiva, sinaliza grandes avanços para a sociedade brasileira, mas necessita desse ajuste em relação à aplicação de alguns dos seus princípios e também levar em conta a complexidade regional brasileira.

Quanto à cobrança que eu mencionei no início, a lei tem como instrumento, um dos instrumentos principais de gestão e eu queria aqui também ressaltar a oportunidade da fala dos Senadores Acir e Rodrigo Rollemberg de focar na gestão dos recursos hídricos - o enquadramento, sobre o qual não vou falar, o plano, que vou desenvolver um pouco, e o terceiro, a cobrança.

A cobrança pelo uso da água é um instrumento previsto no plano justamente com a finalidade de auferir recursos para uma gestão adequada dos seus recursos financeiros na bacia hidrográfica.

No entanto, nós temos tido muita dificuldade de todos os setores. Nós temos tido dificuldade de compreensão do setor público, através, principalmente, das empresas de saneamento. Temos tido muita dificuldade de compreensão por parte do setor produtivo industrial e também do setor da agricultura - me permitam aqui mencionar - de entender o instrumento da cobrança não como um imposto, uma taxa, mas como um mecanismo de gestão definido pelos próprios usuários.

Queria dizer também que a cobrança pelo uso da água tem a qualidade de ser recolhida na bacia e, por força da lei, ela será aplicada totalmente também na bacia hidrográfica. E ela tem uma característica, que eu queria chamar a atenção, que é, pelo menos no nosso nível de conhecimento, o único instrumento econômico previsto na legislação brasileira, onde o Estado delega aos usuários de um comitê de bacia hidrográfica, definir o valor de um bem público e cobrar em seu nome. Não existe outro que tenha essa natureza, onde o Estado delega ao usuário definir o valor e cobrar em seu nome. E, mais ainda, retornando à bacia hidrográfica, o Estado delega aos usuários aplicar esses recursos em seu nome.

Eu tenho dito que esse não é um recurso estatal, como a maioria dos recursos oriundos do orçamento brasileiro, mas é, em verdade, um recurso público na sua essência e na sua filosofia. E a dificuldade de implementação e de enxergar a cobrança como instrumento definido pelos usuários e aplicado pelos usuários pode levar a fazer com que nós percamos essa oportunidade, uma vez que a cobrança, muito embora nós tenhamos cerca de 160 comitês estaduais no Brasil e oito comitês federais instituídos no Brasil, a cobrança está aplicada em pouquíssimos comitês estaduais, em apenas três comitês federais. E a dificuldade de implementação é muito grande. Como, por exemplo, nós estamos fazendo um grande debate no Comitê Rio Doce, envolvendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde problemas de compreensão dos usuários sempre aparecem pois entendem como sendo mais um imposto, mais uma taxa e não como um recurso definido por ele e a ser aplicado por ele.

Então, eu queria fazer uma menção, em particular, a esse instrumento da cobrança e de pedir aos Senadores, porque esse é um processo de convencimento e, portanto, político, que nos ajudem nos seus Estados, junto aos setores que representam, a buscar esse convencimento da oportunidade e da necessidade de aprofundar a cobrança pelo uso da água no Brasil.

O segundo instrumento, que é muito importante, previsto na Lei de Águas - e eu queria aqui começar entrar nos problemas que estão mencionados - é o instrumento plano de bacia hidrográfica.

Os planos de bacias hidrográficas são criados pelo próprio comitê. E na não existência do comitê de bacias, a Agência Nacional de Águas tem apresentado ao País planos de recursos hídricos, que são apresentados pelas agências e aprovados pelo Conselho Nacional.

No ano passado, aprovamos o Plano do Araguaia-Tocantins, que abrange cerca de um milhão de quilômetros de recursos hídricos do Araguaia-Tocantins. A

bacia São Francisco está revendo o seu plano, que já tem 10 anos. A bacia do Doce apresentou o seu plano agora na metade do ano de 2010. Estamos em fase de elaboração do plano das sete sub-bacias da margem direita do rio Amazonas. São 2.500 quilômetros quadrados na elaboração desse plano, e eu não tenho receio de errata: esse é o maior plano de recursos hídricos em elaboração no planeta. E qual é a qualidade desses planos? Eles têm uma dimensão de enxergar as questões da ocupação do solo, da gestão territorial, como mencionou o Senador Rollemberg, têm a capacidade de articular os diversos usos da água, entre eles na agricultura, mas não só na agricultura, como também na produção de energia elétrica, para turismo, para hidrovia. Ou seja, os planos se articulam dessa maneira e apresentam um conjunto de medidas que podem ser propostas e apropriadas pelo setor público. Eles não são executivos, são de planejamento - e aí começa sua qualidade, e também um pouco de sua deficiência.

Os planos de recursos hídricos, não sendo executivos, demandam a posse dessas informações por parte dos órgãos executores, para que, depois, sejam definitivamente analisadas.

Eu gostaria de destacar a qualidade e os problemas que enfrentamos? O plano de recursos hídricos não é elaborado fora da realidade, mas a partir da participação direta dos diversos setores. O setor de energia elétrica se representa dentro do plano e apresenta seus projetos para sua elaboração. Assim acontece com o da agricultura, o de hidrovia e com os diversos planos, inclusive com o de saneamento básico. Porém, quando de sua execução, seja nos Estados ou no Governo Federal, esses orçamentos não enxergam os planos como orientador das diversas ações que ali estão contidas. Há uma disfunção, um distanciamento entre o planejamento, que é setorial, elaborado por todos, e sua execução, cada um dos setores acaba executando o seu orçamento completamente diferente. Com isso, perde-se muita sinergia. No caso do saneamento, por exemplo, pode haver um grande esforço pela melhoria da qualidade da água na jusante de um determinado município, mas não está sendo efetuando nenhum tipo de tratamento de esgoto rio acima e, assim, fica comprometido todo esse esforço.

Então, em relação aos planos de recursos hídricos, estamos fazendo um grande esforço para fazer que, com que os orçamentos da União, e, depois, derivado disso, dos Estados, enxerguem os planos como planos indutores do planejamento a ser realizado por cada um desses setores. Nesse aspecto, entra a questão, por exemplo, da agricultura no Brasil. Os senhores e as senhoras conhecem melhor do que eu os dados da agricultura. Há uma grande oportunidade - e isso é apresentado dentro dos planos - de expansão da agricultura no Brasil sem conflito com o uso dos recursos naturais, seja de água ou de recursos ambientais, com possibilidade de expansão da agricultura irrigada, o que propicia, sem dúvida nenhuma, ampliar a produtividade da agricultura no Brasil sem comprometer a expansão de fronteiras agrícolas e biomas sensíveis como o da Amazônia.

Através dos planos de recursos hídricos, temos apresentado à sociedade brasileira – e isso tem ficado infelizmente restrito aos planos, e aí a oportunidade de um debate como esse – a possibilidade de expandir significativamente a produtividade na agricultura brasileira sem que, com isso, necessariamente, haja um conflito, um conflito natural entre produção e meio ambiente no Brasil.

Tenho dito que acredito que o uso racional da água e a gestão adequada do território possibilitam uma ponte virtuosa de diálogo entre o setor produtivo e o setor ambiental. Acredito que a água possa fazer isso, porque, no Brasil, o princípio da Lei de Águas é o do uso múltiplo, do uso racional, e não o princípio maior da preservação e da conservação. É evidente que estão embutidos no uso a qualidade e a quantidade da água, sua conservação e sua preservação, mas também está o seu uso com a visão de uso múltiplo.

Então, há a possibilidade de, através da agricultura, e da agricultura irrigada em particular, criar essa ponte tão necessária de diálogo entre a produção e as questões ambientais aqui mencionadas.

Queria dizer também que a Agência Nacional de Águas tem participado de diversos eventos que tratam da questão, da temática da agricultura. A Agência não tem essa responsabilidade diretamente sobre si, mas tem a responsabilidade da regulação do acesso da água pela agricultura. Recentemente, em evento acontecido em Frutal, foi apresentada uma carta ao Brasil, a chamada Carta de Frutal, destacando as questões de financiamento, mas, fundamentalmente, destacando a necessidade de um mecanismo, como foi mencionado aqui, uma lei que já tramita desde 2005, de uma articulação institucional, de uma gestão, de uma preocupação maior com a questão da agricultura.

Na mesma linha, mais do que os mecanismos de comando e controle, porque a gestão de água é descentralizada e participativa, um pouco diferente da questão ambiental, o nosso foco é estimular o uso adequado a partir de políticas públicas que orientem nessa direção.

Então, nós temos também o Programa Produtor de Água, que caminha, é um programa de pagamentos por serviços ambientais focado em recursos hídricos

e, felizmente – eu posso anunciar aqui –, a Agência Nacional de Águas, nesse processo de orçamento, de elaboração e de consecução do Orçamento, seja pelos Senadores, seja pelo Governo Federal, teve os seus recursos ampliados, o que possibilitou que a gente colocasse no Orçamento de 2011 para projetos com essa natureza, e veja: ele não pretende cobrir os pagamentos, mas ser um estímulo para divulgar esse projeto de pagamento de serviços ambientais no Brasil. Saímos de R$400 mil ao ano, e nós estaremos executando, em 2011, R$7 milhões. Então, eu queria destacar, mais do que o valor, o salto que está sendo dado em torno dessa questão.

Com relação ao Código Florestal – e eu vou caminhando para os itens finais da minha fala –, sem dúvida nenhuma essa é uma questão que cabe à sociedade, através dos seus órgãos de representação no Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, decidir, mas eu queria dizer aos Senadores que a Agência Nacional de Águas produziu uma nota técnica a respeito do tema, focada na gestão de recursos hídricos e, em linhas gerais, a nossa nota técnica aponta para a necessidade de preservação das matas ciliares de trinta metros. Assim a frase símbolo é de que nenhum rio nasce grande; os rios nascem pequenos e se nós não protegermos os mananciais e as nascentes dos nossos rios, com certeza, depois, nós vamos comprometer significativamente a qualidade das águas desses rios, mesmo que venham a se tornar grandes rios.

Nós não entramos na discussão da progressividade das faixas de APP, porque essa progressividade está muito mais vinculada a aspectos de natureza ambiental do que proteção da qualidade das águas, mas a Agência Nacional tem apresentado essa discussão, e isso é muito relevante, Srs. Senadores, porque, nesse período de comemoração, de alusão ao Dia Mundial da Água, nós falamos muito sobre a necessidade – e ela, sem dúvida, é importante – de que cada um dê a sua contribuição, de que o uso da água, na sua residência as pessoas tenham uma consciência ainda maior. Eu sou da geração que brincava com mangueira no centro de São Paulo. A minha filhinha de cinco anos toma banho dizendo que vai salvar a água do planeta. Ela se molha, se ensaboa e, depois, se lava, diferentemente de mim.

Então, é muito importante a gente trabalhar com esses conceitos da participação de cada um, mas, no nosso entendimento, a gente precisa entender também que, muito embora um cidadão, uma família, uma comunidade faça um grande esforço em torno da preservação da quantidade da água através da mudança dos seu hábitos, o comprometimento da qualidade das águas pela instalação de projetos industriais na sua proximidade, pela instalação, por exemplo, de pocilgas muito próximas dos rios vai comprometer, do nosso ponto de vista, significativamente a qualidade dessas águas, reduzindo a disponibilidade de água para o cidadão.

Outra questão também muito importante que foi aqui mencionada – e é o caminho do encerramento – é sobre a gestão de águas nas cidades, e aí eu queria anunciar que no dia 22, num evento que vai acontecer às 18 horas, para o qual convido a todos, em particular os Senadores e as Senadoras aqui presentes, vamos fazer o lançamento do Atlas Brasil. O que é o Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água? O Atlas é uma análise criteriosa executada nos 5.565 Municípios do Brasil, Município a Município, identificando, do ponto de vista da infraestrutura hídrica, ou seja, até o momento do tratamento da água, as condições de cada um desses Municípios, identificando se há necessidade de ampliação ou reforma dessas infraestruturas, identificando também, do ponto de vista do manancial, se aqueles mananciais existentes são capazes de suprir as demandas daqueles Municípios num horizonte de 2015 e 2025. Os dados são extremamente preocupantes. Isso foi feito para os 5.565 Municípios. É um instrumento ímpar de planejamento que temos apresentado também à sociedade brasileira como uma grande contribuição, não só pelas suas informações, mas também pela metodologia com a qual foi possível criar esse planejamento, que envolveu uma ampla articulação entre todos os órgãos federais, como Funasa, Ministério das Cidades, Ministério da Integração, Agência Nacional de Água e o Ministério do Meio Ambiente, e envolveu a participação direta dos Estados, uma ampla articulação com os Estados, principalmente através das suas concessionárias de água, Município a Município do Brasil.

Essa experiência, com essa metodologia que foi adotada para a elaboração – nesse foco, estamos falando da área urbana desses Município –, nos possibilita estarmos estimulados para conceber e, ainda no ano de 2011, iniciar, provavelmente em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o Ministério da Integração, o Atlas da Universalização do Abastecimento, fazendo com que, a partir dessa metodologia, possamos também identificar, nas diversas comunidades isoladas de cada um dos Municípios, qual é a melhor solução de abastecimento de água para essas comunidades.

Então, eu queria ressaltar isso e fazer o convite, para que todos possam acompanhar e ter o Atlas como um instrumento importante. Estamos tentando fazer com que o Governo Federal, dos órgãos execu-

tores do Governo Federal até a Caixa Econômica, e também os Estados tenham o Atlas como um instrumento primordial do seu planejamento.

Para encerrar, eu queria propor um debate aos Srs. Senadores, que não foi abordado aqui pelo Senador Acir, nem pelo Senador Rodrigo. Eu queria chamar atenção para isto e propor que esse debate seja ampliado, possibilitando audiências públicas, com a discussão do PL nº 315, que está em tramitação no Senado Federal. O PL nº 315 altera a distribuição da compensação pelo uso de recursos hídricos, que hoje é de 6%. Ele altera a participação dos Estados e Municípios nesse valor que hoje representa cerca de R$1 bilhão e 200 milhões ao ano. Desse valor, 45% ficam com os Estados, 45% ficam com os Municípios e 10% são distribuídos entre Ministérios do Governo Federal. Há uma proposta de alteração desses valores para 65% para os Municípios e, reduzindo em 20%, de 45% para 25% para os Estados. Muitas vezes, esse debate entre as pessoas que têm participado tem sido caracterizado por um debate entre a visão municipal e a visão estadual. Não é a visão correta, porque os Municípios no Brasil pouco ou nada têm aplicado na gestão dos recursos hídricos, enquanto, como mencionei no início, todos os Estados têm fundos estaduais de recursos hídricos. Muitos aplicam ainda valores pequenos, mas o Estado de São Paulo, como está aqui concordando o Senador Aloysio Nunes, aplica significativamente. O Estado de Minas Gerais também o faz, o Estado do Rio de Janeiro também o faz. Só um dado: quando o Estado aplica esses recursos para todos os Municípios do seu Estado, na verdade, faz-se com que esse recurso chegue inclusive aos Municípios que não têm, na origem, o recebimento do seu valor. Então, hoje, no Brasil, cerca de 800 Municípios recebem a compensação, parte desse valor, porque ou é atingido ou têm ali seus equipamentos hidrelétricos, e os restantes quatro mil e pouco não recebem. Só para fazer um efeito de comparação, em Minas, 190 Municípios recebem a compensação, e o Estado tem 800 Municípios. Só no Estado de Minas Gerais, ao fundo estadual repassar uma parcela para cada um dos municípios, ele está atingindo um número de municípios equivalente a todos os que recebem essa contribuição em nível nacional.

Sem dúvida nenhuma é muito importante que os municípios demandem melhores condições, ou requeiram uma participação maior no setor elétrico, mas isso não pode ser feito e será muito ruim – gostaria de deixar para o final essas palavras – será danoso. É um sistema jovem, que tem poucos recursos, perdermos no âmbito dos estados esses recursos através do PL com essa natureza. Essa é a posição da Agência Nacional. Evidentemente não é a posição da sociedade brasileira, mas o apelo que a gente faz é de que esse debate possa ser ampliado e que os estados e outros entes possam participar desse debate antes de uma tomada de decisão final por parte dos Senadores.

Queria lembrar que em 2015 começam a vencer as grandes concessões do setor elétrico nacional. Uma conta de joelho, Srs. Senadores, faz com que haja uma necessidade de distribuição de um valor que chamo de benefício social do setor elétrico de cerca de seis bilhões de reais ao ano, decorrente da amortização das usinas hidrelétricas brasileiras.

O Pré-Sal trata de dez bilhões de reais ao ano, destinados às políticas sociais. Nós estamos falando, só com a oportunidade do vencimento das concessões, de algo em torno de seis bilhões de reais ao ano. Há uma posição no geral de que esses valores sejam transferidos quase todos para a modicidade tarifária e, sem dúvida nenhuma, é necessário que seja para a modicidade tarifária. Há uma outra posição de que eles sejam repartidos regionalmente, apenas regionalmente, a partir dos locais onde existem as usinas, e isso sem dúvida nenhuma também tem seu significado. Do nosso ponto de vista, há necessidade de interferir de maneira antecipada para que a gente não seja depois... Eu não diria vítima, mas para que depois não tenhamos que nos subordinar a uma situação de fato, em função da proximidade da data. Que façamos uma discussão antecipada sobre a destinação desses recursos, uma vez que, do nosso ponto de vista, uma parcela significativa deles poderia ser destinada, aí sim, para as políticas sociais, para as políticas ambientais, em particular para a gestão de recursos hídricos, o que significaria um avanço grande para a sociedade brasileira.

Então, em termos gerias, desculpe se me alonguei, agradeço a oportunidade e encerro deixando a Agência à disposição do Senado Federal. Gostaríamos de ser mais estimulados ainda a apresentar as nossas propostas e também contribuir com o mandato de cada um dos Senadores aqui presentes.

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Agradeço ao Sr. Vicente Andreu Guilho pela sua esclarecedora palestra.

Passo a palavra para a Srª Ana Paula Caldeira Souto Maior, representante do Instituto Socioambiental – ISA – e depois das duas palestras faremos os questionamentos.

Convido a Senadora Marisa Serrano para, junto comigo, presidir esta reunião. O Senador Rollemberg terá que se ausentar por alguns instantes.

Com a palavra a Drª Ana Paula Souto Maior.

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Bom dia. Em nome do Instituto Socioambiental, gostaria de agradecer o convite do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz, e também à Senadora Marisa Serrano pela iniciativa.

O Instituto Socioambiental é uma organização criada em 1994. Eu quero só aproveitar a saída do Senador Rodrigo Rollemberg para dizer que, como moradora do DF, eu me sinto bem representada por ele nesta Casa. Fico feliz por encontrá-lo nesta audiência.

Bem, o Instituto Sócioambiental é uma organização criada em 1994 e talvez em palavras curtas seja possível dizer que a gente acredita que a valorização da nossa diversidade social e a forma como as nossas populações tradicionais e população indígena utilizam os nossos recursos naturais é um grande patrimônio do nosso País.

Então, a gente trabalha pela valorização da nossa população indígena, das nossas populações tradicionais – como as populações quilombolas também – e pela forma como eles usam os seus recursos. Nesse sentido, a gente desenvolve vários projetos, que são projetos regionais. Nós temos um projeto na Amazônia que trabalha com a Bacia do rio Negro e compreende também a terra indígena ianomâmi e trabalhamos em parceria com as organizações indígenas dessas regiões. Desenvolvemos também um programa no Estado do Mato Grosso, no Parque Indígena do Xingu, que é um programa voltado, entre outras coisas, para a proteção das nascentes do rio Xingu. É essa experiência que eu gostaria de dividir aqui com vocês hoje e depois participar do debate levando em consideração esse DVD que nós vamos apresentar aqui para vocês.

Eu pediria então à parte técnica. O DVD tem 15 minutos, mostra essa experiência realizada em conjunto com diversos atores. Vou aumentar um pouco o som.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, só enquanto está preparando o DVD, desculpa, Drª Ana, é que eu tenho reunião da Comissão de Relações Exteriores. Infelizmente as reuniões das Comissões nesta Casa acabam se acumulando. Então, vou ter que sair daqui um pouquinho e eu gostaria apenas de deixar uma palavra em relação ao que o Dr. Vicente falou, se é possível. Porque vai dar 15 minutos e eu vou ter que sair antes de a senhora falar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois bem, vamos interromper então, Senadora Marisa Serrano. Vamos interromper um minutinho só.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu acho que tem a ver, porque aí depois... Eu me sinto muito... Eu até ia perguntar se depois você poderia enviar para a gente o DVD para a gente poder assistir.

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Podemos sim disponibilizar. Já está disponibilizado então.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu lhe agradeço. Perdoe-me, mas eu acho que é muito oportuno e eu queria fazer esse registro.

Primeiro saudar a presença de vocês aqui na Comissão e saudar também a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente por essa iniciativa, como disse o Dr. Vicente. Quer dizer, a água hoje é um bem finito e escasso e como isso tem que ter precificação. Eu concordo com isso.

Eu queria só deixar como contribuição a esse debate a experiência que nós vivenciamos na Itaipu Binacional, que é através do Projeto Cultivando Água Boa, o Dr. Vicente conhece, não sei se a Drª Ana Paula ouviu falar e se familiarizou também. Mas é um projeto que eu gostaria ate, numa oportunidade, Senador Presidente da Comissão de Agricultura, trazer aqui a Itaipu para fazer essa exposição. Envolve 22 municípios da Bacia do Paraná 3, cuidam das nascentes, do reflorestamento, os agricultores participam, a comunidade acolheu e adotou as nascentes, é um programa muito interessante, inclusive, muito equilibrado com a produção agrícola, com a produção de animais. Nós temos no Estado lá, o senhor conhece bem a nossa relação lá nessa região, no oeste do Paraná, muita produção de frango, de porcos e nesses municípios onde atua o programa da Itaipu nós temos conseguido com muito êxito fazer um equilíbrio e fazer com que não haja contaminação das águas os próprios agricultores estão muito conscientes.

Então, eu queria deixar esse registro, deixar essa sugestão para que nós pudéssemos convidar – seja o Dr. Nelton Friedrich, seja o Dr. Jorge Samek – fazer uma exposição conjunta na Comissão de Agricultura e na Comissão de Meio Ambiente, se assim for possível, desse programa, porque eu acho que ele pode ser referência, inclusive, para que a gente estenda nacionalmente. Eu sei que há projetos de gestão por bacia hidrográfica em todo o Brasil, mas eu considero esse um dos projetos muito avançados.

Agradeço muito a presença de vocês. É muito oportuna essa discussão, principalmente agora, em que nós vamos debater aqui nesta Casa o Código Florestal e envolve, com certeza, a proteção dos nossos mananciais, dos nossos rios, da água, que é um bem tão importante para a vida. Perdoe-me, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem lembrada, Senadora, essa atuação

de Itaipu no oeste do Paraná. Tivemos oportunidade, no começo do ano, de estar em Itaipu e assistimos a uma palestra ampla junto com o Governador de Rondônia, Dr. Confúcio Moura, e realmente entendemos que é uma das soluções para a produção e, principalmente, para o pequeno produtor rural. Queremos levar isso, através do Governo do Estado de Rondônia, também para o Estado de Rondônia.

Peço a V. Exª que faça por escrito esse pedido, para que a gente possa, o mais breve possível, fazer com que haja essa audiência pública, convocando os técnicos de Itaipu para fazer essa explanação que, tenho certeza, contribuirá muito não só para o meio ambiente, mas também para a agricultura brasileira.

Muito obrigado pela sua colocação, Senadora.

Com a palavra, então, a Drª Ana Paula Souto Maior.

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Vamos ao vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Acho que aí se colocam algumas questões importantes. Esse projeto envolve 19 municípios do Estado de Mato Grosso. Acho que a força dele, como foi mostrada e ressaltado aqui por mais de uma fala, é a questão de envolver diversos atores. É muito importante que os diversos atores que aparentemente têm interesses contrários, mas que no fundo tem o mesmo interesse, que é a proteção de um recurso essencial ao desenvolvimento de todos, tenham esse entendimento de que é preciso sentar à mesa e discutir localmente, na região, como fazer para proteger esse recurso natural.

Eu ficaria por aqui, Sr. Presidente. Fico aberta para colaborar da maneira que esta Casa entender importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Ana Paula, que trouxe um vídeo bastante esclarecedor para nós todos da realidade brasileira.

Podemos ver o índio com uma máquina fotográfica, podemos ver os ambientalistas junto com os ruralistas, os produtores rurais, todos com o mesmo pensamento, com a mesma intenção: cuidar do meio ambiente, mas produzindo, fazendo com que o Brasil possa produzir, cuidando do meio ambiente.

Este é o grande objetivo do nosso trabalho: fazer com que ambientalistas e produtores possam seguir lado a lado, um parceiro do outro. Essa é a nossa meta. E a informação para a população ainda é o melhor caminho para a preservação do meio ambiente.

Agradeço, então, à Drª Ana Paula Souto pela sua explanação e pelo seu brilhante vídeo.

Passo a palavra agora à Senadora Marisa Serrano, como Presidente da CMA.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Falo também aqui como Presidente da Subcomissão Permanente de Águas, a CMA.

Quero fazer algumas considerações e perguntas ao Dr. Andreu, principalmente, com quem temos trabalhado tanto na Comissão de Meio Ambiente nos últimos quatro anos, e discutir algumas questões importantes. Uma delas diz respeito ao meu Estado e à minha região, ao meu Município e Município do Senador Moka, que está aqui presente e que também é de Bela Vista. Eu acho que é uma das únicas pequenas cidades do País que tem dois Senadores. Então, vai ficar muito contente com isso, pois está com tudo.

Eu queria saber sua opinião, Dr. Andreu. O que provoca atraso na não implementação dos acordos internacionais? Por exemplo, o acordo do rio Apa, que já tem decreto-legislativo dos Parlamentos do Brasil e do Paraguai e ainda não foram implementadas suas unidades gerenciais. É o primeiro acordo internacional de que tenho conhecimento que está, no momento, em fase de implementação. Gostaria de saber por que não anda e o que poderíamos fazer, todos nós aqui no Senado, principalmente o Senador Moka e eu, para ajudar que essa gerência se instale na cabeceira e principalmente em toda a estrutura do rio Apa.

Outra pergunta diz respeito às nossas dificuldades com enchentes e deslizamentos, como estamos vendo agora em todo o País: Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e tantos outros Estados. Que estudos a ANA possui que poderiam ajudar os prefeitos na melhor definição dos seus planos de prevenção? Como poderíamos ajudar as grandes cidades brasileiras? As cidades brasileiras em geral – não precisam ser grandes –, nesses planos de prevenção de deslizamentos, principalmente das nossas encostas.

Gostaria também de dizer que, quando V. Sª fala dos rios fronteiriços e transfronteiriços, ou transnacionais, não existe uma legislação específica ainda para esse quesito, pelo menos que eu tenha entendimento. O que a ANA pode fazer para nos auxiliar nos próximos anos nisso que é tão importante para todos os brasileiros, principalmente o meu Estado, Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai e tem no rio Paraguai um grande escoador de suas riquezas? Portanto, a ideia é que tenhamos planos da Agência para esses rios transfronteiriços e fronteiriços.

E, ainda, como poderíamos evitar – e a Agência pode nos ajudar nisso, como disse V. Sª – o desperdício da água? Tem uma frase do ex-Deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas, do PSDB do Espírito Santo, que

diz que os carros brasileiros nunca terão cárie, já que são sistematicamente lavados com água fluoretada. Quer dizer, é um desperdício muito grande que temos, e gostaria de ver o que a Agência poderia fazer também para nos auxiliar e auxiliar o País, incentivar a evitar o desperdício do uso da água.

Eram as questões que eu queria levantar a V. Sª, agradecendo também a presença da Sr. Ana Paula. Foi muito interessante o vídeo que vimos, do Xingu. É uma integração, e uma integração muito viva, entre o agropecuarista e o índio.

Essa é uma questão que não é só de Mato Grosso e não é só da região amazônica, mas é também do Estado de Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena do país.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra a outro signatário, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente e Srª Presidente, Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da ANA, Drª Ana Paula Souto Maior, também nossa convidada, sou cossignatário do requerimento para a realização desta audiência pública e o fiz com muito gosto, com muito empenho, porque quero ingressar nesse saudável *lobby* pela água em nosso país. Como Senador da República recém-chegado ao Congresso, tenho esse tema como uma das minhas preocupações cívicas mais importantes. Assim, disse à Senadora Marisa Serrano que contasse comigo nas fileiras desse *lobby*, que é um *lobby* suprapartidário, envolve todos nós, e começa a se tornar uma causa comum unindo produtores, autoridades públicas e populações indígenas, que vão descobrindo a importância que há, para todos, na preservação da qualidade das águas no Brasil.

Eu ouvi a exposição do Presidente da ANA e, ao ouvi-lo, pela qualidade de sua exposição, por aquilo que ele nos disse a respeito das atividades da ANA, eu me lembrei com emoção e com carinho de uma pré-história da ANA, da preparação dos atos legislativos, dos atos normativos, dos decretos que deram origem a esse sistema que é tão bem sucedido no Brasil, ainda que tenha muito a se desenvolver, especialmente no âmbito dos estados e dos municípios. Lembro que, no governo do Presidente Fernando Henrique, no meu gabinete da Secretaria Geral da Presidência, ancorei um grupo de trabalho e vejo aqui presente um membro desse grupo, que é o Dr. Antônio Félix Domingues.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Lembro do Dr. Félix, da Drª Dilma Pena, do Gerson Kelman, que trabalharam para dar forma ao projeto cujos frutos já vemos muito abundantes.

Uma das perguntas que eu iria fazer, o senhor já respondeu. Diz respeito a uma preocupação que eu tenho em relação a esse PLC nº 315/2009, já que considero um retrocesso a forma como propõe a redistribuição dos recursos que são produtos da compensação financeira para a utilização dos recursos hídricos. Eu concordo com V. Exª. A minha preocupação era saber qual seria a posição da ANA a respeito dessa proposta de redivisão a partir de uma visão, no meu entender, estreita do municipalismo. Fiquei satisfeito ao ouvir a opinião da ANA.

Uma outra pergunta que eu faria aos nossos convidados diz respeito à interface existente, ou a existir, entre a Funasa e o Ministério das Cidades, que são encarregados da execução, por parte do governo federal, dos programas de saneamento básico e a Agência Nacional de Águas. Não sei se existe, confesso que estou desatualizado nessa matéria, mas acho vital essa interação.

Em terceiro lugar, uma pergunta sobre a revitalização do rio São Francisco. Muito se discutiu antes do lançamento do programa de desvio das águas do São Francisco para os estados do Ceará e da Paraíba.

Essa foi uma questão muito polêmica. Houve grande debate sobre isso e uma, digamos assim, das contrapartidas das populações, especialmente do Estado de Minas Gerais e das populações que se abastecem das águas do São Francisco, foi a de que o Governo ia promover um vasto programa de revitalização do rio, porque havia evidências de que o rio estava minguando pouco a pouco, morrendo, exatamente pelo uso abusivo de águas de tributário do São Francisco em programas muito amplos de irrigação e outras razões. Eu queria saber a quantas anda esse processo de revitalização do São Francisco.

Finalmente, para ratificar, a partir do meu depoimento, sua apreciação a respeito dos comitês de bacia, participei de reuniões de comitês de bacia no meu Estado, o Estado de São Paulo e, realmente, essa é uma das experiências mais fascinantes de participação em torno da elaboração de uma política pública ou de várias políticas públicas. Participação de prefeitos, de autoridades do Estado, de consumidores, sociedade civil, realmente é algo que merece ser estimulado, e penso que os Senadores são agentes políticos, deveriam ser agentes políticos importantíssimos na propagação dessa experiência que é realmente fascinante como democracia participativa na elaboração de políticas públicas. E é onde se experimenta realmente o caráter suprapartidário e a paixão que, pouco a pouco, vai tomando conta das pessoas sobre uma correta utilização desse recurso tão precioso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Antes de passar a palavra ao próximo Senador, eu gostaria só de fazer uma sugestão ao Senador Aloysio Nunes.

Em 2009, a ANA e a Sabesp nos fizeram um convite, à Subcomissão de Águas, para conhecermos um comitê de bacias no Sistema Cantareira, e a Senadora Marina Silva e eu fomos lá. A Sabesp nos fez uma exposição, e conseguimos, de helicóptero, trabalhar e visitar todo o comitê de bacia, inclusive o sul de Minas.

Eu gostaria de pedir a V. Exª, Senador Aloysio, que fizesse um indicativo também à Comissão de Meio Ambiente, para que a gente pudesse organizar uma próxima visita aos Senadores que quiserem visitar um comitê de bacia e que a gente pudesse saber e conhecer mais de perto isso que é tão importante para o País, que, acredito, vai se disseminar nos próximas anos. Seria bom que os Senadores pudessem acompanhar esse trabalho.

Era a sugestão que eu queria dar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, do Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo pela oportunidade e também à Srª Presidente da Comissão do Meio Ambiente, da qual, com muita honra, faço parte. Cumprimento os Senadores e, sobretudo, nossos convidados, que trouxeram temas por demais importantes.

Quero solicitar aos senhores convidados que façam uma reflexão a respeito de dois temas. O primeiro deles é que, quando se fala de água, não podemos falar de água do Estado de Mato Grosso do Município "a" ou "b", apesar de termos visto aí as belezas do Estado de Mato Grosso, que reputo um dos Estados ou o Estado mais bonito do Brasil.

Parabéns ao ISA pela importância do seu trabalho.

Muito bem, um exemplo disso é que o rio Paraguai nasce nas lagoas de Diamantino, sobe a bacia do Paraguai, passa por Cáceres, passa o rio Taquari, recebe as águas do rio Cuiabá, do rio São Lourenço, ultrapassa o Taquari, como eu disse, vai à foz do rio Apa, vai até Nova Palmira, no Uruguai.

Então, o rio não é de Mato Grosso. A questão é geopolítica. O Mercosul se preocupa com isso. Existe um comitê intergovernamental da hidrovia Paraguai/Paraná, do qual já participei como representante do Procurador-Geral da República, defendendo esse sistema e ajuizando ações na defesa das populações tradicionais, notadamente os guatós, ali na divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul. A questão não é local, ela é mundial. Quando se fala em mundial, a questão passa a ser geopolítica. Sabemos que o Brasil possui 20% da água potável do mundo e, desses 20% , 80% se encontram nos estados amazônicos. E temos aqui as principais bacias Platina e Bacia Amazônica. Existem estudos que demonstram que no ano de 2050, a China e a Índia, ali faltará água. Existem outros estudos de que em 2025 outros países também necessitarão de água. Já se fala do ouro azul e a água seria o ouro azul. A primeira reflexão dos dois é a respeito da falta de água no mundo, se isso é terrorismo, e a respeito de algumas guerras que se iniciaram em razão da água. Estava conversando com o Senador Aloysio. A Guerra do Paraguai se inicia em razão da água. O Presidente da Província de Mato Grosso foi aprisionado em Assunção, no Paraguai, vindo de São Paulo, em razão da água. Tivemos outras guerras em razão disso.

Isso é terrorismo, que vai faltar água, ou ao menos água potável faltará? E o Brasil nesse contexto: 20% da água potável, sem falar no aqüífero de Guarani que devemos... Sim, e o Pantanal também. Essa é a primeira reflexão que gostaria de ouvir dos senhores, se for possível.

Uma segunda reflexão. Tendo em conta esses componentes que aqui trouxe, sabendo que a geopolítica mundial leva em conta sobretudo a economia, o mundo, segundo alguns estudos, caminha para que a China seja um grande país industrial, os Estados Unidos, um grande fornecedor de serviços e o Brasil, um grande fornecedor de proteína animal e vegetal. Sou do Estado de Mato Grosso, que é um Estado que tem 28 milhões de cabeças de gado bovino, nós temos mais bois em Mato Grosso do que a Europa inteira, temos uma agricultura, um setor produtivo que nos orgulha muito.

Queria uma reflexão dos senhores a respeito da expansão da agricultura no norte do Estado de Mato Grosso, sul do Pará, na Amazônia, tendo em conta que 80% da água potável do nosso Estado ali se encontram, do Brasil, Estado no sentido técnico-jurídico, a preocupação com isso, a expansão da agricultura. Nós precisamos da agricultura, 30% do PIB nacional vem daí, emprega e nós sabemos disso. Uma reflexão dos senhores a respeito desses dois temas.

Muito obrigado. Parabenizo o trabalho dos senhores e me associo a esta subcomissão. Dela não faço parte, mas este é um tema que diz interesse a todos os cidadãos que se preocupam com um bem que é econômico, segundo a ONU, segundo a Constituição, segundo a legislação nacional, mas sobretudo ele é vital para nossa sobrevivência e de gerações futuras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.Bloco/PDT - RO) – Agradeço ao Senador Pedro Taques e ao Senador Aloysio pelas suas intervenções, assim como a minha colega Senadora Marisa Serrano, e faço uma indagação, Dr. Vicente, para esclarecer aos nossos agricultores o seguinte: quais os recursos técnicos e financeiros de que a ANA e o Governo dispõem para auxiliar na execução dos planos de bacias hidrográficas e quais as garantias de que os agricultores e o setor agrícola não serão prejudicados com a cobrança pelo uso da água?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Apenas um adendo a sua pergunta. Queria perguntar, diante dos recentes cortes orçamentários, qual é a repercussão desses cortes sobre o orçamento da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Com essas indagações, passo a palavra para o Dr. Vicente Andreu Guillo, da ANA.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Permita-me começar pela última indagação.

Tenho uma excelente notícia do ponto de vista do sistema. Uma parte significativa dos recursos do sistema nacional vem de uma parcela de 0,75, cobrado dentro do item compensação, que nós já mencionamos. A partir de tratativas iniciadas com o Ministro Paulo Bernardo, nós ponderamos que esse recurso ou bem cobrança – ou seja, o mesmo instituto que eu disse que volta para a bacia, que é aplicado no sistema e, portanto, não deveria ser contingenciado –, esses recursos eram entendido como compensação, aí os comitês estariam livres, inclusive para cobrar uma parcela superior do setor elétrico. O Ministro Paulo Bernardo entendeu, da mesma maneira que nós, que ele tem a natureza de cobrança. Portanto, o Comitê não pode cobrar, mas também não deve ser contingenciado.. Ao longo desse período esse compromisso foi mantido, bem como o orçamento da agência nacional.

Eu tenho ouvido dos meus colegas que sou o único sorridente que tem transitado aqui na Esplanada, mas nosso orçamento saltou de R$70 milhões de execução no ano passado para um orçamento de R$219 milhões neste ano. Portanto, estamos bem.

Fizemos uma reunião com 25 dos 27 Secretários Estaduais que tratam da questão de recursos hídricos, apresentamos esse cenário e estamos agora compelidos a gastar – e gastar bem – esses recursos. No nosso caso em particular, por isso mencionei o entendimento do Senado na elaboração do orçamento e o compromisso do Governo Federal, os nossos orçamentos estão significativamente ampliados.

Cada questão quase dá uma audiência pública. Vou tentar percorrer todas usando alguns exemplos que posso considerar simbólicos.

A questão do desperdício. Sem dúvida nenhuma, uma questão fundamental é a da consciência, da educação, principalmente da educação ambiental. Lembro-me de quando era aluno do Professor Ildo Sauer, lá na USP, no curso de mestrado sobre energia, de que a grande discussão, inclusive sobre energia, as *utilities*, era a mudança de hábitos. Então a mudança de hábito e a consciência em torno desse tema são questões fundamentais. Acho que tem que continuar insistindo. Como mencionei, nem sou eu. É o convívio da minha filhinha, a escola dela que está fazendo com que as perspectivas de olhar para esse tema sejam diferentes daquilo que as nossas gerações fizeram.

A segunda, Srª Senadora, não tenho receio de mencionar que motiva em grande parte o desperdício da água tratada é a de que sistema tarifário de água no Brasil é, na minha opinião, um desastre. Grande parte da água no Brasil não é cobrada. Nós deveríamos ter políticas públicas que visassem à universalização para aqueles que não têm renda, inclusive disponibilizando uma quantidade de água, mas tarifas de água que são irrisórias, que não cobrem os custos, exigem que haja um subsídio de outras fontes de arrecadação no Município. Tarifas irrisórias dessa natureza levam ao desperdício.

Vou citar um caso. Eu era Presidente da Sanasa, Empresa de Saneamento de Campinas, durante o período do apagão, com 20% de energia elétrica. Lá na cidade que tem micromedição, com um milhão de habitantes, chegamos a 12% de redução no consumo de água, em função do consumo de energia. Porém, duas regiões da cidade não tiveram redução. Aliás, tiveram aumento. Quais foram as duas cidades que não tiveram redução, mas aumento no consumo de água? A região do Gramado – quem conhece Campinas sabe que são os condomínios de alto poder aquisitivo formados onde a elasticidade permite à pessoa não reduzir o consumo de água – e nas ocupações, principalmente em uma grande ocupação da cidade chamada Parque Oziel. Por quê? Porque a água era de graça, as pessoas não pagavam. Durante esse período de racionamento você ia lá e via a água vazando direto nos caninhos de borracha com pneu. Por quê? Porque, como não paga pela água, ele não tem a dimensão, na minha opinião – essa é uma opinião estritamente pessoal, não é a da ANA. Não quero aqui comprometer. Pode ser que outras pessoas tenham opinião distinta.

Então, é a questão tarifária. E fazer com que as pessoas percebam que a água tem valor e um custo para ser produzida é fundamental. Se não houver isso, você estimula sensivelmente a questão do consumo. Tarifa baixa indistintamente leva a uma elevação do consumo. Uma elevação do consumo exige, necessariamente, maior disponibilização do serviço, seja de infraestrutura, seja de quantidade de água. Então, penso que a combinação de uma política tarifária justa que considere os aspectos socioambientais e, principalmente, os aspectos sociais, como garantir o acesso à água, são fundamentais.

Para isso, há vários mecanismos, como a tarifa social, como medidores pré-pagos que possibilitem o consumo, o que é necessário para essas famílias que não têm renda. É preciso que haja, no setor da água, uma política tarifária mais realista, porque isso envolve, sem dúvida, problemas políticos de grande natureza. O prefeito não quer mexer na tarifa de água, porque, se ele o fizer, ele perde a próxima eleição. Isso acaba sendo politizado. Esse é um problema nacional. Grande parte das grandes cidades brasileiras, fora do centro Sul-Sudeste, tem uma política tarifária muito baixa, que não cobre os custos, e grande parte dela não é sequer tarifada.

Essa é minha opinião. É uma combinação do processo educativo, mas atribuindo à água seu valor econômico, de maneira mais adequada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) (*Fora do microfone.*) – Aí se tem de pegar dinheiro do Governo Federal, e o Governo Estadual não cobra tarifa...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – E se faz isso. Penso que essa é uma questão-chave, de natureza política.

Quanto à questão dos deslizamentos, que a senhora mencionou, eu começaria dizendo o seguinte: em primeiro lugar, pela divisão das competências da nossa Federação, a gestão territorial é de competência municipal. Então, em grande parte, esses problemas derivam de uma ocupação inadequada do solo urbano. Não é somente essa a causa, mas isso se dá, em grande medida, devido a essa ocupação inadequada. Os Municípios nunca tiveram planos diretores. Digo isso, porque também fui secretário de planejamento no Município de Campinas, e o plano diretor da cidade era bastante consistente, mas de difícil rebatimento na decisão. Ou não há plano, ou, muitas vezes, há um plano, mas este não rebate diretamente na tomada de decisão. Então, a ocupação desordenada do território nacional é um problema. O segundo problema é que, muitas vezes, estamos tratando de bacias de pequena dimensão, em que o tempo de resposta é muito rápido: há o evento de chuva, e, logo em seguida, vem o efeito sobre aquela região.

No mesmo momento em que aconteceu a tragédia no Rio de Janeiro, falava-se das inundações na Austrália, em que as pessoas recebiam, inclusive, um telegrama na sua caixa postal, falando que elas precisariam desocupar a área. No caso da Austrália, estamos tratando de uma dimensão, é evidente, diferente, mas igual, por exemplo, à do rio São Francisco e à do rio Amazonas. Em função de um evento nas cabeceiras, consegue-se antecipar, em semanas, o efeito mais adiante, a juzante. No caso de bacias pequenas, isso é praticamente impossível, porque o tempo de resposta, muitas vezes, é uma questão de horas. Para isso, é preciso dotar a região de sistemas de alerta que funcionem e que tenham contrapartida principalmente na sociedade.

Na minha opinião, acompanhando o debate que aconteceu sobre o evento no Rio de Janeiro, é preciso qualificar o Município, qualificar a Defesa Civil do Município e também qualificar a população, para que ela responda rapidamente a um fenômeno como esse. Mas não temos essa cultura, não há liderança. Quando acontece alguma coisa assim, a pessoa segue quem?

Permita-me dizer, Senadora, que isso envolve outra questão de natureza econômica muito forte na nossa sociedade. É preciso não apenas conhecer as áreas de riscos, mas também identificá-las. A senhora imagina se eu ou qualquer pessoa vamos ao Rio de Janeiro ou à Angra dos Reis e se, ali, do lado da pousada, há uma placa com o dizer "área de risco, verifique as condições de segurança necessárias"! Ou, então, imagina se alguém vai vender uma propriedade, e lá está cravada uma plaquinha em que está escrito "área de risco"! Então, muitas vezes, o Poder Público tem instrumentos para identificar áreas de risco – e isto é raro em algumas cidades –, mas acaba esbarrando na sua efetividade, seja por essas questões que mencionei, seja por falta de organização mais adequada.

Do que a Agência dispõe? A Agência dispõe de uma Sala de Situação. Estamos procurando rebater nos Estados. Nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, já existe essa Sala de Situação, em que se trabalha com questões que envolvem precipitação e fluxo de rios. Isso responde satisfatoriamente aos problemas que mencionei de grandes cursos.

Quando se tratar de pequenas bacias, a resposta não estará na gestão de águas, ela estará fundamentalmente na gestão do espaço territorial urbano.

A questão de acordos internacionais, juntamente com a questão do que pode ser feito, o problema dos

Estados nacionais, a soberania nos Estados transfronteiriços.

Eu, particularmente, ainda não entrei no acordo que envolve o tratado do rio Apa. Recentemente, mobilizamos, inclusive, os gestores de água dos países da OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. E há uma disparidade, ainda, muito embora nós tenhamos que fazer muito, esses países têm que fazer muito mais ainda do ponto de vista de gestão. Então há um certo desequilíbrio e a medida mais apropriada, do nosso ponto de vista, em termos de cooperação, é dotar de sistemas que conversem, que façam com que as informações sejam disponibilizadas de forma adequada.

Eu queria dizer, essa foi a minha impressão, não sei se envolve algum problema diplomático, mas senti nessa reunião, estavam todos os países, exceto a Venezuela, mas estava a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Guiana e o Brasil, e eu senti um misto de admiração pelo Brasil e uma certa desconfiança desses países também. Então, existe um grande esforço diplomático a ser feito, porque eles veem o Brasil dessa forma. É misto, o Brasil é um país admirável, por várias razões mas, ao mesmo tempo, existe um grande receio. E nós precisaríamos unificar o nosso discurso no continente sul americano, porque como o Brasil compartilha duas grandes bacias, a Amazônica e a Platina, como mencionou o Senador Pedro Taques, no caso da Amazônica, nós estamos rio abaixo, então o Brasil se comporta de uma maneira. No caso da Platina, nós estamos rio acima, então nos comportamos de outra maneira.

Então, no nosso ponto de vista, precisaríamos ter, e aí, na minha opinião, é no âmbito das Relações Internacionais rebatendo em recursos hídricos. Nós não temos autonomia para tratar desses temas com esses países, no sentido de unificar um discurso estratégico sobre essa questão no continente sul americano, aumentando o nível de admiração e diminuindo o nível de desconfiança que existe em relação ao Brasil. E os senhores, com certeza, os Parlamentares que convivem nessa fronteira sabem que é um pouco disso, é de admiração, mas, ao mesmo tempo, de desconfiança.

Em relação ao Senador Aloysio Nunes, eu gostaria de fazer um convite, porque o senhor mencionou bem, penso que a água pode ser uma grande ponte entre o setor produtivo e a questão ambiental. E vou até dizer em caráter bastante pessoal, a água pode ser também uma grande ponte do ponto de vista partidário, Senador, porque tenho uma filiação, sou vinculado ao PT, mas é raro encontrar parlamentares em todos os partidos, mas particularmente no meu, que tenham colocado de forma tão clara a posição do senhor de assumir uma bandeira cívica de defesa da água no Brasil. A água é para nós, paulistas, mais ou menos como o time do São Caetano, todo mundo gosta, mas ninguém torce para o time do São Caetano, torce para o Palmeiras, para o Corinthians, para o Santos, mas gosta do São Caetano; a água é mais ou menos isso.

As pessoas têm hoje uma dimensão da importância da água, mas não têm a água com uma bandeira central. Então, fico muito satisfeito e animado com a posição que o senhor mencionou dos Senadores e Senadoras aqui presentes.

A Senadora Marisa Serrano há anos tem essa relação com a Agência Nacional de Águas e faço um convite a todos. A interface da questão da Funasa Ministério das Cidades, me permita dizer, é o MI, o Ministério da Integração também tem ações.

Na verdade, o setor de saneamento, e já estive no setor de saneamento, este setor no Brasil historicamente foi e gosta de ser autorregulado. Então eu, na Sanasa, não era nem o prefeito, Senador, fazia a portaria que determinava, por exemplo, a tarifa, porque a tarifa é a ponta da regulação, discutindo-se a tarifa, pode-se discutir uma série de questões. E o aspecto de que o Presidente da empresa faça portaria está errado, mas é gostoso, porque ninguém me cobrava. No máximo uma discussão com o prefeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – E para o prefeito também é bom.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Em certa medida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Ele se livra do abacaxi de ter que reajustar a tarifa.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Mas eu acho que o setor de saneamento, a partir da 1145, que é a Lei Saneamento de 2005, está estimulado a se regular, a ter agências, estimular a fazer isso de forma também compartilhada, porque o setor de saneamento, em função de que a titularidade é municipal, o serviço é municipal, também criou uma distorção, no meu ponto de vista, de que o planejamento também ficou municipal. Então, o Município, o Prefeito Antonio da Costa Santos dizia isso: as fronteiras dos Municípios são locais não onde as pessoas se encontram, mas onde as pessoas ficam de costas umas para as outras, olhando exclusivamente para dentro do seu Município.

Então, a titularidade municipal leva, quase que naturalmente, ao planejamento municipal. E o planejamento municipal, no caso do saneamento, é um desastre. Ela tem uma limitação histórica, cumpre um papel, mas é incapaz de ir adiante, no meu ponto de vista, a menos que você consiga ter arranjos mais am-

plos, arranjos regionais, metropolitanos, principalmente através da figura do consórcio a ser implantado.

A figura do consórcio, por sua vez, que pode ser a saída, não faz parte da cultura administrativa no Brasil. A cultura administrativa no Brasil é política: eu não vou fazer um consórcio com o prefeito do Município vizinho, que é de outro partido e que inclusive está estimulando a oposição para me derrubar. Em função disso, acaba não pensando do ponto de vista institucional, não constituindo mecanismos dessa maneira.

Nós estamos preparados. A Agência Nacional não executa, mas nós estamos preparados e temos feito esse diálogo com o Ministério das Cidades, com o Ministro da Saúde, porque a Funasa ainda não resolveu as suas questões de natureza administrativa, e estamos com o Ministro da Integração, no sentido de que a Ana possa ser, a partir do Atlas, que é esse instrumento – eu renovo, eu não tinha dito aqui o horário, às 18 horas, no Museu Nacional, dia 22, e convido a todos para estarem lá –, uma fábrica de projetos para esses Municípios no que tange a acessar os recursos públicos, porque hoje você tem recursos, mas não tem projeto. E aí o rabo corre atrás do cachorro, o cachorro corre atrás do rabo e a gente não sai disso. Então, nós estamos preparados para essa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Inclusive, se me permite, com algumas condicionalidades em relação a tarifas. Ter tarifas mais realistas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Realistas.

Com relação ao Senador Pedro Taques, V. Exª faz duas observações de natureza conceitual. Eu fico olhando o relógio ali e o quanto demandaria essa questão da soberania e a questão da vocação brasileira do ponto de vista da sua atividade.

Eu queria dizer que V.Exª me estimulou pelas suas palavras também. Eu sou estatístico e virginiano, então se tem alguma coisa que eu nunca consegui aprender na vida foi Ter um vínculo mais forte com as questões mais poéticas e tudo mais.

Recentemente vi uma frase que envolve a questão do ciclo ideológico, e V. Exª mencionou que a água do planeta é finita, e é a mesma água durante milhões de anos, que diz, mais ou menos assim: quantos corpos cada molécula de água já não visitou durante a sua história, durante bilhões de anos? Então, não só é isso que V. Exª mencionou, de ser finita, mas ter uma dimensão de que nós, que somos compostos de 70% de água, os organismos vivos que em grande medida têm isso ou mais ainda de composição de água, quantas vezes o ciclo ideológico, essas moléculas não passaram, não visitaram corpos distintos?

E quando V. Exª fala do ouro azul, eu também vi uma outra frase dizendo o seguinte: muitas pessoas comparam a água ao ouro ou comparam a água ao petróleo. A humanidade viveu sem ouro em algumas etapas e sem petróleo, viverá sem ouro e sem petróleo no futuro, mas não viveu nunca sem água e não viverá sem água.

Na minha opinião, a resposta a essa questão, eu não tenho uma visão assim. Eu sou daqueles que tendem a ficar um pouco mais otimistas, precavido, mas otimista. A quantidade de água no planeta é muito grande, 70% do planeta é água. O problema é o acesso a essa água. Na minha opinião, a equação vai estar em função da equação água e energia. Então, dependendo de como isso se der, você vai ter um acesso maior ou menor à água.

Por exemplo, a questão da dessalinização que antigamente era inviável do ponto de vista do custo, hoje já se aproxima do custo do tratamento convencional de água doce. Porém, nem todo mundo mora na costa. Então, vai envolver também uma grande quantidade de energia para tratar e depois para levar para onde precisa. Eu acho que a equação vai caminhar na dimensão entre a disponibilização, a quantidade e a qualidade, principalmente a qualidade, e a questão energética.

Com relação à questão da vocação brasileira e da expansão das fronteiras, muito rapidamente, acredito que foi possível ampliar significativamente a agricultura irrigada no Brasil e melhorar tecnologias. Inclusive existe um espaço ainda grande para ampliar a produtividade sem exercer uma pressão maior sobre a fronteira agrícola.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O senhor me permite só uma interrupção?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – E a agricultura, essa forma a que o senhor fez referência e a contaminação do lençol freático com agrotóxico em razão desse tipo de atividade.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – O senhor tem razão. Mas penso que o aumento da produtividade agrícola através da irrigação no Brasil... Segundo o Dr. Félix – que o senhor mencionou e que é especialista, já foi Secretário –, e sempre ouço a esse respeito, o Brasil é, entre os países agrícolas, aquele que menos utiliza agricultura irrigada no planeta, muitas vezes, ainda, de forma ineficiente. Então, se ampliarmos a agricultura irrigada, através de políticas que estimulem o produtor a mudar, adotar ou mudar a tecnologia, podemos ampliar sem fazer uma pressão grande sobre isso.

Defendo também, em nível estratégico, já que é muito difícil fazer local, porque, quando tratamos local-

mente,... É difícil entender o que vou dizer, mas sinto a obrigação de aqui fazê-lo. Que o País fosse mais capaz de fazer pactos a respeito de opções que você venha a tomar e de fazer moratórias. Por exemplo, a cidade de Campinas tem sete sub-bacias. No passado, nunca foi feita nenhuma opção de qual sub-bacia poderia ser poupada do lançamento de dejetos e mantida íntegra e comprometer a outra. Moral da história: todas as sete ficaram contaminadas. No caso brasileiro, algumas regiões, inclusive as nascentes do Xingu, já têm uma ocupação humana muito significativa, em detrimento de outras regiões na Amazônia, que não têm. Do ponto de vista estratégico, precisaríamos, na nossa opinião, e é assim que os planos de recursos hídricos têm apresentado, essas possibilidades de *trade off*, de trocas, de você acentuar uma determinada vocação durante um período, para expandir naquela região. Em contrapartida, você não expandir em outras regiões, em função da sua característica, da sua fragilidade.

Vou citar um exemplo do setor elétrico, porque venho do setor elétrico. O setor elétrico no Brasil mete hidrelétrica em tudo que é rio. Depois que colocou uma, comprometeu. Poderíamos explorar as bacias hidrográficas de forma mais sistêmica, antes de partir para a próxima. Estou falando especificamente da questão da Amazônia. Falo sempre isto: como a malha da rede de transmissão faz com que o setor praticamente enxergue que o Brasil é uma única bacia hidrográfica, porque tanto faz que a energia que chega a Araraquara seja de Jirau – só para dar um exemplo – ou de Três Irmãos ou de Itaipu, que é próximo, o setor elétrico precisa de 500MW. Então ele vai, olha e fala: "Bom, eu faço aqui neste rio e depois em outro". É só um exemplo grosseiro, isso não existe na prática: "Mas eu preciso de 1.000MW". Para o setor elétrico, ele põe 500MW no Amapá, 500MW no Rio Grande do Sul, e tem 1.000MW. Quando, na verdade, esses 500MW no Amapá – estou citando um exemplo – são apenas 10% do que você pode usar. Você poderia usar os outros 500MW no Amapá, antes de ir para o Rio Grande do Sul. Então, falta essa capacidade de planejar.

E eu acho que, na questão da agricultura, das moratórias, dizer "Bom, nós vamos expandir aqui, nós vamos fazer dessa maneira, mas as outras regiões serão poupadas, para que as gerações futuras decidam se querem ou não que seja feito". A agricultura tem... Vou falar da parte negativa, mas acredito que a agricultura é um patrimônio nacional.

A agricultura tem contribuído também, sistematicamente, para o comprometimento da qualidade das águas no Brasil, seja através da utilização de agrotóxicos, seja através da utilização de fertilizantes, que vão diretamente para o manancial superficial ou para o subterrâneo. Tanto é assim – e não é só o esgoto doméstico – que, no Nordeste brasileiro, um dos principais problemas que existem não é mais o problema da quantidade de água, porque vários Estados – e uso novamente o Ceará – têm, inclusive, usado política de gestão em que a água está lá. A transposição do São Francisco – depois vou falar sobre ele –, inclusive, vai dar segurança hídrica. Porém, o que está afetando de maneira sistemática os reservatórios do Nordeste é a qualidade da água. Então, a salinização, a eutrofização, a produção de algas, algas tóxicas, isso compromete a disponibilidade da água para produção, seja para consumo, seja para qualquer tipo de utilização mais adequada.

O Senador Acir mencionou quais são os recursos técnicos disponíveis e como os produtores rurais não serão prejudicados.

Senador, essa é uma discussão também muito complexa. Fico à disposição do Senador, inclusive para ajudar no debate, porque a cobrança, se, por um lado, é positiva, cobra-se de todos os usuários. Ainda nem todos os usuários têm acesso àquele recurso. Por quê? Porque, por força de lei, por ser um recurso público, todos pagam, mas, depois, ele tem que ser aplicado como recurso público e, muitas vezes, o ente privado não tem acesso ao recurso que ele próprio pagou. Então, precisaríamos também de um ajuste na legislação brasileira, de forma que o recurso da cobrança pudesse ser destinado também ao usuário privado da bacia hidrográfica, de forma que ele possa receber os recursos.

E compatibilizar um pouco a destinação desses recursos, porque, o que tem acontecido? Muitas vezes, a gente cobra na bacia – venho da bacia do PCJ, um dos comitês também muito organizados –, ou seja, cobra-se na bacia e, depois, quando você vai executar as obras, acaba executando aquelas obras que, por natureza, são obrigação das empresas, para elas executarem.

Então, na verdade, não há ganho ambiental significativo. Vou dar um exemplo: a empresa de saneamento paga a cobrança, mas, depois, retiram o recurso da cobrança para fazer uma estação de tratamento de esgoto que é da competência dela executar. Inclusive, está na tarifa.

Então, os usuários, no comitê de bacia, poderiam utilizar esse recursos para políticas de incentivo, como pagamento de serviços ambientais, e estimular o produtor rural a manter sua reserva adequadamente – no nosso caso, a APP, não está tratando de reserva legal, apesar de ter usado o termo. Para quê? Para que ele melhore a quantidade da água e tenha alguma remu-

neração em função daquela preservação, e ele não seja instado a agir.

Com relação ao São Francisco, eu só queria dizer que a revitalização é meta importante. As ações foram executadas de forma precária, Senador Aloysio, com relação à revitalização. Tive oportunidade, como Secretário do Meio Ambiente... Formalmente, o Ministério do Meio Ambiente é tido como o Ministério que coordena a revitalização do São Francisco. Porém, os recursos do Ministério são muito pequenininhos. A grande quantidade de recursos da revitalização está nos ministérios executores, principalmente no MI. E, no período atual, grande parte desses recursos foi para saneamento. Muitas vezes, os usuários da bacia não veem saneamento como revitalização, mas posso garantir que, se for considerado o saneamento como revitalização, os recursos aplicados na bacia do São Francisco são equivalentes ou superiores ao valor da transposição. Agora, posso assegurar também que faltam muito mais recursos.

Muito obrigado pela oportunidade. Desculpem-me se cansei, mas tentei percorrer todas as questões que foram levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Vicente Andreu, pelas suas colocações.

Pergunto às Srªs e aos Srs Senadores se têm algum questionamento mais a fazer.

Então, passo a palavra à Senadora Marisa Serrano, Presidente da CMA.

A SRª MARISA SERRANO(Bloco/PSDB – MS) – Bem, como Presidente da Subcomissão Permanente de Águas e membro da CMA, Comissão de Meio Ambiente e membro da CMA, Comissão de Meio Ambiente. Quero agradecer aqui a presença da Ana Paula, dizer que foi um vídeo muito interessante e instigante, porque deu a ideia de que as ONGs também estão participando ativamente do processo.

Cumprimentar o Dr. Vicente Andreu e dizer da alegria de tê-lo mais uma vez aqui. Seja sempre bem-vindo. V. Sª hoje colocou vários aspectos que vão oportunizar aos Senadores poderem trabalhar em outras questões também decorrentes de sua fala e poderão ampliar também o trabalho parlamentar de todos nós.

Queremos agradecer muito a presença e dizer que fiquei instigada a dar uma discutida sobre a questão das pequenas PCHs, que estão por aí afora abrindo todas as bacias em todos os rios sem nenhum controle, porque nunca ouvi falar no meu Estado, em que estão "purulando" as PCHs, se há algum planejamento feito anteriormente a que elas se instalem nos nossos rios. Portanto, já vou começar a trabalhar nessa ótica também.

Agradeço muito sua presença e dizer que é sempre bom a gente poder discutir essas questões que melhoram o nosso relacionamento mas, principalmente, dá-nos oportunidade de melhorar o trabalho que todos nós fazemos em prol do País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu que agradeço a presença dos Senadores e das Senadoras nessa audiência pública em conjunto da Comissão de Agricultura e da Comissão de Meio Ambiente. Assim que nós gostaríamos de conduzir os nossos trabalhos nesses próximos anos, Senadora, sempre em parceria, porque entendemos que a produção tem que caminhar junto com o meio ambiente.

Agradeço a presença do Sr. Irineu Rodrigues, representante da Embrapa; Dr. Gotardo Machado de Souza Júnior, Assessor de Programas da Conab; Dr. Antônio Félix Domingues, Coordenador de Articulação e Comunicação da ANA; Dr. José Silvério da Silva, Chefe de Divisão da Agricultura Irrigada no MAPA; Dr. Horácio Figueiredo, chefe de gabinete da ANA. E agradeço mais uma vez à Drª Ana Paulo, que trouxe aqui um vídeo muito importante, mostrou a realidade brasileira e nos alimenta de informações para que nós possamos continuar sendo – e aí eu me coloco também da mesma forma, Dr. Vicente Andreu – como um defensor das águas. Tenho certeza de que as suas colocações foram esclarecedoras e nos estimulam a sermos cada vez mais defensores das águas do planeta.

Agradeço a sua presença aqui conosco e coloco a Comissão de Agricultura à disposição naquilo em que nós pudermos ser úteis para contribuirmos para essa questão tão importante, que são as águas.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E COM A 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 09h00.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, LÚCIA VÂNIA** e **EDUARDO BRAGA,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; Comis-

são de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EUNÍCIO OLIVEIRA, INÁCIO ARRUDA, IVO CASSOL, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LINDBERGH FARIAS, LOBÃO FILHO, LÚCIA VÂNIA, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO, WALTER PINHEIRO,** e **WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, AÉCIO NEVES, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ARMANDO MONTEIRO, BENEDITO DE LIRA, CASILDO MALDANER, CIRO NOGUEIRA, CRISTOVAM BUARQUE, DEMÓSTENES TORRES, FERNANDO COLLOR, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GARIBALDI ALVES, GILVAM BORGES, GIM ARGELLO, HUMBERTO COSTA, JAYME CAMPOS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO VICENTE CLAUDINO, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ PIMENTEL, LÍDICE DA MATA, LUIZ HENRIQUE, MAGNO MALTA, MARCELO CRIVELLA, MARIA DO CARMO ALVES, MARINOR BRITO, MARISA SERRANO, PAULO BAUER, PAULO DAVIM, PAULO PAIM, RANDOLFE RODRIGUES, RENAN CALHEIROS, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, WALDEMIR MOKA** e **WELLINGTON DIAS.** O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** justifica sua ausência, decorrente de missão em representação à Presidência do Senado Federal, conforme Ofício nº 227/2011-PRESID., de 22 de março do corrente ano. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes Requerimentos: **1) REQUERIMENTO nº 8, DE 2011-CMA / nº 2, DE 2011-CCT**, que "Requer, com amparo no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o programa nuclear brasileiro e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado Brasileiro em caso de desastre. Devido à complexidade do tema e a diversidade de aspectos relacionados com a questão (técnicos, operacionais e políticos), propomos o fracionamento dos trabalhos em três audiências. A título de sugestão, serão convidados para exporem seus pontos de vista as seguintes autoridades: Primeira audiência pública – aspectos operacionais: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear; Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Segunda audiência pública – aspectos técnicos: José Goldemberg, Professor Dr. da Universidade de São Paulo (USP); Luiz Pinguelli Rosa, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Aquilino Senra Martinez, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Terceira audiência pública – aspectos políticos: representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, representante do Ministério de Minas e Energia, representante do Gabinete de Segurança Institucional". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, as comissões aprovam os Requerimentos. **2) REQUERIMENTOS n° 9, DE 2011-CMA / n° 3, DE 2011-CCT / n° 2, DE 2011-CI,** que "Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma nova audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), com a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, para dar continuidade ao debate sobre o programa nuclear brasileiro e seu sistema de segurança". Autoria: Senador Lobão Filho; **3) REQUERIMENTO n° 10, DE 2011-CMA,** que requer a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA) na audiência pública a ser realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados para, em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, avaliar as conquistas obtidas pelos consumidores e debater proposta de reformulação do CDC em curso no Senado Federal, conforme Requerimento nº 04/2011, aprovado naquela Comissão em 16 de março de 2011. A audiência pública contará com a presença dos seguintes convidados: MINISTRO HERMAN BENJAMIN – Presidente da Comissão Especial de Reforma do CDC, do Senado Federal ; DRA JULIANA PEREIRA DA SILVA – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; SR. ANTÔNIO CARLOS DA FONSECA - Subprocurador Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara do Ministério Público Federal; JORGE ALBERTO DE SOUZA MADRUGA - Coordenador do Forum Nacional dos Procons; SRA. MARIA INÊS DOLCI - Coordenadora

Institucional do PROTESTE/SP e da SRA. MARILENA LAZZARINI – Coordenadora Executiva do IDEC. Colocado em votação, as comissões aprovam os Requerimentos. **PAUTA**. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CMA, nº 2, de 2011-CCT e n° 1, de 2011-CI, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o programa nuclear brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo: sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes; plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos. Comparecem para a audiência pública os seguintes convidados: Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da ELETRONUCLEAR; e Laércio Antonio Vinhas, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Após a exposição dos convidados, os Senhores Senadores apresentam seus questionamentos. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Usam da palavra os Senhores Senadores **VITAL DO RÊGO, DELCÍDIO DO AMARAL**, **LÚCIA VÂNIA, EDUARDO BRAGA**, **LOBÃO FILHO**, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, **JORGE VIANA**, **LINDBERGH FARIAS, WALTER PINHEIRO, JOÃO PEDRO**, **CYRO MIRANDA**, **KÁTIA ABREU**, **IVO CASSOL** e **ALOYSIO NUNES FERREIRA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente CMA. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente CCT. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente CI.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Conjunta de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a 3ª Reunião da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura e a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Quero agradecer as presenças do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, do Dr. Laércio Vinhas, dos Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia e todos as demais e os demais Senadores aqui presentes.

Antes de passarmos à pauta, gostaríamos de apresentar os seguintes requerimentos.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Convidando para algumas audiências públicas o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, o Sr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Sr. Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Sr. Aquilino Senra Martinez, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Sr. José Goldemberg, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, e representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, representantes do Ministério de Minas e Energia, representantes do Gabinete de Segurança Institucional.

Vou dar uma explicação: esta Comissão já havia aprovado, na sua reunião, ao convite ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva; em seguida, a Comissão de Infraestrutura decidiu também fazer um conjunto de audiências públicas sobre o mesmo tema e a Comissão de Ciência e Tecnologia também demonstrou o mesmo interesse.

Entendemos que deveríamos fazer essas audiências conjuntas. Daí, a necessidade de aprovar o requerimento.

Em discussão o Requerimento. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em conformidade com a aprovação dos Requerimentos nºs 07, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Jorge Viana, e 01, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o Programa Nuclear Brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como plano de emergência em casos de acidentes, plano de expansão do Programa Nuclear Brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de

acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos, com a participação dos seguintes convidados: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear, e Laércio Antônio Vinhas, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos convidados. Para que possamos ganhar tempo, já, de imediato, passo a palavra ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. OTHON PINHEIRO DA SILVA – Sr.ªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, é com muito prazer que estou aqui atendendo a esta convocação, porque estamos em um momento que convida à reflexão, à análise.

Temos que levar em consideração que energia é fundamental para a sociedade moderna. Nela, temos de prever a contribuição de todas as fontes primárias, evidentemente priorizando as fontes renováveis.

Precisamos ter um mix de energia que menor impacte o meio ambiente e que melhor atenda às necessidades da nossa sociedade.

Temos que entender que somos um país que sofreu uma das maiores transformações da história mundial, ou seja, em sessenta anos, partimos de uma sociedade em que 80% vivia no campo e 20% nas cidades, para ser exatamente o contrário nos dias de hoje: 80% nas cidades e 20% no campo. Esse adensamento populacional nas cidades conduz a uma série de desafios: desafio do saneamento: a falta de saneamento mata mais que qualquer doença isolada, aqui no país. Para saneamento, precisamos de energia. Energia para tocar uma bomba d'água, para tratar a água e colocar nas nossas casas; e motores elétricos para fazer o saneamento, transportar os rejeitos que a sociedade produz. Esse é um grande desafio da nossa sociedade. É uma atividade bastante intensiva, em termos de consumo de energia elétrica.

Outro desafio é o do transporte coletivo nas cidades. Temos pouco transporte, precisamos redimensionar o transporte coletivo de maneira que polua menos, ou seja, queimando menos combustível fóssil. Na Europa, todas as cidades acima de 250 mil habitantes têm um transporte coletivo organizado, eletrificado. Aqui no Brasil, estamos muito longe dessa realidade, mas chegaremos lá. Apenas crescemos rápido demais, tínhamos que crescer com menor investimento na fase inicial, que levava ao transporte coletivo, queimando combustível fóssil. Hoje – vejo aqui um Senador de São Paulo e morei lá por 25 anos, ainda tenho residência lá –, um trabalhador, em São Paulo, às vezes leva quatro horas dentro de um ônibus, com o ônibus fazendo fumaça, poluindo o meio ambiente. Há uma série de desafios que temos que encarar.

Voltando ao transporte coletivo eletrificado, ele é intensamente consumidor de eletricidade. Temos um grau de industrialização muito aquém daquilo que vai nos dar a possibilidade de transformar o que a natureza deu em produtos de interesse para a nossa sociedade, melhorar a qualidade de vida. É muito importante melhorar a qualidade, por todas as razões, mas tem uma cifra que me deixou bastante impactado: li nos jornais que, em 11 anos, morreram 400 mil brasileiros por crime, a maior parte deles por problemas de natureza social, desavenças que, em casas que têm pouco pão, todo mundo chora, todo mundo tem razão, todo mundo entra em discordância. Portanto, há cifras que são impactantes, e a transformação da nossa sociedade vai levar a um maior aporte de energia – temos que economizar sempre – e, dentro desse cenário, não se pode deixar nenhuma das fontes primárias. Em energia, temos que contar com todas as fontes primárias. O desafio está em compor a contribuição de cada fonte, da maneira que dê o menor custo para a sociedade e menor impacto ambiental. É este o nosso desafio, mas agora temos que refletir muito sobre o que houve no Japão.

Vou tomar a liberdade de projetar alguns quadros, saturar os senhores o mínimo possível. Tivemos, no Japão, um dos maiores terremotos de que se tem conhecimento na história da humanidade. Não o maior – no Alasca houve um maior –, mas, em área densamente populosa, seguramente foi o maior de que se tem conhecimento. O terremoto derrubou, destruiu, veio um maremoto, um tsunami que projetou todos aqueles resíduos, aquilo que estava derrubado pelo terremoto, e ampliou a catástrofe.

No Japão, temos o encontro de duas placas tectônicas, é uma situação completamente diferente do Brasil, porque esse encontro é bem distante do nosso território. Nós temos a sorte de estar no meio de uma placa tectônica.

Mas esse terremoto, esses dois grandes fenômenos no Japão destruíram várias, todas as instalações industriais da região. E o número de mortes por destruição das instalações foi muito grande. Houve caso de destruição de armazenamento de gás com explosões. Ou seja, o que ceifou de vida esses dois fenômenos... Foi muita gente que, digamos, faleceu, foi ferida em decorrência desse fenômeno. Dentro deles, existe...

Nós vemos aqui a fotografia de uma dessas instalações de gás que explodiu. Dentro de todas essas estruturas que foram afetadas por esse terremoto e por esse tsunami, o comportamento das centrais nucleares, no que diz respeito à estrutura, foi o melhor

comportamento, ou seja, foram as estruturas, a estrutura nuclear em si. Tivemos, numa central, o que uma estrutura auxiliar, ou seja, onde estavam os motores diesel, ela foi destruída, e, com isso, não houve a possibilidade. Com a central nuclear, ela, ao ser desligada, não para de produzir completamente energia. Ela passa de 100%, que produzia, para 2,3% e decai essa produção de energia em trinta e tantas horas. Então, logo assim que uma central nuclear é desligada, nos reatores da geração atual, ela precisa de uma energia externa, corrente alternada, para trocar as bombas de circulação. E, como houve, no tsunami, atingiu os motores diesel auxiliares, a central ficou sem refrigeração pós desligamento. Essa foi a grande causa no Japão.

Temos aqui a fotografia da onda.

A central japonesa estava prevista. Tinha um paredão prevendo um tsunami com a altura de 6 metros, mas o tsunami foi muito maior do que a previsão histórica de mil anos. Então a onda foi superior ao dique de contenção.

Temos aqui o esquema das centrais. A central afetada, que eram 6 usinas, 4 delas foram afetadas. Por alguma razão, que, por enquanto, não se tem conhecimento, essa central foi a mais afetada. Quer dizer, houve uma concentração do efeito. O efeito do maremoto foi maior nessa central do que nas outras próximas. Tanto a Fukushima Daiichi quanto a de cima, Onagawa, não foram afetadas. Houve uma concentração nessa central, que tinha 6 usinas.

Como eu disse, o tsunami afetou os motores diesel de emergência que dariam que suprimir energia elétrica para resfriar a central depois do desligamento.

Vale ressaltar o tipo de tecnologia usada no Japão, nessas centrais, é diferente do que nós utilizamos aqui no Brasil, diferente de outras centrais japonesas da costa leste. Da costa oeste, perdão, do Japão.

Logo que houve o acidente, o governo japonês acionou o plano de emergência, que prevê a evacuação de uma área com cerca de 5 km. Então, inicialmente, eles fizeram a previsão dessa área de 5 km, depois, como era mais de uma central, eles foram crescendo a cada 5 km por cada central que estava com problema. Eram 4 centrais, eles estenderam o raio de evacuação para 20 km.

É importante que se diga que esse tipo de central, central resfriada a água, a dispersão atinge uma região menor do que a central do tipo Chernobyl. A humanidade é muito traumatizada com o fenômeno de Chernobyl. Chernobyl era um reator que tinha grafite no núcleo. O volume de material radioativo era muito maior. Houve uma queima, uma explosão do núcleo. Como o carbono tem uma densidade muito mais baixa, aquilo foi – digamos – transportado para uma região muito grande. É diferente do problema que tem no Japão, que é um reator resfriado a água, então o raio que atinge a dispersão é muito menor. As medidas feitas atualmente já mostram que o nível de radiação é muito baixo, tem uma concentração no portão da central, mas as medidas já feitas, se elas forem verdadeiras – vamos fazer essa ressalva –, se realmente nós estivermos trabalhando, esse é um dos pontos que nós temos que levar em consideração. Esse é um dos, querendo ou não – é duro de dizer –, mas esse é um grande experimento que o destino, que a desgraça nos disponibilizou. É o maior experimento na área nuclear, as centrais nucleares que a humanidade já teve. Então, nós temos que aprender muito com esse experimento.

A segurança envolve várias coisas: envolve instalações seguras, planejamento, ou seja, procedimentos seguros e uma contínua atitude de humildade, melhorar as condições de segurança. Então, nós temos que realmente analisar o que houve lá. Nós nunca nos devemos considerar seguros. A humildade é um elemento essencial da segurança. Agora, na análise muito superficial que já fizemos, primeiro, é crucial que se tenha disponibilidade de mais fontes auxiliares para alimentar o reator depois de desligamento nos reatores da geração atual. Logo um pouco avante, vou explicar que, nesse aspecto, a gente, felizmente, aqui, no Brasil, está bem situado, significa que sempre temos que reaver a segurança, mas, na primeira análise, nós estamos bem e, como opção para o futuro, também as centrais que já há mais de dois anos a empresa cogita depois do desligamento, não necessitam da energia externa para refrigerar. A mais moderna geração de reatores são considerados, quer dizer, o nome é um pouco, não concordo muito com o nome porque eles são chamados de intrinsecamente seguros e, como acho que não tem nada intrinsecamente seguro, não gosto muito do nome, mas a geração de reatores que nós cogitamos para o nosso programa das quatro centrais próximas são desse modelo, com o sistema de segurança passivo aprimorado, ou seja, com o desligamento, ele não necessita de energia externa para resfriamento do reator.

Essa fotografia mostra as regiões mais afetadas. Essa linha vermelha são as zonas mais prováveis de grandes cismos e de *tsunami*. Nós temos uma no meio do Mediterrâneo e temos os chamados oito do Mediterrâneo e oito do Pacifico, que atinge a costa oeste da América do Sul. São regiões que, sobretudo nessas regiões, digamos, os cuidados que têm ter, os detalhes das centrais ou de qualquer instalação nuclear têm que ser bem mais revistos e mais aprimorados.

O Japão usa como critério de projeto o cismo de 8.2, na escala Richter, 0.3g de aceleração e uma onda máxima de 5.7; esse é o critério de projeto deles. A onda foi um cismo de 9.0, o maior cismo que o Japão se tem conhecimento tenha tido, e a onda máxima foi com dez metros, ou seja, superior àquilo que estava previsto. Então, muito embora o critério de projeto tenha sido inferior à solicitação que as centrais tiveram, a central em si resistiu ao impacto.

O nosso critério de projeto. Aqui, no Brasil, nós estamos no meio de uma placa tectônica. Ou seja, a probabilidade de um sismo daquele de maior intensidade é muito baixa, é extremamente baixa no país, sem dúvida, porque o encontro das placas é no meio do Atlântico e a placa que há na América do Sul, ela sobe sobre a outra placa. No Japão é o contrário: a que sobe está na direção do Japão. Ou seja, no nosso caso, é zero praticamente a probabilidade de haver um tsunami em decorrência de um atrito nas placas. Isso é o que os geólogos nos dizem, o que o conhecimento humano hoje diz. Ou seja, nós temos, no que diz respeito à sismicidade e a efeito de tsunami, a probabilidade de ocorrência é muito menor e a intensidade desse fenômeno é, sem dúvida, muito menor.

Então, temos um critério... As nossas centrais têm um quebra-mar de oito metros. Angra I e II estão situadas a cinco metros e Angra III está situada a seis metros, o que significa o seguinte: se tivermos um tsunami que atinja a central, aquela região onde está o Rio de Janeiro, infelizmente, já terá sido extremamente catastrófica para a população. A central está bem acima do que o resto, do que todo o Estado, do que toda a região pode ser atingida. Ou seja, se houver... É duro. Por favor, não entendam mal, mas se houver um tipo de fenômeno dessa natureza, todos já morreram antes de ter problema. Não tem mais do que se preocupar com a central, porque já morreram por outra causa.

O tipo de reator que nós usamos é bem diferente do Japão. O reator PWR, ou seja, *Pressurized Water Reator*, ele é um aproveitamento da tecnologia que os americanos desenvolveram para a propulsão de submarino. Os reatores da geração atual são como os submarinos antigos eram e a nova geração de reator que está vindo no caminho é como os reatores de submarinos novos são. Ou seja, os submarinos modernos têm de navegar em baixa velocidade sem fazer ruído. Por isso não podem ligar as bombas. Então, eles têm que ter em baixa velocidade circulação natural.

Então, houve o aproveitamento dessa tecnologia para a geração de reatores que está vindo em linha. Os atuais são como os submarinos antigos; precisam de um sistema secundário de refrigeração.

Não tem nada a ver com a história, mas a planta de propulsão desenvolvida aqui no país já é dentro do novo conceito.

(Interrupção fora do microfone)

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA - São com o novo conceito. Não, as plantas que operam no Brasil são com o conceito antigo e necessitam de energia externa. A diferença da planta japonesa é que, no caso dos japoneses, o vapor é produzido direto no reator. Eu, particularmente, não...Então, o vapor é produzido diretamente dentro do reator. Sobretudo em uma região de maior sismicidade, particularmente eu não gosto desse tipo de reator, porque, se houver uma ruptura dessa canalização de vapor, é muito extensa e fora da zona de contenção.

Então, desde a época de estudante na MIT, nunca fui favorável a esse tipo de reator em regiões de sismicidade. Aliás, em região nenhuma. O Professor Hansen, lá do MIT, dizia que esse reator do *Boiling Water Reator* é um reator projetado por físicos muito inteligentes e péssimos engenheiros. Essa era a análise que ele fazia desse reator. No caso do nosso reator é como os reatores de propulsão de submarino, nós temos um circuito fechado com água ou pressão mais alta temperatura e um segundo circuito, esse sim, que produz o vapor e o vapor vai para a turbina. Ou seja, nós temos um circuito a mais. Mas...

(Interrupção fora do microfone)

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA - São desse tipo de cima, desse tipo de cima. Então, é conceitualmente mais seguro do que o *boiling water reator*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Mas era o antigo?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Como? Não, não.

Já foram feitas. A opção foi feita desde o início para esse tipo de reatores.

Aqui, vemos bem nesta fotografia. Todo o primário fica em uma contenção dupla. A primeira esfera de aço e, depois, a segunda esfera de concreto. Esse é o nosso sistema. Ou seja, os vazamentos ficam dentro... Esse é o mesmo tipo de reator que teve um acidente nos Estados Unidos, o acidente de Three Mile Island. Aí vem a pergunta: no acidente de Three Mile Island quantas pessoas morreram? Zero. Quantas pessoas foram contaminadas no maior acidente que houve nesse tipo de reator? Zero.

Para se ter uma idéia a Suprema Corte nos Estados Unidos não deu ganho de causa a quem morava a mais de uma milha do reator por parar um negócio. Por exemplo, uma padaria, uma lavanderia não teve nenhuma indenização do Governo, porque foi considerada pela Suprema Corte como não merecedora. Esse

é um dado jurídico, mas mostra bem. Então, existe uma diferença de tecnologia.

A pergunta: é 100% segura? Não existe nada no mundo 100% seguro. O que existe é uma probabilidade.

Então, da análise que temos de fazer sobre o acidente no Japão, todas as causas de morte... Hoje, no café da manhã, eu me lembrei de um evento. O que mais matou no Japão foi casa, o teto da casa caindo na cabeça nas pessoas. Nem por isso o Japão pode parar de fazer casas, as pessoas têm de continuar morando em casas. Sem dúvida, quem estava morando em casa morreu mais do que quem estava na central. Pelo que se sabe até agora, temos uma estatística de 30 e poucas pessoas atingidas. Repito, pelo que se sabe até agora.

Uma análise com mais distância, com mais profundidade vai nos dar as reais causas. A maior parte dos acidentes foi por contaminação, por explosão em outros tipos de indústrias, sobretudo, combustíveis fósseis.

Então, em uma análise como essa, temos de verificar o que ocorreu como um todo e, especificamente, analisar o que ocorreu na indústria nuclear e aprender todas as lições que forem possíveis aprender nesse acidente. Uma lição óbvia é que tem de haver alternativa para a fonte auxiliar de energia.

Pelas notícias que temos agora, nas centrais morreram 35 pessoas e 19 foram contaminadas. Coloco de novo as ressalvas: são com os dados que temos até agora. Eu acho que esses dados são bastante imprecisos. Somente com mais tempo e mais análise, uma análise pela agência internacional, é que vamos ter a real dimensão do acidente.

Vamos comparar com Chernobyl, o que é muito importante. Em Chernobyl, como eu disse, o núcleo tinha grafite e houve uma explosão química. Houve uma explosão e pegou fogo o grafite. Foi um experimento que estavam fazendo na central. Não deveriam ter feito, foi um erro de operação. E esse grafite, com partículas radioativas se espalhou por uma região muito grande da Ucrânia. E não somente da Ucrânia, até na Suécia, houve problema de contaminação leve.

No Japão é diferente. É um reator que não tem grafite no núcleo. As medidas já tomadas. Vê-se que a área afetada é muito menor: cerca de 3 quilômetros em volta da central. As medidas... os dados que nos passaram até o momento.

Como estamos nós? Como estamos nessa fotografia nuclear? Primeiro, a escolha pela tecnologia - eu a considero a mais adequada - foi o reator PWR. Temos um plano de emergência externa em que entra a Secretaria de Defesa Civil, a secretaria do Município. Existe uma coordenação federal. É um órgão, o SIPRON, que coordena todos os órgãos federais. E neles entram a Comissão Nacional de Energia Nuclear, vem todo o sistema federal é acionado por esse plano.

Existem exercícios anuais de treinamento desse plano. E em cada ano par existe a participação da população. A gente procura o máximo de participação da população, evidentemente, estamos num regime democrático, é por convite, por estímulo, e não por convocação, mas, a cada ano par, existe um treinamento completo, uma simulação de acidente.

Agora, no que diz respeito à política da empresa com relação... A empresa participa do plano de emergência, agora, a política com relação à segurança da central, estamos implementando algumas medidas dentro daquele princípio de que nunca se pode estar satisfeito com segurança, estamos no princípio de implantação de quatro embarcadouros para facilitar a evacuação em caso de acidente. Estamos superpondo também algumas quadras poliesportivas que vão ser registradas como se fosse helipontos para a movimentação de pessoas que têm dificuldade de locomoção. Aquela região de Angra é uma das mais bem servidas do Brasil por helicópteros, dado os condomínios de luxo que têm lá, então, estamos construindo essas quadras poliesportivas, que são utilizadas pela população, em caso de emergência.

Estamos também disponibilizando para a Prefeitura o recenseamento local, quer dizer, é um programa em que todas as pessoas que estão num raio de 50 km da empresa são cadastradas, então o geocadastramento desse pessoal para saber quem, ou seja, na hipótese de um acidente, se algum dia houver, esperamos que nunca haja, saibamos exatamente quem está ali. Então, esse cadastramento está sendo utilizado para outras atividades das prefeituras, como serviço médico, temos partilhado isso com as prefeituras locais.

Agora, no que diz respeito a essa preocupação com uma fonte auxiliar, extra de energia, estamos muito bem na fotografia. Ano passado, terminou um estudo feito por uma empresa, porque, como próximo à empresa tem um acesso à Serra do Mar e tem dois rios, é o planejamento de uma pequena central hidrelétrica exclusiva para fornecimento da energia, essa que o Japão não tinha. Então, essa é uma providência que a empresa já tomou, neste aspecto a empresa está muito bem, porque existe esta preocupação já há algum tempo. Por coincidência, na quinta-feira, ou seja, um dia antes do Tsunami, eu estava despachando com o Diretor da Eletrobras e pedindo o financiamento a um juro mais baixo para a construção dessa PCH, e ele aprovou. Então, isso foi bem antes, nem se pensava em tsunami, mas isso sempre foi uma preocupação da

empresa, ou seja, já estamos num processo de construção, existem, para cada central, duas bancadas de motores diesel.

No que diz respeito a Angra III, o Dr. Laércio Vinhas, aqui presente, uma vez telefonou: Othon, vou exigir que o diesel auxiliar tenha a constituição classe I, ou seja, o mesmo critério de constituição da central. O Laércio é testemunha, levei um segundo, para dizer: olha, Laércio, concordo com a sua sugestão, vamos construir Angra III já com os motores diesel auxiliar com classe I, ou seja, o mesmo tipo de estrutura que não foi destruído no Japão foi decisão deste País por sugestão da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e não levei um segundo de hesitação para concordar com essa posição.

Então, no que diz respeito à preocupação com essa fonte auxiliar, embora estejamos com a central com nível de segurança que é melhor, por que é melhor? No *boiling water reactor*, o tempo de decisão é muito pequeno, o inventário de água é muito pequeno. Numa central do tipo PWR, temos cerca de umas duas horas, mesmo sem energia auxiliar. Além disso, estamos trabalhando na empresa para ter uma central, porque estamos tirando partido da nossa posição geográfica favorável. Como existe uma serra com um rio atrás, temos uma linha de extensão de 12km, vamos fazer não linha aérea, e sim a galeria, ou seja,

Existe, dentro da empresa essa atitude de procurar a segurança. E vamos continuar sempre dentro dessa filosofia.

Nesse momento, *vis à vis* o que ocorreu no Japão, nós vamos iniciar uma profunda análise de todo o sistema que nós temos, ou seja, segurança. A gente nunca pode estar satisfeito com segurança. E nunca pode abrir mão de ter o melhor.

Em caso de dúvida, sempre paramos a central. Nunca houve um caso em que houvesse dúvida que não se parasse a central. Então, para segurança, nós precisamos ter instalações adequadas, procedimentos planejados de forma adequada e sempre uma atitude de nunca ficar satisfeito com a segurança. Tem caso de dúvida? A segurança tem prevalência sobre a economicidade. Isso tem sido a política da empresa e acho que é tranqüilizante para a nossa sociedade.

Agora, vem a pergunta: escute, mas no Brasil tem tantas formas de energia. Por que nós vamos precisar de energia nuclear?

Nós precisamos de todas as formas de energia. Não existe energia melhor do que a outra. Solar, eólica, todas elas, cada uma tem seu quinhão de participação. Mas é comum chegar e dizer: "Não, com eólica e solar resolvo tudo". Isso é jejum em termos de planejamento energético. Quem realmente não tem o menor conhecimento do que é planejamento energético pode falar isso.

Nós temos uma sociedade adensada em termos de população nas cidades, com grandes blocos. Então, digamos, é muito amadorismo afirmar que basta eólica e solar. Agora, também é um absurdo dizer que elas não são importantes; são extremamente importantes. Sobretudo a energia solar, para aquecimento. Sem dúvida, estamos subutilizando essa forma de energia. Podemos explorar muito mais a energia eólica.

Mas, por que não podemos dispensar a energia nuclear? Porque houve um crescimento muito grande. O nosso sistema era fundamentalmente hidroelétrico. O sistema interligado, até o início do século, funcionava perfeitamente – digamos – com hidroelétricas. Como engenheiro, eu acho a melhor forma de gerar energia elétrica a hidroeletricidade. Até na empresa me acusam de ser um espião hidroelétrico na área nuclear.

Mas o que ocorreu com o sistema integrado? A capacidade instalada cresceu, mas o estoque de energia, ou seja, águas e reservatórios permanecem constantes desde a década de 80. Por que isso? O nosso sistema hidroelétrico é um sistema em que as nossas barragens vão do sul de Pernambuco ao sul do Paraná. Nós construímos o sistema hidroelétrico numa região que quem leu Rachel de Queiroz entende bem. Tem a muralha; acima dessa muralha, que é a Serra do Mar, existe uma região muito favorável para a construção de hidroelétricas e que os nossos antepassados, como algum tipo de agricultor ou de cultura, tais como cana, café, pecuária, desmataram.

Então, na década de 50, quando o Presidente Juscelino entrou e construiu esta cidade, o sistema nosso não era integrado. Somando Rio de Janeiro e São Paulo, os dois maiores centros, nós tínhamos 1.800 megawatts instalados. Então, crescemos, da década de 50, com 1.800 megawatts instalados atendendo à parte mais industrial do País, para, em capacidade instalada, cerca de 100 mil megawatts de energia firme da ordem de 70. Mas não houve o crescimento do estoque de energia, ou seja, do estoque de água.

O estoque de água funciona como se fosse uma poupança na vida de um cidadão da classe média. Naquelas fases do ano em que o sujeito gasta mais do que recebe, início de ano, quando você tem que pagar matrícula de filhos etc, ele saca da poupança. A poupança do sistema elétrico é o estoque de água.

O nosso sistema funcionou como se fosse uma família que cresceu, mas a poupança ficou a mesma. Então, agora, a maneira de fazer crescer essa poupança

As novas barragens, por questões ambientais, são desse tipo, sem estocagem de água. Todas as bar-

ragens que estão sendo feitas na Amazônia são sem estocagem de água justamente para preservar o meio ambiente. Agora, o não estoque de água, em não crescendo as reservas de água estocada, precisamos de outras formas de energia porque o sistema não funciona sem o aporte. Nos últimos dez anos, tem havido uma necessidade de aporte de 6.6% a 11.3% de energia de origem térmica e, das térmicas, a nuclear contribui com 2.9%. As novas barragens caminham nessa direção: vão ser feitas naturalmente, sem estocagem, o que vai levar... O nosso sistema não mais poderá ser puramente hidroelétrico ou com renovável, o vento. A gente vai precisar do aporte de outras formas de energia, de uma forma secundária, mas fundamental para o equilíbrio do sistema.

Desculpem-me mas engenheiro gosta sempre de gráfico.

Essa curva vermelha é o consumo nosso de eletricidade. Nós fizemos um modelo em que pegamos todos os rios do País e matematicamente transformamos num rio só. É essa parte azul. Então nós vemos que uma parte do ano as nossas turbinas não conseguem engolir toda a água que o rio disponibiliza, e tem uma parte do ano que ela poderia engolir mais água do que o rio disponibiliza.

Então como é feito isso? Essa curva verde é o estoque de água. Nós vimos que 2001 foi claramente um problema de falta de estoque de água. Foram dois anos consecutivos, por isso houve um chamado apagão. Existia problema de linha de transmissão, mas somente as linhas de transmissão para o Sul não resolveriam, porque a estocagem de água do Rio Grande do Sul é pequena. Analisando o sistema brasileiro, nós temos três regimes pluviométricos: um do Equador para cima, outro do Rio Grande do Sul, o País todo é um regime pluviométrico só. Então a gente não ganha muito exportando energia hidroelétrica de um setor para outro; tem que haver uma contribuição. E historicamente, nos últimos dez anos, tem sido de 6.6% a 11.3%, como disse.

De uma forma pictórica, o nosso sistema funciona assim: São Pedro controla as hidrelétricas e as eólicas também e a única forma de o homem atuar sobre o sistema é ligando mais ou menos as térmicas e nelas, sem dúvida, a contribuição nuclear é mais barata do que as outras formas. Então, uma parte, não todas, mas uma parte da contribuição térmica necessariamente para economicidade do sistema e também por problemas ambientais deverá ser nuclear.

Das lições que aprendemos no Japão, digamos, sobretudo essa, temos que fazer uma análise geral muito profunda, com muito detalhe, com muita humildade, mas da mesma forma que as outras atividades no Japão, o japonês não vai poder deixar de fazer casas e morar dentro delas, muito embora a maior quantidade de mortes tenha sido por estar dentro de uma casa, não poderá deixar de contar com sua indústria, porque precisa da sua indústria para a sua economia e não poderá deixar de contar com energia nuclear, fazendo as correções necessárias para que tenham plantas mais seguras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Eu quero dar um esclarecimento ao Plenário e ao mesmo tempo pedir autorização para o encaminhamento. Quando nós convidamos o Dr. Othon para esta audiência pública, pela Comissão de Meio Ambiente, depois transformada em audiência conjunta, nos foi informado que ele tinha uma audiência pública já marcada na Câmara dos Deputados, às 11 horas. Mas, por uma deferência com o Senado, o Dr. Othon concordou em vir primeiro a estas Comissões.

O encaminhamento que eu quero propor, com autorização do Dr. Laércio é que nós possamos abrir imediatamente o debate e os questionamentos ao Dr. Othon e, em seguida, após esses questionamentos, em função de que ele vai precisar se retirar por volta das 11 horas, nós ouviremos o Dr. Laércio e reabriremos novamente o debate. E a condução que esta Presidência gostaria de dar é ouvir rapidamente os presidentes das três Comissões, em seguida os autores do requerimento e em seguida os inscritos.

Consulto se o Plenário concorda com esse encaminhamento. Não havendo quem discorde, vamos assim fazer.

Eu vou começar, Dr. Othon agradecendo a presença de V. Exª aqui, a presença do Dr. Laércio, o representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dizendo que a utilização de energia nuclear sempre foi algo polêmico e muito debatido, porque, se, de um lado, a probabilidade de acidentes é mínima, por outro lado, quando existe um acidente, quando ocorre um acidente, as consequências são gigantescas e trágicas.

Esse debate tem uma força especial no Brasil, pelo fato de que nós dispomos de uma série de outras alternativas energéticas, seja pelas convencionais, de origem fóssil, como o petróleo, a hidrelétrica, a agroenergia, a solar, a eólica, e o senhor colocou superficialmente a necessidade de aproveitar todos esses potenciais. E me parece que o percentual de termonuclear na nossa matriz energética é em torno de 2 e pouco por cento.

A pergunta que eu faço é se existem estudos feitos pelo governo, feitos pela Eletronuclear, do que

significaria, do ponto de vista de economia de energia, um grande programa, um grande esforço nacional de eficiência energética.

A outra questão é por que as usinas nucleares têm que ser, ou foram construídas próximas ao mar, porque, se, de fato, o risco de ter um tsunami no Brasil é muito pequeno, por outro lado, com as mudanças climáticas, as consequências dessas mudanças ainda são desconhecidas e fenômenos que não ocorreram até hoje poderão vir a ocorrer.

A outra questão que eu coloco é: qual é o significado dessa tecnologia, do desenvolvimento da tecnologia nuclear, como a tecnologia de uso dual para o arrasto tecnológico em outras aplicações em outros segmentos, em outras atividades igualmente importantes do uso da tecnologia nuclear?

É outra é o seguinte: segundo especialistas, a tecnologia ADS, *Accelerator Driven Systems*, é uma das mais promissoras e seguras formas de exploração da fonte nuclear de energia, haja vista que nela o processo de fissão não é autossustentável. Prevê-se que a reação nuclear seja forçada através de um acelerador de partículas, aumentando enormemente o controle sobre a reação nuclear. Ademais, eliminam-se os resíduos nucleares. O material físsil utilizado é o tório em quantidade insuficiente para provocar a reação nuclear em cadeia.

Quais as perspectivas de essa tecnologia ser desenvolvida em curto prazo? Quais as reservas prováveis de tório no Brasil? Todo o território nacional já foi pesquisado em relação a possíveis jazidas de tório? E que atividades de pesquisa e desenvolvimento o Brasil tem para desenvolver autossuficiência na produção de novas tecnologias no segmento nuclear? Por que o grupo do tório não foi adiante?

E, finalmente, para concluir, eu gostaria de questionar a V. Exª: notícia veiculada no dia de hoje pelo *Correio Braziliense* dá conta de que inexiste autorização de operação permanente para Angra II. Quais as razões para a inexistência dessa autorização? Que repercussão para o funcionamento da própria usina, especialmente no campo da segurança, a falta desse licenciamento pode produzir?

Essas são as questões que gostaria de formular a V. Exª, agradecendo mais uma vez a sua participação nesse debate.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, antes da resposta. Só uma questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Vital do Rego.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Só uma questão de esclarecimento, já que V. Exª tão bem direcionou a operacionalidade deste debate, tendo em vista a necessidade de o nosso diretor-presidente ir à Câmara dos Deputados. Eu consulto V. Exª se as perguntas seriam feitas em blocos para que as respostas também pudessem ser feitas em blocos.

Por exemplo, os presidentes, ao se posicionarem, o Dr. Othon responderia aos Presidentes e, depois, aos autores e aos inscritos. Seria uma sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós adotaremos esse encaminhamento, ouvindo três Senadores e, em seguida, o Dr. Othon.

Informo que estão inscritos – e as inscrições estão abertas –, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Lindbergh – consulto se há mais algum autor de requerimento presente –, o Senador Valter Pinheiro. Em seguida, os autores. O primeiro é o Senador Cyro Miranda. Vou inscrever os demais.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou inscrever todos. Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu já falei com a Senadora Lúcia Vânia ontem. Eu gostaria muito de participar desta audiência pública, mas nós fomos convocados para uma reunião no Rio de Janeiro, na Petrobras, sobre a fábrica de fertilizantes de Mato Grosso do Sul. Portanto, eu vou ter que ir ao Rio em função dessa reunião até porque este projeto é muito importante para o meu Estado.

Mas não poderia deixar de destacar aqui, e muito rapidamente, porque sei que existem várias pessoas inscritas, a competência do Dr. Othon Pinheiro da Silva. Eu o conheço há muitos anos. Foi o responsável – acho que já foi dito aqui – pelo desenvolvimento do reator nuclear da Marinha. É o reator que vai equipar o Scorpene, se não estou enganado. Fez um trabalho espetacular em Angra 3 também, até na reorçamentação de Angra 3.

Eu tive a oportunidade, depois de conversar com o Leonam, da Eletronuclear, de fazer um pronunciamento sobre Angra 1, Angra 2 e o programa nuclear brasileiro também. É claro que, com um problema como esse ocorrido no Japão, todo o setor nuclear mundial vai rever conceitos, rever posições, aperfeiçoar projetos. Isso é da vida. Isso não é só no setor nuclear. Em qualquer setor da área de energia, isso, efetivamente, ocorre.

Agora, gostaria de destacar não só os procedimentos em Angra, com relação aos operadores, ao pessoal de manutenção e à comunidade – eu não vou detalhar porque já falei isso no plenário –, mas também a diferença de tecnologia entre os reatores do Japão e os reatores aqui, no Brasil: os de Angra são PWR; esse reator do Japão é BWR; um é água fervente; o outro é água pressurizada; Circuitos em separado, com alternativas, inclusive, de resfriamento do reator não só por meio de circuitos secundários, mas também por gravidade em função da estação de tratamento de água, está a 100 metros de altura; grupos diesel que estão em outro prédio; instalações antienchentes e as próprias condições geológicas do Brasil, de que não podemos nos esquecer.

Então, eu queria só pedir licença a V. Exª, Senador Rollemberg, que, com muita competência, sem dúvida alguma, vai conduzir, com o Senador Eduardo Braga e a Senadora Lúcia Vânia, esta audiência pública, para dizer que eu vou continuar trabalhando junto com as demais Senadoras e Senadores nessa questão, debatendo. O Senador Lindbergh apresentou um requerimento, ontem, de uma comissão de Senadores. Quero ver se me inscrevo para participar dela. Quero aqui reafirmar a minha confiança e reafirmar a qualidade técnica dos quadros da Eletronuclear.

Hoje, quando batem demais na energia nuclear, eu entendo, até pelas razões, pelas curvas aí demonstradas, que, independentemente do acidente, vários países podem paralisar alguns reatores, mas não vão parar seus programas nucleares. Não precisa falar na França, que tem mais de 80% de geração nuclear.

É importante registrar que temos todo um planejamento de novas usinas. E acho que essa audiência pública e o Senado vão, sem dúvida nenhuma, discutir essas questões, mesmo tomando novas providencias ou reavaliando até para aperfeiçoar e melhorar cada vez mais a qualidade da operação das nossas usinas e a segurança. Agora, acho que não podemos abandonar esse debate da ampliação do programa nuclear brasileiro, porque o setor elétrico precisa e as usinas hidrelétricas que estão saindo são a fio d'água. Tem muito gente que fala de hidrelétrica. É bonito falar de hidrelétrica. Eu fui barrageiro, mas são usinas a fio d'água, usinas que não têm reservatório, ou seja, operam no fluxo do rio, portanto não têm acumulação. Então, não armazenam água, como disse aqui o Senador Walter Pinheiro. Portanto tem que ter complementação. Pode ser eólica? Claro que pode, mas tem que ter geração termoelétrica. E acho que a alternativa nuclear, nós não podemos dispensar, mesmo com esse acidente grave, esse pesadelo lamentável que o Japão enfrentou. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral e passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia... Perdão. Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, cumprimento o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, Dr. Othon Luiz Pinheiro e o Professo Laércio, que nos honram com suas presenças.

Dr. Othon, gostaria de falar aqui como jornalista. Esse episódio do Japão, esse desastre acontecido no Japão tem deixado a população brasileira perplexa, mesmo porque o Japão é tido no mundo inteiro como o país mais preparado para assumir acidentes dessa natureza, para resolver problemas dessa natureza. No entanto, o que vimos é quase que um total descontrole e podemos dizer que não foi um descontrole da cultura japonesa, um povo disciplinado, um povo acostumado a seguir regras.

Quando aconteceu o episódio, o mundo inteiro se pronunciou em relação a ele, em relação aos seus programas nucleares. Foi assim com a França, foi assim com a China, com os Estados Unidos, com a Alemanha. No entanto, as autoridades brasileiras, pelo menos através da mídia nacional, assumiram a responsabilidade de dizer que aqui não aconteceria nada, que nossas usinas eram extremamente seguras, sem uma explicação maior.

No entanto V. S. chega aqui hoje e responde àquelas perguntas que eu faria aqui em nome do povo do meu Estado, que foi acometido também de um acidente, o Césio 137, e hoje a população inteira está inquieta em relação a isso. Mas eu perguntaria, e o senhor já respondeu de forma eficiente, e acredito que o Senador Delcídio do Amaral não se enganou e não foi exagerado nos elogios a V. Sª. É uma pessoa que conseguiu decodificar esse tema complexo de forma didática, respondendo àquelas perguntas: qual a tecnologia utilizada no Brasil, qual o nível de segurança de que nós dispomos para uso dessa tecnologia e qual a importância do uso dessa tecnologia para o nosso sistema elétrico.

Eu só faria uma única pergunta: qual é a vantagem de dominar essa tecnologia além daquilo que o senhor já pode explicar aqui? No mais, agradecer a presença de V. Exªs e dizer que a Comissão de Infraestrutura, todos os Srs. Senadores estão muito inquietos, querem, naturalmente, perguntar. Vou procurar ser sucinta.

Quero cumprimentar aqui os Senadores. E de forma especial o Senador Lindbergh, que tem sido um ativo Senador nesse tema, mesmo porque é um

representante do Rio de Janeiro, onde estão Angra I e Angra II. S. Exª foi também autor de uma comissão em que vamos ver *in loco* tudo isso que o senhor está falando para todos nós.

No mais, quero também agradecer aos consultores do Senado da República, tanto da área da infraestrutura como da de ciência e tecnologia, que puderam subsidiar a nossa discussão e estabelecer conosco essa audiência pública.

Eu agradeço a V. S ª assim como ao Professor Laércio.

Peço ao Senador Blairo Maggi que assuma o meu lugar para que eu possa relatar um projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Agradeço a sua participação na Comissão de Infraestutura, nesta audiência conjunta. Passo imediatamente a palavra ao Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB - AM) – Agradeço ao nosso Presidente da nossa Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente Senador Rodrigo Rolleberg. Cumprimento o nosso Senador Blairo Maggi, que substitui a Senadora Lúcia Vânia neste momento, pela Comissão de Infraestrutura, e cumprimento o nosso expositor, Professor Othon Luiz Pinheiro da Silva, fazendo das palavras do nosso colega engenheiro Delcídio do Amaral sobre a competência do nosso colega engenheiro Othon Luiz Pinheiro da Silva...

Eu gostaria de levantar algumas questões.

Acho que, efetivamente, um país que tem o potencial hídrico que o Brasil tem e, concordando que hoje, em função das questões ambientais e as questões de sustentabilidade, principalmente onde há as reservas hídricas nacionais, com diferentes níveis de queda d'água, exatamente na região da Amazônia, onde precisamos, ter sempre em mente, o custo/benefício da área alagada x o volume de produção de energia, para que não se repitam problemas como o que aconteceu no Estado do Amazonas com a hidrelétrica de Balbina. Lá, alagamos uma área enorme de floresta, perdemos biodiversidade extremamente importante para a Nação brasileira e para resposta a questões laboratoriais mundiais extremamente importantes, de que a tecnologia do fio d'água vem viabilizando novas intervenções hídricas na Amazônia, como é o caso, recentemente do Estado de Rondônia, do nosso Senador Ivo Cassol, com a criação de Giral e de Santo Antonio, mais recentemente essa discussão importantíssima de Belo Monte, que só foi viabilizada pela mudança de tecnologia. Caso contrário, não passaríamos pelas discussões ambientais pertinentes.

Mas é fato que o Brasil também, como a 7ª economia mundial, não pode estar de costas para a tecnologia nuclear, não apenas pelos fins da geração de energia, mas também pelos fins de que a energia nuclear tem impacto na medicina, tem impacto no agronegócio. E esta tecnologia não se desenvolverá por questões de viabilidade de financiamento de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia e de ciência, se não for também pela via da geração de energia.

No entanto, meu querido professor Othon, discutirmos aqui algumas questões que já estão sendo suscitadas, não apenas no nosso Senado da República, não apenas no Congresso Nacional, não apenas no meio acadêmico, mas também pela imprensa nacional.

E são perguntas que, mais ou menos, se repetem.

Os nossos projetos de usina nuclear de Angra I e II datam da década de 70 e 80. Nós temos, portanto, tecnologia de equipamentos que são já de 30 a 40 anos. Equipamentos como os de Angra III, que ainda não foram instalados, mas foram adquiridos àquela altura. Antes, portanto de acidentes e incidentes que marcaram a tecnologia nuclear do mundo moderno, como é o caso do Three Mile Island, que foi citado pelo nosso engenheiro Othon e também a questão de Chernobyl e, agora, mais precisamente, o que aconteceu no Japão nessa calamidade, nessa tragédia a que todos estamos assistindo acontecer naquele importe e irmão país do nosso Brasil. O Brasil tem uma grande colônia japonesa que faz com que nós brasileiros estejamos muito mais emocional e sentimentalmente envolvidos com essa questão.

É verdade também que a Agência Internacional de Energia Atômica, que tem se pronunciado permanentemente, inclusive sobre esse fenômeno que ocorreu recentemente no Japão e vem acompanhando as ações e as medidas que o Governo japonês vem fazendo, de resfriamento e controle do episódio nas usinas nucleares, tomou novas normas depois do acidente da usina nos Estados Unidos, de Three Miles Island.

Minha primeira pergunta vem nessa direção: sendo Angra I e Angra II e até mesmo Angra III usinas com tecnologias anteriores a essas normas, como a Eletronuclear tem conduzido a adaptação dessas novas normas estabelecidas pela Agência Internacional de Energia Atômica, olhando para a situação de Angra I e de Angra II?

É importante também fazer uma pergunta, porque é indiscutível que houve a assinatura de um termo de ajustamento de conduta entre a Eletronuclear e o

Ministério Público Federal, levando em consideração exatamente as circunstâncias em situações de operação de usina de Angra I e Angra II. Eu gostaria que o nosso engenheiro Othon pudesse nos dar uma atualização sobre a quantas anda essa situação do termo de ajustamento de conduta que foi feito pela Eletronuclear junto ao Ministério Público Federal.

É verdade também que o país detentor da tecnologia que nos vendeu Angra I e Angra II, Senador Valter Pinheiro, após os episódio do final da década de 1970 e da década de 1980, durante um determinado período, paralisou os seus reatores atômicos de usina nuclear com tecnologia similar a Angra I e Angra II para que pudesse fazer uma profunda análise e revisão. O Brasil não procedeu da mesma maneira com relação a Angra I e Angra II. Eu gostaria de perguntar ao nosso Professor Othon se esta decisão com relação a Angra I e Angra II alcança o nível de segurança necessária, como tão bem e competentemente explanado na sua exposição.

Para concluir, eu gostaria de fazer duas colocações importantes: eu gostaria de perguntar ao nosso Engenheiro e Professor Othon a questão da produção do combustível nuclear no Brasil. Há informações veiculadas inclusive na imprensa de que, em que pese tenhamos a reserva mineral, estamos sendo obrigados a comprar o combustível, tendo em vista a não produção em território nacional desse volume de combustível tão importante.

Ora, se de um lado, a tecnologia, o *know how*, a ciência é absolutamente necessária para nós, por outro lado, não produzirmos tendo minério me parece ser uma questão extremamente estratégica que gostaria de abordar nesta manhã.

Por fim, perguntar ao nosso Professor Othon como está a formação de engenheiros nucleares em escala suficiente para atender à demanda estratégica nacional para o nosso programa nuclear.

Agradecendo não só a presença do nosso colega Othon aqui presente, quero cumprimentá-lo pela sua competência, pelo seu trabalho, mas cumprimentar também o Senado da República pela iniciativa que me parece absolutamente pertinente do momento de se discutir para a Nação brasileira e com a Nação brasileira a nossa política de energia nuclear.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Apesar da pertinência e da relevância de cada indagação dos presidentes presentes, a gente percebe que só as indagações demoraram meia hora. O nosso convidado, o eminente Comandante Othon, vai ter apenas meia hora para responder.

Eu percebo e gostaria de entrar com requerimento para que pudéssemos fazer uma nova sessão com o Presidente Othon, porque tenho uma série de indagações a fazer, como tenho certeza de que vários Senadores aqui presentes têm também. E ele, com certeza, não terá tempo de responder sequer as indagações já feitas.

Então, eu pergunto se seria possível entrarmos com um requerimento para que o Presidente Othon venha novamente a esta Comissão e continue a dar seus esclarecimentos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lobão Filho, com certeza é possível apresentar o requerimento, mas nós vamos tentar avançar o máximo possível nesse debate e, se entendermos a necessidade de fazermos novas audiências públicas, não teremos dificuldade nenhuma em fazê-lo.

Passo a palavra ao professor Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, V. Exª fez um encaminhamento que inclusive nós todos aprovamos. Nesse encaminhamento, os presidentes das comissões falariam em primeiro lugar.

Normalmente, o que se passa nas comissões é o contrário. Primeiro, são os autores do requerimento, aquelas pessoas que se preocuparam inicialmente com a matéria e apresentaram o requerimento de convocação de uma audiência pública. Isso é o que acontece em todas as comissões. No entanto, nós temos culpa, porque V. Exª foi democrático. Fez um encaminhamento e todos nós aprovamos. Então, de outra vez eu acho que o encaminhamento deveria ser da forma como acontece normalmente, regularmente nas comissões.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se a comissão entender que devemos mudar o procedimento e ouvir rapidamente, objetivamente, em primeiro lugar os autores do requerimento para, em seguida, ouvir o Dr. Othon e parte da Presidência, não há objeção alguma. Então, se todos concordam com o encaminhamento, passo a palavra ao Senador Jorge Viana e em seguida ao Senador Valadares.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rol-

lemberg, e cumprimento também o Senador Eduardo Braga. Agora está o Senador Blairo, Vice-Presidente da CI, pela iniciativa também de juntar três comissões desta Casa. Isso é uma demonstração de respeito aos convidados, mas especialmente ao povo brasileiro, que hoje se pergunta, faz perguntas sobre o uso da energia nuclear no nosso País, o uso da tecnologia nuclear no nosso País.

O propósito desta audiência pública é esse, Dr. Othon, por quem eu tenho também um carinho, um respeito enorme. E como autor do requerimento que fiz me associando com o Senador Valadares, propus esse convite na Comissão e foi aprovado por unanimidade, por entender que o senhor é a pessoa mais adequada para nos esclarecer sobre o programa brasileiro de aproveitamento de energia nuclear para trás e para o futuro. E acho que a sociedade, por intermédio da TV Senado, está aqui ouvindo.

Nas últimas semanas, o mundo viveu e vive ainda uma apreensão enorme. Os veículos de comunicação ocuparam as suas capas todas, os seus editoriais todos com esse tema, fazendo perguntas, tentando esclarecer a opinião pública.

Acho que a sua vinda aqui, com o Dr. Laércio, ajuda-nos a cumprir esse papel de nos informarmos e ao mesmo tempo criarmos um ambiente de esclarecimento sobre um tema que está sendo discutido no mundo inteiro.

Particularmente, queria entrar direto, avançando um pouco, porque acho que os presidentes já abordaram temas fundamentais que o senhor, certamente, irá responder. Mas no fundo, no fundo estamos discutindo, no caso do Brasil, também energia. O Brasil nesse momento retomou a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. Tem duas em andamento. Lamentavelmente tivemos um acidente em que felizmente não ocorreu mortes lá em Rondônia. O Senador Ivo estava relatando comigo e me preocupa muito. Acho que o Governo tem que esclarecer isso ou ajudar a esclarecer, porque é pouco provável que tenha sido mero desentendimento entre operários que gera quase uma tragédia daquela, mas uma tragédia econômica.

O Brasil faz opção por ampliar geração por hidroeletricidade e amplia os cuidados com o meio ambiente, que eu concordo. Isso implica dar menor eficiência para essa geração e aumentar o seu custo. Agora estamos discutindo Belo Monte. Daí concordo com V. Sª, que nos traz a preocupação de termos um sistema compensatório: quando você tem baixa geração na hidroeletricidade, tem que compensar, porque são sazonais. E, indo direto ao tema, penso que de tudo que temos lido e até da sua explanação muito competente, tem algumas possibilidades. E o senhor fala sempre de segurança com humildade. Essa é uma lição que fica aqui, nesta Casa. Temos que ter humildade, porque ninguém pode garantir segurança absoluta.

Então, o que pode criar problema para a sociedade e até para essa geração tem origem externa, no caso do Japão, explicitada no terremoto, no tsunami, e que mesmo um país que é referencia de segurança não tinha tanta segurança assim e não soube lidar com o problema. Felizmente as mortes vinculadas diretamente ao problema da usina foram menores do que as outras em decorrência do tsunami, terremoto, como bem V. S. expôs. Então, vou direto aos temas que podem estar vinculados a questões internas: a ação humana, a operação dessas usinas.

O Brasil viveu um problema, um acidente nuclear grave com o Césio 137. E ele estava vinculado à ação humana: como lidar ou como não lidar, ou como trabalhar com uma questão tão importante com pouca informação. O lixo de uso da tecnologia nuclear gerou mortes e um trauma no Brasil com o Césio, em Goiânia. Daí me preocupa muito o sistema de defesa civil do nosso País, a ação humana pode ser falha, a operação de equipamentos pode ter falhas e, mais ainda, o plano de contingência, o plano de fazer valer uma reação a uma eventual falha humana ou de operação, como fica isso? Particularmente acho que o sistema de defesa civil no nosso país é de baixa responsabilidade. Não que esteja nas mãos de pessoas irresponsáveis, ao contrário. Acho que o nosso País não trata de maneira adequada a defesa civil. E eu vi na sua explanação que a responsabilidade por eventual acidente passa da direção da Eletronuclear para defesa civil do nosso País. Estou falando de baixa responsabilidade porque o orçamento é pequeno, o pessoal treinado é pequeno, a estrutura é precária, e a gente está contando os mortos mês a mês, só muda de região, só muda de endereço o número de mortos. Daí apresentei e foi aprovada no plenário do Senado a criação de uma comissão temporária para revisar a defesa civil no nosso País, para que a gente possa construir uma nova engenharia de defesa civil, orçamentária, com gente treinada, criando, inclusive, como defendo, uma força nacional de defesa civil que possa estar preparada para situações que a gente vive constantemente no nosso País.

Dentro desse aspecto, concluiria perguntando ao senhor a parte que eu acho que ficou pouco explicitada na sua apresentação tão brilhante: como nós vamos fazer com a vida útil desses reatores? Findando agora? O mundo está ampliando a vida útil de seus reatores. No Japão me parece que aconteceu exatamente isso, em Fukushima. A vida útil dos reatores venceu e foi prorrogada. Os Estados Unidos estão fazendo isso. O Brasil,

salvo melhor juízo, está chegando a um momento de fim de vida útil de nossos reatores. Como vai se dar? Nós vamos prorrogar a vida útil deles? Vamos substituir por outros? Gostaria que V. S. explicasse para nós, esclarecesse para nós. E, mais ainda, no caso de uma substituição isso é lixo atômico? Vai para onde? Aí eu entro na parte que o Brasil já experimentou e perdeu muitas vidas. E talvez o Dr. Laércio pudesse registrar na sua explanação, talvez seja mais adequado, como é que nós trabalhamos com o que se chama de lixo atômico, seja do ponto de vista dos resíduos de combustível, seja do ponto de vista de equipamentos que são usados na geração de energia.

Eu penso e me associo àqueles que não estão fazendo alarde para lidar com esse tema. Acho que é um tema importante, estratégico para o País, e concluo, dizendo que o nosso País tem hoje um grande objetivo, que é consenso de todos nós de fazer com que este País consolide o seu crescimento e cresça 5% ao ano. Crescer 5% ao ano, do ponto de vista econômico, implica ter um aumento da geração de energia de perto de 9% ao ano, para atender um crescimento de 5% que nós esperamos seja sustentável.

Como podemos abrir mão de pelo menos analisar com responsabilidade o uso da energia nuclear? Acho que seria uma irresponsabilidade abrirmos mão de pronto. Mas fazer uma revisão nos procedimentos de segurança, conhecer mais profundamente os planos, eu acho que é importante para a população e para o Senado. E queria parabenizar V. Sª e dizer que o senhor é almirante, engenheiro, como gosta de ser chamado, um dos mais brilhantes cientistas do nosso País, e eu já me sinto contemplado com boa parte da sua explanação. Gostaria só que o senhor se referisse à parte operacional, à parte humana e especialmente à parte dos resíduos na operação de energia nuclear.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Justificando a ausência do nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que foi à CAS para votar, e dando curso aos autores aqui inscritos, eu passo a palavra ao Senador Valadares para sua participação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, logo que ocorreu a tragédia no Japão e o acidente de vazamento na Usina de Tukushima no Japão, a Comissão do Meio Ambiente aprovou um requerimento da minha autoria, que foi adicionado à assinatura do eminente Senador Jorge Viana e apoiado por toda a Comissão. Logo em seguida, duas outras comissões, a Comissão de Infraestrutura e a de Ciência e Tecnologia, aprovaram requerimentos na mesma direção, sendo que, na Comissão de Ciência e Tecnologia, a iniciativa foi do Senador Lindbergh, do Rio de Janeiro, que achou que deveríamos ouvir não só o Presidente da Eletronuclear, um homem competente, que o Brasil inteiro conhece, conhece e admira, como também outros cientistas ou autoridades versadas no assunto, na matéria. E nós aprovamos e parabenizamos o Senador Lindbergh por essa iniciativa.

Srs. Presidentes, supondo, se possível, cobrir ao máximo os riscos da produção de energia elétrica através da energia nuclear, os custos de uma usina não subiriam ao ponto de tornar inviável economicamente a energia produzida? Em 1971, segundo o Dr. Luiz Pinguelli, um quilowatt de energia nuclear era de mil dólares; nos anos 90, subiu para 5 mil dólares.

Há também uma questão ética: é admissível o uso de uma tecnologia sobre a qual nós não temos ainda controle absoluto, conforme foi evidenciado nos três acidentes mais graves, nos Estados Unidos, na União Soviética e agora no Japão? Ou em termos mais pragmáticos: a construção de novas usinas compensa, em face do risco de acidentes, por menores que sejam esses riscos?

Eu gostaria de saber também: como é o plano de emergência das usinas de Angra? Como é desenvolvido o alerta à população? Que área e quantas pessoas o sistema de alerta abrange? Com que frequência são feitos os exercícios simulados com a população? Há exercício de estimulação ou procedimentos a serem adotados com as populações das metrópoles, Rio de Janeiro, São Paulo? Quais providências estão sendo tomadas no caso de um acidente? Temos instrumentos e equipamentos para monitorar os níveis de radiação nas imediações das usinas, mas também em locais mais distantes?

Sabemos que, por exemplo, na União Soviética, a distância da radiação chegou a 500 km e nesse acidente do Japão a cidade de Tóquio já recebeu as consequências da radiação. Já tivemos imprevistos relacionados à segurança de nossas usinas. Veja, matéria da *Agência Senado* lembrou que, na noite de 22 de abril de 2008, um terremoto de 5.2 graus na escala Richter teve seu epicentro no Oceano Atlântico, a 315 km dali e a 215 km da cidade de São Vicente, no litoral paulista. O terremoto no Japão foi de 8.9, com epicentro a 125 km da costa.

Bom, a Eletronuclear explicou que as usinas foram construídas numa região com probabilidade baixa de ocorrência de eventos sísmicos. Além disso, teriam sido projetadas para resistir a terremotos e seus sistemas de segurança desligariam as usinas após qualquer abalo. Então a pergunta é se já tivemos imprevistos relacionados à segurança nas usinas e falar a respeito dessa notícia da *Agência Senado*.

Qual o impacto econômico que poderá ocorrer eventualmente com o desligamento de usinas nucleares em face de possíveis acidentes? A energia nuclear é indispensável na matriz energética brasileira? Que critérios levaram o País a optar pela energia nuclear? O acidente no Japão, se não muda o critério adotado, não acrescentaria um novo elemento a ser considerado com relação à manutenção das usinas existentes e à expansão do programa nuclear? Afinal o Brasil deve ou não rever a sua política nuclear? O país possui outras opções de fontes disponíveis para serem exploradas, como pequenas hidrelétricas, energia eólica, solar e de biomassa. Por que não optar por investimentos mais fortes nessas fontes, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias que as tornem economicamente mais viáveis?

Precisamos de uma agência reguladora na área de energia nuclear. Na opinião do físico Rogério Gomes, Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, acumula papéis contraditórios que limitam a fiscalização do uso de tecnologia nuclear, além de não ter efetiva autonomia administrativa para controlar as atividades que façam uso de material radioativo.

Srs. Presidentes, eu achei de bom alvitre que, num momento como este, quando surgem dúvidas sobre a aplicação da energia nuclear para a obtenção da energia elétrica, que façamos este debate, um debate em que, na verdade, nós não queremos criar nenhum temor, nenhuma paranoia contra a construção de usinas nucleares, que têm suas vantagens. As desvantagens que têm são públicas e notórias, como, por exemplo, colocar o lixo atômico acumulado, as consequências da guarda desse lixo no futuro, como também possíveis vazamentos, como ocorreram em outras nações até mais adiantadas do ponto de vista tecnológico do que o Brasil.

Estimo que nenhum acidente venha a acontecer em nosso País, mas, se isso vier a ocorrer, teremos que estar preparados para essa eventualidade. Por isso estamos fazendo este debate. Novas usinas estão sendo projetadas, inclusive no Nordeste do nosso País. O Senador do PCdoB Inácio Arruda há pouco disse: "Valadares, se vocês não quiserem uma usina nuclear em Sergipe, o Ceará faz questão de ter".

Então, vocês experimentem primeiro, Senador, depois a gente experimenta em Sergipe.

Agradeço a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Serei bem rápido.

Tendo em vista a necessidade que o Dr. Othon tem de tempo e dos colegas Senadores, tivemos uma conversa com a assessoria dele e, com a sua autorização, os nossos colegas Deputados cederam a presença do Dr. Othon aqui até as 11h30min. Isso facilita um pouco o nosso trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Temos mais dois autores de requerimentos inscritos: o Senador Walter Pinheiro e o Senador Lindbergh. Vou pedir para serem objetivos.

Em seguida, vou passar a palavra ao Professor Othon.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Seria eu, mas tudo bem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Deixe-o falar. V. Exª pode falar, Senador Lindberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Com a palavra o Senador Lindberg.

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Vou seguir a orientação de V. Exª e serei simples, direto e objetivo.

Primeiro, eu gostaria de saber do presidente se é verdadeira essa informação do *Correio Braziliense* de hoje de que Angra II opera sem licença definitiva. Quanto a isso, há uma discussão em todo o mundo, a partir de Fukushima, sobre segurança.

Todos estão discutindo os seus projetos nucleares. Aqui não estamos querendo ser alarmistas, mas esse debate começa por isso aqui. A usina funciona desde 2002, segundo o jornal, com autorização inicial, sem autorização de operação permanente.

Eu pergunto: por que não foi dada autorização de operação permanente. Creio que deve haver algum motivo. Não pode ser sem motivo.

Por mim, esse seria o ponto no qual eu concentraria esforços. Mas serei bem direto em mais dois pontos: em relação aos rejeitos radioativos. É verdade que esses rejeitos, no caso do Brasil, de Angra I e II estão sendo armazenados em galpões no local da usina?

Por que até agora não foi encontrada uma destinação final? Eu sei, e aqui as informações que eu tenho são de que a Presidenta Dilma Rousseff, em 2008, presidiu um grupo interministerial sobre o programa nuclear. E nesse grupo foram estabelecidas metas para a construção de um depósito definitivo de rejeitos radioativos.

Eu não sou nenhum técnico, mas o que me informaram é que é preciso... E até agora, o que foi feito

de concreto? No caso do Césio 137, foi construído em Abadiânia de Goiás.

Eu pergunto aqui dos riscos do armazenamento desses rejeitos radioativos em galpões da usina e do que está sendo feito para uma solução definitiva.

Por fim, Presidente Othon, a minha preocupação é muito parecida com a preocupação do Senador Jorge Viana. Tanto é que nós montamos, e foi aprovado ontem nesta Casa, uma Comissão Externa para ir lá em Angra. E quero até conversar com o senhor para vermos a data. Poderia ser na próxima quinta-feira ou sexta-feira, para levarmos um grupo de Senadores lá.

Na verdade, quando falamos em nosso sistema de prevenção a catástrofe, nosso sistema de defesa civil não está agüentando chuva forte. Vamos falar sério! Não está agüentando chuva forte.

É claro que isso cria uma situação de insegurança. Queremos saber desse plano de contingência para valer.

Eu liguei para vereadores, para muita gente lá de Angra... Eu li também as informações sobre os treinamentos com a população. Diz-se que é um treinamento anual, mas com a participação da população de dois em dois anos.

É uma participação voluntária. Nenhuma pessoa para quem eu liguei havia participado... Aí há uma discussão sobre o raio. Um raio de 3 quilômetros. O Greenpeace acha que deveriam ser 90. A cidade de Angra está a 20 quilômetros da usina.

Eu coloco outra preocupação: a Rio-Santos. Essa BR 101, pessoal. Choveu no Rio, a Rio-Santos fica interditada.

Num caso desse o se que faz? Desliga a usina ou não? E aí?! Então, deixe eu lhe falar que é preciso desarmar o espírito. Eu não sou contra o programa nuclear brasileiro, muito pelo contrári,o tenho simpatias, mas acho que é o momento de reavaliar.

Lá no Japão, o que vão fazer as pessoas? Deixar de morar em casas? Graças a Deus ninguém pode deixar de morar em casas, mas no Brasil a dependência de energia nuclear é menos de 3%. Se avaliarmos que traz riscos à segurança, é o caso, sim, de se repensar, diferente do Japão e da França, que têm mais de 70%. Mas eu acho que esse não é o debate. O debate é abrir e admitir que o centro da discussão é segurança.

O Senador Jorge Viana foi autor do requerimento e vai ter uma comissão temporária nesta Casa, porque a própria Presidenta da República, quando entregou a mensagem a este Congresso, disse: "O nosso sistema, o nosso marco regulatório da defesa civil é muito frágil. Nós temos que construir." E chamou o Parlamento para construir coletivamente.

Então, são essas, sinteticamente, as minhas preocupações. Eu acho que aqui é um início de um debate. Quero parabenizar as comissões, porque eu acho que o Senado está fazendo o seu papel, está discutindo problemas reais, um debate real da sociedade. Nós não estamos presos somente aos debates da situação e da oposição. Acho que esse é o primeiro passo.

Queremos conversar com o senhor para ver o melhor momento da visita. Creio que terá que ser na próxima semana, talvez seja na segunda ou na sexta-feira. Mas queremos muito ir lá, ver *in loco*, conversar com as pessoas, ir à usina, mas também conversar com a sociedade, com vereadores, com prefeitos, com associação de moradores, porque a gente tem que apresentar, na verdade, um plano que traga mais segurança em relação a esse programa nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro. Em seguida passarei a palavra ao Professor Othon.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Meus caros Presidentes de Comissões, os dois representantes, tanto o Dr. Othon quanto do Dr. Laércio Vinhas, da Cnem, satisfação muito grande. Mas quero ir direto para o assunto, como o Lindbergh, até para pouparmos tempo e ouvir o Dr. Othon nessa fase.

Quero começar, Dr. Othon, dizendo que não podemos satanizar nem tampouco viver de eventos aqui, ali ou acolá. É óbvio que o evento do Japão disparou um processo no mundo inteiro, tanto que estamos fazendo aqui hoje. A semana passada tive oportunidade de conversar com diversos parlamentares do parlamento europeu, Jorge, e eles estão em uma investida brutal não só para fazer o debate, como rediscutir os caminhos e os passos. E olhe que nós estamos falando – e aí em uma situação que levantava Lindbergh aqui – de países onde há um nível razoável de informação, de plano de contingência, de centro de defesa.

Eu, por exemplo, estou apresentando, e não é de agora, no dia 21 de fevereiro, portanto antes do acidente do Japão, o retorno de uma participação minha num congresso mundial. Eu já havia feito esse debate aqui no ano passado, no Congresso Nacional como Deputado, fiz agora, no dia 21, de novo. Pedi audiência à Ministra do Planejamento e depois aos Ministros da área, tanto Paulo Bernardo quando Aloizio Mercante, fruto de uma intervenção que fiz logo após a catástrofe na região serrana, em que fazia a seguinte ponderação: a chuva de Santa Catarina, um arraso enorme, nós não tivemos nenhuma participação preventiva, uma mobilização nacional, depois o esquecimento com o que aconteceu na região serrana. A região serrana foi embora, agora nós começamos a discutir o que está

acontecendo no Paraná, sacudidos pela questão do Japão, e eu saí com a proposta de duas frentes: primeiro os recursos para trabalharmos com essas áreas de risco e, segundo, a constituição de um programa nacional de centro de monitoração e emergências.

Nós não temos nenhum centro de monitoração e emergência instalado no País enquanto centro único. Essa é uma pratica em diversos países do mundo. Portanto essa questão desse programa é fundamental. Na Bahia, por exemplo, nós já demos os primeiros passos. O Rio de Janeiro montou um centro de monitoração na capital, numa experiência, mas é fundamental que se adote isso, até porque tecnologia para isso, mesmo sendo cara, está ultradisponível hoje em qualquer em qualquer estágio. Portanto, esse é o primeiro ponto que eu quero chamar a atenção de V. Exªs: como é que vamos enfrentar essa satanização em relação à energia nuclear? A partir de que informações a Eletronuclear e o programa brasileiro tem essas informações? De que forma elas serão disponibilizadas para a população?

O segundo aspecto para o qual quero chamar a atenção está relacionado ao quadro de risco. O Senador Eduardo Braga até tocou nesse aspecto. Nós temos agora novas normas do mundo. O nosso quadro de risco foi feito exatamente com base em equipamentos e normas que se relacionavam a partir de situações anteriores, não só do ponto de vista de troca de tecnologias, mas agora, particularmente, a partir de efeitos efetivos. Aliás, depois do acidente nos Estados Unidos, agora agregado a esse impacto do acidente no Japão.

Há em curso, mundialmente - no nosso caso, como nós nos encaixamos nisso? -, alguma discussão para a revisão dessas normas? Porque, então, Jorge, quando você fala do lixo, a aplicação da norma requererá, efetivamente, a troca de padrões tecnológicos, consequentemente de equipamentos e as instalações, Lindbergh. Portanto, se há licenças tanto para o depósito quanto para a remodelagem – hoje elas não existem –, nós precisamos inclusive aproveitar esse momento e adotar medidas para que essas novas normas possam não ser somente adaptações das estruturas existentes. Essa é uma coisas que eu gostaria de saber: como nós vamos cumprir isso? Só adaptando ou fazendo normas? A adaptação, me parece que para uma área dessa não é coisa muito apropriada.

Como o senhor afirmou peremptoriamente sobre a questão de projetos, a relação entre bons físicos e péssimos engenheiros, acredito que os engenheiros nossos hoje estão em uma linha mais avançada para não cometer esse tipo de equívoco, portanto jamais aceitarão um processo de adaptação, o que nos levará efetivamente para modificações profundas nas nossas estruturas.

Por último, quero tocar rapidamente nessa questão do domínio da tecnologia. Como isso é algo que virou o centro do debate, creio que é fundamental que tratemos da questão do domínio dessa tecnologia para ir até o extremo., inclusive a questão a que me refiro, do manuseio.

Não sei se o senhor acompanhou mais recentemente o apagão envolvendo o Nordeste. A justificativa é que um defeito em uma placa provocou a interrupção dos serviços de uma hidrelétrica, uma usina. Inclusive cheguei até a reagir publicamente contra isso. E depois foi nos dito que esse defeito foi propagado e mais três, quatro usinas foram ao chão, numa linguagem mais direta, ou seja, foram para a escuridão.

Ao invés de transferirmos os usuários, os consumidores daquela usina para as outras usinas, foi transferido o defeito daquela usina para outras usinas. E a justificativa é que foi um defeito em uma placa. Eu nunca vi um defeito de placa automaticamente sair em efeito dominó, jogando problema para outras usinas. Então, essa questão do manuseio, a própria questão que envolve a capacitação e esse processo de informação não só para os que operam, mas para os que estão em volta, de que forma isso tem sido compartilhado? Portanto vai nessa linha essa coisa do domínio, e a situação efetiva, por último, no que diz respeito a essa capacidade nossa de plano de contingência.

Lindbergh está falando que não teve informação de ninguém que foi treinado, mas, por exemplo, se imaginarmos Deputados e Senadores do Congresso Nacional sobejamente bem informados, nunca recebemos o que seria de forma bem mais elaborada para uma forma de interação com a sociedade amiúde desses planos de contingência, principalmente levando em consideração esse nosso baixo – como diz meu amigo Jorge Viana de forma muito enfática –, essa baixa capacidade nossa de lidar com os riscos.

Eu não conheço, em nenhum lugar do Brasil, em nenhuma circunstância – portanto não é uma prerrogativa da área nuclear –, nada em que a gente trabalhe de forma tão intensa que isso não passe a fazer parte principalmente da população que está em volta e entre na vida das pessoas.

Eu sei que as pessoas resistem. Eu dei um exemplo aqui, Dr. Othon, na semana passada, de uma área onde a Petrobras opera os tubos. Um pouco parecido com aquilo que o senhor falou ali. A tubulação que ficava fora. O Temadre é o terminal lá de uma cidade, a Madre de Deus, uma cidade pequenininha que deve ter 25 quilômetros quadrados. A população vive e tem o seu lazer, tudo em torno da Transpetro, do terminal

marítimo da Petrobras. Se não me engano, inclusive a matéria foi feita, à época, pelo *Correio Braziliense*. Por provocação minha, o mesmo *Correio Braziliense* foi à Bahia fazer essa matéria.

A meninada praticava o futebol embaixo de um conjunto de tubos que parecem até que bem projetadinhos, formavam uma bela quadra, sem a cobertura de telhados, mas com uma cobertura de tubos. Portanto a população estava convivendo com aquilo normalmente, sem nenhum problema.

Logo que perguntaram a qualquer menino daquele: "E aí, se um tubo desse aqui estoura e tal, faz o quê?" A meninada disse: "Olha, daqui a gente, uuuhhh, corre para a água ali, olha, e 'vamo simbora". Então, esse tipo de relação é que a gente gostaria, até para poder trabalhar as outras alternativas. Até para enfrentar.

Eu concordo com o senhor. Acho que tanto do ponto de vista de custo quanto da relação que envolve hoje a nossa matriz hídrica e a própria questão mesmo de ainda baixa escala na eólica, a energia nuclear é uma alternativa. Mas seria importante que pudéssemos por o pé no freio para entender esse grande capacitor que é diferente, que é a água que eu tenho que armazenar, porque o meu captor é o lago. Na usina nuclear esse meu capacitor para armazenamento funciona. Só que tem um detalhe: lá eu acabo com a fauna, com a flora, eu tenho que formar lago, eu tenho que submergir cidades. Do lado de cá, de imediato também ponho em risco as vidas.

A gente poderia dizer, em rápidas palavras, para encerrar, que na energia nuclear eu até sei dos riscos mapeados, mas não sei hoje como proceder quando, inclusive, esses riscos se apresentarem. Essa é a grande dúvida nossa. E aí, o que fazer? Como fazer? Em que tempo fazer, para que a gente não fique contando as histórias como a história do Japão? Ah, mas isso... o abalo, a onda, a coisa do gênero ou aconteceu por essa ou aquela e tal?

De que forma a gente pode, enquanto Poder público, tratar disso antecipadamente? E aí, tendo, a partir desses dados, a possibilidade de decidir, é possível continuar? É possível aprofundar o programa nuclear brasileiro? Ou é necessário puxar o freio de mão nesse atual estágio?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Agora, passo a palavra ao Diretor-Presidente da Eletronuclear, Professor Othon, agradecendo já de pronto ao professor por ficar com a gente até às 11:30.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Obrigado. Vou começar pela licença, que foi objeto de dois Senadores.

A empresa teve a licença inicial e tem "n" renovações da licença inicial. A cada ano nós renovamos. A empresa cumpriu todos os requisitos para ter a licença definitiva. Quero deixar claro que boa parte desses requisitos não tem nada a ver com a operação da usina nem com a usina. É por exemplo um viaduto lá, são compensações que foram previstas num termo de ajuste inicial. Quer dizer, as dívidas não são nucleares; são dívidas diversas, pequenas dívidas como um viaduto, uma ponte aqui, várias pequenas contribuições para a região local.

Todas foram cumpridas e estão em julgamento na 4ª Câmara do Ministério Público. Ou seja, não depende. A pergunta: "Por que não saiu ainda?" Acho que o senhor tem que dirigir ao Ministério Público, porque enquanto ele não liberar a Comissão Nacional não pode liberar a licença.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Eu poderia esclarecer esse ponto?

A licença de construção e a licença de operação são emitidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Se eu tiver oportunidade depois, farei uma apresentação de como ocorre esse processo. Com relação a Angra II, a Comissão também participou desse termo de ajuste de conduta e todos os requisitos para a licença permanente, autorização de operação permanente foram cumpridos.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear está impedida de conceder autorização de operação permanente justamente por uma ação na Justiça. Todas as exigências, todas as condicionantes que foram colocadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear foram cumpridas pela Eletronuclear. E nós já informamos isso há alguns anos ao Ministério Público, dizendo que quanto a nós não havia problema nenhum. E tenho informações de que o Ibama, que era um outro participante, também já fez essa informação. Então tanto o Ibama quanto a Comissão estão aguardando uma liberação por parte do Ministério Público para emissão da licença.

Muito obrigado. Desculpe-me a interrupção.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Ou seja, no que diz respeito à segurança, que é o aspecto principal, não existe nenhum item pendente nem com relação às dívidas periféricas. É um problema, digamos, administrativo, mas não é preocupante. Esse bombardeio de mídia sobre o aspecto no Japão, tem uma frase, todo jornalista presente sabe: se o dono morde o cachorro, não aparece no jornal, o cachorro morde o dono; se o dono morde aparece. A gente observa, no caso do Japão, que morreu muito mais gente nas outras plantas químicas do que na parte nuclear, mas a energia nuclear é um fato inédito. A humanidade foi

despertada para esse fato inédito por dois holocaustos, de modo que ela impacta mais na mídia e é natural que assim seja. E a solução para a gente resolver isso que os senhores estão vendo agora é o debate, a quantidade de perguntas formidáveis que eu gostarei muito de ter oportunidade de vir. Hoje vou responder ao que for possível, mas só o debate, a transparência. Eu estava uma semana na França, mas cortei um dia de minhas férias para entrar em contato para saber como eles vão trabalhar com a opinião pública. A primeira coisa é transparência. Então é isso que os senhores estão dando hoje. É fundamental a transparência, absoluta transparência.

No que respeita às opções tecnológicas para o futuro, que tanto preocupa, a opção tecnológica nossa é para as centrais da geração moderna que independem de energia externa para refrigeração. Agora essa preocupação já permeia o quadro técnico – particularmente, de minha iniciativa, esse estudo da PCH, para ter uma fonte alternativa. Ou seja, algum tempo antes do tsunami – eu disse à data em que terminou o estudo – já estávamos preparados para isso, quer dizer, dentro daquele espírito de nunca estar satisfeito com segurança.

Eu vejo com muito bom esse centro nacional. É uma ideia formidável, e eu torço para que essa semente seja plantada. Realmente, a minha terra, eu sou de Sumidouro, em Friburgo, foi atingida por aquele impacto, a gente sentiu na carne, bastante na carne, aquilo lá, de modo que a gente precisa realmente de... Agora, no que diz respeito à parte nuclear, a empresa tem responsabilidade sobre a parte interna da planta. Na parte externa entram o Município e o Estado. O contato nosso com o Município e o Estado é muito grande. Eu projetei aquele sistema de recenseamento informatizado que tem tudo em volta, num detalhe que nenhum outro local do País vai ter. Quem está fazendo isso é Universidade Federal do Rio de Janeiro, o COPPE, o Professor Moacir. É um dos avanços que têm neste País com relação a essa administração. Como a gente vai manusear, por exemplo, um programa em que a gente estimula um camarada... Como cada funcionário chega à rota de acesso, à rota de escape? Isso nenhum outro local do País tem. Nós encomendamos isso à Universidade, ao COPPE, e está sendo feito. Quer dizer, está solucionado? Não. Mas a empresa se preocupa e há muito tempo com isso. Nenhum local do País tem esse plano de fuga sendo cogitado com tanto aporte e tecnologia, e tecnologia nacional, pegando informações de fora. Então existe, eu coloquei aqueles pontos de desembarque, ou seja, toda uma estrutura que está sendo desenvolvida.

Existe preocupação com segurança, existe preocupação com o plano de emergência e essa preocupação tem que ser constante, nunca pode terminar. Você tem que concluir etapas, mas está sempre questionando. Na ida lá, a gente terá muito prazer e vamos pessoalmente verificar.

Com relação a rejeitos, existem três rejeitos: o rejeito de baixa, do mesmo nível de atividade de rejeitos hospitalares.

Esses são os galpões que a empresa tem para rejeitos de baixa e rejeitos de média, sendo que os rejeitos são armazenamento temporário de longo prazo, ou seja, são feitos com toda a segurança. Quando o senhor for lá, vou levar o senhor, tranquilo, com medidor. Chegamos a um metro de distância, o senhor vai ver que não tem.

Para dar um exemplo para o senhor, Senador, eu nado na descarga de água da usina com meus dois netos paulistas. O senhor acredita que eu gosto deles, nado junto com eles e não nado na Baía de Guanabara nem no Tietê. Então, ou seja, nós temos até alguns indicadores de que a gente com o meio ambiente, por exemplo, fazenda de coqueiro, vieira. A vieira é um dedo duro, ela indica. Se tiver um metal pesado na água, ela indica. Nós construímos uma fazenda e estamos construindo várias, porque nós queremos repopular a baía de Ilha Grande, isso a menos de um quilômetro da empresa e por quê? E quem analisa não somos nós. Nós analisamos também, mas são os laboratórios das universidades locais, ou seja, nós criamos dedo duro e comemos a vieira. Aliás, sempre que posso eu como. Ou seja, existe essa preocupação com o meio ambiente, existe a preocupação com segurança. Está cem por cento? Não, nunca estará cem por cento. No dia em que a gente achar que está cem por cento, é início do fim. Então, essa é a atitude da empresa para isso.

Então, voltando ao rejeito. Existem esses galpões que não constituem risco, estão dentro das normas internacionais e existe hoje, concertado com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a política de rejeito. No que diz respeito a política de rejeito para a alta, ou seja, o combustível queimado – e essa é a que mais preocupa porque dura – a nossa política aqui, no Brasil, é armazenamento, depósitos intermediários de longo prazo. Como longo prazo, nós fixamos quinhentos ano. Por que quinhentos anos? Porque o brasileiro entende quinhentos anos, é o tempo de formação do nosso País. Então, nós vamos pegar o combustível que já perdeu o calor que está dentro das piscinas, em cápsulas especiais de inox. Essa etapa nenhum outro país faz: encapsular cada combustível, transportar. A gente acha que dessa forma a gente eleva, no mínimo, uma ordem de

magnitude o grau de segurança no transporte e vamos selecionar não selecionar. Nós, primeiro, vamos fazer uma instalação de demonstração porque o volume de combustível que produz por ano ou de rejeito de alta densidade é cerca de 28 metros cúbicos por ano por central tipo Angra II, ou seja, é um volume pequeno por ano. Então, nós vamos fazer uma demonstração de armazenamento. A gente pega uma célula de concreto com guarita. A idéia é esse armazenamento é estático e encapsulado. Quando o apresentei no departamento de energia, nos Estados Unidos, todos acharam que foi uma forma inovadora e pragmática de armazenar os rejeitos. Por que nós podemos pensar no armazenamento por quinhentos anos? Porque o volume é pequeno, e a idéia nossa não é impor um local. Depois de demonstrar que é seguro, se eu puder falar três horas com as costas encostadas na parede desse concreto onde do outro lado tem o combustível e medindo que não estou pegando radiação, todo mundo vai acreditar. Então, vai haver um voluntariado, ou seja, aquele Município que se voluntariar receberá uma *royalty* pelo armazenamento, mas se não provarmos que é seguro com grande transparência para a população e para a comunidade cientifica, ninguém vai querer ser esse Município. Então, esperamos que, de uma maneira voluntária, se apresente depois que demonstrarmos isso. Está em processo o projeto e, no ano que vem, é o início da construção desse pequeno piloto de demonstração onde fica o rejeito, isso sob supervisão da Comissão Nacional de Energia Nuclear e com a aprovação deles. Agora, essa política foi considerada, mesmo no exterior, uma política muito pragmática de armazenar. Por que 500 anos? Porque se pode, depois, recapsular em mais 500, mas esperamos que, nestes 500 anos, o processo, as técnicas tenham evoluído, e resolvamos. Não temos necessidade de, como a França, como o Japão, a curto prazo, pensar em reprocessamento, ou seja, reciclagem, mas não queremos descartar esta possibilidade de reciclagem. Então, essa nossa política é parecida com a da Finlândia, com a da Suécia. A diferença é que, lá, não contemplam a reciclagem, e achamos um absurdo não contemplar a possível reciclagem.

Por isso o nosso tipo de depósito é diferente mas com um grau de segurança extremamente elevado, dentro de uma caverna. Ou seja, a política de rejeito neste País está definida.

A França faz essa reciclagem. Eu estive no ano passado. Só que, economicamente, para nós não é o caso agora, porque nós temos pouca central e muito urânio. Este é um detalhe muito importante: este País tem muito urânio. A matriz energética no País, temos que entrar todas as fontes primárias, e cada uma tem sua participação, mas, como para o planejador é fácil falar e difícil fazer, é o seguinte: todas as fontes têm que entrar; com prevalência aquelas que estão em território nacional, inclusive para ficar livre das flutuações no mercado internacional; depois vem a prioridade para as renováveis, que são eólica e hidráulica. Agora, a nuclear tem claramente... O que eu ouvi falar em cifras para a nuclear? Ela é prima da hidroeletricidade. O custo de investimento é alto, mas o custo de operação é baixo. Nós vendemos a nossa energia a 138,20 e poucos reais por megawatt hora. Quando entra a térmica convencional, vai a 270. Nos temos que ter térmicas convencionais também porque não tem forma de energia...

A composição da matriz tem que ser, primeiro, fornecer energia – a energia é cara e o que mais maltrata a sociedade é não ter energia –, segundo, o menor impacto ambiental e, terceiro, com menor preço possível. E energia nuclear vai trabalhar na direção da modicidade tarifária, ou seja, ela é uma contribuição térmica a um preço por megawatt menor que as outras fontes alternativas. E o País, por sorte, as reservas prováveis do Brasil vão ser a primeira ou segunda reserva do mundo uma vez prospectada. Nós precisamos aumentar o grau de entendimento das nossas reservas no País. Atualmente, o que temos de conhecido e medido está a leste de Tordesilhas. É a única atividade no País que respeita até hoje o Tratado de Tordesilhas. Então, conhecemos pouco a parte ex-espanhola do nosso território. Ou seja, nós temos um manancial enorme, a mesma formação geológica da Austrália. Estaremos ou primeira ou segunda reserva do mundo. Então, certamente, nós não podemos nos dar o luxo de não contar com esse energético e não podemos ter a insanidade de não ter segurança na utilização desse energético. Agora, as opções...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB - SP) – E a vida útil dos reatores?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – A vida útil dos reatores. Eu gosto muito do sistema europeu, que, a cada dez anos, analisa e renova a licença por dez anos. Eu acho uma política um pouco mais firme que a política americana, que dá, digamos, licença para vinte anos. Ou seja: os reatores iniciais, como qualquer equipamento industrial, tinham uma vista prevista de trinta anos. Nas décadas de 60 e 70, a grande desconfiança que se tinha era se o vaso do reator não era fragilizado pela radiação. Naquela época, nós não tínhamos o conhecimento, a ciência de materiais que temos hoje. Então, o que decidiram fazer? Colocar blocos de testemunha antes da parede do reator. Tiram-se os blocos e, das análises consecutivas, viram que, no reator resfriado a água, não

existe nenhum dano do vaso. Ou seja, não existe, sob o ponto de vista mecânico, nenhum impeditivo de até 60 anos de vida... Lá nos Estados Unidos já se fala em licenciamento para oitenta anos.

Eu continuo dizendo que prefiro o sistema europeu, que a cada dez anos renova as licenças. Nós trafegamos com mais...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB - SP) – E o nosso sistema?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – No nosso sistema, a cada dez anos nós fazemos uma revisão total. Agora, uma central não é... Modificações vão sendo feitas. Por exemplo, Angra I, várias partes do sistema de controle já foram trocadas até porque os componentes eletrônicos daquela época... É comum queremos comprar um computador DX2. Mesmo que quisesse, não encontramos no mercado.

Então, temos feito as modificações que se mostram lógicas em termos de decisão de engenharia. Angra III é um caso. Os equipamentos mecânicos foram recebidos há cerca de vinte e poucos anos. Naquela época, eu não imagino por qual a razão, mas o fato é que foi comprada uma central e foi decidido que o faturamento seria em peso. Não é peso argentino; é peso mesmo, quilo. É um absurdo! Quando vi isso pela primeira vez achei um absurdo. Mas aqui no Brasil, muitas vezes, as coisas são escritas de maneira torta. E aquilo que foi na época um absurdo passou a ser muito bom, porque Angra III é uma central em que a parte mecânica é aquela, que foi muito bem conservada, em que as licenças dos fabricantes continuam em vigor e toda a parte de instrumentação e controle é a mais moderna que existe. Nós vamos adotar uma instrumentação similar à central de Flama Ville, que está sendo construída na França agora. Ou seja, nós teremos em Angra III uma empresa com componentes mecânicos antigos, mas não houve grande evolução nessa área. A grande evolução é a mudança no conceito das novas centrais que grande parte do mundo não adotou, que a Europa ainda não adotou, e já é opção da Eletronuclear adotar nova tecnologia de reatores com circulação natural.

Essa preocupação de energia para a condição de reatores desligados tem sido uma preocupação devida ao menos de minha parte e, na empresa, de alguns engenheiros, e agora existe prevalência. E a prova disso é que muito antes do tsunami nós já estávamos pensando nessa fonte extra de energia. E o projeto já está feito. Nós não inventamos esse projeto para esta Comissão. Está lá o projeto que terminou no ano passado. Antes do tsunami nós estávamos negociando o financiamento para que seja feita. Ou seja, existe uma preocupação latente com segurança. Pergunta-se: você garante que está 100% seguro? Não, não garanto, porque não sou louco. A gente faz tudo para que se tenha 100% de segurança, mas sabendo que nada neste mundo é 100% seguro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, sem querer tomar muito tempo.

Naquele acidente, nas chuvas de Angra dos Reis, em que a BR-101 ficou completamente paralisada e toda a cidade, houve a paralisação das atividades da Usina?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Não, a BR-101 não ficou toda paralisada. O que ficou paralisada foi a perna que vai de Angra para o Rio de Janeiro. A evacuação é para 15 quilômetros só. Então, era perfeita e havia duas, aquela parte que vai para Barra Mansa e a que vai para São Paulo estavam desimpedidas. E nós temos um grande exemplo de evacuação no Japão, porque houve um terremoto, um tsunami, e eles fizeram, em um prazo muito pequeno, sem estrada, sem nada disso, a maior evacuação da história, o que prova que não era o caso de desligar naquela época, porque claramente nós não tínhamos a menor dúvida de que tinha possibilidade de evacuar. E o caso do Japão prova que mesmo em condições extremamente adversas, com um plano de evacuação bem feito a evacuação não foi problema para os japoneses.

Eu tenho tantas perguntas que gostaria muito de ter uma segunda chance. Parece que há um requerimento. Com o maior prazer...

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O requerimento foi apresentado e já está á disposição de V. Exª para submeter à apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Com a palavra o Senador João Pedro, pela ordem.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu pedi a palavra pelo seguinte: primeiro, para dizer que coincidiu, Senador Eduardo Braga. V. Exª atender ao telefone e a pergunta sobre equipamentos, pelo menos eu entendi que foi parcialmente respondida nesse momento em que V. Exª saiu.

Junto com outros parlamentares, fomos em um programa de visitação à usina em 2009 e eu gostaria de dar a sugestão aqui de manter esse programa de convite a Deputados e Senadores para visitar. Eu acho que isso faz parte das preocupações justas dos Senadores desta Comissão, das comissões que estão promovendo essa audiência pública: fazer esse debate. Eu teria algumas perguntas sobre esse plano de emergência. Por exemplo, quantos ônibus hoje existem para as pessoas que não têm o transporte coletivo?

Quantos abrigos existem concretamente para esta Comissão?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Só respondendo essa sua pergunta, Senador...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT –AM) – Eu quero dizer que apoio a política e é evidente que nós temos que aprofundar e fazer, Sr. Presidente, a seguinte questão: das auditorias internacionais feitas no nosso programa se as auditorias são publicizadas para o conhecimento do público, se essas comissões poderiam servir de instrumento para nós analisarmos relatórios internacionais sobre energia nuclear, sobre usinas nucleares, sobre o nosso programa nuclear, com acesso aos Senadores... Eu estava querendo suscitar isso. Nós temos conhecimento dos relatórios, evidentemente, para aprofundar as reflexões, as preocupações, a política de energia nuclear...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) - Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que tenho um horário nessa reunião, às nove horas, me inscrevi. Às nove horas em ponto eu estava aqui e não tive oportunidade de falar. No "pela ordem" aqui já estamos várias pessoas a fazer as suas proposições. Então eu gostaria de que ser ouvido agora.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu queria agradecer muito a presença do Dr. Othon – eu vou ser muito rápido –, ao Dr. Laércio também por essa oportunidade. O meu é mais um testemunho. Vocês vão entender um pouquinho o que estou falando. Em uma audiência como esta, na qualidade de Senador pelo Estado de Goiás, não poderia deixar de trazer a minha experiência com o Césio-137, ocorrida em Goiânia, em 1987.

O dia 13 de setembro daquele ano, por conseguinte, 23 anos atrás, não foi apenas a data do incidente, mas o início de um verdadeiro pesadelo para centenas de vítimas, todas contaminadas por radiações medidas por uma única cápsula que continha o Césio-137. O acidente com o Césio-137, que foi o maior acidente radioativo do Brasil e o maior do mundo ocorrido fora das usinas nucleares, teve para nós, brasileiros e goianos, uma lição: não estávamos preparados para um acidente dessa natureza, infinitamente menor do que estamos falando.

Tivemos inúmeras dificuldades em lidar com aquela situação. O fato é que até hoje os números sobre essa tragédia não são exatos. Oficialmente, quatro pessoas morreram por exposição, mas o número de vítimas contaminadas ainda gera discussão após esses 23 anos. O Governo Federal reconhece 120 pessoas contaminadas; o Governo de Goiás, porém, contabiliza dez vezes mais, 1.032. Quantas pessoas, na verdade, sofreram os efeitos indiretos nesse acidente, parecenos que permanecerá uma incógnita.

Só para reavivar a dimensão dessa catástrofe, a retirada de todo o material contaminado com o Césio-137 rendeu cerca de 6 mil toneladas de lixo: roupas utensílios, materiais de construção, etc. O lixo radioativo encontra-se contaminado em 1.200 caixas, 2.900 tambores e 14 contêineres revestidos com concreto e aço. O depósito foi construído na cidade de Abadia de Goiás, onde deve ficar por aproximadamente 180 anos.

Confesso que me emociono ao lembrar de tudo, mas entendo um dever rememorar esse episódio, sobretudo quando vemos o despreparo e o improviso das autoridades públicas brasileiras, pelo menos à época, para precaver a população contra inundações e desmoronamentos e para agir diante de eventos dessa natureza.

O papel que me preocupa, Presidente, aceita tudo. Mas aqui é fato, não é hipótese. Então não houve nenhum preparo. Nós sofremos na mão do CNEN, que levou, para mandar o seu primeiro técnico, oito dias no local, enquanto uma população estava sofrendo. O meu Estado foi segregado. Eu senti na pele. Talvez nenhum dos Srs. Senadores passaram por esse episódio. Nós ficamos ilhados: ninguém recebia, ninguém queria receber e ninguém queria mandar nenhum tipo de mercadoria para Goiás. Nós tivemos inúmeros problemas.

A julgar pelo que tenho visto na imprensa e nos meio de comunicação em geral, não estaríamos completamente à mercê da sorte se um acidente ocorresse nas usinas nucleares de Angra dos Reis? Perdoem-me falar assim, porque sou uma vítima nesse sentido: eu, meu estado e o Brasil. Isso não é nenhuma ilação.

O acidente em Fukushima provocou contaminação de alimentos e de águas e tem causado pânico ao povo japonês. Eu pergunto ao senhor: o Brasil tem condições efetivas de criar um plano de emergência para estar permanentemente preparado para uma eventualidade como a que ocorreu no Japão? Nós já simulamos? Nós já fizemos alguma coisa? Hoje, o Senador Lindbergh colocou uma coisa estratégica,

uma simples chuva, um desmoronamento em uma das pistas vai impedir qualquer plano. Eu acho que ainda estamos muito incipientes nesse fato. Acho que é realmente como o senhor falou: nós estamos no momento propício para debater e tomar soluções, mas eu vivi fatos e não obtive nenhuma resposta. O Governo brasileiro, à época, foi totalmente irresponsável com o Estado de Goiás.

Então, fica essa preocupação. Desculpem-me. É também um desabafo. Eu não sei, em 1987, onde o senhor estava e se o senhor tomou conhecimento, mas foi penoso para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Professor Othon. Em seguida, vou dar um encaminhamento.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Eu não poderia deixar de dizer que o senhor está cheio de razões com relação ao acidente da cápsula de césio. A irresponsabilidade de três médicos que conheciam muito bem os riscos que... Eles abandonaram a cápsula. O sistema de controle da época certamente não era eficaz. Então, foi um fato, digamos, negro da história não da energia nuclear, porque aquilo não era energia nuclear, mas da utilização radiológica – o césio. Então, não foi uma central de potência. Foi um acidente radioativo e não nuclear, digamos assim, mas foi um triste acidente.

Houve, na época, vários desencontros. O senhor tem toda a razão. Eu também, como o senhor, estou traumatizado com aquele fato, que é um absurdo.

Agora, eu acredito, Senador, que nós não nascemos neste País de uma forma degenerada. Se os outros têm condição de ter planos adequados, nós também temos. Certamente, eu não posso admitir que não tenhamos capacidade de construir este País de uma forma adequada.

Por essa razão, eu não posso concordar com o senhor. Nós temos um plano de evacuação, estamos tecnicalizando aquele plano, aquele estudo que está sendo feito junto com a COPPE. Cada morador daquelas casas, como ele... Como nós dimensionamos a frota de ônibus? Nós estamos dando uma aproximação muito técnica e bastante profunda, digamos, a essa preocupação que temos de evasão.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Perfeito. Então, eu gostaria também de me integrar à Comissão do Senador Lindbergh para conhecer esse plano de perto.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Terei muito orgulho de ver o senhor lá.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Nós gostaríamos de conhecer, até para sermos um divulgador desse plano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer ao Professor Othon e dizer que vamos, logo em seguida...

Aproveito já para colocar em votação o requerimento de autoria do Senador Lobão Filho, no sentido de que demos continuidade a esta audiência na próxima quarta-feira. E o Professor Othon, num gesto de deferência e de atenção com o Senado Federal, já concordou em voltar na semana que vem para dar continuidade a este debate.

Portanto, coloco em apreciação o requerimento do Senador Lobão Filho.

Aqueles que concordam com a continuidade permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero agradecer a V. Sª, Professor Othon. As suas explicações aqui foram muito importantes para que estas três Comissões possam formar opinião sobre um tema tão relevante para o País, e quero informar que vamos dar continuidade a esse debate, ouvindo, agora, o Dr. Laércio, representando a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Muito obrigado, Professor.

Suspendo por cinco minutos a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Declaro reaberta a presente reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática e Infraestrutura.

Agradecendo mais uma vez a presença do Dr. Laércio Vinhas, representando a Comissão Nacional de Energia Nuclear, tenho o prazer de passar a palavra a V. Sª.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu gostaria de reclamar aqui a minha decepção pela demora das falas. Acho que precisamos democratizar um pouco mais, precisa haver limites. A ansiedade de todos é louvável, eu parabenizo, mas todos nós temos a mesma ansiedade.

Hoje saí de São Paulo às 06:30 para estar aqui. Eu estava no meu gabinete assistindo, esperando a hora para vir para cá. Mas fica impossível se nós praticarmos esses horários extensos para cada Senador.

Nós precisamos limitar tudo isso. Eu gostaria muito de ter falado quando o Senhor acabou de se levantar. Então, estou me sentindo prejudicada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Lamento, Senadora Kátia Abreu, mas infelizmente o Diretor-Presidente da Eletronuclear já tinha uma outra audiência pública marcada na Câmara dos Deputados. Ele teria que sair às 11 horas, mas ficou aqui por mais 30 minutos. Mas, teremos um outra oportunidade, novamente, na próxima quarta feira, para nos aprofundamos nesta matéria.

Com a palavra o Dr. Laércio.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Antes de mais nada, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e poder prestar os esclarecimentos que forem necessários e que estiverem ao meu alcance.

Eu vou abordar o tema por um lado diferente, que é exatamente o lado da segurança nuclear.

Vou fazer uma apresentação de como funciona o sistema regulatório nuclear, particularmente para reatores,.mas irei pular algumas transparências para dar mais tempo ao debate.

Eu só queria dizer à Senadora que eu participei das equipes de descontaminação da cidade de Goiânia, e é uma cidade bastante agradável. Não foi a época mais feliz, mas pude perceber a alegria e a receptividade do povo goiano, mesmo naquela situação difícil em que a população passou por uma discriminação totalmente injustificada.

Falarei primeiro sobre o sistema regulatório. Depois, se for necessário, falarei alguma coisa sobre o acidente de Fukushima, que estamos acompanhando diariamente através dos *sites* públicos e de um *site* privativo da Agência Internacional de Energia Atômica, que trata justamente para informação das autoridades regulatórias.

Considerando que estou aqui no Congresso, me pareceu importante iniciar citando os artigos da Constituição que falam sobre energia nuclear. Há um artigo sobre monopólio; outro artigo que diz que a energia nuclear tem que ser usada exclusivamente para fins pacíficos – e eu saliento o último pedaço desse artigo – "mediante aprovação do Congresso Nacional."

"O poder público deve controlar a comercialização e o emprego de qualquer atividade de risco (...)"

Outro artigo que me parece importante aos senhores e às senhoras.

"Compete ao Congresso Nacional a aprovação de iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares (...)"

Finalmente

"As usinas que operam com reator nuclear devem ter a sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas."

Então, isso é para dar uma idéia aos senhores.

O objetivo da segurança nuclear é possibilitar que a população possa usufruir dos benefícios da energia nuclear e assegurar a devida e necessária proteção a trabalhadores, à população e ao meio ambiente.

A segurança nuclear está baseada em três grandes linhas: uma, nos princípios fundamentais de segurança nuclear, que é um documento aprovado pela Agência Internacional de Energia Atômica. Há uma outra de cultura de segurança; e uma outra de defesa em profundidade. Vou falar alguma coisa de cada uma delas.

Esses dez princípios definem as responsabilidades pela segurança nuclear, que é a responsabilidade primeira do operador; as responsabilidades do Governo que deve ter uma agência reguladora, ou um órgão de licenciamento, independente de quem opera as instalações. E há outros princípios que eu não vou me deter aqui, porque ficaria muito longo, mas qualquer dúvida, estou pronto a responder.

Este aqui é a chamada cultura de segurança que o Dr. Otto, sem usar essas palavras, enunciou alguns deles, que é a dedicação, a responsabilidade e a consciência permanente com a segurança, atitude questionadora sempre, com relação à segurança. Deve-se prevenir a complacência, nunca estar-se satisfeito e achar que tudo está seguro; o compromisso com a excelência e desenvolver procedimentos internos.

Esclareço que essa cultura de segurança foi um conceito introduzido na área nuclear após... havia no inconsciente coletivo, mas foi materializado após o acidente de Chernobyl. E após o acidente nuclear de *Three Miles Island* foi desenvolvido o conceito de defesa em profundidade, a criação de várias barreiras, vários sistemas, e o aumento da redundância dos sistemas de segurança.

Conto aos senhores uma curiosidade: a área nuclear e a área aeronáutica, essas indústrias foram as responsáveis pela introdução do conceito de garantia de qualidade; antes havia o conceito de controle, não da garantia.

O licenciamento nuclear é um conjunto de processos que vai justamente avaliar a segurança nuclear, de modo a garantir a proteção aos trabalhadores, ao público e ao meio ambiente. É uma atividade formal e que tem um número muito grande de análises técnicas.

Compete à CNEN, como órgão regulador, conduzir o processo de licenciamento das instalações nucleares para garantir o seu perfeito funcionamento.

Além das instalações nucleares, a Comissão licencia e acompanha cerca de 3.000 instalações médicas e industriais no Brasil que utilizam ou material radioativo ou fontes de radiação. A Comissão não acompanha e não licencia a parte de Raio-X diagnóstico. Esta fica a cargo do Ministério da Saúde e dos sistemas Anvisa e Visas, porque o número de aparelhos de Raio-X no País seria da ordem de 600 mil. Eu gostaria de ter um exército para poder fiscalizar tudo isso, mas não é o caso. As instalações que utilizam radioisótopos e radiações sem serem Raio-X diagnóstico, todas essas são controladas. Nós fazemos nessas instalações cerca de 500 inspeções por ano.

O arcabouço legal para fazer o licenciamento está baseado nas leis federais, nas resoluções e normas da Cnen, nas normais do Sipron, Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, encarregado no sistema federal junto com a rede de defesa civil sobre o planejamento de emergências; seguimos as recomendações da IEA e, sempre que possível, usamos as boas práticas de outros países.

Além disso, o Brasil assumiu vários compromissos na área de segurança nuclear. Então nós devemos observar os preceitos contidos em todas essas convenções que foram assinadas pelo Executivo e ratificadas pelo Congresso Nacional.

Há também a parte referente a salvaguardas e não proliferação. O Brasil é signatário de dois acordos de não proliferação e de dois tratados de não proliferação, ambos assinados também pelo Executivo e aprovados pelo Congresso Nacional; e acordos de salvaguarda também aprovados pelo Congresso.

Como órgão regulador, cabe à Comissão a emissão de regulamentos técnicos e normas; licenciar todas as instalações no País, quer sejam elas nucleares ou as chamadas radioativas, que seria radioterapia, medicina nuclear e as indústrias que usam material radioativo; licenciar os depósitos e rejeitos; certificar os operadores de reator e certificar os supervisores de radioproteção que vão atuar em todas essas instalações.

Próximo.

Esse é o sistema de licenciamento. O interessado tem de apresentar um relatório de local; a CNEN analisa esse relatório e concede uma aprovação de local, isto é, analisa todos os dados do local, dados geológicos, hidrológicos – já vou citar, daqui a pouco –, e conclui que naquele local é possível haver aquela instalação. Depois, é feito um relatório preliminar de análise de segurança. Se nós consideramos que esteja conforme, concedemos a licença de construção. Posteriormente, autorização para a operação inicial – que seria mais para a fase de testes –, o chamado comissionamento e autorização para operação permanente.

Próximo.

Para o local, o interessado tem de fornecer as características gerais de projeto e de operação; as características do local, incluindo dados de geografia, demografia, geologia, meteorologia; um programa de monitoração ambiental, apenas do ponto de vista radiológico para nós, pré-operacional; uma análise preliminar do potencial de influência no meio ambiente, em decorrência da construção e operação dessa instalação.

Próximo.

Nessa avaliação de impacto, levam-se em conta as características naturais e antrópicas do local de instalação. Então, levamos em conta, nessa análise do local, as características quanto a sismos, definição de um terremoto, base de projeto, e tornados, ventos, chuvas, inundação, instalações industriais e militares. Inclusive, é levado em conta, por exemplo, no caso de Angra, que consequências teria para a usina a explosão de um caminhão carregando dinamite na Rio–Santos.

Próximo.

Então, define-se um grupo crítico, que seria, digamos, em caso de operação normal ou em caso de acidente, qual seria o grupo mais atingido, e se tomam todas as medidas para que esse grupo seja protegido. Em se protegendo esse grupo, o resto também o estaria.

Próximo.

Pode passar essa, de que o Othon já tratou.

Para licença de construção é necessária a apresentação de um relatório preliminar de análise de segurança.

Próximo.

Esse relatório envolve todos estes aspectos: a descrição do local, o projeto preliminar da instalação, a avaliação do projeto com riscos à saúde, a avaliação de riscos internos e externos, análise de acidentes e outros dados.

Para que os senhores tenham uma ideia, para a elaboração desse documento, que é responsabilidade do operador – é ele que faz o documento, nós vamos analisar se está de acordo –, esse é um documento de cerca de cinco mil páginas. Nós temos uma equipe muito grande, não tanto quanto gostaríamos, mas cerca de 45 engenheiros estão alocados para análise de segurança das centrais nucleares em operação e das centrais nucleares a serem construídas, com especialistas em todas as áreas aqui descritas.

Próximo.

Na avaliação de segurança, nós realizamos, independentemente, os cálculos realizados pelo licenciado para verificar se eles estão corretos, se estão

completos e corretos, e emitimos pareceres técnicos... nossos técnicos emitem pareceres. No caso da licença de Angra 3, foram emitidos 80 pareceres técnicos, cada um – para os senhores terem uma ideia – da ordem de 50 a 100 páginas, cada um desses pareceres técnicos, que são públicos.

Próximo.

Autorização de operação. Há duas: autorização de operação inicial, com prazo de validade; e uma autorização de operação permanente, com prazo de validade maior.

Esse aqui que foi a discussão havida com relação a Angra 2.

O próximo.

Então, uma vez concluída a construção, aquele Relatório Preliminar de Análise de Segurança tem de ser refeito para as condições, como construídas, e toda a análise é, mais uma vez, repetida.

O próximo.

Só é concedida a operação inicial quando é finalizada a avaliação do Relatório Final de Análise de Segurança e há a garantia de que essa operação inicial pode ser conduzida sem risco, porque há um número muito grande de sistemas e essa autorização é para que cada sistema de segurança seja testado independentemente.

Essa parte de autorização e de utilização de material nuclear é mais voltada aos aspectos de controle de material nuclear e salvaguardas nucleares.

Próximo.

Autorização permanente.

O próximo.

Nós acompanhamos a fiscalização das instalações nucleares desde antes da sua construção, como eu disse, para a concessão da aprovação de local até o descomissionamento dessa instalação, por meio de auditorias técnicas, por meio de inspeções.

Nas grandes instalações, como os reatores nucleares, a CNEM mantém uma equipe de inspetores residentes na instalação. Há oito engenheiros residentes em Angra que comparecem às usinas nucleares todos os dias e nos transmitem boletins diários da situação de operação dessas usinas.

Então, nós fazemos auditorias e inspeções e procuramos assegurar que a planta esteja operando de acordo com as especificações técnicas e com toda a segurança possível.

Só para os senhores terem uma ideia, como é que o projetista trabalha para garantir a segurança da usina? Ele faz um grande estudo, que nós verificamos depois, de todos os acidentes possíveis de ocorrer naquela instalação. Depois, eles desenvolvem sistemas e procedimentos que evitem ou minimizem todos aqueles acidentes. É por causa disso que a probabilidade de ocorrer um acidente fica extremamente reduzida. Mas, como disse o Engenheiro Othon, ninguém pode garantir que em nenhuma atividade humana o risco seja zero, absoluto. Pode ser extremamente reduzida, mais reduzida da probabilidade de qualquer outro acidente – nós trabalhamos na faixa de um dividido por mais de um milhão, aproximando-se de um dividido por um bilhão. Essa é a faixa que nós trabalhamos.

Quanto ao acidente de Fukushima, já foi mais ou menos discutido aqui, eu só gostaria de prestar alguns esclarecimentos. Havia em operação, na área afetada pelo acidente, vinte reatores nucleares no momento do terremoto, na área atingida. Dessas vinte usinas nucleares, nove resistiram ao terremoto e continuaram a operar normalmente.

Nas outras onze, ocorreu, devido ao terremoto, a perda de energia elétrica externa. E a perda de energia elétrica externa leva ao desligamento automático dos reatores. Só que, quando cessa a operação do reator à fissão nuclear, ainda há uma certa quantidade de calor que precisa ser removida. Como disse o Dr. Othon, cerca de 2% da potência ainda fica nos elementos combustíveis. Devido ao decaimento dos produtos de fissão, que são radioativos, eles emitem partículas alfa, beta e gama, as quais geram um calor devido a sua interação com os elementos combustíveis presentes no reator.

E, no caso das outras oito usinas, os geradores a diesel trabalharam, retornou a energia elétrica, e os operadores conseguiram levar esses reatores à condição de desligamento a frio. Esses três reatores de Fukushima I, porque é Fukushima Daiichi, e *chi* significa um em japonês, essa central tinha seis reatores nucleares, dos quais três estavam em operação, três estavam na recarga anual. Ao desligar, ao perder a energia interna, os geradores a diesel entraram, trabalharam por uma hora; após trabalhar durante uma hora, eles foram danificados pelo tsunami. E, a partir desse momento, os operadores, orientados pelas autoridades japoneses, têm feito várias tentativas de maneira a manter a refrigeração desses elementos combustíveis.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – Esse gerador a diesel, o que faz, bombeia água?

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Considerando que os elementos combustíveis ficam dentro de um grande cilindro metálico, que é chamado vaso de pressão, e a água circula, para circular essa água, são necessárias bombas mecânicas bastante grandes que demandam uma certa quantidade de energia. Então,

as centrais nucleares têm vários geradores a diesel bastante potentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – Para fazer circular água?

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Para fazer circular água. Com a perda desse diesel, eles estão tentando refrigerar utilizando geradores a diesel menores ou portáteis, porque não conseguem acionar... Se acionassem a bomba grande, tudo estaria resolvido, mas não conseguem acionar, então, estão tentando por outros métodos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – E essa água resfriaria...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Essa água retira esse calor residual que tem no interior do reator e evita que aumente a temperatura e aumente a pressão. Como essa refrigeração ficou deficiente, houve necessidade de aliviar essa pressão. Um exemplo bastante popular é a panela de pressão onde se está fazendo feijão. A hora em que se desliga, ela continua quente e com pressão lá dentro. Uma maneira de diminuir essa pressão é levá-la embaixo da torneira e fazê-la esfriar. Como eles não tinham essa refrigeração e a pressão estava muito forte, para evitar que o selo de segurança da panela de pressão se rompesse, eles abriram uma válvula para aliviar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – O senhor abusa da cozinha de vez em quando.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – De vez em quando.

E nesse alívio de pressão, saiu vapor d'água com algum material radioativo. E nessas altas temperaturas, a água se decompõe e forma hidrogênio. E no prédio do reator, fora desse vaso de pressão e do vaso de contenção, houve uma certa concentração de hidrogênio. As explosões que nós vimos foram devidas a esse hidrogênio.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Fora do Microfone.) – Cápsula auxiliar, não...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Não no reator, o reator... As informações... Um outro fato é o seguinte: as informações que nós tivemos, de início, foram muito pobres, não é muito mais informação do que os senhores tiveram por meio da mídia eletrônica, dos jornais, da televisão, porque, como os senhores, eu também estou a 20 mil quilômetros do acidente, e o que nós fazemos é, a partir das notícias e a partir de informações oficiais do Governo japonês transmitidas à Embaixada do Brasil em Tóquio, que nos retransmite um boletim diário e das comunicações feitas pelas autoridades japonesas à Agência Internacional de Energia Atômica, com o conhecimento de nossos técnicos, nós inferimos o que pode estar acontecendo.

Há duas coisas, dois fatos que acho que posso afirmar aqui. O acidente em Fukushima não chegará ao nível do acidente em Chernobyl, por várias das razões comentadas pelo Othon. Jamais chegará àquilo. E qualquer que fosse o acidente no Hemisfério Norte, o material radioativo...

Esqueça o acidente nuclear, qualquer acidente que gera qualquer poeira no hemisfério norte devido as correntes aéreas no equador, o que é gerado no hemisfério norte só circula no hemisfério norte, o que é gerado no hemisfério sul só circula no hemisfério sul. Lá no passado...

O SR. ANTANIO CARLOS VALADARES (PSB – SE *Fora do microfone*) - Correntes marítimas...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Não, as correntes aéreas. Eu estou dizendo pela pluma. Porque, no passado, me parece que algumas potências tinham isso na cabeça, tanto que fizeram os testes nucleares na atmosfera, quase todos, nos atóis do Pacífico no hemisfério sul, Bikini, Fangatufa, Ilhas Marshall.

Nós comprovamos esse fato de não haver transferência quando do acidente de Chernobyl não foi detectada a presença via correntes aéreas do material radioativo de Chernobyl no território brasileiro. Ainda hoje, se formos medir aqui no Brasil, pequeníssimas quantidades de césio ainda podem ser encontradas não devido ao acidente de Goiânia, mas devido a explosões atômicas dos testes nucleares feitos na atmosfera no passado.

Hoje os testes na atmosfera também estão proibidos por um outro tratado. Então, essa foi a deterioração à área impactada, por enquanto – e esperamos que fique assim – se os japoneses conseguirem manter o nível de refrigeração que estão agora. Não é que a situação esteja resolvida, a situação é séria, mas, depois de quase uma semana, de dia após dia, a notícia ser cada vez pior, agora a notícia é de uma estabilidade com uma certa melhoria no controle desses reatores. A informação recebida é que os reatores 5 e 6, que estavam desligados, foram levados a uma condição de segurança adequada e não há mais nenhum risco com esses reatores, inclusive já retornou a energia elétrica e todo o sistema de refrigeração das piscinas dos combustíveis usados está operando normalmente.

Eu fui um pouco rápido pelo adiantado da hora, mas posso responder a qualquer questão e fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Sr. Laércio, por sua apresentação.

Temos alguns inscritos aqui. Vou ler a relação dos inscritos para, se houver interesse de alguns outros: Senadores Ivo Cassol, Senadora Kátia Abreu, Senador João Pedro. O Senador Lindbergh também.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Eu quero aqui, Senador Lindbergh, parabenizar o povo carioca. É um povo corajoso.

Sinceramente, o que nós temos assistido no Japão preocupa todos os nossos brasileiros e já que a preocupação – e eu tenho lido vários relatórios –, uma pergunta fica no ar: por que uma usina nuclear num ponto tão habitado como Angra dos Reis? Quando nós temos várias áreas de preservação federais onde poderiam ser construídas essas usinas com margem de segurança de 100km, 200km, 300km, 400km!

Por mais que digam que é seguro, eu quero dizer ao senhor que eu já fui Prefeito e Governador, igual ao Senador Blairo Maggi, e nenhum Município está preparado para qualquer situação, nenhum Estado está preparado nem o Governo Federal está preparado! A exemplo do que aconteceu em Santa Catarina há pouco tempo e a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro. O que aconteceu no Rio de Janeiro pelo excesso de chuva danificou avenidas, ruas, cidades por questão de minutos. Como numa situação como esta nós vamos tirar a população com 30 a 40 km e entorno. Senador Ivo Cassol, eu sou contra em qualquer construção de usinas nucleares, por mais seguras que sejam, dentro de áreas residenciais. Tem que ser longe da população porque, caso venha uma falha... Todos os acidentes que acontecem, podem ser aéreo, pode ser qualquer acidente, sempre tem a falha humana. Por mais que se cuide, por mais que seja seguro, existe a falha humana.

Portanto, nós precisamos, aqui nesta Casa, já que precisa de autorização do Senado para escolha dos locais, por que não utilizar essas áreas que o País têm. É área de preservação? Tudo bem que tem que fazer uma linha de transmissão, o dano ambiental é muito menor do que o dano social. Enquanto as pessoas são afetadas, o que vai ser do futuro. Hoje estamos falando do Japão. Não adianta, é uma questão de Estado, a maioria das coisas são escondidas, não se passa a nível mundial para não deixar o povo mais em pânico ainda. Não seria diferente em qualquer outra área do mundo.

Então, nós precisamos nos preparar, já que nós temos muita energia hídrica sendo instalada e parque instalado representa 2%, vamos primeiro toda a nossa área e deixemos os outros países trabalharem como cobaia, e nós, quanto mais nova for a tecnologia melhor para nós, mais seguro será. Mas a sugestão é no sentido de que esses novos investimentos que forem feitos no futuro, que sejam feitos em áreas afastadas das populações para melhor segurança de todos.

Quero aproveitar também para falar sobre a questão da usina de Jirau, no Rio Madeira. Na semana passada pedi à Comissão que acompanhasse a situação. Parece que é até uma coisa combinada com o Estado do Ceará, questão de refinaria e outras coisas. Até sugeri que esta Comissão fosse ao nosso Estado. Eu quero dizer que o mesmo que aconteceu lá, o mal é bem menor, se comparado com o que aconteceu no Japão. O mal é bem menor do que qualquer outra questão nuclear que exista em qualquer lugar do mundo.

Portanto, eu gostaria que o Presidente visse como está o andamento para que esta Comissão vá na quinta feira à tarde e fizesse uma verificação in loco, porque de um lado tem pessoas preocupadas em querer culpar os empresários, do outro lado os empresários estão colocando que a situação não é culpa deles, que isso é uma coisa orquestrada. Então, nada mais que o Senado estar presente para poder verificar o que aconteceu e que a gente possa evitar que isso venha a acontecer novamente em outros lugares, em outros empreendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Cassol.

Antes de passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu, só quero explicar que a Comissão de Meio Ambiente aprovou uma diligência a Jirau. Ao final desta reunião, quero conversar com o Senador Cassol, porque nós precisamos consultar os membros da Comissão que desejam participar dessa diligência e qual o melhor para o conjunto desta comissão, qual o melhor dia para ir: se já amanhã ou se na semana que vem. Conversaremos em seguida sobre isso.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente; colegas Senadores, Diretor do Conselho Nacional de Energia Nuclear Professor Laércio Antônio Vinhas, obrigado pela sua presença.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas um paralelo, não é uma pergunta especificamente, mas apenas uma consideração para um debate agora e posteriormente, se for do interesse de todos os Senadores da nossa Comissão.

O Senador Ivo Cassol disse, com muita propriedade, que é radicalmente contrário à instalação de usina nucleares onde tem gente. Se nós temos um Brasil com 850 milhões de hectares, nós temos áreas que são desertas e que poderiam muito bem abrigar esse tipo de usina. Nós sabemos da dificuldade de Angra dos Reis. O Senador Lindbergh falou com muita pro-

priedade também, porque conhece o Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, nós só temos a Rio/Santos para saída de Angra, onde ocorrem deslizamentos com freqüência. Então, numa condição de caos total, é um lugar de risco sim. É claro que é função de todos tentar minimizar isso.

Mas a minha discussão, além de deixar a minha solidariedade ao povo japonês, pelo sofrimento que estão passando.

Alem de deixar a minha solidariedade ao povo japonês pelo que estão passando as famílias. Nesse momento é importante a nossa solidariedade e colaboração. Graças a Deus o Brasil não passa por essas intempéries climáticas de tamanha grandeza, mas ao contrário, os japoneses precisam da energia nuclear. Nós não precisamos dela. Quando não há remédio, o remédio está dado. Portanto eles não têm outra alternativa. Apesar de terem terrremotos freqüentes, eles não têm outra alternativa a não ser esta opção. Mas nós brasileiros temos outras opões, não apenas uma opção. Acho que essa Comissão daria uma grande contribuição se nós ampliássemos esse debate neste potencial que o Brasil tem, ganhou de graça de Deus, para poder diminuir ou zerar o risco com relação a essa questão nuclear. Com relação aos aparelhos de raio-X é inevitável. Precisamos disso para a saúde humana, precisamos correr esse risco porque também não há outra alternativa. Portanto precisamos implementar a vigilância, acho que os avanços na medicina foram extraordinários, tive o prazer e a honra de relatar na Câmara Federal, quando Deputada o radioisótopo 18 de vida curtíssima, flúor 18 para o exame de PET Scan, para encontrar principalmente a metástase no corpo, qualquer ponto de câncer no corpo humano. O projeto é de autoria do Senador Jorge Bornhausen , e eu quando Deputada tive o prazer de relatá-lo. Portanto isso é de utilidade inevitável. Mas eu gostaria de mencionar aqui alguns números e encerrar a minha reflexão.

O custo da megawatts-hora da energia hidrelétrica, 80 reais; da energia nuclear: 148 reais; da termoelétrica de 288 a 300; da eólica, 131 reais.

Estamos assistindo entre 2001 e 2009 a energia no Brasil teve um aumento de 27% para o consumidor, mesmo tendo todo esse potencial. Precisamos falar a linguagem que as pessoas precisam e querem: saúde, riscos e custos de vida do cidadão brasileiro. Se não se compadecem dos empresários que geram emprego, vamos falar da população inteira, porque não é só empresário que consomem energia. Quem paga essa energia é o consumidor, o trabalhador brasileiro que ganha pouco. Tudo é transferido para o produto que ele compra.

Emissão de CO2.

A termoelétrica emite 818 kilowatt/hora; a nuclear 4, também é baixo, a hidroelétrica zero, e a eólica zero.

Temos um potencial de hidroelétrica a serem construídas no Brasil, segundo a ANA, dados de 2010, o nosso potencial é de 243 milhões de megawatts mas só usamos hoje 91. Só estamos usando 40% do que é disponível dos nossos rios no Brasil. E poderia ser mais do que isso, caso não fosse o modelo que foi modificado de represamento para fio d'água. Isso tudo em função de um radicalismo insano de certos ambientalistas que se preocupam muito mais com a natureza do que com as pessoas. Mas não é uma preocupação verdadeira com a natureza, mas uma preocupação com outros interesses que não consegui ainda identificar. Se existem seres humanos, existe impacto ambiental, é inevitável. A única forma de não aumentar o impacto ambiental é não nascer mais seres humanos, não existe outra forma. Onde existe gente, há impacto ambiental, porque as pessoas precisam de energia, moradia, água, tijolo, cimento, asfalto, transporte e comida, Sr. Presidente . Não há outra forma de manter as pessoas vivas sem infraestrutura, comida e água. Por isso, a preservação da natureza é muito importante, a biodiversidade, o equilíbrio da biodiversidade, a importância da água e do solo. Mas não podemos abrir mão desse potencial hidroelétrico em função de dogmas, em função de terem transformado as questão ambiental em religião, num radicalismo exacerbado.

E não podemos embarcar nessa canoa.

Precisamos ter técnicos, cientistas pesquisa, investimentos em pesquisa para fazermos as coisas de forma segura, mas não podemos deixar de fazer por medo. Ciências exatas? Não existem ciências exatas. A ciência trabalha sob hipóteses, sob eliminação de hipóteses. Precisamos contar com ela ou não vamos contar com nada, ou vamos contar com o "eu acho" ou "eu penso" ou "eu quero", e não é assim que o mundo é movido. O mundo é movido pela necessidade das pessoas, das famílias. É esse questionamento que eu queria aqui deixar, Sr. Presidente.

Para se ter uma idéia, a energia eólica, apenas ela, se a utilizássemos em 15% do que pode ser gerado apenas na costa marinha brasileira, apenas 15% –o potencial da costa marítima brasileira! – geraríamos doze itaipus. Uma Itaipu sustenta, por dois anos e meio, o Rio Grande do Sul, o Paraná e Santa Catarina. Sustentaria todo o país de Portugal por um ano e oito meses. Sustentaria o Paraná por 3 anos e 8 meses o potencial de um ano. Então, 15% da energia eólica são suficientes para isso tudo.

Reconheço que o BNDES tem financiado alguns parques eólicos e financiará tanto parques que serão

capazes se dobrar a capacidade eólica, mas, se juntarmos o potencial hídrico, hidrelétrico dos nossos rios com o potencial dos ventos, da brisa do mar, poderíamos sustentar, sim, em todos os Estados da costa, inclusive no Rio de Janeiro, onde há Angra I,II e II, Espírito Santo, Bahia, em todos os Estados da costa, com energia eólica. O Ceará está cuidando disso, está fazendo um grande projeto nacional e aumentando enormemente o seu potencial e sua capacidade em 211 mil megaWatts.

Essa preocupação de todos os Senadores com os riscos é mais do que importante, mais do que certa. Mas precisamos falar de preço de energia, de custo de energia e de potencial daquilo que não faz mal às pessoas, daquilo que não faz mal à natureza. Estamos espremendo a necessidade das pessoas. Já passamos as hidrelétricas de lagos para fios d'água. O impacto vai existir? Vamos controlar o impacto. Se algumas espécies poderão ficar comprometidas, vamos tentar minimizar de outra forma, em outras situações, com outros animais. Há milhões de animais que não existem mais no mundo há milhões de anos, como os dinossauros. E nem por isso fazem falta ao mundo. Mas energia faz falta às pessoas. A água faz falta às pessoas. Comida faz falta às pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui essas considerações. Lembro que as nossas necessidades, segundo estudos do Governo Federal, para 2030, precisaremos de 230 milhões de megawatts. Só as nossas hidrelétricas dariam 243 megawatts, só usou 91. Se somarmos a energia eólica, temos energia de sobra até 2030, sem precisar de termelétrica, sem precisarmos de energia nuclear. A vantagem da termelétrica é que ela fica parada. Só se usa se precisarmos. Portanto, se formos eficientes e colocarmos Itaipu, por exemplo na sua capacidade máxima...Em 2010, ela gerou 85 milhões de megawatts, mas em 2008, gerou 94. Por que diminuiu em 2010?

Evidentemente, há as considerações de clima, de chuva, mas, se considerarmos uma capacidade média de 74, de 80, em Itaipu, e lembrar que a energia eólica pode fazer muito mais, por que discutirmos aqui energia nuclear? A decisão seria utilizar todo o potencial eólico e hidrelétrico para depois conversarmos sobre potenciais de risco.

Portanto, eu gostaria de sugerir posteriormente que pudéssemos fazer uma audiência pública para discutirmos alternativas de energias, enquanto estamos aqui discutindo riscos que hoje são mínimos no Brasil, porque só temos Angra I e II. O risco é para um Estado importante, valoroso para o Brasil – são brasileiros que estão lá –, mas ainda é um percentual baixo de produção nacional. Vamos discutir a não ampliação da energia nuclear antes de esgotarmos as outras capacidades e potencialidades que o Brasil tem de sobra para os brasileiros.

Muito obrigada, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Passo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Presidentes das três Comissões que estão promovendo esta audiência pública, quero parabenizar a iniciativa desta discussão.

O Senado, e não só o Senado, mas o Congresso brasileiro precisa ter um debate sistemático para acompanhar a política nuclear no Brasil. E é papel do Senado, o Senado não pode fugir da sua responsabilidade em discutir o Estado brasileiro. Agora, eu, evidentemente, no debate, considero normal o contraditório de opiniões, mas quero colocar minha opinião neste debate.

Do ponto de vista estratégico de um país que já se projeta como a quinta potência econômica, a quarta potência econômica; do ponto de vista de Estado, nós podemos prescindir da energia nuclear? Uma quarta potência econômica, uma quinta potência econômica pode abrir mão de energia nuclear? Um país como o nosso, com essa população, com estabilidade econômica, com crescimento econômico, podemos pensar em abrir mão de energia nuclear?

Tenho que voltar a alguns textos do Nelson Rodrigues. Não podemos abrir mão, sob pena de prejudicar alguns setores do nosso País. Depois, trata-se de compreender a estratégia da energia no Brasil. O Brasil tem uma energia em rede. Evidente que temos que colocar na rede todas as iniciativas, eólica, hidráulica, tudo. Mas não dá para um país como o nosso...

Vamos pensar: hoje nós temos uma parte do País, no extremo Norte do País, Roraima, que tem energia da Venezuela. E olhem que estamos ampliando a relação do ponto de vista estratégico do Mercosul com a Venezuela. Mas a energia do povo de Roraima, da economia de Roraima tem que ser brasileira. O meu Estado, nosso Estado, só agora, 2012, 2013, estará interligado à rede nacional. O Amapá está fora. E temos que fiscalizar, não é, Senador Eduardo Braga? Senão não sai a obra.

Agora, é um debate que temos de fazer mesmo. As hidroelétricas na Amazônia. Vamos fazer e ter a responsabilidade de aprofundar os cuidados, as mitigações, a realidade, as compensações. Nós temos que radicalizar nisso, por que não? Ou porque são ribeirinhos que nós não vamos ter que tratar, ter a sensibilidade, ter a responsabilidade, ter compromissos republicanos com esse povo, com os povos indíge-

nas? Agora, nós vamos dizer não? Como é, um país com 190 milhões de habitantes, com a economia que temos, com a responsabilidade que temos hoje, mundial? Não vamos fazer hidroelétrica, não vamos fazer energia nuclear, vamos fazer o que mesmo? Paciência, tenha santa paciência!

Agora, nós precisamos encontrar mecanismos, inclusive esse, como a audiência pública de hoje. Temos, a qualquer hora, em qualquer reunião, essa competência de chamar, de convidar, de convocar. Acho que mais do que isso, Presidente...

Vou apresentar um projeto de lei para termos esse acompanhamento da energia nuclear de forma sistemática ou duas vezes por ano aqui, no Congresso Nacional, para não ficar só pela iniciativa do requerimento da audiência pública. Mas nós temos uma lei. Tem que vir aqui e não ficar uma hora, não ficar duas horas, mas o Congresso acompanhar, em profundidade, o andamento disso tudo.

Enfim, todo o conjunto de cuidados, de reparos, de reflexões que precisamos ter, que o Congresso precisa ter.

Então, essa é a reflexão que faço sobre este debate.

Eu falei rapidamente agora há pouco, pela ordem – este mecanismo fortíssimo que os Senadores têm –, sobre um pouco das minhas preocupações, porque, junto com alguns Parlamentares, nós visitamos Angra. Espero que esse mecanismo da visita, da conversa, da discussão em Angra... Discutir com a Cnen também, a gente acaba indo a Angra e acaba ficando de fora quem regula. Então, é necessário trabalhar com quem regula, com quem executa, com quem faz a gestão das duas usinas, caminhando para a terceira; precisamos interagir mais, acompanhar mais isso.

Olhando esse aspecto dos cuidados, temos a estrada. Nós temos que ter uma outra via de acesso em Angra I e II, precisamos melhorar isso. Acho que isso é um padrão que tem que sair daqui, Senadora Lúcia Vânia. Nós não podemos trabalhar com a 101, com aquele padrão, considerando ali duas usinas e, daqui a pouco, três.

Isso tem que ser uma preocupação, isso é um produto que tem que sair desta audiência pública. Tem que haver uma reforma compatível com as providências cabíveis necessárias a uma estrada que está no entorno das usinas.

Vou fazer uma pergunta: qual a população hoje do entorno das usinas nucleares ali? Porque há uma população que mora próximo, a um quilômetro, dois.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Muito próximo não há ninguém residindo, porque é área de propriedade da Eletronuclear. No raio de cinco quilômetros, moram cerca de 3,5 mil pessoas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É um número significativo para cinco quilômetros.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Esses são dados fornecidos pelos programas da Prefeitura e, fazendo uma combinação com o Censo, não o de 2010, porque ainda não saíram os resultados detalhados, mas com o Censo de 2000, admitindo que, em cada domicílio, haja quatro pessoas, há na região cerca de mil domicílios, mais ou menos, nessa área de cinco quilômetros, que é a área prevista para uma evacuação preventiva e que cobriria 99,99 de eventuais acidentes possíveis na usina de Angra I e Angra II.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Diretor Laércio...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero só, Senador João Pedro, fazer uma questão de encaminhamento. Nós temos apenas mais três Senadores inscritos. Então, para que todos os Senadores se pronunciem, em seguida nós passaremos a palavra ao Dr. Laércio para fazer todas as considerações finais.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Só para eu formar um juízo, por isso que eu perguntei o número da população do entorno, esse de 3,5 mil é um número significativo para cinco quilômetros, é um número expressivo, eu considero isso.

E a resposta para quantos abrigos existem hoje para atender esta população? Posteriormente V. Sª responde.

Na outra, eu quero insistir com as três Comissões que estão fazendo audiência pública, mas, fundamentalmente com a Comissão de Meio Ambiente, a quem compete a fiscalização, sobre os relatórios da Agência Internacional de Energia Nuclear, relatórios evidentemente com foco nas duas usinas nossas, do nosso programa; relatórios recentes, que pudéssemos ter acesso, ler e, evidentemente, formar um juízo a partir da visão da Agência Nacional de Energia Atômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Passo agora a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, ao Senador Lindbergh e Senador Walter Pinheiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Srs. Presidentes, Srª Presidente, Dr. Laércio Antonio Vinhas, sou um herdeiro do iluminismo, sou ainda um herdeiro da cultura iluminista, acredito na ciência e acredito na tecnologia para ampliar os limites da ação humana. Então, não só porque acho que é uma crise energética brasileira que tem que ser a mais diversifi-

cada possível, e temos que ser extremamente ambiciosos nessa matéria, mas porque acho também que, com o desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil, é uma história extraordinária, é uma história que tem atos de heroísmo, há figuras que merecem ser cultuadas, como por exemplo o Almirante Álvaro Alberto, gente que correu risco, gente que enfrentou dificuldades de toda ordem, de incompreensão, de dificuldade de orçamento, de dificuldade institucional.

De modo que sou favorável, com todas as cautelas que já foram muitas vezes enfatizadas aqui na reunião, e também com um esforço enorme de transparência, até para espantar os fantasmas que rondam uma questão ainda bastante misteriosa para grande parte da população, inclusive das camadas mais instruídas da população, sobre os riscos que adviriam do desenvolvimento da energia nuclear nas condições brasileiras, nas condições do nosso território, da nossa geografia, da nossa geologia, etc..

Lembro-me que, nos anos 60, houve uma pressão muito grande, especialmente dos Estados Unidos, para que o Brasil firmasse, naquele momento já, o tratado de não proliferação. Na época, isso foi em 1967, antes de Cristo, eu era presidente do Centro Acadêmico XI de agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, e trabalhei junto com...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Preparou as condições para o Lindbergh ser o presidente da UNE.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Exatamente, já pensando no Lindbergh.

Mas, na época, houve um debate sobre a necessidade de o Brasil manter sua autonomia em matéria de desenvolvimento da tecnologia nuclear para usos pacíficos, e se via, na assinatura daquele tratado, possíveis entraves a esse desenvolvimento, tanto é que demorou muitos anos para que o Brasil modificasse o tratado.

Na discussão de hoje, várias vezes foi abordado o aspecto da atualização da nossa tecnologia e da necessidade de termos sempre a tecnologia mais *up to date* em matéria de tudo aquilo, em comparação com tudo aquilo que se faz na aplicação da energia nuclear para produção de eletricidade.

Eu pergunto ao diretor da nossa Comissão Nacional de Energia Nuclear: A quantas anda essa atualização dessa nossa tecnologia? Os equipamentos da usina Angra 3, segundo nos disse o presidente da Nuclebrás datam de 20 anos atrás. Seriam eles, hoje, a expressão daquilo que temos de mais moderno? Existem canais de comunicação entre os diferentes países que dominam, com um grau de avanço bastante razoável, como é o caso brasileiro, a tecnologia nuclear para uso pacífico? Existem formas de comunicação entre as instituições dos países de modo a que possamos nos beneficiar do resultado das pesquisas e dos avanços tecnológicos que são promovidos em outros países?

Qual é o papel da Comissão Internacional de Energia nessa difusão, ela propicia, ela segura? Qual é a nossa relação com essa instituição internacional?

São as perguntas que faço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vou ser bem direto. Volto novamente à questão do licenciamento definitivo da usina Angra 2. O senhor falou antes que o problema agora está no Ministério Público. A gente aqui que até perguntar se é Ministério Público Federal, quem é o procurador, porque interessa a esta Casa entrar nessa discussão. Mas é de estranhar um tempo tão longo, porque a usina está em atividade desde 2002. Fui prefeito do Município e sei como é cada processo de licenciamento, a intervenção do Ministério Público. Mas a gente sempre vai lá, tenta explicar como é. Então, eu acho que tem, de fato, mais de oito anos, quase nove anos em ação sem licenciamento definitivo. Interessava saber quem é o procurador, porque esse é um assunto que considero importante. Não é razoável não ter esse licenciamento definitivo, talvez tenha alguma pendência que seja relevante. Por isso nosso interesse em conversar com o Ministério Público.

Agora volto aos rejeitos radioativos. A opinião de pessoas que conversaram comigo é que, de fato, estarem armazenados nesses galpões da usina não é a situação apropriada. Eu queria saber também, porque já citei novamente aqui, estou repetindo a pergunta... Houve uma comissão em que a Presidente Dilma, à época Ministra da Casa Civil, participou, e um dos pontos era "Metas para um Depósito Definitivo". O que foi feito? Eu achei a explicação do presidente Othon insuficiente. Como esse órgão, a Cnen, tem a função de fiscalizar, eu quero saber quais são os prazos, o que é feito, se é problema orçamentário. Eu sei que a construção lá de Abadia de Goiás custou 7 milhões. É esse o problema? Se for esse o problema tem que ser explicitado, porque eu acho que podemos ajudar. Colocar claro esse debate ajuda nas discussões sobre quais são as prioridades do Ministério do Planejamento etc.

Mas quero fazer aqui outra perguntas bem diretas. No Rio de Janeiro, há um reator de pesquisas na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, pertencente

a Cnen. Sei que é um reator pequeno, com reduzido potencial de acidente. Chegou ao meu conhecimento que esse reator já opera há mais de trinta anos e não tem certificação da Cnen para operar. Quero saber se isso é verdade.

Também tenho informação de que reatores de pesquisa de São Paulo e Minas Gerais também não têm essa certificação.

Quero fazer outra pergunta. É sobre uma mina de urânio em Poços de Caldas, que concluiu suas operações há mais de dez anos – Presidente Rollemberg, acho que isso interessa a esta Comissão –, deixou um passivo ambiental que pode ser visto inclusive por satélite e toda cava da mina de urânio continua a céu aberto. Gostaria de saber o motivo pelo qual a Cnen, órgão responsável pela fiscalização na área nuclear, não tomou nenhuma atitude efetiva para resolver essa questão, deixando que a degradação ambiental prossiga justamente numa região turística importante como Poços de Caldas.

O *Correio Braziliense* de ontem traz uma reportagem sobre o fato de o Brasil, que é detentor da sétima maior reserva de urânio do mundo, estar importando esse material. Há atrasos no processo de licenciamento, talvez com razão. Mas nós queríamos entender. Essa é uma daquelas questões que a Presidente Dilma, tenho certeza, quando toma conhecimento – sétima reserva de urânio do mundo – de que estamos importando urânio, fica uma arara, para usar o termo que ela usou.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª sabe quais as questões que deixam a Presidente uma arara? Eu gostaria até de transmitir à senhora algumas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse termo foi usado pela própria Presidenta. Polêmica de pombos e falcões, ela se diz uma arara.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Eu pediria ao senhor que transmitisse... Eu tenho uma relação, eu tenho uma lista grande.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, a esta hora, não sei se a fome ou a vontade de comer nos move de forma mais agoniada. Mas quero dizer que lamento o processo que adotamos aqui. Na realidade, o debate com o Dr. Othon tem uma característica. A necessidade da junção da participação da intervenção dele com a do Dr. Vinhas, eu diria que é a parcela mais importante deste debate. Vou usar uma resposta dada pelo Dr. Othon, óbvio, fazendo já as minhas elações. Quando ele respondeu a mim e ao Lindbergh, quase que ele disse: minha obrigação é fazer gerar energia; daí para lá, o que vai acontecer é tarefa de outro órgão. Então me parece que essa junção – e o senhor explicitou sobejamente bem – caminha passos, ou seja, tem a leitura da segurança como um pressuposto básico para a definição da política e, consequentemente, a implantação, entre nós, de, mais do que a legislação, a cultura, como o senhor mesmo colocou. Porque lei, meu caro Aloysio, lei até as figuras rasgam, cultura é mais difícil. Muito mais difícil.

Este é o principal problema: não temos a cultura. E estou falando agora da experiência concreta e prática, da relação do Poder Público; nós não temos a cultura do processo de fiscalização com senso de responsabilidade. Nós temos a cultura como um processo de acompanhamento por parte dos órgãos de fiscalização para o cumprimento daquilo que a lei determina e não porque a cultura deveria ensinar.

Vou traduzir rapidamente aqui para fazer alguns comparativos. Nós nos acostumamos a um processo posterior que resulta multa em quem causou o prejuízo. Eu até contava aqui um caso engraçado ao meu amigo Lindbergh da época em que foi debatido aqui no Senado o "caladão". Eu não era Senador, eu vim para cá porque eu me interessava pelo tema, não tive oportunidade de falar naquela época, mas tive o apagão no sistema de telecomunicações brasileiro logo após o processo de reestruturação do setor. O Senado fez aqui, na época, uma grande audiência com o saudoso Renato Guerreiro, que faleceu há pouco.

Daquele resultado, Dr. Vinhas, eu pergunto: resolveu o problema? Não. Aplicou-se uma multa astronômica. Fiz uma pergunta ao Guerreiro na época: venha cá, se eu deixei de ligar para a minha mãe no Dia das Mães por causa do caladão, não tem multa nenhuma que pague e que devolva esta minha falha de não poder ligar, não poder contatar com minha mãe. Não tem multa que pague isso. Eu posso depois me explicar com a minha mãe. Estou falando de algo que ainda posso fazer posteriormente, em outro contato com a minha mãe. Imagine uma situação desta. Eu aplico a multa, vou lá, faço, aconteço, chego para fiscalizar os efeitos e para aplicar multas. E aí? E as vidas que se foram? Voltam? E os problemas que ficam? A multa vai resolver isso? Não.

Portanto, não é só um problema orçamentário – que eu achei que o Lindbergh toca bem –; a gente não pode, em nome de um problema ou de uma escassez orçamentária colocar isso num plano de fundo. Isso é plano principal. Se não há orçamento para isso, outras coisas deveriam ser cortadas e essas questões pas-

sam a ter a primazia no atendimento porque estamos trabalhando com vidas.

Essa é a parcela principal para a gente definir, por exemplo, qual deve ser o rumo nosso nessa questão de matriz energética. Porque, quando a gente fala que resolve o problema com a geração hídrica por conta de fio d´água, etc, "remanso, casa nova, sento sé, pilão arcado e Sobradinho" foram. Mas nós erguemos novas cidades! A Bahia tem uma cidade que é resultante de atingidos de barragens, Serra do Ramalho, desagregação plena e total.

As famílias que estão em Serra do Ramalho não têm as mesmas condições que tinham onde moravam. Não tem mesmo. E se gerou um pepino, um problemaço ali na Serra do Ramalho. São 19 mais duas agrovilas, num total de 21 em que temos um problema sério. Uma aldeia indígena que saiu de lá. Isso acontece em tudo quanto é lugar. Fauna, flora,o debate sobre essas questões. Como é que a gente vai se deparar com isso.

Eu continuo dizendo o seguinte: eu não sou favorável à satanização da energia nuclear, sou favorável, como o Aloysio colocou muito bem. Acho que a gente tem que experimentar o que estão nos oferecendo hoje como *upgrade* de tecnologia.

Então, se isso se coloca de maneira tal para acender o alerta, vamos ver se esse *upgrade* de tecnologia não dá para a gente deslocar para outra área. Vamos ver se é possível. O que diziam antes é que nós não tínhamos escala para energia eólica nem para energia solar. Então, se ia para a nuclear, inclusive como mecanismo de atendimento imediato, problema de escala, preço e tal. Isso está modificando.

Pegando o exemplo da Bahia, nós contratamos 34 usinas de energia eólica até 2014 na Bahia. Vamos gerar equivalente à metade do que vai gerar Angra I. Metade! Com 34 usinas! O Nordeste deve ser responsável, nos próximos anos, por 50% de todo potencial eólico brasileiro. A própria região onde temos lá nossa reserva de urânio em Caitité vai receber energia eólica agora.

Então, de que se forma isso se combina? Como a gente atua nisso?

O senhor falou aí na exposição acerca dessa questão do mapeamento, como está aqui. Tem uma análise preliminar das influências, a própria questão de geologia, geotécnica e meteorologia. Eu tenho hoje um mapeamento ecológico e ambiental detalhado, porque temos a capacidade de fazer isso com geoprocessamento, de forma intensa. É fundamental poder visualizar, assim como eu disse que poderia ser visto a imagem hoje em qualquer pesquisa do Google via satélite, a gente pode fazer também esse teleacompanhamento hoje de forma sofisticada.

Outra questão fundamental é quando o senhor fala aqui na própria relação entre os passos adotados na relação com o clima, as medições, de qualquer maneira o que se antevê de terremoto, abalos sísmicos, a questão meteorológica e tal. Há uma interação da CNEN com os nossos organismos que cuidam dessa área. Nós temos um processo que aí não pode ser a partir do fato, mas se antevendo a fatos, dessa questão.

Recentemente, naquela chuvarada no Rio de Janeiro, Angra ficou ilhada, o acesso a Angra. Então, se o acesso à usina ficou ilhado, imagine no dia em que houver um problema e a fuga fica complicada? E na emergência, vai ficar como?

Se a própria usina onde está hoje é tranquilamente isolada, se ela fosse isolada hermeticamente para não vazar seria uma coisa maravilhosa. Então, ao contrário, se há nessa relação, nessa interação entre os órgãos – uma coisa que não sei se foi o Aloysio ou o Rollemberg que chegou a tocar – com o mundo. Eu, por exemplo, tenho buscado ver onde nós temos usina nuclear.

Eu tenho visitado vários centros de controle de emergência de catástrofes, agora, recentemente, volto a frisar, antes desta história do Japão, portanto, estive lá para conhecer como funciona isso, e a própria informação à população, Dr. Vinhas. Nós tivemos o exemplo de Caitité. Lá nós fizemos uma parceria com a ANA, que vai lá para fazer a análise de toda a água. Óbvio que existe uma separação. As pessoas, às vezes, até pelo desconhecimento, pensam que o fato de ter urânio já contamina a água. Não há beneficiamento de urânio em Caitité. Então, portanto, não é esse o risco. Mas, mesmo assim, o Estado foi lá fazer uma parceria, a ANA foi, o Ingá – o nosso instituto de águas da Bahia.

Mas, de qualquer maneira, se esta coisa não funciona antes, se você n ao interage entre os órgãos, você vai vivendo o tempo inteiro com esse tipo de expectativa e, óbvio, com a oposição a qualquer possibilidade de instalação de usinas com esse porte.

Então, acho que é fundamental isso e quero insistir nesta questão do acompanhamento, como diz o João Pedro aqui da nossa parte. Mas mais do que isso, é um certo nível de valorização da CNEN.

Se eu disser aqui para o senhor que uma parte do povo brasileiro conhece a Anatel, conhece a Anel, mas eu aposto que em número muito mais reduzido tem uma relação com a CNEN. Posso dar como exemplo a própria região de Caitité, na Bahia. Se fizer uma pesquisa ali, Senadora Lúcia Vânia, verá que o pessoal não sabe nem o que é a CNEN. O que é isso? Ah, a quem de quem? De Nênm? Nêm deve ser o sujeito ali do bairro. Nem um, nem outro. Como é que isso

se propaga, como é que a gente sabe da existência, como eu recorro, como é que isso funciona. Então, estamos tratando disso depois que a barba do nosso vizinho ardeu. Então, dá tempo de colocarmos a nossa de molho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou procurar ser bem rápida.

Quero cumprimentar o Dr. Laércio e dizer da satisfação de tê-lo aqui conosco.

As perguntas serão bem objetivas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de responder ao Senador Walter Pinheiro em relação à audiência pública. Nós procuramos desde o início buscar a coordenação do Programa Nuclear Brasileiro através desta audiência pública com as três Comissões. Nós entendíamos que não seria possível tratar da questão apenas com Infraestrutura ou com Ciência e Tecnologia e/ou isoladamente com Meio Ambiente.

Nós estamos tendo uma dificuldade de agenda. A gente vai superar essa deficiência ao longo do tempo.

Em segundo lugar, eu gostaria de comunicar à Comissão que nós temos aqui no Senado, já foi votado na Câmara, um projeto de lei que trata da segurança do Programa Nuclear Brasileiro, que irá ensejar esse projeto, ele vai ser debatido na Comissão de Justiça e na de Ciência e Tecnologia, e acredito que irá consolidar essas audiências públicas que estamos tendo.

A pergunta para o Dr. Laércio. Qual a importância do domínio dessa tecnologia, pois um país como o Brasil não pode prescindir, mas acredito também que a CNEN e os órgãos responsáveis deveriam passar para a sociedade não somente a questão da produção de energia, mas também os outros benefícios que poderiam advir do domínio dessa tecnologia.

Segundo, uma pergunta que o Aloysio já fez, se existe uma transferência de tecnologia neste setor. Foi intercâmbio que o Senhor perguntou. Mas eu queria saber se existe a transferência, uma vez que é uma questão estratégica. Acho que é difícil essa transferência e daí por que mais uma vez reforça a importância do seu domínio.

E, por fim, é uma questão paroquial minha que eu gostaria de saber como é que está o depósito do Césio 137, se existe uma fiscalização e um acompanhamento. É importante dizer que em Goiânia, hoje, a nossa manchete do dia é a questão da desconfiança sobre o depósito do Césio 137. Eu pergunto ao senhor se existe um monitoramento – e posso dizer ao senhor que existe uma coincidência: como não existe uma acompanhamento local das autoridades em relação aos efeitos do Césio 137, nós temos uma incidência de câncer muito forte na área, e a cada acidente desse nós ficamos numa inquietação sem tamanho.

Portanto, eu gostaria de saber da Cnen como é que está essa situação.

Infelizmente, ao contrário do que disse aqui o Senador Walter Pinheiro, Goiânia aprendeu a conhecer a Cnen por esse desastre que foi, sem dúvida nenhuma, na dor, muito na dor, o que foi isso para a nossa capital, para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, nobre Senadora Lúcia Vânia.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, quero informar que as exposições dos convidados estarão disponíveis no *site* www.senado.gov.br, na parte de cima e também justificar a ausência do Senador Flexa Ribeiro, que foi indicado pelo Presidente Sarney para representá-lo no lançamento do Programa Estadual de Municípios Verdes, a realizar-se em Paragominas, no dia de hoje.

Quero solicitar a autorização desta Comissão para, como estamos sendo prestigiados aqui com a presença do Deputado Alfredo Kaefer, e antes de passar a palavra ao Dr. Laércio para as considerações finais, passar a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB – PR) – Muito obrigado. Cumprimento os Senadores, a Srª Senadora, o senhor expositor, Professor Laércio Vinhas, do Cnen.

Venho aqui na condição de autor de uma PEC nº 122, de 2007, onde eu proponho a desestatização ou a saída do monopólio exclusivo do Estado nas questões nucleares. Isto é da Constituição Brasileira que prevê que só o Estado tem poder de envolvimento em toda a questão nuclear, inclusive na produção e geração e desenvolvimento da energia.

Imaginava eu, na época da proposição – e mantenho o meu pensamento –, de que o Brasil, se quiser crescer e fazer parte da elite mundial no desenvolvimento, deve pensar nas alternativas de produção de energia. Apesar de termos uma capacidade ainda futura de implantação de energia hidroelétrica, nós temos que pensar nas variáveis: energia solar, eólica, hidroelétrica e também nuclear.

A China, por exemplo, que há 22 anos, em 1989, tinha um PIB igual ao do Brasil, pensou dessa forma. Construiu a sua Itaipu, que é a usina de Três Gargantas, maior do que Itaipu; desenvolve várias alternativas de produção de energia, mas ainda está muito na

produção de usinas térmicas com carvão, altamente poluidoras. Mas tem um projeto de implantação de mais de 10 usinas nucleares, usinas termonucleares. Então, está pensando grande, está pensando para o futuro.

Vez por outra somos tomados por esta situação como há muito anos atrás: *Chernobyl, Trhee Miles Island* e, agora, *Fukushima*. Comparo isso, Senador Aloysio, àquela situação dos desastres aéreos: morrem mais de 30 mil pessoas no trânsito no Brasil, mas nos abalamos quando tem um acidente aéreo, que mata 100 pessoas de uma vez só.

Os aviões poluem, mas são essenciais para continuar transportando as pessoas com rapidez. Penso que não deva ser diferente com relação ao nosso projeto de expansão de produção de energia termonuclear.

O futuro da humanidade vai, certamente, ser movido a energia elétrica. Os nosso carros, muito em breve, terão baterias recarregadas em um posto onde, em vez de combustível, pluga-se na tomada e recarrega-se. Ou, ao chegar em casa, à noite, liga-se na tomada para recarregar e, no outro dia, sai andando sem poluição. Para que isso seja feito, temos que produzir energia elétrica, seja hidrelétrica, solar, eólica e também nuclear.

Apresentamos aquela PEC porque, se quisermos pensar grande, devemos saber que, sem energia, não se desenvolve. Sabemos o valor da energia, quando chegamos em casa, apertamos o botão e não há energia elétrica. Ou ainda, quando queremos ligar a televisão para assistir ao programa e, por algum *blackout,* falta energia. Sabemos o valor da energia naquele momento.

A natureza nos concedeu graciosamente, um estrutura, uma condição de termos capacidade de produzir energia em abundância, primeiro, nas hidrelétricas, com tudo que já temos e com o que temos por construir. Mas também nos deu a benção, Senador Rollemberg, de termos estrutura geológica magnífica, com possibilidade muito pequena de problemas como o Japão teve agora, terremotos, ou acidentes naturais de grandes dimensões, que poderiam eventualmente afetar as usinas nucleares.

A técnica de segurança nos últimos anos – o professor sabe disso – evoluiu muito e, certamente com o evento de Fukushima, vai evoluir muito mais ainda, de forma tal que vai nos dar segurança. Se olharmos a nossa história, desde a época da pólvora, ela foi nefasta, porque provocava a morte de pessoas, com a dinamite, mas também foi extremamente benéfica para a evolução da tecnologia humana. Certamente, não será diferente com o nosso processo de produção de energia.

De modo que continuo pensando que devemos desembaraçar esse imbróglio de o Estado ser o único controlador de todo o processo nuclear. Por emenda constitucional, conseguiu-se liberar o uso para fins médicos. Foi um avanço, mas pequeno.

Então, temos que perseverar nesse quesito. Mantenho a minha posição de que temos que construir muitas usinas, de todos os tipos, também nucleares. E por que não permitir que se faça um processo licitatório, como se fez Jirau ou a recente Belo Monte, para a iniciativa privada? Vamos contar, licitar com toda a segurança, com toda a estratégia, para que o Estado tenha o controle do processo nuclear.

Deixo aqui essa minha contribuição, Sr. Presidente, crente de que não nos devemos abalar pela situação que houve e continuar desenvolvendo, sim, todo o nosso processo de produção de energia e também contemplar o processo de construção e produção de energia elétrica através das termonucleares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Agradeço a V. Exª, Deputado, é uma honra para esta Comissão contar com a sua contribuição neste debate.

Passo a palavra ao Dr. Laércio, para suas respostas e considerações.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Antes de mais nada, não que eu queira fugir de algumas perguntas, mas a minha função é a da segurança. Essa função da política nuclear brasileira foge um pouco do meu âmbito de atuação. Não vou fugir delas, mas elas ficam um pouco incompatíveis com a minha responsabilidade como chefe da parte licenciadora da comissão.

Não vou fugir das respostas, mas gostaria que V. Exªs entendessem esse ponto de vista. Não cabe a mim definir – nem à minha diretoria – a política.

Para a gente poder relaxar um pouco aqui, e já em parte respondendo ao Senador Walter, sobre a cultura nossa, e respondendo a um questionamento do Senador Lindbergh ao Almirante Othon: o número de pessoas que participam dos exercícios é da ordem de 1%, embora todos sejam convidados.

Aí eu faço uma comparação: certamente o Senado faz exercícios de emergência de evacuação em caso de incêndio. Eu perguntaria aos senhores: quais dos senhores participaram de um exercício desses, saindo de uma Comissão ou saindo de seus gabinetes para se dirigir para fora do prédio?

Então, essa cultura é que tem que ser treinada - respondendo ao Senador Walter. Isso é só para mostrar...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) - Mas tirar 150 mil pessoas, 200 mil pessoas só para fazer o teste é um transtorno, viu? A cidade inteira?

O SR. LAERCIO ANTONIO VINHAS – Por isso é que não é feito. É feito com grupos representativos, por amostragem. Senão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) - Mas aí não vai resolver, porque a função de político é apagar incêndio, não é fugir de incêndio. (*Risos*.)

O SR. LAERCIO ANTONIO VINHAS – Isso é só para relaxar um pouco. Como eu digo sempre, o trabalho tem que ser um modo de vida, e não um modo de morte.

Vou tentar responder, o mais rápido possível, todas as perguntas.

Uma delas é quanto à localização de centrais nucleares, e assim já respondo a várias pessoas.

Primeiro, quando foi projetada e construída Angra I, a cidade era muito menor. A Rio—Santos foi construída em função da usina. Eu me lembro de que, na primeira vez que fui a Angra, em 1967, a única estrada que havia era descendo por Bananal e Rio Claro para chegar a Angra. A população era reduzida. Hoje em dia, nessa análise que a Eletronuclear está fazendo da localização das futuras centrais nucleares, esse é um fator levado em conta. Caberia mais a eles descrever esse processo, mas, já que eles não estão mais aqui, vou assumir um pouco o papel deles.

O processo para se estabelecer a localização de uma central nuclear envolve cerca de 50 a 60 critérios. Segundo esses critérios, há os impossíveis, os que devem ser evitados e aqueles que contribuem para a localização.

Pelo que eu sei informalmente, pois esse estudo ainda não foi apresentado à Comissão – só será apresentado quando do pedido de aprovação de algum local -, eles têm feito um estudo levando em conta os vários fatores e encontrando regiões onde poderia ser feito. Pelo que eu ouvi em algumas palestras, neste momento seriam quatro regiões, em cada um dos quatro estados em volta do rio São Francisco, que seriam regiões, digamos, propícias para a instalação, e acredito eu que os técnicos dirão: "Essas quatro regiões são propícias, e, daqui para frente, a decisão passa a ser uma decisão política". Se quatro locais são igualmente bons, daí para frente, cessa o trabalho dos técnicos, e provavelmente será uma decisão política - e acredito eu, como está na Constituição, deverá ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Fico muito contente com essa manifestação, de uma divulgação maior da Comissão.

Realmente, esse é um fato que nos aflige.

Eu, por exemplo, como trato dessa área regulatória, somente sou chamado no que eu chamo de "cine catástrofe". Eu nunca sou chamado em época de paz. Raramente eu sou chamado. Desde que aconteceu o acidente, no popular, agora eu estou em todas! Antes, passavam-se anos, anos e anos e ninguém me procurava.

Mas há essa outra parte que deve ser dita, como disse aqui a Senadora: a energia nuclear não se restringe à geração de energia elétrica. Há uma infinidade muito grande de aplicações na saúde, na medicina, até na própria proteção ao meio ambiente, que permite, com o uso de radioisótopos, estudar as correntes marítimas, fatores de diluição e uma série de coisas.

Só respondendo às mais fáceis, e aqui à Senadora, o depósito de Goiânia tem o acompanhamento contínuo do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste, que pertence à outra diretoria da Comissão, a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento. A diretoria que está a meu cargo realiza duas inspeções por ano para verificar as condições do depósito. E eu posso assegurar à senhora que o depósito está em perfeitas condições.

Há uma série de barreiras entre o material radioativo e o meio ambiente. Os números citados aqui são verdadeiros. Eu sei bem desse acidente porque eu cheguei a Goiânia um mês depois do acidente. Não é que a CNEM demorou oito dias. Na noite em que foi conhecido o acidente, imediatamente seguiram três técnicos; depois de uma semana havia oito e, no pico da descontaminação, havia setecentas pessoas trabalhando. Eu, em particular, chefiava a equipe que descontaminou a Rua 63, chamada casa do Ovídio, o Ferro-Velho II, onde vivia a menina Leide, e, depois, quando todos nós nos reunimos para descontaminar a Rua 57.

Então, houve um aprendizado muito grande e hoje, claramente, estamos muito mais bem preparados para isto, para responder a uma emergência. Ao mesmo tempo, intensificamos muito mais o controle sobre todas as fontes. Fazemos cerca de quinhentas inspeções por ano. As instalações de radioterapia, as instalações de gamagrafia ou de irradiadores industriais para esterilização de produtos farmacêuticos e de alimentos, que são, digamos, fontes mais fortes, são visitadas uma vez por ano ou, na pior das hipóteses, uma vez a cada dois anos são inspecionadas. Há outras instalações de menor risco, como empresas que utilizam uma pequena fonte radioativa para medir nível. Essas instalações são visitadas, dependendo do risco associado, a cada três ou quatro anos. Nós seguimos, para isso, os protocolos da Agência Internacional de Energia Atômica.

Quanto à preparação para emergência, há uma série... Pode ser que eu me confunda um pouco aqui, porque as perguntas foram muito variadas. Se alguém se sentir prejudicado, pode levantar a mão.

Quanto às emergências, há vários exercícios de emergência, exercícios de comunicação, exercícios de acionamento. Como disse o Othon, a cada dois anos, há um exercício envolvendo a população. É voluntário, e aí só aparece o um por cento para participar do exercício.

Essa parte do exercício é responsabilidade do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, que, durante um período, esteve no Ministério da Ciência e Tecnologia, e hoje voltou a ser subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional. Esse sistema opera, os principais órgãos dele são os Sistemas de Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal. E a Comissão Nacional de Energia Nuclear participa também como um órgão de coordenação.

A mim me parece que seria extremamente interessante que houvesse uma audiência pública específica, ou pelo menos que se convidasse o SIPRON, que tem um volume de informações muito maior do que o meu para prestar os esclarecimentos necessários aos Srs. Senadores.

Acho que suas perguntas, Senador Ivo Cassol, eu respondi a elas. Ou está faltando alguma coisa?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Fora do microfone.) – Se é viável ou não pegar uma área de preservação federal e colocar as usinas dentro para evitar esses transtornos...

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS (Fora do microfone.) – Sobre isso é aquela primeira parte que eu falei: é feito um estudo e são feitas as áreas em que é possível. E um dos critérios é a distância. Mas os estudos dizem que é para ser uma área pouco habitada, mas ao mesmo tempo dizem que é para preservar as áreas de proteção ambiental.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só um momento, professor, mas continua a preservação, com uma grande diferença: o senhor falou, no começo, que em 67, quando o senhor esteve em Angra, particularmente não era habitado. A Rio-São Paulo não existia. Mas, automaticamente, com o crescimento e como o Rio de Janeiro não tinha local para crescer, a não ser para aqueles lados mesmo, porque pelos morros não tem jeito, numa área de preservação seria o contrário: seria já interesse nacional. Quer dizer, preservando a questão ambiental, sem ter condições de, amanhã, ninguém poder morar nas redondezas com 300, 400 km em redor.

Então essa é a minha sugestão. Para que nos próximos estudos que vocês forem fazer, o que se precisa é de água, e nessas áreas o que mais tem é água.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – A água é essencial. Como está demonstrado no Japão, a água é essencial para as instalações nucleares.

Acho que a Senadora Kátia Abreu já se retirou, mas creio que já respondi a ela sobre os outros usos, o Flúor 18 e o acidente de Goiânia.

Quanto à criação, não foi levantado aqui, mas nós somos... não que o nosso sistema regulador não ofereça a segurança necessária, mas não há dúvida de que a criação de uma agência reguladora específica viria nos ajudar muito. E aproveito a oportunidade para solicitar o apoio dos senhores e das senhoras na criação dessa agência.

Em 2009, pouco depois daquela comissão interministerial, onde foi sugerida a criação da agência, eu e minha equipe, juntamente com os procuradores da comissão, trabalhamos na elaboração de proposta de um projeto de lei para a criação de uma agência reguladora. A criação de uma agência reguladora melhoraria muito o conhecimento que se teria da comissão. Provavelmente, com a agência, nós não passaríamos por algumas dificuldades enquanto autarquia, onde ainda há uma parte de licenciamento, não que não estejamos fazendo o nosso papel, mas poderíamos fazer de uma maneira muito melhor.

Esse projeto de lei foi elaborado, tomando por base as demais agências reguladoras que há no País, porque achamos conveniente não criar um animal totalmente novo, porque isso dificultaria o trâmite do processo no Executivo e no Legislativo. Então, nos baseamos nas demais agências e fizemos – é a palavra da moda – a customização para a área nuclear, atendendo aos requisitos que a Agência Nacional de Energia Atômica faz para um órgão regulador, baseado na experiência de outros países, como Estados Unidos, Espanha, França.

Então fizemos esse arranjo que está nos canais competentes.

Quanto à política nuclear, Senador João Pedro, na minha opinião – e agora não como regulador, pois como regulador eu não emitiria a minha opinião –, há espaço para todas as energias, inclusive para a energia nuclear, por várias razões, algumas já levantadas pelo engenheiro Othon, que é realmente a competitividade dela, por um lado, o fato dela poder trabalhar tanto na complementação térmica quanto fazer uma parte da base. Claramente a base da energia elétrica no Brasil será sempre de hidroelétricas. Isso não há dúvida. A energia nuclear, na minha concepção, sempre, no Brasil, ficará numa faixa de 3% a 5%, não seria mais

do que isso. Isso também é importante para que nós e as nossas gerações futuras acompanhem o desenvolvimento da técnica. Porque, numa hora em que se tornar mais necessário, não teríamos pessoas à altura sequer para fazer o – como é que chama, quando se quer fazer uma compra? – documento para permitir a licitação. Não saberíamos nem o termo de referência, o que colocar para as pessoas.

A tecnologia nuclear é uma tecnologia de arraste. Toda ela, nas suas várias fases, não só na usina, mas como no ciclo do combustível, é uma usina de arraste.

Aproveitando aqui uma pergunta do Senador Aloysio. O Brasil dominar a tecnologia do enriquecimento tem uma importância tão grande, e o reconhecimento ao Brasil pelo domínio dessa tecnologia é muito maior no exterior do que aqui no Brasil. Eu também acompanho bem isso. Todas as negociações sobre salvaguardas com agência, aquelas dificuldades que tivemos em 2004 sobre aplicação de salvaguardas em Resende, sempre estive envolvido nessas negociações e sei que o Brasil como detentor dessa técnica mudou o *status* do Brasil perante a comunidade nuclear internacional. Há apenas 11 países que dominam a tecnologia de enriquecimento isotópico. E há apenas sete ou oito países que dominam a tecnologia de enriquecimento isotópico por centrifugação, que é um método muito mais eficiente e muito menos consumidor de energia do que pelo método de função gasosa.

O desenvolvimento desse projeto teve uma participação essencial do Othon, como teve uma participação essencial do Rex Nazaré e de várias pessoas que trabalharam e trabalham na comissão. Foi um projeto conjunto da Marinha do Brasil com a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Mas esse é um diferencial muito grande. Essencialmente, há um... Nem os P5 detém a tecnologia. A China comprou da Rússia. Então, tem os P4... Os P5 que se diz são os países signatários do TNP que têm bomba. Então, quem detém tecnologia são a França, o Reino Unido, os Estados Unidos e a Rússia. Fora deles, tem Japão, Alemanha, Holanda e Brasil. Então, é um diferencial. E essa tecnologia é uma tecnologia que permitiu um grande arraste na indústria nacional.

A ideia do Senador João Pedro de que o Congresso acompanhe de perto, inclusive para atender ao preceito constitucional, parece-me extremamente interessante, porque assim – aí já estou jogando a brasa para o meu peixe – quanto mais nós estivermos em evidência, não nos momentos de cine catástrofe, melhor para nós.

Quando saiu a Constituição de 1988, quando eu assumi uma certa posição na Comissão, eu cheguei a conversar com os presidentes da Comissão na época, e disse que achava importante que a Comissão, independente de ter sido pedido ou não, anualmente, encaminhasse um relatório ao Congresso Nacional, para atender ao preceito de que as atividades nucleares no Brasil têm que ser desenvolvidas mediante o acompanhamento do Congresso Nacional. Porque nós que trabalhamos na área, quando há uma cobrança sadia, para nós é extremamente favorável.

Só que, já aproveitando, eu sou um pouco mais equilibrado: não sou dos que defendem o radicalismo contra energia nuclear, que é o cine catástrofe, nem totalmente ingênuo de dizer que ela resolve todos os problemas e que o risco é absolutamente zero. Trabalha-se para reduzir os riscos, e, como eu disse, a função é que a sociedade possa usufruir dos benefícios da energia nuclear, mas estando devidamente protegida.

Vamos à próxima. Uma delas é sobre... Vou ver se acho minha folha três aqui. Algumas aqui do Senador Aloysio... Eu já respondi sobre a importância de se acompanhar, e uma que é semelhante a sua, com o Senador João Pedro, que se refere aos relatórios da Agência Internacional de Energia Atômica. Nessa parte de segurança nuclear, a Agência não tem mandato para atuar nos países, porque iria ferir a soberania nacional.

A Agência Nacional de Energia Atômica faz recomendações que os países podem aceitar ou não. É diferente do caso de salvaguardas, porque, quanto a salvaguardas, nós assinamos um acordo, permitindo que a agência viesse fazer inspeções de salvaguardas no País. Seria bom informar aos senhores que o Brasil é o único país em que todas as instalações nucleares, civis ou militares, são inspecionadas pela Agência Internacional de Energia Atômica quanto aos aspectos de salvaguardas.

A Eletronuclear pode solicitar serviços. Um serviço que ela solicita é o de uma chamada missão Osart. É uma missão em que a Agência reúne especialistas em reatores, e eles fazem uma auditoria na operação e na manutenção da usina.

Há dois organismos: esse que é da Agência Internacional de Energia Atômica, e os operadores, os donos das instalações têm uma associação chamada WANO – World Association of Nuclear Operators. Um acidente em qualquer usina nuclear provoca um impacto emocional em todas as usinas nucleares. Então, eles se fiscalizam entre si também, e a Eletronuclear tem o costume de, a cada dois anos, para cada ano, chamar uma agência. Um ano chama a WANO. Esses relatórios não são propriedade da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Então, tenho acesso a eles, mas quem pode liberá-los é a Eletronuclear. Mas tenho ple-

na certeza de que a Eletronuclear não irá objetar a que esses relatórios sejam encaminhados aos senhores. Tenho certeza disso.

Atualização. A área nuclear se caracteriza muito por aprender e incorporar lições. Então os reatores, mesmo aqueles que estão em operação, são frequentemente atualizados. Por exemplo, depois do acidente de Three Mile Island, devido a erro humano, que provocou a formação de bolha de hidrogênio dentro do vaso de pressão, que seria perigoso explodir. Depois de Three Mile Island, várias lições foram incorporadas em todos os reatores que estavam em operação e em todos os projetos para frente. Então tem válvulas para o alívio desse hidrogênio e modificação nos procedimentos e nos treinamentos. Os equipamentos mecânicos, para esses a atualização não é tão grande.

Os projetos das centrais nucleares como as de Angra são geração II, que são todas que estão em operação no mundo; a próxima é a geração III, essa a que o Othon se referiu, que terá elementos passivos de segurança. Essa próxima geração está em desenvolvimento justamente para que aquele tipo de acidente ocorrido no Japão não aconteça, porque ela se autorrefrigeraria. Mas as outras vêm sendo atualizadas. A parte mecânica muda muito pouco. Uma analogia que faço é com a máquina de costura. Vocês vão ver que sou um camarada com muitas prendas domésticas; já falei de comida, agora vou falar de costura. A máquina de costura da minha avó é praticamente a máquina de costura que minha mulher tem em casa hoje, Singer, Leonam – aqui em homenagem ao Leonam, da Eletronuclear, Leonam é Manoel ao contrário; era um empresário. Então os sistemas são semelhantes, mas a segurança, o controle, a eletrônica, tudo isso é sempre atualizado e modificado.

Agora estou devendo várias respostas ao Senador Lindbergh. O senhor veja como é a minha situação: às vezes é difícil; às vezes somos acusados de leniência com os operadores. Às vezes, implicamos em dar uma licença ou suspendemos momentaneamente uma operação ou não damos autorização para realizar alguma modificação na instalação sem que nossos técnicos estejam totalmente convencidos da segurança daquilo. Isto é o que está acontecendo em Caitité nesse momento: eles propuseram uma alteração na planta, e nós estamos fazendo exigências. Isso me dá certa tranqüilidade por considerar que devo estar próximo do caminho certo porque um lado acha que sou benevolente; outro, que sou muito exigente. Então o bom senso está no meio. Mas uma das razões da planta é que eles deveriam fazer duas grandes piscinas para armazenar os efluentes líquidos para deposição; eles apresentaram um projeto, nós fizemos várias exigências e só recentemente eles cumpriram essas exigências, o que atrasou a construção dessas piscinas. Estão fazendo uma mina subterrânea; nós fazemos uma série de exigências quanto a essa mina subterrânea. Na comissão, para mim, o mais importante é a segurança, e nós procuramos atuar da maneira mais rigorosa e mais ética possível.

Os rejeitos de Angra, não sei o Almirante Othon falou claramente. Há vários tipos de rejeitos radioativos, de média, baixa e alta atividade, dependendo da especificidade. Os rejeitos de baixa atividade são, por exemplo, luvas, macacões utilizados durante a manutenção; os de média atividade são as resinas utilizadas para purificação da água que vai ao reator. A água utilizada na refrigeração é mais pura do que a água destilada, que muitos não conhecem porque as baterias não usam mais água destilada; mas a água do reator é mais pura do que água destilada, água deionizada, para evitar qualquer tipo de corrosão, por um lado, e para evitar que impurezas presentes na água sejam ativadas. Então há um sistema de resina para purificação dessa água que também gera rejeitos de média atividade. Esses rejeitos estão armazenados em tambores e, esses tambores, colocados em dois ou três galpões que certamente o senhor terá possibilidade de visitar.

Há o rejeito de mais alta atividade e que são os elementos combustíveis que já foram usados. Esses elementos, no Brasil, até hoje, ficam guardados em piscinas próprias dentro dos próprios reatores.

Pegando um gancho para uma pergunta sua, uma maneira de se reduzir esse volume seria fazendo o reprocessamento, que é uma tecnologia em que se retira o urânio ainda não utilizado, que fica no elemento não queimado, e o plutônio que poderiam ser reutilizados na fabricação de elementos combustíveis e se separam os produtos de fissão, esses – entre aspas – que popularmente se chamam de lixo atômico ou rejeitos de alta atividade.

Ao Brasil não convém ainda porque para montar uma instalação de reprocessamento precisaria ter, para valer a pena, uma demanda muito grande de combustíveis.

E, do ponto de vista político, a hora em que nós dissermos que temos a intenção de fazer uma planta de reprocessamento, sofreremos grandes pressões internacionais, porque o reprocessamento é um bom caminho para separação do plutônio e a comunidade internacional, particularmente os P5 não gostam que outros países tenham plutônio separado, porque este seria um caminho que poderia conduzir à construção de uma bomba atômica.

Só faz a bomba atômica ou com urânio altamente enriquecido – não esse que se usa em reatores, que é na faixa de 4% a 5% –, enriquecido a mais de 90%, ou o plutônio.

Então, potências não veriam com bons olhos se nós nos engajássemos num processo de reprocessamento.

Felizmente, neste momento, isso não é necessário e não é economicamente viável, mas não podemos jamais fechar a porta para esse tipo de coisa, em nome da soberania nacional e do interesse do povo brasileiro.

Já respondi um pouco da missão Osart também, que foi uma das questões do Senador Lindbergh. Quanto ao depósito de rejeitos, depósitos de baixa e média atividade não há nenhuma complicação técnica ou nenhum desconhecimento técnico de como fazê-lo. Um exemplo de que nós dominamos essa tecnologia, sabemos projetar e construir é o depósito de rejeitos de Goiânia. O césio 137 é o principal radionuclídeo presente. No material contaminado dos reatores, um dos elementos presentes é justamente o césio 137.

Agora, eu também acho que já poderíamos ter avançado muito no projeto e desenvolvimento de um repositório definitivo. Nesse momento há um grupo na comissão na qual a minha diretoria não está envolvida, porque em algum momento nós vamos ter que verificar a segurança desse depósito. Então, para manter funcionalmente independente as funções de promoção e regulação, isso é feito em diretorias separadas.

Eles estão trabalhando nisso, desde que houve a famosa reunião da comissão interministerial, e acredito que, num curto espaço de tempo, eles devam submeter à Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear o projeto para nossa análise.

Tem alguma coisa no reator do IEN? Os reatores... acho que eu estou falando muito. Posso falar?

Os reatores de pesquisa são muito mais simples que os reatores de potência, fácil de entender porque eles não precisam trabalhar em alta pressão, em alta temperatura para gerar vapor e energia elétrica. Nós temos, no Brasil, quatro reatores de pesquisa, dois no Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares,onde iniciei minha carreira científica e trabalhei por 25 anos. E, como digo sempre, eu fui um físico de nêutrons e, hoje, sou um especialista em generalidades.

Mas trabalhei lá, onde tem esses reatores

Generalidades, mas trabalhei lá, lá tem esses reatores, e alguns desses reatores foram construídos antes mesmo da efetiva criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Esses reatores, embora não haja um licenciamento formal, eles são inspecionados e acompanhados. Esses reatores não me causam preocupação.

Também não cabe a mim resolver se isso seria uma monopólio do Estado ou não. Os dois modelos têm vantagens e desvantagens. A vantagem do modelo da quebra do monopólio é que por iniciativa privada poderia cobrir os custos. Por outro lado, o Estado perde, e muito, o seu controle da situação. No Japão, por exemplo, é de iniciativa privada; na Alemanha, de iniciativa privada; nos Estados Unidos é iniciativa privada; na França, iniciativa privada entre aspas, porque é da EDF, que é uma companhia totalmente estatal, é muito semelhante aqui à Eletronuclear. Então, essa é uma decisão que cabe muito mais numa esfera política do que numa esfera técnica.

Desculpe se me alonguei nas respostas, mas procurei cobrir a todas as perguntas e fico totalmente à disposição dos Senhores para qualquer dúvida, pelo telefone, a qualquer momento podem me ligar que não há problema algum.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Professor.

Eu gostaria de solicitar aos Senadores que aguardassem somente um instante, porque quero passar um requerimento da Comissão de Meio Ambiente para que seja apreciado por V. Exªs.

"Nos termos regimentais, requeiro a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, de Fiscalização e Controle do Senado Federal na audiência pública a ser realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados para, em comemoração do Dia Internacional do Consumidor, avaliar as conquistas obtidas pelos consumidores e debater propostas de reformulação do CDC em curso no Senado Federal, conforme Requerimento nº 4/2011, aprovado naquela comissão em 16 de março de 2011.

A audiência pública contará com a presença dos seguintes convidados:

Ministro Herman Benjamin, Presidente da Comissão Especial de CDC do Senado Federal; Drª Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Sr. Antônio Carlos da Fonseca, Subprocurador Geral da República e Coordenador da Terceira Câmara do Ministério Público Federal; Jorge Alberto de Souza Madruga, Coordenador do Fórum Nacional dos Procons; Maria Inês Dolci, Coordenadora Internacional do Pro Teste em São Paulo; Srª Maria Lazarini, Coordenadora Executiva do IDEC."

Os Srs. Parlamentares que concordam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero encerrar esta audiência pública agradecendo ao Professor Laércio pela sua exposição e principalmente pela sua simpatia e a forma didática ao tratar de um tema tão complexo do qual não dispomos de informação suficiente para um debate dessa natureza. V. Sª nos deixou muito à vontade para perguntar e para dirimir as dúvidas que tínhamos.

Não havendo nada mais a tratar, comunico aos Senhores que a próxima reunião com o Professor Pinguelli e o Professor Aquilino será realizada às 14 horas hoje.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Poderíamos começar às 14h15, ou 14h30?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acredito que é melhor a gente marcar para as 14h30, uma vez que eles estão chegando agora e os Senhores parlamentares ainda se acham aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EM CONJUNTO COM A 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; COM A 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quinze horas e seis minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **LÚCIA VÂNIA** e **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EUNÍCIO OLIVEIRA, INÁCIO ARRUDA, IVO CASSOL, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LINDBERGH FARIAS, LOBÃO FILHO, LÚCIA VÂNIA, MARCELO CRIVELLA, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO, WALTER PINHEIRO, WELLINGTON DIAS** e **WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, AÉCIO NEVES, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ARMANDO MONTEIRO, BENEDITO DE LIRA, CASILDO MALDANER, CIRO NOGUEIRA, CRISTOVAM BUARQUE, DEMÓSTENES TORRES, FERNANDO COLLOR, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GARIBALDI ALVES, GILVAM BORGES, GIM ARGELLO, HUMBERTO COSTA, JAYME CAMPOS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO VICENTE CLAUDINO, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ PIMENTEL, LÍDICE DA MATA, LUIZ HENRIQUE, MAGNO MALTA, MARIA DO CARMO ALVES, MARINOR BRITO, MARISA SERRANO, PAULO BAUER, PAULO DAVIM, PAULO PAIM, RANDOLFE RODRIGUES, RENAN CALHEIROS, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP** e **WALDEMIR MOKA.** O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** justifica sua ausência, decorrente de missão em representação à Presidência do Senado Federal, conforme Ofício nº 227/2011-PRESID., de 22 de março do corrente ano. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CMA; nº 2, de 2011-CCT e nº 1, de 2011-CI, que visam esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o programa nuclear brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo: sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes; plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos. Comparecem os seguintes convidados: Sr. Luiz Pinguelli Rosa – Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Sr. Aquilino Senra Martinez – Professor Dr. da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, LINDBERGH FARIAS, MARCELO CRIVELLA** e **LÚCIA VÂNIA** apresentando seus questionamentos. Os convidados respondem às perguntas e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às Dezessete horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente CMA. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente CCT. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente CI.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (...) Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 4ª Reunião da Comissão de Serviços de

Infraestrutura e a 5ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa Nuclear Brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre, com a participação dos seguintes convidados: Professor Aquilino Senra Martinez, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a quem convido para tomar assento à mesa.

Para agilizar a nossa reunião, passo imediatamente a palavra ao Professor Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senadora, permite-me...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero dar as boas vindas... Primeiro, cumprimentar V. Exª, dar as boas vindas ao Dr. Luiz Pinguelli e também ao Dr. Aquilino e dizer que a Casa funciona mais ou menos assim: estou sozinho agora aqui, mas, daqui a pouco, começa a chegar mais gente. É que nós estávamos na outra sala, e aí as assessorias ficam olhando: "não há ninguém ainda". Então, o Senador não sai do gabinete dele ou de reunião em que se encontra para chegar até aqui. Então, não se sintam desprestigiados, por favor. Tenho certeza de que, daqui a pouco, nós teremos mais Senadores aqui para poder ouvi-los e questioná-los naquilo que acharem importante. Portanto, sejam bem vindos aqui a esta reunião. Serei todo ouvidos aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de acrescentar, Professor, que a reunião anterior terminou por volta de duas horas, daí por que também o atraso.

Passo a palavra ao Professor Luiz Pinguelli.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Agradeço muito a honra de participar... (*Pausa.*)

É uma honra estar participando aqui de uma reunião das Comissões.

Quanto tempo eu tenho, Senadora? Qual é a previsão?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria, Professor, que o senhor pudesse usar o tempo necessário, com a preocupação de que nós teremos a Ordem do Dia às quatro horas. Então, teremos um curto espaço para o debate. Mas eu gostaria que o senhor ficasse à vontade para fazer a exposição que entender importante.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Bem, eu vou fazer uma introdução ao problema dentro do meu ponto de vista.

Em assuntos desse tipo, existe uma parte da questão que é praticamente matéria de fato, onde há uma objetividade muito grande; um acidente nuclear significa certos fenômenos, certos processos tecnológicos e consequências. E há também uma parte opinativa, que depende de uma avaliação das possibilidades, do que poderia ter acontecido, do que aconteceu, do que poderá acontecer. Então, é preciso ficar claro que não é tudo matéria de fato. Há uma parte que é matéria de fato e uma parte que é matéria de opinião.

Os fatos creio que já estão colocados. O reator nuclear, qualquer um, tem um problema inerente muito sério, é uma questão com a qual é preciso lidar com bastante atenção e cuidado.

O reator produz energia por um processo de fissão nuclear.

Fissão é partir certos núcleos pesados, particularmente o urânio 235, que é um tipo de urânio – a maior parte do urânio não é 235, é 238, uma pequena fração é 235. Daí a necessidade do enriquecimento do urânio nessa tecnologia, que é usada no Japão e aqui, que se chamam reatores de urânio enriquecido e água leve. A água leve é água comum, que se distingue da água pesada, que é usada em outros reatores, por exemplo, na Argentina, na Índia, no Canadá, que usam urânio natural, não enriquecido.

Bem, eles dão essa tecnologia, todos os reatores têm essa característica de que a fissão se dá por bombardeio de nêutrons quando atingem, com velocidade baixa, esse núcleo de urânio 235. E, nesse processo, são produzidos novos nêutrons, que vão atingir outros núcleos de urânio, numa reação em cadeia, como um incêndio, só que controlada.

Toda tecnologia evita que aumente o número de nêutrons descontroladamente. Eles são absorvidos numa proporção correta. Nesse processo, há uma produção de energia. Parte da massa se transforma em energia, numa proporção muito grande, uma pequenina quantidade de massa muito pequena que se transforma em energia em quantidades muito grandes.

O problema é que esses fragmentos do urânio, que são produzidos pela fissão, são uma gama de núcleos atômicos variadíssima, praticamente tudo

que existe na natureza e que não existe na natureza e é artificialmente produzido, e que são todos – todos não, mas uma parcela significativa – muito radioativos, emitem radiação. Essa radiação é muito danosa aos organismos vivos de todo tipo, inclusive os seres humanos – radiação que tem três nomes, alfa, beta e gama, que a gente aprende na escola.

Aí existe um duplo problema. O primeiro problema é que esse material tem que ser tratado com muito cuidado, tem que ser confinado. Grande parte da tecnologia nuclear destina-se ao seu confinamento, à separação do meio externo. Então, o reator tem várias barreiras destinadas a isso. E, depois do uso desse material nos reatores, ele tem que ir para, numa primeira fase, um armazenamento próximo ao reator, num tanque d'água, numa piscina onde ele fica resfriando, e é muito radioativo, muito radioativo por muito tempo. É um problema não bem resolvido pela tecnologia nuclear o destino final desse material que é produzido dentro do reator nas fissões nucleares, os chamados produtos de fissão. Esse é um problema muito sério.

O segundo problema, ligado ao primeiro, é que, quando se desliga o reator – e essa é uma operação muito segura, não sei de caso onde reator não tenha sido desligado em situação de acidente, de irregularidade, ou seja, desliga-se com bastante eficácia o reator – cessam as fissões. O que se faz é jogar dentro do reator materiais que funcionam como esponjas de nêutrons, eles absorvem os nêutrons. Um deles é o cádimo, que em geral é sólido, são barras de cádimo que são inseridas por gravidade, elas caem, elas são suspensas de uma forma que essa queda é muito simples, é um comando imediato. E também joga-se boro na água; mistura-se com a água boro, que tem o mesmo papel do cádimo. Eles absorvem nêutrons e produzem radiação gama, mas nesse caso não é o problema, a radiação gama; a vantagem é absorver os nêutrons. Logo, o reator desliga, mas os produtos de fissão continuam a emitir as radiações alfa, beta e gama, que também significam calor. Elas têm uma energia que aquece a água.

No funcionamento normal do reator, a grande parcela do calor vem da fissão, da transformação de massa em energia nesse processo. Quando se desliga o reator, isso cessa, mas, na ordem de 7% da potência térmica dele, continua a ser produzido pelas desintegrações radioativas dos produtos de fissão. Logo, o reator é uma máquina rebelde. Quando a gente desliga, ele continua funcionando.

Há uma confusão comum quando se tem a idéia de que é como algo quente que a gente desliga e ele continua quente. Uma panela que você desliga oo fogão e continua quente. Se você colocar a mão, queima. Você tem que dar um tempo para ela esfriar. Mas não é isso que eu estou falando. É um fogão que você desliga e a chama continua acessa, mais fraca, e vai ficando cada vez mais fraca. Existe um decrescimento exponencial, seguindo uma lei da natureza, incontrolável, porque é a natureza, não há o que fazer com isso. Ninguém dá um jeito nisso. Não há tecnologia que possa resolver esse calor residual produzido. Você, portanto, tem de retirá-lo, ou seja, a refrigeração do reator tem que ser continuada, não pode ser interrompida, a preço de você derreter as barras de combustíveis, que são barras muito finas para facilitar a transmissão do calor do combustível para a água.

São tubinhos ocos, varetas – aliás é a palavra que em português se usa – cheias de óxido de urânio, que é o material que sofre a fissão e que ficam cheias dos produtos de fissão radioativos e de plutônio, que é produzido no reator daquilo que eu chamei de urânio 238, uma parcela vai virando plutônio – e plutônio também é muito radioativo.

Então, derretimento dessas varetas significa a liberação de radioatividade para a água que está dentro de um vaso. O reator é um grande vaso de uma espessura muito grande, de aço, protegido por uma contenção, dentro de um edifício, enfim as barreiras para manter o material radioativo isolado no ambiente. Mas esse material continua produzindo calor, e o reator tem que ser refrigerado.

O problema em um acidente é que você não pode gerar energia com um reator. Nenhum acidente nuclear pode ser... O que é o acidente? É uma irregularidade, uma anomalia como foi lá o terremoto, que ele é interrompido. Então, para a fissão, para também a geração de energia elétrica. O reator precisa receber energia elétrica de fora. Isto é previsto: todo reator recebe energia elétrica de fora. Mas pode acontecer de haver um colapso, como aconteceu no Japão, porque era um terremoto, era um *tsunami*, não havia energia elétrica de fora, mas novamente, no princípio de redundância, você tem os geradores de emergência – redundante, tem que haver mais de um.

Acho que o Aquilino poderá completar muito melhor do que eu, pode haver até mais de dois. O princípio da redundância é fundamental na tecnologia nuclear como na tecnologia da aviação. Tudo no avião tem que ser redundante, se falhar eu tenho a segunda possibilidade. Nós já tivemos a tragédia do *airbus* da Air France, com aquela discussão do tubo de Pitot, que é uma das coisas mais elementares do avião e que parece que não estava bem ali, pelo que se mal divulgou. Se é uma coisa mal divulgada é o que se passou naquele acidente.

Mas o fato é que os reatores têm vários geradores; um ou dois, no mínimo. Eles entram em operação e fornecem a energia elétrica necessária para fazer face a urgência. O principal problema é a circulação da água. Eu tenho que circular a água, mesmo depois de desligar. Por algum tempo, por alguns dias, poucos dias, depende do projeto, depende do problema. Então o reator precisa dessa circulação.

Um dos problemas mais sérios da tecnologia nuclear discutido há muitos anos é o acidente de perda de refrigeração, cuja sigla em inglês é Loca (*loss of coolant accident*).

Se se perde a refrigeração, tem-se o problema de que esse material que está desintegrando-se vai aquecendo a água, podendo até fazê-la evaporar totalmente, deixando o combustível sem refrigeração, podendo até derretê-lo. Com isso, o material radioativo pode ir para o meio ambiente.

Não há nenhuma possibilidade de uma explosão nuclear. Outro erro comum nas leituras que fazemos nas matérias: não há possibilidade nenhuma, é impossível fisicamente uma explosão nuclear. Ele é intrinsecamente seguro, por uma razão que dá para entender: o nêutron que é produzido na fissão nuclear – por favor, controle meu tempo à vontade; dê-me um alerta de cinco minutos, e isso tudo acaba, porque senão vou falando.

O nêutron que é produzido na fissão nuclear sai com uma velocidade muito grande. Eu tinha dito que, para produzir a fissão com alta probabilidade, ele deve chegar ao núcleo de urânio com baixa velocidade. Então, é preciso um moderador, que, nesse tipo de reator, é a própria água. A água serve para reduzir a velocidade do nêutron.

Ora, se houver um processo de uma explosão, ou seja, um descontrole, a primeira coisa que vai acontecer é o afastamento da água do combustível. Ela é um fluido e vai embora. E, sem a água, a fissão para, porque não se tem a moderação, que é essencial. Então, ele não vira uma bomba, nem que o diabo goste; não há como.

Então, o problema não é uma explosão nuclear, que seria um horror. Seria como Hiroshima. Não é isso. Mas o problema é que o material radioativo que está acumulado lá dentro é o de centenas de bombas de Hiroshima. A bomba de Hiroshima matou 70 mil pessoas pela explosão, instantaneamente, e outro tanto pelos efeitos da radiação. Esse é um problema, os efeitos da radiação. Como pode haver a explosão? Uma explosão térmica. A pressão exagerada pode romper o vaso, em situação de anomalia, claro. Segundo, há reações químicas que podem ocorrer dentro do vaso, e uma delas produz hidrogênio, gás hidrogênio, H_2, que são dois átomos de hidrogênio formando molécula de um gás muito explosivo, sabidamente explosivo. Aliás, é um combustível alternativo, que pode ser produzido de alguma coisa, para uso em máquinas, não é? O hidrogênio é muito explosivo.

E foi isso que aconteceu em Fukushima: a explosão de hidrogênio dentro do prédio, que se rompeu.

Em Three Mile Island, em que o reator era parecido com o nosso, da mesma tecnologia brasileira – que tem uma certa vantagem sobre o reator japonês, que é de água chamada fervente –, em que o reator era do tipo pressurizado, como o do Brasil, também aconteceu explosão de hidrogênio, mas o prédio do reator resistiu.

O vaso de contenção dos reatores tipo PWR é melhor do que o do tipo BWR, mas mesmo assim, em Three Mile Island, houve um acidente desse tipo, de perda de refrigeração, e o reator também derreteu uma parcela do seu combustível.

Isso é o que aconteceu. O problema não está encerrado, embora a evolução tenha melhorado nos últimos dias. As informações são de que hoje o início da refrigeração conseguiu ligar energia externa para acionar bombas, mas há radioatividade fora do relator. Já está detectado que houve consequências. Ou seja, existe radioatividade em nível variado, acima do tolerado, permitido na água e em alguns locais fora. Então, está havendo conseqüência desse acidente. Somente ao fim do acidente é que se vai ter a certeza de quais serão essas consequências. O bom é que eles evacuaram a população; foi uma medida muito acertada: um, dois, três, evacua. Não ficaram pensando. Isso foi muito eficiente. No segundo dia se decidiu evacuar. Evacuou primeiro uma área de 10 km; segundo, passou para 20; e terceiro, para 30. Isto é muito vantajoso, porque esses efeitos da radiação ficam restritos aos técnicos que são obrigados a tentar controlar o reator. Mas ele estão, em geral, protegidos por roupas especiais e por treinamento, embora já se saiba que alguns deles foram vitimados. Isso é quase inevitável num acidente desta proporção; é uma atividade heróica lidar com um reator nessas condições.

Esse foi o terceiro grande acidente nuclear; existem muitos pequenos acidentes com reatores nucleares. Mas grandes, eu já citei aqui hoje o de Three Mile Island, na Pensilvânia, nos Estados Unidos, em 1979, em que aconteceu o loca, a perda de refrigeração e o reator passou vários dias fora de controle, produzindo calor sem refrigeração. Não foi nenhum problema de terremoto, completamente diferente, uma série de erros seqüenciais levaram a uma situação dessa. Mas, a explosão de hidrogênio se deu dentro do prédio e quase todo material radioativo ficou confinado.

O segundo acidente foi o maior deles, em Chernobyl, na Ucrânia, ex-União Soviética, em um reator totalmente diferente em que o moderador não era água, o moderador era grafite, e o grafite pega fogo numa temperatura muito alta. É uma raridade. O grafite que estamos falando é o grafite da ponta do lápis, só que purificado e com propriedades mais sofisticadas. E lá, o descontrole que houve, também por um erro de operação, levou ao incêndio do grafite e com isso se perdeu o controle e uma quantidade enorme de material radioativo foi para o ambiente. O prédio ruiu e foi muito longe, da Ucrânia até o norte da Europa. Houve comprometimento da produção agrícola e pecuária do norte da Europa, que ficou contaminada. Infelizmente, o Brasil importou carne e leito do norte da Europa naquela ocasião, o que achei completamente errado. Não que os níveis de radioatividade fossem tão altos, mas não havia porque trazer um problema lá da Ucrânia para o Brasil. Isso foi de um mau gosto absoluto. Espero que a gente não importe peixe do Japão no momento. Esse é um problema atual. Do azar a gente tem que se prevenir contra ele. É claro que o peixe japonês não está todo ele contaminado, é o óbvio. Provavelmente a maior parte não está, porque não há uma área de pesca em torno do reator de Fukushima, mas a prudência manda que nós tomemos cuidado, contando com o azar.

Chernobyl foi muito mais grave. V. Exªs vejam a vulnerabilidade, como a gente erra numa coisa tão sofisticada quanto um reator nuclear numa trivialidade. Todos os geradores de emergência foram vítimas de uma falha comum, pois um dos princípios da redundância é protegê-la da falha comum. Se eu tenho duas coisas que são redundantes uma com a outra para me proteger o reator, é razoável que eu procure evitar que se uma falha, a outra falha também. Mas todos estavam expostos ao tsunami, que é uma probabilidade baixíssima, mas os japoneses convivem com terremotos e são muito precavidos contra terremotos. Mas viu-se que para tsunamis não estão muito precavidos, porque não houve proteção, e todos os reatores de *Fukushima* foram vitimados. Eles não têm um problema, eles têm não sei se quatro ou cinco problemas – você vai falar disso melhor do que eu, Aquilino. Eu sou o diretor da Coppe. Em geral, diretor não entende muito; ele é professor de engenharia nuclear, coisa que já fui no passado, mas hoje eu trabalho em outra área. Então é uma multiplicação de problemas; eles não têm um reator acidentado, mas um conjunto de reatores acidentados, todos com material radioativo.

Há um outro problema que ocorre lá, é um outro detalhe ao nível de nossa discussão aqui, que é a piscina que guarda o combustível irradiado. Eu falei que é o caso que não há solução final para esse combustível irradiado, usado; eles ficam depositados num tanque, numa piscina, que também tem que ser refrigerada e que, portanto, também, sofre todo o problema da falta de refrigeração. Enfim, eles também enfrentam esse problema lá, que a gente vê que eles estão jogando água na piscina, etc.

Lição para o Brasil. Encerro, acho que este é o ponto em que vocês estão mais preocupados – o Aquilino vai falar, acho que o Othon já falou. Mas a gente tem que aprender com isso.

Quando houve o incidente em *Three Miles Island* e também em *hernobyl* aconteceram mudanças de certos procedimentos. *Three Miles Island* afetou diretamente a nós, por quê? Porque é a mesma tecnologia basicamente, não é exatamente a mesma, porque *Miles Island* era um pouquinho mais antigo do que o nosso Angra I, que é o mais antigo. É uma tecnologia baby coque, mas era baseado na *Westinghouse.* É o mesmo princípio, é o mesmo projeto básico que nós temos em Angra I. Já Angra II é um reator alemão, da Siemens/KVU.

Então nós aprendemos muito com Angra I, o Aquilino trabalhou com vários colegas da Coppe no projeto de reformulação do sistema de controle dos painéis que foram recomendados com base em *Three Miles Island*, porque lá houve erro do operador, as informações do painel foram mal interpretadas, houve um erro de operação. Então mudou-se um pouco esta interface homem-máquina, e nós fizemos isso adaptando o nosso reator.

Acho que aqui eu recomendo amanhã, bem cedo, os senhores pedirem que a Eletronuclear proteja completamente os seus geradores de emergência, que os japoneses não fizeram. É claro que aqui não tem tsunami, mas não tem até agora. Eu quero que nunca tenha, porque eu moro perto da praia, no Rio de Janeiro. Agora, ninguém pode garantir que nunca tenha. Além disso, ondas terríveis podem ser formadas por tempestades terríveis, mas nós também não temos, como o Katrina, lá em *New Orleans.* Mas já tivemos o nosso Catarina, mais fraquinho, aqui no Sul do Brasil.

Mas essa história de mudança climática, um dos problemas possíveis é a intensificação de fenômenos atmosféricos severos. Como o nosso reator está na beira do mar, ele tem uma proteção, tem um quebra-mar, está protegido para ondas, mas eu não sei se os geradores estão devidamente protegidos. Seria a primeira coisa: proteger os geradores de emergência; garantir a sua redundância; evitar a falha comum. Segundo: cuidar muito mais do plano de emergência externo.

Eu não gostei quando, há muitos anos, as Forças Armadas foram retiradas do engajamento maior desse

plano. Uma das maiores razões que foi alegada pelas Forças Armadas foi a inexistência de equipamentos adequados para eles intervirem, ou seja, eles não tinham roupas especiais. Como vou mandar o soldado para o local de perigo sem uma proteção? Então, agora não é mais assim, é a defesa civil nos três níveis: federal, estadual, municipal. Os bombeiros lá estão bem treinados para isso, existem exercícios, mas o raio de exclusão é muito pequeno. Pelo que leio e estou sabendo, a eletronuclear está interessada – não é obrigação dela, porque é encarregada do plano de emergência interno, que reputo muito adequado, está num padrão internacional. Mas o plano de emergência externo extrapola a eletronuclear, porque envolve a população. Imagine evacuar uma população. Para japonês é fácil, porque eles são muito ordeiros; para brasileiros, que são muito indisciplinados, é uma tarefa gigantesca e com vias muito limitadas, terrestres.

Já naquele tempo das discussões das Forças armadas, havia previsão do uso de embarcações, porque ali está o Colégio Naval, ou seja, há uma presença militar na cidade. Poderia ser necessário porque, no momento de uma evacuação, determinada por um acidente – espero que jamais aconteça – você ter um problema meteorológico grave e haver um desabamento interrompendo a saída da cidade. Assim, não haveria uma direção. Isso poderia complicar. Já houve um desabamento sério que atingiu um laboratório com material radioativo do reator, da central nuclear – e caiu ao mar. Claro que a central está longe da encosta, é muito difícil qualquer problema, porque a central é um edifício muito sólido, a central, os dois reatores, Angra I e II. Mas aquela área é uma área muito sensível, uma evacuação ali vai exigir uma organização muito grande. Acho que essas são as questões mais importantes. Acho que os quatro reatores que o Governo tem a intenção de fazer deveriam ser repensados. Não há pressa. Acho que é melhor dar tempo ao tempo e ver a evolução da tecnologia nuclear, o que vai ser recomendado. Existem já os chamados reatores avançados, que poderão ser usados no Brasil, nos quais existem convexão natural em caso de acidente, ou seja, pode-se te circulação de água sem bombeamento. Isso é uma vantagem enorme.

Bem, acho que o eu teria que falar era isso. Agradeço muito a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Professor Pinguelli. Quero manifestar, Professor, nossa satisfação em recebê-lo e principalmente em ouvi-lo nesta exposição.

Eu gostaria de acrescentar que V. Sª respondeu aquilo que a maioria dos Senadores têm se perguntado durante esse período após o desastre do Japão. Há sempre aquela pergunta: como está o programa nuclear brasileiros, qual a segurança de que dispomos e qual a estratégia do Governo no sentido de ampliar o projeto nuclear e, ainda, se a tecnologia que usamos é a tecnologia avançada. Acho que V. Sª procurou responder essas perguntas, que poderão ser complementadas pelos Srs. Senadores durante o debate. Não vou me alongar para que o Professor Aquilino possa fazer sua exposição e para que se abra a possibilidade de os Srs. Senadores perguntarem.

Com a palavra o Professor Aquillino Martinez.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Boa tarde, agradeço o convite em nome da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores presentes.

Quando eu recebi o convite, o texto dizia: "para discutir o programa nuclear brasileiro."

Entendo que discutir o programa nuclear brasileiro durante a ocorrência de um acidente como esse do Japão pode levar a conclusões diferentes das que, certamente, se poderiam tomar se ele fosse discutido num cenário, eu diria, mais tranquilo.

Eu preparei uma longa apresentação, mas eu entendo que os senhores, na parte da manhã, já tiveram, certamente, informações suficientes sobre o que aconteceu no Japão, inclusive com os cenários possíveis de desdobramento desse acidente, que foi sério, grave, embora tenha sido consequência de eventos naturais de grande magnitude.

Digamos assim: as usinas nucleares são preparadas para acidentes com eventos naturais severos – é o caso de terremotos e *tsunamis* –, bem como acidentes causados por qualquer outra razão, como, por exemplo, se houver tráfego aéreo em cima de uma usina nuclear – a usina nuclear tem de estar protegida para a queda de um avião em cima do prédio da contensão –, como também explosões por materiais químicos ou bélicos. Isso acontece muito, por exemplo, em países como a Alemanha, em que as usinas nucleares estão, em boa parte, localizadas nas margens dos rios.

Uma usina nuclear tem uma característica: ela precisa de água em abundância para fazer o seu resfriamento terciário, não é esse resfriamento que vou, aqui, apresentar e mostrar para vocês. Então, ela tem de estar ou na beira do mar, ou nas margens dos rios. Oitenta por cento das usinas nucleares... Atualmente, no mundo, existem em operação 442 usinas nucleares, que respondem pela geração de 17% de toda a eletricidade consumida no Planeta. Se a gente fizer uma conta, a grosso modo, estamos dizendo que abastecem um bilhão de pessoas.

Então, quando eu vejo, logo após o acidente, alguns países manifestarem uma revisão do uso da geração de energia nuclear para produção de eletrici-

dade, entendo que será difícil se tomar uma decisão de abandono total dessa forma de geração de energia elétrica, porque isso implicaria criar outros problemas para a sociedade, talvez mais graves do que aqueles decorrentes dos acidentes em uma usina nuclear. E acidentes em uma usina nuclear aconteceram três, com esse de Fukushima, e vão acontecer outros, porque é uma instalação industrial complexa, embora o princípio seja básico, como, daqui a pouco apresentarei algumas figuras, vocês verão.

É uma usina nuclear, uma instalação que transforma calor em eletricidade e esse calor, no caso de uma usina nuclear, é proveniente das fissões nucleares. Fosse ela uma térmica a carvão, seria da queima do carvão; se fosse de gás natural, seria da queima do gás natural. Enfim, o princípio é simples, mas a estrutura tecnológica é bem complexa e é quantificado, baseado em modelos probabilísticos, o risco de um acidente numa usina nuclear. E ele não é nulo, não é nulo porque a probabilidade de ocorrência do acidente não é nula. Então, houve esses três acidentes e haverá, certamente, outros acidentes.

O que se faz é tentar reduzir, ao longo da operação dessas instalações, a probabilidade de reprodução de acidentes já ocorridos.

Então, em 1979, ocorreu um acidente em uma usina nuclear no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, e essa usina é do mesmo tipo das nossas usinas de Angra dos Reis. É a usina tipo PWR, de água pressurizada

E um acidente que, felizmente, não causou perda de vidas humanas e os danos foram materiais, no investimento. Mas, para isso, qualquer investimento industrial sujeito a acidentes está embutido, na lógica daquele investimento, a perda desse bem dessa estrutura. O importante é garantir que a população em torno daquela instalação não seja atingida por esse acidente. E daí, como já citado pelo Pinguelli, foi importantíssima a decisão do governo japonês de remover, do entorno da usina, até 20 quilômetros, 140 mil pessoas.

Quando essa decisão foi tomada, no sábado, eu confesso que fiquei preocupado com a ação. Por quê? Uma coisa é remover 140 mil pessoas numa condição estável, em que as telecomunicações funcionam perfeitamente, os transportes estão fluindo, não há nenhum colapso nas estradas, o fornecimento de energia normal e os serviços públicos funcionando também normalmente. Lá era tudo ao contrário: transporte colapsado, fornecimento de energia elétrica interrompido, telecomunicações colapsadas e os serviços públicos atuando de forma precária. E eles removera a população. Isso foi importante, porque essas 140 mil pessoas não ficaram expostas à radiação que foi liberada dos reatores da usina de Fukushima. Se não tivesse sido feito isso, possivelmente nós teríamos hoje pessoas tendo sido expostas à radiação nesse universo de 140 mil pessoas. Houve, sim, 19 pessoas expostas que são operários, operadores e profissionais que trabalham no complexo dessas usinas.

As informações que chegam é que as doses, embora elevadas, não foram em nível de causar danos severos à saúde desses 19 empregados. Houve, sim, 31 casos de acidentes, mas aí acidentes na ação que se seguiu ao desligamento das usinas. Houve pessoas que se feriram por utilização lá dos guindastes, na hora da operação de apagar os incêndios. Mas, de efeitos da radiação, são esses 19 funcionários. Isso é um pouco o resultado da ação do governo japonês de remover a população local.

Isso remete para uma questão: a importância de um plano de emergência local para evacuação no caso de acidente.

O acidente ainda está em curso, não podemos aqui afirmar que está encerrado, porque essa condição só ocorre quando se garante que o reator foi totalmente resfriado e não há possibilidade de ele vir ainda a emitir radioatividade na atmosfera.

Eu diria que o quadro hoje é bem melhor do que era na semana passada, mas ainda merece atenção e acompanhamento. Haverá outros desdobramentos, como, por exemplo, agora já estão sendo notificados, do aumento da radioatividade em torno da usina em rios que passam através da região próxima à usina. E para isso exige um monitoramento constante das condições da água e dos alimentos, e aí cabe ao governo tomar as medidas de cancelamento das colheitas e utilização dos legumes principalmente para o consumo da população.

Bom, como eu dizia, discutir um programa nuclear nesse momento pode levar a entendimentos diferentes. Na percepção da sociedade, a energia nuclear tem um risco. E ela, no imaginário popular, é sempre associada a duas situações: acidentes em usinas nucleares e bombas nucleares. Quando se fala em energia nuclear, o que vem à cabeça da população é isto: um reator explodindo, quer dizer emitindo radioatividade, porque não explode, no meio ambiente, ou uma bomba nuclear sendo lançada, que foi o caso de Nagasaki e Hiroshima. Infelizmente, agora, o acidente nuclear também ocorre no Japão.

Mas a energia nuclear – e pediria para passar um vídeo – é mais do que isso: é mais do que usinas nucleares e muito mais do que bombas nucleares. Envolve uma parte que chamamos de tecnologia nuclear, voltada para a geração de energia e aplicação de radioisótopos. O que está no lado direito é socialmente

aceito. A contribuição da energia nuclear em diversos campos da sociedade é completamente aceita, seja ela na aplicação na Medicina, na agricultura, na indústria, inclusive aplicações na área de materiais. Ela tem a completa aceitação, mas ela também precisa, para ser posta em prática, de radioisótopos, que são produzidos em reatores nucleares.

Próximo. Então, essas são as diversas aplicações, e eu destaco na Medicina, desde diagnósticos e tratamentos à utilização de radiofármacos.

Chamo aqui a atenção dos Senadores para um problema. O Brasil importa radiofármacos para aplicações na saúde e, no ano passado, houve uma descontinuidade no fornecimento desses radiofármacos, o que implicou a redução de exames utilizando esses radiofármacos no diagnóstico de doenças.

Isso motivou inclusive a classe médica a solicitar ao Governo Federal a prioridade na construção de um reator multipropósito. É um reator nuclear, digamos assim, com as mesmas características desses reatores que geram energia elétrica, mas com uma potência bem mais baixa. Estamos falando aí algo de 10 a 15% da potência necessária nos reatores para geração de eletricidade. E o Governo brasileiro, a partir do ano passado, deu início a um projeto que agora está sendo desenvolvido em cooperação com a Argentina, que é o projeto de construção de um reator para a produção de radioisótopos, aplicados depois na Medicina.

Próximo. E, dessas aplicações todas, tem a geração de energia elétrica, e a geração de energia elétrica – é aquilo que eu disse no início da minha intervenção: é uma usina térmica convencional. O sistema que vai gerar o vapor ou virá das fissões nucleares, ou da queima do carvão, ou de qualquer outro combustível fóssil. Depois de gerado o vapor, as usinas são rigorosamente iguais. A mesma coisa acontece nos projetos das usinas nucleares, onde o material que gera o calor são as fissões nucleares, mas o lado secundário é exatamente igual.

Pode passar o próximo, por favor.

Esse é um diagrama que vocês já devem ter visto hoje na parte da manhã, que é o diagrama de uma usina nuclear tipo PWR. O lado direito é o que chamamos de sistema secundário: é a turbina, que aciona um gerador elétrico, produz a eletricidade, que joga na rede de energia elétrica. O que está dentro daquele prédio da contenção – quem já viu alguma foto ou passou no litoral de Angra dos Reis – são aqueles dois grandes prédios, de aproximadamente 60 ou 70 metros de altura, um numa forma cilíndrica e outro na forma esférica. O objetivo desses prédios é conter a radioatividade caso ocorra algum acidente dentro da instalação.

O reator de Fukushima tem algo parecido com isso, mas há uma grande distinção.

Próximo slide.

Se vocês observarem, verão aquele segundo prédio da contenção, que também tem uma altura de sessenta a setenta metros, que foi o que explodiu no reator da Unidade 1 e no reator da Unidade 3. O que se parece mais com o prédio das nossas usinas é o primeiro prédio da contenção, que, na realidade, é um invólucro do reator nuclear, que é onde são geradas as fissões nucleares.

Para demonstrar essa diferença, tenho um próximo eslaide, que mostra apenas aquela parte onde é gerada a fissão nuclear.

O da esquerda é o que caracteriza um reator PWR, e o da direita, um BWR. Os senhores podem perceber que o sistema de refrigeração de um PWR é duplo, tem um lado por onde a água passa através do reator nuclear, onde há o risco de haver material radioativo, depois, há uma troca com um gerador de vapor – aqui, mal comparando, é como se fosse uma serpentina de chope: o chope circula pela serpentina e, do lado de fora, tem o gelo que faz diminuir a temperatura do chope. Ali é a mesma coisa. A água, que está desenhada de amarelo, tem uma alta temperatura e aquece a água azul, que circula pela parte do secundário e gera o vapor que movimenta uma turbina, que, por sua vez, aciona um gerador elétrico e produz eletricidade.

Essa duplicidade se caracteriza como uma segunda barreira contra a liberação de radioatividade no meio ambiente. Essa é uma diferença importante entre os dois projetos. Isso não quer dizer que, num reator PWR, não possa ocorrer um acidente como o que aconteceu no reator BWR, tanto é que, o primeiro acidente de grandes proporções na indústria nuclear foi em 1979, na usina de Three Mile Island, que era do tipo PWR.

O segundo acidente, em Chernobyl, em 1986, já é um outro conceito de reator. Este, inclusive, é um conceito mais primário, porque usa grafite, e foi justamente ali, na grafite, que ocorreu um incêndio seguido de uma explosão do núcleo do reator, o que levou a radioatividade a níveis muito altos de altura e fez com que a liberação fosse parar em países dois mil quilômetros distantes dali.

O BWR, do reator de Fukushima, teve um problema sério. No momento em que houve o acidente, as usinas foram desligadas e, então, elas pararam de gerar novas fissões. Com isso, não se gerava mais eletricidade, mas, para remover o calor ali remanescente, é preciso que funcione um sistema que é eletromecânico e, como todo sistema eletromecânico, precisa de

eletricidade, porque tem bombas, tem válvulas, tem trocadores de calor. Quem fornece a eletricidade para esses sistemas é uma rede externa – não pode ser da própria usina, porque a usina, em sendo desligada, não produz mais eletricidade. Com a ocorrência do terremoto e do *tsunami,* as torres de transmissão externas colapsaram e não houve alimentação externa. Nenhum problema, porque isso pode acontecer em decorrência de um blecaute, como já aconteceram, várias vezes, blecautes em locais onde estão instaladas usinas nucleares. Para isso é que existem os geradores a diesel, de emergência, como em qualquer centro cirúrgico – um hospital é alimentado por uma rede elétrica externa, mas, se acabar a eletricidade, o gerador a diesel entra em operação e a cirurgia continua normalmente. Não é de se esperar que haja uma falha.

Entendo que a falha ocorrida foi uma falha de projeto que fez com que os geradores de emergência a diesel – como o nome diz, são geradores de emergência –, na hora em que as usinas precisaram desses geradores, não estivessem disponíveis. Então, essa é a causa raiz de tudo o que aconteceu nas usinas de Fukushima, e isso é inaceitável.

Certamente, agora, passado o acidente, será criada uma comissão, como foi feito no caso dos Estados Unidos e, depois, no da antiga União Soviética, agora Ucrânia, para analisar as causas do acidente e verificar o que precisa ser mudado nos procedimentos operacionais ou nos projetos da usina, a fim de que esse acidente não se reproduza para as outras 440 usinas ao redor do mundo.

Este é o conceito: tirar lições dos acidentes e usá-las para aperfeiçoar o que aí está.

Vou fazer um relato rápido, porque os senhores já tiveram informações sobre isso. As seis usinas da central de Fukushima foram atingidas por um terremoto de 8.9 na escala Ritcher. Elas foram projetadas para suportar terremotos até 8.2 nessa escala. Isto significa o seguinte: um terremoto sete vezes maior em intensidade e magnitude, porque a escala Ritcher é logarítmica. Então, de 8.2 para 8.9 significa sete vezes mais intenso.

As usinas suportaram o terremoto. Por quê? Elas foram desligadas e, imediatamente, entrou em operação os sistemas de refrigeração do reator para remoção do calor residual. E operaram durante uma hora. Se acaso o terremoto tivesse colapsado alguma das usinas, já nesse momento teria havido uma interrupção desse resfriamento. E operou durante uma hora até vir a *tsunami*, a grande onda.

As usinas de lá estariam projetadas para suportar ondas até cinco metros e meio, aproximadamente. E essa, por enquanto ainda não há certeza absoluta, parece que tinha uma altura de dez metros. Segundo informações mais recentes, parece que chegou a 12 metros. Assim, essas usinas não suportaram, porque elas não estavam projetadas, a intensidade dessa *tsunami*. Isso levou a uma situação que consideraria ridícula.

Quando houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica, entraram os geradores diesel em operação. Quando veio a onda, os tanques que continham o combustível diesel que alimentava o gerador foram varridos. Tentei botar uma imagem da onda chegando no momento do impacto. Assim, não houve o fornecimento de combustível, de óleo diesel, os geradores deixaram de funcionar e os sistemas de refrigeração não atuaram.

Isso é um relato, não vou me estender. Depois, se os senhores quiserem, posso aprofundar o que foi o ponto a ponto: a operação, o abastecimento pelas baterias, etc. Mas entendo que pode ser discutido depois no questionamento dos Srs. Senadores.

O próximo *slide* mostra o cenário e a sequência de danos do reator. Em azul mostra a água que deveria estar cobrindo todas essas varetas de combustível. Com a perda da refrigeração, o nível de água caiu e uma parte do reator ficou descoberto. E não havendo a refrigeração, essas varetas foram aquecendo. A temperatura lá dentro das varetas pode chegar, no pico, a 1.200 ou 1.300 graus. E essa água em volta circula com temperaturas em torno de 300ºC, aproximadamente.

Com o aquecimento e a não refrigeração, começou a haver um dano nos reatores – estou aqui com uma representação que atinge 70% do reator – e a perda de material radioativo dentro do núcleo do reator, que é uma parte que está desenhada aqui, que é encapsulada pelo primeiro prédio da contenção.

Aumento da temperatura, aumento da produção de vapor e, consequentemente, dos gases produzidos nas fissões nucleares, adicionados ao hidrogênio. Houve a necessidade de fazer o que se chama de dreno do primeiro prédio da contenção para o segundo. Isso era programado, tanto é que existem filtros na cabeça desse primeiro prédio que retém parte da radioatividade liberada no momento do dreno. Isso foi para o segundo prédio da contenção que, embora chamado de prédio da contenção, não tem a estrutura física em termos de suporte a grandes explosões como, por exemplo, existe nos reatores PWR. Dentro desse prédio da contenção havia vapor, gases de fissão e hidrogênio. Hidrogênio, a uma determinada temperatura e pressão, explode, e foi o que aconteceu. Esse hidrogênio foi produzido dentro do reator na reação do zircaloi a alta temperatura com a água, e aí eliminado.

Próximo slide. Houve a explosão e a liberação de radioatividade no meio ambiente. Eu queria apenas informar aos senhores que os 440 reatores no mundo são da geração 1 e da geração 2 da indústria nuclear. A geração 3 é resultado de novos projetos que foram desenvolvidos a partir do acidente de Chernobyl, em 1986. Existem pouquíssimos reatores em operação da geração 3, que têm várias diferenças em relação aos reatores das gerações 1 e 2, mas uma das principais é que eles têm sistemas passivos de remoção do calor residual. Em outras palavras, eles não precisam de eletricidade para fazer essa remoção.

Esses reatores, como eu disse, ainda estão em fase de construção. A China está construindo cinco desses novos reatores, os Estados Unidos têm quatro desses reatores em licenciamento, a Finlândia está desenvolvendo um reator desse e a França também. Não tenho toda a distribuição, porque atualmente têm 65 reatores em construção no mundo. Mas essa tecnologia que, como vocês vêem, a sigla é PWR, P600 e EPR, que são projetos avançados de reatores da segunda geração.

Por que eu digo isso? No horizonte de 2015 a 2020, os reatores que forem construídos serão dessa terceira geração. Os reatores das usinas de Angra dos Reis são da geração 2, tanto Angra 1 quanto Angra 2, bem como Angra 3. E já tem em desenvolvimento reatores da quarta geração, que se propõem, entre outras coisas, a reduzir o inventário de material radioativo que é retirado da usina depois que a energia é gerada.

Próximo slide. Isso é uma distribuição da reserva mundial de urânio. Se, depois, os senhores se interessarem, eu posso aprofundar esse assunto.

Próximo slide. Esse é o cenário atual, aquilo que eu dizia no início. Tem 440 usinas. Na realidade, são 442 para ser mais preciso, que respondem por 17% da eletricidade consumida. E, das 440, tem 125 que receberam licença para extensão da vida útil. E aí há um pequeno, digamos assim, truque. Alguns países centrais, depois do acidente de Chernobyl, decidiram fazer moratória, dizendo: não construímos mais usinas nucleares. Exemplo claro disso é a Alemanha, que tem 17 usinas nucleares e diz: não fazemos mais nenhuma usina nuclear.

O acidente de Chernobyl foi em 1986. Em 1990, começou-se a estudar a extensão de vida das usinas. Elas foram inicialmente projetadas para durar 40 anos de operação contínua. Depois, ao longo do tempo, verificou-se que esses projetos de engenharia eram muito conservativos e poderiam ser estendidos. E foi feito isso.

São 125 usinas.

Então, os reatores, no caso da Alemanha, os 17, que eram para operar durante 40 anos, estenderam a vida útil de operação para 60 anos. Isso implica uma expansão de 50% no parque de geração nuclear dos países. Então, digamos assim, sem promover grande alarde, sem grandes discussões, expandiu-se em 50% a produção de eletricidade através de reatores nucleares nos países que já tinham a tecnologia nuclear para essa finalidade. Digo isso porque se falou muito, na década de 1990, de 1980, de uma moratória. É bem verdade que foi durante esse tempo que a indústria nuclear começou a fazer os reatores de terceira geração. Mas os países não abandonaram o uso da energia nuclear. Muito pelo contrário, ampliaram-no.

Então, entendo a dificuldade do discurso, às vezes, que tem que se dar e o debate de botar em prática a redução de 17% da energia elétrica consumida no planeta.

Bom, aqui é só para os senhores terem uma ideia. Os Estados Unidos têm 104 usinas nucleares, e isso representa apenas 20% da eletricidade consumida nos Estados Unidos. Já a França, segundo colocado, com 59 usinas, isso representa 80% da energia nuclear. Japão, com 54 usinas nucleares, representa 25% de toda a eletricidade consumida no Japão. O Japão terá dificuldade de tomar uma decisão de extinguir o uso da energia nuclear de uma hora para outra. Alemanha, como eu disse, são 17 usinas nucleares, que responde por 28% da geração de eletricidade.

Deixarei esses dados com os senhores, caso precisem de alguma informação adicional.

Próximo.

Os aspectos da geração de eletricidade através das usinas nucleares. Os aspectos questionados. É a questão da segurança, que é isso aqui sobre o qual estamos conversando. O problema dos rejeitos radioativos, porque a usina nuclear, depois da sua operação, mantém ainda rejeitos radioativos que precisam ser armazenados. No estágio atual, precisam ser armazenados por milhares de anos. Há uma proposta em andamento, feita pelo Prêmio Nobel, físico, Carlo Rubia, de um sistema novo que incinera os rejeitos radioativos. Incinerar não é no sentido químico da combustão, mas é sinônimo de redução do tempo de vida de milhares de anos para algo em torno de 250 anos, que, na escala da humanidade, é possível fazer um armazenamento desses rejeitos.

São armazenados durante a operação da usina em piscinas, que são colocadas ao lado das usinas, e que também tem um sistema de resfriamento. Depois da operação da usina, o que se dá de 40 a 60 anos, eles devem ser depositados em depósitos onde haja

estabilidade geológica, baixa densidade populacional, baixos índices pluviométricos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E os rejeitos de baixa e média intensidade?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Esses são armazenados dentro da usina também e podem ir para um local de, digamos assim, menor duração. Rejeitos de baixa e de média atividade durarão, no máximo, 200 a 250 anos. E eles têm uma característica: eles têm muito volume, mas têm baixa atividade. Os rejeitos nucleares, que são os elementos que saem da usina, são de volume reduzido, mas de alta atividade. Dou-lhe um exemplo: um operador, ao trabalhar, usa uma ferramenta, dentro da usina, que pode cair uma gota de material radioativo. Não se faz uma retirada; joga-se o equipamento fora. Usam um macacão, como se fossem mecânicos, que, se cair uma gota de material radioativo, não se recorta. Só se tira a gota. O macacão é que é retido.

Então, a intensidade é baixa, mas o volume é grande. E eles têm que ser armazenados por este período: de 200 a 250 anos.

Já os que vêm provenientes do núcleo do reator, o horizonte de armazenamento é acima de mil anos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Professor, só uma pergunta: no caso desse material de maior potencial radioativo que fica guardado nas piscinas, essas piscinas são dentro da área de contenção?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Podem ser e podem não ser. No caso específico aqui das nossas usinas. Angra II que é um projeto da Siemens alemã, nos projetos desses reatores as piscinas são dentro do prédio da contenção. Já a Angra I, que é um projeto da Westinghouse, que segue, também, os projetos das usinas americanas é fora do prédio da contenção.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Então, por exemplo, no caso de uma grande onda que invadisse o local esse material dessa piscina seria espalhado no ambiente.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – No caso específico das usinas de Fukshima havia os dois casos, também. E relatos, até o momento, revelam que não houve nenhuma dispersão desse material radioativo. O que houve lá é um problema também referente ao resfriamento, porque essas piscinas têm que ter, também, um sistema de refrigeração. Como foi dito pelo Professor Pinguelli, o material quando sai do reator continua produzindo calor, em menor quantidade. Para produzir eletricidade, digamos assim, preciso gerar 100% de calor. O calor de decaimento radioativo é em torno de 3 a 6%; nos nossos reatores é em torno de 6%, esse reator do tipo PWR tem uma intensidade proporcionalmente menor, de 3%. E esse calor tem que ser removido. Então, mesmo na piscina, fica uma bomba gerando e a água passando por esses elementos. Não sei se os senhores já tiveram oportunidade de ver em algum filme, é uma piscina como a de natação onde os elementos são colocados e uma água fica constantemente circulando. Com a perda de eletricidade e abastecimento, deixou de haver a refrigeração, e esse foi o pior problema, porque esses elementos superaqueceram, possivelmente houve algum rompimento e a liberação de radioatividade na atmosfera. Então, estaria mais preocupado com a não refrigeração da piscina, no caso de um *tsunami,* do que com o espalhamento desse material em torno da usina. Eu diria que é mais provável que se reproduza essa situação de não refrigeração.

Bom, eu tinha mais assuntos, acho que já tomei o meu tempo. Senadora Lúcia Vânia, a minha presença aqui é no sentido de passar as informações que os senhores considerem necessárias. E, se houver necessidade, posso aprofundar com o restante dos slides.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB/GO) – Agradeço o Professor Aquilino.Quero dizer da nossa satisfação em tê-lo aqui conosco. Tenho certeza de que os Senadores terão perguntas que ainda vão enriquecer esse debate.

Gostaria de comunicar à Comissão que passarei primeiro a palavra ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e, em seguida, para o autor do requerimento Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSDB – DF) – Muito obrigado Senadora Lúcia Vânia.

Quero cumprimentar os nossos palestrantes, os nossos convidados, Professor Luiz Pinguelli Rosa, velho conhecido nesta Casa, e o Professor Aquilino, também, que já tive o prazer de ouvi-lo em outras ocasiões. Realmente o Senado, como de resto o povo brasileiro, está preocupado com tudo o que aconteceu no Japão e com as possíveis consequências de um acidente no Brasil.

Fiz uma pergunta hoje, o Professor Othon foi muito delicado, mesmo tendo uma audiência pública na Câmara, em vir primeiro a uma audiência pública no Senado, mas não teve oportunidade de responder a todos os questionamentos e ficou de retornar na próxima quarta-feira. Mas eu gostaria de fazer um questionamento para os dois convidados. Essa questão do uso da energia nuclear sempre foi um tema bastante polêmico e bastante debatido, especialmente em função dos riscos da sua utilização.

Ou seja, o risco de acidente é muito pequeno. Há probabilidade de acidente, e, quando isso acontece, as consequências são enormes.

A utilização dessa energia voltou a ter força e a ser defendida em função da questão das mudanças climáticas – até tive oportunidade de acompanhar o Professor Luiz Pinguelli na Comissão de Mudanças Climáticas e vários debates – e em função das suas baixas emissões de dióxido de carbono, em comparação com outras fontes de energia. No entanto, essa energia, hoje, ainda é responsável por pouco mais de 2% da matriz energética brasileira, que tem uma característica estratégica importante, que sua diversidade. Somos um país que, diferentemente de outros países, como, por exemplo, o Japão, contamos com uma possibilidade enorme de fontes para compor nossa matriz energética.

Eu gostaria de fazer duas perguntas, para saber os pontos de vista dos nossos dois cientistas.

Sabemos que há uma série de outras aplicações da energia nuclear e do conhecimento na área nuclear. Especificamente no que diz respeito à utilização da energia termonuclear para a geração de energia elétrica, V. Sªs consideram que é importante e estratégico para o País continuar ampliando sua matriz energética, utilizando, em parte, a geração termonuclear? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: há estudos recentes feitos pelo Governo sobre o que significaria, em termos de economia concreta de energia, um grande programa de eficiência energética? Já que a utilização de energia termonuclear representa pouco mais de 2% da nossa matriz, um grande programa de eficiência energética, mobilizando a população com campanhas educativas permanentes, teria um impacto próximo disso?

São essas as questões que eu deixaria aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores autorização para que fizéssemos as perguntas em bloco, uma vez que já vamos iniciar a Ordem do Dia.

Eu pediria ao Senador Lindbergh – sei do interesse dele no assunto – que fosse breve, para dar oportunidade ao Senador Crivella de também se manifestar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É claro. Serei bem breve.

Professor Pinguelli e Professor Aquilino, primeiro, quero agradecer aos senhores a presença aqui. Sei que, pela manhã, estavam na Câmara.

O debate, hoje, aqui, foi até as 14 horas e movimentou muitos Senadores. Houve essa dificuldade novamente, pois se encheu este plenário. O Senado está muito interessado em toda essa discussão.

Estive conversando com o Professor Pinguelli sobre o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta a Catástrofes, em virtude do que aconteceu na região serrana.

O senhor sabe, Professor Pinguelli, que já fui prefeito. Pelo que aconteceu na região serrana, entrei um pouco neste debate. A Presidenta Dilma, quando veio lançar sua mensagem ao Congresso Nacional, reconheceu que nosso marco regulatório do Sistema Nacional de Defesa Civil é muito frágil. Chamou, inclusive, este Parlamento a construí-lo com ela.

Aqui, ninguém quer satanizar nosso programa nuclear, mas este é um momento em que o mundo inteiro para, a fim de discutir a questão de segurança. Todo mundo sabe que o risco é baixo. A gente espera que nunca aconteça qualquer problema, mas sabe que, se isso acontecer, o dano será altíssimo. O Senador Walter Pinheiro, hoje, falava da falta de uma cultura de se trabalhar concretamente essa questão de segurança.

Expresso nossa maior preocupação, Professor Pinguelli e Professor Aquilino. Tenho essa preocupação, porque sou leigo e, agora, estou entrando nessa discussão sobre as usinas e sobre os problemas das usinas. Penso que temos de aprofundar também essa discussão. Mas há um problema que diz respeito justamente a esse plano de emergência externa, de cara. Uma comissão externa desta Casa vai visitar as usinas de Angra I e de Angra II na próxima semana. Nossa ideia não é somente a de olhar as instalações. Queremos olhar as instalações, mas queremos também discutir com a cidade, com prefeitos, com vereadores, com associações de moradores.

Vejam bem: qualquer chuva interrompe a rodovia Rio-Santos. Há um ano e meio, houve um desastre em Angra.

Eu fiz esta pergunta hoje ao Presidente Othon: se as atividades da usina foram paralisadas. Na verdade, não era só a Rio-Santos que estava parada não; todo o trecho de comunicação com Angra estava completamente parado. Nós temos este problema: o treinamento. Eu tomei uma decisão – isso não é um método científico, nós temos que ir lá ver –: liguei para vereadores, liguei para amigos, liguei para todo mundo de Angra, e ninguém, absolutamente, participou, em algum momento, desse trabalho de treinamento. O raio inicial é de 3 Km. No Japão, foram removidas, até 20 Km, 140 mil pessoas. Concretamente, vamos falar aqui: nós não temos condições de remover numa situação como essa se acontecer alguma coisa – não

vai acontecer – agora em Angra. Qual é a nossa capacidade em relação a tudo isso?

Então, espanta-me, e queremos discutir tudo isso porque não se trata de condenar o programa nuclear, mas tem de haver segurança. Para continuar existindo, tem de haver segurança, tem de haver um plano sério, efetivo. E sei que o Professor Pinguelli tem muitas opiniões sobre isso e pode nos ajudar aqui.

Em relação às usinas, acho que nos falta conhecimento. Esta é uma conversa inicial; eu quero ligar depois para o Professor Pinguelli e para o Professor Aquilino também, e falar de algumas preocupações com a usina em si.

O Senador Rollemberg fez um questionamento sobre os resíduos de alta atividade – é assim que se chama. Mas o Professor Pinguelli nos mostra um caminho, que é proteger seus geradores de emergência. É importante ver como está a situação lá. Mas eu perguntaria também se há mais algum outro problema que poderia existir, que teríamos de dar um reforço na segurança, nas características próprias de Angra I e d e Angra II.

Hoje nós tomamos um susto aqui, Professor Pinguelli, com uma matéria do *Correio Braziliense* que diz que Angra II opera sem licenciamento definitivo. O representante do Cnen disse que, na verdade, está todo mundo de acordo, não há grandes problemas, apenas um problema com o Ministério Público. Mas isso causa estranheza. Como é que há uma usina funcionando, desde 2002, sem licenciamento definitivo?

Em relação aos rejeitos radioativos de baixa e média atividade, pelo que eu estou sabendo, esses rejeitos estão armazenados em galpões no local da usina. São cinco mil barris. Eu citei aqui, inclusive, uma reunião da comissão interministerial em 2008, de que a Ministra Dilma, da Casa Civil, participou, em que ficaram estabelecidas metas para a construção de um depósito definitivo para esses rejeitos radioativos. Ninguém soube me explicar em que situação está isso. Mas apresenta perigos? O que nós temos que fazer?

Então, é este o momento, Professor Pinguelli, Professor Aquilino, sem satanizar, de parar para discutir.

Devo dizer que a minha sensação em relação, inclusive por conhecer, à fragilidade desse sistema nacional de prevenção, por saber disso, é de apreensão; isso me assusta muito. Não estou querendo ser alarmista, mas acho que temos que tirar a lição desse episódio e sair para medidas concretas de segurança nessa área.

(Falha na gravação.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Marcello Crivella, também representante do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Professor Pinguelli, é uma honra, e o Rio se engrandece com a sua presença aqui, junto com o Professor Aquilino. Muito obrigado por estarem aqui conosco.

Nós temos realmente essas vulnerabilidades citadas aqui, e todos nós nos preocupamos imensamente. Vemos que os americanos têm um plano de evacuação, em caso de calamidades, excepcional. Eu já li sobre isso. Mas o Congresso Nacional ampliou a vida útil das usinas, eles estão construindo uma nova, estão queimando carvão – segundo eles, com emissão zero –, estão explorando petróleo no Alasca, estão com grande programa de nitrogênio, estão fazendo biocombustível de milho com baixo rendimento, de tal maneira que o consumo de energia do mundo é uma variável importante nessa equação, porque precisamos. O fato é esse.

E nós vamos ter que ponderar. Às vezes fico pensando: se nós tivéssemos um terremoto de proporções idênticas em Angra ou em Itaipu, o que seria pior? Eu acho que seria Itaipu. Acho que Itaipu teria um alcance destrutivo maior do que um escape de radiação em Angra.

É o momento, realmente, de contarmos com a nossa academia, porque a nossa tranquilidade virá exatamente do peso dessas probabilidades. Não há segurança no mundo, em lugar nenhum, há riscos para tudo, mas nós podemos, como disse o Senador Lindbergh, nos preocupar e tratar isso com muito cuidado para que a probabilidade de que acidentes ocorram seja mínima.

Na nossa matriz energética, exploramos muito pouco a energia solar, os ventos, a força das marés, até mesmo a nossa hidroeletricidade. Fazemos isso porque temos tempo. Não digo que devamos abandonar a energia nuclear, mas que devemos estudar suas possibilidades com tranquilidade. Não estamos como a França, que não tem tempo para estudar o assunto com tranquilidade porque depende da energia nuclear. Eles não têm rios, eles não produzem biocombustíveis porque não têm espaço. Nós temos. Então, faço este apelo, como fez o Senador Lindbergh, no sentido de que devemos promover um amplo debate para encontrar as condições para nos prepararmos.

Eu estava fazendo um estudo sobre Italva, um pequeno município do noroeste fluminense. De 2005 a 2010, eles tiveram, entre decretos de calamidade pública e de situação de emergência, todos homologados pelo governo do estado e pelo governo federal, prejuízos de R$70 milhões. 2005 a 2010: ora enchentes, ora seca. Ficaram sem abastecimento de água durante semanas. Até hoje, chegaram R$3 milhões do governo federal! Quer dizer, nós continuamos tendo

problemas para conter nossos rios, nossas encostas, e as obras que fazemos são de recuperação. Quer dizer, cai a ponte, e nós consertamos sabendo que, na próxima enchente, se aquele rio não for contido, vamos consertar de novo a ponte. Aliás, lá há pontes que já foram consertadas três ou quatro vezes.

Realmente, esse assunto nos preocupa. Nós devemos isso à nação, o Senado tem de se debruçar sobre isso para elaborar um grande plano nacional de defesa civil. Temos tempo para estudar medidas. Depois desses acidentes – os tropeções sempre nos empurram para frente – aprendemos lições. Infelizmente, nesses graves acidentes, acabamos verificando a ocorrência de falhas ridículas, como foi bem dito pelo professor Aquilino. Gastamos tanto dinheiro, nos desenvolvemos – a descoberta de Einstein foi no início do século XX –, cientistas do mundo inteiro pesquisam como utilizar positivamente a radioatividade e, de repente, um acidente num gerador. É brincadeira!

Senadora Lúcia Vânia, só queria mais um minuto para agradecer a presença dos nossos ilustríssimos professores, que são motivo de orgulho para a minha terra, para me solidarizar com o Senador Lindbergh e para conclamar os Senadores a nos debruçarmos sobre o assunto para oferecer à nação um plano de segurança para as nossas usinas nucleares, mas não só para elas, também para as demais instalações que temos em nosso país.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) - Agradeço ao Senador Crivella, e, por fim, eu gostaria de fazer uma pergunta que foge um pouquinho da segurança, foge um pouquinho da tecnologia. A pergunta se refere à expansão do projeto nuclear brasileiro. Qual a vantagem do domínio dessa tecnologia, não só para o setor elétrico como também para outros setores.

No mais, agradecer a todos os Senadores e passar a palavra agora ao Professor Pinguelli e, posteriormente, para o Professor Aquilino.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Obrigado.

Começando pelo Senador Rollemberg, as duas questões que anotei aqui, sobre a ampliação da energia nuclear, o quão é importante para o País.

Isso é uma decisão política. Há outras formas de geração elétrica. Portanto, não podemos dizer que a geração de um certo tipo é imprescindível, incluindo a nuclear. Não somos obrigados à opção nuclear. Ela deve ser tomada por ponderação de vários fatores. Acho que o conhecimento dela, incluindo, por exemplo, a constituição desse reator multipropósito, que o Aquilino mostrou, na sua apresentação, acho que isso deve ser feito. Quer dizer, não podemos jogar fora o conhecimento. Também Angra III, que vai levar algum tempo para ser construída, será uma escola, como foram as outras, porque, no futuro, aí poderá ser muito importante a energia nuclear. O potencial hidrelétrico brasileiro chegará a um limite fatal e com impressão ambiental muito maior sobre ele do que sobre a nuclear. Mesmo com o acidente do Japão, a pressão sobre o hidrelétrico é muito maior, no Brasil, do que sobre o nuclear.

Aliás, estamos com um episódio extremamente desagradável na área hidrelétrica, com a rebelião dos trabalhadores na usina de Jirau, no rio Madeira. Isso é um absurdo. Isto exige posição do Estado brasileiro: botar pessoas trabalhando, num local distante, sujeitas a uma condição dessa, porque faltou o poder de polícia, faltou o Estado. Não se pode entregar operários a um consórcio de empresas. E lamento que empresas estatais estivessem presentes no consórcio e não tivessem evitado uma coisas dessas. Construir hidrelétrica nessas condições não se deve fazer. Parece um campo de concentração o ambiente que se criou lá.

Mas, voltando à questão, acho que ampliar energia nuclear é uma opção política. O conhecimento sobre a tecnologia nuclear, acho que deve ser preservado. Não vejo a necessidade de se decidir, já, fazer mais quatro reatores. Acho que é o momento de compasso de espera, até pelo quadrinho que o Aquilino mostrou ali, da hipótese dos reatores de geração quatro, dentro de uma década mais ou menos.

Economia e deficiência energética, ela é importante e deve ser sempre utilizada. Agora, ela não é substituta, porque eficiência energética é um percentual sobre o que existe. Ela pode adiar, de fato, algumas construções de seja lá o que for, de geração elétrica, mas ela não se reproduz o tempo todo. Pode dar um adiamento, se tem um percentual, que tem que ser feito. O que vai significar? Um bom programa de eficiência energética vai significar uma quantidade menor de usinas necessárias, mas não zero, porque não somos a Suíça, nem a Suécia. Tem gente muito pobre neste País, e nós usamos muita energia. Nós, a classe média alta, porque agora tem essa classe média que ganha mil reais. Não sei por que chamam isso de classe média. Deveria ser chamada de "não pobres". Isso é o correto, mas "classe média" é um exagero!

Mas o fato é que uma parcela pequena da população com consumo exuberante, europeu. Não chega a ser americano, porque o consumo americano nem os europeus alcançam. É um desperdício de energia fabuloso. Mas nós, vamos dizer, temos um consumo ibérico, essa parcela da população.

Portanto, nós vamos ter de dar um padrão de vida digno para todos os brasileiros, como têm os europeus. Se, além disso, tem a indústria, que também consome

energia, nós precisamos de energia e precisamos de eficiência energética.

O erro dos ambientalistas é colocar uma contra a outra. Não é eficiência energética ou geração elétrica. É preciso eficiência energética e geração elétrica, e o que a eficiência energética vai permitir é menor quantidade necessária de geração elétrica. Não há substituição e, sim, complementação, na minha opinião.

Quanto ao Senador Lindbergh, evacuação de Angra é, realmente, uma velha discussão. Eu não considero o plano de emergência externo pronto e acabado. Ele já foi objeto de uma imensa polêmica.

No tempo dos governos militares, o plano de emergência externo era secreto. A população não podia saber que tinha de ser evacuada. O sujeito tinha de ser acordado de noite: "Pom, pom, pom. Olha, você vai ser evacuado." Não se podia assustar a população, então, era como um edifício onde as portas de emergência para caso de incêndio eram secretas, para não assustar ninguém com incêndio. Na hora em que começasse um incêndio, você diria: "A porta é lá."

Isso melhorou muito, mas, de qualquer modo, não acho, ainda...

Por exemplo, nessa questão do raio, era quinze o raio de exclusão e passou para cinco, com a garantia de que nunca haveria um acidente que precisasse de evacuação. A recomendação era: "Vá para dentro de sua casa." E pode ser mesmo. Dependendo da situação, basta isso, ou, às vezes, é só o que se pode fazer, mas eu acho que contar com um maior azar é importante. O Aquilino colocou o exemplo da queda de um avião, que também é uma velha discussão.

O reator de Angra tem a espessura do prédio de contensão menor que a dos últimos reatores gêmeos dele na Alemanha, que eram os de Biblis, porque, lá, o reator tinha uma especificação de suportar o choque de um avião. Na realidade, eles padronizavam no avião Fanton, um caça militar que fazia voos rasantes porque eles estavam junto à Cortina de Ferro, eram Alemanha Oriental e Ocidental.

Aqui, no Brasil, nós reduzimos de 1/3 essa espessura, porque não se considerou isso necessário. Tudo bem, mas há uma probabilidade remota de um grande choque de avião.

Nós trabalhamos, há muitos anos, num grande choque de um avião pior possível, que é o 747, com a turbina se chocando, porque no avião, o pior dele, são as turbinas, que são muito duras, como martelos. O resto do avião é mole, mole no sentido de que é macio, então, o choque não é tão penetrante, poderia abalar o prédio.

Bom, esta é apenas uma observação, porque a probabilidade, de fato, é muito pequena, agora, a evacuação de Angra eu acho que é um problema que deve ser colocado na pauta. Como é que está isso, como é que está a possibilidade de evacuar, a mobilização, quem é responsável por que, exatamente, porque isso não é da Eletronuclear. Ela participa, mas isso é um problema que envolve as administrações federal, estadual e municipal, porque é uma questão de defesa civil.

Eu acho que isso tem de ser tratado com muito mais especificidade do que um problema geral de defesa civil, até por causa da questão da estada lá, etc.

Rejeitos de baixa e média atividade, tem toda razão o Senador. Isso nunca foi resolvido e isso é solúvel.

O de alta atividade tem a possibilidade tecnológica de redução por um bombardeio de acelerador de partículas, que ainda não é viável, quer dizer, é uma questão em desenvolvimento. Não há um projeto pronto para ser feito, mas poderá ser feito no futuro. De qualquer modo, se justifica um certo tempo, até porque, no caso de Angra 2, ela está dentro do prédio de contensão, a piscina, e não haveria com ela o que está havendo, exatamente, lá no Japão, onde as piscinas estão desprotegidas.

Os de baixa e média atividade estão em galpões que eu não sei se são adequados. Eu já os inspecionei há muitos anos. Alguns eram adequados, outros não eram, estavam sobrecarregados, e ali não é lugar de botar rejeito eternamente é um depósito provisório; nunca se fez o definitivo. Temos a tecnologia, não é uma grande dificuldade. O depósito de Abadia, junto à Goiânia, onde ficou o material contaminado pelo Césio 137, que foi um acidente grave, embora não de reator nuclear, mas matou pessoas, inclusive crianças, e deixou um contingente de população significativo sujeito ao câncer. Eu acho até que foi um erro grave a mudança do procedimento lá em Goiânia, porque havia uma Fundação específica, Leide das Neves, para tratar, cuidar do contingente de população de risco, mas foi fechada. E essa população ficou no SUS comum. Acho que essa população tem de ser tratada com todo o carinho, porque foi uma responsabilidade do Estado brasileiro acontecer o que aconteceu lá. E mas: ficaram impunes os responsáveis por essa Justiça esculhambada do Brasil.

Então, quanto aos rejeitos de baixa e media radioatividade, é possível ter uma solução mas não tem. Não há definição de "vamos fazer", "quando vamos fazer", "é possível fazer". O de alta, talvez o melhor seja ficar mesmo na piscina. Mas tem de ter uma decisão um dia, não pode ficar eternamente; mas há tempo. O de baixa e média, eu acho mais urgente.

A observação do Senador Crivella.

Não há usina de carvão com emissão zero. Isso é uma confusão que, às vezes, se coloca. Emissão zero é que nem *diet*, coca-cola, etc. Não é bem assim. Não há usina de carvão com emissão zero. Existe no papel. É o chamado sequestro e captura. Coloca-se embaixo da terra, em geral é essa a ideia, ao invés de ter uma chaminé para cima tem-se de bombear para baixo o $CO^{2,}$, e ele seria sequestrado. Quem está fazendo alguma coisa nessa direção é a Petrobras e algumas universidades, inclusive, nós, lá, temos um trabalho com a MPX, companhia de energia sediada no Rio, sobre a possibilidade de fazer isso. Mas não há. Existem alguns sequestros de carbono de demonstração. Inclusive eu já visitei, na Europa, várias instalações disso. Mas é um percentual pequenininho do $CO^{2,}$ da usina que retira para mostrar que pode, porque é quase fazer uma outra usina do lado da usina. Você tem uma usina de carvão, que é uma coisa enorme; aí você vai fazer uma outra coisa enorme ao lado dela. A atual tecnologia de seqüestro é muito pesada. Eu acho que isso vai ter de evoluir para algo mais adequado.

O gerador *diesel* de emergência, o senhor tocou aí, tem toda a razão, o Aquilino esgotou esse assunto, eu acho que nós devemos cuidar bem dele, aqui no caso brasileiro. Itaipu tem toda a razão. Os argentinos não queriam Itaipu por que eles diziam isso: que o Brasil vai inundar o estuário do Prata. De fato, um acidente grave em uma barragem daquela dimensão seria muito sério. O projeto de engenharia de barragem inclui a proteção contra terremoto, como também o do reator nuclear. Eu não saberia dizer que intensidade de terremoto está previsto, eu não sei. Mas é perfeitamente possível proteger barragens. O Japão tem barragens e não houve desastres proporcionais lá. Então é possível isso. A engenharia civil tem condição de proteger barragens contra terremoto. Espero que estejam protegidos.

Senadora Lúcia Vânia, quanto a expansão da energia nuclear no Brasil, eu já dei a minha opinião. A energia nuclear tem a vantagem – acho que o Aquilino já citou isso – de ela não emitir gás efeito estufa na sua operação; emite na sua construção, porque leva aço, cimento, que são produzidos com uso de combustível, mas na geração, não. Então, ela tem uma vantagem grande. E, para muitos países, é a maneira de se evitar emissões. Se o efeito estufa é muito grave e poderá causar conseqüências catastróficas, não o tsunami, que é fenômeno interno da terra, mas as ondas de tempestades, que são tão terríveis, aquelas tempestades do Golfo do México criam ondas, muito altas. Então, se o efeito estufa é muito importante, a energia nuclear pode ser uma solução, com todos os seus problemas, ou seja, vai ter que melhorá-la no mundo. No Brasil, não é uma urgência, porque o País tem muitas opções, tem que escolher, e pode. O que já tem, na minha opinião, deve completar, é o caso de Angra 3. O conhecimento deve se expandir, que é o caso do Reator Multipropósito. E o estudo de um terceiro – terceiro não, um quarto, quinto, sexto ou sétimo – ou de mais quatro reatores brasileiros deve ser reestudado com vistas ao que está acontecendo no momento, dando um certo tempo. Então, o cronograma atual não deve ser mantido, porque nós temos tempo e a tecnologia está mudando. Esses reatores avançados, ainda não há nenhum funcionando no mundo, estão em construção, e vai-se aprender com os primeiros, inclusive. O Brasil, na minha opinião, tem tempo. Estamos jogando fora bagaço de cana queimado, com baixíssima eficiência. O potencial do bagaço de cana na rede é importante. O lixo urbano pode servir. Em vez daquela brigaria, no Rio, de onde é que põe o lixo, ele poderia virar energia. Não há uma política adequada porque envolve Município, Estado, União. A energia do lixo é ridiculamente aproveitada, o bagaço de cana, muito pouco, fora ainda a expansão hidrelétrica, se conseguir evitar absurdos como o que está acontecendo no rio Madeira. E tem um potencial ainda muito grande, fora a eólica, etc. Então, acho que o Brasil tem que usar todas as possibilidades, na sua medida. E pode ser que dentro de um período de tempo a nucelar se torne uma necessidade também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Agradeço ao Professor Pinguelli.

Professor, como goiana, eu gostaria que o senhor completasse a sua posição em relação ao depósito do Césio 137. Eu lutei aqui oito anos para conseguir pensão para aquelas pessoas que foram atingidas ou que tiveram contato mais direto. Infelizmente, não consegui. Como o senhor mesmo disse, o Instituto Leide das Neves foi fechado. Então, eu gostaria de ouvir... Parece que o senhor não concluiu qual é a posição do depósito do Césio 137.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – É boa. O depósito de Abadia foi feito com competência técnica. E digo mais, o socorro que foi propiciado à população de Goiânia naquele momento foi eficaz. Dentro da desgraça, da tragédia, foi eficaz. O absurdo foi o acidente acontecer, porque aquele não tinha nenhuma necessidade de acontecer. Deixar uma bomba de Césio, de tratamento médico, abandonada num local, ainda que privado, acessível a um catador de lixo simples, que não sabe o que quer dizer *danger...* E não tem que saber, porque somos brasileiros, não temos que colocar *danger* em porcaria nenhuma. E no lugar daquele trevo do símbolo nuclear deveria haver uma caveira com dois ossos cruzados embaixo, como é o símbolo de alta voltagem ou de veneno. Então, acho que aquilo não precisava acontecer.

Agora, o depósito de Abadia segue normas técnicas. É possível dar toda segurança aos rejeitos de baixa e média atividade. O difícil é o de alta atividade, que depende de alguma tecnologia que está em desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Obrigada, Professor Pinguelli.

Com a palavra agora o Professor Aquilino, para as suas considerações.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Eu vou tentar ser breve, porque vocês certamente têm aí outras atividades.

Senador Rodrigo Rollemberg, por diversas ocasiões tivemos oportunidade de interagir na Comissão de Ciência e Tecnologia, se não me engano, inclusive com muito apoio à nossa Instituição, COPPE, pelo qual agradeço aqui publicamente. Concordo plenamente com a sua afirmativa quando o senhor diz da necessidade de diversidade da matriz energética brasileira.

Não podemos colocar todos os ovos no mesmo cesto. De certa forma, temos que contar com todas as fontes de energia – eólica, solar, carvão –, apesar dos problemas. Nós felizmente temos um grande potencial hidrelétrico ainda a ser explorado. Evidentemente que há também questões que são cobradas no aproveitamento desse potencial. Eu acho que o País tem que superar esses problemas. E para isso é que existe a tecnologia, para isso é que existem instituições como a Coppe, que se preocupam em desenvolver tecnologias que façam esse desenvolvimento harmônico entre energia, tecnologia de energia e meio ambiente. Acho que esse tem sido o nosso papel.

O senhor fala da economia da eficiência energética. Em tese, é muito boa, mas, na prática, acaba não sendo eficiente, por razões diversas. Quem usa, às vezes quer continuar usando daquela maneira porque é mais fácil, não quer fazer grandes investimentos, principalmente nas indústrias, para ter um uso mais eficiente da energia. Mas tem que existir uma política de Governo no sentido de, eu diria, mais do que incentivar, cobrar essa eficiência energética.

No tocante à sua pergunta se devemos usar a energia nuclear, eu digo, até por dever de ofício, sou um professor universitário na área de formação de Engenharia Nuclear, eu teria que largar de fazer o que estou fazendo porque, senão, seria, eu diria, um crime contra a humanidade, colocar alunos, técnicos no mercado de trabalho e aqui dizer que não deve ser usada para absolutamente nada. Teria que sair daqui direto para o hospício. Eu acho que é importante a tecnologia nuclear para a geração de energia elétrica. O Brasil conquistou isso a duras penas. O Brasil teve diversas tentativas do domínio do ciclo do combustível nuclear. Duas completamente fracassadas. A última era a do acordo Brasil-Alemanha. E, por esforço próprio, o Brasil dominou a tecnologia do enriquecimento do urânio. Só existem nove países no mundo que têm essa capacidade. E nós temos algumas características importantes. Sem prospectar muito o território, somos a sexta maior reserva de urânio. Se houver um trabalho de prospecção devido, passamos facilmente a ser a segunda ou primeira reserva de urânio. Podemos ser um exportador de minério, pegar esse urânio, exportar *in natura*, e vamos agradar vários países, porque existem países que querem comprar o urânio brasileiro. Inclusive alguns que não são signatários do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, e este Congresso pede que o Brasil faça qualquer acordo comercial nesse sentido.

Então, o País tem minério, tem a tecnologia, domina a tecnologia, com esforço próprio, não foi uma coisa adquirida ou comprada do exterior, e já faz uso da geração nuclear para a produção de eletricidade. Eu acho que tem que ser avaliado nesse contexto o esforço que foi feito ao longo de décadas para chegar nesse estágio. Já temos agora a construção de Angra III em andamento. E minha posição é que ela tem que ser concluída. Ela já está sendo concluída tardiamente. Foram desperdiçados recursos, só no armazenamento, na estocagem dos equipamentos, US$20 milhões por ano. Ao longo de 25 anos de atraso, isso representa US$500 milhões, que saíram do nosso bolso para pagar por algumas incertezas e discussões. Então, sou francamente favorável à sua conclusão.

Concordo plenamente com a expansão do programa e desafio também que seja encontrado, em algum lugar, quando serão construídas essas usinas nucleares. Porque a EPE, quando fez seu estudo, em 2007, que é o Plano Plurianual de 2030, previa a construção de duas, quatro ou oito usinas. A revisão atual, para o ano de 2019, não contempla nenhuma usina nuclear. Então, estamos falando que se acaso este País venha a expandir o setor nuclear, isso se dará depois de 2020. Não tem a menor possibilidade de ser antes disso. E eu acredito que este é o momento de rediscutir essa questão.

E aproveito para responder ao Senador Lindbergh que ele está coberto de razão.

Acidente em usina nuclear já aconteceu e vai acontecer. Esperamos que não seja nas nossas usinas no Brasil. Mas não importa: mesmo que não venha a acontecer, se Deus é brasileiro, que não aconteça, temos de estar preparados para que possa acontecer, porque os números comprovam claramente que há uma probabilidade de derretimento do núcleo do reator com liberação de radioatividade na atmosfera.

E aí é importante o papel do Congresso Nacional de cobrança de uma eficiência no sistema de proteção

à população em torno das usinas nucleares. Recentemente, vimos, no Rio de Janeiro, a catástrofe que ocorreu em Friburgo e em Teresópolis. E vimos um pouco da precariedade do atendimento em emergência. Muita vontade, solidariedade, apoio, coisa que não falta na sociedade brasileira, mas às vezes falta material básico para atendimento – às vezes, uma bota, uma ferramenta, um helicóptero, uma forma de retirar.

E entendo que, na medida em que se geram recursos com a produção de eletricidade, parte desses recursos pode ser utilizada para melhorar as condições de atendimento numa emergência. É fundamental isso.

Os raios de evacuação certamente vão ser rediscutidos e não só aqui no País, mundialmente, porque, vamos dizer, há um padrão internacional de que, até cinco, evacua-se e, de cinco a quinze, faz-se a abrigagem.

Demonstrou-se, claramente, agora, a necessidade de evacuar até vinte quilômetros e de se fazer a abrigagem de até vinte a trinta quilômetros. Não tenho dúvida de que isso é um ponto de discussão não só no País, como internacionalmente. E vamos adotar, certamente, essa nova regulamentação.

Uma outra questão que vai ser revista é a da estanquiedade dos geradores *diesel*. É inaceitável que se reproduza, em qualquer uma das 440 usinas ao redor do mundo, em particular, nas duas usinas, o mesmo problema, seja por uma onda, seja por um deslizamento de terra, pelo que for. Esses geradores têm de estar operados. E, se não estiverem, tem de haver alguma outra fonte que garanta a alimentação elétrica. Isso é fundamental, é um dos pontos que vejo.

E existe a questão dos depósitos de rejeitos radioativos de média e baixa atividade.

Esta Casa tem uma lei aprovada, atribuindo à Comissão Nacional de Energia Nuclear a responsabilidade pelo projeto e pela construção do depósito de rejeitos radioativos de baixa e média atividade. Não sei exatamente o ano, mas, se não me engano, é alguma coisa entre 2005 e 2007. Seria bom que fosse analisado.

A pergunta é – deveria até estar aqui o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear –: a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem condições, seja financeiras, seja de capacidade técnica de projeto, de executar o que esta Casa aprovou? Essa é a pergunta. Há orçamento? O orçamento tem sido...

Então, acho que o momento é agora. Ou seja, não é uma discussão sobre fazer, os senhores já mandaram fazer: cumpra-se. Então, parece que há razões, e não vou falar aqui em termos da Comissão Nacional de Energia Nuclear, não me cabe fazê-lo, mas isso deve ser de imediato cobrado. E não é preciso fazer nada, já está pronto, já está feito.

Quanto a depósitos de rejeito radioativo de alta radioatividade, o procedimento adotado é o adequado. É melhor deixar lá do que levar para outro canto, até porque, durante um tempos, eles têm de ficar lá para serem resfriados. Há o problema de transportes, tem-se de definir o local. Então, é o que se faz internacionalmente. A rigor, a rigor, ainda não existe, para as 440 usinas, um depósito, exceto na Finlândia, que já tem um em andamento, e nos Estados Unidos, que têm um em construção, mas que foi paralisado, quando o Presidente Obama entrou no governo, por uma razão de fazer um estudo de reutilização dos rejeitos radioativos. Porque rejeitos radioativos é como um lixo, citado pelo Pinguelli,. Na realidade, ele é energético. Ele poderia ser utilizado para gerar mais energia. Mas, para não haver a proliferação, definiu-se que o seu uso em armas nucleares não pode ser reprocessado. Então, para não ser reprocessado, ele passa a ser um lixo, em vez de ser um produto energético.

Essa discussão está hoje no plano internacional, de como fazer esse aproveitamento.

Eu teria destinação para o rejeito de Angra, facilmente, para ser utilizado em reatores. E não entendam aqui má-fé no que vou falar, mas os nossos rejeitos poderiam ser aproveitados nos reatores da Argentina. Talvez os argentinos queiram receber os nosso rejeitos. Mas, há uma complementaridade entre os reatores do tipo do Brasil e os da Argentina. A Coréia faz isso. A Coréia pega os reatores do tipo PWR e bota num reator Candu, e queima quase até a sua exaustão.

São decisões tecnológicas; não acho que devam ser aprofundadas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Chega ao ponto – desculpe professor – de ele virar, por exemplo, uma radiação muito pequena, tipo radioisótopo?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Não, ele ainda vai ter uma atividade, só que reduz o seu tempo de armazenamento geológico permanente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas ele poderia ser usado, por exemplo, numa otimização, como um radioisótopo para a medicina?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Poderia, poderia. Dentro do reprocessamento, o césio, que é produzido, que saiu para a atmosfera, pode ser usado em bombas para tratamento de câncer, como é o caso do césio de Goiânia. Era uma bomba – bomba que eu digo é um recipiente que blinda aquela fonte radioativa – que é utilizada para tratamento de câncer. Radioatividade tem essa característica. Em baixas doses, ela pode curar; em altas doses, pode matar.

Então, temos é que nos preparar para não permitir que a exposição da radioatividade atinja a população em torno da usina.

Os meus três pontos são esses: cobrem a questão dos geradores *diesel*, demonstrem claramente que eles estão estanques, que não há possibilidade alguma de violação no pior caso; e, se houve, que também pode ser que não tenha como, estabeleçam propostas alternativas – não sei – botem estações móveis de geradores *diesel* no alto da serra, que passa por cima da usina – a onda jamais chegará lá.

Segundo, a questão dos depósitos de rejeitos de média e baixa atividade: façam cumprir o que já foi aqui decidido.

E, quanto à discussão do plano evacuação, entendo que isso será uma discussão internacional, e o Brasil adotará, certamente, essas novas resoluções.

Quanto ao Senador Crivella – já tivemos oportunidade de discutir também vários outros assuntos – digo o seguinte: infelizmente, nessa área de geração de energia, todas as fontes têm algum impacto ambiental. Não tem como fugir disso. A nuclear ressurgiu pela questão do aumento da temperatura do planeta, que é um caso concreto. Eu, quando garoto, tinha medo de o mundo acabar numa guerra nuclear. Hoje, mais velho, tenho medo de o mundo acabar num grande número de catástrofes naturais.

Então, a nuclear saiu do foco da destruição para ser uma solução. Por quê? No círculo completo de vida, ela é a segunda que menos emite gases de efeito estufo. A que menos emite é a hidrelétrica, que também emite. E a segunda que menos emite é a nuclear. A eólica e a solar, por mais difícil que seja de entender, elas têm uma contribuição grande, porque elas são limpas no seu fim mas, no seu meio, envolvem processos altamente emissores de CO2 e de gases de efeito estufa. Então, esse balanço é que fez a nuclear ressurgir, a ponto de ter 65 novas usinas. Mas isso não é definitivo porque acidentes como esse abalam, certamente, a confiança da sociedade e ela vai questionar se aquilo é ou não o que ela quer.

Acho que o Brasil tem opções suficiente durante um bom tempo, caso que não ocorre em outros países, como o a França, o próprio Japão. O Japão não tem recursos hídricos, importa carvão e vai precisar da nuclear, porque precisa da energia elétrica. Esse é um balanço que a sociedade tem que fazer. É o tal do risco consentido. O automóvel mata 25 mil pessoas por ano, mas nós andamos de carro para cima e para baixo; é o risco que nós consentimos. É evidente que há pessoas que sequer têm automóvel, sequer andam e assumem esse risco, podem ter até as consequências, mas a sociedade faz essas opções ao longo da sua história. O ideal seria que não tivéssemos nenhum desses problemas e trabalhássemos sem usar a eletricidade, não ter ar condicionado, viver uma vida diferente da que, digamos assim, nos foi posta como opção.

Então, essa é uma decisão política que envolve diversos conceitos e não acho que seja simplesmente definir essa ou aquela tecnologia em função do seu risco. É um balanço que tem que ser feito.

Mas, concordo com o senhor no sentido de que mesmo outras fontes que são, em princípio, menos impactantes no caso de um acidente, podem levar a um grande nível de destruição, dependendo dos acidentes naturais que ocorrerem. E as mudanças climáticas estão levando a isso. Não quero dizer que a questão ocorrida no Japão ... Ali já há um outro problema, a questão da estabilidade geológica, o fato de estar na ponta da placa tectônica que leva a ter uma magnitude.

Agora, é impensável um terremoto de 8.9 na Richter seguido de um *tsunami* de 10 metros de altura. Poucas instalações dentro do Japão resistiram a isso. Usinas, instalações industriais, refinarias, nós vimos nas fotos refinarias destruídas e pegando fogo. Indústrias químicas que, certamente – e não estamos falando nesse aspecto agora –, terão impactos dentro do meio ambiente.

Então, resumindo, queremos o benefício, mas, às vezes, ficamos relutantes em pagar o preço. Essa é uma decisão da sociedade brasileira; tem que ser feita, e os senhores sendo os representantes devem discutir e aprofundar essas questões.

Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Agradeço o Professor Luiz Pinguelli, o Professor Aquilino Martinez, a presença dos Srs. Senadores, dos Srs. Assessores.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dois de março de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **(Marta Suplicy),** presidente eventual**,** reúne-se

a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Lídici da Mata, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Gilvam Borges, Wilson Santiago, Ciro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Marinor Brito.** Os Gabinetes dos Senadores Cristovam Buarque e João Alberto Souza encaminharam à mesa documento justificando as ausências de Suas Excelências. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único – Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2011/2012.** A Senhora Presidente convida os Senhores Senadores a votar e distribui as cédulas de votação, em seguida é procedida à votação. A Senhora Presidente convida os Senhores Senadores **Paulo Davim e Mozarildo Cavalcanti** para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente o Senador **PAULO PAIM** com treze votos sim, zero votos não e zero abstenção e para Vice-Presidente a Senadora **ANA RITA** com treze votos sim, zero votos não e zero abstenção. A Senhora Presidente declara eleitos para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente o Senador Paulo Paim e Ana Rita. A Senhora Presidente passa a Presidência ao Presidente eleito e convida-o bem como a Senhora Vice-Presidente eleita a tomarem assento à mesa e fazerem suas considerações. O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente eleitos agradecem os votos recebidos e fazem suas considerações iniciais. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Marta Suplicy, Sérgio Petecão, Ana Rita, Pedro Simon, Marinor Brito, Paulo Paim, Ana Rita e Paulo Davim. O Senador Sérgio Petecão requereu verbalmente para que a CDH tratasse do assunto acerca da situação de dezenas de haitianos que buscam nova vida no Brasil. Informou que há centenas de pessoas sem comida e sem ter onde dormir. Os primeiros 300 haitianos que conseguiram chegar ao Acre, no mês passado, ainda esperam o visto de entrada no Brasil em um ginásio de esportes da cidade de Brasiléia, a 280 quilômetros de Rio Branco. Outros haitianos não conseguem entrar no Brasil, e por este motivo montaram acampamento na cidade de Iñapari no Peru fronteira com Assis Brasil, no Acre. Os haitianos não têm condições financeiras para voltar e foram impedidos de seguir viagem. O Senhor Presidente Paulo Paim solicitou ao Senador Sérgio Petecão que encaminhasse um requerimento de Audiência Pública. O Senador Pedro Simon faz encaminhamento para que fosse aprovado voto de louvor em homenagem à Ministra Maria do Rosário e que fosse transcrito o pronunciamento da Ministra na 16ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. O Senhor Presidente Paulo Paim solicitou ao Senador Pedro Simon que encaminhe requerimento à Secretaria da Comissão. O Senhor Presidente Paulo Paim informou aos membros da CDH que convocará reunião administrativa para tratar da pauta de trabalho no ano de 2011. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Declaro aberta a primeira reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa extraordinária da primeira sessão legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Presidente: Senador Paulo Paim; Vice-Presidente: Senadora Ana Rita.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, podemos proceder à votação em escrutínio secreto.

A Presidência esclarece que, uma vez que a votação é secreta, não haverá encaminhamento de voto nem declaração de voto, nos termos do *caput* do art. 310 e do parágrafo único do art. 316 do Regimento Interno.

Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias para que exerçam seu direito ao voto.

Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Senador Wellington Dias. *(Pausa.)*

Senador Petecão. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senador Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Senador Gilvam Borges. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Petecão.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Srª Presidente Marta, na verdade, o assunto que gostaria de levantar e que gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Comissão está afligindo todo o Estado do Acre. É um assunto público e notório que, inclusive, já foi debate no plenário do Senado pelo Senador Aníbal Diniz.

Refiro-me à situação dos haitianos que estão chegando ao nosso País pelo Peru. Agora, o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, proibiu a entrada desses haitianos. Estão lá mais de 200 haitianos vivendo em condições sub-humanas, crianças, mulheres. A informação que nos chega de uma comissão feita lá no Estado é que as pessoas estão doentes, com cólera. Chegam-nos informação de que há pessoas até com doenças mais graves.

Então, penso que esta Comissão poderia ter a iniciativa – e aqui fica este nosso requerimento verbal – de tomar providências, porque a situação lá é muito grave.

Hoje há uma notícia aqui, no jornal do meu Estado – a nossa assessoria passava aqui –, e o Itamaraty inclusive já está a par do assunto. Estamos mobilizando, a Assembleia Legislativa está mobilizando um número grande de Deputados estaduais, que estão indo até a fronteira para fazer uma visita *in loco*.

As informações que nos chegam, Presidenta Marta, são as de que a situação lá na fronteira, na cidade de Assis Brasil, é de calamidade. Então, fica aqui o meu apelo a esta Comissão. Eu gostaria que este meu depoimento fosse levado como um requerimento para que esta Comissão possa agir, interferir nesse assunto, que, entendo, é da maior gravidade.

É só isso, Srª Presidente, por enquanto.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Assim que nós tivermos a eleição completa, esse requerimento será encaminhado ao Presidente, Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Presidente. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É realmente de grande preocupação nossa, dos brasileiros, que, após tanta cooperação que tivemos no Haiti, fiquemos agora com a situação de não ter capacidade de acolher os refugiados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois é, a avaliação que eu faço é a de que de repente o Brasil gasta fortunas para deslocar o Exército a fim de dar apoio aos haitianos e, quando eles estão aqui, na nossa fronteira, batendo na nossa porta, toma-se a decisão de fechar e não dar guarida, não estender a mão a essas pessoas que hoje, todos nós sabemos, passam por situações muito difíceis.

As condições, Presidenta Marta, que eles estão vivendo em território peruano dizem que são condições subumanas. Até crianças estão lá! Inclusive, faleceu um rapaz que fazia parte desse grupo.

Obrigado pela sua atenção e pela sua sensibilidade.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Esta Comissão de Direitos Humanos vai ter muito trabalho, porque a questão palpita no Brasil todo. Nós tivemos recentemente um pronunciamento muito, muito forte, bonito, sensível e, principalmente, com grande peso, da Ministra Maria do Rosário. Recentemente. E eu até gostaria que esse depoimento, esse discurso da Ministra fosse transcrito aqui nos Anais da nossa Comissão de Direitos Humanos, porque mostra realmente a direção que o Brasil imprime agora à condição dos direitos humanos, o que vai dar um protagonismo muito diferenciado ao nosso País.

O nosso País ainda vive problemas muito sérios, como o trabalho escravo, mas, principalmente nessas últimas semanas, nós temos vivido pesquisas que mostram a questão da violência contra a mulher. São alguma coisa tão recorrente à nossa fala os escândalos nos jornais, o desrespeito, que em certos momentos eu fico até constrangida em verbalizá-los, porque parece que a gente não tem outro assunto. Mas é um assunto tão inadmissível estarmos em plena segunda década do século XXI e falarmos ainda do espancamento feminino e de como isso, em vez de melhorar, piora no nosso País! Mesmo com a Lei Maria da Penha, que tem uma aprovação tão grande da maioria da população brasileira, o espancamento continua. Às vezes, penso que ele continue, ou não é que ele aumente, mas é que as mulheres estão mais fortes para irem às delegacias denunciar. Aí dá para ver o tamanho do subterrâneo que existe no nosso País.

Continuando a votação, agora o Senador...

O SR. ? ( ) – Anuncie o voto da Senadora, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O voto da Senadora Ana Rita, que já votou.

Agora o voto do Senador Wellington Dias. (*Pausa.*)

O voto do Senador Crivella. (*Pausa.*)

Ah, não é da Comissão? Não é Suplente também? Ou é?

Esse eu já chamei. Paulo Davim chamei, mas ele não estava.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras nesta primeira reunião, reunião de instalação da Comissão de Direitos Humanos, e fazer coro ao pedido do Senador Petecão com relação à população haitiana, às pessoas hoje doentes e necessitando, realmente, do nosso envolvimento, mas também quero,

aqui, destacar uma questão extremamente importante, Senadora Marta, que V. Exª também lembrou, que é a questão da mulher.

Esta Comissão, com certeza, vai cuidar muito, vai debater, aqui, a violência contra a mulher, que, a cada dia que passa, no nosso País, infelizmente, tem aumentado, mas também precisamos debater, aqui, a questão da Lei Maria da Penha, porque corremos um grande risco de ter retrocesso na Lei Maria da Penha. A Lei Maria da Penha é uma grande conquista, fruto de uma luta de muitos e muitos anos das mulheres, fruto, com certeza, inclusive da vida de muitas mulheres.

Então, esta Comissão não pode se furtar, de forma alguma – com certeza não irá se furtar –, no sentido de fazermos esse debate, no sentido de apoiarmos os movimentos que lutam em defesa dos direitos das mulheres, contra a violência. Nós precisamos eliminar de vez a violência contra a mulher no nosso País. A Lei Maria da Penha é um grande instrumento e não podemos correr o risco de ter retrocesso nesse sentido.

Inclusive, este é o mês de março, o mês dedicado à luta das mulheres. Tivemos, ontem, aqui no Senado, uma sessão do Congresso, com a participação extremamente positiva das mulheres Senadoras, das mulheres Deputadas e de várias outras mulheres, representando vários segmentos da sociedade, vários setores da nossa sociedade. Vimos como foi importante aquela sessão, no sentido de reforçar a nossa luta, de reforçar o nosso compromisso como mulheres, em defesa da Lei Maria da Penha e em defesa dos direitos das mulheres.

Esta Comissão também não pode se furtar, e com certeza tem isso como pauta, para que possamos defender os direitos humanos e irmos contra todo tipo de discriminação contra as pessoas. Então, precisamos cuidar disso.

Acho que a nossa Comissão tem um imenso trabalho pela frente, tem uma pauta bastante extensa e nós acreditamos muito que os companheiros e as companheiras que fazem parte desta Comissão, com certeza, irão contribuir muito com esse debate, articulando sempre com as políticas sociais do nosso Governo, em defesa dos direitos humanos, agindo de forma articulada com os nossos Ministérios, com o Ministério dos Direitos Humanos, o Ministério das Mulheres, o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde, o Ministério da Cultura, enfim, para que possamos, de fato, assegurar aquilo que é básico para a nossa população, aquilo que é direito de todos, é direito da criança e do adolescente, direito do idoso, das pessoas com deficiência, de todos os setores, de todos os segmentos de nossa sociedade.

Quero, aqui, colocar-me à disposição, quero cumprir o meu papel de forma digna e quero ser uma parceira, uma aliada nessa luta.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª o será, certamente, Senadora Ana Rita, futura Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Chamo à votação a Senadora Lídice da Mata.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu peço a palavra, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por favor, um papel de votação para o Senador Cyro Miranda.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu peço a palavra, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Cyro Miranda, por favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Srª Presidente, quero dizer que é com muita satisfação que estou nesta Comissão. É a primeira vez que pertenço a ela. Na direção do PMDB, houve uma reformulação, e gente muito nova, muito competente chegou, e nós os velhos, que não damos conta, saímos das chamadas comissões importantes, que são a Comissão de Justiça, a Comissão de Reforma Política e a de Assuntos Econômicos. Para mim, é uma alegria muito grande vir para esta Comissão, que, de certa forma, não se sabia o que ela iria fazer, qual era seu destino, qual era seu objetivo. Até que o Senador Paulo Paim veio para a Presidência. Primeiro, pela competência dele. Ele marcou as reuniões para às sete e meia da manhã. Sete e meia da manhã...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – *(Fora do microfone.)* Há dois anos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Um horário que... Sete horas, sete e meia da manhã mostra que o Senado quer trabalhar. Ele pode trabalhar. Por que ele marcou para as sete e meia da manhã? Vamos ser objetivos. Porque às sete e meia da manhã não tinha nenhuma outra comissão, então a TV Senado transmitia. Quer dizer, a Comissão de Justiça é às dez horas, ela tem preferência; a Comissão de Economia é às dez horas, ela tem preferência; não havia espaço nenhum, qualquer chance de a Comissão de Direitos Humanos ser apresentada ao vivo na televisão. Mas às sete e meia... E com o fato de fazer às sete e meia ele tomou uma segunda posição: ele trouxe toda a sociedade ligada aos Direitos Humanos para

vir debater na Comissão. Eu acompanhei de manhã cedo. Não vinha porque sou preguiçoso, mas ligava a televisão para assistir. Os melhores debates, os mais importantes, as pessoas que tinham mais significado sobre as questões de Direitos Humanos vieram aqui. E passou a ser algo importante. Ele mudou. Agora até não sei se vai conseguir às sete e meia porque está todo mundo querendo também. Daqui a pouco, vamos começar às seis horas da manhã. Mas o Senador Paim fez um grande trabalho e esta Comissão desempenhou um grande trabalho. Talvez nunca, como hoje... Claro que é um outro sintoma, não é mais a ditadura em si, é a nova democracia. Esta Comissão tem uma grande importância.

Nesta primeira fala, digo que é com muita alegria que estou aqui para votar no Paim. O Senador Paim é o único negro no Congresso Nacional. Aí a turma diz: "Não, mas é que o povo brasileiro ainda é racista, não coloca negro". Mas muitas pessoas dizem diferente, que o Paim ocupa tanto espaço que não dá lugar para mais nenhum negro, porque só ele já ocupa metade do Congresso. Ele, metade, e os brancos, a outra metade. Mas faço questão de dizer do orgulho que tenho pela luta, pela garra, pelo desempenho do Paim.

Primeiro, eu queria propor para votar, quando puder ser votado, um voto de louvor à Ministra Maria do Rosário. Eu acho que foi sensacional a atuação dela. Olha, foi sensacional a atuação dela. Primeiro, porque a vida é cheia de circunstâncias. Querermos agora analisar o Governo do Lula naquela hora em que ele debateu aquelas questões naquela região, era uma época, há cinco, seis anos... Hoje, nós estamos vivendo um novo momento. Então, neste novo momento, a Presidente... E se enganam os que, da imprensa, querem fazer intriga de que a Presidente está indo por um caminho diferente do Presidente Lula, porque a circunstância agora é outra e ela está querendo mudar o eixo. Não, eu acho que a Presidente Dilma está na mesma posição, apenas diante da nova realidade.

E nesse sentido a Maria do Rosário foi sensacional, ela foi sensacional. Falou a Srª Hillary Clinton: "democracia, liberdade", "temos que garantir", "temos que não sei o quê", "temos mais não sei o quê". Aí falou a Maria do Rosário: "É verdade, isso temos que fazer; agora, vamos deixar claro: os Estados Unidos e a Europa, conforme o momento, eles estão desse lado e estão do lado de lá. Lá no nosso eixo sul, da América, eles garantiram e sustentaram a ditadura no Brasil, no Chile, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai". Isso ela disse com todas as letras. E nesses países, agora, Kadafi, não sei o quê, o Egito, eles estão tomando essas posições, nesses 42 anos que ele está na Líbia, os americanos dão cobertura, os franceses deram cobertura, ele está lá pelos interesses dele de petróleo, regionais, eles estavam lá.

Acho que a Maria do Rosário foi de uma felicidade nota mil, porque ela, quando se pensava, a imprensa noticiava: "Vamos ver como será o discurso da Ministra, como ela vai explicar a mudança de posição do atual Governo com relação ao Governo do Lula". Ela foi, falou e mostrou o contrário, o problema da Srª Hillary Clinton e do embaixador francês, que, esse sim, tem que explicar a mudança de posição.

Eu convidaria que ela viesse aqui, para expor essa nova realidade, para que pudéssemos tomar conhecimento dela. E eu acrescentaria, dou o meu voto de louvor muito profundo pelo trabalho que ela fez ontem.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada pelos comentários, Senador Pedro Simon. Acredito que esta Comissão terá muito trabalho, e uma pessoa com a sua experiência vai poder acrescentar muito à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Sorte nossa, o senhor agora estar na nossa Comissão!

Chamo a Senadora Marinor e o Senador Mozarildo Cavalcanti para votarem.

Já temos o número regimental. Encerrada a votação, convido os Senadores Paulo Davim e Mozarildo Cavalcanti para serem os escrutinadores.

Por favor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senadora, eu posso falar depois, mas eu não gostaria de deixar de me pronunciar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só regimentalmente, deixa eu só perguntar uma coisa: eles podem ir tirando os votos e a Senadora falar ou enquanto se escrutina ninguém fala? (*Pausa.*)

Pode.

Então, pois não, eles vão dando os votos e vamos escutando a Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É que eu queria declarar publicamente o meu voto ao Senador Paim e dizer da minha alegria enquanto militante da esquerda socialista desde o início da década de 80 e militante também da área dos direitos humanos; dizer da minha alegria de poder compor neste momento esta Comissão, que, apesar de ser uma comissão recente, com um peso importante no Senado, é a única Comissão, na minha opinião, que consegue congregar e expressar a luta real dos movimentos sociais e organizados no Brasil.

Isso para mim tem um simbolismo porque, eu que luto por democracia, por justiça, por liberdade, eu que estou me movimentando junto com meu compa-

nheiro Randolfe aqui no Senado Federal para que a gente consiga influenciar de alguma forma na reforma política, para que os mecanismos de democracia direta, Senador Pedro Simon, sejam ampliados e para que cada vez mais a democracia participativa possa expressar o sentimento do povo brasileiro, sobretudo dos que lutam, dos que vivem a situação do preconceito, da ameaça, da vulnerabilidade social, eu não poderia deixar de declarar o meu voto ao Senador Paim, por sua brilhante história de luta à frente dos movimentos sociais, pelo valor político e simbólico de sua expressão pública.

Eu lhe digo, Senador: estou muito orgulhosa mesmo. Acompanho V. Exª já de muitos anos, já fui militante do PT, já morei no Rio Grande do Sul, numa época de efervescência de lutas sociais, quando V. Exª comandava muitas delas por lá. E continuei cativa, na TV Senado, acompanhando toda essa movimentação. E, neste momento, em que vamos ter a oportunidade aqui de atuar junto com os movimentos sociais para enfrentar os problemas, a vulnerabilidade social em que vivem as crianças e os adolescentes, em que vamos tentar firmar a cidadania LGBT, em que vamos tentar enfrentar o problema do tráfico de seres humanos, estou pedindo uma CPI ao Senado e espero que esta Comissão seja um aporte político para esse trabalho. Aqui, vamos ajudar a consolidar algumas políticas e afirmar algumas legislações na defesa dos direitos das mulheres, dos povos indígenas, das populações tradicionais brasileiras.

Quero me colocar à inteira disposição não só do Presidente da Comissão, mas de toda a Comissão, para interagir Brasil afora no que houver de necessidade. E estou feliz também por ter a Senadora Ana Rita como Vice. Conheço a Senadora há pouco tempo, mas já estou acompanhando o seu empenho, coletando assinaturas, militando, porque quem está nesta Comissão é militante de alguma causa, diferentemente das demais comissões – isso, sem menosprezo a nenhuma delas, porque eu também vou compor a Comissão de Educação, também estou na CAE. Mas acho que esta é a Comissão que tem um peso simbólico, e tem um peso na perspectiva de recuperar direitos e de avançar na conquista deles para o povo trabalhador.

Parabén, Senadora Ana Rita! Parabéns, Senador Paim! Contem com esta militante da esquerda socialista, da luta pelos direitos humanos. Espero poder compor a Subcomissão da Infância e da Adolescência, a Subcomissão de Enfrentamento do Trabalho Escravo, comissão que na gestão anterior teve um papel muito importante. À sua frente estava o Senador José Nery, que inclusive foi premiado pela Presidência da República pelos relevantes trabalhos, e foi graças ao papel que cumpriu, junto com seus pares, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, na Subcomissão de Enfrentamento do Trabalho Escravo.

Então, agradeço a oportunidade. Um bom-dia a todos e muito boa sorte para todos nós!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Encerrada a votação, temos o seguinte escrutínio:

Foi eleito Presidente da Comissão de Direitos Humanos o Senador Paulo Paim, com 13 votos SIM; nenhum voto NÃO; e nenhuma abstenção.

Foi eleita Vice-Presidenta a Senadora Ana Rita, com 13 votos SIM; nenhum voto NÃO; e nenhuma abstenção. (*Palmas*.)

Convido os eleitos a ocuparem seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra. (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadores e Senadoras, é com muita alegria que volto à Presidência da Comissão de Direitos Humanos. Eu a presidi há cerca de dois anos, e então passamos para o Senador Cristovam – que só não está aqui hoje porque se encontra hospitalizado –, que fez também um grande trabalho nesta Comissão.

De pronto, passaria a palavra para a Senadora Ana Rita, que é a nossa Vice-Presidenta; e, em seguida, usarei também da palavra, agradecendo, claro, a todos os Senadores e Senadoras pelos treze votos... Treze votos! Parece até coincidência, não é, Senadora? Pelos treze votos SIM, nenhuma abstenção, nenhum voto NÃO.

Senadora Ana Rita, estou muito feliz porque, como disse aqui o Senador Pedro Simon, acho que é a única Comissão do Senado que tem um negro na presidência e uma mulher como vice. Exatamente na Comissão de Direitos Humanos e, é claro, isso mostra o compromisso que temos com o combate a todo tipo de preconceito, a todo tipo de violência, e com a construção de um mundo melhor para todos.

V. Exª está com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Sr. Presidente, quero aqui agradecer imensamente a confiança que os Srs. Senadores e as Srªs Senadores depositaram em nós. Quero dizer que estou feliz por estar nesta Comissão e poder ocupar esta função como vice-Presidenta e também dizer que temos uma responsabilidade muito grande porque esta Comissão vai, com certeza, debater muitos temas extremamente importantes no que se refere aos Direitos Humanos.

Tenho uma história de militância nessa área. Atuei durante algum tempo em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Acho que aqui nesta Comissão vamos poder contribuir muito nessa área. Também sou militante do Movimento de Mulheres do meu Estado e

aqui temos uma responsabilidade como mulheres de também defendermos os direitos humanos das mulheres. Fui informada de que esta Comissão também tem uma subcomissão permanente das mulheres. Isso é muito importante porque vamos debater inúmeras questões relativas à vida das mulheres, não só o enfrentamento à violência, mas também a emancipação econômica das mulheres. Sabemos que se hoje existe violência contra a mulher e se ela está aumentando, uma das questões que nós precisamos enfrentar é a questão econômica. Muitas mulheres, hoje, que sofrem violência, muitas vezes deixam de denunciar quem comete a violência contra ela por dependência econômica ou do parceiro, ou do marido, do pai, Enfim precisamos aprofundar essa questão, debater essa questão. Acho que a Comissão tem inúmeros temas aqui, tem a questão do trabalho escravo e já tivemos oportunidade de participar de uma reunião e fazer parte da Frente Parlamentar contra o Trabalho Escravo. É inadmissível que num Brasil como o nosso, tão rico e caloroso como é, ainda existam pessoas trabalhando como escravos. Isso é inadmissível. Não é possível aceitarmos mais isso. Então, é importante que esta Comissão discuta realmente os temas, que tenha a capacidade de poder encaminhar as questões aqui levantadas. Mas, para isso vamos depender de todos os Senadores e de todas as Senadoras que compõem esta Comissão, dos membros efetivos, dos membros suplentes. É preciso que façamos um trabalho junto, articulado, um trabalho que, de fato, possa ser fortalecido a cada dia.

Quero me colocar integralmente à disposição, quero dar a minha contribuição. Tenho muito que aprender com os senhores, mas é preciso que também a sociedade participe desta Comissão. Esta Comissão precisa criar espaços de debates com a sociedade, é preciso dialogar com setores organizados da nossa sociedade para que possamos ouvir atentamente quais são os clamores da sociedade, do nosso povo, particularmente, quem sofre algum tipo de privação dos seus direitos.

Então, muito obrigada pela confiança. Quero dizer que estou feliz, parabenizar a todos os senhores e dizer que estamos juntos nessa caminhada.

Obrigada Senadora Marinor pelo seu carinho, pela sua referência e vamos estar juntas nessa luta, com certeza e junto com o nosso companheiro Paim, que para mim foi uma grande satisfação, uma grande alegria. Não é por acaso que estamos juntos aqui hoje, é porque temos uma luta em comum, temos muita coisa em comum e junto com todos os senhores faremos um bom trabalho, com certeza.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Parabéns Senadora Ana Rita. Quero agradecer à Senadora Marta Suplicy, que presidiu a sessão.

Quero dizer, Senadora Marinor Brito, que já recebi seu documento, pedindo – essa é sua intenção; é claro que o documento será submetido à apreciação do Plenário, mas, com certeza, contará com o apoio de todos os Senadores – autorização para que V. Exª esteja à frente da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso.

Quero dizer que essa Subcomissão está muito ampla e que essa foi uma iniciativa nossa, porque entendo que a criança, o adolescente, o jovem e o idoso formam, como chamamos, um encontro de gerações. Não há por que haver uma Comissão isolada do idoso e outra Comissão da criança. A criança de hoje é o jovem de amanhã e o idoso de depois de amanhã. Então, é preciso haver políticas que trabalhem de forma conjunta, olhando desde a criança até o idoso. Não é possível criarmos uma Comissão da juventude, outra da criança, outra do idoso, outra do adulto, outra do trabalhador. Por isso, na época, caminhamos nesse sentido. Estou muito feliz com sua iniciativa. Pode contar com nosso total apoio. Faremos esse encaminhamento.

Quero dizer também que a Senadora Marta Suplicy já encaminhou pedido a esta Comissão para que fosse Relatora do PL nº 122. Neste momento, em que assumo a Presidência da Comissão, já estou encaminhando, então, o seu pedido, para que V. Exª possa relatar o PL nº 122. Já conversamos um pouco a respeito disso. V. Exª pretende construir, tenho certeza, um relatório robusto. Que o construa na linha do entendimento, em torno da liberdade e dos direitos de cada homem e de cada mulher neste País. Sempre digo que a liberdade de diretos é a liberdade religiosa, é a liberdade de cada um de nós tocarmos nossas vidas. Naturalmente, V. Exª, que, como ninguém, conhece o tema, porque é uma estudiosa do tema, há de fazer um grande relatório sobre essa questão, garantindo a livre orientação sexual. Essa é nossa intenção, ao passar a relatoria a V. Exª.

A Relatora, na gestão passada, foi a Senadora Fátima Cleide, que me disse que gostaria muito que essa relatoria passasse às mãos de V. Exª. Aqui, há alguns pedidos de audiência pública sobre o tema. Faremos, naturalmente, as audiências públicas e vamos apreciar seu parecer, com certeza absoluta. V. Exª tem a palavra se quiser falar alguma coisa nesse sentido.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Exª a concessão da relatoria do PL nº 122, que combate a homofobia. Tenho a certeza de que, juntos, poderemos fazer um trabalho que sensibilizará não somente a sociedade civil, mas também as

Senadoras e os Senadores, porque vamos depender deles essencialmente.

Parece-me, por todo o trabalho desenvolvido anteriormente pela Senadora Fátima Cleide, que o assunto já tem um caldo na Casa e, já há muito mais tempo, na sociedade. As pessoas reconhecem que o combate à homofobia é uma questão de respeito ao ser humano, à cidadania. Não podemos mais viver situações não somente de homicídios – este é o limite do que temos presenciado no País –, mas também de humilhação, de xingamento, de espancamento. Foi até uma grande surpresa para todos nós, que moramos na cidade de São Paulo, o espancamento ocorrido em plena Avenida Paulista. Quem viu o vídeo e não conseguia entender bem a necessidade de um projeto de combate à homofobia passou a entender o significado disso, porque o que estava ali era uma ação de ódio puro, de raiva pura, de preconceito puro. Nada tinha a ver com uma briga de bar, com uma briga na sociedade por causa de diferenças ou, às vezes, de bebedeira. Aquela foi uma ação que realmente escandalizou e indignou todos, quem era a favor e quem não era favor disso. Com isso, as pessoas perceberam o que realmente esse projeto significa.

Agradeço-lhe a relatoria. Vamos trabalhar muito para que a Casa aprove esse projeto que tem repercussão, acredito, nacional e internacional bastante forte, principalmente neste momento em que a Ministra Maria do Rosário muito tem se empenhado na busca por esses direitos, tendo ido a São Paulo recentemente para criar o Disque Contra a Violência, para tratar de casos também relacionados aos homossexuais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora. Senador Paulo Davim, se V. Exª quiser a palavra claro que poderá usá-la, mas quero também informar que, em relação ao encaminhamento feito pelo Senador Pedro Simon, já vi aqui com a Mesa, a assessoria dele vai encaminhar o requerimento e vamos aprovar aqui, sim, na primeira reunião, o voto de louvor à Ministra Maria do Rosário pelo seu pronunciamento feito ao mundo e que teve repercussão em todas as esferas. Então, já fica acertado que a primeira votação que faremos, na primeira reunião deliberativa, será o voto de louvor à Ministra Maria do Rosário, e tenho certeza, porque conheço este Plenário, que será aprovado por unanimidade, oxalá seja!

Quero dizer também que tive a iniciativa de convidá-la – será um convite – e sei que todos vocês vão concordar, e ela já assumiu o compromisso de estar aqui na primeira reunião que houver para falar da sua visão de direitos humanos e a visão da própria Presidente Dilma. Naturalmente, vamos trabalhar em conjunto com o Ministério que ela preside, que é o Ministério dos Direitos Humanos, e vamos trabalhar em sintonia com essa política que ninguém pode ser contra, de combate à fome e à miséria da própria Presidente da República. Além disso, vamos fazer deste espaço, como alguns já propuseram aqui, uma trincheira de debates na busca de salvar os nossos jovens do *crack*, do combate às drogas.

Ninguém tem dúvida de que esta Comissão vai tratar de todos os temas que interessam ao nosso povo. E tem uma frase do Senador Cristovam Buarque, e me lembro dele porque neste momento porque S. Exª está hospitalizado, que é um militante desta Comissão, independente de ter sido Presidente na última gestão, qual seja: "Paim, para mim, esta é a Comissão mais importante do Congresso Nacional". E por que ele disse isto? Porque aqui, quando há um fato grave, como tem acontecido na área da saúde, é a esta Comissão que as pessoas recorrem. Em relação ao trabalho escravo, não tem como não lembrar do Senador José Nery e o brilhante trabalho que S. Exª fez. Ele é um lutador e recebeu diversos prêmios, dentro e fora do Brasil, por um trabalho que fez aqui na Presidência da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Estou muito tranquilo do trabalho que faremos aqui. Mesmo quando falamos em educação, estamos falando de direitos humanos, porque é direito de cada cidadão ter acesso à saúde, ao trabalho, à educação, enfim, às mais variadas áreas. E como dizia o Senador Cristovam Buarque, aqui vamos poder discutir.

Mas há um outro fato que não é quase lembrado e considerado pela própria sociedade brasileira: esta Comissão é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Qualquer cidadão que quiser entrar com um projeto de lei, pode fazê-lo via esta Comissão. Ele faz o debate em uma entidade nacional e esta entidade vem aqui e o encaminha. Está aqui o meu amigo José Augusto, por exemplo, da Confederação Brasileira dos Comerciários. Um cidadão do comércio vai à Confederação, faz o debate – vamos explicar direitinho nas próximas reuniões – e poderá aqui entrar, junto com a Confederação, que é uma entidade nacional, com um projeto de lei que entenda ser importante para o povo brasileiro.

Assim, vamos fortalecer a política de direitos humanos e vamos fortalecer também esse outro espaço, que é a legislação participativa, que permite que a sociedade entre com projetos, via qualquer entidade nacional. E uma vez aqui encaminhado, é acatado, indica-se um Relator, e se aprovado na Comissão, começa a tramitar normalmente no Senado da República.

Mas no meio da minha fala, quero ouvir o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Quero dizer a V. Exª da minha alegria de estar nesta Comissão e quero parabenizá-lo e também a Senadora Ana Rita.

Acho que foi uma escolha inteligente e justa, pelo trabalho que V. Exª desenvolve ao longo da vida política, da vida parlamentar.

Na verdade, o tema "direitos humanos" entrou na minha vida de uma forma meio atravessada, muito mais pelo destino do que por escolha. No meu primeiro mandato como Deputado Estadual, no Rio Grande do Norte, ninguém queria ir para a Comissão de Direitos Humanos. E aí foi necessário um sorteio. Nesse sorteio, fui sorteado e fui para a Comissão de Direitos Humanos. É aquela visão de que as comissões importantes são a Comissão de Assuntos Sociais, a CCJ; é aquela coisa que sabemos que há: uma procura muito maior do que a oferta.

Enfim, entrei na Comissão de Direitos Humanos, eu e outros bravos companheiros que foram bafejados pela sorte, assim como eu. O fato é que, lá chegando, ninguém queria assumir a Presidência, e fui ungido à condição de Presidente, por falta de candidato.

Assumi a Presidência, Senador Paim, e resolvi dinamizar a Comissão. Os senhores sabem que sou médico militante. Não sou bacharel em Medicina, sou médico de verdade. Tenho 26 anos de estrada já, como médico, trabalhando em UTI, em hospitais públicos e privados também; tenho clínica e tal. E uma das coisas que mais me incomodavam – tenho uma história de militância sindical, fui do Sindicato dos Médicos, da Associação Médica, do Conselho de Medicina, da Fenan, da AMB, enfim, passei por essas estradas todas – e que me incomodam até hoje, até porque o problema não foi resolvido, são as filas e os corredores. Na verdade, instituiu-se a internação em corredor de hospital.

Antigamente, ficar no corredor de hospital era uma coisa terrível, o céu vinha abaixo. Mas, depois – V. Exªs sabem – o ser humano, que tem uma capacidade de acomodação muito grande, foi-se acomodando. Hoje em dia, existe até o médico do corredor, aquele que vai lá, que coloca a pessoa para sentar na maca nº 3, do corredor direito, da ala nº 4. Então, é assim, esse é o endereço do paciente.

Isso sempre me incomodou. Venho lutando com isso, ao longo dessa minha vida médica, intensamente. É uma luta inglória, mas não perco a esperança. Acho que um dia vamos conseguir acabar com essa condição subumana, que é uma coisa terrível.

Pois bem, na Comissão, na época em que eu estava na Comissão de Direitos Humanos, houve um problema nas cirurgias cardíacas infantis, no meu Estado. E, mais uma vez, levantei essa bandeira, até porque sou cardiologista, e fiz um trabalho... Mobilizei a sociedade. Nos hospitais privados que operam a cirurgia cardíaca – aliás, a cirurgia cardíaca só é operada em hospitais privados lá, porque os públicos não têm estrutura para isso; então, são os hospitais conveniados com o SUS que operam.

Enfim, ficou-se naquele jogo de empurra, e resolvi levar para a Assembléia Legislativa: enchi as galerias com as mães e as crianças no colo. Fiz uma mobilização muito grande, o que me deu destaque grande e tal. E terminou que a Justiça nos ajudou e deu um prazo, parece-me que dois ou três meses, para acabarmos com aquela fila da morte, porque as crianças morriam mesmo, Senador.

Com criança é o seguinte: marca-se a cirurgia cardíaca para casos de cardiopatia congênita, e, quando se chega à data da cirurgia, se a criança está gripada ou com gastroenterite – isso é muito comum em criança, que adoece com frequência –, suspende-se a cirurgia, e a criança vai para o final da fila, esperar novamente ser chamada. Muitas delas morrem, e não chega o tão desejado dia.

Então, fiz esse trabalho, e finalmente conseguimos acabar com isso.

O fato é que, depois dessa legislatura como Presidente da Comissão, na legislatura seguinte, já não foi preciso mais sorteio, já apareceram candidatos, voluntários. E, mais uma vez, continuei, mas, dessa feita, por vontade própria.

Então, cheguei ao Senado na condição de suplente do Ministro Garibaldi.

A princípio me havia dito a Drª Claudia Lyra que, pela proporcionalidade, eu estaria fora, não tinha como, até porque sou o único Senador do Partido Verde; estaria fora. Aquilo me deixou um tanto quanto desanimado, triste, até porque eu gostaria de, humildemente contribuir com alguma coisa, e tal.

Enfim, procurei me inteirar e aí resolvi optar pelo bloco, liderado pelo PMDB, até porque o meu Partido fez a coligação, no meu Estado, com o PMDB. Então, achei prudente seguir nessa mesma linha. Conversei com o Senador e Líder, Senador Renan Calheiros, e disse-lhe que o meu desejo era o de figurar, se possível, em uma ou duas comissões. E, qual não foi minha surpresa, novamente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então, acho que é um carma, viu, Senador? Um carma bom.

Como eu disse há pouco, foi muito mais por destino do que por escolha. Mas estou feliz, estou fe-

liz porque tenho muito que aprender e tenho grandes professores.

V. Exª mesmo, eu lhe admiro, admiro o seu trabalhão. Lá no meu Estado, o seu nome é muito referendado, por seu trabalho. É um homem ético, com ideários fortes.

A Senadora Ana Rita, eu a conheci agora. Tenho absoluta certeza de que é do mesmo quilate do Senador Paulo Paim.

A Senadora Marta dispensa qualquer comentário. O Brasil inteiro conhece a Senadora, por seu talento, por seu trabalho, até porque comandou a maior capital do nosso País, e com sucesso, numa gestão maravilhosa.

Conheço todos vocês, até porque fui do PT. Saí do PT para o PV, então, tenho grandes amigos no PT. Às vezes sinto até saudade, viu, Senador, pela legião de amigos que lá deixei; são grandes amigos, realmente. Mas, estou feliz no PV; é outra causa muito interessante.

Estou aqui, são grandes professores, e quero contribuir. Estou feliz por estar nesta Comissão e quero parabenizá-lo mais uma vez pela eleição a presidente e parabenizar à Senadora Ana Rita também.

Muitas felicidades para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Agradeço a fala do Senador Paulo Davim. E, veja bem, essa questão do meio ambiente, por exemplo: não é que a gente vá aqui atropelar o trabalho que é feito em outras comissões, mas nós não temos como, numa comissão de direitos humanos, não lembrar o que aconteceu no Rio de Janeiro – mais recentemente. E tem tudo a ver com o meio ambiente e tem a ver com a vida das pessoas. Então, é uma questão também de direitos humanos sobre a qual poderemos aqui dialogar.

Estou muito feliz com a composição desta Comissão, por todos os Senadores que a compõem. O Senador Pedro Simon me falava que ele quer atuar de forma mais presente na Comissão neste mandato. O Senador Cristovam, falei com ele no hospital, disse-me que estará aqui colaborando e que tem um carinho especial por esta Comissão.

Com certeza, faremos aqui um grande trabalho, combatendo todos os preconceitos. E, como foi dito aqui, esta Comissão é um espaço onde a sociedade civil tem voz. Às vezes a gente usa, num programa de ideias que eu tenho no Rio Grande do Sul, que se chama "Cantando as Diferenças", e uma das frases do programa é "O despertar das novas consciências". Mas é um programa que não trabalha com verbas, com dinheiro, com nada, só com ideias, e 322 prefeituras já aderiram a esse chamado programa "Cantando as Diferenças", onde nós falamos da questão dos índios, dos negros, dos brancos, da liberdade, da livre orientação sexual, da questão religiosa. Quantas vezes fizemos cultos ecumênicos de todas as igrejas, cada um colocando o seu ponto de vista, numa posição muito fraternal e combatendo, como eu digo sempre, qualquer tipo de preconceito.

Para nós vai ser muito importante conseguir, juntos, fazer esse trabalho, onde todos olhem para o conjunto da população brasileira com a única intenção de fazer com que esta Comissão seja o espaço onde eles terão oportunidade de trazer as suas demandas, dialogar conosco e ver aquilo que, claro que dentro das limitações da Comissão, podemos fazer.

Com esse objetivo, neste primeiro momento – falei há pouco com a Senadora Ana Rita, mas não falei com todos – sugiro que a nossas reuniões, até porque terças e quartas-feiras pertencemos a outras comissão, e são a maioria das comissões, sejam marcadas para as manhãs das quintas-feiras.

Normalmente as reuniões de debates se iniciam às 9h e a votação, geralmente, ocorre depois das 10h. Mas os Senadores terão oportunidade de dialogar nesse período.

E temos, também, um outro espaço às terças-feiras, no horário de meio-dia. Então, a minha intenção, se os senhores concordarem, é na próxima quinta-feira, numa reunião nossa da Comissão, e dialogarmos sobre um plano de trabalho, porque seria muito fácil para mim, porque já trabalhei aqui nesta Comissão dois anos como presidente, mais dois com o Cristovam, apresentar aqui um plano de trabalho. Acho que o ideal é nós sentarmos, e eu proporia que fosse já na próxima quinta-feira, e dialogarmos. Então, na próxima quinta-feira, às 9h nos dialogarmos sobre a construção ... *(Manifestação fora do microfone.)*

Então, faremos uma reunião informal na próxima quinta-feira, com quem estiver presente e com os assessores, os Srs. Senadores que não puderem estar presentes que peçam aos seus assessores que venham, para que possamos traçar um plano mínimo. E, na outra reunião é que vamos bater o martelo sobre o que poderemos fazer. Estou preocupado, e estou aqui expressando a minha preocupação, porque nesta quinta-feira é a do carnaval. Se nós conseguirmos com a assessoria, com algum Senador que estiver em Brasília, montar alguma coisa básica, na outra reunião vamos deliberar sobre o que efetivamente vamos fazer.

Quem quiser mandar contribuições poderá fazê-lo, e a minha intenção seria que fossem nas terças e quintas-feiras. Uma reunião seria de audiência pública e a outra deliberativa. Podemos discutir qual vai ser a deliberativa e qual vai ser a das audiências públicas,

porque eu mesmo votei um pedido aí de mais de 20 audiências públicas. Hoje mesmo aqui o Senador Petecão quer fazer uma audiência sobre os haitianos que estão chegando no Acre e estão tendo um problema enorme com a Polícia Federal. Há um pedido das pessoas com deficiência, tem também a das chamadas doenças raras, que já me pediram. Aqui tem algumas ainda da gestão passada que não foram encaminhadas e nem sequer votadas e que queremos avaliar com os Senadores. Há uma série de projetos terminativos que precisam de quórum de, no mínimo, dez Senadores e que, infelizmente, não foram votados durante o ano que passou.

Senadora Marinor.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Acho que vamos ter que fazer um pacto. Acho que todos que vieram para esta Comissão, vieram conscientes da importância que ela tem. Eu, pelo menos, na minha ordem de prioridade, a minha primeira escolha era a Comissão de Direitos Humanos, a segunda a Educação e em seguida a CAE, diferentemente da maioria das Senadoras e dos Senadores aqui. Mas, estou dizendo isso porque acho que se conseguirmos fazer um pacto e levantarmos toda a nossa pauta, acho que vamos poder fazer um planejamento de trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Essa é a intenção.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Tenho, por exemplo, necessidade de realizar audiências públicas em alguns lugares do Pará, como, por exemplo, na Ilha de Marajó, em que a situação é absolutamente horripilante, quando se trata de infância, quando se trata de crianças sendo vendidas, vulnerabilidade, pressão, enfim. Anapur, a cidade onde foi assassinada a irmã Doroty, e outras situações que têm a ver com a questão de meio ambiente, a questão da regularização fundiária, a questão da saúde, como disse o Senador aqui, mas que vão precisar ter o comprometimento de cada um aqui, para que nós realizemos uma audiência fora daqui, uma reunião fora daqui será necessário que tenhamos o mínimo de comprometimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exato, uma ajuda da assessoria, chama-se diligência. Uma diligência da Comissão de Direitos Humanos em regiões do País, onde entendermos, por delegação da Comissão, que está havendo desrespeito na questão dos direitos humanos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois é, então há muitas situações, muitas particularidades como essas no Amapá. E já várias demandas do

Então, queria que a gente pudesse mesmo, com esse compromisso, incorporar, a partir das nossas assessorias, uma equipe técnica que pudesse formar essa retaguarda e que nos possibilitasse fazer um planejamento em curto e médio prazos, pelo menos, considerando este primeiro ano e, depois, o segundo ano de trabalho desta Comissão. Penso que, assim, a gente vai poder ter um resultado mais positivo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor Brito; essa é a intenção.

Então, faríamos essa reunião não deliberativa ainda na próxima quinta-feira... Inclusive, acertaríamos aí se se faz toda terça e toda quinta, como é que se fazem as audiências públicas e como é que seria a reunião deliberativa; enfim, organizaríamos um plano de trabalho para todo o ano, até para que possamos, ao final deste, apontar o que gostaríamos que fosse o ano subseqüente. Assim, faríamos um plano de trabalho para o ano.

Vamos encerrar a presente reunião até porque a Comissão de Educação também, neste momento, está sendo instalada e também tenho que votar.

Agradeço a todos e reafirmo que meu compromisso com V. Exªs é trabalho, trabalho, trabalho, trabalho, Alvo: políticas públicas e direitos humanos em todo o País.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(*Palmas*.)

(Levanta-se a Reunião às 10h44min.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte dois minutos do dia dez de março de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, Paulo Paim e Vicentinho Alves.** Assina também o livro o Senhor Senador **Eduardo Suplicy,** não membro da Comissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único – Discussão do Cronograma da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2011/2012.** O Senhor Presidente Senador Paulo Paim debate com os demais Senadores os principais temas que deverão ser discutidos nas reuniões da Comissão: Combate ao trabalho escravo; Maior autonomia na realização de di-

ligências; Juventude, Mulher – discussão da presença da mulher na reforma política; Povos Indígenas; Situação dos Haitianos no Estado do Acre - questão migratória; e o Sistema presidiário – dignidade dos presos e policiais. Definiu ainda os horários de funcionamento das reuniões, que serão referendados: Audiências Públicas – Segunda-feira, às dez horas; e Deliberativas – Quinta-feira, às nove horas. O Presidente convida o Sr. Christiano de Oliveira Emery para explicar como o cidadão, sociedade civil organizada, pode participar do processo legislativo através da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O Senador Paulo Paim junto ao Senador Eduardo Suplicy intercedeu em favor da soltura do Jornalista Andrei Netto, do Jornal *O Estado de São Paulo,* preso na cidade de Sabratha, Líbia, através do embaixador líbio no Brasil, Salem Ezubedi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – *Senador* **Paulo Paim***,* Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senhoras e senhores, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata das duas últimas reuniões e as coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Srªs e Srs. Senadores, esta nossa segunda reunião considero, pelo que percebi no plenário, as duas atas aprovadas.

Queria, primeiro, cumprimentar o nobre Senador Vicentinho Alves e a Senadora Ana Rita, que estavam aqui às 9 horas em ponto. É a hora em que esta Comissão vai iniciar, se depender de nós, todas as quintas-feiras. Vamos aqui acertar o calendário, naturalmente. E tenho uma outra data como proposta, que tentaremos acertar, para que tenhamos duas reuniões na semana: uma seria mais deliberativa, que, pelo calendário das outras comissões, a sugestão é que seja na quinta-feira. Sendo deliberativa a quinta-feira, até às 11h a gente vota tudo. E aqueles Senadores que tiverem que viajar já poderão viajar à tarde. E uma outra data que vou propor seria mais para as audiências públicas, sem prejuízo se numa ou outra quinta-feira não houver projeto para votar – pode não ter – a gente abre também para audiência pública a pedido dos Senadores.

Eu havia já comentado com alguns Senadores que temos a intenção de fortalecer, desta vez mais do que nunca – eu digo desta vez porque já fui presidente dois anos atrás também por dois anos –, a Comissão de Direitos Humanos e – este é o detalhe – Legislação Participativa.

O Cristiano que está fazendo um resumo vai apresentar para nós quais os instrumentos que a sociedade tem que utilizar para que gente possa não só valorizar essa parte da legislação participativa, como interagir de fato com a sociedade.

Vou resumir num exemplo: o cidadão vinculado a uma entidade de caráter nacional, ou não vinculado, mas seja uma federação, um sindicato, uma associação, uma confederação, uma central e tem uma bela ideia, ele pode, conseguindo o aval dessa entidade de caráter nacional, vir aqui e apresentar o seu projeto e, inclusive, fazer a defesa desse projeto. Aí, se os Senadores entenderem que o projeto corresponde às expectativas do povo brasileiro, então, nós indicamos um Senador de imediato que faria o relatório e, se a Comissão aprovar, esse projeto começa a tramitar aqui na Casa, como se fosse uma emenda popular, simplificando. Tem o mesmo valor de uma emenda popular que tenha chegado aqui com um ou dois milhões de assinaturas.

Só para dar um exemplo: no ano passado, as entidades petroleiras de todo o Brasil apresentaram, na minha avaliação, um belo projeto do pré-sal. Eles vieram aqui, fizeram a defesa, nós ouvimos e o Senador Cristovam me indicou como relator. Eu fiz o relatório, aprovamos na Comissão e está tramitando na Casa, fazendo o contraponto com outras visões, o que é natural. Do debate vão surgindo as melhores ideias para a sociedade brasileira. Então, essa é a ideia.

Se os senhores permitirem, nós temos aqui um bom período de tempo das 9h às 14h, o tempo é todo nosso, claro que vamos terminar antes, se possível, vamos esgotar todos os assuntos que entendemos adequados. A nossa intenção na sessão de hoje seria levantarmos temas e, na próxima quinta, nós aprovarmos um calendário definitivo de como a Comissão vai funcionar.

Eu fiz uma pequena introdução e, se os senhores permitirem, eu faria essa leitura como uma contribuição ao debate e o Cristiano, depois, vai falar um pouco mais sobre a legislação participativa. Só queira dizer a todos que não tenho nenhuma dúvida de que nós podemos fazer um grande trabalho nesta Comissão. A Comissão de Direitos Humanos cumpre um papel fundamental na valorização da vida.

Tomei a liberdade de conversar pelo telefone, há cinco minutos, com a Deputada Manuela d´Ávila,

que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

Conversei, ontem, com a Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos Maria do Rosário. E ambas me autorizaram a dizer, aqui nesta nossa primeira reunião, que querem trabalhar de forma coletiva. Ou seja, as Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado poderão trabalhar juntas. Por exemplo, tem essa ideia da chamada Comissão da Verdade. E eu falava agora mesmo com a Deputada Manuela; se nós acharmos que a Comissão da Verdade é um caminho, se for essa a vontade dos Senadores – pois nada decidirei sozinho, e tenho certeza de que também a minha Vice-Presidente – nós poderemos fazer um trabalho conjunto; vamos trabalhar uma questão tão importante e delicada, sabemos que existem forças contra e a favor, para demonstrar ao Brasil e ao mundo tudo o que aconteceu nas últimas décadas. Décadas, eu digo, e todo mundo sabe que quando digo décadas, eu me refiro a todo o período antes, durante e pós ditadura. Esse é um tema delicado. Por que vamos trabalhar um tema delicado com duas comissões; dez pessoas virão aqui dar depoimento, vão lá para a Câmara, voltam para aqui, voltam lá, nem eles irão entender o que está acontecendo.

Que a Comissão da verdade seja uma Comissão Mista, se esta for a vontade dos Deputados e Senadores... Nós podemos articular um grupo daqui da nossa Comissão com a Comissão da Câmara, e vamos nos reunir para ouvir as pessoas, se esse for o caminho. Quero falar com muito cuidado, porque na presidência da Comissão eu tenho que expor as demandas que chegam. Mas quem irá decidir se vai ter ou não esse tipo de procedimento será a Comissão.

Com essa pequena abertura eu faria uma pequena leitura de algo que nós escrevemos junto, naturalmente, com os assessores da Comissão.

Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião destina-se a abertura dos nossos trabalhos, definição da agenda e organização das pautas das reuniões futuras, como forma de criarmos um cronograma das ações para o Biênio 2011/2012.

Já no biênio 2007/2008, quando aqui estive presidente, defendi a visão proposta pela ONU – Organização das Nações Unidas, de que nos direitos humanos originava todos os outros direitos.

Continuo com a mesma visão e creio que temos um Congresso mais maduro e comprometido com esta Comissão e, no momento em que este colegiado apresentará suas sugestões para o ordenamento dos trabalhos, creio que também que elas apontem para esta direção. Ou seja, a vida – sempre – em primeiro lugar.

Com efeito, a dignidade da pessoa humana é o bem que permeia e liga todos os direitos, é o princípio da dignidade da pessoa humana que consagra os valares fundamentais da sociedade, e serve de fundamento para todo o ordenamento jurídico, cultural, educacional, econômico, social e, naturalmente, no campo das políticas humanas.

Ao assim entender, esta presidência apresenta algumas sugestões iniciais que, com certeza, se somarão as de todos os seus membros para edificarmos a cartilha de procedimentos que nortearão as reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu vou encaminhar, e peço a minha assessoria que pegue cópia desse documento e entregue a cada um dos Senadores presentes. Em cima dele, a gente pode ir alterando e mudando o que irei propor de imediato.

– Pretendo que nossas reuniões ocorram:

E aí vem o nosso primeiro debate, porque sei que irá haver; e explicarei depois o porquê.

Ordinariamente às segundas feiras, às 9 horas, para realização de audiências públicas;

Vou explicar já o porquê. Audiência pública é o momento em que a sociedade tem a oportunidade de falar com o Brasil. E por que às segundas feiras? Porque na segunda feira pela manhã nós teremos a transmissão ao vivo, como estamos tendo neste momento para todo o Brasil.

Neste momento, não estou falando somente para os senhores convidados que estão aqui. Estou falando para o Brasil, como os senhores vão falar em seguida.

Na segunda-feira, é um horário em que falaremos para todo o Brasil. Eu sei que alguns vôos – podemos discutir isso – só permitem chegarmos aqui por volta das 10 horas. Eu tenho mais facilidade porque venho no domingo à noite. Tenho condições de estar aqui todas as segundas-feiras às 9 horas.

As reuniões da Comissão, se não entrarem num horário nobre – e segunda-feira de manhã é um horário nobre -, são apenas gravadas. Depois elas vão ao ar no meio da noite. Se conseguirmos entrar num horário nobre, que seria, em tese, das 9 horas às 14 horas, teríamos, no mínimo, seis horas ao vivo para falarmos ao Brasil das demandas da sociedade.

Acho a proposta, na minha avaliação, interessante, mas eu me submeto à decisão da Comissão.

As reuniões com votação de projetos na pauta, como eu dizia antes, a proposta para discussão é que seriam também às quintas-feiras, às 9 horas, quando então iríamos deliberar.

Propomos que façamos um calendário de audiências públicas que tratem de temas macro, ou seja, que vão na linha do resgate da dignidade da pessoa humana. Por exemplo: violência, discriminação – todo o tipo de violência e de discriminação; às vezes se fala sobre a violência contra o negro, contra o jovem, contra o índio; qualquer violência tem de ser aqui discutida, e nós vamos aprofundar esse debate. Então, falaremos sobre violência. Por exemplo, hoje mesmo pela manhã, eu comentava com alguém sobre a violência no trânsito, que é algo assim inadmissível. No meu Estado agora, morreram 27 pessoas num único acidente, a ampla maioria delas de uma única cidade, chamada Santo Cristo. Vamos lembrar de novo o meu Estado, onde um motorista atropelou simplesmente 16 ciclistas pelas costas. Eles iam pedalando, ele queria passar, disse que não tinha tempo, e resolveu atropelar as pessoas e passou por cima delas. O Brasil todo viu, parecia um filme de terror. Então, essa é uma das questões.

Quanto à discriminação, seja contra o negro, contra o índio, contra o branco, seja contra a orientação sexual, contra a opção religiosa, vamos discutir aqui.

O combate à fome e à miséria. Há todo um trabalho que já veio pelo Presidente Lula, pela Presidenta Dilma, e, numa conversa que tive com ela, naquela semana do debate do salário mínimo, a Presidenta demonstrou o quanto o Governo dela vai se dedicar ao combate à fome e à miséria, e ela gostaria muito que a Comissão de Direitos Humanos interagisse com a Secretaria de Direitos Humanos e com outros órgãos de Governo.

Quanto à questão das drogas, vamos ter que enfrentar esse debate com a grandeza que esse assunto exige de todos nós aqui no Congresso. E não é só a questão do dependente; é também a questão da prevenção.

Questões vinculadas à criança, ao adolescente, à mulher, ao idoso. Questões vinculadas à dignidade no trabalho. A questão do aposentado.

Enfim, quando eu falo sobre violência, refiro-me a todos os tipos de violência: contra a mulher, contra o negro, contra o idoso, contra a comunidade GLBT e tantas outras formas de violência.

Existe a discriminação contra os agentes citados no tema violência, e também há aqueles que discriminam as pessoas por sua crença religiosa. Alguém é discriminado porque é católico, ou porque é evangélico, ou porque tem a sua religião com matriz africana. Temos que combater todo o tipo de discriminação: discriminação contra pessoas com deficiência... Enfim, todo o tipo de discriminação será aqui combatido.

Já falei sobre a fome e a miséria. Já falei sobre drogas: o *crack*, o alcoolismo. Sabemos que, para se chegar à droga, começa-se com o álcool e – por não dizer? – com o cigarro. Se trabalharmos aqui na política dos direitos humanos, combatendo os vícios, legais ou ilegais, estaremos trabalhando na busca de uma sociedade onde todos possam viver com qualidade e com dignidade: dignidade do trabalhador, dignidade do aposentado.

Aqui há outro ponto que recebi ontem como contribuição e achei muito interessante: é debatermos o respeito à relação do consumo e do consumidor.

E aqui poderíamos lembrar – é inegável – que o desequilíbrio do consumidor, nessa relação, onde as reclamações são constantes, inclusive nesta Comissão, sem nenhum tipo de solução. O desrespeito é latente. A sensação de impotência do cidadão fere de morte a dignidade. É uma questão de direitos humanos. Ou seja, que a Comissão de Direitos Humanos trabalhe também na defesa do consumidor. Vamos trazer para esta Comissão agência reguladora, representante do Governo, dos consumidores, do Ministério Público, enfim, todos aqueles que tratam da defesa do consumidor.

Claro que gostaríamos muito que, no debate da violência – e eu falava antes já -, trabalhássemos com a questão dos ciclistas. Eu diria que ciclistas e motociclistas morrem, no mínimo, aqui em Brasília, um por dia. Estou falando somente de ciclistas. Nem estou falando dos motociclistas, que é da maior gravidade, e naturalmente os acidentes que envolvem todo o tipo de veículo: automóvel, caminhão, ônibus, van etc.

O que vimos no Carnaval mesmo, comparando com o ano passado, foi que saímos de 140 acidentes para 190. Foi mais ou menos isso. Isso é grave, pois estamos falando de acidentes com mortes, de 140 mortes para em torno de 190 – foram, se não me engano, 189 mortes.

Enfim, estou tentando resumir o máximo, para tentar abrir de imediato, a fim de que os Senadores comentem e possam colocar o seu ponto de vista. Gostaria que, nessa linha, possamos definir parcerias – já falava antes – não só com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a OAB, a CNBB, Centrais, mas com confederações, sindicatos, representações religiosas e demais atividades da área privada e da área pública.

Vamos fortalecer a Comissão de Legislação Participativa, como informei na abertura. Enfim, buscamos, com simplicidade e ousadia, fazer com que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa seja um fórum permanente de todo o cidadão. Organizando so-

cialmente a sociedade, podemos, com isso, fazer com que a sociedade seja um palco, onde possa apresentar o seu ponto de vista, as suas reivindicações, as suas reclamações e a busca também de solução.

Há um programa de que participo no Rio Grande do Sul, cujo nome é *Cantando as Diferenças*, em que frase é *dar palco para quem não tem palco*. A Comissão de Direitos Humanos tem essa obrigação de dar palco para quem não tem.

Enfim, dizia que iríamos tratar naturalmente dos projetos. Vamos formular leis, trazendo a luz onde existia carência para a construção de políticas públicas. Todas as sugestões colhidas nesta reunião, se depender de mim, naturalmente, serão consensuais e acordadas na próxima reunião.

Esta não é a nossa intenção no dia de hoje, até porque não teríamos quorum para deliberar por ser uma quinta-feira, e eu entendo. Não vai aqui nenhuma crítica a nenhum Senador que está hoje aqui, porque disse uma reunião primeira, com a finalidade de elencarmos uma proposta, para apresentarmos no próxima quinta-feira. Não teríamos ainda audiência pública na próxima segunda, ou outro dia, se os senhores entenderem, porque, só depois da quinta-feira, quando os Senadores baterem o martelo, mediante a sua concordância com o nosso projeto de trabalho, é que vamos começar a desenvolver, então, aquele trabalho durante a semana – um dia da semana para audiência pública e outro dia para votação de projetos.

Era o que tinha a dizer. De imediato, passo a palavra aos Senadores presentes. No momento em que entender, o Senador Vicentino Alves está com a palavra; a Senadora Ana Rita é a nossa Vice-Presidente; e o Senador Suplicy, que, nesta semana, me ligou, por duas vezes, comentando assuntos que gostaria de aprofundar nesta Comissão. Disse a ele que todo o assunto que ele trouxer será bem-vindo, porque conhecemos a sua história, a sua vida e o compromisso que ele tem com os direitos humanos.

Senador Vicentino Alves, com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui dar a minha modesta contribuição, em primeiro lugar, com relação à definição da nossa agenda.

Tenho dificuldade em chegar às nove horas na segunda-feira.

Gostaria que fosse às dez, porque o horário do nosso vôo no Estado é por volta das sete da manhã, na segunda. Então, nós vamos chegar aqui às oito horas, até vir à reunião, por volta de dez horas.

É a minha sugestão que eu gostaria de dar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para ajustar aqui: V. Exª falou, segunda-feira, às dez horas e às nove horas...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – E, nove horas na quinta, não terei nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De minha parte, já quero dizer que já passo a trabalhar aceitando a sugestão de, em vez de nove, dez horas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pronto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já fica registrado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – E, na linha que V. Exª citou, da valorização da vida, eu quero dar uma sugestão para marcarmos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, uma audiência pública para tratar das questões dos nossos índios. Por exemplo, preocupa-me muito a questão da saúde indígena, que é um problema seriíssimo; preocupa-me muito a questão da subnutrição e morte de crianças indígenas naturalmente por subnutrição; o alcoolismo nas aldeias; a droga... Enfim, eu entendo que esta é a Comissão ideal para debatermos esses assuntos.

Portanto, assim que possível, Presidente, se nós pudermos, com uma certa brevidade, marcar uma audiência pública, naturalmente com um prazo para que a gente articule as lideranças indígenas do meu Estado e do País, para que a gente discuta esses assuntos nesta Comissão...

É uma sugestão que faço para a nossa primeira ou logo entre as primeiras audiências públicas desta Comissão, para que a gente possa tratar desse assunto.

São essas as minhas considerações.

Aqui está como reunião ordinária na segunda-feira. Entendo que seria extraordinária, porque ordinária seria na terça e extraordinária também, na quinta, às dez. De modo que estarei presente às dez, na segunda e, às nove, na quinta-feira, Presidente. Pode contar com a nossa modesta contribuição e com a nossa assiduidade nesta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vicentinho, eu quero, primeiro, dizer da nossa alegria. Quando V. Exª fez o primeiro pronunciamento na Casa, eu senti que ali estava um militante das causas dos direitos humanos, pela forma como V. Exª falou da questão indígena e da questão quilombola, lembro-me. Estou certo? Falou, claro, sobre inúmeros assuntos, mas me lembro desses dois temas.

Eu já, de pronto, quero solicitar a V. Exª, se possível, que a sua assessoria apresente um requerimento

para que a gente já aprove, na próxima quinta-feira, não só o requerimento mas a data da audiência pública que V. Exª entenda mais adequada, porque eu sei que, para realizar uma audiência pública, não é só os Senadores, é a presença aqui da comunidade, para que a comunidade tenha direito à palavra, para que as suas lideranças possam expressar as suas preocupações do que eles esperam desta Comissão e do próprio Congresso Nacional e não somente do Senado.

Então, se V. Exª apresentar junto à Secretaria o requerimento da audiência pública, já com data, nós vamos encaixá-la, porque, nesta mesma audiência da semana que vem, nós também apresentaremos um sobre a violência no trânsito, que, naturalmente, vai desde o ciclista ao motorista do caminhão, do ônibus, enfim, mas vamos adaptar dando preferência para a sua data.

De pronto, eu já posso lhe assegurar a data que V. Exª melhor entender e eu adapto esta que eu estaria propondo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Inicialmente eu quero dar um bom-dia a todos os Senadores aqui presentes, aos assessores e às assessoras, particularmente ao Senador Vicentinho, ao Senador Suplicy, parabenizar também o Senador Paim pelo início dos trabalhos, já nos apresentando uma proposta de temas e de procedimentos que esta Comissão deverá adotar. Estamos extremamente animados, queremos que esta Comissão realmente cumpra o seu papel de ser um espaço de debate, um espaço de proposição, onde a sociedade também possa ter a oportunidade de se manifestar, colocar as suas opiniões e trazer aqui quais são as questões que mais afligem o nosso povo. E que a gente possa, a partir do debate aqui, contribuir com propostas, com sugestões, tanto para o Legislativo quanto para o Executivo, e se for necessário, até para o Judiciário, para que a gente possa responder aos principais problemas que a nossa sociedade enfrenta.

Eu gostaria também, Senador Suplicy, de concordar com V. Exª em todos os temas aqui colocados. Acho que são temas extremamente importantes com os quais, no dia a dia, a gente vem se deparando, como é o caso da violência, de todas as formas de violência contra a criança, contra o adolescente, contra a mulher, contra a pessoa com deficiência, contra pessoas com orientação sexual diferente.

Mas eu queria também levantar algumas questões que, do meu ponto de vista, a gente precisaria focar. Eu acho que umas das questões que nós precisamos discutir e aprofundar – V. Exª inclusive levantou aqui e eu quero reforçar – é a questão da juventude. Eu acho que hoje a nossa juventude, no Brasil inteiro, nas diversas localidades do nosso País, não só nas grandes cidades, mas também no campo, passam por muitas dificuldades, particularmente com relação à violência violência contra os jovens.

O *crack*, hoje, é um dos grandes vilões da violência. Nós precisamos debater esse assunto, entender melhor isso e propor algo que possa superar essa situação. Não é admissível que tantos jovens, hoje, percam a vida e m a dignidade por causa do *crack*. Quantas famílias estão sendo destruídas em função disso, quantos pais e mães sofrem em verem seus filhos em caminhos que, muitas vezes, não têm retorno. Eu acho que nos cabe, com certeza, fazer esse debate. Esta Comissão precisa ter um olhar preferencial para a nossa juventude desde a infância. Muito cedo as crianças estão entrando no caminho das drogas, no caminho do tráfico. Crianças com cinco, seis anos já são "aviõezinhos", crianças muito pequenas carregando armas, muitas vezes armas são mais pesadas do que elas próprias. E a gente se depara com isso nas nossas comunidades no dia a dia. É preciso discutir essa questão. Eu vejo que a Comissão de Direitos humanos precisa ter um olhar preferencial sobre a questão da juventude.

Além disso, Senador Paim, eu acho que há outros temas que foram abordados por V. Exª, e não poderia eu deixar de citar a questão da mulher. Como mulher, Senadora, nós temos um compromisso com a causa das mulheres e, particularmente, no enfrentamento à violência contra as mulheres. Sabemos do compromisso da nossa Presidenta Dilma, da nossa Ministra Iriny Lopes, Ministra das mulheres, com relação a essa questão. V. Exª colocou, inclusive, a importância de fazermos um trabalho articulado, integrado – Senado, Câmara e Governo Federal, por meio dos Ministérios, seja o Ministério dos Direitos Humanos, seja o Ministério da mulher. Podemos fazer um trabalho bastante integrado. A integração fortalece as políticas e é fundamental. Então, eu reforçaria também essa questão da violência contra a mulher, o enfrentamento a isso.

Além disso, há outra questão que acho extremamente importante, que a questão dos presídios. Acho que a maioria de vocês tiveram a oportunidade de acompanhar, no Estado do Espírito Santo, a situação que nós passamos um tempo atrás. A situação está caminhando para melhorar, mas ainda estamos longe de resolver o problema.

É uma realidade que é muito forte no Estado do Espírito Santo, mas que também é muito forte nos outros Estados, a precariedade dos presídios. Precisamos garantir que as pessoas condenadas possam cumprir as suas penas, mas sem perder a dignidade. Nosso objetivo é fazer com que as pessoas se recuperem. Então, precisamos cuidar disso. Acho que precisamos dar atenção a essa realidade, inclusive, Senador Paim, visitar os presídios. Nós precisamos conhecer de perto essa realidade. Não podemos ficar aqui apenas fazendo o debate, apenas fazendo o discurso, apenas levantando a problemática. Nós precisamos conhecer de perto essas realidades, que muitas vezes passam distante de muitos de nós. Digo isso porque eu já tive oportunidade de estar nos presídios e conhecê-los um pouco de perto. Não conheço a realidade do Brasil inteiro. Nós precisamos conhecê-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, permita-me.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Até porque os Senadores podem interagir. Permita-me, apenas para eu dar um exemplo. Quero dar um exemplo, concordando com V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós temos uma dificuldade enorme aqui para fazer uma diligência. Veio uma denúncia da maior gravidade, por exemplo, de um presídio. Na hora de nos deslocarmos para lá – desculpe-me a expressão –, foi um inferno, e as pessoas estão lá morrendo. Na Câmara dos Deputados, pelo o que fiquei sabendo, eles baixaram um ato para que as Comissões possam fazer, com estrutura, as diligências.

Quero concordar com V. Exª. E quem sabe a gente consiga pegar os Presidentes e Senadores das Comissões e falar com o Presidente do Senado, para que as Comissões também tenham estrutura para fazer essas diligências.

Se quiséssemos ir ao Espírito Santo, mediante a denúncia que V. Exª faz – V. Exª que conhece muito a realidade lá do seu Estado –, teríamos uma dificuldade burocrática enorme para deslocar para lá um grupo de Senadores. E vamos ter que levar assessores, para filmar, para registrar, para fazer o relatório, para virmos de lá com medidas estabelecidas.

Portanto, parabéns a V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Acho que é importante esse debate, porque nosso papel também é de contribuir no sentido de fortalecer a política federal, as políticas estaduais. Então, nós precisamos estar juntos nesse processo. Acho que é preciso nos somar mais. Precisamos estar mais juntos, o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Precisamos caminhar juntos. Acho que existem muitas instituições dispostas a dar sua contribuição, mas ainda precisamos nos fortalecer no sentido de nos articularmos melhor.

E temos outros temas. Há o Plano Nacional de Direitos Humanos que está aí, que precisamos também colocar na pauta. Temos o 122, que o processo foi reaberto por esses dias, que precisamos também dar atenção. Temas para trabalharmos é o que não faltam, Senador. O que precisamos é definir, de fato, uma programação para este ano, definir prioridades, porque não daremos conta de tudo. É necessário priorizarmos durante este ano de 2011, para, depois, planejarmos para os anos seguintes. Mas, em 2011, precisamos dar conta de algumas pautas que estão reprimidas e que a sociedade, os movimentos sociais organizados, os movimentos de direitos humanos estão buscando respostas e o nosso apoio. E nos cabe aqui dar espaço para isso e minimamente promover o debate e dar o apoio necessário, como representantes desta Casa tão importante para o povo brasileiro.

Por enquanto é isso, Senador. Passo a palavra a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, V. Exª lembra aqui, entre tantos assuntos que tomei nota – todas são sugestões que vamos anexar a esse documento, aprimorando naturalmente o documento –, tanto a questão da juventude quanto a questão dos presídios, as diligências, o Plano Nacional dos Direitos Humanos, e, com certeza, vamos colocar no documento também que nós, quando formos a qualquer Estado, ou quando a denúncia vier do Estado respectivo, de onde se originou a denúncia, vamos interagir com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de cada Estado. Nós faremos a nossa parte. Nós sabemos que pode haver um ou outro Estado em que a Comissão de Direitos Humanos daquela Assembléia – que espero não aconteça –, por questões políticas, não queira se envolver. Se não se envolver, vamos lá do mesmo jeito. Não pensem que vamos deixar de ir. Vamos lá e faremos nosso papel. Ou o convite. Se não pudermos ir, vamos convidar, enfim, aqueles que estão envolvidos no conflito que originou essa demanda.

Agora nós, de preferência, faremos sempre um esforço para trabalhar com as comissões de direitos humanos das assembleias legislativas. Já aconteceu, no mandato passado, haver um Estado onde a comissão de direitos humanos não queria se envolver, porque achava que poderia ter a violência muito explícita. Então digo: "Fique fora, que nós vamos aí". Fomos e não aconteceu nada. Os Senadores foram, e não aconte-

ceu nada. Fizeram o que tinham que fazer e voltaram. Enfim, depois encaminhamos ao Ministério Público.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem a palavra. Permita-me dizer, Senador, que V. Exª me disse que estaria aqui na quinta-feira. É uma alegria vê-lo aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Presidente Senador Paulo Paim, querida Senadora Ana Rita, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos, prezado Senador Vicentinho Alves, quero cumprimentá-los pela energia com que todos aqui estão se dedicando para organizar a pauta desta comissão. Eu, neste biênio, não estou designado para ser membro desta comissão, mas tenho a intenção, na medida do possível, de participar dela com sugestões, colaborando, porque, muitas vezes, ela irá interagir com os trabalhos de nossas outras comissões, sobretudo tendo em conta esses objetivos que V. Exª apresenta aqui como proposições. São todas pautas que interagem, por exemplo, com as comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais, de Constituição e Justiça e assim por diante. De maneira que o cumprimento pela posição e pela pauta que aqui apresenta com vistas à comissão estar sempre atenta ao resgate da dignidade da pessoa humana em todas as ocasiões em que puder haver situações de violência, discriminação; combate a fome e a miséria, as drogas; atenção para crianças e adolescentes, homens e mulheres idosos, a dignidade do trabalhador e do aposentado.

Quero também me somar à sugestão da Senadora Ana Rita com respeito a estarmos examinando a situação do sistema penitenciário brasileiro. Mas gostaria aqui de acrescentar aquelas unidades responsáveis pela detenção e encaminhamento dos jovens infratores, menores de 21 anos de idade, como, por exemplo, no Estado de São Paulo, onde se chamava Fundação pelo Bem-Estar do Menor, Febem, que atualmente se chama Fundação Casa.

Volta e meia, temos tido notícia de abusos de procedimentos por parte dos responsáveis, ainda que se tente, mais e mais, o encaminhamento, a recuperação e a possibilidade de esses jovens, sejam moços ou moças, na sua adolescência muitos deles ainda, terem uma chance de se recuperar. Para isso, é muito importante as oportunidades educacionais que possam ser providas.

Assim, quando examinarmos o sistema penitenciário, além das condições de dignidade para a pessoa que está detida, é importante que vejamos a possibilidade de essas pessoas terem o acesso à educação e a oportunidade de trabalho e desenvolvimento, para quando ganharem a liberdade poderem enfrentar melhor sua condição de sobrevivência.

Eu gostaria até, Presidente Paulo Paim, que possa V. Exª acrescentar como item assunto a que esta comissão tem se dedicado já nesses últimos anos sob a presidência de V. Exª – eu me refiro à questão do trabalho escravo. O José Nery, que era membro da comissão, fez dessa uma questão muito forte entre nós e acredito que, até em homenagem a ele – e certamente a Senadora Marinor Brito, do PSOL, já mencionou esse tema –, mereceria estar incluído entre os temas que V. Exª aqui destaca. Coloco esta sugestão: de que a comissão esteja sempre atenta a quando for detectado casos de trabalho escravo e disposta a apoiar aquelas entidades seja do Ministério Público seja do Ministério do Trabalho, que são responsáveis pelo combate ao trabalho escravo.

No que diz respeito ao combate à fome e à miséria, vou encaminhar a V. Exª – acabo de pedir ao meu gabinete para trazerem para cá – requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e na de Assuntos Sociais, assinado por todos nós 15 Senadores do PT, para que seja realizada audiência numa sequência de duas a três reuniões que serão objeto da reunião conjunta destas duas comissões, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. Quem sabe possa a Comissão de Direitos Humanos também se juntar? Por isso deixo esta como uma sugestão. O objetivo desta audiência pública será o de examinar quais medidas o Governo Federal está por tomar com respeito ao objetivo maior do governo da Presidente Dilma Roussef de erradicar a pobreza absoluta e promover maior igualdade e justiça. Inúmeros ministros relacionados a ações com vistas a esse objetivo maior estão convidados, assim também especialistas na área como inúmeros professores que estarão aqui presentes. Estou no aguardo para encaminhar a V. Exª, Senador Paulo Paim, a cópia do requerimento que já li e em ambas as comissões já foi aprovado.

Finalmente, Senador Paulo Paim, eu gostaria de agradecer a sua atenção relativamente ao diálogo que tivemos na semana passada quando eu disse a V. Exª que eu iria consultar o Dr. Luiz Roberto Barroso, advogado de Cesare Battiste, sobre a possibilidade de aqui ouvirmos o Sr. Cesare Battiste e as pessoas que mais aprofundadamente tem estudado o caso, como a escritora, arqueóloga e historiadora Fred Vargas, que visita o Brasil, mais uma vez, na próxima semana; o professor aposentado da Unicamp Carlos Alberto Longaso, membro da Anistia Internacional, o próprio professor Luiz Roberto Barroso, os quais tem defendido a sua inocência. Há também a decisão do Presidente Lula com respeito aos quatro assassinatos que levaram Ceszare Battiste à condenação a prisão perpétua pela Justiça Italiana, ressaltando que lá ele

não foi devidamente defendido uma vez que os defensores dele apresentaram uma procuração falsa e que as únicas testemunhas que disseram que ele teria cometido aqueles quatro assassinatos foram pessoas que receberam o prêmio da deleção premiada porque eles estavam condenados por aqueles assassinatos. Convidaríamos também aqueles que argumentam em favor da extradição do Sr. Cesare Battisti. Acontece que o Dr. Luís Roberto Barroso fez uma avaliação de que a essa altura dos acontecimentos, estando já para ser tomada a decisão pelo Supremo Tribunal Federal, tudo caminhando no sentido de que seja, de fato, respeitada a decisão tomada pela maioria do Plenário daquela Corte, deve ser acatada a decisão do Presidente da República. Os próprios Ministros do Supremo, por maioria de votos, afirmaram que caberá ao Presidente a decisão final e que caberá também o julgamento das circunstâncias que poderiam levar, ou não, o Presidente a avaliar que se ele for extraditado para a Itália ele poderá sofrer qualquer tipo de perseguição. Então se confiou no Presidente, por maioria de votos. O bom-senso leva a crer que o Supremo Tribunal Federal irá, finalmente, concluir pelo respeito à sua própria decisão e respeito, também à decisão da Presidência, no caso ocupada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Assim, a recomendação do Dr. Luís Roberto Barroso é a de que não haveria agora necessidade... Eu lhe disse que só tomaria a decisão de propor aqui essa audiência se ele avaliasse que ela poderia ser adequada e propícia para esclarecer melhor essas contradições e que pudéssemos aqui fazer um debate mais aberto sobre os diversos pontos de vista.

Quero agradecer a sua atenção, Senador Paulo Paim, mas, no caso, vou seguir a recomendação do advogado Dr. Luís Roberto Barroso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PR – RS) –. O Senador Eduardo Suplicy esclareceu a questão de que havíamos falado por telefone. Estando esclarecida, não preciso fazer comentário. Vamos manter a orientação do jurista a respeito do tema que V. Exª aqui relatou.

Eu queria apenas dizer que há uma preocupação muito grande de minha parte. Nós vamos ter de tratar disso. Espero a concordância dos Senadores. Nós vamos olhar a situação dos presídios, mas vamos também olhar situação dos policiais. A questão dos direitos humanos para mim... Aqui se vendeu a imagem de que direitos humanos só cuidam dos presos. Não; o policial também é um ser humano, seja da Polícia Civil, seja da Polícia Militar, seja da Marinha, seja do Exército, seja da Aeronáutica – falei de policial e citei as Forças Armadas. Enfim, todos são seres humanos. Podem ter certeza absoluta de que um dia nesta Comissão vamos deixar os policiais falarem sobre o que eles pensam de direitos humanos, quais as preocupações deles, inclusive sobre o assassinato de policiais, muitas vezes no local da moradia – nem estou falando do trabalho. Quantos... Por exemplo, eu tive uma audiência com policiais no Rio Grande do Sul, e eles disseram: "Senador, não pense que nós fazemos o tal "bico" porque gostamos de fazer o "bico". Nós gostaríamos de ter um salário decente para não ter de estar à paisana no "bico" e morrer fazendo segurança privada na casa de um magnata. Estou citando isso como exemplo. Nós temos, também, de olhar ... Para mim, segurança e direitos humanos devem ser olhados no todo.

Já tive uma discussão até com alguns militantes, mas a minha posição é essa e eu não vou mudar. Eu vou olhar, sim, pelos presos, mas vou olhar também pelo policial, seja delegado da Polícia Civil, seja escrivão, seja aquele que faz a investigação, seja, como digo no Rio Grande do Sul, da nossa Brigada Militar. Vamos ouvir todos sempre. Este é o nosso papel. Os direitos humanos, para mim, são universais. Não se pode discriminar um ou outro, porque é rico ou porque é pobre, porque está fazendo serviço de segurança ou por ser aquele que, porventura, tenha sido torturado. Todos serão ouvidos, todos terão direito a expor seus pontos de vista, suas preocupações e, por que não dizer, a falta de estrutura daqueles homens e mulheres que dão suas vidas para proteger nossas vidas e, por que não dizer, nossos patrimônios. Então, teremos aqui esse cuidado de ouvir sempre todos os setores.

Eu pedi à assessoria que eles já trocassem esse pequeno resumo onde iria um resumo de sugestões apresentadas pelos Senadores, no caso, Eduardo Suplicy, Vicentinho.

Vicentinho, eu não vou me esquecer nunca de você, até porque o Vicentinho foi o meu Presidente na CUT durante longo período.

Então o Senador Vicentinho e a Senadora Ana Rita.

O Vicentinho fez aquele discurso histórico aqui, que eu acompanhei, e depois mandei meus cumprimentos pelo Twitter. Tive essa liberdade.

Mas eu queria agora, aproveitando a presença de vocês, enquanto eles fazem a redação, trocar esse documento, que está quase pronto. Ele vai incluir ali algumas coisas como a questão dos índios. Foi uma falha realmente, não estava ali. Não estava, foi uma falha. A questão dos presídios, a questão do debate sobre...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... o trabalho escravo, até por que temos uma comissão permanente nessa comissão. Temos uma comissão permanente do trabalho escravo. E também as diligências, que foram colocadas aqui a partir da sua fala, e do Plano Nacional dos Direitos Humanos. Imagina! Isso é chave. Não pode ser um documento sem dizer que nós não vamos discutir o Plano Nacional dos Direitos Humanos. Inclusive a Comissão da Verdade, que comentei aqui, e não estava nada colocado ali sobre a Comissão da Verdade.

A palavra continua com os senhores. O documento está vindo. Só mais cinco minutos. São três ou quatro frases que vão ser colocadas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Paulo Paim, desculpe. Com respeito ao requerimento ao qual eu me referi, já está em mãos da Presidente...

Não sei onde ele foi. Foi tirar uma cópia. Eu encaminhei a V. Exª aquele requerimento que propõe que seja feita uma audiência, em duas ou três etapas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Isso será encaminhado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ,,,, com respeito ao objetivo do combate à pobreza absoluta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos aprovar na próxima quinta também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... e promoção da igualdade. Quem sabe possa a Comissão de Direitos Humanos se juntar à Comissão de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais na realização dessa audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A Senadora Ana Rita me fez uma sugestão, quase uma consulta. Se tiver algum assessor de Senador, de Partido ou da Comissão que quisesse dar uma contribuição, eu abriria a palavra, se for essa a vontade de algum assessor que estiver aí, que estiver no plenário, naturalmente, que entenda que possa dar uma contribuição.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – ... eu consulto V. Exª. Aqui, comigo, está a nossa assessora, Dª Nenê. Eu tenho um compromisso agora, com uma jornalista do Estadão, Dª Rosa, e estou vendo que vou chegar um pouco atrasado. Se V. Exª me permitir, vou me ausentar, e a Dª Nenê leva todo o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E se troca o documento já.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pode ser, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse documento que V. Exª tem ela troca pelo verdadeiro.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pronto. E uma das preocupações também, Sr. Presidente, em relação aos nossos índios é porque nós vamos sugerir aqui nesta Comissão não sei se é um projeto de lei na questão legislativa ou se um requerimento, um projeto de indicação, para que se crie a secretaria dos povos indígenas, nos moldes da mulher...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De pronto já tem até meu apoio. Achei brilhante ideia.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – O índio, hoje, está dividido ao meio. Metade dele é Funai, metade é Funasa, Ministério da Saúde.

Ou seja, lá na ponta, há aquela disputa de vaidade entre o representante da Funai, que pertence ao Ministério da Justiça, e, do outro lado, o representante da Funasa, que pertence ao Ministério da Saúde. Quer dizer, eles não se entendem. E os grandes prejudicados são os índios.

Então, nós vamos sugerir aqui, depois desta discussão toda, que a Presidenta Dilma crie a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas porque, aí, vão estar todos acolhidos por essa instituição, por essa secretaria, e naturalmente sendo contemplados tanto na questão da segurança quanto na questão de saúde.

Enfim, eu imagino que hoje a melhor alternativa para resolver os problemas dos nossos índios do Brasil está exatamente na mudança de gestão. Portanto, nós vamos discutir muito bem isso aí e vamos entrar com essa sugestão para que a nossa Presidenta possa acatar e os nossos índios naturalmente serem muito melhores atendidos.

Era isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vicentinho, eu quero, de pronto, dizer da minha total solidariedade e total apoio para essa proposta. V. Exª lembra muito bem que eu tive a alegria de receber aqui, no chamado Abril Indígena, dentro do Senado mais de mil índios. Já lá eu sentia que havia

eu diria um rumor ainda, e V. Exª agora vai concretizar um ato de fato e concreto com essa comissão. Queira Deus que eu possa estar junto com V. Exª, me somando, porque acho que é importantíssima essa questão.

Eu sempre digo que nós negros, e naturalmente sou negro, falamos muito da discriminação, mas quem mais foi discriminado e até hoje é neste País é o povo indígena. Ninguém é tão discriminado quanto os índios. Até para circular aqui dentro, quando eles vêm – respeitosamente, nunca fizeram nada, nada aqui –, caminhando aqui dentro, eu noto aqui que não são iguais aos outros.

Então, esta Comissão deve ser assim uma trincheira de resistência em defesa dos povos indígenas. Eu fiz aqui uma dezena de reuniões há dois anos. Fizemos também na época do Senador Cristovam. Ele está adoentado, repito. É importante registrar que ele só não está aqui porque está adoentado, mas está se recuperando bem. Espero que volte aí no próximo mês a estar conosco.

Eu só quero dizer que estou com V. Exª para sugerirmos a criação pelo Executivo da Secretaria dos Povos Indígenas para resolver esse conflito que existe. Nós fizemos reunião aqui entre esses órgãos e vimos esse conflito: destitui presidente, pede para sair, pede para outro entrar, e o conflito continue.

Esse talvez seja o caminho. Parabéns a V. Exª. É uma bela sugestão que a Comissão de Direitos Humanos pode assumir e apoiar junto ao Executivo para que se torne realidade.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Há Estados, Presidente, em que o representante da Funai não cumprimenta pelo menos institucionalmente, de forma cortês o representante da Funasa. Quer dizer, onde ficam os nossos índios?

De modo que parabenizo V. Exª pelo encaminhamento. Agradeço esse apoiamento, e, com certeza, na segunda-feira, estaremos aqui.

Um bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado. V. Exª vai poder levar em mãos já o novo documento. Já chegou aqui, viu? Vamos trocar. Aquele primeiro a gente retira, recolhe, para que circule já com a contribuição dos senhores.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, na verdade, o documento foi refeito, mas nós temos outras questões que vamos colocar,

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas este é só uma síntese.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Aí, os próximos poderão contemplar também outros pontos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas, na verdade, antes de o Senador Vicentinho, eu gostaria aqui de endossar suas palavras, Senador, e dizer que acho é importante, considerando que este ano o tema da Campanha da Fraternidade trata do aquecimento global, da questão ambiental, é fundamental que a gente tenha este ponto também na nossa pauta. Ao discutir estas questões, nós estaremos discutindo a questão dos indígenas, a questão das populações ribeirinhas. Então, são situações que vamos encontrar, e esta Comissão terá o papel de aqui debater a realidade dessas pessoas.

Acho que esse é um ponto, Senador Suplicy, ou melhor, Senador Paim, que nós precisamos agregar à nossa pauta. Aí teremos, com certeza, um espaço privilegiado de debate, considerando que a CNBB, a partir do dia de ontem, fez o lançamento nacional da Campanha da Fraternidade, e esse tema do aquecimento global, da questão ambiental é o tema da campanha deste ano. Então, nós do Senado deveremos estar em sintonia também com esse tema que será debatido por todas as comunidades, enfim, pela sociedade de modo geral.

Mas eu gostaria também de levantar uma outra questão que considero importante: pelo fato de estarmos participando da Comissão de Reforma Política, esta Comissão também vai ter o papel de discutir o papel da mulher na reforma política. E aí, Senador Paim, nós precisamos reinstalar as Subcomissões que compõem esta Comissão. Que eu me recorde, são a Subcomissão da Mulher, a da Criança e do Adolescente e também a Subcomissão do Trabalho Escravo. Inclusive já foi criada aqui no Senado a Frente Parlamentar do Trabalho Escravo, da qual tivemos a oportunidade de participar, e inclusive nos integramos também à Frente Parlamentar. Nesta Comissão, pelo que sei, existem três Subcomissões que precisam ser reinstaladas.

Então, acho importante que coloquemos isso também na nossa pauta para que as pessoas possam ter também esses espaços das Subcomissões em funcionamento, particularmente a Subcomissão da Mulher, considerando a reforma política, que será mais um espaço de debate.

Por último, Senador Suplicy, ou melhor, Senador Paim – estou lhe chamando só de Senador Suplicy, hoje, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas para mim é um elogio!

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É um elogio, não é, Senador Suplicy?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Paim Suplicy ou Suplicy Paulo Paim, tanto faz.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas é porque ele está sentado aqui bem próximo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Posso dizer que eu nem tinha percebido.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, acho que é importante, Senador Paim, a nossa Comissão também estar atenta às questões internacionais. E aqui me recordo que, na primeira reunião desta Comissão, na qual fomos eleitos – V. Exª como Presidente e eu como Vice-Presidente –, um dos Senadores aqui presentes levantou a situação do povo haitiano que está no Acre em condições desumanas e pediu também que fizéssemos aqui esse debate sobre os haitianos. Acho que esse é um assunto que também tem de constar na nossa pauta de debate. Possivelmente, outras situações semelhantes estarão chegando para nós, mas esta eu considero mais urgente, considerando que o Senador, se não estou equivocada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele entrou com um requerimento já para que haja diligência. Já há em outras duas Comissões também o requerimento, se não me engano, Assuntos Sociais e Relações Exteriores e também está na CCJ. Qual é a intenção? Inclusive, falei aqui com os assessores: é não fazermos quatro comissões, uma das Relações Exteriores, uma da Comissão de Direitos Humanos e outra, por exemplo, da CCJ. A minha proposta seria que fizéssemos uma única Comissão, em que fosse indicado um Senador ou dois de cada Comissão e um assessor de cada Comissão, e fizéssemos essa diligência. Independentemente disso, faríamos uma audiência pública aqui – o próprio Senador Petecão pode ser o autor do requerimento, porque teve a iniciativa – e também uma audiência pública conjunta para discutirmos aqui a situação do povo haitiano que está aqui no Brasil em uma situação deplorável. Esse seria o encaminhamento.

Permitam-me comentar rapidamente a questão das Subcomissões. Nós aqui no Senado temos um problema: as Subcomissões são instaladas e não funcionam. Não esqueçam que fazer funcionar a Comissão principal já não é fácil. Então, eu diria o seguinte, para ajudar no debate: sou favorável, tanto que fui eu que propus que o Senador José Nery transformasse a Comissão do Trabalho Escravo, que era provisória, em uma Comissão permanente, e o indiquei como Presidente, na época em que eu presidia essa Comissão. A pessoa que apresentar o requerimento tem de saber que vai ter de fazer a Subcomissão trabalhar, mas trabalhar mesmo. Por exemplo, a Subcomissão das Mulheres, acho que tem tudo para ser instalada e dar certo. A outra Subcomissão é a da Criança, do Jovem, do Idoso e da Exploração de Crianças e Adolescentes. Enfim, pega todo esse universo da criança ao idoso. A Senadora Marinor, do PSOL, já entrou com requerimento para instalar essa Comissão.

A Subcomissão Permanente do Trabalho Escravo é uma Comissão que também vai ser muito cobrada pela sociedade. Quem entrar com o requerimento tem que saber que terá que se movimentar bastante também. Estou apenas contribuindo com o debate, pela minha experiência, mas sou favorável a que não se crie mais nenhuma além dessas três, porque se começarmos a fazer quatro, cinco, seis, sete, oito – porque , se não me engano, podemos criar três provisórias e três permanentes, ou quatro permanentes, quatro subcomissões... Se ficarmos nessas três, ficamos bem. Eu mesmo sou autor de um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais, e normalmente coordeno os trabalhos lá, da questão do trabalho e da previdência, mas sei que é um problema eu dar conta de fazer um bom trabalho aqui e um bom trabalho lá.

Por isso sou totalmente favorável à criação das três Comissões, mas quero lembrar aos Senadores que assumirem essa Presidência é um espaço – e a Comissão dará todo o apoio, naturalmente – de muito trabalho, porque os temas são amplos.

Já recebi aqui os fiscais do trabalho, por exemplo, que querem uma audiência pública para tratar do trabalho escravo.

Senador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria também expressar aqui solidariedade diante do desaparecimento do jornalista do jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo informação dada pelo próprio jornal, e ontem pelos demais meios de comunicação, Andrei Netto, de 34 anos, que se encontrava na Líbia para cobrir os eventos que ali estão acontecendo, a rebelião contra o Chefe de Governo, Sr. Muammar Kadafi. Já por diversos dias ele deixou de se comunicar com o jornal *O Estado de S. Paulo*. Ontem à noite, aventou-se a hipótese de que ele houvesse sido detido com outros jornalistas. As autoridades brasileiras, o Embaixador do Brasil em Trípoli e o Governo brasileiro procuraram a Embaixada da Líbia no Brasil, e não sei se já houve notícia agora cedo, mas até o presente momento, parece que não há notícias ainda sobre ele. Queria aqui externar a nossa preocupação, dos Senadores da Comissão de Direitos Humanos e do Senado Federal, que logo possamos ter notícia de seu paradeiro e que ele possa ali realizar seu trabalho, como outros jornalistas, da melhor maneira possível, mesmo que numa situação de rebelião, de guerra civil.

Sr. Presidente, na semana passada, eu soube que aqui foi registrado e elogiado o pronunciamento

da Ministra Maria do Rosário no Conselho de Direitos Humanos da ONU, que é presidido atualmente pela nossa Embaixadora, que, ainda nesta semana, recebeu a Prêmio Nobel da Paz do Irã, com quem teve um diálogo a respeito justamente da questão dos direitos humanos do Irã. Quero cumprimentar o Governo brasileiro por essa preocupação bastante intensa. Conforme a Ministra Maria do Rosário expressou no seu pronunciamento, essa questão de respeito aos direitos humanos vale para todos os países. Em qualquer circunstância, o Governo brasileiro estará atento ao respeito à liberdade de expressão, aos direitos da pessoa humana.

Quero aqui elogiar o Governo da Presidenta Dilma Rousseff e, em especial, a Ministra Maria do Rosário por estar colocando muito firmemente essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy. De fato, o Senador Simon, na última reunião, inclusive pediu – é ele quem vai encaminhar a esta Comissão, para ser votada na próxima quinta – o chamado voto de louvor ao pronunciamento feito pela nossa querida Ministra gaúcha e Deputada Federal, hoje, Ministra, Maria do Rosário, na ONU. Então, esse procedimento será feito e entendo, Senador Suplicy, pegando mais informações a que vamos, com certeza, ter acesso no dia de hoje, que a Comissão de Direitos Humanos, no mínimo, mande um documento de solidariedade ao *Estado de S. Paulo*, colocando sua posição em relação ao desaparecimento do jornalista, como uma posição, esta sim... (*Intervenção fora do microfone.*)

Confirmado que ele se encontra, me diz aqui o Assessor: o repórter Andrei Netto, correspondente do *Estado* em Paris, que estava na Líbia, cobrindo os confrontos entre rebeldes e forças do regime de Kadafi, está preso a oeste da capital Trípoli. A Embaixada brasileira está tomando as providências para liberá-lo. E nós, aqui, da Comissão de Direitos Humanos, poderíamos fazer um documento, exigindo a libertação imediata do jornalista brasileiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou de pleno acordo. É importante que possa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Se me permitir, quero ser muito fiel à verdade. Foi a assessoria do Senador Simon que nos informou neste momento para que anunciássemos aqui na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado. Acho que seria importante que essa decisão de nossa solidariedade ao Andrei Netto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – E exigindo a libertação...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...e a exigência de que ele seja libertado possa ser transmitida à Embaixada da Líbia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – A solidariedade encaminharemos ao jornal *O Estado de S. Paulo,* e à Embaixada da Líbia no Brasil vamos remeter em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Quero, neste momento, se os senhores permitirem, passar a palavra a um dos assessores desta Comissão, que está aqui na Comissão desde a primeira vez em que foi criada a Comissão de Recursos Humanos e, principalmente, eu diria, porque quero dar o destaque, de Legislação Participativa, que ele possa aqui fazer uma síntese para que os milhões de brasileiros que terão acesso a este programa, ao vivo ou quando for gravado, tenham o entendimento da importância desse trabalho e que eles possam agir diretamente na Comissão, apresentando sugestões ao Christiano, que é Consultor da Casa.

O SR. CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY – Corrigindo: não sou consultor, sou assistente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – ...da Comissão. Assessor da Comissão.

O SR. CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY – Assistente da Comissão, Christiano de Oliveira Emery.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Assistente da Comissão de Direitos Humanos, mas concursado da Casa.

O SR. CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY – Bom dia, Senadora; bom dia, Srs. Senadores. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa foi concebida para possibilitar que o Senado Federal recebesse da sociedade civil organizada sugestões para ampliar a participação popular, diminuindo a burocracia prevista na Lei nº 9.709, de 1998, que regulamenta a iniciativa popular prevista na Constituição. Podem apresentar sugestões à CDH as pessoas jurídicas de direito privado, assim definidas no Código Civil, Título II, suas associações e fundações; as organizações religiosas, conforme a Lei nº 10.825, de 2003; os partidos políticos sem representação no Congresso Nacional, Lei nº 10.825, de 2003; os órgãos de classe, os sindicatos e as entidades científicas.

Para apresentar sugestão no Senado Federal, a ONG ou entidade científica ou partido político...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – As fundações, centrais...

O SR. CHRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY – Sim, inclusive a OAB, Crea, todo esse pessoal apresenta uma ideia que, se for admitida como sugestão, será transformada em projeto, cuja autoria será do Colegiado da CDH.

Dessa forma, o Senado ampliou a participação da sociedade civil organizada no processo legislativo. As sugestões devem ser encaminhadas ao Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, por escrito, datadas, assinadas, redigidas em termos respeitosos, no seguinte endereço: Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho, sala 4-A, aqui na Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília – DF.

Para evitar que o Senado Federal represente interesses que não se coadunam com os legítimos interesses da sociedade civil organizada, é necessário que as sugestões devam estar acompanhadas de comprovação do registro oficial, por meio de cópia autenticada no registro dos atos constitutivos no competente cartório de registro civil das pessoas jurídicas, das pessoas jurídicas com as averbações, se necessárias, ao seu funcionamento ou da inscrição junto ao Estado, por exemplo, no caso dos sindicatos.

Além dos requisitos formais, deve-se observar a pertinência temática para a entidade organizada da sociedade civil que tem interesse em sugerir minuta de projeto. A pertinência temática é definida como uma relação entre a pertinência a defesa do interesse especifico da entidade civil e o objeto da minuta da sugestão.

Tem-se notado que as sugestões encaminhadas sem relação com o objeto da entidade proponente são arquivadas por serem desprovidas de conteúdo material que as viabilizem. Diversas entidades, em virtude da boa fé, demandam ao Legislativo alterações ao ordenamento jurídico sem o crescimento material obtido da vivência, objeto da entidade. Tais requerimentos, invariavelmente, não prosperam por absoluta carência material da propositura e são arquivados. Exaurindo, significativamente, a nossa capacidade de força de trabalho da Comissão.

Portanto, estamos abertos a toda a participação da sociedade civil organizada que queira participar do processo legislativo, apresentando sugestões, encaminhando idéias que, se aprovadas, serão transformadas em projetos de lei, inclusive, PECs – proposta de emenda à Constituição – para alterar nossa legislação no ordenamento jurídico brasileiro.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT RS) – Muito obrigado, Cristiano.

Cristiano poderia informar também – posso repetir aqui – que esse documento com todas as informações se encontra aqui na página da Comissão.

Como é que o cidadão entra na página para acessar este documento?

CRISTIANO DE OLIVEIRA EMERY – As entidades civis organizadas interessadas em adquirir informações deverão entrar na página do Senado, na atividade legislativa, página principal. A partir daí, entrar na Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde encontrará um *link* para acessar as exigências necessárias. Há um ato constitutivo da Comissão que explica e regulamenta o procedimento de encaminhamento de sugestões. As pessoas poderão ler, acessar esse documento com todo o conteúdo e explicações, desde a história da Comissão, as formalidades necessárias, e encaminhar as sugestões que estamos de braços aberto para recebê-las.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT RS) – Ao final da reunião, darei o *site* da Comissão, explicando como deve ser acessado. Os assessores vão providenciar isso.

Antes de encerrar os nossos trabalhos desta manhã, gostaria de fazer um resumo dos encaminhamentos. Vamos sempre atualizar este documento e remetê-lo para todos os Senadores.

Além daquele documento inicial que eu havia lido, duas questões, para mim, são importantíssima, Senador Suplicy.

Primeiro vamos formular, ainda hoje, um documento encaminhado à Embaixada da Líbia, exigindo a libertação imediata do jornalista que se encontra preso naquele país, do Jornal *Estado de S.Paulo*.

Segundo, vamos remeter um documento ao jornal *Estado de S. Paulo*, registrando toda a solidariedade do Senado e, tenho a certeza, do Congresso Nacional e de todo o povo brasileiro. Também nessa reunião, vamos aprimorar, e convido a Senadora Ana Rita que fique aqui, comigo, para fazermos a versão final do documento .

O Senador Vicentinho ressaltou a importância da reunião nas segundas, mas que o horário fosse às 10 horas, porque muitos Parlamentares se deslocam de seu Estado neste dia e terão oportunidade de chegar aqui às 10 horas da manhã. Esta Presidência acatou a sugestão.

Também fez questão, e vai encaminhar requerimento, para que possamos debater com mais profundidade sobre o povo mais discriminado deste País, que são os povos indígenas. Já tínhamos um trabalho acumulado aqui e tenho certeza que com o trabalho do Senador Vicentinho vamos ampliar ainda mais esta questão.

Estou lembrando aqui que o Senador Vicentinho nos convidou para que estejamos no Abril Indígena, em Tocantins. Prometemos nos deslocar para lá, quem sabe, uma comitiva de Senadores, para participar deste evento que haverá naquele Estado.

A Senadora Ana Rita – ela pode complementar aqui – destacou a importância de termos aqui a comissão que vai tratar dos interesses da criança, do adolescente, do idoso, da juventude – e que nesse documento fique bem claro que concordamos. E já há uma Senadora que se apresentou, querendo ser – e vai ser, se depender de nós, naturalmente – a Presidente dessa comissão, que é a Senadora do PSOL, a Senadora Marinor. E também a questão da comissão das mulheres. Tenho certeza de que vamos criar também essa comissão, que fará um grande trabalho.

Ela destacou também a importância de debater a questão dos presídios e a dignidade dos presos. Incluí naquele momento – e ela naturalmente concordou – que façamos toda a abrangência dos presos e dos policiais também. Tratamento, com igualdade de direitos e deveres, dos policiais, tanto da área civil como da área militar – até dei o exemplo da brigada militar do Rio Grande do Sul. Pediu ela – nós concordamos e demos até um exemplo – que haja mais autonomia para a realização de diligências nos Estados em parceria – e aqui o pessoal lembra – não só com a Comissão de Direitos Humanos, mas também com a OAB, a CNBB, enfim as entidades dos Estados, independente da questão ideológica, partidária, religiosa ou mesmo de matiz diferente.

O Senador Suplicy lembrou a importância de retomarmos a comissão que tratou aqui do trabalho escravo, o que faremos, com certeza, buscando que essa comissão volte a fazer um trabalho belíssimo, como foi feito com o Senador José Nery e lembrado por S. Exª. Lembrou também de promovermos debate de outros temas sugeridos por S. Exª, inclusive o caso do Haiti, onde faríamos um trabalho acompanhando outras comissões, interagindo com outras comissões.

Senador Suplicy, permita-me, nós, com certeza, vamos discutir aqui também, cada vez mais, a aplicação da renda mínima – posso colocar? V. Exª não falou e eu estranhei. Estou provocando porque acho que é um trabalho importante, belíssimo, que V. Exª tem. V. Exª nem sempre fala, mas sabemos que é hoje o porta-voz desse projeto no mundo.

V. Exª outro dia me relatava os diversos Países onde foi convidado a falar da renda mínima.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Presidente Paulo Paim.

Na proposta que encaminhei às mãos de V. Exª constam as autoridades convidadas, diversos Ministros – Ministro Antonio Palocci; Ministra Tereza Campelo; Ministro Gilberto Carvalho; Ministro do Trabalho, Carlos Lupi; Ministro do Desenvolvimento Agrário e assim por diante – e também Marcelo Neri, Rafael Paes de Barros, Márcio Pochmann e, inclusive, os dois co-fundadores da rede mundial da renda básica, Phillippe Van Parijs e Guy Standing, justamente para debatermos todos os instrumentos de política econômica para o objetivo maior da Presidenta Dilma: erradicar a pobreza e promover a justiça e a igualdade.

Então, encaminhei às mãos de V. Exª para que este requerimento seja considerado aqui e para que, nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, presididas pelo Senador Delcídio Amaral e pelo Senador Jayme Campos, respectivamente, seja considerado também que a Comissão de Direitos Humanos co-participe dessas audiências, já que este tema foi escolhido e identificado por V. Exª como um dos principais que examinaremos ao longo desse biênio.

Então, é essa a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Suplicy. O requerimento será encaminhado, nós o aprovaremos e trabalharemos de forma conjunta com as outras Comissões.

Senadora Ana Rita, aproveitando a sua fala, acho que vai ser fundamental. Eu sei que vai ter uma sessão especial no dia 15 de março e para que ninguém esqueça, 15 de março é uma data muito especial, é a data do meu aniversário. Não esqueçam, que for meu amigo, mande um cartãozinho: "Oh, Paim, parabéns pelo aniversário."

Então, nesse dia 15 de março, vai haver uma sessão especial da Campanha da Fraternidade deste ano sobre o meio ambiente e o planeta, a vida. Que a gente faça também, durante o mês de março, uma audiência pública – por sugestão de V. Exª, to pegando o gancho –, em que convidaríamos aqueles que estão organizando a Campanha da Fraternidade, para exporem aqui na Comissão, num horário nobre, de preferência numa segunda-feira, porque vamos estar falando para todo o Brasil, o eixo e a importância da Campanha da Fraternidade.

Se V. Exª concordar, eu assinarei junto com V. Exª. V. Exª como a primeira propositora e eu, como segundo propositor, numa audiência da Campanha da Fraternidade.

E, por fim, eu só quero agradecer a todos, entendo que a reunião atingiu os seus objetivos. Com certeza ficou enriquecida com a contribuição dos Senadores e a assessoria lembra aqui que, para a população ter acesso àquilo que o Cristiano aqui falou sobre a importância – eu acho muito importante da parte da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – para saberem como entram e podem participar com sugestões para o dia a dia da comissão é só fazer o que eu vou agora resumir como orientação: http://www.senado.gov.br/sf/comissoes/cdh/atoregulamentarcdh.pdf.

É grande, para quem está ouvindo acha que é uma novela. Deve ter uma forma mais simples de fazer isso.

Esse endereço cai direito lá, mas vou pedir, se a TV Senado puder colocar no vídeo, isso ajudaria às pessoas a entrarem direto. Como o Cristiano falou aqui e me explicaram ali vai seguir toda a orientação para chegar lá. E aí, dessa forma, chega direto e tem acesso ao documento que orienta. Então, a TV Senado – já me orientam aqui – vai colocar no vídeo embaixo, durante todo o debate desta Comissão, a orientação de como cada homem, cada mulher, cada cidadão deste País, enfim, pode entrar na página da Comissão e receber todas as orientações.

Terminamos a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos. Queria insistir muito com os nossos convidados, muitos estão assistindo das suas casas, eu tenho certeza de que entraram na nossa página, vão querer saber muito como a Comissão vai funcionar.

Vou passar já a V. Exª, Senador Suplicy.

A Comissão, todas as segundas-feiras, vai começar os trabalhos às 10 horas em ponto, e, às quintas-feiras, às 9 horas em ponto. Claro que as votações serão depois das 10h.

Senador Suplicy, com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foi proposto um apelo aqui aprovado ao Governo da Líbia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Suplicy está falando com o Embaixador da Líbia sobre a decisão da Comissão. Depois que ele falar com o Embaixador ao telefone, vai resumir para nós o que foi a conversa com o Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aos que estão assistindo a TV Senado neste momento, o Senador Suplicy está falando que o embaixador da Líbia, mediante a decisão aprovada por unanimidade por esta Comissão, do requerimento que vamos encaminhar ao embaixador, deixando muito claro que o povo brasileiro mostra a sua indignação com a prisão do jornalista Andrei Netto na Líbia. O termo é esse; exigimos a sua liberdade imediata.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vai ser libertado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Suplicy, no momento, me passa a informação de que o embaixador garantiu a ele que o nosso querido jornalista Andrei Netto, que cumpria a sua função profissional na Líbia, será libertado no dia de hoje. Assim esperamos. Isso não modificará o nosso ofício, que esperamos seja feito já na linha do entendimento de que houve a liberdade, de que o jornalista não esteja mais preso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero transmitir ao Presidente Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não está transmitindo somente a mim, mas ao Brasil todo pela TV Senado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...que a informação é muito importante. O embaixador Salem Omar Ezubedi está informando que o jornalista foi detido porque não teria solicitado anteriormente, junto às autoridades da Líbia responsáveis pela mídia, autorização para trabalhar. Mas já foi providenciado este documento. Ele está na cidade de Sabratha, já está, portanto, em liberdade. É isso embaixador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já posso anunciar, então, que ele está em liberdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, nós já agradecemos aqui. Eu vou passar ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, para que lhe agradeça.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Bom dia, embaixador Salem...

(falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...Comissão de Direitos Humanos. Nós havíamos aprovado essa moção, encaminhando primeiro ao Estado, da total solidariedade do Congresso e do povo brasileiro ao jornal *O Estado de S. Paulo* e, ao mesmo tempo, iríamos remeter uma moção a V. Exª falando, naturalmente, da nossa indignação e solicitando que houvesse a liberdade do jornalista Andrei Netto, que cumpria a sua função profissional na Líbia. O Senador aqui me dizia que V. Exª já dizia a ele que os papéis que ele não havia preenchido de forma adequada, como entende o governo da Líbia, estariam sendo preenchidos e ele já estaria em liberdade. Eu estou ao vivo, neste momento, pela TV Senado, queria informar a V. Exª, falando para todo o País, e digo que para mim é uma enorme satisfação V. Exª, de imediato, ter dado o retorno ao telefonema do Senador Suplicy, em nome da Comissão, e eu poder agora anunciar ao País que o jornalista está sendo posto em liberdade.

Informarei a todos, Sr. Embaixador, que V. Exª me diz que as autoridades da Líbia estão tomando as providências para que ele seja libertado. Um abraço, embaixador. Aqui, todos os Senadores presentes, o Senador Vicentinho, o Senador Suplicy e a Senadora Ana Rita cumprimentam V. Exª pela decisão tomada, de imediato, solicitando a liberdade do nosso querido jornalista.

Um abraço a V. Exª, e que todas as soluções se resolvam pelo meio pacífico e democrático no vosso país. (*Palmas.*)

Bom, acho que terminamos bem a nossa primeira reunião da Comissão. O Senador Suplicy tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria até informar que acho que há três semanas – e a jornalista Rosa, do Estado, poderá confirmar – o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe uma matéria muito importante com respeito ao caso Cesare Battisti.

Exatamente após uma entrevista muito prolongada, de mais de duas horas, a jornalista Fred Vargas expôs ao jornalista Andrei Netto como é que, durante o processo pelo qual Cesare Battisti foi julgado na Itália, os seus defensores apresentaram uma falsa procuração para defendê-lo, e a jornalista então explicou a Andrei Netto como é que a notária pública francesa demonstrou, com comprovação, que aqueles documentos foram, de fato, falseados. E eu quero aqui cumprimentar o jornal *O Estado de S. Paulo* por ter dado a devida importância a essa matéria de responsabilidade do seu correspondente em Paris Andrei Netto, que agora tinha ido à Líbia para essa arriscada missão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, meus amigos e minhas amigas, acho que a Comissão começa a cumprir o seu dever e o seu papel com este movimento que fizemos aqui por sugestão do Senador Eduardo Suplicy.

O embaixador foi muito gentil, e eu quero só alertar para o fato de que ele não me garantiu que o jornalista já estava em liberdade. Ele me garantiu que as autoridades da Líbia estavam tomando todas as providências para que ele seja liberto ainda hoje; que a documentação que, segundo ele, estava faltando, estava sendo neste momento providenciada e que, provavelmente hoje ainda – espero eu que seja hoje pela manhã –, ele esteja em liberdade. São 10h57min, esperamos que até ao meio-dia tenhamos a informação de está garantida a liberdade do jornalista.

E claro que nós todos – tenho certeza -, o povo brasileiro acompanha o que acontece principalmente nos países árabes neste momento, e esperamos que os direitos humanos estejam em primeiro lugar. Em primeiro lugar, a vida e os direitos humanos. Essa é a marca desta Comissão, é isso que quer o povo brasileiro, é neste sentido que, em âmbito internacional, todas as nações estão se pronunciando: que prevaleça o bom senso, a democracia, que prevaleça a liberdade e os direitos humanos, repito, em primeiro lugar. Direito humanos são vida.

Está encerrada a presente reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Levanta-se a Reunião às 10h58min)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dezenove minutos do dia dezessete de março de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, Pedro Simon, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Marinor Brito.** Comparecem os não membros Senadores **Eduardo Suplicy e Randolfe Rodrigues.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único – 1ª PARTE (DELIBERATIVA). Item 1**. **Deliberação dos assuntos acordados na reunião anterior**, realizada no dia 10 de março. Resultado: **Aprovado**. **Item 2**. **Requerimento Nº 02, de 2011**, requer seja constituída comissão composta de três senadores, em representação desta Casa, para averiguar relevante situação no Estado do Acre, afeita à questão migratória dos haitianos, nas cidades de Brasiléia, Epitaciolândia e Assis Brasil, as duas primeiras, fronteira viva com a Bolívia (Departamento de Pando), e a terceira, fronteira viva com o Peru (Departamento de Madre de Dios), haja vista os problemas sanitários, bem como irregularidades nas permissões de entrada no país, ademais do incremento dos problemas laborais. Para tornar efetiva a atuação da comissão, faz-se necessária a designação de 1 Consultor Legislativo e 2 servidores da Secretaria dessa Comissão de Direitos Humanos. Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: **Prejudicado**. O Senhor Presidente faz um encaminhamento para que o Senador Sérgio Petecão seja indicado como representante da CDH na Comissão Temporária Externa, criada por meio do Requerimento nº153, de 2011, que tem o escopo de averiguar, *in loco*, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e em demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomados para sua proteção e regularização migratória. O Senhor Presidente informou que será elaborado requerimento da CDH ao Plenário do Senado Federal, nos termos do art. 74, II e art. 75, parágrafo único, do RISF com esta finalidade. **Item 3**. **Requerimento Nº 05, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de ouvir o Sr. Andrei Netto em face dos

acontecimentos ocorridos na Líbia, bem como a sua prisão nesse país." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 4**. **Requerimento Nº 01, de 2011**, que requer seja convidada a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Deputada Federal **Maria do Rosário Nunes**, para informar e discutir com os senadores sobre a política do governo federal para a respectiva área. Autoria: Senador Pedro Simon. Resultado: **Aprovado**. **Item 5**. **Requerimento Nº 06, de 2011**, requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a disseminação das drogas no meio da juventude e nas famílias. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 6**. **Requerimento Nº 07, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a violência nas escolas, notadamente contra os professores. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 7**. **Requerimento Nº 08, DE 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debater sugestões ao Estatuto do Motorista. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 8**. **Requerimento Nº 09, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debater a Campanha da Fraternidade 2011 com o Lema: "Fraternidade e Vida no Planeta" e Tema: "A criação geme em dores de parto", com vista à preservação do meio ambiente. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 9. Requerimento Nº 10, de 2011,** requer a realização de audiência pública a fim de debatermos o cancelamento de restos a pagar de 2010 (Decreto 7.418, de 31 de dezembro de 2010), bem como a dificuldade de análise dos processos junto à Caixa Econômica Federal. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Retirado de pauta**. **Item 10**. **Requerimento Nº 11, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos o papel das usinas nucleares na vida do cidadão e do meio ambiente. Autoria: Senador Paulo Paim . Resultado: **Aprovado**. **Item 11**. **Requerimento Nº 12, de 2011**, requer a realização de audiência pública a fim de debatermos acidentes de trânsitos envolvendo ciclistas, motociclistas e outros, face ao número de mortes nas vias urbanas e rodovias brasileiras. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 12. Requerimento Nº 13, de 2011**, requer a realização de audiência pública a fim de debatermos as ações nacionais e internacionais de Combate a Fome e a Miséria. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 13. Requerimento Nº14, de 2011**, requer a realização de audiência pública a fim de debatermos o cumprimento do papel das agencias reguladoras na aplicação das leis que promovem a dignidade do consumidor. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 14**. **Requerimento Nº 03, de 2011**, requer, com base nos arts. 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, no prazo de seis meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão do acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas. Autoria: Senador Wellington Dias. Resultado: **Aprovado**. **Item 15. Requerimento Nº 16, de 2011**, requer a realização de audiência pública para discutir a situação dos Planos de Saúde Privados no Brasil. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 16**. **Requerimento Nº 15, de 2011**, requer a realização de audiência pública a fim de debatermos o Estatuto da Igualdade Racial e os 8 (oito) anos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 17**. **Requerimento Nº 17, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para discutir uma proposta de regulamentação de combustível no Brasil. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 18**. **Requerimento Nº 04, de 2011**, requer nos termos art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, seja convidada a Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Secretaria para Política das Mulheres, Iriny Nicolau Corres Lopes, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH acerca das políticas públicas que o Governo Federal pretende implantar no que se refere ao combate à violência contra a mulher, a atual aplicação da Lei Maria da Penha e a valorização da condição da mulher. Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: **Aprovado**. **2ª PARTE.** Destina-se a realização de Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 03, de 2011, de autoria do Senador Pedro Simon, *para que a convidada Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, possa informar e discutir com os senadores a política do governo federal para a respectiva área*. A Convidada **Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República** comparece. O Senhor Presidente convida a Excentíssima Senhora Ministra Maria do Rosário para tomar lugar à mesa e proceder suas considerações. Em seguida o Senhor Presidente franqueia a palavra os Senhores Senadores inscritos para falar. **Extrapauta**. **Item 1. Requerimento Nº 18-CDH, de 2011-CDH**, que requer a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão e da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir os seguintes problemas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE: 1) ameaças que vêm sofrendo os juízes federais criminais e suas famílias, por parte de organizações criminosas; 2) prerrogativa única e exclusiva à Justiça Federal, para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos; 3) impasse remuneratório vivido pela magistratura federal (reajuste subsídios); e 4) ampliar a participação dos membros da Magistratura Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais. Para tanto, solicito que seja convidado o Presidente da AJUFE, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 2**. **Requerimento Nº 19-CDH, de 2011-CDH**, que requer a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de diligência na cidade de Altamira, Estado do Pará, no sentido de ouvir as populações que poderão ser atingidas, quais sejam Indígenas, Quilombolas, Agricultores Familiares, Ribeirinhos, Moradores da Periferia de Altamira, entidades de direitos humanos, Movimento Xingu Vivo Para Sempre, e demais movimentos sociais que se contrapõem ao empreendimento Belo Monte, que já está sendo terraplanado, bem como deverão ser ouvidos representantes do Ministério Público do Pará. Autoria: Senadora Marinor Brito. Resultado: **Aprovado**. **Item 3. Requerimento Nº 20, de 2011-CDH**, Requer manifesto dos membros da CDH, em correspondência ou outro instrumento viável, à Ministra Miriam Melquior, manifestando preocupação com a não contratação de Auditores Fiscais do Trabalho aprovados em concurso realizado em 2010. Autoria: Senadora Marinor Brito. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, Marinor Brito, Randolfe Rodrigues, Ângela Portela e Sérgio Petecão, Wellington Dias e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e doze minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a terceira reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovada.

Já está conosco aqui a Ministra Maria do Rosário.

Quero dizer, Ministra, da nossa alegria. Esta é a primeira reunião deliberativa desta Comissão. Tivemos outras duas reuniões, mas foram reuniões de trabalho interno. Fizemos questão de V. Exª pelo trabalho que tem realizado ao longo de sua vida, não somente agora como Ministra, um trabalho que orgulha a todo o povo brasileiro, mas também, pegando uma frase do Simon, pelo discurso feito hoje na ONU. V. Exª aqui representa a política de direitos humanos, eu diria, no Planeta. Nós reconhecemos isso pela envergadura das suas posições a todo momento, como já foi dito pela imprensa – quero dar esse destaque -, com muita convicção, com muita firmeza, mostrando que os direitos humanos estão em primeiro lugar.

Primeiro, o agradecimento desta Presidência, porque, no momento em que o Senador Simon nos falou, e ele vai ser o primeiro orador a falar nesta Comissão, explicarei o porquê da ideia dele de convocá-la. De pronto, liguei para V. Exª, que estava numa audiência com a Presidenta Dilma. Terminada a audiência, deu-me retorno e nos disse: olha, marque o dia e a hora. Só se eu não puder mesmo para não estar presente na primeira reunião deliberativa e oficial da Comissão de Direitos Humanos.

Então, mediante essa pequena introdução, farei a leitura do requerimento encaminhado a esta Presidência. Já tinha feito em outros momentos, mas só pudemos votar hoje, do Senador Simon.

Requerimento nº 3, de 2011:

"*Com fundamento no disposto no art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro que seja convidada a Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Srª Maria do Rosário Nunes, para informar e discutir com os Senadores sobre a política do Governo Federal para a respectiva área." Autoria: Senador Pedro Simon.*

Coloco em votação neste momento o requerimento, mas, antes disso, passo a palavra ao Senador Pedro Simon. V. Exª está com a palavra. Tenho certeza de que o requerimento vai ser aprovado por unanimidade, permita-me dizer isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, fico emocionado porque estou no Senado há 30 anos e é a primeira vez que vejo que estamos reunindo para fazer um requerimento de convite para a Ministra, que já está aqui. Já tivemos um precedente desses?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só para um caso especialíssimo, de atenção a V. Exª e à Ministra Maria do Rosário e sob a anuência do Presi-

dente Paulo Paim. Não fosse essa convicção gaúcha, com o apoio de São Paulo e do Tocantins...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É o prestígio do Paulo Paim que, realmente, é uma pessoa espetacular. Mas é a Ministra que mostra a que veio.

Querida Ministra, pedi um voto de louvor a V. Exª na sessão anterior, porque achei a atuação de V. Exª, na Europa, excepcional. Eu estava acompanhando desde o início, pelo carinho que tenho por V. Exª e pela importância que eu imaginava que estava se formando em torno da reunião. Havia como que uma interrogação para ver como é que V. Exª ia fazer a explicação do Lula e do Governo do Lula e a Ministra agora. Não vejo nada demais, acho que é uma continuidade, não temos que dar nenhuma explicação, V. Exª disse muito bem, mas eles queriam levar para esse lado e V. Exª, com muita categoria, mostrou que o Lula é o Lula, um homem que merece o aplauso do mundo inteiro, que a Presidenta é alguém que sofreu, que lutou, que venceu essa etapa toda, e, como diz V. Exª, nós, no Brasil, com relação aos direitos humanos, vamos praticar os direitos humanos sempre, em qualquer situação e em qualquer lugar, da mesma maneira.

Não é como aconteceu, principalmente nós, da América do Sul, do Cone Sul: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai, onde todas as violações aos direitos humanos foram patrocinadas pelos americanos e pelos europeus. Como V. Exª disse no pronunciamento, não é como eles, cujo comportamento com relação aos direitos humanos varia de acordo com o momento, de acordo com o lugar, de acordo com a oportunidade. Nós do Brasil não, nós dos direitos humanos... A recepção - e eu acompanhei a repercussão internacional dessa manifestação – foi realmente impressionante, V. Exª passou a ser ouvida. Não sei se lá pode ver, mas aqui no Brasil deu para ver, nas televisões do mundo inteiro. E o seu pronunciamento... Se esperava muito da americana, da chanceler americana, mas ela terminou dizendo quase nada com nada, quer dizer foi um pronunciamento frio. E o de V. Exª foi um grande pronunciamento.

A vinda de V. Exª aqui, nós achamos muito importante, porque esta Comissão de Direitos Humanos foi uma comissão, cá entre nós, muito fraca até o Paim chegar aqui. No início o Paim fez uma revolução, fez uma revolução. Começa que televisão, Senado transmitindo era de justiça, era de economia, a nossa, nunca. O Paim marcou reunião, senão me engano, para sete horas da manhã, e ninguém levou a sério, todo mundo riu. E eu fiquei impressionado de ver as pessoas que me falavam que ligavam a TV Senado às sete horas da manhã para ver, exatamente porque ele teve a competência de trazer grandes debates, grandes discussões, assuntos da maior importância que realmente deram uma modificação nova a esta Comissão.

Então, achei por bem – claro, tudo que eu falo é porque o Paim me orientou e eu aceitei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT–ES) – Por isso ele é o Senador Simon, viu?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB–RS) – Mas, na verdade, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o senhor quem me orienta e o senhor sabe disso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) - ...nós achamos por bem começar com V. Exª, iniciar com V. Exª, em primeiro lugar para dizer que V. Exª conta com esta Comissão, V. Exª conta para valer. Achei sua presença muito competente. Essa questão da comissão da verdade. V. Exª... Muita competência. A maneira de impor, de expor, a sua convivência, a convivência com nosso conterrâneo Jobim, que também é muito competente. Quer dizer, tenho que reconhecer que ele jogou muito bem. A maneira que essa nota saiu, que ninguém entende direito o que é, o que não é... Se pensava que ia criar uma crise, de repente nem V. Exª nem o Jobim nem o pessoal do Exército... Eu acho que as coisas estão sendo conduzidas muito bem, essa comissão da verdade, V. Exª botou no devido lugar, com a serenidade necessária. Quer dizer, nós temos que ter o bom senso e o bom equilíbrio. Não vou negar a V. Exª: quando eu vi aquele ditador da Argentina na televisão de mão amarrada, eu gostei muito. É até pecado, mas é um pecado que eu cometi. A minha sensação foi... Eu olhei para aquele passado, aquele história e vi. As coisas estão acontecendo. Nós não estamos querendo nem aquilo. Nós estamos querendo apenas um esclarecimento. Não há uma *vendetta*. É verdade que temos que reconhecer que as coisas não vão como estão querendo dizer. Quer dizer, o nosso projeto, a nossa tentativa de anistia não foi a que foi aprovada, e a nossa, como Argentina, Uruguai, como os outros, lá foram os vitoriosos que fizeram. Nós, não. Nós estávamos em plena Ditadura, e foi o que nós conseguimos. Foi o que nós conseguimos naquele momento e conseguimos, até de certa forma – é meio delicado contar aqui... Eu era da comissão com o Teotônio e outros, da Comissão da Anistia. Houve um determinado momento em que a Ditadura, com muita competência, pôs em primeiro lugar os grandes líderes - Brizola, Arraes – e deu anistia para essa gente. E essa gente ficou feliz, contente. E nós queríamos ver a outra parte. Com relação a esses nem havia dúvida de que não aconteceria nada demais. Mas, na verdade, esses, de certa forma, terminaram chegando lá pelas tantas, dizendo para nós que o nosso projeto, que foi um projeto fan-

tástico, era mais radical com as pessoas que tinham sido punidas do que na Ditadura. Por quê? Porque a Ditadura liberou os grandes, mas se despreocupou com o resto. E nós queríamos liberar os grandes. Não tínhamos nenhuma dúvida nesse sentido, mas queríamos olhar também para o resto. Então, dizer que foi feito e não tem mais o que se discutir... Vamos devagar. Ninguém está querendo fazer aqui o que aconteceu, até porque eles já morreram, não tem nenhum... Quer dizer, ninguém quer colocar, como na Argentina, o ex-Presidente amarrado. Quer apenas um esclarecimento e o direito da pessoa.

Eu falo com relação ao Dr.Ulysses. E aí me aprofundei nesta matéria. E aí eu tomei conhecimento. Eu acho que V. Exª deve saber também. O que é impressionante uma família não enterrar o morto. Quer dizer, enterrar o morto, pegar o caixão faz parte de um processo. E uma mãe que não enterra o filho está em angústia. Ela nunca dorme tranquila. Ela está naquela expectativa do que é, do que não, do que aconteceu, do que não aconteceu.

Quando eu vejo familiares de Dr. Ulysses, que morreu num acidente, que tudo foi encontrado. Todos os que morreram, o avião, tudo foi encontrado, menos ele. Eu fui ao litoral do Rio de Janeiro, uns três, quatro meses depois, caminhar ali. E é uma coisa que os marinheiros contam que, de madrugada, quando estão saindo para pescar, eles vêem um vulto de mais de dois metros, alto, magro, caminhando pela beira do mar que passa por eles e abana. Mas na verdade os filhos dele até hoje têm essa angústia porque não enterraram o corpo. Então, eu acho que o que V. Exª está fazendo é absolutamente correto.

A nossa idéia desta reunião, primeiro, é que V. Exª conta conosco. Quando fala, vamos atrás. Segundo, orienta-nos no sentido para onde temos que caminhar e, terceiro, vamos caminhar juntos nessas questões mais delicadas, tendo a competência que V. Exª está tendo de colocar as coisas no seu devido lugar. Nós não vamos embarcar nessa. É ridículo criar problema ou para a Dilma ou dizer que é assim ou assado. Eu acho que a situação está muito bem colocada.

É fácil porque, do lado de cá, teve um manifesto maluco de alguém aí, conclamando o povo para ir domingo à Cinelândia protestar contra a vinda do Lula. É uma coisa de doido! Sinceramente, não consigo entender como alguém pode fazer uma coisa dessas. Criar uma crise internacional? Numa hora de afirmação positiva, que soma para o Brasil, a pessoa propõe uma maluquice dessas! Se – Deus o livre! – isso acontecesse, seria criada uma crise de proporção imprevisível. Há outros que querem avançar, mas essa não é nossa questão.

Olha, tenho muito orgulho de V. Exª. Quando V. Exª foi candidata a prefeita – e foi uma grande candidata –, eu disse: "Para prefeito, o voto é no Fogaça, porque a Maria do Rosário tem um futuro muito importante, muito significativo, e não pode sair da Câmara Federal". Repare que V. Exª está numa posição muito, muito importante. Estamos vibrando com sua posição. Expresso meu carinho por V. Exª. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadores e Senadoras, permitam-me que eu coloque, de imediato, o requerimento em votação. O Senador Pedro Simon, como autor do requerimento, fez a defesa, para que aprovássemos o convite, que S. Exª já tinha feito naturalmente pelo telefone, à nossa querida Ministra, que, de pronto, prontificou-se a vir a esta Comissão.

Então, vou colocar em votação o requerimento. É uma questão protocolar. A Ministra fará uma exposição. Em seguida, passarei a palavra aos Senadores.

Coloco em votação o requerimento do Senador Pedro Simon.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Uma vez aprovado o requerimento do Senador Pedro Simon, com a devida fala de S. Exª em nome de todos nós, passo a palavra, de imediato, à nossa querida Ministra Maria do Rosário.

Ministra, quando V. Exª confirmou sua vinda aqui, nossa assessoria fez alguns convites. Não vou citar nomes, mas aqui estão representantes da Comunidade Indígena, da Comunidade dos Ciganos, do Movimento Sindical, do Movimento Negro. Aqui estão auditores fiscais.

Registro que aqui está presente o Deputado Federal João Paulo, que foi Deputado Federal Constituinte. S. Exª soube que V. Exª, Ministra, estaria aqui e fez questão de comparecer a esta reunião.

Depois, farei a leitura dos nomes que chegaram à Mesa. Inclusive, vamos aprovar alguns requerimentos que têm a ver com algumas entidades que se fizeram representar nesta reunião, principalmente para ouvi-la, Ministra, mas também para participar da reunião de deliberação de requerimentos que são de interesse delas.

De pronto, concedo a palavra à Ministra Maria do Rosário, pelo tempo que entender necessário para fazer sua exposição.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Prezado Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, quero cumprimentá-lo como Presidente desta Comissão e desejar uma gestão de trabalho que, temos certeza, será a

serviço do povo brasileiro, como é característica dos seus mandatos e da sua energia. Agradeço o convite da Comissão, por meio da sua pessoa.

Quero cumprimentar todas as Srªs Senadoras, que também orgulham o Brasil com sua presença no Senado Federal. Cumprimento a Senadora Angela Portela, a Senadora Marinor Brito, a Senadora Lídice da Mata.

Cumprimento ainda o Senador Cristovam Buarque e o Senador Eduardo Suplicy.

Permitam-me dizer que, talvez, seja difícil expressar à Comissão e aos representantes das entidades da sociedade civil, dos diversos movimentos que aqui se encontram, dos conselhos de direitos, do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e dos demais conselhos que acompanham esta reunião da Comissão de Direitos Humanos a honra que me move e o que sinto, neste momento, com as palavras do Senador Pedro Simon.

Senhores e senhoras, o Senador Pedro Simon é uma bandeira no Brasil e no Rio Grande do Sul, na vida democrática do nosso Estado, o Estado que nos trouxe até aqui para servirmos ao Brasil. O Senador Pedro Simon faz parte da formação de cada um dos democratas, dos ativistas, dos lutadores sociais do nosso Rio Grande e do Brasil. E não é diferente comigo.

Portanto, Senador Pedro Simon, as nossas histórias de vida estão cruzadas certamente pelo orgulho que temos de tê-lo como representante do Rio Grande ao lado do Senador Paulo Paim e hoje da Senadora Ana Amelia no Senado Federal. Estão certamente ligadas também pelo sentimento democrático e porque o senhor viveu todo esse período mais difícil com honradez, representando os sentimentos mais nobres de democracia do povo brasileiro. Quero dizer que o senhor é uma boa escola para todos nós que somos, antes de tudo, aqueles que queremos servir ao nosso povo e à causa da democracia. Muito obrigada pelas suas palavras. Muito me honram. Muito obrigada, Senador Pedro Simon. (*Pausa*.)

Eu quero também agradecer a presença e o carinho do Senador Vicentinho Alves, que já nos recebeu no início dos trabalhos, e do sempre Senador José Nery que mantém sua atividade hoje como um dos coordenadores. Estive aqui no Senado Federal para tratarmos do enfrentamento do trabalho escravo e o Senador José Nery foi escolhido pelo Senador Cristovam Buarque, pelo Senador Suplicy, por vocês, Srªs e Srs. Senadores, para continuar ativo como aquele que estará mantendo a frente parlamentar do combate ao trabalho escravo aqui no Senado Federal, em conexão com todos os Estados brasileiros. Muito obrigado, Senador Jose Nery, pela sua presença.

Senhores e senhoras, é muito significativo que tenhamos hoje uma audiência para tratarmos dos direitos humanos no Brasil, onde os Senadores e Senadoras, sob a presidência do Senador Paulo Paim, convida também a sociedade civil. A defesa dos direitos humanos no Brasil perpassa toda essa diversidade de organização, essa brilhante possibilidade que temos no Brasil de avançar com um Parlamento atento às necessidades do nosso povo. Portanto, estar em uma audiência onde as crianças, os idosos, o povo negro, o povo cigano, o povo indígenas, as pessoas com deficiência e tantas e tantas causas aqui representadas e toda a nossa agenda de direitos humanos... O centro da política de direitos humanos, Senador Paim, que a Presidenta Dilma nos orienta a realizarmos no Brasil está expresso nesta frase: "direitos humanos de todos e de cada pessoa".

É preciso que, no Brasil de hoje, que não pode apenas preparar-se para ser uma nação desenvolvida, mas um Brasil que já tem atribuições como uma nação que alcança um importante patamar no mundo contemporâneo, esse Brasil tem a urgência de responder sobre os direitos humanos de cada cidadão e cidadã brasileira, de cada grupo social, ampliando, portanto, o tema dos direitos humanos, para que ele seja reconhecido como parte das iniciativas, das necessidades e dos direitos, sim, fundamentais de todos os brasileiros e brasileiras.

Os direitos humanos, no mundo contemporâneo, são pressupostos civilizatórios. Eles surgiram de forma organizada a partir do final da Segunda Guerra Mundial, Senador João Pedro, como um brado dos povos contra a barbárie. As Nações Unidas e o mundo perceberam a violação da consciência e dos direitos mais básicos do ser humano nos fatos da Segunda Guerra Mundial e organizaram-se, então, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, para apresentarem ao mundo questões fundamentais, como a essência de que somos parte, todos nós, de uma mesma família humana. Nós, brasileiros, também estamos integrados a essa família humana para a qual não existem fronteiras e não podem existir preconceitos étnicos, de crença, religiosos. E o Brasil, que é um dos primeiros países do mundo a assinar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, demorou, mas produziu, na Constituição de 1988, o marco fundamental das questões que tinha assinado a partir de 1948. E os princípios do Brasil que movem a Nação, o Estado brasileiro, a República e seus poderes estão assegurados na Constituição Federal a partir do pressuposto de um país que se move pela paz, que se move pelos direitos humanos, pelo princípio da não intervenção, do respeito aos povos e da cooperação internacional.

O Senador Pedro Simon, em seu preâmbulo, disse que, de certa forma, alguns setores procuram perceber quais as diferentes ênfases que a Presidenta Dilma observa, comparativamente às questões que o Presidente Lula trouxe nos oito anos de seu governo e talvez também aos governos que a democracia brasileira produziu a partir de 1985, principalmente a partir de 1988, quando da Constituição cidadã.

Em direitos humanos, o fundamental é podermos dizer que há uma coerência entre os governos pós Constituição de 1988. Todos os governos brasileiros posteriores tentaram aprofundar a agenda de direitos e nossa diplomacia, no cenário internacional, tem também uma coerência importante ao apresentar para o mundo uma postura de não ingerência, de respeito à diversidade, de respeito aos povos e de confiança de que os povos podem agir - como o brasileiro assim o reivindica em cada momento - como responsáveis pelas mudanças e pela centralização das políticas de Estado em cada uma das nações que participam do sistema internacional de direitos humanos ou, no âmbito da OEA, do sistema interamericano de direitos humanos.

O Brasil participa do sistema internacional de direitos humanos com a coerência de princípios que valem para o nosso País e para os povos do mundo. Defendemos os mesmos princípios dentro e fora de nosso País.

Portanto, Srs. Senadores que conosco compõem, neste momento, esta mesa de trabalho ao lado do Senador Paulo Paim, o nosso pronunciamento nas Nações Unidas, no Conselho de Direitos Humanos da ONU, foi pelo fortalecimento do multilateralismo. O Brasil tem, coerentemente, Senador Pedro Simon, buscado o fortalecimento dos sistemas multilaterais das Nações Unidas. Veja, por exemplo, a nossa posição diante do norte da África e das circunstâncias em curso no Oriente Médio. Referendamos as posições e decisões tomadas, relacionadas a direitos humanos no fórum adequado, ou seja, no Conselho de Direitos Humanos nas Nações Unidas.

Muitas vezes somos questionados quanto ao por que de o Brasil não ter se posicionado, no âmbito das Nações Unidas, como agora, sobre as questões do Oriente Médio e do norte da África. E nós contestamos essa visão simplificada, porque o Brasil, nos momentos anteriores, questionou, no âmbito das Nações Unidas, as demais nações pertencentes ao Conselho de Segurança e ao Conselho de Direitos Humanos porque o que nós queríamos está ocorrendo agora e não ocorria antes. Os temas de direitos humanos não podem ser pretexto para ocupações, invasões, ações unilaterais. Os temas de direitos humanos têm que ser tratados no Conselho de Direitos Humanos e não nos fóruns restritos da agenda de segurança internacional.

Portanto, esse foi o nosso posicionamento, querida Senadora Marta Suplicy, Senador João Alberto e Senador Paulo Davim, que também compõem esta Mesa ao lado do Senador Paulo Paim.

No mundo, nós defendemos o que queremos para o nosso próprio povo, o direito à autodeterminação, o direito à paz, o protagonismo dos povos, o fortalecimento da democracia, e não nos sentimos – porque não somos – superiores como povo brasileiro, como nação-estado, a nenhum dos povos do mundo; nós nos sentimos irmãos, nós nos sentimos como Brasil àqueles que devemos atuar antes de tudo pela cooperação, antes de tudo para trabalharmos juntos para um mundo onde a paz e os direitos humanos não sejam a exceção.

Diante das questões do Japão, nos dias atuais, certamente que todas as nações contemporâneas observam com dor a dor dos irmãos japoneses, da família humana que está no Japão. Estendemos os nossos braços, as nossas mãos ao Japão. Queremos contribuir e podemos contribuir como temos feito quando nos dirigimos ainda e a então Ministra, hoje Presidenta Dilma, representando o Brasil em Copenhagen, destacou a agenda ambiental como uma questão fundamental para o nosso País.

O desenvolvimento para o Brasil, que trata dos direitos humanos, é o desenvolvimento da inclusão, é o desenvolvimento onde as diretrizes econômicas não podem estar e não estão apartadas das necessidades sociais de incluirmos milhões de brasileiros que até pouco tempo e que ainda nos dias de hoje nos fazem sentir que estão excluídos dos direitos. O Brasil tem essa responsabilidade. Mas, ao mesmo tempo, a cara do desenvolvimento nos dias atuais, que integra direitos humanos, é também a agenda ambiental. A agenda ambiental é parte das questões de direitos humanos.

Os direitos humanos têm pressupostos que são universais, interdependentes e indivisíveis. Ao tratarmos das crianças, estamos tratando dos idosos; ao tratarmos da economia, estamos tratando das políticas sociais; ao tratarmos das mulheres, estamos tratando de um Brasil justo, um Brasil com equidade, um Brasil que supera as marcas da pobreza, as marcas da violência e as marcas da exploração.

Portanto, quero dizer aos senhores que uma Comissão de Direitos Humanos, no âmbito do Senado Federal, deve, do meu ponto de vista, modesto, mas para o diálogo e para o trabalho integrado que já estamos desenvolvendo e que aprofundaremos, estar atenta a todos os temas que dizem respeito ao nosso

País e ao mundo contemporâneo, e ao lugar do Brasil no mundo contemporâneo.

À Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, os Srs. Senadores decidiram, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, Deputados e Deputadas Federais decidiram oferecer a essa Secretaria um *status* de Ministério, e isso foi feito na segunda metade do ano de 2010. Ao encontrarmos esse *status*, no entanto, os senhores e as senhoras decidiram que não deveríamos ser um ministério à parte, um ministério que tivesse uma atuação – permitam-me – como os demais no âmbito da Esplanada.

Todas as pastas são relevantes nas suas atribuições, querido Líder do PT, Humberto Costa, Senador, mas a agenda e a pasta de direitos humanos, os senhores e senhoras decidiram que deveria ficar junto à Presidência da República. Portanto, a Secretaria de Direitos Humanos, no âmbito dos ministérios, assim como a Secretaria da Igualdade Racial e das Mulheres, está junto à Presidenta Dilma; é uma pasta de assessoria imediata, direta, da Presidenta da República e, ao mesmo tempo, é uma pasta de articulação de todas as demais para o tema dos direitos humanos, porque os direitos humanos têm essa universalidade.

Os direitos humanos acontecem para todos os segmentos e devem acontecer para todos os segmentos da população brasileira, tendo como referência os documentos e tratados de que o Brasil é signatário. Tanto no âmbito do Poder Executivo, do Judiciário quanto do Poder Legislativo, essas referências são fundamentais. Tratados e convenções, porque integramos justamente o sistema internacional de direitos humanos e prestamos contas, senhores e senhoras, a cada cinco anos, de cada uma das agendas de que o Brasil é signatário.

Hoje, o sistema internacional de direitos humanos, em todas as áreas, funciona como sistema, com relatores especiais, com uma autoridade de direitos humanos no plano internacional, e cada país-membro das Nações Unidas precisa ter e preparar relatórios que oferecem às Nações Unidas e aos povos do mundo os compromissos que assumiu como responsabilidade internacional para modificar as circunstâncias dos povos do mundo e de cada ser humano ao redor do mundo, seja no combate à fome, nas circunstâncias do trabalho escravo, na defesa de direitos das crianças e adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência.

Em todas as áreas em que o Brasil é signatário de tratados, a cada cinco anos, a Secretaria de Direitos Humanos prepara um relatório. Esses relatórios não devem e não são preparados exclusivamente pelo Poder Executivo; são relatórios de Estado. Portanto, do meu ponto de vista, faz-se necessário um diálogo a seu respeito com as comissões técnicas, irmãs do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. A apresentação de cada um dos relatórios poderia, na nossa atividade conjunta, ser precedida de análises pelo próprio Parlamento brasileiro, na preparação de metas, análise de metas, porque, se nós apresentamos para o mundo, antes de tudo, nós temos de apresentar ao Brasil.

As principais autoridades a quem nos devemos colocar a serviço na área de direitos humanos são o nosso próprio povo, e esse povo tem o direito de conhecer os indicadores com os quais trabalhamos e as metas que temos para superação das violações. Nós somos um País, senhores e senhoras, com contradições e, diante do mundo e do nosso próprio povo, não queremos diminuir essas contradições, porque são nossos desafios enfrentá-las. Não se trata de enfrentar no discurso as condições de vida difíceis do nosso próprio povo e as contradições que permanecem.

Somos um País que se transformou em referência no pós-1988 com todo um arcabouço legal que nos honra. A Constituição de 88 se desdobra em áreas e possibilidades que os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e com a presença firme e forte da sociedade civil transformaram em legislações específicas.

Vejamos: nós somos um País que temos uma das melhores legislações para proteção infantil, com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós inovamos diante da Convenção Internacional dos Direitos da Criança porque, no Brasil, nós fizemos um corte: reconhecemos a criança como a pessoa até os 12 anos, e o adolescente, essa figura especial de quem temos de ter um reconhecimento específico de direitos e de desafios frente à violência, circunstâncias difíceis de vida da Nação brasileira, está entre os 12 e os 18 anos.

Senador Paim, a Convenção Internacional não considera essa circunstância específica da adolescência. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança trabalha com crianças até os dezoito anos. Nós conseguimos inovar e trabalhar o direito específico.

Nós avançamos no âmbito da legislação com a Loas – Lei Orgânica de Assistência Social. Senhores e Senhoras, a Loas é parte dos direitos humanos de um Estado democrático, porque direitos humanos sem democracia não existe. É fundamental que tenhamos uma lei orgânica da assistência social, porque conseguimos hoje ter um sistema único que incluiu, pela via não apenas do bolsa família, mas de uma série de políticas iniciadas, Senador Cristovam, e inspiradas no bolsa escola, na renda mínima, querido Senador propagandista maior dessa agenda, Eduardo Suplicy, essas questões que incluem. O direito à alimentação

é um direito humano fundamental, que foi aprovado, no ano passado, pela Câmara e pelo Senado. Mas ele deve estar assegurado pela assistência social com os mínimos necessários.

Nós avançamos também, em termos de legislação, em uma série de outras questões, como o próprio Sistema Único de Saúde. O Brasil tem um sistema, Senador Paim, que é único no mundo por ser um sistema único a assegurar, independentemente de renda, de classe e de qualquer circunstância, o direito à saúde como um pressuposto essencial à vida e aos direitos humanos. E nós estamos avançando sempre nesse conceito de universalidade, nas questões de saúde, Senador Paim, quando preservamos com o seu trabalho deste Senado, dos idosos brasileiros, as questões referentes à Previdência Social.

A Previdência Social no Brasil, o olhar sobre os idosos, sobre as pessoas com deficiência para os mínimos necessários para uma base social é uma questão preponderante no mundo contemporâneo. Não cedemos, no Brasil, à lógica de que o Estado deveria ser diminuído para que ele fosse mínimo aos atendimentos de um povo que precisa das ações do Estado. Nenhum país contemporâneo, no pós guerra, conseguiu desenvolver-se sem uma matriz com uma presença forte do Estado nas políticas sociais, na vida distributiva, nas políticas econômicas. E eu digo isso porque essas matrizes da educação, da saúde e da assistência social são pressupostos básicos da área de direitos humanos, para assegurarmos, neste momento histórico, os direitos humanos plenamente a toda a população brasileira. São direitos de onde derivam-se outros direitos.

Nós fizemos, como nação, a luta democrática. Hoje, o Senador Pedro Simon, em uma abordagem sobre a comissão da verdade, estabeleceu aqui como síntese o nosso desejo de um Brasil que aprofunde a democracia. Senador Pedro Simon, para poucas situações no mundo contemporâneo, o mundo da pós modernidade, das relações líquidas, da economia líquida, o mundo do medo e da insegurança, no mundo de hoje, para poucas palavras, para poucas situações, nós usamos a palavra verdade. Porque não somos nós, como instituições, Senado, Poder Executivo, ou como representantes, Senadores e Senadoras, ou ministros, autoridades, que nos posicionamos como donos de uma verdade. Nós não queremos isso. Não somos aqueles que temos uma verdade absoluta a oferecer, mas a palavra verdade ingressa aqui junto aos temas do fortalecimento da democracia como uma resposta que não apenas o Brasil mas o mundo democrático contemporâneo está oferecendo aos seus povos no âmbito de cada nação.

Mais de quarenta países no mundo realizaram comissões da verdade, mais de quarenta países no mundo.

Esses países, com diferentes experiências... E nós não nos orientamos tendo como referência absoluta nenhum modelo. Nós sempre, no Brasil, procuramos analisar experiências e construir a nossa própria trajetória, caminhar pelos nossos próprios passos como nação. Mas esses países, em geral, procuraram produzir essas comissões como um lugar de encontro, não de cisão, como um lugar de fortalecimento das suas instituições. E eu me permito citar um país que tem muito produzido, ainda que não como modelo, mas com uma experiência positiva, uma referência de como um país pode viver um processo de encontro e de superação de suas marcas mais difíceis. E esse país que cito é a África do Sul.

A África do Sul, Senador Paim, no pós-apartheid, quando Mandela escolhido por esse povo para produzir as mudanças importantes, ele já um líder do mundo, ele um líder do combate ao racismo, mas um líder da amorosidade entre os povos. Ele encaminha, junto com a nação da África do Sul, os rumos da comissão da verdade, que tratou do período do *apartheid* e com ilustres figuras das diferentes áreas. A África do Sul encontrou um caminho de fortalecimento para ser um país democrático e multirracial que ele é hoje.

A experiência que nós estamos produzindo no Brasil é entre nós uma experiência acima de tudo de paz e que afirma que, nos dias atuais, todas as nossas instituições são plenamente vocacionadas pela democracia, para a democracia e têm como referência única a Constituição de 88. Não há no Brasil nenhuma estrutura, não há no Brasil nenhum poder que não tenha como referência essencial a Constituição de 88 e os seus pressupostos democráticos, mas há uma dívida do Estado brasileiro que não está sendo reconhecida nos dias atuais. O próprio Brasil, em 1995, quando os Srs. Senadores e Senadoras e Deputados e Deputadas Federais aprovaram a Lei nº 9.140, de 1995, que criou a comissão especial sobre mortos e desaparecidos. Ali o Estado brasileiro, em 1995, assumiu a sua responsabilidade pela tortura, pelo desaparecimento e pela morte de brasileiros no período entre 1964 e 1985. No entanto, essa comissão que já está instituída, hoje dirigida pelo eminente advogado Marco Antônio Barbosa, mas que teve diferentes dirigentes que muito honraram, desde 1995 até os dias atuais, não teve os instrumentos para oferecer às famílias, aos brasileiros o que ocorreu verdadeiramente com seus filhos, com seus netos, com seus familiares.

O Deputado Ulysses Guimarães, lembrado aqui pelo Senador Simon, ao promulgar a Constituição de

1988, se lembrou, Senador Paim, de um Deputado. E, ao se dirigir à nação brasileira e a todos os Parlamentares, ele registrou uma homenagem no seu discurso, o discurso da Constituição cidadã, o discurso do Presidente Ulysses Guimarães, que é figura central na democratização do Brasil. Lembrou, naquele momento, o Deputado Rubens Paiva, que era Deputado do PTB, que foi cassado, que não pôde exercer seu mandato, assim como vários Parlamentares honrados que sentavam nestas nossas mesas, que defendiam suas idéias. Rubens Paiva foi cassado. Em 1981, ele foi retirado de dentro de sua casa. Rubens Paiva foi morto e a sua família, até os dias de hoje, não conhece as circunstâncias. Houve recentemente uma exposição em que tivemos a honra, Srs. Deputados e Deputadas, de ter, entre todos aqueles que estavam ali, dois jovens, entre as muitas pessoas que acompanharam a exposição. E eu considero que isso foi uma honra porque, ao estarmos juntos tratando deste tema, esses dois jovens não eram outras pessoas que não netos de Rubens Paiva.

A nação recebeu de Rubens Paiva o seu trabalho, a sua dignidade de homem honrado. A nação recebeu de Rubens Paiva o seu trabalho como Parlamentar. A nação o escolheu para ser um Parlamentar. A nação recebeu a sua própria vida, vida que ele ofereceu por defender os valores da democracia, como Parlamentar do PTB. A nação hoje recebe a luta e o pedido dos seus netos de uma nova geração que tem 18 anos, que tem 20 anos e que diz: nós queremos saber o que houve com Rubens Paiva e com cada um dos que participaram da luta democrática no Brasil.

E é apenas para isso, singelamente, apenas com o sentido de encontro e reconhecendo que todas as instituições parlamentares, inclusive as instituições das Forças Armadas da atualidade, são vocacionadas para a democracia, para os direitos humanos. Na atualidade o são a um acordo, um posicionamento comum entre nós, que nós pedimos aos Srs. Deputados e Deputadas e Senadores e Senadoras que promovam esse encontro no ritmo que os senhores acreditaram ser possível.

O Poder Executivo não vem com essa agenda ao Parlamento brasileiro, dizer: "Esta é a nossa bandeira". Não vem ao Parlamento brasileiro, dizer: "Esta é a nossa questão, acima de todas as outras". O Poder Executivo e a Secretaria de Direitos Humanos, em nome do Governo, dirige-se aos senhores para dizer: "Esta não é uma questão do Poder Legislativo, somente esta é uma questão da nação brasileira. E ela não é de Governo ou de Oposição. Ela é nossa. É da democracia".

Portanto, eu quero estabelecer com os senhores uma outra prioridade em termos legislativos. Ainda que esta seja uma questão que eu tenho certeza de que os senhores tomarão em mãos.

Quero pedir a V. Exªs a celeridade para o projeto que cria o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O Conselho Nacional de Direitos Humanos está entre as nossas Casas Legislativas para ser aprovado desde 1994. E, se aprovarmos o Conselho Nacional de Direitos Humanos, nós teremos um patamar superior para o Brasil na organização do Sistema Internacional de Direitos Humanos, porque o Brasil tem dificuldades de se afirmar formalmente no sistema por não contar com o Sistema Nacional de Direitos Humanos nos termos em que o Princípio de Paris, com a autonomia necessária, propõe à nação brasileira.

Quero pedir a V. Exªs uma atenção especial para o tema do trabalho escravo que se encontra aqui. E vejam o que nós queremos com a PEC do Trabalho Escravo: hoje, o nosso Código Penal prevê que quem planta, Senador Paim, qualquer substância entorpecente, quem produz lá num pedaço de terra maconha, cocaína ou qualquer substância entorpecente pode perder a terra, depois de toda uma análise, de todo um processo. Não é imediato. Há todo um processo em que a pessoa terá direito de defesa plena, mas, para impedirmos que aqui no Brasil existam essas circunstâncias que já marcam tão negativamente a vida da juventude do povo brasileiro e dos povos do mundo, quem planta substâncias que viram drogas perde a terra. Isso está no nosso Código Penal atual. Nós temos uma PEC, uma emenda constitucional que agrega uma questão: quem explora trabalho escravo perde a terra. Por que, senhoras e senhores? Porque o trabalho escravo é a degradação maior que pode existir. E por que o Brasil, que escravizou os negros, que escravizou os índios, que traficou pessoas, que tem uma marca triste, perversa...

Eu estive no Fórum Social Mundial no Senegal, de onde partiam os navios negreiros, numa porta por onde passaram milhares, milhões de homens, mulheres, crianças negras que não tinham outra visão, a partir da Ilha de Gorée, que não fosse o mar aberto. Não uma janela, não um lugar. Não se enxergava mais a África, mas um lugar de onde partiam para serem dizimados em um processo no qual não havia mais um encontro entre pais, filhos e netos. Não percamos de vista que o nosso povo negro brasileiro tem, na sua matriz, essa marca que é de todos nós, que está dentro da nossa vida e não é assegurado a esse povo o direito fundamental de conhecer, na sua própria árvore genealógica, quem eram os seus ancestrais.

Se nós sabemos quem eram os nossos avós e bisavós que vieram para o Brasil para trabalhar também em um processo de trabalho difícil, como os italianos, os alemães, os poloneses, os judeus, os árabes e todos os povos do mundo que compõem a nação plural brasileira, os negros e negras do Brasil não sabem. Os negros e negras do Brasil foram dispersados. Muitos deles carregam no seu sobrenome o nome das fazendas onde os seus ancestrais foram torturados até a morte, onde as suas meninas foram violadas. E essa marca está presente ainda no trabalho escravo. *(Palmas.)* No Brasil, 40 mil trabalhadores foram libertados ao longo dos últimos oito anos.

Estão aqui os auditores do trabalho, os concursados que V. Exª, Senadora Marinor, representa. E nós queremos que o Brasil fortaleça os seus instrumentos, porque é feito um trabalho brilhante pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho, pela Conatrae, pelos senhores em prol da libertação de quem, às vezes, nasce em algum rincão e não sabe que tem direito à liberdade e ainda trabalha por um prato de comida.

Senhores e senhoras, eu não queria me estender, mas eu tenho que falar com vocês sobre as crianças brasileiras. O nosso País quer enfrentar, está enfrentando e precisa do apoio de vocês para enfrentar fortemente a violação e a exploração sexual. Nós já não dependemos mais de leis, porque todas as leis, até o momento, foram constituídas – inclusive agradeço a este Senado Federal a mudança do Título VI do Código Penal que tive oportunidade de trabalhar como relatora na CPMI sobre a exploração sexual, e que o Senado aprovou com melhorias, a Câmara aprovou, que trata das violações sexuais, do estupro, como um crime não mais contra os costumes, mas contra os direitos humanos, beneficiando, queridas Senadoras, as mulheres, as crianças do Brasil.

Todo o Título VI hoje do Código Penal traz agravantes quando existe a exploração sexual por pessoas que têm a responsabilidade de cuidar das crianças, familiares que colocam as crianças na condição de exploração sexual, guardiões de instituições. Hoje nós temos leis, não apenas no Código Penal, mas para proteção, graças ao trabalho, recordo aqui, de todos os Srs. Senadores e Senadoras, da Senadora Patrícia Saboya, de tantos outros que atuaram aqui neste Senado, onde trabalhamos conjuntamente.

Mas, senhores, senhoras, a exploração sexual é a marca mais perversa. E muitas vezes nós, o Estado brasileiro, estamos perdendo a guerra para as redes criminosas. Não é possível que as redes criminosas da exploração sexual sejam mais fortes que o Estado brasileiro. E nós precisamos que o senhores ajam diante disto, cobrando a atuação nossa como Poder Executivo, cobrando a atuação também do Poder Judiciário. É preciso atuarmos juntos, porque não basta que as polícias façam o seu papel, não basta que tenhamos programas como procuramos constituir em cada uma das cidades brasileiras para o combate à exploração sexual. É preciso que o Poder Judiciário realmente leve à frente a nossa legislação e trate o estupro e as violação sexuais como crimes hediondos e não permita a impunidade. (*Palmas.*)

Estou cansada, Senador Paim, de ver no Brasil decisões judiciais que tratam meninas exploradas sexualmente como se fossem adultas, como se fossem responsáveis pela condição em que vivem. (*Palmas.*) Eu estou cansada de ver a menina ser julgada. Senadora Marta, há uma decisão judicial que criou jurisprudência que diz, entre outras coisas, sobre uma menina de 13 anos, que ela não era neófita em sexo. E nós, senhores e senhoras, sabemos que vivemos em uma sociedade que, muitas vezes, trata os temas da sexualidade com hipocrisia e muito dificuldade.

A sexualidade é parte constitutiva do desenvolvimento dos seres humanos. É preciso perceber, no entanto, que a sexualidade na vida infantil e na criança tem que ser vivida como criança e não pode ser explorada a partir do adulto com as suas perspectivas sexuais de adulto, porque isso, em qualquer circunstância, é violência.

É claro que a nossa Secretaria de Direitos Humanos tem o olhar também sobre as mídias de um modo geral, jamais com o pressuposto da censura. Jamais! Porque, como a Presidenta Dilma disse, nós somos gente que defende a liberdade de comunicação e de expressão plena em todos os sentidos.

Mas é preciso chamar à responsabilidade sobre a formação de processos acerca das crianças e adolescentes que tratam das questões da sexualidade produzindo nas crianças formas de agir e de se posicionar que não são da infância, que são produzidas a partir dos ambientes culturais e midiáticos e que para a criança, sinceramente, são a brincadeira, são o jogo de dançar, são o jogo de pular, de apresentar-se, de sentir-se bonita em uma era em que ser bonita como mulher está estabelecido a partir de alguns padrões determinados também no âmbito da sensualidade. No entanto, se as crianças brincam, se as crianças se apresentam porque querem apresentar-se como bonitas, se elas dançam como a dançarina de determinado grupo, vejam, senhores, elas fazem isso como crianças, mas os adultos utilizam isso e as exploram sexualmente e constituem isso por dentro de redes criminosas que as traficam pelas estradas brasileiras para fora do nosso País, em hotéis, motéis, pensões.

Nós não podemos conviver com isso, acostumando nossos olhos como natural.

Portanto, eu quero pedir isso aos senhores, porque entre as nossas prioridades está a proteção integral da criança e o enfrentamento da exploração sexual, com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal e com os senhores e as senhoras, que podem ser ativistas deste enfrentamento.

Tenho muitos temas, perdoem-me, mas eu não posso estar ao lado do Senador Paim e diante de vocês e também não falar dos idosos brasileiros. O Brasil vai viver, no próximo período, uma mudança demográfica positiva e importante. O Brasil sempre foi visto como o país dos jovens. Só que precisamos nos dar conta do seguinte – e talvez a Comissão de Direitos Humanos aqui possa, com o IPEA e outros institutos, produzir estudos sobre essa condição –: nós chegaremos a um patamar, nos próximos dez anos, máximo de presença de pessoas até 29 anos de idade. A partir de então, a tendência é a cada ano diminuirmos a presença de pessoas até 28, 29 anos de idade e começarmos a avançar cada vez mais no número de pessoas com 60 anos ou mais.

Essas questões não dizem respeito, neste momento, prioritariamente ou exclusivamente, ao equilíbrio econômico do Estado e às questões fiscais, tributárias e financeiras, de modo geral, do equilíbrio do Estado brasileiro, como muitas vezes o debate fica ali. Essas questões dizem respeito a nos prepararmos para um país acessível, o que já deve ser feito imediatamente, analisando as necessidades, as demandas, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto do Idoso e as questões a que estamos desafiados também para as pessoas com deficiência.

Mas não podemos tratar as pessoas com deficiência ou os idosos como excepcionalidade. Isto é parte do nosso povo, é constitutivo da Nação brasileira, da nossa cidadania. Como nós sempre fomos o país do vir a ser e hoje queremos ser o país do que somos atualmente, o país que vive os seus direitos na atualidade, estamos desafiados a não pensarmos mais nas pessoas exclusivamente no seu período reprodutivo e, entre aspas, "produtivo" do mercado de trabalho. Nós precisamos pensar nas crianças, nos idosos.

Neste ano nós teremos a Conferência Nacional do Idoso, uma conferência que vai propor ao Brasil medidas importantes para os direitos do idoso, mas uma conferência que queremos que aconteça, em novembro deste ano, precedida por duas questões: a primeira, que o Brasil assine, que a Presidenta Dilma assine, com os senhores e com o Brasil inteiro, um pacto, um compromisso pelo envelhecimento ativo e saudável, que é um compromisso de que todos nós, todos os Ministérios, todos os poderes, todo o Brasil terá com a aplicação do Estatuto do Idoso e com os pressupostos que estão ali apresentados. E a segunda questão é que o Brasil é protagonista, no âmbito do sistema internacional de direitos humanos, de uma convenção. O Brasil propõe para o mundo uma convenção sobre os direitos dos idosos, que é uma das áreas que não existem. Não há no cenário internacional, Senador Paim, nada que trate de forma específica dos direitos dos idosos. Nós temos agências específicas no âmbito das Nações Unidas, como o UNICEF, que trata das crianças, nós temos agências que tratam da situação da educação, a nossa UNESCO, mas não temos agências políticas, mundiais, para o tema do envelhecimento saudável, do envelhecimento com direitos, que é algo para não ser tratado apenas na idade mais avançada, mas ao longo de toda a vida. É preciso tratar com as crianças, é preciso tratar com os adolescentes, é preciso tratar a Previdência Social com essa noção e é preciso tratar respeito, convivência entre gerações como um tema fundamental para o Brasil. Inclusive o Japão é um dos países que nos inspiram e que está conosco, produzindo essa reflexão sobre o que nós podemos propor para o mundo em termos de envelhecimento ativo e saudável. E eu acredito, Senador Paim, que o Senado Federal, as organizações que atuam com aposentados, com idosos ativos podem estar conosco no cenário internacional propondo essa convenção, essa declaração no âmbito internacional.

Senhoras e senhores, nós temos o combate ao racismo, o combate à tortura nas instituições, nas penitenciárias. Eu costumo dizer o seguinte: se a situação do preso, Senador Pedro Simon, é uma situação tranqüila de cumprimento da pena, o Ministério da Justiça trata, mas, se há tortura dentro do presídio, nós temos uma comissão nacional para o enfrentamento da tortura na instituição prisional, no atendimento dos jovens em conflito com a lei e nós teremos a prioridade da educação este ano, na implantação do Sinase. Nós queremos que os jovens que saem dos programas de internação saiam com profissão. O programa é socioeducativo. Estamos trabalhando junto ao MEC para isso. Nós queremos que os apenados tenham direito ao trabalho, de ajudar no sustento de suas famílias. Temos programas nesse ambiente.

Eu teria uma apresentação sobre esses programas, mas eu me estendi, portanto não os apresentarei, mas deixarei para as senhoras e os senhores cópia dos fundamentos do nosso trabalho e das ações a serem desenvolvidas.

Provavelmente, na minha apresentação, eu esqueci muitas áreas. O que não posso esquecer é de dizer a vocês da parceria que precisamos ter, que pre-

cisamos que vocês nos fortaleçam como área de direitos humanos e que nós queremos fortalecer a atuação desta Comissão, que nós vamos desenvolver pelo Brasil jornadas de direitos humanos e seria excepcional se o Senado Federal estivesse junto conosco, credenciando, Senador Paim. Quando estivéssemos num Estado, estaria lá a Senadora, o Senador daquele Estado para representar, para usar da palavra, para falar em nome da Comissão de Direitos Humanos e para dizer do trabalho conjunto que nós podemos desenvolver.

Quero reforçar com as senhoras e os senhores que a Senadora Martha lançou conosco um programa e uma ação contra a homofobia. Nós temos leis, Senadora Martha, em todas as áreas. Quem sabe nesta legislatura possamos levar à frente sonhos e direitos. E, para dizer que os direitos humanos são de todos e de cada pessoa, oferecemos às pessoas e à comunidade LGBT no Brasil o direito de ver os seus direitos também positivados em legislação. Eu sei que V. Exª é uma lutadora, portanto conte conosco.

Senhoras e senhores, conto com vocês para a afirmação do principal instrumento de denúncia das violações de direitos humanos que as brasileiras e os brasileiros têm. É o Disque 100. De qualquer lugar do Brasil, em qualquer dia da semana, a qualquer hora, em qualquer momento, há um plantão para atender às brasileiras e aos brasileiros nas denúncias sobre violação dos direitos humanos. Em várias áreas, já instituímos módulos. O Ministro Paulo Vannuchi é quem instituiu essa política, um brilhante trabalho. Nós estamos levando adiante, com orientação da Presidenta Dilma, e querendo que os brasileiros e as brasileiras sintam que tudo que diz respeito a suas vidas é parte dos direitos humanos.

Muito obrigada.

(Palmas.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou, de imediato, responder à questão de ordem e dizer à Senadora Marta Suplicy que ela está inscrita e vai falar em seguida. Só quero dizer aos Senadores e às Senadoras que estão inscritos que a Ministra havia quase pedido desculpas para mim, porque teria falado demais. Eu quero dizer que ela falou de menos e já fica o compromisso de um outro convite para ela fazer toda a exposição, num outro momento, na mesma Comissão. E agora vou atender à questão de ordem da Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não é bem uma questão de ordem, é só para dizer – eu não consigo me conter – que é o mais completo e brilhante discurso de direitos humanos que eu já ouvi. Quero parabenizá-la.

(Palmas.)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Nós estamos a serviço do Brasil, mas eu fico muito honrada, porque eu sei da sua luta de uma vida inteira pelos direitos humanos.

Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela lista de oradores, o Senador Pedro Simon já falou; em seguida, será o Senador Eduardo Suplicy; depois, o Senador Cristovam; Senadora Marinor; Senadora Angela Portela; Senador Vicentinho; Senador José Nery; Senador João Pedro; Senador João Alberto; Senador Paulo Davim; Senadora Marta Suplicy; Senador Humberto Costa; Senador Randolfe Rodrigues; Senador Wellington, que chegou neste momento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, como autor do requerimento.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu tenho que me retirar, porque eu estou na Comissão de Relações Exteriores e lá o Presidente é duro, não é tão liberal como V. Exª. Eu queria apenas propor uma ideia, se os senhores considerarem-na positiva no final da reunião.

Acho que seria o caso de a Comissão aprovar uma moção no sentido de que fizéssemos um apelo, um entendimento àquelas entidades que lançaram o manifesto para que, domingo, houvesse uma manifestação junto ao Presidente da República americana, para que elas voltassem atrás. Eu acho que seria realmente interessante. Não sei qual seria a fórmula, estou apenas propondo esta ideia de a Comissão fazer uma manifestação de um apelo a essas entidades, para que recuem da ideia de fazerem uma manifestação hostil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Entendi.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Acho que seria uma forma interessante de esvaziarmos o manifesto negativo daquela manifestação. Nós aprovaríamos, com muita elegância...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, permita-me, como agora é o espaço para que os Senadores façam o seu depoimento ou perguntas para nossa convidada, a Ministra, eu proporia que, no fim desse período, quando entrarmos no momento de deliberar aqui na Comissão uma série de documentos que tenho na mesa – moções, audiências públicas, requerimentos –, discutiríamos a proposta do Senador Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Se a Comissão concordar com a proposta, está bem; se não concordar, eu a retiro, não há obrigatoriedade de votá-la, de rejeitá-la. Se houver um entendimento no bom sentido, acho que seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

De imediato, vou passar a palavra para o Senador Suplicy, que é o inscrito. V. Exª está com a palavra como inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Minha primeira manifestação é de total apoio a V. Exª. Eu, inclusive, ainda antes do início da nossa reunião, Senador Pedro Simon, eu liguei para um dos importantes e históricos militantes do Partido dos Trabalhadores Emir Sader, que disse que as pessoas não prefiram ir à praia em vez de estar lá com Barack Obama. Com muito carinho e respeito, eu divirjo da posição dele e quero aqui dizer abertamente.

Ainda ontem, fiz um pronunciamento que o Senador Paulo Paim ouviu e, querida Ministra Maria do Rosário Nunes, quero dizer quão importante foi o seu pronunciamento, o de hoje e o da ONU, perante a Comissão de Direitos Humanos, que considerei tão relevante que o li, comentei e apoiei na íntegra, porque tenho uma afinidade completa com tudo o que ali disse.

Também tenho que ir à Comissão de Relações Exteriores, mas quero fazer alguns breves comentários. Primeiro, o apoio total ao que V. Exª aqui mencionou, dos filhos e netos do Deputado Rubens Paiva, para que possam saber a verdade completa do que ocorreu com o seu pai e que possamos todos, inspirados no exemplo que V. Exª mencionou, da África do Sul, quando o Presidente Nelson Mandela designou o Bispo Desmond Tutu, que inclusive recebeu o Prêmio Nobel da Paz pela sua atuação na comissão da verdade e da reconciliação. Eu assisti ao belo filme que foi produzido a respeito, e nós precisamos aprender com aquilo. Eu recomendo a todos que assistam a esse filme, onde as pessoas eram instadas a dizer o que realmente aconteceu, inclusive os responsáveis por eventuais atrocidades. E, à medida que revelassem, que reconhecessem, a própria lei dizia que essas pessoas poderiam, então, ser anistiadas. Mas o direito à verdade foi obtido. Então, estou de pleno acordo com o empenho de V. Exª nessa direção.

Também, sobretudo, naquilo que disse sobre a tensão que deveremos ter, com o apoio do Nery, para a erradicação do trabalho escravo. V. Exª nos terá como parceiros nessa luta, assim como no enfrentamento da violação e da exploração sexual.

Fiquei pensando, quando V. Exª mencionou aqui, e acho que seria até próprio, quem sabe... Vou sugerir e quem sabe a Senadora Martha possa até dizer se já assistiu, mas há um filme que impressiona, ele é muito bem feito. Quando V. Exª disse aqui que parece que é uma coisa normal que ocorre, ora aconteceu na nossa cidade, em São Paulo, aquilo que está no filme "Bruna Surfistinha". A atriz, Deborah Secco – V. Exª já assistiu... Ela faz um trabalho corajoso, fantástico e tudo. Mas queria instar V. Exª a dialogar com a Deborah Secco e com a Bruna Surfistinha - esse é seu apelido, ela tem outro nome -, para que elas possam colaborar nessa reflexão. Imagino que a Deborah Secco, não a conheço pessoalmente nem nunca dialoguei com ela –, depois que assisti a esse filme, possa colaborar no diálogo, porque ali viveu o papel de uma jovem adolescente ...

A SRª MARTHA SUPLICY (Bloco/PT- SP) – Um aparte, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Pois não.

A SRª MARTHA SUPLICY (Bloco/PT –SP) - Gostei muito da forma como a Ministra enfocou a questão da sexualidade infantil, por isso me encantei. É muito raro o entendimento das pessoas do que suscita esse comportamento na criança e de que, para ela, esse comportamento não tem a conotação erótica que tem para o adulto. Então, Senador Suplicy, o importante é muito mais a questão da televisão, porque, se essas crianças vão lá e fazem... O filme eu não vi, ouvi falar bem e tenho vontade também de ver, mas, pegando o gancho do filme, pegando a fala da Ministra, o mais importante é que nós tenhamos conversas. E eu já tive, como Deputada, um grupo chamado TVer que conversava. Não tem nada a ver com censura, com nada disso, porque existem muitas pessoas especializadas nessa questão no País, psicólogos que trabalham com essa questão, que podem orientar as televisões e os programas televisivos: qual é o limite no qual você não faz crianças aprenderem atitudes que as tornam presa fácil de exploração sexual.

Então, eu gostei imensamente e me proponho a continuar esse diálogo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, só para concluir.

Outro ponto que queria dizer à Ministra Maria do Rosário: aquilo que V. Exª colocou, sobretudo na ONU, e a vontade de nós, brasileiros, de colaborar para que os direitos humanos sejam estendidos aos povos, como no sentido que V. Exª falou: somos uma família e estamos preocupados com a eventual violação dos direitos humanos, seja ali no Irã, seja em Cuba, seja

nos Estados Unidos, em Guantámano, seja onde for, nos países árabes, ou ali, no Afeganistão.

Eu queria até fazer uma sugestão: eu gostaria de estimular V. Exª, junto à Presidenta Dilma, que, no diálogo tão importante e significativo que ela terá com o Presidente Barack Obama, tudo aquilo, inclusive no que quero dizer e disse hoje a Emir Sado: olha, para mim, o Barack Obama representa muito os anseios de Martin Luther King Junior. Ele fez questão de colocar a sua Convenção de Vitória, junto à Senadora Hillary Clinton, no dia dos 45 anos do *"I have a dream"*, "Eu tenho um sonho", exatamente para simbolizar que a vitória dele tinha muito a ver com o resgate de todos aqueles que foram explorados, conforme V. Exª também aqui disse da escravidão.

Eu estava conversando com Paulo Paim: como vamos dizer aos negros no Rio de Janeiro para deixarem de assistir a Barack Obama na Cinelândia? Ao contrário, vamos dizer para irem e, se ele puder, por exemplo, dizer ali, na Cinelândia, que quer colaborar com os objetivos que têm sido expressos pelo Presidente Lula, por V. Exª – e eu acredito pela Presidenta Dilma Rousseff –, por exemplo, quando Barack Obama esteve em Berlim, diante da Porta de Brandemburgo, ele disse: "Agora não é tempo mais para existir qualquer muro que separe os que têm muito dos que têm pouco, os que são muçulmanos, islâmicos, os que são judeus, cristãos, católicos etc. e pessoas de qualquer origem, raça, sexo etc.; vamos acabar com os muros". Pois bem, poderia ser sugerido então: "Presidente Barack Obama, vamos logo terminar com o muro que separa os Estados Unidos do México e de toda a América Latina, vamos logo acabar com o embargo e o bloqueio contra Cuba". Seria uma ótima oportunidade. Eu falei para o Emir Sader uma coisa que você tem tanto batalhado para acabar. Imagine se o Presidente Barack Obama, na Cinelândia, disser que – e ele já disse algumas vezes durante a campanha – quer acabar com o bloqueio e o embargo contra Cuba – e o Presidente Lula e outros chefes de Estado têm falado para ele logo acabar –, ele ali será aplaudido, e é bom que o Emir Sader e aqueles que estiveram ontem no Sindicato dos Petroleiros, pedindo para não irem à manifestação, estejamos todos lá para aplaudir. Então, V. Exª poderá ser um porta-voz deste anseio junto ao Presidente Barack Obama e à Presidenta Dilma.

Inclusive, em outro aspecto, muitos de nós estivemos pensando nisso nos últimos dias, mas o Ministro Paulo Vannuchi, que antecedeu, muito se empenhou no diálogo junto ao Presidente Lula para que ele acertasse a decisão tomada em 31 de dezembro de não extraditar Cesare Battisti. *(Palmas.)*

Então, acho que é preciso que V. Exª, na reflexão junto à Presidenta Dilma e ao Supremo Tribunal Federal, que, por maioria de votos, disse que caberia ao Presidente Lula tomar a decisão final, que ele tomou, seja respeitada. Então, a voz de V. Exª sobre esse tema também é muito importante, tanto aqui quanto junto à Presidenta Dilma, tão querida. Meus parabéns a V. Exª. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, que usou a palavra com o brilhantismo de sempre, nós aqui temos uma posição semelhante à sua, mas vamos permitir que todos os Senadores usem a palavra pela ordem de inscrição. O Senador Cristovam teve que sair, mas voltará. Agora é a Senadora Marinor Brito.

Mas me permita dizer, minha Ministra, que esta reunião – eu fui Presidente desta Comissão há dois anos, por dois anos, e agora estou na Presidência – nunca teve um quórum semelhante ao de hoje. Permitam-me, até no reconhecimento ao seu trabalho, à sua história, que eu cite aqui os Senadores que estiveram aqui durante a sua palestra: o Senador Pedro Simon, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Cristovam, a Senadora Marinor Brito, a Senadora Angela Portela, o Senador Vicentinho Alves, o sempre Senador José Nery, o Senador João Pedro, o Senador João Alberto, o Senador Paulo Davim, aqui na Mesa, a Senadora Marta Suplicy, aqui na Mesa, o Senador Humberto Costa, Líder do PT, que teve que sair pois tinha um encontro do PT nacional, o Senador Wellington Dias, o Senador Randolfe Rodrigues – acho que o mais jovem Senador da história do Parlamento brasileiro –, o Senador Sergio Petecão e a Senadora Lídice da Mata. Estiveram aqui 16 Senadores. É mais do que o número de titulares desta Comissão. Uma salva de palmas para nós, Srªs e Srs. Senadores. *(Palmas.)*

Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PAD) – Bom dia a todos e a todas.

Senador Paim, Ministra Maria do Rosário, como militante dos direitos humanos, que já atuou em várias frentes de luta no meu Estado: pela cidadania LGBT, no movimento de mulheres do campo e da cidade, no combate à discriminação dos cultos afro-religiosos, no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes – inclusive, eu tive o privilégio e a oportunidade de presidir a primeira CPI realizada na Amazônia, na cidade de Belém –, na luta pela garantia de direitos das pessoas idosas, sobretudo no combate à humilhação que os idosos passam no transporte coletivo brasileiro, dentre outras causas que nos fazem ter orgulho e respeito pelo histórico de algumas lideranças nacionais, de algumas lideranças políticas do nosso País,

como o Senador Paim, a Senadora Patrícia Saboya, o Senador Suplicy, o ex-Senador José Nery, a Senadora Heloisa Helena e, muito especialmente, V. Exª, que tem uma trajetória vinculada às lutas históricas dos direitos humanos no nosso País, e não é à toa que foi elogiada no discurso complexo, porque interagiu com várias questões dos direitos humanos, com convenções internacionais e afirmando a vontade política de V. Exª assumir as rédeas desse debate e das políticas públicas no Brasil.

Mas, como V. Exª mesmo disse e pediu a este Plenário, esta Comissão quer ser cobrada, quer ser alertada. E eu tenho dito em todos os espaços onde tenho tido oportunidade de debater desde que cheguei ao Senado, que não vim aqui para dizer sim senhor, ou sim senhora a ninguém. Tenho uma história de luta. Cheguei aqui pela força da lei da ficha limpa e pelo histórico de militância, inclusive sendo ameaçada de morte várias vezes do meu Estado – é uma coisa muito comum lideranças políticas no Pará não só serem ameaçadas, mas serem mortas. Está aí o alto índice de mortes nos confrontos, na luta no campo no nosso Estado. Os nossos movimentos têm sido historicamente criminalizados. Quem luta é criminalizado no nosso País.

Não poderia deixar, como pleiteante a Subcomissão de Direitos da Criança e do Adolescente, nesta Casa, de fazer referência a algumas questões que acho muito importantes e que espero sejam ouvidas com a perspectiva de tentar resolvê-las por V. Exª. Eu vi o pronunciamento do Governo, em vários momentos, sobre a questão do Disque-Denúncia, que é um instrumento criado a partir de muita luta pelo movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente, que tinha um serviço absolutamente dedicado pelas pessoas que atuam no Cecria com capacidade de ausculta, porque uma criança, quando liga para fazer uma denúncia fr que está sendo ameaçada ou de que vai ser de novo estuprada, ou de que vai ser de novo abusada, nem sempre ela consegue dizer de primeira, mas se tem uma ausculta técnica, comprometida com esta causa, vai conseguir convencer a criança, na maioria das vezes, a fazer denúncia e em muitos casos no Brasil inteiro – e eu dou o testemunho do meu Estado – as crianças foram protegidas pela ação iniciada no Disque-100.

Vi com muita preocupação o Governo Federal, ao assumir, neste momento, esse debate e essa política, ter deslocado esse atendimento do Cecria, com pessoas altamente qualificadas e comprometidas, para serviços terceirizados, serviços de tele alguma coisa. E nós sabemos o que é automatismo e a falta de humanização desses serviços. Então queria que V. Exª pudesse se dedicar a refletir sobre essa questão e que em curto espaço de tempo pudesse nos dar um retorno sobre isso.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT–SP) – Um aparte Senadora?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL–PA) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT–SP) – Em relação a essa questão da criança e violência sexual, eu concordo plenamente com a sua observação, mas um dos instrumentos mais eficazes, e aí creio que a Ministra que trabalha sobre esse tema e que acabei de saber que fez mestrado sobre esse assunto e por isso percebi que tem realmente a compreensão correta da questão, é a formação dos professores, porque os primeiros que detectam os sinais são os professores. A criança passa a ter um comportamento muito diferente do que tinha até então, Senador Paim.

Ela passa a ficar reservada, ela tem vômitos; ou passa a ficar muito agressiva. Mas, na maioria das vezes, as notas caem, ela não quer mais ir para a escola...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É perfeitamente perceptível, se os educadores tiverem formação nesse sentido.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eles não têm a formação.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exatamente.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Isso, na Prefeitura de São Paulo, quando exerci, tivemos essa preocupação. E os resultados são importantes. Depois, tem de ter a retaguarda.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A minha dissertação de mestrado, Senadora Marta, é sobre esse assunto. Tenho investigado essa questão e, de fato, a escola, mesmo estando na rede de proteção, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda não é parte da proteção.

Bom, mas eu queria aqui dizer uma outra coisa. Temos, aproximadamente, 580 mil pessoas nas penitenciárias brasileiras. Negros, pessoas de 18 a 25 anos chegam a mais de 80% dessa população. E, de fato, é preciso pensar o que faltou na infância e adolescência dessas pessoas, inclusive os que estão em conflito com a lei, que ocupam os espaços dos programas estaduais, municipais, Brasil afora.

Não é possível enfrentar a violência no Brasil, não é preciso falar, Ministra Maria do Rosário, que os adolescentes são figuras especiais no Brasil e que as nossas leis, tanto o ECA quanto a LOA, são uma referência internacional de legislação, e V. Exªs, sobretudo as pessoas que citei aqui, tiveram uma grande contri-

buição para a afirmação desses direitos. Digo que não é possível sem recurso no Orçamento previsto para o fortalecimento das redes de proteção.

Não aceito discursos eleitorais de que crianças são prioridade no País, de que o direito à escola é prioridade. Só existe prioridade se a criança for prioridade no Orçamento Geral da União, se a criança for prioridade no orçamento dos Estados, no orçamento das prefeituras deste País.

Nós ouvimos várias informações sobre os recursos que acabaram de ser retidos pelo Governo Federal, R$50 bilhões. Não vi no decreto de detalhamento, por exemplo, exatamente por onde passaram os cortes pelos Ministérios, mas nós temos informações de que cerca de R$340 milhões foram retirados, ou devem ser retirados, do trabalho infantil e da violência sexual, remanejados para o Programa Bolsa Família.

Olha, na minha opinião, desculpem-me, essa decisão do Governo é cobrir um santo e descobrir outro. Porque uma das questões que geram a violência é a desestruturação familiar, é a falta de vínculos, de alimento, de saúde, de educação. Mas isso tem de andar paralelo às redes de proteção. E o combate ao trabalho infantil é absolutamente essencial. Não podemos abrir mão, por exemplo, de R$27,6 milhões, quase 9% a menos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. As meninas do Marajó, que estão sendo vendidas por R$5,00 para a prostituição infanto-juvenil, que fazem parte dessas redes criminosas de tráfico humano, saem do Pará e vão para o Amapá, vão para o Suriname, vão para a Guiana Francesa e daí para a Europa, isto denunciado inclusive pela CPMI nacional desde 2003 pelo Congresso Nacional. Essas meninas vêm para casas de família, por falta de oportunidade nos Municípios paraenses e nos Municípios brasileiros, para o trabalho infantil doméstico e, consequentemente, sofrem abuso sexual. Temos diversos casos de denúncia nesse sentido. Recentemente, conseguimos condenar a 21 anos de cadeia o ex-Deputado pelo Pará, que faz parte de uma rede de distribuição de crianças pobres para as casas dos ricos, para servirem de instrumento de prazer sexual.

É absolutamente necessário a reposição destes 9%. Aliás, precisamos de muito mais, por que insuficiente a política do Governo para a erradicação do trabalho infantil. Também está sendo retirado 10% do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Os Conselhos Tutelares, que são portas maiores de entrada de denúncias contras crianças e adolescentes, no meu Estado, não têm onde funcionar. Há cidades no Estado do Pará em que conselheiros tutelares nunca tiveram em mãos o Estatuto da Criança e do Adolescente, e aí o Governo retira 10% desse enfrentamento a essa situação de atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei.

Ora, esse debate está virando chacota no Brasil. O Governo tem responsabilidade por uma opinião que está tomando conta das famílias brasileiras.

Nós não podemos aguentar calados!

Hoje, se se fizer uma pesquisa no Brasil, não vamos nos assustar se mais de 90% da população achar que devemos acabar com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que o Estatuto da Criança e do Adolescente só está ajudando no aumento da violência por parte dos adolescentes. Senador Paim, isso é voz corrente no Pará. Quem é o responsável pela quantidade de meninos, de adolescentes mortos nas ruas do meu Estado é o Estatuto da Criança e do Adolescente. E aí o Governo remaneja do sistema de atendimento socioeducativo mais 10%! Os meninos entram num conflito pequeno com a lei a saem criminosos profissionalizados, porque os programas não estão dando conta de atuar nesse enfrentamento.

Quero deixar registradas esses questões, que não podem ser decorativas em um debate tão profundo como este que estamos fazendo aqui. O Governo não pode continuar dizendo que criança e o adolescente são prioridade, inclusive estabelecendo uma condição de *status* ministerial para a Secretaria Especial de Direito Humanos à Presidência sem que o recurso necessário esteja colocado para ajudar no enfrentamento dessa violência.

Disponho-me, de coração aberto, a ajudar, mas eu não vou me calar diante dos recuos do Governo, que acho sérios, em relação a isso, quando se trata da questão orçamentária. Eu não concordo que 85 bilhões sejam retirados, como aconteceu no ano de 2010 para o pagamento da dívida externa, quando conflitos sociais, a vulnerabilidade social em que vivem as crianças e os adolescentes do nosso País, o povo brasileiro de modo geral, tenham orçamentos tão espremidos. E sempre a boa vontade de pessoas comprometidas, como V. Exª, tem frustrado os movimentos sociais, tem frustrado e levantado a descrença na possibilidade de um salto de qualidade.

Acabei de fazer e enviar um requerimento à Mesa para que possamos dar consequência à aprovação da PEC do Trabalho Escravo, para nos mobilizarmos para que isso se torne realidade. Não adianta só aprovar a lei, nós temos de garantir estruturação de serviço para a fiscalização. Há, a propósito, 220 auditores fiscais concursados esperando serem contratados pelo Ministério do Trabalho, mas até agora não foram chamados. E nós sabemos que um dos grandes problemas do combate ao trabalho escravo é a dificuldade

de fiscalizar, sobretudo nas regiões de fazenda. O governo não pode continuar sinalizando com o corte de passagens, porque, se as passagens são cortadas, os fiscais não conseguem chegar aos lugares. Se não aumentar esse contingente, nós não vamos ter recursos humanos suficientes para ajudar no combate ao trabalho escravo.

Eu acho que o Brasil avançou nessa questão, está avançando. Reconhecemos o trabalho desta Comissão e consideramos ser de fundamental importância o trabalho que o Senador José Nery desempenhou relativamente à essa questão, mas nós não podemos recuar nessa tarefa. Essa não é uma tarefa apenas do governo, é uma tarefa da sociedade, mas é, sobretudo, uma responsabilidade legal do governo federal criar condições para que isso se viabilize no País.

Muito obrigada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria apenas de dizer que a nossa convidada, a Ministra, vai responder a todos no encerramento.

Quanto aos requerimentos, que são em torno de vinte, vamos tentar votá-los logo após liberarmos a Ministra, que, pela informação que temos, deve sair em torno de 11h30min, no máximo 11h45min – ela está conosco desde as nove horas da manhã.

Pela ordem de inscrição, agora seria a Senadora Angela Portela, mas atendo a questão de ordem do nosso querido Senador Randolfe Rodrigues.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É só para fazer um último pedido à Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Nós aprovamos aqui no Senado a CPI que vai investigar a questão do tráfico humano no Brasil – conseguimos as assinaturas, ontem foi feita a leitura. Eu queria apelar à Ministra que nos ajudasse nessa importante missão, porque o tráfico humano não se relaciona apenas à prostituição, aí incluída a prostituição infanto-juvenil, mas à comercialização de órgãos e, inclusive, ao trabalho escravo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Registro a presença do Senador Magno Malta. Com S. Exª, chegamos já a vinte Senadores que estiveram aqui para ouvir a Ministra.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Querido Presidente, Ministra, quero pedir a condescendência do conjunto, porque, como diz Herbert Vianna, estou aqui "de gaiato no navio", porque a comissão de que sou titular é a de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde, inclusive, se realiza uma sessão agora.

Na oportunidade em que soube da vinda da Ministra para cá, ocorreu-me fazer uma indagação respeito de um assunto de particular interesse. Mas, Ministra, não vai mais ser preciso indagá-la, venho só me manifestar, uma vez que já ouvi a sua manifestação sobre esse assunto, que é o tema da comissão da verdade.

Sendo assim, quero apenas parabenizá-la pela posição que V. Exª tem sustentado, posição igual a da Ministro da Justiça e, acredito, posição do nosso governo.

Fiquei particularmente – é esse o termo? Vou utilizar esse termo – eu ia dizer assustado, mas, temos que dizer, alertado com a nota que vazou nos meios de comunicação, na semana passada, dos ministros militares. Inócua, inclusive, porque os temas que dizem respeito à missão da verdade não dizem respeito a essa geração de militares. Então, até acredito que foi desnecessária essa opinião externada, não sei como, pelos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Mas o Ministro da Defesa foi ágil ao responder. O Governo brasileiro também o foi. E em especial às posições de V. Exª e do Ministro da Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Randolfe, permita-me, antes que a delegação da Organização Nacional dos Cegos do Brasil se retire, eu queria dizer que foi muito importante a presença deles aqui e que a gente desse uma salva de palmas a todos eles que estão tendo que se retirar neste momento. Podem saber que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa está aberta a vocês.

Faremos aqui um debate, a Ministra Maria do Rosário queria também dizer que o seu Ministério também está à disposição.

Foi muito bom tê-los aqui conosco. *(Palmas.)*

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AC) – À vontade, Presidente. A interrupção foi mais que necessária e devida.

Mas, enfim, Ministra, eu queria em especial saudar as posições de V. EXª e do Ministro da Justiça em relação a este tema.

É importante – ouvi e fico feliz nesta manhã em especial com a sua informação – a preocupação do Governo brasileiro em agilizar a tramitação do projeto de lei que já está no Congresso nacional. É neste sentido, Presidente Paulo Paim, que aqui reitero – a titular da Comissão é a Senadora Marinor – faço questão de dar atenção a este tema, que considero que merece

da nossa Comissão um acompanhamento devido. Até sugeriria, com a permissão da nossa Senador Marinor, Presidente, que esta Comissão constituísse uma subcomissão para acompanhar a tramitação do projeto de lei da comissão da verdade. Acompanhar, não é uma subcomissão para discutir, é para acompanhar e agilizar. Porque não existe Estado Democrático de Direito por completo que não complete seu ciclo de democratização. E com a comissão da verdade nós desfaremos algumas falácias, uma delas, dita há muito tempo, de que o que ocorreu naqueles anos foi uma guerra, uma guerra entre dois lados. "Então, a lei da anistia sanou tudo". Não, não foi uma guerra, não foram os democratas deste País que quebraram ordem constitucional vigente em 1964. Não foram os democratas deste País que decretaram, que deram o golpe civil militar e instauraram um regime de exceção. Não foram os democratas deste País que instauraram o regime que cassou as liberdades democráticas e que não restou para outros senão a única possibilidade de reação que existia. Então, isso é uma falácia, e tenho certeza de que a comissão da verdade sanará esse diálogo e será nossa verdadeira comissão de conciliação.

Eu queria apresentar essa sugestão, Sr. Presidente, de uma subcomissão, ou de uma comissão do Senado para acompanhar e para garantir – o projeto do Governo é excelente – que não tenha modificações nesse projeto na tramitação nesta Casa e na sua aprovação aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todas as sugestões serão apreciadas no encerramento dos trabalhos. No segundo momento, junto com os requerimentos, aí liberamos nossa convidada.

Peço desculpa à nossa Senadora Angela Portela, porque o nosso querido Randolfe fez uma questão de ordem. S. Exª havia me falado que tem que votar agora em uma outra comissão e acabei, sem consultar V. Exª, permitindo a questão de ordem, que foi a sua fala. Agora então, para não prolongar ainda mais, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Vou procurar ser bem objetiva, mas não poderia jamais deixar de me manifestar aqui e parabenizar a minha querida Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo à frente desse Ministério, parabenizá-la pela forma brilhante com que se manifestou na ONU e hoje nesta Comissão. Parabéns.

Eu tenho absoluta certeza de que V. Exª, à frente desse Ministério, deverá realizar um trabalho que vai contemplar as nossas crianças, adolescentes, idosos, deficientes, mulheres vítimas da violência. O seu comprometimento, o seu trabalho sério, a sua trajetória de vida política e pessoal sinalizam para todos nós aqui que certamente vai realizar esse trabalho belíssimo e vai destacar, com suas ações no Ministério, toda a população brasileira que precisa de um trabalho ativo no combate á violência e à discriminação, vai ajudar as pessoas a terem uma vida melhor, uma vida mais digna.

Eu queria, minha querida Ministra, apoiá-la nas prioridades que colocou aqui. A prioridade da proteção integral à criança e no pacto do envelhecimento ativo e saudável. Queria também dizer que, no momento em que se fala na proteção integral à criança, V. Exª, na Câmara dos Deputados, foi relatora da PEC nº 30, de minha autoria, que amplia a licença maternidade de quatro para seis meses, que foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Isso demonstra para todos nós o seu comprometimento com a infância brasileira, com a mulher brasileira.

Quero também dizer que, das solicitações colocadas aqui por V. Exª, da criação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que deverá ser aprovado nesse congresso, a PEC do trabalho escravo, certamente terá todo o nosso apoio.

Para finalizar as minhas palavras, sabendo do tempo de V. Exª, que precisa sair da Comissão, queria fazer-lhe um convite para que V. Exª possa iniciar a Jornada de Direitos Humanos em Roraima. Meu Estado tem dupla fronteira com a Guiana e com a Venezuela. Inclusive, quero destacar aqui que o Governo do Presidente Lula assinou convênio, há dois anos, com o governo da Venezuela para desenvolver ações naquela fronteira que visam o combate à violência doméstica e familiar, ao tráfico de mulheres, que já foi identificado, com muita preocupação, ali naquela fronteira do Brasil com a Venezuela. E também em Roraima temos de ter um cuidado especial com os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. O Estado já recebeu prêmio nacional no que diz respeito ao cumprimento dessas medidas de adolescentes infratores, e hoje estamos numa situação de penúria. Queria também destacar a importância de discutirmos em Roraima o sistema prisional. Queria deixar aqui o nosso convite para que V. Exª possa iniciar a Jornada de Direitos Humanos em nosso Estado.

Queria, por fim, dizer ao Presidente, Senador Paulo Paim, da nossa intenção na Subcomissão da Mulher, na Comissão de Direitos Humanos.

Era isso. Parabéns, querida Ministra, conte com nosso total apoio.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Angela Portela, eu espero que V. Exª possa ficar até o encerramento, porque a minha intenção, no encerramento, dentro do limite dos poderes da presidência, é indicar V. Exª para coordenar e presidir essa Subcomissão das Mulheres. É claro que será votado, mas eu vou fazer a indicação, como farei a indicação do Senador Cristovam para a Subcomissão de Trabalhos Escravos.

Passo a palavra ao Senador Sérgio Petecão, para sua exposição.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Quero simplesmente fazer uma saudação muito rápida a nossa Ministra, agradecê-la pela vinda a nossa Comissão, parabenizar o nosso Presidente Paulo Paim pela iniciativa de trazer a Ministra.

Na verdade, Ministra, estou com um requerimento que será votado na reunião de hoje, em que peço para que esta Comissão encaminhe um grupo de Senadores até o meu Estado, o Estado do Acre, onde hoje nós nos deparamos com uma situação muito complicada - eu acho que a senhora já tem esta informação – da entrada de haitianos pelo nosso Estado.

Nós fazemos fronteiras com Peru e Bolívia. As informações que temos são as que existe um grande número de haitianos, alguns conseguiram ultrapassar a fronteira e outros, não, já que, por medidas do Governo brasileiro, foi fechada a fronteira. Aquelas pessoas ali estão vivendo em condições subumanas. Eu não consigo entender, Presidente Paim. O Brasil tem uma relação tão próxima com o Haiti, gasta milhões e milhões de reais mandando o Exército brasileiro para ajudar, para dar proteção, mas, no momento em que esses haitianos estão aí, na nossa fronteira, passando por situações dificílimas, o nosso País fecha a porta. Eu fiz questão de fazer uma visita ao Itamaraty para ter mais informações e me deparei com uma situação muito complicada. A informação que o Itamaraty me passou é a de que tem uma rede de coiotes – acho que esse é o termo – que estão incentivando essas pessoas, oferecendo facilidades de emprego, para que essas pessoas adentrem o nosso País.

Então, eu queria só dividir um pouco a minha angústia e a minha preocupação com a senhora, Ministra, mas tenho certeza de que, com sua sensibilidade, já tomou pé da situação e tomará as providências cabíveis, para que possamos resolver, de uma vez por todas, a situação na fronteira do meu Estado.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – O último Senador inscrito, Senador Wellington Dias, com a palavra. Em seguida, a Ministra vai às suas considerações e, depois, vamos votar os requerimentos todos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Está bem.

Saúdo o meu Presidente Paulo Paim, dizendo que é um prazer estarmos aqui nesta bela audiência.

Concordo plenamente, minha querida Ministra Rosário, com as palavras da nossa Senadora Martha Suplicy. Eu acho que nos anima muito ver o Brasil ter, numa área tão delicada, tão importante, tão complexa como essa dos direitos humanos, alguém com seu preparo, com a sua história, com o seu trabalho. Posso dizer que vamos estar juntos aqui, na linha de *front*, somando-nos a esse seu trabalho, a essa sua proposta, fazendo a defesa, porque sei que muitas delas têm fortes reações de vários segmentos, mas vamos estar juntos aqui, no campo, na defesa, com muita convicção.

Creio que, na área dos direitos humanos, são muitos os temas e, aqui, o nosso Presidente já tem uma proposta para puxar. O principal tema, que a nossa Presidente está puxando, é a área da erradicação da miséria e da redução da pobreza. Eu acho que não tem nada mais de direitos humanos que essa proposta, que é, na verdade, um conjunto de projetos, de programas, de obras, de ações. Vamos estar juntos. Eu acho que é preciso colocar mais esse tema na área de direitos humanos, que mexe exatamente com o conjunto de coisas que foram lembradas aqui. Muitas vezes, os problemas que são relatados aqui nascem da incapacidade de o País, uma sociedade como a nossa, de dar conta de situações como essa.

Na área da pessoa com deficiência, eu acho que avançamos, mas ainda temos muitos passos a dar. Certamente, vamos estar aqui, juntos, também tratando desse tema.

E os idosos, como foi lembrado aqui.

Eu citaria um tema em que vou precisar muito do seu apoio, porque tem tudo a ver com direitos humanos, que é a parte dos dependentes químicos.

Eu acho que é uma coisa nova no Brasil. Há apenas 15 anos a Organização Mundial da Saúde passou a reconhecer a necessidade de lidar não apenas com o combate ao traficante, com o que produz a droga, enfim, mas cuidar do dependente químico não como um criminoso, mas como alguém que precisa de um apoio da sociedade. Estamos buscando fazer com que o nosso Governo veja isso também. E, apenas para lhe dar dois exemplos que eu citava aqui no plenário, eu dialogava muito com o Presidente Lula e cobrava muito dele. Até bem pouco tempo, era a área de segurança institucional da Presidência da República, era um general com formação que não era das mais apropria-

das quem cuidava desse tema no Brasil. E isso vem de muitos governos, é bom lembrar disso.

Segundo, houve uma mudança agora, com a Presidente Dilma, mas estou dialogando com ela, porque acho que fizemos errado de novo. Foi para o Ministério da Justiça, e eu acho que esse é um tema que tem que ser tratado... O Ministério da Justiça vai tratar da parte de segurança, com Polícia Federal, a parte das fronteiras, enfim. O que estamos falando é de cerca de 17 milhões de pessoas que são dependentes do álcool, que são dependentes da cocaína, do craque e de um conjunto de outras drogas.

Então, o que eu quero dizer é que vamos contar e precisamos muito do apoio de V. Exª para construir uma nova visão do nosso próprio Governo e de um conjunto de outras áreas da sociedade que envolve setor público e setor privado para lidar sobre esse tema. Não é fácil tratar dessa nova vertente dentro da Casa, porque ainda continuamos com a visão da guerra às drogas, que tem uma ideologia muito apropriada. Tem setores no mundo que ganham muito dinheiro com as drogas lícitas e com as conseqüências delas e das ilícitas, que fazem inclusive associação, que fazem da droga lícita, como a bebida alcoólica, uma a porta de entrada para outras drogas, inclusive em organizações bem planejadas.

Enfim, quero dizer que vamos estar aqui muito à frente desse tema, tanto na Comissão de Direitos Humanos como na Comissão de Assuntos Sociais, e com certeza vamos precisar muito do seu apoio.

Conte conosco aqui.

Muito obrigado.*(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Neste momento passo a palavra à Ministra Maria do Rosário para as suas considerações.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Senador Paulo Paim, eu quero pedir a sua licença para começar justamente pelos últimos pronunciamentos dos Srs. Senadores e Senadoras, justamente porque eles trazem uma síntese importante da nossa missão, Parlamento e Poder Executivo, junto à sociedade.

E dizer que a freqüência tão importante que tivemos aqui, Deputado, se deve principalmente à própria Presidente Dilma, que tem tratado o tema dos direitos humanos praticamente em todos os pronunciamentos dentro do nosso País, nas manifestações oficiais, em todos os momentos.

Quero fazer esse registro, porque acredito que nós estamos tendo um momento muito importante de afirmação dessa política, mas ela não seria possível se não tivéssemos dois fatores: uma atuação que vem crescendo nesse segmento em compreensão dentro do Brasil, no Parlamento, na sociedade e no Governo, e o Governo do Presidente Lula foi importantíssimo nesse sentido, e não seria possível também se não tivéssemos um outro fator, que é o planejamento, as iniciativas tomadas também no âmbito do Parlamento brasileiro.

Como o Senador Wellington disse, neste momento, nos antecedendo, temos muitos temas quando falamos em direitos humanos, e ele agregou um dos temas muito significativos, que é a situação do uso e abuso de drogas, lícitas e ilícitas, e a nossa responsabilidade diante disso também no âmbito dos direitos humanos.

Mas, justamente, Senador Paulo Paim, porque temos muitos temas, a Presidenta Dilma nos orienta que a nossa pasta é uma pasta articuladora e o Governo inteiro é um governo pelos direitos humanos. Então, ao tratarmos, como o Senador Wellington trouxe aqui, na centralidade do Governo da Presidenta Dilma, das questões referentes ao enfrentamento da pobreza extrema e na agenda de trabalho que ela mobiliza o governo, a sociedade, com aquilo que ela já demonstrava ser uma marca da sua atuação quando tratou do PAC num momento anterior, que é mobilizando todos os esforços para metas a serem trabalhadas na sociedade brasileira, a Presidenta Dilma mobiliza toda a agenda econômica, social, cultural, para enfrentarmos a pobreza extrema, para dizermos que um país rico é um país sem pobreza e nisso trabalhamos com cada um dos nossos temas de direitos humanos. Essa centralidade da Presidenta Dilma é a centralidade dos nossos trabalhos *(Palmas)*.

Portanto, quero dizer que essa é a orientação que ela nos dá. Não temos como, na pasta de direitos humanos, trabalharmos as políticas sociais que chegam lá na ponta, mas o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, coordenado, dirigido pela Ministra Tereza Campello, responde por essas iniciativas, e a área de direitos humanos vai junto, vai no olhar sobre o idoso, no olhar sobre a criança, enfim, no combate ao trabalho infantil, na proteção de cada segmento populacional.

Da mesma forma quando falamos na saúde porque, por exemplo, para tratarmos da população usuária de drogas no Brasil, dos que são dependentes químicos, e não tendo como referência a repressão a esses, mas o direito de saírem dessa condição, precisamos do Ministério do Desenvolvimento Social, que está presente, temos o Ministério da Saúde, com o Ministro Padilha coordenando um plano específico, e temos também o Ministério da Justiça. E aí, Senador Wellington, quero dizer a V. Exª que esse é o espírito que a coordenação está no Ministério da Justiça, com a Senasp e o Ministro José Eduardo Cardozo, mas o

olhar é amplo, a responsabilidade é de governo e as metas que a Presidenta está nos cobrando são de todos nós para oferecermos resultados.

V. Exª fala muito bem, tanto no âmbito das drogas ilícitas quanto das drogas lícitas e do atendimento, porque queremos, essa é a meta do Ministro Padilha também, que o Sistema Único de Saúde responda cada vez mais a essas questões, que o sistema de educação responda pela prevenção ao uso e abuso de drogas, inclusive, Senador Wellington, com o protagonismo dos jovens, porque, Senador Paim, há coisas que queremos dizer aos jovens. Nós queremos falar com os jovens, mas falamos com os adolescentes e com os jovens em geral a partir do nosso olhar, do nosso jeito de falar e da nossa idade e precisamos assegurar aos jovens que eles falem a partir dos seus anseios, das suas necessidades, dos seus olhares, do seu protagonismo juvenil, em todas as áreas. Nas áreas relacionadas à sexualidade, como tratamos aqui, mas também que o jovem possa dizer ao outro sobre a situação da droga, do adoecimento, do crack, do HIV, dessa epidemia que cada vez mais tem uma feição juvenil, enfim, das DSTs de um modo geral. Então, concordo e leio a sua preocupação, Senador Wellington, o senhor, que está presente. O povo do Piauí entendeu o que significa quando ele diz que está junto. Hoje, quando ele diz que estamos juntos, nós, Brasil, sentimos que ele está junto de verdade, lutando pelo nosso povo brasileiro, a partir da experiência que com o povo do Piauí ele teve como brilhante governador, hoje Senador da República.

Quero citar também a questão, Senador Petecão, do Acre e do Amazonas. O Senador João Pedro esteve lá comigo, tratando do tema dos haitianos. E o que vale aqui para o povo do Haiti, com o qual temos uma responsabilidade muito forte, deve ser uma reflexão que tenha valor para todos aqueles homens e mulheres que se dirigem ao nosso País vindos de outras nações, para buscar um lugar aqui. Até fez parte do pronunciamento que apresentei nas Nações Unidas uma responsabilidade que nós devemos ter.

A questão da migração humana é um tema essencial, e o Brasil não tem vocação e não irá agir, em nenhuma medida, como um país que desrespeita os direitos humanos dos trabalhadores, dos homens e das mulheres que se dirigem ao nosso Brasil buscando oportunidades. Nós precisamos enfrentar com firmeza, com determinação a questão. Na questão dos haitianos, assegurar-lhes um olhar de respeito dos mínimos necessários à sua presença no Brasil e, por que não dizer, da acolhida necessária para que possam trabalhar também e viver em nosso País, contribuindo com o seu país de origem. Nós não temos medo da presença dos haitianos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) – Ministra, deixe-me só lhe dar uma informação.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Pois não.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) – O mais grave, Ministra, é que o território em que estão andando, por onde eles estão tentando chegar ao nosso País, é pelo Peru e pela Bolívia, que são os dois maiores produtores de droga, de cocaína do mundo. E esses haitianos – pelas informações que temos – estão sendo presas fáceis diante das necessidades que eles têm. Então, essa é a nossa preocupação.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Mas o Brasil, Senador Petecão, tem instrumentos para se dirigir ao Peru e à Bolívia, que têm governos compromissados com os direitos humanos, assim como nós, e para tratar dessa questão a partir dos direitos e não de uma atitude de que esses cidadãos haitianos precisem se valer da figura dos coiotes, dos exploradores para chegar ao nosso País. Podemos acionar dentro do nosso País – e estamos fazendo isso – ações de respeito e direitos e nos dirigiremos aos outros países, em especial à missão brasileira no Haiti, para fazermos um trabalho integrado entre o nosso País e o povo do Haiti também no que trata das questões de direitos.

Senadora Marinor, permita avançar em uma questão. Por que o Brasil se transforma em um País para onde outros povos se dirigem? Porque o Brasil vive um momento singular na sua economia e no seu desenvolvimento. O Brasil, diante da crise internacional de 2008, não sucumbiu à lógica de diminuir as políticas sociais. O Brasil, sob a batuta do Presidente Lula, avançou no atendimento da nossa população e, ao fazer isso, inclusive com políticas como o Bolsa Família, mas também com a geração de emprego e renda e com o PAC – por isso é importante debater direitos humanos também à luz dos modelos econômicos que temos –, a opção brasileira foi não cessar o momento de desenvolvimento. E por isso, Senadores e Deputados, saímos antes da crise, como o Presidente Lula dizia. Agora, os outros países vivem em dificuldades.

O Presidente Lula disse isto certa vez: "Nós não queremos ser uma ilha de prosperidade como nação, de costas e sem respeito aos nossos irmãos latino-americano e aos povos em geral." O Brasil tem assumido responsabilidade de cooperação com a África, o Brasil tem cooperação e um sentimento de irmandade com os países da América do Sul e o Brasil quer neste momento ter uma política sobre migrações humanas.

No que trata da questão da Haiti, no atendimento básico de acolhida, boa parte dos haitianos que se

dirigiu ao Brasil já está com os documentos que possibilitam a permanência deles aqui.

Lembrem que o Presidente Lula autorizou e assinou documentos que realizaram um processo de acolhida e superação da clandestinidade dos imigrantes trabalhadores no Brasil.

O Presidente Lula autorizou e legalizou a condições de milhares de imigrantes já no Brasil, mas agora nós temos uma nova situação e uma nova leva. E nós estamos, na área de Direitos Humanos, atentos àquela que vem do Haiti, mas também aos bolivianos em São Paulo.

Estamos trabalhando. Um dos focos do combate ao trabalho escravo nas cidades deverá ser, Senador Paim, a direção da questão dos trabalhadores que vieram da Bolívia e que estão atuando conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para orientar os Senadores, eu vou deixar a Ministra concluir todas as suas considerações finais sem prejuízo. Depois a gente continua o debate, devido ao horário. São 11h30. Ela vai ficar até meio-dia.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – No entanto, Senador Paim, realmente, quando eu concluir meu pronunciamento, eu terei que realmente preparar a reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Criança, que aqui inclusive estávamos acompanhando para hoje à tarde, porque terá eleição da sua direção.

Quero cumprimentar a Senador Ângela Portela pelo trabalho desenvolvido, por ser autora da PEC da Licença Maternidade, pelo caminho que está respondendo pelos temas referentes às mulheres, aceitar o desafio de estarmos com a senhora em Roraima, com a jornada. A senhora tem um importante trabalho a fazer. Nós vamos estar juntas porque seu mandato é muito importante para todas nós. Vamos permitir, Senador Paim, dizer: brasileiras e brasileiros.

Quero aceitar, portanto, seu apoio para o pacto de envelhecimento saudável, também para a área das crianças. Convidá-la a estar na frente parlamentar dos direitos da criança também.

Quero citar o pronunciamento dos Parlamentares, da Senadora Marinor, que trouxe importantes questões. Nós não temos todas as respostas, Senadora Marinor. Mas nós temos responsabilidade de buscá-las. A senhora pode ter certeza de que, para uma das questões que trouxe, nós vamos respondê-las devidamente, porque o seu papel é este. E o nosso papel é trabalhar para responder a essas questões.

No entanto, eu queria lhe dizer algumas questões sobre um conceito com o qual estamos trabalhando. O orçamento, de modo geral, cada vez mais, Srs. Senadores e Senadoras, para a área de direitos humanos, será tratado de forma ampla.

Nós não trabalharemos com um programa, com outro programa, com cada um dos programas de forma estanque, seja do ponto de vista do orçamento ou do ponto de vista da política que os programas têm que instituir.

Os programas, Senadora Marinor, são essenciais, mas a resposta que nós precisamos dar a cada uma das questões trazidas não se restringe ao programa em si. Exemplo: as questões relacionadas à proteção contra o trabalho infantil. Os recursos para o combate ao trabalho infantil não podem ser considerados unicamente no programa de combate ao trabalho infantil.

A nossa área de direitos humanos está debatendo com educação o que é possível atuarmos para que recursos da educação estejam integrados ao enfrentamento do trabalho infantil.

Na área da justiça, o Ministro José Eduardo Cardoso, igualmente. Na área da assistência social, igualmente. Se nós temos um conceito no Brasil de hoje, é o trabalho em rede. Os programas não dão conta. O trabalho infantil, segundo a própria OIT, recebeu um importante... Tem importantes resultados ao longo do último período, em termos de redução de crianças na exploração do trabalho infantil. Mas nós agora estamos num perigoso patamar. Nós temos dificuldades de reduzir diante das reduções significativas que fizemos. Por quê? Porque a criança envolvida no trabalho infantil de hoje está envolvida também na exploração sexual e puxada para o tema da droga e o trabalho infantil doméstico, que V. Exª trouxe com muita propriedade.

Sobre as duas primeiras questões, a droga e a exploração sexual, nós não temos como enfrentar essa circunstância, senão com um orçamento mais amplo dos demais Ministérios também. O programa exclusivamente não daria conta. E o Bolsa Família pode ser essencial, é essencial. Então, quando os recursos do PET e de outros programas vão para o Bolsa Família, a responsabilidade do Bolsa Família avança. O Bolsa Família não é um programa de renda qualquer. Ele é um programa para mudar uma geração. Ele é um programa para que as crianças que estão ali estejam na escola, criando um círculo virtuoso em que suas mães e pais possam estar no trabalho, enquanto as crianças estão na escola. Ele enfrenta, Senador Paim, a mais terrível afirmação que, muitas vezes, nós ouvimos de que o trabalho da criança agrega renda na família, o trabalho da criança, o trabalho infantil não agrega renda na família. O trabalho infantil ocupa postos informais porque esse é o trabalho explorado do adulto, do pai, senão da mãe, senão daquela mesma família de uma outra família, apóia a precarização das relações de trabalho e ele suga o trabalho da criança e não oferece a essa criança a possibilidade de igualdade de

informação. Então, nós estamos dispostos a enfrentar o trabalho infantil.

A Ministra Teresa tem dito que esta é a nossa prioridade, porque nós colocamos o Bolsa Família com esta meta também. O que temos que fazer com o Bolsa Família para que a centralidade do trabalho infantil esteja com ele? Monitorar. Monitorar. O monitoramento do Bolsa Família é com os Municípios. Nós não teremos políticas públicas no Brasil sem a dimensão federativa. Estados e municípios, conselhos de direitos, sociedade civil cobrando, acompanhando o controle social. Isto é o que a Constituição de 1988 nos estabeleceu e a dimensão federativa deve perpassar até porque, na área da criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente, como a LOAS, estabelece que as políticas públicas devem ser realizadas no âmbito municipal.

Então, a Senadora Marinor cobra com propriedade. Eu não discordo dela quando pergunta onde estão os recursos retirados do enfrentamento à exploração sexual, dos Conselhos Tutelares, da área socioeducativa ou das redes de combate ao trabalho infantil.

Mas eu respondo à Senadora Marinor com segurança: A Presidente Dilma não diminuiu recursos dessas áreas a um reposicionamento, porque a Presidente Dilma trabalha com núcleos de Ministérios que assumirão a responsabilidade, seja fórum da erradicação da pobreza extrema, seja o recente fórum dentro do qual estamos, o fórum de cidadania e direitos.

Então, Senadora Marinor, ao final deste ano, eu estarei aqui com a senhora para que a senhora me diga – e pode me cobrar – se a gente vai avançar nas metas ou diminuir, porque a meta não é a do orçamento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL - PA) – Também quero levá-la ao Pará.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO - Vou, vou a Belém do Pará.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL - PA) – Nós discutimos essa questão lá diretamente com os envolvidos.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Vamos a Belém do Pará. E eu sei da sua luta e a cumprimento e peço à senhora que esteja à frente neste momento desse tema das crianças, do combate à exploração sexual. Vou contar muito com seu mandato aqui e a senhora vai cobrar, mas nós, do Conanda, estamos aqui. Digo das mulheres e dos homens. Mas nós, mulheres, temos de ter força para dizer por que estamos aqui, para marcar nossa diferença, ao lado desses homens com os quais trabalhamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ministra, permita-me dizer que a indicação será minha, mas isso será votado. Ela vai presidir a Subcomissão que vai tratar exatamente desse tema.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A indicação será feita, mas haverá o voto, não é?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Há o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria).

A Senadora Marinor me cobrou também a questão do disque-denúncia. A história do disque-denúncia, talvez, muitos aqui já a conheçam, mas vou contá-la rapidamente para os senhores. Se eu estiver errada, o pessoal do Conanda me corrija.

Há vinte anos, havia o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Há dez ou quinze anos, o que havia era a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia), que era e é uma organização não governamental e que cuidava do disque-denúncia sobre violação de direitos das crianças e dos adolescentes. O que aconteceu? A força desses lutadores que aqui estão, com os movimentos sociais, com a defesa dos direitos das crianças, com a chegada do Estatuto, cresceu tanto, que a Abrapia, com todo o trabalho importante que fazia, precisou dizer ao Governo brasileiro – e, na época, o Governo brasileiro, o Ministro Nilmário Miranda, disse isto – que era preciso expandir o chamado disque-denúncia. Conquistamos um número fácil, o número 100, para que toda a criança brasileira pudesse conhecê-lo. E constituímos um serviço que foi aumentando, aumentando, graças, inclusive, à cooperação da sociedade civil e de uma organização não governamental singular, importantíssima, no Brasil, que era o Cecria, de onde vem uma das figuras mais importantes na luta dos direitos das crianças e dos adolescentes, recentemente falecida, a companheira Neide Castanho, que homenageio.

O Cecria fez e faz esse trabalho com profundo amor e com dedicação e tem nosso reconhecimento. Mas o disque-denúncia que era voltado para as crianças, o número 100, assumiu a responsabilidade com o novo programa nacional de direitos humanos de se transformar em um disque-denúncia de direitos humanos. Então, agora, também há um módulo para se receberem denúncias sobre a questão dos idosos. Para se denunciar a homofobia, também há um módulo, para atender à pessoa que é pisoteada e discriminada por que é gay ou por que é lésbica ou por que é transexual, que não é vista como ser humano, que é marcada pela discriminação e pela violência. Temos visto crimes bárbaros praticados por homofóbicos no Brasil. Agora, eles têm para quem denunciar. As pessoas com deficiência também são atendidas.

Estamos criando, setor por setor, módulos de atendimento, em que deve haver pessoas, como dis-

se a Senadora, capacitadas e responsáveis. Temos de receber a denúncia em cada uma das áreas com competência, temos de acolher a pessoa e temos também de fazer com que essa denúncia produza efeito para aquela pessoa e para as políticas públicas.

Senador Paim, de qualquer lugar do Brasil, em qualquer dia da semana, por 24 horas, com telefonema gratuito, qualquer pessoa, discando o número 100, fala com um atendente do outro lado. Quando ela faz uma denúncia, esse atendente registra tudo que ela traz, faz a organização daquele recebimento, e, rapidamente, o mais brevemente possível – estamos diminuindo os espaços a cada mês –, outra pessoa telefona para a cidade de onde veio a denúncia, e, na cidade de onde veio a denúncia, move-se o que existir em termos de rede de proteção: se é criança, move-se o Conselho Tutelar; se é um idoso, pode ser uma delegacia, a assistente social da prefeitura. Pode ser uma questão de polícia, para se fazer cessar imediatamente a violência, mas sempre tem de ser algo que proteja, que acolha a vítima.

Essa é a complexidade do tema. O Cecria organizou tudo isso. O Cecria produziu o projeto e o Cecria vai continuar conosco, fazendo o que, agora? Não mais com 40 atendentes, com 50, com 100. Hoje, nós já superamos 200 atendentes em tempo integral. Quem são os atendentes? São os mesmos, hoje. O Governo Federal licitou o programa, o programa cresceu. É um programa de Estado. Teve de ter uma licitação. Fizemos uma licitação. Uma empresa ganha a licitação, nos termos que a Secretaria de Direitos Humanos, no período anterior, com o Ministro Paulo Vanucchi, definiu o edital. É para atender idoso. É para atender vítima. É para atender criança.

Com essa empresa licitada, eu nem sei qual é o nome dela, nós temos como, agora, produzir a instalação dos módulos, mas as primeiras contratações da empresa licitada – e houve, de fato, um trabalho integrado e de transição entre o Cecria e a empresa licitada – são os atendentes treinados pelo Cecria, os mesmos que estavam no convênio...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Isso me tranquiliza, Ministra.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Como?

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Isso me tranquiliza.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO – Por isso que eu lhe digo: é delicado. Mas os mesmos que estavam com o Cecria, prestando serviço para a sociedade civil, agora, estão com a carteira assinada, contratados, com os seus direitos assegurados, com uma jornada de trabalho mais adequada, porque o Cecria fez um esforço imenso para oferecer jornada de trabalho adequada, mas era difícil sair do momento em que estava recebendo a denúncia. Mas esses trabalhadores têm direitos que nós tínhamos de assegurar. Então, nós fizemos isso. Só que o Cecria vai permanecer com convênio conosco. O convênio do Cecria é formação dos atendentes, acompanhamento dos resultados e monitoramento, que é o que nós queremos adendar ao convênio no próximo período, do que acontece lá nos Municípios com as pessoas que são atendidas.

Faço questão de dizer uma coisa: de onde vem o recurso para esse IDH fazer isso? Do Orçamento-Geral da União e da Petrobras, da área de responsabilidade social da Petrobras. Faço questão de dizer, porque a Petrobras não é apenas uma empresa que nos orgulha, como brasileiros, mas ela é uma empresa com profunda responsabilidade social, que está agindo com responsabilidade social quando faz um convênio com o Governo brasileiro, porque não é uma empresa... Enfim, ela tem uma participação que não é puramente estatal, mas a Petrobras, que é Brasil, faz, hoje, a sustentação desse programa que atendeu, senhores e senhoras, sabem quantas denúncias desde 2003, quando ele era pequenininho? Dois milhões e quinhentos atendimentos, de todos os Estados e praticamente de todos os Municípios brasileiros. Desses, 145 mil denúncias, 2/3, são denúncias por violência doméstica.

Aí, a Senadora Marinor disse uma questão importante: a criança que está como empregada doméstica, explorada no trabalho infantil dentro da casa de alguém. Esse alguém faz, ainda, um discurso e procura justificar isso dizendo que está ajudando a criança. Não está, está cometendo um crime. Mas nós temos uma fragilidade, Senador Paim: nós não temos instrumento de fiscalização dentro da casa de ninguém. É proibido entrar na casa, mas a criança pode saber o número 100. Ela pode ter o número 100. Nós queremos que toda criança brasileira conheça o número 100, e nós vamos estar preparados, nesse momento, para que a gente possa, não nós, mas todos nós, em todos os Municípios, atender as crianças brasileiras.

Portanto, muito obrigada.

Quero citar, ainda, duas questões.

Há pessoas que estão ameaçadas de morte. A nossa Secretaria coordena a política de proteção a testemunhas e coordena, também, o programa de criança ameaçada de morte. Eu estive entre Paraíba e Pernambuco, e quero pedir atenção da Comissão para o enfrentamento dos grupos de extermínio. Os grupos de extermínio, no Brasil, se acreditam, também, maiores que a lei. Não são. É uma situação de polícia.

O primeiro caso federalizado de morte de um defensor de direitos humanos é o de Manoel Mattos, que foi morto porque defendia os direitos humanos.

Manoel Mattos era Vereador em uma cidade na divisa dos Estados da Paraíba e Pernambuco. Este caso é o primeiro federalizado, mas temos muitas circunstâncias... Há duas semanas, no Estado do Tocantins, o defensor dos direitos humanos, dirigente do Movimento Justiça e Direitos Humanos, Sebastião, foi morto cruelmente. Um homem que dedicou a vida aos pobres e ao povo na defesa dos direitos humanos foi morto porque defendia os direitos humanos. Aqui em Goiás, grupos de extermínio agiram; temos uma centena de desaparecidos, segundo me disse o Vereador Mauro Rubem, da Assembleia Legislativa de Goiás; envolvimento de agentes do Estado, que o Governador tem enfrentado com muita força e determinação. Precisamos estar juntos apoiando as autoridade que não têm tido medo de dizer, quando existem agentes do Estado, porque a polícia que queremos é uma polícia que honre o Brasil. A polícia que queremos não tem conexões com o crime e essa agenda temos tido conjuntamente. *(Palmas.)*

Temos 580 mil pessoas nas penitenciárias brasileiras e precisamos apresentar ao Senado Federal um projeto de lei para o enfrentamento do mecanismo tortura, mecanismo autônomo e independente.

Em outra oportunidade dedicar-me-ei a trabalhar com os senhores nessas questão. Estou à disposição.

Por último, Senador Paim, duas palavras. Na nossa Pasta estamos formando um comitê para tratar do tema da diversidade religiosa.

O Brasil, que se orgulha tanto disso, tem tido manifestações de intolerância religiosa. Assim como temos comitês e conselhos em diferentes áreas, queremos dizer que estamos prontos, Srªs e Srs. Senadores, que estamos prontos para, juntos, estudarmos como, no Brasil, poderemos aprofundar a tolerância religiosa e o respeito como uma marca do País e o diálogo intrareligioso.

Senador, estaremos recebendo nos próximos dias uma liderança importante, o Presidente dos Estados Unidos. Os povos brasileiro e norte-americano também são irmãos na caminhada pelos direitos humanos. Os povos se unem. E quando dois Presidentes – uma mulher, brasileira, Presidenta do Brasil, e um homem, negro, norte-americano – estendem a mão um para o outro são os povos destes dois países que estendem as mãos como símbolo de que o Brasil está fazendo a diferença no cenário internacional, e que as questões que nós dizemos, nós brasileiros e brasileiras, as questões que o nosso povo têm, a honradez do nosso povo, os princípios do nosso povo pelos direitos humanos são ouvidos no mundo inteiro, e buscamos, acima de tudo uma coerência. Volto a dizer que aquilo que nós queremos para o mundo e aquilo que nós apresentarmos para o mundo é o que nós defendemos para o nosso próprio povo, para o Brasil, porque a nossa principal tarefa é respondermos pelos direitos humanos das brasileiras e brasileiros.

Muito obrigado, Senador Paim; muito obrigado, Senador Simon e a todos aqui presente. *(Palmas.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esta Presidência agradece muito a nossa querida Ministra Maria do Rosário pela exposição que aqui fez. Certamente V. Exª voltará aqui outras vezes para dividir conosco o seu conhecimento, para que possamos inclusive, encaminhar projetos, projetos de lei, propostas, juntos, aqui nesta Comissão.

Eu, particularmente – foi proposta do Senador Randolfe Rodrigues, salvo engano, que propôs uma subcomissão para acompanhar a comissão da verdade –, confesso-lhes, não se trata de uma crítica, mas tenho colocado o meu ponto de vista, não consigo entender que um mesmo tema, agente faça, para acompanhar um tema de caráter nacional e até internacional duas subcomissões. Ou seja, uma subcomissão para acompanhar a Comissão na Câmara e uma aqui no Senado. O mesmo ocorre com a reforma política, com todo o respeito àqueles que estão tratando na reforma política. Entendo que a reforma política deveria ser mista e não ter uma comissão na Câmara e outra no Senado. Olha, o debate é o mesmo, não adianta. Por isso vou conversar com a Deputada Manuela, no sentido de que possamos dialogar com V. Exª para ver como uma comissão do Congresso – Direitos Humanos, do Congresso, Câmara e Senado – pode dialogar com vocês para ver qual a melhor forma de fortalecermos a Comissão da Verdade.

Mediante isso, Senadora Ana Rita, que chega neste momento e que é vice-Presidente desta Comissão...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – *(Fora do microfone: "Estava participando de outras atividades".)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sei disso, sei disso.

Vamos encerrar esta parte da reunião de hoje e vamos entrar nos requerimentos. Vamos dar prioridade, num primeiro momento, aos requerimentos dos Senadores que estão presentes, e outros requerimentos, que são de minha autoria, poderemos votar, já que vou estar presente... Sei que muitos têm compromissos.

Eu pediria a todos uma grande salva de palmas à Ministra Maria do Rosário, para que ela possa, então, se retirar neste momento.

Obrigado. *(Palmas.)*

Vamos continuar com nossos requerimentos. Inclusive alguns convidados estão esperando esta decisão, mas, com certeza,...

Vão abraçar a Ministra. Abracem a Ministra e voltem ao plenário.

Pediria a nossos convidados...

A Ministra Maria do Rosário está, neste momento, se deslocando para dar entrevista aqui ao lado, está se despedindo dos Senadores e das Senadoras.

Vamos, em seguida, para a segunda parte da reunião. A segunda parte é deliberativa. Vamos votar, primeiro, os requerimentos dos Senadores presentes. E os requerimentos de minha autoria, já falei com a assessoria do próprio Governo, votaremos aqueles que são consenso.

Peço apenas que encostem a porta para que possamos continuar a reunião. Por favor, encostem a porta.

Retomamos a segunda parte da reunião, agora deliberativa.

Como havíamos informado na última reunião que tivemos, no dia de hoje aprovaríamos requerimentos propostos pelas Srªs e Srs. Senadores sobre diversos temas e também apontaríamos os dias das nossas reuniões. A Senadora Ana Rita esteve presente, fizemos uma reunião de trabalho interna, que apontou na seguinte linha, e eu queria a consideração dos Srs. Senadores: nós faríamos reuniões todas as quintas-feiras, às 9 horas. Com esse objetivo, seriam sessões deliberativas. E quando não houver matéria para apreciar, podemos fazer audiências públicas, da Comissão de Direitos Humanos ou mesmo da subcomissão que solicitar esse horário. Naquele mesmo dia, nós aqui conversamos, era minha intenção também realizarmos audiências públicas nas segundas-feiras. Inclusive, a proposta primeira que eu havia trazido aos convidados naquele dia é de que seria às 9 horas, mas muitos me disseram que é difícil chegar aqui às 9 horas, que o melhor seria, então, às 10 horas.

Bom, eu tomei a liberdade de fazer um adendo, Senadora, dizendo que nós ficaríamos com a segunda-feira sem prejuízo de transferirmos também para as terças de manhã quando for esse o interesse do Senador. Se algum Senador tiver dificuldade para chegar na segunda, nós transferimos essa audiência para terça de manhã. Então, teríamos dois dias para as audiências públicas: segunda de manhã, quando for de interesse de um Senador ou outro, e na terça de manhã também, quando for essa a intenção. Mas, claro, quando se fizer na segunda, não se fará na terça; quando se fizer na terça, é porque não se fez na segunda. Os Senadores escolhem se querem na segunda ou na terça.

Eu, particularmente, prefiro que as audiências públicas por mim solicitadas sejam na segunda. Qual é a vantagem de deixarmos essa janela na segunda? Sou muito franco na exposição: é que, na segunda, além do menor número de atividades que temos, é ao vivo, vamos dialogar com todo o Brasil porque não há nenhuma outra comissão que se reúna na segunda de manhã.

Então, faríamos um esforço, quando entendermos necessário, para nos reunir na segunda. Se os Senadores não puderem, nos reunimos na terça. Ficamos com esta possibilidade: segunda ou terça e, quinta, as sessões deliberativas.

Os Senadores que concordam com esse encaminhamento... Coloco em votação, porque sei que todos estão...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Na segunda seria a que horas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Segunda seria às 10h e não às 9h, porque teríamos a TV ao vivo das 10h às 14h. Quero insistir que não é obrigatório ser na segunda, seria na segunda ou na terça, depende da vontade dos Senadores.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós ficaríamos com uma janela na segunda para nós.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu acho importante, Senador, até porque com a sobreposição de atividades na terça-feira, com as demais comissões que compomos, tem diminuído a possibilidade de termos uma participação nas comissões com mais qualidade.

Então, acho que é importante deixar essa janela. A questão da TV Senado faz diferença para nós, que lutamos pela democratização da comunicação no País. Poder dialogar, ao vivo, sobre os direitos humanos é, sem dúvida, muito importante.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, quero parabenizá-lo pela iniciativa de querer dar uma maior divulgação para esta nossa Comissão. Lamento, porém, que, lá no Acre, não viajemos nem na hora nem no dia em que queremos, lá nós temos de nos adaptar aos horários e às dificuldades dos voos. Mas eu não sou empecilho. No dia em que tiver de fazer um sacrifício, que eu achar interessante estar na Comissão... Eu não gostaria de ser um empecilho e atrapalhar os trabalhos da Comissão. Concordo com a proposta da segunda se o senhor e a maioria dos colegas entendem que é a melhor para a nossa Comissão. No dia em que houver necessidade de eu estar aqui, farei um sacrifício e estarei aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Petecão. Sem prejuízo de, na terça também, mantermos aquele horário da comissão para as audiências públicas. Vai depender da vontade de cada Senador.

Coloco em votação esse encaminhamento feito. Aqueles que com ele concordam permaneçam sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

Temas que nós levantamos e sobre os quais pretendemos estabelecer debates na Comissão: ação pela igualdade das pessoas e luta contra qualquer tipo de preconceito – enfim, combater todo tipo de preconceito –; ampliação dos direitos da pessoa com deficiência; subcomissões da Criança, do Adolescente, da Mulher, dos Idosos – todos teriam subcomissões segundo o entendimento feito –; combate às drogas ilícitas – já há, inclusive, sugestões encaminhadas à Mesa –; combate ao trabalho escravo – já temos a indicação para essas subcomissões de Senadores que apresentaram seus nomes –; fortalecer a ideia da Comissão da Verdade em parceria com a Câmara dos Deputados; avançar na dignidade e direitos do consumidor; dignidade da pessoa humana em face do Direito Internacional; maior autonomia na realização de diligências; a questão dos povos indígenas; a situação dos povos... a situação do Acre, que é, em resumo, o que foi dito na Comissão, que vamos apreciar aqui num segundo momento; a questão migratória; o sistema presidiário, dignidade de presos e também de policiais; valorização dos idosos.

Quem concorda com o eixo desse tema, sem prejuízo do que li aqui, a própria questão dos ciganos, que também colocamos para o debate – inclusive há uma delegação de ciganos –, pois esse será o eixo do nosso debate.

Quem concorda – vi que faltou a palavra "cigano", se não me engano, nos termos que aqui li – com os principais momentos em que a Comissão vai realizar audiências públicas, tudo passando por esse eixo, sem prejuízo a outro tema que algum Senador trouxer de relevância para que esta Comissão se posicione, faça uma diligência ou uma audiência pública.

Quem concorda com esse eixo amplo queira permanecer sentado. (Pausa.)

Aprovado.

Vamos de imediato aos requerimentos. Estou acelerando porque sei que inúmeros Senadores estão aguardando os requerimentos.

Vamos ao item 3.

Acho que o primeiro requerimento que chegou aqui foi do Senador Sérgio Petecão. O requerimento diz o seguinte:

"Requeiro, nos termos do art. 90, XII, 142, do Regimento Interno do Senado Federal, seja constituída a comissão composta de três Senadores que representam esta Casa para averiguar relevante situação no Estado do Acre afeita à questão migratória dos haitianos nas cidades de Brasiléia, Epitaciolância e Assis Brasil; as duas primeiras, fronteiras vivas com a Bolívia, Departamento de Pando; e a terceira, fronteira viva com o Peru, Departamento de Madre de Dios, haja vista os problemas sanitários, bem como as irregularidades nas permissões das entradas no País, ademais do incremento dos problemas laborais

Para tornar efetiva a atuação dessa comissão, faz-se necessário a designação de um consultor legislativo e dois servidores da Secretaria desta Comissão de Direitos Humanos."

Antes que o Senador Sérgio Petecão...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, só para fazer uma correção: é o item 2, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o item 3, requerimento 2, pelo menos é que está aqui na minha mão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Desculpe, V. Exª tem razão. É o item 3, requerimento 2.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –Isso, isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – É porque V. Exª falou item 2.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vi. Mas é item 3, requerimento 2.

Mas antes de passar a palavra a V. Exª, a Secretaria-Geral da Mesa do Senado me informou que teremos uma comissão que vai se encaminhar à área solicitada por V. Exª com esse objetivo.

Olhe bem o que vou propor de antemão e vai haver toda a estrutura da Mesa do Senado para esse deslocamento. Assim, se V. Exª permitir, eu encaminharia a votação do requerimento da seguinte forma:

V. Exª fará parte dessa comissão, representando a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado. Se V. Exª concordar com esse encaminhamento, como autor do requerimento, penso que é uma deferência ajustada para o autor do requerimento, porque a comissão poderá ser montada, conforme me disseram, por diversos Senadores e até Deputados.

Mas faço questão, já que existe toda uma estrutura para o deslocamento, que V. Exª seja o representante da Comissão de Direitos Humanos, mediante ofício aqui encaminhado, fazendo parte dessa delegação que vai se deslocar ao Acre e a outros Estados da Amazônia, se não me engano.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, já agradeço a deferência ao meu nome. Não vejo nenhum problema. Penso que esta Comissão demorou por conta das atribuições, ou seja, demoramos a nos reunir. Na verdade, fiz este requerimento na nossa primeira reunião, quando houve a sua eleição para Presidente da Comissão. Mas não vejo nenhum problema, aceito sua proposta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer que V. Exª vai oficialmente em nome da Comissão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – ... encaminhada pela Comissão de Direitos Humanos. Está certo, não vejo nenhum problema.

Espero que o objetivo dos proponentes, Senador Jorge Viana e Senador Aníbal Diniz, seja o meu mesmo objetivo, não tenho certeza, são Senadores do meu Estado também, de ver a situação daqueles haitianos que estão na nossa fronteira. Da minha parte, não tem nenhum problema, eu aceito a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer, Senador Petecão, que, no nosso entendimento, o seu requerimento foi o primeiro que entrou na Casa com esse objetivo. Por isso que nós entendemos que é mais do que justo que V. Exª vá oficialmente – vou colocar em votação – representando a Comissão de Direitos Humanos, como primeiro signatário do requerimento que chegou aqui ao Senado da República.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Muito bem. Eu agradeço a V. Exª, mais uma vez, pela deferência. Gostaria que constasse no seu despacho, não conheço o Regimento nessa formalidade, porque eu dei entrada neste requerimento aqui a pedido de um grupo de pessoas, de um movimento que existe lá no Estado, para que pedíssemos, nesta Comissão de Direitos Humanos, que os Senadores fossem até o meu Estado.

Mas, da minha parte, não tem nenhum problema. Eu me sinto contemplado com a sua proposta e vejo que é uma questão de economia da Casa, não tem sentido irem duas comissões, uma daqui e outra da Câmara. Eu acho que a sua proposta me contempla e eu já te agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço à Secretaria-Geral da Mesa que o requerimento que vamos encaminhar ao Presidente Sarney – eu já conversei com eles e disse que essa seria a decisão da Comissão – seja formulado nos termos solicitado pelo Senador.

Coloco em votação.

Os Senadores que concordam que o Senador Sérgio Petecão seja o representante da Comissão de Direitos Humanos na Comissão do Senado que vai aos Estados da nossa querida Amazônia, onde estão buscando soluções para a questão dos haitianos, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade. Que se tomem os procedimentos.

O segundo requerimento é do Senador...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, os meus podem ficar para o final. Quero fortalecer os primeiros.

O item 13 é do Senador Wellington Dias. Permita-me, Senador Wellington Dias, mediante conversa com V. Exª, já marquei a audiência, mas o requerimento é seu. V. Exª tem a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero, com muita alegria, dizer do meu contentamento em ver seu requerimento. Veja, podemos votar os dois requerimentos, inclusive juntos.

Claramente, o Governo Federal aponta como um dos grandes desafios a erradicação da miséria e a redução da pobreza. Como eu dizia, há pouco, à Ministra, acho que não há nenhum tema mais de direitos humanos do que esse. Por essa razão, embora eu seja membro da Comissão de Assuntos Sociais, creio que é nesta Comissão que devemos ter um acompanhamento das metas desse trabalho, inclusive não só cobrando, fiscalizando, mas também propondo e, com isso, ouvindo a sociedade. Há muitas experiências espalhadas pelo Brasil, de governos estaduais, de municípios, das organizações não governamentais, do próprio setor privado. Creio que podemos contribuir – e muito – nesse trabalho.

Quero louvar o outro requerimento que V. Exª apresenta que abre a possibilidade de já começarmos com uma audiência pública. Nesse caso, certamente, gostaria que fosse convidada nossa Ministra do Desenvolvimento Social, que centraliza esse programa, para, a partir da proposta do Governo Federal, traçarmos nosso plano de trabalho e acompanhamento na Comissão. É uma comissão temporária, que nos permite, por um período predeterminado, garantir as condições de termos um projeto, uma proposta a ser apresentada para a Casa, de ver os projetos que tramitam nessa área.

Por isso, peço o apoio de nossas Senadoras e dos nossos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer a leitura do requerimento do Senador Wellington Dias.

”Requeiro, com base nos arts. 73, 74 e 76, combinados com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, no prazo de seis meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão do acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.”

Pelo Regimento é possível. É uma comissão temporária.

De imediato, coloco em votação.

Aqueles que concordam com a criação de uma comissão temporária, com o objetivo de combater a fome, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento de V. Exª.

Se V. Exªs concordarem, tomei a liberdade de, pela simbologia do seu requerimento, inclusive, na próxima terça-feira, pela manhã, temos já a primeira audiência, de uma série que teremos, sob a coordenação de V. Exª, em que vai ser indicado por mim, vai ser votado para ser o Presidente desta Subcomissão Temporária.

Então, aprovado, já, o requerimento do Senador Wellington Dias, eu colocaria também o requerimento de nossa autoria, com o único objetivo de ser a primeira das audiências que faremos e, quem sabe, nessa, a gente consiga já trazer, por sua indicação, a própria Ministra.

Tomarei a liberdade de convidar, se a Ministra concordar, um seu representante. Se ela não puder vir na terça, ela pode vir, quem sabe, na primeira reunião da Comissão Temporária. Faríamos num horário nobre, numa quinta-feira, que seria a instalação da Comissão e, quem sabe, a fala dela. E, nesta terça-feira, viria ela, se possível, ou um representante do Ministério, alguém da Casa Civil que cuida do Programa Fome Zero, e convidaria Ulisses Riedel, que lançou um livro, nesta última terça ou quarta-feira, se não me engano, sobre a questão também de política de combate à fome e à miséria.

Há concordância?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Há concordância, repito. Inclusive, conto com o empenho de V. Exª. Também vou buscar nessa direção de agente trazer a própria Ministra Tereza Campello, porque acho que é importante...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É, tentaremos.

O SR. **WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – ... abrirmos os trabalhos já com a apresentação da proposta mais geral do Governo.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A intenção é a de que, nesse dia, a gente escolha já os membros da subcomissão. Vamos fazer um esforço para isso.

O SR. **WELLINGTON DIAS** (Bloco/PT – PI) – Aliás, faço um apelo, aqui, para os que desejam se candidatar. Já estou me candidatando para ser membro da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Então, em votação esse requerimento, de minha autoria, de todos os Senadores aqui presentes, para que a primeira audiência pública, para tratarmos dessa questão do combate à miséria, à fome, enfim, seja na próxima terça-feira, 9h da manhã. Vejam que já saí da segunda. Eu mesmo. Na segunda, não estou aqui.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Então, teremos a primeira audiência pública, e já vou convidá-lo, Senador Wellington Dias, se V. Exª puder, nessa reunião, para que V. Exª esteja à mesa conosco, como indicado para presidir essa Subcomissão.

Vamos aos outros requerimentos.

Peço à Assessoria.

Requerimento nº 17, de 2011.

“Requeiro, nos termos art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, seja convidada a Excelentíssima Senhora Ministra-Chefe da Secretaria para Política das Mulheres, Iriny Nicolau Corres Lopes, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH acerca das políticas públicas que o Governo Federal pretende implantar no que se refere ao combate à violência contra a mulher, a atual aplicação da Lei Maria da Penha e a valorização da condição da mulher.”

Senador Sergio Petecão com a palavra.

Achei muito interessante também.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Tenho certeza, Presidente, que a Senadora Marinor, poderá me ajudar muito nesse requerimento.

Na verdade, esse requerimento foi por conta do Dia Internacional da Mulher. Vi um depoimento da nossa Presidenta Dilma em que ela reconhecia o aumento da violência contra a mulher. Ora, penso que esta Comissão, poderemos chamar, para nós, de esse debate, entendo que é de suma importância, até porque temos uma lei, a Lei Maria da Penha, e, no enten-

dimento de alguns especialistas nós poderemos fazer alguns ajustes e algumas correções.

Então eu acho que nós poderemos, sim, trazer esse debate para dentro desta Comissão. Nós entendemos que hoje a violência contra as mulheres, principalmente no meu Estado, tem aumentado muito.

Eu peço até desculpas às nossas Senadoras, porque na verdade esse requerimento deveria ter partido de uma Senadora, mas isso não...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) **-** Não necessariamente. Orgulha-nos muito que os homens deste Senado Federal comecem a tomar iniciativas, porque a violência vem exatamente por conta do machismo, por conta do comportamento violento dos homens. Parabéns.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Ok! Então fica desde já o convite à nossa Senadora, para que possa nos ajudar nesse debate. Eu tenho certeza de que as Senadoras aqui têm informações muito melhores do que as que eu detenho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Ana Rita para discussão do requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Olha, Senador Petecão, eu estou orgulhosa de V. Exª ter tomado essa iniciativa de convidar a nossa Ministra Iriny Lopes para estar aqui, para debater a questão da violência contra a mulher. É Importante que os Senadores, que os homens tomem essas iniciativas É louvável. Parabéns para V. Exª.

Eu apenas queria aproveitar a oportunidade, Senador, porque agora cedo nós estávamos dando uma entrevista e tivemos oportunidade de abordar algumas questões, entre elas a violência contra a mulher. Eu estou com um dado que vale a pena destacar, porque ele é sério: a cada dois minutos cinco mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Ou seja, se nós paramos para pensar, durante o período de realização da reunião desta Comissão de hoje, quantas mulheres já foram agredidas neste País? Se a cada dois minutos cinco mulheres são agredidas, imaginem desde o início desta reunião até agora quantas mulheres foram agredidas por este Brasil afora! O importante, Senador, é que nós precisamos fortalecer e divulgar a Lei Maria da Penha. Na verdade a lei é importantíssima. Ela não precisa de ajustes. É preciso que haja uma consciência sobre a lei, inclusive do Poder Judiciário, que não está aplicando corretamente o que diz a lei. Isso é importante a gente destacar. O Poder Judiciário não está... Na verdade a lei prevê o seguinte: a mulher, independentemente de fazer o registro da violência praticada contra ela, o próprio Ministério Público ou qualquer outra pessoa da sociedade pode fazer a denúncia e essa denúncia tem que ser apurada. Muitas vezes as mulheres que são agredidas têm medo de denunciar porque podem morrer ou podem perder a ajuda financeira de que muitas delas são dependentes, infelizmente, dos seus companheiros. E normalmente são eles que praticam a violência contra elas.

Então esse é um debate muito rico. Com certeza nossa Ministra irá trazer informações preciosas para esta reunião e é um debate que nós precisamos aprofundar a cada dia com toda a sociedade brasileira.

Eu quero, Senador, parabenizar V. Exª pela iniciativa. Parabéns. Pode contar com o nosso apoio, com a nossa ajuda. Estamos aqui para contribuir também.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Nós temos algumas informações aqui, mas para não ficar repetitivo, Paim, eu acho que na presença da Ministra nós podemos fazer um debate bem amplo e muito rico. Então eu vou poupar as informações, inclusive a informação que a senhora nos dava de que a cada quinze segundos uma mulher é vítima de agressão e 70% da violência é familiar. Tem várias informações aqui que são importantes, mas dado o adiantado da hora, Paim, bote em votação. Pelo menos o apoio das mulheres nós já temos aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Eu cumprimento o Senador Sérgio Petecão pela iniciativa e quero dizer que a Senadora Ângela Portela solicitou, se possível naturalmente, a decisão é dos Senadores, a Presidência da Subcomissão da Mulher, que havia um pedido da Senadora Ana Rita. Mas me parece que chegaram ao entendimento... Então, tranqüilo, vamos pedir inclusive a ela que ajude na mobilização e quem sabe nesse dia, no dia em que aqui estiver a Ministra, possamos instalar a Subcomissão da Mulher e V. Exª fica sendo um dos padrinhos da história.

Quem concorda com o requerimento apresentado pelo Senador Sérgio Petecão permaneça como se encontra.*(Pausa)*

Aprovado o requerimento do Senador Sérgio Petecão que visa ouvir a Ministra que vai aqui falar principalmente sobre o combate à violência em relação à mulher, a atual aplicação da Lei Maria da Penha e a valorização da condição da mulher.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL - PA) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Quem tiver que sair pode sair porque os meus são tranqüilos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL - PA) - Nós vamos aprová-los todos. Queria propor que os requerimentos de V. Exª pudessem ser aprovados em bloco, porque já tomamos conhecimento dessa pauta com

antecedência, facilita para todos nós. que estamos com outros compromissos e, como já existe concordância, o Plenário é soberano, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, para votar em bloco.

Queria também pedir a inclusão de um requerimento extrapauta, Excelência, que julgo de extrema relevância para o momento político que estamos passando no meu Estado e no Brasil de um modo geral, que trata de uma realização, por parte desta Comissão, de uma diligência na cidade de Altamira, no Estado do Pará, no sentido de ouvir as populações que poderão ser atingidas, quais sejam, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, moradores da periferia de Altamira e das cidades da região Xingu, ouvir as entidades de direitos humanos, Movimento Xingu Vivo para Sempre e demais movimentos sociais que se contrapõem ao empreendimento, porque apresentam dados de que vamos ter um dano não apenas ambiental, mas um dano social muito grave.

Na oportunidade, queria já justificar para não me inscrever novamente . Para os senhores terem uma idéia, está sendo anunciada por parte do Governo a geração de 20 mil empregos e, só Altamira, na maior cidade da região, tem 19 mil desempregados e tem uma perspectiva sendo anunciada de migração para a região de novos desempregados, 200 mil pessoas.

Então, uma região sem saneamento básico, uma região sem estrutura do Estado para garantir a qualidade de vida mínima daquelas populações ainda ameaçada de receber, sem contrapartida do Governo, quase 200 mil pessoas.

Então, gostaria que a gente pudesse sair daqui e ouvir aquelas populações para fazer um juízo de valor sobre a situação, para não ficar nesse debate de quem a favor ou quem é contra a hidrelétrica, porque não se trata desta assunto aqui. Entendemos que a questão energética é essencial para o Brasil, agora não à custa de violação de direitos humanos de pessoas, de cidadãos e de cidadãs brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Solicito a V. Exª que encaminhe o requerimento à Mesa. Já está aqui na Mesa? Já fez a devida exposição...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já fiz até a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Então, em seguida, terminando essa pauta , estou retirando o requerimento de minha autoria que é o nº 8, porque o pessoal da Caixa e do Ministério pediu para conversar um pouco comigo sobre o tema primeiro. Como sou muito produtivo, conversarei primeiro e depois, se for o caso, mantenho ou não o requerimento.

Então, nesse momento, para apreciar os meus requerimentos, excluindo o número 8 , passo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, dando sequencia, nós vamos, primeiro, fazer a leitura de todos os requerimentos do Senador Paulo Paim e, em seguida, faremos a votação.

Requerimento nº 2, de 2011: com fundamento no disposto do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, requerendo a realização de audiência pública a fim de ouvir o Sr. Andrei Netto, em face dos acontecimentos ocorridos na Líbia, bem como a sua prisão nesse país.

É de autoria do Senador Paulo Paim.

Podemos passar para frente. Nenhuma opinião, não é?

Requerimento nº 4, de 2011, com fundamento também no disposto do art. 93, inciso II, está requerendo a realização de audiência pública a fim de debatermos a disseminação das drogas no meio da juventude e nas famílias.

Também de autoria do Senador Paulo Paim.

O outro requerimento refere-se à realização de audiência pública a fim de debatermos a violência nas escolas, notadamente contra os professores. É o Requerimento nº 5, de 2011, também de autoria do Senador Paulo Paim.

O outro requerimento é o de número 6, de 2011, com realização de audiência pública a fim de debatermos sugestões ao Estatuto do Motorista. Também de autoria do Senador Paulo Paim, inclusive o Estatuto.

O próximo requerimento é o de número 7, que requer a realização de audiência pública a fim de debatermos a Campanha da Fraternidade 2011, com o lema "Fraternidade e vida no planeta" e o tema "A criação geme em dores de parto", com vista à preservação do meio ambiente. De autoria do Senador Paulo Paim.

O requerimento de número 8 foi retirado pelo próprio autor, Senador Paulo Paim.

O Requerimento nº 9 requer realização de audiência pública a fim de debatermos o papel das usinas nucleares na vida do cidadão e do meio ambiente. De autoria também do Senador Paulo Paim.

Requerimento nº 10 solicita a realização de audiência pública a fim de debatermos acidentes de trânsito envolvendo ciclistas, motociclistas e outros, em face do número de mortes nas vias urbanas e rodovias brasileiras. Também do Senador Paulo Paim.

Requerimento nº 11 solicita a realização de audiência pública a fim de debatermos as ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria. Também de autoria do Senador Paulo Paim, que será já na próxima terça-feira, às 9 horas.

Já deliberamos sobre isso na reunião de hoje.

O próximo, Requerimento nº 12, de 2011, requer a realização de audiência pública a fim de debatermos o cumprimento do papel das agências reguladoras na aplicação das leis que promovem a dignidade do consumidor. Também de autoria do Senador Paulo Paim.

O próximo, Requerimento nº 13, que já foi votado, do Senador Wellington Dias.

São só esses, não é?

Esse aqui já foi lido?

Também do Senador Paulo Paim.

Requerimento nº 14 requer a realização de audiência pública para discutir a situação dos planos de saúde privados no Brasil.

O próximo, de autoria do Senador Paulo Paim, é o Requerimento nº 15, que solicita debater o Estatuto da Igualdade Racial e os oito anos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Próximo Requerimento de número 16, de autoria também do Senador Paulo Paim, requer a realização de audiência pública para discutir uma proposta de regulamentação de combustível no Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permite-me, como autor desse requerimento?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É o setor que se encontra aqui. Nós faremos o seguinte encaminhamento: se vocês concordarem, vamos deixar que haja a votação em bloco e, em seguida, eu vou permitir que o representante do setor justifique a importância desse requerimento. Pode ser? Para que haja a votação em bloco. Os Senadores agora têm que se posicionar. Se os Senadores concordam, ao representante do setor, depois da votação em bloco, eu vou passar a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Concordamos .

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT - PI) – Eu só queria que V. Exª acrescentasse algo ao requerimento: onde está escrito regulamentação do combustível, colocasse "e biocombustível". Acrescentar "e biocombustível".

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Eu explico para quem está assistindo à TV Senado. A intenção, neste momento, desse grupo de pessoas que estão aqui é fortalecer a legislação participativa. Faremos uma audiência e, nesse dia, dentro daquilo que manda o Regimento desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, eles farão oficialmente uma proposta de projeto de lei, cumprindo o que manda a legislação do Regimento Interno da Csaa, e farão a defesa. Uma vez que os Senadores acatarem, eu indico o relator e a matéria passa a tramitar como projeto de lei na Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT - ES) – Já concluímos a leitura dos requerimentos de autoria do Senador Paulo Paim.

Colocamos, então, em votação os referidos requerimentos, em bloco.

Algum Senador gostaria de se manifestar? Senadora? *(Pausa.)*

Em votação todos os requerimentos de autoria do Senador Paulo Paim.

Aqueles e aquelas que aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Muito bem. Aprovados. *(Palmas.)*

Teremos, daqui para a frente, uma longa pauta de audiências públicas. Isso é muito importante, porque são temas de grande relevância para a vida dos cidadãos e das cidadãs brasileiras.

Parabéns, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Obrigado. Parabéns a todos nós.

Agora, voltarei à Presidência...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT - ES) – Então, retorno a Presidência ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) - ...para votarmos os requerimentos extrapautas. São dois, na verdade...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL - PA) – São dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Dois de V. Exª?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL - PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Dois de V. Exª e um do Senador Aníbal Diniz. Vamos ler o do Senador Aníbal e vamos ler os dois de V. Exª.

Eu vou colocar em votação se todos concordam que eles entrem nesta pauta. Em seguida, votaremos o mérito. *(Pausa.)*

Como o Senador Aníbal Diniz não é desta comissão, eu assinei na coautoria. Então, V. Exª vai ter de assumir a Presidência e ler também o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT - ES) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II, art. 101, inciso II, e art. 102-e do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública conjunta desta comissão e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir os seguintes problemas relatados pela Associação dos Juízes Federais do Brasil. A pauta é a seguinte: ameaças que vêm sofrendo os juízes federais criminais e suas

famílias por parte de organizações criminosas; prerrogativa única e exclusiva à Justiça Federal para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos; impasse remuneratório vivido pela magistratura federal, reajustes e subsídios; ampliar a participação dos membros da magistratura federal dos Tribunais Regionais Eleitorais. Para tanto, solicito seja convidado o Presidente da Associação dos Juízes Federais, Dr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.

Em votação.

Primeiro, queremos perguntar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras aqui presentes se concordam com o requerimento proposto. É um requerimento extrapauta. Como ninguém se manifestou, então, vamos votar agora o mérito.

Em votação. *(Pausa.)*

Como ninguém se manifestou contrariamente, declaro aprovado o referido requerimento.

O referido requerimento encontra-se, a partir de agora, incluído na pauta de discussão da comissão.

É importante dizer que este requerimento é do Senador Aníbal Diniz, do PT do Acre, e também do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que se torna de minha autoria, porque ele não é um membro da Comissão, mas a sugestão é dele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, um esclarecimento do Senador, porque o Senador Aníbal não é membro efetivo desta Comissão. Na verdade, o Senador Paulo Paim assinou o requerimento como Presidente da Comissão, que também tem o nosso apoio aqui. É importante fazer esse destaque.

Repasso, então, a presidência da Comissão ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora vamos apreciar os requerimentos da Senadora Marinor Brito, extrapauta. Primeiro, gostaria de dizer, Senadora Marinor, por que V. Exª está sendo indicada por esta presidência para presidir a comissão que vai da criança ao idoso e descrever todo o trabalho da comissão, o que fará com a competência de sempre. Apenas vou pedir a todos os candidatos das respectivas comissões que encaminhem o nome à Mesa. E agora vou falar um pouco, permita-me, como alguém que já tem quase 30 anos na Casa. Refiro-me à Câmara e ao Senado.

É fundamental que os autores dos requerimentos, e V. Exª me encaminhou o requerimento, como a Senadora Ana Rita também vai encaminhar, como o Senador Cristovam encaminhou, façam uma mobilização para que os Senadores interessados em compor a Comissão estejam aqui. Podemos até combinar um único dia, quem sabe na próxima terça ou quarta, e elegermos aqui todas as Comissões num único dia, mas é fundamental...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria sugerir a V. Exª que fizesse uma divisão da pauta de terça-feira, que mobiliza os Senadores para que a gente aprove a presidência das subcomissões e já realize a audiência aprovada em requerimento hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT – RS) – Muito bem. Só vou solicitar aos indicados, conforme conversa que tivemos para ser presidentes dessas comissões e subcomissões, dessas quatro subcomissões, três permanentes e uma temporária, que é importante que eles se articulem para ter o número de Senadores necessários para votar. A indicação, inclusive, da presidência, no caso, da Senadora Marinor Brito, isso nós vamos articular. Não vai haver problema, nós vamos conseguir uma vaga para a Senadora Marinor.

Senadora, V. Exª tem dois requerimentos? Quais são os dois? O primeiro é...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Um é o de Belo Monte e o outro é dos auditores fiscais concursados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos fazer a leitura do primeiro requerimento: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização por esta Comissão de Direitos Humanos, a realização participativa de diligência na cidade de Altamira, no Estado do Pará, no sentido de ouvir as populações que poderão ser atingidas, quais sejam, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, ribeirinhos, moradores da periferia de Altamira, entidades de direitos humanos, movimento *Xingu vivo para sempre* e demais movimentos sociais que se contrapõem ao empreendimento Belo Monte, que já está sendo terraplanado, bem como deverão ser ouvidos representantes do Ministério Público do Pará".

Os que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

Agora, vamos ao mérito. V. Exª tem a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Acho que, ainda há pouco, ao apresentar o requerimento extrapauta, já entrei no mérito. Não podemos tratar essa questão como econômica, como ambiental ou como uma questão que compute números anunciados pelo Governo. Estamos tratando aqui de pessoas, de direitos humanos que vão ser cerceados se o empreendimento for desenvolvido da forma que o Governo Federal tem encaminhado. São quase vinte anos de tentativa de estabelecer esse empreendimento que tomou força agora no Governo Lula e no Governo Dilma. Várias análises científicas, feitas por um painel de especialistas no Brasil têm demonstrado e afirmado que os im-

pactos socioambientais naquela região serão de uma desenvoltura, de um prejuízo incalculável para o povo daquela região, para o povo brasileiro, portanto.

Então, o Movimento Xingu Vivo tem apresentado possibilidades de debate, não tem conseguido, não foi cumprida a Convenção Internacional de Realização de Audiências Públicas, o nosso próprio Estatuto das Cidades afirma que qualquer empreendimento que vá alterar a vida das pessoas deve ser precedido de audiências públicas e comprovadamente que o empreendimento não ameaça a vida ou a qualidade de vida das pessoas. Ali estão as populações quilombolas, ali estão populações indígenas, ribeirinhas, populações tradicionais que historicamente têm seus direitos humanos violados.

Então, queria que nós pudéssemos ir ao... Inclusive, já adendando ao requerimento do dia 9, porque já temos um grupo bem expressivo de Senadores que se colocaram à disposição e eu chequei as agendas. É um dia de sábado, portanto, não vai atrapalhar o funcionamento aqui do trabalho legislativo propriamente dito no Senado Federal. Além do Senador Paim, o Senador Pedro Taques, a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador João Pedro, o Senador Randolfe, o Senador Pedro Simon, o Senador Suplicy e mais eu estamos nos colocando à disposição para participar dessa visita, dessa oitiva, dessa visita *in loco* de uma situação que pode ser evitada caso a gente consiga comprovar essas questões e informar o Governo, convencer o Governo de que precisa ter cuidado com esse tipo de empreendimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós vamos de imediato encaminhar a votação do requerimento defendido pela Senadora Marinor Brito. Não sei se V. Exª falou o meu nome também. Não?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu tinha consultado V. Exª. V. Exª estava dependendo do dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou com um problema porque estou e Santa Catarina nesses dias 9 e 10. Nos dias 9 e 10 estou num grande encontro lá dos aposentados de todo aquele estado. Mas, com certeza, os outros Senadores deverão acompanhar.

Então, de imediato eu vou colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Quanto aos...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Explicando, Excelência, permita-me, que uma boa parte dos Senadores que estão aí são membros da Comissão e que nós possamos também fazer um convite especial ao Senador Suplicy, que infelizmente não é membro da Comissão, mas que possa integrar como membro deste Poder esta Comissão, porque tem interesse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro. Essa parte não precisa estar no requerimento e, naturalmente, faremos a articulação política adequada.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns a V. Exª. Está aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do outro vou fazer a leitura a título de todos tomarem conhecimento do que a Senadora está propondo.

Há uma questão que já foi objeto da última reunião da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Escravo. É a contratação de 220 auditores fiscais do trabalho aprovados no último concurso realizado em 2010. Inclusive, foi protocolada uma moção junto ao Ministério do Planejamento.

Considerando que há quase 22 milhões autografados no Orçamento da União deste ano para criação ou provimento de cargos e função, solicito que nós, membros da CDH, em correspondência ou outro instrumento viável que possa ser enviado à Ministra Miriam Belchior, manifestemos nossa preocupação com essa questão, esse problema. O prazo da prorrogação do concurso está vencendo. Ressalto que a contratação de servidores para o quadro de pessoal do Ministério do Trabalho é muito importante para aprimorar a fiscalização das leis trabalhistas, com ênfase ao combate do trabalho escravo e ao trabalho infantil, além de outros ganhos sociais, como o incremento na arrecadação do FGTS e de outras contribuições e ainda a redução dos acidentes de trabalho, o que, ao final, ainda podermos reduzir os gastos com a Previdência.

Peço a sensibilidade de todos para a aprovação desse requerimento.

A Senadora Ana Rita queria fazer um comentário sobre as emendas àa Senadora Marinor Brito, autora do requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senadora Marinor, gostaria de aqui me manifestar. Primeiro, foi feita aquela audiência pública muito bonita em que os auditores fiscais realmente colocaram, com muita propriedade, com muita ênfase, a necessidade de contratação de novos fiscais para preenchimento de vagas, considerando que o número existente hoje não é suficiente para dar conta do que temos pelo Brasil para acompanhar.

Eu tenho informação, porque depois eles estiveram no meu gabinete por duas vezes, quando conversamos com eles. Além do requerimento que a Frente Parlamentar encaminhou para o Governo, nós também

fizemos o entendimento reforçando a necessidade de contratação. Eu tive o retorno, Senadora, de que o prazo já foi prorrogado. Não tenho isso oficialmente aqui agora, mas estou recebendo a informação de que o prazo já foi prorrogado. Então, o requerimento que está posto na mesa apenas solicita a contratação, porque o prazo já foi prorrogado, não é isso?

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Exatamente. É a contratação, porque havia o risco, em função do prazo, que era dia 1º de março, se não me engano...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Era 28 de fevereiro, mais ou menos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É? Eu tinha a data de 1º de março, mas não vem ao caso esse prazo agora. O que estamos pedindo – e para mim é importante que a Comissão de Direitos Humanos reforce esse pedido, que eu poderia fazer individualmente também, mas acho que com a assinatura, com o aval das Srªs e Srs. Senadores, fortalece a ideia de que essa questão não pode esperar, que não basta prorrogar.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É importante que sejam contratados, que eles entrem em campo, porque, enquanto o Governo ainda tem limitações na sua fiscalização, as redes de traficantes estão ajudando a colocar no trabalho escravo do Brasil cerca de 25 mil pessoas por ano, cidadãos e cidadãs, seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza. Pode contar com o nosso apoio também, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, atendendo o que propôs a Senadora Marinor Brito e com os adendos colocados pela Senadora Ana Rita, é na contratação. O que a gente faz? Então, a gente dá por aprovada a ideia e eu faço o requerimento, em nome da Comissão de Direitos Humanos, dizendo que esses Senadores solicitam a contratação. Ok?

Os que concordam com esse encaminhamento, permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Senadores que tiverem de sair por outros motivos estão liberados.

Neste momento, conforme combinado – a senhora está liberada, todos estão liberados – apenas vou dar a palavra ao representante do Requerimento nº 16, aprovado por nós, que será o encaminhamento feito via Comissão de Direitos Humanos e, naturalmente, e Legislação Participativa. No dia da audiência, eles apresentarão uma proposta de projeto para o setor, e um dos representantes do setor gostaria de aqui fazer rápidas considerações devido ao horário, já que alguns têm de viajar e outros têm de ir ao plenário de outras Comissões.

Está com a palavra o...

O SR. LUIZ ARRAES – Luiz Arraes, Presidente da Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Presidente da Federação dos Frentistas do Estado de São Paulo.

O SR. LUIZ ARRAES – E Secretário-Geral da Federação Nacional.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, as Senadoras e os Senadores que compõem a Comissão, os assessores e, principalmente, os companheiros trabalhadores de postos de combustíveis que estão aqui presentes na Comissão.

A nossa posição aqui, Senador, neste momento, é a de justificar a pertinência da apresentação desta proposta de audiência pelo Senador Paulo Paim.

Com a desregulamentação do setor de combustível, a partir de 1996, o setor de combustíveis tornou-se uma verdadeira caixa-preta, onde, na negociação coletiva, o setor de revenda sempre alega que não há lucro contrariando todos os indicadores do setor, inclusive quanto ao estudo recente do Dieese que vai estar anexo ao documento que logo em seguida entregarei a V.Exª. Então o objetivo desta audiência é convidar todos os agentes ligados ao setor de combustíveis para tentarmos abrir definitivamente essa caixa preta e posteriormente construir uma proposta legislativa de regulamentação do setor.

No passado, quando havia a regulamentação no mercado de combustíveis pelo Governo, tínhamos pelo menos a impressão de que o mercado, de uma maneira geral, funcionava de uma forma mais equilibrada. Naquela época, a regulamentação era realizada através de uma planilha de custo onde havia a identificação do lucro da distribuidora, bem como o lucro da revenda e também o custo do empregado era previsto e embutido nessa planilha de custo. A regulamentação se dava além da planilha que regulamentava o lucro e o preço do combustível. Também havia um controle rigoroso na abertura e funcionamento dos postos de combustível pelo antigo DNC, Departamento Nacional de Combustíveis, que hoje equivaleria à agência regulamentadora, principalmente levando-se em conta a consideração da periculosidade envolvida no setor.

Pois bem. Com a desregulamentação, não há mais controle algum nem de preço tampouco de abertura de postos. Ocorre que a ausência de qualquer tipo de

regulamentação acabou tornando o mercado extremamente inseguro. Hoje em dia a abertura de posto não tem qualquer critério, dando margem inclusive aos mais variados tipos de irregularidade. Incluem-se nas irregularidades a abertura de postos para lavagem de dinheiro inclusive pelo narcotráfico.

À falta de controle e de regulamentação, eles utilizam laranjas como sócio proprietários e, com a mesma velocidade com que abrem as empresas, eles fecham fazendo com que os empregados sejam demitidos sem qualquer pagamento de suas verbas rescisórias. Na atual conjuntura, são penalizados os revendedores tradicionais e, como sempre, os trabalhadores, que são a parte mais frágil, pois grande parte desses postos não cumprem a legislação trabalhista, muito menos as normas coletivas, tampouco a Resolução nº 273 do Conama, privando os empregados dos seus direitos e colocando em risco a saúde, a segurança e o meio ambiente.

Outro ponto importante é que toda sorte de sonegação é realizada, seja pelo não pagamento de impostos pertinentes ao setor comercial, seja pela sonegação de FGTS e INSS que novamente vêm prejudicar o nosso trabalhador.

Quanto ao empresariado, temos ainda o problema do combustível adulterado que é comumente utilizado pelos postos que vieram sem qualquer controle, note-se adulteração na qualidade e na quantidade. Esses postos sem qualquer controle a utilizar esse tipo de combustível jogam os preços muito abaixo do possível em razão da adulteração. Assim, dentro desse contexto, além do prejuízo do empresariado, temos o prejuízo da sociedade como consumidores. Isso sem falarmos do meio ambiente e da sonegação de impostos aos Governos de todas as esferas.

Pelos motivos expostos, há o clamor dos trabalhadores, assim como dos revendedores pela volta da regulamentação, por um critério mais rigoroso no controle e na abertura de novos postos pela Agência Nacional de Petróleo.

Também apresentaremos nesta audiência pública a pauta de reivindicação dos trabalhadores do setor.

É necessário e imprescindível estabelecer o que determinam as cláusulas da resolução do Conama para que haja uma adequação e controle do meio ambiente. Reivindicamos e sugerimos um controle de preços, criando um teto mínimo e máximo para os combustíveis. Acreditamos que, com isso, acabaremos de vez com a concorrência desleal e predatória no setor, inclusive, havendo, em alguns casos, promoção de *dumping*.

Não interessa, de maneira alguma, ao trabalhador ver o falecimento dos empresários cumpridores dos seus deveres, pois o capital depende do trabalho e o trabalho depende do capital. Por este motivo a luta conjunta das classes. Assim, unindo forças com um objetivo comum que é a regulamentação do setor, poderemos evitar que a nossa classe trabalhadora e os empresários, consumidores e Governo continuem sendo lesados.

Então, Senador, nós resolvemos encaminhar a esta Comissão o assunto por sabermos do comprometimento que tem o Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, com a defesa dos trabalhadores. Com essa desregulamentação, os direitos dos nossos trabalhadores estão sendo violentamente atacados, seja na área trabalhista, seja na área de segurança e na área de saúde, que é o pior.

Por isso a gente agradece e eu gostaria que o Presidente da Federação Nacional complementasse o que dissemos aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Eu só quero fazer um apelo enorme. Eu acho que está bem colocado o documento. Nós vamos ter audiência pública e todos poderão falar. Se eu abrir agora uma fala muito ampla sobre este tema, permitindo que só os trabalhadores falem, não vão faltar alguns para dizerem depois que o Senador Paim é tendencioso.

Então, eu gostaria, já que o documento foi lido, que foi o argumento pedindo audiência pública, a audiência pública já está aprovada, que nós pudéssemos deixar que a fala dos senhores se faça na audiência pública e poderá ser, no meu entendimento, o mais rápido possível.

Podem entregar para mim neste momento. E eu apenas registraria aqui a presença de todos que se fizeram presentes a esta reunião.

Eu agradeço a presença de Luiz de Souza Arraes, Presidente da Fenepospetro, do Antonio Sobrinho, Presidente da Fenepospetro também, de José Augusto da Silva Filho, Secretário-Geral da CNTC, representando hoje o Movimento Sindical, Luciano Ambrósio Campos, representante da Íntegra, Projeto Cão-Guia, que esteve aqui com seu o cachorro, acompanhando, desfilando na Casa, tem desfilado pelo Congresso e tem estado no meu gabinete, Elias Alves da Costa, representante da Ação Ciganas Etnias, e Marcelo Queiroz, membro da CEF. Enfim, agradeço todos os companheiros que estão aqui.

Vamos fazer a leitura que chegou à Mesa. Os outros representantes que estão aqui conosco ainda, pelo menos os que chegaram. Se foram lidos todos, sintam-se todos contemplados: Geraldo Coelho Leito, Carlos Alves dos Santos, Leonardo Alves Ferraz, Eliane Gomes, Eduardo França, Daniel Soares, Iago Simplício, Camila Ingrid, Clarice Oliveira, Virgínia Sim-

plício, Antonio Oliveira, Tiago Silva e Dilmas Dantas. Uma salva de palmas a todos vocês, inclusive aqueles que eu porventura não tenha citado, também citando aqui os auditores fiscais que estão conosco até este momento.

Está encerrada a presente audiência pública. Eu recebo o documento neste momento.

(Levanta-se a Reunião às 13h12min)

ATA DA QUATA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Vicentinho Alves, Pedro Simon, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Gilvam Borges e Marinor Brito.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta: **Item único –** Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 13, de 2011 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 17/03/11, para **debatermos as ações nacionais e internacionais de Combate à Fome e à Miséria. Convidados que comparecem:** Ex-Senador Ulisses Riedel, Presidente da ONG União Planetária; Helder Mutéia, Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO; Ministro Milton Rondó Filho, Coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate a Fome do Ministério das Relações Exteriores; e Selvino Heck, Assessor Especial da Presidenta da República. O Senhor Presidente abre os trabalhos e faz suas considerações iniciais. Em seguida, nomeia os convidados que comparecem e solicita que tomem lugar à mesa. Após a explanação dos Senhores convidados e Senadores o Senhor Presidente recebe das mãos do Ex-Senador Ulisses Riedel, Presidente da ONG União Planetária uma sugestão legislativa. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Vicentinho Alves, Cristovam Buarque, Ana Rita, Sérgio Petecão, Wellington Dias e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Sr.ªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Comunicado da Presidência

A Presidência comunica ao Plenário o arquivamento, após decurso de cinco dias úteis, do Processo de interesse do Sr. Wellington Gilberto de Carvalho, nº 024956/09-0, uma vez que a petição não culmina em mecanismo investigatório por parte desta Comissão. Cumpre-se tão-somente dar ciência aos membros, razão pela qual seu inteiro teor fica à disposição das Sr.ªs e Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão.

Audiência Pública

Nos termos no Requerimento nº 13, de 2010, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, aprovado no dia 17/03/2011, esta Audiência destina-se a debatermos as ações nacionais e mesmo internacionais de combate à fome e à miséria.

Explico ao Plenário que, na verdade, quanto a este tema: o combate à fome e à miséria, é nossa intenção fazer um ciclo de debates, tanto que aprovamos, na última reunião desta Comissão, a criação de uma comissão provisória, que será coordenada pelo Senador Wellington Dias, visando aprofundar o debate do tema.

Esse é apenas o primeiro passo. Vamos ter muitas e muitas reuniões, quantas forem necessárias, para fazer um trabalho integrado: sociedade civil, Legislativo e o Executivo. Essa foi uma das posições colocadas pela Presidenta Dilma Roussef, com muita força – está inclusive em seu livro o compromisso de combate à fome, à miséria, enfim, de busca de melhoria da vida do nosso povo e de toda a nossa gente.

Para participar desta reunião, encaminhamos convites aos Ministérios e a outras entidades, mas sabemos dos compromissos dos Ministros. Quando marco uma reunião, uma audiência pública, marco e mantenho. Vem o Ministro, veio; não veio, por motivo ou outro, eu entendo – e não vai nenhuma crítica -, como, por exemplo, convidamos aqui a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a Ministra Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello, que está em tratamento de saúde. Ela fez questão de me ligar e dizer que só não viria porque estava fazendo um tra-

tamento de saúde. Acertamos que ela virá numa outra oportunidade. Então, sem nenhum problema.

Convidamos o Sr. Milton Rondó Filho, Ministro Coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome e Miséria do Ministério das Relações Exteriores; convidamos a Sr.ª Diretora da OIT, Organização Internacional do Trabalho, Laís Wendel Abramo; convidamos representante da Unicef no Brasil, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Marie-Pierre Poirier; convidamos também Helder Mutéia, representante da FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação; e Ulisses Riedel, Presidente da ONG União Planetária, que lançou um livro, na semana passada, nesta Casa, sobre esse tema.

Já está aqui conosco o Senador Pedro Simon, uma enorme alegria para nós. O Senador Pedro Simon disse que já havia ajudado a todas as Comissões desta Casa e que, este ano, vai ajudar à nossa. Para mim, é uma alegria enorme vê-lo aqui. Aqui na lista, na segunda lista, consta o nosso querido amigo, companheiro da primeira campanha de Deputado, o nosso Senador Vicentinho Alves. Quando da Constituinte, fui candidato, pela primeira vez, a Deputado Federal, e ele, a Deputado Estadual. Eu não tinha carro; ele tinha um fusquinha amarelo. Andamos por todo o Estado no fusquinha amarelo. Terminada a campanha, acredito que o fusquinha teve de ser vendido, mas era dele o carro em que viajamos.

Já concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. (Pausa)

Elegeu-se deputado estadual e eu, federal.

Então vamos, de pronto, formar nossa Mesa.

Farei os outros informes em um segundo momento.

Convido, de imediato, Ulisses Riedel, Presidente da ONG União Planetária, que irá falar do seu trabalho e do livro que lançou aqui no Senado. Convido o senhor Selvino Heck , Assessor Especial da Presidência da República, para falar sobre o tema. Caso não tenha vindo o representante da Ministra Tereza, não há problema, pois S. Exª virá em um segundo momento. Se presente, convido o Sr. Milton Rondó Filho, Ministro-Coordenador-Geral das Ações Internacionais de Combate à Fome, do Ministério das Relações Exteriores; a Srª Laís Welden Abramo, Diretora da OIT; a Srª Marie-Pierre, representante da Unicef no Brasil, e o Sr. Helder Mutéia, representante da FAO. Já está conosco o senhor Ulisses Riedel, como também o Sr. Silvino Heck.

Tinham me informado que três dos nossos convidados já estavam presentes. O Sr. Helder Mutéia, representante da FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Também presentes o Senador Vicentinho, o Senador Simon e outros convidados. Como o Ulisses já foi suplente de senador – ele assumiu um período aqui –, na época do Lauro Campos, como conhece o dia a dia da Casa, darei a palavra, de imediato, ao ex-senador e ao Presidente da ONG União Planetária, Ulisses Riedel, que vai falar um pouco das causas da miséria e sua superação, conforme o livro que lançou aqui na Casa. Irá falar sobre seu ponto de vista, suas reflexões. Em seguida, passarei a palavra para os nossos convidados e, então, remeteremos para o Plenário.

Ulisses Riedel, Presidente da ONG União Planetária, com a palavra.

O SR. ULISSES RIEDEL – Eminente Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, eminentes Senadores Pedro Simon e Vicentinho, é uma alegria muito grande tê-los aqui presentes neste momento. Pedro Simon, com quem há tantos anos temos acompanhado essa luta por um Brasil melhor, vejo com muito orgulho a sua figura neste plenário; e Paulo Paim, que tem sido um companheiro de luta durante tantos e tantos anos; minhas senhoras, meus senhores, é uma honra muito grande estar aqui nesta Comissão, especialmente por ser uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, hoje como Presidente de uma ONG, OSCIP União Planetária – com nome assim bastante pomposo, mas é porque realmente trabalha pela paz mundial, pela proteção ambiental no mundo, pelo entendimento entre as criaturas.

Essa ONG, há alguns anos, foi credenciada pela ONU para divulgar as metas do milênio no Brasil e, entre elas, encontramos como a primeira a da erradicação da miséria – tem toda razão de ser a primeira, porque é dela que decorrem todas as outras. A mortalidade infantil, o analfabetismo, as doenças endêmicas, todos esses e os outros problemas são decorrentes da miséria. Se solucionarmos o problema da miséria, praticamente solucionam-se todos os outros problemas que vivemos. Certamente, não há nada mais importante, para nenhum país do mundo, do que ter resolvida a questão da miséria. Um país que tem um povo saudável, um povo educado, um povo com oportunidade de trabalho, com oportunidade real de crescimento, é um país saudável, é um país que tem tudo para estar presente no concerto das nações de uma forma brilhante.

Por isso, há anos vínhamos trabalhando esse tema, fazendo palestras, debates, reuniões, conferências, discutindo a erradicação da miséria. Numa das últimas, fomos brindados com a presença do Ministro Carlos Ayres Britto, vice-Presidente do Supremo, como conferencista principal, numa promoção que

fizemos aqui no IESB, uma das Universidades aqui de Brasília.

Diante disso, vínhamos fazendo reflexões a respeito da miséria, porque sempre nos pareceu que não seria adequado simplesmente pregar cartazes ou até fazer conferências sobre erradicação da miséria sem tentar entender as suas causas e como superá-la.

Assim é que, quando a nossa Presidenta Dilma Roussef apontou como sua meta principal a erradicação da miséria, já estávamos com o trabalho: *As Causas da Miséria e sua Superação* pronto, apenas fizemos uns acertos e, no dia 15, lançamos aqui na Biblioteca do Senado.

Esse livro, essas reflexões são dedicadas à Srº Dilma Roussef. Diz aqui na apresentação:

As presentes reflexões são dedicadas à Senhora Dilma Roussef, Excelentíssima Presidenta do Brasil, que, em seu discurso de posse, assegurou que a sua luta mais obstinada será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos.

É uma tarefa que precisa ser abraçada com entusiasmo por todos e que se tornará realidade, graças à sua coragem e ao seu carinho, para com o povo brasileiro.

Deus a abençoe!

Essa é a nossa dedicatória do livro, porque o que mais desejamos, totalmente independente de colorações políticas e religiosas, é que realmente este nosso País grandioso possa ter o privilégio de ser um país sem pobreza.

Aliás, se examinarmos com simplicidade, é uma incoerência sermos a 7ª potência econômica mundial e, simultaneamente, a 73ª em condições de vida para nossa população. Isso indica que alguma coisa não está bem e que há uma montagem equivocada na organização da nossa sociedade, no sentido de permitir que exista essa situação.

Aqui lembro uma pequena história relatada no livro: dois amigos estavam na beira de um rio, debaixo de uma frondosa árvore, conversando amigavelmente, quando perceberam uma criança se debatendo na correnteza. Eles não pensaram. Instintivamente, eles se lançaram na correnteza. Como sabiam nadar, foram buscar aquela criança que se estava afogando. Quando retornaram com a criança, alegres, com a emoção de terem salvado, perceberam que havia uma segunda criança se debatendo no rio. Novamente, jogaram-se no rio e buscaram a outra criança. Depois dessa segunda, observaram que no rio havia centenas, milhares de crianças se debatendo. Então, um amigo diz ao outro: *Vamos! Vamos salvá-los!* O segundo diz: *Vá você, porque alguém tem que tentar salvá-los. Eu vou rio acima. Eu vou ver quem está jogando essas crianças no rio e vou tentar impedir que isso aconteça. Vou lá à raiz.*

É isso que encontramos na nossa sociedade. O trabalho de assistência social, de socorro, sobretudo a nossas crianças, a nossos adolescentes e mesmo a nossos desempregados, é de uma valia gigantesca, mas temos que ir às causas.

Temos que remover as causas para que nós tenhamos uma sociedade justa, e não deixar as nossas crianças nesse rio do abandono, como ocorre.

Devo dizer que, apesar de termos tido dezenas, talvez centenas de reuniões, de debates sobre o tema, apesar de o tema ter sido profundamente examinado, sempre se acabou concluindo que o problema da miséria física é decorrente da miséria moral, é decorrente da miséria espiritual, é decorrente da miséria, da falta de valores na nossa sociedade. E sempre ficamos um tanto perplexos quanto a como enfrentarmos esse problema se nós queremos ir às raízes. Sentimos que era um problema complexo e que nós teríamos de mudar um pouco a mentalidade do mundo, porque a nossa mentalidade ainda é uma mentalidade competitiva. Nós somos preparados para competir uns com os outros e vivemos num mundo de mentalidade do levar vantagem, do cada um para si, do se eu estou salvo, minha família está salva, o resto está bem. Não, nós precisamos compreender que nós todos fazemos parte de uma mesma sociedade, de uma mesma vida, de uma mesma manifestação, que somos todos tripulantes dessa nave cósmica que é o planeta Terra e que precisamos ter uma vida harmoniosa, uma vida feliz entre todos, que a nossa democracia ainda é uma democracia da competitividade, uma democracia da competição de uns com os outros. Nós temos de criar a democracia da solidariedade, a democracia em que o mais forte não explora o mais fraco, em que o mais forte socorre o mais fraco. E compreender que, quando um homem fere outro homem, ele fere muito mais do que outro homem: ele fere toda a humanidade e fere a si próprio, porque ele faz parte dessa humanidade.

Nesse ponto, nós chegamos à conclusão, o grupo chegou à conclusão – como eu disse, o livro foi escrito por mim, mas eu escrevi como um pigmeu no ombro dos gigantes do presente e do passado que têm tanto falado sobre as coisas mais profundas da nossa sociedade – de que, para esse aspecto mais profundo da mudança, nós temos de fazer uma mudança de mentalidade da mídia, das informações. As informações sempre são voltadas para a desgraça, para a miséria, não para os valores. São coisas tão extraordinárias feitas na nossa Pátria, feitas no mundo inteiro e, no entanto, não se dá destaque para as coisas maravilhosas. E os antropólogos nos ensinaram que uma socie-

dade evolui e se transforma especialmente por meio da imitação e da sugestão. E aí, então, quando nós encontramos toda uma mídia voltada para as coisas da desgraça, do horror, da miséria, como críticas que nunca apontam para as coisas belas que são feitas, nós construímos uma sociedade com esses valores. Então, acima de tudo, cada um de nós também tem de buscar ser o exemplo daquilo que nós desejamos que o mundo seja.

Mas e daí? E o que vamos fazer de concreto, de imediato? Isso se discutiu muito e se chegou a um plano, apresentado aqui no livro e que estou apresentando aqui à Comissão, com uma proposta até de legislação específica sobre o assunto.

Primeiro, a conclusão a que se chegou é a de que é preciso uma mobilização de toda a sociedade para fazermos essa erradicação da miséria. Eu sempre me lembro dos idos de nosso Juscelino Kubitschek, quando ele quis fazer o impossível e fez o impossível tornar-se possível, que foi a mudança da Capital, do Rio de Janeiro para Brasília.

Imagine se hoje, com todo o arsenal e disposições técnicas que temos, resolvêssemos que vamos transferir a Capital, de Brasília para o interior lá de Goiás, de Mato Grosso, para algum lugar distante, sem estradas, faríamos isso, com facilidade, em três anos e meio, como Juscelino fez essa transferência. Foi um desafio gigantesco, quase impossível. Mas ele fez pela determinação, pela posição obsessiva de que tinha de fazer essa mudança. E ele conseguiu. Quem é mais velho lembra-se da emoção que o País viveu com essa transferência da cidade. Nós precisamos hoje dessa mesma emoção. Nós precisamos hoje que a sociedade esteja envolvida nesse desafio gigantesco, que é o da erradicação da miséria. E isso a própria Presidente disse, em seu discurso de posse: "Esta não é tarefa de um Governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a sociedade. Para isso, peço com humildade o apoio de todas as instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem". Ela fez esse apelo exatamente por perceber que essa erradicação da miséria só será possível através dessa mobilização da sociedade. E devo dizer que foi criado o Movimento Brasil sem Pobreza, um movimento que já tem apoio formal de entidades de peso, como a CNBB, a Federação Espírita Brasileira, o Grande Oriente do Brasil, o Grande Oriente do Distrito Federal, a OAB, e uma série de entidades. Inclusive, hoje à noite, e estão todos convidados, temos a primeira reunião do Movimento Brasil sem Pobreza, com dezenas de entidades que estarão presentes, para que nós possamos juntar forças e apoiar o Governo nessa tarefa. Não apoiá-lo política e partidariamente, não tem nada a ver com política nem com partido, é para todos os partidos, para todas as pessoas de bem que querem um País, sem miséria, como temos vivido.

Então, hoje, às 20 horas, na sede cultural da União Planetária, que fica no Lago Norte, teremos a primeira reunião para o Movimento Brasil sem Pobreza, que quem apoia, de certa forma, também pressiona. Queremos que o Governo realmente faça, que isso realmente seja uma verdade, que, terminado o mandato da Presidente Dilma, possamos ter um Brasil diferente, um Brasil sem miséria.

Mas nós fizemos uma análise e chegamos à conclusão também de que há algumas medidas importantes, porque, para se fazer essa transformação e acabar com a miséria, há aspectos que envolvem a questão social, que envolvem o nosso Ministério do Desenvolvimento Social, em primeiro lugar, de uma forma muito expressiva e muito forte. Mas nós temos também o Ministério da Educação, porque nós não vamos conseguir fazer uma mudança dessa situação sem a educação, sem dar oportunidade de educação, de aprendizado, de educação formal, de educação de base. Envolve o Ministério da Saúde, porque todas essas pessoas mais pobres são originárias de uma vida de alimentação carente, de viver em condições deprimentes e com saúde que não é a adequada. Precisamos ter o Ministério da Saúde. O Ministério da Defesa tem um trabalho chamado Segundo Tempo, que é o de atender os jovens que estão em estado de risco e que precisam ter oportunidade.

Então, uma série de Ministérios envolvidos e, embora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª tem mais cinco minutos.

O SR. ULISSES RIEDEL – Devo dizer que eu gostaria de falar umas quarenta horas. Devo dizer isso com honestidade, mas vou me inscrever dentro dos cinco minutos, porque há um projeto todo que passa, em primeiro lugar, pela... Se tivemos a criação da autoridade pública olímpica para resolver o problema das Olimpíadas, temos de ter uma autoridade pública para inclusão social, uma autoridade pública com poderes efetivos, reais, para isso fazer. Depois, temos de pegar aquelas pessoas que estão em estado de miserabilidade, analfabetas, despreparadas, e, ao mesmo tempo verificar em que elas querem se capacitar e buscar meios, modos para que elas possam se capacitar.

Mas capacitar-se profissionalmente, educacionalmente, do ponto de vista da educação formal, e se capacitar vivencialmente. Elas precisam ter aulas não só para aprenderem uma profissão, mas também pre-

cisam aprender a ler, a escrever, a viver socialmente, com dança, com música, com esporte, com ações que congregam pessoas.

Terminado esse prazo de capacitação, elas terão muito dificuldade de competir neste mercado injusto que está aí; então o Estado precisa organizá-las em empresas de economia solidária protegidas, em empresas como cooperativas, mas protegidas pelo Estado. Um exemplo: pegamos em um núcleo hipotético um grupo de senhoras que se interessam em se desenvolver em corte e costura. Muito bem. Elas tiveram aulas de corte e costura, se aprimoraram, tiveram aulas de português e matemática, tiveram aulas de vivência e estão prontas. Em vez de jogá-las simplesmente no mercado, elas serão organizadas em uma empresa de economia solidária protegida. O próprio Estado vai verificar que o produto do trabalho delas tenha saída, tenha mercado; que não sejam elas a saírem correndo atrás desse mercado. O Estado vai ajudar nisso, até com exportação, contratando essas empresas, no caso, de corte e costura, para fazer uniforme escolar para essas milhões de crianças das escolas públicas do Brasil, para o próprios militares. De maneira que é uma cadeia perfeita: quem não tinha nada se torna preparado, se torna autossuficiente, tem maior amor próprio e tem uma saída para aquele seu produto, colocado pelo próprio Estado, que se encarrega de ajudar.

Dentro de uma visão de solidariedade, de fraternidade, que tem que ser a base fundamental da organização de uma sociedade humana, nós podemos fazer isso. E o Estado tem a obrigação de fazer isso porque se não o fizer vai gastar muito mais com penitenciárias, com polícia, com hospitais e outras coisas. Isso olhando de forma fraterna os nossos irmãos brasileiros que precisam de amparo; aqueles que chamamos de marginais, como regra, eles foram marginalizados, e somos nós os que temos responsabilidades de criar oportunidades para todos eles.

Teria muitas coisas porque é todo um projeto completo, mas vocês terão oportunidade de ler o livro, já que o nosso tempo aqui não é tão abrangente. Uma coisa importante são as parcerias; o Estado precisa fazer parcerias públicas e privadas, seja para educação, seja para qualquer setor, tem que haver parcerias, mas deve ser num trabalho concentrado. Se não houver esforço específico, como aquele para se construir Brasília, não terminaremos este mandato com erradicação da miséria. Mas é possível fazê-lo; é possível e imprescindível que se faça. Não podemos admitir como normal que nossas crianças, nossas famílias estejam vivendo no rio do abandono. Precisamos realmente criar condições. Para isso esperamos que a nossa Presidenta, com o apoio de todos nós, realmente o faça.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta presidência cumprimenta o Sr. Ulisses Riedel pela sua palestra, pelo seu livro. Pode ter certeza que teremos outras oportunidades no longo desta comissão, no dia de hoje ainda. E outros dias ao longo do funcionamento da comissão especial que estamos montando aqui, provisória, liderada pelo Senador Wellington, sobre políticas de combate à fome.

Já está conosco aqui na Mesa o coordenador geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Milton Rondó Filho.

E passo a palavra, neste momento, ao Sr. Hélder Muteia, representante da FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Estou dando 15 minutos mais cinco, com uma tolerância, se necessário, sem prejuízo de, nos debates, os senhores usarem da palavra.

Quero ainda destacar a presença conosco do Senador Pedro Simon, do Senador Vicentinho Alves, da Senadora Angela Portela, do Senador João Alberto e do Senador Gilvam Borges. É sinal de que o assunto interessa a todos.

O SR. HÉLDER MUTEIA – Muito obrigado. Bom dia a todos. Meu nome é Hélder Muteia e sou representante da FAO desde julho do ano passado, mas cheguei ao Brasil em agosto do ano passado. Queria começar por cumprimentar o ilustre Senador Paulo Paim pelo convite e pela oportunidade de partilharmos algumas ideias. Queria também cumprimentar os ilustres Senadores Pedro Simon e João Alberto Souza, a Senadora Angela Portela, os Senadores Vicentinho Alves e Gilvam Borges. Depois, também queria cumprimentar outros membros da Mesa deste painel. Queria cumprimentar o Ministro Milton Rondó, que é um grande amigo, com quem tenho trabalhado em muitas ocasiões; e também o Sr. Ulisses Riedel, que fez apresentação do livro, que ainda não tive oportunidade de ler. Mas, pela apresentação, estou numa grande expectativa. Cumprimento também o Sr. Selvino Heck, com quem já trabalhei em muitas ocasiões.

Quero dizer que, quando vi o tema que foi proposto para esta audição pública, em que vamos abordar as dimensões nacionais e internacionais da problemática da fome e da miséria, eu achei que aquilo que a FAO poderia trazer como contribuição é mais a dimensão internacional, porque temos aqui entidades com gabarito, com capacidade de abordar mais profundamente a situação nacional; e também um enfoque mais centrado na problemática da fome, que tem mais a ver com

o mandato da FAO, que é a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Eu decidi começar a minha apresentação apresentando aquela estatística que, no ano passado, nós abordamos muito assiduamente, sobre o fato de termos um bilhão de pessoas no mundo hoje passando fome. Um bilhão significa que uma em cada seis pessoas no mundo passa fome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma em cada seis?

O SR. HÉLDER MUTEIA – Uma em cada seis. E não é aquela fome...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Um bilhão que passa fome?

O SR. HÉLDER MUTEIA – Um bilhão de pessoas no mundo que passam fome. E, como no mundo somos cerca de seis bilhões, quer dizer, uma em cada seis pessoas passa fome no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os Senadores, a qualquer momento, podem usar da palavra.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – A gente faz a diferença... Quer dizer, fome e fome absoluta, miséria absoluta. Nós aqui no Brasil, a primeira etapa, as pessoas estão comendo. Agora, a Presidente Dilma está para ir na fome absoluta. Esse um bilhão é miséria absoluta?

O SR. HÉLDER MUTEIA – É fome. Estamos falando. Muito embora haja uma intercessão entre a fome e a miséria, esta estatística é referente à problemática da fome, pessoas que estão em insegurança alimentar, que não têm o que comer o suficiente em quantidade e em qualidade diariamente; aquilo que o Presidente Lula chamava de "três refeições por dia".

Então, temos um bilhão de pessoas passando fome. Isso significa que uma em cada seis pessoas passa fome no mundo. E não é aquela fome que nós temos antes da hora do almoço, antes da hora do jantar ou antes da hora do café da manhã. É um fome que dói, que dói realmente e mata. Está matando adultos, crianças, mulheres. É uma situação que é uma afronta à nossa condição de seres humanos, é uma afronta à nossa dignidade, à nossa condição de seres humanos.

A meta do milênio era reduzir esta população de cerca de um bilhão de pessoas para a metade até 2015, mas estamos muito longe disso.

Quando o desafio foi lançado nos anos 90, nós estávamos com 827 milhões pessoas passando fome; hoje, temos 927 milhões, que é quase um bilhão. Quer dizer, o número, em vez de estar decrescendo, está subindo; aumentou o número. Então, é uma grande afronta. Em 2009, essa estatística foi até pior que em 2010. Em 2010, houve uma melhoria na situação – cerca de 80 milhões de pessoas saíram dessa condição –, mas as estatísticas continuam aí, continuam uma afronta à nossa dignidade.

Quero dizer que as melhorias que aconteceram em 2010 aconteceram, essencialmente, na Ásia e também na África, onde a situação, de fato, é estigmática. A situação está estigmatizada na África, em função da fome e da miséria também, que andam mais ou menos em um campo de interseção.

Quando analisamos os dados mais recentes, vemos que a fome, muito recentemente, atingiu um pico em 2008, porque houve uma crise de alta de preços, e essa crise foi devida a muitos fatores: a problemática da crise do petróleo; a problemática da fraca produção de cereais nos Estados Unidos, na Rússia; a problemática da seca e calamidades naturais, quer na África, quer na Ásia. Tudo isso criou uma situação que, em 2008, gerou uma crise alimentar. E também porque a economia estava em uma situação de crise e em declínio; estava em uma situação de crise crise.

Em 2011, temos também uma situação em que esses fatores continuam presentes. O que é diferente em 2011 é que, na economia mundial, muito embora tenhamos a crise econômica na Europa, de modo geral há uma inclinação positiva. Portanto, há esperança de que a economia esteja a melhorar, em um clima mundial.

Nos últimos sete anos, também, aquilo que chamamos de *price index*, que é um indicador do preço dos alimentos, tem aumentado. Portanto, o preço dos alimentos tem aumentado no mundo, nos últimos sete anos, consecutivamente. E, mesmo em economias como a brasileira, que têm uma grande aposta em *commodities* agrícolas, também essa crise está chegando ao Brasil. Portanto, o preço dos alimentos – os ilustres Senadores que vão ao mercado poderão constatar – estão crescendo, mesmo no Brasil, onde há uma forte aposta em *commodities* e há uma política de proteção à produção agrícola e de segurança alimentar muito sólida, que, aliás, a FAO tem tomado como exemplo.

Os mercados agrícolas são cada vez mais fluidos, e essa fluidez faz com que o Brasil não possa evitar que esses choques sejam transferidos também para a economia brasileira.

Em um futuro mais próximo, esperamos, ou melhor, prevemos que a crise alimentar vai piorar, porque temos não apenas a crise de produção de cereais na Europa, particularmente na Rússia, com o trigo – porque o trigo e o milho são indicadores da situação alimentar, são dois elementos que funcionam como indicadores. Temos a crise na Rússia. Muito embora a expectativa

seja de que a produção na Rússia venha a aumentar nessa safra, há indicação de que a Rússia vai continuar com o banimento da exportação do trigo, e isso vai complicar um pouco as nossas equações.

Neste ano, também, pensa-se que as chuvas serão tardias nos Estados Unidos da América, e isso vai prejudicar a safra do milho, que é outra cultura fundamental; isso ajuda a produção da soja, mas não ajuda a produção do milho.

E temos a crise no Médio Oriente, que está complicando o preço do petróleo, que também é um fator para a crise, e agora também a grande crise no Japão, que, de alguma forma, será um fator complicador.

Nesta problemática da forme, há países que são mais vulneráveis, quer países, quer famílias, aquelas mais pobres são mais vulneráveis porque normalmente dedicam cerca de 70%, 75% dos seus ganhos à compra de alimentos. E muitos desses países estão na África, na Ásia e alguns países também na América Latina. A América Latina tem uma situação mais ou menos estabilizada, muito recentemente, graças a ganhos não só em países do Caribe, mas também em países como o Brasil, que tem também um fator populacional muito largo e que fez com que a situação na América Latina se estabilizasse. Mas a crise está mais centrada na África, alguns países da América Latina e também na Ásia.

E essas economias, famílias e comunidades que dedicam 70%, 75% dos seus ganhos para alimentação são mais vulneráveis e, em situações como a que estamos a viver agora, de uma alta de preços e uma volatilidade de preços... São dois fatores diferentes, a alta de preços e a volatilidade de preços. A alta de preços tem a ver com o volume absoluto, e a volatilidade com a imprevisibilidade dos movimentos dos preços. Os dois são fatores complicadores para a problemática da fome porque acabam fazendo com que essas famílias, esses países vulneráveis estejam de fato em situação de risco.

Entre as recomendações que a FAO tem feito para a saída desta crise, naturalmente que a principal recomendação é o aumento da produção. É importante produzir mais, portanto, mais produtividade agrícola, e aquilo que o Brasil tem feito e tem feito muito bem: é preciso produzir mais e melhor. É preciso criar acesso à terra, acesso a tecnologias, acesso aos mercados, acesso ao crédito e fazer com que o agricultor participe desta campanha de redução da fome e da miséria.

É preciso também que estudemos bem os fenômenos, porque cada vez mais há elementos complicadores da equação da problemática da fome, e é preciso que tenhamos uma elite de cientistas e analistas, e toda a sociedade participe na análise e na compreensão dos problemas, encontrando soluções também com a ajuda dos próprios atores, dos próprios agricultores, dos próprios camponeses, dos próprios miseráveis.

Eu refiro, em muitos ocasiões, que sou assíduo participante do Consea, porque essa parceria entre o Estado e a sociedade civil, de análise a aprofundamento das questões, ajuda a que as abordagens sejam mais sustentáveis econômica, social, culturalmente e também ambientalmente, e facilita a solução dos problemas.

É preciso promover uma ação global coordenada por meio da Organização Mundial do Comércio e de outros organismos internacionais que têm a capacidade de ajudar a solucionar o problema, e uma janela que se abre agora é a cooperação sul-sul, e tenho referido em muitas ocasiões que o Brasil conseguiu modelos de produção agrícola e de políticas públicas de segurança alimentar que têm sido um grande sucesso. E nós, observadores internacionais, estamos a acompanhar com muita atenção esse desenvolvimento e gostaríamos que essa experiência positiva e que produz resultados concretos possa ser transferida para outros contextos, particularmente na África, na Ásia e também dentro da própria América Latina, onde há países em situação de crise que poderiam beneficiar-se dessa capacidade de fazer coisas que existem aqui no Brasil.

É importante que possamos apoiar as respostas comunitárias, aquilo que as comunidades já sabem fazer, que possamos potencializar e fazer com que façam isso melhor, ajudar essas comunidades a encontrar a solução para seus próprios problemas.

É preciso também políticas de proteção dos consumidores, não apenas contra a especulação, mas também garantindo qualidade naquilo que é produzido e comercializado. Eu falei da Organização Mundial do Comércio, é importante que haja um consenso sobre as grandes solução de que o mundo carece hoje.

A problemática dos subsídios à agricultura está prejudicando os países mais vulneráveis. É importante que tenhamos uma plataforma comum de como abordar essa problemática e reduzir esses subsídios ridículos que, por vezes, são dados em alguns países como na Europa, nos Estados Unidos, e são também um fator complicador do esquema e da solução dos problemas da fome.

Com isso, eu quero basicamente resumir a minha apresentação, dizendo que o Brasil está muito bem colocado para ajudar o mundo a encontrar algumas das soluções porque o Brasil está fazendo as suas políticas, está fazendo coisas atualmente, num contexto que pode muito facilmente ser equiparado com os contextos dos países que estão enfrentando esses

problemas. A FAO está empenhada em fazer parte desse grande desafio.

Quero agradecer a todos e ao Senador, particularmente.

Muito obrigado.*(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Helder Mutéia, representante da FAO...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR –TO) – Presidente Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... que nos deu uma visão internacional desse tema que preocupa a todos.

Vou passar a palavra, por solicitação, ao Senador Vicentinho, mas registrando, já havia falado antes, que está conosco o Senador Simon, o Senador Vicentinho, a Senadora Angela Portela, o Senador João Alberto, o Senador Gilvam Borges e agora chegou aqui o ex-Presidente desta Comissão, que fez um brilhante trabalho aqui. Eu tive a alegria de ser seu discípulo naquele período em que V. Exª estava na Comissão, Senador Cristovam, e que presidiu também a Comissão de Educação.

Quero dizer também aos Srs. Senadores que podem usar a palavra a qualquer momento, ou na palestra de cada um dos convidados, ou quando ele terminar, ou aqueles que entenderem que, no final, devem fazer a sua reflexão também.

Senador Vicentinho Alves, com a palavra, e depois eu passarei a palavra, então, ao Ministro Coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate a Fome do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Milton Rondó Filho.

Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR –TO) – Presidente Paim, Srª Senadora, Srs. Senadores, senhores convidados, imprensa presente, servidores da Casa, eu venho hoje aqui para esta audiência pública com uma preocupação com relação ao meu Estado.

Eu vejo a explanação em nível nacional, em nível mundial, mas, como eu sou Senador do Tocantins, e naturalmente do Brasil, eu quero apresentar algumas preocupações. Aliás, na próxima quinta-feira, nós vamos apresentar três requerimentos para audiências públicas sobre quilombolas, sobre nossos índios e sobre o sistema prisional. Nisso tudo está envolvida a questão da fome e da miséria.

Eu fui Relator, na Câmara, da CPI sobre morte de crianças indígenas por subnutrição, quando Deputado Federal. Apresentamos o nosso relatório, percorremos o País e muito pouco foi feito de lá para cá sobre as nossas sugestões. As crianças indígenas continuam morrendo por subnutrição, falta um programa ainda quanto à questão alimentar nas aldeias. Nós estamos ainda com os mesmos problemas e ampliando.

Só para apresentar alguns dados do meu Estado, enquanto a média do IDH nacional é de 0.8, no nosso Estado é de 0.7, um dos menores. O índice da fome no Tocantins já atinge 18%, quase a média mundial – 18% significam 210 mil pessoas passando fome no meu Estado. Dos 139 Municípios apenas um, a capital, não tem a condição das pessoas passando fome – 138 passando fome.

Então, numa audiência pública como esta, quero parabenizar V. Exª, Presidente, pela condução e a sensibilidade, porque V. Exª já tem essa característica ao longo da sua trajetória política, e é importante discutirmos isso. O que nós queremos é que todos os brasileiros tenham esse tratamento da dignidade humana no requisito básico, que é se alimentar, sair da miséria. Com isso, a Presidente Dilma está de parabéns pela preocupação. Já tivemos um avanço, como disse o nosso Líder aqui, o Senador Pedro Simon, mas precisamos avançar mais. Com certeza, nós vamos tirar de uma audiência pública como esta que aqui estamos presenciando algumas propostas de encaminhamento para a nossa Presidente Dilma e a sua equipe, para que a gente possa avançar nesse sentido.

Quero colocar esses dados que nós recebemos do Estado do Tocantins, que eu não gostaria de colocar, como filho de lá que sou, um nativo que aqui estou, representando o meu Estado. Eu gostaria que esses índices, ao longo destes anos vindouros, num futuro bem próximo, diminuam, que não aumentemos, como está ocorrendo no mundo, como bem disse o Dr. Hélder aqui para todos nós.

Portanto, fica registrada essa preocupação com relação ao Brasil Preocupa-me a questão da fome nas aldeias, da fome com relação ao quilombolas e á miséria – precisamos ter programas de governo para tudo isso –, da fome nos presídios, porque estão jogando seres humanos lá e tratando a questão como se ali não houvesse seres humanos. Esses três itens nós vamos discutir. Outro tema que vamos tratar também será a questão da miséria e da fome com relação aos índios, aos negros e aos presidiários.

Muito obrigado, Presidente. Eu vou ter de me ausentar porque tenho outros compromissos. Mas parabéns pela condução, Eu já sou um seu admirador voluntário..Estarei sempre presente a esta Comissão porque eu a acho bastante interessante. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem, Senador Vicentinho, pela iniciativa, inclusive pelos três requerimentos. Só para deixar bem claro para todos os Senadores, eu sempre digo que

a Comissão tem de funcionar. Então, eu encaminhei uma série de requerimentos, mas os meus requerimentos não são prioritários. Quero cumprimentar V.. Exª, que encaminhou três requerimentos, e V. Exª vai escolher o dia e a hora da audiência pública. Enquanto os Senadores não encaminham os requerimentos, a Comissão tem de funcionar, e, naturalmente, eu encaminhei uma série. O Senador Simon já, rapidamente, encaminhou um e nós já fizemos audiência pública dele, com a presença da Ministra Maria do Rosário. Foi feito o convite, encaminhamos, já fizemos, estamos fazendo esta aqui, já temos mais duas marcadas. Então, solicito aos Senadores que façam este caminho. Se entenderem que tenha que haver algum tipo de audiência pública, que encaminhem, como estamos fazendo no dia de hoje.

Então, de imediato, passo a palavra ao Ministro Milton Rondó Filho, para que ele faça a sua exposição, aqui representando o Ministério das Relações Exteriores.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Muito obrigado, Senador. Obrigado pelo convite para esta audiência pública. Agradeço aos demais Senadores que estão aqui presentes, Senador Cristovam Buarque, meu amigo, Senador Pedro Simon, Senador João Alberto, Senadora Ângela Portela, Senador Vicentinho, que se retira, e Senador Gilvam Borges; meus companheiros aqui da mesa , o Hélder Muteia, com quem trabalho muito frequentemente; o Selvino Heck, também meu companheiro lá do Consea, e o Ulisses, que fez aqui uma excelente apresentação. Acho que a gente tem muito a aprender com isso.

Em primeiro lugar, sem citar o pai-nosso para clérigos, a democracia realmente se baseia em dois grandes pilares: a redistribuição da riqueza e a participação. Então, a gente tem oportunidade de participação da sociedade civil para discutir políticas públicas, isso é um tema essencial e não é tão comum. O Hélder fez uma excelente exposição sobre a questão internacional e o que a gente vê, para nossa surpresa, na verdade, é que o Brasil tem liderado esse tema da participação da sociedade civil em políticas públicas. Nós gostaríamos que não fosse assim, inclusive, que na verdade esse tema pudesse ser muito mais, que tivéssemos uma parceria muito maior nesse tema. Mas o mundo está mudando, graças a Deus. Enfim, a gente está assistindo aí, por exemplo, esse despertar da democracia nos países árabes. Isso mostra que teremos, daqui para frente, no âmbito internacional, um campo muito mais fértil de participação da sociedade civil. E iniciativas que venham da sociedade civil para discutir políticas públicas terão muito maior repercussão do que tiveram até hoje. Estamos falando do mundo árabe, enfim, de uma porção do mundo essencial para a nossa formação, inclusive étnica, enfim, do povo brasileiro.

Um tema que foi levantado, que o Ulisses levantou, que acho muito interessante e que tem muito a ver com essa prática do desenvolvimento local, é o tema das compras locais – o Senador levantou também, quando tratou da questão dos presídios. Esse é um tema em que o Brasil – e o Helder levantou essa questão – tem sido muito demandado em termos de cooperação, que já não chamo mais de sul/sul, porque sul/sul dá uma sensação de eliminar os países do norte, e não é isso que estamos querendo. Nós somos o país do Paulo Freire, em que trocamos coisas, os seres humanos e a sociedade trocam coisas, e o ideal é que seja de uma forma horizontal, e não em relação de poder. Mas o fato é que o Brasil realmente desenvolveu um sistema muito interessante de compras locais, o PAA é o exemplo mais claro dessa nova tecnologia social – e eu até ousaria dizer que essa tem sido, na minha opinião, a principal tecnologia social que foi desenvolvida no Governo do Presidente Lula, nesses oito anos do Presidente Lula. Antigamente, enfim, alguns aqui se lembrarão ainda daquele mote do João Figueiredo: plante que o João garante. As pessoas plantaram, e o João não garantiu. E não garantiu porque o Brasil já era grande produtor agrícola, não era esse o problema da segurança alimentar. O problema era acesso, como continua sendo. O Helder colocou isso muito bem, quer dizer: se esse um bilhão de pessoas, hoje, passa fome no mundo, não é por produção, existe produção suficiente. A produção é mais do que suficiente para alimentar os seis bilhões. Não é um problema de produção, é um problema de acesso. E aí a felicidade – está aqui um dos mentores, enfim, do Bolsa Família –, em que se percebeu – e, no Brasil, com muito antecedência – que o problema era acesso. Tanto que, hoje, 70% dos recursos, aproximadamente, do Bolsa Família vão para compra de alimentos.

Então, essa é uma tecnologia em que vejo uma grande possibilidade de o Brasil continuar desenvolvendo, e já, inclusive, quer dizer, a gente pode ver temas específicos de cunho da alimentação escolar, por exemplo, que foi um tema que nós discutimos no Consea, os senhores aprovaram a lei dos 30%, e que é uma absoluta surpresa em termos mundiais. Se a gente for pegar o Banco Mundial, que tinha condenado a alimentação escolar, nos anos 90, dentro dos princípios do consenso de Washington, lançou, há dois anos, um livro chamado *Repensando a Alimentação Escolar*, junto com o Programa Mundial de Alimentos.

Então, a importância, enfim – é muito grato ter aqui o Senador Cristovam Buarque, falando de alimentação escolar.

Nós temos um fundo hoje junto ao Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, que é o principal programa humanitário das Nações Unidas, pelo qual fortalecemos programas nacionais de alimentação escolar. O que nós percebemos? O principal elemento de atração de crianças para a escola, no sul do mundo, é a alimentação. No Timor, na África, na América Latina. É a alimentação. E a isso a gente pode compor esse círculo virtuoso que os senhores aprovaram, pelo qual 30% das compras devem ser feitas da agricultura familiar localmente. Ora, se cria um círculo de desenvolvimento local. E aí, como o Helder disse, quer dizer, dentro dos princípios da Agenda 21, ou seja, social, econômica e ambientalmente sustentável. Porque, se eu sei que aquele alimento quem vai consumir é o meu filho, é o meu sobrinho, é o meu neto, eu vou ter cuidado com o que eu coloco, não é? Então, existe uma... a comunidade acompanha muito melhor a produção.

Então, eu vejo, nesse campo também, e o Brasil tem sido muito demandado, tanto, que o próprio FNDE – eu já tinha advertido, Excelência, eu disse: "Olha, se vocês não se organizarem um pouco para prestar essa cooperação internacional, vocês vão acabar prejudicando o programa nacional, porque vai ser tanta a demanda que vocês vão ter que se organizar um pouco". Então, agora, criou-se aqui um centro, na UnB, financiado pelo FNDE nos três primeiros anos, mas do Programa Mundial de Alimentos, para formar de servidores de outros países em alimentação escolar, organizar um pouco as coisas. Não é possível receber hoje uma delegação do Paraguai, amanhã receber uma delegação da Bolívia... Enfim, desorganiza o próprio programa.

De fato, como o presidente Lula havia dito, a principal arma de destruição em massa é a fome e a pobreza. Se a gente for ver em latitudes muito diferentes, quer dizer, no caso do Brasil, por que as pessoas moram na beira da água, por que as pessoas moram em áreas de risco? Na maioria das vezes porque não têm onde morar, porque não têm acesso, porque não têm acesso à água ou acesso à terra. Então esse tema eu acho que é fundamental que estejamos discutindo. Até convido os senhores porque, no dia 1º de abril, estaremos discutindo no Rio de Janeiro, no Palácio Itamaraty, com vários organismos internacionais, o tema de formas alternativas de acesso à terra. Se observarmos o problema do risco no Brasil, no Haiti, nos mais variados países, vemos que é basicamente um problema de acesso à terra e acesso à água. Nada gera mais reconcentração de renda do que um desastre natural. Isso quando a gente pode repor. Há coisas econômicas que a gente pode repor; vidas a gente não pode repor.

Eu queria mencionar que estive recentemente no Paquistão. Nós demos uma ajuda importante ao Paquistão, que passou por uma catástrofe natural imensa no ano passado, inundações imensas, e o Brasil contribuiu com assistência humanitária. E visitando o Paquistão, conversando com a representação do Alto Comissariado das Nações Humanas para Refugiados – e esse é o espaço adequado para dizer isso –, para que os senhores tenham uma idéia, nas províncias fronteiriças do Paquistão com o Afganistão, o índice de analfabetismo feminino chega a 97%, porque o Taliban não permite que as meninas compareçam às escolas. Quando nós mandamos a nossa ajuda – e o Brasil sempre faz isso –, a gente diz: "Olha, preferencialmente, utilizem os recursos para alimentação escolar, ainda que seja em tendas de campanhas". Isso atrai as crianças, isso tira a criança do ambiente do trauma, ela vai para um outro ambiente. Às vezes, não tem professor, mas tem outras crianças, elas brincam. Enfim, saem daquele ambiente do trauma. E o interessante é que o representante do Acnur me disse: " Digo para o senhor que – se o Brasil financiar – se conseguirmos que países financiem programas de alimentação escolar nessas províncias fronteiriças, as crianças vão para a escola. Os pais não vão impedir, ninguém vai impedir que as crianças compareçam à escola".

Então, 97%, 97%. Agora, como esse país vai-se desenvolver? Quer dizer, a hipoteca de subdesenvolvimento que está-se se colocando sobre esse país: 97% da população feminina analfabeta, porque as meninas são impedidas de ir para a escola.

Enfim, acho muito interessante a gente estar discutindo isso, porque, ainda assim, numa situação de extremo risco – nós sabemos as práticas violentas do Taliban –, o representante do Acnur garante que, se houver alimentação escolar as meninas vão; as famílias não vão impedir as meninas de irem à escola. Portanto, como o subdesenvolvimento se sobrepõe ao risco!

Um tema que acho importante, fundamental estarmos aqui conversando é o tema da volatilidade ou alta dos preços, que o Helder muito bem abordou. Se a gente for pegar o Brasil ou a Argentina, dois grandes produtores, dois dos maiores produtores de alimentos do mundo, o centro da nossa inflação costuma ser a alta dos preços dos alimentos. Então isso chama a atenção. Se formos pegar a maioria dos países, não é Helder?, é importadora líquida de alimentos. Os países da África em geral, 80%. A Venezuela, uma potência, importa 60%, importava 80% dos alimentos. Sobre esses países, a alta dos preços do alimentos é fatal. Cabo Verde importa 80%, por exemplo.

A hipoteca que a gente coloca sobre o desenvolvimento desses países é muito importante.

Então, estamos propondo, internacionalmente, e também internamente – e estamos discutindo isso no Consea – um observatório. Acho que seria muito importante que o Legislativo participasse. Nós precisamos entender o porquê dessa alta dos preços dos alimentos.

Eu contava uma experiência para os senhores – inclusive, conto com o voto dos senhores, porque temos uma MP de doação de 500 mil toneladas de alimentos para o Programa Mundial de Alimentos. Há Países em que, os senhores sabem, não é possível sequer exercer o direito à agricultura, como é o caso da Palestina. O povo palestino não pode plantar. E, se planta, não pode vender, como é o caso de Gaza, por exemplo, em que a produção não pode sair de lá. É o caso da Somália, que não tem governo. Há casos de Países que não têm condições de complementar sua alimentação escolar, como a Bolívia, por exemplo, que nos pede ajuda para fazer essa complementação. Então, esses alimentos são, principalmente, para esses Países, Países da CPLP, que justamente importam uma grande quantidade de alimentos e, na alta de preços dos alimentos, não têm condições de fornecer alimentos para as suas crianças.

Mas eu falava dessa MP porque acho muito importante que discutamos esses mecanismos.

Tive uma reunião com a Conab em que o seu representante disse: "Nós estamos intervindo no mercado de feijão; estamos comprando porque o feijão está abaixo do preço mínimo". Eu falei: "Como? Como abaixo? Assisto televisão todos os dias e estou vendo as donas de casa reclamando do preço do feijão". Aí ele disse: "Mas para o produtor, não; ele está abaixo". Ou seja, para o consumidor ele está muito acima do preço que deveria estar, e para o produtor está muito abaixo. Então, como entendemos isso? Precisamos entender isso. Precisamos ter uma radiografia disso. E o que nós estamos propondo – foi uma iniciativa do Itamaraty, mas os outros Ministérios todos do Consea concordaram, e nós estamos discutindo agora o formato disso, e temos reunião nesta semana inclusive – é um observatório nacional, sobre os preços dos alimentos, e um internacional também. Porque, se formos observar a concentração de alguns insumos, se formos pegar o caso de sementes, por exemplo, veremos que 67% das sementes estão nas mãos de 10 empresas – 10 empresas! Se formos pegar o caso de sementes transgênicas, veremos que 25% estão nas mãos de 1 empresa, que os senhores sabem qual é.

Enfim, evidentemente, isso tudo tem que ser discutido. Se nós estamos falando de democracia, tem de haver democracia no meio de produção também. Então, acho muito importante poder contar com os senhores nesse tema do observatório, que está em gestação; a participação do Legislativo seria essencial.

Eu queria terminar mencionando um pouco ainda a questão das catástrofes. O Hélder colocou isso muito bem, e os senhores sabem melhor do que eu, mas eu estava assistindo ao noticiário da TV Brasil e vi que o algodão teve um aumento de 170%. Ora, o Paquistão, que era um grande produtor de algodão, tinha perdido ¼ da sua produção, nas chuvas do ano passado, justamente. Como é que podemos reagir mais rapidamente a isso? Porque os Estados têm o dever de fazer isso. O Helder é moçambicano, e os senhores vão se lembrar disto: depois de uma semana do desastre na Rússia, das inundações na Rússia, em que se perdeu ¼ da produção do trigo, houve protestos. Em Moçambique, 13 pessoas morreram. E nós temos condições de prever esse tipo de coisa. Era óbvio que o preço do pão aumentaria se tinha havido uma perda desse tamanho num dos maiores produtores de trigo do mundo, de ¼ de sua produção.

Então, como é que os Governos se ajustam? Porque a Bolsa de Chicago se ajusta rapidamente, só que nem sempre a favor do consumidor. Como é que os Governos se ajustam rapidamente a isso? Como é que eles planejam as suas estratégias de alimentação?

E as mudanças climáticas, quer dizer, o tema das catástrofes naturais é cada vez mais presente. Estamos falando de perdas imensas. Na Indonésia, no ano passado também, de arroz. A inter-relação entre segurança alimentar e segurança energética é muito estreita. Em 2008, na verdade, o que nós tivemos, primeiro, foi uma crise energética. Os Países da África que importavam arroz da Ásia não podiam mais importar, porque o preço do frete impedia a importação. Então, como é que tratamos esses dois temas? Como é que observamos isso mais de perto, agregando o tema das catástrofes naturais?

Acho que nós teríamos aqui com os senhores – e, com isso, encerro – uma interface muito importante com o Legislativo no tema da prevenção de catástrofes. Quer dizer, o que aconteceu no Rio de Janeiro, não podemos permitir que volte a acontecer.

O Brasil tem condições de monitorar, tem condições técnicas, a gente tem condição de fazer essa integração entre Municípios, entre Estados, Poder Legislativo, o Poder Executivo, entender melhor esses mecanismos, inclusive os mecanismos do mar. A gente presta atenção porque essas catástrofes têm acontecido muito no litoral, foi em Santa Catarina, foi no Rio de Janeiro; provavelmente a gente não está monitorando adequadamente o mar.

O El Niño e La Niña são fenômenos resultantes de mudanças de temperatura do mar. Então, como é que a gente por estar também monitorando isso dentro desse observatório. Tudo isso faz parte da questão do acesso aos alimentos, tanto o aspecto emergencial como os aspectos estruturantes.

Com isso, eu encerro, Sr. Senador. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Ministro Milton Rondó Filho, pela exposição que fez e pelos dados interessantíssimos que deu, mas o que mais ficou de impacto para mim – confesso a minha falta de conhecimento – foi o dado de que 97% das mulheres do Paquistão não tem acesso à educação, são analfabetas.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO (Fora do microfone.) – Na fronteira com o Afeganistão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na fronteira, muito bem.

Neste momento, passo a palavra, representando o Governo, o Poder Executivo, ao ex-Deputado estadual e assessor do Ministro Gilberto, o nosso querido Selvino Heck.

O SR. SELVINO HECK – Bom-dia a todos e todas aqui presentes. Uma saudação especial ao amigo e companheiro Senador Paim, de longa e antiga convivência, desde os tempos lá no camp.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E das aulas de economia que vocês me davam. Eu não sabia nada da tal de economia internacional e ele, estudante e eu, peão de fábrica e eles me davam aula lá: você, o Márcio Pochmann, o Zé Pinto...

O SR. SELVINO HECK – O Rolf Hackbart.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Rolf.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Depois houve um outro período em que V. Exª brilhou aqui na Câmara e aquele cidadão, Deputado estadual aprendeu a ser Deputado batendo no meu Governo. (*Risos.*)

Foi a primeira vez que o PT elegeu Deputado estadual neste País, então, a experiência dele foi "pau no Pedro Simon".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas foi positivo, porque, no fim do seu Governo, o senhor se elegeu Senador. É sinal de que deu tudo certo.

O SR. SELVINO HECK – Amigo e Senador Paim, eu me lembro inclusive de longas e antigas jornadas e uma caminhada sua de Canoas a Porto Alegre, em 1983, se não me engano, até a frente do Palácio de Piratini – o Sr. Senador Simon não era Governador ainda...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Antes vocês passaram lá no conjunto habitacional em Canoas, 40 mil casas que nós víamos normalmente entregar, vocês fizeram uma invasão, uma verdadeira guerra civil que foi difícil de fazer depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu participei da negociação do Conjunto Guajuviras e negociamos com V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não, você entrou na fase de ajudar, ele entrou na fase da invasão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós negociamos com V. Exª e foi tudo regulamentada. O Conjunto Guajuviras acho que tem umas 100 mil pessoas que moram lá.

O SR. SELVINO HECK – Senador Simon, meu cumprimento especial. É verdade, naqueles tempos, de 1987 a 1990, junto com outros três valorosos companheiros Deputados do PT: Raul Pont, o saudoso Adão Pretto, José Fortunati, nós de fato fazíamos, como diríamos hoje, uma oposição radical ao seu Governo. Não havia ocupação urbana ou rural, não havia greve e não havia mobilização social em que não estivéssemos presentes, com todo respeito, construindo a democracia.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Agora, o que eu quero dizer numa boa , porque eu estava brincando, é que vocês foram eleitos os primeiros quatro Deputados estaduais, estavam iniciando uma caminhada, não tinham ainda experiência, estavam vindo de uma luta sindical, de uma caminhada, não tinham experiência ainda de uma vida parlamentar.

E nós todos estavam há um tempão, uns 20 anos, batendo na Arena, batendo da ditadura. E aí eu ganhei, eu era do mesmo lado e eles continuaram batendo. (*Risos*)

O SR. SELVINO HECK – Jamais eu poderia imaginar que pudéssemos nos encontrar aqui, o Roberto Rodrigues, a quem conheci lá no movimento estudantil da PUC do Rio Grande do Sul, eu falando em nome do Governo Federal e o Senador Pedro Simon estando aqui presente numa audiência da Comissão de Direitos Humanos.

(intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. SELVINO HECK – Obrigado, igualmente. Senadora Ângela Portela, Vicentinho Alves, Gilvan Borges, João Alberto, meu caro Senador Cristovam Buarque, ex-Governador do Distrito Federal.

Na verdade, foi anunciado inicialmente, está na placa aqui, que eu seria Assessor Especial da Presidenta da República. Na verdade, fui Assessor Especial do Presidente Lula, começando com Frei Betto, que era o então Assessor Especial do Presidente Lula,

2002/2004, quando ele formou uma equipe então chamada de talher de educadores e militantes, dentro daquela simbologia que o Frei Betto criou no Fome Zero, tinha o MESA – Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar, Ministro Graziano, que hoje está na FAO, o copo, o prato, o sal e o talher. Depois, quando o Frei Betto saiu, deixou o Governo, me tornei Assessor Especial do Presidente Lula, até o final do ano passado. Agora, estou como Assessor Extraordinário do Ministro Gilberto Carvalho, na Secretaria Geral da Presidência da República, porque aquele trabalho que nós fazíamos – ao qual irei me referir um pouco mais adiante –, dentro do gabinete do Presidente, agora será feito dentro da Secretaria Geral da Presidência da República, e que tudo a ver com o tema que estamos tratando hoje aqui das ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria.

Meu caro Helder Mutéia, representante da FAO; meu caro Ulisses Riedel...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Me desculpe, mas não entendi. Qual a mudança que houve?

O SR. SELVINO HECK – A equipe de pessoas que estavam dentro do Gabinete do Presidente Lula, como assessores, e eu era o Assessor Especial, e o seu trabalho, foi encaminhada agora, pois houve uma reformulação interna, para a Secretaria Geral da Presidência da República, com o Ministro Gilberto Carvalho, mas o trabalho continua. Irei fazer uma referência maior a ele depois, ao final.

Meu caro Ulisses Riedel, meu caro Milton Rondó, colorado no Rio Grande do Sul, mas eu sou gremista...

O SR. MILTON RONDÓ – Ninguém é perfeito. (*Risos.*)

O SR. SELVINO HECK – Na semana passada foi lançado – o Helder esteve presente, e acredito Milton, se não me engano também esteve presente – um livro chamado *Fome Zero, uma história brasileira,* em que muitos de nós... Inclusive eu sou autor de um texto. Foi um grande ato, esteve também o Ministro Graziano, Patrus, Márcia Carvalho Lopes e a Ministra do Desenvolvimento Social Tereza Campello, fazendo um histórico e uma reflexão sobre o Programa Fome Zero.

Como o Senador Pedro Simon já colocou antes, o problema mais central da fome no Brasil, se não está inteiramente superado, ele está numa grande superação, fruto do trabalho de oito anos do Governo Lula. A tal ponto que, no domingo passado, em um artigo para a *Folha de S.Paulo,* o economista da Fundação Getúlio Vargas Marcelo Neri faz um artigo comparando o Brasil e os Brics, em que ele diz, resumindo, que a desigualdade aqui no Brasil cai mais que nos Brics, onde aumentam mais as desigualdades econômica e social. Que o bolso dos pobres brasileiros cresce mais que o produto interno bruto, ao contrário dos Brics – Brasil, Rússia, Índia e China – onde o produto interno bruto cresce mais que a renda da população pobre. Aqui, a renda da população pobre cresce mais que produto interno bruto; e que o grau de felicidade aqui no Brasil, numa escala de 0 a 10, é de 7, bem maior que em outros países.

Isto é fruto, evidentemente, não apenas do Programa Fome Zero do Governo Lula, é fruto de um conjunto de políticas onde está, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, onde está a questão da merenda escolar, o apoio à agricultura familiar; um conjunto de políticas integrantes do Programa ou da estratégia Fome Zero.

Mas esse é o contexto em que nós estamos, Senador Paim, neste momento do Brasil; é a partir deste contexto de diminuição da desigualdade, em que cresce a renda do povo brasileiro mais pobre, em que o grau de felicidade e autoestima do povo também é alto, mais alto que a maioria dos países, é neste contexto que a Presidenta Dilma colocou como sua absoluta prioridade de Governo, expresso numa frase de que "país rico é um país sem pobreza".

Esta prioridade central que a Presidenta Dilma está apresentando ao País, e anunciou publicamente, é um momento adequado para nós enfrentarmos a pobreza extrema e a miséria, ainda existentes no Brasil. Pode não haver mais a fome crônica, a fome mais profunda, presente no Brasil, que é uma marca e uma chaga histórica, especialmente com negros, quilombolas, indígenas, populações pobres das regiões metropolitanas, populações da área rural, e assim por diante.

Mas se superamos a fome ou estamos em fase de superação da fome mais aguda, não superamos, Helder, a pobreza e a extrema pobreza especialmente; ainda há cerca de 20 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem na extrema pobreza e, portanto, ainda temos um longo desafio pela frente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Desculpe-me, sem querer atrapalhar, mas são 20 milhões na extrema pobreza. Mas esses 20 milhões que o amigo diz estarem na extrema pobreza passam fome ou comem e estão na pobreza?

O SR. SELVINO HECK – Normalmente, esses 20 milhões têm alimento: tomam café de manhã, almoçam e jantam, porque eles têm acesso a um conjunto de políticas de transferência de renda, em especial o Bolsa-Família, que hoje atinge cerca de 12 milhões de famílias no Brasil, portanto, 40 a 50 milhões...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas esses 12 milhões de famílias estão nos 20 milhões?

O SR. SELVINO HECK – Estão além, porque são 20 milhões que estão na extrema pobreza; a pobreza não significa que passem fome, mas estão na extrema pobreza, até porque...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas esses 12 milhões estão fora? Seriam 32 milhões, sendo que 12 milhões comem? E 20 milhões não comem?

O SR. SELVINO HECK – Sim. Até porque a extrema pobreza... E isso faz parte do programa que a Presidenta Dilma está lançando, do combate à extrema pobreza, qual é a compreensão da pobreza ou da extrema pobreza? Não é um problema apenas de renda. E esse programa que está em construção ainda, ele tem uma compreensão de que está em construção dentro do Governo, num debate em diferentes setores da sociedade. Por exemplo, na semana passada, houve uma reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o Consea, em que o tema central foi o debate sobre este programa de combate à extrema pobreza.

Mas a pobreza ou a extrema pobreza não é apenas um problema de renda nem da fome, é um problema de saber se essas pessoas têm acesso por exemplo à educação, à saúde, a saneamento básico, moradia, ou seja, a condições mínimas de qualidade de vida.

Então essa é a compreensão que se tem de extrema pobreza, e esse é o sentido deste programa que diz que país rico é país sem pobreza. E a ideia é que este programa de combate à extrema pobreza tenha três eixos fundamentais.

O primeiro eixo é aquele que continua com as políticas de transferências de renda, em especial o bolsa-família, amplia inclusive a setores e populações que ainda não tiveram acesso e ainda não recebem o bolsa-família que é o maior caso de certas situações, como foi colocada aqui pelo Senador Vicentinho, como é o caso dos quilombolas em virtude da dificuldade de localização dessa população. As vezes, essa população não possue carteira de identidade para acessar ao bolsa-família Temos o caso, também, dos indígenas e de populações rurais muito afastadas dos centros urbanos. Nesse sentido, já houve um aumento substancial do bolsa-família, anunciado há algumas semanas pela Presidenta Dilma, no sentido de ampliar estes programas de transferência de rendas. De acordo com estudos feitos esses programas têm enfrentado a fome crônica, mas também têm ajudado aos jovens e as crianças a irem à escola, terem, mais condições de acesso às políticas de saúde, etc.

Num segundo nível, o Programa pretende contemplar também a ampliação e a qualificação dos serviços públicos. Por isso, que a Presidente Dilma organizou o Governo em 4 núcleos de gestão ou fórum.

Núcleo do Desenvolvimento, ou Fórum do Desenvolvimento, coordenado pelo Ministério da Fazenda ;

O Fórum da Infraestrutura, coordenado pelo Ministério do Planejamento, onde entram as obras do PAC, as obras para Copa, Olimpíada,

O Fórum de Extrema Pobreza, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Fórum de Direitos e Cidadania, Coordenado pela Secretarua Geral da Presidência da República.

Cada um desses 4 fóruns tem cerca de 10 Ministérios envolvidos em cada um desses temas e, evidentemente, haverá uma articulação entre eles para que as diferentes políticas nas diferentes áreas sejam conversadas.

A ampliação e a qualificação dos serviços públicos, que é uma segunda linha central de combate à pobreza, vai envolver um conjunto de Ministérios: da Saúde, da Educação, para tornar efetiva essa ampliação e qualificação.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB-RS) — Em última análise, é como se houvesse 4 superministros, 4 coordenações.

Dez ministros encarrados disso e um coordenando.

O SR. SELVINO HECK – Eu não chamaria de superministro porque ai já é uma qualificação política, mas de coordenação de governo, de gestão de governo.

Em terceiro lugar as ações de inclusão produtivas que já foram feitas referências pelo Helder, pelo Milton Rondó que envolvem especialmente propostas e programa na área de geração de trabalho e renda da criação de empregos e sua continuação, que já aumento muito durante o Governo Lula, a economia solidária um conjunto de ampliação de políticas para a pequena agricultura e a agricultura familiar e, assim, por diante.

Esta é uma parte fundamental e essencial desse Programa de Combate à Pobreza, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mas há uma segunda parte que é importe.

Trata-se da parte de direitos e cidadania, que é este núcleo de gestão, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República, onde se insere o trabalho que eu e um equipe de educadores e militantes fazíamos já no gabinete do Presidente Lula, que foi iniciada com Frei Betto, e que continua agora dentro da Secretaria Geral da Presidência da República.

Desde 2003, entendemos que não basta apenas, Senador Paim, você matar a fome de pão, uma expressão que costumamos usar...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB-RS) — Tem alguém no lugar ocupado pelo Frei Betto?

O SR. SELVINO HECK – Diretamente no gabinete da Presidenta, não, mas o trabalho que era feito no gabinete que eu continuei durante esse período, agora foi transferido para a Secretaria Geral da Presidência.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB-RS) — Tu estavas lá com o Frei Betto?

O SR. SELVINO HECK – Estava, eu sou o sucessor dele.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB-RS) — Tu estavas bem, hein!

O SR. SELVINO HECK – Obrigado.

Não basta apenas matar a fome de pão, é muito mais. Junto com isso é preciso, numa expressão que nós usamos, saciar a sede de beleza .

Ou seja, essas pessoas têm o direito à alimentação - agora mesmo, no ano passado, os Srs. Deputados e os Srs. Senadores aprovaram e inscreveram no art. 6º da Constituição Federal o direito à alimentação como um direito básico e fundamental. Mas esse direito à alimentação não é apenas comer, não é apenas tomar café da manhã, almoçar, jantar; é também o direito à saúde, o direito à educação, o direito a ser cidadão, a participar da vida social, a participar da democracia brasileira e, portanto, ter consciência desses direitos, poder se organizar inclusive para lutar por eles, coisa que, historicamente, os negros, as mulheres, os catadores, os recicladores, os indígenas e a população pobre deste País muitas vezes não tiveram espaço e oportunidade.

É nesse contexto que nós também trabalhamos essa compreensão mais ampla do combate à extrema pobreza, à miséria, à fome, e, nesse contexto, eu coordeno – criação também do Frei Betto - a Rede de Educação Cidadã, que é uma rede que faz exatamente esse trabalho junto a essa populações que recebem o Bolsa Família, que são da Economia Solidária, os mais pobres entre os pobres.

Nesse âmbito - Senador Cristovam Buarque em especial -, o novo Governo do Distrito Federal, o Governado Agnelo, por meio de sua Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, cuja titular é a Secretária Arlete Sampaio, está construindo, por exemplo, já praticamente de maneira concreta, aqui em Brasília, um programa para chegar a 100 mil famílias – ao redor de 400 mil pessoas – o Bolsa Família. Ou seja, segundo o primeiro dado concreto, em Brasília, Capital Federal, cidade mais rica do País, com a melhor renda média do Brasil, há 100 mil famílias que recebem, ainda, o Bolsa Família. Sinal de que a desigualdade social e econômica ainda é muito grande, Milton Rondó, aqui em Brasília.

Nessa visão de combate à extrema pobreza e combate à pobreza, o Governo do Distrito Federal, junto com a Rede de Educação Cidadã, está organizando um programa para essas 100 mil famílias, em que nós, do Governo Federal, também estamos envolvidos. Já houve dois seminários. O programa, portanto, envolve o Governo Federal, envolve o Governo do Distrito Federal, envolve todas as organizações sociais, igrejas que queiram se associar a esse programa, em que é necessário, primeiro, localizar mais detalhadamente onde ficam essas famílias, onde moram, em que situação moram. Isso também faz parte da construção do programa de combate à pobreza que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome está fazendo. Está fazendo o mapeamento por meio de estudos do IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas -, do Márcio Pochmann; da Fundação Getúlio Vargas, do IBGE e de outros órgãos do Governo e mesmo da sociedade. Já existem estudos para saber no Brasil onde, de fato, se localizam os mais pobres, quem são exatamente. Nas regiões metropolitanas? Possivelmente, sim. Em várias áreas rurais? Possivelmente, sim. São indígenas? São quilombolas? É população negra? São catadores? São recicladores? São mulheres?

Esta é uma primeira questão fundamental: saber exatamente quem são, onde estão e como vivem concretamente.

Segundo, a partir daí, construir políticas que possam enfrentar essas situações, que são situações que ainda, infelizmente, acontecem neste País.

Evidentemente, essa visão toda tem que estar associada, se quisermos ter sucesso nos próximos quatro anos – e o objetivo é enfrentar, combater e eliminar a extrema pobreza nos próximo quatro anos. É preciso combinar isso com a continuação das políticas de desenvolvimento e inclusão social. Que as políticas desenvolvimento continuem gerando renda, melhoria de renda. Esta semana mesmo saiu que a maioria dos acordos salariais no ano passado foi acima da inflação, Senador Paim- o senhor que é sindicalista e acompanha bem essas questões.

O salário mínimo tem de ter continuidade no aumento de seu poder aquisitivo real. E, com certeza também – e isso depende muito do Congresso –, uma reforma tributária, que possa fazer com que o quadro tributário brasileiro hoje possa mudar, como o conjunto de outras reformas necessárias neste País.

Portanto, Senador Paim e Senadores, esse é um objetivo ousado. Esse é um desafio enorme. E esse não é um desafio apenas do Governo da Presidenta Dilma, do Governo Federal. Se se somarem os Governos estaduais – e aí eu citei um exemplo, do Governo do Distrito Federal, que imediatamente se somou, de forma concreta, praticamente a uma proposta que já está não só em estudo, mas também em implementação –, se se somar a sociedade – como houve também o impulso grande do programa Fome Zero, que envolveu todos os setores da sociedade, como, aliás, muitos até hoje ainda continuam envolvidos–, se se somar o Parlamento, se se somarem, portanto, essas forças todas vivas do Brasil, há a possibilidade concreta de enfrentarmos de fato a extrema pobreza.

Como disse o presidente do Consea, Renato Maluf, semana passada ainda nessa reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar: "Essa é uma meta factível. Essa é uma meta que é possível de atingir." Mas é evidente que precisa de decisão política, de vontade política, de programas que enfrentem e de uma coesão social, fundamental para que nós – como alguém já disse aqui na Mesa –, como a sétima economia do mundo – ontem ou anteontem eu li, em algum jornal aqui, que em breve seremos a quarta economia do mundo –, não possamos mais continuar com uma situação em que tenhamos maior desigualdade social que qualquer país da América Latina, em que ainda tenhamos, com todos os avanços do salário mínimo, o pior salário mínimo da América Latina em termos reais, concretos.

Essa situação de um país rico economicamente, industrialmente, com a produção agrícola que temos, como celeiros do mundo, nós não podemos mais continuar com a situação em que ainda tenhamos tantos pobres e uma desigualdade social e econômica tão grande.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, a gente abre para os Senadores.

O Senador Simon é o primeiro inscrito. Em seguida, é o Senador Cristovam. A Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, também já está inscrita.

Eu só vejo depois aqui ao meu convidado, Selvino Heck, porque, na questão do salário mínimo, somos o quinto da América Latina aqui. Avançamos. Avançamos!

O SR. SELVINO HECK – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já estivemos pior, mas, agora, estamos em quinto lugar. Perdemos para a Argentina, para a Bolívia, para a Venezuela e, se não me engano, para o Uruguai e o Paraguai. Depois, vem o nosso.

Passamos a palavra ao Senador Pedro Simon, para que faça a sua reflexão, o seu ponto de vista e até mesmo questionamentos a seus convidados.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. convidados, Srs. Parlamentares, a vida dá voltas. Eu estou aqui, no Senado, vai completar 32 anos e é a primeira vez que estou nesta Comissão. E vejam como Deus ensina. Eu vim aqui como castigo. O Presidente Sarney resolveu tirar-me da Comissão de Economia, tirar-me da Comissão de Constituição e Justiça, tirar-me da Comissão da Reforma da Constituição, e, então eu vim para cá.

Eu quero agradecer ao Presidente Sarney. Olha, ele tinha razão! O amigo Cristovam me cobrava: "Mas como é que tu não estás na Comissão? Tu tens que estar na Comissão!" E eu peço desculpas por chegar agora. Chego tarde, mas com muita vontade!

Quero dizer a todos os membros da Comissão, mas, de modo especial, aos dois Presidentes, que tiveram atuação excepcional, o Cristovam – esta Comissão saiu do zero – e V. Exª, que levou à situação em que se encontra hoje. Eu vim e me preparei, cheguei aqui às 8h30. Quando vi a pauta, confesso que fiquei chateado em não ver a Ministra. Acho que ela precisa comer mais, ela está meio... E eu gostaria de ouvir a exposição da Ministra. E quero dirigir a V. Exª que, com muita humildade e com muita vontade, coloco-me à disposição.

Achei uma coisa interessante na vinda do Obama. A imprensa internacional e a imprensa nacional toda argumentaram que o Obama não pode avançar o sinal em coisa nenhuma porque, como ele perdeu o controle do Congresso, e, no Congresso, a maioria é amplamente republicana, ele não pode prometer, porque depende do Congresso. Por exemplo, nas negociações, as complicações à importação do nosso suco de laranja, as importações americanas do nosso algodão, as taxas que eles põem para sobrecarregar as nossas importações e os subsídios que eles dão para os agricultores, há uma quebra na safra de laranja, não tem, então, o Brasil, que não tem esse problema, tem todas as condições de duplicar sua venda e duplicar seu lucro. Não, porque o americano taxa em dobro as vendas do Brasil e de uma maneira escandalosa, que é de capitalismo, mas de chantagem. Perguntou-se, e a Presidente Dilma inclusive fez o pronunciamento, aí se cobrou como é que o Obama não deu nenhum sinal. E eles responderam que não deu nenhum sinal porque isso é questão do Congresso americano.

Com relação à nossa participação no Conselho, por que, com relação à Índia, ele falou abertamente e com relação ao Brasil ele só deu a entender? Porque,

com relação à Índia, o Congresso americano é favorável ao ingresso da Índia, e, com relação ao Brasil, não.

Então, o que quero dizer, vejam a força do Congresso americano: que o homem mais poderoso do mundo etc. e tal depende do Congresso. Lá é o Congresso que decide, e nós, aqui, somos, cá entre nós, um Congresso de mentirinha. Quer dizer, não temos ação, não temos coisa nenhuma, não temos nenhuma decisão, nada passa por aqui. Absolutamente nada passa por aqui. É um Congresso humilhante a nossa posição. Porque, na verdade, por mil razões, a gente faz, a culpa é do próprio Congresso Constituinte, que criou a maldita medida provisória, que era para vigorar, se vigorasse. Quando se falou em medida provisória, o Brasil ia ter parlamentarismo e, no parlamentarismo, tem medida provisória. O problema é que, no parlamentarismo, ninguém sabe, mas tem medida provisória na Inglaterra, na França, na Alemanha, na Espanha. Mas por que nunca se ouve falar em medida provisória nesses países? Porque o governo pode entrar com medida provisória, mas caiu aquela medida provisória cai o gabinete. Então, eles pensam mil vezes, porque, entrou com uma medida provisória, a oposição pode aproveitar aquela medida provisória para derrubar o gabinete.

Então, eu acho que o que a gente fizer para avançar nesse sinal é importante. E acho que aqui, nesta Comissão, com toda sinceridade, devíamos avançar. Esse trabalho que estamos fazendo aqui é muito importante, mas acho que devíamos ter um diálogo, uma participação nesse trabalho da fome, do combate à miséria, onde tivéssemos uma atuação mais ativa, onde o Congresso estivesse mais presente e com ação. Claro que a fiscalização é importante, temos de fiscalizar, o que também a gente não faz, cá entre nós. Mas, de modo especial, devíamos ter participação mais importante.

O Senador Cristovam, num movimento fantástico, quase diariamente, mostra a questão da educação. E, repare V. Exª, que, de certa forma, pelo que foi discutido aqui, a educação ainda vai ter que esperar. Fiquei esperando; pensei, agora vai entrar a educação, mas ainda não entrou. Fico imaginando o que V. Exª vai dizer... A educação ainda é uma espera. Primeiro é a habitação, depois a saúde, depois a educação.

O que proponho a V. Exª é, dentro do possível, fazer uma reunião que não seria como esta; marcar uma reunião com a ministra, que traria a equipe dela para nos reunirmos e discutirmos a portas fechadas, para tomar conhecimento em profundidade e ver em que poderemos avançar. Com toda a sinceridade, penso isso.

Esse movimento todo começou no Governo Itamar, por iniciativa do Lula. Eu era líder do Governo, o Lula falou com o Suplicy, o Suplicy veio falar comigo que o Lula queria fazer uma reunião com um ministro para expor o projeto. Eu falei com o Itamar, que achou a coisa tão sensacional que marcou uma reunião com toda a equipe social do Governo, ele presente. O Lula até levou um susto e montou uma equipe. Foi feita uma reunião, belíssima, no Palácio do Planalto entre o Lula, a equipe dele, o Itamar e a equipe dele. Daí surgiu – se não me engano – o Fome Zero, em que o Itamar, deliberadamente, não colocou gente do Governo; colocou duas pessoas que eram críticos radicais do Governo: o Betinho e o Bispo de Duque de Caxias, o Mauro Morelli. Eram duros. Eu me lembro que o Itamar dizia para mim: "Pedro, fala com o Betinho! Ele só mete o pau, mas pelo menos que diga as coisas que estão sendo feitas". Foi um grande projeto, um grande início. Lamentavelmente, o Fernando Henrique não entendeu. Ele fez um bom projeto, não dá pra dizer que... Inclusive, a esposa do Presidente Fernando Henrique, a Dona Ruth, uma senhora excepcional, fez um bom projeto, mas não era a mesma coisa. Levaram para a cidadania, o Comunidade Solidária, bonito projeto, mas era mais um projeto, não era para substituir. Então foi um equívoco que nos fez perder oito anos porque, se o Fernando Henrique tivesse continuado, aperfeiçoado como o Lula aperfeiçoou... Que também entrasse para a cidadania, que era um belíssimo projeto, mas não em vez de, junto.

Entrou o Lula, que, na minha opinião, teve nota 10. Levou, foi mais competente. O Itamar, no nosso tempo, colocou o Banco do Brasil, o Exército para fazer a distribuição que era feita sem partidos, genericamente. O Lula mudou, entrou com as prefeituras; fez. Na verdade, é um grande projeto.

Sou fã da Dilma, acho-a uma mulher fantástica. O setor da publicidade, da promoção do Governo acha que esse *slogan* não tem que mudar. É um slogan politicamente negativo. Por mais que ela faça, por mais que a Dilma e o Governo fizerem durante oito anos, daqui a oito anos o Brasil vai ter pobreza.

Não dá para dizer que vai acabar com a pobreza. Pode diminuir, vai diminuir, mas não vai acabar. Então, dá para dizer que ela fracassou, porque... Como é que é? País rico é país sem fome. Se, daqui a oito anos, vem a pesquisa e diz "há fome", então, fracassou o governo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, apenas para dizer que não completou.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu sei, mas a interpretação política é levada nesse sentido. Ela fez um *slogan* que não vai ser definitivo. Mas

teve categoria na minha opinião, porque eu acho que foi muito feliz o *slogan* dela. Foi realmente muito feliz.

É interessante a delicadeza entre comer e miséria absoluta. Eu vejo em todo esse processo... Nós nem ainda conseguimos chegar lá. O meu medo nesse projeto é fazer um cidadão que se acostume a viver com R$150. Sim, mas isso existe. Nos Estados Unidos aconteceu isso. Na recessão de 30, quando o Roosevelt resolveu a desgraça que assolava, o desemprego todo, ele criou isso. E, lá pelas tantas, o Roosevelt teve que rever porque o cara pegava os US$150 e ficava satisfeito. Lá aconteceu isso em 1930. Quer dizer, é um problema que existe. Ele se acomoda, não sei o quê, aí ele vai não sei o quê, não sei o quê. Então, a gente tem que entender sempre que esse é um projeto de transição, não é um projeto definitivo.

Nós nunca vamos ser uma grande nação com fome zero. Nós vamos ser uma grande nação com um cidadão criando a cidadania, tendo direito a um trabalho e vivendo do seu trabalho e, com o salário desse seu trabalho, vivendo com dignidade.

Mas eu não condeno o atual projeto, porque acho que estamos vivendo numa época em que o cidadão está morrendo de fome. Nós não podemos, absolutamente não podemos esperar. Temos que resolver esta questão, mas tendo em vista sempre que ela não é definitiva.

Então, o que eu diria a V. Exª é que talvez... Eu não vejo o Governo, o Congresso participar de quase nada do Governo na parte executiva. Eu proponho a V. Exª, se fosse possível, nós falarmos com a própria Presidente, conversarmos com a Presidente no sentido de dar força total e no sentido de dizer que nós gostaríamos de poder debater, de poder discutir, com carinho, com amor, sem a preocupação nem da manchete, nem da notícia, nem de ser Governo, nem de ser Oposição, mas daquilo que podemos fazer para levar adiante esta questão. Nesse caso, entraria a sua questão da educação e o restante desta questão. Eu acho que, se isso fosse possível, seria realmente importante. É a proposta que, anonimamente – eu não gostaria de aparecer, pelo amor de Deus –, faria a V. Exª.

Eu vou fazer agora um crime: sair sem ouvir o Cristovam, senão o Requião... Você sabe que a língua do Requião é perigosa. Ele está me chamando e disse que me dá cinco minutos, senão ele diz o que pensa de mim. Embora eu saiba que o ele pensa de mim é bom, quando ele está com a língua afiada, ele diz o que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Simon. (*Palmas.*)

Senador Simon, antes de V. Exª sair, quero dizer que as suas sugestões a Mesa vai encaminhar, tanto essa perspectiva de pedir uma reunião com a própria Ministra Tereza Campello, que só não está aqui porque está fazendo um tratamento muito forte de saúde em São Paulo... E nós combinamos com ela que, quando ela retornar de São Paulo, ela voltará aqui na Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – E sobre conversarmos direto com a Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A segunda questão é esta: nós marcaríamos. Vou falar com o Senador Wellington, que é quem coordena a Subcomissão de Combate à Fome, para nós marcamos uma conversa com a própria Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado pelas contribuições.

Vou, de imediato, aproveitando a presença de outros Senadores que têm que ir a outra Comissão e estão voltando para cá, passar a palavra ao Senador Cristovam Buarque, ex-Presidente desta Comissão, ex-Presidente da Comissão de Educação e meu parceiro de todas as horas.

Com satisfação, passo a palavra a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero dizer que também terei de sair para a Comissão de Educação, porque tenho o mesmo medo que tem o Pedro Simon, quanto ao tratamento que podemos receber.

Não assisti à fala de Ulisses Riedel, então vou me concentrar nos três.

Eu estava prestando atenção em quando alguém falaria a palavra "educação". Eu imaginava que ia começar dizendo que a palavra "educação" não apareceu em nenhum momento, mas ela apareceu duas vezes na fala do Silvino. Mas não a educação como vetor da luta contra a pobreza. Apareceu a educação como um direito, como água. Mas há uma diferença radical no direito à água para beber e no direito à educação. A diferença é que a educação transforma, e a água mantém a pessoa viva. Posso até dizer que a água é mais importante, mas ela não é transformadora em si. A meu ver, está faltando ainda essa consciência de que o vetor do progresso é a educação.

O *slogan* que o Senador Simon falou da Presidenta Dilma eu considero um gesto revolucionário na mentalidade da população. Ao espalhar, durante os oito anos – se ela ficar oito anos –, que país rico é país sem pobreza, ela vai provocar uma revolução neurolinguística na população, porque a nossa ideia é a de que país rico é país com maior engarrafamento. Essa é a ideia que prevalece no Brasil. País rico é país que depreda mais a natureza. Nunca se falou, em termos

de acesso à massa, a ideia de que um país onde há pobreza não é um país rico. Então, ela está trazendo uma revolução na mentalidade.

Só lamento – mas ficaria muito longo como *slogan* – que o *slogan* não seja: "País rico é país sem pobreza. E o caminho é a escola de qualidade igual para todos". Mas ficaria muito longo. Isso é mais para os filósofos do que para os publicitários. Trago isso porque nós não podemos continuar falando em luta contra a fome e contra a pobreza sem explicitar que o berço da fome e da desigualdade está na desigualdade da escola. É aí que está o berço da desigualdade e da fome também. O Japão vai ter gente passando fome, por causa de um *tsunami*, por causa de um terremoto, e por alguns meses; nem meses, por alguns dias. Meses se houver a crise ecológica nuclear. Não há fome em país educado.

Não creio que haja, salvo acidentes pessoais, psicológicos ou familiares, não creio que haja, no mapa da fome, alguém com o 2º grau completo, muito menos um doutor. Se você encontrar alguém com o 2º grau completo passando fome é porque essa pessoa teve algum acidente na sua vida que a desviou, que a levou a morar na rua. Senão, não passa fome, não apenas porque tem condições de ganhar o mínimo, mas também porque há uma rede social de proteção que cria a educação entre os educados.

Ou colocamos a educação como vetor do progresso social, por meio da escola igual para todos – e isso a elite brasileira não quer, porque os seus filhos terão dificuldade em conseguir boas colocações, na hora de disputar com base no patrimônio do saber –, ou colocamos isso, ou não vamos mais ter sucesso. E a elite não vai querer. E vou dar uma justificativa: a elite vai perceber que, no futebol, seus filhos não chegam à Seleção Brasileira; e os filhos da elite não chegam à Seleção Brasileira porque a bola é redonda para todos, porque todos começam a jogar aos 4 anos, porque as regras são as mesmas para os meninos dos ricos e dos pobres. Mas, escola, há quadradas e redondas. Há meninos que só entram aos 7 ou 8 e saem aos 12. No futebol, só saem quando querem.

Para essa revolução da educação é que há uma resistência fortíssima, Senador Paim, a ser feita.

É uma resistência que não é explicitada, verbalizada, mas que está no sentimento das elites brasileiras, e aí permeia até a nós próprios, que lutamos contra o quadro de pobreza e de educação. Não vejo saída.

E veja que aqui não apareceu... A escola apareceu no discurso do Milton, mas foi a escola como distribuidora de alimentos, não foi a escola como eliminadora da fome. Como atração, é verdade, mas é a ideia de que... Primeiro, eu quero dizer que a merenda escolar é quase tão importante quanto a abolição da escravatura como medida social e, depois, a Bolsa Família, sobre o que vou falar também. Mas, hoje, a merenda escolar transformou a escola brasileira em restaurante mirim, um restaurante mirim popular. Parte considerável das crianças, sobretudo do Nordeste, vai à escola somente para comer. Depois das 10, 11 horas, elas vão embora e não levam dever de casa, e não estudaram antes da merenda. Pelo menos comeram, pode-se dizer, mas isso não transforma. Isso mantém vivo, o que é fundamental, manter vivo, mas não é suficiente, nem de longe. Então, apareceu escola, não educação, e aqui apareceu escola como um direito, não como vetor transformador.

E aqui, uma crítica: a transformação do nome Bolsa Escola para Bolsa Família. Isso foi uma tragédia! As famílias, antes, as mães, sobretudo, quando recebiam Bolsa Escola, elas pensavam: "Eu recebo esse dinheiro porque meu filho estuda". Agora, elas dizem: "Eu recebo esse dinheiro porque minha família é pobre". Antes elas pensavam: "Com essa Bolsa, meu filho estuda, e a gente sai da pobreza". Agora, ela pensa: "Se a gente sair da pobreza, perde a Bolsa". Do mesmo jeito que o *slogan* "País rico é país sem pobreza" faz uma revolução positiva na neurolinguística do povo brasileiro, a transformação de Bolsa Escola em Bolsa Família fez uma revolução perversa pelo lado da desconscientização da importância da educação nas populações pobres, que, lamentavelmente, no Brasil, consideram, essas populações, que educação é uma coisa de branco e de rico.

Não está no sentimento de um pobre o direito à educação. Está começando, mas não está. Está o direito de ter um carro bonito, mas não de ter uma escola boa. É incrível, isso. Um passageiro de ônibus, quando olha para o lado e vê um carro bonito, ele tem inveja. Se ele olha para o outro lado, e vê a melhor escola da cidade, ele não tem inveja, porque acha que aquilo não é coisa para ele. É como se a gente passasse em frente ao Palácio da Alvorada ou à casa de um grande rico, não é coisa para a gente.

Então, é preciso incorporar essa ideia da educação como instrumento de progresso e é preciso sair da ideia de luta assistencial contra a fome para luta revolucionária contra a desigualdade e a pobreza.

Vejam, por exemplo, a ideia do que a gente pode dizer como positivo: 100 mil famílias recebendo a Bolsa Família. Quando eu comecei a Bolsa Família, chegamos praticamente a todas: eram 22 mil. As 100 mil são prova da consciência do atual Governo ou prova do fracasso desses últimos 16 anos? Ou as duas coisas? Aumentar o número de Bolsa Família é prova de sentimento do dirigente, mas é prova de fracasso dos

governantes. Deveríamos comemorar a diminuição no número de pessoas recebendo Bolsa Família, mas comemoramos o aumento, porque nos acostumamos com uma coisa permanente, e essa coisa é permanente porque não estamos colocando a importância do verdadeiro vetor da transformação: a educação de qualidade igual para todos. Continuamos no tempo do progresso econômico como veículo de eliminação da pobreza, continuamos prisioneiros dos economistas. Eu sou professor deles. Economista sabe como aumentar riqueza, economista não sabe como diminuir pobreza, e nem se preocupa.

O livro fundamental, a bíblia dos economistas chama-se *A Riqueza das Nações*, não diz "A não pobreza das nações".

Temos que tirar esse discurso da pobreza dos economistas. Eles matam o nosso conceito. Temos que trazer uma outra dimensão – claro sem deixar de comemorar que, pelo menos, a gente não deixa morrer de fome. Claro que isso é um gesto fundamental do ponto de vista humanista, do ponto de vista assistencial, mas não é do ponto de vista revolucionário, transformador.

Então, eu quero dizer que eu lamento, como Pedro Simon também notou, que a palavra educação não tenha entrado no discurso da luta pela erradicação da fome, pela erradicação da pobreza, pela redução da desigualdade.

No mais, eu fico satisfeito de ver como vocês está preocupados com o assunto, que há trinta anos ninguém se preocupava. A fome era uma coisa natural na sociedade brasileira. Hoje ninguém aceita como natural.

O Presidente Lula colaborou quando criou a idéia de que todo mundo ia ter direito, ao final do seu governo, a três refeições por dia. Ele colaborou muito quando trouxe isso, mas ele não foi suficientemente radical para dizer que queria ir além disso e que era por meio da revolução educacional.

Então, eu faço um apelo aqui: vamos incluir educação como vetor fundamental. Vamos colocar, pelo menos na nossa cabeça, embora não escrito, porque fica muito grande, a idéia de que país rico e país sem pobreza e que o caminho para isso é educação de qualidade igual para todas as crianças brasileiras.

Fico feliz em estar aqui nesta Comissão. Nunca deixei, em todos os anos, de estar aqui e fico feliz em ver o Pedro Simon, que vai enriquecer muito. Debate como este é raro neste Senado, raríssimo, por isso eu agradeço muito a vocês, especialmente ao nosso Presidente Paulo Paim. Para mim, é um privilégio estar aqui com vocês. Lamento que existam outras Comissões, especialmente a da Educação, porque seria incoerente eu dizer tudo isso e não ir à Comissão de Educação.

Muito obrigado a vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cristovam.

Esta Presidência cumprimenta, mais uma vez, o Senador Cristovam pela sua exposição. Não sei se o Selvino quer fazer uma consideração antes que o Senador tenha que ir à Comissão de Educação.

O SR. SELVINO HECK – Concordando integralmente com o Senador Cristovam Buarque, eu havia assinalado aqui para ler, mas acho que, na emoção, acabei esquecendo que, no pronunciamento que a Presidenta Dilma fez no rádio e TV, em 10 de fevereiro deste ano, ela disse o seguinte:

Reafirmo que a luta mais obstinada no meu Governo será o combate à miséria, e isso significa fortalecer a economia, ampliar o emprego e aperfeiçoar as políticas sociais. Isso significa, em especial, melhorar a qualidade de ensino, pois ninguém sai da pobreza se não tiver o acesso a uma educação gratuita, contínua e de qualidade. Nenhum país igualmente poderá se desenvolver sem educar bem os seus jovens e capacitá-los plenamente para o emprego e para as novas necessidades criadas pela sociedade do conhecimento.

Vamos lançar o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica – Pronatec. Estamos também acelerando a implantação do Plano Nacional de Banda Larga, não só para que todas as escolas públicas tenham acesso à Internet, como também para que, no médio e longo prazos, a população pobre possa ter Internet na sua casa, no seu pequeno negócio, a preço combatível com a sua renda.

Informo também que o Governo está tomando medidas para corrigir e evitar falhas no Enem e no Sisu, pois é fundamental aperfeiçoar, aumentar a credibilidade desses instrumentos. São muito importantes na avaliação do aluno e da escola e, portanto, na melhoria da qualidade de ensino.

Pronunciamento da Senhora Presidenta da República.

Segundo, e último, também quero dizer, quando eu disse aqui, vai no mesmo sentido, que nós temos uma preocupação de saciar a sede de beleza, evidentemente é a sede de direitos, mas é também a sede de conhecimentos.

Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Permita-me só dizer que eu tenho a maior esperança de que a Presidenta Dilma vá, de fato, dar início, não concluir, porque levará vinte anos, à nossa revolução educacional.

Mais ainda do que o conteúdo dessa fala, foi o gesto que ela fez ao ir á televisão, em cadeia nacional, pela primeira vez no Brasil, na data da volta às aulas.

Os outros Presidentes só iam à televisão em cadeia nacional quando o PIB crescia, quando as exportações cresciam. Ela foi falar sobre educação, e, mais que isso, foi a primeira fala dela em cadeia nacional. E ontem eu assisti ao seu discurso, no Palácio do Planalto, na entrega da medalha a professoras escolhidas no Brasil inteiro. E é coerente ao discurso dela, com a ideia de que a erradicação da pobreza vem da luta por uma boa escola. Então, em relação à Presidenta, eu tenho a maior entusiasmo hoje e esperança, sem dúvida alguma. Creio que ela está no bom caminho.

O SR. ULISSES RIEDEL – Eu pediria ao Presidente que me desse a palavra, para dizer uma palavra ao nosso querido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Vou passar para o Ulisses Riedel... vou passar a V. Exª.

Primeiro, permita-me Senador Cristovam. V. Exª não quis dizer, mas eu sei que V. Exª foi um dos que contribuiu para que o primeiro pronunciamento dela fosse sobre educação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – V. Exª não quis dizer aqui, mas eu sei. Está registrado. Ele contribuiu.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade, foi uma sugestão minha que ela teve a gentileza de aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Só que eu provoquei e V. Exª disse.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – mas o mérito é dela, de ter aceito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Está certo, está certo.

O SR. ULISSES RIEDEL – Eu pediria licença ao Senador para dizer que na minha fala, a que o senhor não teve a oportunidade de estar presente naquele momento, nós destacamos a questão da educação como primordial.Tanto que nós falamos que as linhas de ação do Governo em relação aos bolsões de pobreza têm de ser de capacitação profissional, educação de base e de cidadania e até espaço de convívio social e lazer, que é uma forma também de educação. Nós dissemos aqui que os aprendizes receberão aulas de educação de base e de cidadania e incentivo á educação formal, em convênios com escolas etc. Os aprendizes deverão ter significativo tempo dedicado ao convívio social, com aulas de música, dança, buscando que a educação seja muito mais do que simplesmente ensinar a ler e a escrever, mas aulas de cidadania, de valores. Subscrevo totalmente a sua fala, que, aliás, é uma fala brilhante e que precisa ser repetida intensamente por este País, porque realmente nenhuma pessoa que tenha educação estará passando fome, a não ser em circunstâncias especiais. Um povo educado nunca será um povo faminto. Parabéns, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – O Ministro Milton também quer fazer uma consideração rápida a V. Exª.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Obrigado, Senador. Obrigado, Senador Cristovam, foi uma aula, realmente, que o senhor deu aqui para a gente. Eu queria dizer que, no que diz respeito à assistência humanitária internacional , que é um os temas que a gente trata lá, o Brasil tem sido pioneiro no tema da educação. Mesmo essa MP, essas 500 mil toneladas de alimento, a gente instruiu o PMA a distribuir para alimentação escolar. E, onde não houver, no caso da Somália, por exemplo, no caso da Palestina, onde nem sempre é possível distribuir em escolas, que seja em tendas, mas que seja realmente um fator de atração para as crianças, que o alimento possa funcionar como uma bolsa educação, em espécie, nesse caso.

A gente tem também um projeto com a nossa Vanda Pignato, a primeira-dama de El Salvador. É um projeto piloto que a gente está lançando lá em El Salvador , que nós estamos chamando de Escola Viva. O Banco Mundial tinha um projeto chamado Escola Segura – escola segura arquitetonicamente. No caso do Haiti, 70% das escolas, por exemplo, ruíram. É um absurdo mandar as crianças para um lugar inseguro. Então, a ideia é poder trabalhar. Que a escola seja arquitetonicamente segura, mas, para ser segura, que ela tenha água, ou então que ela tenha cisterna, que ela tenha cozinha, para poder ter alimentação escolar, e que ela tenha conteúdo. Então, são cinco voluntários que nós estamos financiando através do Programa de Voluntários das Nações Unidas – um médico, um agrônomo, um pedagogo, um animador cultural e alguém com conteúdo de defesa civil – para trabalhar esta escola como espaço, inclusive, de refúgio, para que a criança possa ter conhecimento das mudanças climáticas, conhecimento do meio ambiente, do risco inclusive. A gente se lembra daquela criança inglesa que salvou dezenas de vidas do *tsunami* porque ela reconheceu o tsunami, porque ela tinha aprendido o que era um *tsunami*. Quando ela viu que a onda recuou aquele tanto, ela disse: "Isto é um *tsunami*",

E pode salvar pessoas por conta daquilo. Então, esse é o conceito dessa escola completa. E fazer viradas culturais dentro da escola com as crianças. Então,

dizer: – Olha, então, este fim de semana, vamos dormir aqui. Com teatro, com cinema, transmitindo conteúdo de defesa civil. É um projeto piloto. E foi uma escola, enfim, que foi duramente atingida por aquele vulcão que fica perto do aeroporto ali. Desceram pedras de dois mil metros, destruíram várias casas e parte da escola. Nós reconstruímos a escola e, agora, vamos entrar com esse conceito já mais amplo de Escola Viva. Eu vou lhe mandar o projeto, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, à Senadora Ana Rita. E já está aqui presente, conosco, o Senador Sérgio Petecão. Vejam que o assunto é importante. Se tivéssemos que fazer votação nominal hoje, faríamos aqui. Já passaram em torno de nove Senadores aqui, para debater esse tema.

Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Bom dia, Senador Paim. Bom dia, demais membros da Mesa.

Infelizmente, eu não pude chegar no início, para que pudesse ouvir a fala de Vossas Excelências. A gente que vem de avião acaba chegando em um horário que não permite chegar aqui no início da sessão. Chegamos aqui eram quase dez horas da manhã.

Mas eu gostaria, primeiro, de parabenizar novamente o Senador Cristovam Buarque, que é sempre muito feliz em sua fala com relação à educação. É sempre muito incisivo, muito direto e muito claro nas suas opiniões, e isso é bom, porque sempre nos alerta e nos ajuda a não perder de vista a importância da educação na nossa vida e na vida do povo brasileiro, para que as pessoas possam ter condições de se inserir na sociedade de forma mais qualitativa.

Eu queria aqui pontuar duas questões que considero extremamente importante em uma audiência que trata do combate à fome e à miséria, que, com certeza, muitos de vocês já devem ter se posicionado, se pronunciado.

Acho que, nesse enfrentamento à pobreza, que é uma das grandes metas do Governo Dilma, que bom se pudéssemos dizer que não precisamos enfrentar a pobreza. Infelizmente, os dados mostram que ainda existem muitas pessoas pobres, que a pobreza ainda é muito grande no nosso País, um País continental como o nosso, com uma diversidade cultural muito grande, com uma diversidade muito grande das regiões. Infelizmente, a pobreza é muito grande no nosso País, fruto de uma história de escravidão, de uma história que gerou tudo isso, mas que, felizmente, a partir do Governo Lula, começamos a traçar políticas públicas de enfrentamento à miséria, de enfrentamento à pobreza, e que o Governo Dilma nos coloca, com muita clareza, qual é de fato a grande meta do seu Governo, que é de fato o combate à miséria, o combate à pobreza, com atitudes muito claras. Logo no início do seu Governo, ela já amplia os valores do Bolsa Família.

E aqui quero citar alguns dados que tenho em mãos que acho extremamente interessantes. Quer dizer, na verdade, o valor dos benefícios e o limite de renda familiar por pessoa, para ingresso ao Bolsa Família, têm sido atualizados. E a Presidente Dilma, por meio do decreto que foi publicado agora no início deste mês, que ela assinou no início agora do mês de março, mês da mulher, assegura de fato esse reajuste no Bolsa Família. E é importante lembrar que os dados do Ministério do Desenvolvimento Social apontam que 93% dos usuários do cartão bolsa família são mulheres. Isso é importante a gente lembrar. E a Dilma, de forma muito sábia, concede a ampliação e o aumento do Bolsa Família justamente neste mês de março, mês dedicado às mulheres. Uma grande parcela de beneficiários do Bolsa Família é de mulheres, 93% são mulheres.

Isso mostra que muitas famílias brasileiras são chefiadas por mulheres e que são as mulheres as maiores preocupadas, que têm maior preocupação com a manutenção das suas famílias.

Na verdade, o decreto institui novos valores, e o reajuste pode chegar a 45%. Neste mês, o Bolsa – é importante lembrar também um outro dado – atingiu a meta de beneficiar quase 13 milhões de famílias em todo o País – quase 13 milhões. Isso é muito importante. Eu estou aqui com uma frase da Presidenta Dilma, que faço questão de ler, em que também ela faz esse enfoque da educação. E aqui, Senador Paim, eu me recordo com muita clareza, e eu digo V. Exª porque é um companheiro nosso, do Partido dos Trabalhadores, ano passado, por ocasião do nosso encontro nacional, em que decidimos pela candidatura de nossa Presidenta Dilma, no seu primeiro pronunciamento, ela fez um belíssimo discurso, que, particularmente, me marcou muito.

Na reunião do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, ela dava muita ênfase à questão da educação. E ela dizia que as políticas sociais, particularmente a educação, seriam uma grande prioridade do seu Governo. Então isso ela disse muito antes de iniciar de fato o processo eleitoral. Foi quando nós decidimos pelo nome dela como nossa candidata à Presidenta da República. E, aqui, quero citar uma frase que já diz agora como Presidenta:

"Nós vamos dar um reajuste para o Bolsa Família, beneficiando a quem tem mais filhos, porque as famílias com mais filhos são aquelas também que têm maior dificuldade de enfrentar a vida e que têm

um nível de pobreza maior. Além disso, no Brasil, as crianças e os jovens são a parte da população também que sofre mais com a pobreza extrema. As crianças e os jovens beneficiados pelo Bolsa Família avançam mais na escola".

Isso é real, porque, para estudar, a criança tem que primeiro deixar de ter fome. Com fome ninguém consegue estudar.

E continua a Presidenta: *"Eles se alimentam melhor e eles demoram mais a ser tirados da escola e a ser colocados para trabalhar".*

Isso é que é importante: garantir a educação para as crianças é fundamental, mas, o primeiro passo, é de fato matar a fome de quem tem fome. E, aqui, a Presidenta afirmou que o reajuste do Bolsa Família é o primeiro passo do Programa de Erradicação da Miséria, anunciado por ela no início deste ano. Então é fundamental isso.

Junto com isso, Sr. Presidente e demais membros que compõem a nossa Mesa e participantes deste plenário, Senador Peteção, quero aqui dizer que o Governo da Dilma, assim como o governo do presidente Lula, avançou muito na política de valorização do salário mínimo. Ainda não é o ideal. Esse ideal acho que vai demorar muito chegarmos a ele. Mas o importante é que estamos dando passos para que, de fato, um dia tenhamos um salário melhor. Acredito que o salário hoje é o que possível ser oferecido aos nossos trabalhadores, o salário que nós votamos aqui no Senado, que aprovamos e que defendemos, ou seja, a política salarial apresentada pela Presidente Dilma.

Neste ponto, quero dizer que o gasto social também tem benefícios econômicos. Segundo os dados do Ipea, uma vez que a renda das famílias é responsável por cerca de 80% do Produto Interno Bruto, aumentar em 1% do PIB o gasto social gera 1,85% de crescimento da renda das famílias. Então Bolsa Família e um salário digno para os trabalhadores são fundamentais para que possamos combater a miséria, combater a fome neste País e, automaticamente, enfrentarmos a violência que também aflige tantas famílias brasileiras.

O governo Lula definiu que o enfrentamento estrutural da pobreza passaria por políticas de caráter universal. Então, a política de valorização do salário mínimo seria um dos instrumentos de distribuição de renda do País. Por isso, a política de valorização beneficia hoje cerca de 47 milhões de pessoas.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria apenas de citar alguns dados e reforçar a fala do Senador Cristovam Buarque, que coloca a educação como vetor fundamental. Com certeza. Mais do que nunca, a educação pública precisa ser universalizada; ela precisa chegar, cada vez mais, a todos os territórios brasileiros; ela precisa, cada vez mais, atender todas as crianças brasileiras; todas as crianças, todos os adolescentes e jovens precisam ter acesso igual à educação pública; que ela seja, de fato, de qualidade; que os nossos professores sejam valorizados; que os nossos professores tenham, cada dia mais, condições dignas de trabalho. Sabemos que precisamos avançar muito ainda nesta área, que dependemos muito não só do Governo Federal, mas dos Governos estaduais e municipais. A educação precisa ser vista como prioridade por todos os Governos. É preciso que haja, de fato, um pacto federativo para que a educação possa ser tratada com o devido valor que merece, que a nossa população merece, que os nossos jovens merecem.

Entendo isso como uma política extremamente importante não só no combate à miséria, à fome, mas principalmente no combate à violência que, hoje, cada dia mais, está aumentando no nosso País. Esse será um debate que, com certeza, esta Comissão fará posteriormente. Inclusive, nós sugerimos isso e consta no nosso planejamento da Comissão.

Gostaria de agradecer muitíssimo a presença de todos vocês que estão representando o Governo Federal, diversos órgãos. Estamos felizes com a presença de vocês. Este é um debate que precisamos aprofundar cada dia mais, mas ele precisa ser traduzido, de fato, em políticas que deem resultados, para que a nossa população possa ser beneficiada com as políticas públicas.

E quero aqui parabenizar a Presidenta Dilma, pela disposição, pela coragem, pela vontade que ela tem de resolver esse problema em nosso País. Com certeza, o Senado está à disposição para dar a sua contribuição e oferecer o seu apoio naquilo que for necessário para que o Brasil avance e o nosso povo brasileiro saia ganhando com tudo isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – As inscrições ficam abertas para os Senadores que quiserem usar a palavra.

Neste momento, a palavra é para os nossos convidados também. Eu tinha combinado com eles que poderiam usar ainda o tempo de 10 minutos para suas considerações finais sobre o que discutimos no dia de hoje.

Então, queria neste momento, passar a palavra ao Ministro Milton Rondó Filho, por 10 minutos.

O SR. MILTON RONDÓ FILHO – Agradeço, mais uma vez, a oportunidade desta audiência pública ao Senador Paulo Paim, sempre preocupado com temas sociais, historicamente preocupado com temas sociais no Brasil.

Como o Senador Pedro Simon muito bem colocou, e depois o Senador Cristovam também, penso que o tema social só pode ser afrontado com participação, um pouco daquilo que eu tinha dito no início.

Aristóteles coloca muito bem a questão da democracia no que diz respeito à participação. Menciono sempre a aprovação de vocês àquela lei da alimentação escolar, os 30%. E, no exterior, as pessoas ficam muito surpresas: "Mas como o Congresso conseguiu? Como foi possível que o Brasil aprovasse esses 30%?". Eu digo: "Isso só é possível com uma ampla base. Não se consegue aprovar uma legislação desse tipo com um Ministério, dois Ministérios, três Ministérios; só se consegue, no nosso caso, com 19 Ministérios e 36 representantes da sociedade civil, que é o Consea". Senão, isso não é possível.

Então, em primeiro lugar, para enfrentar o tema, é realmente necessário pensar em uma ampla base social e em tecnologias sociais de participação. O Presidente Lula, eu me lembro, no auge da crise dos alimentos, em 2008, quando houve a reunião regional da FAO para América Latina e Caribe, aqui em Brasília, ele disse ao Renato Maluf: "Olha, Renato, eu acho que a solução para essa crise é um Consea em cada país." É realmente se ter algum espaço de discussão dessas questões, um espaço democrático, representativo. No Consea, como eu disse, nós temos 36 representantes da sociedade civil organizada e, nas conferências – vamos ter uma conferência este ano –, são 2 mil delegados, desde representantes de comunidade de terreiros, representações quilombolas, enfim, as mais variadas representações.

E aí, como a Senadora diz, é absolutamente necessário num país que tem a variedade cultural que tem o Brasil. É muito interessante porque, nessa unidade no Itamaraty, a gente cuida de temas estruturantes que dizem respeito à segurança alimentar, como acesso à terra, acesso à água, agricultura familiar, mas também de temas emergenciais, como é o caso da assistência humanitária. E aí se vê na assistência humanitária, como é impressionante a diversidade cultural do Brasil. Agora, houve esse tsunami no Japão, e vimos toda a mobilização, toda a riqueza da comunidade japonesa no Brasil.

Nós tínhamos tido o episódio da invasão do sul do Líbano por Israel em 2006 e isso se repete. Se vê a riqueza da comunidade árabe vivendo no Brasil e a variedade e a forma única como tratamos algumas coisas. No caso do Líbano, por exemplo, nós nos sentamos com o Conic, o Conselho de Igrejas Cristãs no Brasil, e se tinha desde a federação muçulmana até as igrejas católicas, as igrejas luteranas, enfim.

O Brasil tem uma capacidade única em termos de resiliência, de resposta a desastres naturais, à assistência humanitária internacional, inclusive porque a gente se baseia – e já fazíamos isso no Governo do Presidente Lula, embora muitas vezes isso não seja refletido – em direito. O Brasil é um dos poucos países que reconhece o direito humano à alimentação como um direito fundamental. Inclusive com o Selvino lembrou, os Senhores aprovaram agora e isso está na Constituição.

Então, ao ser um direito fundamental ele é um direito universal, ou seja, uma pessoa que passa a fome na Somália, isso nos diz respeito. Uma pessoa que passa fome em Gaza, isso nos diz respeito.

Então, realmente, a gente atingiu muito rapidamente nesses anos um patamar de respeito aos direitos muito importante. E se pegarmos grandes potências – é o caso dos Estados Unidos, por exemplo – eles não chegam a isso, não reconhecem essa dimensão do direto à alimentação, que, para gente, é até uma coisa óbvia. Qual direito pode ser mais fundamental do que o direito à alimentação? Sem alimentação não há direito à vida!

Então, só para dizer que isso não é pouca coisa. Essa não foi uma caminhada menor que nós fizemos.

E, mais uma vez, Senador, convidar – eu acho que seria realmente muito importante isso que o Senador Pedro Simon disse – a possibilidade dessa conversa com mais uma gaúcha adotada, a Ministra Tereza Campello, poder ter uma discussão mais aprofundada sobre o papel do Congresso nesse caminho que estamos fazendo agora, nesse observatório. Não é um tema menor. A gente poder entender por que a gente tem essas altas no preço dos alimentos é fundamental.

Nada reconcentra mais renda, ou quase nada – eu havia dito que antes eram os desastres naturais, mas, de uma forma estrutural, os desastres naturais são conjunturais – do que a inflação. Então, aí, o outro pilar da democracia. Então, temos que ter uma atenção especial por esse tema. Fazer esforços para redistribuir renda é muito difícil. Não me lembro se o Silvino ou o Helder que disse antes, que o Brasil é o único dentre os Brics que está conseguindo crescer redistribuindo renda. Outro dia vi no *Jornal Nacional* um economista do Rio de Janeiro dizendo que o Brasil estava bem atrás do crescimento dos demais Brics. É simplória a interpretação, é simplória, porque que se formos ver os índices de crescimento por classe social iremos ver que a classe C, por exemplo, cresce a 14%. Nem a China tem esse crescimento, a China cresce 9%.

Então, os números muitas vezes se servem para manipulação. E, como dizia o Shakespeare, "o Diabo sabe citar as Escrituras em seu próprio favor". Precisamos ter um certo cuidado em relação a esses números. E a gente tem hoje no Governo... Há experiências, enfim, vou citar aqui um outro gaúcho, o Sílvio Porto, diretor da Conab. O Sílvio fez uma apresentação excelente para nós no Consea, nós criamos um grupo sobre o tema da volatilidade dos preços, no Consea; e ele fez uma excelente apresentação, mostrando toda a questão da interrelação dos derivativos com o aumento dos preços, como muitas vezes esses aumentos são puramente artificiais, não há nenhuma base física de produção que permita o esteio desses aumentos. Então, a gente está com uma bola de neve muito perigosa. Então, como entender isso tudo, como entender toda a questão da concentração na cadeia produtiva, desde sementes até toda a questão de distribuição. Hoje, no Brasil, se fala... E aí a explicação do porquê de o feijão ser comprado do produtor abaixo do preço e vendido ao consumidor a um preço muito superior. Porque, na verdade, o varejo hoje, no Brasil, está praticamente na mão de três grandes empresas. Cinqüenta por cento do varejo, no Brasil, está na mão de três grandes empresas. Isso precisa ser discutido, isso é uma questão profunda de segurança alimentar. Então, como é que a gente democratiza isso, para que o produtor possa ter um preço justo e o consumidor possa comprar a um preço justo. Acho que esses são temas essenciais para debate aqui no Congresso e que só podem trazer ganhos enormes à população brasileira quando feitos conjuntamente com o Executivo, mas, principalmente, com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Mais uma vez, muito obrigado aos senhores. Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa Presidência agradece ao Ministro Milton Rondó Filho pela sua exposição, mostrando a importância de um trabalho coordenado a nível de país e a nível internacional.

Eu passo de imediato a palavra ao Dr. Helder Mutéia, representante da FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

O SR. HELDER MUTÉIA – Muito obrigado, Senador, por mais esta oportunidade e dizer que uma audiência pública como esta aqui no Senado é sempre uma grande oportunidade para colher algumas lições. E no debate que nós tivemos hoje houve alguns momentos marcantes, do ritmo que devemos imprimir ao paradigma do desenvolvimento que o mundo tem hoje, particularmente no que diz respeito ao combate à pobreza e à miséria.

Eu anotei, por exemplo, que o apelo que foi feito por vários painelistas, o Milton falou disso, mas também o Ulisses também falou, deste apelo para uma ação coordenada e concertada de todos os setores da sociedade, legisladores, governantes, agricultores, cientistas, jornalistas, ninguém tem o patrimônio do desenvolvimento, ninguém detém esse patrimônio. É um patrimônio que é partilhado por todos os setores da sociedade e todos têm que participar – e o Milton até falava desta ampla base social que necessita de ser construída numa plataforma sólida para o desenvolvimento.

Eu notei também uma recomendação que o Milton fez, que acho que é o caminho, porque o Brasil tem uma coisa fundamental: para quem vem de fora – e já foi referido aqui que sou um moçambicano e trabalhei na Nigéria, em outros lugares –, mas para quem vem de fora, há um elemento fundamental que o Brasil tem como capital, que é o debate, um debate aberto, frontal em todos os níveis. Durante 6, 7 meses em que estive cá no Brasil – e tive oportunidade de viajar para muitos locais do Brasil como no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em vários Municípios –, observei que há o debate, as pessoas falam frontalmente, apresentam sugestões, apresentam ideias, e há um manancial de criatividade interminável. E isto é fundamental.

Também achei fundamental, por exemplo, a existência do Consea. O Consea é, de fato, um dos ganhos, uma das ideias que o Brasil pode internacionalizar inclusive, que é esta parceria, que é um híbrido mas que funciona porque consegue trazer as diferentes perspectivas do desenvolvimento e da problemática da fome e da pobreza.

Então a ideia que o Milton colocou de um observatório para analisar a complexidade do fenômeno pobreza, é uma grande complexidade que tem vários elementos.

Vejam só o que aconteceu, ninguém esperava que tivesse uma crise no médio oriente. Este é um complicador, um fator que complica a problemática da pobreza e da fome.

O que aconteceu agora no Japão. É verdade que – e o ilustre Senador também se referiu – o Japão vai superar isso, mas a crise nuclear, o tsunami, toda a destruição, o tecido social que foi afetado é sempre um fator complicador. E nós temos que compreender toda essa dinâmica, a dinâmica dos movimentos sociais, como as coisas evoluem, tudo é movimento, tudo é dinâmico.

O petróleo, por exemplo, como foi referido pelo Milton e por outros, acabou afetando por uma questão muito simples: não pode ser transportado o alimento que foi produzido, ele está em algum lugar, mas não

pode ser transportado porque, de repente, o preço do petróleo ficou proibitivo. A crise de 2008 foi uma crise resultado de outros fatores, mas no contexto africano, por exemplo, foi a problemática de o transporte se tornar proibitivo.

E também os desastres naturais, que já me referi aqui.

Um elemento fundamental que aqui foi dito e acho que foi o Senador Cristovam que falou da educação, do capital humano, que é um elemento fundamental. Mas uma educação que seja relevante. Para quem vem de um contexto africano em que as pessoas estão ali numa armadilha de pobreza, produzindo uma agricultura que não é familiar, mas de subsistência, onde os filhos praticamente vão continuar, nós temos que ter a capacidade de dar a eles uma educação, mas uma educação relevante, porque ao longo de uma ou duas gerações eles vão continuar ligados ao meio rural. Então eles têm que ter a capacidade de ser formados para aquilo que é relevante para a economia rural, daí ser fundamental essa perspectiva.

Portanto, nós não podemos partir do princípio de que a educação tem que ser igual para todos na perspectiva do conteúdo do conhecimento. Precisamos fazer uma coisa prática, que funcione, para que as pessoas possam sair dessa armadilha de pobreza. Mas concordo com a ideia de que a única forma sustentável no momento é o alto desenvolvimento; e o alto desenvolvimento pode ser apoiado, pode ser potencializado através das iniciativas.

Um outro elemento que aqui anotei, uma lição, é que não basta matar a fome do pão, é preciso também matar a sede de beleza, como se disse aqui. Isso para dizer que o próprio conceito de desenvolvimento tem muitas nuanças. Muitas vezes a gente pensa ou acredita que é rico, mas falta o elemento essencial e, afinal, somos muito pobres. Portanto, não é somente a dimensão financeira ou da renda que conta, é o acesso a tudo aquilo que nos dignifica como seres humanos que conta.

E o Brasil está muito bem posicionado. Na minha intervenção eu falei com algum prognóstico sobre isso. O Brasil está bem posicionado e está a fazer coisas; tem políticas públicas que não só servem para o Brasil, mas também podem servir para outros lugares do mundo. O Milton Rondó até disse que não gosta muito da cooperação Sul-Sul, da idéia de cooperação Sul-Sul.

Falo da cooperação Sul-sul na perspectiva também de que o autodesenvolvimento é muito mais sustentável. E o Brasil na perspectiva de que está fazendo coisas partindo de uma realidade que é similar , a realidade que nós conhecemos dos países em crise , o Brasil pode olhar. Muito embora o Brasil tenha o desafio de olhar para si próprio e olhar para fora. O Brasil está nesse dilema. É um país que está crescendo, tem um grande potencial, mas também tem sérios problemas a resolver. Foi citado o problema dos quilombolas, de algumas comunidades e de alguns nichos de pobreza que o Brasil tem. Mas o País tem esse grande potencial e a capacidade de fazer coisas que são fundamentais.

A minha mensagem, perante ao que eu já disse, o Brasil quer crescer, isso é fundamental, vemos isso em todos os setores da sociedade, tem uma grande população e um capital humano com muito valor, dispõe de uma geografia extensa, uma riqueza interminável e uma grande diversidade, não só na riqueza mas também culturalmente que são fatores de desenvolvimento.

Com essas palavras, Senador, gostaria de agradecer esta oportunidade, em nome da FAO e dizer que estamos juntos em qualquer oportunidade em que pudermos dar a nossa contribuições a esta Casa nobre. Muito obrigado. (Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT-RS) – Esta presidência agradece ao Dr. Helder Mutéia, representante da FAO pela sua exposição.

Nessa reunião, Dr. Helder, pode ter certeza que muita coisa ficou marcada para nós. Teve uma frase que V. Exa. disse – que eu particularmente reconheço que quando não sei, digo que não sei – que a cada seis pessoas uma passa fome no mundo. De fato, isso merece uma reflexão de todos nós, numa visão de direitos humanos, enfim, que a dignidade humana não tem fronteiras para que possamos, cada vez mais, estarmos nessa caminhada.

Vou passar para o Selvino Heck, que é o nosso representante do Executivo, mas teve um senhor aqui do Plenário, eu sempre abro a palavra ao plenário, que é o senhor Maurício Garcia , que também trabalha junto ao Executivo, ele solicitou no mínimo dois para ele tecer algumas considerações.

Com a palavra o Dr. Maurício Garcia.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Muito obrigado, Senador. Bom-dia a todos, à Mesa, ao Dr. Ulisses, Ministro Milton, Selvino, nosso colega de trabalho, Helder e demais Senadores, parlamentares presentes, pessoal da plenária.

Quero me desculpar porque eu não sabia que, talvez, a palavra não fosse aberta aos participantes, por se tratar de uma audiência pública destinada aos Senadores e à Mesa. Mas eu agradeço essa oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT-RS) – V. Sª está com a palavra.

O SR. MAURÍCIO GARCIA – Muito obrigado. Sou um servidor público concursado, atualmente trabalho na Secretaria Geral da República, com os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. A Secretaria Geral no âmbito do Governo Federal é que tem a obrigação de dar conseqüência àquele protocolo assinado nas Nações Unidas, no ano de 2000, que criou 8 objetivos a serem cumpridos até 2015.

Eu queria fazer referência há alguns pontos que o Dr. Helder mencionou. Realmente, em fevereiro deste ano as Nações Unidas lançou uma série de dados e informações, inclusive, a de que temos um bilhão de pessoas passando fome no mundo . O importante, e fico muito feliz, de saber que o governo brasileiro tem ciência disso, conforme as palavras do Ministro Milton Rondó. Quais as conseqüências, por que acontece isso. Há um dado também divulgado pelo parlamente europeu que só 2% dos contratos negociados nas bolsas do futuro são entregues. Por que? Porque a bolsa do futuro negocia lá no plantio, a lavoura no seu crescimento. E entre a colheita e a distribuição inúmeras empresas ganham dinheiro com isso.

O Ministro disse claramente que 67% das sementes estão na mão de dez empresas. Três empresas cuidam do varejo no Brasil! Então, onde está o problema realmente?

Não falta alimento no mundo – também já foi dito. O alimento está aí para ser consumido. O problema todo está numa regra que se tornou internacional, que passou a ser a lei que rege o mundo, que se chama lucro. O lucro sobrepõe-se a toda e qualquer necessidade. Então, muitas vezes nós temos os alimentos, os alimentos estão estocados, às vezes até estragando – muitas vezes, infelizmente, nos nossos armazéns da Conab -, mas a lei da oferta e da procura, que alguém acha que pode se sobrepor às necessidades de alimentação da pessoa humana, faz com que esses alimentos não cheguem devidamente à população.

Então, na verdade, eu queria fazer essa consideração porque, felizmente, nós estamos numa Casa de leis. E daqui é possível tirar normas e regras pelas quais essas questões sejam regulamentadas. Não é possível que as transnacionais operem todo o lucro da exportação brasileira na área do agronegócio. Como é que isso se dilui para a população brasileira?

Recentemente, vi pela televisão, pela TV Brasil, uma entrevista com a primeira juíza negra em Salvador, e ela falava sobre a questão do carnaval. "O carnaval de Salvador é maravilhoso, o lucro é fabuloso. Mas como é que isso se traduz no bem-estar das pessoas, no bem-estar da população de Salvador?" Quer dizer, não chega lá.

Essa dinâmica da geração da riqueza, essa dinâmica de acumular a riqueza não tem nenhuma conexão com o bem-estar da população brasileira, a não ser por programas que o Governo brasileiro faz, por suas políticas públicas, que promovem uma distribuição que ainda não é suficiente.

Na verdade, é isso. E eu queria agradecer e me desculpar por não saber da possibilidade de participar. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) - Sr. Presidente, o senhor me permite usar da palavra por uns 30 segundos? É dentro da linha de raciocínio do Dr. Maurício. Ele citou o carnaval de Salvador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Senador Sérgio Petecão, eu não vou lhe dar um minuto; eu vou lhe dar o tempo que V. Exª entender necessário. V. Exª está com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) – Eu quero até pedir desculpas. Eu cheguei atrasado, estava em outra agenda fora do Senado, mas eu gosto de participar das comissões, entendo que esta Comissão cumpre um papel importante nesta Casa, e, quando chego atrasado assim, não costumo...

Mas o companheiro que fez uso da palavra agora, o Dr. Maurício, tocou num assunto que julgo de fundamental importância. E vou citar o exemplo da Amazônia.

Eu moro no Acre. Todo mundo fala da Amazônia, dizem que é o maior patrimônio do Brasil, o pulmão do mundo, e lá temos milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da miséria: o nosso seringueiro, nossos colonos. O que adianta para essas pessoas cuidarem lá desse patrimônio de que todos falamos, de que todos nós nos vangloriamos, se elas, na verdade, passam por dificuldades? Nesta Casa e lá na Câmara são criadas leis sempre no sentido de criar mecanismos para dificultar a vida da população. Hoje o seringueiro não pode matar uma caça, não pode... E eu penso que está na hora, Senador Paulo Paim, de nós aqui, nesta Comissão, darmos um tratamento eu não diria especial, mas um tratamento diferenciado para o povo amazônida.

Eu estou falando porque eu conheço. Nós temos pessoas ali que hoje... Para vocês terem um exemplo, participei de uma audiência pública agora com o Deputado Aldo Rebelo, lá em Boca do Acre, e ouvi o depoimento de um pequeno produtor que foi multado pelo Ibama porque tirou madeira para melhorar a sua casa. Ora, como a pessoa vive lá, está lá na região se ela não tirar, não derrubar árvore para poder melhorar a sua condição de vida, dos seus filhos, porque a família está crescendo e tem de ter casa? De repente, ele foi multado e hoje vive com essa pendência com

a Justiça, porque, queira ou não queira, isso gera um processo. Os seus bens estão sendo confiscados por conta disso. Queira ou não queira, ele cometeu uma ilegalidade.

Então, chamo a atenção para que nós possamos fazer também uma reflexão nesse sentido. Eu acho que o Maurício foi muito feliz. Ora, um Carnaval tão bonito, com muita alegria, com muita festa, sim, mas o que é que o povo tirou de proveito disso? Para os baianos, para aquelas pessoas mais humildes, qual a contrapartida disso?

Então, é isso. Eu me preocupo, porque convivo ali, sinto, vejo o sofrimento daquelas pessoas, pessoas que sequer têm um par de chinelos para calçar. Crianças que fazem permuta da roupa: uma usa de manhã, outra usa à tarde para poderem sair, para poderem apresentar-se. E estão lá na Amazônia, cuidando desse patrimônio, o pulmão do mundo.

É muito fácil você discutir a ecologia aqui em Brasília. Ali no Armazém do Ferreira, um dia desses encontrei um ecologista lá, tomando chope, e discutir a ecologia é uma maravilha. Eu quero ver discutir a ecologia lá na beira do rio Purus, meu amigo, onde há um pium que ferra por cima da camisa!

Então, é isso. É para que a gente possa também pensar em políticas, para que essas pessoas que hoje pagam o preço de cuidar desse patrimônio mundial possam ter uma vida digna, uma alimentação. São pessoas que não se alimentam: alimentam-se uma vez por semana, porque não têm mesmo!

Acho que o nosso Governo, o Governo brasileiro realmente tem prestado um serviço maravilhoso, e a gente de reconhecer isso, mas ainda há muita coisa para ser feita. E eu cito aqui o exemplo da minha região, a Região Amazônica, que tem um povo que precisa, e muito, de uma atenção especial, principalmente desta Comissão, viu, Presidente Paim?

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Sérgio Petecão. Sempre com a grandeza que o momento exige, V. Exª coloca as coisas na hora certa. Eu, às vezes, uso um termo, que V. Exª reforçou aí com seus argumentos, – eu não conheço na verdade, mas ainda quero ir lá conhecer com V. Exª: a gente não pode olhar só para a floresta, mas tem de olhar para o povo que habita a floresta, todos nós. Quero dizer que concordo integralmente com V. Exª.

Lembro-me de que, muitos anos atrás – não era nem no nosso Governo –, havia um programa de distribuição de leite. Então, alguém dizia para mim: "Isso aí é assistencialismo!", "Assistencialismo para ti, mas, para quem precisa do leite você não sabe, porque esse litrinho de leite está ajudando muito!"

Essas são as coisas que as pessoas têm de entender e que V. Exª fala aqui com muita clareza. Eu nunca entrei nessa do assistencialismo. Eu acho que olhar a floresta, claro, é fundamental, é o pulmão do mundo. Todos nós gostamos: "Não, eu defendo o meio ambiente.", "Eu também!", "Eu também". E o povo que mora lá, alguém está olhando para ele?

É o que V. Exª trouxe. Estou apenas reforçando seus argumentos. Vamos olhar para a floresta, para os rios, com certeza, para o meio ambiente, mas vamos olhar também para o povo – o termo que uso simbolicamente –, o povo que habita a floresta, enfim, a nossa Amazônia.

Eu anotei aqui de V. Exª: um tratamento diferenciado para o povo da Amazônia.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Seria uma espécie de contrapartida, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É como se você estivesse colocando um vigia na sua casa. A pessoa não está cuidando da sua casa? E você não paga o salário dele? Estão cuidando da nossa floresta lá, e o que é que esse povo está recebendo?

Então, fala-se muito desse sequestro de carbono, de não sei o quê, um negócio bonito. Eu nunca vi, eu não conheço – se houver me corrijam – um seringueiro, um pequeno produtor que recebeu um real dessas políticas bonitas de que se falam aí, discutem, não sei onde, não sei o quê, procuro saber. E, aí, o que o povo está recebendo? O pequeno, aquele que tem a família, e as famílias são grandes? A pessoa que mora no seringal não tem televisão, não tem nada, ia fazer menino mesmo; são dez, quinze meninos cada família. E vivem todos em situação muito difícil.

Então, é isso. Chamo aqui para que possamos fazer uma reflexão da situação daquele povo que mora ali na Amazônia, especialmente no meu Estado do Acre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Passo a palavra, neste momento, ao... Permita-me, Selvino, dar um... O Selvino Heck, para não dizer que eu estava mentindo aqui, no início, quando eu falava um fusquinha amarelo, que foi símbolo da nossa campanha, mandei buscar lá em cima, que usei o fusquinha amarelo dele por símbolo para a minha campanha para o Senado. Está aqui o fusquinha, eu e ele dentro de um fusca... Aqui, claro, não estou em campanha, já fui eleito, mas esse fusquinha era dele. É daquela época. Eu copiei o fusquinha e fiz para minha campanha para o Senado, como tudo co-

meçou. Uma história para contar, palavra do Selvino Heck, que é o dono do fusquinha. (Palmas.)

O SR. SELVINO HECK – Obrigado, Senador Paim, por essas lembranças tão gostosas, generosas, só que era eu quem dirigia o fusquinha. Ele ia no carona, dormindo. Descansava, e eu fazia a campanha com ele, para mim, para ele e ainda dirigia o fusquinha. Isso era em 1986. Vocês imaginam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não precisa contar que a gente dormia dentro do fusca nos postos de gasolina.

O SR. SELVINO HECK – Exatamente. Obrigado, Senador Paim, pela oportunidade deste debate, que é absolutamente oportuno, por esta Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, pela presença das Srªs e dos Srs. Senadores aqui. Este debate é absolutamente oportuno por várias razões, uma a que o Maurício acabou de fazer referência aqui, que os objetivos do milênio terminam em 2015, neste momento, e o primeiro objetivo do milênio é acabar com a extrema pobreza pela metade, se não estou enganado, até 2015. A Presidenta Dilma quer acabar com a extrema pobreza por inteiro até 2014. Portanto, atingir o objetivo do milênio ao dobro e não apenas pela metade até 2015.

Segundo, dizer, como o Helder, representante da FAO, acabou de dizer, que estamos num momento internacional no mundo em uma crise econômica que já vem se prolongando desde 2008, e que não terminou para muitos países ainda. Agora estamos numa crise política, mas com repercussões na geopolítica, com possíveis repercussões econômicas e sociais, como já foi feita referência aqui, nos países árabes – a questão da energia, a questão da democracia, e assim por diante. Nós também estamos numa situação, já foi falado da Amazônia, com toda sua potencialidade e, ao mesmo tempo, suas questões no campo ambiental, todos os acontecimentos do Japão, com o tsunami e o terremoto, as consequências na questão energética nuclear. Portanto, é um momento mais do que adequado de pensar, na medida em que aumentaram a pobreza e a fome, ou estão aumentando de novo, no mundo, em como enfrentar isso. E o Brasil é o único País, pelo menos dos grandes do mundo, que tem, de fato, políticas, na última década e agora reafirmadas, de enfrentamento da fome, da pobreza. Mas isso tem de estar num contexto de um novo projeto de desenvolvimento que incorpore a questão ambiental, que incorpore as questões das políticas públicas na área social, que pense em outros valores, como já foi dito aqui, do ponto de vista econômico, uma economia solidária e que, portanto, a partir daí, possamos pensar que todos os trabalhadores, trabalhadoras, todas as pessoas, brasileiros e brasileiras, possam ter o mínimo de qualidade de vida, de dignidade e assim por diante.

Essa é a perspectiva que está colocada quando a Presidenta Dilma diz: "País rico é país sem pobreza". Como o Senador Cristovam colocou muito bem, essa frase não é qualquer frase. Ela remete a muito mais que apenas dizer país rico é país sem pobreza. Significa distribuição de renda, igualdade de oportunidades, outro tipo de economia, para que possamos dizer que este País será rico de fato quando não tiver mais pobreza. Esse é o objetivo. Para isso, Senador Paim, é mais do que oportuno este debate. Como o Milton e outros já disseram aqui, é fundamental o Parlamento somar-se a isso não só do ponto de vista legislativo. E tem sido parceiro. Todas as lei no último período – e nós, Milton, Helder, que participamos do Consea, Conselho Nacional de Segurança Alimentar, sabemos disso – a Lei Orgânica de Segurança Alimentar, aprovada aqui, o direito à alimentação inscrito no art. 6º da Constituição, a construção de um sistema de segurança alimentar e nutricional também está dentro deste contexto mais amplo de combate à pobreza. Então, o Parlamento – seja na aprovação de leis, mas no debate político, na crítica, se for o caso, às propostas, no estímulo a que a sociedade participe – é decisivo e fundamental.

Finalmente, Senador Paim, quero dizer que estou inteiramente à disposição, seguramente o Milton, do Ministério das Relações Exteriores, também, vamos levar este debate ao Ministério do Desenvolvimento Social, a sua equipe, que está mais diretamente envolvida na construção do programa de combate à extrema pobreza, vamos nos somar nesta proposta apresentada aqui de chamar a Ministra Teresa Campelo e sua equipe para que façam esse debate da forma como o Senado achar melhor. Sabemos que a Ministra Teresa Campelo está com problemas de saúde, portanto essa é a razão de ela não estar aqui hoje, mas, oportunamente, sem dúvida, vai haver este debate. Também como foi sugerido aqui, se o Senado achar necessário, em algum momento, um debate mais amplo, um encontro com a Presidente Dilma, evidentemente, nós vamos levar também que essa sugestão foi dada aqui pelo Senador Simon.

Muito obrigado, Senador Paim, obrigado pelo reencontro; que esta luta seja vitoriosa para toda a sociedade brasileira.(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Sr. Selvino.

Senador Sérgio Petecão, quero deixar bem claro, informei aqui à assessoria, que V. Exª encaminhou requerimento aqui daquela questão dos haitianos, e a decisão desta comissão, embora V. Exª já tenha

sido indicado pelo seu partido, V. Exª também estará lá por ter entrado com requerimento representando a Comissão de Direitos Humanos. Na semana passada, já mandei bater o ofício, espero que esteja pronto. Vou dar uma cópia para V. Exª e outra cópia para entregar à Presidência da Casa. É importante isso porque aqui se iniciou o debate a partir do movimento de V. Exª.

Neste momento, passo a palavra ao nosso convidado Ulisses Riedel, presidente da ONG União Planetária, que fará suas considerações finais.

Mas antes de você usar a palavra, me permita, Ulisses, vou explicar que o Ulisses, quando conversou comigo, ele me disse que tinha a ideia de apresentar um projeto; nós temos todo interesse em que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa garanta que a sociedade civil possa apresentar projetos aqui. O projeto deve ser encaminhado a esta Casa, como sugestão; naturalmente, nós acatamos, normalmente, indicamos um relator, o Plenário vota, e o projeto começa a tramitar em nome da entidade que o apresentou. No caso, vai ser a União Planetária.

Então passo a palavra para o Ulisses, para que ele faça suas considerações, e depois ele pode também explicar o projeto que eu, de imediato, vou receber e indicar o relator ainda no dia de hoje. Você saberá quem é o relator que vai dar um parecer sobre o projeto. Você tem a palavra.

O SR. ULISSES RIEDEL – Eu queria, Senador Paulo Paim, primeiro, cumprimentar esta Comissão, esta audiência pública, por todo o trabalho que tem feito. Sem dúvida nenhuma, o trabalho dos direitos humanos e da participação popular tem importância especial. Louvo o seu trabalho, o trabalho da Presidência da República, da nossa Presidente Dilma, de apresentar uma proposta tão audaciosa como esta da erradicação da miséria, e a alegria de estar na mesa aqui com o Ministro Milton Rondó, com o nosso representante da FAO, Hélder, com Selvino, aqui em nome da Secretaria-Geral da Presidência da Republica, eu, sobretudo, quero colocar ao meu Senador Paulo Paim e ao Selvino, como representante da Secretaria que o nosso trabalho é para somar, é para colaborar. Nós estamos aqui para trabalhar a favor. Considerem-nos soldados trabalhando pelo bem, a favor da erradicação da miséria. Já há anos nós vínhamos trabalhando neste tema, como representantes que fomos credenciados pelas Nações Unidas para defender as metas do milênio e como secretaria executiva do Nós Podemos Brasília, cujo tema central é exatamente este. É por isso que colocamos esse livro como uma contribuição. Nós sabemos que não somos donos da verdade. Mas esse livro nem sequer é um livro que eu possa dizer que seja meu, apesar de ter sido escrito por mim, porque ele é a soma daquilo que aprendemos em dezenas, centenas de reuniões, de debates, de encontros, dos quais recolhemos as melhores ideias e colocamos nesse livro. Então, considerem como uma contribuição nossa.

E queremos estar juntos, porque se há alguma coisa que queremos é que, no final deste primeiro mandato da Dilma, nós possamos ter erradicado a miséria. Não quero esperar pelo segundo, não. Eu acho que, se Juscelino conseguiu transferir a sua capital em três anos e meio, eu acho que, com um trabalho forte, consciente, bem planejado da Presidência da República e com apoio do Congresso e com apoio da sociedade civil, nós vamos fazer isso.

É por isso que quero também convidá-los para uma solenidade, que temos hoje. Aliás, é uma reunião, mas ela toma o caráter de solenidade por ser a primeira reunião. Hoje nós temos a primeira reunião do Movimento Brasil Sem Pobreza, que é um movimento da sociedade civil em apoio ao trabalho. E será feita essa primeira reunião na sede cultural da União Planetária, mas já está acertado com as entidades que participam, como OAB, CNBB, Federação Espírita, Grande Oriente do Brasil e muitas outras, que cada reunião será na sede de uma delas, porque não existe uma prioridade, não existe uma cabeça. Existe apenas um trabalho conjunto da sociedade.

Bem, isso posto, eu trouxe aqui um anteprojeto de lei de iniciativa popular que eu quero passar aqui ao nosso Senador Paulo Paim como uma sugestão que temos certeza será aprimorada pela Comissão. Temos certeza de que será estudada, analisada e aperfeiçoada.

É que aprendemos, desde os longos tempos do Diap, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, de trabalhar com propostas concretas. É claro que o estudo, o debate são muito importantes, mas temos que ter propostas concretas. Então, vou ler rapidamente este anteprojeto:

Cria a Autoridade Pública de Inclusão Social, a Organização Nacional de Inclusão Social, os Núcleos de Inclusão Social e as Empresas de Inclusão Social e dá outras providências.

Art. 1º. Fica criada a Autoridade Pública de Inclusão Social com responsabilidade de dar cumprimento à principal meta do Governo Federal de erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidade para todos. Fica criada a Organização Nacional de Inclusão Social, que atuará com responsabilidade, agilidade e eficiência para organizar, planejar, desenvolver, executar o trabalho da inclusão social das classes mais vulneráveis.

A Direção-Geral da Organização Nacional de Inclusão Social será exercida pela Autoridade Pública de Inclusão Social e acompanhada por um conselho composto por representantes de todos os Ministérios e da sociedade civil.

Eu diria em duas palavras que o pensamento do grupo que discutiu achou que é preciso que exista um poder efetivo como quando existiu na época da construção de Brasil para que isso se fizesse, e que, então, quem estiver com o poder, seja nossa Ministra do Desenvolvimento Social, deve ter poder efetivo de uma autoridade para resolver as questões, uma vez que temos muitos Ministérios e é preciso envolver todos esses Ministérios dentro desse projeto.

Aí o trabalho é previsto de ser feito especificamente com os bolsões de pobreza. Diz o art. 4º:

Art. 4º. Nos bolsões de pobreza, os trabalhadores que queiram serão organizados em núcleos de inclusão social, encarregados de promover a capacitação profissional, educacional e social.

§ 1º O tempo de aprendizagem estará dividido em três partes: aulas de capacitação profissional, aulas de capacitação educacional e aulas de convívio e lazer.

§ 2º Serão estabelecidos níveis diferenciados de aprendizagem: mais fáceis, profissões que exigem maior capacitação e capacitação profissional para as atividades mais complexas.

§ 3º Os aprendizes receberão aula de educação de base e de cidadania e incentivo à educação formal, com convênios com escolas públicas e privadas, como também por educadores contratados especificamente.

§ 4º Os aprendizes deverão ter significativo tempo dedicado ao convívio social, com aulas de música, de dança, de meditação, de yoga, de tai chi chuan e de esportes.

Art. 5º. A comunidade que for assistida pela Organização Nacional de Inclusão Social deve contar com atendimento público de escolas, posto de saúde, creche, biblioteca, espaço de esportes, convívio social, lazer e delegacia.

Parte-se da ideia de que, se cuidamos de uma comunidade, de um bolsão de pobreza e resgatamos esse bolsão de pobreza, quem faz um faz mil; se cuidamos de um com perfeição, podemos cuidar de mil outros da mesma forma.

Art. 6º. A Organização Nacional de Inclusão Social, através dos Núcleos de Inclusão Social reconhecidos, cuidará de, em relação aos interessados, capacitar profissional, educacional e socialmente e, durante o período de capacitação, considerar uma Bolsa Capacitação condicionada à frequência e ao esforço.

Art. 7º. Concluído o período de capacitação, a Organização Nacional de Inclusão Social organizará os capacitados em empresas de inclusão social em um sistema de economia solidária especialmente protegido, não havendo separação entre a propriedade e o trabalho. Todos os que trabalham na empresa são donos da empresa por igual. Cada um tem a mesma parte no capital e, portanto, os mesmos direitos de decisão.

Ou seja, é dentro do sistema de economias solidárias. E isso é essencial, porque não adianta capacitar as pessoas e, depois, deixá-las soltas para baterem na porta do mercado para arranjarem função. Isso pode ser ajudado – que tenham empregos –, mas é essencial que eles possam ser organizados para, de uma forma conjunta e apoiada, protegida pelo Estado, poderem ter a sua energia, o seu trabalho direcionado.

Art. 8º. A Organização Nacional de Inclusão Social buscará garantir a inclusão dos novos profissionais em atividades econômicas, oferecendo apoio para serem contratados como empregados, apoiando a constituição de pequenas empresas e garantindo aos que assim quiserem apoio para se organizarem em empresas de inclusão social de economia solidária protegida.

Estamos quase acabando.

Art. 9º. A Organização Nacional de Inclusão Social cuidará de:

- atuar para que os serviços e produtos das empresas de inclusão social encontrem mercado; (...)

Porque nós temos cooperativas que até funcionam bem, mas depois não conseguem ter saída do seu produto.

Prossigo:

(...)

- apoiar as negociações públicas e privadas de produtos e serviços;

- incluir as empresas de inclusão social nas licitações públicas;

- exercer uma ampla fiscalização para que nenhuma empresa de inclusão social se desvirtue;

- garantir aos integrantes das empresas de inclusão social que recebam resultados condignos pelo seu trabalho, assegurados os direitos mínimos previstos na legislação trabalhista;

- comprar e encomendar produtos e serviços produzidos pelas empresas de inclusão social, pagando valores justos e condignos e não permitindo a interferência de atravessadores.

Art. 10. A Organização Nacional de Inclusão Social cuidará de que todos os integrantes das empresas de inclusão social recebam todos os direitos deferidos aos trabalhadores, como Previdência Social também.

Será prioridade nas obras públicas a contratação das empresas de inclusão social, assim, por exemplo,

se o Estado vai fazer casas populares, ele tem que privilegiar as empresas formadas por esses trabalhadores que se capacitaram, e não grandes empresas privadas.

Serão concedidos benefícios especiais às empresas que queiram demandar serviços das empresas de inclusão social.

A organização social cuidará da existência de um sistema de fiscalização para o cumprimento da presente lei.

A Organização Nacional de Inclusão Social estabelecerá parcerias, convênios, contratações públicas e privadas para o aprendizado através dos lucros de inclusão social.

A presente lei será regulamentada no prazo de 90 dias.

Revogam-se as disposições em contrário.

Ou seja, entendeu-se que a Comissão poderia apresentar uma lei básica, deixando espaço para sua regulamentação.

Há uma ideia que está presente na nossa mente, tendo em vista alguns valores. Primeiro, que a ONU declarou 2012 o Ano Internacional das Cooperativas. Isso é um dado importante para verificar como existe um apoio; de que o art. 174, § 2º, da Constituição Federal, que rege os princípios gerais da atividade econômica, disciplina que, como agente normativo e regulador da atividade econômica, ele determina que o Estado apoiará e estimulará, na forma da lei, o cooperativo e outras formas de associativismo. Só que nós estamos usando a expressão de empresas de economia solidária para distinguir que elas são empresas especialmente protegidas pelo Estado porque elas se tratam daquelas classes mais pobres, mais vulneráveis e que foram tratadas para que elas possam ter sua elevação. E, finalmente, de que, se a Comissão considerar adequado, tendo em vista a urgência para que nesse período de mandato nós possamos ter realmente efetivada essa erradicação da miséria, que recomende uma medida provisória ao Governo Federal por meio de um modelo que seja aprovado pela Comissão.

Passo formalmente ao nosso Presidente Paulo Paim, colocando que não só o Movimento Brasil sem Pobreza como a nossa ONG União Planetária, que é uma Oscip também, estão à inteira disposição desta Comissão e à inteira disposição do Governo Federal. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos para os encaminhamentos.

Primeiro, quero dizer, Ulisses, que recebo o projeto, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e já anuncio que vou indicar o Senador Pedro Simon para ser o Relator desse projeto. O Senador Pedro Simon tem-se dedicado muito a esta Comissão, e tenho certeza de que ele gostaria de relatar a matéria.

Ao mesmo tempo, também anuncio que nós, por iniciativa do Senador Wellington, meu amigo Eurípedes, vamos criar uma subcomissão temporária exatamente para discutir a questão do combate à pobreza, e o Senador Simon faz parte dessa comissão. Então, já o indico como Relator.

Quero também, para concluir os encaminhamentos, dizer que achei muito interessante a ideia do observatório. Vamos integrar-nos nessa ideia do observatório, vamos encaminhar, e o Selvino pode nos ajudar nessa boa vontade dos membros da Comissão de ter uma audiência com a Presidenta Dilma e naturalmente com a Ministra correspondente à pasta e também com o Gilberto Carvalho. Acho também que temos que ter um olhar muito carinhoso, muito respeitoso e diferenciado, de fato, na questão do meio ambiente. Por isso, o Senador Sérgio Petecão pediu um olhar diferenciado para a Amazônia. Tudo isso, vamos tratar no debate sobre a matéria.

Enfim, agradeço muito, Ulisses, porque entendo que a audiência pública, além de dar visibilidade – ficamos praticamente ao vivo das 9 horas da manhã até agora, falando para o Brasil todo, e esse tema vai novamente ao ar, porque é gravado – a audiência pública tem este objetivo: estabelecer uma conversa direta com a sociedade brasileira. Com certeza, um ou dois milhões de pessoas assistem a uma audiência pública como esta.

Por outro lado ainda, na legislação participativa, há a iniciativa dos projetos. Esta é uma proposta concreta, que passa a tramitar no Senado da República como forma de combater a miséria, a fome e a pobreza.

Quero só dizer a todos os nossos convidados, ao Ministro Coordenador-Geral de Ações Internacionais de Combate a Fome do Ministério das Relações Exteriores, Dr. Milton Rondó Filho, a nossa alegria de ouvir aqui a sua exposição, que, com certeza, contribuiu muito para nós. Todos os membros da Comissão vão receber uma cópia desta fita.

Quero dizer também ao Dr. Helder Mutéia, que fez uma brilhante explanação aqui, representante da FAO, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, os dados e as informações, todas já estão aqui e todos os Senadores vão tomar conhecimento.

Quero agradecer ao Selvino Heck. Selvino Heck que trabalhou com Frei Betto, depois substituiu o Frei Betto e até hoje está na Secretaria-Geral da Presidência da República, agora mais diretamente com o Ministro Gilberto Carvalho, que aqui deixou muito claro

o seu ponto de vista, da importância das políticas do Governo de combate à fome e à miséria.

Eu acho que falei umas dez vezes no seu nome aqui, hoje. Eu vou lhe dar a palavra, porque disse que você é o Presidente da Subcomissão temporária. Eu o indiquei como Presidente da Subcomissão temporária – claro que será votado agora –, o Simon fortaleceu muito essa idéia e o Simon vai fazer parte dessa Subcomissão do Ulisses Riedel, que vai na mesma linha da sua inciativa, e inclusive ele gostaria de relatar.

E aí, Senador Wellington, foi aqui pedido também uma audiência, inclusive, com a Presidenta Dilma, para mostrar a disposição desta Comissão, que, por iniciativa de V. Exª, cria uma subcomissão temporária para ajudar neste tema: combate à fome e à miséria.

Então, é muito bom a sua presença aqui. Se quiser fazer uso da palavra, como provável Presidente da Subcomissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero só agradecer ao nosso Presidente e a todos os nossos convidados também e dizer que é um prazer grande.

Infelizmente, estava relatando ali em outra Comissão e me atrasei, mas a nossa equipe estava acompanhando aqui e, com certeza, nós temos uma grande tarefa. De um lado, buscar contribuir para este grande desafio do Brasil: a erradicação da miséria, a redução da pobreza, e, com certeza, o nosso Presidente Paulo Paim está nos comandando para essa importante missão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só dei o primeiro passo, agora é com você, que é o autor de criar a subcomissão especial. *(Palmas.)*

Parabéns a V. Exª.

Assim nós terminamos esta audiência pública. Ela cumpriu todos os seus objetivos. Eu, particularmente, fiquei muito feliz em participar deste momento, que é um momento histórico para todos nós aqui, pela grandeza do tema. Nós sabemos que a fome e a miséria estão na favela, estão nos quilombos, enfim estão na periferia das cidades, estão entre os povos indígenas. Ninguém tem dúvida de que atingem de forma muito forte a comunidade negra, aqui no Brasil e também em outras partes do mundo. Atingem brancos, ciganos, enfim todos aqueles que estão nesta situação chamada de vulnerabilidade.

Por isso, encerro esta audiência pública, cumprimentando todos, os nossos convidados que ficaram aqui, pacientemente, desde as nove horas da manhã, participando de forma indireta, mas direta porque estavam no plenário, deste momento tão importante para todos nós.

Tenho certeza de que este movimento, Senador Wellington, terá, por tudo que ouvimos, inclusive pelos representantes do nosso Governo, uma atenção especial por parte da Presidenta Dilma, mas ainda quero dizer que a Senadora Marinor havia dito para mim que iria às Comissões, mas que voltaria para fazer um depoimento. V. Exª chegou na hora em que eu ia dizer: está encerrada a reunião. Não está encerrada e V. Exª está com a palavra. Nós queremos ouvir V. Exª com uma saudação aqui para o tema: combate à fome e à pobreza.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bomdia. Realmente esses horários de Comissões estão nos deixando sem muita possibilidade de participar com a qualidade necessária em debates tão importantes como este.

Eu queria pedir desculpa porque estou na Comissão de Educação, estamos em via de definir relatorias e acompanhamento do Plano Nacional de Educação, que está vindo para cá. Tem o Presidente do banco Central na CAE, que é outra Comissão de que eu participo. Infelizmente, acabei vindo numa correria muito grande para cá.

Quero saudar a presença dos representantes do Governo que se encontram aqui. Selvino, fazia muito tempo que eu não encontrava V. Sª, desde a época em que eu estava no PT.

Quero levantar aqui uma preocupação, Senador Paim. O que é que tem caracterizado a pobreza no Brasil? Eu passei esse final de semana, como muitos outros que tenho passado, no interior do Pará, numa cidade chamada Barcarena, onde tem um polo industrial que há 30 anos vem degradando a vida das pessoas que moram naquela região, que, como outras, migraram para lá em função dos ditos grandes projetos da Amazônia. Há 30 anos, essas famílias estão absolutamente, como dizia minha querida mãe, dona Júlia, à míngua, sem a possibilidade de ter ar para respirar, porque até a qualidade do ar, comprovada agora nos últimos laudos, está absolutamente insustentável.

Hoje é o Dia Mundial da Água e eu pretendo fazer um pronunciamento. A qualidade da água dessas pessoas também não está condizente com a necessidade, com a potabilidade mínima necessária. Eu fiquei absolutamente chocada. Nunca mais, mesmo vivendo no meio do povo pobre, andando nas periferias do meu Estado, pela Ilha do Marajó, no baixo e médio Amazonas e Tapajós, na região do Xingu, tinha me chocado tanto – são várias comunidades ali – de encontrar uma população absolutamente desdentada, Senador Paim, famílias inteiras. Não é como a gente encontra no meio do povo um ou outro com a precariedade na arcada dentária, com cáries. Não, é uma comunidade

inteira com a pele escamada, como se fossem bichos, por conta da poluição, por conta do abandono.

Então, o que é de fato a política de Governo para o enfrentamento dessas questões? Todo mundo sabe disso. Os relatórios têm sido feitos pelas organizações não governamentais, os governos estaduais sabem disso.

Recentemente, a Governadora Ana Júlia, que foi uma companheira da minha época do Partido dos Trabalhadores, Governadora por quatro anos, sabendo dessa situação – essas famílias estão para ser remanejadas de lá –, e não há uma única iniciativa.

Estou entrando com um pedido, Senador Paim, estou enviando relatórios, essas análises técnicas, porque para mim é a barbárie. Ali não existe vida mais, não é mais qualidade de vida. É a síntese da síntese da miséria e da pobreza, do abandono. Estou enviando os relatórios agora para a OEA, estou pedindo, mais uma vez, providências à Comissão de Direitos Humanos da Presidência. Vou trazer o relatório para cá, para que a gente tome as devidas providências, inclusive pedir uma comissão, com a participação do Governo Federal, naquela região. A visão de que combater pobreza, combater miséria, resulta em bolsa família... pode ter quantas bolsas famílias enviadas para aquela região que não vai ajudar a enfrentar o problema da pobreza naquela região, porque ali não há mais condição de vida, e o Governo continua liberando licenças ambientais, a Vale continua mandando o resto dos minérios para lá, o solo continua... As plantas ali não dão mais flores, não dão mais frutos.

Eu queria apelar a Vossas Senhorias que coloquem, nas pautas dos Ministérios e das Secretarias que Vossas Senhorias participam, os problemas relacionados ao polo industrial da cidade de Barcarena, no Estado do Pará, que é na região metropolitana, a menos de uma hora, pela estrada, e a menos de uma hora, por balsa, seguida de estrada.

Aproveito esse momento, por isso fiz questão de voltar, porque é uma situação absolutamente, não sei, atípica. Mas, dentro da pobreza, da miséria, da fome, da violência, da vulnerabilidade social que o povo brasileiro está, sempre tem uma situação pior que a outra.

Acho que essa é uma situação de precariedade absoluta, e quero aproveitar o momento para chamar a atenção e pedir as devidas providências.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só quero informar também a todos que os indicados para as quatro subcomissões solicitadas, de forma muito unilateral minha, já podem providenciar, porque nós poderíamos eleger, já nesta semana, os membros das comissões. A Senadora Ana Rita pediu que ela gostaria de coordenar, e vamos eleger os membros, a comissão das mulheres. O Senador Wellington foi indicado, mediante requerimento que também encaminhou, para a de política de combate à fome e à miséria. O Senador Cristovam, por indicação do Senador José Nery, ele ficaria, por indicação nossa, presidindo a comissão de trabalho escravo. E a Senadora Marinor, a da criança, juventude, idoso, adolescente. Então, estão todos indicados, e claro que agora passa por um processo de votação.

Ainda quero ainda confirmar que, mediante a última audiência pública que tivemos na semana passada, ficou acertado que as audiências públicas serão na segunda-feira ou na terça-feira, de acordo com a vontade de cada Parlamentar; e as deliberativas, nas quintas-feiras, às nove da manhã. Nas segundas, às dez horas, e nas terças, às nove.

Também faço questão de esclarecer que encaminhei uma série de requerimentos para a comissão começar a andar. Mas qualquer Senador pode fazê-lo. Inclusive requerimento idêntico ao que apresentei terá prioridade. O meu papel como Presidente é dar o primeiro passo. Então, qualquer Senador que entender que tem um requerimento semelhante ou idêntico apresente-o, porque o dele é que será encaminhado, ele será o autor dessa audiência pública.

Quero dizer também que, entre os temas – só para encerrar esta reunião – que levantamos, está a ação pela igualdade da pessoa e a luta contra qualquer tipo de preconceito. A intenção nossa é fazer, na próxima segunda-feira – porque a Cpir completa oito anos de vida, um belo trabalho de iniciativa do Presidente Lula –, às dez horas da manhã, para ficar dentro do mês de março – lembrar que 21 de março é o Dia Internacional da Luta contra os Preconceitos –, uma audiência aqui para ouvir os ex-Presidentes da Seppir e a Ministra ou o seu representante.

Depois, avançaríamos numa área em que V. Exª, Senador Wellington, trabalha muito, na ampliação dos direitos das pessoas com deficiência. Mas não tem nada marcado. Aí nós vamos fazer, quem sabe, em sintonia com a própria subcomissão que o Senador do Rio de Janeiro vai presidir lá na Comissão de Assuntos Sociais, Senador Lindbergh Farias, poderíamos fazer um trabalho em conjunto com ele.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Presidente, é sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Estou apresentando aqui, para ver se fazemos em conjunto, inclusive, com a Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos ter agora a semana em que se comemora o Dia Internacional do Autismo. Eu acho que poderia ser a oportunidade para fazermos um evento sobre esse e outros itens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor entra com o requerimento, e a gente aprova na quinta já.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Correto. E vamos estar trabalhando com... A gente podia aprovar para poder tratar juntos agora em abril. E a outra: estou tratando com os que estão ficando dessa área de erradicação da miséria, para podermos fazer um cronograma e trabalharmos em conjunto com as diferentes áreas governamentais e não governamentais que atuam nesse caminho. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O nosso convidado, Sr. Selvino Heck, queria fazer uma rápida consideração.

O SR. SELVINO HECK – Meu caro amigo e companheiro, Senador Wellington, que eu encontrava sempre como governador lá no Piauí, minha cara Senadora Marinor, companheira, quero dizer que me comprometo, como membro do Governo, a ver os caminhos, os setores, os órgãos do Governo que possam interferir ou tomar providências sobre os problemas que a senhora, Senadora, relatou aqui. A senhora encaminha diretamente a mim ou a Comissão, em nome da Senadora, encaminha. Vamos ver quais os caminhos: se é para discutir no Consea, se é para discutir com o ministério "a", "b" ou "c" ou mais de um ministério. Vamos enfrentar esse tipo de situação. Eu faço parte do Consea. Nós tínhamos uma série de problemas específicos no Nordeste reiteradamente, como o beribéri e outros. E fomos enfrentando concretamente. Acho que essa é uma situação que alguém tem que enfrentar concretamente. O apoio aqui da Comissão seguramente vai contribuir para que a gente possa, se não resolver, pelo menos ver alguma solução, caminhos para enfrentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Caminhos para a solução.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Presidente, só para…

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode interagir. Não tem problema.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mesmo compreendendo sua preocupação e entendendo que está correto o argumento da ida de... Acho que teria que haver pessoas de diferentes áreas. Pelo que entendi aqui, tem a parte ambiental, tem a parte da miséria relacionada com a área da mineração...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – V. Exª me permita. Há uma indicação já, a comunidade já está pedindo para ser remanejada de lá. Havia uma iniciativa de formação de um grupo de trabalho entre os Governos e a sociedade civil. Ontem entreguei em mão do Governador do Estado, para que ele tome providência para reativar, chamar os ministérios, chamar os órgãos estaduais que interagem com esse debate, inclusive com a necessidade de remanejamento dessas famílias. Elas têm que sair de lá de qualquer jeito. As pessoas estão morrendo. Há relatos graves já de mortes por poluição, seja poluição sonora, seja por causa da fuligem preta ou da branca. Está confirmado o quanto elas estão fazendo mal para a saúde daquelas pessoas. É uma questão, na minha opinião, de calamidade pública.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, Presidente, só para concluir aqui o raciocínio, quero dizer duas coisas. Uma delas é que entendo que, enquanto essas coisas não acontecem, sou defensor do Bolsa Família e de outras políticas. A segunda é para também reconhecer. Lembro-me, quando era governador, do debate que a ex-governadora Ana Júlia travava lá no Estado. É um ponto que temos. Você é governador de Estado e tem áreas, como é o caso dessa área de exploração mineral, mas não tem poder nenhum de intervenção. Mas quero aqui ressaltar que sou testemunha das preocupações da Governadora não só com essa cidade, mas outros do Pará que estavam em situação semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Quero concluir agora. Agradeço a todos pelas exposições muito claras aqui e as explicações dadas. Nós vamos trabalhar inclusive no meio ambiente na ótica dos direitos humanos. Crianças e adolescentes já falamos aqui.

Só uma correção: a Senadora Angela Portela é que vai coordenar a comissão das mulheres.

No combate a drogas, já discutimos, vamos também interagir com outras comissões.

Do trabalho escravo, já falamos.

Quanto à comissão da verdade, queremos fazer uma comissão mista com Comissão de Direitos Humanos da Câmara, integrada com a Secretaria de Direitos Humanos. A Ministra Maria do Rosário esteve aqui e fez um belo um depoimento nesse sentido.

Queremos também interagir com a dignidade e o direito do consumidor; direito do consumidor, dignidade da pessoa humana; maior autonomia na realização de diligências, já temos duas diligências já solicitadas; um cuidado carinhoso e especial com os povos indígenas, com os quilombolas; a situação dos haitianos nós já falamos aqui; sistema prisional, dignidade de presos – vai ter menos policiais; nós levantamos tam-

bém aqui a qualidade de vida, salarial e condições de trabalho dos policiais, olhar pelos dois ângulos; valorização dos idosos e aposentados nós já falamos; política de combate à fome. Enfim, é mais ou menos um resumão do trabalho que pretendemos fazer aqui nesta Comissão.

Enfim, agradeço...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora aqui fala sempre. Enquanto eu não encerrar V. Exª terá direito à palavra sempre.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não gostaria de sair daqui sem antes fazer um convite, já que ainda estamos na pauta da Comissão de Direitos Humanos, para o lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, no dia 29, às 14 horas, no Auditório Petrônio Portella, no Senado.

E aproveitar para também me solidarizar com o companheiro de Bancada aqui no Congresso, Deputado Jean Wyllys, que esta semana foi ameaçado de morte, através do *twitter,* tem matéria hoje no *Jornal do Brasil* e em outros jornais, dando conta das ameaças que foram feitas ao Jean, exatamente por estar conosco na coordenação da Frente Parlamentar Mista pela cidadania LGBT. Quero aqui lamentar o comportamento homofóbico, repudiar o comportamento homofóbico e vamos também, por meio dessa comissão, pedir providências no sentido de apurar este comportamento, esta ameaça, porque é ameaça de morte, e nós sabemos quantas pessoas têm sido vítimas no Brasil pelo crime de homofobia. Não podemos deixar de registrar essa questão e prestar total solidariedade ao companheiro Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conte conosco . Essa é a sua posição e a posição também desta Comissão.

Quero dizer que chegou à mesa sugestão para a realização de audiência pública para debater o câncer de mama, até porque teremos uma conferência nacional aqui em Brasília, e a faremos no dia que antecede a conferência.

Também me chegou aqui uma solicitação para que eu faça uma audiência pública para debater a questão dos trabalhadores experientes, até porque tenho um projeto neste sentido. O cidadão nos mostrou e nos provou; criaram uma entidade a nível nacional, que eles, com mais de 45 anos, são considerados com idade ultrapassada, por muitas empresas, e acabam não tendo acesso ao emprego. Faremos esse debate aqui sobre a situação da empregabilidade dos trabalhadores chamados "experientes".

Por fim, me chegou também uma sugestão, nós vamos encaminhar, claro que não vai ser hoje, mas na próxima quinta feira, os movimentos sociais querem discutir também a reforma política sob a ótica dos direitos humanos.

Com essas informações eu encerro a presente reunião, agradecendo a todos.

Está encerrada a audiência. Obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 12h49min.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às nove horas e cinco minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Francisco Dornelles,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Collor, Gim Argello, José Agripino, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Ricardo Ferraço e Mozarildo Cavalcanti.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião informando que a mesma destina-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para o biênio 2011/2012. O Presidente inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. O Presidente designa os Senadores **Vital de Rego** e **Ana Amélia** para, como escrutinadores, procederem à apuração dos votos. O Presidente encerra o processo de votação e proclama o resultado que elege o Senador **Fernando Collor** como o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Senador **Cristovam Buarque** como Vice-Presidente, com quinze votos "Sim" e uma abstenção. O Senador **Fernando Collor** assume a Presidência, faz seu pronunciamento agradecendo a confiança e convoca os Senadores para a 2ª Reunião, Extraordinária, a ser realizada imediatamente após o termino desta reunião. O Presidente

eleito, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às nove horas e quarenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da presente reunião. – Senador **Fernando Collor,** Presidente. – Senador **Francisco Dornelles ,** Presidente (art. 88, § 1º RISF).

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional.

(Interrupção da gravação.)

Diante da ausência justificada do Senador Pedro Simon, que me ligou ontem, esclareço ao plenário, nos termos do art. 88 do Regimento Interno, tomei a liberdade de convocar esta reunião, que tenho a honra de presidir, por solicitação do Senador Pedro Simon.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Fernando Collor; para Vice-Presidente, Senador Cristovam Buarque.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação em escrutínio secreto.

A Presidência vai proceder à chamada das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, obedecidas as composições partidárias, para que exerçam seu voto.

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Senador Jarbas Vasconcellos. *(Pausa.)*

Presidente Fernando Collor. *(Pausa.)*

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Apenas para justificar a ausência do Senador Cristovam Buarque, que está se recuperando de uma cirurgia. Assim que estiver reabilitado, ele estará presente às sessões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Muito obrigado. Peço constar em Ata.

Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Senador João Pedro. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador Lobão Filho. *(Pausa.)*

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. PP – RJ) – Senador Aníbal Diniz. (*Pausa.*)

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, como mais de 80% dos eleitores já votaram e considerando que alguns Senadores, como o Líder Acir Gurgacz, precisam sair tendo em vista que está havendo eleição na Comissão de Agricultura neste momento, eu pediria a V. Exª que desse estabelecesse que o final da votação ocorrerá até 9h40min e começasse a apuração. Hoje o Senado tem de fazer várias eleições nas Comissões. Muitos Senadores já estão em outras Comissões.

Neste momento, quero agradecer a todos, principalmente ao Presidente Francisco Dornelles.

Desde a reunião do Colégio de Líderes, o Líder Acir Gurgacz, o Líder Renan Calheiros, o Líder Humberto Costa e os demais Líderes entenderam a importância de ter um petebista da grandeza do Presidente Collor à frente desta Comissão.

Então, Presidente Collor, é motivo de muita alegria para o nosso Partido ter o senhor e o Vice, Cristovam Buarque, outro trabalhista, na condição de Vice-Presidente desta Comissão, mas o Partido Trabalhista queria aqui agradecer penhoradamente ao Presidente e ao Líder, Francisco Dornelles, porque durante todo esse processo nas comissões nós sempre podemos contar com a participação do Colégio de Líderes. E hoje é um fato muito importante para o Partido Trabalhista Brasileiro, porque nós temos hoje à frente desta Comissão um ex-Presidente deste País, alguém que demonstrou conhecimento, tarimba, experiência e capacidade já à frente da Comissão de Infraestrutura e à frente do País. E agora temos certeza, Presidente Collor, que o senhor vai desenvolver um grande trabalho á frente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. PP – RJ) – ... Senador Gim Argello de encerrar o processo de votação, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Encerrada a votação, convido os Srs. Senadores João Pedro e Ana Amélia para serem escrutinadores. (Pausa.)

Convido o Senador Vital do Rego. (Pausa.)

Terminada a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: 15 votos SIM e nenhuma abstenção.

Estão eleitos, assim, para Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores o Senador Fernando Collor e o Senador Cristovam Buarque.

Convido o Senador Fernando Collor a ocupar o seu lugar na Presidência da Comissão. (Palmas.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Exmº Sr. Senador Ministro Francisco Dornelles, Exmºs Srªs e Srs. Senadores, demais presentes, é com grande satisfação e orgulho que assumo a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República, sem dúvida uma tradicional, relevante e essencial instância temática desta Casa, cuja natureza de seu papel e atribuições a ela inerentes sempre dignificaram o Parlamento brasileiro.

Agradeço a todas as Srªs Senadoras e a todos os Srs. Senadores membros desta Comissão, que, com sua presença e seu voto, me concedem a honra e a confiança de poder desempenhar a coordenação de nossas atividades pelos próximos dois anos.

Tenho certeza de que o mesmo agradecimento e as mesmas palavras posso proferir em nome do nosso Vice-Presidente eleito, Senador Cristovam Buarque, que, infelizmente, não pôde estar presente hoje aqui neste momento. A ele, com o qual terei o prazer e a responsabilidade de dividir as atribuições da Presidência, desejo um pronto restabelecimento e o mais breve retorno ao Senado.

Gostaria também de agradecer ao Líder do meu Partido, Senador Gim Argello, pela indicação de meu nome para exercer este mandato de Presidente; e ao Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, pela efetiva participação, que viabilizou este ato.

Aos Senadores companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro, agradeço igualmente pela concordância desta indicação e pelo apoio recebido durante todo o processo inicial desta 54ª Legislatura.

Do mesmo modo, estendo o meu muito obrigado aos demais Líderes partidários que também viabilizaram esse pleito e, particularmente, ao Senador Ministro Francisco Dornelles pela condução desta primeira reunião.

Espero, assim, poder atender às expectativas no sentido de fazer uma boa e profícua gestão frente à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a qual, estou certo, poderei contar com a dedicação, o companheirismo e a compreensão de V. Exªs.

Muito obrigado a todos.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa 2ª Reunião Extraordinária para 30 segundos após o encerramos desta.

Está encerrada a reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Se me permite... Bom, então, na abertura da próxima...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Suplicy.

(Levanta-se a Reunião às 9h42min)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 43 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Gim Argello, José Agripino, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Acir Gurgacz, Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**; e presença do Senador não-membro **Magno Malta.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente faz a leitura do **Item 1** – **Ato nº 1, de 2011 – CRE,** de autoria do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que "*disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*"; do **Item 2** – **Ato nº 2, de 2011 – CRE,** de autoria do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que "*disciplina as datas e horários das reuniões da comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional";* e do **Item 3** – **Ato nº 3, de 2011 – CRE,** de autoria do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que "*disciplina os procedimentos a serem observados nas audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional."* Ao final da discussão o Presidente concede vista coletiva dos Atos 1, 2 e 3 de 2011 – CRE. Em seguida, a Presidência solicita o envio de sugestões para a Secretaria da Comissão. O Presidente convoca os membros da Comissão para a 3ª Reunião, Extraordinária, a ser realizada no dia primeiro de março de dois mil e onze, terça-feira, às nove horas, e também para a 4ª Reunião, Ordinária, a ser realizada no dia três de março de dois mil e onze, quinta-feira, às dez horas. No decorrer da Reunião, fi-

zeram uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy, Vital do Rego, Antonio Carlos Valadares, Aloysio Nunes Ferreira, Marcelo Crivella, Lobão Filho, Randolfe Rodrigues** e **Aníbal Diniz.** Nada mais havendo a tratar, o Senador **Fernando Collor** encerra a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, com a íntegra das Notas Taquigráficas. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 38ª Reunião Extraordinária, realizada dia 15 de dezembro de 2010, e da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião, Srªs e Srs. Senadores, tem por finalidade discutir e votar os Atos nº 1, 2 e 3, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Inicialmente, gostaria de esclarecer que a proposta de aprovação de três atos internos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional objetiva principalmente dar um melhor ordenamento nas atividades e reuniões da Comissão à medida que todos eles versam sobre temas e procedimentos que, eventualmente, no processo político inerente a esta Casa, podem vir a retardar o curso normal dos trabalhos e das tomadas de decisão ou mesmo gerar dúvidas quanto à correta interpretação e aplicação regimental. Ou seja, a intenção maior é dar celeridade às nossas atividades, mas com a devida correção e ordenamento a toda e qualquer conduta em relação às regras legislativas.

Assim, o primeiro ato disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito desta Comissão. Vale frisar que, neste caso, norma equivalente já foi aprovada com bastante êxito na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O segundo Ato visa não só consolidar as datas e horários das reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, conforme previsão regimental, mas também disciplinar procedimentos básicos em relação à expedição da pauta e à inclusão como extrapauta de proposições e matérias em geral.

O terceiro e último Ato proposto visa dar um ordenamento na condução das audiências públicas na Comissão e, em especial, naquelas que se referem a um ciclo de debates que pretendo, mediante audiência de V. Exªs, promover ao longo do biênio.

Por fim, gostaria ainda de dar conhecimento de um documento denominado Normas e Procedimentos Internos, que visa ordenar as atividades administrativas e internas da Comissão, com enfoque na relação com a Secretaria, com a Consultoria do Senado e demais assessores e servidores que aqui trabalham.

Para um melhor entendimento das medidas aqui sugeridas, passo à leitura de cada um dos Atos para posterior deliberação, bem como das normas e procedimentos internos para o devido conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores membros desta Comissão.

"Ato nº 1, de 2011.

Disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal resolve:

Art. 1º Os candidatos a Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente serão submetidos a arguição desta Comissão em sessão secreta, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal combinado com os arts. 116, III, e parágrafos e mais o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, mediante o atendimento das seguintes exigências:

I – apresentação de *curriculum vitae* de que constem:

a) atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;

b) a relação das publicações de sua autoria com as referências bibliográficas que permitam a sua recuperação;

c) demais informações relacionadas à experiência profissional do candidato.

II – relatório produzido pelo Ministério das Relações Exteriores com informações sobre o Estado ou Organização Internacional para o qual o candidato foi indicado.

Parágrafo Único. Além das informações referidas no inciso II, o relatório do Ministério deverá conter cópia dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado ou organização internacional, bem como os contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes a perdão de dívidas ou renúncia fiscal.

Art. 2º As demais autoridades deverão ser submetidas a arguição desta Comissão, nos termos da lei, conforme disciplina o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, mediante o atendimento das seguintes exigências:

I – apresentação de *curriculum vitae* de que constem:

a) atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;

b) a relação das publicações de sua autoria com as referências bibliográficas que permitam a sua recuperação;

II – apresentação de declaração do indicado:

a) de que existem parentes seus que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

b) de que ele participa ou participou como sócio-proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

c) de regularização fiscal no âmbito federal, estadual e municipal;

d) de ações judiciais, seja como autor ou réu, com a indicação atualizada da tramitação processual;

e) de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras nos quais tenha atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação;

III – argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

§ 1º A resposta negativa às hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do inciso I do art. 1º deverá ser declarada por escrito.

§ 2º A declaração de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 1º deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Art. 3º A avaliação do indicado será feita em duas etapas."

Isso em relação à avaliação, no caso, dos senhores embaixadores e de outras autoridades que estiverem submetidas às sabatinas aqui, na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

E aí vai uma mudança para a qual peço a atenção dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

"A avaliação do indicado será feita em duas etapas. Na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais.

Na primeira etapa, o relator poderá discutir com os membros da Comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, o relatório será votado.

§ 1º Não será exigida a presença do indicado na primeira etapa, ou seja, quando da leitura do relatório do Senador ou Senadora responsável pela sua elaboração.

§ 2º Será concedida automaticamente vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa.

§ 3º Haverá um intervalo máximo de duas reuniões entre a primeira e a segunda etapa.

§ 4º Excepcionalmente e ouvido o plenário da Comissão, o Presidente poderá determinar o início do processo de votação do relatório antes do final da arguição do indicado.

§ 5º As demais autoridades a que se referem o art. 2º deste ato poderão ser arguidas em reunião secreta por decisão do Presidente da Comissão.

§ 6º A arguição do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, dar-se-á, sempre que possível, em sessão secreta.

Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2011."

Gostaria de colocar à apreciação de V. Exªs o teor do Ato nº 1.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª pela eleição, assim como o Senador Cristovam Buarque, eleito para Vice-Presidente. Ambos têm uma grande vivência na nossa Comissão, uma grande contribuição, sobretudo para os temas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um conhecimento acumulado, V. Exª inclusive por ter sido Presidente da República, com um relacionamento tão significativo com os Chefes de Estado, não apenas ao tempo em que exerceu a Presidência da República. V. Exª presidiu uma das mais importantes reuniões na Eco Rio de Janeiro, a que eu próprio estive presente e pude então acompanhar o diálogo de V. Exª com todos os Chefes de Estado mais importantes do Planeta Terra na ocasião. Tenho também acompanhado o trabalho de V. Exª desde que aqui chegou e o interesse que tem tido nos temas desta Comissão para a qual agora foi eleito Presidente.

Quero lhe transmitir minha vontade de cooperar em todos os sentidos para que esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional possa estar exercendo, da melhor forma possível, nossas responsabilidades constitucionais.

O Ato nº 1 que V. Exª propõe e os dois outros constituem uma contribuição importante para os trabalhos de nossa Comissão, especificamente este que

propõe um melhor disciplinamento das argüições das autoridades designadas pelo Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores para exercerem relações diplomáticas pelo Brasil. É um dos pontos altos do nosso trabalho e também da vida dos diplomatas brasileiros. Todos eles quando aqui chegam dizem que se trata de um dos momentos mais importantes da sua vida de diplomata. É também um momento alto em que esta Comissão proporciona, sobretudo pela TV Senado e pela Rádio Senado, a oportunidade de brasileiros acompanharem tudo que se passa no Brasil no relacionamento com outros países e com as nossas autoridades diplomáticas.

Observo aqui neste Ato nº 1 que V. Exª. traz inovações importantes. Creio, Sr. Presidente, que algumas dessas proposições merecem algumas reflexões de todos nós, possivelmente até com bastante cuidado, uma troca de idéias. Talvez fosse prudente, por isso gostaria de sugerir, creio que não haverá prejuízo maior se V. Exª puder, porque estamos recebendo agora o teor da matéria e quem sabe possamos todos nós examinarmos bem, não apenas este mais os dois outros que serão apresentados para que então se algum dos Senadores tiver sugestões, ter o tempo adequado para apresentar. Faço a sugestão no sentido de que seja dado um intervalo, até a próxima reunião, numa data que V. Exª considere de bom senso para decidirmos sobre a contribuição que V. Exª oferece.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB-PB) — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB-AL) – Pela ordem o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (PMDB-PB) — Fazer minhas, Presidente, as palavras do Senador Eduardo Suplicy, no que diz respeito à oportunidade de todos nós nesta Comissão estarmos sendo dirigidos por V. Exª Ninguém melhor do que V. Exª, com a responsabilidade que tem, com a sua história, dar segmento ao belo trabalho realizado por este Comissão. Concordo, também, e renovo o apelo do Senador Suplicy para que V. Exª nos dê a oportunidade de examinar mais detidamente os argumentos, essencialmente sobre esse Ato nº 1 e o conjunto dos atos. O Ato nº 2 já se encontra em nossas mãos. Trata-se de um ato meramente formal e disciplinador das nossas reuniões. O Ato nº 1 traz inovações importantes já nesta primeira reunião tão bem conduzida por V.Exª

Era o que eu tinha a dizer, fazendo minhas as palavras do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB-AL) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) — Presidente, em primeiro lugar gostaria de felicitá-lo pela eleição, pela sua condução à Presidência desta Comissão que, tenho certeza, será dirigida com o brilhantismo que caracteriza a sua atuação aqui no Senado.

Gostaria, também, de retificar a solicitação dos Senadores que me antecederam no sentido de proporcionar aos membros desta Comissão um estudo mais aprofundado desta matéria, já que se trata de uma nova proposição visando estabelecer novos parâmetros para escolha dos Srs. Embaixadores. Eu poderia, por exemplo, apontar uma sugestão redacional ao Art. 3º do Ato nº1 . As letras A e B poderiam ser colocadas numa só redação, em vez de “a”, “b”, “c”, para que não repitamos a palavra “etapas”. E, quanto ao pedido de vista coletiva, o próprio Regimento já permite que alguns Senadores, querendo, possam ter esse direito da vista coletiva. Então, seria redundância colocar aqui nesta proposição. E assim por diante.

Gostaríamos, então, de estudar melhor, mas eu quero enfatizar, sem dúvida alguma, que há muitos anos que se escolhem embaixadores e quase que é uma escolha protocolar, sem maiores investigações sobre o indicado. V. Exª tem razão. Vamos estudar detidamente todas as indicações que forem feitas.

Agradeço a V. Exª. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu também quero felicitá-lo pela sua eleição e desejar a V. Exª uma gestão plena de êxito nestes dois anos, um trabalho profícuo, assim como ao Senador Cristovam Buarque, a quem também desejo melhoras na sua saúde.

E quero, fazendo coro aos colegas que me antecederam, em primeiro lugar, felicitá-lo pelo cuidado com que V. Exª propõe um regramento das nossas audiências para exame de indicados pelo Presidente da República para ocupar chefia de missões diplomáticas, que é – como disse o Senador Suplicy – um dos grandes momentos da vida desta Comissão e do Senado. Por isso mesmo, V. Exª está de parabéns por ter se preocupado em traçar procedimentos para que essas audiências deixem de ter o caráter – como disse o Senador Valadares – protocolar e possam realmente abordar o fundo das questões e examinar com cuidado a biografia e a aptidão de cada um dos indicados para exercer o cargo que pleiteiam e para o qual foram designados. Mas também peço a V. Exª um tempo, até a próxima sessão, para que possamos examinar mais

detidamente e eventualmente colaborarmos até para aprimorar essas iniciativas de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

A solicitação de V. Exªs, encabeçada pelo Senador Eduardo Suplicy, será atendida, e estaremos de volta, tratando dessa questão da deliberação sobre o Ato nº 1, sua aprovação ou não, na próxima reunião extraordinária, que ao final V. Exªs tomarão conhecimento será realizada já na próxima terça-feira.

Gostaria de explicar a questão das etapas particularmente ao Senador Valadares: é exatamente pelo cuidado que nós devemos ter e até pela solenidade do ato em que se transforma a sabatina de um Sr. Embaixador nesta Comissão que nós precisamos dar e seguir certa liturgia. E isso indica o cuidado que o Ato nº 1 prescreve.

Sobre a questão do Relator ao ler o seu parecer sem a presença do indicado, ele dá oportunidade a que esse relatório seja discutido e debatido à exaustão, ao talante de cada um dos Srs. e Srªs integrantes desta Comissão. E, na sessão seguinte após a leitura desse relatório, será dada automaticamente, como o próprio Senador Valadares disse, vista coletiva para os Senadores. E o indicado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República para exercer um cargo de missão diplomática será sabatinado, sem correr o constrangimento de, logo após a leitura do relatório, nos moldes anteriores, sofrer pedido de vista de qualquer um dos senhores integrantes da Comissão pelo fato de não terem tido tempo de tomar conhecimento do teor do relatório apresentado pelo seu autor. Acho que essa é uma medida importante, porque vai dar tempo a todos nós de discutir e debater o relatório apresentado e também dar ao Sr. Embaixador ou ao senhor indicado, seja para uma agência de inteligência, seja para outras instituições agora objeto das atribuições desta Comissão, a garantia de não sofrer qualquer tipo de incômodo.

Mas, sem dúvida nenhuma, agradeço a V. Exªs pelo cuidado que manifestaram na análise deste Ato nº 1. Tenho certeza absoluta de que isso somente será enriquecido com as contribuições que irão chegar neste período compreendido entre hoje e a primeira reunião extraordinária da próxima terça-feira.

Passo, então, à leitura do Ato nº 2. Se os Srs. acharem conveniente, poderemos deliberar e votar agora. Caso contrário, poderemos conceder vista.

Este é algo mais simples.

ATO Nº 2, DE 2001

Disciplina datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL resolve:

Art. 1º – De conformidade com o art. 107, inciso I, alínea "e" do regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reunir-se-á semanalmente durante a sessão legislativa ordinária, para fins deliberativos e demais atividades regimentais ordinárias que lhe competem, às quintas-feiras, impreterivelmente às dez horas.

Art. 2º – Nos termos regimentais, especialmente o art. 107, inciso II do Regimento Interno, e a critério do Presidente da Comissão poderá ser convocada reunião extraordinária em dia e hora distintos dos previstos no art. 1º, para deliberação de proposições e demais atividades de competência da Comissão.

Art. 3º – Salvo situações extraordinárias e a critério do Presidente da Comissão:

I – nenhuma reunião será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da CRE, seja enviada aos membros dois dias antes de sua realização; [todos os Srs. membros desta Comissão 48 horas antes da reunião desta Comissão terão conhecimento da pauta, que será imutável].

II – nenhuma matéria será incluída como extrapauta no dia da reunião.

Art. 4º – Esse ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2011.

Em discussão o Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Para discutir, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria também de propor que, para este Ato – aliás, para os três atos – possamos ter mais um tempo. Ressalto o art. 3º: *Salvo situações extraordinárias e a critério do Presidente da Comissão, nenhuma matéria será incluída como extrapauta no dia da reunião.*

Acontece, Sr. Presidente que, em algumas ocasiões, os atos de importância internacional ocorrem no momento. Pode ocorrer hoje. Por exemplo, o que se passa na Líbia hoje. Todos nós estamos preocupados com a notícia de que há 200, 300, 400 pessoas mortas pela artilharia de caças que foram ordenados para bombardear a praça de Trípoli, onde milhares de pessoas estavam protestando. Então, avalio que seja o sentimento de todos nós, Senadores, expressar a nossa preocupação com as liberdades democráticas na Líbia.

Que possamos todos aqui sugerir ao Sr. Muamar Kadafi que não cometa qualquer crime contra a humanidade, contra os seus próprios compatriotas. Parece que há algumas razões fortes para que o povo

da Líbia, assim como fizeram os egípcios há algumas semanas, duas ou três semanas atrás, para estarem nas ruas dizendo que é importante que lá também haja a prática da democracia. Então é possível que em algum momento situações como esta – e a critério do Presidente, sim, mas também de nós, Senadores –, possamos incluir na pauta assuntos de tamanha relevância, como por exemplo esta de hoje.

Então, acho que gostaria de propor um tempo para todos refletirmos sobre a melhor redação. Mais uma vez cumprimento pela sugestão de aperfeiçoar os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador. A situação a que V. Exª se refere é exatamente uma situação extraordinária, porque nós todos aqui esperamos que fatos como esses que estão hoje ocorrendo nessa parte do mundo não se repitam para que, a cada sessão nossa, nós tenhamos que discutir temas tão pungentes e que nos tocam a todos muito de perto, embora longínquos, mas os efeitos se fazem sentir já em todo o Planeta e também no Brasil.

Então, o novo enunciado do art. 3º: "Salvo em situações extraordinárias." Isto é uma situação extraordinária, sem dúvida nenhuma. Se fosse hoje a sessão seria o caso de se dar a possibilidade de apreciação de uma matéria tratando desse caso. Eu vou colocar, então, a pedido do Senador...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Crivella, desculpe. Bom dia.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PRB – RJ) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar V. Exª. Acompanhava a votação, eu sou suplente, e o Bloco votou em todos os presentes, eu não poderia votar em V. Exª, mas gostaria de tornar público a minha alegria de ver V. Exª numa Comissão em que um ex-presidente da República cai muito bem, pela experiência internacional, pelos enfrentamentos, pela vivência. V. Exª pode contar com o meu Partido, o PRB, em todos os momentos.

Presidente, acho que V. Exª se preocupa muito nessa resolução com os membros. Muitas vezes nós somos surpreendidos, porque as matérias entram em pauta e a gente não sabe. Então, se a gente tiver esse dispositivo realmente em vigor, nós saberemos, com dois dias de antecedência, qual será a pauta e podemos nos preparar para ela e evitar surpresas.

Acho que V. Exª foi muito feliz, está em sintonia com a prática ilesa da democracia que deve vigorar nesta Casa. Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Crivella e obrigado pela sua lembrança quanto à questão da pauta ser elaborada com 48 horas de antecedência. Realmente esta Casa, nos trabalhos das Comissões, cada um de nós já foi, seguramente, surpreendido de chegar à comissão de que faz parte e verificar que na pauta que havia sido distribuída, além do que estava lá disposto, encontra-se uma ou duas matérias que entraram extrapauta, algumas até já tendo sido votadas, contrariamente ao entendimento de cada um de nós que tenha chegado atrasado.

Por isso eu acredito que, dada a importância desta Comissão, é muito de bom alvitre que nós possamos estabelecer que essa pauta seja distribuída 48 horas antes da reunião da comissão e nenhuma matéria extrapauta possa entrar, salvo em situações extraordinárias, como a que se referiu aqui o Senador Eduardo Suplicy; para que tenhamos tranqüilidade, cada um dos senadores, sabendo que na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de quinta-feira, o que vai ser tratado é tão somente aqueles itens que constam da pauta distribuída com 48 horas de antecedência.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, antes de mais nada, quero parabenizá-lo pela assunção a esta Presidência. Acho que a presença de V. Exª nesta Comissão engrandece em muito os trabalhos desta importante Comissão do Senado.

Quanto a esse Ato nº 2, entendo inteiramente os motivos de V. Exª no sentido de tentar impedir que sejam colocados itens e matérias extrapauta. O pleno conhecimento das matérias a serem votadas é importante. Porém, acho que em determinados momento isso faz com que a Comissão perca um pouco da sua agilidade.

Sabedor de que todos os itens extrapauta a rigor precisam ser votados pelo Plenário para que façam parte da pauta, isso já obriga os Senadores pelo menos a tomarem conhecimento daquele item, não serem pegos totalmente de surpresa.

Não tenho prejuízo sobre a matéria. Eu vou sinceramente estudar este assunto para que a Comissão não perca. Eu já presenciei várias vezes reuniões de outras comissões em que as matérias extrapauta foram importantes, até para dar volume àquelas reuniões.

Então, quero estudar isso mais detalhadamente e peço, corroborando o pedido do Senador Suplicy, um tempo para poder estudar também esta questão da inclusão da extrapauta ou não nas reuniões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

Eu gostaria apenas de ratificar, Senador Lobão Filho, da importância dessa norma, porque aí está ressalvada a questão das situações extraordinárias.

O que não desejo é que os membros desta Comissão sejam pegos de surpresa, ao tomarem conhecimento de que, extrapauta, já foram aprovadas tais e tais matérias que não constavam da pauta distribuída anteriormente a cada um dos senhores membros.

Essas situações extraordinárias, V. Exª – com que tive o prazer e o privilégio de conviver na Comissão de Infraestrutura – presenciou em diversos momentos, quando havia essas situações extraordinárias, que a presidência automaticamente flexibilizou a apreciação desta ou daquela matéria.

Eu queria apenas deixar isso como uma norma para que cada um de nós tivesse a segurança de que não seria, aqui ou acolá, pego de surpresa em função de votação de matéria da qual não tem conhecimento sequer, se viria a fazer parte da pauta daquela nossa reunião.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Exª, primeiramente cumprimentar V. Exª. Tenho certeza de que, com a experiência que V. Exª tem de já ter sido Presidente da República, é a pessoa mais gabaritada e indicada para conduzir os trabalhos desta Comissão fundamental para o Senado da República, fundamental para a República, e pela função estratégica que ela tem, dentre elas a de sabatinar os senhores. Embaixadores.

Eu queria concordar com o ato normativo, com as propostas de V. Exª, em especial com a necessidade de termos a pauta com a antecedência de 48 horas. Aliás, foi em virtude de um lapso de comunicação que acabei chegando atrasado à reunião de hoje e não foi possível o meu voto estar computado, o qual confirmo agora, para que V. Exª esta Comissão.

Então, acho necessárias e pertinentes as duas questões. Primeiro, creio que o ato está claro ao dizer que questões extraordinárias, V. Exª saberá julgar e saberá aquiescer os pedidos dos membros da Comissão, para que sejam incorporadas à pauta. E, seguidamente, é fundamental essa antecedência para que nós, Senadores, possamos nos debruçar com mais dedicação aos temas da pauta que deverão ser tratados na Comissão. E a questão seguinte, V. Exª já esclareceu a data, o momento das reuniões. Eu estava checando: boa parte dos membros desta Comissão coincide participar também da Comissão de Constituição e Justiça, que é o meu caso, cuja reunião está começando agora. Eu estava preocupada que as reuniões da nossa Comissão ficassem para quarta-feira, gerando um conflito. Mas V. Exª já esclareceu: as datas das reuniões ficando pautadas para quinta-feira, creio que resolverá essa controvérsia.

Então, quero saudar e parabenizar V. Exª. Não tenho dúvida de que não poderia haver condução melhor para os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado do que ela estando sob a condução de V. Exª e do Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANÍBAL DINIZ (PT – AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, pelas suas palavras generosas. Eu agradeço.

Com a palavra o Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (PT – AC) – Presidente Collor, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela sua condução à Presidência desta Comissão. Faço minhas as palavras de todos que me antecederam no sentido de que vossa presença na Presença desta Comissão a torna ainda mais importante no cenário das relações exteriores brasileiras.

Quero propor aqui, no Ato nº 2, somente a título de aperfeiçoamento da redação: acho que o art. 1º pode, no seu *caput*, registrar "salvo situações extraordinárias", porque aí contempla-se todo o conjunto, e o § 2º passa a não ser mais necessário, porque a situação extraordinária já está contemplada no § 1º.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em primeiro lugar, muito obrigado pela sua contribuição, Senador Aníbal Diniz.

Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores, agradecendo toda a contribuição que vem sendo oferecida para o aprimoramento dos atos que aqui estão sendo lidos e colocados para deliberação desta Comissão, que todas as sugestões dos Srs. Senadores, se não fosse incômodo, fossem endereçadas à Secretaria desta Comissão para que nós pudéssemos, então, na terça-feira, quando teremos uma reunião extraordinária, para a qual estarei convocando os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, finalmente deliberar sobre os atos que aqui estão sendo lidos.

Continua em discussão o Ato nº 2 desta Comissão.

Concedido pedido de vista coletiva para todos os senhores membros também do Ato nº 2.

"Ato nº 3 da Comissão de Relações Exteriores.

Disciplina os procedimentos a serem observados nas audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional resolve:

Art. 1º De conformidade com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e os arts. 93 a 95 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional poderá realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com especialistas em temas de relevância nacional.

§ 1º As audiências públicas serão convocadas pelo Presidente da Comissão, que designará sempre expositores favoráveis e contrários à matéria objeto de exame, podendo os membros da Comissão sugerir ao Presidente nomes de especialistas no assunto.

§ 2º A fim de ampliar o conhecimento sobre a matéria, o Presidente da Comissão poderá permitir que especialistas no assunto participem dos trabalhos, na condição de formuladores de questões aos expositores, consoante os procedimentos estabelecidos no art. 2º.

Art. 2º A audiência pública, presidida pelo Presidente da Comissão, observará os seguintes procedimentos:

I – a mesa dos trabalhos será também integrada pelos expositores convidados, que se sentarão ao lado do Presidente;

II – cada expositor disporá de vinte minutos, com mais dois de tolerância, para apresentar seu depoimento;

III – a critério do Presidente da Comissão e dependendo do número de expositores, poderá ser reduzido o tempo fixado no inciso II;

IV – cada expositor entregará ao Presidente versão escrita do depoimento (Regimento Interno do Senado Federal, art. 94, *caput*);

V – encerradas as exposições, os membros da Comissão poderão interpelar os expositores exclusivamente sobre os depoimentos, por prazo de 3 (três) minutos (Regimento Interno do Senado Federal, art. 94, § 2º);

VI – os expositores terão o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhes vedados interpelar os membros da Comissão (Regimento Interno do Senado Federal, art. 94, § 3º);

VII – admitir-se-á réplica do Senador, por até 2 (dois) minutos, seguida de tréplica também de até 2 (dois) minutos para cada expositor a quem tenha sido dirigida a tréplica;

VIII – após todos os Senadores inscritos terem realizado suas arguições, os especialistas indicados pelo Presidente poderão formular questões aos expositores, pelo mesmo prazo previsto no Inciso V;

IX – os expositores terão o mesmo prazo para responder a cada especialista, após o que serão admitidas réplica e tréplica com os mesmos prazos estabelecidos no Inciso VII;

X – a critério do Presidente, após encerrados os questionamentos e respostas, poderão os expositores e especialistas apresentar comentários finais.

Art. 3º Da reunião de audiência pública será lavrada ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 23 de fevereiro de 2011.

Em discussão o Ato nº 3 desta Comissão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. ANÍBAL DINIZ (PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz, por favor.

O SR. ANÍBAL DINIZ (PT – AC) – Considerando que teremos prazo até a nossa reunião extraordinária de terça-feira para tratarmos e votarmos sobre os Atos de nº 1 e nº 2, eu proporia que da mesma forma também a gente pudesse tratar do Ato nº 3 na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – A solicitação de V. Exª está aceita.

Está, então, concedida vista coletiva também ao Ato nº 3 para os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras.

Temos, por fim, normas e procedimentos internos. Esse é para conhecimento dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras.

Normas e Procedimentos Internos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para o Biênio 2011-2013.

1 – Serão realizadas reuniões semanais dos Consultores Legislativos com o Presidente da Comissão para discutir as matérias recebidas pelo órgão (ou pelo colegiado); para assessorar o Presidente com relação à indicação dos Relatores; para a identificação, em conjunto com a Secretaria da Comissão, das proposições pendentes de distribuição a Relator, para as providências devidas; para definição das matérias que entrarão na pauta da próxima reunião da Comissão ou os temas e os participantes de audiências públicas.

2 – Os relatórios que ficarem com os Relatores por mais de 15 dias, sem justificativa, serão cobrados pela Secretaria da Comissão. Passados mais 15 dias sem manifestação do Relator, o próprio Presidente da Comissão entrará em contato com o Relator, a fim de dialogar sobre a possibilidade de mudança da relatoria. O objetivo desse procedimento é reduzir o prazo para a entrega dos relatórios.

3 – Todas as reuniões entre os Consultores Legislativos e o Presidente da Comissão contarão com a presença do(a) responsável pela Secretaria da Comissão.

4 – Um pequeno resumo das proposições constantes da pauta – no qual são indicados os consultores responsáveis pelas minutas de relatório e destacados eventuais vícios de constitucionalidade, legais ou regimentais constantes das proposições e relatórios – será usado como subsídio para as decisões tomadas nessas reuniões.

5 – Haverá a presença de um a dois consultores durante as reuniões (as nossas reuniões ordinárias e extraordinárias), para acompanhar as discussões e votações das proposições e prestar esclarecimentos, em caso de dúvidas por parte do Presidente ou dos membros da Comissão.

Por fim, eu gostaria de trazer à consideração dos ilustres Senadores mais um aspecto que considero de significativa relevância para os trabalhos que ora iniciamos. Dentre as inúmeras atribuições da Comissão de Relações Exteriores está emitir parecer sobre proposições referentes a atos e relações internacionais e outros assuntos de interesse do Brasil no concerto das nações. Nesse sentido, estamos convencidos de que os pedidos de autorizações para ações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os quais devem ser deliberados no Senado, na forma do art. 52, V, da Constituição e que atualmente são submetidos apenas à Comissão de Assuntos Econômicos, também devam ser apreciados pela Comissão de Relações Exteriores.

Esses e outros temas como perdão de dívida, empréstimos externos, financiamentos, necessitam de avaliação sob a ótica de interesses nacionais e geopolíticos do Brasil, competência precípua da Comissão de Relações Exteriores. Afinal, são assuntos que envolvem as relações exteriores do Brasil e, enquanto a Comissão de Assuntos Econômicos se foca em aspectos financeiros e orçamentários, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é o foro legítimo para tratar do tema sob a perspectiva estratégica. Assim, pretendemos, na condição de Presidente desta Comissão, para a qual fui conduzido honrosamente com o voto de S. Exªs, levar ao Plenário do Senado questionamentos sobre a importância de também a Comissão de Relações Exteriores ser ouvida em matéria de tamanha envergadura. Além dos atos que aqui hoje propomos, essa é mais uma de nossas sugestões que tem por objetivo fomentar o debate sobre as relações internacionais do Brasil nesta Casa.

Com isso, finalizo a leitura das normas e procedimentos internos do biênio 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Portanto, agradecendo mais uma vez a presença de todas as Senadoras e Senadores que participaram desta nossa primeira reunião e agradecendo a eleição em nome também do Senador Cristovam Buarque...

O SR. MARCELO CRIVELLA (PDT – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PDT – DF) – Sr. Presidente, V. Exª se aproxima do fim da reunião?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sim.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PDT – DF) – Eu gostaria de dizer a V. Exª que, dos últimos sete presidentes desta Comissão, dois faleceram, dois perderam o mandato, três sobreviveram, um chegou à Presidência do Senado. Espero que V. Exª siga o caminho desse último. Que Deus o abençoe e ilumine, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Entendo essas palavras como sendo de bons augúrios. Muito obrigado, Senador Crivella.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todos, convoco as Sras. e Srs. Senadores para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 1º de março, terça feira próxima, às 9 horas, para nossa terceira reunião extraordinária, quando realizaremos a leitura dos relatórios dos embaixadores indicados para o Reino da Bélgica e da República da África do Sul, com concessão de vista coletiva logo após a inclusão desses dois pontos na pauta e sua conseqüente leitura, bem como a apreciação de requerimentos acerca da agenda da Comissão de Relações Exteriores para 2010-2011, ciclo de audiências públicas que também pretendo apresentar aos Srs. e Srªs Senadoras e ainda a apreciação dos Atos nºs 1, 2 e 3 – são os três atos –, que estão com pedido de vista coletiva e que voltarão à pauta na próxima reunião, terça feira. Além dessa reunião extraordinária da próxima terça, aproveito para também convocar as Srªs e os Srs. Senadores para a reunião ordinária na quinta feira, dia 3 de março, às 10 horas da manhã, impreterivelmente, quando realizaremos a sabatina das autoridades diplomáticas. Informo também a V. Exªs que já foram designados os relatores Senador Gim Argelo e Valdir Raupp, respectivamente, para as indicações feitas para as embaixadas do Reino da Bélgica e da República da África do Sul.

Na quinta-feira próxima, dia da nossa reunião ordinária, às 10 horas, vamos realizar a sabatina dessas duas autoridades. Por isso, peço a atenção e a presença de V. Exªs.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às nove horas do dia primeiro de março de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das senhoras Senadoras e dos senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Blairo Maggi, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Lúcia Vânia, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. Comunica a indicação das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para integrarem a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira como membros titulares: **Blairo Maggi; Jorge Viana; Delcídio Amaral; Valdir Raupp; Ana Amélia; Lúcia Vânia**; e **Mozarildo Cavalcanti**. Como membros suplentes: **Marcelo Crivella; Acir Gurgacz; Cristovam Buarque; Lobão Filho; Jarbas Vasconcelos; Aloysio Nunes Ferreira;** e **Gim Argello**. Convoca os senadores para a reunião de instalação, e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da referida Subcomissão. O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 4** – **Requerimento nº 1, de 2011 – CRE,** de autoria do Senador Fernando Collor, que "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente indica a Senadora Gleisi Hoffman como Relatora das emendas aos atos nº 1, 2 e 3 de 2011 - CRE. **Item 1** – **Mensagem nº 42, de 2011,** de autoria da Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo do Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país."* Relator: Senador **Gim Argello**. Resultado: concedida vista coletiva aos membros da Comissão. **Item 2** – **Mensagem nº 43, de 2011,** de autoria da Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto."* Relator: Senador **Valdir Raupp**. Concedida vista coletiva aos membros da Comissão. O Presidente retoma a apreciação do **Item 4**. Apresenta o cronograma de trabalho para os ciclos de debate. Resultado: Aprovado o Requerimento. **Item 3** – **Requerimento nº 67, de 2011,** de autoria da Senadora Lídice da Mata, que *"requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, na Feira "ITB Berlin 2011", em Berlim, Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, desse Regimento, que se ausentará do País, no período de 8 a 14 de março de 2011, para o desempenho dessa missão."* Relator: Senador **Vital do Rego.** Resultado: Aprovado o parecer favorável. No decorrer da reunião, fizeram uso da palavra a senhora Senadora **Gleisi Hoffmann** e os senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Luiz Henrique, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Randolfe Rodrigues e Jorge Vianna** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs Senadores e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

A Presidência informa o recebimento do Ofício SF nº 04/2011, do 1º Secretário do Senado Federal, encaminhando cópia do Ofício nº 149/2010 – MDA, de 23 de dezembro de 2010, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, encaminhando informações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 900, de 2007, de iniciativa desta Comissão, sobre aquisições de terra e de empreendimentos agrícolas e agroindustriais vinculados à produção de etanol e de biodiesel por capital estrangeiro. O referido Requerimento tem como autores os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Eduardo Azeredo. Cópia das informações encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Comissão.

Comunico aos senhores membros desta Comissão que, no último dia 23 de fevereiro, foram designados por esta Presidência os seguintes membros para integrarem a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira: como titulares, foram indicados os Senadores Blairo Maggi, Jorge Viana, Delcídio Amaral, Valdir Raupp, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Mozarildo Cavalcanti; como suplentes, os Senadores Marcelo Crivella, Acir Gurgacz, Cristovam Buarque, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Aloysio Nunes Ferreira e Gim Argello.

Para tanto, convoco os Senadores e Senadoras para a reunião de instalação e de eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, a realizar-se hoje, às 14h30, neste plenário.

Há alguns comunicados da Presidência a fazer.

Conforme anunciado na primeira reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ocorrida no dia 23 de fevereiro, apresentei, no plenário do Senado, naquele mesmo dia, solicitação no sentido de que a Presidência da Casa analisasse a possibilidade de que esta Comissão fosse ouvida também em matérias relativas a pedidos de autorização para ações externas de natureza financeira de interesse da União e de demais entes da Federação, assim como em outros temas correlatos, como perdão da dívida de outras nações, empréstimos externos, financiamentos e renúncia fiscal. Naquela oportunidade, a Presidência apresentou as alegações já conhecidas, e, por parte da Secretaria-Geral da Mesa, já obtivemos a informação de que houve estudos da parte do procedimento legislativo e de que o posicionamento será dado ainda no decorrer desta semana.

O segundo comunicado é relativo à Agenda 2011/2012 Ciclo de Audiências sobre Política Externa e Defesa Nacional.

A Constituição Federal, Srªs e Srs. Senadores, reserva importante missão para o Senado e, consequentemente, para esta Comissão no âmbito tanto das relações exteriores quanto da defesa. Cabe, constitucional e regimentalmente, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional referendar os atos internacionais celebrados pelo Poder Executivo, apreciar as indicações de chefes de missões diplomáticas permanentes e acompanhar a política exterior e a política de defesa da Nação.

Ao submeter diretrizes e atos do Poder Executivo nos campos externo e de defesa nacional ao exame do Parlamento, por meio da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Constituição adota o sistema de freios e contrapesos, *checks and balances*, do Direito Constitucional anglo-saxônico.

Procura, com isso, criar uma situação de equilíbrio, evitando a concentração de poderes em um dos ramos do governo. Faz com que haja um compartilhamento da ação governamental entre os Poderes Executivo e Legislativo. Por isso, dá ao Executivo a iniciativa de designar representantes e negociar atos internacionais; e, ao Legislativo, a capacidade de examinar e vetar essas proposições. Assim, o Parlamento tem uma missão constitucional ativa e não uma função meramente homologatória.

Cabe à Comissão responsabilidade direta no acompanhamento das atividades dos dois agentes por excelência da projeção externa do Estado, o diplomata e o soldado, como registrou Raymond Aron. Para exercer essa incumbência, há necessidade de constante preparação, pois a realidade internacional frequentemente se nos apresenta de forma dinâmica, difusa e fragmentada.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação virtuais, somos assoberbados pelo volume de informações, por dados que nos chegam em tempo real, simultaneamente, de todo o mundo. É essencial, portanto, ter capacidade de processar, de analisar essas informações, ter um arcabouço teórico que nos permita organizá-las. Necessitamos, por isso, de instrumentos adequados para fazer com que uma realidade complexa e multifacetada torne-se inteligível. É essa a função de ferramentas analíticas, como, por exemplo, a Teoria dos Sistemas, a Teoria dos Jogos, os enfoques do realismo e do idealismo em Relações

Internacionais, as teorias de informação e controle. Necessitamos também de precisão na definição de conceitos como "poder" e "legitimidade" para compreender melhor modelos como o de "equilíbrio de poder". Essas ferramentas é que nos permitirão analisar o sistema internacional, fazer previsões, antecipar fatos e tendências, enfim, elaborar cenários onde deverão atuar nossas estruturas diplomática e de defesa.

Para nos aportar conhecimento teórico que contribua para aperfeiçoar o trabalho desta Comissão, penso em trazer para nosso convívio especialistas que nos aportem sua *expertise* em campos específicos. Vamos buscar sua colaboração para tentar melhor entender as questões que dominam a atual conjuntura internacional. Cito, a título de exemplo, a presente situação de instabilidade no mundo islâmico, iniciada com a revolta na Tunísia, seguida pela queda do Sr. Mubarak, pela onda de movimentações e de manifestações no Barein, no Marrocos, no Irã, no Iraque e pela crítica situação da Líbia. Essa onda de instabilidade, que se espraia em efeito dominó, provoca uma série de indagações:

1. Os serviços de informação dos países objeto da instabilidade teriam sido surpreendidos por essas manifestações?

2. Seria esse também o caso das principais potências ocidentais?

3. A capacidade de resposta dos governos foi prejudicada pela falta de informações adequadas?

4. Os governos não detectaram o grau de desgaste da sua legitimidade?

5 Quais as conseqüências, em termos energéticos?

6. Quais as conseqüências, em termos políticos e humanitários, do êxodo de refugiados?

7. Qual o papel da Internet e das redes sociais nas revoltas?

8. Qual o papel político do islamismo?

9. Qual o cenário estratégico regional que se seguirá ao cataclismo islâmico? Como isso afetará o equilíbrio de poder? Como afetará o sistema internacional? Quais serão as conseqüências para o Brasil e que mecanismos e instrumentos precisam ser aperfeiçoados para garantir a segurança e a retirada dos nacionais brasileiros em países em situação de crise?

Questões como essas poderão ser abordadas, em um ciclo de audiências públicas, que proponho seja realizado como base de uma agenda da Comissão para o biênio 2011/2012. Essas audiências terão a participação de professores universitários especialistas nas áreas de ciência política, economia, relações internacionais, defesa e informações, bem como *experts* do meio empresarial, da imprensa, de organizações de classe, representantes de missões diplomáticas, consultores, parlamentares.

Instalaremos, assim, um fórum de debates, um núcleo de altos estudos que complemente o trabalho institucional da comissão e também sirva para provocar a discussão de temas diplomáticos e militares pela sociedade brasileira.

Tenho convicção de que esta agenda ajudará a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, composta de parlamentares preparados e interessados em assuntos diplomáticos e militares a ter uma melhor visão dos temas internacionais e a melhor cumprir sua missão.

Nesse sentido, submeto à apreciação dos senhores membros da Comissão o seguinte requerimento, objeto do item 4 da nossa pauta.

REQUERIMENTO

Nos termos do art. 58 §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates, ao longo do biênio 2011, 2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente, no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, bem como ao sistema de atividades de inteligência.

Vem a justificação que, em parte, já está colocada na leitura feita anteriormente.

Coloco em discussão o requerimento.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy para discutir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) **–** Sr. Presidente, V. Exª nos apresentou sugestões muito significativas visando o aperfeiçoamento e melhor funcionamento de nossas reuniões, inclusive com uma pauta muito interessante sobre o que deveríamos estar estudando e debatendo ao longo desse biênio.

Eu gostaria de propor a V.Exª, tendo em vista que os diversos membros da Comissão tiveram, acredito, sugestões de aperfeiçoamento, modificações sobre os atos que V. Exª apresentou. Acho que seria adequado que possa V. Exª designar um relator para o exame, tanto dos atos de iniciativa de V. Exª,como também para relatar as sugestões que foram apresentadas. Eu, por exemplo, apresentei para cada ato algumas sugestões e acredito que seria próprio se V. Exª puder designar um relator e, quem sabe, possamos já na próxima quinta-feira decidir a respeito e como temos hoje uma premência, pois muitos de nós teremos que

estar em reuniões importantes da CAE, por exemplo, às 10h e V. Exª designou para hoje, na pauta extraordinária, a arguição de dois chefes de missões diplomáticas e teremos que iniciar, pelo menos, a parte primeira dessas arguições com a leitura de relatórios, do parecer e tudo.

Então, inclusive no que diz respeito ao primeiro requerimento de V. Exª, uma das sugestões que formulo que nós possamos sempre analisar quais são as proposições de pessoas que virão debater. E, então, inclusive, eu gostaria que esse primeiro item do requerimento possa também ser analisado no conjunto dos atos que V. Exª nos apresentou.

Cumprimento-o pela iniciativa. Apresentei sugestões e penso que essa seria uma forma adequada de podermos votar os três atos na próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Suplicy, a sugestão de V. Exª já foi acolhida por esta Comissão.

Quero informar aos senhores membros desta Comissão que a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e defesa Nacional entrou em contato com as assessorias de cada uma das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores aqui presentes solicitando sugestões para que elas pudessem ser incorporadas aos atos referidos há pouco pelo Senador Suplicy.

Além da sugestão apresentada aqui pelo Senador Suplicy, foram contatados o Senador Vital do Rêgo, que apresentou a sua emenda por escrito; o Senador Aníbal Diniz, que apresentou a sua sugestão também por escrito. O assessor do Senador Eduardo Suplicy, Carlos Frauzino, foi contatado às 17h41min do dia 23. O Senador Antonio Carlos Valadares também foi contatado por intermédio do seu assessor Daniel, bem como o Senador Aloizio Nunes Ferreira, este por intermédio da sua assessoria Ana Lobato, às 16h do dia mesmo 23. O Senador Lobão Filho, por meio dos assessores Marcelo e Luciana, às 15h55min do mesmo dia 23.

Desse modo, com a permissão das Srªs e dos Srs. Senadores, eu daria sequência à pauta fazendo a leitura das emendas apresentadas e daquelas que foram aceitas, para então colocá-las já em votação, inclusive com a sugestão feita pelo Senador Eduardo Suplicy.

Eu colocaria em votação agora a inversão da pauta para que nós pudéssemos apreciar imediatamente os Atos nºs 1, 2 e 3.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu não compreendi bem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª informou que acatou a sugestão que eu formulei.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Certo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Essa sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu queria fazer agora a leitura...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim; mas ela indicaria que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Foi aceita.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – (...) seria então indicado por V. Exª um relator que vai examinar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, não. Antes disso, eu gostaria de ler, porque o que nós combinado, o que ficou aqui acertado e foi votado pela solicitação dos Srs. Senadores foi que hoje fossem colhidas as sugestões que cada um dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras fizeram...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não votaríamos hoje ainda,

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, votaríamos hoje. Que fossem feitas essas sugestões para que, hoje, nós pudéssemos trazer. Tanto que constam da pauta distribuída na sexta-feira última os Atos nºs 1, 2 e 3,.

Então, eu gostaria de fazer a leitura desses Atos, em que constam já as sugestões apresentadas pelos senhores membros desta Comissão, para que possam as Srªs e o Srs. Senadores discutir, ver se estão de acordo, se as suas emendas foram acatadas e, a partir daí, possamos já discutir e, se for o caso, aprová-las, a fim de que nós não retardemos mais os nossos trabalhos.

Essa sugestão que V. Exª fez continua válida desde que, depois de lidos esses Atos, V. Exªs considerem necessário a designação de um relator para que nós então discutamos em uma outra oportunidade.

Eu apenas lembro às Srªs e aos Srs. Senadores da importância de deliberarmos sobre esses Atos nºs 1, 2 e 3, hoje, porque esses atos é que estarão balizando o ordenamento dos nossos trabalhos, para que não haja nenhuma dúvida quanto ao prosseguimento deles e para que tenhamos sempre como base esses Atos que têm apoio e amparo no regimento Interno do Senado Federal.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, é só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Nós temos outra reunião marcada da Comissão para esta semana?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Quinta-feira. Na próxima quinta-feira.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Na quinta-feira. É, eu acho que seria assim... Nós não tivemos acesso às emendas e às sugestões. Talvez fosse importante, até para que pudéssemos estar mais inteirados da matéria, que tivéssemos hoje então a aprovação de um relator designado, que pudesse fazer o relatório, nós também pudéssemos debater e, na quinta-feira, nós aprovaríamos. Eu me sentiria mais confortável, porque eu não estou conhecendo as alterações que foram sugeridas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Eu concordo com o que a Senadora Gleisi sugere, que vai no mesmo caminho do Senador Eduardo Suplicy. Eu apenas peço que possamos dar continuidade à pauta estabelecida, para que os senhores membros tomem conhecimento das emendas já apresentadas e acolhidas, porque, no momento em que essas emendas que foram acolhidas chegarem ao conhecimento de V. Exªs, V. Exªs podem se dar por satisfeitos. E, eventualmente, após essa leitura, se for o caso, se persistir alguma dúvida, se necessitarem de algum tempo a mais para se debruçar sobre os termos em que esses atos foram lavrados, assim será colocado à deliberação do plenário e, aprovado, será concedido mais esse prazo. Até a próxima quinta-feira acho que é pouco. Se for o caso, seria na outra sessão, que não depois de amanhã, quando teremos a sabatina de dois senhores chefes de missão diplomática.

Então, com a aprovação dos senhores, pedirei inversão da pauta para começar a leitura dos Atos nº 1, nº 2, nº 3.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Os atos, por favor.

Srªs e Srs. Senadores, ao passarmos para os próximos três itens da pauta, permitam-me uma breve e necessária introdução.

Ainda são poucas as comissões permanentes do Senado Federal que possuem atos normativos internos destinados a simplificar os trabalhos e tornar mais transparentes regras que, no Regimento da Casa, não estão suficientemente detalhadas. São elas, a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Das onze comissões permanentes da nossa Casa apenas essas três têm seus atos normativos aprovados pelos seus membros da Comissão.

Foi pensando nestas vantagens já experimentadas – transparência, simplificação do trabalho e maximização dos resultados – que, na última quinta-feira, apresentei a V. Exªs três propostas de atos. E atos desse tipo possuem natureza peculiar que necessitamos considerar preliminarmente. A Constituição Federal, no inciso XII do art. 52, estabelece a competência de o Senado Federal, por meio de resolução, "elaborar seu Regimento Interno".

A resolução, assim como a lei ordinária ou o decreto legislativo, é classificada, segundo Hans Kelsen, como ato legislativo primário. Portanto, possível de ser regulamentada por meio dos chamados atos administrativos normativos, segundo a classificação de Hely Lopes Meirelles. Esses três atos propostos a este Colegiado são dessa natureza, pois pretendem detalhar procedimentos cuja matriz normativa é o Regimento Interno do Senado Federal. Assim, além de absolutamente normais e previstos no ordenamento jurídico brasileiro, tais atos, além das vantagens já apontadas, traduzem o desejo e o zelo daqueles que dirigem esta Comissão, para que nossos trabalhos, realizados com planejamento e ordem, alcancem pleno êxito.

Por fim, gostaria de agradecer a V. Exªs pelas sugestões de emendas já encaminhadas.

Elas demonstram a compreensão para com as intenções da presidência e certamente contribuem para melhorar o texto dos Atos e torná-los obras conjuntas do nosso colegiado. Temos, portanto, o Ato nº 1.

Ao Ato nº 1, recebemos três emendas: uma do Senador Romero Jucá, que altera o Parágrafo Único do Art. 1º. A proposta do Senador Romero Jucá é igual à proposta apresentada pelo Senador Vital do Rêgo. As duas versam sobre a mesma compreensão. Os dois tratam do Parágrafo Único do Art. 1º, que passaria a ter a seguinte redação, caso aprovada pela Comissão.

Art. 1º

Parágrafo Único: "Além das informações referidas no Inciso II, o relatório do Ministério das Relações Exteriores deverá conter relação dos tratados e acordos assinados com os respectivos Estados ou organização internacional bem como informações de contratos de empréstimos e financiamentos oficias concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes à renegociação de dívidas ou renúncia fiscal, diferenciando entre atos em vigor e atos ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, facultado à Comissão solicitar cópia de qualquer dos documentos relacionados."

Essa é a sugestão dos Senadores Romero Jucá e vital do Rêgo ao Parágrafo Único do Art. 1º.

Pergunto aos Srs. Senadores se gostariam de discutir essa modificação apresentada pelos Senadores Romero Jucá e vital do Rêgo.

Não havendo quem queira discutir...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Nós vamos aprovar?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – PTB – AL) – Senadora, Gleisi, eu diria o seguinte. Já que chegaram essas sugestões, até pelo fato de os Senadores terem sugerido com tamanha presteza, não devemos deixar de lado. Poderíamos incorporar de agora. E, se for o caso, ao final da leitura, deliberação e votação dessas sugestões, estaremos abertos inteiramente a liberarmos para que seja dada maior discussão aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras. Eu apenas não queria deixar que essas emendas, que me parecem muito apropriadas, porque visam melhorar o entendimento dos artigos constantes desses Atos, ficassem sem deliberação e votação, porque fizemos uma solicitação muito forte para que fossem apresentadas no dia de hoje.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Com certeza. Acho que o esforço de V. Exª é muito bem-vindo até para que tenhamos agilidade na Comissão. Mas penso que teríamos então que conhecer o relatório totalmente para, depois, discutirmos e votarmos. Se votarmos artigo por artigo, na realidade, a matéria...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – PTB – AL) – Sem querer interrompê-la, Senadora, esclareço que...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – é que não conhecemos as emendas. Não conhecemos as emendas e nem o seu relatório. Estamos apenas ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – PTB – AL) – Então, farei o seguinte: acatando a ponderação apresentada pela Senadora Gleisi Hoffman e também pelo Senador Eduardo Suplicy, irei apresentar as emendas que foram encaminhadas à mesa, farei a leitura e, em seguida, pediria à Senadora Gleisi que aceitasse a relatoria desses três Atos para que, na próxima reunião pudéssemos votar. Está bem assim?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pronto. É indelegável.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente. Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Bom, essa foi a emenda do Senador... E, naturalmente, essas emendas já estarão sendo encaminhadas a V. Exª com o teor original. Então, essas emendas dos Senadores Romero Jucá e Vital do Rêgo são emendas que nos parecem apropriadas e com que concordamos plenamente. Apenas para dar conhecimento aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, apenas para informar que a minha proposta de emenda sobre este item é de teor semelhante, sobretudo porque, como V. Exª havia colocado, quando viesse aqui cada chefe de missão diplomática, deveria vir a cópia dos tratados e acordos. Só para dar um exemplo: o Brasil possui 145 atos bilaterais com os Estados Unidos, 229 bilaterais com a Argentina...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Seria encaminhada somente a relação...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, se houver apenas a relação, a minha proposta também é semelhante às dos Senadores Vital do Rêgo e Romero Jucá...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Então, incluiria também como do Senador Eduardo Suplicy as sugestões apresentadas pelos Senadores Romero Jucá, Vital do Rêgo...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – São comuns. Só com os Estados Unidos, são 145.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Veja como é importante colocar a deliberação de V. Exªs, porque a intenção é exatamente esta: imagine chegarem aqui 145 atos! A relação era exatamente essa. Mandar a relação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E a relação sobre a mesa resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Resolve o problema. Se houver alguma dúvida sobre esses atos, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores poderão solicitar o pedido de vista material desse ato ou dessa resolução, se for o caso.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só quero registrar, Sr. Presidente, que essas contribuições minhas, do Senador Romero Jucá e do Senador Suplicy só puderam acontecer em virtude da manutenção do seu espírito inquieto, para nós, nordestino, buliçoso e inovador, de já trazer três atos para que nós pudéssemos estudar a forma de normatizar mais rapidamente, com o êxito necessário, esta Comissão. Parabenizo V. Exª – que as emendas sirvam, como bem disse V. Exª – pelo belo trabalho que fez já na primeira reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

E também há uma emenda do Senador Anibal Diniz, também relativa ao art. 1º, II. É apenas uma questão de redação do Senador Anibal Diniz, que ele

sugere, e a Mesa acatou com gáudio. Ele coloca a seguinte relação:

"Relatório produzido pelo Ministério das Relações Exteriores com informações sobre o Estado ou organização internacional para a qual [essa é a modificação substancial apresentada pelo Senador Anibal Diniz] o candidato foi indicado."

Depois, passamos ao art. 3º do Ato nº 1, também apresentado pelo Senador Romero Jucá. Ele sugere: *"Inclua-se ao final do §5º do art. 3º a expressão "ouvido o plenário da comissão"".* Então, essa também foi uma sugestão já acatada, porque é uma forma, inclusive mais clara, de tratar desse artigo. Essas foram as emendas que nos chegaram, as sugestões que nos chegaram até o presente momento, em relação ao Ato nº 1.

Passamos agora às emendas apresentadas ao Ato nº 2. Da mesma forma, há aqui uma coincidência do que sugerem os Senadores Vital do Rêgo e Anibal Diniz, que está absolutamente de acordo com a emenda. Diz o Senador Anibal Diniz, art. 3º, *caput: "Suprima-se a expressão 'e a critério do Presidente da Comissão' e suprima-se o item II do art. 3º, dando o texto final";* e, aí, é absolutamente coincidente com o que também sugere o Senador Vital do Rêgo.

Salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja enviada aos membros dois dias antes de sua realização – também acatada devidamente.

Mais uma emenda do Senador Romero Jucá. Esta é relativa ao Ato nº 3, de 2011, a seu artigo 1º. S. Exª faz sugestão relativa às audiências públicas, mas essa sugestão do Senador Romero Jucá contraria as normas do Regimento Interno do Senado Federal, de modo que nós não podemos aceitá-la, pelo conflito que há com o próprio Regimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª mencionou que, relativamente ao Ato nº 1, já havia lido as emendas, mas eu apresentei, além daquela a que me referi, mais quatro, e a Secretaria da Mesa não informou a V. Exª. São todas sobre o Ato nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Foram entregues nesse dia aqui, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foram entregues junto com a primeira... Todas foram entregues e estão em mãos da Secretaria, inclusive estão sendo aqui distribuídas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu perguntaria à Secretaria por que não constam essas emendas do Senador Suplicy. *(Pausa)*

Conforme sou informado, foram entregues agora, na reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foram entregues antes da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A que horas, por favor, porque...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Antes de iniciar a reunião.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Hoje às 9 horas? Então está explicado. É por isso que reforço junto aos senhores a questão da organização e da normatização. As emendas foram entregues hoje, às 9 horas da manhã, hora em que iniciamos os nossos trabalhos. Então, naturalmente, pela falta de tempo hábil, não poderiam constar da nossa pauta nem tampouco estar incluídas na leitura que estou fazendo.

Então, essas emendas apresentadas hoje, às 9 horas, pelo Senador Eduardo Suplicy serão apensadas aos Atos nºs 1, 2 e 3 e entregues à relatora, a Senadora Gleisi Hoffmann.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Peço que sejam entregues à relatora e a todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, elas serão distribuídas automaticamente. Serão entregues à Senadora Gleisi Hoffmann, a quem caberá apresentar o relatório, bem como a todas as senhoras e senhores Senadores, como bem lembrou aqui o Senador Pedro Simon.

Portanto, está explicado o porquê de não estarem incluídas aqui as últimas quatro emendas que foram apresentadas pelo Senador Eduardo Suplicy.

Há ainda, relativamente ao Ato nº 3, de 2011, emenda do Senador Vital do Rêgo que sugere a supressão do inciso VII do art. 2º, com a renumeração dos incisos que a ele se seguem e também a supressão da parte final do atual inciso IX, a ser renumerado como VIII.

Nesse caso, Senador, a regra que nós utilizamos foi a regra da oitiva dos Ministros de Estado. Quando não está explícito no Regimento Interno do Senado nem na própria Constituição, nós costumamos utilizar, por analogia, o que já é utilizado. No caso específico – esta é a regra da tréplica –, é uma regra que já está estabelecida pelo Regimento em relação aos

Ministros de Estado e que, por analogia, estendemos à oitiva dos especialistas.

(?) O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pode ser retirada então.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pode ser retirada? Muito obrigado, Senador.

Portanto, foram essas, senhoras e senhores Senadores, as emendas que foram apresentadas e que foram aceitas pela Mesa.

Agora essas emendas serão levadas à Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, juntamente com as outras sugestões que já chegaram aqui na Mesa, na manhã de hoje, e outras que porventura cheguem.

Perguntaria à Senadora Relatora, Gleisi Hoffmann, se até o dia 17 de março seria uma data conveniente para V. Exª apresentar seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sim. Até antes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então muito bem. Pediria à Secretaria da Mesa que, por gentileza, incluísse na pauta do próximo dia 17, quinta-feira, nossa reunião ordinária, a apresentação do relatório da Senadora Gleisi Hoffmann sobre os Atos nºs 1, 2 e 3, apresentados pela Mesa da Comissão de Relações Exteriores para normatização dos nossos trabalhos.

Passamos agora, portanto, ao item nº 1 da pauta. Obrigado pela aceitação da inversão da pauta, Srªs e Srs. Senadores. Passamos agora ao item nº 1, não terminativo.

ITEM 1

- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 42, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo do Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Gim Argello

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello, Relator da Mensagem, para ler o seu relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Senadoras e Senadores.

Relatório

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 42, de 2011 (Mensagem nº 32, de 2011, na origem) que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo do Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país.

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, a Mensagem nº 42, de 2011, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Embaixador ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo do Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país.

Após a conclusão do curso de preparação para a Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco, o Sr. André Mattoso Maia Amado foi nomeado Terceiro Secretário, em 1970; subsequentemente, Segundo Secretário, em 1973; Primeiro Secretário, em 1979; Conselheiro, em 1982; Ministro de Segunda Classe, em 1989; e Ministro de Primeira Classe, em 1997; todas as ascensões por merecimento.

Entre os cargos que exerceu na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cumpre destacar: Assistente do Chefe da Secretaria Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, em 1970; Assistente do Chefe e Subchefe da Divisão da Ásia e Oceania, em 1971; Assistente Assessor do Chefe de Cerimonial, em 1980; Chefe da Divisão do Protocolo, em 1983; Chefe da Divisão do Oriente Próximo-I, em 1988; Chefe Substituto do Departamento do Oriente Próximo, em 1989; Coordenador Executivo do Gabinete do Ministro de Estado, em 1990; Chefe da Divisão Especial de Pesquisa e Estudos Econômicos, em 1992; Assessor Especial da Subsecretaria Geral de Planejamento Político e Econômico, em 1992 também; Diretor do Instituto Rio Branco, em 1995; presidente interino da Fundação Alexandre de Gusmão, em 2001; assessor especial da Secretaria-Geral, em 2008; Subsecrtário-Geral de Energia e Alta Tecnologia, em 2011.

No exterior, desempenhou importantes missões, entre elas: Conselheiro da Embaixada do Brasil em Paris, em 1983, e na Embaixada do Brasil em Madri, em 1993. Posteriormente, foi embaixador do Brasil em Lima, em 2001, e, em 2005, em Tóquio.

Além da exitosa carreira marcada pelo eficiente atuação em importantes cargos e missões que desempenhou, foi no exercício da direção do Instituto Rio Branco, de 1995 a 2001, que o Embaixador André Amado, imprimiu novo ímpeto na história da formação diplomática brasileira. Portanto, ousou introduzir modificações no processo de seleção e recrutamento dos candidatos, com o escopo de diversificar e democratizar a carreira.

Em 1994, defendeu a tese O Reconhecimento Diplomático da República Popular da China, aprovado no âmbito do curso de altos estudos do Instituto Rio Branco.

Segundo documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores na relação Brasil/Bélgica, sobressai os vínculos históricos marcados por profundos laços de cooperação e amizade, porquanto os contatos iniciaram logo após a independência dos dois países. Ressalte-se a visita ao Brasil do rei Alberto I, em 1920, a primeira de um soberano europeu ao nosso País.

Os investimentos belgas no País datam do início do século XX e incluem as áreas de energia, química, farmacêutica, mineração e logística. Por outro lado, empresas brasileiras como a Votorantim e a Fischer vêm utilizando tradicionalmente os portos de Antuérpia e Gand como portas de entrada de seus produtos na Europa e realizam investimentos na Bélgica.

Há, ainda, parcerias sofisticadas de tecnologia avançada, como a Embraer/Sonaca, e parcerias substancias, como a An-InBev, criando grupos de peso internacional.

Conforme os resultados do senso de capital estrangeiro realizado pelo Banco Central do Brasil, para o período de 2000, cerca de 82% dos investimentos belgas foram absorvidos pelo setor de serviços, sobretudo na área de eletricidade, gás e água quente, e 17% pela indústria.

Já os investimentos brasileiros na Bélgica, totalizaram, no período de 2001 a 2005, o número de US$328 milhões. Entre as empresas brasileiras com presença na Bélgica, destacam-se a Votorantim, Citrovita, Duratex, Citrosuco, Oxiteno, Klabin e Weg Motores.

Para as empresas brasileiras, a Bélgica apresenta grandes atrativos como destino de investimentos diretos, em virtude da boa qualidade e quantidade de serviços logísticos oferecidos pelo País.

No tocante ao comércio bilateral, o Brasil é tradicionalmente superavitário em suas transações com a Bélgica. Após significativo crescimento, desde 2005, o volume total do comércio decresceu em 6 bilhões, em 2008, para 4,2 bilhões, em 2009.

Devido à crise econômica internacional, o Brasil é o principal fornecedor e maior mercado da Bélgica em toda a América Latina. O Brasil exporta para a Bélgica suco de laranja e minério de ferro, pasta química de madeira, fumo não manufaturado, alumínio não ligado e café não torrado.

No que diz respeito ao Grão-Ducado de Luxemburgo, informa o documento encaminhado pelo Itamaraty que, no comércio bilateral com o Brasil, destacam-se as exportações brasileiras para aquele país, que cresceram 1850%, entre 2002 e 2008, sendo que o intercâmbio bilateral total aumentou 430% nesse período. Houve queda de 40%, entretanto, em 2009, em razão da crise econômica mundial.

O produto responsável pelo crescimento das exportações brasileiras para Luxemburgo é o minério de ferro, no valor US$60,8 milhões, durante os dez primeiros meses de 2010.

Entre as empresas luxemburguesas no Brasil, cabe destacar a Arcelor-Mittal, Cargolux, Luxair. Encontram-se em Luxemburgo os bancos Itaú, Unibanco, Safra e Bradesco.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações feitas no âmbito do presente relatório.

Sala das Comissões.

Eis o relatório, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador Gim Argello pela leitura de seu relatório.

Está concedida vista coletiva a todas as Srªs Senadoras e a todos os Srs. Senadores desta Comissão em relação ao relatório lido pelo Senador Gim Argello, sobre a indicação do Sr. André Mattoso Maia Amado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo.

Item 2 da pauta, não terminativo:

ITEM 2

Não Terminativo

MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Concedo a palavra ao Sr. Senador Valdir Raupp, Relator da mensagem, para ler o seu relatório.

Com a palavra V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente – que a Senhora Presidenta, eu gostaria que fosse corrigido aqui – que a Senhora Presidenta da República faz do Sr. Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este Relatório as informações pertinentes.

Nascido no Rio de Janeiro em 1º de novembro de 1945, filho de Luiz José Carneiro de Mendonça e Helena Bandeira de Melo, o Sr. Pedro Luiz Carneiro de Mendonça é bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Concluiu também o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco.

Ingressou na chancelaria, no posto de Terceiro Secretário, em fevereiro de 1970. Ascendeu a Conselheiro em 1986; a Ministro de Segunda Classe em 1992; a Ministro de Primeira Classe em 2002. Sempre por merecimento.

No Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1989, defendeu e teve aprovada sua monografia, intitulada "O Clube de Paris: sistemática e funcionamento de um foro relevante para os interesses brasileiros".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Chefe da Divisão de Política Financeira, entre 1986 e 1988 e de 1991 a 1992; Chefe da Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas, entre 1992 e 1994; Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, de 2004 a 2005; e Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, por duas vezes, de 2005 a 2006 e de 2008 até o presente.

No Exterior, exerceu, entre outros, o cargo de Conselheiro em Paris, de 1988 a 1991; Ministro-Conselheiro em Bonn, de 1994 a 1996; Ministro-Conselheiro no Vaticano, de 1996 a 2001; Embaixador em Maputo (cumulativo com Seicheles e Suazilândia), de 2001 a 2003; e Cônsul-Geral em Paris, de 2006 a 2008.

O Diplomata indicado é portador de condecorações do Brasil, da Alemanha, do Vaticano e de Malta.

Para avaliação do aspecto das relações bilaterais entre Brasil e África do Sul, República de Maurício e Reino de Lesoto, reporte-se às informações trazidas pelo Ministério das Relações Exteriores, anexadas à mensagem presidencial.

República da África do Sul.

A África do Sul foi a mais importante parceira comercial do Brasil no continente africano até a década de 1970. Até que o maior dinamismo da inserção brasileira na África, o impacto da crise do petróleo e o isolamento internacional do regime aparteísta reduziram, relativamente, sua importância comercial e levaram ao congelamento das relações políticas. O Brasil juntou-se às sanções impostas pela comunidade internacional contra o governo sul-africano e manteve apenas encarregado de negócios à frente da embaixada de Pretória.

A transição democrática da África do Sul, consumada em 1994, inauguraria novo período das relações bilaterais a partir de 2003. Nota-se ainda maior intensificação das relações, o que se reflete no aumento dos encontros bilaterais de altas autoridades. O Presidente Lula esteve na África do Sul em três ocasiões: novembro de 2003, outubro de 2007 e julho de 2010; enquanto, nesse período, os Presidentes Mbeki e Zuma estiveram, cada um, duas vezes no Brasil.

Novas iniciativas, conjuntas, foram lançadas, e prosperam entre elas o grupo Índia-Brasil e África do Sul, Ibas. Na área de defesa, Brasil e África do Sul deram início à construção, conjunta, de um míssil de quinta geração, projeto A-Darter, ao passo que a entrada, em vigor, do acordo sobre cooperação em ciência e tecnologia, em 2008, permitiu maior aproximação acadêmica.

Com a assinatura, em julho de 2010, da declaração e plano de ação da parceria estratégica Brasil/África do Sul, o Brasil consolida-se como um dos principais parceiros da República da África do Sul no contexto mais amplo de cooperação sul/sul.

A África do Sul é, tradicionalmente, um dos principais parceiros comerciais do Brasil na África, ao lado da Argélia, Nigéria e Angola. Nos últimos anos, a corrente de comércio bilateral foi superada pela Argélia e por Angola, devido ao aumento das importações de petróleo desses países.

O comércio bilateral conheceu significativo crescimento desde 2002, passando de US$659 milhões, naquele ano, para US$2,53 bilhões em 2008, fruto de

exportações brasileiras de US$1,75 bilhão em importações de US$774 milhões.

Entre 2005 e 2008, o superávit brasileiro ficou na casa de um bilhão por ano. A pauta de exportações brasileira é diversificada com prevalência de bens manufaturados, responsáveis, em 2009, por mais de 50% do total.

Os investimentos sul-africanos, no Brasil, são expressivos, destacando-se os da mineradora Anglo American US$1 bilhão, investidos, e US$1,2 bilhão adicional anunciado; e os do grupo editorial Naspers adquiriu 30% da Editora Abril, em 2006, e o *site* Buscapé, em 2009.

O principal investimento do Brasil, na África do Sul, é uma fábrica de ônibus, da Marcopolo, com produção mensal de 20 unidades.

Sobre a República de Maurício.

O território da República de Maurício é um arquipélago no Oceano Índico de 2.40 quilômetros quadrados, equivalente a menos da metade da área do Distrito Federal, onde vive 1,3 milhão de habitantes. O Produto Interno Bruto do país é de US$9,156 bilhões, o que propicia renda *per capita* de US$7.146.

As relações entre Brasil e a República de Maurício melhoraram nos últimos anos e desenvolvem-se de acordo com o grau de importância da ilha para a política interna brasileira na África.

Dois dos principais temas de diálogo entre os dois países são o setor açucareiro e a produção de etanol.

Maurício foi afetado pelo litígio brasileiro contra a União Europeia na OMC, quando o subsídio europeu à produção açucareira de suas antigas colônias foi proibido pelo órgão. O Brasil busca com Maurício alternativas para o setor, que se reformula agora para abastecer África e Europa de etanol, havendo até mesmo investimentos mauricianos em Madagascar e Moçambique, pelo que o Brasil poderia cooperar com técnicas e maquinário.

Maurício é membro observador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde julho de 2006. O país empenha-se por aumentar sua cooperação dentro da Comunidade não só com o Brasil, mas também com Moçambique e Angola. É justamente no âmbito da promoção e fortalecimento da Língua Portuguesa que se dá o único projeto de cooperação em curso entre os dois países. A abertura de um Leitorado da Língua Portuguesa em Maurício está sendo discutida com a Agência Brasileira de Cooperação.

O comércio bilateral cresceu mais de 7,5 vezes na última década, passando de US$2 milhões no ano 2000 para cerca de US$15 milhões em 2009, quando o Brasil exportou mais de US$14 milhões. Historicamente, o saldo da balança comercial tem sido sensivelmente favorável ao Brasil, ainda que seja muito variável de ano para ano, no valor e no volume de produtos exportados, que são basicamente produtos alimentícios e máquinas e manufaturados.

Reino de Lesoto – este relatório é mais curto. Estou concluindo.

O Reino de Lesoto tem população de 2,49 milhões de habitantes, numa área de 30.344 quilômetros quadrados (equivalente à área de Alagoas) – à área do Estado de V. Exª, Presidente.

As relações bilaterais com Lesoto, estabelecidas em 1970, são tênues. Devido ao regime aparteísta na África do Sul, a Embaixada do Brasil em Maputo, Moçambique, respondeu pelo relacionamento bilateral com Lesoto até 1997, quando a cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Pretória. O Lesoto mantém, desde 1991, Consulado Honorário em São Paulo.

Há potencial de cooperação nas áreas de educação HIV/AIDS, turismo, combate à fome e redução de pobreza e esporte. Em agosto de 2009, o Lesoto enviou ao Brasil proposta de um acordo para o estabelecimento de uma comissão mista de cooperação, cujo conteúdo está sendo apreciado pelo Itamaraty. A comissão versaria sobre cooperação técnica, científica, cultural e econômica.

As relações comerciais com o Brasil são modestas. Nos últimos anos, o fluxo de comércio mais expressivo, US$1,3 milhão, foi alcançado em 2005. No quadro das exportações brasileiras para o Lesoto, panelas constituíram 100% da pauta em 2006; em 2004 e 2005, algodão e seus tecidos predominaram na pauta. Em 2007, as exportações brasileiras concentraram-se, uma vez mais, em panelas. Em 2008, 2009 e até julho de 2010, não houve registro de exportações para o Lesoto. No entanto, deve haver distorção estatística, uma vez que bens brasileiros costumam ser internalizados na África do Sul e seguir para Lesoto por via terrestre.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Valdir Raupp, pela leitura de seu relatório, relativo à indicação do Sr. Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.

Já está novamente, também, da mesma forma que o anterior, concedida vista para todas as Srªs e Srs. Senadores.

Eu gostaria de aditar uma informação que aqui não foi passada de minha parte para V. Exªs. É que o *agrément* do Embaixador André Mattoso Maia já foi concedido pelo Reino da Bélgica e pelo Grão-Ducado de Luxemburgo.

Em relação à reunião do próximo dia 3 deste mês, depois de amanhã, serão, então, feitas as arguições dos Srs. Embaixadores que aqui tiveram os seus nomes apresentados e cujos relatórios foram lidos pelos respectivos indicados.

Esta reunião do próximo dia 3 será presidida pelo excelentíssimo Sr. Senador Pedro Simon. Solicito a V. Exªs o comparecimento maciço, como hoje se fez notar nesta Casa – dos 19 membros integrantes da Comissão, 18 aqui estiveram presentes. Todos nós nos sentimos regozijados por esta participação tão ativa dos membros da Comissão de Relações Exteriores e solicitamos que esta mesma presença se verifique na próxima reunião, do dia 3, em que serão arguidos os dois Embaixadores indicados para a República da África do Sul, Maurício e Lesoto, e também para o Reino da Bélgica e do Grão-Ducado de Luxemburgo.

O próximo item da pauta é o item nº 4, sobre o qual ficamos de deliberar; começamos a tratá-lo, mas veio a questão dos atos. É o Requerimento nº 1, que trata da realização das audiências públicas: **ITEM 4**

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011 – CRE

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência.

O cronograma seria o seguinte: O primeiro ciclo iria do dia 11 de abril ao dia 6 de junho, com oito painéis; o segundo ciclo iria do dia 8 de agosto ao dia 19 de setembro, com seis painéis; o terceiro ciclo iria do dia 3 de outubro ao dia 17 de novembro, com cinco painéis; o quarto ciclo iria do dia 12 de março ao dia 26 de março de 2012, com três painéis; e o quinto ciclo iria do dia 9 de abril a 23 de abril de 2012, com três painéis, em um total de 25 painéis.

Os painéis serão realizados sempre às segundas-feiras, às 18 horas, na sala desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nos períodos sugeridos, já foram descontadas as semanas com feriados.

Além de nomes já indicados pela Presidência, os senhores membros desta Comissão, claro, poderão sugerir mais palestrantes, bem como também, de acordo com a evolução dos acontecimentos nacionais e internacionais, nós poderemos flexibilizar os temas que serão tratados nesse ciclo de audiências.

O que nos motiva neste primeiro momento é exatamente trazermos, de forma rápida e objetiva, para o melhor conhecimento de todos nós, o que está acontecendo no mundo de modo geral e essa nova conformação geopolítica que se apresenta diante de nós.

O Senador Eduardo Suplicy, na última reunião, inclusive, tratou dessa questão. O primeiro tema que será tratado será exatamente, como aqui já foi lido, sobre esses eventos no Egito, agora na Líbia, no Bahrein e em outros países, e a implicação disso nas nossas relações e nessa conformação geopolítica.

Vem sempre uma pergunta que nos deixa um pouco preocupados: como é, por exemplo, que um serviço de informações como o dos Estados Unidos da América, tão aperfeiçoado, tão competente, com tanta tecnologia, com tanto pessoal qualificado para a análise dos acontecimentos em cada um dos países que compõem nosso Planeta, que eles não tenham percebido o que estava por ocorrer, por exemplo, no Egito, a ponto de a Secretária de Estado, no mesmo dia, ter dado quatro declarações diferentes sobre o que estava ocorrendo no Egito, e particularmente no Cairo. De modo que essa é uma das questões que nos intriga, como também as repercussões da instabilidade que está ocorrendo em uma área tão sensível para o funcionamento do mundo, que, de forma equivocada, está inteiramente atrelada no petróleo. Mas, enfim, é a nossa realidade. De que forma isso vai se refletir na economia brasileira e na economia mundial. Já ouvimos notícias de, a continuar a suspensão do fornecimento de óleo por parte da Líbia e se a Arábia Saudita, em função de uma cirurgia a que o Príncipe Faisal foi submetido, de uma hérnia de disco, se a Arábia Saudita, não conseguindo compensar essa produção de óleo que a Líbia fez estancar, já estamos vendo notícias de que o preço do óleo poderá subir. E as implicações disso para as economias emergentes como a nossa. Enfim, diversos itens.

E esse ciclo de audiências, não necessariamente, será realizado às segundas-feiras. Dependendo da emergência e da urgência que foi aqui trazida pelo Senador Eduardo Suplicy, podemos fazer também nas sessões ordinárias desta Comissão, quando o assunto

requerer a premência de tempo que os membros da Comissão julgarem haver.

De modo que eu colocaria em votação este Requerimento nº 1.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Senador Eduardo Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Referente justamente à proposição em tela, eu havia apresentado, e encaminhei à Mesa, uma sugestão no sentido de se dar ao art. 1º da proposta do Ato nº 3, da CRE, a seguinte redação:

"Art. 1º. *De conformidade com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal e os arts. 93 a 95 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional poderá realizar audiências públicas com*

entidades da sociedade civil e com especialistas em temas de relevância nacional."

Aqui vem a qualificação:

"Após a aprovação pelo Plenário da Comissão.

§ 1º. As audiências públicas serão convocadas pelo Presidente, ouvido o Plenário da Comissão, devendo, quando for o caso, designar expositores favoráveis e contrários à matéria, podendo os membros da Comissão indicar nomes de expositores e especialistas no assunto."

O objetivo é o de coadunar o texto da proposta ao Ato nº 3, de 2011, de V. Exª, que é muito relevante, mas, para a manutenção da legitimidade das decisões, que o Colegiado seja ouvido com antecedência sobre os temas e os nomes.

Eu quero dizer que inclusive sou inteiramente favorável à proposta que V. Exª faz agora, como o primeiro tema de nossas audiências, que possa sempre, tal como agora V. Exª está propondo, até aprovar o seu objeto. Ainda não foram designadas as pessoas, mas que isso possa ser objeto, então, de aprovação do nosso Colegiado. Portanto, trata-se de um aperfeiçoamento do propósito que V. Exª saudavelmente nos coloca.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V. Exª trata de uma sugestão feita ao Ato nº 1. Nós estamos tratando aqui, e essa sua sugestão já está nas mãos da Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann.

Agora, está em discussão o Requerimento nº 1, que trata da aprovação, da deliberação dos senhores

Requerimento nº1, que trata da discussão e posterior deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores sobre a realização dessas audiências públicas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues e depois o Senador Luiz Henrique.

Naturalmente, todos os temas a serem tratados e os nomes que forem convidados [serão apresentados]. Para isso, eu pediria depois a apresentação dos temas, é uma agenda tentativa; faríamos a apresentação dos temas, colocaríamos aqui à deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores, que poderiam alterar a ordem dos temas ou acrescentar temas e, também em função da apresentação dos temas que vierem a ser colocados à deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores, os nomes dos palestrantes. Cada Senadora e cada Senador poderão fazer sugestão de nomes para participar deste ciclo de debates. O objetivo é único e exclusivamente suscitar esses debates para que nós consigamos nos colocar melhor diante desta mudança que ocorre no planeta depois desses eventos lá no norte do Egito e no Oriente Médio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues e depois o Senador Luiz Henrique.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizar, felicitar V. Exª pela iniciativa. Para entendermos a multilateralidade do mundo atual e a dinâmica dos acontecimentos, é fundamental bebermos na fonte das melhores informações da política externa brasileira e dos especialistas em relação a esse tema. Quero congratular-me com a iniciativa do Senador Suplicy de trazermos para inaugurar este ciclo de eventos e painéis o debate sobre os recentes acontecimentos no Oriente Médio.

Queria, Sr. Presidente, apresentar já aqui na comissão a sugestão para um dos diferentes painéis que faremos seja sobre as nossas fronteiras, sobre o conjunto das nossas fronteiras brasileiras. Em particular, venho de um Estado que corresponde à fronteira brasileira com a Europa, aliás, o país que faz fronteira conosco tem no Brasil a sua maior fronteira: 700 quilômetros de fronteira com a França por meio do Departamento de Ultramar da Guiana Francesa. Há dois temas em especial que creio ser de particular interesse desta comissão: o tema geral das áreas de fronteira e, por ventura, o convite ao Diretor do Departamento de Europa, o Ministro Chefe do Departamento de Europa do Itamaraty para dialogarmos sobre a cooperação européia e em especial sobre a nossa fronteira com a

Europa. Eu irei apresentar formalmente a V. Exª esta questão, mas creio que esse poderia vir a ser um dos temas dos debates que traremos à comissão. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues. A sua proposta tem a melhor acolhida por parte da Mesa. Peço ao secretário que, com base no que o Senador Randolfe Rodrigues entregar como requerimento, o tema que ele trouxe à comissão seja já incluído como um dos itens do ciclo de debates. Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, o professor Albert Fishlow, da Universidade da Columbia, vai lançar no Brasil o seu novo livro em que faz uma análise, como brasilianista de grande profundidade, sobre o novo momento que vive o Brasil. Queria apenas dar a sugestão de compatibilizar a presença do professor Fishlow no Brasil para que ele entregasse essa agenda de palestras e debates aqui na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Luiz Henrique. A solicitação de V. Exª será atendida.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela condução e até por inovações quanto ao funcionamento desta tão importante Comissão. Mesmo na condução da apreciação de nomes de embaixadores para cumprir missão no exterior, acho que é muito oportuno e queria parabenizá-lo pela idéia de debatermos numa reunião anterior e deliberarmos na seguinte. Também parabenizar V. Exª pela iniciativa de estarmos atentos ao que se passa no mundo nesse momento.

E, já diretamente, de maneira objetiva, tendo em vista que esta Comissão tem a importância que tem, estamos vivendo na fronteira do Brasil com Bolívia e Peru, no nosso caso o Acre – eu e o Senador Aníbal temos discutido esse assunto –, a presença de mais de cem haitianos que entraram através de Assis Brasil, vindo pelo Peru, e temos mais um outro número grande, algumas dezenas, do outro lado do Peru, querendo entrar no Brasil. Sei que o Governo brasileiro trabalha a ideia de estabelecer uma política de migração – o mundo inteiro vive esse drama. Agora mesmo, uma das consequências mais graves do que está se passando no Egito e na Líbia é um contingente de migrantes tentando encontrar um lugar seguro para viver. E eu gostaria de sugerir à Comissão, já que temos um caso concreto, o Brasil está com uma missão no Haiti, e estamos vendo a presença de um número muito grande – estão todos no Município de Brasiléia, acolhidos pela prefeitura municipal e pelo governo do Acre, mas à espera de uma decisão do que fazer com essas pessoas que entraram de forma ilegal, e com uma agravante: os indícios são fortíssimos de que tem uma organização atuando, no caso como pessoas, na condução dessas pessoas até o Brasil. Então é uma situação grave, o Itamaraty já está agindo. Quanto ao Congresso, estou pensando inclusive – gostaria que, quem sabe, pudéssemos discutir um pouco melhor – em trazer esse tema, mas especialmente, quem sabe já após esse período do feriado de Carnaval, que pudéssemos, com dois ou três Senadores desta Comissão, fazer uma visita a essa situação toda e acompanharmos junto ao Itamaraty no sentido de acelerar uma decisão sobre esse tema. É grave, a situação é precária das mais de cem pessoas que estão lá, do Haiti, e é um tema novo para o Acre, não tínhamos nenhuma experiência em lidar com isso e eu queria trazer, informando à Comissão, dizendo que o tema das migrações, os problemas graves poderiam ser tratados aqui nesse ciclo de debates.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Jorge Viana, o tema que V. Exª traz a esta Comissão, para mim pelo menos – não tinha conhecimento – é inédito e sem dúvida de muita gravidade. Eu pediria a V. Exª que formalizasse a sua sugestão, mediante requerimento, ainda no dia de hoje, de modo a que pudéssemos, já na próxima reunião, dado que a nossa pauta é sempre elaborada 48 horas antes, na quinta-feira, colocá-la em deliberação e, consequentemente, em votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Farei isso, conforme orientação de V. Exª, e penso que vamos fazer conjuntamente, o Senador Anibal que é titular desta Comissão e eu, na qualidade de suplente, faremos o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Muito grato a V. Exª.

Continua em discussão.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, como os Colegas, também felicito V. Exª pelas atitudes que está tomando, altamente positivas, de inovação aqui na Comissão, tanto com relação aos embaixadores como com relação às preocupações da atividade desta Comissão. Há muito tempo venho dizendo na Comissão que estamos muito aquém do que poderíamos fazer. Claro que não dá para fazer uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, a infinidade de participação dos Estados Unidos no mundo, mas é infinitamente menor a nossa ação na Comissão de Relações Exteriores do a dos Estados Unidos. Estamos muito aquém. Quer dizer, a atuação do Ministério das

Relações Exteriores no mundo é muito maior do que a nossa atuação nas relações exteriores.

Então, eu acho que... Eu tenho discutido, inclusive desde que se discutiram aqui as reuniões da Assembleia Nacional da ONU, sobre quem vai do Brasil, os Senadores, é para fazer turismo, ficar ali, olhando as atividades. Chegamos a convocar o Embaixador do Brasil na ONU, em determinado momento, para discutir com os Senadores qual seria a pauta e, quando os Senadores chegassem lá, saberiam o que ia ser discutido e poderiam falar sobre o tema. Então, acho que todas essas atividades de V. Exª são altamente positivas.

Com relação a esse item que se refere ao requerimento, eu li o requerimento que está aqui na pauta, mas V. Exª já leu uma série de congressos, de realizações que teremos, painéis, de que não tomei conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Os temas não foram colocados. Eu apenas...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ah, sim. V. Exª os leu apenas como referência...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O requerimento é para aprovação da realização do ciclo. E as datas que coloquei foi um calendário para facilitar o nosso entendimento. Quer dizer, como digo aqui, dos períodos sugeridos já foram descontadas as semanas com feriados. Então, o primeiro ciclo, que seria visto na próxima reunião, do dia 17, teremos apresentação dos temas, sugestão, agenda tentativa dos temas que poderão ser tratados, com sugestão de nomes. E os membros desta Comissão poderão sugerir, alterar, modificar a ordem dos temas, suprimir alguns temas e acrescentar outros e sugerir nomes, como fez agora há pouco o Senador Luiz Henrique, em relação ao Fishlow, para que coincidisse a presença dele no Brasil com um dos temas que viessem a ser tratados. De modo que é elástico, é absolutamente... não há nenhuma decisão tomada, a não ser aquela que os Srs. Membros desta Comissão entenderem que nós podemos tratar de realizar esse ciclo de debates.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Entendo. Agora entendi. É que, como V. Exª leu e eu não vi... Agora estou entendendo. V. Exª fez a ideia de como vai ser e, depois, vamos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Isso.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, sou totalmente favorável. Acho, e acredito que V. Exª também concorda, que essas ideias que V. Exª está propondo, esses entendimentos nós vamos analisar caso a caso. Claro que eles vão ser aprovados, agora podemos, como V. Exª falou, para abril do ano que vem, tal; mas não significa que seja, pode ser que aquilo esteja superado aqui, ou outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Claro. Sem dúvida.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Cada vez a gente vai discutindo, debatendo, analisando...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Porque tem inclusive, Senador, além dos temas da atualidade, que são esses mais prementes e que nos preocupam a todos, há também temas institucionais.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Claro, claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, esses não perdem nunca a atualidade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Um dos temas é este: a posição do Ministério das Relações Exteriores, da nossa diplomacia, da ação externa de como está sendo processado todo esse ingresso no Rio Branco, as exigências que são feitas. São temas institucionais que não perdem a sua atualidade e que podem... será um dos temas propostos; naturalmente, será levado à deliberação de V. Exªs e poderá ser aprovado ou não. Mas, enfim, são temas institucionais que não exigem, necessariamente, uma pressa de sua análise, tendo em vista os acontecimentos que hoje, por exemplo, acometem todo o mundo.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Estou plenamente de acordo. Então, vamos aprovar, na minha opinião, com louvor, e, depois, vamos analisar a próxima conferência qual vai ser, etc e tal, e teremos oportunidade de discutir. Tanto, e V. Exª está certo, que tenho até um requerimento, que estranhei não estar na ordem do dia, em que proponho a V. Exª que a Comissão já convocasse o Ministro das Relações Exteriores sobre a situação do Oriente Médio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E já está incluído na pauta da próxima quinta-feira, depois de amanhã. Já está incluído o requerimento de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Já poderíamos aprovar agora de uma vez, já que V. Exª não estará aqui na quinta-feira. Seria mais interessante aprovar com a presidência de V. Exª, com toda sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Certo. É aquilo que eu havia dito, Senador Pedro Simon. Eu pediria muito a sua compreensão. É o simples ordenamento dos trabalhos...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro, claro!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – ...para que... A grande reclamação, por exemplo, que nós, Senadores, temos em algumas Comissões das quais participamos é de que nos chega às mãos uma pauta e, quando chegamos à reunião, a pauta já está diferente, já entrou uma matéria extrapauta, já entrou um requerimento extrapauta...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Claro, claro! Não, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, é a certeza de que cada um dos Senadores saberá, com 48 horas de antecedência, rigorosamente, aquilo que será tratado na reunião e não será pego de surpresa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Está correto! Então, está correto. Eu acho que a vinda é importante. Está uma situação estranha que V. Exª, ao abrir os trabalhos, explicou com muita correção, e o Brasil ainda está numa situação que não entendemos direito o que ele acha com relação à Líbia, com relação a essa questão toda. Acho que a vinda do Chanceler, realmente, seria muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sem dúvida! Concordo plenamente com V. Exª.

Muito obrigado ao Senador Pedro Simon.

Continua em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011

Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, na Feira "ITB Berlin 2011", em Berlim, Alemanha, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, desse Regimento, que se ausentará do País, no período de 8 a 14 de março de 2011, para o desempenho dessa missão.

Autoria: Senadora Lídice Da Mata

Convido o Senador Vital do Rego para atuar como Relator *ad hoc* do Requerimento nº 67, de 2011.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. VITAL DO REGO ((Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre o Requerimento nº 67, de 201, da eminente Senadora Lídice da Mata, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno da Casa, licença dos trabalhos para participar, como representante do Senado, na Feira "ITB Berlin 2011", na cidade de Berlim, Alemanha, no período de 8 a 14 de março do corrente ano.

O requerimento se faz acompanhar do Ofício nº 08/2011 da Presidência da Embratur, do Sr. Presidente Mário Augusto Lopes Moysés, Presidente do Instituo Brasileiro de Turismo (Embratur), esclarecendo que a feira é, em comento, "um dos mais expressivos acontecimentos do setor turístico mundial, proporcionando ambientes que favorecem a apresentação das últimas novidades e informações da indústria turística, com a programação atualizada e modelos inovadores de negócios relacionados ao turismo global". Nesse sentido, a Presidência da Embratur enaltece que a participação do Brasil muito contribuirá para a promoção do nosso País no exterior como um destino turístico mundial.

Análise do presente requerimento:

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal prevê que:

"Art. 40. A ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado.

Estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, a requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada, de 8 a 14 de março.

S. Exª a Senadora Lídice da Mata solicita, portanto, as necessárias providências para o desempenho da missão.

Essa é a análise.

Passo ao voto:

Diante do exposto e tendo em vista a importância da missão, meu voto é pela aprovação do requerimento da eminente Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Vital do Rego.

Em discussão a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Em primeiro lugar, cabe um esclarecimento. Desculpem-me V. Exª e muitos dos companheiros que estão aqui, mas esse é um fato novo. Normalmente, no Senado, o Senador ia ao exterior, a gente ficava sabendo, mas não

se votava, não se aprovava e não acontecia nada. Foi aprovado no plenário uma decisão de que, para o cidadão ir ao exterior, tem que ir em nome do Senado, com diárias pagas pelo Senado ou coisa parecida, mas, primeiro, tem que ser aprovado pelo plenário. Na votação em plenário, como está acontecendo agora – e daqui a matéria vai a plenário –, o Senador explica porque está indo, qual é a razão, e o plenário decide. Na volta, o Senador tem que fazer um relatório por escrito, lido em plenário, dizendo qual foi a atuação, o que ele fez etc. Esse é um fato novo que não existia. A gente, até há uns quatro anos atrás, ia, voltava e, muitas vezes, nem se ficava sabendo. Esse fato é positivo.

Segundo, vejo, com toda sinceridade, que o ofício do Presidente da Embratur diz que as despesas são por nossa conta, quer dizer, por conta do Senado. É um convite onde ele diz, com todas as letras, que com a parte financeira eles não podem arcar. Então, também não vejo... Acho que é normal.

Apenas diria a V. Exª o seguinte: esse primeiro ato que nós vamos fazer é como é que vai ser daqui para diante. Eu venho aqui e trago um ofício lá não sei da onde,, que me convidou e tal, que é isso... O ofício é dirigido pelo Presidente da Embratur à Senadora, não sei qual o motivo... Ela é baiana? Então, porque, na Bahia, o turismo é muito grande, e o congresso é sobre turismo. Imagino que seja por aí. Acho que seja absolutamente correto. Nenhuma dúvida. Estou apenas levantando por uma questão de futuro. Amanhã o Pedro Simon aparece aqui, traz um ofício lá não sei da onde e pede licença... Então digo apenas que a gente tem que... Acho que nem se tem de discutir agora. Em primeiro lugar, sou favorável, acho que se tem que votar favoravelmente, mas deixando claro que nós vamos discutir essa matéria para ver como será no futuro. Se não, pode acontecer uma infinidade de coisas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Pedro Simon, à Comissão apenas cabe a instrução do requerimento. Tem que passar...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sim; mas ao plenário...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E ao plenário caberá a decisão final.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Concordo com V. Exª: sobre o que nós decidirmos aqui o plenário não vai nem abrir a boca para votar. Se nós decidirmos autorizando, o Senado admitiria. Como é que o Senado, que não tem ideia, que não sabe o que é, o requerimento passou na Comissão de Relações Exteriores pedindo... Acho que a discussão tem que ser feita aqui, porque no plenário não vai acontecer nada, até por uma questão.de delicadeza. Não vão levantar uma questão dessa. Eu, por exemplo, não levantaria esse assunto no plenário. Com toda sinceridade, eu não levantaria, porque tenho tanto carinho, acho que a viagem deve ser feita. Sou favorável. E, para levantar uma questão dessa no plenário, eu ficaria até meio mal assim com o Senador.

Então, acho que temos de discutir na Comissão; é a Comissão que vai decidir. Estou apenas dizendo que sou favorável, mas, no futuro... E digo a V. Exª, que está tão preocupado, com muito boa razão, com a nossa atividade, que essa é uma das que eu considero muito importante, porque V. Exª não calcula o que aconteceu no passado. E, agora, nós temos um lado positivo: o cidadão, para ir, tem que pedir, tem que passar por aqui, tem que votar e ele tem que prestar contas. Isso está ótimo; é o que se está fazendo agora. Mas, no futuro... Esse requerimento é o corretíssimo: a Embratur convida, da Bahia, para um assunto que é da maior importância, pelo que sou favorável. Mas não me vá aparecer o Pedro Simon amanhã pedindo para não sei o quê, etc. e tal, passando quatro dias... Mas estou plenamente de acordo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador.

Para contraditar, tem a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não para contraditar, mas para registrar que o Senador Simon está querendo fazer dessa espécie, inclusive com bastante louvor, uma regra, enaltecendo que nós estamos inaugurando um momento novo das relações do Senado com esta Comissão ou dos Senadores que irão participar de eventos internacionais.

No caso em tela, especificamente, essa feira é a maior feira mundial de turismo, e o Brasil conta com um estande de 700m², com expositores de onze Estados no País: São Paulo, Amazonas, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia, da Senadora Lídice da Mata.

Então são esses os esclarecimentos, assistindo razão *in totum*, na totalidade, aos argumentos do Senador Pedro Simon. E o relatório final não será igual, viu, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Vital do Rêgo.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Senador Luiz Henrique, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, apenas para sugerir que, na esteira das argumentações do Senador Pedro Simon, esta matéria seja regulada por resolução da Comissão, o projeto a ser apresentado pela Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente! Peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, inclua entre os atos normativos que estão hoje nas mãos da Senador Gleisi Hoffmann, como Relatora, essa solicitação feita pelo Senador Luiz Henrique.

Muito grato ao Senador Luiz Henrique.

Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – É sobre o tema, sem ser impertinente, do requerimento da ilustre Senadora....

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está em discussão o requerimento, a solicitação da Senadora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pois não. É que estou chegando agora, nobre Senador Pedro Simon, mas as informações que tenho é que o Senado não tinha como rotina, ou como prática, aprofundar a discussão quando um Senador ou Senadora cumpre missão em nome do Senado às custas de recurso público. Mas no art. 40, do Regimento Interno, tem todos os procedimentos a serem adotados da solicitação e até mesmo da pertinência de quem discute.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É o que digo a V. Exª: isso é novo. Não tem mais do que quatro anoS que nós votamos. Não era assim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Então, colaborando com o nobre Senador Pedro Simon, nós já temos, no Regimento, uma série de critérios estabelecidos e me parece que o que falta mesmo é estabelecermos uma rotina de cumprirmos o que está no Regimento, como estamos fazendo já nesta reunião. Eu só gostaria de... Pelo que eu li, está muito apropriado. Se cumprirmos isso, vamos cumprir um papel fundamental, o da transparência: o que os Senadores que representam esta Casa estarão fazendo, por quanto tempo e com qual propósito.

Estão abertas aqui todas as possibilidades: solicitação direta do Senador, da Senadora, do líder da agremiação que ele faz parte, da própria comissão, da Mesa Diretora da Casa. Então, há critérios. E aí me associo ao nobre Senador Simon, no sentido de que é da maior importância que pratiquemos o que está no Regimento, no art. 40, como estamos fazendo hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Iremos tornar isso mais claro em um dos atos que estão com a Relatora Gleisi Hoffmann.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, gostaria de agradecer a presença de todos, mais uma vez, e convocar nossa próxima reunião para o dia 03 de março, quinta-feira próxima, portanto, depois de amanhã, às 10h, neste plenário, quando realizaremos arguição de candidatos a chefe de missão diplomática de caráter permanente e outras matérias.

(Levanta-se a Reunião às 10 horas e 42 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e seis minutos do dia três de março de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senador **Pedro Simon,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes a senhora Senadora **Gleisi Hoffmann** e os senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, João Pedro, Blairo Maggi, Antonio Carlos Valadares, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti.** Justificam a ausência os Senadores **Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Ana Amélia, Francisco Dornelles, Fernando Collor e José Agripino**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Senador **Pedro Simon** procede à leitura dos comunicados da Presidência. Informa o recebimento do Ofício nº 56/2011, do líder do PTB, Senador Gim Argello, comunicando que o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB cedeu, provisoriamente, ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL uma vaga de suplente na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Presidente convida para compor a Mesa os Embaixadores André Mattoso de Maia Amado e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça. São apreciados os seguintes itens, constantes da Pauta: **Item 1 – Mensagem (SF) nº 42, de 2011,** de autoria do Presidente da República, que "s*ubmete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO,*

Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo do Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o agrément do governo desse país". Relator: Senador **Gim Argello**. Concede-se a palavra ao Embaixador André Mattoso de Maia Amado para que faça sua exposição. Resultado: Apreciada a Mensagem. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 43, 2011,** de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da África do Sul, e, cumulativamente, junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto.".* Relator: Senador **Valdir Raupp**. Concede-se a palavra ao Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, para que faça sua exposição. Resultado: Apreciada a mensagem. **Item 3 – Requerimento nº 81, de 2011,** de autoria do Senador Walter Pinheiro, que *"Requer, nos termos do art. 13, combinado com os arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada sua participação no "GSMA Móbile World Congress 2011", a realizar-se na cidade de Barcelona (Espanha), quando estará ausente do país, no período de 10 a 20 de fevereiro de 2011.".* Resultado: Adiado. **Item 4 – Requerimento nº 02, de 2011 - CRE**, de autoria do Senador Pedro Simon, que *"nos termos do inciso V do §2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Antonio de Aguiar Patriota, diante da situação de emergência instalada em países do Oriente Médio, para informar e discutir com os senadores sobre a condição em que vivem atualmente os milhares de brasileiros naquelas nações, bem como avaliar o impacto e as conseqüências nas relações desses países com o Brasil".* Resultado: Aprovado o Requerimento. Durante a reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Antonio Carlos Valadares, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana e Marcello Crivella**. A reunião torna-se secreta às doze horas e dez minutos. É reaberta ao público às doze horas e quinze minutos. O Presidente comunica a aprovação dos Embaixadores André Mattoso de Maia Amado e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com as Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Pedro Simon,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS.) – Meus amigos, declaro aberta a sessão.

O Presidente e o Vice-Presidente estão viajando. Ofereci-me aos amigos que estão aqui presentes, porque, afinal, hoje é apenas quinta-feira. Sempre ouvimos falar, desde criança, na sexta-feira de Carnaval; agora, quinta-feira não é Carnaval. Nós, então, estamos aqui.

Declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária. Proponho a dispensa da leitura da ata, que já é tradicional.

As Srªs e os Srs. Senadores que a dispensam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovada.

A Presidência comunica o recebimento de correspondência da Embaixada da Romênia, encaminhada em romeno, em português, cópia da Mensagem do Presidente do Senado da Romênia, Sr. Mircea Geoanã, dirigido ao Senador José Sarney.

Informo ainda o recebimento do Ofício do Líder do PTB, Senador Gim Argello, comunicando que o Partido Trabalhista Brasileiro cedeu provisoriamente ao Partido Socialista e Liberdade Pessoal uma vaga de suplente na Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa da Fronteira da Comissão das Relações Exteriores.

Passo à Ordem do dia.

Os dois primeiros itens são referentes a dois Embaixadores. Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores – não sei se submetidos à votação, pois é evidente a falta de quorum -, mas eu acho que podemos convidar os Srs. Embaixadores, para que façam as suas exposições, até porque, de acordo com a decisão da Comissão, a pedido do Sr. Presidente, Senador Pedro Collor, todos os Senadores já receberam os pareceres desde a semana passada.

Se V. Exªs concordarem, os Srs. Embaixadores fazem a exposição, e, até lá, verificaremos a situação em que nos encontraremos.

Convido para fazerem parte da Mesa o Sr. André Mattoso Maia Amado*, a fim de exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e ao Grão- Ducado de Luxemburgo, e o Sr. Luiz Carneiro de Mendonça, para exercer o cargo de Embaixador na África do Sul, cumulativamente na República de Maurício e Reino do Lesoto*

O Item nº 01 refere-se ao Embaixador André Mattoso Maia Amado.

Como V. Exªs estão a par, modificamos a organização dos trabalhos, para melhorar ao máximo a vinda dos senhores à nossa Comissão. Nesse sentido, ao contrário de anteriormente, em que, na mesma sessão, o Relator lia, o Embaixador fazia a exposição e se votava, hoje, os Parlamentares recebem a exposição e o voto do Relator uma semana antes, para que todos os Senadores estejam em condições de já saber, conhecer e fazer a exposição que julgarem necessárias.

Por isso, a vinda dos senhores e a análise enviada pelo Itamaraty já são de conhecimento, há uma semana, dos Senadores.

Com a palavra o Sr. André Mattoso Maia Amado.

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Muito obrigado, Sr. Presidente, senhores e senhoras Senadoras, senhoras e senhores.

Sinto-me particularmente privilegiado pela honra de comparecer pela terceira vez perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. A primeira vez foi em 2001, quando me preparava para a Embaixada do Brasil em Lima. A segunda vez, em 2005, quando me destinavam à Embaixada do Brasil em Tóquio e, agora, depois de dois anos e meio como Subsecretário-Geral de Energia e Alta tecnologia do Itamaraty, volto a apresentar-me a V. Exªs para propor-lhes um programa de trabalho que pretendo realizar, caso conte com a alta aprovação de V. Exªs, na Embaixada do Brasil em Bruxelas, que é cumulativa com a Embaixada do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Permita-me, Sr. Presidente, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Gim Argello pela qualidade do relatório. Cumprimentar e reclamar, porque, a partir da qualidade desse relatório, a nossa apresentação tem que estar em outro nível, porque as informações de base estão expostas com muita clareza nesse documento que, em si, já constitui uma importante apostila do que haverá de acontecer em nossos postos. Com esse benefício, posso concentrar-me nas linhas do meu programa de trabalho, a ser desenvolvido em ambas as embaixadas.

Começo a recordar que as relações entre o Brasil e a Bélgica são especiais e importantes. Especiais porque o Rei Alberto I, ainda em 1920, foi o primeiro soberano europeu a visitar o Brasil, e importantes porque temos conquistas expressivas nas áreas econômica, comercial, de investimento e de ciência e tecnologia. Tal como em meus postos anteriores, chego a Bruxelas sem precisar inventar. Os meus antecessores já pavimentaram um caminho de plenos êxitos. O que pretendo fazer é dar seguimento ao que fizeram e, se houver espaço, acrescentar o que couber acrescentar.

O relatório do Senador Argello já indica o montante do comércio bilateral Brasil-Bélgica, que se situa em torno dos cinco bilhões de dólares, considerando que, em 2008, foram seis bilhões e, em 2009, por conta da crise internacional, reduziu-se para 4,2. Portanto, cinco bilhões é uma média razoável e um montante importante.

Mas chamo a atenção de V. Exªs para uma circunstância presente nas relações do Brasil com praticamente todos os países desenvolvidos. Na pauta de exportação brasileira, prevalecem produtos primários, contra a importação de produtos manufaturados belgas, ainda que o saldo seja, em termos monetários, constantemente favorável ao Brasil. Esse dado é importante ser visto de um outro ângulo: se compararmos a tonelagem da exportação brasileira e o preço unitário disso, e a tonelagem e o preço unitário da exportação do país com que conversamos, teremos um índice muito preocupante da ausência de valor agregado das nossas exportações. No caso do Japão, chegava a 60% a diferença desse índice, ou seja, muito simplificadamente e de uma maneira caricatural, estamos exportando pedra, terra, contra chips e produtos tecnológicos sofisticados. Para combater isso, temos que fazer uma inversão importante em inovação e, desse ponto de vista, a relação com a Bélgica é especial. Instituições brasileiras de primeira linha, como a CNEN, CNPq, Caps, Embrapa, Suframa, Fiocruz, estão mantendo contatos estreitos com as suas congêneres na Bélgica para desenvolverem intercâmbio de informações, treinamento de mão de obra qualificada em cursos de pós-graduação e sobretudo pesquisas conjuntas para que tudo isso possa resultar em influência direta na qualidade da nossa pauta de exportações.

Terá, portanto, alta prioridade para mim o projeto que, na esteira da dinâmica das relações econômico-comerciais entre os dois países, possa também favorecer os investimentos na área de pesquisa conjunta e treinamento de mão de obra qualificada. E não vai ser difícil perseguir isso porque Brasil e Bélgica estão hoje em relações bilaterais privilegiadas. A visita do Presidente Lula a Bruxelas e a do Príncipe Philip ao Brasil fortaleceram incrivelmente os laços de amizade entre os dois países, do que resultaram acordos como o previdenciário, o que favorecerá a 40 mil brasileiros hoje residentes na Bélgica, se quiserem contribuir para ambos os sistemas previdenciários em troca da aposentadoria ou outros benefícios no Brasil.

Disso surgiu também a Europalia. A Europalia é uma iniciativa belga. De dois em dois anos, os belgas escolhem um país e o homenageiam com uma progra-

mação cultural muito extensa. Dois mil e onze será o ano do Brasil em Bruxelas e o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura estão trabalhando com entusiasmo na preparação dessa programação.

Estou seguro de que interessará particularmente a V. Exªs saber da existência de uma comissão parlamentar de amizade entre o Brasil e a Bélgica, e se eu puder contar com a autorização de V. Exªs estaria encantado em organizar uma próxima reunião em Bruxelas e recebê-los à altura de minha admiração por V. Exªs.

Se V. Exª me permitir, Sr. Presidente, passaria a tratar agora do grão-ducado de Luxemburgo, país junto ao qual eu também seria creditado cumulativamente. De novo, o relatório do Senador Argello significa um desafio particular para mim, porque as informações de base estão todas lá. Vemos que o intercâmbio comercial não alcança níveis importantes, mas vem crescendo em ritmo acelerado. Também vemos, no caso de Luxemburgo, a predominância de produtos primários. Na verdade, 83% da nossa exportação são de minério de ferro. O que no caso de Luxemburgo não é grave, porque também 83% dos investimentos luxemburgueses no Brasil são na área de extração de minério de ferro. Portanto, o casamento é mais do que justificável.

Existem em Luxemburgo 710 brasileiros, cifra oficial luxemburguesa, mas a estimativa é de que possa o número verdadeiro mediar entre 1.500 e 4.000, entre, de um lado, executivos dos bancos brasileiros que estão lá, Itaú, Bradesco, Unibanco, Safra, e brasileiros que estejam, de outro lado, trabalhando em construção civil, hotelaria e serviços gerais.

Sr. Presidente, tentei apresentar, de maneira sucinta, meu programa ou minha visão de trabalho nesses dois países e me disponho a complementar o que V. Exªs julgarem oportuno.

Mais uma vez, gostaria de agradecer e cumprimentar o Senador Argello pela qualidade do seu relatório. Destaco que, para mim, ser aprovado por V. Exªs significa que quando eu chegar a Bruxelas, mais do que representante da Senhora Presidente da República – como se isso fosse pouco – eu serei representante da Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Antes de conceder a palavra ao próximo Embaixador, o Sr. Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, pergunto se devemos abrir o processo de votação ou se devemos deixá-lo para depois. A Comissão está praticamente completa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu gostaria que fosse iniciado o processo de votação, mesmo porque alguns Senadores têm de viajar e o esvaziamento do *quorum* seria prejudicial aos indicados.

Agradeço a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu me permito divergir do meu ilustre colega, porque creio que, até em homenagem aos Embaixadores sabatinados, seria importante concluirmos pelo menos a apresentação, a palavra inaugural dos dois, antes de iniciarmos o processo de votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Concordo com a sugestão do Senador. Vamos ouvir o próximo indicado.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Todos querem ouvir V. Exª.

Com a palavra, o Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, indicado para exercer o cargo de Embaixador na África do Sul e, cumulativamente, na República de Maurício e no Reino de Lesoto.

Com a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO LUIZ CARNEIRO DE MENDONÇA – Muito obrigado.

Senador Pedro Simon, Presidente desta sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Valdir Raupp, meu prezado relator, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, foi com grande entusiasmo que recebi o convite da Senhora Presidenta da República para representá-la, como Embaixador, junto à África do Sul e, cumulativamente, ao Reino do Lesoto e à República de Maurício. Eu espero merecer a confiança e a aprovação de V. Exªs para desempenhar tal missão.

O relacionamento do Brasil com a África do Sul é bastante intenso, variado, diversificado, mas, no relacionamento com os países africanos, como tive oportunidade de comprovar no meu posto anterior, a embaixada em Moçambique, há muito o que fazer. Então, ao contrário do Embaixador Amado, que disse que, no relacionamento com a Bélgica, ele não teria de inventar, não é que terei de inventar, mas enfrentarei um grande desafio no sentido de que terei de responder às exigências crescentes do relacionamento bilateral.

Nós temos, com a África do Sul, relações bastante antigas. Em 1918, o Brasil abriu um consulado na Cidade do Cabo; em 1948, foi a vez da nossa delegação em Pretória, que depois, em 1974, foi transformada em embaixada. Do lado sul-africano, eles abriram um escritório de representação no Rio de Janeiro em 1952, que, mais tarde, quando transferiram a sede para Brasília, foi transformado em embaixada.

As relações bilaterais, no entanto, não refletem esse período histórico e foram muito rarefeitas até

a década de 90. Isso ocorreu, em grande parte, por causa do regime sul-africano de *apartheid* e da eficaz rede de sanções internacionais, às quais o Brasil se associou. Só a partir dos anos 90, com a transformação do regime sul-africano em multiétnico e multicultural, o relacionamento vai se desenvolver a partir de uma intensa troca de visitas.

Recordaria que, em 1996, o Presidente Fernando Henrique fez a primeira visita presidencial à África do Sul, reciprocada dois anos depois pela do Presidente Mandela ao Brasil.

Com a posse do Presidente Lula e a renovada ênfase atribuída à política africana, o Brasil adquiriu uma nova dimensão como parceiro da África do Sul. Nosso ex-Presidente lá esteve três vezes, enquanto o Presidente Zuma, eleito em 2009, já veio ao Brasil, como o seu predecessor, o Presidente Mbeki, duas vezes.

A partir de 2003, as relações começam a construir-se também em torno de um novo e importante eixo, que é o Ibas, foro informal de concertação política e de cooperação setorial que reúne Índia, Brasil e África do Sul. Em consequência da intensificação do relacionamento e da progressiva identificação de interesses convergentes, em julho de 2010, por ocasião da última visita do Presidente Lula, os dois países assinaram uma declaração e um plano de ação da parceria estratégica, que formaliza o desejo de fortalecer a parceria no âmbito da cooperação Sul-Sul e desenha o mapa para o adensamento das relações bilaterais.

A pauta bilateral, como eu disse, é hoje extensa e diversificada, mas encerra grande potencial de ampliação.

No tempo estrito desta arguição, será impossível pretender cobrir todas as vertentes da agenda, que se escora, numa ponta, no acordo de cooperação técnica, de 2000, e, na outra, na parceria estratégica a que acabo de referir. O acordo tem a importância de ter sido o primeiro instrumento bilateral que definiu as grandes áreas de cooperação, como agricultura, educação, energia, indústria, meio ambiente e saúde, a que se foram progressivamente acrescentando outras, como assistência humanitária, comunicações, defesa, desenvolvimento social, esporte, administração pública, dentre outros.

A parceria vem a ser, assim, uma declaração política norteada por um plano de ação que abarca os aspectos substantivos da relação bilateral em diferentes campos. Ela define, assim, o programa de trabalho que orientará minha missão em Pretória.

Procurarei, a seguir, apresentar-lhes o relacionamento bilateral em função dos grandes vetores da cooperação como refletivo na parceria estratégica.

O primeiro deles seria a cooperação político-diplomática, que se dá, sobretudo, em foros multilaterais e plurilaterais, o primeiro deles, pela sua importância e tradição já, sendo o IBAS. O Foro IBAS vem sendo apresentado como uma das mais bem sucedidas experiências de cooperação Sul-Sul.

A sinergia Brasil-África do Sul é especial e torna muito fluida a coordenação de posições nas mais distintas áreas. Ambos países atribuem elevada importância ao Fundo IBAS, que financia projetos conjuntos em terceiros países de interesse de cada um dos países membros. Os projetos no Haiti, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor Leste e Palestina, dentre outros, são sempre citados nos discursos da Ministra do Exterior sul-africana.

O segundo é o grupo BRICS, que, na origem, era BRIC, quatro países, Brasil, Rússia, Índia e China, identificados por economistas do Goldman Sachs como países cujo futuro econômico se apresentava particularmente promissor. A África do Sul já é membro do grupo, hoje é o quinto membro, que passou a chamar-se BRICS, e a formalização de sua participação se dará no mês de abril na cúpula a realizar-se em Pequim, à qual comparecerá a nossa Presidente da República.

O ingresso sul-africano muda e reconfigura o grupo. Antes, eram países que tinham sido identificados por um critério meramente econômico. Agora, com a África do Sul, passa a ter um inegável contorno geopolítico.

Seguir-se-iam as Nações Unidas e, em 2011, como os senhores sabem, se dá uma coincidência extraordinária, que é a presença dos três membros do IBAS no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Criam-se, assim, dessa forma, condições ideais para consultas e coordenação sobre temas da agenda do Conselho de Segurança. E a África do Sul vem trabalhando, em estreita coordenação com o Brasil, podendo desempenhar um papel de liderança no âmbito das relações Sul-Sul e, em particular, no Continente africano.

Teríamos de falar, depois, do G-20, que é o principal foro da governança econômica global. A África do Sul não só participou de sua criação como é o único país africano a dele fazer parte, o que lhe confere especial responsabilidade frente ao Continente. Fui, durante os últimos dois anos, o representante especial do Presidente no G-20, o que se chama de "sherpa". E posso assegurar que a nossa coordenação e atuação sempre foram muito fluidas e fáceis, porque, apesar de divergências pontuais, na verdade, os dois países defendem posições muito próximas e semelhantes.

Por todas essas razões, o estabelecimento da parceria, a atuação no IBAS, o BRICS, a coordenação no G-20, o Brasil tem-se apresentado cada vez mais e é cada vez mais identificado como parceiro prioritário da África do Sul.

E a África do Sul, por seu lado, se mostra como parceiro necessário para o Brasil. Do mútuo interesse, nascem iniciativas concretas nas áreas comercial, social, científico-tecnológica, esportiva, cultural e abrem-se portas para o continente africano e consolida-se a aliança na diplomacia multilateral, em particular, na defesa conjunta de maior voz aos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais.

Eu falarei, em seguida, da cooperação econômica comercial, começando por uma análise que já está no relatório do Senador Raupp do intercâmbio bilateral que atingiu o seu ápice em 2008, antes da crise financeira, quando o intercâmbio foi de 2,5 bilhões. Em 2009 caiu a pouco mais de 1 bilhão, mas em 2009, mas em 2010 já voltou a ultrapassar os 2 bilhões, o que é bem indicativo do dinamismo e do potencial do relacionamento.

Há uma presença crescente de empresas brasileiras na África do Sul. A mais antiga delas é a Marcopolo, que teve até um papel muito importante na Copa sul-africana, porque eles forneceram os ônibus que atenderam a circulação de jogadores, equipes técnicas e do público sul-africano entre as cidades envolvidas.

Recentemente a Vale associou-se à African Rainbow Minerals, que é de um bilionário sul-africano que tem um time de futebol que se autodenomina The Brazilians. E para fazer investimentos em terceiros países, sobretudo, na Zâmbia e na República do Congo. Do lado sul-africano, a Anglo American é uma presença antiga no Brasil e obteve, recentemente, licença para desenvolver o projeto Minas-Rio, num valor estimado de cerca de 4,5 bilhões de reais.

No plano de ação, previu-se, também, o mecanismo *fast track,* que são reuniões entre os Ministros da Indústria e Comércio dos dois países para resolver pendências não tarifárias, com que se evitam grandes obstáculos no relacionamento bilateral. As reuniões havidas no ano passado foram muito importantes para dar encaminhamento à questão das restrições sul-africanas às exportações de carne brasileira e também às dificuldades que alegadamente o Brasil apresenta à importação de vinhos sul-africanos.

O campo seguinte seria de grande importância e relevância, que é a cooperação em agricultura e desenvolvimento rural.

Como todos sabemos, a experiência brasileira em agricultura e agroindústria sempre desperta, justificadamente, o interesse de terceiros países. Com a África do Sul não é diferente e a importância do posto, a relevância do posto, justificou a criação, no ano passado, de uma adidância agrícola na Embaixada. Essa adidância terá, estou certo, um papel muito importante na dinamização da cooperação nessa área. Há uma importante troca de informações e experiências sobre políticas públicas na área de segurança alimentar, crédito e seguro rural, alimentação escolar, reforma agrária, entre outras. Também, há uma perspectiva de cooperação na produção de *biodiesel*, bem como na criação de bancos de sementes.

Por outro lado, a Embrapa vem estabelecendo relações cada vez mais íntimas com sua congênere sul-africana no Centro de Pesquisas Agrícola. E as duas instituições estão desenvolvendo projetos de atuar conjuntamente em terceiros países, começando por Moçambique. Naturalmente, a presença do Adido Agrícola em Pretória vai estimular muito essa aproximação.

Quanto à ciência, tecnologia e inovação, esse é um dos elementos mais importantes como dinamizador das relações bilaterais. Já houve muita troca de missões exploratórias, houve a reunião do primeiro comitê conjunto sobre ciência e tecnologia e já se estabeleceu um calendário de seminários nos dois países, com que será possível identificar os setores já maduros para efetiva cooperação, bem como os meios e modos para melhor viabilizar essa cooperação.

A cooperação tem incluídas as seguintes áreas temáticas: biotecnologia, biodiversidade, agropecuária, energia, mudança de clima, tecnologia e inovação, ciência espacial e astronomia, governo eletrônico e *software* livre, e pesquisa de materiais e nanotecnologia.

Caberia uma palavra sobre a cooperação na área de defesa, que envolve também um viés científico e tecnológico. Com base em um acordo de 2003. Brasil e África do Sul vêm desenvolvendo o projeto comum do míssel ar-ar, A-Dart. A Marinha tem interesse em replicar a experiência para desenvolver o míssel terra-ar. E a Embraer convidou a empresa sul-africana Denel para participar do projeto avião de transporte militar de carga C-130.

A defesa é um dos mais importantes e promissores campos de cooperação, inclusive à luz dos interesses brasileiros de proteção e defesa do Atlântico Sul. Já houve visitas dos Ministros da Defesa de ambos os lados, e a África do Sul foi pré-selecionada como parceiro prioritário no campo da tecnologia militar por defesa do Grupo de Trabalho integrado pelo Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores e Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Ainda no campo da tecnologia, eu mencionaria a TV digital, na qual o Brasil e o Japão tiveram uma atuação muito importante para promover o sistema nipo-brasileiro. A África do Sul optou pela segunda geração do sistema europeu, que só está disponível para o Reino Unido, o que acarretará um investimento muito vultoso para a sua implementação na África. Há, assim, uma esperança de que se possa convencer os sul-africanos a uma revisão de posições a fim de adotarem também o sistema nipo-brasileiro.

Na área da saúde, a cooperação merece atenção especial pelo elevado potencial de complementaridade entre os programas de saúde dos dois países. O lado sul-africano tem demonstrado interesse na produção de medicamentos, vacinas, *kits* para diagnóstico, bem como no aprendizado e troca de experiência em gestão hospitalar e gestão de recursos humanos na saúde. Naturalmente, pela realidade local, há um interesse muito grande na cooperação em HIV-Aids, tuberculose e malária.

Quanto à cooperação jurídica e legal, eu queria assinalar que também recentemente, no ano passado, foi criada uma adidância policial na Embaixada, o que deverá contribuir para o bom andamento, sobretudo, das questões relacionadas ao tráfico de drogas e crimes conexos, que, vez por outra, toldam muito o relacionamento bilateral. Por outro lado, estamos reconsiderando ou a negociação, ou a renegociação de importantes instrumentos de cooperação, como acordo de cooperação jurídica em matéria legal, tratado de extradição e também um acordo sobre transferência de pessoas condenadas.

O penúltimo campo seria a cooperação em esportes e Copa do Mundo. Naturalmente, havendo a África do Sul sediado a Copa de 2010 e cabendo ao Brasil sediá-la em 2014, é uma grande vantagem e o interesse será muito grande que o Brasil procure conhecer a experiência sul-africana a respeito. Já houve vários contatos voltados, sobretudo, para o legado da copa para o país anfitrião. Especificamente, nós contaremos muito com a cooperação sul-africana em relação a um esporte no qual o Brasil tem que adquirir, antes de 2016, uma grande expertise, que é o *rugby*. O *rugby* é um esporte olímpico, fará parte do calendário olímpico dos jogos de 2016, mas o que existe no Brasil realmente é muito precário e preliminar, e a África do Sul é um dos grandes países na modalidade. Nós teremos também, tenho certeza, a cooperação de Argentina e Uruguai, que são outros dois grandes parceiros no rugby.

E, finalmente, eu falaria, em relação à África do Sul, do interesse pela cultura e pela língua portuguesa. A Embaixada abriu, em 2009, um Centro Cultural Brasil-África, que já está sendo ampliado para conter uma demanda crescente. Há um interesse muito grande não só em aprender a língua, mas também em informar-se sobre a cultura brasileira – e esse interesse é também refletido do lado sul-africano.

A província de Gauteng, onde estão situadas a Pretória e Joanesburgo, agora cogita a abertura de uma casa da África do Sul em Salvador.

Quanto ao Reino do Lesoto e a República de Maurício, eu me reportaria ao relatório do Senador Raupp. As nossas relações com Lesoto são ainda muito limitadas, muito incipientes, eles têm naturalmente o interesse nesses sistemas em que o Brasil apresenta um grau de desenvolvimento notável, que são agricultura, agroindústria e saúde.

Maurício teve o relacionamento durante longo tempo congelado, porque era um país produtor de açúcar e o Brasil questionou o mecanismo europeu de subsídios e facilidades aos produtores de açúcar das suas antigas colônias. Esse contencioso foi resolvido, o Brasil teve razão, a União Europeia teve de acabar com o subsídio e Brasil e Maurício agora trabalham com vistas a uma reorientação das exportações mauricianas de açúcar e também a produção de biodiesel, que poderá ser de grande utilidade para outros países africanos.

Eu ficaria por aqui e coloco-me à disposição de V. Exªs para as perguntas que quiserem fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu abro o processo de votação dizendo ao nosso querido Senador de Sergipe que gostaríamos, logo depois de votar, ele ficasse algum tempo conosco.

Está aberto o processo de votação.

O primeiro inscrito é o Senador Luiz Henrique, que está com a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores recebe hoje dois dos principais quadros do Itamaraty, embaixadores que não nos farão ter saudades de eminentes diplomatas como Paulo Nogueira Batista, como Thompson Flores, Rubens Ricupero e tantos outros expoentes daquela casa.

Eu vou dirigir três perguntas ao embaixador André Amado.

V. Exª notabilizou-se no Itamaraty, dentre outras coisas, pela reforma do Instituto Rio Branco. Transformou aquela casam que tinha um ensino predominantemente acadêmico em um ensino *dual*, estabelecendo uma mudança muito importante, que consistiu na nomeação do 3º Secretário a partir do início do curso, dentre outras. Gostaria que V. Exª esclarecesse para

esta Comissão todo o teor dessa importante mudança na nossa casa de formação de diplomatas.

Brasil e Bélgica tem uma relação bilateral comercial ainda muito aquém da sua potencialidade e, como V. Exª mesmo assinalou, o Brasil que ocupa um grande espaço na produção de *software*, por exemplo, continua exportando *commodoties* para a Bélgica. Nós somos o 27º parceiro comercial da Bélgica, o 35º em importações e o 39º em exportações no contexto da América Latina.

A segunda pergunta que eu faria, já que venho de Joinville, uma cidade caracterizada por forte produção de valor agregado e de um Estado que exporta 2/3 dos seus produtos de valor agregado, é: como incrementar as exportações brasileiras para a Bélgica a partir de produtos com conteúdo tecnológico.

A terceira pergunta que dirijo a V. Exª é a seguinte: há uma agenda, um calendário de eventos da Europália, que deverá ocorrer entre outubro deste ano e março do ano que vem? Seriam essas as três perguntas que eu dirigiria a V. Exª.

E, ao Embaixador Pedro Carneiro de Mendonça, que é considerado no Itamaraty o principal especialista em assuntos econômico-financeiros, tanto que chefiou delegações, como ele próprio mencionou, no G20, no clube de Paris, na OCDE, pergunto: a sua nomeação para o posto na África do Sul representa prioridade do Brasil no incremento das relações econômicas com aquele País?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon Bloco/PMDB - RS) – Achei a pergunta de V. Exª muito interessante pela pergunta e pela outra que está subtendida: se não é isso, o que é?

Se os Srs. Senadores concordarem, já que são três os inscritos, faríamos as perguntas para, depois, eles responderem conjuntamente.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, que bom ter V. Exª hoje presidindo a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. V. Exª nos inspira a todos.

Cumprimento ambos os Embaixadores designados para missões tão significativas, como a de irem para Bélgica e áfrica do Sul.

Embaixador André Mattoso Maia Amado, eu gostaria de transmitir, uma vez que vai à Bélgica, onde nos informa que há mais de 40 mil brasileiros, que tive a oportunidade de visitar a Bélgica algumas vezes, inclusive em dezembro último. No dia 21 de dezembro, tive a honra de ter sido convidado pelo Flemish Theater Group, entidade que representa todos os artistas da Bélgica, para, em Bruxelas, proferir uma palestra, juntamente com aquele que é a maior autoridade, Professor Philippe Van Parijs, sobre a proposta da renda básica incondicional para todos os cidadãos do mundo. E, ali, todos os artistas, num auditório repleto, juntamente com os movimentos sociais, tivemos um diálogo de altíssimo nível sobre o tema do combate à pobreza no mundo, mas sobretudo fui convidado a explicar os avanços obtidos pelo Brasil no propósito de erradicar a pobreza, promover maior igualdade e justiça. Vi que a proposta ganha cada vez mais adeptos. Ainda no último domingo, no Jornal *Le Monde,* o ex-Primeiro Ministro da França, Dominique Villepin, pré-candidato à Presidência da República, acaba de declarar que defende a renda básica para todos os cidadãos franceses. Eu gostaria de dizer do meu entusiasmo por isso.

No Congresso Nacional, por consenso de todos os Partidos, foram aprovados os projetos Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Bolsa Família, e também tive a felicidade de ver aqui aprovada, da mesma maneira, por consenso, ainda que para ser instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como se faz no Bolsa Família, a Renda Básica de Cidadania. O Brasil é o primeiro país a aprovar projeto nesse sentido.

Eu também queria transmitir ao querido Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, que vai à África do Sul, que estive naquele país por várias vezes, inclusive em Cape Town, em 2006, no primeiro congresso internacional a tratar da Renda Básica fora da Europa. Esse congresso se realizou na África do Sul, uma vez que ali há uma coalização entusiasta pela instituição da Renda Básica, inclusive pelas centrais sindicais, pelo Cosatu, por inúmeras entidades, pelo Conselho das Igrejas.

Naquela oportunidade, da mesma maneira como o Presidente Lula transmitiu uma mensagem, que pude ler, o então Prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu conclamou todos nós a que lutássemos por um instrumento muito simples para erradicar a pobreza e para prover dignidade a todos, que era a Renda Básica de Cidadania.

Ao meu lado, naquela reunião, estava o Bispo Zephaniah Kameeta, da Namíbia, que se tornou um entusiasta dessa questão, e o Presidente da coalização da Namíbia para instituir a Renda Básica. Ele vem lutando com extraordinária energia, conseguiu fazer com que cidadãos da África, da própria Namíbia e de inúmeros países e as igrejas alemãs constituíssem um fundo de doações voluntárias, para que se iniciasse, a partir de janeiro de 2008 – portanto, já há três anos –, numa vila rural muito pobre na Namíbia, chamada Otivero, que fica a 100Km quilômetros de Windhoek, uma experiência pioneira da Renda Básica num mundo em desenvolvimento, num lugar muito pobre.

Pude visitar essa localidade na última semana de fevereiro. Por dois dias, estive lá e dialoguei com todas as autoridades.

Se me permite, Senador Pedro Simon, quero dizer que ali chegamos junto com nosso Embaixador José Vicente Lessa e com o Bispo Zephaniah Kameeta. Eram quatro ou cinco automóveis. Quando chegamos à vila, o povo começou a se juntar. Eu disse que era melhor que fôssemos a pé até o centro da vila. Seguimos com o povo, que nos recebeu de forma bonita: os africanos cantavam, para nos transmitir as boas-vindas. Ali, debaixo de uma grande árvore frondosa – eram 13h de um domingo –, nós nos reunimos com mais de trezentas pessoas, dos mil moradores da vila. Os jovens passaram a cantar e a dançar, para mostrarem sua alegria.

O Bispo Zephaniah Kameeta nos contou da experiência da Renda Básica de Cidadania naquela vila, o que nos fez compreender melhor o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes. Na Galileia, quando Jesus pregava para cinco mil pessoas, seus discípulos Lhe disseram que o povo estava cansado, com fome. "Dá-lhes de comer", disse Jesus. "Ah, mas temos apenas dois peixes e cinco pães." Jesus não disse que um merecia, e outro, não; que um deveria ficar na fila; outro, não. Jesus disse: "Dê igualmente para todos". Aí surgiu, como numa transformação, tal sentimento de solidariedade nas pessoas, que cada um passou a dar o que tinha.

Naquela vila, há três anos, passou a haver uma modesta demanda, representada por 100 dólares da Namíbia, equivalentes a R$22,00 por mês, para os quase mil habitantes.

Eis que alguns começaram a produzir o pão; outros começaram a produzir frutas e legumes; outros passaram a produzir tijolos; outros, os tecidos e as roupas. Eu fui à casa dessas pessoas, que me mostraram, inclusive com alegria, a mulher que desde as 5h da manhã estava fazendo pão para ser vendido a um dólar da Namíbia. A taxa de abandono escolar passou de 40% para zero; a taxa de criminalidade diminuiu 42%, e assim por diante.

Quero lhes dizer que, tanto na África do Sul quanto na Bélgica, podem contar comigo. Vou continuar realizando isso.

Prezado Embaixador André Mattoso Maia Amado, quero lhe dizer que, no Professor Philippe Van Parijs, o senhor tem um amigo extraordinário do Brasil. Eu o considero um dos meus maiores amigos pessoais no planeta Terra, se não no universo. E V. Exª, como Embaixador, terá ali um elo de muito carinho e muito especial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muita boa sorte na importante missão que ambos terão na Bélgica, na África do Sul e nos países em que também nos representarão!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Tenho que explicar aos Srs. Embaixadores, porque eles podem ter estranhado um pouco a generalidade do discurso do Senador Suplicy, mas é uma idéia fixa dele. Se ele morrer, chegar ao céu e Deus perguntar a ele: "O que tens a falar?", a primeira coisa que ele vai cobrar de Deus é: "Por que tu não ajudaste a renda mínima ainda?". (*Risos*.)

Se agora, no carnaval, ele for convidado para qualquer desfile e fizer uma exposição, ele dirá: "Imaginem vocês como o carnaval vai melhorar quando tivermos a renda mínima!".

Então, como último inscrito, se não tiver mais ninguém, o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, vamos ter ainda a sessão secreta? Ou já foi na outra...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Não entendi.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Aquela parte da sessão, secreta, reservada, nós ainda a teremos ou foi na sessão anterior?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Não, na hora de ele responder, podemos fazer uma parte secreta. Se bem que, por mim, eu não faria.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria apenas de...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Como estou aqui, não tenho nada que ver, não sou o Presidente...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu vou esquecer, ainda que eu receba uma reprimenda – espero que não seja exagerada – do Presidente da Comissão, depois.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente Pedro Simon, V. Exª pode presidir qualquer Comissão nesta Casa. V. Exª, com quatro mandatos imaculados, é para nós, aproveitando a época do carnaval, como Clóvis Bornay era no Rio de Janeiro... (*Risos*.)

Sem comprometer, sem comprometer... (*Risos*.)

Presidente, espere aí, deixe-me explicar. Sem comprometer...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu mereço! Eu confesso que, nos meus 80

anos, eu já tinha sido comparado a muita coisa. Ao Bornay, é a primeira vez. (*Risos*.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, sem comprometer a índole venérea do seu sangue gaúcho, V. Exª é tão *hors-concours* quanto ele era nos desfiles do Copacabana Palace. Ele não competia mais, ele recebia logo o prêmio.

Presidente, eu gostaria apenas de dizer o seguinte: os dois Embaixadores têm a ventura de serem cariocas, que é no Brasil – desculpem o ufanismo – o exemplo mais clássico da mistificação positiva da raça brasileira. O carioca é, sem dúvida, aquele que expressa melhor as virtudes desse sangue negro, desse sangue índio, desse sangue europeu, pela sua, vamos dizer assim, constante contemplação das extraordinárias manifestações da natureza na nossa terra, na nossa cidade – ambos são cariocas –, pelo temperamento de tolerância, pela maneira de lidar com as pessoas.

E, agora, Sr. Presidente, eles ocupam cargos no exterior com uma independência extraordinária.

O Brasil, nos fóruns internacionais, já não teve mais retaliações. Não devemos mais nada ao exterior. Não temos dependência tecnológica. E isso agradecemos de um processo histórico desde Getúlio Vargas, passando, inclusive, pelo nosso Presidente Sarney. E é bom ressaltar, o Presidente Sarney assumiu a transição de um regime autoritário para um regime democrático. Fez uma aproximação importante com a Argentina, que foi base do Mercosul, sofreu pressões grandes dos interesses americanos para conter nosso projeto cibernético, espacial e nuclear e o manteve firme, de tal maneira que depois, com o Presidente Lula, alcançamos uma extraordinária projeção internacional.

Celso Amorim, é bom que se diga, foi considerado pela revista mais importante dos Estados Unidos, *Foreign Policy*, e por um dos três mais importantes jornais americanos, *Washington Post*, como a sexta mais importante personalidade mundial, ficando à frente de Hillary Clinton, Angela Merkel, e mais 92 personalidades.

Vivi fora do Brasil dez anos, sobretudo na África, e verifiquei como o Brasil, o Presidente brasileiro, o Presidente Lula era querido no exterior. Hoje, um embaixador brasileiro, em qualquer posto, assume a sua posição com muita independência, assume a sua posição, repito, sem nenhum temor de qualquer tipo de retaliação. Na época de Juscelino não era assim, ele não teve empréstimos do FMI para construir Brasília, nem o seu projeto de energia e transporte, porque havia interesses conflitantes. Naquela ocasião era assim. Nunca tivemos benesses em Plano Marshall e nem em transferência de tecnologia. Nós fizemos o nosso capital e desenvolvemos nossos projetos com a inteligência brasileira. E hoje alcançamos esse momento extraordinário, momento este que gostaria de ressaltar, quando conterrâneos vão ocupar postos tão importantes no exterior.

Para terminar, também gostaria de dizer que na África do Sul temos, sim, um longo caminho a percorrer. Lembro-me que quando fui morar lá, em 1992, tínhamos um superávit na balança comercial de US$200 milhões. Já se passaram 18 anos e esse superávit é crônico. Hoje, chega a US$1 bilhão. Não sei, honestamente, se esse superávit é bom para o Brasil. Não vejo muita vantagem nisso. As exportações de armas brasileiras para África... Meu Deus, um continente que tem 32 milhões de crianças fora da escola – estou falando da África do Saara para baixo, da floresta tropical para baixo, países negros – e quero dizer uma coisa para V. Exª, Senador Pedro Simon, uma das coisas mais lindas que vi na minha vida, e eu me lembrava disso quando o Senador Suplicy falava da sua experiência no Deserto do Kalahari, naquela vila da Namíbia, é a porta de uma escola na África. Pode ser na Burkina Faso, pode ser no Malawi, na Zâmbia, no Quênia, na Uganda, em Madagascar, seja onde for. As crianças, às vezes, saem de um barraco, mas a porta de uma escola é algo tão bonito, porque elas são tão arrumadas, com o cabelo com as trancinhas, com as miçangas, a roupa tão bem lavada. Acho que o Brasil e a África tem realmente que evoluir muito nas suas relações.

O nosso Presidente Lula percebeu isso não só nos acordos para agricultura. A Embrapa está lá. A savana africana é muito parecida com o nosso cerrado, com imenso sucesso estão plantando soja, vão fazer combustíveis. Nós implantamos uma fábrica de antiretroviragem em Moçambique, produzindo 20 dos 25 coquetéis da Aids. Universidades Brasil/África estão transmitindo aulas via satélite. Mas realmente nós ainda temos de aumentar esse intercâmbio, sobretudo com a África do Sul, que é a porta tecnológica da África e cujo superávit realmente, eu não sei, acho que deveríamos diminuí-lo.

Lesoto, por exemplo, não compramos nada de lá. Eu estava lendo no relatório que Lesoto compra muitas panelas do Brasil, praticamente todas as panelas de lá são brasileiras. Mas é um reino lindo, as pessoas que forem lá ficarão encantadas de conhecer o Drakensberg, que tem neves eternas. É um país lindíssimo nas montanhas, com um povo extraordinário, e a gente não o conhece. Maurício eu não conheço, mas a África do Sul eu conheço bem.

De tal maneira, Sr. Presidente, que eu gostaria de desejar aos embaixadores todo o sucesso e não podia deixar de ressaltar também – esta é a primeira sabatina desta nova sessão legislativa – o trabalho

extraordinário que foi feito no passado por esses brasileiros e, recentemente, sobretudo pelo nosso grande chanceler e pelo Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Inscreveram-se mais quatro oradores. Ouvimos todos, depois os embaixadores falam.

Jovem Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá, assisti ao programa da Rede Viva, e V. Exª deu um show. Eu fiquei impressionado, parecia um jurista, um Senador de 40 anos de atividades. Sinceramente, tive um pouco de inveja cristã. Meus cumprimentos. V. Exª tem a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Pedro Simon, como está sendo transmitida essa reunião da Comissão de Relações Exteriores, vou recomendar minha assessoria para registrar seu anúncio e seu elogio. Vale o currículo da minha vida ter um elogio de alguém da altura ética que o senhor tem nesta Casa. O senhor é fonte de inspiração para todos nós. Adoro uma frase do Lênin que diz o seguinte: a palavra convence, o exemplo arrasta. V. Exª é um exemplo para todos nós nesta Casa. Então, V. Exª é fonte de inspiração para todos nós. Minha atuação no programa da Rede Vida sempre será aquém do que tem sido sua atuação aqui. Com o senhor, tenho muito o que aprender ainda; todos nós temos muito o que aprender.

Mas quero cumprimentar o Embaixador André Mattoso, nosso futuro embaixador no Reino da Bélgica e Grão-Ducado de Luxemburgo, e o Embaixador Pedro Luiz Carneiro, nosso futuro embaixador na República da África do Sul, na República de Maurício e no Reino do Lesoto.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, quero destacar meu profundo acordo com a política externa brasileira dos últimos anos, que tem se baseado em algo que considero fundamental para nosso País, que é a multilateralidade. Uma nação que está entre as dez economias do planeta e que, oxalá, chegará, até o ano de 2020, entre as cinco economias do planeta, não pode ter uma condição submissa na política externa internacional.

Nós somos um país que tem vocação para ser protagonista no cenário internacional.

E, nesse sentido, algo que tenho a destacar e a elogiar tem sido, nos últimos anos, a nossa aproximação com a África, por várias razões. Alguns até podem questionar o fundo econômico, as razões de ordem econômica para essa aproximação, e mais fortes são as razões, Senadora e Senador Jorge Viana, as razões culturais e históricas que nos unem com a África. Basta olhar, nesta Comissão, a composição étnica dos que estão aqui nesta sala para percebermos o quanto da África nós temos.

Olhar para a África é, primeiro, fazer uma remissão dos nossos próprios pecados. A colonização europeia e portuguesa aqui dizimou um continente; aliás, foi uma das mais cruéis colonizações e ocupações na África a ocupação portuguesa. Então, primeiro, é uma remissão de pecados olhar a nossa ação com a África, e, segundo, é o reencontro histórico e cultural com a nossa identidade africana.

Na verdade, a minha pergunta, em especial – e aí me permita, Embaixador André –, ao Embaixador Pedro Luiz, é neste sentido: o senhor será Embaixador em um país que tem uma evolução democrática muito parecida com a nossa. Nossa abertura se consolidou, iniciou-se no final dos anos oitenta e no começo dos anos noventa, na África do Sul, começou o fim do regime do *apartheid*.

Então, nós temos histórias muito parecidas. Creio que, vendo a composição social e econômica sul-africana e a nossa composição social e econômica, nós temos muitas semelhanças. Aliás, recentemente, na última Copa do Mundo lá, parece-me ficou mais patente essas semelhanças de identidade entre os nossos povos.

A primeira pergunta: o que fazer para aprofundar e avançar essas relações com um país tão irmão e tão parecido com o nosso? Nossas relações, não só com a África do Sul, como assim percebi no relatório, mas também com o Reino do Lesoto e com as Ilhas Maurício são muito tênues, são muito frágeis. Essas relações – comerciais, culturais e políticas –, quais as ações que a diplomacia brasileira pensa para intensificá-las, para ampliá-las?

E qual a compreensão – V. Exª, como membro do Itamaraty – do Itamaraty em relação à continuação ou aos passos futuros das nossas relações com a África?

São esses os questionamentos que eu tinha a fazer para V. Exª.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra a ilustre representante do Paraná, Senadora Gleisi Hoffmann. Esse Hoffmann é do Rio Grande do Sul também ou não?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Tem um pouquinho de lá, sim, Senador. Santa Catarina... É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O Luiz Henrique sabe...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Tem família, sim, de lá.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – O Luiz Henrique sabe que os Hoffmann de Santa Catarina vieram do Rio Grande do Sul.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É verdade, somos todos irmanados!

Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Embaixador André Mattoso e Embaixador Pedro Luiz – é um prazer muito grande tê-los aqui. Eu, na realidade, queria saudá-los apenas pela exposição que fizeram, mostrando conhecimento, mostrando o compromisso que têm com o Brasil. Também tenho certeza de que teremos excelentes representantes. Tenho certeza também de que têm a consciência dos desafios que teremos à frente nessas relações.

Quero somar-me aqui às palavras do Senador Crivella e também do Senador Randolfe, de reconhecimento à política do Itamaraty, uma política que defende os nossos interesses comerciais, que defende o nosso País de forma altiva, uma política que também é de muita solidariedade e reconhecimento de que precisamos estar atuando junto com outros países para que possamos vencer os desafios de toda a humanidade, em especial em relação à África do Sul.

Então, eu queria desejar muito aos senhores sucesso, muita sorte. Colocamo-nos à disposição, particularmente quero colocar-me à disposição, e dizer que a gente torce muito para que essa política cada vez mais se consolide e faça sucesso.

Então, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Fico impressionado com a Senadora Gleisi. Eu a vejo no plenário.

Ontem, estávamos na posse do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e, agora, V. Exª está trabalhando, quer dizer, com computador etc.. Pare um pouco! Não vejo um segundo em que ela não está trabalhando!

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Meu caro ilustre Presidente Pedro Simon, senhores, penso que não podíamos, na sua Presidência, no momento em que estamos aqui, ouvindo dois ilustres membros da diplomacia brasileira, ver o envolvimento da Senadora, dos Senadores que me antecederam, a preocupação em reconhecer o quanto o Brasil tem mudado do ponto de vista da sua diplomacia, sempre valorizando os profissionais do Itamaraty.

Eu queria dizer que eu não poderia, já na fase final desta sessão, de, quando nada, me posicionar com voto de plena confiança no desempenho do nosso novo Embaixador Pedro Carneiro na África do Sul. Tenho certeza de que os desafios, que são enormes, na relação do Brasil com a África do Sul, como, apropriadamente, o senhor falou, estarão em boas mãos.

O mesmo tenho que dizer do ilustre Embaixador André Amado, um amigo, com o qual tive o privilégio de conviver quando Governador do Acre, e ele, diretor e promotor das mudanças no Instituto Rio Branco. De fato, o Senador Luiz Henrique, com muita propriedade, reconheceu as mudanças que ocorreram no Rio Branco, dando crédito a este brilhante profissional da diplomacia brasileira André Amado.

Ele tirou o Instituto Rio Branco de Brasília, estabeleceu rotinas de todos os alunos conhecerem a Amazônia, conhecerem a realidade brasileira, e foi assim que nos conhecemos. Todo ano, eu tinha oportunidade de discordar, inclusive, na época, dos caminhos que a própria diplomacia brasileira adotava, porque eu tinha oportunidade de falar com os alunos do Instituto Rio Branco.

Depois, ele foi ser Embaixador do Brasil no Peru. Daí, eu queria fazer este registro: foi nesse período que se consolidou a relação, o projeto de interligação rodoviária do Brasil com o Peru. Projeto iniciado no governo do Presidente Fernando Henrique, com quem tive a honra de estabelecer uma relação institucional, de trabalho que, depois, teve sequência no governo do Presidente Lula, com a conclusão, que agora está pronta, da Rodovia que nossos irmãos peruanos chamam de Interoceânica, e que chamamos de Estrada do Pacífico. Hoje, já é uma rota de negócios e de integração cultural dos nossos povos.

Faço este registro porque, logo após essa missão exitosa, desempenhada pelo Embaixador André Amado, ele foi para a Embaixada do Brasil no Japão, em Tóquio.

Lá também acompanhei e sei o quanto foi importante o seu trabalho, inclusive, de novo envolvendo a área ambiental do nosso País, pelo conhecimento que ele guarda, e muitos projetos puderam ser implementados a partir dessa ação.

Então, eu queria, concluindo, falar da coincidência de termos o Embaixador na África do Sul, Pedro Carneiro, e do Embaixador na Bélgica. Estamos tratando de situações bem diferentes como se tivessem uma importância até diferenciada e eu queria fazer esse registro também.

Graças à ação do Governo do Presidente Lula, do trabalho competente do Chanceler Celso Amorim, houve uma inversão positiva na diplomacia brasileira – foi melhorada – e posso citar aqui, especialmente, o continente africano.

As viagens do Presidente Lula, as imagens, a convivência estabelecida, o reparo histórico que o

Brasil iniciou com o continente africano são parte da história recente do nosso País.

Como resultado, obviamente, dessa nova aproximação, teve-se uma mudança extraordinária na relação econômica. Sair, em 2002, de uma relação comercial próxima de 600 milhões para, em 2008, termos uma relação comercial já próxima dos três bilhões é algo muito importante para o Brasil e para a África.

Eu queria, concluindo, dizer que tenho convicção de que o País está muito bem, mas eu queria um comentário do nosso Embaixador na África do Sul sobre como o senhor vê a próxima etapa dessa relação, o que deve ser priorizado nessa relação, já que a relação histórica foi retomada no Governo do Presidente Lula, ela se encontra com a nossa história. Eu queria que o senhor comentasse quais são esses novos desafios para que essa relação possa dar um outro salto qualitativo a partir dessa sua missão.

Para o Embaixador André Amado, eu sei que a Bélgica guarda um conhecimento profundo na área de energia. Hoje, as hidrelétricas que estão sendo feitas – no caso a de Jirau – têm a participação de uma empresa belga, a Suez, liderando o consórcio. A Bélgica tem, de fato, há muito tempo acumulado tecnologia na área de energia nuclear, na área de energia eólica, na área de energia renovável. É um país importante, muito importante por esse aspecto.

A coincidência boa é que o nobre Embaixador acaba de desenvolver um trabalho muito importante no nosso País, como missão também, trabalhando na Secretaria-Geral de Energia e Alta Tecnologia.

Eu gostaria que o senhor nos colocasse como o País, o Brasil pode, também, ter na sua presença lá e nessa área de tecnologia e energia um estreitamento.

É bom para o Senado saber que o senhor pode dar uma contribuição realmente efetiva, pelo currículo que tem e pelo conhecimento que acumulou, recentemente, nessa área de tecnologia e energia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado, meu amigo, Senador Jorge Viana.

Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Embaixadores Pedro Luiz e André Mattoso Maia, chamou-me a atenção, nesta reunião, lendo alguns materiais, o número de brasileiros, na Bélgica, que não estão com documentação regular. Dois itens me chamaram a atenção. O primeiro, a idade desses brasileiros na Bélgica.

Se é verdade que nós temos 40 mil brasileiros e apenas sete mil brasileiros têm documentação regular, é preocupante, porque sempre nós somos surpreendidos, aqui, com verdadeiros constrangimentos a brasileiros, a homens e a mulheres, que saem daqui para a Europa, e conhecemos as últimas decisões da União Europeia, tratando os migrantes de forma muito dura – devo dizer, inclusive, desumana.

V. Sª e o Itamaraty – não é personalizar – têm uma política detalhada para tratar essa situação?

Chama-me a atenção o número de mulheres novas, com idades de 18 a 20 anos, na Bélgica.

V. Sª pode detalhar para esta Comissão algum procedimento no sentido de reverter essa situação. São brasileiros que saem daqui para a Europa, para trabalhar, e merecem ser tratados como emigrantes. Estão na Europa, vamos tratá-los desta forma, e não da forma como de vez em quando se vê pela mídia, de forma discriminatória, preconceituosa, como brasileiros, africanos e latino-americanos são tratados na Europa.

É evidente que desejo que V. Sªs trabalhem no sentido de não só reafirmar os compromissos do Brasil lá fora, como também compromissos internacionais que possam valorizar os seres humanos.

Desejo ao Senador Pedro Luiz, na África do Sul, uma presença, um trabalho exitoso no sentido de aproximar e de valorizar essa experiência da África do Sul.

Quando se olham os números econômicos nos últimos anos, eu só posso atribuí-los à nossa democracia. Mas a democracia sul-africana é muito recente, bem como os passos no sentido de consolidar um Estado democrático. Penso que é com democracia que vamos ampliando não só os números econômicos, vultosos, mas a relação cultural entre povos. E, evidentemente, Brasil e África temos ainda que caminhar nesse sentido. A nossa raiz está na África, muito do Brasil é africano. Então, com a presença de um Embaixador que possui a experiência de V. Sª, ganha o Brasil, ganha a África, ganha essa relação histórica que buscamos no sentido de ter uma relação profunda, não meramente comercial, mas profunda do ponto de vista das nossas culturas.

Desejo um exitoso trabalho do Brasil na África do Sul, na pessoa de V. Sª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Agora, sim, o último orador inscrito, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Embaixadores, eu penso que não é hora de fazermos aqui um debate geral sobre a política externa brasileira; portan-

to, como Senador da Oposição, não vou glosar o mote que foi lançado aqui por alguns dos meus colegas situacionistas que repetem, em tons variados, a história de que o governo Lula foi o marco inicial da História do Brasil, inclusive neste campo das relações exteriores. Creio que não é hora de fazermos esse tipo de debate, mas sim de reafirmarmos aqui um contentamento geral da Comissão com a indicação por parte da Presidente Dilma dos dois diplomatas que hoje se submetem aqui a esta sabatina, o Embaixador André Amado e o Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça.

As perguntas específicas relativas à missão de cada um já foram feitas pelos Senadores que me antecederam, especialmente pelo Senador Luiz Henrique, o Senador Randolfe e o Senador João Pedro, a respeito da situação dos brasileiros na Bélgica, que, aliás, foi um país de asilo. Logo no início, no tempo mais duro do regime militar, a Bélgica foi um país de acolhida de emigrados políticos brasileiros. Então, as perguntas específicas já foram formuladas e não quero chover no molhado. Desejo apenas me congratular com a Presidente pela escolha de dois diplomatas que honram as melhores tradições do Itamaraty, o Embaixador André Amado e o Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, e desejar-lhes pleno êxito na missão que vão cumprir. Porque tenho certeza de que o Plenário do Senado haverá de aprovar a indicação dos dois Embaixadores.

Obrigado.

O SR. ANÍBAL DINIZ (PT – AC) – Sr. Presidente, é possível ainda uma inscrição a mais?

Srs. Senadores quero cumprimentar o Embaixador André Mattoso Amado. Com ele temos um contato de maior proximidade, pela sua estada no Peru, em Lima, e por sua imensa contribuição para que acontecesse aquela aproximação tão produtiva que conseguiu fazer com que o Brasil mudasse seu olhar nessa relação Pan-Amazônica e hoje tenhamos dado um passo tão importante, que é a integração, através da Interoceânica, que passa pelo Acre, pela BR-317, que foi executada pelo nosso Governo, finalizada, e, depois, a Rodovia do Pacífico, que segue a Interoceânica pelo Peru, que teve a ajuda direta do nosso Governo brasileiro, com o Presidente Lula, sua participação, em especial nessas relações, nessa aproximação, e principalmente a atenção toda que o senhor teve com o nosso Estado do Acre nesse período. Então, quero cumprimentá-lo e falar da minha alegria, como Senador do Acre, pela sua indicação e manifestar aqui a felicitação também à Presidente Dilma por tê-lo escolhido. Não poderia ter sido uma escolha mais apropriada.

Quero cumprimentar também o Embaixador Pedro Luiz Carneiro e dizer que nunca tive a oportunidade de estar na África, mas creio que tenho uma dose um pouco acima da média de sangue africano correndo nas veias, porque gosto de praticamente tudo que vejo da África, à exceção da pobreza e das dificuldades que aquele povo irmão enfrenta. Sei que sua missão, muito provavelmente, será um pouco mais difícil, porque os desafios do Continente Africano e das localidades em que o senhor atuará como Embaixador são muito maiores e vão exigir muito mais da nossa sensibilidade e da nossa solidariedade de povo brasileiro.

Não queremos, de maneira nenhuma, dizer que o Presidente Lula iniciou esse processo. O que queremos dizer é que ele representou uma mudança profunda de paradigma nas relações internacionais do Brasil. O Presidente Lula tem um mérito, todos temos que reconhecer – o povo brasileiro reconhece, fundamentalmente, a comunidade internacional reconhece, o próprio Presidente Obama chegou a afirmar que Lula era o cara, naquele momento –, porque, realmente, as relações que ele iniciou foram relações diferenciadas. Ele mudou o paradigma de um país subserviente frente aos grandes e arrogante frente aos pequenos, e passou a ser um país altivo e firme frente aos grandes e solidário, amigo e companheiro frente aos pequenos. E isso nós reconhecemos, e sabemos que o Corpo Diplomático do Ministério das Relações Exteriores tem sido fundamental para essa construção, para essa mudança de paradigma.

Então, eu os cumprimento. Fico muito feliz pelas indicações. Estaremos juntos hoje, votando por essa aprovação, felizes e realizados porque não poderíamos estar melhor representados nessas localidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Encerro as perguntas.

Gostaria de salientar que estou aqui há vinte anos – mentira, vinte e oito anos! –, e nunca vi uma lista tão intensa de pessoas perguntando e preocupadas com os Srs. Embaixadores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, com a presença dos Embaixadores André Mattoso Maia Amado e Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, não poderia hoje deixar de expressar a preocupação na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com os acontecimentos na Líbia. É da maior importância que nós aqui possamos transmitir inclusive uma palavra de cumprimento ao Itamaraty, ao Governo brasileiro, ao nosso Ministro Antonio Patriota e, sobretudo, também à Presidenta do Conselho de Direitos Humanos da ONU hoje, a Embaixadora Maria Luiza Viotti, que, inclusive, recebeu, no início desta semana, a Ministra Maria do Rosário, que expressou, de uma

maneira muito clara, como o Brasil, o Governo brasileiro, o nosso povo, que tanto lutou pela democracia, deseja que, ali na África, nos países Árabes, inclusive na Líbia e no Egito, possam ser resolvidas as questões de uma maneira que se exclua a violência.

Infelizmente, nos últimos dias, o governo do chefe da revolução da Líbia, o chamado irmão fraterno Muamar Kadafi, ordenou que aviões bombardeassem os rebeldes que estavam realizando manifestações pacíficas nos diversos lugares de seu país.

Conclamamos aqui, Sr. Presidente, que possa haver a resolução pacífica e que possa o povo líbio também superar as suas dificuldades, de maneira a se assegurarem a segurança e o direito à vida de tantos, uma vez que mais de 110 mil líbios já deixaram seu país em busca de segurança nos países vizinhos.

É muito importante que o Brasil, que, inclusive, teve um bom relacionamento, de respeito e de diálogo, com o líder Muamar Kadafi, possa sentir que nós aqui, no Senado Federal, queremos que os problemas que acontecem possam ser resolvidos de uma maneira pacífica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Se V. Exª permitir, eu consultaria os Srs. Senadores, com a licença dos Srs. Embaixadores, sobre se, com relação a essa matéria, já ficou decidido algo.

Na última reunião, o Presidente da Comissão disse que votaríamos hoje a convocação do Sr. Ministro das Relações Exteriores, para, então, apreciar as informações sobre essa questão da Líbia, do oriente e do norte da África.

Acho que, já a esta altura, não há problema em votarmos e em darmos como aprovada a convocação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com relação à Ministra Maria do Rosário, quero dizer que ontem, na Comissão presidida pelo Senador Paim, a Comissão de Direitos Humanos, foi feito um voto de louvor ao pronunciamento dela e já foi aprovada a convocação para ela vir depor naquela Comissão.

Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Convocação ou convite?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É convite.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Convite, claro. Convite.

Pois não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – V. Exª já esclareceu. V. Exª, para mim, continua sendo hours-concours.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Mais é um Beethoven, que ouve e enxerga.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – *O.K.*

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, senti aqui um certo espírito de homofobia; depois dizem que sou eu. Fiz uma comparação com uma das figuras mais ilustres, mais alegres, mais pitorescas da minha terra, que tinha uma alma muito generosa. Muito generosa. Era realmente um campeão. Ninguém disputava, porque era sempre o campeão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra, então, o nosso ilustre Embaixador André Mattoso Maia Amado.

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria muito que eu estivesse sido elogiado de maneira tão evidente, no Itamaraty também. Talvez tenha sido a primeira vez em que meu nome tenha merecido tantas palavras generosas.

Eu gostaria de reproduzir essa gravação no Itamaraty, um dia, sobretudo para os meus alunos do Rio Branco, para que pudessem admirar a importância desta reunião.

Sr. Senador Luiz Henrique, tenho a grande satisfação de ter a lembrança de cada dia dos seis anos e meio em que dirigi o Instituto Rio Branco. Para mim, foi a missão consagradora. O que veio depois acabou sendo importante, Embaixador em Lima, muito importante, Embaixador em Tóquio, muito importante, Subsecretário, agora Embaixador em Bruxelas, mas poucas serão mais gratificantes. Porque, Senador, treinar essa feras é muito difícil. Esses garotos e garotas são aprovados no concurso mais difícil no Brasil, que exige nível superior. Portanto, eles já chegam muito afiados – a seleção é muito dura. Os que passam já são muito bons. Não podemos ofendê-los no Rio Branco dando aula de História, Geografia, Direito, Economia. Temos que começar a tratá-los como diplomatas, daí a grande ênfase na profissionalização, ou seja, o que eles estão aprendendo é para usar na carreira como profissionais dessa carreira.

V. Exª se lembrará de que o Instituto Rio Branco é a segunda academia mais antiga do mundo, depois da austríaca, criada pela Imperatriz Maria Tereza. O Itamaraty foi criado em 1945 e, antes disso, foi das primeiras carreiras públicas a ser filtrada por concursos públicos, então organizados pelo Dasp.

O profissionalismo da nossa carreira é antigo; precisava de uma atualização, que eu tive a sorte de começar em 1995. E não pôde ter sido mais gratificante. O então governador do Acre foi, a meu ver, um exemplo muito importante. As viagens que os meninos do Rio Branco faziam – mentira, eu é que escolhia o roteiro – eu dizia ao Ministro que eles haviam pedido; é porque eu queria que eles conhecessem o Brasil profundo, a Amazônia. E fui um ano ao Acre. Um governador havia sido recém eleito. Esse governador apresentou um programa que eu pensei que estivesse na Suécia, tamanha a objetividade, o profissionalismo, o planejamento; e eu me dizia: quero voltar no ano que vem para verificar a distância que esse senhor está da realidade. E, com a turma seguinte, voltei, e o programa estava praticamente cumprido.

Essa surpresa não foi a única que tivemos na Amazônia. Em vários outros lugares, verificamos a grandeza do Brasil profundo. E isso os garotos do Rio Branco levaram para a vida como um ensinamento ímpar. Esse é o Brasil que temos que representar, acima de partidos. Esse é o Brasil que temos que representar, é o Brasil profundo, real, vital e altamente criativo que nós temos, de São Paulo a Rio Branco, de Salvador a Quixeramobim. Tive o orgulho de orientar as pessoas, numa tendência que já existia. Eu não inventei nada. Apenas botei os garotos e as garotas no trilho de melhor observação.

Essa missão, no fundo, Senador, nos preparava para os desafios de hoje. A diversidade e a complexidade da agenda diplomática são indefiníveis. O Embaixador Pedro Carneiro de Mendonça teve, até agora, a infelicidade de cuidar de negociações econômicas internacionais. V. Exª não pode imaginar a complexidade que é isso. E a multiplicidade de fóruns? Não há diplomata que possa entender de tudo isso, embora haja alguns que sejam especialistas inquestionáveis, como o nosso Embaixador em Bruxelas, na área de meio ambiente, como o Luiz Alberto Figueiredo.

Cada vez mais, Sr. Senador, somos gerentes de política externa. Nós entendemos dos assuntos para darmos a orientação estratégica, mas o tratamento específico dos temas, cada vez mais técnicos, mais complexos, é dos ministérios, cada vez mais técnicos e mais competentes. A visão estratégica sempre será do Itamaraty, mas nunca mais isoladamente.

A coordenação que tem de existir antes tem de começar a ser ensinada no Rio Branco. O diplomata brasileiro, em primeiro lugar, tem de perder, se é que teve um dia, a arrogância de ser o dono do mundo. Nós não somos mais os donos do mundo, nós somos brasileiros que trabalham com brasileiros na representação do Brasil no exterior. Digo a V. Exªs: esse foi um dos trabalhos mais gratificantes que tive no Itamaraty, pena que eu não possa recomeçar.

Como o Brasil deve seguir o exemplo do vosso Estado de acrescentar valor agregado às nossas exportações? É copiando o seu Estado. Como é que o seu Estado chegou lá? Com que base? Com que sensibilidade? Com que reflexão? Com que investimentos? Com que coragem empresarial? Ficar esperando que o Governo faça esses investimentos não funciona. Nenhum país que chegou lá, nenhum país desenvolvido contou com o Governo sempre. Contou em algum momento, a parceria do Governo é fundamental, o BNDES está aí para isso mesmo, a FINEP está aí para isso mesmo, mas não pode ser o Governo a fazer isso. O empresariado tem de ter ousadia, como ocorre em vários Estados. O Brasil não é hoje a oitava ou a sétima economia do mundo? Só pelo Governo? É pelo seu empresariado, pela capacidade do trabalhador. Então, isso tem de ser contaminado.

Como eu disse a V. Exªs, a exportação brasileira não pode continuar sendo de produtos primários, embora produtos primários tenham sido, sejam e sempre serão fundamentais na pauta de exportação brasileira. Mas não pode ser só isso, nós já temos uma capacidade produtiva sofisticada, inacreditável. Quem vai ao exterior sabe como é o setor bancário no mundo em relação ao nosso. O nosso é muito competente. Cito também a exploração de petróleo em águas profundas, a área que hoje é a minha, de biocombustíveis, na qual somos líderes absolutos. Aviões a jato de curta distância... Meu Deus, nós temos uma lista importante de avanços tecnológicos já alcançados. Vamos transformar isso em pauta de nossas exportações.

Europalia.

A Europalia está acontecendo num ano muito difícil para o Brasil. A decisão foi tomada em 2009, quando sabíamos todos nós que 2011 seria o primeiro ano de um novo Governo, ninguém sabia qual. Tentamos convencer os belgas a nos passar para uma próxima oportunidade, mas os belgas insistiram: "Não. Vocês são importantes hoje. Então, nós queremos que, em 2011, possamos homenageá-los". Corríamos o risco de um ano novo na administração, qualquer que fosse, organizar isso, e este ano está particularmente desafiante em função da limitação dos recursos orçamentários.

O Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura estão com muito entusiasmo, mas com muita cautela, tentando esboçar o programa a ser cumprido em Bruxelas. Não pode ser um programa pequeno.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Muito entusiasmo e pouco dinheiro – o Presidente me corrige.

Não pode ser um programa pequeno, porque o Brasil não é mais pequeno.

Eu queria comentar um pouco as referências do Senador...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª.

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Por favor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Os Estados, os Governos Estaduais têm muito o que mostrar. Talvez o Itamaraty pudesse promover...

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Transmitirei isso. Estupenda ideia.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Talvez o Itamaraty pudesse promover uma reunião com os Governadores para envolver os Estados, para dar maior musculatura à presença do Brasil, já que a presença chinesa levou mais de um milhão de pessoas a Bruxelas.

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Exatamente.

Será, Senador, seguramente, o evento cultural mais importante do Brasil em 2011 e não podemos desaproveitar essa oportunidade. O Brasil já é suficientemente grande.

O Senador Suplicy e outros Senadores comentavam a grandeza do Brasil. Basta ver a revista *The Economist* de uns meses atrás. Cheguei a rir com o índice da *The Economist*, pois era como se eu estivesse vivendo num outro universo. Faziam referências a problemas orçamentários em determinado país – Primeiro Mundo –; problemas fiscais em país tal – Primeiro Mundo –; problemas de trabalho no país tal – Primeiro Mundo; benesses, avanços, conquistas. No Brasil, no Chile, era extraordinário. O índice dessas revistas já revela que está havendo uma mudança muito importante no mundo em favor do nosso País.

Conto com o Senador Suplicy para retornar a Bruxelas e reativar os contatos que já soube cultivar, porque também desse tipo de imagem dependemos.

Combate à pobreza. Infelizmente, o Brasil teve de se transformar em campeão nessa área, porque a pobreza, por enquanto, ainda é maior do que o combate. Mas poucos têm compromisso maior nesse combate do que nós e, desculpe dizê-lo, não começou ontem, começou já há algum tempo.

Agradeço pelas palavras de apoio o Senador Crivella, do Senador Rodrigo, da Senadora Hoffmann, do Senador Jorge Viana, meu querido parceiro e amigo. E, com relação ao Senador João Pedro, os indocumentados estão sendo cuidados agora em Bruxelas pelo Consulado e não mais pela Embaixada, mas isso não quer dizer que a Embaixada não esteja envolvida porque, do momento em que os maus tratos se repetem, passa a ser uma questão política e já não mais consular. E mais, em Luxemburgo, onde há 710 brasileiros, ou 1.500 ou 4.000, dependendo das estatísticas, lá não tem consulado, e não sei quantos estão documentados.

Posso garantir a V. Exª que, onde houver um diplomata brasileiro, brasileiro não será maltratado. Isso já está sendo demonstrado muito frequentemente na imprensa.

Sr. Presidente, não quero prolongar minhas explicações. Só tenho a agradecer de novo os comentários que ouvi ao Rio Branco e à perspectiva da minha função em Bruxelas e repetir que passo a me sentir representante da Nação brasileira mais do que da Senhora Presidente da República no desempenho da minha futura missão em Bruxelas e em Luxemburgo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Exª, Senador.

Passo a palavra ao Senador Pedro Luiz Carneiro, para fazer sua resposta ao conjunto que foi apresentado.

O SR. PEDRO LUIZ CARNEIRO MENDONÇA – Muito obrigado, Presidente. Não sou ainda Senador, mas responderei, senão estaria do outro lado e não aqui. (risos)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Aqui está escrito Embaixador. Eu li Senador, o que foi um ato externo meu; não foi um ato, foi uma vontade de ver pessoas brilhantes como V. Exª aqui no Senado.

O SR. PEDRO LUIZ CARNEIRO MENDONÇA – Muito obrigado.

Senador Luiz Henrique, a sua pergunta realmente é muito boa e já me foi feita várias vezes. E não tenho a menor hesitação em responder que, de fato, corresponde à prioridade que hoje a África do Sul e os países africanos têm na política externa. Mas, mais do que isso, se o senhor me permite a coloquialidade, é também uma questão de fome com a vontade de comer.

A minha carreira, até agora, foi marcadamente europeia, e eu estava servindo em Roma, na Embaixada no Vaticano, onde estive durante cinco anos, quando fui mandado para Moçambique. E as pessoas diziam: "Coitado, você vai sofrer tanto naquele país, depois de viver cinco anos em Roma..." Aconteceu uma coisa realmente extraordinária. Eu já tinha uma simpatia, digamos, teórica pela África, mas lá minha mulher e eu nos apaixonamos perdidamente por Moçambique

e fizemos inúmeros amigos. Minha mulher se envolveu profundamente na vida moçambicana, deixou projetos que hoje funcionam e onde ela é sempre lembrada e convidada a ir. Voltou já uma vez, em julho passado, para ver tudo isso. Daí eu ter começado a minha exposição dizendo que foi com grande satisfação que aceitei o convite. Porque, realmente, corresponde a um desejo, a um interesse grande; é um prazer que tenho de enfrentar desafios. Vários dos seus colegas enfatizaram essa questão do desafio. Realmente, sabemos que não será fácil em Pretória, mas é um mundo que efetivamente abre possibilidades ilimitadas. E as relações do Brasil com os países da Europa, com os países do Hemisfério Norte estão todas mapeadas e consolidadas. Com os países do sul, não. Exige uma dose grande de esforço, de inventividade, o que dá, também, uma grande satisfação pessoal. E acho que o Senador Crivella acentuou muito bem essa receptividade que nós temos, que o Brasil tem em terras africanas. E sei, por colegas meus que serviram na África do Sul, que isso lá também acontece.

De sorte que é com grande expectativa que eu me dirijo àquele país e tenho perfeita consciência de que a minha indicação de um subsecretário econômico que, nos outros ministérios, seria vice-Ministro, corresponde, de fato, à prioridade que o Brasil ora atribui à África e à África do Sul, em especial.

Sobre o que o Senador Randolfe Rodrigues mencionou, creio que devemos ter presente que é apenas cronologicamente que nós podemos dizer que Brasil e África do Sul têm uma evolução democrática parecida. Na verdade, as circunstâncias são muito, muito diferentes. A África do Sul, até 1990, viveu um dos regimes mais odiosos que já vicejaram na face da Terra. E é um país, por causa disso, muito complexo, e que traz ainda aberta essa ferida que não foi ainda, de modo algum, aliás nem começou a ser cicatrizada. Os problemas são muito grandes e isso acrescenta uma dificuldade, um desafio maior à minha missão.

Não sei se os senhores sabem, mas essa questão da discriminação, da separação racial coincide praticamente com a chegada do branco à África do Sul. Os primeiros holandeses que lá se estabeleceram já tinham, inclusive, orientação escrita da Companhia das Índias Ocidentais que explorava a primeira feitoria holandesa na região do Cabo, que era a interlocução, a interação com os locais. Essa orientação devia ser reduzida exclusivamente à questão de sobrevivência, compra de mantimentos e de água. Ponto. E essa percepção, ao longo dos anos, foi realmente se arraigando. No século XIX eles começaram, digamos, a dar um apoio jurídico a essa teoria da separação racial que chegou ao ápice no século XX, em particular depois da Guerra, dos anos 48 em diante, quando houve as grandes reformas que, de fato, consolidam o Regime do Apartheid.

Quero, a esse respeito, fazer duas observações. Uma é no sentido de convidar a todos os senhores que se dirigissem à África do Sul que não deixassem de visitar, nas imediações de Joanesburgo, o Museu do Apartheid. É algo inacreditável; uma experiência realmente traumática e, para nós, é difícil acreditar que aquilo realmente existiu.

A segunda observação é que, nesse contexto, tão difícil e complicado, a África do Sul teve uma bênção extraordinária que foi a figura de Nelson Mandela. Tenho certeza de que se não tivesse sido a extraordinária liderança, a personalidade realmente carismática do Mandela, a África do Sul não teria embarcado nessa política de reconciliação e tentativa de superação dessas dificuldades todas.

Eu queria, nesse particular, assinalar uma coisa que foi muito importante: quando da visita do Presidente Fernando Henrique: os dois, Fernando Henrique e Mandela, assinaram uma declaração cuja leitura eu recomendo muito, porque é um documento, embora de duas páginas apenas, de grande alcance, de uma grandeza extraordinária e de uma perspectiva de confiança no futuro e na cooperação que poucas vezes a gente vê na história. E é por essa razão também, por tudo isso que estou dizendo, que eu tenho essa satisfação muito grande de ir para esse país.

Agradeço as manifestações de todos os senhores, as manifestações de apoio, e quero dizer que os espero a todos lá.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ficou respondida a tua pergunta e a pergunta subentendida.

(*Risos*.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, todos os inscritos já falaram? (*Pausa*.) Já. Eu só queria fazer uma pergunta ao Embaixador André Mattoso Maia Amado.... Ah, terminou? (*Pausa*.) Mas posso falar ainda, Sr. Presidente?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Falar tu podes, mas pergunta só indo diretamente a Bruxelas.

(*Risos*.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Mas é sobre a Bélgica que eu queria falar mesmo. Eu li alguma coisa ontem dizendo que a Bélgica está tendo um pouco de instabilidade política, não está conseguindo eleger o gabinete. Só queria saber como é que está essa situação na Bélgica?

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – O Sr. Presidente não quer encerrar a reunião, não?

(*Risos.*)

Está há nove meses sem governo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Intervenção fora do microfone.*) – O que não é necessariamente um mal.

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Não saberia dizer, Senador. (Risos.)

E não é uma crise conjuntural; é uma crise crônica, porque é um país com uma vitalidade econômica extraordinária, é a 16ª economia do mundo, com níveis de investigação científica e tecnológica e inovação altíssimos, de um nível de escolaridade naturalmente de Primeiro Mundo etc., mas é um país clivado por diferenças lingüísticas, culturais, além de ter sido, ao longo da história, corredor de várias etnias, de vários grupos políticos, o último dos quais, as tropas nazistas. Então, é um pais muito dividido, é um país polarizado, mas é um país que tem a consciência...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Divido em torno do quê?

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Divido em torno do Norte, que é flamengo, e do Sul, que é valônico. O Norte, flamengo, ligado à cultura da Holanda e da Alemanha, e o Sul, valônico, ligado à cultura francesa.

No passado, a Valônia era mais rica que Flandres, e há muitos nomes na Valônia de origem flamenga porque os de Flandres desciam para viver na Valônia. Com o passar dos anos, sobretudo na virada do século e no entre-guerras, inverteu-se o papel: Flandres passou a ser muito mais próspera que a Valônia e, hoje, encontramos que 60% da população falam flamengo em Flandres e 40%, mais precisamente 39,5% na Valônia, sendo um pequeno grupo que ainda fala alemão, para complicar mais as divisões. Mas, fundamentalmente, para V. Exª ter uma ideia, eu recebi há poucos dias um documento intitulado "Política Externa na Bélgica", subtítulo: "Exercida pelas regiões". Tudo é muito dividido.

O SR. O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – *(Intervenção fora do microfone.)* É um país descentralizado.

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – Descentralizado é uma expressão que, eu diria, é quase imprópria. É um país que precisa e está buscando com toda a veemência uma solução que os re-harmonize. Há frases do tipo: nós não queremos divórcios, mas queremos morar em quartos separados. E daí várias outras manifestações parecidas. Dizem, eu vou verificar pessoalmente que, se V. Exª estiver em Flandres e não souber falar flamengo, é melhor falar em inglês. Francês é ofensivo. E, no sul, em Flandres, se V. Exª não souber falar francês e usar o flamengo também será ofensivo. Outra caricatura é que o idioma comum é o inglês na Bélgica.

Agora, é um país que continua funcionando. É um país muito sério. É um país que busca a solução; não busca o conflito. Então as esperanças existem e acho que temos que continuar torcendo para que o bom senso prevaleça.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O parlamento da Comunidade Europeia é em Bruxelas, na Bélgica, né?

O SR. ANDRÉ MATTOSO MAIA AMADO – A União Europeia é em Bruxelas; tem outros pequenos órgãos espalhados pela Europa, mas essencialmente Bruxelas é a sede da comissão europeia. Ali estão representados os 27 países da União Europeia.

Bruxelas é uma outra situação, porque pertence a Flandres, mas fala francês, enfim, não é uma situação simples de equacionar e é um horizonte de difícil tratamento. Vejo as forças políticas em Bruxelas cada vez mais frequentes em reuniões, em propostas de soluções, só que, como eu disse, a crise não é conjuntural; ela é crônica. Então, a solução tem que ir à raiz, o que nem sempre é fácil.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, V. Exª me concede a palavra? Eu serei breve.

O embaixador Pedro citou o Presidente Mandela. O Presidente Mandela tem uma importância que agora se realça no momento em que a gente ouve essa narrativa.

A África do Sul são onze nações; onze nações. Não existe africano do sul. Existem zulus, ndebeles, tswanas, xanganis, sepedis, africanos, ingleses... E quando o Presidente Mandela sai da prisão, os africanos promovem a briga entre os dois principais partidos africanos Inkata e ANC. E, nesse momento, aqueles 27 anos de prisão têm um papel importantíssimo, porque, com autoridade de um sofrimento tremendo e sem responder às provocações, ele consegue unificar todas as tribos. Não passava pela cabeça de zulus serem governados por um kosa; ele é kosa.

Faço também um resgate histórico. Na primeira visita do Presidente Lula à África do Sul, eu o acompanhava. Quando ele chegou em Pretória, um pouco atrasado, o Presidente Thabo Mbeki foi direto ao assunto: nós queremos saber se o Brasil, que tem influência, vai nos apoiar para sediarmos a Copa do Mundo em 2010. E o Presidente Lula entendeu que, ao redor de um time de futebol, de uma competição, se uniria uma nação, passando a – eles chamam Bafana Bafana o time deles – constituir um espírito de... não diria nacio-

nalismo, porque isso não presta, mas nacionalidade; sentirem-se irmãos e darem as mãos para construírem juntos uma nação, cuja perspectiva é extraordinária. Eu apenas faço esse resgate histórico, porque o Brasil teve uma participação, não com Mandela presidindo, mas com Thabo Mbeki, contribuindo... Hoje já existe... Vamos dizer assim, no estádio vai o inglês, vai o africano, vai o ndebele, vai o zulu e se unem para torcer por um time de futebol.

E esse Museu do Apartheid... assisti quando o Desmond Tutu presidia a Comissão da Verdade. Era dramático ver os depoimentos, a maneira como os brancos trucidavam, a sangue frio, os negros. E isso era dito diante das câmeras, no microfone, uma coisa tremenda. É pena que ainda hoje não se consegue aquilo que conseguimos aqui. Por exemplo, agora a Universidade Federal de Minas Gerais fez um estudo genético sobre o brasileiro e descobriu que o negro do Rio Grande do Sul, por exemplo, tem 45% de genes africanos e 44% de genes europeus, sendo o restante do percentual de genes índios. É uma coisa extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon Bloco/PMDB - RS) – Eu, que estou lá no Rio Grande do Sul, nunca enxerguei isso.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Pois é, Sr. Presidente, mas são os estudos dos geneticistas que mostram isso. O Paim, por exemplo, é um africano do Paraguai. Ele realmente tem tanto sangue branco quanto sangue negro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon Bloco/PMDB - RS) – Muito obrigado.

Vamos, agora, realizar a apuração.

Com relação a isso, pelo desculpas, mas a apuração é secreta. Portanto, é necessário que eles saiam. Convido o companheiro Luiz Henrique para secretariar os trabalhos.

(Torna-se secreta a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Está reaberta a reunião.

O Embaixador André Mattoso Maia Amado foi eleito pela uninanimidade dos votos, por quinze votos, e o Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça foi eleito por quatorze votos, com nenhum voto contrário.

Seus nomes estão aprovados pela Comissão.

Meus cumprimentos! Minhas felicitações! Muito obrigado pelas brilhantes exposições feitas. Estamos aqui há quase quatro horas. Foi uma alegria muito grande tê-los aqui.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 16 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezessete de março de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as senhoras Senadoras e os senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Acir Gurgacz, Ana Amélia, Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. O Presidente designa a Senadora **Gleisi Hoffmann** e o Senador **Randolfe Rodrigues**, respectivamente, membro titular e membro suplente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Tem início a análise da pauta. **Item 1 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 116, de 2008,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994"*. A pedido do relator, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, o Projeto é retirado de pauta, para reexame. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 29, de 2010,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005"*. Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann.** Resultado: aprovado o Parecer favorável. **Item 3 – Ato nº 1, de 2011 - CRE**, de autoria do Presidente da Comissão, que "*disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*". Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann**. Resultado: aprovado o Ato, conforme texto consolidado. **Item 4 – Ato nº 2, de 2011 - CRE**, de autoria do Presidente da Comissão, que "*disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacio-*

nal". Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann**. Resultado: aprovado o Ato, conforme texto consolidado. **Item 5 – Ato nº 3, de 2011 - CRE**, de autoria do Presidente da Comissão, que "*disciplina os procedimentos a serem observados nas audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional*". Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann**. Resultado: aprovado o Ato, conforme texto consolidado. É apresentado, como **item extrapauta**, o **Requerimento nº 3, de 2011 - CRE**, de autoria dos senadores **Randolfe Rodrigues** e **Fernando Collor**, que "*nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato nº 2 da CRE, e considerando o agravamento da situação crítica por que passa a população japonesa – aí incluídos os mais de 240 mil brasileiros que lá residem – em função da ameaça de desastre nuclear e das terríveis conseqüências do terremoto e do* tsunami *ocorridos, requer seja externado VOTO DE SOLIDARIEDADE ao Governo e ao povo do Japão, aos brasileiros residentes naquele País, bem como a seus familiares no Brasil. Importante registrar, ainda, a carência de informações mais precisas sobre os impactos do acidente nuclear na usina de Fukushima, o que nos preocupa sobremaneira e nos torna mais solidários para com os habitantes do Império do Sol Nascente*". Resultado: aprovado o Requerimento. **Item 6** – **Discussão das sugestões ao Requerimento nº 1, de 2011-CRE**, de autoria do Presidente da Comissão, aprovado na reunião de 1º de março de 2011, que "*requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". Resultado: aprovado o Programa para o Ciclo de Audiências Públicas. **Item 7 – Requerimento nº 81, de 2011**, de autoria do Senador **Walter Pinheiro**, que "*requer, nos termos do art. 13, combinado com os arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada sua participação no 'GSMA Móbile World Congress 2011', a realizar-se na cidade de Barcelona (Espanha), quando estará ausente do país, no período de 10 a 20 de fevereiro de 2011*". Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado o Parecer favorável. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Ana Amélia** e **Mozarildo Cavalcanti**. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com as Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 5ª reunião ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Trago ao conhecimento dos Srs. Membros desta Comissão a informação de que no próximo dia 23 de março, às 11h30 da manhã, naturalmente, neste plenário, esta Comissão receberá a delegação de Parlamentares da Comissão de Relações Exteriores da Dinamarca. A delegação dinamarquesa será chefiada pela Srª Eva Kjaer, ex-Ministra da Agricultura e Pesca, e a agenda da reunião será oportunamente divulgada pela Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e abrange os temas mais importantes das nossas relações bilaterais, bem como a crise financeira global e questões relacionadas ao aquecimento global.

Convido, portanto, todos os Srs. e Srªs Senadoras para participarem da referida reunião de trabalho.

A Presidência informa ainda que conforme o Ofício nº 56/2011, do Líder do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, Senador Gim Argello, combinado com o Ofício nº 63/2011, da Líder do PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, Senadora Marinor Brito, designo o Senador Raldolfe Rodrigues para compor a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira na vaga de suplente cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro e objeto dessa troca de correspondências entre o Senador Gim Argello e Marinor Brito.

Designo ainda a Senadora Gleisi Hoffmann como membro titular da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Faço votos de pleno êxito à Senadora Gleisi Hoffmann e ao Senador Randolfe Rodrigues, que sem dúvida trarão uma importante contribuição aos trabalhos da Subcomissão, tão bem presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Comunicados.

Informo às Srªs e Srs. Senadores Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que esta Presidência recebeu ofício, datado de 28 de fevereiro de 2011, do Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, esclarecendo a respeito do processo de ampliação e adequação da rede brasileira de embaixadas cumulativas.

Eu pediria uma especial atenção das Srªs e Srs. Senadores aos termos do ofício que nos foi encaminhado pelo Sr. Ministro, para não haver dúvidas quanto aos procedimentos que daí se seguirão.

Segundo o Ministro, "a iniciativa em relação à rede brasileira de embaixadas cumulativas insere-se no movimento de expansão e reforço da presença diplomática do Brasil no plano internacional, que confere expressão à tradicional vocação universalista da política externa brasileira e à consecução dos objetivos consagrados o art. 4º da Constituição Federal".

Para tanto segue o ofício, "tornou-se necessária a criação de novas embaixadas cumulativas e a transferência de algumas antigas cumulatividades para novas missões, de modo a priorizar ou valorizar afinidades geográficas e culturais, melhores facilidades de acesso aéreo ou terrestre, proximidade física e cultural e consequências políticas para os interesses brasileiros."

Além dessas explicações, o Ministro Antonio Patriota esclarece que no total trata-se de dezesseis novas chefias de missões cumulativas, ou seja, os senhores embaixadores já estão devidamente sabatinados, nomeados e estão no exercício de suas funções. Estarão apenas recebendo mais atribuições, acumulando atribuições. Dezesseis novas chefias de missões cumulativas junto a onze embaixadas residentes e que embora o processo de designação das chefias dessas embaixadas tenha sido desencadeado no final do ano passado, as mensagens apenas começaram a chegar ao Senado Federal na presente legislatura". E discrimina no expediente todos os casos de cumulação ocorridos em 2010 e, mais recentemente, em 2011, submetidos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

Por fim, o Ministro, ao manifestar a sua preocupação com o possível impacto no volume de trabalho desta Comissão, afirma que será elaborada uma única mensagem sempre que houver designação do mesmo titular para mais de uma embaixada não residente e que "esse modelo será adotado a despeito da diferença que possa haver nos prazos de concessão de Agreman pelos diferentes países".

Anexa ao ofício é apresentada uma planilha com todos os casos recentes de cumulatividades transferidas e de criação de embaixadas cumulativas, em que constam os dados das embaixadas e os respectivos decretos de transferência ou criação bem como das vinculações em cada caso. Cópias desses documentos serão distribuídas pela Secretaria da Comissão, para conhecimento de todas as Sªs e os Srs. Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Às Srªs e os Srs. Senadores Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, gostaria de tecer algumas considerações a respeito de dois assuntos de extrema importância no cenário internacional: a gravidade da situação do Japão e a crise política nos países do Oriente médio e do norte da África.

Inicialmente devemos manifestar, creio eu, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a nossa preocupação e, mais ainda, a solidariedade com o Governo, com a sociedade japonesa e com os nacionais brasileiros lá residentes, em função dos recentes desastres naturais ocorridos: o terremoto de grande escala, mais grave desde que o país iniciou os seus registros, há 140 anos, e o consequente tsunami que causou milhares de mortes, devastações e submersões de cidades inteiras, principalmente na região nordeste do país. O número de vítimas desabrigadas e refugiadas continua aumentando, o que configura a maior tragédia vivida pelo país depois da Segunda Guerra mundial.

Cerca de 50 países, entre eles a China e os Estados Unidos, ofereceram a ajuda ao Japão em tarefas de cunho humanitário.

Esperamos, quanto aos nacionais brasileiros residentes naquele país, bem como aos seus familiares que aqui estão, que possam receber, como vêm recebendo do Itamaraty, todo o apoio necessário, inclusive para o regresso daqueles que assim o desejarem.

A mesma solidariedade e expectativa manifestamos e vivemos agora, nos últimos dias, pela aflição quanto à tentativa de contenção por parte de 50, e agora já vão a 180, técnicos de possíveis vazamentos de material radioativo pelas explosões nas usina nuclear de Fukushima Daiichi.

Somam-se a esse quadro os prejuízos que o Japão vem sofrendo no campo comercial e no mercado financeiro, no momento em que o país tenta se recuperar da estagnação econômica vivida na última década. Num primeiro momento, a situação do Japão afetará alguns segmentos do mercado internacional com menor demanda de matérias-primas, como é o caso da produção de veículos, e a diminuição da produção e exportação de produtos de alta tecnologia, como componentes de informática. Contudo, ao longo do tempo, outros vetores e condicionantes podem vir a impactar com maior profundidade os principais

centros do mercado e a economia internacional como um todo, inclusive no campo energético.

Ainda no plano internacional, mas por motivos de outra ordem, gostaria de trazer algumas considerações quanto à chamada "Primavera Árabe".

A situação de instabilidade no mundo árabe tem se agravado tanto no que diz respeito ao espraiamento da onda de manifestações e revoltas quanto na deterioração do quadro, que chegou a configurar uma guerra civil no caso da Líbia, mas que, pelos acontecimentos dos últimos dias, já se restabelece. Movimentos de revolta continuam a ocorrer no Egito e na Tunísia.

Disseminaram-se para o Iêmen, sede de importante núcleo do Al Qaeda na Península Árabe, e o Bahrein, base da 5ª frota americana, a Argélia, o Iraque e a Jordânia e o Omã. A Arábia Saudita, sentindo-se cercada, proibiu quaisquer manifestações.

Se as rebeliões egípcia e tunisina lograram, com rapidez e sem muita resistência, derrubar os governos, o quadro da Líbia é mais complexo, pois o regime de Kadafi tem mostrado vontade de resistir e não hesita em utilizar os meios de que dispõe. O líder Kadafi conta com lealdades tribais, que soube cultivar ao longo do tempo em que criava milícias em um sistema paramilitar. Quanto às forças armadas convencionais, o regime procurou favorecer os setores mais confiáveis. As unidades do leste do país, região tradicionalmente pouco leal ao líder Kadafi, são as menos equipadas e treinadas. A força aérea, muito bem aparelhada, tem se colocado ao lado do líder da Líbia e se mostrado extremamente útil à sua resistência.

O dirigente líbio está procurando mostrar a legitimidade do regime que chefia por meio de manifestações pró-governo. Busca, de outra parte, agir no plano externo ao culpar a Al Qaeda pelas ações rebeldes e ameaçar a Europa com o fluxo de imigrantes avassalador que sua queda provocaria.

Cumpre lembrar que a Líbia é importantíssimo fornecedor de petróleo para a França e a Itália, que possui ótimo relacionamento com Kadafi, particularmente a Itália. Basta dizer que, em 2008, na cidade de Benghazi, essa mesma cidade que hoje está sendo fruto de uma grande disputa entre os rebeldes e o governo líbio, Líbia e Itália assinaram um tratado de amizade e cooperação, inclusive de cunho militar, a ponto de conter cláusulas como a proibição de a Itália ceder suas bases para um eventual ataque contra o regime de Kadafi, bem como obriga Roma a compartilhar seus planos militares com Trípoli. O Reino Unido possui vultosos investimentos petrolíferos na Líbia e é grande supridor de armas para o país.

Após a fase de indecisão inicial, os Estados Unidos estão assumindo posição mais afirmativa contra a Líbia. Além do patrocínio de sanções, deslocaram belonaves para a região e estudam opções militares no âmbito da OTAN. Entre essas opções constam a ajuda militar e logística aos rebeldes, o estabelecimento de uma zona de interdição do espaço aéreo, o chamado *no fly zone,* que implica destruição, inclusive, de instalações aéreas e a interferência, o *jamming*, nas telecomunicações líbias, medidas essas muito pouco prováveis de serem adotadas, porque não obtêm, essas medidas, o apoio do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou dos países que fazem parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Uma intervenção militar teria, evidentemente, um altíssimo custo político na região.

Em outra vertente, nota-se que o Irã, apesar de problemas internos, desemprego, oposição forte, programa nuclear sob intensa pressão dos Estados Unidos, tem ocupado espaço político na região. Ao eliminar Saddam Hussein, no Iraque, e ao combater o talibã no Afeganistão, os Estados Unidos neutralizaram dois inimigos do Irã. Alterou-se o equilíbrio do poder regional e o Irã tem hoje influência no Afeganistão e no Iraque, além de contatos estreitos com segmentos do Egito, do Iêmen e de Bahrein.

De um ponto de vista mais amplo, deve-se observar que a Rússia tem se manifestado contrária à perspectiva de ações mais fortes contra o regime líbio, como a já citada *no fly zone*. A China tem mantido certa distância diplomática da crise, mas a acompanha com temor e cuidado e tampouco apóia medidas bélicas. Recorde-se que ambas as potências têm populações muçulmanas, que já manifestaram insatisfação bem recentemente.

A China adota a política de combater manifestações no nascedouro – quando o custo de evitá-las é mais baixo – e já está controlando com maior rigidez a *internet*, os telefones celulares e a atuação de jornalistas estrangeiros.

A crise no mundo árabe levou ao aumento dos preços do petróleo em momento delicado em que a economia mundial tenta firmar a sua recuperação. Mesmo com o aumento da produção da Arábia Saudita, o panorama é muito volátil, pois a monarquia saudita está cercada por esta instabilidade.

Quanto às causas da onda de revolta, podem-se destacar algumas como comuns a todos os países, como a elevação dos preços dos alimentos e o desemprego. Houve também melhoria dos níveis de instrução, o que, junto com a falta de oportunidade de trabalho, leva à frustração, principalmente entre os jovens e a classe média.

Por outro lado, há influência externa pela difusão de meios de comunicação como televisão a cabo e *in-*

ternet. Essa disseminação faz com que se importem referências de padrões de consumo de países desenvolvidos que, inatingíveis pelas camadas mais pobres, também levam a fortes decepções.

Do ponto de vista político temos regimes autoritários de longa duração que não construíram canais adequados de comunicação da sociedade com o sistema político. Ou seja, é deficiente a transmissão de demandas e apoios da sociedade para o sistema político. Assim, o sistema fechou-se e comunica-se pouco com a população, que se viu impedida de participar da vida política. A renovação deixou de existir.

O fechamento do sistema ajuda a explicar a falta de lideranças bem definidas na Oposição, o que pode levar à maior duração da instabilidade política. Uma grande e nova diferença em relação a outras situações do passado é a utilização das redes sociais via *internet* para a disseminação da rebeldia. De outra parte, registre-se que as atuais manifestações não possuem caráter religioso.

Passando à nossa pauta de hoje, iniciamos com o Item nº 1, de caráter não terminativo.

Projeto de Decreto Legislativo nº 116, do Senado Federal, de 2008, que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra ao Exmº Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator do projeto, para ler o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Exª a retirada de pauta desse item.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A pedido do Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti, fica então retirado de pauta da reunião do dia de hoje o Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 116, de 2008.

Passamos ao Item 2, também não terminativo.

Projeto de Decreto Legislativo do Senado Federal nº 29, de 2010.

Aprova o texto do acordo sobre transporte marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, celebrado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora do projeto para ler o seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 56, de 3 de fevereiro de 2006, submete ao Congresso Nacional o texto de acordo sobre transporte marítimo ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, firmado em Washington, em 30 de setembro de 2005.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da referida mensagem, reproduzido por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após análise pelas Comissões de Viação e Transportes e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Cabe registrar que, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem foi alvo de voto em separado pela sua rejeição, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que não foi acolhido e cujo teor será abordado na parte analítica desse parecer.

O referido Projeto de Decreto Legislativo recebeu a chancela do Plenário da Câmara dos Deputados, em 4 de fevereiro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrada como Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e designada para ser relatada pelo então Senador Marco Maciel, em 30 de novembro de 2010, não tendo sido apreciada na comissão até o final da legislatura.

A proposição foi redistribuída para a Relatora signatária em 1º de março de 2011. O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

ANÁLISE

Cuida-se aqui de um importante acordo entre Brasil e Estados Unidos que, além de fortalecer o intercâmbio comercial entre os dois países, reforçará os laços de amizade entre os dois povos conscientes da importância de seu papel na consolidação do mercado continental e de sua responsabilidade com o desenvolvimento recíproco da região.

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior, o comércio Brasil/Estados Unidos alcançou a cifra de 46,2 bilhões de dólares em 2010. Desse valor, cerca de 34,72 bilhões, portanto, 74% foram realizados por via marítima. O valor do comércio por navio havia alcançado o montante de 37,94 bilhões, em 2008, que se reduziu nos dois anos seguintes, depois da crise financeira de 2008/2009.

Em termos de tonelagem, o Brasil importou dos Estados Unidos 21, 86 milhões de toneladas, em 2010, e exportou 19,82 milhões de toneladas no mesmo ano. Esse expressivo valor de transporte por via marítima está a clamar por um tratamento livre e aberto, por meio de normas e medidas administrativas.

Apesar da imensa tonelagem de produtos transportados em navio, os transportadores de bandeira nacional dos dois países respondem por apenas uma pequena parcela desse transporte, o que, por esse aspecto, também já justifica a adoção do acordo para impulsionar a frota mercante do Brasil a partir de maior acesso ao mercado.

Com dados de 10 anos atrás, os transportadores brasileiros responderam por 17,5% do total das receitas de frete, enquanto os transportadores de bandeira estado-unidense, por 14%.

A participação da frota mercante brasileira no transporte de cargas globalmente estava em cerca de 10% em 2006, segundo a Antac.

O pacto internacional em tela visa justamente definir as bases sobre as quais se desenvolverá o transporte marítimo entre o Brasil e os Estados Unidos da América, regulamentando as relações bilaterais de transporte marítimo em relação ao tráfego internacional de longo curso de cargas, excluídas as cargas a granel e cargas transportadas entre portos ou pontos do território de qualquer das partes, conforme o art. 1º do acordo.

As medidas legislativas e administrativas buscam permitir o funcionamento normal dos fluxos de comércio internacional por via marítima, assim como proporcionar a redução dos custos e a obtenção de melhores condições de competitividade desse intercâmbio aos transportadores de bandeira nacional de ambas as partes.

Com isso, busca-se aumentar o percentual da participação dos armadores de bandeiras brasileira e norte-americana para o benefício recíproco nesse imenso filão de comércio internacional.

O objetivo do acordo é a liberalização do tráfego marítimo e das operações comerciais associadas. Isso significa, de acordo com seu texto, o acesso igual e não discriminatório às chamadas cargas reservadas da outra parte, aquelas que têm algum incentivo do Governo.

Ficam excluídas do acordo todas as cargas a granel: petróleo, cereais, minérios e a navegação de cabotagem, entre os portos nacionais, o transporte de material militar e as cargas de assistência agrícola.

O acordo tem vigência de cinco anos, com renovação automática por período sucessivos de um ano. Existe a possibilidade de desistência a qualquer momento por iniciativa de quaisquer das partes.

O acordo envolve basicamente os seguintes conceitos, objetivos e regras:

a) oferta de oportunidades justas e não discriminatórias aos transportadores de bandeiras nacionais de ambas as partes;

b) concessão por cada uma das partes idêntico acesso, em condições não discriminatórias as operações comerciais, aos transportadores de bandeiras nacionais de ambas as partes, quanto as cargas consideradas reservadas da outra parte para o transporte em embarcações próprias ou as fretadas, excluídas as cargas de natureza militar ou aquelas denominadas de assistência agrícola a qual já mencionamos;

c) definição de carga reservada como sendo a carga, no todo ou em parte, que a legislação de uma das partes reserva para transporte em navio de sua bandeira;

d) celeridade na emissão das autorizações para o transporte de cargas reservadas;

e) concessões de tratamento justo e não discriminatório às operações comerciais dos transportadores de cada parte, inclusive quanto ao estabelecimento de escritórios comerciais, a propriedade e operações de instalações marítimas, a movimentação intermodal de carga e ao estabelecimento de quaisquer outras instalações julgadas necessárias a uma condução eficiente dos serviços marítimos;

f) não imposição de restrições ao transbordo de mercadorias ou à reposição de cargas;

g) isonomia tributária e fiscal concedida por ambas as partes às embarcações que arvorarem bandeiras dos dois países, e

h) intercâmbio de informações entre as partes a respeito do tráfego marítimo bilateral de cargas reservadas com discriminação do valor e da tonelagem, por bandeira e tipo de embarcação, bem como sobre as alterações que venham a ocorrer na sua legislação interna sobre o assunto.

A principal restrição oferecida pelo Deputado Jair Bolsonaro, em seu voto em separado, refere-se à questão da abertura para as cargas reservadas. Considera o Parlamentar que a reserva de carga constitui uma política pública que visa a proteger o transportador nacional, e que sua abertura frente a uma parte contratante tão forte como os Estados Unidos seria contrário ao interesse nacional.

A instituição da Reserva de Carga foi criada pelo Decreto-Lei nº 666, de 02 de julho de 1969. O art. 2º deste instrumento determina que será feito obrigatoriamente em navios de bandeira brasileira, respeitado o princípio da reciprocidade, o transporte de mercado-

rias importadas por qualquer órgão da Administração Pública federal, estadual e municipal, direta oi indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como as importadas com quaisquer favores governamentais e ainda as adquiridas com financiamento, total ou parcial, de estabelecimento oficial de crédito, assim também com financiamentos externos concedidos a órgãos da Administração Pública federal direta ou indireta.

Ou seja, a previsão de reserva era estipulada apenas para as cargas compradas ou vendidas pela Administração Pública direta ou indireta. Ela não envolve, até porque implicaria restrição da liberdade de contratar cargas privadas e, mesmo para o setor governamental, as regras de mercado têm prevalecido em detrimento desse instituto.

É importante ressaltar que o Decreto-Lei nº 666, de 1969, depois deste dispositivo, já apresenta diversas hipóteses de não aplicação da obrigatoriedade da reserva, o que pode, inclusive, levar a uma interpretação extensiva do presente acordo, como mais uma dessas hipóteses.

Sobre o aspecto da reserva, segundo a Antaq, o volume das cargas reservadas caiu muito nos últimos anos, assim como o número de navios de bandeira norte-americana. Assim, não se vislumbra o temor de que o acesso da frota de bandeiras estadunidenses as cargas reservadas brasileiras significará perdas de fretes para as empresas brasileiras de navegação. Ainda, segundo a Antaq, como há regularidade de empresas brasileiras fazendo o comércio marítimos bilateral, há a possibilidade de que vem haver benefício nacional no acesso às cargas restritas norte-americanas.

Como vimos, a reserva de cargas governamentais foi criada para mitigar os efeitos da concorrência internacional sobre a saúde financeira e solidez econômica das empresas nacionais de navegação.

Passados mais de 40 anos da edição do Decreto, pode-se observar, empiricamente, que a medida não surtiu os resultados esperados. Observando a evolução da tonelagem bruta das embarcações da frota mercante brasileira empregada no transporte marítimo de longo curso nos últimos 40 anos, é possível distinguir-se claramente dois períodos: o que vai do começo dos anos 1970 até meados do ano 1980, em que houve crescimento significativo da capacidade de cargas dos navios nacionais, e o posterior, daquele marco até o presente, em que houve decréscimo constante da tonelagem. De acordo com a Antaq, com dados para 2006, as empresas brasileiras de navegação respondem por cerca de 10% do mercado de fretes marítimos internacionais, gerados por importações e exportações brasileiras. Além disso, atuam, majoritariamente, com embarcações estrangeiras afetadas.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, o diretor da Antaq, Almirante Murilo Barbosa, afirmou que o acordo não cria privilégios para os Estados Unidos. A lei brasileira já permite a atuação de empresas de capital estrangeiro no comércio marítimo e nas operações portuárias, desde que elas estejam estabelecidas no País, em decorrência da Emenda nº 7/95, que tirou da Constituição dispositivos sobre o transporte de granéis e a predominância de armadores nacionais.

Segundo a Antaq, o caminho para a recuperação da competitividade da frota brasileira é o fortalecimento da navegação de cabotagem. A capacidade de participação brasileira no transporte marítimo de longo curso é limitada, cabendo ao País buscar usufruir das vantagens nas tarifas portuárias que os Estados Unidos concedem em função do acordo. Acrescente-se que esse acordo não tem finalidade de revogar a reserva de cargas globalmente, mas apenas para o tráfico marítimo entre o Brasil e os Estados Unidos e, ainda assim, pelo prazo do acordo, que é de cinco anos, renovados automaticamente se não for denunciado por nenhuma das partes. Além do que, já há outras possibilidades na legislação, de isenção da reserva, que são habitualmente praticadas.

Ainda em tópico correlato, é importante ressaltar que a Marinha do Brasil, consultada pelo Itamaraty, conforme referido no parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, não apresentou oposição à assinatura do acordo, inclusive porque o mesmo não diz respeito a cargas de natureza militar. Não há, ademais, quaisquer constrangimentos à soberania nacional decorrentes do acordo.

O art. 2º prevê que as partes consultarão sobre alterações que venham a ocorrer na suas legislações internas, que possam interferir na aplicação do presente acordo, conteúdo em que não se exige que, para modificar a legislação interna, os governos tenham de obter anuência da outra parte. Exige-se apenas que, havendo intenção de alteração nas respectivas legislações internas que afetem de alguma forma a implementação do instrumento, as partes realizem consultas mútuas sobre o tema, a fim de avaliarem a forma como tais alterações possam afetar o cumprimento do acordo.

Por fim, é de se registrar que o acordo não apenas revela vantagens insuspeitas para o contribuinte brasileiro, por possibilitar contratação de serviços mais rápidos, seguros e baratos, como também se insere em novo patamar das relações bilaterais, setoriais, com

os Estados Unidos, inaugurados com a assinatura do acordo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2005, e fortalecidas agora com a nova condutora das relações internacionais do Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff.

Voto. Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, conclui-se o parecer opinando pela aprovação do Projeto de Decreto-Legislativo nº 29, de 2010.

É a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Em discussão o relatório.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antecipando já o meu voto favorável ao brilhante relatório apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann, até porque estou convencido de que, efetivamente, como ela assinala, esse acordo bilateral vai fortalecer a frota mercante nacional, vai ampliar a frota mercante nacional, eu quero, no entanto, fazer aqui uma ponderação de procedimentos relativamente à aprovação dos acordos internacionais.

Observei que esse acordo foi firmado em 30 de setembro de 2005. A mensagem do Governo Federal chegou à Câmara dos Deputados no dia 3 de fevereiro de 2006. A Câmara aprovou esse acordo em 4 de fevereiro de 2010, portanto, quatro anos após.

Veio para o Senado e só no dia 30 de novembro de 2010 é que foi designado o ex-Senador Marco Maciel como relator. E só hoje estamos apreciando a matéria aqui nesta Comissão, ainda dependente de aprovação no plenário.

Eu quero sugerir a V. Exª, dentro das diretrizes de aprimoramento e agilização dos procedimentos que vem implantando nesta Comissão, que, em contato com a Mesa do Senado, com a Mesa da Câmara e com a nossa correspondente Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, esta Comissão estude a adoção de um procedimento que agilize a aprovação dos acordos internacionais, porque esse atraso causa grande descrédito ao Brasil – a diplomacia brasileira vai lá fora, assina os acordos de forma festiva ou então quando recebe um governante estrangeiro e, depois, a aprovação daqueles acordos fica para as calendas gregas.

Então, faço a sugestão a V. Exª, que vem imprimindo um novo dinamismo nesta Comissão, que se estude um procedimento que possa reduzir a demora na tramitação desses processos, talvez com um procedimento unicameral. Ou seja, nós vivemos uma nova fase no Poder Legislativo, nós temos de recuperar a imagem do Poder Legislativo, e recuperá-la em nível internacional é mais importante ainda do que em nível interno. Por isso, Sr. Presidente, considero da maior relevância nós mudarmos totalmente os procedimentos quanto à aprovação de acordos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continua em discussão a matéria.

A palavra será dada à Senadora Ana Amelia, mas, pela ordem, falará antes o Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É só para reforçar aqui que, entre as datas citadas pelo nobre Senador, ele esqueceu de afirmar que esse relatório só chegou à responsabilidade da Senadora Gleisi no dia 1º de março de 2011, portanto, ela fez um trabalho de altíssima qualidade num período muito curto: em apenas dezessete dias ela já está apresentando aqui o seu relatório final com proposição de voto. Então, um cumprimento especial à Senadora Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Acredito que todos nós da Comissão façamos eco às palavras do Senador Aníbal em relação ao trabalho realizado em tão pouco tempo pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Cumprimento o Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Cristovam Buarque, que volta a fazer parte dos nossos trabalhos. Seja bem-vindo, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amelia e, em seguida, o Senador Jarbas Vasconcelos.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Fernando Collor, endossamos o que disse o Senador Aníbal. A observação do Senador Luiz Henrique, ao antecipar um voto favorável ao relatório, já é no sentido de aprovar o belíssimo trabalho feito pela nossa colega Gleisi Hoffmann, mas o ponto crucial que o Senador Luiz Henrique, com muita oportunidade, aborda é a celeridade do rito de apreciação desses acordos.

Neste momento, a Câmara dos Deputados está por decidir um acordo bilateral com a Argentina na área de fronteira. É um acordo da maior relevância, porque tem impacto direto sobre a vida das pessoas que vivem ali, e um acordo no âmbito do Mercosul – V. Exª teve participação histórica nesse processo de integração – só terá significado e compreensão pelas populações dos quatro países quando os efeitos práticos forem sentidos por essas populações e percebidos em seu cotidiano. Então, essa demora prejudica as pessoas no que diz respeito ao relacionamento e à harmonização de políticas na área de Previdência, na área de educação e na área da saúde. Já fizemos um

acordo muito bem sucedido com o Uruguai, graças ao empenho e ao trabalho exemplar do Itamaraty. Então, nesse aspecto concordo inteiramente com a ponderação feita pelo Senador Luiz Henrique, da necessidade de apressar o rito de tramitação de acordos internacionais dentro do Congresso Nacional.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor**.** PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Antes de passar a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, continuando ainda a discutir o relatório apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann, gostaria de dizer, a propósito do que afirmou, do que nos ofereceu aqui como ponderação o Senador Luiz Henrique e também a Senadora Ana Amélia, que, nas normas e procedimentos internos que lemos na reunião antepassada, está aqui, no item 2: "Os relatórios da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, normas e procedimentos internos, biênio 2001/2013". O ponto 2 dessas normas e procedimentos diz o seguinte: "Os relatórios que ficarem com os relatores designados por mais de 15 dias sem justificativa serão cobrados pela secretaria da Comissão. Passados mais 15 dias sem manifestação do relator, o próprio Presidente da Comissão entrará em contato com o relator, a fim de dialogar sobre a possibilidade de mudança da relatoria. O objetivo desse procedimento é reduzir o prazo para a entrega dos relatórios".

Nesse particular, na questão dos tratados que ficam tramitando nas duas Casas do Congresso e pelas diversas comissões, uma parte da culpa desse atraso cabe a nós, legisladores, porque os relatórios, os tratados, os chamados processados são distribuídos para os Srs. Relatores designados e, pelo acúmulo de trabalho também, muitas vezes os Senadores e os Deputados não apresentam em tempo hábil ou dentro de um prazo razoável o seu relatório. A prova disso, por exemplo, é que agora, quando iniciamos esta nova legislatura, recebemos aqui, na Comissão de Relações Exteriores, cerca de 50 projetos que haviam sido distribuídos para relatores cujos relatórios não haviam sido ainda oferecidos. Então, essas coisas acontecem. Alguns desses acordos passam por mais de uma comissão.

O que foi colocado pelo Senador Luiz Henrique e pela Senadora Ana Amélia procede e as providências que me solicitaram estarei tomando. Estarei me comunicando com o Senador Presidente do Congresso Nacional, José Sarney, e com o Presidente da Câmara, Deputado Marco Maia, pedindo a eles que, no campo de atuação deles, possam também a pedir que esses tratados, que esses acordos internacionais sejam agilizados, de modo que não haja esse interregno tão grande entre a data da sua assinatura e a data da sua efetivação.

Com a palavra o Senador Jarbas Vasconcelos, para discutir a matéria.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sr. Presidente, apenas para expressar que endosso o que o nobre Senador Luiz Henrique levantou aqui, porque esse assunto também já foi objeto de discussão na legislatura anterior. Inclusive, confesso a V. Exª que pedi, quando pertencia a esta Comissão, ao então Presidente Heráclito Fortes que não me distribuísse esse tipo de projeto quando o fato já tivesse ocorrido há 3, 4, 5, 6 anos.

V. Exª tem imprimido aqui, de forma saudável e correta, uma perspectiva de novo procedimento desta Comissão, o que louvo, acolho e apóio. Acho que o que V. Exª pretende fazer é modernizar, é avançar, é permitir o debate, é ter uma visão não só de Brasil, mas de mundo. Então, tudo isso é muito importante.

Eu sugeriria, se V.Exª permite, apenas chamar a atenção, porque são muitos esses processos que ainda estão em tramitando tanto na Câmara como nesta Casa. V. Exª poderia, salvo melhor juízo, buscar um rito especial para esses processos, porque, no caso da Senadora - e quem conhece a Senadora mesmo há pouco tempo como eu sabe do cuidado e do zelo que ela tem pela coisa pública – S. Exª leu um longo relatório, uma vez que tem responsabilidade e não ia deixar de fazer isso, mas é tempo perdido, é um fato que ocorreu há seis anos. Num prazo de cinco anos, prorrogável por mais cinco, a gente já está nessa fase prorrogável quando o Senado vem, através de sua Comissão de Relações Exteriores, aprovar.

Então V. Exª poderia designar um dos seus assessores para selecionar esses projetos e dar um rito especial, não fazendo com que o relator possa se expor. Não é se expor ao ridículo, mas a perda de tempo que existe quando V. Exª inclusive vislumbra a possibilidade de esta Comissão debater assuntos do maior interesse em temas que serão fruto de debate. Era essa a sugestão.

Louvo a iniciativa do Senador Luiz Henrique, sempre atento ao levantar esse problema e sugerir a V. Exª que nessas hipóteses, quando tivesse matérias cujo objeto já transcorreu o tempo de quatro, cinco seis e às vezes até mais anos, que a gente tivesse um rito especial para isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – A solicitação de V. Exª, Senador Jarbas Vasconcelos, será acolhida e determino à Secretaria desta Comissão que faça a triagem de todos os projetos, dando preferência para votação dos tratados e acordos internacionais que já estejam de alguma forma assinados

há alguns anos, como o caso desse, agora relatado pela Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMBD - SC) – Pela ordem Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Senador Luiz Henrique.

Continua em discussão a matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – A observação que procurei fazer, Sr. Presidente, é no sentido de não apenas, como louvavelmente V. Exª está propondo, tornar mais rápida a tramitação nesta Casa como buscar uma mudança mais profunda. Como disse o Senador Jarbas Vasconcelos, criar um espaço de rito especial para aprovação de tratados internacionais, quem sabe atribuindo exclusivamente ao Senado ou então, quem sabe, fazendo-o com modificação do Regimento Comum em regime unicameral, através da aprovação em sessões do Congresso Nacional.

Gostaria que V. Exª refletisse sobre essa possibilidade com o Presidente Sarney, com o Presidente Maia, da Câmara, e com o Presidente da Comissão de Relações Exterior daquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Farei isso, Senador Luiz Henrique, de acordo com a solicitação de V. Exª, mas precisaria também contar com a sua colaboração e com a sua audiência para esses contatos que nós iremos manter.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Muito obrigado, Senador.

A Srª SENADORA ANA AMÉLIA (BLOCO/PP – RS) – Presidente, nessa mesma linha, uma das supressões desse rito poderia ser a não necessidade de convocar uma comissão especial para fim de exame daquele assunto, já que com a distribuição de uma relatoria isso já é feito no trabalho exaustivo por um relator em relação à matéria. Então, criar uma comissão especial amplia o prazo. Claro que são todas questões que dizem respeito a Regimento Interno que devem merecer um exame mais detalhado sobre esse procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Inclusive no congresso norte-americano existe essa figura desse rito célere que eles chamam lá de *fast track* e é o que mais ou menos estou imaginando colocar em prática, submetida à deliberação do Plenário para esses atos e acordos internacionais.

É interessante notar que a discussão da matéria não versou, em nenhum momento, sobre a excelência do relatório apresentado pela Senadora Gleisi, mas sobre a necessidade de que esses acordos tenham um tempo mais curto para serem relatados no âmbito desta Comissão.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Acordos já efetivados, não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Como?

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB –PE) – A coisa já efetivada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Exatamente. Acordos já efetivados.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação, o Relatório, que conclui pela aprovação do Projeto.

As Sr.ªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. JOÃO PEDRO (PT - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Um minuto, Senador João Pedro. Ainda não concluí. Desculpe.

Aprovado.

A matéria irá à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (PT – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço urgência para a matéria que foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Perfeitamente. Urgência será concedida a pedido do Senador João Pedro.

A SRª ANA AMÉLIA (PP – RS) – Antes de passar para o segundo item da pauta, quero pedir uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (PP – RS. Para uma questão de ordem.) – Prestei muita atenção à mensagem encaminhada pelo nosso Chanceler Antônio Patriota a esta Comissão, abordando os temas da maior relevância, especialmente sobre o drama que vive hoje o Japão e também sobre a situação dos países árabes.

Todavia, penso, Sr. Presidente, que isso não dispensaria a presença do nosso Chanceler a esta Comissão, mesmo sabendo que, neste momento, ele está concentrado na preparação da visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, mas que, terminada essa programação de grande interesse para o nosso País, que ele venha à Comissão de Relações Exteriores pessoalmente, para prestar informações a respeito, primeiro, dos resultados dessa visita e, segundo, uma avaliação

mais atualizada de todos esses eventos internacionais que chamam a atenção de nosso País, pelo nosso envolvimento direto nesse cenário internacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Senadora Ana Amélia, tenho a informar aos membros desta Comissão que o Ministro Antônio Patriota entrou em contato com a Presidência desta Comissão, logo após ter sido aprovado o requerimento, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a presença de S. Ex.ª, o Ministro das Relações Exteriores, para tratar desses assuntos, dizendo que está inteiramente à disposição desta Comissão, pedindo apenas um prazo, para que ele se desincumba dessas tarefas, muito urgentes, devido à importância de que se revestem. Quais sejam: a visita do Presidente Barack Obama ao Brasil e a visita de Sua Excelência, Presidenta Dilma Roussef, à China nas próximas semanas.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, estive fora há algumas semanas, por razões de saúde. Então, talvez o que eu coloque já tenha sido trazido por alguém, que é sobre essa questão do Japão, mas numa outra ótica, que não a de relações internacionais, mas na de defesa nacional, que é desta Comissão.

Creio que precisamos fazer uma reflexão, talvez até chamando o próprio Ministro das Minas e Energia, para saber como é que estão os reatores brasileiros, que grau de segurança nós temos, qual é o programa de energia nuclear que o Brasil está pensando para o futuro. Creio ser procedente que se discuta esse assunto e não só na Comissão de Energia.

Então, farei um requerimento, no sentido de convidar o Ministro das Minas e Energia, para discutirmos o problema da energia nuclear no Brasil, sob a ótica da defesa nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. A Mesa receberá o requerimento de V. Exª e incluirá na pauta da nossa próxima reunião.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Francisco Dornelles e, em seguida, ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, com a autorização de V. Ex.ª, estou encaminhando à Mesa, requerimento, convidando o Sr. Ministro das Relações Exteriores a comparecer a esta Comissão, para falar sobre a política exterior do Brasil, do Governo da Presidenta Dilma Roussef.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL.) – Pediria um pouco de silêncio. Por favor, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Apresentei o requerimento, convidando o Sr. Ministro das Relações Exteriores a participar de uma audiência desta Comissão, para falar sobre qual vai ser a política externa do Governo da Presidenta Dilma Rousseff. Esse requerimento já foi encaminhado a V. Exª, e eu pediria que ele fosse considerado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O requerimento será recebido por esta Mesa e incluído na pauta da próxima reunião desta Comissão.

Agradeço ao Senador Francisco Dornelles sua participação.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quero informar que já foi feito e aprovado um requerimento nesse sentido, em relação à discussão da política nuclear brasileira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de autoria do Senador Jorge Viana, em parceira com outro Senador, de cujo nome não me recordo agora. Então, talvez, fosse o caso de juntarmos esse requerimento do Senador Cristovam Buarque, para fazermos uma reunião conjunta entre a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu ponderaria ao Senador Anibal que fizéssemos esta nossa reunião, independentemente do fato de qualquer um dos senhores membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desejar participar da outra audiência com o Ministro Antonio Patriota. Mas, como vários Senadores já apresentaram solicitação para que o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Patriota, aqui comparecesse, tratando dos mais diversos assuntos, a questão nuclear seria mais um dos pontos a serem abordados também por esta Comissão. Então, eu faria essa ponderação ao Senador Anibal, sem prejuízo de que os integrantes desta Comissão que desejarem participar da reunião do Ministro Patriota na Comissão de Constituição e Justiça possam fazê-lo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, o Senador Cristovam se referiu à política nuclear, numa audiência com o Ministro de Minas Energia. Não sei se seria o caso de fazermos essa audiência em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou uma reunião exclusiva da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Essa questão, Senador Anibal, fatalmente, será tratada no âmbito das Relações Exteriores, dentro da ótica da defesa nacional, como foi dito pelo Senador Cristo-

vam Buarque, que disse não somente das Relações Exteriores. Salvo melhor entendimento, entendi que, no seu requerimento, o Senador Cristovam explicita a questão da defesa nacional. Não é isso, Senador?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E esse é também papel desta Comissão.

Muito obrigado, Senador Anibal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em função da arguição da Ministra Maria do Rosário, a Comissão de Direitos Humanos não pôde se fazer presente aqui.

Quero expressar meu voto favorável ao acordo Brasil/Estados Unidos, relatado pela Senadora Gleisi Hoffmann, mas, Sr. Presidente, da mesma maneira como o Senador Pedro Simon fez um apelo na Comissão de Direitos Humanos – e isto também é muito relevante nesta Comissão de Relações Exteriores –, eu gostaria de fazer um apelo aos que consideraram propor um protesto contrário à presença do Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, na Cinelândia. Peço que façam uma reflexão e que, ao contrário, estejam lá, para ouvi-lo com todo o respeito e com toda a atenção. Assim, poderão ter a oportunidade de ouvir muitas proposições e referências com as quais, tenho certeza, a maior parte do povo brasileiro está de acordo. Inclusive, tenho a certeza de que toda a comunidade negra, que é muito expressiva no Rio de Janeiro, terá enorme vontade de estar lá presente.

Alguns companheiros de partido, do Partido dos Trabalhadores, ontem, estiveram no Sindicato dos Petroleiros, para proporem que não fossem à Cinelândia ou que fizessem manifestações contrárias.

Que ao contrário, que possam perceber que o Presidente Barack Obama constitui, na minha avaliação e de tantos, como que a realização de muitos daqueles sonhos expressos de maneira tão bela por Martin Luther King Júnior, em 28 de agosto de 1963, quando disse o discurso: Eu tenho um sonho. E que possam as pessoas perceber, inclusive aqueles que têm criticado os muros existentes no mundo, que o Presidente Barack Obama ainda, em 24 de julho de 2008, ainda Senador e candidato a presidência, perante 200 mil pessoas diante da Porta de Brandenburgo, relembrando o desastre que havia sido a construção do muro de Berlim, e saudando a sua derrubada e dizendo que não era mais tempo agora de haver muros que separam os que muito têm dos que pouco têm, os que professam o Islã, o judaísmo, o cristianismo, os católicos ou que seja. Não deve haver mais muros que separem quaisquer tipos de pessoas de quaisquer origens, raças, sexo, idade, qualquer cor e assim por diante.

Então, nesse espírito, quem sabe possa o Presidente Lula, em diálogo com a Presidente Dilma Rousseff, com o Governador Sérgio Cabral, e se ele, por exemplo, anunciar ali na Cinelândia que ele gostaria que não houvesse mais um muro que separa os Estados Unidos do México e toda a América Latina. E se ele ali disser, por exemplo, conforme os chefes de Estado brasileiros, inclusive V. Exª, e o Presidente Lula juntamente com todos os outros chefes de Estado das Américas têm proposto ao Presidente Barack Obama que acabe com o embargo e o bloqueio contra Cuba e quem sabe se ele anunciar, ali na Cinelândia... Eu hoje telefonei para o Emir Sader, e com todo carinho e respeito para com esse colega do Partido dos Trabalhadores, e disse a ele: E se o Presidente Barack Obama anunciar ali o fim do bloqueio contra Cuba, seria bom você estar lá para aplaudi-lo; e assim por diante.

Então, Senador Pedro Simon quero me juntar à proposição de V. Exª no apelo aos brasileiros, aos do Rio de janeiro, sobretudo, vamos sim receber com carinho, se, porventura, houver alguma divergência vamos ouvir, mas quem sabe tendo a oportunidade de dialogar, porque se há um chefe de estado que hoje tem proclamado as virtudes da democracia e juntamente com afinidade com a Presidenta Dilma Rousseff, é o Presidente Barack Obama.

Então, gostaria de deixar esse apelo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – A que título o Senador Suplicy se pronunciou, como uma questão de ordem... A que título?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Foi uma questão de ordem, não foi Senador, que V. Exª levantou?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Olha, eu pedi a palavra para, primeiro colocar o meu voto ao projeto que havia acabado de ser votado ..

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então foi pela ordem..

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E, aproveitando, a oportunidade e a relevância, já que estávamos discutindo a relação Brasil Estados Unidos e a vinda do Presidente Barack Obama, o fato mais importante que vai ocorrer nesta semana.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para aproveitar a onda, também, queria tranquilizar o Senador Suplicy e a todos nós, porque não vejo no sociólogo Emir Sader uma capacidade de mobilização tão grande a ponto de impedir as pessoas, de obstar a participação ou de dissuadir os brasileiros, os cariocas, especialmente, de comparecerem ao ato do Presidente Obama. Ele sequer se manteve na presidência, que nem chegou a assumir da Casa Ruy Barbosa. De modo que não teria esse poder de mobilização que o Senador supõe que ele tenha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas é que houve ontem uma reunião do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, muito importante, com a presença de 150 líderes sindicais com propósito semelhante, não é apenas ao Emir Sader; o apelo , portanto é a todos eles que pensaram nessa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ficou entendido, Senador Suplicy, obrigado pela palavra Senador Aloysio, com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Quero concordar com o que afirmou o Senador Suplicy e quero dizer ao ilustre Líder do PSDB de São Paulo que concordo, e queira Deus que V. Exª tenha absoluta razão. Mas o problema apenas, eu acho, é significar que foi um manifesto infeliz, uma manifestação que não tem lógica, não tem profundidade, nem para as entidades que estão representando não é a fórmula de fazer. Mas numa hora que nem esta, em que, em termos de representação, o mundo inteiro olha para o Brasil – queiramos ou não queiramos, o Presidente Obama é uma grande figura, que vai fazer um pronunciamento de repercussão internacional –, numa hora que nem esta, publicar uma nota em que entidades representativas estão convocando as pessoas para fazer uma manifestação de revolta, de protesto, é profundamente negativo. Então, se nós nos manifestarmos apenas no sentido de que eles não foram felizes, que não representam nada, acho que estamos dando uma demonstração de tranquilidade, respeito e credibilidade nesta questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concordo com V. Exª. Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Item 3 da pauta da reunião do dia de hoje:

ATO Nº 1, DE 2011 - CRE

Disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann, **Relatório:** Pela aprovação do Ato nº 1, de 2011, bem como das Emendas nº 1, 3 (com Subemenda), 5, 6, 7 (com Subemenda) e 14 (da Relatora). Resultam prejudicadas as Emendas nº 2, 4, 8, 11 e 12, em razão das emendas aprovadas. Pela rejeição das Emendas nº 9 e 13. A Emenda nº 10 foi retirada pelo autor.

Observação: Na reunião de 23/02/2011 foi concedida vista coletiva da matéria e na reunião de 01/03/2011 foi distribuída à relatora para análise das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra à Srª Senadora Gleise Hoffmann, relatora do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, para ler o seu relatório.

A SRª GLEISE HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero aqui, antes de mais nada, agradecer a aprovação do relatório anterior por esta Comissão e fazer uma consulta a V. Exª e ao Plenário, uma vez que V. Exª também já mais ou menos adiantou a situação das emendas, se não seria o caso, em vez de lermos todo o relatório e o voto, de ler o texto consolidado do Ato nº 1, que já está anexo. A partir dessa leitura, se alguém tivesse dúvida, nós abriríamos para debate. É possível? Nós ganharíamos um pouco de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu colocaria à deliberação do Plenário.

Aqueles que concordarem com o que solicita a Senadora Gleise Hoffmann permaneçam como estão.

Aprovado.

Pode V. Exª proceder conforme a sua sugestão.

A SRª GLEISE HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Então eu lerei aqui o texto consolidado, considerando as emendas aprovadas, as parcialmente aprovadas, as rejeitadas e a mediação que foi feita.

Ato nº 1, de 2011, Comissão de Relações Exteriores. Disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal resolve:

Art. 1º. Os candidatos a chefe de missão diplomática de caráter permanente serão submetidos a arguição desta Comissão em sessão secreta, nos termos do art. 52, IV, da Constituição Federal, c/c arts. 116, III e parágrafos, e 383 do Regimento Interno do Senado Federal, mediante o atendimento das seguintes exigências:

I - Apresentação de *curriculum vitae* de que constem:

a) as atividades profissionais exercidas pelo indicado com a discriminação dos referidos períodos;

b) a relação das publicações de sua autoria com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação;

c) demais informações relacionadas à experiência profissional do candidato.

II – relatório produzido pelo Ministério das Relações Exteriores com informação sobre o estado ou organização internacional para qual o candidato foi indicado.

*Parágrafo Único***.** Além das informações referidas no inciso II, o relatório do Ministério das Relações Exteriores deverá conter relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo estado ou organização internacional, bem como dos contratos de empréstimos e financiamentos oficiais concedidos pelo Brasil, incluindo os atos referentes à perdão ou renegociação de dívidas e à renúncia fiscal, diferenciando entre atos em vigor e atos ainda sujeitos à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal.

Art. 2º. As demais autoridades deverão ser submetidas à arguição desta Comissão, nos termos da lei, conforme disciplina o art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, mediante o atendimento das seguintes exigências:

I – apresentação de *curriculum vitae* de que constem:

a) as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos;

b) a relação das publicações de sua autoria, com as referências bibliográficas que permitam sua recuperação.

II – apresentação de declaração do indicado:

a) de que existem parentes seus que exercem ou exerçam atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos;

b) de que ele participa ou participou como sócio proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;

c) de regularização fiscal no âmbito federal, estadual e municipal:

d) de ações judiciais seja como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual;

e) de conselho de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras nas quais tenha atuado nos últimos cinco anos contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação.

III – argumentação escrita apresentada de forma sucinta em que o indicado demonstre experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

§1º A proposta a negativas e posses previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do inciso II deste artigo deverá ser declarada por escrito.

§2º A declaração de que trata a alínea “c” do inciso II deste artigo deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

§3º A avaliação do indicado será feita em duas etapas:

I – na primeira etapa, o Relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais e, a seguir, poderá discutir com os demais membros da Comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado;

II – na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e, em seguida, o relatório será votado.

§1º Não será exigido a presença do indicado na primeira etapa.

§2º Será concedida, automaticamente, vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa.

§3º Haverá um intervalo máximo de cinco dias úteis entre a primeira e a segunda etapa (Regimento Interno do Senado, art. 132, §1º; e 37, de 1995).

§4º Excepcionalmente e ouvido o Plenário da Comissão, o Presidente poderá determinar o início do processo de votação do relatório antes do final da arguição do indicado.

§5º A fase de arguição dos candidatos, nos termos do art. 1º deste Ato, se dará em reunião secreta (Constituição Federal, art. 52, IV; e Regimento Interno do Senado, art. 116, III).

§6º As demais autoridades a que se refere o art. 2º deste Ato poderão ser arguidas em reunião secreta por decisão da Comissão (Regimento Interno do Senado, art. 197, II).

§7º A arguição do Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, nos termos do art.

Art. 197, Inc. II, § 7º, a argüição do Diretor-Geral, da Agência Brasileira de Inteligência, nos termos do art. 11, Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1989, dar-se-á em sessão secreta.

Havendo quorum para deliberação, as escolhas de autoridades de que tratam esse ato terão preferência sobre as demais matérias, excetuadas as situações extraordinárias.

Art. 5º - esse ato entra em vigor na data da sua publicação.

É a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação o Ato nº 1, de 2011, conforme relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Aprovado.

Item nº 4 da nossa pauta.

Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, que disciplina as datas e horários da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Rrelatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório pela aprovação do Ato nº 2, de 2011, bem como o da Emenda nº 2. Resultam prejudicadas as Emendas nºs 3 a 6, pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações: na reunião de 23 de fevereiro de 2011 foi concedida vista coletiva da matéria e na reunião de 1º de março de 2011 foi distribuída à Relatora para análise das emendas.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, relatora do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, para ler o seu relatório.

A SRª GLEISI HOFMANN (PT – PR) – Da mesma forma, consulto V. Exª e o plenário se posso proceder como procedi em relação ao Ato nº 1, lendo o texto consolidado e abrindo a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Corrigindo o que eu falei, Ato nº 2 desta feita, e novamente coloco à deliberação do plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Senadora, pode proceder à leitura do relatório conforme sugestão.

A SRª GLEISI HOFMANN (PT – PR) – Ato nº 2, de 2011, Comissão de Relações Exteriores. Disciplina as datas e horários da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional resolve:

Art. 1º. Em conformidade com o art. 107, inciso I, "e", do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reunir-se-á semanalmente durante a sessão legislativa ordinária para fins deliberativos e demais atividades regimentais e ordinárias que lhe competem às quintas-feiras, às 10 horas.

Art. 2º. Nos termos regimentais, especialmente o art. 107, inciso II, do Regimento Interno, e a critério do Presidente da Comissão, poderá ser convocada reunião extraordinária em dia e hora distinto dos previstos no art. 1º, para a deliberação de proposições e demais atividades de competência da Comissão.

Art. 3º. Salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seja enviada aos membros dois dias úteis antes da sua realização.

Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

É a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, em votação o Ato nº 2, de 2011, conforme relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem...

Com a palavra para discutir o Senador Pedro Simon, em seguida o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Ilustre Relatora, pelo que estou assistindo agora, o art. 2º, nos termos regimentais, especialmente o art. 107, e a critério do Presidente da Comissão, poderá ser convocada reunião extraordinária em dia e hora distintos do previsto.

Pergunto o seguinte: a critério do Presidente da Comissão, a Comissão decidirá?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ouvido o plenário.

Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Fica a dúvida aqui.

A SRª GLEISI HOFMANN (PT – PR) – Eu gostaria de esclarecer.

Na realidade nós mantivemos "a critério do Presidente", porque o art. 3º esclarece que nenhuma reunião, salvo em situações extraordinárias – e aí será submetida a reunião convocada –, será realizada sem que a pauta devidamente preparada pela secretaria seja enviada aos membros dois dias úteis antes da sua realização.

Entendemos que este artigo garanta o conhecimento da matéria a ser tratada, inclusive numa reunião extraordinária a ser convocada pelo Presidente. Por isso nós o mantivemos

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – (*Fora do microfone.*) ... os membros da Comissão tomam conhecimento da matéria. Agora, a pergunta que faço é se o Presidente convoca – e está convocado –, apresenta o pedido de convocação, e a comissão decide se vai ser feita a convocação.

Essa é a interrogação que tenho.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É porque, no caso do art. 2º, ele refere-se a questões pos-

sivelmente de situações extraordinárias. A justificativa seria nessa situação. E, muitas vezes, a comissão não consegue reunir para deliberar sobre o tema. O que garante a análise da comissão é, primeiro, conhecer o conteúdo; e, na própria reunião, se não se achar que o motivo é suficientemente extraordinário para sustentar uma reunião extraordinária, o Pleno da Comissão, a qualquer momento, tem soberania para decidir de maneira contrária.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª está descrevendo uma situação muito delicada, quer dizer, o Presidente da comissão convoca uma reunião extraordinária, e, na hora de se realizar a reunião, nós achamos que não há motivo e suspendemos!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Pedro Simon, com a permissão de V. Exª, apenas para esclarecer: é atribuição regimental do Presidente das comissões permanentes desta Casa fazer a convocação das datas das suas reuniões, não somente as reuniões ordinárias como também, em casos em que se faça a necessária a apreciação desta Comissão em relação à matéria de relevância, também cabe ao Presidente fazer esta convocação em caráter extraordinário, sabendo, de antemão, os membros desta Comissão, com as mesmas 48 horas de antecedência, o que será tratado nesta convocação extraordinária.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Apenas lendo aqui, Senador Pedro Simon. Capítulo 5º do Regimento Interno do Senado Federal:

Art. 89: "Ao presidente de comissão compete:

I – ordenar e dirigir os trabalhos da comissão;

II – dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida [...]".

E, no Item VII: "convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão."

É isso o que está no Regimento Interno do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu não tenho nenhum problema. Apenas acharia normal que a iniciativa fosse do Presidente. O Presidente convoca. Acho que é importante marcarmos uma reunião extraordinária para ouvir o ministro tal, para ouvir o fulano de tal, e a comissão decide. Pelo menos, sempre foi assim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Isso! Normalmente é e sempre será assim.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – É isso o que digo. Desde que estou aqui, sempre foi assim. E digo mais: 99,9% dos pedidos, principalmente os do presidente, são aprovados. Não tem nenhuma discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pode acontecer um caso ou outro caso de, de repente, criar-se uma interrogação. O que não pode acontecer é o que diz a Senadora: o presidente convocar e, com 48 horas de antecedência, manda a pauta para nós e, quando chegar na hora, dizemos: "Não, não, não quero." Então, suspende-se a reunião. Isso não pode. Ficaria um constrangimento grande.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Mas aí acredito que a Senadora parte do princípio de que o presidente da comissão não cometerá um desatino como esse.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, quero esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, novamente, a Relatora Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Até pela consideração que tenho ao Presidente Pedro Simon e ao Presidente, Senador Collor.

O que eu quis aqui colocar é que o Plenário da comissão é soberano. A qualquer momento ele pode tomar uma decisão e mudar, inclusive suspender uma reunião ordinária. Então, obviamente, se não houver essa concordância, podemos, por maioria e por entendimentos da comissão, suspender uma reunião ordinária ou extraordinária

Como estou me habituando com o Regimento Interno do Senado, não citei o art. 89, que V. Exª citou, mas com certeza ele dá base ao ato que nós lemos aqui.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Pela ordem Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Creio que a substituição da conectiva "e" pela alternativa "ou" resolve o problema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora do Ato n º 2.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Gostaria de consultar o Presidente e também esta Casa. Não vejo problema nisso e ficaria nos termos regimentais, especialmente o art. 107, inciso II , do Regimento Interno ou a critério da Comissão, poderá ser convocada reunião extraordinária. Isso amplia a possibilidade da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Se todos os Srs. Senadores estiverem de acordo com essa modificação sugerida pelo Senador Luiz Henrique e acatada pela Senadora Gleisi Hoffmann, permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Ainda para discutir a matéria, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente, ontem a Senadora Gleisi Hoffmann consultou-me sobre se eu estaria de acordo em desistir da proposição que havia feito sobre o Ato n º 1.

Sobre este aqui eu concordo, mas só queria alertar as Srªs e os Srs. Senadores, pois houve ocasiões aqui em que foi aberta a possibilidade de votação antes do fim das argüições e, ao final de uma das argüições, um dos indicados fez uma observação que causou um certo constrangimento e fez com que nós... Inclusive, depois, eu próprio pedi um melhor esclarecimento a respeito deste assunto e, uma vez dado, votei favoravelmente e não criei problema. Só queria alertar que muitas vezes é importante para todos nós, Senadores, aguardar até o final da argüição para a nossa votação.

Neste caso, queria ponderar que, no espírito do que há pouco falava o Senador Pedro Simon, a proposição que fiz de acrescentar ao art. 2º a redação seguinte: Parágrafo único - A pauta de reunião extraordinária deverá ser enviada aos membros da Comissão com no mínimo 24 horas de antecedência, me parece ser de bom senso.

Queria ponderar se a Relatora... Sugeri no mínimo 24 horas porque, até por uma questão de emergência, é convocada 24 horas antes. Se é extraordinária é de emergência, mas que possa, então, a pauta ser conhecida pelos Senadores 24 horas antes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Quarenta e oito horas antes, Senador. Mesmo na questão de extraordinárias, 48 horas antes.

Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Continua em discussão a matéria.*(Pausa)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o Ato n º 2 , nos termos em que foi apresentado o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

A Comissão comunicará à Presidência da Casa a aprovação dos Atos nº 1 e 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores.

Próximo item da pauta: Item 5, Ato nº 3, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, que disciplina os procedimentos a serem observados nas audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Autoria: Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório pela aprovação do Ato nº 3 e da Emenda nº 2 , nos termos da subemenda apresentada, e pela rejeição das Emendas nº 1, 3 e 4.

Observações: Na reunião de 23 de fevereiro de 2011 foi concedida vista coletiva da matéria e na reunião do dia 1º de março de 2011 foi distribuída à Relatora para análise das emendas.

Concedo a palavra novamente, com muita honra e prazer, à Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora do Ato nº 3, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para ler o seu relatório.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Obrigada Sr. Presidente.

Da mesma forma, quero solicitar a V. Exª e ao Plenário desta Comissão para ler o texto consolidado do Ato nº 3, conforme procedi em relação ao Ato nº 2 e nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Da mesma forma, coloco à deliberação do Plenário a sugestão feita pela Senadora Gleisi Hoffmann, que repete o que já foi realizado em relação aos Atos nºs 1 e 2.

Os Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo com essa sugestão permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Senadora Gleisi Hoffmann pode proceder à leitura, de acordo com a sua sugestão.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Ato nº 3, de 2011, Comissão de Relações Exteriores, disciplina os procedimentos a serem observados nas audiências públicas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional resolve:

Art. 1º. De conformidade com o art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e os arts. 93 a 95, do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio de aprovação de requerimento de qualquer um de seus membros, poderá realizar audiências públicas com

entidades da sociedade civil e com especialistas em temas de relevância nacional.

As audiências públicas serão convocadas pelo Presidente da Comissão, que designará, se for o caso, expositores favoráveis e contrários à matéria objeto de exame, podendo os membros da Comissão sugerir ao Presidente nomes de especialistas no assunto.

Regimento Interno do Senado Federal, art. 94, §1º.

§ 2º A fim de ampliar o conhecimento sobre a matéria, o Presidente da Comissão poderá permitir que especialistas no assunto participem dos trabalhos de formuladores de questões aos expositores, consoante os procedimentos estabelecidos no art. 2º.

Art. 2º. A audiência pública, presidida pelo Presidente da Comissão, observará os seguintes procedimentos:

I – a mesa dos trabalhos será também integrada pelos expositores convidados que sentar-se-ão ao lado do Presidente;

II – cada expositor disporá de vinte minutos, com mais dois de tolerância, para apresentar seu depoimento;

III – a critério do Presidente da Comissão e dependendo do número de expositores, poderá ser reduzido o tempo fixado no inciso II;

IV – cada expositor entregará ao Presidente versão escrita do depoimento (Regimento Interno do Senado Federal, art. 94, *caput*);

V – encerradas as exposições, os membros da Comissão poderão interpelar os expositores exclusivamente sobre os depoimentos por prazo de três minutos (Regimento Interno do Senado Federal, art. 94, §2º);

VI – os expositores terão o mesmo prazo para responder a cada Senador, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão (Regimento Interno do Senado Federal, art. 94, §3º);

VII – admitir-se-á réplica do Senador por até dois minutos, seguida de tréplica, também de até dois minutos, para cada expositor a quem tenha sido dirigida a tréplica;

VIII – após todos os Senadores inscritos terem realizados suas arguições, os especialistas indicados pelo Presidente poderão formular questões aos expositores pelo mesmo prazo previsto no inciso V;

IX – os expositores terão o mesmo prazo para responder a cada especialista, após o que admitir-se-ão réplica e tréplica com os mesmos prazos estabelecidos no inciso VII;

X – a critério do Presidente, após encerrados os questionamentos e respostas, poderão os expositores e especialistas apresentarem comentários finais.

Art. 3º. Da reunião de audiência pública será lavrada a ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

É a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o Ato nº 3, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, conforme relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão.*(Pausa)*

Aprovado.

A Comissão comunicará à Presidência da Casa a aprovação deste Ato nº 3, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann; depois, Senador Randolfe Rodrigues.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Só para informar. Primeiro, agradeço à Comissão os debates e a votação e também para informar.

Eu fui instada por V. Exª a apresentar um ato sobre as representações da Casa para missões no exterior, para que nós pudéssemos disciplinar esse rito.

Em razão de uma viagem que eu tive que fazer ao Paraná essa semana e também do acompanhamento que eu estou fazendo da situação de emergência e calamidade no meu Estado, no litoral, eu não tive condições de apresentar esse ato solicitado por V.Exª nessa reunião.

Então, gostaria de pedir e solicitar-lhe que possa apresentar isso na próxima reunião da Comissão, porque, com certeza, é um ato também necessário, como foram os três aqui já discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – A solicitação de V. Exª será atendida, Senadora Gleisi Hoffmann.

Então, incluiremos a deliberação e a votação do Ato nº 4, que tem como relatora também a Senadora Gleisi Hoffmann, na nossa próxima reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Pela ordem.. Desculpe, o Senador Randolfe Rodrigues havia solicitado e depois o Senador João Pedro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Excelência, queria apresentar e solicitar que fosse

incluído na pauta um requerimento de nossa lavra comum, minha e de V. Exª, apresentando um voto de solidariedade ao Governo do Japão e ao povo daquele país pelos tristes acontecimentos de que o povo japonês tem sido vítima. E também de solidariedade à família dos brasileiros que residem no Japão, aos brasileiros que residem lá no Japão. Ao mesmo tempo, reiterar a nossa preocupação com as poucas informações que temos tido sobre o incidente nuclear e a sua dimensão na usina de Fukushima. E, complementarmente, as informações, na verdade, as poucas informações que temos recebido da situação dos brasileiros que residem naquele país.

Ainda ontem eu recebi telefonemas de brasileiros amapaenses que lá estão, que nos informam a sua preocupação de retornar ao Brasil o quanto antes.

O Senador Crivella está me trazendo aqui uma informação que é do Itamaraty, que dá um quadro geral da condição dos brasileiros lá. Mas queria reiterar o nosso apelo, a nossa preocupação para que o nosso Ministério das Relações Exteriores desse aos brasileiros que lá estão, em especial ao interesse desses brasileiros, à intenção desses brasileiros em retornar à sua pátria de origem, os nossos nacionais de retornarem para cá.

Então, apresento aqui, de nossa lavra comum – obrigado, Senador Crivella –, o voto de solidariedade ao Governo do Japão, ao povo daquele país, e externo a minha preocupação em relação à situação dos brasileiros que lá residem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor) – Senador Randolfe Rodrigues, agradeço a V. Exª a sua intervenção.

Nas mãos de V. Exª há um documento oficial da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior com a síntese de informações para esta Comissão de Relações Exteriores em que constam as iniciativas que a Subsecretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores vem adotando em relação às apreensões que a todos nos acomete neste momento e que V. Exª tão bem verbalizou na sua intervenção.

Então, tem o plano de ajuda às vítimas do tsunami, da Chancelaria japonesa, o grande fluxo de estrangeiros que deixam o país. Mas, de qualquer maneira, eu tenho certeza de que esta sua solicitação, esta sua, como V. Exª sublinha, essa preocupação chegará ao Ministério das Relações Exteriores, para ter ainda mais cuidado e ser mais acurado, sobretudo na defesa dos nacionais que ainda permanecem no Japão.

Agradeço também a V. Exª a apresentação da moção.

A apresentação da moção por parte do Senador Randolfe Rodrigues tem o amparo do Ato nº 2, que foi aprovado hoje nesta Casa. E, portanto, eu coloco em votação a moção apresentada pelo Senador Randolfe Rodrigues, de apresentação de solidariedade ao povo japonês pelo grande sofrimento por que vem passando e às vítimas dessa terrível tragédia do terremoto seguido por esse tsunami.

Em votação a moção do Senador Randolfe Rodrigues.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a moção de solidariedade ao povo japonês pelo ocorrido no seu território permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Item... Desculpe. Com a palavra agora pela ordem o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, para entender esse procedimento em que V. Exª anunciou que encaminhará essas decisões para a Mesa Diretora. É isso? Se eu entendi, do Senado?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpe, Senador João Pedro. Não entendi muito bem a sua pergunta.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Esses procedimentos que foram votados...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sim, o Ato nº 1, 2 e 3.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu entendi que V. Exª vai encaminhar à Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, dar conhecimento à Mesa Diretora.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Dar conhecimento. Já entra em vigor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Já está em vigor e está aprovado. É apenas para dar conhecimento à Presidência da Casa das medidas que foram adotadas aqui por deliberação da Comissão de Relações Exteriores na sua autonomia.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Era essa questão e a outra era para elogiar esse informe da Comissão de Relações Exteriores. Eu quero elogiar porque a comunicação com o Japão está extremamente difícil e um informe vindo do Ministério das Relações Exteriores com certeza nos dá tranquilidade.

Chama-me atenção nesse informe a presença de 25 brasileiros localizados nas áreas atingidas. Então, esta moção que trata de forma generalizada – que não poderia ser diferente, porque é com o povo japonês, todo o povo japonês está sentindo esta tragédia – mas chamar a atenção para os brasileiros que vivem no Japão. Este informe aqui trazendo o número de 25 brasileiros em Sendai e Fukushima me chama atenção e nós precisamos evidentemente, junto com o Governo brasileiro e com o governo japonês, adotar procedimentos não só no voto da moção, mas procedimentos

concretos no sentido de ver como nós possamos fazer o deslocamento dessas pessoas dessas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador João Pedro. V.Exª conta com o apoio integral da Mesa e de todos os membros desta Comissão na solicitação que V. Exª acaba de fazer e que vai exatamente se somar aos esforços que vêm sendo realizados no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, conforme a informação que nos é trazida pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

Em relação à moção aqui apresentada, está aqui explicitado: "Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado federal e do art. 3º do Ato nº 2 hoje aprovado da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e considerando o agravamento da situação crítica por que passa a população japonesa, aí incluídos os mais de 240 mil brasileiros que lá residem em função da ameaça de desastre nuclear e das terríveis consequências do terremoto e do tsunami ocorridos, requeiro seja externado voto de solidariedade ao governo e ao povo do Japão, aos brasileiros residentes naquele país, bem como aos seus familiares do Brasil.

É importante registrar ainda a carência de informações mais precisas sobre o impactos do acidente nuclear na usina de Fukushima, o que nos preocupa sobremaneira e nos torna mais solidários para com os habitantes do Império do Sol Nascente.

São os termos da moção que a Comissão aprovou no dia de hoje.

Passamos agora ao item nº 6 da pauta. Discussão das sugestões ao Requerimento nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Requer sejam realizados por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional os ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012 com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico individual e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional e ao sistema de atividades de inteligência. Autoria: Senador Fernando Collor.

Observações: 1 – O Requerimento nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi aprovado na reunião de 1º de março de 2011; 2 – No dia 2 de março, submetemos aos senhores membros da Comissão o complemento ao requerimento, quando solicitamos as sugestões de temas e nomes de palestrantes estabelecido o prazo até o dia 14 de março.

Portanto, trata-se da programação para o ciclo de audiências públicas, rumos da política externa brasileira, programa para 2011/2012, já distribuído aos Srs. Senadores e às Srªs Senadores, lembrando que esta sugestão das audiências é flexível, na medida em que outros acontecimentos mais importantes estejam acontecendo no momento em que, por exemplo, daqui a dois meses, esteja previsto um tema que trate de assunto que não seja tão urgente quanto aquele que esteja surgindo naquele momento. Ela terá essa flexibilidade por solicitação de um dos membros da Comissão e por deliberação desta Comissão. Não é uma pauta fechada.

Quanto aos nomes, inclusive, aqui constam os que foram sugeridos. Poderemos incluir mais nomes, dependendo do entendimento dos Srs. Senadores, que sugerirem, quantos nomes desejarem para participar de tantas audiências quantas forem aquelas realizadas no âmbito desta Comissão.

Com a palavra, o Senador Luiz Henrique e, em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pedi a V.Exª a palavra pela ordem exatamente para indagar sobre isto: se haveria flexibilidade ou não, porque eu indiquei o Prof. Albert Fishlow, que vai lançar o seu novo livro de brasilianista expert a respeito da realidade nacional provavelmente em junho. Então nós aproveitaríamos a presença do Prof. Fishlow no Brasil, quando ele lançará em São Paulo o livro *O Novo Brasil* para trazê-lo aqui. Se há flexibilidade, não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador. Aliás, a solicitação de V.Exª foi feita na reunião antepassada e foi aceita. O nome não está aqui incluído porque ainda não temos uma data, que será fornecida por V.Exª, mas, tão logo chegue o Prof. Albert Fishlow e, de acordo com a agenda que for melhor para ele, nós o estaremos convidando para participar dos nossos ricos debates.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Eu que agradeço ao Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero felicitá-lo pela iniciativa desta Comissão. Estou aqui há oito anos, fui Presidente dela e nunca fizemos esse tipo de fórum de debates tão sistemático. Quero parabenizá-lo. Creio que vai ser um momento grande para esta Comissão.

Eu queria sugerir alguns temas. Na verdade, um tema dentro do qual poderíamos colocar outros. São os temas específicos do mundo global onde nós vivemos, por exemplo: como enfrentar o problema do meio ambiente. O senhor foi Presidente da República na época em que fizemos a reunião do Rio. Como vamos tratar a Rio +20, por exemplo? O que se pode fazer para que a Rio +20 possa ter o impacto que se espera. E o problema do terrorismo e armas de destruição em massa? E os recursos naturais? Trata-se de um conjunto. Creio que não vale à pena colocar uma reunião para cada um desses temas. Já está aí?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Já estão contemplados, Senador. Deixe-me apenas procurar aqui. Já tem: meio ambiente, Forças Armadas em missão de paz, agenda internacional. No quarto ciclo, temas da agenda internacional. Período: 12 de março a 26 de março de 2012.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está na antepenúltima. Eu ainda não tinha chegado lá. Quando chegou a minha vez de falar eu estava ainda...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está bem. E em seguida, o meio ambiente participantes a serem convidados, na página seguinte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Perfeito. Eu vi. Mas, na verdade, o que eu digo é um conjunto de temas que têm a ver com a realidade do mundo multilateral de hoje, incluindo recursos naturais, incluindo direitos humanos – como a gente vai tratar isso na escala global –, incluindo a decisão de implantar ou não uma usina de energia nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não pode mais ser uma decisão unilateral de qualquer país. Então, seria colocar, em um certo momento – pode ser junto ou não com o meio ambiente –, esses temas que caracterizam o mundo global de hoje, como o tráfico de seres humanos, que é uma característica de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, eu sugiro que esses temas que exigem uma visão global – eu até tenho dito que daqui para a frente os diplomatas já vão representar o País e o Planeta. Eles não vão ser representantes apenas dos seus países. Então, que a gente possa discutir tudo isso em algum momento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O tráfico de seres humanos também está incluído na sugestão de pauta para a deliberação de V. Exªs, mas a colaboração do Senador Cristovam Buarque para a realização desse ciclo de conferências é fundamental, Senador. E todas as sugestões, depois de uma leitura que V. Exª puder fazer do que está sendo agora apresentado, toda e qualquer sugestão de V. Exª, a Mesa acolherá com muita satisfação e colocará imediatamente à deliberação do Plenário, que – não tenho dúvida alguma – aprovará com louvor. A sua contribuição – eu volto a dizer – é de muita importância para o êxito desse tipo de conferência. Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir um tema que me parece que vai se tornar cada vez mais preocupante e vai merecer um tratamento do Estado brasileiro: a questão dos refugiados. Nós temos o Estatuto dos Refugiados no Brasil, uma lei moderníssima e exemplar, porque considera refugiado, para efeito da concessão da proteção do Estado brasileiro, não apenas a pessoa que é, digamos assim, perseguida a título individual – o cidadão Aloysio Nunes Ferreira –, mas as pessoas que são atingidas por perseguições ou grandes eventos que, em função de conflitos étnicos, religiosos e outros, envolvem grandes discriminações e repressões em massa.

Nós assistimos, no mundo de hoje, a um aumento desse tipo de evento desastroso. São guerras que envolvem movimentações de milhares, milhões de pessoas. E o Brasil tem uma tradição de asilo. Já começam a chegar ao Brasil, ainda que sob a forma de imigração econômica, imigrantes que vêm para cá tangidos por esse tipo de perseguição. Se nós temos uma lei muito moderna, não temos ainda estruturas governamentais capazes de dar uma resposta eficaz a esse problema na dimensão ainda diminuta que ele tem hoje, mas que, na minha opinião, tende a aumentar.

Nós temos a presença, no Brasil, da Agência das Nações Unidas para Refugiados e Apátridas (Acnur), que trabalha muito em consonância, especialmente, com a Igreja Católica, com instituições como Cáritas, por exemplo, mas não temos ainda, digamos assim, estruturas governamentais e instituições próprias para o tratamento dessa questão. Eu queria sugerir esse tema à cogitação da Comissão e de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Eu pediria ao Senador Aloysio Nunes Ferreira que pudesse apresentar isso por escrito, e nós colocaríamos em deliberação do Plenário na nossa próxima reunião. Não tenho dúvidas de que será também acolhido com muita satisfação, Senador. Muito obrigado ao Senador Aloysio Nunes Ferreira pela sua participação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Marcelo Crivella e, em seguida, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador João Pedro.

Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, queria fazer uma sugestão para que nós pudéssemos gravar cada uma dessas nossas audiências públicas em DVD e fazermos uma coleção para os outros Senadores e, talvez até, para aqueles que vão aqui debater conosco.

Eu queria também agradecer a Comissão porque verifiquei que todas as minhas indicações foram contempladas, indicações de ilustres brasileiros que virão aqui debater os diversos temas.

Vou fazer também uma sugestão, e V. Exª me permita apenas adiantar, mas vou escrevê-la que é a questão do que estamos assistindo agora no Japão, que é a questão da Defesa Civil; é a questão de podermos ter no Brasil um debate e um programa para fazermos frente a grandes catástrofes que, no nosso caso, vamos dizer assim, podem vir do excesso de chuva, transbordando nossos rios, inundando nossas cidades e trazendo milhares e milhares de desabrigados com destruição de pontes, isolando cidades e também as encostas, cortando as artérias, as estradas.

Países modernos têm sistema de Defesa Civil em que as coisas funcionam tipo uma mobilização em tempo de guerra. Nós temos, no Brasil, aliás seria até um grande assunto os Senadores conhecerem a mobilização para o caso de o Brasil sofrer uma invasão de um país inimigo. E como o Exército se mobiliza para fazer com que um contingente quatro vezes maior que o contingente de paz possa estar aquartelado, tenha alimentação, roupa, munição e armas, esteja pronto operacionalmente.

Esse programa de que o Exército dispõe é interessantíssimo, e poucos brasileiros o conhecem, o Programa Nacional de Mobilização, tem que se refletir, de alguma forma, para abrigarmos pessoas em épocas de calamidade, prédios públicos, privados, hotéis. A autoridade mobilizadora nos Estados Unidos, em caso de catástrofe, vamos dizer assim, assume a importância de um presidente da república, ele pode requisitar aviões públicos e privados, helicópteros, ele pode requisitar a produção de empresas na área de medicamento, na área de vestimento, na área de alimentação. É algo extraordinário, e não sei se o nosso País, o nosso Brasil dispõe de instrumentos idôneos, eficazes, para que possamos fazer frente a uma calamidade, uma calamidade que realmente desabrigue 10, 20, 30, 40, 50 mil pessoas. Infelizmente, não estamos mais em tempo de desprezar uma calamidade dessas. O mundo tem mostrado...

Nesse carnaval, por exemplo, visitei a região serrana lá do Rio de Janeiro. Meu Deus do Céu! Presidente, a situação da região serrana do Rio, sobretudo no epicentro da crise que foi Friburgo, Bom Jardim é um problema sério, porque são milhares e milhares de pessoas que perderam as suas casas e nós enfrentamos uma dificuldade tão grande para vencer a burocracia e liberar aluguel social. E isso ocorre porque, na verdade, nós, no Parlamento, não estávamos acostumados a enfrentar esse tipo de situação. Então queremos que os recursos sejam mobilizados no mesmo ritmo em que fazemos as obras normais.

Então, tem que ter projeto, tem que ter requerimento, tem que ter visto do Tribunal de Contas, tem que passar por diversos setores, e isso tudo, no momento da tragédia, faz com que as pessoas fiquem desabrigadas quinze dias, trinta dias, ou então mal abrigadas em igrejas, em casas de parentes, sujeitas a pegaram doenças, a passarem frio, elas e seus filhos; o comércio tem problemas para voltar a funcionar; a economia vai para o buraco; e os postos de saúde ficam como se fossem hospitais de campanha.

Então, talvez... Vou colocar no papel. Mas esses temas são fascinantes, extraordinários. Acho que a nossa Comissão vai se engrandecer em debater com esses ilustres cidadãos. E acho que, se nós pudermos incluir também essa coisa da defesa civil e, quem sabe, um projeto de comissão, já que somos de Defesa Nacional, para nos garantir de que, amanhã, em casos como esse do Japão... No Rio de Janeiro, por exemplo, as nossas usinas nucleares, há manchetes nos jornais dizendo que são uma bomba relógio; que nós podemos ter problemas com a população de Angra dos Reis, é uma área sensível.

Então, precisamos prever, mapear essas áreas sensíveis, verificar onde estão nossas fragilidades, onde temos problemas. Se tivermos aqui um problema qualquer tipo esse do Japão e afetar nossas usinas nucleares, ou um outro acontecimento correlato, o que nós, do Parlamento, previmos? O que nós elaboramos no arcabouço jurídico brasileiro?

Então, acho que esta Comissão tem esse papel e esse dever junto à Nação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor**.** Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

A Mesa aguarda, então, a sugestão de V. Exª. Inclusive, sugerindo, se for possível, os nomes que podem participar da discussão desse tema.

Em relação à solicitação de V. Exª quanto à gravação, já estivemos com o Diretor de Comunicação do

Senado Federal, Dr. Fernando César Mesquita, que já nos garantiu a gravação em DVD de todos esses ciclos de conferência que serão realizados de agora até o final de 2012.

Muito obrigado pela sua participação, Senador Marcello Crivella.

Senador João Pedro, com a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor**.** Bloco/PTB – AL) – O Senador João Pedro e, depois, o Senador Randolfe.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, olhando, evidentemente, a proposta dos ciclos de debate, com personalidades, estudiosos, intelectuais, empresários, ela tem a minha concordância. Não vi aqui, olhando os nomes de convidados, o de uma pessoa que conduziu a política externa brasileira nesses último anos, que foi o Chanceler Celso Amorim. Gostaria de levantar esse nome...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor**.** Bloco/PTB – AL) – Tem uma explicação, Senador João Pedro, que é a seguinte: pelas regras, que não estão explícitas ou explicitadas, mas que são habitualmente seguidas pelo Itamaraty, nunca se convida um chanceler que acaba de deixar o seu posto para participar de um debate sobre um tema que ele já, por oito anos, conduziu, por termos um Ministro das Relações Exteriores no posto. É apenas uma questão. Mas, se V. Exª desejar, poderemos fazê-lo, convidá-lo. É apenas para evitar qualquer tipo de eventual constrangimento, de ter o ex-chanceler uma posição que possa parecer discordante da condução da atual política externa, e isso gerar, vamos dizer assim, munição para que seja colocado nos meios de comunicação como uma discordância da política externa adotada pelo Governo do Presidente Lula com a política externa adotada pela Presidenta Dilma.

Mas se V. Exª desejar, podemos incluir o nome do Chanceler, porque, em qualquer um desses temas aqui, ele poderá ser convidado a falar, porque ele versará sobre isso com muita competência e capacidade.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu aceito a justificativa, o argumento de V. Exª. Agora, habilidoso como é o ex-Ministro Celso Amorim, com certeza ele não vai criar nenhum constrangimento ao atual Ministro Patriota. Até porque a audiência pública tem uma dinâmica; nós não vamos votar, nós vamos debater, discutir, construir caminhos, entendimentos, enfim. Fiz uma observação e quero me colocar à disposição desse processo, que considero importante. Mas quero ser muito franco com V. Exª. Tem perfil, o perfil de quem vem para cá; e eu olho isto, eu tenho este olhar: o perfil de quem vai expor.

Então, quero manter o nome, e V. Exª que está conduzindo esse processo pode olhar o melhor momento de convidar essa rica experiência, esse acúmulo que tem. São pequenas observações, estou falando de convidados.

Temas como este primeiro, "O cenário estratégico internacional", que tem o foco aqui no Egito e na Líbia, evidente que não vamos tratar dele sem falar no mundo árabe. Eu estou ampliando, não dá para discutir a Líbia sem discutir os países árabes e toda aquela região.

Outra questão que me chama a atenção é uma articulação, um instrumento importante novo multilateral que é a Unasul. Temos o Mercosul aqui, mas temos esse novo, no nosso continente, processo de articular os países também da América do Sul. Então chamo a atenção para isso.

E, por fim, dia 25, na próxima quinta-feira, vamos ter uma reunião solene sobre o Mercosul e gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Proposta por V. Exª.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ... de chamar atenção dos membros da Casa, especialmente desta Comissão, para nós participarmos e refletirmos sobre essa experiência nova no nosso continente.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador João Pedro.

Senador Cristovam Buarque, por favor, porque, a propósito do que disse o Senador João Pedro, o Senador Cristovam deseja fazer algum comentário.

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu creio que seria uma pena não podermos contar com a presença do nosso ex-Chanceler Celso Amorim praticamente em todas essas palestras. Ao mesmo tempo, entendo sua preocupação, até V. Exª sendo mais diplomata do que os diplomatas muitas vezes o são. A solução é convidá-lo dizendo isto que V. Exª falou: que houve a sugestão, que estamos de acordo, que não podemos desperdiçar um patrimônio, um recurso como é a lembrança que ele tem desses oito anos, mas que ele fique à vontade; se ele se sente ou não constrangido. Se ele se sentir, a gente perde o potencial que ele tem, mas respeita a posição dele.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. A solicitação do Senador João Pedro e que vem apoiada pelo Senador Cristovam Buarque está atendida pela Mesa, que incluirá o nome do ex-Chanceler Celso Amorim como um dos palestrantes

para tratar de um dos temas que aqui estão incluídos. Ele pode falar sobre qualquer um desses temas. Nós faremos o contato pessoal com ele, primeiro, para saber se ele se sentirá à vontade de participar, como sugere o Senador Cristovam, e ele, achando que poderá dar a sua contribuição, nós aqui estaremos lhe recebendo para tratar do tema que ele julgar melhor, de acordo com a sugestão feita pelo Senador João Pedro.

Senador Randolfe Rodrigues, peço a V. Exª desculpas por ter trocado a ordem de oradores. Com a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Em absoluto, Sr. Presidente. Ser substituído pelo Senador João Pedro, Presidente, é uma honra para mim. Então, não há constrangimento nenhum, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, reiterando no mesmo sentido do Senador Cristovam – o Senador Cristovam falou nisso –, parabéns a V. Exª pela iniciativa, pelos importantes temas, como V. Exª estrutura os debates que realizaremos, sempre trazendo grandes nomes da intelectualidade brasileira junto com nomes importantes da nossa diplomacia e da área do nosso Ministério da Defesa.

Eu tinha duas preocupações e vi que, no conjunto da programação, então, está contemplada a primeira, que é a inclusão do Ministro da Defesa em um dos nossos temas. Eu queria, neste aspecto, sugerir um tema que, digamos, passa a ser um tema do momento, uma preocupação atual e, parece-me, uma preocupação estratégica de defesa nacional para todos nós, que é a política nuclear do Estado brasileiro. Creio que isso seria importante. Apresento a sugestão de nós... Inclusive a sugestão é mobilizada pelos dramáticos e recentes acontecimentos no Japão. Então, considero importante termos um debate sobre a política nuclear do Governo brasileiro ou pelo menos qual é a intenção que o Governo brasileiro tem em relação a esse tema.

Em relação à defesa, já está contemplada a presença do Ministro Nelson Jobim. É fundamental a presença dele aqui nos debates.

O Senador João Pedro destacou, e reitero, subscrevo, a importância da presença do Ministro Celso Amorim aqui no conjunto dos temas. Eu sei que V. Exª, ex-Presidente da República, diplomata por excelência que é, saberá evitar quaisquer constrangimentos diplomáticos com a presença de um ex-chanceler aqui na Comissão.

Eu queria prestar mais uma sugestão que é o Ministro, vamos tratar assim, ex-Secretário-Geral do Itamaraty Samuel Pinheiro. Creio que seria importante o Ministro Samuel Pinheiro no último debate sobre a nossa política externa. O Ministro Samuel Pinheiro deu importantes contribuições para a política externa multilateral do Estado brasileiro, no último período, e creio que ele poderia ter uma contribuição importante nessa última mesa que fala sobre o Parlamento e a política externa, em que estarão presentes o Senador Marco Maciel, o Deputado Eduardo Azeredo, enfim, vários intelectuais levados por V. Exª.

Um último tema, se me permite, Sr. Presidente. E permita-me aqui o particularismo deste tema. Sou de um Estado amazônida que faz fronteira com a Europa. Diga-se de passagem, é a maior fronteira com a França. Nem na Europa a França tem uma fronteira como a que tem com o Brasil, que é sediada pelo meu querido Estado do Amapá. Então, eu queria, se coubesse ainda, um debate sobre as nossas relações com a União Europeia. Acho importante ter um debate aqui sobre Europa, mas eu queria aprofundar, se fosse necessário, detalhar esse debate, em especial, com a República Francesa, porque nós, o Brasil, temos uma fronteira física com a própria República Francesa. Eu queria ver mais detalhadamente se poderíamos incorporar esse debate.

No mais, me desculpe pelo exagero das sugestões um pouco talvez intempestivas, fora de hora, mas que considero importante para contribuir com essa brilhante sugestão de V. Exª que é esse ciclo de debates. Reitero que me sinto contemplado com o conjunto de intelectuais e diplomatas que estão aqui no conjunto de debates.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, pela sua contribuição.

Eu pediria que V. Exª colocasse também, por favor, por escrito as suas sugestões feitas, lembrando que essas sugestões feitas por V. Exª podem estar incluídas no tema, por exemplo, "A política externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus reflexos no cenário internacional", ou em outro, como "A União Europeia e o Euro", ou, se V. Exª quiser, em um mais específico. Poderíamos colocá-lo como um subitem de um desses dois itens principais, em que está incluída a questão da União Europeia.

Em relação ao nome do ex-Secretário-Geral e também Ministro, porque assumiu o Ministério das Relações Exteriores várias vezes, Samuel Pinheiro, a Mesa acolhe a sua sugestão e incluirá o nome dele para uma das palestras que serão aqui realizadas.

Se V. Exª desejar especificamente a presença dele para debater um desses temas, pediria que manifestasse isso por escrito, para a Mesa acolher imediatamente e colocar no nosso programa de debates.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente, Presidente. Comunico que encaminharei, ainda na tarde de hoje, para a Comissão as sugestões que apresentei. Sinto-me contemplado pela sugestão de V. Exª de, no debate sobre a Europa, incluirmos o debate sobre a nossa fronteira com a Europa.

E aí, permita-me, também encaminharei por escrito, poderíamos convidar o embaixador francês para esse encontro, pelo fato de nossa fronteira ser com a França, que está na Europa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Randolfe Rodrigues. A Mesa fica aguardando, portanto, as suas sugestões.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SR GLEISI HOFFOMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, também gostaria de cumprimentá-lo pela propositura, que realmente vai enriquecer muito os debates.

Eu, claro, assim como o Senador Randolfe, tenho preocupação com uma fronteira que é muito específica ao Estado do Paraná e, diria, muito importante ao Brasil, que é a fronteira do Brasil com o Paraguai. É a fronteira mais populosa que temos, e o Paraguai é o segundo país a abrigar o maior número de brasileiros que não residem aqui.

Estou em dúvida sobre como poderíamos abordar esse tema, porque ele cabe tanto do ponto de vista da geopolítica como das relações econômicas, da defesa nacional, do papel de instituições, porque, afinal de contas, lá está a Itaipu binacional, nossa maior usina hidrelétrica, que foi construída de forma conjunta com o povo paraguaio.

Mas gostaria que, numa pauta de fronteira, pudéssemos ter essa questão do Paraguai de forma específica. Poderíamos trazer aqui, incusive, representantes da Itaipu, da Unila, que é a primeira universidade latino-americana, que está sendo criada naquela região.

O que já temos na área de saúde, de tratados, até porque esta Casa, com certeza, após verificação pela Câmara dos Deputados, vai fazer a análise das notas reversais, que fazem uma adequação ao tratado de Itaipu, que muito interessa ao Brasil e ao Paraguai.

Gostaria de sugerir isso, vou encaminhar por escrito, mas deixo à sua avaliação e também à Secretaria da Comissão a questão sobre onde seria melhor encaixar esse tema que considero relevante e específico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senadora. Sem dúvida, é um tema da maior importância a fronteira, os problemas fronteiriços que temos em toda a nossa extensão a oeste, e essa sua sugestão já está, de antemão, acolhida. Juntando com a solicitação feita pelo Senador Randolfe, acho que teríamos de talvez fazer mais de um ciclo específico sobre a questão de fronteiras.

Há a questão com a Colômbia, em função dos problemas que estão acontecendo lá; a questão com a Bolívia e com o Paraguai. Enfim, são problemas específicos, cada um com suas particularidades, que merecem a atenção desta Comissão. E a Mesa aguarda a solicitação de V. Exª por escrito, para incluirmos num círculo de debates uma audiência específica sobre a questão das fronteiras do Brasil com os nossos países amigos.

Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Presidente, desejo solicitar um requerimento que encaminhei à Comissão, de uma visita de Senadores membros desta Comissão à tríplice fronteira do Brasil, com Peru e Colômbia.

Ali já chegaram mais de mil haitianos. Quinze dias atrás, havia, cadastrados pela Polícia Federal, 800 haitianos, e eles continuavam chegando. Parte dos haitianos já chegou a Manaus. Eles estão saindo do Haiti por uma rota que vai para o Panamá, Equador, Quito, aí entra no Peru, e chegam até a cidade de Tabatinga. A situação dos haitianos é muito difícil. A igreja católica, comerciantes, a prefeitura do Município tem dado a primeira assistência. Chegam numa situação muito precária.

Então, considero da maior importância, primeiro porque o Brasil já lidera, lá no Haiti, o processo de paz e de reconstrução daquele país, e por conta da última tragédia, da pobreza absoluta e da instabilidade política no Haiti, essas pessoas estão chegando, vindo para o Brasil. Haitianos também estão chegando ao Acre. Inclusive o Senador Jorge Viana tomou a iniciativa, no plenário da Casa, de organizar uma comitiva de Senadores para visitar o Acre. Quero chamar a atenção que esse mesmo grupo de parlamentares ou outro – estou focando membros desta Comissão – visite a tríplice fronteira, onde há o maior número de contingente de haitianos e para que esse requerimento, na próxima reunião, enfim, seja votado e possamos, com a interferência de V. EXª, viabilizar essa visita; e olhar o aspecto humano dos haitianos que estão chegando aqui ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador João Pedro. O requerimento de V. Exª já está incluído na pauta da nossa próxima reunião. Realmente, trata-se de um assunto que nos causa, pelo menos a mim, surpresa. Eu não tinha a menor ideia de que estivesse havendo esse fluxo migratório dos haitianos para o nosso País, sobretudo para a nossa Amazônia. A Comissão precisa ter uma posição em relação a isso.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz que havia solicitado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Desculpe, Senador Aníbal.

Sr. Presidente, temos aqui a presença do Deputado Federal Bala Rocha, Deputado Sebastião Rocha, que é presidente do Grupo Parlamentar Brasil/União Européia. E tivemos a honra, eu tive a honra de, agora pela manhã, participar de uma atividade com o Deputado Bala, convidado pelo Deputado Bala, com o Deputado Hans-Gert Pöttering, que é ex presidente do Parlamento Europeu, Deputado da União Europeia e presidente mundial da Fundação Konrad Adenauer, V. Exª conhece, fundação de importância central em especial para os povos latino-americanos.

Eu queria inclusive sugerir, Sr. Presidente, seria importante um contato de V. Exª com o Deputado Sebastião Rocha, que visita aqui a nossa Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Seja bem-vindo, Deputado!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – ... para, sim, aprofundarmos o trabalho importante que é feito pelo Deputado Sebastião Rocha de articulação comum entre o Brasil e União Europeia. E me permita ainda sugerir – faltou isso, desculpe-me – a presença do Deputado Sebastião Rocha no nosso debate sobre a União Europeia.

Desculpe, Senador Aníbal, desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente.

V. Exª, Deputado Sebastião Rocha, já se sinta convidado para participar do nosso ciclo de debates em um dos temas que V. Exª poderá, ao seu alvitre, escolher como o que melhor contribuição poderá dar a esta Comissão.

Obrigado pela sugestão do Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Só para reforçar que nesta discussão, dentro do ciclo de conferências, de debates, quando o assunto for a Amazônia, a gente possa fazer também um recorte especial nas relações comerciais, culturais que se estabelecem com o Peru, a Bolívia e o Brasil, que também formam uma outra tríplice fronteira ali.

Há uma novidade, que é a rodovia interoceânica que está ficando pronta com o apoio do Governo brasileiro no Peru. Essa rodovia vai mudar radicalmente a estrutura de transporte de toda a região amazônica, porque vai encurtar o caminho tanto para a costa oeste americana quanto para a Ásia. Isso pode ser algo de muita relevância para os próximos passos do Brasil, inclusive para esses acordos marítimos do Brasil com os Estados Unidos e com a Ásia.

Acho que valeria a pena fosse reforçada também uma reflexão por alguém que conheça esse assunto e que esteja atento a ele, para também participar desse debate da defesa da Amazônia e também essa relação com Peru e Bolívia, e a proximidade que essa rodovia do Pacífico vai significar para a região a partir do Centro-Oeste até a Amazônia toda e o norte do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Anibal Diniz.

Gostaria de lembrar apenas às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, membros desta Comissão, que temos a Subcomissão da Amazônia e de Política de Fronteiras, presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. Vários integrantes desta Comissão integram também a Subcomissão da Amazônia e Política de Fronteiras. Poderíamos encontrar uma fórmula, salvo melhor juízo do Presidente da Subcomissão, Senador Mozarildo Cavalcanti, já que esse tema está aflorando com intensidade aqui – a questão das fronteiras e todas elas muito relacionadas com a Amazônia, na questão com o Acre, Amapá, Rondônia, Roraima. Então, depois, gostaria que V. Exª nos dissesse de que maneira a Subcomissão poderia participar de forma mais ativa ou como gostaria que essa discussão fosse travada no âmbito da Comissão de Relações Exteriores. Então, V. Exª pode amadurecer nesses próximos dias – não é sangria desatada –, mas queremos fazer de acordo com V. Exª, porque o nosso intuito é o de fortalecer essa subcomissão permanente da Comissão de Relações Exteriores, que V. Exª tão bem preside.

Senador Mozarildo.

O SR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Collor, eu acho, Presidente, que perfeitamente a Subcomissão não só tem interesse, como é importante que, vamos dizer assim, um grupo de parlamentares da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dentro da Subcomissão, ou mesmo que não pertençam, possam, digamos assim, formular essa sugestão, esse requerimento, e nós possamos, sim, fazer com maior tranquilidade e com a anuência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Mozarildo. Então, a assessoria de V. Exª estará em contato com a assessoria da Comissão de Relações Exteriores, para ajustarmos esses pontos, questões de data e debatedores que aqui se farão presentes.

Em relação, Senador Anibal Diniz, à sua sugestão, aqui no Item nº 6, que será da nossa pauta, está aqui: Mercosul, um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção, que foi o tratado que sacramentou o Mercosul e que, agora no dia 26, completará 20 anos. Cenário no entorno da América do Sul, e aqui tem rodovia interoceânica, relação comercial entre o Brasil, Peru e Bolívia. Ele aqui está contemplado e aqui constam os nomes dos participantes a serem convidados, de acordo com a deliberação que esta Comissão fizer. Também estamos aqui abertos a acolher qualquer nome que V. Exª tenha a sugerir para participar desses debates.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar V. Exª e todos os Senadores pela sugestões colocadas para esse ciclo tão importante. Gostaria de sugerir no tema nº 2, sobre o mundo islâmico e a estabilidade política no Oriente Médio e da África Setentrional, a Prof. Arlene Clemesha, da Universidade de São Paulo, que é uma das que mais se tem dedicado ao diálogo entre Israel e Palestina.

É estudiosa dos países árabes. E acho que ela poderia dar uma contribuição muito significativa.

Ela é uma das pessoas que estarão proximamente em Montevidéu, num encontro realizado pela ONU, para o qual eu fui convidado, de dois dias, justamente de diálogo entre Israel e a Palestina para a promoção da paz.

Então, é a sugestão que eu também gostaria de fazer.

Professora Arlene Clemesha, da Universidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor) – Já está aqui anotada a sua solicitação, Senador Suplicy. E eu agradeço a lembrança do nome da professora, para participar do nosso ciclo de debates.

Portanto, nós acabamos de tratar da programação para o ciclo de audiências públicas, rumos da política externa brasileira, programa para 2011 e 2012.

A matéria já foi discutida.

Está encerrada, portanto, a discussão.

Em votação a realização do ciclo de debates.

Os Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovada a realização do ciclo de debates.

O último item da nossa pauta é o Requerimento nº 81, de 2011, em caráter não terminativo, em que se requer, nos termos do art. 13, combinado com os arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorizada a sua participação no GSMA Mobile World Congress 2011, a realizar-se na cidade de Barcelona, Espanha, quando estará ausente do país, no período de 10 a 20 de fevereiro de 2011. Portanto, isso já ocorreu e não pôde ser apreciado aqui na Comissão. A autoria do requerimento é do Senador Walter Pinheiro.

Eu coloco em discussão a matéria.*(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório que conclui pela aprovação do requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.*(Pausa)*

Aprovado.

Quero lembrar que na próxima reunião a Senadora Gleisi Hoffmann estará trazendo o seu relatório do Ato nº 4, que vai exatamente normatizar a apreciação desses requerimentos dos Srs. Parlamentares que solicitarem licença para participação em eventos internacionais. Isso será regulamentado para que não aconteça, por exemplo, o que está acontecendo hoje e que, naturalmente, foi anterior à posse desta Comissão, do Senador Walter Pinheiro, que teve que realmente fazer essa viagem, mas que já foi realizada e que nós estamos aprovando *a posteriori*.

Então, isso vai exatamente, esse novo ato, regulamentar como será o procedimento para que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estejam com viagem programada para o exterior, a fim de participar de eventos ou de solenidades oficiais, como eles deverão se orientar para trazer o requerimento à Comissão de Relações Exteriores.

Não havendo mais a discutir, dou por encerrada a presente reunião, convocando as Srªs e os Srs. Senadores para a reunião do próximo dia 24, às 10 horas da manhã, nesta mesma sala.

Muito obrigado aos Srs. e Srªs Senadoras.

(Levanta–se a Reunião ás 12h 29mim.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezessete de março de dois mil e onze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em exercício do Senador **Antonio Carlos Valadares**, nos termos do artigo 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes a Senhora Senadora e os Senhores Senadores: **Lindberg Farias, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Vicentino Alves, Acir Gurgacz, Pedro**

Taques, Antonio Carlos Valadares, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Vital do Rego, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Jayme Campos e **Fernando Collor**. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da pauta, destinada à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão. O Presidente comunica que a Senadora **Lúcia Vânia** e o Senador **Blairo Maggi**, foram indicados pelas Lideranças Partidárias para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. O Presidente inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. Após a votação, são designados escrutinadores os Senadores **Jorge Viana** e **Flexa Ribeiro**. Em seguida, o Presidente comunica que, em escrutínio secreto, são eleitos para o biênio 2011/2012, como Presidente a Senadora **Lúcia Vânia**, e para Vice-Presidente o Senador **Blairo Maggi,** com 14 (catorze) votos, sendo 13 (treze) votos favoráveis e um voto em branco. Às 9 horas e 38 minutos, o Senhor Presidente em exercício, Senador **Antonio Carlos Valadares**, transfere a direção dos trabalhos à Presidente eleita, Senadora **Lúcia Vânia**. Após, usam da palavra os Senadores **Flexa Ribeiro, Jayme Campos e Álvaro Dias**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 9 horas e 51 minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Antonio Carlos Valadares,** Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Declaro abertos os trabalhos da Comissão de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2011/2012.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Presidente, Senadora Lúcia Vânia; Vice-Presidente Blairo Maggi.

Solicito ao Sr. Secretário que abra a urna e mostre aos presentes o seu conteúdo, se houver.

Zero. Conteúdo zero por enquanto.

Declaro aberto o processo de votação que será feito em escrutínio secreto.

Informo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que já se encontram sobre a mesa as cédulas de votação devidamente rubricadas para serem preenchidas pelos votantes após a chamada nominal obedecidas as composições partidárias.

Senador Lindbergh Farias, pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Senador Delcídio do Amaral.

Senador Jorge Viana.

Senador Walter Pinheiro.

Senador Blairo Maggi.

Senador Acir Gurgacz.

Senador Inácio Arruda.

Senador Valdir Raupp.

Senador Waldemir Moka.

Senador Lobão Filho.

Senador Vital do Rego.

Senador Ricardo Ferraço, jovem Senador do Espírito Santo.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Presente, Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB - SE) – Para votar, nos dê a honra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Quero dizer a V.Exª que fico muito feliz de saber que V.Exª é o Senador mais experiente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB - SE) – Numa ação de cordialidade, V.Exª não me chamou de mais velho, mas, quem sabe?, V.Exª talvez o seja. O Senador me negou a idade.

Senadora Lúcia Vânia.

Senador Paulo Bauer.

Senador Demóstenes Torres.

Senador Fernando Collor.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

Vou aguardar mais um pouco a chegada dos demais Senadores.

Enquanto isso, a palavra está franqueada.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Com a palavra V. Exª, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Na medida em que o titular desta Comissão ou de outras mesmas comissões não estejam presentes, eu imagino que, com a presença do suplente, o voto é automático. V. Exª não precisa suspender a sessão. Praticamente V. Exª está suspendendo a sessão, o processo de votação para aguardar os titulares. Eu faço um apelo a V. Exª, porque imagino que o nível de Senadores é o mesmo. Para isso existe a figura de suplente da comissão. Eu faço essa indagação a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – V. Exª tem razão.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Em nome do suplente, agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Convido o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é suplente do PSDB/DEM, que V. Exª está representando condignamente.

Senador Jayme Campos, o próprio.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, eu estou representando os suplentes aqui e fiz questão absoluta de vir desta feita depositar o meu voto nessa valorosa mulher, a Senadora Lúcia Vânia, como também do meu conterrâneo, o nosso Senador pelo Mato Grosso, Blairo Maggi, para servir na chapa nesta Comissão de Infraestrutura. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – É um privilégio participar de uma reunião quando temos como candidata uma Senadora valorosa pelo Estado de Goiás, Senadora Lúcia Vânia, que também já foi Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, da qual também eu fui Presidente. Tive a honra de sucedê-la.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Mesmo depositando meu voto, abro mão em homenagem ao companheiro Ciro Miranda, para que ele possa participar da votação. Com a preferência, o Senador Ciro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB - SE) – Senador Ciro Miranda, V. Exª está sendo convocado.

Senador Jayme, o que valeu foi a intenção.

Senador Flexa, enquanto vou votar, V. Exª poderia...

Não há necessidade.

Senador Jorge Viana, titular do Bloco de apoio ao Governo. *(Pausa.)*

Pode votar, Senador Rollemberg. *(Pausa.)*

Senador Ivo Cassol, por favor, V. Exª tem todo o direito de votar. *(Pausa.)*

Vamos, então, encerrar a votação e convidar os Senadores Jorge Viana e Flexa Ribeiro para serem escrutinadores.

Senador Jorge Viana e Senador Flexa Ribeiro, eu os convido para serem escrutinadores.

Está começando a contagem dos votos.

Só houve registro de uma chapa, que é composta pela Senadora Lúcia Vânia, como Presidente, e pelo Senador Blairo Maggi, como Vice-Presidente.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. PSB – SE.) – Vou anunciar o resultado: 14 votantes, um voto em branco e 13 favoráveis à chapa registrada.

Declaro Presidenta a Senadora Lúcia Vânia, a quem convido para a Mesa, e Vice-Presidente, o Senador Blairo Maggi. *(Palmas)*

Parabéns aos eleitos. Tenho certeza de que teremos uma gestão profícua e proveitosa em favor do Senado da República.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO.) – Bom dia às Senadoras e aos Senadores aqui presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Vice-Presidente, Senador Blairo Maggi, por estar ao meu lado, uma pessoa experiente, ex-Governador do Mato Grosso, que nos honra com a sua presença, ajudando os trabalhos desta Mesa.

Quero agradecer a todos os Srs. Parlamentares, de forma muito especial ao Senador Antonio Carlos Valadares por ter conduzido esse processo de votação e, enfim, a todos aqueles que puderam vir aqui e eleger essa chapa.

Quero dizer que, antes de encerrarmos a presente reunião, convoco as Sr.ªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a realizar-se hoje após o término desta reunião de trabalho.

Gostaria de agradecer e, ao mesmo tempo, dizer que vamos dar prosseguimento na segunda reunião, onde vamos deliberar alguns procedimentos que considero importantes para o bom funcionamento desta Comissão. Esses procedimentos é que vão orientar os nossos trabalhos e vão permitir-nos uma produção expressiva do trabalho. Acredito que todos que aqui estão desejam ver nesta Comissão algo que apresente resultados. É isso que nós queremos.

Para tanto, queremos colocar em votação alguns atos referendados na gestão passada, que poderão – naturalmente, com o aval dos Srs. Senadores – serem referendados, para que possamos continuar com o ritmo que esta Comissão tomou na gestão passada, aliada a outras gestões que antecederam o Senador Collor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Srª Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Pois não. Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex.ª já encerrou a sessão de instalação?

O SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Sim. Estamos encerrando agora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria de, antes do encerramento da sessão de instalação, que V. Exª permitisse que os Senadores usassem da

palavra, para que pudessem expressar a satisfação da eleição de V. Ex.ª à Presidência e do Senador Blairo Maggi, à Vice-Presidência desta Comissão Infraestrutura do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Gostaria, Senador Flexa Ribeiro, de agradecer a V. Exª pela lembrança, mas gostaria de iniciar a segunda reunião, terminada...

Agradecer a V. Exª pela lembrança, mas eu gostaria de colocar, de iniciar a segunda reunião. É rápida, para que os Srs. Senadores... Nós temos aí três Comissões em andamento. Se nós fizermos a segunda reunião bem rápido, nós poderemos ouvir aqueles Senadores que gostariam de nos brindar com as suas palavras. Mas eu pediria a V. Exª que nos desse a oportunidade de fazer a segunda reunião e, logo em seguida, abrir para que os Senadores pudessem cumprimentar os eleitos.

O SR. O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Presidente, se todos se comprometessem a falar no máximo por dois minutos, V. Exª poderia até abrir essa oportunidade.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, como eu tenho que me retirar, em função do horário, eu só quero trinta segundo para saudar V. Exª.

Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, ao final da primeira ou ao final da segunda, é o mesmo.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Senador Flexa, Senadora Lúcia Vânia, apenas para fazer uma rápida saudação, em menos de trinta segundo, em nome do nosso partido, o PSDB, desejando-lhe sucesso nessa missão importante. Esta Comissão é de relevância para o País, especialmente na fase que estamos vivendo, de anúncio de grandes investimentos. Ainda hoje soubemos que a Presidente Dilma anunciou investimentos de mais de R$30 bilhões para obras referentes à preparação do País para a Copa do Mundo. Então é um período de grandes investimentos no País, e esta Comissão tem uma tarefa da maior importância a desempenhar, especialmente no que diz respeito à fiscalização dos atos do Executivo, propondo transparência a todas as ações, especialmente no que diz respeito a licitações de obras públicas, ao trabalho do Tribunal de Contas da União; enfim, é um trabalho de grande importância para o Parlamento e para o País. E V. Exª tem ao lado um Senador de experiência administrativa, governador exitoso, Blairo Maggi, e certamente terá ao lado de Blairo Maggi realizar um grande trabalho.

Quero também destacar a compreensão do Senador Flexa Ribeiro, que colaborou de forma partidária para que nós pudéssemos chegar a um entendimento, a fim de que V. Exª pudesse presidir, nesta primeira fase, a Comissão de Infraestrutura. E certamente em seguida, no ano de 2012, o Senador Flexa Ribeiro também assumirá essa responsabilidade, com a competência que todos nós reconhecemos que ele possui.

Então sucesso, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigada, Senador Alvaro Dias. Quero dizer a V. Exª da alegria de poder merecer a confiança do meu partido para presidir uma Comissão desta envergadura.

Senador Flexa, dois minutos. Nós precisamos de quorum para votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, a experiência do nosso Líder, Senador Álvaro Dias, diferentemente de mim, ele não solicitou a V. Exª permissão para que fizesse, expressasse a sua satisfação. Ele já foi fazendo. Então ele já antecipou a decisão da Presidência.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É a pressa e o dinamismo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não, ele já antecipou a decisão da Presidência. Isso já nos permite dar continuidade, que todos os Senadores possam fazê-lo.

Eu quero dizer da satisfação...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Democraticamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Democraticamente, é evidente.

Satisfação que todos nós, Membros desta Comissão, temos de ser presididos por V. Exª e termos na vice-Presidência o Senador Blairo Maggi. Temos certeza de que esta Comissão é uma das mais importantes Comissões do Senado Federal. Por aqui passarão todos os investimentos que levarão o Brasil a diminuir ou extinguir o gargalo para o seu crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida do seu povo.

Todos nos sabemos, e o Senador Blairo Maggi, é um grande empresário e sabe da dificuldade que ele tem como o maior produtor de soja do mundo, de escoar a sua plantação no Mato Grosso, por não ter logística de transporte para fazê-lo. Ele tem de levar a soja para os portos de Paranaguá e Santos, ou seja, viajando em sentido contrário ao caminho natural para os países consumidores.

Ele foi um desbravador ao implantar a hidrovia de Madeira-Mamoré. De forma obstinada, quando se dizia que era impossível fazê-la, ele demonstrou que era factível e a hidrovia Madeira-Mamoré está lá, funcionando.

Lamentavelmente, Senador Blairo, ainda não foi feito o porto em Santarém, mas nós, no Pará, temos certeza de que V. Exª, pela sua empresa, o fará rapidamente.

Nós vamos fazer com a Presidente Dilma, agora, na implantação do sistema hidroviário necessário para o processo de competitividade da produção brasileira, a implantação da hidrovia Juruena-Tapajós. Isso vai transformar Santarém, com a rodovia Santarém-Cuiabá, num porto da maior importância para o escoamento da produção do norte do Mato Grosso e de toda aquela região, inclusive sendo uma opção importante para o pólo industrial de Manaus.

Nós temos outras hidrovias: na hidrovia de Tocantins-Araguaia, o Presidente Lula concluiu as eclusas, mas ainda precisamos fazer o derrocamento do Tocantins a montante da eclusa. Tudo isso são obras, Senadora Lúcia Vânia, que passarão pela Comissão de Infraestrutura.

Belo Monte vai ser a primeira delas e, agora, nós temos um ponto importante, que aflige o mundo inteiro. Eu já encaminharei a esta Comissão um requerimento para que nós possamos fazer uma audiência pública com o Ministro de Minas e Energia sobre a questão da geração de energia para o Brasil, do Plano Nacional de Energia, com a tragédia que aconteceu no Japão, com o terremoto e o *tsunami*, na usina nuclear de Fukushima.

Não dá para entender, Presidente, que no Brasil, com o potencial hídrico que temos, com o potencial de geração eólica e solar que temos, nós ainda estejamos insistindo em geração nuclear, construindo Angra 3.

Somente 2,5% da energia do Brasil são energia solar, 75% são energia hídrica, temos um potencial três vezes a ser explorado de energia hídrica e um potencial de 250 gigawatts de energia eólica. Basta apenas que haja investimento e tecnologia para isso.

Então, de tudo isso V. Exª, junto com o Senador Blairo Maggi, irá capitanear a discussão com os Senadores desta Comissão de Infraestrutura.

Sucesso e parabéns a V. Exªs.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Senador.

Eu pediria a compreensão dos Srs. Senadores para que a gente iniciasse a segunda reunião, porque tem Senadores que têm outras Comissões e que gostariam de sair.

Nós precisamos deliberar para que, na próxima reunião, nós tenhamos, já, condições de fazer as primeiras votações.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 9h51min)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 50 MINUTOS.

Às nove horas e cinqüenta e um minutos do dia dezessete de março de dois mil e onze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senadores: **Lindberg Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurcacz, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Vicentino Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidente declara abertos os trabalhos e encaminha a deliberação da pauta, que é destinada a dar conhecimento aos membros da Comissão sobre os **Ato nº 01– CI, de 2009**, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura" e o **Ato nº 2 – CI, de 2009**, que "disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura". Usam da palavra os seguintes Senadores: **Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Lindberg Farias, Cyro Miranda, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Walter Pinheiro** e **Cassildo Maldaner**. Ao final da discussão a Presidente coloca em votação a vigência dos Atos. Aprovado. A Presidente solicita aos Senadores que aqueles que queiram apresentar Requerimentos, que o façam para que essas matérias constem da pauta da próxima Reunião. O Senador **Cyro Miranda** solicitou a retirada do Requerimento, de sua autoria, apresentado à Comissão que "solicita a criação de Subcomissão Temporária destinada a acompanhar e avaliar a política nacional de saneamento". A seguir, é aprovado a inclusão de matéria extrapauta. **Item extrapauta**: Requerimento nº 01, de 2011 –CI, de autoria da Senadora Lúcia Vânia e outros, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta comissão com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT, para discutir o programa nuclear brasileiro com os convidados a serem definidos." Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores **Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho,**

Eduardo Braga e Waldemir Moka. Aprovado. Usam da palavra os Senadores **Blairo Maggi, Inácio Arruda, e Francisco Dornelles**. A presidente, Senadora Lúcia Vânia, faz referência a Presidência na Comissão do Senador **Marconi Perillo**. E seguida, comunica que irá distribuir os relatórios das Audiências Públicas realizadas na Presidência do Senador **Fernando Collor**, para conhecimento das ações desenvolvidas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e 20 minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 50ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade dar conhecimento às Srªs e aos Srs. Senadores dos Atos nº 1 e nº 2, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplinam os trabalhos da Comissão.

Os respectivos atos já foram distribuídos aos Srs. Parlamentares. Esses atos foram aprovados no ano de 2009, durante a Presidência do Senador Fernando Collor.

Vou fazer um pequeno resumo que disciplina cada ato.

Ato nº 1, de 2009.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu sugeriria que deixássemos essa análise para a reunião da próxima semana, para que pudéssemos ter uma leitura mais acurada, uma análise mais acurada desses atos, porque eles foram colocados em prática na gestão do Senador Collor, trouxeram modificações profundas na atividades da Comissão de Infraestrutura.

Acredito que os Senadores que aqui hoje receberam essa matéria não terão condições de avaliar e de votar de forma consciente sobre se deverão mantê-los, modificá-los ou extingui-los.

Então, eu pediria...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Flexa, eu entendi o que V. Exª quer. Vamos submeter ao Plenário. Se o Plenário assim entender, nós cumpriremos a decisão dele.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu sou...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em segundo lugar, gostaria de dizer... Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou completando. Se V. Exª me deixar terminar de falar...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim. Vou ler o ato...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Posso completar meu raciocínio?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ... e depois V. Exª...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Posso completar meu raciocínio?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – ... e depois V. Exª faça o comentário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Posso completar meu raciocínio?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ato nº 1: disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

As autoridades deverão ser submetidas à arguição desta Comissão conforme disciplina o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, mediante o atendimento das seguintes exigências:

– apresentação de currículo;

– apresentação de declaração informando: se existem parentes, seus vínculos, a sua atividades profissional; se participa ou participou como sócio proprietário ou gerente de empresas; terceiro, sobre sua reguralização fiscal em ações fiscais em que seja réu ou autor; sobre a participação em conselhos de administração de empresas estatais ou na direção de agências reguladoras; argumentação escrita, demonstrando ter experiência profissional para o exercício da atividades.

A avaliação do indicado será feita em duas etapas. Na primeira etapa, o relator apresentará o relatório à Comissão, automaticamente será concedida vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão.

Ato nº 2, de 2209: disciplina as datas e horários das reuniões da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura reunir-se-á semanalmente, durante a sessão legislativa ordinária, às quintas-feiras.

Quanto a este horário, gostaria de submetê-lo à apreciação dos Srs. Senadores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Srª Presidente, pela ordem. Gostaria de fazer uma indagação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM– MT) – A senhora está propondo que seja convalidada essa disciplina do processo de indicação de agências nesta Comissão conforme o que foi ditado na gestão do Senador Collor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É isso?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Estou apenas colocando esses atos em dicussão, uma vez que eles já foram referendados pela Comissão anterior. E achei que fosse delicado submetê-los à nova Comissão, uma vez que temos aqui vários Senadores novos, que não puderam votá-los.

Então, gostaria de vê-los referendados, para que eu pudesse cumprir.

É bom que se diga que esses atos nada mais são do que o cumprimento do Regimento desta Comissão. Não há nada nesses atos que saia fora do regimental.

O que é comum, às vezes, é a Comissão não cumprir o Regimento. E acredito que é desejo de todos os Srs. Parlamentares que a Comissão tenha um Regimento e que sejamos rígidos no seu cumprimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – A senhora me permite, Presidente, a título de informação, V. Exª fazia parte desta Comissão e essa concessão do processo que foi criado aqui foi um modelo criado pela gestão do Presidente Collor, e assim foi discutido com todos nós, Senadores.

Então, acho que o processo, como aqui está prevendo na indicação dos membros das agências, é bastante avançado, foi bastante democrático e, acima de tudo, teve um certo critério, uma precaução, tendo em vista que, muitas vezes, pessoas não qualificadas, que não estão à altura do exercício do cargo que eventualmente seria ocupado, não estão preparados, porque muitas vezes mandavam a toque de caixa aprovado e o Presidente Collor achou por bem ter aqui, com uma certa antecedência, para ser discutido, até para ver, realmente, se o cidadão tinha condições morais para o exercício do cargo.

Então, na minha opinião, acho que até certo ponto, Senador Flexa Ribeiro, mesmo V. Exª que aqui está questionando que teria de ser de forma mais apurada, poderia até aprimorar toda vez que o assunto tem que ser discutido, numa próxima reunião, para ver se há condições de melhorar o que está previsto na disciplina desse processo.

Essa é a minha opinião. Por outro lado, o Senador Flexa tem até um certo... a sua opinião tem que ser levada em consideração.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Jayme. Quero dizer que esses atos já estão vigendo na CCJ desde 2007. Então, a CCJ teve esse cuidado. E concordo com V. Exª quando coloca que é prudente que nós tenhamos esses atos referendados em função da responsabilidade que esta Comissão tem em sabatinar pessoas que vão ocupar cargos da mais alta importância em várias instituições.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – De antemão, não temos nada contra esses atos, muito pelo contrário, a nossa impressão é que ajuda no funcionamento da Comissão. Mas acolho a sugestão do Senador Flexa Ribeiro: seria interessante que houvesse um prazo e cada Senador levasse esses atos, discutíssemos e votássemos na próxima reunião. Essa é a minha opinião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Gostaria que os demais Senadores se manifestassem em relação a votar hoje ou na próxima reunião.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senadora Lúcia Vânia, gostaria de manifestar a nossa posição também no sentido do que o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Lindbergh Farias colocaram, de que pudéssemos analisar esses atos e votássemos na próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Ok. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senadora Presidente, também endosso as palavras do Senador Flexa Ribeiro para uma melhor análise, até porque nós que estamos chegando aqui estamos totalmente fora desse contexto. É lógico que acreditamos em tudo o que está sendo visto, mas como falou o Senador Jayme Campos, acho que podemos contri-

buir ainda com alguma coisa a mais. E acho que mais uma semana não vai modificar em nada.

Essa é a minha posição.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Em primeiro lugar, Senadora Lúcia Vânia, quero cumprimentá-la e também ao Governador Blairo Maggi. Fico feliz, pois V. Exª foi Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e me ajudou muito. Quem não conhece a Senadora Lúcia Vânia, ela é uma parlamentar atuante, brilhante, muito firme e de posições muito claras e definidas. Isso é importante na condução de uma Comissão que tem como responsabilidade analisar os projetos que vão dar infraestrutura, que é o gargalo deste País.

Por incrível que pareça, mas é verdade, estamos fazendo uma demanda reprimida contendo a expansão do País, porque a verdade é uma só: o País não tem infraestrutura para suportar um crescimento acima de 5 ou 6% do PIB ao ano.

Então, acho que esta Comissão tem essa importância. E fico feliz porque ao seu lado tem um homem com uma experiência muito grande na área de infraestrutura, até porque governou o Estado de Mato Grosso. E aí quero crer que o Senador Blairo Maggi, na verdade um empresário de sucesso, quis devolver ao seu Estado tudo o que o Estado do Mato Grosso lhe deu. E colocou o melhor da sua inteligência, da sua capacidade e Mato Grosso, nos últimos oito anos, quando ele lá esteve, passou por uma expansão muito grande, sobretudo nessa área de infraestrutura. É claro que muita coisa precisa ser feita para a nossa região, mas fico feliz porque V. Exª, Senadora Lúcia Vânia, é do Estado de Goiás. Então, quem está no comando desta Comissão é alguém do Centro-Oeste, que, na maioria das vezes, é esquecido porque os Estados são considerados ricos: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Ao encerrar, quero dizer que votaria hoje esse projeto, não teria nada a acrescentar, mas como o Senador Lúdio Coelho ensina: pato novo mergulha raso. Assim, vou acompanhar a maioria.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Alguém mais quer se manifestar? Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª Presidente, quero não apenas me manifestar, mas pedir um esclarecimento a V. Exª. Evidentemente que 53ª Sessão Legislativa, na sua Comissão de Infraestrutura, ou a 52ª ou a 51ª, assim por diante, aprovou outros atos. Esse ato é um ato que já está aprovado, é um ato que está vigindo, se nós vamos referendá-lo, por que não referendar esse ato, por que não referendar os outros também? Então, por que estamos referendando especificamente esses dois atos, tendo em vista que tantos outros atos podem ter sido assinados e podem ter sido feito parte o funcionamento da disciplina, das normas e procedimentos dessa comissão?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Sim, na verdade, nós estamos referendando. Eles existem. Eles estão aí. Eles estão de acordo com o Regimento. Mas tem um procedimento que é novo. Por exemplo, a sabatina, quer dizer vista coletiva no primeiro dia da apresentação do currículo do candidato e, posteriormente, a votação.

Então, como esse procedimento foge um pouco daquilo que é normal aqui nas comissões ou daquilo que é corriqueiro nas comissões, eu gostaria que a comissão opinasse sobre isso.

O ato em si ele vai permanecer, porque é o Regimento. Agora, esse pequeno procedimento que ele criou, que eu acredito que seja muito importante, porque evita o constrangimento de trazer aqui um convidado e ele ter que passar por algumas situações constrangedoras, que eu acho que não é esse o objetivo da comissão.

Então, esse pequeno procedimento, que eu acho que é razoável a gente poder conhecer, levar para casa o processo, estudar esse processo e, posteriormente, sabatinar com muito mais segurança. Eu acho que é isso que eu gostaria do referendo da comissão.

Assim, como eu gostaria também do referendo da comissão para estabelecer o horário desta comissão. Nós estabelecemos em princípio 9 horas em função da dificuldade de agenda, porque nós trabalhamos às comissões terça, quarta e quinta. E quinta-feira nós temos aí a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Agricultura. Então, nós estamos prensados entre duas comissões, em que cujos membros são praticamente os mesmos. Inclusive o nosso vice-presidente é membro da Comissão da Agricultura e membro da Comissão de Relações Exteriores.

Então, eu preciso de ter pelo menos uma média daquilo que os Srs. Senadores desejam do dia que nós vamos fazer. Como também uma média dos procedimentos. Se esse procedimento prevalece ou se nós possamos agilizar mais essa votação. Isso eu gostaria de saber.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Posso só colaborar um pouquinho. Na realidade, os atos que estão aí colocados eles estão vigentes. Eles

foram aprovados na gestão anterior, com o Presidente Collor. O que a Presidente Lúcia Vânia está colocando é se continuamos da forma como está ou não. E os Senadores estão solicitando que a gente discuta isso na próxima reunião.

Mas, no meu entendimento, só para colaborar aqui com a Mesa, os atos são vigentes, até que se delibere o contrário.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Até que seja deliberado o contrário.

O SR. WALTER PINHEIRO – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia) – Pois não, Senador Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO – Minha Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exª e dizer, inclusive, da importância desta comissão, não só para esse momento que nós estamos vivendo, eu diria, de necessidade de discussão de uma infraestrutura, quando todo mundo agora reconhece, efetivamente, a ausência, a lacuna de investimentos de infraestrutura em um país. Um país não cresce sem infraestrutura. Assim como também o próprio debate envolvendo um dos setores decisivos nessa área de infraestrutura, a questão de energia, a partir da própria tragédia no Japão, o que nos levará fatalmente para um debate sobre qual é, nesse momento, a prioridade de intervenção na matriz energética.

E eu aqui até ouvi atentamente a intervenção do Senador Flexa Ribeiro. E o Brasil tem feito, no último período e particularmente até no nosso Estado. Para se ter uma ideia, Senador Lindbergh, nós estamos com processo de contratação para os próximos quatro anos de 34 usinas eólicas na Bahia, com um potencial final de novecentos, quase mil megawatts para atendimento a diversas cidades baianas. Portanto, acho que isso é fundamental que nós façamos.

Nesse diapasão e eu diria até nessa confusão, acho que é importante prepararmos já a próxima sessão. Por isso, eu até gostaria de discordar do encaminhamento de jogarmos para a próxima sessão a deliberação sobre algo que já podia limpar a área e nos permitir que, na próxima sessão, já nos debruçássemos sobre as questões em curso. Por exemplo, ouvir aqui os Ministros da área, como fizeram as outras comissões, como fizemos na Comissão de Ciência e Tecnologia, com o nosso Presidente aqui, inclusive com o requerimento ligeiro do nosso Flexa Ribeiro, como fizemos na Comissão de Educação, com a vinda do Ministro Haddad. Seria importante já recebêssemos aqui o Ministro Lobão. Há diversos Senadores já com requerimentos na mão para apresentar no dia de hoje. Eu posso até concordar com o adiamento, mas eu queria só fazer uma ponderação até regimental: se é vero que esses procedimentos apresentados aqui são regimentais e já consagrados, há alguma obrigatoriedade regimental de eu submetê-los novamente à apreciação? Não? OK. Segundo passo: se não é isso, se há desejos de mudanças em relação ao procedimento já aprovado desde 2007, portanto, que apresentemos essas mudanças e, consequentemente, digamos o seguinte: enquanto o "Seu" Lobo não vem, vamos conviver com o Regimento atual. Portanto, é consagrar, ou melhor, desculpe-me meu companheiro Flexa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) - Pronto. Então, seria produzirmos aqui o seguinte: hoje, vamos dar um voto de confiança. Aqui está falando um Senador que não estava aqui em 2007. Portanto, continuamos com as regras que haviam sido acordadas, aprovadas e implementadas, tanto é que vigoraram de 2007 até hoje. Se houver desejo e vontade de mudança, apresentaremos essa mudança ou quem tem o desejo de mudar apresenta como propositura e discutamos isso nas próximas audiências.

É essa a proposta que faço a V. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM - MT) – Senadora Lúcia Vânia, só para fazer um aparte. Se me permite o Senador Walter Pinheiro...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Pela ordem, o Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM - MT) – Eu acho que o bom senso deve prevalecer. Se, amanhã ou depois, quiserem introduzir um novo artigo ou coisa parecida, ótimo, mas o que está prevalecendo, Senador Walter, é o que está aí vigente, é o que foi na legislatura passada...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Senador Jayme Campos, Presidente Lúcia Vânia, pelo que entendo da fala do Senador Walter Pinheiro, na verdade, temos, inclusive na próxima reunião, temas mais importantes. Eu estou aqui com alguns requerimentos, por exemplo, para a discussão sobre o programa nuclear brasileiro, que temos de fazer. Então, o que entendo da fala do Senador Walter Pinheiro é que esses atos estão validados, valendo e voltaremos a discutir se algum Senador quiser questionar alguma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Eu gostaria de dizer que os atos estão valendo, estão vigendo. A minha preocupação hoje era apenas dar conhecimento aos Srs. Senadores que chegaram desses atos, para que eles possam referendá-los ou emendá-los. Então, na verdade, acho que o Senador Walter Pinheiro disse muito bem: nós precisamos agilizar a nossa comissão e, se pudermos referendar ou permanecer com os atos como estão até que sejam

emendados, se for o caso, poderíamos dar prosseguimento.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Então, voltando, e já um pouco mais ousado, embora pato novo, é aquilo que eu disse. Eu acho que, se é regimental e está em vigência, eu votaria favoravelmente, até porque, se alguém tiver alguma coisa contra, que proponha à Mesa Diretora. Se não proporem contra, então, vamos continuar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) –Presidente Lúcia Vânia, o que o Senador Walter Pinheiro falou vem ao encontro de tudo que os Senadores falaram. Não discordamos da tese de que os atos estão valendo e o que nós pedimos a V.Exª é que nós possamos, na próxima reunião, trazer sugestões, se houver, de modificações e aí nós as votaremos. Foi isso que pedimos a V.Exª.

Já adianto que uma modificação será feita pela Presidência: o Ato nº 2, do então Presidente Collor, define que a sessão legislativa ordinária para fins deliberativos e demais atividades regimentais e ordinárias que lhes competem sejam feitas às quintas-feiras às 8h30min. V.Exª vai mudar. Então, como estamos referendando um ato que V.Exª já antecipadamente informou a todos nós que será mudado? Nós estamos nos precipitando. Vamos deixar da forma como está, V.Exª vai fazer as análises juntamente com todos nós e, na semana que vem, nós faremos as alterações necessárias. Esse Ato nº 2 será mudado pela Presidência, não por nós.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Senador Cassildo.

O SR. CASSILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Senadora Lúcia por assumir a Presidência desta importante Comissão e também o Senador Blairo Maggi por ter sido eleito Vice-Presidente desta Comissão de Infraestrutura...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Eu pediria silêncio para ouvir o Senador Cassildo.

O SR. CASSILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – É grande a importância que tem esta Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia e Vice-Presidente Blairo Maggi. Quando estava chegando vi vários Senadores se manifestarem sobre a importância que tem para a logística do Brasil a infraestrutura, sobre sa necessidade. Esse é um clamor do Oiapoque ao Chuí, do Ocidente ao poente, ao Oriente, de todo o Brasil. Até diria, para referendar, que nós do Sul, os catarinenses, embora sejamos um Estado pequeno no sentido geográfico, – de cerca de 1,3% do território nacional –, temos um crescimento extraordinário em todos os sentidos, mas não temos mais como crescer no sentido horizontal. Tem que ser no sentido vertical. E nesse crescimento vertical está a infraestrutura, a necessidade de logística. Por isso quero aqui frisar a importância que tem...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Eu pediria silêncio.

O SR. CASSILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – ... a importância que tem esta Comissão de Infraestrutura. Desejo sucesso à Presidente, ao nosso Vice-Presidente e a todos nós.

Eu também, em suma, acho que, em relação ao que está em pauta para nós nos manifestarmos, não há sentido. Se estamos vivendo o que estamos é por enquanto. Se propostas chegarem, vamos analisá-las. Acho que essa é a maneira. Esta é a minha manifestação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Estou aqui com vários requerimentos. Temos de sair dessa história dos atos normativos. Pretendo apresentá-los, mas quero saber qual será o momento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Então vamos colocar em votação esta posição: vamos permanecer com os atos como estão até que, se alguém tem alguma sugestão, apresente em emenda e colocaremos em votação na próxima reunião.

Em votação os dois atos que estão nas mãos de cada um dos Srs. Senadores, Ato nº 1 e Ato nº 2.

Aqueles Parlamentares que concordarem, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Agora eu pediria aos Srs. Senadores que querem apresentar os requerimentos que o façam para que possamos, na próxima reunião, colocar em pauta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Srª Presidente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Pela ordem o Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quando cumprimentei V.Exª e o Senador Blairo Maggi, fiz oralmente um requerimento para que nós pudéssemos convidar o Ministro Lobão. O Senador Lindbergh solici-

tou-me que pudesse subscrever comigo – o que para mim é uma honra – e que nós pudéssemos também fazer o convite à Agência Nuclear Brasileira...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Ao Presidente da Agência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – ...para que nós pudéssemos discutir a questão do sistema energético brasileiro. Então gostaria que V. Exª considerasse encaminhado à Mesa e o farei, oficialmente, daqui a pouco, por escrito.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB–GO) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT–RJ) – Quero me associar, Senador Flexa Ribeiro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB–PA) – Já concordo com as sugestões, antecipadamente, do Senador Lindbergh.

Quero dizer que eu também fui "cara pintada", junto com o Senador Lindbergh.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB–GO) – Pela ordem, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT–RJ) – Presidente Lúcia Vânia, primeiro dizer da importância desta Comissão. V. Exª tem um grande Vice-Presidente, que conhece do tema.

Nós, do PT, pleiteamos essa Presidência porque sabíamos da importância desta Comissão de Infra-Estrutura. E queremos dizer, primeiro, que vamos trabalhar junto com V. Exª para dar peso a esta Comissão. Tenho uma preocupação, e a gente tem as nossas posições, tem um embate neste Senado Federal, muito forte, entre oposição e situação, mas creio que esta é uma das poucas comissões em que a gente pode fazer um debate além de oposição e situação. Estou convencido, Presidente Lucia Vânia, de que há diferenças ideológicas sobre os rumos da política econômica, sobre políticas macroeconômicas, mas um consenso há neste País, de que é necessário melhorar a nossa competitividade e destravar, atacar os gargalos da infraestrutura. Acredito que esta comissão pode ser um palco disso e nós – falo aqui como Senador do PT, da base governista – não vamos querer, de forma nenhuma, esvaziar esta Comissão, muito pelo contrário. Queremos fortalecer, criar um clima.

Por isso faço quatro requerimentos iniciais de convites a Ministros de Estado que venham a esta Comissão apresentar seus programas, suas diretrizes.

Apresento um primeiro requerimento, convidando o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento; apresento outro requerimento convidando o Ministro das Cidades, Mário Negromonte. Essa está sendo uma prática que está acontecendo neste Senado, extremamente saudável. Ontem veio o Ministro Paulo Bernardo, anteontem veio o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Chamar o Ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, e vou entrar na questão do programa nuclear, chamar o Ministro de Estado José Leônidas Cristino para apresentar os seus programas, o rumo de suas pastas para o próximo período. São quatro requerimentos.

Apresento outro requerimento, porque, na verdade, quando ficou claro que a Presidência desta Comissão ia para o PSDB – e eu saúdo V. Exª, que vai fazer um grande trabalho à frente desta comissão, inclusive o PSDB está seguindo o caminho do PT, fazendo rodízio de presidentes... Eu tinha conversado com o Presidente Sarney, com outros Senadores, mas isso não vale. O que vale é a decisão desta Comissão.

Apresento também o requerimento de criação de uma subcomissão permanente de competitividade. Quero até ler, porque é interessante ler esse requerimento para discutirmos, para os Senadores avaliarem, mas eu tenho muito interesse de estar presente nesta Comissão, fazendo parte desse debate. Tem algumas personalidades como Blairo Maggi, Senador que pode nos ajudar muito, o Clésio, todos os Senadores daqui...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – Gostaria que V. Exª considerasse também a presença do Ministro da Integração Nacional, mas com uma pauta específica: os Estados que foram atingidos recentemente por essas inundações e todo tipo de catástrofe. Que S. Exª pudesse vir aqui, porque a mídia dá uma cobertura no início e depois não tem um acompanhamento de como ficam a construção de casas, a infraestrutura.

Estou falando isso, porque esse é o momento para que o Senado constitua entre os Senadores, para que a gente possa acompanhar. Eles aparecem no momento de angústia, da tragédia, e depois ninguém acompanha esses investimentos. E esse, da infraestrutura, no sentido de que muito se gasta depois do desastre, e o Senado poderia começar a discutir obras preventivas no sentido de se evitarem esses desastres, todas essas coisas que têm acontecido ao longo desses anos todos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – V. Exª está corretíssimo, Senador Moka. Acho, inclusive, que este é o requerimento que faltou. V. Exª poderia assiná-lo, eu o subscrevo, e outros Senadores, com certeza, o convite ao Ministro Fernando Bezerra.

Mas, então, tem este outro requerimento, de criação de uma Subcomissão Permanente da Competitividade, que coloco aqui, Senadora Lúcia Vânia, "destinada a diagnosticar os gargalos da infraestrutura e monitorar a competitividade do Brasil, com compe-

tência para elaborar relatórios referentes ao diagnóstico dos gastos"...

Não vou ler todo o requerimento. Vou apresentá-lo a V. Exªs. E entra num ponto que é o ponto central, porque acho que esta Comissão tem que entrar no debate real da sociedade, da vida das pessoas.

E apresento outro requerimento:

"Requeiro, nos termos do inciso II do art. 74 e do art. 75, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma comissão temporária externa, composta por cinco membros titulares e cinco membros suplentes, com o objetivo de realizar visita à Eletrobrás Termonuclear, em específico às Usinas Angra I e Angra II e demais instalações nucleares do complexo."

A minha proposta, Srª Presidente, é que nós fizéssemos uma comissão externa, se possível marcássemos uma data – a minha proposta é que fosse na próxima sexta-feira –, para irmos *in loco*. Porque temos que repensar um pouco esse programa nuclear brasileiro. Acho que as lições que estamos tendo do Japão... E todo mundo está um pouco fazendo isso, repensando.

Quero dizer que tenho um outro requerimento, que é um requerimento de convocação. Acho que, na próxima reunião nossa, da quinta-feira, nessa linha de dar importância a esta Comissão, temos de transformar esta Comissão no centro de um debate sobre esse tema.

Está aqui o Senador Eduardo Braga, que é Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. Nós podíamos fazer em conjunto. Acho, sinceramente, que, mais do que chamar o Ministro Edison Lobão – esta não é a hora de ouvirmos só a versão oficial –, temos que ouvir outras posições, quem está contra o programa nuclear também. Ontem, eu escutava pela televisão o Professor Pinguelli Rosa dizendo o seguinte: "olha, é hora de repensar!".

O que me assusta mais no caso do Japão... Foi um problema no sistema de refrigeração, mas sabemos da experiência, da capacidade do Japão na área de defesa civil, como eles são organizados em relação à prevenção de catástrofe e desastre. Eu, sinceramente, estou cheio de dúvidas. Sou um leigo no assunto, quero escutar a opinião de especialistas, mas o que me assusta é a nossa fragilidade na defesa civil, na lógica de prevenção a acidentes. V. Exªs sabem que Angra dos Reis, no ano passado, ficou vários momentos completamente ilhada por problema de chuvas? Ou seja, a possibilidade de acidente é muito pequena, mas o dano é altíssimo. E o que eu sei, e tenho certeza, é que não temos um plano bem elaborado de emergência, com treinamento da população. Fico imaginando se alguma coisa acontecesse em Angra dos Reis, se vemos uma situação como essa no Japão!

Então, como Senador, digo o seguinte: estou cheio de dúvidas. Eu queria discutir esse programa nuclear... (*Pausa.*)

O Senador Flexa Ribeiro fala aqui do jornal *O Dia*, de hoje, que fala dos sete erros da fuga de Angra dos Reis.

Pois bem, estou cheio de dúvidas! Então, o requerimento é para...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Lindbergh, V. Exª me concede um aparte?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Concedo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Um aparte, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É o seguinte: V. Exª sabe que a Comissão de Meio Ambiente aprovou um requerimento de minha autoria e do Senador Jorge Viana propondo uma audiência pública, com a presença do atual Presidente da Eletronuclear. Então, proporia a V. Exª o seguinte, que fizéssemos uma reunião conjunta, com a presença dessa autoridade que já foi convidada e de outras autoridades e especialistas sugeridas por V. Exª ou por outros Senadores, na próxima semana.

A Senadora Lúcia Vânia combinaria com o Senador Rollemberg, que é o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, e nós faríamos uma reunião conjunta.

Assim, nós evitaríamos duplicidade de ação numa mesma área, porque há a área do meio ambiente e, também, a da infraestrutura.

Agradeço a V. Exª a atenção à minha proposta.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu concordo.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de dizer o seguinte ...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É que estou em fala, ainda, e é só para encerrar, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Só um instantinho, Senador.

Eu já tinha proposto, numa futura agenda, que a gente pudesse fazer uma reunião conjunta com Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. Eu acho que poderíamos juntar. Já que Meio Ambiente tem a convocação, vamos fazer Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu só vou passar para o Senador Eduardo Braga.

Eu concordo com o seguinte termo, deixe eu te contar. Está parecendo que eu sou Senador da Opo-

sição e não governista, aqui, porque, Srª Presidente, a opinião do Presidente da Eletronuclear é fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Lindbergh, tudo bem, mas rapidinho, porque tem cinco Senadores querendo falar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu sei, só que eu estou na fala e concedi aparte, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Então, quem está com a palavra, no momento, sou eu e, inclusive...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas vamos estabelecer 10 minutos para cada um, o que é muito tempo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, eu não quero, aqui...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Mas 10 minutos mesmo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu não quero, aqui, me alongar. Quero dizer a V. Exª, inclusive, que estou sendo muito direto – eu me preparei para esta Comissão -, muito direto, com requerimentos muito... Não estou jogando flores ao ar. Estou sendo concreto e direto. É que concedi apartes. Nem flores nem flechas.

Eu queria só concluir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu estou entre as flores e as flechas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senadora, estou com medo de conceder o aparte ao Senador Eduardo Braga, com medo do meu tempo.

Vou conceder, mas só para concluir, quando eu disse que estava parecendo um Senador de Oposição, Moka, é porque eu acho importante a versão do Presidente da Eletronuclear. A versão do Presidente da Eletronuclear é uma versão que nós sabemos que vai ser de passar muita segurança quanto aos rumos do programa. Nós queremos escutar, também... Eu concordo com a tese de juntar Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, mas juntar opiniões diversas sobre o tema. Eu acho que isso é importante.

No mundo inteiro, a discussão, agora, é pensar e acho que essa deve ser a tônica.

Passo para o Senador Eduardo Braga, dizendo que esse requerimento é da comissão externa, se possível marcando... O ideal seria que a gente fosse segunda-feira, mas é muito em cima para as agendas dos Senadores. Então, é melhor ir depois do debate. Eu já sugiro a próxima sexta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Ferraço.

Senador Ferraço, deixe...

Concedido o seu aparte.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu concedo, com muita alegria, o aparte ao eminente Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas aparteando o Senador Lindbergh e sem querer me estender, porque acho, efetivamente, que a questão da energia nuclear, trazida pelo Senador Lindbergh e pelo Senador Flexa, merece, na Comissão de Infraestrutura...

Aproveito para saudá-la e ao Senador Blairo Maggi pela eleição na Comissão de Infraestrutura.

Quero dizer o seguinte: creio que temos duas ações, aqui, interessantes para fazer. Uma audiência pública que não fique restrita apenas à versão oficial, com relação à questão da energia nuclear. Que possamos trazer, efetivamente, pessoas como o professor Luiz Pinguelli e outras, como da Universidade de Campinas, por exemplo, onde temos um grande estudo com relação a energia nuclear. Que também pudéssemos fazer um debate não apenas com relação à questão de Ciência e Tecnologia ... Apenas um debate sobre a questão de infraestrutura, mas também com relação à tecnologia que estamos usando em usinas nucleares no Brasil.

Há uma grande diferença entre a tecnologia das usinas nucleares do Japão e a das usinas nucleares que nós temos em Angra 1 e Angra 2. No entanto, os planos de contingência levantados aqui, efetivamente, precisam ser debatidos e precisam ser estudados, porque a região de Angra dos Reis é uma das regiões que tem sido, ao longo dos últimos anos, atingida por fatores extremos climáticos, o que nós precisamos discutir.

Portanto, sugestão no aparte ao Senador Lindbergh. Subscrevo ambos os requerimentos: o requerimento com relação à formação da comissão temporária, como também o de fazer uma audiência conjunta, proposta de V. Exª, de Ciência e Tecnologia, que é um compromisso de que todos nós, todos os ministérios, todos os poderes, todo o Brasil terá o compromisso com a aplicação do Estatuto do Idoso e dos pressupostos que estão ali apresentados.

A segunda questão é que o Brasil é protagonista, no âmbito do Sistema Internacional de Direitos Humanos, de uma convenção, o Brasil propõe para o mundo uma convenção sobre os direitos dos idosos, que é uma das áreas que não existe. Não há, no cenário internacional, Senador Paim, nada que trate de forma específica o direito dos idosos. Temos agências

específicas, no âmbito das Nações Unidas, como o UNICEF, que tratam das crianças. Temos agências que tratam da situação da educação, a nossa UNESCO. Mas nós não temos agências políticas mundiais para o tema do envelhecimento saudável, do envelhecimento com direitos, que é algo para não ser tratado apenas na idade mais avançada, mas para ser tratado ao longo de toda a vida.

É preciso tratar com as crianças, é preciso tratar com os adolescentes, é preciso tratar a Previdência Social com essa noção, e é preciso tratar respeito, convivência entre gerações como um tema fundamental para o Brasil, onde inclusive o Japão é um dos países que inspiram e que está conosco produzindo essa reflexão sobre o que podemos propor para o mundo em termos de envelhecimento ativo e saudável.

E eu acredito, Senador Paim, que o Senador Federal, as organizações que atuam com aposentados, com idosos ativos podem estar conosco no cenário internacional propondo essa convenção, essa declaração.

Senhores e senhoras, temos o combate ao racismo, o combate à tortura nas instituições, nas penitenciárias. Costumo dizer o seguinte: se a situação do preso, Senador Pedro Simon, é tranquila, de cumprimento da penas, o Ministério da Justiça trata, mas, se há tortura dentro do presídio, nós temos uma comissão nacional para o enfrentamento da tortura. Na instituição prisional, no atendimento dos jovens em conflito com a lei, onde teremos a prioridade da educação neste ano, na implantação do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), queremos que os jovens que saem dos programas de internação saiam com profissão. O programa é socioeducativo. Estamos trabalhando junto ao MEC para isso. Queremos que os apenados tenham direito ao trabalho, de ajudarem na sustentação de suas famílias, estamos com programas nesse ambiente.

Eu teria uma apresentação sobre esses programas, mas me estendi. Portanto, não os apresentarei mas deixarei para os senhores e senhoras cópia do trabalho, dos fundamentos do nosso trabalho e das ações a serem desenvolvidas. Provavelmente, na minha apresentação, esqueci muitas áreas. O que não posso esquecer é de dizer a vocês da parceria que temos que ter, de que precisamos de que vocês nos fortaleçam como área de direitos humanos e que nós queremos fortalecer a atuação desta Comissão. Que vamos desenvolver pelo Brasil jornadas de direitos humanos, e seria excepcional que o Senado Federal estivesse conosco, credenciando, Senador Paim, que quando estivermos no Estado estará lá a Senadora, o Senador daquele Estado, para representar, para usar da palavra, falar em nome da Comissão de Direitos Humanos, e para dizer do trabalho conjunto que nós podemos desenvolver.

Ainda, quero reforçar com os senhores e senhoras – a Senadora Marta lançou conosco um programa e uma ação contra a homofobia. Temos leis, Senadora Marta, em todas as áreas, quem sabe, nesta Legislatura, possamos levar à frente sonhos e direitos, e para dizer que os direitos humanos são de todos e de cada pessoa, oferecemos às pessoas e à comunidade LGBT no Brasil o direito de ver os seus direitos também positivados em legislação. Sei que a senhora é uma lutadora, e a senhora conte conosco.

Senhores e senhoras, conto com vocês para a afirmação do principal instrumento de denúncia das violações de direitos humanos que os brasileiros e brasileiras têm, é o disk 100. De qualquer lugar do Brasil, em qualquer dia da semana, em qualquer hora,

É sabido que a Comissão de Infraestrutura foi a última Comissão a se organizar para que pudesse dar início ao seu funcionamento. O apelo é na direção de V. Exª avaliar a necessidade também de votarmos hoje um requerimento que desejo formalizar à Presidência e à Comissão, para que possamos fazer aqui, em data a ser programada, planejada, combinada, uma audiência pública para discutirmos um projeto muito relevante, o maior investimento público que este País deseja fazer no campo da infraestrutura, que é a implantação do trem de alta velocidade, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo.

Esse é um tema extremamente relevante. Temos um edital publicado, temos mudanças que foram incorporadas ao longo desse processo, temos a eventual participação do BNDES nesse projeto, aportando mais de R$20 bilhões. É um projeto que vem carregado de polêmicas.

Então, queria pleitear a V. Exª para que pudéssemos pelo menos aprovar, nesta reunião, o requerimento. O fato de aprovarmos abre caminho para que possamos planejar. Estamos, então, formalizando um requerimento para que esta Comissão possa fazer uma audiência pública a fim de recebermos aqui especialistas; o Dr. Figueiredo, da NTT; e fazermos um bom debate a respeito desse projeto, que tem sido apresentado e anunciado pelo Governo como um dos mais importantes e mais prioritários.

Portanto, requeiro a V. Exª que possamos aprovar este requerimento nesta reunião. De igual forma, além deste requerimento para termos uma audiência pública em relação ao trem de alta velocidade, julgo também ser necessário que esta Comissão pudesse avaliar a constituição de uma subcomissão permanen-

te para um monitoramento permanente das obras do Plano de Aceleração.

Da mesma forma que convalidamos ou não atos que foram constituídos pela Comissão anterior ou pela Comissão que antecedeu a anterior, julgo que esta Comissão vive um momento e um ambiente novo. Essa subcomissão ela tem, inclusive, que se equipar, se estruturar de um escritório de projetos, com sistema de informatização para que possamos acompanhar a execução do PAC. Julgo ser essa uma das principais tarefas desta Comissão. Sendo assim, queria requerer formalizar a V. Exª que pudéssemos também colocar para funcionar a nossa subcomissão permanente a fim de fazer o acompanhamento das obras do PAC.

Também apresento um outro requerimento a V. Exª: a convocação da Ministra do Planejamento, Srª Miriam Belchior, para que pudéssemos debater o impacto na infraestrutura brasileira dos cortes anunciados pelo Poder Executivo, pelo Governo Federal.

Se pudéssemos já aprovar e debater esses requerimentos, vamos colocando esta Comissão no eixo, até para recuperarmos...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Convocação ou convite?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Convite, convite.

Até para que possamos recuperar o tempo perdido, tendo em vista que outras comissões já se instalaram, já fizeram o seu programa de trabalho, já estão no eixo e nós estamos um pouquinho atrasados.

Sendo assim, requeiro a V. Exª que possamos debater o convite à Ministra Miriam, que possamos colocar para funcionar a nossa subcomissão permanente que fará o acompanhamento e o monitoramento do PAC e que possamos fazer uma audiência pública para debater o projeto do trem de alta velocidade, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo.

Muito obrigado, Srª Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Somente para ratificar a minha opinião anterior da aprovação de uma audiência pública com a presença de especialistas, conforme foi a sugestão do Senador Lindbergh, também com a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, que é o Diretor-Presidente da Eletronuclear. Ele falaria sobre sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, de planos de emergência em caso de acidente, de planos de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco no sistema de segurança, de prevenção de acidentes e de armazenamento dos resíduos radioativos.

Então, V. Exª já decidiu e, em face de a Comissão de Meio Ambiente já ter marcado audiência pública para a próxima quarta-feira, que façamos a aprovação desse requerimento de audiência conjunta ainda nesta sessão.

Eu quero felicitar ao Senador Lindbergh por essa iniciativa, à qual eu me somo integralmente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Obrigada, Senador.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Srª Presidente, apenas para contribuir. Nós nos inscrevemos, mas tem um pela ordem aqui e as pessoas falam em detrimento daqueles que estão inscritos. Então, sem crítica, evidentemente, a ninguém, seria importante que pudéssemos guardar a ordem das inscrições, a não ser que fosse realmente alguma coisa pertinente. Senão, é um subterfúgio para falar na frente daqueles que estão aqui desde o início da reunião.

Objetivamente, quero dizer o seguinte: esse requerimento do Senador Ricardo Ferraço, meu amigo, que foi Deputado comigo, vai ser votado, mas eu não sei. Nós vamos debater, evidentemente, mas eu fico preocupado quando começamos a formar subcomissões, por exemplo, para acompanhar o PAC. Eu acho que essa é uma tarefa da comissão como um todo. A comissão tem de designar, aí sim, uma reunião interna. Dois ou três Senadores - fizemos muito isto na Agricultura – cuidam disso ou daquilo. A Comissão da Infraestrutura precisa ser valorizada exatamente em cima dos grandes temas. Nós somos poucos aqui... Eu, por exemplo, tenho um compromisso muito grande aqui e estou priorizando onde sou titular, que é na Infraestrutura, na Agricultura e na Saúde, mas vejam que são três. Ao fazer parte de subcomissões, penso que, em determinado momento, vai faltar Senador e aí as próprias reuniões começam a ficar esvaziadas. Por exemplo, se sou Senador da Subcomissão do PAC, então, eu começo, junto com somente mais dois ou três, a tocar um tema de uma grande relevância. Eu acho que é a finalidade maior da comissão. Mas vamos debater isso. A Presidente já disse que o requerimento não será votado.

Eu quero levantar a discussão, mas, se evidentemente V. Exª, mesmo depois do que estou dizendo, insistir em manter, eu não vou ser contra a votação do pedido de V. Exª. Sou apenas para contribuir, se é que isso é uma contribuição.

Mas ouço V. Exª, se a Presidente permitir aparte na minha fala.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Rapidinho, Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) - O experiente Senador Flexa Ribeiro me adverte que esta subcomissão já existe na Comissão de Infraestrutura, criada pela sessão anterior. Ocorre que essa subcomissão acaba tendo foco e acaba estruturando mecanismos e ferramentas, para que a comissão possa ter como acompanhar, como monitorar a execução desse programa. Senão, a impressão que se tem é que esse assunto fica disperso e a comissão acaba não fazendo um acompanhamento sistematizado. O Poder Executivo tem instrumentos e é necessário que tenhamos também instrumentos para que esta comissão possa fazer o acompanhamento a partir de um inventário que a própria Comissão definirá. Essa é a proposta e a defesa que faço para que nós tenhamos instrumentalizada nesta Comissão uma ferramenta como esta que é largamente utilizada até no setor privado.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Senador Moka, o senhor me concede um aparte?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB - GO) – Com a palavra o Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/DEM – MA) – Srª Presidente, eu me anexo integralmente às preocupações do Senador Moka, inobstante o apreço que tenho pelo Senador e pela sua ideia, mas acho que a criação excessiva de subcomissões permanentes acaba esvaziando as prerrogativas legais das Comissões e acaba tirando a importância das Comissões. No momento em que nós começamos a criar – e eu vejo isso em todas as Comissões – subcomissões permanentes, vamos esvaziando as verdadeiras Comissões temáticas desta Casa. Esta é uma preocupação que já tenho há alguns dias, externada aqui brilhantemente pelo Senador Moka. Eu quero me anexar à tese dele de que devemos ter muito cuidado na criação dessas subcomissões permanentes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou ser objetivo, como é minha característica. Quero encerrar dizendo que está chegando à Mesa Diretora, informo para a discussão na próxima sessão, o convite que a Comissão fará ao Ministro da Integração Nacional. Vejo com preocupação, vou insistir, a infraestrutura. É preciso obras preventivas para que possamos evitar acidentes, o que, na maioria das vezes, feitas as obras, é possível. Era só isso, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Senadora Lúcia Vânia, quero também colocar a nossa opinião em relação a essas questões. Acho que o Senador Moka tem completa razão, mas precisamos ir além da subcomissão. Essa é uma briga que inclusive empreendemos aqui no Parlamento há muitos anos, que é a criação de comissões especiais. Comissões especiais se configuram como o caminho mais eficaz para o esvaziamento de comissões temáticas e são também o caminho para não tocarmos em nada. Aliás, muita gente diz aí fora: "Quer resolver um problema? Crie uma comissão".

Nós temos comissões temáticas. A Comissão temática que cuida da infraestrutura é esta aqui. Mesmo que o tema, o apelo, a tragédia, os problemas nos levem a querer imediatamente discutir, o fórum é este. Eu sei que a principalidade do assunto terminou virando a questão nuclear por conta da tragédia. E por mais que a gente possa localizar a questão, o mais importante aí são as vidas. É óbvio que isso tem prioridade, mas isso não pode nos levar a um modismo de comissões especiais ou coisas do gênero, porque senão vamos esvaziar completamente a Comissão.

Outra questão: é muito claro para qualquer Senador, mesmo os neófitos, que o mais novo aqui já está com quinhentos anos luz de estrada. Nós não vamos dar conta. Cada Senador está em três Comissões, tem mais não sei quantas Subcomissões, cada Senador vai para uma comissão especial e isso não vai funcionar. Então, nós vamos padecer aqui. Meu caro Blairo, V.Exª veio do Executivo, tem mais experiência do que qualquer um de nós e sabe da necessidade de resposta imediata. Então, é assim: nós teríamos de trabalhar com o limite que nos permitem as condições para as subcomissões neste colegiado e rechaçar completamente na Casa essa história de comissões especiais.

Comissão que discute o tema é comissão temática. Estou dizendo isso porque, por exemplo, na Câmara, ontem foi criada uma comissão especial para tratar esse problema nuclear, essa coisa que aconteceu. Eu, por exemplo, discordo desse procedimento. Vão criar uma comissão especial, eu não vou poder participar lá, mas me inscrevi para discutir esse tema na Comissão que escolhi como prioridade de atuação do meu mandato. Então acho que é importante a gente frisar isso não só para fortalecer a atuação de cada mandato, mas para ter eficácia naquilo que a gente quer trabalhar, dando foco aos temas. Então, eu me associo, chamando a atenção para isso, até para a defesa do papel que V.Exª acaba de assumir aqui no Congresso Nacional.

Por que a Comissão Especial de Medida Provisória não funciona? Porque há 500 comissões especiais. Então, quando entra um projeto aqui na Casa, que é um projeto importante, a reforma tributária não é discutida na CAE. Ela é discutida na Comissão Especial de Reforma Tributária. Então, patavina. Para que a CAE?

Para, na hora que chega o projeto mais importante, é uma comissão especial. Os notáveis ou aqueles que conseguem nas suas instâncias partidárias a colocação nas comissões especiais vão discutir o tema e os pobres mortais nas comissões temáticas ficam aqui, aguardando um resultado de uma comissão especial. Eu sou literalmente contra esse processo de comissão especial. Essa é a forma mais eficaz de desmontar o funcionamento de comissões temáticas em qualquer Casa. Essa é uma experiência que nós já vimos que não dá certo. Portanto, vai na linha do que levantou aqui meu companheiro Senador Moka, no sentido de que nós devemos olhar com carinho isso.

Por isso, Senador, eu gostaria que, na sessão de hoje, até para a gente agilizar, nós pudéssemos já marcar, inclusive nesta comissão, qual seria o primeiro debate e nós poderíamos procurar a CCT, a Comissão de Meio Ambiente, que está aqui já sobejamente bem representada pelo nobre Senador da nossa gloriosa Aracaju e nosso glorioso Sergipe.

Então, na realidade, era discutir essa questão de qual seria a primeira audiência e o nosso calendário, para a gente também não ser levado sempre ao sabor das pressões que vêm de fora e a gente não consegue montar o nosso calendário para encontrar esses assuntos, levando em consideração que a nossa prioridade não pode ser perdida.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Eu concordo inteiramente com o Senador Walter Pinheiro. Em relação às subcomissões, a gente volta a discutir este tema posteriormente.

Vamos submeter à votação o requerimento agora, porque alguns Senadores vão viajar.

Há vários requerimentos que gostariam que fossem votados hoje, mas eu quero pedir a compreensão do Plenário, porque os requerimentos são vários. Nós precisamos fazer uma seleção e uma agenda para que a gente não faça uma coisa improvisada.

Então, hoje, nós vamos votar este, que é urgente. Vai nos dar possibilidade de fazer um debate na próxima semana e, posteriormente, quinta-feira, eu já teria uma agenda para submeter aos senhores, de acordo com os requerimentos que estão já na Mesa.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB - GO) – Srª Presidente, um aparte, por favor.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Um aparte ao Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB - GO) – É só para concordar com o Senador Moka e com o Senador Walter e, por tudo o que foi dito, eu quero, inclusive, retirar o meu requerimento que, com certeza, só vai atravancar e vai contribuir para que nós não tenhamos *quorum* nas nossas reuniões.

Concordo plenamente com os Senadores Walter e Moka e, neste momento, retiro, então, meu requerimento. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Obrigada.

Em votação o Requerimento nº 1, de 2011.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta comissão com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discutir o programa nuclear brasileiro com os convidados a serem definidos.

Em votação.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB - MA) - Para discutir

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB - SE) – Para encaminhar ou discutir.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Para encaminhar, o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – São 156 anos de Aracaju e eu estou já com viagem marcada para fazer uma homenagem à nossa querida cidade e capital Sergipe, o menor Estado da Federação, mas o maior dentro do meu coração.

Srª Presidente, complementando o pedido feito por V. Exª e por outros Senadores, inclusive pelo Senador Lindberg, eu gostaria de sugerir dois nomes antecipadamente a participarem do debate na audiência pública. Um nome foi sugerido pelo Senador Walter Pinheiro, do PT do Estado da Bahia: José Eli da Veiga, economista e especialista em sustentabilidade ambiental, que fez uma extraordinária entrevista, participou de um debate na Globo News, como também o físico, conhecido nacional e internacionalmente, José Goldemberg.

Essas são as minha sugestões a V. Exª.

Agradeço.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Dada a relevância do tema, eu queria também me anexar ao Senador Lindbergh, que teve a preocupação de se achar de oposição. Eu quero dizer que os argumentos e o posicionamento dele não foram de oposição, foram argumentos relevantes, numa situação que estamos vivendo, e todos nós, Senadores, temos essa preocupação.

Eu queria fazer uma sugestão: dada a importância extrema desse assunto, neste momento que estamos vivendo, deveríamos dividir essas audiências públicas,

primeiro na área técnica, em que nós pudéssemos receber as pessoas para discutir, tecnicamente, o "sim", o "a favor" e o "contra" da política nuclear brasileira e mundial. Depois, numa segunda fase, a fase política, nós traríamos, aqui, o Ministro das Minas e Energia, o Ministro da Casa Civil, que é quem cuida da política macro, definição estratégica e planejamento de uma futura implantação de uma política energética nuclear, e, também, possivelmente, o Ministro de Ciência e Tecnologia. Ou seja, o triunvirato deveria estar aqui, presente, para dar a esta Casa, a esta Comissão o panorama futuro, qual é a intenção do Governo no futuro, mas depois de nós ouvirmos todas as facetas técnicas que, porventura, tivermos a oportunidade de trazer aqui.

Então, essa é a minha sugestão ao Senador Lindbergh e eu quero dizer mais, eu quero que isso sirva de contribuição para o tema principal que ele elencou ali: nós não estamos preparados para nenhum, nenhum cataclismo natural, nenhuma ação da natureza mais forte sobre a nossa população, o nosso povo.

O Japão é extremamente organizado. Se aquilo que aconteceu lá tivesse acontecido aqui, morreriam milhões, porque nós não estamos, culturalmente, preparados.

Então, essa discussão nuclear tem de servir de embasamento para, aí sim, nós traçarmos uma política brasileira de prevenção de acidentes naturais.

Então, eu acho que essa discussão que se inicia nesta Comissão é relevante para todo o País e todo o País deve prestar muita atenção, através dos meios de comunicação, a tudo que for discutido nesta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Braga, de dizer o seguinte: acredito que a sugestão do Senador Lobão é muito interessante e eu vou discuti-la com os dois outros Presidente de Comissão.

O Senador Braga já está presente e ele poderia usar a palavra para dizer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Presidente, eu iria exatamente nessa direção, de que o requerimento sobre a mesa, neste momento em discussão e em votação, aprovado, possibilitaria uma reunião entre a Comissão de Infraestrutura, a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Meio Ambiente, para que nós pudéssemos organizar essas audiências públicas, que deveriam ser divididas, sim, como propôs o Senador Lobão, em duas etapas: uma técnica e outra política.

Veja V. Exª como está dividido o sistema da nossa política de energia nuclear.

O sistema de proteção da nossa energia nuclear está onde? Está na Secretaria do General Zelito, na SGI; a nossa ciência e tecnologia, portanto, a tecnologia das nossas usinas nucleares, no Ministério de Ciência e Tecnologia; o plano de contingência, no Ministério de Integração; a funcionalidade do sistema, dentro do Ministério de Minas e Energia; e o planejamento, na Casa Civil – o planejamento estratégico.

Portanto, o que nós gostaríamos de colocar é que o tema é extremamente relevante e, aos poucos, nesse pequeno debate inicial, começa-se a se desnudar como ele está estruturado dentro do nosso próprio Governo e dentro da própria Nação brasileira.

Portanto, eu gostaria de propor a V. Exª que levasse a voto o requerimento, aprovasse o requerimento, para que, numa reunião de Infraestrutura, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente nós pudéssemos estruturar a audiência pública levando em consideração as sugestões do Senador Lobão e também as sugestões tanto do Senador Lindbergh quanto do Senador Valadares e Walter Pinheiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ainda para discutir, eu vou reforçar.

Eu estou tentando contribuir com a experiência acumulada na presidência das comissões na Câmara dos Deputados. Esse debate, sobretudo o debate mais político, é importante que limitemos a participação dos convidados, se não fica-se com uma mesa com seis, dez, oito convidados e não tem tempo para os próprios Parlamentares interagirem com os convidados. Apenas e tão somente com essa preocupação que eu tenho certeza de que V. Exª, com a experiência que tem, e os outros Presidentes... Acho que o formato sugerido pelo Senador Lobão é perfeito. Temos que discutir tecnicamente, até porque vamos falar, Lobão, de uma coisa que pouca gente tem conhecimento, que é difusão e fissão nuclear, assuntos para os quais é preciso ter uma compreensão mais técnica do que representa uma fissão nuclear e o perigo que pode ter quando, como agora no Japão, alcança o nível de descontrole de uma fissão nuclear.

A SRª PRESDIENTE (Lúcia Vânia. PSDB – GO) – Concordo inteiramente, Senador Moka, com a sugestão de V. Exª. Eu tenho certeza de que os Senadores gostariam de ter um tempo para os debates. Se nós tivermos muitos convidados, vamos cercear a liberdade dos Parlamentares de fazerem os seus questionamentos. É pensamento nosso, nessa reunião, dividir a audiência pública em duas partes, como foi sugerido pelo Senador Lobão.

Em votação o requerimento.(*Pausa.*)

Não havendo quem queira usar da palavra, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Agora eu passaria a palavra ao Senador Blairo Maggi para que ele pudesse usar da palavra e pudesse dizer aos Srs. Senadores da sua experiência e do seu trabalho.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Até que enfim, não é?

Nobre Presidente Lúcia Vânia, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao meu partido, o Partido da República, pela indicação a esta Comissão e também ao Bloco do Governo por ter acatado a sugestão do partido para que eu pudesse participar desta Comissão. Considero esta Comissão de extrema relevância e importância para o País especialmente neste momento em que o Brasil vive, momento que, como já dito por muitos Senadores que se manifestaram, temos um crescimento econômico bastante grande, mas que não terá sustentação se não fizermos os investimentos necessários em infraestrutura no nosso País.

Engraçado é que, quando se faz uma pesquisa, e tivemos oportunidade agora no período eleitoral de ouvir pesquisas sobre o que as pessoas acham importante para o País, levamos um choque, um susto. A Rede Globo divulgou uma pesquisa no sentido de que apenas 1% da população brasileira consultada naquele dia, na época da pesquisa, disse que a infraestrutura é coisa importante. Apenas 1% da população. Então significa dizer que fazer infraestrutura, além de caro, difícil, ainda não conta com o apoio popular. É um papel complicado de ser levar adiante. Só que as pessoas quando andam na estrada e está engarrafada, elas lembram que há estradas. Quando há uma condição adversa, da natureza, elas lembram do Governo, que não foram feitas obras de contingência, obras de prevenção.

Então a infraestrutura, para nós, para qualquer civilização, para qualquer povo, é de extrema importância em todos os sentidos. E esta Comissão terá, como teve no passado, um papel de extrema relevância nas discussões das questões nacionais, como aqui colocadas, levantadas hoje em apenas uma reunião praticamente definimos um cronograma, ou melhor, não um cronograma, mas se chamarmos todas as pessoas que forem aqui convidadas para discutir os temas aqui colocados, já temos pauta para, no mínimo, dois, três meses. A Presidente vai ter que fazer uma seleção.

Penso, Presidente – os temas são instigantes, são importantes –, que, se houver vontade política e participação, podemos convocar e pedir algumas reuniões extraordinárias, para discutirmos. Sei que é complicado, não há tempo, mas às vezes os temas são relevantes e urgentes. Também não conheço o regulamento, não sei, mas a discussão de novas subcomissões, penso que é complicado esvaziar uma comissão principal. Não sei se o regulamento das Comissões permite que se delegue a algum Senador um tema importante: "Olha, Senador Eduardo, o senhor vai, esta semana, se preocupar com esse assunto, conversar com várias pessoas a respeito desse assunto e trazer, na próxima reunião, um relatório sucinto para termos a compreensão daquilo que está acontecendo". Talvez pudéssemos adotar esse sistema. Parece que na Câmara funciona assim. Não teríamos subcomissões, mas teríamos informações privilegiadas e atualizadas.

Também gostaria de dizer, Presidente, que, anteontem, estive com a Presidente Dilma em uma audiência. Era uma audiência para tratar de assuntos com o Governador Sinval Barbosa, do meu Estado, e achei que não passaria de quinze, vinte minutos, no máximo. Mas, em razão dos assuntos que levamos à mesa, o assunto se transformou em infraestrutura. E quando se fala em infraestrutura os olhos da Presidente mudam, eles brilham. Simplesmente perdemos o tempo, ficamos praticamente duas horas discutindo infraestrutura. Quer dizer, digo isso para mais uma vez afirmar aquilo que eu sempre disse da Presidente Dilma: ela é uma pessoa voltada às questões de infraestrutura. Temos que aproveitar o momento em que o País cresce, o momento em que o País se desenvolve e o momento em que temos uma Presidente que é vocacionada, que tem vontade de resolver e fazer essas coisas. Então, esta Comissão passa a ter o papel também importante de fazer sugestões, de criar as condições necessárias para que o País cresça e se desenvolva.

Mais uma vez, quero agradecer ao meu Partido e ao Bloco do Governo pela minha indicação. Estarei aqui com a senhora, Presidente, permanentemente. Quero fazer parte das discussões. Como disse aqui o Senador Moka, pato novo mergulha raso, não é? No Senado, ainda estou em processo de ouvir muito, de aprender. Tive uma experiência de dois mandatos como Governador. Mas são coisas diferentes. Lá, eu determinava, lá, eu tinha meu horário, nunca atrasei uma reunião, nunca atrasei uma audiência. Cumpria com meus horários. Aqui não é assim. Aqui, depende de um monte de coisa. Hoje, por exemplo, cheguei no horário certo para a primeira, já tive que sair da primeira Comissão para vir para cá, não consegui ir à terceira. A vida aqui é diferente. Estou em um período de adaptação.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Blairo, V. Exª me permite?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Pois não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Está se adaptando rápido, estou percebendo.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Senador Blairo, eu nem ia falar porque o Senador Jayme Campos já havia falado de forma brilhante, mas não posso deixar de registrar. Esta Comissão, com toda certeza, terá um período muito profícuo sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, que tem a sensibilidade feminina, que é uma líder política em seu Estado, que conhece os anseios do povo, mormente do seu Estado, com certeza do Brasil todo. E quero manifestar também minha admiração profunda por V. Exª, Senador Blairo Maggi, desde a época de empresário apenas, antes de entrar na política. Homem corajoso, empreendedor, que irá trazer a esta Comissão, além da sensibilidade política da nossa Presidente, a vivência, na prática, da infraestrutura, dos problemas da infraestrutura, já que grande empresário que é no setor agroindustrial.

Parabéns a esta Comissão, que terá essa dupla, que eu chamaria de "dupla do barulho". V. Exªs se complementam perfeitamente e irão trazer, com certeza, respostas à nossa sociedade e que são muito pertinentes a esta Comissão.

Parabéns.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE) – Srª Presidente, também quero cumprimentá-la pela eleição. É muito importante que a Comissão de Infraestrutura seja conduzida por uma mulher, nas circunstâncias atuais – uma mulher que tem muito compromisso com a sua Região e com o nosso País.

E os dois são da mesma Região. Os dois estão na região central do Brasil e em parte da região norte, mas com esta compreensão: de lá, olhando o País todo.

Então, quero dar meus parabéns ao Blairo, que já é uma pessoa exitosa não só no campo empresarial, mas governando um Estado muito importante, e a V. Exª, que tem exercido um papel muito grande aqui, no Senado Federal.

Tenho convicção de que podemos trabalhar com os múltiplos instrumentos que as Comissões permitem. Além da Comissão, há as subcomissões. Todas as Comissões aqui têm subcomissões, sempre tiveram. Isso nunca causou prejuízo a nenhuma Comissão, não esvaziou nenhuma Comissão, porque há muita gente querendo trabalhar, com muita disposição.

Além desses instrumentos, na última gestão, que foi a do Presidente Collor, ele ainda criou outras comissões, além das subcomissões, destacadas para um tema específico, exclusivamente. Por exemplo, marco regulatório dos biocombustíveis: ele criou uma comissão pequena, de três Senadores apenas, para dar pragmatismo, para ela poder funcionar com rapidez, para ouvir a sociedade, o Governo e fazer uma proposta. E nós fizemos isso. Nós ouvimos a sociedade, o Governo e fizemos uma proposta que já está tramitando no Congresso Nacional, do marco regulatório de uma área importantíssima, que é a de biocombustíveis, para a Região Norte e Nordeste, para o Brasil inteiro, uma questão essencial hoje, na área de discussão de combustíveis e de energia no nosso País.

Então, a senhora vai dirigir, com o apoio direto do Senador Blairo Maggi, talvez uma das Comissões mais importantes, mais estratégicas, porque, se imaginar, só o tema energia já é trabalho que não tem tamanho. Mas temos aqui toda a área de energia. Toda a área de transportes, de toda sorte que imaginarmos, é tema da nossa Comissão. Esses são só dois temas, mas há muito mais coisa. Então, acho que há muito trabalho, dá para distribuir bem, e estamos à disposição dos senhores.

Um abraço. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senadora Lúcia Vânia, Senador Blairo Maggi, queria congratular-me com a Comissão por ter V. Exªs como Presidente e Vice-Presidente.

Eu conheço a competência, o espírito público, a capacidade de trabalho de cada um de V. Exªs, que serão de extrema importância para o andamento da Comissão.

Para mim, é um orgulho, uma honra estar numa Comissão presidida pela Senadora Lúcia Vânia e pelo Senador Blairo Maggi.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Blairo, para terminar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Então, só para concluir, quero agradecer os elogios feitos à Senadora Lúcia Vânia e a minha pessoa também.

Nós, Eduardo, tivemos a função de governar nossos Estados. Acho que há vários ex-Governadores aqui, na Casa, neste período, e temos uma contribuição especial a dar às Comissões e também ao Senado. Estão muito vivas, na nossa memória ainda, as dificuldades de Governo, os anseios de Governo, portanto vamos poder colaborar bastante com os colegas Senadores e com as colegas Senadoras.

Parabéns, Presidente. Conte comigo. Vamos em frente, que o Brasil nos aguarda – aguarda muito trabalho e dedicação.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Blairo. Quero dizer a to-

dos os Srs. Senadores da alegria de poder estar aqui neste convívio.

E quero dizer uma coisa que não foi dita aqui anteriormente. Nós temos a preocupação de dar prosseguimento ao que já foi feito nas gestões anteriores.

Na gestão do Senador Marconi, houve a aprovação do Sistema Nacional Viário. Esse sistema teve vetos que o prejudicaram muito. E, em função desses vetos, estamos com cerca de 40 projetos, que não têm uma destinação muito certa, porque um dos vetos dizia respeito ao cancelamento do Plano Nacional de Viação.

No entanto, esse veto foi aposto no Sistema Nacional de Viação, e nós ficamos no limbo. Então, temos de resolver esse imbróglio aqui na Comissão. Na gestão do Senador Collor, ele continuou fazendo um trabalho de audiências públicas, fez um belo trabalho sobre o pré-sal. Temos aqui na Comissão uma bibliografia importante das audiências públicas que foram efetuadas durante a sua gestão, que, posteriormente, eu gostaria de passar aos Srs. Senadores, para que todos pudessem tomar conhecimento dessas ações que foram desenvolvidas aqui.

Portanto, é nosso pensamento dar continuidade a esse trabalho. Eu acho que o Sistema Nacional de Viação é um trabalho que deverá ser feito com intensidade aqui, porque estamos na fase da sua implantação. Há esse ato que precisa ser resolvido, e nós vamos colocar oportunamente em discussão essas questões que vieram das gestões anteriores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os senhores a presença e a colaboração no debate.

Convoco outra reunião para a próxima quinta-feira, dia 24 de março, às 9 horas.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 16 minutos)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, CONJUNTA COM A 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COM A 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 09h00.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, LÚCIA VÂNIA** e **EDUARDO BRAGA,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EUNÍCIO OLIVEIRA, INÁCIO ARRUDA, IVO CASSOL, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LINDBERGH FARIAS, LOBÃO FILHO, LÚCIA VÂNIA, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO, WALTER PINHEIRO,** e **WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, AÉCIO NEVES, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ARMANDO MONTEIRO, BENEDITO DE LIRA, CASILDO MALDANER, CIRO NOGUEIRA, CRISTOVAM BUARQUE, DEMÓSTENES TORRES, FERNANDO COLLOR, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GARIBALDI ALVES, GILVAM BORGES, GIM ARGELLO, HUMBERTO COSTA, JAYME CAMPOS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO VICENTE CLAUDINO, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ PIMENTEL, LÍDICE DA MATA, LUIZ HENRIQUE, MAGNO MALTA, MARCELO CRIVELLA, MARIA DO CARMO ALVES, MARINOR BRITO, MARISA SERRANO, PAULO BAUER, PAULO DAVIM, PAULO PAIM, RANDOLFE RODRIGUES, RENAN CALHEIROS, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, WALDEMIR MOKA** e **WELLINGTON DIAS.** O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** justifica sua ausência, decorrente de missão em representação à Presidência do Senado Federal, conforme Ofício nº 227/2011-PRESID., de 22 de março do corrente ano. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes Requerimentos: **1) REQUERIMENTO nº 8, DE 2011-CMA / nº 2, DE 2011-CCT**, que "Requer, com amparo no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o programa nuclear brasileiro e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado

Brasileiro em caso de desastre. Devido à complexidade do tema e a diversidade de aspectos relacionados com a questão (técnicos, operacionais e políticos), propomos o fracionamento dos trabalhos em três audiências. A título de sugestão, serão convidados para exporem seus pontos de vista as seguintes autoridades: Primeira audiência pública – aspectos operacionais: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear; Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Segunda audiência pública – aspectos técnicos: José Goldemberg, Professor Dr. da Universidade de São Paulo (USP); Luiz Pinguelli Rosa, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Aquilino Senra Martinez, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Terceira audiência pública – aspectos políticos: representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, representante do Ministério de Minas e Energia, representante do Gabinete de Segurança Institucional". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, as comissões aprovam os Requerimentos. **2) REQUERIMENTOS n° 9, DE 2011-CMA / n° 3, DE 2011-CCT / n° 2, DE 2011-CI,** que "Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma nova audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), com a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, para dar continuidade ao debate sobre o programa nuclear brasileiro e seu sistema de segurança". Autoria: Senador Lobão Filho; **3) REQUERIMENTO n° 10, DE 2011-CMA,** que requer a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA) na audiência pública a ser realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados para, em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, avaliar as conquistas obtidas pelos consumidores e debater proposta de reformulação do CDC em curso no Senado Federal, conforme Requerimento nº 04/2011, aprovado naquela Comissão em 16 de março de 2011. A audiência pública contará com a presença dos seguintes convidados: MINISTRO HERMAN BENJAMIN – Presidente da Comissão Especial de Reforma do CDC, do Senado Federal ; DRA JULIANA PEREIRA DA SILVA – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; SR. ANTÔNIO CARLOS DA FONSECA - Subprocurador Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara do Ministério Público Federal; JORGE ALBERTO DE SOUZA MADRUGA - Coordenador do Forum Nacional dos Procons; SRA. MARIA INÊS DOLCI - Coordenadora Institucional do PROTESTE/SP e da SRA. MARILENA LAZZARINI – Coordenadora Executiva do IDEC. Colocado em votação, as comissões aprovam os Requerimentos. **PAUTA**. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CMA, nº 2, de 2011-CCT e n° 1, de 2011-CI, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o programa nuclear brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo: sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes; plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos. Comparecem para a audiência pública os seguintes convidados: Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da ELETRONUCLEAR; e Laércio Antonio Vinhas, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Após a exposição dos convidados, os Senhores Senadores apresentam seus questionamentos. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Usam da palavra os Senhores Senadores **VITAL DO RÊGO, DELCÍDIO DO AMARAL**, **LÚCIA VÂNIA, EDUARDO BRAGA**, **LOBÃO FILHO**, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, **JORGE VIANA**, **LINDBERGH FARIAS, WALTER PINHEIRO, JOÃO PEDRO**, **CYRO MIRANDA**, **KÁTIA ABREU**, **IVO CASSOL** e **ALOYSIO NUNES FERREIRA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente CMA. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente CCT. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente CI.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Conjunta de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a 3ª Reunião da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura e a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das atas das reu-

niões anteriores permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Quero agradecer as presenças do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, do Dr. Laércio Vinhas, dos Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia e todos as demais e os demais Senadores aqui presentes.

Antes de passarmos à pauta, gostaríamos de apresentar os seguintes requerimentos.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Convidando para algumas audiências públicas o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, o Sr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Sr. Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Sr. Aquilino Senra Martinez, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Sr. José Goldemberg, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, e representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, representantes do Ministério de Minas e Energia, representantes do Gabinete de Segurança Institucional.

Vou dar uma explicação: esta Comissão já havia aprovado, na sua reunião, ao convite ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva; em seguida, a Comissão de Infraestrutura decidiu também fazer um conjunto de audiências públicas sobre o mesmo tema e a Comissão de Ciência e Tecnologia também demonstrou o mesmo interesse.

Entendemos que deveríamos fazer essas audiências conjuntas. Daí, a necessidade de aprovar o requerimento.

Em discussão o Requerimento. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em conformidade com a aprovação dos Requerimentos nºs 07, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Jorge Viana, e 01, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o Programa Nuclear Brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como plano de emergência em casos de acidentes, plano de expansão do Programa Nuclear Brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos, com a participação dos seguintes convidados: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear, e Laércio Antônio Vinhas, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos convidados. Para que possamos ganhar tempo, já, de imediato, passo a palavra ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. OTHON PINHEIRO DA SILVA – Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, é com muito prazer que estou aqui atendendo a esta convocação, porque estamos em um momento que convida à reflexão, à análise.

Temos que levar em consideração que energia é fundamental para a sociedade moderna. Nela, temos de prever a contribuição de todas as fontes primárias, evidentemente priorizando as fontes renováveis.

Precisamos ter um mix de energia que menor impacte o meio ambiente e que melhor atenda às necessidades da nossa sociedade.

Temos que entender que somos um país que sofreu uma das maiores transformações da história mundial, ou seja, em sessenta anos, partimos de uma sociedade em que 80% vivia no campo e 20% nas cidades, para ser exatamente o contrário nos dias de hoje: 80% nas cidades e 20% no campo. Esse adensamento populacional nas cidades conduz a uma série de desafios: desafio do saneamento: a falta de saneamento mata mais que qualquer doença isolada, aqui no país. Para saneamento, precisamos de energia. Energia para tocar uma bomba d'água, para tratar a água e colocar nas nossas casas; e motores elétricos para fazer o saneamento, transportar os rejeitos que a sociedade produz. Esse é um grande desafio da nossa sociedade. É uma atividade bastante intensiva, em termos de consumo de energia elétrica.

Outro desafio é o do transporte coletivo nas cidades. Temos pouco transporte, precisamos redimensionar o transporte coletivo de maneira que polua menos, ou seja, queimando menos combustível fóssil. Na Europa, todas as cidades acima de 250 mil habitantes têm um transporte coletivo organizado, eletrificado. Aqui no Brasil, estamos muito longe dessa realidade, mas chegaremos lá. Apenas crescemos rápido demais, tínhamos que crescer com menor investimento na fase inicial, que levava ao transporte coletivo, queimando combustível fóssil. Hoje – vejo aqui um Senador de São Paulo e morei lá por 25 anos, ainda tenho resi-

dência lá –, um trabalhador, em São Paulo, às vezes leva quatro horas dentro de um ônibus, com o ônibus fazendo fumaça, poluindo o meio ambiente. Há uma série de desafios que temos que encarar.

Voltando ao transporte coletivo eletrificado, ele é intensamente consumidor de eletricidade. Temos um grau de industrialização muito aquém daquilo que vai nos dar a possibilidade de transformar o que a natureza deu em produtos de interesse para a nossa sociedade, melhorar a qualidade de vida. É muito importante melhorar a qualidade, por todas as razões, mas tem uma cifra que me deixou bastante impactado: li nos jornais que, em 11 anos, morreram 400 mil brasileiros por crime, a maior parte deles por problemas de natureza social, desavenças que, em casas que têm pouco pão, todo mundo chora, todo mundo tem razão, todo mundo entra em discordância. Portanto, há cifras que são impactantes, e a transformação da nossa sociedade vai levar a um maior aporte de energia – temos que economizar sempre – e, dentro desse cenário, não se pode deixar nenhuma das fontes primárias. Em energia, temos que contar com todas as fontes primárias. O desafio está em compor a contribuição de cada fonte, da maneira que dê o menor custo para a sociedade e menor impacto ambiental. É este o nosso desafio, mas agora temos que refletir muito sobre o que houve no Japão.

Vou tomar a liberdade de projetar alguns quadros, saturar os senhores o mínimo possível. Tivemos, no Japão, um dos maiores terremotos de que se tem conhecimento na história da humanidade. Não o maior – no Alasca houve um maior –, mas, em área densamente populosa, seguramente foi o maior de que se tem conhecimento. O terremoto derrubou, destruiu, veio um maremoto, um tsunami que projetou todos aqueles resíduos, aquilo que estava derrubado pelo terremoto, e ampliou a catástrofe.

No Japão, temos o encontro de duas placas tectônicas, é uma situação completamente diferente do Brasil, porque esse encontro é bem distante do nosso território. Nós temos a sorte de estar no meio de uma placa tectônica.

Mas esse terremoto, esses dois grandes fenômenos no Japão destruíram várias, todas as instalações industriais da região. E o número de mortes por destruição das instalações foi muito grande. Houve caso de destruição de armazenamento de gás com explosões. Ou seja, o que ceifou de vida esses dois fenômenos... Foi muita gente que, digamos, faleceu, foi ferida em decorrência desse fenômeno. Dentro deles, existe...

Nós vemos aqui a fotografia de uma dessas instalações de gás que explodiu. Dentro de todas essas estruturas que foram afetadas por esse terremoto e por esse tsunami, o comportamento das centrais nucleares, no que diz respeito à estrutura, foi o melhor comportamento, ou seja, foram as estruturas, a estrutura nuclear em si. Tivemos, numa central, o que uma estrutura auxiliar, ou seja, onde estavam os motores diesel, ela foi destruída, e, com isso, não houve a possibilidade. Com a central nuclear, ela, ao ser desligada, não para de produzir completamente energia. Ela passa de 100%, que produzia, para 2,3% e decai essa produção de energia em trinta e tantas horas. Então, logo assim que uma central nuclear é desligada, nos reatores da geração atual, ela precisa de uma energia externa, corrente alternada, para trocar as bombas de circulação. E, como houve, no tsunami, atingiu os motores diesel auxiliares, a central ficou sem refrigeração pós desligamento. Essa foi a grande causa no Japão.

Temos aqui a fotografia da onda.

A central japonesa estava prevista. Tinha um paredão prevendo um tsunami com a altura de 6 metros, mas o tsunami foi muito maior do que a previsão histórica de mil anos. Então a onda foi superior ao dique de contenção.

Temos aqui o esquema das centrais. A central afetada, que eram 6 usinas, 4 delas foram afetadas. Por alguma razão, que, por enquanto, não se tem conhecimento, essa central foi a mais afetada. Quer dizer, houve uma concentração do efeito. O efeito do maremoto foi maior nessa central do que nas outras próximas. Tanto a Fukushima Daiichi quanto a de cima, Onagawa, não foram afetadas. Houve uma concentração nessa central, que tinha 6 usinas.

Como eu disse, o tsunami afetou os motores diesel de emergência que dariam que suprimir energia elétrica para resfriar a central depois do desligamento.

Vale ressaltar o tipo de tecnologia usada no Japão, nessas centrais, é diferente do que nós utilizamos aqui no Brasil, diferente de outras centrais japonesas da costa leste. Da costa oeste, perdão, do Japão.

Logo que houve o acidente, o governo japonês acionou o plano de emergência, que prevê a evacuação de uma área com cerca de 5 km. Então, inicialmente, eles fizeram a previsão dessa área de 5 km, depois, como era mais de uma central, eles foram crescendo a cada 5 km por cada central que estava com problema. Eram 4 centrais, eles estenderam o raio de evacuação para 20 km.

É importante que se diga que esse tipo de central, central resfriada a água, a dispersão atinge uma região menor do que a central do tipo Chernobyl. A humanidade é muito traumatizada com o fenômeno de Chernobyl. Chernobyl era um reator que tinha grafite no núcleo. O volume de material radioativo era muito maior. Houve uma queima, uma explosão do núcleo.

Como o carbono tem uma densidade muito mais baixa, aquilo foi – digamos – transportado para uma região muito grande. É diferente do problema que tem no Japão, que é um reator resfriado a água, então o raio que atinge a dispersão é muito menor. As medidas feitas atualmente já mostram que o nível de radiação é muito baixo, tem uma concentração no portão da central, mas as medidas já feitas, se elas forem verdadeiras – vamos fazer essa ressalva –, se realmente nós estivermos trabalhando, esse é um dos pontos que nós temos que levar em consideração. Esse é um dos, querendo ou não – é duro de dizer –, mas esse é um grande experimento que o destino, que a desgraça nos disponibilizou. É o maior experimento na área nuclear, as centrais nucleares que a humanidade já teve. Então, nós temos que aprender muito com esse experimento.

A segurança envolve várias coisas: envolve instalações seguras, planejamento, ou seja, procedimentos seguros e uma contínua atitude de humildade, melhorar as condições de segurança. Então, nós temos que realmente analisar o que houve lá. Nós nunca nos devemos considerar seguros. A humildade é um elemento essencial da segurança. Agora, na análise muito superficial que já fizemos, primeiro, é crucial que se tenha disponibilidade de mais fontes auxiliares para alimentar o reator depois de desligamento nos reatores da geração atual. Logo um pouco avante, vou explicar que, nesse aspecto, a gente, felizmente, aqui, no Brasil, está bem situado, significa que sempre temos que reaver a segurança, mas, na primeira análise, nós estamos bem e, como opção para o futuro, também as centrais que já há mais de dois anos a empresa cogita depois do desligamento, não necessitam da energia externa para refrigerar. A mais moderna geração de reatores são considerados, quer dizer, o nome é um pouco, não concordo muito com o nome porque eles são chamados de intrinsecamente seguros e, como acho que não tem nada intrinsecamente seguro, não gosto muito do nome, mas a geração de reatores que nós cogitamos para o nosso programa das quatro centrais próximas são desse modelo, com o sistema de segurança passivo aprimorado, ou seja, com o desligamento, ele não necessita de energia externa para resfriamento do reator.

Essa fotografia mostra as regiões mais afetadas. Essa linha vermelha são as zonas mais prováveis de grandes cismos e de *tsunami*. Nós temos uma no meio do Mediterrâneo e temos os chamados oito do Mediterrâneo e oito do Pacifico, que atinge a costa oeste da América do Sul. São regiões que, sobretudo nessas regiões, digamos, os cuidados que têm ter, os detalhes das centrais ou de qualquer instalação nuclear têm que ser bem mais revistos e mais aprimorados.

O Japão usa como critério de projeto o cismo de 8.2, na escala Richter, 0.3g de aceleração e uma onda máxima de 5.7; esse é o critério de projeto deles. A onda foi um cismo de 9.0, o maior cismo que o Japão se tem conhecimento tenha tido, e a onda máxima foi com dez metros, ou seja, superior àquilo que estava previsto. Então, muito embora o critério de projeto tenha sido inferior à solicitação que as centrais tiveram, a central em si resistiu ao impacto.

O nosso critério de projeto. Aqui, no Brasil, nós estamos no meio de uma placa tectônica. Ou seja, a probabilidade de um sismo daquele de maior intensidade é muito baixa, é extremamente baixa no país, sem dúvida, porque o encontro das placas é no meio do Atlântico e a placa que há na América do Sul, ela sobe sobre a outra placa. No Japão é o contrário: a que sobe está na direção do Japão. Ou seja, no nosso caso, é zero praticamente a probabilidade de haver um tsunami em decorrência de um atrito nas placas. Isso é o que os geólogos nos dizem, o que o conhecimento humano hoje diz. Ou seja, nós temos, no que diz respeito à sismicidade e a efeito de tsunami, a probabilidade de ocorrência é muito menor e a intensidade desse fenômeno é, sem dúvida, muito menor.

Então, temos um critério... As nossas centrais têm um quebra-mar de oito metros. Angra I e II estão situadas a cinco metros e Angra III está situada a seis metros, o que significa o seguinte: se tivermos um tsunami que atinja a central, aquela região onde está o Rio de Janeiro, infelizmente, já terá sido extremamente catastrófica para a população. A central está bem acima do que o resto, do que todo o Estado, do que toda a região pode ser atingida. Ou seja, se houver... É duro. Por favor, não entendam mal, mas se houver um tipo de fenômeno dessa natureza, todos já morreram antes de ter problema. Não tem mais do que se preocupar com a central, porque já morreram por outra causa.

O tipo de reator que nós usamos é bem diferente do Japão. O reator PWR, ou seja, *Pressurized Water Reator*, ele é um aproveitamento da tecnologia que os americanos desenvolveram para a propulsão de submarino. Os reatores da geração atual são como os submarinos antigos eram e a nova geração de reator que está vindo no caminho é como os reatores de submarinos novos são. Ou seja, os submarinos modernos têm de navegar em baixa velocidade sem fazer ruído. Por isso não podem ligar as bombas. Então, eles têm que ter em baixa velocidade circulação natural.

Então, houve o aproveitamento dessa tecnologia para a geração de reatores que está vindo em linha.

Os atuais são como os submarinos antigos; precisam de um sistema secundário de refrigeração.

Não tem nada a ver com a história, mas a planta de propulsão desenvolvida aqui no país já é dentro do novo conceito.

Interrupção fora do microfone

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA - São com o novo conceito. Não, as plantas que operam no Brasil são com o conceito antigo e necessitam de energia externa. A diferença da planta japonesa é que, no caso dos japoneses, o vapor é produzido direto no reator. Eu, particularmente, não...Então, o vapor é produzido diretamente dentro do reator. Sobretudo em uma região de maior sismicidade, particularmente eu não gosto desse tipo de reator, porque, se houver uma ruptura dessa canalização de vapor, é muito extensa e fora da zona de contenção.

Então, desde a época de estudante na MIT, nunca fui favorável a esse tipo de reator em regiões de sismicidade. Aliás, em região nenhuma. O Professor Hansen, lá do MIT, dizia que esse reator do *Boiling Water Reator* é um reator projetado por físicos muito inteligentes e péssimos engenheiros. Essa era a análise que ele fazia desse reator. No caso do nosso reator é como os reatores de propulsão de submarino, nós temos um circuito fechado com água ou pressão mais alta temperatura e um segundo circuito, esse sim, que produz o vapor e o vapor vai para a turbina. Ou seja, nós temos um circuito a mais. Mas...

Interrupção fora do microfone

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA - São desse tipo de cima, desse tipo de cima. Então, é conceitualmente mais seguro do que o *boiling water reator*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Mas era o antigo?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Como? Não, não.

Já foram feitas. A opção foi feita desde o início para esse tipo de reatores.

Aqui, vemos bem nesta fotografia. Todo o primário fica em uma contenção dupla. A primeira esfera de aço e, depois, a segunda esfera de concreto. Esse é o nosso sistema. Ou seja, os vazamentos ficam dentro... Esse é o mesmo tipo de reator que teve um acidente nos Estados Unidos, o acidente de Three Mile Island. Aí vem a pergunta: no acidente de Three Mile Island quantas pessoas morreram? Zero. Quantas pessoas foram contaminadas no maior acidente que houve nesse tipo de reator? Zero.

Para se ter uma idéia a Suprema Corte nos Estados Unidos não deu ganho de causa a quem morava a mais de uma milha do reator por parar um negócio. Por exemplo, uma padaria, uma lavanderia não teve nenhuma indenização do Governo, porque foi considerada pela Suprema Corte como não merecedora. Esse é um dado jurídico, mas mostra bem. Então, existe uma diferença de tecnologia.

A pergunta: é 100% segura? Não existe nada no mundo 100% seguro. O que existe é uma probabilidade.

Então, da análise que temos de fazer sobre o acidente no Japão, todas as causas de morte... Hoje, no café da manhã, eu me lembrei de um evento. O que mais matou no Japão foi casa, o teto da casa caindo na cabeça nas pessoas. Nem por isso o Japão pode parar de fazer casas, as pessoas têm de continuar morando em casas. Sem dúvida, quem estava morando em casa morreu mais do que quem estava na central. Pelo que se sabe até agora, temos uma estatística de 30 e poucas pessoas atingidas. Repito, pelo que se sabe até agora.

Uma análise com mais distância, com mais profundidade vai nos dar as reais causas. A maior parte dos acidentes foi por contaminação, por explosão em outros tipos de indústrias, sobretudo, combustíveis fósseis.

Então, em uma análise como essa, temos de verificar o que ocorreu como um todo e, especificamente, analisar o que ocorreu na indústria nuclear e aprender todas as lições que forem possíveis aprender nesse acidente. Uma lição óbvia é que tem de haver alternativa para a fonte auxiliar de energia.

Pelas notícias que temos agora, nas centrais morreram 35 pessoas e 19 foram contaminadas. Coloco de novo as ressalvas: são com os dados que temos até agora. Eu acho que esses dados são bastante imprecisos. Somente com mais tempo e mais análise, uma análise pela agência internacional, é que vamos ter a real dimensão do acidente.

Vamos comparar com Chernobyl, o que é muito importante. Em Chernobyl, como eu disse, o núcleo tinha grafite e houve uma explosão química. Houve uma explosão e pegou fogo o grafite. Foi um experimento que estavam fazendo na central. Não deveriam ter feito, foi um erro de operação. E esse grafite, com partículas radioativas se espalhou por uma região muito grande da Ucrânia. E não somente da Ucrânia, até na Suécia, houve problema de contaminação leve.

No Japão é diferente. É um reator que não tem grafite no núcleo. As medidas já tomadas. Vê-se que a área afetada é muito menor: cerca de 3 quilômetros em volta da central. As medidas... os dados que nos passaram até o momento.

Como estamos nós? Como estamos nessa fotografia nuclear? Primeiro, a escolha pela tecnologia - eu a considero a mais adequada - foi o reator PWR. Temos

um plano de emergência externa em que entra a Secretaria de Defesa Civil, a secretaria do Município. Existe uma coordenação federal. É um órgão, o SIPRON, que coordena todos os órgãos federais. E neles entram a Comissão Nacional de Energia Nuclear, vem todo o sistema federal é acionado por esse plano.

Existem exercícios anuais de treinamento desse plano. E em cada ano par existe a participação da população. A gente procura o máximo de participação da população, evidentemente, estamos num regime democrático, é por convite, por estímulo, e não por convocação, mas, a cada ano par, existe um treinamento completo, uma simulação de acidente.

Agora, no que diz respeito à política da empresa com relação... A empresa participa do plano de emergência, agora, a política com relação à segurança da central, estamos implementando algumas medidas dentro daquele princípio de que nunca se pode estar satisfeito com segurança, estamos no princípio de implantação de quatro embarcadouros para facilitar a evacuação em caso de acidente. Estamos superpondo também algumas quadras poliesportivas que vão ser registradas como se fosse helipontos para a movimentação de pessoas que têm dificuldade de locomoção. Aquela região de Angra é uma das mais bem servidas do Brasil por helicópteros, dado os condomínios de luxo que têm lá, então, estamos construindo essas quadras poliesportivas, que são utilizadas pela população, em caso de emergência.

Estamos também disponibilizando para a Prefeitura o recenseamento local, quer dizer, é um programa em que todas as pessoas que estão num raio de 50 km da empresa são cadastradas, então o geocadastramento desse pessoal para saber quem, ou seja, na hipótese de um acidente, se algum dia houver, esperamos que nunca haja, saibamos exatamente quem está ali. Então, esse cadastramento está sendo utilizado para outras atividades das prefeituras, como serviço médico, temos partilhado isso com as prefeituras locais.

Agora, no que diz respeito a essa preocupação com uma fonte auxiliar, extra de energia, estamos muito bem na fotografia. Ano passado, terminou um estudo feito por uma empresa, porque, como próximo à empresa tem um acesso à Serra do Mar e tem dois rios, é o planejamento de uma pequena central hidrelétrica exclusiva para fornecimento da energia, essa que o Japão não tinha. Então, essa é uma providência que a empresa já tomou, neste aspecto a empresa está muito bem, porque existe esta preocupação já há algum tempo. Por coincidência, na quinta-feira, ou seja, um dia antes do Tsunami, eu estava despachando com o Diretor da Eletrobras e pedindo o financiamento a um juro mais baixo para a construção dessa PCH, e ele aprovou. Então, isso foi bem antes, nem se pensava em tsunami, mas isso sempre foi uma preocupação da empresa, ou seja, já estamos num processo de construção, existem, para cada central, duas bancadas de motores diesel.

No que diz respeito a Angra III, o Dr. Laércio Vinhas, aqui presente, uma vez telefonou: Othon, vou exigir que o diesel auxiliar tenha a constituição classe I, ou seja, o mesmo critério de constituição da central. O Laércio é testemunha, levei um segundo, para dizer: olha, Laércio, concordo com a sua sugestão, vamos construir Angra III já com os motores diesel auxiliar com classe I, ou seja, o mesmo tipo de estrutura que não foi destruído no Japão foi decisão deste País por sugestão da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e não levei um segundo de hesitação para concordar com essa posição.

Então, no que diz respeito à preocupação com essa fonte auxiliar, embora estejamos com a central com nível de segurança que é melhor, por que é melhor? No *boiling water reactor*, o tempo de decisão é muito pequeno, o inventário de água é muito pequeno. Numa central do tipo PWR, temos cerca de umas duas horas, mesmo sem energia auxiliar. Além disso, estamos trabalhando na empresa para ter uma central, porque estamos tirando partido da nossa posição geográfica favorável. Como existe uma serra com um rio atrás, temos uma linha de extensão de 12km, vamos fazer não linha aérea, e sim a galeria, ou seja,

Existe, dentro da empresa essa atitude de procurar a segurança. E vamos continuar sempre dentro dessa filosofia.

Nesse momento, *vis à vis* o que ocorreu no Japão, nós vamos iniciar uma profunda análise de todo o sistema que nós temos, ou seja, segurança. A gente nunca pode estar satisfeito com segurança. E nunca pode abrir mão de ter o melhor.

Em caso de dúvida, sempre paramos a central. Nunca houve um caso em que houvesse dúvida que não se parasse a central. Então, para segurança, nós precisamos ter instalações adequadas, procedimentos planejados de forma adequada e sempre uma atitude de nunca ficar satisfeito com a segurança. Tem caso de dúvida? A segurança tem prevalência sobre a economicidade. Isso tem sido a política da empresa e acho que é tranqüilizante para a nossa sociedade.

Agora, vem a pergunta: escute, mas no Brasil tem tantas formas de energia. Por que nós vamos precisar de energia nuclear?

Nós precisamos de todas as formas de energia. Não existe energia melhor do que a outra. Solar, eólica, todas elas, cada uma tem seu quinhão de participação. Mas é comum chegar e dizer: "Não, com eó-

lica e solar resolvo tudo". Isso é jejum em termos de planejamento energético. Quem realmente não tem o menor conhecimento do que é planejamento energético pode falar isso.

Nós temos uma sociedade adensada em termos de população nas cidades, com grandes blocos. Então, digamos, é muito amadorismo afirmar que basta eólica e solar. Agora, também é um absurdo dizer que elas não são importantes; são extremamente importantes. Sobretudo a energia solar, para aquecimento. Sem dúvida, estamos subutilizando essa forma de energia. Podemos explorar muito mais a energia eólica.

Mas, por que não podemos dispensar a energia nuclear? Porque houve um crescimento muito grande. O nosso sistema era fundamentalmente hidroelétrico. O sistema interligado, até o início do século, funcionava perfeitamente – digamos – com hidroelétricas. Como engenheiro, eu acho a melhor forma de gerar energia elétrica a hidroeletricidade. Até na empresa me acusam de ser um espião hidroelétrico na área nuclear.

Mas o que ocorreu com o sistema integrado? A capacidade instalada cresceu, mas o estoque de energia, ou seja, águas e reservatórios permanecem constantes desde a década de 80. Por que isso? O nosso sistema hidroelétrico é um sistema em que as nossas barragens vão do sul de Pernambuco ao sul do Paraná. Nós construímos o sistema hidroelétrico numa região que quem leu Rachel de Queiroz entende bem. Tem a muralha; acima dessa muralha, que é a Serra do Mar, existe uma região muito favorável para a construção de hidroelétricas e que os nossos antepassados, como algum tipo de agricultor ou de cultura, tais como cana, café, pecuária, desmataram.

Então, na década de 50, quando o Presidente Juscelino entrou e construiu esta cidade, o sistema nosso não era integrado. Somando Rio de Janeiro e São Paulo, os dois maiores centros, nós tínhamos 1.800 megawatts instalados. Então, crescemos, da década de 50, com 1.800 megawatts instalados atendendo à parte mais industrial do País, para, em capacidade instalada, cerca de 100 mil megawatts de energia firme da ordem de 70. Mas não houve o crescimento do estoque de energia, ou seja, do estoque de água.

O estoque de água funciona como se fosse uma poupança na vida de um cidadão da classe média. Naquelas fases do ano em que o sujeito gasta mais do que recebe, início de ano, quando você tem que pagar matrícula de filhos etc, ele saca da poupança. A poupança do sistema elétrico é o estoque de água.

O nosso sistema funcionou como se fosse uma família que cresceu, mas a poupança ficou a mesma. Então, agora, a maneira de fazer crescer essa poupança

As novas barragens, por questões ambientais, são desse tipo, sem estocagem de água. Todas as barragens que estão sendo feitas na Amazônia são sem estocagem de água justamente para preservar o meio ambiente. Agora, o não estoque de água, em não crescendo as reservas de água estocada, precisamos de outras formas de energia porque o sistema não funciona sem o aporte. Nos últimos dez anos, tem havido uma necessidade de aporte de 6.6% a 11.3% de energia de origem térmica e, das térmicas, a nuclear contribui com 2.9%. As novas barragens caminham nessa direção: vão ser feitas naturalmente, sem estocagem, o que vai levar... O nosso sistema não mais poderá ser puramente hidroelétrico ou com renovável, o vento. A gente vai precisar do aporte de outras formas de energia, de uma forma secundária, mas fundamental para o equilíbrio do sistema.

Desculpem-me mas engenheiro gosta sempre de gráfico.

Essa curva vermelha é o consumo nosso de eletricidade. Nós fizemos um modelo em que pegamos todos os rios do País e matematicamente transformamos num rio só. É essa parte azul. Então nós vemos que uma parte do ano as nossas turbinas não conseguem engolir toda a água que o rio disponibiliza, e tem uma parte do ano que ela poderia engolir mais água do que o rio disponibiliza.

Então como é feito isso? Essa curva verde é o estoque de água. Nós vimos que 2001 foi claramente um problema de falta de estoque de água. Foram dois anos consecutivos, por isso houve um chamado apagão. Existia problema de linha de transmissão, mas somente as linhas de transmissão para o Sul não resolveriam, porque a estocagem de água do Rio Grande do Sul é pequena. Analisando o sistema brasileiro, nós temos três regimes pluviométricos: um do Equador para cima, outro do Rio Grande do Sul, o País todo é um regime pluviométrico só. Então a gente não ganha muito exportando energia hidroelétrica de um setor para outro; tem que haver uma contribuição. E historicamente, nos últimos dez anos, tem sido de 6.6% a 11.3%, como disse.

De uma forma pictórica, o nosso sistema funciona assim: São Pedro controla as hidrelétricas e as eólicas também e a única forma de o homem atuar sobre o sistema é ligando mais ou menos as térmicas e nelas, sem dúvida, a contribuição nuclear é mais barata do que as outras formas. Então, uma parte, não todas, mas uma parte da contribuição térmica necessariamente para economicidade do sistema e também por problemas ambientais deverá ser nuclear.

Das lições que aprendemos no Japão, digamos, sobretudo essa, temos que fazer uma análise geral

muito profunda, com muito detalhe, com muita humildade, mas da mesma forma que as outras atividades no Japão, o japonês não vai poder deixar de fazer casas e morar dentro delas, muito embora a maior quantidade de mortes tenha sido por estar dentro de uma casa, não poderá deixar de contar com sua indústria, porque precisa da sua indústria para a sua economia e não poderá deixar de contar com energia nuclear, fazendo as correções necessárias para que tenham plantas mais seguras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Eu quero dar um esclarecimento ao Plenário e ao mesmo tempo pedir autorização para o encaminhamento. Quando nós convidamos o Dr. Othon para esta audiência pública, pela Comissão de Meio Ambiente, depois transformada em audiência conjunta, nos foi informado que ele tinha uma audiência pública já marcada na Câmara dos Deputados, às 11 horas. Mas, por uma deferência com o Senado, o Dr. Othon concordou em vir primeiro a estas Comissões.

O encaminhamento que eu quero propor, com autorização do Dr. Laércio é que nós possamos abrir imediatamente o debate e os questionamentos ao Dr. Othon e, em seguida, após esses questionamentos, em função de que ele vai precisar se retirar por volta das 11 horas, nós ouviremos o Dr. Laércio e reabriremos novamente o debate. E a condução que esta Presidência gostaria de dar é ouvir rapidamente os presidentes das três Comissões, em seguida os autores do requerimento e em seguida os inscritos.

Consulto se o Plenário concorda com esse encaminhamento. Não havendo quem discorde, vamos assim fazer.

Eu vou começar, Dr. Othon agradecendo a presença de V. Exª aqui, a presença do Dr. Laércio, o representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dizendo que a utilização de energia nuclear sempre foi algo polêmico e muito debatido, porque, se, de um lado, a probabilidade de acidentes é mínima, por outro lado, quando existe um acidente, quando ocorre um acidente, as consequências são gigantescas e trágicas.

Esse debate tem uma força especial no Brasil, pelo fato de que nós dispomos de uma série de outras alternativas energéticas, seja pelas convencionais, de origem fóssil, como o petróleo, a hidrelétrica, a agroenergia, a solar, a eólica, e o senhor colocou superficialmente a necessidade de aproveitar todos esses potenciais. E me parece que o percentual de termonuclear na nossa matriz energética é em torno de 2 e pouco por cento.

A pergunta que eu faço é se existem estudos feitos pelo governo, feitos pela Eletronuclear, do que significaria, do ponto de vista de economia de energia, um grande programa, um grande esforço nacional de eficiência energética.

A outra questão é por que as usinas nucleares têm que ser, ou foram construídas próximas ao mar, porque, se, de fato, o risco de ter um tsunami no Brasil é muito pequeno, por outro lado, com as mudanças climáticas, as consequências dessas mudanças ainda são desconhecidas e fenômenos que não ocorreram até hoje poderão vir a ocorrer.

A outra questão que eu coloco é: qual é o significado dessa tecnologia, do desenvolvimento da tecnologia nuclear, como a tecnologia de uso dual para o arrasto tecnológico em outras aplicações em outros segmentos, em outras atividades igualmente importantes do uso da tecnologia nuclear?

É outra é o seguinte: segundo especialistas, a tecnologia ADS, *Accelerator Driven Systems*, é uma das mais promissoras e seguras formas de exploração da fonte nuclear de energia, haja vista que nela o processo de fissão não é autossustentável. Prevê-se que a reação nuclear seja forçada através de um acelerador de partículas, aumentando enormemente o controle sobre a reação nuclear. Ademais, eliminam-se os resíduos nucleares. O material físsil utilizado é o tório em quantidade insuficiente para provocar a reação nuclear em cadeia.

Quais as perspectivas de essa tecnologia ser desenvolvida em curto prazo? Quais as reservas prováveis de tório no Brasil? Todo o território nacional já foi pesquisado em relação a possíveis jazidas de tório? E que atividades de pesquisa e desenvolvimento o Brasil tem para desenvolver autossuficiência na produção de novas tecnologias no segmento nuclear? Por que o grupo do tório não foi adiante?

E, finalmente, para concluir, eu gostaria de questionar a V. Exª: notícia veiculada no dia de hoje pelo *Correio Braziliense* dá conta de que inexiste autorização de operação permanente para Angra II. Quais as razões para a inexistência dessa autorização? Que repercussão para o funcionamento da própria usina, especialmente no campo da segurança, a falta desse licenciamento pode produzir?

Essas são as questões que gostaria de formular a V. Exª, agradecendo mais uma vez a sua participação nesse debate.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, antes da resposta. Só uma questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Vital do Rego.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Só uma questão de esclarecimento, já que V. Exª tão bem direcionou a operacionalidade deste debate, tendo em vista a necessidade de o nosso diretor-presidente ir à Câmara dos Deputados. Eu consulto V. Exª se as perguntas seriam feitas em blocos para que as respostas também pudessem ser feitas em blocos.

Por exemplo, os presidentes, ao se posicionarem, o Dr. Othon responderia aos Presidentes e, depois, aos autores e aos inscritos. Seria uma sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós adotaremos esse encaminhamento, ouvindo três Senadores e, em seguida, o Dr. Othon.

Informo que estão inscritos – e as inscrições estão abertas –, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Lindbergh – consulto se há mais algum autor de requerimento presente –, o Senador Valter Pinheiro. Em seguida, os autores. O primeiro é o Senador Cyro Miranda. Vou inscrever os demais.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou inscrever todos. Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu já falei com a Senadora Lúcia Vânia ontem. Eu gostaria muito de participar desta audiência pública, mas nós fomos convocados para uma reunião no Rio de Janeiro, na Petrobras, sobre a fábrica de fertilizantes de Mato Grosso do Sul. Portanto, eu vou ter que ir ao Rio em função dessa reunião até porque este projeto é muito importante para o meu Estado.

Mas não poderia deixar de destacar aqui, e muito rapidamente, porque sei que existem várias pessoas inscritas, a competência do Dr. Othon Pinheiro da Silva. Eu o conheço há muitos anos. Foi o responsável – acho que já foi dito aqui – pelo desenvolvimento do reator nuclear da Marinha. É o reator que vai equipar o Scorpene, se não estou enganado. Fez um trabalho espetacular em Angra 3 também, até na reorçamentação de Angra 3.

Eu tive a oportunidade, depois de conversar com o Leonam, da Eletronuclear, de fazer um pronunciamento sobre Angra 1, Angra 2 e o programa nuclear brasileiro também. É claro que, com um problema como esse ocorrido no Japão, todo o setor nuclear mundial vai rever conceitos, rever posições, aperfeiçoar projetos. Isso é da vida. Isso não é só no setor nuclear. Em qualquer setor da área de energia, isso, efetivamente, ocorre.

Agora, gostaria de destacar não só os procedimentos em Angra, com relação aos operadores, ao pessoal de manutenção e à comunidade – eu não vou detalhar porque já falei isso no plenário –, mas também a diferença de tecnologia entre os reatores do Japão e os reatores aqui, no Brasil: os de Angra são PWR; esse reator do Japão é BWR; um é água fervente; o outro é água pressurizada; Circuitos em separado, com alternativas, inclusive, de resfriamento do reator não só por meio de circuitos secundários, mas também por gravidade em função da estação de tratamento de água, está a 100 metros de altura; grupos diesel que estão em outro prédio; instalações antienchentes e as próprias condições geológicas do Brasil, de que não podemos nos esquecer.

Então, eu queria só pedir licença a V. Exª, Senador Rollemberg, que, com muita competência, sem dúvida alguma, vai conduzir, com o Senador Eduardo Braga e a Senadora Lúcia Vânia, esta audiência pública, para dizer que eu vou continuar trabalhando junto com as demais Senadoras e Senadores nessa questão, debatendo. O Senador Lindbergh apresentou um requerimento, ontem, de uma comissão de Senadores. Quero ver se me inscrevo para participar dela. Quero aqui reafirmar a minha confiança e reafirmar a qualidade técnica dos quadros da Eletronuclear.

Hoje, quando batem demais na energia nuclear, eu entendo, até pelas razões, pelas curvas aí demonstradas, que, independentemente do acidente, vários países podem paralisar alguns reatores, mas não vão parar seus programas nucleares. Não precisa falar na França, que tem mais de 80% de geração nuclear.

É importante registrar que temos todo um planejamento de novas usinas. E acho que essa audiência pública e o Senado vão, sem dúvida nenhuma, discutir essas questões, mesmo tomando novas providencias ou reavaliando até para aperfeiçoar e melhorar cada vez mais a qualidade da operação das nossas usinas e a segurança. Agora, acho que não podemos abandonar esse debate da ampliação do programa nuclear brasileiro, porque o setor elétrico precisa e as usinas hidrelétricas que estão saindo são a fio d'água. Tem muito gente que fala de hidrelétrica. É bonito falar de hidrelétrica. Eu fui barrageiro, mas são usinas a fio d'água, usinas que não têm reservatório, ou seja, operam no fluxo do rio, portanto não têm acumulação. Então, não armazenam água, como disse aqui o Senador Walter Pinheiro. Portanto tem que ter complementação. Pode ser eólica? Claro que pode, mas tem que ter geração termoelétrica. E acho que a alternativa nuclear, nós não podemos dispensar, mesmo com esse acidente

grave, esse pesadelo lamentável que o Japão enfrentou. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral e passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia... Perdão. Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, cumprimento o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, Dr. Othon Luiz Pinheiro e o Professo Laércio, que nos honram com suas presenças.

Dr. Othon, gostaria de falar aqui como jornalista. Esse episódio do Japão, esse desastre acontecido no Japão tem deixado a população brasileira perplexa, mesmo porque o Japão é tido no mundo inteiro como o país mais preparado para assumir acidentes dessa natureza, para resolver problemas dessa natureza. No entanto, o que vimos é quase que um total descontrole e podemos dizer que não foi um descontrole da cultura japonesa, um povo disciplinado, um povo acostumado a seguir regras.

Quando aconteceu o episódio, o mundo inteiro se pronunciou em relação a ele, em relação aos seus programas nucleares. Foi assim com a França, foi assim com a China, com os Estados Unidos, com a Alemanha. No entanto, as autoridades brasileiras, pelo menos através da mídia nacional, assumiram a responsabilidade de dizer que aqui não aconteceria nada, que nossas usinas eram extremamente seguras, sem uma explicação maior.

No entanto V. S. chega aqui hoje e responde àquelas perguntas que eu faria aqui em nome do povo do meu Estado, que foi acometido também de um acidente, o Césio 137, e hoje a população inteira está inquieta em relação a isso. Mas eu perguntaria, e o senhor já respondeu de forma eficiente, e acredito que o Senador Delcídio do Amaral não se enganou e não foi exagerado nos elogios a V. Sª. É uma pessoa que conseguiu decodificar esse tema complexo de forma didática, respondendo àquelas perguntas: qual a tecnologia utilizada no Brasil, qual o nível de segurança de que nós dispomos para uso dessa tecnologia e qual a importância do uso dessa tecnologia para o nosso sistema elétrico.

Eu só faria uma única pergunta: qual é a vantagem de dominar essa tecnologia além daquilo que o senhor já pode explicar aqui? No mais, agradecer a presença de V. Exªs e dizer que a Comissão de Infraestrutura, todos os Srs. Senadores estão muito inquietos, querem, naturalmente, perguntar. Vou procurar ser sucinta.

Quero cumprimentar aqui os Senadores. E de forma especial o Senador Lindbergh, que tem sido um ativo Senador nesse tema, mesmo porque é um representante do Rio de Janeiro, onde estão Angra I e Angra II. S. Exª foi também autor de uma comissão em que vamos ver *in loco* tudo isso que o senhor está falando para todos nós.

No mais, quero também agradecer aos consultores do Senado da República, tanto da área da infraestrutura como da de ciência e tecnologia, que puderam subsidiar a nossa discussão e estabelecer conosco essa audiência pública.

Eu agradeço a V. S ª assim como ao Professor Laércio.

Peço ao Senador Blairo Maggi que assuma o meu lugar para que eu possa relatar um projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Agradeço a sua participação na Comissão de Infraestutura, nesta audiência conjunta. Passo imediatamente a palavra ao Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB - AM) – Agradeço ao nosso Presidente da nossa Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente Senador Rodrigo Rolleberg. Cumprimento o nosso Senador Blairo Maggi, que substitui a Senadora Lúcia Vânia neste momento, pela Comissão de Infraestrutura, e cumprimento o nosso expositor, Professor Othon Luiz Pinheiro da Silva, fazendo das palavras do nosso colega engenheiro Delcídio do Amaral sobre a competência do nosso colega engenheiro Othon Luiz Pinheiro da Silva...

Eu gostaria de levantar algumas questões.

Acho que, efetivamente, um país que tem o potencial hídrico que o Brasil tem e, concordando que hoje, em função das questões ambientais e as questões de sustentabilidade, principalmente onde há as reservas hídricas nacionais, com diferentes níveis de queda d'água, exatamente na região da Amazônia, onde precisamos, ter sempre em mente, o custo/benefício da área alagada x o volume de produção de energia, para que não se repitam problemas como o que aconteceu no Estado do Amazonas com a hidrelétrica de Balbina. Lá, alagamos uma área enorme de floresta, perdemos biodiversidade extremamente importante para a Nação brasileira e para resposta a questões laboratoriais mundiais extremamente importantes, de que a tecnologia do fio d'água vem viabilizando novas intervenções hídricas na Amazônia, como é o caso, re-

centemente do Estado de Rondônia, do nosso Senador Ivo Cassol, com a criação de Giral e de Santo Antonio, mais recentemente essa discussão importantíssima de Belo Monte, que só foi viabilizada pela mudança de tecnologia. Caso contrário, não passaríamos pelas discussões ambientais pertinentes.

Mas é fato que o Brasil também, como a 7ª economia mundial, não pode estar de costas para a tecnologia nuclear, não apenas pelos fins da geração de energia, mas também pelos fins de que a energia nuclear tem impacto na medicina, tem impacto no agronegócio. E esta tecnologia não se desenvolverá por questões de viabilidade de financiamento de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia e de ciência, se não for também pela via da geração de energia.

No entanto, meu querido professor Othon, discutirmos aqui algumas questões que já estão sendo suscitadas, não apenas no nosso Senado da República, não apenas no Congresso Nacional, não apenas no meio acadêmico, mas também pela imprensa nacional.

E são perguntas que, mais ou menos, se repetem.

Os nossos projetos de usina nuclear de Angra I e II datam da década de 70 e 80. Nós temos, portanto, tecnologia de equipamentos que são já de 30 a 40 anos. Equipamentos como os de Angra III, que ainda não foram instalados, mas foram adquiridos àquela altura. Antes, portanto de acidentes e incidentes que marcaram a tecnologia nuclear do mundo moderno, como é o caso do Three Mile Island, que foi citado pelo nosso engenheiro Othon e também a questão de Chernobyl e, agora, mais precisamente, o que aconteceu no Japão nessa calamidade, nessa tragédia a que todos estamos assistindo acontecer naquele importe e irmão país do nosso Brasil. O Brasil tem uma grande colônia japonesa que faz com que nós brasileiros estejamos muito mais emocional e sentimentalmente envolvidos com essa questão.

É verdade também que a Agência Internacional de Energia Atômica, que tem se pronunciado permanentemente, inclusive sobre esse fenômeno que ocorreu recentemente no Japão e vem acompanhando as ações e as medidas que o Governo japonês vem fazendo, de resfriamento e controle do episódio nas usinas nucleares, tomou novas normas depois do acidente da usina nos Estados Unidos, de Three Miles Island.

Minha primeira pergunta vem nessa direção: sendo Angra I e Angra II e até mesmo Angra III usinas com tecnologias anteriores a essas normas, como a Eletronuclear tem conduzido a adaptação dessas novas normas estabelecidas pela Agência Internacional de Energia Atômica, olhando para a situação de Angra I e de Angra II?

É importante também fazer uma pergunta, porque é indiscutível que houve a assinatura de um termo de ajustamento de conduta entre a Eletronuclear e o Ministério Público Federal, levando em consideração exatamente as circunstâncias em situações de operação de usina de Angra I e Angra II. Eu gostaria que o nosso engenheiro Othon pudesse nos dar uma atualização sobre a quantas anda essa situação do termo de ajustamento de conduta que foi feito pela Eletronuclear junto ao Ministério Público Federal.

É verdade também que o país detentor da tecnologia que nos vendeu Angra I e Angra II, Senador Valter Pinheiro, após os episódio do final da década de 1970 e da década de 1980, durante um determinado período, paralisou os seus reatores atômicos de usina nuclear com tecnologia similar a Angra I e Angra II para que pudesse fazer uma profunda análise e revisão. O Brasil não procedeu da mesma maneira com relação a Angra I e Angra II. Eu gostaria de perguntar ao nosso Professor Othon se esta decisão com relação a Angra I e Angra II alcança o nível de segurança necessária, como tão bem e competentemente explanado na sua exposição.

Para concluir, eu gostaria de fazer duas colocações importantes: eu gostaria de perguntar ao nosso Engenheiro e Professor Othon a questão da produção do combustível nuclear no Brasil. Há informações veiculadas inclusive na imprensa de que, em que pese tenhamos a reserva mineral, estamos sendo obrigados a comprar o combustível, tendo em vista a não produção em território nacional desse volume de combustível tão importante.

Ora, se de um lado, a tecnologia, o *know how*, a ciência é absolutamente necessária para nós, por outro lado, não produzirmos tendo minério me parece ser uma questão extremamente estratégica que gostaria de abordar nesta manhã.

Por fim, perguntar ao nosso Professor Othon como está a formação de engenheiros nucleares em escala suficiente para atender à demanda estratégica nacional para o nosso programa nuclear.

Agradecendo não só a presença do nosso colega Othon aqui presente, quero cumprimentá-lo pela sua competência, pelo seu trabalho, mas cumprimentar também o Senado da República pela iniciativa que me parece absolutamente pertinente do momento de se discutir para a Nação brasileira e com a Nação brasileira a nossa política de energia nuclear.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Apesar da pertinência e da relevância de cada indagação dos presidentes presentes, a gente percebe que só as indagações demoraram meia hora. O nosso convidado, o eminente Comandante Othon, vai ter apenas meia hora para responder.

Eu percebo e gostaria de entrar com requerimento para que pudéssemos fazer uma nova sessão com o Presidente Othon, porque tenho uma série de indagações a fazer, como tenho certeza de que vários Senadores aqui presentes têm também. E ele, com certeza, não terá tempo de responder sequer as indagações já feitas.

Então, eu pergunto se seria possível entrarmos com um requerimento para que o Presidente Othon venha novamente a esta Comissão e continue a dar seus esclarecimentos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lobão Filho, com certeza é possível apresentar o requerimento, mas nós vamos tentar avançar o máximo possível nesse debate e, se entendermos a necessidade de fazermos novas audiências públicas, não teremos dificuldade nenhuma em fazê-lo.

Passo a palavra ao professor Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, V. Exª fez um encaminhamento que inclusive nós todos aprovamos. Nesse encaminhamento, os presidentes das comissões falariam em primeiro lugar.

Normalmente, o que se passa nas comissões é o contrário. Primeiro, são os autores do requerimento, aquelas pessoas que se preocuparam inicialmente com a matéria e apresentaram o requerimento de convocação de uma audiência pública. Isso é o que acontece em todas as comissões. No entanto, nós temos culpa, porque V. Exª foi democrático. Fez um encaminhamento e todos nós aprovamos. Então, de outra vez eu acho que o encaminhamento deveria ser da forma como acontece normalmente, regularmente nas comissões.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se a comissão entender que devemos mudar o procedimento e ouvir rapidamente, objetivamente, em primeiro lugar os autores do requerimento para, em seguida, ouvir o Dr. Othon e parte da Presidência, não há objeção alguma. Então, se todos concordam com o encaminhamento, passo a palavra ao Senador Jorge Viana e em seguida ao Senador Valadares.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, e cumprimento também o Senador Eduardo Braga. Agora está o Senador Blairo, Vice-Presidente da CI, pela iniciativa também de juntar três comissões desta Casa. Isso é uma demonstração de respeito aos convidados, mas especialmente ao povo brasileiro, que hoje se pergunta, faz perguntas sobre o uso da energia nuclear no nosso País, o uso da tecnologia nuclear no nosso País.

O propósito desta audiência pública é esse, Dr. Othon, por quem eu tenho também um carinho, um respeito enorme. E como autor do requerimento que fiz me associando com o Senador Valadares, propus esse convite na Comissão e foi aprovado por unanimidade, por entender que o senhor é a pessoa mais adequada para nos esclarecer sobre o programa brasileiro de aproveitamento de energia nuclear para trás e para o futuro. E acho que a sociedade, por intermédio da TV Senado, está aqui ouvindo.

Nas últimas semanas, o mundo viveu e vive ainda uma apreensão enorme. Os veículos de comunicação ocuparam as suas capas todas, os seus editoriais todos com esse tema, fazendo perguntas, tentando esclarecer a opinião pública.

Acho que a sua vinda aqui, com o Dr. Laércio, ajuda-nos a cumprir esse papel de nos informarmos e ao mesmo tempo criarmos um ambiente de esclarecimento sobre um tema que está sendo discutido no mundo inteiro.

Particularmente, queria entrar direto, avançando um pouco, porque acho que os presidentes já abordaram temas fundamentais que o senhor, certamente, irá responder. Mas no fundo, no fundo estamos discutindo, no caso do Brasil, também energia. O Brasil nesse momento retomou a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. Tem duas em andamento. Lamentavelmente tivemos um acidente em que felizmente não ocorreu mortes lá em Rondônia. O Senador Ivo estava relatando comigo e me preocupa muito. Acho que o Governo tem que esclarecer isso ou ajudar a esclarecer, porque é pouco provável que tenha sido mero desentendimento entre operários que gera quase uma tragédia daquela, mas uma tragédia econômica.

O Brasil faz opção por ampliar geração por hidroeletricidade e amplia os cuidados com o meio ambiente, que eu concordo. Isso implica dar menor eficiência para essa geração e aumentar o seu custo. Agora estamos discutindo Belo Monte. Daí concordo com V. Sª, que nos traz a preocupação de termos um sistema compensatório: quando você tem baixa geração na hidroe-

letricidade, tem que compensar, porque são sazonais. E, indo direto ao tema, penso que de tudo que temos lido e até da sua explanação muito competente, tem algumas possibilidades. E o senhor fala sempre de segurança com humildade. Essa é uma lição que fica aqui, nesta Casa. Temos que ter humildade, porque ninguém pode garantir segurança absoluta.

Então, o que pode criar problema para a sociedade e até para essa geração tem origem externa, no caso do Japão, explicitada no terremoto, no tsunami, e que mesmo um país que é referencia de segurança não tinha tanta segurança assim e não soube lidar com o problema. Felizmente as mortes vinculadas diretamente ao problema da usina foram menores do que as outras em decorrência do tsunami, terremoto, como bem V. S. expôs. Então, vou direto aos temas que podem estar vinculados a questões internas: a ação humana, a operação dessas usinas.

O Brasil viveu um problema, um acidente nuclear grave com o Césio 137. E ele estava vinculado à ação humana: como lidar ou como não lidar, ou como trabalhar com uma questão tão importante com pouca informação. O lixo de uso da tecnologia nuclear gerou mortes e um trauma no Brasil com o Césio, em Goiânia. Daí me preocupa muito o sistema de defesa civil do nosso País, a ação humana pode ser falha, a operação de equipamentos pode ter falhas e, mais ainda, o plano de contingência, o plano de fazer valer uma reação a uma eventual falha humana ou de operação, como fica isso? Particularmente acho que o sistema de defesa civil no nosso país é de baixa responsabilidade. Não que esteja nas mãos de pessoas irresponsáveis, ao contrário. Acho que o nosso País não trata de maneira adequada a defesa civil. E eu vi na sua explanação que a responsabilidade por eventual acidente passa da direção da Eletronuclear para defesa civil do nosso País. Estou falando de baixa responsabilidade porque o orçamento é pequeno, o pessoal treinado é pequeno, a estrutura é precária, e a gente está contando os mortos mês a mês, só muda de região, só muda de endereço o número de mortos. Daí apresentei e foi aprovada no plenário do Senado a criação de uma comissão temporária para revisar a defesa civil no nosso País, para que a gente possa construir uma nova engenharia de defesa civil, orçamentária, com gente treinada, criando, inclusive, como defendo, uma força nacional de defesa civil que possa estar preparada para situações que a gente vive constantemente no nosso País.

Dentro desse aspecto, concluiria perguntando ao senhor a parte que eu acho que ficou pouco explicitada na sua apresentação tão brilhante: como nós vamos fazer com a vida útil desses reatores? Findando agora? O mundo está ampliando a vida útil de seus reatores. No Japão me parece que aconteceu exatamente isso, em Fukushima. A vida útil dos reatores venceu e foi prorrogada. Os Estados Unidos estão fazendo isso. O Brasil, salvo melhor juízo, está chegando a um momento de fim de vida útil de nossos reatores. Como vai se dar? Nós vamos prorrogar a vida útil deles? Vamos substituir por outros? Gostaria que V. S. explicasse para nós, esclarecesse para nós. E, mais ainda, no caso de uma substituição isso é lixo atômico? Vai para onde? Aí eu entro na parte que o Brasil já experimentou e perdeu muitas vidas. E talvez o Dr. Laércio pudesse registrar na sua explanação, talvez seja mais adequado, como é que nós trabalhamos com o que se chama de lixo atômico, seja do ponto de vista dos resíduos de combustível, seja do ponto de vista de equipamentos que são usados na geração de energia.

Eu penso e me associo àqueles que não estão fazendo alarde para lidar com esse tema. Acho que é um tema importante, estratégico para o País, e concluo, dizendo que o nosso País tem hoje um grande objetivo, que é consenso de todos nós de fazer com que este País consolide o seu crescimento e cresça 5% ao ano. Crescer 5% ao ano, do ponto de vista econômico, implica ter um aumento da geração de energia de perto de 9% ao ano, para atender um crescimento de 5% que nós esperamos seja sustentável.

Como podemos abrir mão de pelo menos analisar com responsabilidade o uso da energia nuclear? Acho que seria uma irresponsabilidade abrirmos mão de pronto. Mas fazer uma revisão nos procedimentos de segurança, conhecer mais profundamente os planos, eu acho que é importante para a população e para o Senado. E queria parabenizar V. Sª e dizer que o senhor é almirante, engenheiro, como gosta de ser chamado, um dos mais brilhantes cientistas do nosso País, e eu já me sinto contemplado com boa parte da sua explanação. Gostaria só que o senhor se referisse à parte operacional, à parte humana e especialmente à parte dos resíduos na operação de energia nuclear.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Justificando a ausência do nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que foi à CAS para votar, e dando curso aos autores aqui inscritos, eu passo a palavra ao Senador Valadares para sua participação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, logo que ocorreu a tragédia no Japão e o acidente de vazamento na Usina de Tukushima no Japão, a Comissão do Meio Ambiente aprovou um requerimento da minha autoria, que foi adicionado à assinatura do eminente Senador Jorge Viana e apoiado por toda a Comissão. Logo em seguida, duas

outras comissões, a Comissão de Infraestrutura e a de Ciência e Tecnologia, aprovaram requerimentos na mesma direção, sendo que, na Comissão de Ciência e Tecnologia, a iniciativa foi do Senador Lindbergh, do Rio de Janeiro, que achou que deveríamos ouvir não só o Presidente da Eletronuclear, um homem competente, que o Brasil inteiro conhece, conhece e admira, como também outros cientistas ou autoridades versadas no assunto, na matéria. E nós aprovamos e parabenizamos o Senador Lindbergh por essa iniciativa.

Srs. Presidentes, supondo, se possível, cobrir ao máximo os riscos da produção de energia elétrica através da energia nuclear, os custos de uma usina não subiriam ao ponto de tornar inviável economicamente a energia produzida? Em 1971, segundo o Dr. Luiz Pinguelli, um quilowatt de energia nuclear era de mil dólares; nos anos 90, subiu para 5 mil dólares.

Há também uma questão ética: é admissível o uso de uma tecnologia sobre a qual nós não temos ainda controle absoluto, conforme foi evidenciado nos três acidentes mais graves, nos Estados Unidos, na União Soviética e agora no Japão? Ou em termos mais pragmáticos: a construção de novas usinas compensa, em face do risco de acidentes, por menores que sejam esses riscos?

Eu gostaria de saber também: como é o plano de emergência das usinas de Angra? Como é desenvolvido o alerta à população? Que área e quantas pessoas o sistema de alerta abrange? Com que frequência são feitos os exercícios simulados com a população? Há exercício de estimulação ou procedimentos a serem adotados com as populações das metrópoles, Rio de Janeiro, São Paulo? Quais providências estão sendo tomadas no caso de um acidente? Temos instrumentos e equipamentos para monitorar os níveis de radiação nas imediações das usinas, mas também em locais mais distantes?

Sabemos que, por exemplo, na União Soviética, a distância da radiação chegou a 500 km e nesse acidente do Japão a cidade de Tóquio já recebeu as consequências da radiação. Já tivemos imprevistos relacionados à segurança de nossas usinas. Veja, matéria da *Agência Senado* lembrou que, na noite de 22 de abril de 2008, um terremoto de 5.2 graus na escala Richter teve seu epicentro no Oceano Atlântico, a 315 km dali e a 215 km da cidade de São Vicente, no litoral paulista. O terremoto no Japão foi de 8.9, com epicentro a 125 km da costa.

Bom, a Eletronuclear explicou que as usinas foram construídas numa região com probabilidade baixa de ocorrência de eventos sísmicos. Além disso, teriam sido projetadas para resistir a terremotos e seus sistemas de segurança desligariam as usinas após qualquer abalo. Então a pergunta é se já tivemos imprevistos relacionados à segurança nas usinas e falar a respeito dessa notícia da *Agência Senado*.

Qual o impacto econômico que poderá ocorrer eventualmente com o desligamento de usinas nucleares em face de possíveis acidentes? A energia nuclear é indispensável na matriz energética brasileira? Que critérios levaram o País a optar pela energia nuclear? O acidente no Japão, se não muda o critério adotado, não acrescentaria um novo elemento a ser considerado com relação à manutenção das usinas existentes e à expansão do programa nuclear? Afinal o Brasil deve ou não rever a sua política nuclear? O país possui outras opções de fontes disponíveis para serem exploradas, como pequenas hidrelétricas, energia eólica, solar e de biomassa. Por que não optar por investimentos mais fortes nessas fontes, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias que as tornem economicamente mais viáveis?

Precisamos de uma agência reguladora na área de energia nuclear. Na opinião do físico Rogério Gomes, Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, acumula papéis contraditórios que limitam a fiscalização do uso de tecnologia nuclear, além de não ter efetiva autonomia administrativa para controlar as atividades que façam uso de material radioativo.

Srs. Presidentes, eu achei de bom alvitre que, num momento como este, quando surgem dúvidas sobre a aplicação da energia nuclear para a obtenção da energia elétrica, que façamos este debate, um debate em que, na verdade, nós não queremos criar nenhum temor, nenhuma paranoia contra a construção de usinas nucleares, que têm suas vantagens. As desvantagens que têm são públicas e notórias, como, por exemplo, colocar o lixo atômico acumulado, as consequências da guarda desse lixo no futuro, como também possíveis vazamentos, como ocorreram em outras nações até mais adiantadas do ponto de vista tecnológico do que o Brasil.

Estimo que nenhum acidente venha a acontecer em nosso País, mas, se isso vier a ocorrer, teremos que estar preparados para essa eventualidade. Por isso estamos fazendo este debate. Novas usinas estão sendo projetadas, inclusive no Nordeste do nosso País. O Senador do PCdoB Inácio Arruda há pouco disse: "Valadares, se vocês não quiserem uma usina nuclear em Sergipe, o Ceará faz questão de ter".

Então, vocês experimentem primeiro, Senador, depois a gente experimenta em Sergipe.

Agradeço a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Serei bem rápido.

Tendo em vista a necessidade que o Dr. Othon tem de tempo e dos colegas Senadores, tivemos uma conversa com a assessoria dele e, com a sua autorização, os nossos colegas Deputados cederam a presença do Dr. Othon aqui até as 11h30min. Isso facilita um pouco o nosso trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Temos mais dois autores de requerimentos inscritos: o Senador Walter Pinheiro e o Senador Lindbergh. Vou pedir para serem objetivos.

Em seguida, vou passar a palavra ao Professor Othon.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Seria eu, mas tudo bem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Deixe-o falar. V. Exª pode falar, Senador Lindberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Com a palavra o Senador Lindberg.

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Vou seguir a orientação de V. Exª e serei simples, direto e objetivo.

Primeiro, eu gostaria de saber do presidente se é verdadeira essa informação do *Correio Braziliense* de hoje de que Angra II opera sem licença definitiva. Quanto a isso, há uma discussão em todo o mundo, a partir de Fukushima, sobre segurança.

Todos estão discutindo os seus projetos nucleares. Aqui não estamos querendo ser alarmistas, mas esse debate começa por isso aqui. A usina funciona desde 2002, segundo o jornal, com autorização inicial, sem autorização de operação permanente.

Eu pergunto: por que não foi dada autorização de operação permanente. Creio que deve haver algum motivo. Não pode ser sem motivo.

Por mim, esse seria o ponto no qual eu concentraria esforços. Mas serei bem direto em mais dois pontos: em relação aos rejeitos radioativos. É verdade que esses rejeitos, no caso do Brasil, de Angra I e II estão sendo armazenados em galpões no local da usina?

Por que até agora não foi encontrada uma destinação final? Eu sei, e aqui as informações que eu tenho são de que a Presidenta Dilma Rousseff, em 2008, presidiu um grupo interministerial sobre o programa nuclear. E nesse grupo foram estabelecidas metas para a construção de um depósito definitivo de rejeitos radioativos.

Eu não sou nenhum técnico, mas o que me informaram é que é preciso... E até agora, o que foi feito de concreto? No caso do Césio 137, foi construído em Abadiânia de Goiás.

Eu pergunto aqui dos riscos do armazenamento desses rejeitos radioativos em galpões da usina e do que está sendo feito para uma solução definitiva.

Por fim, Presidente Othon, a minha preocupação é muito parecida com a preocupação do Senador Jorge Viana. Tanto é que nós montamos, e foi aprovado ontem nesta Casa, uma Comissão Externa para ir lá em Angra. E quero até conversar com o senhor para vermos a data. Poderia ser na próxima quinta-feira ou sexta-feira, para levarmos um grupo de Senadores lá.

Na verdade, quando falamos em nosso sistema de prevenção a catástrofe, nosso sistema de defesa civil não está agüentando chuva forte. Vamos falar sério! Não está agüentando chuva forte.

É claro que isso cria uma situação de insegurança. Queremos saber desse plano de contingência para valer.

Eu liguei para vereadores, para muita gente lá de Angra... Eu li também as informações sobre os treinamentos com a população. Diz-se que é um treinamento anual, mas com a participação da população de dois em dois anos.

É uma participação voluntária. Nenhuma pessoa para quem eu liguei havia participado... Aí há uma discussão sobre o raio. Um raio de 3 quilômetros. O Greenpeace acha que deveriam ser 90. A cidade de Angra está a 20 quilômetros da usina.

Eu coloco outra preocupação: a Rio-Santos. Essa BR 101, pessoal. Choveu no Rio, a Rio-Santos fica interditada.

Num caso desse o se que faz? Desliga a usina ou não? E aí?! Então, deixe eu lhe falar que é preciso desarmar o espírito. Eu não sou contra o programa nuclear brasileiro, muito pelo contrári,o tenho simpatias, mas acho que é o momento de reavaliar.

Lá no Japão, o que vão fazer as pessoas? Deixar de morar em casas? Graças a Deus ninguém pode deixar de morar em casas, mas no Brasil a dependência de energia nuclear é menos de 3%. Se avaliarmos que traz riscos à segurança, é o caso, sim, de se repensar, diferente do Japão e da França, que têm mais de 70%. Mas eu acho que esse não é o debate. O debate é abrir e admitir que o centro da discussão é segurança.

O Senador Jorge Viana foi autor do requerimento e vai ter uma comissão temporária nesta Casa, porque a própria Presidenta da República, quando entregou a mensagem a este Congresso, disse: "O nosso sistema,

o nosso marco regulatório da defesa civil é muito frágil. Nós temos que construir." E chamou o Parlamento para construir coletivamente.

Então, são essas, sinteticamente, as minhas preocupações. Eu acho que aqui é um início de um debate. Quero parabenizar as comissões, porque eu acho que o Senado está fazendo o seu papel, está discutindo problemas reais, um debate real da sociedade. Nós não estamos presos somente aos debates da situação e da oposição. Acho que esse é o primeiro passo.

Queremos conversar com o senhor para ver o melhor momento da visita. Creio que terá que ser na próxima semana, talvez seja na segunda ou na sexta-feira. Mas queremos muito ir lá, ver *in loco*, conversar com as pessoas, ir à usina, mas também conversar com a sociedade, com vereadores, com prefeitos, com associação de moradores, porque a gente tem que apresentar, na verdade, um plano que traga mais segurança em relação a esse programa nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro. Em seguida passarei a palavra ao Professor Othon.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Meus caros Presidentes de Comissões, os dois representantes, tanto o Dr. Othon quanto do Dr. Laércio Vinhas, da Cnem, satisfação muito grande. Mas quero ir direto para o assunto, como o Lindbergh, até para pouparmos tempo e ouvir o Dr. Othon nessa fase.

Quero começar, Dr. Othon, dizendo que não podemos satanizar nem tampouco viver de eventos aqui, ali ou acolá. É óbvio que o evento do Japão disparou um processo no mundo inteiro, tanto que estamos fazendo aqui hoje. A semana passada tive oportunidade de conversar com diversos parlamentares do parlamento europeu, Jorge, e eles estão em uma investida brutal não só para fazer o debate, como rediscutir os caminhos e os passos. E olhe que nós estamos falando – e aí em uma situação que levantava Lindbergh aqui – de países onde há um nível razoável de informação, de plano de contingência, de centro de defesa.

Eu, por exemplo, estou apresentando, e não é de agora, no dia 21 de fevereiro, portanto antes do acidente do Japão, o retorno de uma participação minha num congresso mundial. Eu já havia feito esse debate aqui no ano passado, no Congresso Nacional como Deputado, fiz agora, no dia 21, de novo. Pedi audiência à Ministra do Planejamento e depois aos Ministros da área, tanto Paulo Bernardo quando Aloizio Mercante, fruto de uma intervenção que fiz logo após a catástrofe na região serrana, em que fazia a seguinte ponderação: a chuva de Santa Catarina, um arraso enorme, nós não tivemos nenhuma participação preventiva, uma mobilização nacional, depois o esquecimento com o que aconteceu na região serrana. A região serrana foi embora, agora nós começamos a discutir o que está acontecendo no Paraná, sacudidos pela questão do Japão, e eu saí com a proposta de duas frentes: primeiro os recursos para trabalharmos com essas áreas de risco e, segundo, a constituição de um programa nacional de centro de monitoração e emergências.

Nós não temos nenhum centro de monitoração e emergência instalado no País enquanto centro único. Essa é uma pratica em diversos países do mundo. Portanto essa questão desse programa é fundamental. Na Bahia, por exemplo, nós já demos os primeiros passos. O Rio de Janeiro montou um centro de monitoração na capital, numa experiência, mas é fundamental que se adote isso, até porque tecnologia para isso, mesmo sendo cara, está ultradisponível hoje em qualquer em qualquer estágio. Portanto, esse é o primeiro ponto que eu quero chamar a atenção de V. Exªs: como é que vamos enfrentar essa satanização em relação à energia nuclear? A partir de que informações a Eletronuclear e o programa brasileiro tem essas informações? De que forma elas serão disponibilizadas para a população?

O segundo aspecto para o qual quero chamar a atenção está relacionado ao quadro de risco. O Senador Eduardo Braga até tocou nesse aspecto. Nós temos agora novas normas do mundo. O nosso quadro de risco foi feito exatamente com base em equipamentos e normas que se relacionavam a partir de situações anteriores, não só do ponto de vista de troca de tecnologias, mas agora, particularmente, a partir de efeitos efetivos. Aliás, depois do acidente nos Estados Unidos, agora agregado a esse impacto do acidente no Japão.

Há em curso, mundialmente - no nosso caso, como nós nos encaixamos nisso? -, alguma discussão para a revisão dessas normas? Porque, então, Jorge, quando você fala do lixo, a aplicação da norma requererá, efetivamente, a troca de padrões tecnológicos, consequentemente de equipamentos e as instalações, Lindbergh. Portanto, se há licenças tanto para o depósito quanto para a remodelagem – hoje elas não existem –, nós precisamos inclusive aproveitar esse momento e adotar medidas para que essas novas normas possam não ser somente adaptações das estruturas existentes. Essa é uma coisas que eu gostaria de saber: como nós vamos cumprir isso? Só adaptando ou fazendo normas? A adaptação, me parece que para uma área dessa não é coisa muito apropriada.

Como o senhor afirmou peremptoriamente sobre a questão de projetos, a relação entre bons físicos e péssimos engenheiros, acredito que os engenheiros

nossos hoje estão em uma linha mais avançada para não cometer esse tipo de equívoco, portanto jamais aceitarão um processo de adaptação, o que nos levará efetivamente para modificações profundas nas nossas estruturas.

Por último, quero tocar rapidamente nessa questão do domínio da tecnologia. Como isso é algo que virou o centro do debate, creio que é fundamental que tratemos da questão do domínio dessa tecnologia para ir até o extremo., inclusive a questão a que me refiro, do manuseio.

Não sei se o senhor acompanhou mais recentemente o apagão envolvendo o Nordeste. A justificativa é que um defeito em uma placa provocou a interrupção dos serviços de uma hidrelétrica, uma usina. Inclusive cheguei até a reagir publicamente contra isso. E depois foi nos dito que esse defeito foi propagado e mais três, quatro usinas foram ao chão, numa linguagem mais direta, ou seja, foram para a escuridão.

Ao invés de transferirmos os usuários, os consumidores daquela usina para as outras usinas, foi transferido o defeito daquela usina para outras usinas. E a justificativa é que foi um defeito em uma placa. Eu nunca vi um defeito de placa automaticamente sair em efeito dominó, jogando problema para outras usinas. Então, essa questão do manuseio, a própria questão que envolve a capacitação e esse processo de informação não só para os que operam, mas para os que estão em volta, de que forma isso tem sido compartilhado? Portanto vai nessa linha essa coisa do domínio, e a situação efetiva, por último, no que diz respeito a essa capacidade nossa de plano de contingência.

Lindbergh está falando que não teve informação de ninguém que foi treinado, mas, por exemplo, se imaginarmos Deputados e Senadores do Congresso Nacional sobejamente bem informados, nunca recebemos o que seria de forma bem mais elaborada para uma forma de interação com a sociedade amiúde desses planos de contingência, principalmente levando em consideração esse nosso baixo – como diz meu amigo Jorge Viana de forma muito enfática –, essa baixa capacidade nossa de lidar com os riscos.

Eu não conheço, em nenhum lugar do Brasil, em nenhuma circunstância – portanto não é uma prerrogativa da área nuclear –, nada em que a gente trabalhe de forma tão intensa que isso não passe a fazer parte principalmente da população que está em volta e entre na vida das pessoas.

Eu sei que as pessoas resistem. Eu dei um exemplo aqui, Dr. Othon, na semana passada, de uma área onde a Petrobras opera os tubos. Um pouco parecido com aquilo que o senhor falou ali. A tubulação que ficava fora. O Temadre é o terminal lá de uma cidade, a Madre de Deus, uma cidade pequenininha que deve ter 25 quilômetros quadrados. A população vive e tem o seu lazer, tudo em torno da Transpetro, do terminal marítimo da Petrobras. Se não me engano, inclusive a matéria foi feita, à época, pelo *Correio Braziliense*. Por provocação minha, o mesmo *Correio Braziliense* foi à Bahia fazer essa matéria.

A meninada praticava o futebol embaixo de um conjunto de tubos que parecem até que bem projetadinhos, formavam uma bela quadra, sem a cobertura de telhados, mas com uma cobertura de tubos. Portanto a população estava convivendo com aquilo normalmente, sem nenhum problema.

Logo que perguntaram a qualquer menino daquele: "E aí, se um tubo desse aqui estoura e tal, faz o quê?" A meninada disse: "Olha, daqui a gente, uuuhhh, corre para a água ali, olha, e 'vamo simbora". Então, esse tipo de relação é que a gente gostaria, até para poder trabalhar as outras alternativas. Até para enfrentar.

Eu concordo com o senhor. Acho que tanto do ponto de vista de custo quanto da relação que envolve hoje a nossa matriz hídrica e a própria questão mesmo de ainda baixa escala na eólica, a energia nuclear é uma alternativa. Mas seria importante que pudéssemos por o pé no freio para entender esse grande capacitor que é diferente, que é a água que eu tenho que armazenar, porque o meu captor é o lago. Na usina nuclear esse meu capacitor para armazenamento funciona. Só que tem um detalhe: lá eu acabo com a fauna, com a flora, eu tenho que formar lago, eu tenho que submergir cidades. Do lado de cá, de imediato também ponho em risco as vidas.

A gente poderia dizer, em rápidas palavras, para encerrar, que na energia nuclear eu até sei dos riscos mapeados, mas não sei hoje como proceder quando, inclusive, esses riscos se apresentarem. Essa é a grande dúvida nossa. E aí, o que fazer? Como fazer? Em que tempo fazer, para que a gente não fique contando as histórias como a história do Japão? Ah, mas isso... o abalo, a onda, a coisa do gênero ou aconteceu por essa ou aquela e tal?

De que forma a gente pode, enquanto Poder público, tratar disso antecipadamente? E aí, tendo, a partir desses dados, a possibilidade de decidir, é possível continuar? É possível aprofundar o programa nuclear brasileiro? Ou é necessário puxar o freio de mão nesse atual estágio?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Agora, passo a palavra ao Diretor-Presidente da Eletronuclear, Professor Othon, agradecendo já de pronto ao professor por ficar com a gente até às 11:30.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Obrigado. Vou começar pela licença, que foi objeto de dois Senadores.

A empresa teve a licença inicial e tem "n" renovações da licença inicial. A cada ano nós renovamos. A empresa cumpriu todos os requisitos para ter a licença definitiva. Quero deixar claro que boa parte desses requisitos não tem nada a ver com a operação da usina nem com a usina. É por exemplo um viaduto lá, são compensações que foram previstas num termo de ajuste inicial. Quer dizer, as dívidas não são nucleares; são dívidas diversas, pequenas dívidas como um viaduto, uma ponte aqui, várias pequenas contribuições para a região local.

Todas foram cumpridas e estão em julgamento na 4ª Câmara do Ministério Público. Ou seja, não depende. A pergunta: "Por que não saiu ainda?" Acho que o senhor tem que dirigir ao Ministério Público, porque enquanto ele não liberar a Comissão Nacional não pode liberar a licença.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Eu poderia esclarecer esse ponto?

A licença de construção e a licença de operação são emitidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Se eu tiver oportunidade depois, farei uma apresentação de como ocorre esse processo. Com relação a Angra II, a Comissão também participou desse termo de ajuste de conduta e todos os requisitos para a licença permanente, autorização de operação permanente foram cumpridos.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear está impedida de conceder autorização de operação permanente justamente por uma ação na Justiça. Todas as exigências, todas as condicionantes que foram colocadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear foram cumpridas pela Eletronuclear. E nós já informamos isso há alguns anos ao Ministério Público, dizendo que quanto a nós não havia problema nenhum. E tenho informações de que o Ibama, que era um outro participante, também já fez essa informação. Então tanto o Ibama quanto a Comissão estão aguardando uma liberação por parte do Ministério Público para emissão da licença.

Muito obrigado. Desculpe-me a interrupção.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Ou seja, no que diz respeito à segurança, que é o aspecto principal, não existe nenhum item pendente nem com relação às dívidas periféricas. É um problema, digamos, administrativo, mas não é preocupante. Esse bombardeio de mídia sobre o aspecto no Japão, tem uma frase, todo jornalista presente sabe: se o dono morde o cachorro, não aparece no jornal, o cachorro morde o dono; se o dono morde aparece. A gente observa, no caso do Japão, que morreu muito mais gente nas outras plantas químicas do que na parte nuclear, mas a energia nuclear é um fato inédito. A humanidade foi despertada para esse fato inédito por dois holocaustos, de modo que ela impacta mais na mídia e é natural que assim seja. E a solução para a gente resolver isso que os senhores estão vendo agora é o debate, a quantidade de perguntas formidáveis que eu gostarei muito de ter oportunidade de vir. Hoje vou responder ao que for possível, mas só o debate, a transparência. Eu estava uma semana na França, mas cortei um dia de minhas férias para entrar em contato para saber como eles vão trabalhar com a opinião pública. A primeira coisa é transparência. Então é isso que os senhores estão dando hoje. É fundamental a transparência, absoluta transparência.

No que respeita às opções tecnológicas para o futuro, que tanto preocupa, a opção tecnológica nossa é para as centrais da geração moderna que independem de energia externa para refrigeração. Agora essa preocupação já permeia o quadro técnico – particularmente, de minha iniciativa, esse estudo da PCH, para ter uma fonte alternativa. Ou seja, algum tempo antes do tsunami – eu disse à data em que terminou o estudo – já estávamos preparados para isso, quer dizer, dentro daquele espírito de nunca estar satisfeito com segurança.

Eu vejo com muito bom esse centro nacional. É uma ideia formidável, e eu torço para que essa semente seja plantada. Realmente, a minha terra, eu sou de Sumidouro, em Friburgo, foi atingida por aquele impacto, a gente sentiu na carne, bastante na carne, aquilo lá, de modo que a gente precisa realmente de... Agora, no que diz respeito à parte nuclear, a empresa tem responsabilidade sobre a parte interna da planta. Na parte externa entram o Município e o Estado. O contato nosso com o Município e o Estado é muito grande. Eu projetei aquele sistema de recenseamento informatizado que tem tudo em volta, num detalhe que nenhum outro local do País vai ter. Quem está fazendo isso é Universidade Federal do Rio de Janeiro, o COPPE, o Professor Moacir. É um dos avanços que têm neste País com relação a essa administração. Como a gente vai manusear, por exemplo, um programa em que a gente estimula um camarada... Como cada funcionário chega à rota de acesso, à rota de escape? Isso nenhum outro local do País tem. Nós encomendamos isso à Universidade, ao COPPE, e está sendo feito. Quer dizer, está solucionado? Não. Mas a empresa se preocupa e há muito tempo com isso. Nenhum local do País tem esse plano de fuga sendo cogitado com tanto aporte e tecnologia, e tecnologia nacional, pegando informações de fora. Então existe, eu coloquei

aqueles pontos de desembarque, ou seja, toda uma estrutura que está sendo desenvolvida.

Existe preocupação com segurança, existe preocupação com o plano de emergência e essa preocupação tem que ser constante, nunca pode terminar. Você tem que concluir etapas, mas está sempre questionando. Na ida lá, a gente terá muito prazer e vamos pessoalmente verificar.

Com relação a rejeitos, existem três rejeitos: o rejeito de baixa, do mesmo nível de atividade de rejeitos hospitalares.

Esses são os galpões que a empresa tem para rejeitos de baixa e rejeitos de média, sendo que os rejeitos são armazenamento temporário de longo prazo, ou seja, são feitos com toda a segurança. Quando o senhor for lá, vou levar o senhor, tranquilo, com medidor. Chegamos a um metro de distância, o senhor vai ver que não tem.

Para dar um exemplo para o senhor, Senador, eu nado na descarga de água da usina com meus dois netos paulistas. O senhor acredita que eu gosto deles, nado junto com eles e não nado na Baía de Guanabara nem no Tietê. Então, ou seja, nós temos até alguns indicadores de que a gente com o meio ambiente, por exemplo, fazenda de coqueiro, vieira. A vieira é um dedo duro, ela indica. Se tiver um metal pesado na água, ela indica. Nós construímos uma fazenda e estamos construindo várias, porque nós queremos repopular a baía de Ilha Grande, isso a menos de um quilômetro da empresa e por quê? E quem analisa não somos nós. Nós analisamos também, mas são os laboratórios das universidades locais, ou seja, nós criamos dedo duro e comemos a vieira. Aliás, sempre que posso eu como. Ou seja, existe essa preocupação com o meio ambiente, existe a preocupação com segurança. Está cem por cento? Não, nunca estará cem por cento. No dia em que a gente achar que está cem por cento, é início do fim. Então, essa é a atitude da empresa para isso.

Então, voltando ao rejeito. Existem esses galpões que não constituem risco, estão dentro das normas internacionais e existe hoje, concertado com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a política de rejeito. No que diz respeito a política de rejeito para a alta, ou seja, o combustível queimado – e essa é a que mais preocupa porque dura – a nossa política aqui, no Brasil, é armazenamento, depósitos intermediários de longo prazo. Como longo prazo, nós fixamos quinhentos ano. Por que quinhentos anos? Porque o brasileiro entende quinhentos anos, é o tempo de formação do nosso País. Então, nós vamos pegar o combustível que já perdeu o calor que está dentro das piscinas, em cápsulas especiais de inox. Essa etapa nenhum outro país faz: encapsular cada combustível, transportar. A gente acha que dessa forma a gente eleva, no mínimo, uma ordem de magnitude o grau de segurança no transporte e vamos selecionar não selecionar. Nós, primeiro, vamos fazer uma instalação de demonstração porque o volume de combustível que produz por ano ou de rejeito de alta densidade é cerca de 28 metros cúbicos por ano por central tipo Angra II, ou seja, é um volume pequeno por ano. Então, nós vamos fazer uma demonstração de armazenamento. A gente pega uma célula de concreto com guarita. A idéia é esse armazenamento é estático e encapsulado. Quando o apresentei no departamento de energia, nos Estados Unidos, todos acharam que foi uma forma inovadora e pragmática de armazenar os rejeitos. Por que nós podemos pensar no armazenamento por quinhentos anos? Porque o volume é pequeno, e a idéia nossa não é impor um local. Depois de demonstrar que é seguro, se eu puder falar três horas com as costas encostadas na parede desse concreto onde do outro lado tem o combustível e medindo que não estou pegando radiação, todo mundo vai acreditar. Então, vai haver um voluntariado, ou seja, aquele Município que se voluntariar receberá uma *royalty* pelo armazenamento, mas se não provarmos que é seguro com grande transparência para a população e para a comunidade cientifica, ninguém vai querer ser esse Município. Então, esperamos que, de uma maneira voluntária, se apresente depois que demonstrarmos isso. Está em processo o projeto e, no ano que vem, é o início da construção desse pequeno piloto de demonstração onde fica o rejeito, isso sob supervisão da Comissão Nacional de Energia Nuclear e com a aprovação deles. Agora, essa política foi considerada, mesmo no exterior, uma política muito pragmática de armazenar. Por que 500 anos? Porque se pode, depois, recapsular em mais 500, mas esperamos que, nestes 500 anos, o processo, as técnicas tenham evoluído, e resolvamos. Não temos necessidade de, como a França, como o Japão, a curto prazo, pensar em reprocessamento, ou seja, reciclagem, mas não queremos descartar esta possibilidade de reciclagem. Então, essa nossa política é parecida com a da Finlândia, com a da Suécia. A diferença é que, lá, não contemplam a reciclagem, e achamos um absurdo não contemplar a possível reciclagem.

Por isso o nosso tipo de depósito é diferente mas com um grau de segurança extremamente elevado, dentro de uma caverna. Ou seja, a política de rejeito neste País está definida.

A França faz essa reciclagem. Eu estive no ano passado. Só que, economicamente, para nós não é o caso agora, porque nós temos pouca central e muito urânio. Este é um detalhe muito importante: este País

tem muito urânio. A matriz energética no País, temos que entrar todas as fontes primárias, e cada uma tem sua participação, mas, como para o planejador é fácil falar e difícil fazer, é o seguinte: todas as fontes têm que entrar; com prevalência aquelas que estão em território nacional, inclusive para ficar livre das flutuações no mercado internacional; depois vem a prioridade para as renováveis, que são eólica e hidráulica. Agora, a nuclear tem claramente... O que eu ouvi falar em cifras para a nuclear? Ela é prima da hidroeletricidade. O custo de investimento é alto, mas o custo de operação é baixo. Nós vendemos a nossa energia a 138,20 e poucos reais por megawatt hora. Quando entra a térmica convencional, vai a 270. Nos temos que ter térmicas convencionais também porque não tem forma de energia...

A composição da matriz tem que ser, primeiro, fornecer energia – a energia é cara e o que mais maltrata a sociedade é não ter energia –, segundo, o menor impacto ambiental e, terceiro, com menor preço possível. E energia nuclear vai trabalhar na direção da modicidade tarifária, ou seja, ela é uma contribuição térmica a um preço por megawatt menor que as outras fontes alternativas. E o País, por sorte, as reservas prováveis do Brasil vão ser a primeira ou segunda reserva do mundo uma vez prospectada. Nós precisamos aumentar o grau de entendimento das nossas reservas no País. Atualmente, o que temos de conhecido e medido está a leste de Tordesilhas. É a única atividade no País que respeita até hoje o Tratado de Tordesilhas. Então, conhecemos pouco a parte ex-espanhola do nosso território. Ou seja, nós temos um manancial enorme, a mesma formação geológica da Austrália. Estaremos ou primeira ou segunda reserva do mundo. Então, certamente, nós não podemos nos dar o luxo de não contar com esse energético e não podemos ter a insanidade de não ter segurança na utilização desse energético. Agora, as opções...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB - SP) – E a vida útil dos reatores?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – A vida útil dos reatores. Eu gosto muito do sistema europeu, que, a cada dez anos, analisa e renova a licença por dez anos. Eu acho uma política um pouco mais firme que a política americana, que dá, digamos, licença para vinte anos. Ou seja: os reatores iniciais, como qualquer equipamento industrial, tinham uma vista prevista de trinta anos. Nas décadas de 60 e 70, a grande desconfiança que se tinha era se o vaso do reator não era fragilizado pela radiação. Naquela época, nós não tínhamos o conhecimento, a ciência de materiais que temos hoje. Então, o que decidiram fazer? Colocar blocos de testemunha antes da parede do reator. Tiram-se os blocos e, das análises consecutivas, viram que, no reator resfriado a água, não existe nenhum dano do vaso. Ou seja, não existe, sob o ponto de vista mecânico, nenhum impeditivo de até 60 anos de vida... Lá nos Estados Unidos já se fala em licenciamento para oitenta anos.

Eu continuo dizendo que prefiro o sistema europeu, que a cada dez anos renova as licenças. Nós trafegamos com mais...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB - SP) – E o nosso sistema?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – No nosso sistema, a cada dez anos nós fazemos uma revisão total. Agora, uma central não é... Modificações vão sendo feitas. Por exemplo, Angra I, várias partes do sistema de controle já foram trocadas até porque os componentes eletrônicos daquela época... É comum queremos comprar um computador DX2. Mesmo que quisesse, não encontramos no mercado.

Então, temos feito as modificações que se mostram lógicas em termos de decisão de engenharia. Angra III é um caso. Os equipamentos mecânicos foram recebidos há cerca de vinte e poucos anos. Naquela época, eu não imagino por qual a razão, mas o fato é que foi comprada uma central e foi decidido que o faturamento seria em peso. Não é peso argentino; é peso mesmo, quilo. É um absurdo! Quando vi isso pela primeira vez achei um absurdo. Mas aqui no Brasil, muitas vezes, as coisas são escritas de maneira torta. E aquilo que foi na época um absurdo passou a ser muito bom, porque Angra III é uma central em que a parte mecânica é aquela, que foi muito bem conservada, em que as licenças dos fabricantes continuam em vigor e toda a parte de instrumentação e controle é a mais moderna que existe. Nós vamos adotar uma instrumentação similar à central de Flama Ville, que está sendo construída na França agora. Ou seja, nós teremos em Angra III uma empresa com componentes mecânicos antigos, mas não houve grande evolução nessa área. A grande evolução é a mudança no conceito das novas centrais que grande parte do mundo não adotou, que a Europa ainda não adotou, e já é opção da Eletronuclear adotar nova tecnologia de reatores com circulação natural.

Essa preocupação de energia para a condição de reatores desligados tem sido uma preocupação devida ao menos de minha parte e, na empresa, de alguns engenheiros, e agora existe prevalência. E a prova disso é que muito antes do tsunami nós já estávamos pensando nessa fonte extra de energia. E o projeto já está feito. Nós não inventamos esse projeto para esta Comissão. Está lá o projeto que terminou no ano passado. Antes do tsunami nós estávamos negociando

o financiamento para que seja feita. Ou seja, existe uma preocupação latente com segurança. Pergunta-se: você garante que está 100% seguro? Não, não garanto, porque não sou louco. A gente faz tudo para que se tenha 100% de segurança, mas sabendo que nada neste mundo é 100% seguro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, sem querer tomar muito tempo.

Naquele acidente, nas chuvas de Angra dos Reis, em que a BR-101 ficou completamente paralisada e toda a cidade, houve a paralisação das atividades da Usina?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Não, a BR-101 não ficou toda paralisada. O que ficou paralisada foi a perna que vai de Angra para o Rio de Janeiro. A evacuação é para 15 quilômetros só. Então, era perfeita e havia duas, aquela parte que vai para Barra Mansa e a que vai para São Paulo estavam desimpedidas. E nós temos um grande exemplo de evacuação no Japão, porque houve um terremoto, um tsunami, e eles fizeram, em um prazo muito pequeno, sem estrada, sem nada disso, a maior evacuação da história, o que prova que não era o caso de desligar naquela época, porque claramente nós não tínhamos a menor dúvida de que tinha possibilidade de evacuar. E o caso do Japão prova que mesmo em condições extremamente adversas, com um plano de evacuação bem feito a evacuação não foi problema para os japoneses.

Eu tenho tantas perguntas que gostaria muito de ter uma segunda chance. Parece que há um requerimento. Com o maior prazer...

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O requerimento foi apresentado e já está á disposição de V. Exª para submeter à apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Com a palavra o Senador João Pedro, pela ordem.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu pedi a palavra pelo seguinte: primeiro, para dizer que coincidiu, Senador Eduardo Braga. V. Exª atender ao telefone e a pergunta sobre equipamentos, pelo menos eu entendi que foi parcialmente respondida nesse momento em que V. Exª saiu.

Junto com outros parlamentares, fomos em um programa de visitação à usina em 2009 e eu gostaria de dar a sugestão aqui de manter esse programa de convite a Deputados e Senadores para visitar. Eu acho que isso faz parte das preocupações justas dos Senadores desta Comissão, das comissões que estão promovendo essa audiência pública: fazer esse debate. Eu teria algumas perguntas sobre esse plano de emergência. Por exemplo, quantos ônibus hoje existem para as pessoas que não têm o transporte coletivo? Quantos abrigos existem concretamente para esta Comissão?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Só respondendo essa sua pergunta, Senador...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT –AM) – Eu quero dizer que apoio a política e é evidente que nós temos que aprofundar e fazer, Sr. Presidente, a seguinte questão: das auditorias internacionais feitas no nosso programa se as auditorias são publicizadas para o conhecimento do público, se essas comissões poderiam servir de instrumento para nós analisarmos relatórios internacionais sobre energia nuclear, sobre usinas nucleares, sobre o nosso programa nuclear, com acesso aos Senadores... Eu estava querendo suscitar isso. Nós temos conhecimento dos relatórios, evidentemente, para aprofundar as reflexões, as preocupações, a política de energia nuclear...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) - Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que tenho um horário nessa reunião, às nove horas, me inscrevi. Às nove horas em ponto eu estava aqui e não tive oportunidade de falar. No "pela ordem" aqui já estamos várias pessoas a fazer as suas proposições. Então eu gostaria de que ser ouvido agora.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu queria agradecer muito a presença do Dr. Othon – eu vou ser muito rápido –, ao Dr. Laércio também por essa oportunidade. O meu é mais um testemunho. Vocês vão entender um pouquinho o que estou falando. Em uma audiência como esta, na qualidade de Senador pelo Estado de Goiás, não poderia deixar de trazer a minha experiência com o Césio-137, ocorrida em Goiânia, em 1987.

O dia 13 de setembro daquele ano, por conseguinte, 23 anos atrás, não foi apenas a data do incidente, mas o início de um verdadeiro pesadelo para centenas de vítimas, todas contaminadas por radiações medidas por uma única cápsula que continha o Césio-137. O acidente com o Césio-137, que foi o maior acidente radioativo do Brasil e o maior do mundo ocorrido

fora das usinas nucleares, teve para nós, brasileiros e goianos, uma lição: não estávamos preparados para um acidente dessa natureza, infinitamente menor do que estamos falando.

Tivemos inúmeras dificuldades em lidar com aquela situação. O fato é que até hoje os números sobre essa tragédia não são exatos. Oficialmente, quatro pessoas morreram por exposição, mas o número de vítimas contaminadas ainda gera discussão após esses 23 anos. O Governo Federal reconhece 120 pessoas contaminadas; o Governo de Goiás, porém, contabiliza dez vezes mais, 1.032. Quantas pessoas, na verdade, sofreram os efeitos indiretos nesse acidente, parecenos que permanecerá uma incógnita.

Só para reavivar a dimensão dessa catástrofe, a retirada de todo o material contaminado com o Césio-137 rendeu cerca de 6 mil toneladas de lixo: roupas utensílios, materiais de construção, etc. O lixo radioativo encontra-se contaminado em 1.200 caixas, 2.900 tambores e 14 contêineres revestidos com concreto e aço. O depósito foi construído na cidade de Abadia de Goiás, onde deve ficar por aproximadamente 180 anos.

Confesso que me emociono ao lembrar de tudo, mas entendo um dever rememorar esse episódio, sobretudo quando vemos o despreparo e o improviso das autoridades públicas brasileiras, pelo menos à época, para precaver a população contra inundações e desmoronamentos e para agir diante de eventos dessa natureza.

O papel que me preocupa, Presidente, aceita tudo. Mas aqui é fato, não é hipótese. Então não houve nenhum preparo. Nós sofremos na mão do CNEN, que levou, para mandar o seu primeiro técnico, oito dias no local, enquanto uma população estava sofrendo. O meu Estado foi segregado. Eu senti na pele. Talvez nenhum dos Srs. Senadores passaram por esse episódio. Nós ficamos ilhados: ninguém recebia, ninguém queria receber e ninguém queria mandar nenhum tipo de mercadoria para Goiás. Nós tivemos inúmeros problemas.

A julgar pelo que tenho visto na imprensa e nos meio de comunicação em geral, não estaríamos completamente à mercê da sorte se um acidente ocorresse nas usinas nucleares de Angra dos Reis? Perdoem-me falar assim, porque sou uma vítima nesse sentido: eu, meu estado e o Brasil. Isso não é nenhuma ilação.

O acidente em Fukushima provocou contaminação de alimentos e de águas e tem causado pânico ao povo japonês. Eu pergunto ao senhor: o Brasil tem condições efetivas de criar um plano de emergência para estar permanentemente preparado para uma eventualidade como a que ocorreu no Japão? Nós já simulamos? Nós já fizemos alguma coisa? Hoje, o Senador Lindbergh colocou uma coisa estratégica, uma simples chuva, um desmoronamento em uma das pistas vai impedir qualquer plano. Eu acho que ainda estamos muito incipientes nesse fato. Acho que é realmente como o senhor falou: nós estamos no momento propício para debater e tomar soluções, mas eu vivi fatos e não obtive nenhuma resposta. O Governo brasileiro, à época, foi totalmente irresponsável com o Estado de Goiás.

Então, fica essa preocupação. Desculpem-me. É também um desabafo. Eu não sei, em 1987, onde o senhor estava e se o senhor tomou conhecimento, mas foi penoso para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Professor Othon. Em seguida, vou dar um encaminhamento.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Eu não poderia deixar de dizer que o senhor está cheio de razões com relação ao acidente da cápsula de césio. A irresponsabilidade de três médicos que conheciam muito bem os riscos que... Eles abandonaram a cápsula. O sistema de controle da época certamente não era eficaz. Então, foi um fato, digamos, negro da história não da energia nuclear, porque aquilo não era energia nuclear, mas da utilização radiológica – o césio. Então, não foi uma central de potência. Foi um acidente radioativo e não nuclear, digamos assim, mas foi um triste acidente.

Houve, na época, vários desencontros. O senhor tem toda a razão. Eu também, como o senhor, estou traumatizado com aquele fato, que é um absurdo.

Agora, eu acredito, Senador, que nós não nascemos neste País de uma forma degenerada. Se os outros têm condição de ter planos adequados, nós também temos. Certamente, eu não posso admitir que não tenhamos capacidade de construir este País de uma forma adequada.

Por essa razão, eu não posso concordar com o senhor. Nós temos um plano de evacuação, estamos tecnicalizando aquele plano, aquele estudo que está sendo feito junto com a COPPE. Cada morador daquelas casas, como ele... Como nós dimensionamos a frota de ônibus? Nós estamos dando uma aproximação muito técnica e bastante profunda, digamos, a essa preocupação que temos de evasão.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Perfeito. Então, eu gostaria também de me integrar à Comissão do Senador Lindbergh para conhecer esse plano de perto.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Terei muito orgulho de ver o senhor lá.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Nós gostaríamos de conhecer, até para sermos um divulgador desse plano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer ao Professor Othon e dizer que vamos, logo em seguida...

Aproveito já para colocar em votação o requerimento de autoria do Senador Lobão Filho, no sentido de que demos continuidade a esta audiência na próxima quarta-feira. E o Professor Othon, num gesto de deferência e de atenção com o Senado Federal, já concordou em voltar na semana que vem para dar continuidade a este debate.

Portanto, coloco em apreciação o requerimento do Senador Lobão Filho.

Aqueles que concordam com a continuidade permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero agradecer a V. Sª, Professor Othon. As suas explicações aqui foram muito importantes para que estas três Comissões possam formar opinião sobre um tema tão relevante para o País, e quero informar que vamos dar continuidade a esse debate, ouvindo, agora, o Dr. Laércio, representando a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Muito obrigado, Professor.

Suspendo por cinco minutos a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Declaro reaberta a presente reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática e Infraestrutura.

Agradecendo mais uma vez a presença do Dr. Laércio Vinhas, representando a Comissão Nacional de Energia Nuclear, tenho o prazer de passar a palavra a V. Sª.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu gostaria de reclamar aqui a minha decepção pela demora das falas. Acho que precisamos democratizar um pouco mais, precisa haver limites. A ansiedade de todos é louvável, eu parabenizo, mas todos nós temos a mesma ansiedade.

Hoje saí de São Paulo às 06:30 para estar aqui. Eu estava no meu gabinete assistindo, esperando a hora para vir para cá. Mas fica impossível se nós praticarmos esses horários extensos para cada Senador. Nós precisamos limitar tudo isso. Eu gostaria muito de ter falado quando o Senhor acabou de se levantar. Então, estou me sentindo prejudicada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Lamento, Senadora Kátia Abreu, mas infelizmente o Diretor-Presidente da Eletronuclear já tinha uma outra audiência pública marcada na Câmara dos Deputados. Ele teria que sair às 11 horas, mas ficou aqui por mais 30 minutos. Mas, teremos um outra oportunidade, novamente, na próxima quarta feira, para nos aprofundamos nesta matéria.

Com a palavra o Dr. Laércio.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Antes de mais nada, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e poder prestar os esclarecimentos que forem necessários e que estiverem ao meu alcance.

Eu vou abordar o tema por um lado diferente, que é exatamente o lado da segurança nuclear.

Vou fazer uma apresentação de como funciona o sistema regulatório nuclear, particularmente para reatores,.mas irei pular algumas transparências para dar mais tempo ao debate.

Eu só queria dizer à Senadora que eu participei das equipes de descontaminação da cidade de Goiânia, e é uma cidade bastante agradável. Não foi a época mais feliz, mas pude perceber a alegria e a receptividade do povo goiano, mesmo naquela situação difícil em que a população passou por uma discriminação totalmente injustificada.

Falarei primeiro sobre o sistema regulatório. Depois, se for necessário, falarei alguma coisa sobre o acidente de Fukushima, que estamos acompanhando diariamente através dos *sites* públicos e de um *site* privativo da Agência Internacional de Energia Atômica, que trata justamente para informação das autoridades regulatórias.

Considerando que estou aqui no Congresso, me pareceu importante iniciar citando os artigos da Constituição que falam sobre energia nuclear. Há um artigo sobre monopólio; outro artigo que diz que a energia nuclear tem que ser usada exclusivamente para fins pacíficos – e eu saliento o último pedaço desse artigo – "mediante aprovação do Congresso Nacional."

"O poder público deve controlar a comercialização e o emprego de qualquer atividade de risco (...)"

Outro artigo que me parece importante aos senhores e às senhoras.

"Compete ao Congresso Nacional a aprovação de iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares (...)"

Finalmente

"As usinas que operam com reator nuclear devem ter a sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas."

Então, isso é para dar uma idéia aos senhores.

O objetivo da segurança nuclear é possibilitar que a população possa usufruir dos benefícios da energia nuclear e assegurar a devida e necessária proteção a trabalhadores, à população e ao meio ambiente.

A segurança nuclear está baseada em três grandes linhas: uma, nos princípios fundamentais de segurança nuclear, que é um documento aprovado pela Agência Internacional de Energia Atômica. Há uma outra de cultura de segurança; e uma outra de defesa em profundidade. Vou falar alguma coisa de cada uma delas.

Esses dez princípios definem as responsabilidades pela segurança nuclear, que é a responsabilidade primeira do operador; as responsabilidades do Governo que deve ter uma agência reguladora, ou um órgão de licenciamento, independente de quem opera as instalações. E há outros princípios que eu não vou me deter aqui, porque ficaria muito longo, mas qualquer dúvida, estou pronto a responder.

Este aqui é a chamada cultura de segurança que o Dr. Otto, sem usar essas palavras, enunciou alguns deles, que é a dedicação, a responsabilidade e a consciência permanente com a segurança, atitude questionadora sempre, com relação à segurança. Deve-se prevenir a complacência, nunca estar-se satisfeito e achar que tudo está seguro; o compromisso com a excelência e desenvolver procedimentos internos.

Esclareço que essa cultura de segurança foi um conceito introduzido na área nuclear após... havia no inconsciente coletivo, mas foi materializado após o acidente de Chernobyl. E após o acidente nuclear de *Three Miles Island* foi desenvolvido o conceito de defesa em profundidade, a criação de várias barreiras, vários sistemas, e o aumento da redundância dos sistemas de segurança.

Conto aos senhores uma curiosidade: a área nuclear e a área aeronáutica, essas indústrias foram as responsáveis pela introdução do conceito de garantia de qualidade; antes havia o conceito de controle, não da garantia.

O licenciamento nuclear é um conjunto de processos que vai justamente avaliar a segurança nuclear, de modo a garantir a proteção aos trabalhadores, ao público e ao meio ambiente. É uma atividade formal e que tem um número muito grande de análises técnicas.

Compete à CNEN, como órgão regulador, conduzir o processo de licenciamento das instalações nucleares para garantir o seu perfeito funcionamento. Além das instalações nucleares, a Comissão licencia e acompanha cerca de 3.000 instalações médicas e industriais no Brasil que utilizam ou material radioativo ou fontes de radiação. A Comissão não acompanha e não licencia a parte de Raio-X diagnóstico. Esta fica a cargo do Ministério da Saúde e dos sistemas Anvisa e Visas, porque o número de aparelhos de Raio-X no País seria da ordem de 600 mil. Eu gostaria de ter um exército para poder fiscalizar tudo isso, mas não é o caso. As instalações que utilizam radioisótopos e radiações sem serem Raio-X diagnóstico, todas essas são controladas. Nós fazemos nessas instalações cerca de 500 inspeções por ano.

O arcabouço legal para fazer o licenciamento está baseado nas leis federais, nas resoluções e normas da Cnen, nas normais do Sipron, Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, encarregado no sistema federal junto com a rede de defesa civil sobre o planejamento de emergências; seguimos as recomendações da IEA e, sempre que possível, usamos as boas práticas de outros países.

Além disso, o Brasil assumiu vários compromissos na área de segurança nuclear. Então nós devemos observar os preceitos contidos em todas essas convenções que foram assinadas pelo Executivo e ratificadas pelo Congresso Nacional.

Há também a parte referente a salvaguardas e não proliferação. O Brasil é signatário de dois acordos de não proliferação e de dois tratados de não proliferação, ambos assinados também pelo Executivo e aprovados pelo Congresso Nacional; e acordos de salvaguarda também aprovados pelo Congresso.

Como órgão regulador, cabe à Comissão a emissão de regulamentos técnicos e normas; licenciar todas as instalações no País, quer sejam elas nucleares ou as chamadas radioativas, que seria radioterapia, medicina nuclear e as indústrias que usam material radioativo; licenciar os depósitos e rejeitos; certificar os operadores de reator e certificar os supervisores de radioproteção que vão atuar em todas essas instalações.

Próximo.

Esse é o sistema de licenciamento. O interessado tem de apresentar um relatório de local; a CNEN analisa esse relatório e concede uma aprovação de local, isto é, analisa todos os dados do local, dados geológicos, hidrológicos – já vou citar, daqui a pouco –, e conclui que naquele local é possível haver aquela instalação. Depois, é feito um relatório preliminar de análise de segurança. Se nós consideramos que esteja conforme, concedemos a licença de construção. Posteriormente, autorização para a operação inicial – que seria mais para a fase de testes –, o chamado comissionamento e autorização para operação permanente.

Próximo.

Para o local, o interessado tem de fornecer as características gerais de projeto e de operação; as características do local, incluindo dados de geografia, demografia, geologia, meteorologia; um programa de monitoração ambiental, apenas do ponto de vista radiológico para nós, pré-operacional; uma análise preliminar do potencial de influência no meio ambiente, em decorrência da construção e operação dessa instalação.

Próximo.

Nessa avaliação de impacto, levam-se em conta as características naturais e antrópicas do local de instalação. Então, levamos em conta, nessa análise do local, as características quanto a sismos, definição de um terremoto, base de projeto, e tornados, ventos, chuvas, inundação, instalações industriais e militares. Inclusive, é levado em conta, por exemplo, no caso de Angra, que consequências teria para a usina a explosão de um caminhão carregando dinamite na Rio–Santos.

Próximo.

Então, define-se um grupo crítico, que seria, digamos, em caso de operação normal ou em caso de acidente, qual seria o grupo mais atingido, e se tomam todas as medidas para que esse grupo seja protegido. Em se protegendo esse grupo, o resto também o estaria.

Próximo.

Pode passar essa, de que o Othon já tratou.

Para licença de construção é necessária a apresentação de um relatório preliminar de análise de segurança.

Próximo.

Esse relatório envolve todos estes aspectos: a descrição do local, o projeto preliminar da instalação, a avaliação do projeto com riscos à saúde, a avaliação de riscos internos e externos, análise de acidentes e outros dados.

Para que os senhores tenham uma ideia, para a elaboração desse documento, que é responsabilidade do operador – é ele que faz o documento, nós vamos analisar se está de acordo –, esse é um documento de cerca de cinco mil páginas. Nós temos uma equipe muito grande, não tanto quanto gostaríamos, mas cerca de 45 engenheiros estão alocados para análise de segurança das centrais nucleares em operação e das centrais nucleares a serem construídas, com especialistas em todas as áreas aqui descritas.

Próximo.

Na avaliação de segurança, nós realizamos, independentemente, os cálculos realizados pelo licenciado para verificar se eles estão corretos, se estão completos e corretos, e emitimos pareceres técnicos... nossos técnicos emitem pareceres. No caso da licença de Angra 3, foram emitidos 80 pareceres técnicos, cada um – para os senhores terem uma ideia – da ordem de 50 a 100 páginas, cada um desses pareceres técnicos, que são públicos.

Próximo.

Autorização de operação. Há duas: autorização de operação inicial, com prazo de validade; e uma autorização de operação permanente, com prazo de validade maior.

Esse aqui que foi a discussão havida com relação a Angra 2.

O próximo.

Então, uma vez concluída a construção, aquele Relatório Preliminar de Análise de Segurança tem de ser refeito para as condições, como construídas, e toda a análise é, mais uma vez, repetida.

O próximo.

Só é concedida a operação inicial quando é finalizada a avaliação do Relatório Final de Análise de Segurança e há a garantia de que essa operação inicial pode ser conduzida sem risco, porque há um número muito grande de sistemas e essa autorização é para que cada sistema de segurança seja testado independentemente.

Essa parte de autorização e de utilização de material nuclear é mais voltada aos aspectos de controle de material nuclear e salvaguardas nucleares.

Próximo.

Autorização permanente.

O próximo.

Nós acompanhamos a fiscalização das instalações nucleares desde antes da sua construção, como eu disse, para a concessão da aprovação de local até o descomissionamento dessa instalação, por meio de auditorias técnicas, por meio de inspeções.

Nas grandes instalações, como os reatores nucleares, a CNEM mantém uma equipe de inspetores residentes na instalação. Há oito engenheiros residentes em Angra que comparecem às usinas nucleares todos os dias e nos transmitem boletins diários da situação de operação dessas usinas.

Então, nós fazemos auditorias e inspeções e procuramos assegurar que a planta esteja operando de acordo com as especificações técnicas e com toda a segurança possível.

Só para os senhores terem uma ideia, como é que o projetista trabalha para garantir a segurança da usina? Ele faz um grande estudo, que nós verificamos depois, de todos os acidentes possíveis de ocorrer naquela instalação. Depois, eles desenvolvem sistemas e procedimentos que evitem ou minimizem todos aqueles

acidentes. É por causa disso que a probabilidade de ocorrer um acidente fica extremamente reduzida. Mas, como disse o Engenheiro Othon, ninguém pode garantir que em nenhuma atividade humana o risco seja zero, absoluto. Pode ser extremamente reduzida, mais reduzida da probabilidade de qualquer outro acidente – nós trabalhamos na faixa de um dividido por mais de um milhão, aproximando-se de um dividido por um bilhão. Essa é a faixa que nós trabalhamos.

Quanto ao acidente de Fukushima, já foi mais ou menos discutido aqui, eu só gostaria de prestar alguns esclarecimentos. Havia em operação, na área afetada pelo acidente, vinte reatores nucleares no momento do terremoto, na área atingida. Dessas vinte usinas nucleares, nove resistiram ao terremoto e continuaram a operar normalmente.

Nas outras onze, ocorreu, devido ao terremoto, a perda de energia elétrica externa. E a perda de energia elétrica externa leva ao desligamento automático dos reatores. Só que, quando cessa a operação do reator à fissão nuclear, ainda há uma certa quantidade de calor que precisa ser removida. Como disse o Dr. Othon, cerca de 2% da potência ainda fica nos elementos combustíveis. Devido ao decaimento dos produtos de fissão, que são radioativos, eles emitem partículas alfa, beta e gama, as quais geram um calor devido a sua interação com os elementos combustíveis presentes no reator.

E, no caso das outras oito usinas, os geradores a diesel trabalharam, retornou a energia elétrica, e os operadores conseguiram levar esses reatores à condição de desligamento a frio. Esses três reatores de Fukushima I, porque é Fukushima Daiichi, e *chi* significa um em japonês, essa central tinha seis reatores nucleares, dos quais três estavam em operação, três estavam na recarga anual. Ao desligar, ao perder a energia interna, os geradores a diesel entraram, trabalharam por uma hora; após trabalhar durante uma hora, eles foram danificados pelo tsunami. E, a partir desse momento, os operadores, orientados pelas autoridades japoneses, têm feito várias tentativas de maneira a manter a refrigeração desses elementos combustíveis.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – Esse gerador a diesel, o que faz, bombeia água?

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Considerando que os elementos combustíveis ficam dentro de um grande cilindro metálico, que é chamado vaso de pressão, e a água circula, para circular essa água, são necessárias bombas mecânicas bastante grandes que demandam uma certa quantidade de energia. Então, as centrais nucleares têm vários geradores a diesel bastante potentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – Para fazer circular água?

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Para fazer circular água. Com a perda desse diesel, eles estão tentando refrigerar utilizando geradores a diesel menores ou portáteis, porque não conseguem acionar... Se acionassem a bomba grande, tudo estaria resolvido, mas não conseguem acionar, então, estão tentando por outros métodos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – E essa água resfriaria...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Essa água retira esse calor residual que tem no interior do reator e evita que aumente a temperatura e aumente a pressão. Como essa refrigeração ficou deficiente, houve necessidade de aliviar essa pressão. Um exemplo bastante popular é a panela de pressão onde se está fazendo feijão. A hora em que se desliga, ela continua quente e com pressão lá dentro. Uma maneira de diminuir essa pressão é levá-la embaixo da torneira e fazê-la esfriar. Como eles não tinham essa refrigeração e a pressão estava muito forte, para evitar que o selo de segurança da panela de pressão se rompesse, eles abriram uma válvula para aliviar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – O senhor abusa da cozinha de vez em quando.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – De vez em quando.

E nesse alívio de pressão, saiu vapor d'água com algum material radioativo. E nessas altas temperaturas, a água se decompõe e forma hidrogênio. E no prédio do reator, fora desse vaso de pressão e do vaso de contenção, houve uma certa concentração de hidrogênio. As explosões que nós vimos foram devidas a esse hidrogênio.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Fora do Microfone.) – Cápsula auxiliar, não...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Não no reator, o reator... As informações... Um outro fato é o seguinte: as informações que nós tivemos, de início, foram muito pobres, não é muito mais informação do que os senhores tiveram por meio da mídia eletrônica, dos jornais, da televisão, porque, como os senhores, eu também estou a 20 mil quilômetros do acidente, e o que nós fazemos é, a partir das notícias e a partir de informações oficiais do Governo japonês transmitidas à Embaixada do Brasil em Tóquio, que nos retransmite um boletim diário e das comunicações feitas pelas autoridades japonesas à Agência Internacional de Ener-

gia Atômica, com o conhecimento de nossos técnicos, nós inferimos o que pode estar acontecendo.

Há duas coisas, dois fatos que acho que posso afirmar aqui. O acidente em Fukushima não chegará ao nível do acidente em Chernobyl, por várias das razões comentadas pelo Othon. Jamais chegará àquilo. E qualquer que fosse o acidente no Hemisfério Norte, o material radioativo...

Esqueça o acidente nuclear, qualquer acidente que gera qualquer poeira no hemisfério norte devido as correntes aéreas no equador, o que é gerado no hemisfério norte só circula no hemisfério norte, o que é gerado no hemisfério sul só circula no hemisfério sul. Lá no passado...

O SR. ANTANIO CARLOS VALADARES (PSB – SE *Fora do microfone*) - Correntes marítimas...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Não, as correntes aéreas. Eu estou dizendo pela pluma. Porque, no passado, me parece que algumas potências tinham isso na cabeça, tanto que fizeram os testes nucleares na atmosfera, quase todos, nos atóis do Pacífico no hemisfério sul, Bikini, Fangatufa, Ilhas Marshall.

Nós comprovamos esse fato de não haver transferência quando do acidente de Chernobyl não foi detectada a presença via correntes aéreas do material radioativo de Chernobyl no território brasileiro. Ainda hoje, se formos medir aqui no Brasil, pequeníssimas quantidades de césio ainda podem ser encontradas não devido ao acidente de Goiânia, mas devido a explosões atômicas dos testes nucleares feitos na atmosfera no passado.

Hoje os testes na atmosfera também estão proibidos por um outro tratado. Então, essa foi a deterioração à área impactada, por enquanto – e esperamos que fique assim – se os japoneses conseguirem manter o nível de refrigeração que estão agora. Não é que a situação esteja resolvida, a situação é séria, mas, depois de quase uma semana, de dia após dia, a notícia ser cada vez pior, agora a notícia é de uma estabilidade com uma certa melhoria no controle desses reatores. A informação recebida é que os reatores 5 e 6, que estavam desligados, foram levados a uma condição de segurança adequada e não há mais nenhum risco com esses reatores, inclusive já retornou a energia elétrica e todo o sistema de refrigeração das piscinas dos combustíveis usados está operando normalmente.

Eu fui um pouco rápido pelo adiantado da hora, mas posso responder a qualquer questão e fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Sr. Laércio, por sua apresentação.

Temos alguns inscritos aqui. Vou ler a relação dos inscritos para, se houver interesse de alguns outros: Senadores Ivo Cassol, Senadora Kátia Abreu, Senador João Pedro. O Senador Lindbergh também.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Eu quero aqui, Senador Lindbergh, parabenizar o povo carioca. É um povo corajoso.

Sinceramente, o que nós temos assistido no Japão preocupa todos os nossos brasileiros e já que a preocupação – e eu tenho lido vários relatórios –, uma pergunta fica no ar: por que uma usina nuclear num ponto tão habitado como Angra dos Reis? Quando nós temos várias áreas de preservação federais onde poderiam ser construídas essas usinas com margem de segurança de 100km, 200km, 300km, 400km!

Por mais que digam que é seguro, eu quero dizer ao senhor que eu já fui Prefeito e Governador, igual ao Senador Blairo Maggi, e nenhum Município está preparado para qualquer situação, nenhum Estado está preparado nem o Governo Federal está preparado! A exemplo do que aconteceu em Santa Catarina há pouco tempo e a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro. O que aconteceu no Rio de Janeiro pelo excesso de chuva danificou avenidas, ruas, cidades por questão de minutos. Como numa situação como esta nós vamos tirar a população com 30 a 40 km e entorno. Senador Ivo Cassol, eu sou contra em qualquer construção de usinas nucleares, por mais seguras que sejam, dentro de áreas residenciais. Tem que ser longe da população porque, caso venha uma falha... Todos os acidentes que acontecem, podem ser aéreo, pode ser qualquer acidente, sempre tem a falha humana. Por mais que se cuide, por mais que seja seguro, existe a falha humana.

Portanto, nós precisamos, aqui nesta Casa, já que precisa de autorização do Senado para escolha dos locais, por que não utilizar essas áreas que o País têm. É área de preservação? Tudo bem que tem que fazer uma linha de transmissão, o dano ambiental é muito menor do que o dano social. Enquanto as pessoas são afetadas, o que vai ser do futuro. Hoje estamos falando do Japão. Não adianta, é uma questão de Estado, a maioria das coisas são escondidas, não se passa a nível mundial para não deixar o povo mais em pânico ainda. Não seria diferente em qualquer outra área do mundo.

Então, nós precisamos nos preparar, já que nós temos muita energia hídrica sendo instalada e parque instalado representa 2%, vamos primeiro toda a nossa área e deixemos os outros países trabalharem como cobaia, e nós, quanto mais nova for a tecnologia me-

lhor para nós, mais seguro será. Mas a sugestão é no sentido de que esses novos investimentos que forem feitos no futuro, que sejam feitos em áreas afastadas das populações para melhor segurança de todos.

Quero aproveitar também para falar sobre a questão da usina de Jirau, no Rio Madeira. Na semana passada pedi à Comissão que acompanhasse a situação. Parece que é até uma coisa combinada com o Estado do Ceará, questão de refinaria e outras coisas. Até sugeri que esta Comissão fosse ao nosso Estado. Eu quero dizer que o mesmo que aconteceu lá, o mal é bem menor, se comparado com o que aconteceu no Japão. O mal é bem menor do que qualquer outra questão nuclear que exista em qualquer lugar do mundo.

Portanto, eu gostaria que o Presidente visse como está o andamento para que esta Comissão vá na quinta feira à tarde e fizesse uma verificação in loco, porque de um lado tem pessoas preocupadas em querer culpar os empresários, do outro lado os empresários estão colocando que a situação não é culpa deles, que isso é uma coisa orquestrada. Então, nada mais que o Senado estar presente para poder verificar o que aconteceu e que a gente possa evitar que isso venha a acontecer novamente em outros lugares, em outros empreendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Cassol.

Antes de passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu, só quero explicar que a Comissão de Meio Ambiente aprovou uma diligência a Jirau. Ao final desta reunião, quero conversar com o Senador Cassol, porque nós precisamos consultar os membros da Comissão que desejam participar dessa diligência e qual o melhor para o conjunto desta comissão, qual o melhor dia para ir: se já amanhã ou se na semana que vem. Conversaremos em seguida sobre isso.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente; colegas Senadores, Diretor do Conselho Nacional de Energia Nuclear Professor Laércio Antônio Vinhas, obrigado pela sua presença.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas um paralelo, não é uma pergunta especificamente, mas apenas uma consideração para um debate agora e posteriormente, se for do interesse de todos os Senadores da nossa Comissão.

O Senador Ivo Cassol disse, com muita propriedade, que é radicalmente contrário à instalação de usina nucleares onde tem gente. Se nós temos um Brasil com 850 milhões de hectares, nós temos áreas que são desertas e que poderiam muito bem abrigar esse tipo de usina. Nós sabemos da dificuldade de Angra dos Reis. O Senador Lindbergh falou com muita propriedade também, porque conhece o Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, nós só temos a Rio/Santos para saída de Angra, onde ocorrem deslizamentos com freqüência. Então, numa condição de caos total, é um lugar de risco sim. É claro que é função de todos tentar minimizar isso.

Mas a minha discussão, além de deixar a minha solidariedade ao povo japonês, pelo sofrimento que estão passando.

Alem de deixar a minha solidariedade ao povo japonês pelo que estão passando as famílias. Nesse momento é importante a nossa solidariedade e colaboração. Graças a Deus o Brasil não passa por essas intempéries climáticas de tamanha grandeza, mas ao contrário, os japoneses precisam da energia nuclear. Nós não precisamos dela. Quando não há remédio, o remédio está dado. Portanto eles não têm outra alternativa. Apesar de terem terrremotos freqüentes, eles não têm outra alternativa a não ser esta opção. Mas nós brasileiros temos outras opões, não apenas uma opção. Acho que essa Comissão daria uma grande contribuição se nós ampliássemos esse debate neste potencial que o Brasil tem, ganhou de graça de Deus, para poder diminuir ou zerar o risco com relação a essa questão nuclear. Com relação aos aparelhos de raio-X é inevitável. Precisamos disso para a saúde humana, precisamos correr esse risco porque também não há outra alternativa. Portanto precisamos implementar a vigilância, acho que os avanços na medicina foram extraordinários, tive o prazer e a honra de relatar na Câmara Federal, quando Deputada o radioisótopo 18 de vida curtíssima, flúor 18 para o exame de PET Scan, para encontrar principalmente a metástase no corpo, qualquer ponto de câncer no corpo humano. O projeto é de autoria do Senador Jorge Bornhausen , e eu quando Deputada tive o prazer de relatá-lo. Portanto isso é de utilidade inevitável. Mas eu gostaria de mencionar aqui alguns números e encerrar a minha reflexão.

O custo da megawatts-hora da energia hidrelétrica, 80 reais; da energia nuclear: 148 reais; da termoelétrica de 288 a 300; da eólica, 131 reais.

Estamos assistindo entre 2001 e 2009 a energia no Brasil teve um aumento de 27% para o consumidor, mesmo tendo todo esse potencial. Precisamos falar a linguagem que as pessoas precisam e querem: saúde, riscos e custos de vida do cidadão brasileiro. Se não se compadecem dos empresários que geram emprego, vamos falar da população inteira, porque não é só empresário que consomem energia. Quem paga essa energia é o consumidor, o trabalhador brasileiro que ganha pouco. Tudo é transferido para o produto que ele compra.

Emissão de CO2.

A termoelétrica emite 818 kilowatt/hora; a nuclear 4, também é baixo, a hidroelétrica zero, e a eólica zero.

Temos um potencial de hidroelétrica a serem construídas no Brasil, segundo a ANA, dados de 2010, o nosso potencial é de 243 milhões de megawatts mas só usamos hoje 91. Só estamos usando 40% do que é disponível dos nossos rios no Brasil. E poderia ser mais do que isso, caso não fosse o modelo que foi modificado de represamento para fio d'água. Isso tudo em função de um radicalismo insano de certos ambientalistas que se preocupam muito mais com a natureza do que com as pessoas. Mas não é uma preocupação verdadeira com a natureza, mas uma preocupação com outros interesses que não consegui ainda identificar. Se existem seres humanos, existe impacto ambiental, é inevitável. A única forma de não aumentar o impacto ambiental é não nascer mais seres humanos, não existe outra forma. Onde existe gente, há impacto ambiental, porque as pessoas precisam de energia, moradia, água, tijolo, cimento, asfalto, transporte e comida, Sr. Presidente . Não há outra forma de manter as pessoas vivas sem infraestrutura, comida e água. Por isso, a preservação da natureza é muito importante, a biodiversidade, o equilíbrio da biodiversidade, a importância da água e do solo. Mas não podemos abrir mão desse potencial hidroelétrico em função de dogmas, em função de terem transformado as questão ambiental em religião, num radicalismo exacerbado.

E não podemos embarcar nessa canoa.

Precisamos ter técnicos, cientistas pesquisa, investimentos em pesquisa para fazermos as coisas de forma segura, mas não podemos deixar de fazer por medo. Ciências exatas? Não existem ciências exatas. A ciência trabalha sob hipóteses, sob eliminação de hipóteses. Precisamos contar com ela ou não vamos contar com nada, ou vamos contar com o "eu acho" ou "eu penso" ou "eu quero", e não é assim que o mundo é movido. O mundo é movido pela necessidade das pessoas, das famílias. É esse questionamento que eu queria aqui deixar, Sr. Presidente.

Para se ter uma idéia, a energia eólica, apenas ela, se a utilizássemos em 15% do que pode ser gerado apenas na costa marinha brasileira, apenas 15% –o potencial da costa marítima brasileira! – geraríamos doze itaipus. Uma Itaipu sustenta, por dois anos e meio, o Rio Grande do Sul, o Paraná e Santa Catarina. Sustentaria todo o país de Portugal por um ano e oito meses. Sustentaria o Paraná por 3 anos e 8 meses o potencial de um ano. Então, 15% da energia eólica são suficientes para isso tudo.

Reconheço que o BNDES tem financiado alguns parques eólicos e financiará tanto parques que serão capazes se dobrar a capacidade eólica, mas, se juntarmos o potencial hídrico, hidrelétrico dos nossos rios com o potencial dos ventos, da brisa do mar, poderíamos sustentar, sim, em todos os Estados da costa, inclusive no Rio de Janeiro, onde há Angra I,II e II, Espírito Santo, Bahia, em todos os Estados da costa, com energia eólica. O Ceará está cuidando disso, está fazendo um grande projeto nacional e aumentando enormemente o seu potencial e sua capacidade em 211 mil megaWatts.

Essa preocupação de todos os Senadores com os riscos é mais do que importante, mais do que certa. Mas precisamos falar de preço de energia, de custo de energia e de potencial daquilo que não faz mal às pessoas, daquilo que não faz mal à natureza. Estamos espremendo a necessidade das pessoas. Já passamos as hidrelétricas de lagos para fios d'água. O impacto vai existir? Vamos controlar o impacto. Se algumas espécies poderão ficar comprometidas, vamos tentar minimizar de outra forma, em outras situações, com outros animais. Há milhões de animais que não existem mais no mundo há milhões de anos, como os dinossauros. E nem por isso fazem falta ao mundo. Mas energia faz falta às pessoas. A água faz falta às pessoas. Comida faz falta às pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui essas considerações. Lembro que as nossas necessidades, segundo estudos do Governo Federal, para 2030, precisaremos de 230 milhões de megawatts. Só as nossas hidrelétricas dariam 243 megawatts, só usou 91. Se somarmos a energia eólica, temos energia de sobra até 2030, sem precisar de termelétrica, sem precisarmos de energia nuclear. A vantagem da termelétrica é que ela fica parada. Só se usa se precisarmos. Portanto, se formos eficientes e colocarmos Itaipu, por exemplo na sua capacidade máxima...Em 2010, ela gerou 85 milhões de megawatts, mas em 2008, gerou 94. Por que diminuiu em 2010?

Evidentemente, há as considerações de clima, de chuva, mas, se considerarmos uma capacidade média de 74, de 80, em Itaipu, e lembrar que a energia eólica pode fazer muito mais, por que discutirmos aqui energia nuclear? A decisão seria utilizar todo o potencial eólico e hidrelétrico para depois conversarmos sobre potenciais de risco.

Portanto, eu gostaria de sugerir posteriormente que pudéssemos fazer uma audiência pública para discutirmos alternativas de energias, enquanto estamos aqui discutindo riscos que hoje são mínimos no Brasil, porque só temos Angra I e II. O risco é para um Estado importante, valoroso para o Brasil – são brasileiros que estão lá –, mas ainda é um percentual baixo de produção nacional. Vamos discutir a não ampliação da

energia nuclear antes de esgotarmos as outras capacidades e potencialidades que o Brasil tem de sobra para os brasileiros.

Muito obrigada, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Passo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Presidentes das três Comissões que estão promovendo esta audiência pública, quero parabenizar a iniciativa desta discussão.

O Senado, e não só o Senado, mas o Congresso brasileiro precisa ter um debate sistemático para acompanhar a política nuclear no Brasil. E é papel do Senado, o Senado não pode fugir da sua responsabilidade em discutir o Estado brasileiro. Agora, eu, evidentemente, no debate, considero normal o contraditório de opiniões, mas quero colocar minha opinião neste debate.

Do ponto de vista estratégico de um país que já se projeta como a quinta potência econômica, a quarta potência econômica; do ponto de vista de Estado, nós podemos prescindir da energia nuclear? Uma quarta potência econômica, uma quinta potência econômica pode abrir mão de energia nuclear? Um país como o nosso, com essa população, com estabilidade econômica, com crescimento econômico, podemos pensar em abrir mão de energia nuclear?

Tenho que voltar a alguns textos do Nelson Rodrigues. Não podemos abrir mão, sob pena de prejudicar alguns setores do nosso País. Depois, trata-se de compreender a estratégia da energia no Brasil. O Brasil tem uma energia em rede. Evidente que temos que colocar na rede todas as iniciativas, eólica, hidráulica, tudo. Mas não dá para um país como o nosso...

Vamos pensar: hoje nós temos uma parte do País, no extremo Norte do País, Roraima, que tem energia da Venezuela. E olhem que estamos ampliando a relação do ponto de vista estratégico do Mercosul com a Venezuela. Mas a energia do povo de Roraima, da economia de Roraima tem que ser brasileira. O meu Estado, nosso Estado, só agora, 2012, 2013, estará interligado à rede nacional. O Amapá está fora. E temos que fiscalizar, não é, Senador Eduardo Braga? Senão não sai a obra.

Agora, é um debate que temos de fazer mesmo. As hidroelétricas na Amazônia. Vamos fazer e ter a responsabilidade de aprofundar os cuidados, as mitigações, a realidade, as compensações. Nós temos que radicalizar nisso, por que não? Ou porque são ribeirinhos que nós não vamos ter que tratar, ter a sensibilidade, ter a responsabilidade, ter compromissos republicanos com esse povo, com os povos indígenas? Agora, nós vamos dizer não? Como é, um país com 190 milhões de habitantes, com a economia que temos, com a responsabilidade que temos hoje, mundial? Não vamos fazer hidroelétrica, não vamos fazer energia nuclear, vamos fazer o que mesmo? Paciência, tenha santa paciência!

Agora, nós precisamos encontrar mecanismos, inclusive esse, como a audiência pública de hoje. Temos, a qualquer hora, em qualquer reunião, essa competência de chamar, de convidar, de convocar. Acho que mais do que isso, Presidente...

Vou apresentar um projeto de lei para termos esse acompanhamento da energia nuclear de forma sistemática ou duas vezes por ano aqui, no Congresso Nacional, para não ficar só pela iniciativa do requerimento da audiência pública. Mas nós temos uma lei. Tem que vir aqui e não ficar uma hora, não ficar duas horas, mas o Congresso acompanhar, em profundidade, o andamento disso tudo.

Enfim, todo o conjunto de cuidados, de reparos, de reflexões que precisamos ter, que o Congresso precisa ter.

Então, essa é a reflexão que faço sobre este debate.

Eu falei rapidamente agora há pouco, pela ordem – este mecanismo fortíssimo que os Senadores têm –, sobre um pouco das minhas preocupações, porque, junto com alguns Parlamentares, nós visitamos Angra. Espero que esse mecanismo da visita, da conversa, da discussão em Angra... Discutir com a Cnen também, a gente acaba indo a Angra e acaba ficando de fora quem regula. Então, é necessário trabalhar com quem regula, com quem executa, com quem faz a gestão das duas usinas, caminhando para a terceira; precisamos interagir mais, acompanhar mais isso.

Olhando esse aspecto dos cuidados, temos a estrada. Nós temos que ter uma outra via de acesso em Angra I e II, precisamos melhorar isso. Acho que isso é um padrão que tem que sair daqui, Senadora Lúcia Vânia. Nós não podemos trabalhar com a 101, com aquele padrão, considerando ali duas usinas e, daqui a pouco, três.

Isso tem que ser uma preocupação, isso é um produto que tem que sair desta audiência pública. Tem que haver uma reforma compatível com as providências cabíveis necessárias a uma estrada que está no entorno das usinas.

Vou fazer uma pergunta: qual a população hoje do entorno das usinas nucleares ali? Porque há uma população que mora próximo, a um quilômetro, dois.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Muito próximo não há ninguém residindo, porque é área de

propriedade da Eletronuclear. No raio de cinco quilômetros, moram cerca de 3,5 mil pessoas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É um número significativo para cinco quilômetros.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Esses são dados fornecidos pelos programas da Prefeitura e, fazendo uma combinação com o Censo, não o de 2010, porque ainda não saíram os resultados detalhados, mas com o Censo de 2000, admitindo que, em cada domicílio, haja quatro pessoas, há na região cerca de mil domicílios, mais ou menos, nessa área de cinco quilômetros, que é a área prevista para uma evacuação preventiva e que cobriria 99,99 de eventuais acidentes possíveis na usina de Angra I e Angra II.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Diretor Laércio...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero só, Senador João Pedro, fazer uma questão de encaminhamento. Nós temos apenas mais três Senadores inscritos. Então, para que todos os Senadores se pronunciem, em seguida nós passaremos a palavra ao Dr. Laércio para fazer todas as considerações finais.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Só para eu formar um juízo, por isso que eu perguntei o número da população do entorno, esse de 3,5 mil é um número significativo para cinco quilômetros, é um número expressivo, eu considero isso.

E a resposta para quantos abrigos existem hoje para atender esta população? Posteriormente V. Sª responde.

Na outra, eu quero insistir com as três Comissões que estão fazendo audiência pública, mas, fundamentalmente com a Comissão de Meio Ambiente, a quem compete a fiscalização, sobre os relatórios da Agência Internacional de Energia Nuclear, relatórios evidentemente com foco nas duas usinas nossas, do nosso programa; relatórios recentes, que pudéssemos ter acesso, ler e, evidentemente, formar um juízo a partir da visão da Agência Nacional de Energia Atômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Passo agora a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, ao Senador Lindbergh e Senador Walter Pinheiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Srs. Presidentes, Srª Presidente, Dr. Laércio Antonio Vinhas, sou um herdeiro do iluminismo, sou ainda um herdeiro da cultura iluminista, acredito na ciência e acredito na tecnologia para ampliar os limites da ação humana. Então, não só porque acho que é uma crise energética brasileira que tem que ser a mais diversificada possível, e temos que ser extremamente ambiciosos nessa matéria, mas porque acho também que, com o desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil, é uma história extraordinária, é uma história que tem atos de heroísmo, há figuras que merecem ser cultuadas, como por exemplo o Almirante Álvaro Alberto, gente que correu risco, gente que enfrentou dificuldades de toda ordem, de incompreensão, de dificuldade de orçamento, de dificuldade institucional.

De modo que sou favorável, com todas as cautelas que já foram muitas vezes enfatizadas aqui na reunião, e também com um esforço enorme de transparência, até para espantar os fantasmas que rondam uma questão ainda bastante misteriosa para grande parte da população, inclusive das camadas mais instruídas da população, sobre os riscos que adviriam do desenvolvimento da energia nuclear nas condições brasileiras, nas condições do nosso território, da nossa geografia, da nossa geologia, etc..

Lembro-me que, nos anos 60, houve uma pressão muito grande, especialmente dos Estados Unidos, para que o Brasil firmasse, naquele momento já, o tratado de não proliferação. Na época, isso foi em 1967, antes de Cristo, eu era presidente do Centro Acadêmico XI de agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, e trabalhei junto com...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Preparou as condições para o Lindbergh ser o presidente da UNE.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Exatamente, já pensando no Lindbergh.

Mas, na época, houve um debate sobre a necessidade de o Brasil manter sua autonomia em matéria de desenvolvimento da tecnologia nuclear para usos pacíficos, e se via, na assinatura daquele tratado, possíveis entraves a esse desenvolvimento, tanto é que demorou muitos anos para que o Brasil modificasse o tratado.

Na discussão de hoje, várias vezes foi abordado o aspecto da atualização da nossa tecnologia e da necessidade de termos sempre a tecnologia mais *up to date* em matéria de tudo aquilo, em comparação com tudo aquilo que se faz na aplicação da energia nuclear para produção de eletricidade.

Eu pergunto ao diretor da nossa Comissão Nacional de Energia Nuclear: A quantas anda essa atualização dessa nossa tecnologia? Os equipamentos da usina Angra 3, segundo nos disse o presidente da Nuclebrás datam de 20 anos atrás. Seriam eles, hoje, a expressão daquilo que temos de mais moderno? Existem canais de comunicação entre os diferentes países que dominam, com um grau de avanço bastante razoável, como é o caso brasileiro, a tecnologia

nuclear para uso pacífico? Existem formas de comunicação entre as instituições dos países de modo a que possamos nos beneficiar do resultado das pesquisas e dos avanços tecnológicos que são promovidos em outros países?

Qual é o papel da Comissão Internacional de Energia nessa difusão, ela propicia, ela segura? Qual é a nossa relação com essa instituição internacional?

São as perguntas que faço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vou ser bem direto. Volto novamente à questão do licenciamento definitivo da usina Angra 2. O senhor falou antes que o problema agora está no Ministério Público. A gente aqui que até perguntar se é Ministério Público Federal, quem é o procurador, porque interessa a esta Casa entrar nessa discussão. Mas é de estranhar um tempo tão longo, porque a usina está em atividade desde 2002. Fui prefeito do Município e sei como é cada processo de licenciamento, a intervenção do Ministério Público. Mas a gente sempre vai lá, tenta explicar como é. Então, eu acho que tem, de fato, mais de oito anos, quase nove anos em ação sem licenciamento definitivo. Interessava saber quem é o procurador, porque esse é um assunto que considero importante. Não é razoável não ter esse licenciamento definitivo, talvez tenha alguma pendência que seja relevante. Por isso nosso interesse em conversar com o Ministério Público.

Agora volto aos rejeitos radioativos. A opinião de pessoas que conversaram comigo é que, de fato, estarem armazenados nesses galpões da usina não é a situação apropriada. Eu queria saber também, porque já citei novamente aqui, estou repetindo a pergunta... Houve uma comissão em que a Presidente Dilma, à época Ministra da Casa Civil, participou, e um dos pontos era "Metas para um Depósito Definitivo". O que foi feito? Eu achei a explicação do presidente Othon insuficiente. Como esse órgão, a Cnen, tem a função de fiscalizar, eu quero saber quais são os prazos, o que é feito, se é problema orçamentário. Eu sei que a construção lá de Abadia de Goiás custou 7 milhões. É esse o problema? Se for esse o problema tem que ser explicitado, porque eu acho que podemos ajudar. Colocar claro esse debate ajuda nas discussões sobre quais são as prioridades do Ministério do Planejamento etc.

Mas quero fazer aqui outra perguntas bem diretas. No Rio de Janeiro, há um reator de pesquisas na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, pertencente a Cnen. Sei que é um reator pequeno, com reduzido potencial de acidente. Chegou ao meu conhecimento que esse reator já opera há mais de trinta anos e não tem certificação da Cnen para operar. Quero saber se isso é verdade.

Também tenho informação de que reatores de pesquisa de São Paulo e Minas Gerais também não têm essa certificação.

Quero fazer outra pergunta. É sobre uma mina de urânio em Poços de Caldas, que concluiu suas operações há mais de dez anos – Presidente Rollemberg, acho que isso interessa a esta Comissão –, deixou um passivo ambiental que pode ser visto inclusive por satélite e toda cava da mina de urânio continua a céu aberto. Gostaria de saber o motivo pelo qual a Cnen, órgão responsável pela fiscalização na área nuclear, não tomou nenhuma atitude efetiva para resolver essa questão, deixando que a degradação ambiental prossiga justamente numa região turística importante como Poços de Caldas.

O *Correio Braziliense* de ontem traz uma reportagem sobre o fato de o Brasil, que é detentor da sétima maior reserva de urânio do mundo, estar importando esse material. Há atrasos no processo de licenciamento, talvez com razão. Mas nós queríamos entender. Essa é uma daquelas questões que a Presidente Dilma, tenho certeza, quando toma conhecimento – sétima reserva de urânio do mundo – de que estamos importando urânio, fica uma arara, para usar o termo que ela usou.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª sabe quais as questões que deixam a Presidente uma arara? Eu gostaria até de transmitir à senhora algumas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse termo foi usado pela própria Presidenta. Polêmica de pombos e falcões, ela se diz uma arara.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Eu pediria ao senhor que transmitisse... Eu tenho uma relação, eu tenho uma lista grande.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, a esta hora, não sei se a fome ou a vontade de comer nos move de forma mais agoniada. Mas quero dizer que lamento o processo que adotamos aqui. Na realidade, o debate com o Dr. Othon tem uma característica. A necessidade da junção da participação da intervenção dele com a do Dr. Vinhas, eu diria que é a parcela mais importante deste debate. Vou usar

uma resposta dada pelo Dr. Othon, óbvio, fazendo já as minhas elações. Quando ele respondeu a mim e ao Lindbergh, quase que ele disse: minha obrigação é fazer gerar energia; daí para lá, o que vai acontecer é tarefa de outro órgão. Então me parece que essa junção – e o senhor explicitou sobejamente bem – caminha passos, ou seja, tem a leitura da segurança como um pressuposto básico para a definição da política e, consequentemente, a implantação, entre nós, de, mais do que a legislação, a cultura, como o senhor mesmo colocou. Porque lei, meu caro Aloysio, lei até as figuras rasgam, cultura é mais difícil. Muito mais difícil.

Este é o principal problema: não temos a cultura. E estou falando agora da experiência concreta e prática, da relação do Poder Público; nós não temos a cultura do processo de fiscalização com senso de responsabilidade. Nós temos a cultura como um processo de acompanhamento por parte dos órgãos de fiscalização para o cumprimento daquilo que a lei determina e não porque a cultura deveria ensinar.

Vou traduzir rapidamente aqui para fazer alguns comparativos. Nós nos acostumamos a um processo posterior que resulta multa em quem causou o prejuízo. Eu até contava aqui um caso engraçado ao meu amigo Lindbergh da época em que foi debatido aqui no Senado o "caladão". Eu não era Senador, eu vim para cá porque eu me interessava pelo tema, não tive oportunidade de falar naquela época, mas tive o apagão no sistema de telecomunicações brasileiro logo após o processo de reestruturação do setor. O Senado fez aqui, na época, uma grande audiência com o saudoso Renato Guerreiro, que faleceu há pouco.

Daquele resultado, Dr. Vinhas, eu pergunto: resolveu o problema? Não. Aplicou-se uma multa astronômica. Fiz uma pergunta ao Guerreiro na época: venha cá, se eu deixei de ligar para a minha mãe no Dia das Mães por causa do caladão, não tem multa nenhuma que pague e que devolva esta minha falha de não poder ligar, não poder contatar com minha mãe. Não tem multa que pague isso. Eu posso depois me explicar com a minha mãe. Estou falando de algo que ainda posso fazer posteriormente, em outro contato com a minha mãe. Imagine uma situação desta. Eu aplico a multa, vou lá, faço, aconteço, chego para fiscalizar os efeitos e para aplicar multas. E aí? E as vidas que se foram? Voltam? E os problemas que ficam? A multa vai resolver isso? Não.

Portanto, não é só um problema orçamentário – que eu achei que o Lindbergh toca bem –; a gente não pode, em nome de um problema ou de uma escassez orçamentária colocar isso num plano de fundo. Isso é plano principal. Se não há orçamento para isso, outras coisas deveriam ser cortadas e essas questões passam a ter a primazia no atendimento porque estamos trabalhando com vidas.

Essa é a parcela principal para a gente definir, por exemplo, qual deve ser o rumo nosso nessa questão de matriz energética. Porque, quando a gente fala que resolve o problema com a geração hídrica por conta de fio d´água, etc, "remanso, casa nova, sento sé, pilão arcado e Sobradinho" foram. Mas nós erguemos novas cidades! A Bahia tem uma cidade que é resultante de atingidos de barragens, Serra do Ramalho, desagregação plena e total.

As famílias que estão em Serra do Ramalho não têm as mesmas condições que tinham onde moravam. Não tem mesmo. E se gerou um pepino, um problemaço ali na Serra do Ramalho. São 19 mais duas agrovilas, num total de 21 em que temos um problema sério. Uma aldeia indígena que saiu de lá. Isso acontece em tudo quanto é lugar. Fauna, flora,o debate sobre essas questões. Como é que a gente vai se deparar com isso.

Eu continuo dizendo o seguinte: eu não sou favorável à satanização da energia nuclear, sou favorável, como o Aloysio colocou muito bem. Acho que a gente tem que experimentar o que estão nos oferecendo hoje como *upgrade* de tecnologia.

Então, se isso se coloca de maneira tal para acender o alerta, vamos ver se esse *upgrade* de tecnologia não dá para a gente deslocar para outra área. Vamos ver se é possível. O que diziam antes é que nós não tínhamos escala para energia eólica nem para energia solar. Então, se ia para a nuclear, inclusive como mecanismo de atendimento imediato, problema de escala, preço e tal. Isso está modificando.

Pegando o exemplo da Bahia, nós contratamos 34 usinas de energia eólica até 2014 na Bahia. Vamos gerar equivalente à metade do que vai gerar Angra I. Metade! Com 34 usinas! O Nordeste deve ser responsável, nos próximos anos, por 50% de todo potencial eólico brasileiro. A própria região onde temos lá nossa reserva de urânio em Caitité vai receber energia eólica agora.

Então, de que se forma isso se combina? Como a gente atua nisso?

O senhor falou aí na exposição acerca dessa questão do mapeamento, como está aqui. Tem uma análise preliminar das influências, a própria questão de geologia, geotécnica e meteorologia. Eu tenho hoje um mapeamento ecológico e ambiental detalhado, porque temos a capacidade de fazer isso com geoprocessamento, de forma intensa. É fundamental poder visualizar, assim como eu disse que poderia ser visto a imagem hoje em qualquer pesquisa do Google via satélite, a gente pode fazer também esse teleacompanhamento hoje de forma sofisticada.

Outra questão fundamental é quando o senhor fala aqui na própria relação entre os passos adotados na relação com o clima, as medições, de qualquer maneira o que se antevê de terremoto, abalos sísmicos, a questão meteorológica e tal. Há uma interação da CNEN com os nossos organismos que cuidam dessa área. Nós temos um processo que aí não pode ser a partir do fato, mas se antevendo a fatos, dessa questão.

Recentemente, naquela chuvarada no Rio de Janeiro, Angra ficou ilhada, o acesso a Angra. Então, se o acesso à usina ficou ilhado, imagine no dia em que houver um problema e a fuga fica complicada? E na emergência, vai ficar como?

Se a própria usina onde está hoje é tranquilamente isolada, se ela fosse isolada hermeticamente para não vazar seria uma coisa maravilhosa. Então, ao contrário, se há nessa relação, nessa interação entre os órgãos – uma coisa que não sei se foi o Aloysio ou o Rollemberg que chegou a tocar – com o mundo. Eu, por exemplo, tenho buscado ver onde nós temos usina nuclear.

Eu tenho visitado vários centros de controle de emergência de catástrofes, agora, recentemente, volto a frisar, antes desta história do Japão, portanto, estive lá para conhecer como funciona isso, e a própria informação à população, Dr. Vinhas. Nós tivemos o exemplo de Caitité. Lá nós fizemos uma parceria com a ANA, que vai lá para fazer a análise de toda a água. Óbvio que existe uma separação. As pessoas, às vezes, até pelo desconhecimento, pensam que o fato de ter urânio já contamina a água. Não há beneficiamento de urânio em Caitité. Então, portanto, não é esse o risco. Mas, mesmo assim, o Estado foi lá fazer uma parceria, a ANA foi, o Ingá – o nosso instituto de águas da Bahia.

Mas, de qualquer maneira, se esta coisa não funciona antes, se você n ao interage entre os órgãos, você vai vivendo o tempo inteiro com esse tipo de expectativa e, óbvio, com a oposição a qualquer possibilidade de instalação de usinas com esse porte.

Então, acho que é fundamental isso e quero insistir nesta questão do acompanhamento, como diz o João Pedro aqui da nossa parte. Mas mais do que isso, é um certo nível de valorização da CNEN.

Se eu disser aqui para o senhor que uma parte do povo brasileiro conhece a Anatel, conhece a Anel, mas eu aposto que em número muito mais reduzido tem uma relação com a CNEN. Posso dar como exemplo a própria região de Caitité, na Bahia. Se fizer uma pesquisa ali, Senadora Lúcia Vânia, verá que o pessoal não sabe nem o que é a CNEN. O que é isso? Ah, a quem de quem? De Nênm? Nêm deve ser o sujeito ali do bairro. Nem um, nem outro. Como é que isso se propaga, como é que a gente sabe da existência, como eu recorro, como é que isso funciona. Então, estamos tratando disso depois que a barba do nosso vizinho ardeu. Então, dá tempo de colocarmos a nossa de molho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou procurar ser bem rápida.

Quero cumprimentar o Dr. Laércio e dizer da satisfação de tê-lo aqui conosco.

As perguntas serão bem objetivas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de responder ao Senador Walter Pinheiro em relação à audiência pública. Nós procuramos desde o início buscar a coordenação do Programa Nuclear Brasileiro através desta audiência pública com as três Comissões. Nós entendíamos que não seria possível tratar da questão apenas com Infraestrutura ou com Ciência e Tecnologia e/ou isoladamente com Meio Ambiente.

Nós estamos tendo uma dificuldade de agenda. A gente vai superar essa deficiência ao longo do tempo.

Em segundo lugar, eu gostaria de comunicar à Comissão que nós temos aqui no Senado, já foi votado na Câmara, um projeto de lei que trata da segurança do Programa Nuclear Brasileiro, que irá ensejar esse projeto, ele vai ser debatido na Comissão de Justiça e na de Ciência e Tecnologia, e acredito que irá consolidar essas audiências públicas que estamos tendo.

A pergunta para o Dr. Laércio. Qual a importância do domínio dessa tecnologia, pois um país como o Brasil não pode prescindir, mas acredito também que a CNEN e os órgãos responsáveis deveriam passar para a sociedade não somente a questão da produção de energia, mas também os outros benefícios que poderiam advir do domínio dessa tecnologia.

Segundo, uma pergunta que o Aloysio já fez, se existe uma transferência de tecnologia neste setor. Foi intercâmbio que o Senhor perguntou. Mas eu queria saber se existe a transferência, uma vez que é uma questão estratégica. Acho que é difícil essa transferência e daí por que mais uma vez reforça a importância do seu domínio.

E, por fim, é uma questão paroquial minha que eu gostaria de saber como é que está o depósito do Césio 137, se existe uma fiscalização e um acompanhamento. É importante dizer que em Goiânia, hoje, a nossa manchete do dia é a questão da desconfiança sobre o depósito do Césio 137. Eu pergunto ao senhor

se existe um monitoramento – e posso dizer ao senhor que existe uma coincidência: como não existe uma acompanhamento local das autoridades em relação aos efeitos do Césio 137, nós temos uma incidência de câncer muito forte na área, e a cada acidente desse nós ficamos numa inquietação sem tamanho.

Portanto, eu gostaria de saber da Cnen como é que está essa situação.

Infelizmente, ao contrário do que disse aqui o Senador Walter Pinheiro, Goiânia aprendeu a conhecer a Cnen por esse desastre que foi, sem dúvida nenhuma, na dor, muito na dor, o que foi isso para a nossa capital, para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, nobre Senadora Lúcia Vânia.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, quero informar que as exposições dos convidados estarão disponíveis no *site* www.senado.gov.br, na parte de cima e também justificar a ausência do Senador Flexa Ribeiro, que foi indicado pelo Presidente Sarney para representá-lo no lançamento do Programa Estadual de Municípios Verdes, a realizar-se em Paragominas, no dia de hoje.

Quero solicitar a autorização desta Comissão para, como estamos sendo prestigiados aqui com a presença do Deputado Alfredo Kaefer, e antes de passar a palavra ao Dr. Laércio para as considerações finais, passar a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB – PR) – Muito obrigado. Cumprimento os Senadores, a Srª Senadora, o senhor expositor, Professor Laércio Vinhas, do Cnen.

Venho aqui na condição de autor de uma PEC nº 122, de 2007, onde eu proponho a desestatização ou a saída do monopólio exclusivo do Estado nas questões nucleares. Isto é da Constituição Brasileira que prevê que só o Estado tem poder de envolvimento em toda a questão nuclear, inclusive na produção e geração e desenvolvimento da energia.

Imaginava eu, na época da proposição – e mantenho o meu pensamento –, de que o Brasil, se quiser crescer e fazer parte da elite mundial no desenvolvimento, deve pensar nas alternativas de produção de energia. Apesar de termos uma capacidade ainda futura de implantação de energia hidroelétrica, nós temos que pensar nas variáveis: energia solar, eólica, hidroelétrica e também nuclear.

A China, por exemplo, que há 22 anos, em 1989, tinha um PIB igual ao do Brasil, pensou dessa forma. Construiu a sua Itaipu, que é a usina de Três Gargantas, maior do que Itaipu; desenvolve várias alternativas de produção de energia, mas ainda está muito na produção de usinas térmicas com carvão, altamente poluidoras. Mas tem um projeto de implantação de mais de 10 usinas nucleares, usinas termonucleares. Então, está pensando grande, está pensando para o futuro.

Vez por outra somos tomados por esta situação como há muito anos atrás: *Chernobyl, Trhee Miles Island* e, agora, *Fukushima*. Comparo isso, Senador Aloysio, àquela situação dos desastres aéreos: morrem mais de 30 mil pessoas no trânsito no Brasil, mas nos abalamos quando tem um acidente aéreo, que mata 100 pessoas de uma vez só.

Os aviões poluem, mas são essenciais para continuar transportando as pessoas com rapidez. Penso que não deva ser diferente com relação ao nosso projeto de expansão de produção de energia termonuclear.

O futuro da humanidade vai, certamente, ser movido a energia elétrica. Os nosso carros, muito em breve, terão baterias recarregadas em um posto onde, em vez de combustível, pluga-se na tomada e recarrega-se. Ou, ao chegar em casa, à noite, liga-se na tomada para recarregar e, no outro dia, sai andando sem poluição. Para que isso seja feito, temos que produzir energia elétrica, seja hidrelétrica, solar, eólica e também nuclear.

Apresentamos aquela PEC porque, se quisermos pensar grande, devemos saber que, sem energia, não se desenvolve. Sabemos o valor da energia, quando chegamos em casa, apertamos o botão e não há energia elétrica. Ou ainda, quando queremos ligar a televisão para assistir ao programa e, por algum *blackout,* falta energia. Sabemos o valor da energia naquele momento.

A natureza nos concedeu graciosamente, um estrutura, uma condição de termos capacidade de produzir energia em abundância, primeiro, nas hidrelétricas, com tudo que já temos e com o que temos por construir. Mas também nos deu a benção, Senador Rollemberg, de termos estrutura geológica magnífica, com possibilidade muito pequena de problemas como o Japão teve agora, terremotos, ou acidentes naturais de grandes dimensões, que poderiam eventualmente afetar as usinas nucleares.

A técnica de segurança nos últimos anos – o professor sabe disso – evoluiu muito e, certamente com o evento de Fukushima, vai evoluir muito mais ainda, de forma tal que vai nos dar segurança. Se olharmos a nossa história, desde a época da pólvora, ela foi nefasta, porque provocava a morte de pessoas, com a dinamite, mas também foi extremamente benéfica para a evolução da tecnologia humana. Certamente, não será diferente com o nosso processo de produção de energia.

De modo que continuo pensando que devemos desembaraçar esse imbróglio de o Estado ser o único controlador de todo o processo nuclear. Por emenda constitucional, conseguiu-se liberar o uso para fins médicos. Foi um avanço, mas pequeno.

Então, temos que perseverar nesse quesito. Mantenho a minha posição de que temos que construir muitas usinas, de todos os tipos, também nucleares. E por que não permitir que se faça um processo licitatório, como se fez Jirau ou a recente Belo Monte, para a iniciativa privada? Vamos contar, licitar com toda a segurança, com toda a estratégia, para que o Estado tenha o controle do processo nuclear.

Deixo aqui essa minha contribuição, Sr. Presidente, crente de que não nos devemos abalar pela situação que houve e continuar desenvolvendo, sim, todo o nosso processo de produção de energia e também contemplar o processo de construção e produção de energia elétrica através das termonucleares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Agradeço a V. Exª, Deputado, é uma honra para esta Comissão contar com a sua contribuição neste debate.

Passo a palavra ao Dr. Laércio, para suas respostas e considerações.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Antes de mais nada, não que eu queira fugir de algumas perguntas, mas a minha função é a da segurança. Essa função da política nuclear brasileira foge um pouco do meu âmbito de atuação. Não vou fugir delas, mas elas ficam um pouco incompatíveis com a minha responsabilidade como chefe da parte licenciadora da comissão.

Não vou fugir das respostas, mas gostaria que V. Exªs entendessem esse ponto de vista. Não cabe a mim definir – nem à minha diretoria – a política.

Para a gente poder relaxar um pouco aqui, e já em parte respondendo ao Senador Walter, sobre a cultura nossa, e respondendo a um questionamento do Senador Lindbergh ao Almirante Othon: o número de pessoas que participam dos exercícios é da ordem de 1%, embora todos sejam convidados.

Aí eu faço uma comparação: certamente o Senado faz exercícios de emergência de evacuação em caso de incêndio. Eu perguntaria aos senhores: quais dos senhores participaram de um exercício desses, saindo de uma Comissão ou saindo de seus gabinetes para se dirigir para fora do prédio?

Então, essa cultura é que tem que ser treinada - respondendo ao Senador Walter. Isso é só para mostrar...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) - Mas tirar 150 mil pessoas, 200 mil pessoas só para fazer o teste é um transtorno, viu? A cidade inteira?

O SR. LAERCIO ANTONIO VINHAS – Por isso é que não é feito. É feito com grupos representativos, por amostragem. Senão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) - Mas aí não vai resolver, porque a função de político é apagar incêndio, não é fugir de incêndio. (*Risos*.)

O SR. LAERCIO ANTONIO VINHAS – Isso é só para relaxar um pouco. Como eu digo sempre, o trabalho tem que ser um modo de vida, e não um modo de morte.

Vou tentar responder, o mais rápido possível, todas as perguntas.

Uma delas é quanto à localização de centrais nucleares, e assim já respondo a várias pessoas.

Primeiro, quando foi projetada e construída Angra I, a cidade era muito menor. A Rio—Santos foi construída em função da usina. Eu me lembro de que, na primeira vez que fui a Angra, em 1967, a única estrada que havia era descendo por Bananal e Rio Claro para chegar a Angra. A população era reduzida. Hoje em dia, nessa análise que a Eletronuclear está fazendo da localização das futuras centrais nucleares, esse é um fator levado em conta. Caberia mais a eles descrever esse processo, mas, já que eles não estão mais aqui, vou assumir um pouco o papel deles.

O processo para se estabelecer a localização de uma central nuclear envolve cerca de 50 a 60 critérios. Segundo esses critérios, há os impossíveis, os que devem ser evitados e aqueles que contribuem para a localização.

Pelo que eu sei informalmente, pois esse estudo ainda não foi apresentado à Comissão – só será apresentado quando do pedido de aprovação de algum local -, eles têm feito um estudo levando em conta os vários fatores e encontrando regiões onde poderia ser feito. Pelo que eu ouvi em algumas palestras, neste momento seriam quatro regiões, em cada um dos quatro estados em volta do rio São Francisco, que seriam regiões, digamos, propícias para a instalação, e acredito eu que os técnicos dirão: "Essas quatro regiões são propícias, e, daqui para frente, a decisão passa a ser uma decisão política". Se quatro locais são igualmente bons, daí para frente, cessa o trabalho dos técnicos, e provavelmente será uma decisão política - e acredito eu, como está na Constituição, deverá ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Fico muito contente com essa manifestação, de uma divulgação maior da Comissão.

Realmente, esse é um fato que nos aflige.

Eu, por exemplo, como trato dessa área regulatória, somente sou chamado no que eu chamo de "cine catástrofe". Eu nunca sou chamado em época de paz. Raramente eu sou chamado. Desde que aconteceu o acidente, no popular, agora eu estou em todas! Antes, passavam-se anos, anos e anos e ninguém me procurava.

Mas há essa outra parte que deve ser dita, como disse aqui a Senadora: a energia nuclear não se restringe à geração de energia elétrica. Há uma infinidade muito grande de aplicações na saúde, na medicina, até na própria proteção ao meio ambiente, que permite, com o uso de radioisótopos, estudar as correntes marítimas, fatores de diluição e uma série de coisas.

Só respondendo às mais fáceis, e aqui à Senadora, o depósito de Goiânia tem o acompanhamento contínuo do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste, que pertence à outra diretoria da Comissão, a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento. A diretoria que está a meu cargo realiza duas inspeções por ano para verificar as condições do depósito. E eu posso assegurar à senhora que o depósito está em perfeitas condições.

Há uma série de barreiras entre o material radioativo e o meio ambiente. Os números citados aqui são verdadeiros. Eu sei bem desse acidente porque eu cheguei a Goiânia um mês depois do acidente. Não é que a CNEM demorou oito dias. Na noite em que foi conhecido o acidente, imediatamente seguiram três técnicos; depois de uma semana havia oito e, no pico da descontaminação, havia setecentas pessoas trabalhando. Eu, em particular, chefiava a equipe que descontaminou a Rua 63, chamada casa do Ovídio, o Ferro-Velho II, onde vivia a menina Leide, e, depois, quando todos nós nos reunimos para descontaminar a Rua 57.

Então, houve um aprendizado muito grande e hoje, claramente, estamos muito mais bem preparados para isto, para responder a uma emergência. Ao mesmo tempo, intensificamos muito mais o controle sobre todas as fontes. Fazemos cerca de quinhentas inspeções por ano. As instalações de radioterapia, as instalações de gamagrafia ou de irradiadores industriais para esterilização de produtos farmacêuticos e de alimentos, que são, digamos, fontes mais fortes, são visitadas uma vez por ano ou, na pior das hipóteses, uma vez a cada dois anos são inspecionadas. Há outras instalações de menor risco, como empresas que utilizam uma pequena fonte radioativa para medir nível. Essas instalações são visitadas, dependendo do risco associado, a cada três ou quatro anos. Nós seguimos, para isso, os protocolos da Agência Internacional de Energia Atômica.

Quanto à preparação para emergência, há uma série... Pode ser que eu me confunda um pouco aqui, porque as perguntas foram muito variadas. Se alguém se sentir prejudicado, pode levantar a mão.

Quanto às emergências, há vários exercícios de emergência, exercícios de comunicação, exercícios de acionamento. Como disse o Othon, a cada dois anos, há um exercício envolvendo a população. É voluntário, e aí só aparece o um por cento para participar do exercício.

Essa parte do exercício é responsabilidade do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, que, durante um período, esteve no Ministério da Ciência e Tecnologia, e hoje voltou a ser subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional. Esse sistema opera, os principais órgãos dele são os Sistemas de Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal. E a Comissão Nacional de Energia Nuclear participa também como um órgão de coordenação.

A mim me parece que seria extremamente interessante que houvesse uma audiência pública específica, ou pelo menos que se convidasse o SIPRON, que tem um volume de informações muito maior do que o meu para prestar os esclarecimentos necessários aos Srs. Senadores.

Acho que suas perguntas, Senador Ivo Cassol, eu respondi a elas. Ou está faltando alguma coisa?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Fora do microfone.) – Se é viável ou não pegar uma área de preservação federal e colocar as usinas dentro para evitar esses transtornos...

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS (Fora do microfone.) – Sobre isso é aquela primeira parte que eu falei: é feito um estudo e são feitas as áreas em que é possível. E um dos critérios é a distância. Mas os estudos dizem que é para ser uma área pouco habitada, mas ao mesmo tempo dizem que é para preservar as áreas de proteção ambiental.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só um momento, professor, mas continua a preservação, com uma grande diferença: o senhor falou, no começo, que em 67, quando o senhor esteve em Angra, particularmente não era habitado. A Rio-São Paulo não existia. Mas, automaticamente, com o crescimento e como o Rio de Janeiro não tinha local para crescer, a não ser para aqueles lados mesmo, porque pelos morros não tem jeito, numa área de preservação seria o contrário: seria já interesse nacional. Quer dizer, preservando a questão ambiental, sem ter condições de, amanhã, ninguém poder morar nas redondezas com 300, 400 km em redor.

Então essa é a minha sugestão. Para que nos próximos estudos que vocês forem fazer, o que se precisa é de água, e nessas áreas o que mais tem é água.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – A água é essencial. Como está demonstrado no Japão, a água é essencial para as instalações nucleares.

Acho que a Senadora Kátia Abreu já se retirou, mas creio que já respondi a ela sobre os outros usos, o Flúor 18 e o acidente de Goiânia.

Quanto à criação, não foi levantado aqui, mas nós somos... não que o nosso sistema regulador não ofereça a segurança necessária, mas não há dúvida de que a criação de uma agência reguladora específica viria nos ajudar muito. E aproveito a oportunidade para solicitar o apoio dos senhores e das senhoras na criação dessa agência.

Em 2009, pouco depois daquela comissão interministerial, onde foi sugerida a criação da agência, eu e minha equipe, juntamente com os procuradores da comissão, trabalhamos na elaboração de proposta de um projeto de lei para a criação de uma agência reguladora. A criação de uma agência reguladora melhoraria muito o conhecimento que se teria da comissão. Provavelmente, com a agência, nós não passaríamos por algumas dificuldades enquanto autarquia, onde ainda há uma parte de licenciamento, não que não estejamos fazendo o nosso papel, mas poderíamos fazer de uma maneira muito melhor.

Esse projeto de lei foi elaborado, tomando por base as demais agências reguladoras que há no País, porque achamos conveniente não criar um animal totalmente novo, porque isso dificultaria o trâmite do processo no Executivo e no Legislativo. Então, nos baseamos nas demais agências e fizemos – é a palavra da moda – a customização para a área nuclear, atendendo aos requisitos que a Agência Nacional de Energia Atômica faz para um órgão regulador, baseado na experiência de outros países, como Estados Unidos, Espanha, França.

Então fizemos esse arranjo que está nos canais competentes.

Quanto à política nuclear, Senador João Pedro, na minha opinião – e agora não como regulador, pois como regulador eu não emitiria a minha opinião –, há espaço para todas as energias, inclusive para a energia nuclear, por várias razões, algumas já levantadas pelo engenheiro Othon, que é realmente a competitividade dela, por um lado, o fato dela poder trabalhar tanto na complementação térmica quanto fazer uma parte da base. Claramente a base da energia elétrica no Brasil será sempre de hidroelétricas. Isso não há dúvida. A energia nuclear, na minha concepção, sempre, no Brasil, ficará numa faixa de 3% a 5%, não seria mais do que isso. Isso também é importante para que nós e as nossas gerações futuras acompanhem o desenvolvimento da técnica. Porque, numa hora em que se tornar mais necessário, não teríamos pessoas à altura sequer para fazer o – como é que chama, quando se quer fazer uma compra? – documento para permitir a licitação. Não saberíamos nem o termo de referência, o que colocar para as pessoas.

A tecnologia nuclear é uma tecnologia de arraste. Toda ela, nas suas várias fases, não só na usina, mas como no ciclo do combustível, é uma usina de arraste.

Aproveitando aqui uma pergunta do Senador Aloysio. O Brasil dominar a tecnologia do enriquecimento tem uma importância tão grande, e o reconhecimento ao Brasil pelo domínio dessa tecnologia é muito maior no exterior do que aqui no Brasil. Eu também acompanho bem isso. Todas as negociações sobre salvaguardas com agência, aquelas dificuldades que tivemos em 2004 sobre aplicação de salvaguardas em Resende, sempre estive envolvido nessas negociações e sei que o Brasil como detentor dessa técnica mudou o *status* do Brasil perante a comunidade nuclear internacional. Há apenas 11 países que dominam a tecnologia de enriquecimento isotópico. E há apenas sete ou oito países que dominam a tecnologia de enriquecimento isotópico por centrifugação, que é um método muito mais eficiente e muito menos consumidor de energia do que pelo método de função gasosa.

O desenvolvimento desse projeto teve uma participação essencial do Othon, como teve uma participação essencial do Rex Nazaré e de várias pessoas que trabalharam e trabalham na comissão. Foi um projeto conjunto da Marinha do Brasil com a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Mas esse é um diferencial muito grande. Essencialmente, há um... Nem os P5 detém a tecnologia. A China comprou da Rússia. Então, tem os P4... Os P5 que se diz são os países signatários do TNP que têm bomba. Então, quem detém tecnologia são a França, o Reino Unido, os Estados Unidos e a Rússia. Fora deles, tem Japão, Alemanha, Holanda e Brasil. Então, é um diferencial. E essa tecnologia é uma tecnologia que permitiu um grande arraste na indústria nacional.

A ideia do Senador João Pedro de que o Congresso acompanhe de perto, inclusive para atender ao preceito constitucional, parece-me extremamente interessante, porque assim – aí já estou jogando a brasa para o meu peixe – quanto mais nós estivermos em evidência, não nos momentos de cine catástrofe, melhor para nós.

Quando saiu a Constituição de 1988, quando eu assumi uma certa posição na Comissão, eu cheguei a

conversar com os presidentes da Comissão na época, e disse que achava importante que a Comissão, independente de ter sido pedido ou não, anualmente, encaminhasse um relatório ao Congresso Nacional, para atender ao preceito de que as atividades nucleares no Brasil têm que ser desenvolvidas mediante o acompanhamento do Congresso Nacional. Porque nós que trabalhamos na área, quando há uma cobrança sadia, para nós é extremamente favorável.

Só que, já aproveitando, eu sou um pouco mais equilibrado: não sou dos que defendem o radicalismo contra energia nuclear, que é o cine catástrofe, nem totalmente ingênuo de dizer que ela resolve todos os problemas e que o risco é absolutamente zero. Trabalha-se para reduzir os riscos, e, como eu disse, a função é que a sociedade possa usufruir dos benefícios da energia nuclear, mas estando devidamente protegida.

Vamos à próxima. Uma delas é sobre... Vou ver se acho minha folha três aqui. Algumas aqui do Senador Aloysio... Eu já respondi sobre a importância de se acompanhar, e uma que é semelhante a sua, com o Senador João Pedro, que se refere aos relatórios da Agência Internacional de Energia Atômica. Nessa parte de segurança nuclear, a Agência não tem mandato para atuar nos países, porque iria ferir a soberania nacional.

A Agência Nacional de Energia Atômica faz recomendações que os países podem aceitar ou não. É diferente do caso de salvaguardas, porque, quanto a salvaguardas, nós assinamos um acordo, permitindo que a agência viesse fazer inspeções de salvaguardas no País. Seria bom informar aos senhores que o Brasil é o único país em que todas as instalações nucleares, civis ou militares, são inspecionadas pela Agência Internacional de Energia Atômica quanto aos aspectos de salvaguardas.

A Eletronuclear pode solicitar serviços. Um serviço que ela solicita é o de uma chamada missão Osart. É uma missão em que a Agência reúne especialistas em reatores, e eles fazem uma auditoria na operação e na manutenção da usina.

Há dois organismos: esse que é da Agência Internacional de Energia Atômica, e os operadores, os donos das instalações têm uma associação chamada WANO – World Association of Nuclear Operators. Um acidente em qualquer usina nuclear provoca um impacto emocional em todas as usinas nucleares. Então, eles se fiscalizam entre si também, e a Eletronuclear tem o costume de, a cada dois anos, para cada ano, chamar uma agência. Um ano chama a WANO. Esses relatórios não são propriedade da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Então, tenho acesso a eles, mas quem pode liberá-los é a Eletronuclear. Mas tenho plena certeza de que a Eletronuclear não irá objetar a que esses relatórios sejam encaminhados aos senhores. Tenho certeza disso.

Atualização. A área nuclear se caracteriza muito por aprender e incorporar lições. Então os reatores, mesmo aqueles que estão em operação, são frequentemente atualizados. Por exemplo, depois do acidente de Three Mile Island, devido a erro humano, que provocou a formação de bolha de hidrogênio dentro do vaso de pressão, que seria perigoso explodir. Depois de Three Mile Island, várias lições foram incorporadas em todos os reatores que estavam em operação e em todos os projetos para frente. Então tem válvulas para o alívio desse hidrogênio e modificação nos procedimentos e nos treinamentos. Os equipamentos mecânicos, para esses a atualização não é tão grande.

Os projetos das centrais nucleares como as de Angra são geração II, que são todas que estão em operação no mundo; a próxima é a geração III, essa a que o Othon se referiu, que terá elementos passivos de segurança. Essa próxima geração está em desenvolvimento justamente para que aquele tipo de acidente ocorrido no Japão não aconteça, porque ela se autorrefrigeraria. Mas as outras vêm sendo atualizadas. A parte mecânica muda muito pouco. Uma analogia que faço é com a máquina de costura. Vocês vão ver que sou um camarada com muitas prendas domésticas; já falei de comida, agora vou falar de costura. A máquina de costura da minha avó é praticamente a máquina de costura que minha mulher tem em casa hoje, Singer, Leonam – aqui em homenagem ao Leonam, da Eletronuclear, Leonam é Manoel ao contrário; era um empresário. Então os sistemas são semelhantes, mas a segurança, o controle, a eletrônica, tudo isso é sempre atualizado e modificado.

Agora estou devendo várias respostas ao Senador Lindbergh. O senhor veja como é a minha situação: às vezes é difícil; às vezes somos acusados de leniência com os operadores. Às vezes, implicamos em dar uma licença ou suspendemos momentaneamente uma operação ou não damos autorização para realizar alguma modificação na instalação sem que nossos técnicos estejam totalmente convencidos da segurança daquilo. Isto é o que está acontecendo em Caitité nesse momento: eles propuseram uma alteração na planta, e nós estamos fazendo exigências. Isso me dá certa tranqüilidade por considerar que devo estar próximo do caminho certo porque um lado acha que sou benevolente; outro, que sou muito exigente. Então o bom senso está no meio. Mas uma das razões da planta é que eles deveriam fazer duas grandes piscinas para armazenar os efluentes líquidos para deposição; eles apresentaram um projeto, nós fizemos várias exi-

gências e só recentemente eles cumpriram essas exigências, o que atrasou a construção dessas piscinas. Estão fazendo uma mina subterrânea; nós fazemos uma série de exigências quanto a essa mina subterrânea. Na comissão, para mim, o mais importante é a segurança, e nós procuramos atuar da maneira mais rigorosa e mais ética possível.

Os rejeitos de Angra, não sei o Almirante Othon falou claramente. Há vários tipos de rejeitos radioativos, de média, baixa e alta atividade, dependendo da especificidade. Os rejeitos de baixa atividade são, por exemplo, luvas, macacões utilizados durante a manutenção; os de média atividade são as resinas utilizadas para purificação da água que vai ao reator. A água utilizada na refrigeração é mais pura do que a água destilada, que muitos não conhecem porque as baterias não usam mais água destilada; mas a água do reator é mais pura do que água destilada, água deionizada, para evitar qualquer tipo de corrosão, por um lado, e para evitar que impurezas presentes na água sejam ativadas. Então há um sistema de resina para purificação dessa água que também gera rejeitos de média atividade. Esses rejeitos estão armazenados em tambores e, esses tambores, colocados em dois ou três galpões que certamente o senhor terá possibilidade de visitar.

Há o rejeito de mais alta atividade e que são os elementos combustíveis que já foram usados. Esses elementos, no Brasil, até hoje, ficam guardados em piscinas próprias dentro dos próprios reatores.

Pegando um gancho para uma pergunta sua, uma maneira de se reduzir esse volume seria fazendo o reprocessamento, que é uma tecnologia em que se retira o urânio ainda não utilizado, que fica no elemento não queimado, e o plutônio que poderiam ser reutilizados na fabricação de elementos combustíveis e se separam os produtos de fissão, esses – entre aspas – que popularmente se chamam de lixo atômico ou rejeitos de alta atividade.

Ao Brasil não convém ainda porque para montar uma instalação de reprocessamento precisaria ter, para valer a pena, uma demanda muito grande de combustíveis.

E, do ponto de vista político, a hora em que nós dissermos que temos a intenção de fazer uma planta de reprocessamento, sofreremos grandes pressões internacionais, porque o reprocessamento é um bom caminho para separação do plutônio e a comunidade internacional, particularmente os P5 não gostam que outros países tenham plutônio separado, porque este seria um caminho que poderia conduzir à construção de uma bomba atômica.

Só faz a bomba atômica ou com urânio altamente enriquecido – não esse que se usa em reatores, que é na faixa de 4% a 5% –, enriquecido a mais de 90%, ou o plutônio.

Então, potências não veriam com bons olhos se nós nos engajássemos num processo de reprocessamento.

Felizmente, neste momento, isso não é necessário e não é economicamente viável, mas não podemos jamais fechar a porta para esse tipo de coisa, em nome da soberania nacional e do interesse do povo brasileiro.

Já respondi um pouco da missão Osart também, que foi uma das questões do Senador Lindbergh. Quanto ao depósito de rejeitos, depósitos de baixa e média atividade não há nenhuma complicação técnica ou nenhum desconhecimento técnico de como fazê-lo. Um exemplo de que nós dominamos essa tecnologia, sabemos projetar e construir é o depósito de rejeitos de Goiânia. O césio 137 é o principal radionuclídeo presente. No material contaminado dos reatores, um dos elementos presentes é justamente o césio 137.

Agora, eu também acho que já poderíamos ter avançado muito no projeto e desenvolvimento de um repositório definitivo. Nesse momento há um grupo na comissão na qual a minha diretoria não está envolvida, porque em algum momento nós vamos ter que verificar a segurança desse depósito. Então, para manter funcionalmente independente as funções de promoção e regulação, isso é feito em diretorias separadas.

Eles estão trabalhando nisso, desde que houve a famosa reunião da comissão interministerial, e acredito que, num curto espaço de tempo, eles devam submeter à Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear o projeto para nossa análise.

Tem alguma coisa no reator do IEN? Os reatores... acho que eu estou falando muito. Posso falar?

Os reatores de pesquisa são muito mais simples que os reatores de potência, fácil de entender porque eles não precisam trabalhar em alta pressão, em alta temperatura para gerar vapor e energia elétrica. Nós temos, no Brasil, quatro reatores de pesquisa, dois no Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares,onde iniciei minha carreira científica e trabalhei por 25 anos. E, como digo sempre, eu fui um físico de nêutrons e, hoje, sou um especialista em generalidades.

Mas trabalhei lá, onde tem esses reatores

Generalidades, mas trabalhei lá, lá tem esses reatores, e alguns desses reatores foram construídos antes mesmo da efetiva criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Esses reatores, embora não haja um licenciamento formal, eles são inspecionados

e acompanhados. Esses reatores não me causam preocupação.

Também não cabe a mim resolver se isso seria uma monopólio do Estado ou não. Os dois modelos têm vantagens e desvantagens. A vantagem do modelo da quebra do monopólio é que por iniciativa privada poderia cobrir os custos. Por outro lado, o Estado perde, e muito, o seu controle da situação. No Japão, por exemplo, é de iniciativa privada; na Alemanha, de iniciativa privada; nos Estados Unidos é iniciativa privada; na França, iniciativa privada entre aspas, porque é da EDF, que é uma companhia totalmente estatal, é muito semelhante aqui à Eletronuclear. Então, essa é uma decisão que cabe muito mais numa esfera política do que numa esfera técnica.

Desculpe se me alonguei nas respostas, mas procurei cobrir a todas as perguntas e fico totalmente à disposição dos Senhores para qualquer dúvida, pelo telefone, a qualquer momento podem me ligar que não há problema algum.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Professor.

Eu gostaria de solicitar aos Senadores que aguardassem somente um instante, porque quero passar um requerimento da Comissão de Meio Ambiente para que seja apreciado por V. Exªs.

"Nos termos regimentais, requeiro a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, de Fiscalização e Controle do Senado Federal na audiência pública a ser realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados para, em comemoração do Dia Internacional do Consumidor, avaliar as conquistas obtidas pelos consumidores e debater propostas de reformulação do CDC em curso no Senado Federal, conforme Requerimento nº 4/2011, aprovado naquela comissão em 16 de março de 2011.

A audiência pública contará com a presença dos seguintes convidados:

Ministro Herman Benjamin, Presidente da Comissão Especial de CDC do Senado Federal; Drª Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Sr. Antônio Carlos da Fonseca, Subprocurador Geral da República e Coordenador da Terceira Câmara do Ministério Público Federal; Jorge Alberto de Souza Madruga, Coordenador do Fórum Nacional dos Procons; Maria Inês Dolci, Coordenadora Internacional do Pro Teste em São Paulo; Srª Maria Lazarini, Coordenadora Executiva do IDEC."

Os Srs. Parlamentares que concordam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero encerrar esta audiência pública agradecendo ao Professor Laércio pela sua exposição e principalmente pela sua simpatia e a forma didática ao tratar de um tema tão complexo do qual não dispomos de informação suficiente para um debate dessa natureza. V. Sª nos deixou muito à vontade para perguntar e para dirimir as dúvidas que tínhamos.

Não havendo nada mais a tratar, comunico aos Senhores que a próxima reunião com o Professor Pinguelli e o Professor Aquilino será realizada às 14 horas hoje.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Poderíamos começar às 14h15, ou 14h30?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acredito que é melhor a gente marcar para as 14h30, uma vez que eles estão chegando agora e os Senhores parlamentares ainda se acham aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA , CONJUNTA COM A 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E COM A 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quinze horas e seis minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **LÚCIA VÂNIA** e **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EUNÍCIO OLIVEIRA, INÁCIO ARRUDA, IVO CASSOL, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LINDBERGH FARIAS, LOBÃO FILHO, LÚCIA VÂNIA, MARCELO CRIVELLA, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO, WALTER PINHEIRO, WELLINGTON DIAS** e **WILSON SANTIAGO.** Deixam

de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, AÉCIO NEVES, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ARMANDO MONTEIRO, BENEDITO DE LIRA, CASILDO MALDANER, CIRO NOGUEIRA, CRISTOVAM BUARQUE, DEMÓSTENES TORRES, FERNANDO COLLOR, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GARIBALDI ALVES, GILVAM BORGES, GIM ARGELLO, HUMBERTO COSTA, JAYME CAMPOS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO VICENTE CLAUDINO, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ PIMENTEL, LÍDICE DA MATA, LUIZ HENRIQUE, MAGNO MALTA, MARIA DO CARMO ALVES, MARINOR BRITO, MARISA SERRANO, PAULO BAUER, PAULO DAVIM, PAULO PAIM, RANDOLFE RODRIGUES, RENAN CALHEIROS, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP** e **WALDEMIR MOKA.** O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** justifica sua ausência, decorrente de missão em representação à Presidência do Senado Federal, conforme Ofício nº 227/2011-PRESID., de 22 de março do corrente ano. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CMA; nº 2, de 2011-CCT e nº 1, de 2011-CI, que visam esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o programa nuclear brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo: sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes; plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos. Comparecem os seguintes convidados: Sr. Luiz Pinguelli Rosa – Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Sr. Aquilino Senra Martinez – Professor Dr. da Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, LINDBERGH FARIAS, MARCELO CRIVELLA** e **LÚCIA VÂNIA** apresentando seus questionamentos. Os convidados respondem às perguntas e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às Dezessete horas e treze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente CMA. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente CCT. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente CI.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – (...) Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a 5ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa Nuclear Brasileiro e o sistema de segurança das usinas nucleares e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado brasileiro em caso de desastre, com a participação dos seguintes convidados: Professor Aquilino Senra Martinez, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professor Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a quem convido para tomar assento à mesa.

Para agilizar a nossa reunião, passo imediatamente a palavra ao Professor Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senadora, permite-me...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero dar as boas vindas... Primeiro, cumprimentar V. Exª, dar as boas vindas ao Dr. Luiz Pinguelli e também ao Dr. Aquilino e dizer que a Casa funciona mais ou menos assim: estou sozinho agora aqui, mas, daqui a pouco, começa a chegar mais gente. É que nós estávamos na outra sala, e aí as assessorias ficam olhando: "não há ninguém ainda". Então, o Senador não sai do gabinete dele ou de reunião em que se encontra para chegar até aqui. Então, não se sintam desprestigiados, por favor. Tenho certeza de que, daqui a pouco, nós teremos mais Senadores aqui para poder ouvi-los e questioná-los naquilo que acharem importante. Portanto, sejam bem vindos aqui a esta reunião. Serei todo ouvidos aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de acrescentar, Professor, que a reunião anterior terminou por volta de duas horas, daí por que também o atraso.

Passo a palavra ao Professor Luiz Pinguelli.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Agradeço muito a honra de participar... (*Pausa.*)

É uma honra estar participando aqui de uma reunião das Comissões.

Quanto tempo eu tenho, Senadora? Qual é a previsão?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu pediria, Professor, que o senhor pudesse usar o tempo necessário, com a preocupação de que nós teremos a Ordem do Dia às quatro horas. Então, teremos um curto espaço para o debate. Mas eu gostaria que o senhor ficasse à vontade para fazer a exposição que entender importante.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Bem, eu vou fazer uma introdução ao problema dentro do meu ponto de vista.

Em assuntos desse tipo, existe uma parte da questão que é praticamente matéria de fato, onde há uma objetividade muito grande; um acidente nuclear significa certos fenômenos, certos processos tecnológicos e consequências. E há também uma parte opinativa, que depende de uma avaliação das possibilidades, do que poderia ter acontecido, do que aconteceu, do que poderá acontecer. Então, é preciso ficar claro que não é tudo matéria de fato. Há uma parte que é matéria de fato e uma parte que é matéria de opinião.

Os fatos creio que já estão colocados. O reator nuclear, qualquer um, tem um problema inerente muito sério, é uma questão com a qual é preciso lidar com bastante atenção e cuidado.

O reator produz energia por um processo de fissão nuclear.

Fissão é partir certos núcleos pesados, particularmente o urânio 235, que é um tipo de urânio – a maior parte do urânio não é 235, é 238, uma pequena fração é 235. Daí a necessidade do enriquecimento do urânio nessa tecnologia, que é usada no Japão e aqui, que se chamam reatores de urânio enriquecido e água leve. A água leve é água comum, que se distingue da água pesada, que é usada em outros reatores, por exemplo, na Argentina, na Índia, no Canadá, que usam urânio natural, não enriquecido.

Bem, eles dão essa tecnologia, todos os reatores têm essa característica de que a fissão se dá por bombardeio de nêutrons quando atingem, com velocidade baixa, esse núcleo de urânio 235. E, nesse processo, são produzidos novos nêutrons, que vão atingir outros núcleos de urânio, numa reação em cadeia, como um incêndio, só que controlada.

Toda tecnologia evita que aumente o número de nêutrons descontroladamente. Eles são absorvidos numa proporção correta. Nesse processo, há uma produção de energia. Parte da massa se transforma em energia, numa proporção muito grande, uma pequenina quantidade de massa muito pequena que se transforma em energia em quantidades muito grandes.

O problema é que esses fragmentos do urânio, que são produzidos pela fissão, são uma gama de núcleos atômicos variadíssima, praticamente tudo que existe na natureza e que não existe na natureza e é artificialmente produzido, e que são todos – todos não, mas uma parcela significativa – muito radioativos, emitem radiação. Essa radiação é muito danosa aos organismos vivos de todo tipo, inclusive os seres humanos – radiação que tem três nomes, alfa, beta e gama, que a gente aprende na escola.

Aí existe um duplo problema. O primeiro problema é que esse material tem que ser tratado com muito cuidado, tem que ser confinado. Grande parte da tecnologia nuclear destina-se ao seu confinamento, à separação do meio externo. Então, o reator tem várias barreiras destinadas a isso. E, depois do uso desse material nos reatores, ele tem que ir para, numa primeira fase, um armazenamento próximo ao reator, num tanque d'água, numa piscina onde ele fica resfriando, e é muito radioativo, muito radioativo por muito tempo. É um problema não bem resolvido pela tecnologia nuclear o destino final desse material que é produzido dentro do reator nas fissões nucleares, os chamados produtos de fissão. Esse é um problema muito sério.

O segundo problema, ligado ao primeiro, é que, quando se desliga o reator – e essa é uma operação muito segura, não sei de caso onde reator não tenha sido desligado em situação de acidente, de irregularidade, ou seja, desliga-se com bastante eficácia o reator – cessam as fissões. O que se faz é jogar dentro do reator materiais que funcionam como esponjas de nêutrons, eles absorvem os nêutrons. Um deles é o cádimo, que em geral é sólido, são barras de cádimo que são inseridas por gravidade, elas caem, elas são suspensas de uma forma que essa queda é muito simples, é um comando imediato. E também joga-se boro na água; mistura-se com a água boro, que tem o mesmo papel do cádimo. Eles absorvem nêutrons e produzem radiação gama, mas nesse caso não é o problema, a radiação gama; a vantagem é absorver os nêutrons. Logo, o reator desliga, mas os produtos de fissão continuam a emitir as radiações alfa, beta e gama, que também significam calor. Elas têm uma energia que aquece a água.

No funcionamento normal do reator, a grande parcela do calor vem da fissão, da transformação de massa em energia nesse processo. Quando se desliga o reator, isso cessa, mas, na ordem de 7% da potência térmica dele, continua a ser produzido pelas desintegrações radioativas dos produtos de fissão. Logo, o reator é uma máquina rebelde. Quando a gente desliga, ele continua funcionando.

Há uma confusão comum quando se tem a idéia de que é como algo quente que a gente desliga e ele continua quente. Uma panela que você desliga oo fogão e continua quente. Se você colocar a mão, queima. Você tem que dar um tempo para ela esfriar. Mas não é isso que eu estou falando. É um fogão que você desliga e a chama continua acessa, mais fraca, e vai ficando cada vez mais fraca. Existe um decrescimento exponencial, seguindo uma lei da natureza, incontrolável, porque é a natureza, não há o que fazer com isso. Ninguém dá um jeito nisso. Não há tecnologia que possa resolver esse calor residual produzido. Você, portanto, tem de retirá-lo, ou seja, a refrigeração do reator tem que ser continuada, não pode ser interrompida, a preço de você derreter as barras de combustíveis, que são barras muito finas para facilitar a transmissão do calor do combustível para a água.

São tubinhos ocos, varetas – aliás é a palavra que em português se usa – cheias de óxido de urânio, que é o material que sofre a fissão e que ficam cheias dos produtos de fissão radioativos e de plutônio, que é produzido no reator daquilo que eu chamei de urânio 238, uma parcela vai virando plutônio – e plutônio também é muito radioativo.

Então, derretimento dessas varetas significa a liberação de radioatividade para a água que está dentro de um vaso. O reator é um grande vaso de uma espessura muito grande, de aço, protegido por uma contenção, dentro de um edifício, enfim as barreiras para manter o material radioativo isolado no ambiente. Mas esse material continua produzindo calor, e o reator tem que ser refrigerado.

O problema em um acidente é que você não pode gerar energia com um reator. Nenhum acidente nuclear pode ser... O que é o acidente? É uma irregularidade, uma anomalia como foi lá o terremoto, que ele é interrompido. Então, para a fissão, para também a geração de energia elétrica. O reator precisa receber energia elétrica de fora. Isto é previsto: todo reator recebe energia elétrica de fora. Mas pode acontecer de haver um colapso, como aconteceu no Japão, porque era um terremoto, era um *tsunami*, não havia energia elétrica de fora, mas novamente, no princípio de redundância, você tem os geradores de emergência – redundante, tem que haver mais de um.

Acho que o Aquilino poderá completar muito melhor do que eu, pode haver até mais de dois. O princípio da redundância é fundamental na tecnologia nuclear como na tecnologia da aviação. Tudo no avião tem que ser redundante, se falhar eu tenho a segunda possibilidade. Nós já tivemos a tragédia do *airbus* da Air France, com aquela discussão do tubo de Pitot, que é uma das coisas mais elementares do avião e que parece que não estava bem ali, pelo que se mal divulgou. Se é uma coisa mal divulgada é o que se passou naquele acidente.

Mas o fato é que os reatores têm vários geradores; um ou dois, no mínimo. Eles entram em operação e fornecem a energia elétrica necessária para fazer face a urgência. O principal problema é a circulação da água. Eu tenho que circular a água, mesmo depois de desligar. Por algum tempo, por alguns dias, poucos dias, depende do projeto, depende do problema. Então o reator precisa dessa circulação.

Um dos problemas mais sérios da tecnologia nuclear discutido há muitos anos é o acidente de perda de refrigeração, cuja sigla em inglês é Loca (*loss of coolant accident*).

Se se perde a refrigeração, tem-se o problema de que esse material que está desintegrando-se vai aquecendo a água, podendo até fazê-la evaporar totalmente, deixando o combustível sem refrigeração, podendo até derretê-lo. Com isso, o material radioativo pode ir para o meio ambiente.

Não há nenhuma possibilidade de uma explosão nuclear. Outro erro comum nas leituras que fazemos nas matérias: não há possibilidade nenhuma, é impossível fisicamente uma explosão nuclear. Ele é intrinsecamente seguro, por uma razão que dá para entender: o nêutron que é produzido na fissão nuclear – por favor, controle meu tempo à vontade; dê-me um alerta de cinco minutos, e isso tudo acaba, porque senão vou falando.

O nêutron que é produzido na fissão nuclear sai com uma velocidade muito grande. Eu tinha dito que, para produzir a fissão com alta probabilidade, ele deve chegar ao núcleo de urânio com baixa velocidade. Então, é preciso um moderador, que, nesse tipo de reator, é a própria água. A água serve para reduzir a velocidade do nêutron.

Ora, se houver um processo de uma explosão, ou seja, um descontrole, a primeira coisa que vai acontecer é o afastamento da água do combustível. Ela é um fluido e vai embora. E, sem a água, a fissão para, porque não se tem a moderação, que é essencial. Então, ele não vira uma bomba, nem que o diabo goste; não há como.

Então, o problema não é uma explosão nuclear, que seria um horror. Seria como Hiroshima. Não é isso. Mas o problema é que o material radioativo que está acumulado lá dentro é o de centenas de bombas de Hiroshima. A bomba de Hiroshima matou 70 mil pessoas pela explosão, instantaneamente, e outro tanto pelos efeitos da radiação. Esse é um problema, os efeitos da radiação. Como pode haver a explosão? Uma explosão térmica. A pressão exagerada pode romper

o vaso, em situação de anomalia, claro. Segundo, há reações químicas que podem ocorrer dentro do vaso, e uma delas produz hidrogênio, gás hidrogênio, H_2, que são dois átomos de hidrogênio formando molécula de um gás muito explosivo, sabidamente explosivo. Aliás, é um combustível alternativo, que pode ser produzido de alguma coisa, para uso em máquinas, não é? O hidrogênio é muito explosivo.

E foi isso que aconteceu em Fukushima: a explosão de hidrogênio dentro do prédio, que se rompeu.

Em Three Mile Island, em que o reator era parecido com o nosso, da mesma tecnologia brasileira – que tem uma certa vantagem sobre o reator japonês, que é de água chamada fervente –, em que o reator era do tipo pressurizado, como o do Brasil, também aconteceu explosão de hidrogênio, mas o prédio do reator resistiu.

O vaso de contenção dos reatores tipo PWR é melhor do que o do tipo BWR, mas mesmo assim, em Three Mile Island, houve um acidente desse tipo, de perda de refrigeração, e o reator também derreteu uma parcela do seu combustível.

Isso é o que aconteceu. O problema não está encerrado, embora a evolução tenha melhorado nos últimos dias. As informações são de que hoje o início da refrigeração conseguiu ligar energia externa para acionar bombas, mas há radioatividade fora do relator. Já está detectado que houve consequências. Ou seja, existe radioatividade em nível variado, acima do tolerado, permitido na água e em alguns locais fora. Então, está havendo conseqüência desse acidente. Somente ao fim do acidente é que se vai ter a certeza de quais serão essas consequências. O bom é que eles evacuaram a população; foi uma medida muito acertada: um, dois, três, evacua. Não ficaram pensando. Isso foi muito eficiente. No segundo dia se decidiu evacuar. Evacuou primeiro uma área de 10 km; segundo, passou para 20; e terceiro, para 30. Isto é muito vantajoso, porque esses efeitos da radiação ficam restritos aos técnicos que são obrigados a tentar controlar o reator. Mas ele estão, em geral, protegidos por roupas especiais e por treinamento, embora já se saiba que alguns deles foram vitimados. Isso é quase inevitável num acidente desta proporção; é uma atividade heróica lidar com um reator nessas condições.

Esse foi o terceiro grande acidente nuclear; existem muitos pequenos acidentes com reatores nucleares. Mas grandes, eu já citei aqui hoje o de Three Mile Island, na Pensilvânia, nos Estados Unidos, em 1979, em que aconteceu o loca, a perda de refrigeração e o reator passou vários dias fora de controle, produzindo calor sem refrigeração. Não foi nenhum problema de terremoto, completamente diferente, uma série de erros seqüenciais levaram a uma situação dessa. Mas, a explosão de hidrogênio se deu dentro do prédio e quase todo material radioativo ficou confinado.

O segundo acidente foi o maior deles, em Chernobyl, na Ucrânia, ex-União Soviética, em um reator totalmente diferente em que o moderador não era água, o moderador era grafite, e o grafite pega fogo numa temperatura muito alta. É uma raridade. O grafite que estamos falando é o grafite da ponta do lápis, só que purificado e com propriedades mais sofisticadas. E lá, o descontrole que houve, também por um erro de operação, levou ao incêndio do grafite e com isso se perdeu o controle e uma quantidade enorme de material radioativo foi para o ambiente. O prédio ruiu e foi muito longe, da Ucrânia até o norte da Europa. Houve comprometimento da produção agrícola e pecuária do norte da Europa, que ficou contaminada. Infelizmente, o Brasil importou carne e leito do norte da Europa naquela ocasião, o que achei completamente errado. Não que os níveis de radioatividade fossem tão altos, mas não havia porque trazer um problema lá da Ucrânia para o Brasil. Isso foi de um mau gosto absoluto. Espero que a gente não importe peixe do Japão no momento. Esse é um problema atual. Do azar a gente tem que se prevenir contra ele. É claro que o peixe japonês não está todo ele contaminado, é o óbvio. Provavelmente a maior parte não está, porque não há uma área de pesca em torno do reator de Fukushima, mas a prudência manda que nós tomemos cuidado, contando com o azar.

Chernobyl foi muito mais grave. V. Exªs vejam a vulnerabilidade, como a gente erra numa coisa tão sofisticada quanto um reator nuclear numa trivialidade. Todos os geradores de emergência foram vítimas de uma falha comum, pois um dos princípios da redundância é protegê-la da falha comum. Se eu tenho duas coisas que são redundantes uma com a outra para me proteger o reator, é razoável que eu procure evitar que se uma falha, a outra falha também. Mas todos estavam expostos ao tsunami, que é uma probabilidade baixíssima, mas os japoneses convivem com terremotos e são muito precavidos contra terremotos. Mas viu-se que para tsunamis não estão muito precavidos, porque não houve proteção, e todos os reatores de *Fukushima* foram vitimados. Eles não têm um problema, eles têm não sei se quatro ou cinco problemas – você vai falar disso melhor do que eu, Aquilino. Eu sou o diretor da Coppe. Em geral, diretor não entende muito; ele é professor de engenharia nuclear, coisa que já fui no passado, mas hoje eu trabalho em outra área. Então é uma multiplicação de problemas; eles não têm um reator acidentado, mas um conjunto de reatores acidentados, todos com material radioativo.

Há um outro problema que ocorre lá, é um outro detalhe ao nível de nossa discussão aqui, que é a piscina que guarda o combustível irradiado. Eu falei que é o caso que não há solução final para esse combustível irradiado, usado; eles ficam depositados num tanque, numa piscina, que também tem que ser refrigerada e que, portanto, também, sofre todo o problema da falta de refrigeração. Enfim, eles também enfrentam esse problema lá, que a gente vê que eles estão jogando água na piscina, etc.

Lição para o Brasil. Encerro, acho que este é o ponto em que vocês estão mais preocupados – o Aquilino vai falar, acho que o Othon já falou. Mas a gente tem que aprender com isso.

Quando houve o incidente em *Three Miles Island* e também em *hernobyl* aconteceram mudanças de certos procedimentos. *Three Miles Island* afetou diretamente a nós, por quê? Porque é a mesma tecnologia basicamente, não é exatamente a mesma, porque *Miles Island* era um pouquinho mais antigo do que o nosso Angra I, que é o mais antigo. É uma tecnologia baby coque, mas era baseado na *Westinghouse*. É o mesmo princípio, é o mesmo projeto básico que nós temos em Angra I. Já Angra II é um reator alemão, da Siemens/KVU.

Então nós aprendemos muito com Angra I, o Aquilino trabalhou com vários colegas da Coppe no projeto de reformulação do sistema de controle dos painéis que foram recomendados com base em *Three Miles Island*, porque lá houve erro do operador, as informações do painel foram mal interpretadas, houve um erro de operação. Então mudou-se um pouco esta interface homem-máquina, e nós fizemos isso adaptando o nosso reator.

Acho que aqui eu recomendo amanhã, bem cedo, os senhores pedirem que a Eletronuclear proteja completamente os seus geradores de emergência, que os japoneses não fizeram. É claro que aqui não tem tsunami, mas não tem até agora. Eu quero que nunca tenha, porque eu moro perto da praia, no Rio de Janeiro. Agora, ninguém pode garantir que nunca tenha. Além disso, ondas terríveis podem ser formadas por tempestades terríveis, mas nós também não temos, como o Katrina, lá em *New Orleans.* Mas já tivemos o nosso Catarina, mais fraquinho, aqui no Sul do Brasil.

Mas essa história de mudança climática, um dos problemas possíveis é a intensificação de fenômenos atmosféricos severos. Como o nosso reator está na beira do mar, ele tem uma proteção, tem um quebra-mar, está protegido para ondas, mas eu não sei se os geradores estão devidamente protegidos. Seria a primeira coisa: proteger os geradores de emergência; garantir a sua redundância; evitar a falha comum. Segundo: cuidar muito mais do plano de emergência externo.

Eu não gostei quando, há muitos anos, as Forças Armadas foram retiradas do engajamento maior desse plano. Uma das maiores razões que foi alegada pelas Forças Armadas foi a inexistência de equipamentos adequados para eles intervirem, ou seja, eles não tinham roupas especiais. Como vou mandar o soldado para o local de perigo sem uma proteção? Então, agora não é mais assim, é a defesa civil nos três níveis: federal, estadual, municipal. Os bombeiros lá estão bem treinados para isso, existem exercícios, mas o raio de exclusão é muito pequeno. Pelo que leio e estou sabendo, a eletronuclear está interessada – não é obrigação dela, porque é encarregada do plano de emergência interno, que reputo muito adequado, está num padrão internacional. Mas o plano de emergência externo extrapola a eletronuclear, porque envolve a população. Imagine evacuar uma população. Para japonês é fácil, porque eles são muito ordeiros; para brasileiros, que são muito indisciplinados, é uma tarefa gigantesca e com vias muito limitadas, terrestres.

Já naquele tempo das discussões das Forças armadas, havia previsão do uso de embarcações, porque ali está o Colégio Naval, ou seja, há uma presença militar na cidade. Poderia ser necessário porque, no momento de uma evacuação, determinada por um acidente – espero que jamais aconteça – você ter um problema meteorológico grave e haver um desabamento interrompendo a saída da cidade. Assim, não haveria uma direção. Isso poderia complicar. Já houve um desabamento sério que atingiu um laboratório com material radioativo do reator, da central nuclear – e caiu ao mar. Claro que a central está longe da encosta, é muito difícil qualquer problema, porque a central é um edifício muito sólido, a central, os dois reatores, Angra I e II. Mas aquela área é uma área muito sensível, uma evacuação ali vai exigir uma organização muito grande. Acho que essas são as questões mais importantes. Acho que os quatro reatores que o Governo tem a intenção de fazer deveriam ser repensados. Não há pressa. Acho que é melhor dar tempo ao tempo e ver a evolução da tecnologia nuclear, o que vai ser recomendado. Existem já os chamados reatores avançados, que poderão ser usados no Brasil, nos quais existem convexão natural em caso de acidente, ou seja, pode-se te circulação de água sem bombeamento. Isso é uma vantagem enorme.

Bem, acho que o eu teria que falar era isso. Agradeço muito a oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Professor Pinguelli. Quero ma-

nifestar, Professor, nossa satisfação em recebê-lo e principalmente em ouvi-lo nesta exposição.

Eu gostaria de acrescentar que V. Sª respondeu aquilo que a maioria dos Senadores têm se perguntado durante esse período após o desastre do Japão. Há sempre aquela pergunta: como está o programa nuclear brasileiros, qual a segurança de que dispomos e qual a estratégia do Governo no sentido de ampliar o projeto nuclear e, ainda, se a tecnologia que usamos é a tecnologia avançada. Acho que V. Sª procurou responder essas perguntas, que poderão ser complementadas pelos Srs. Senadores durante o debate. Não vou me alongar para que o Professor Aquilino possa fazer sua exposição e para que se abra a possibilidade de os Srs. Senadores perguntarem.

Com a palavra o Professor Aquillino Martinez.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Boa tarde, agradeço o convite em nome da Senadora Lúcia Vânia e dos Senadores presentes.

Quando eu recebi o convite, o texto dizia: "para discutir o programa nuclear brasileiro."

Entendo que discutir o programa nuclear brasileiro durante a ocorrência de um acidente como esse do Japão pode levar a conclusões diferentes das que, certamente, se poderiam tomar se ele fosse discutido num cenário, eu diria, mais tranquilo.

Eu preparei uma longa apresentação, mas eu entendo que os senhores, na parte da manhã, já tiveram, certamente, informações suficientes sobre o que aconteceu no Japão, inclusive com os cenários possíveis de desdobramento desse acidente, que foi sério, grave, embora tenha sido consequência de eventos naturais de grande magnitude.

Digamos assim: as usinas nucleares são preparadas para acidentes com eventos naturais severos – é o caso de terremotos e *tsunamis* –, bem como acidentes causados por qualquer outra razão, como, por exemplo, se houver tráfego aéreo em cima de uma usina nuclear – a usina nuclear tem de estar protegida para a queda de um avião em cima do prédio da contensão –, como também explosões por materiais químicos ou bélicos. Isso acontece muito, por exemplo, em países como a Alemanha, em que as usinas nucleares estão, em boa parte, localizadas nas margens dos rios.

Uma usina nuclear tem uma característica: ela precisa de água em abundância para fazer o seu resfriamento terciário, não é esse resfriamento que vou, aqui, apresentar e mostrar para vocês. Então, ela tem de estar ou na beira do mar, ou nas margens dos rios. Oitenta por cento das usinas nucleares... Atualmente, no mundo, existem em operação 442 usinas nucleares, que respondem pela geração de 17% de toda a eletricidade consumida no Planeta. Se a gente fizer uma conta, a grosso modo, estamos dizendo que abastecem um bilhão de pessoas.

Então, quando eu vejo, logo após o acidente, alguns países manifestarem uma revisão do uso da geração de energia nuclear para produção de eletricidade, entendo que será difícil se tomar uma decisão de abandono total dessa forma de geração de energia elétrica, porque isso implicaria criar outros problemas para a sociedade, talvez mais graves do que aqueles decorrentes dos acidentes em uma usina nuclear. E acidentes em uma usina nuclear aconteceram três, com esse de Fukushima, e vão acontecer outros, porque é uma instalação industrial complexa, embora o princípio seja básico, como, daqui a pouco apresentarei algumas figuras, vocês verão.

É uma usina nuclear, uma instalação que transforma calor em eletricidade e esse calor, no caso de uma usina nuclear, é proveniente das fissões nucleares. Fosse ela uma térmica a carvão, seria da queima do carvão; se fosse de gás natural, seria da queima do gás natural. Enfim, o princípio é simples, mas a estrutura tecnológica é bem complexa e é quantificado, baseado em modelos probabilísticos, o risco de um acidente numa usina nuclear. E ele não é nulo, não é nulo porque a probabilidade de ocorrência do acidente não é nula. Então, houve esses três acidentes e haverá, certamente, outros acidentes.

O que se faz é tentar reduzir, ao longo da operação dessas instalações, a probabilidade de reprodução de acidentes já ocorridos.

Então, em 1979, ocorreu um acidente em uma usina nuclear no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, e essa usina é do mesmo tipo das nossas usinas de Angra dos Reis. É a usina tipo PWR, de água pressurizada

E um acidente que, felizmente, não causou perda de vidas humanas e os danos foram materiais, no investimento. Mas, para isso, qualquer investimento industrial sujeito a acidentes está embutido, na lógica daquele investimento, a perda desse bem dessa estrutura. O importante é garantir que a população em torno daquela instalação não seja atingida por esse acidente. E daí, como já citado pelo Pinguelli, foi importantíssima a decisão do governo japonês de remover, do entorno da usina, até 20 quilômetros, 140 mil pessoas.

Quando essa decisão foi tomada, no sábado, eu confesso que fiquei preocupado com a ação. Por quê? Uma coisa é remover 140 mil pessoas numa condição estável, em que as telecomunicações funcionam perfeitamente, os transportes estão fluindo, não há nenhum colapso nas estradas, o fornecimento de energia normal e os serviços públicos funcionando também normalmente. Lá era tudo ao contrário: transporte colap-

sado, fornecimento de energia elétrica interrompido, telecomunicações colapsadas e os serviços públicos atuando de forma precária. E eles removera a população. Isso foi importante, porque essas 140 mil pessoas não ficaram expostas à radiação que foi liberada dos reatores da usina de Fukushima. Se não tivesse sido feito isso, possivelmente nós teríamos hoje pessoas tendo sido expostas à radiação nesse universo de 140 mil pessoas. Houve, sim, 19 pessoas expostas que são operários, operadores e profissionais que trabalham no complexo dessas usinas.

As informações que chegam é que as doses, embora elevadas, não foram em nível de causar danos severos à saúde desses 19 empregados. Houve, sim, 31 casos de acidentes, mas aí acidentes na ação que se seguiu ao desligamento das usinas. Houve pessoas que se feriram por utilização lá dos guindastes, na hora da operação de apagar os incêndios. Mas, de efeitos da radiação, são esses 19 funcionários. Isso é um pouco o resultado da ação do governo japonês de remover a população local.

Isso remete para uma questão: a importância de um plano de emergência local para evacuação no caso de acidente.

O acidente ainda está em curso, não podemos aqui afirmar que está encerrado, porque essa condição só ocorre quando se garante que o reator foi totalmente resfriado e não há possibilidade de ele vir ainda a emitir radioatividade na atmosfera.

Eu diria que o quadro hoje é bem melhor do que era na semana passada, mas ainda merece atenção e acompanhamento. Haverá outros desdobramentos, como, por exemplo, agora já estão sendo notificados, do aumento da radioatividade em torno da usina em rios que passam através da região próxima à usina. E para isso exige um monitoramento constante das condições da água e dos alimentos, e aí cabe ao governo tomar as medidas de cancelamento das colheitas e utilização dos legumes principalmente para o consumo da população.

Bom, como eu dizia, discutir um programa nuclear nesse momento pode levar a entendimentos diferentes. Na percepção da sociedade, a energia nuclear tem um risco. E ela, no imaginário popular, é sempre associada a duas situações: acidentes em usinas nucleares e bombas nucleares. Quando se fala em energia nuclear, o que vem à cabeça da população é isto: um reator explodindo, quer dizer emitindo radioatividade, porque não explode, no meio ambiente, ou uma bomba nuclear sendo lançada, que foi o caso de Nagasaki e Hiroshima. Infelizmente, agora, o acidente nuclear também ocorre no Japão.

Mas a energia nuclear – e pediria para passar um vídeo – é mais do que isso: é mais do que usinas nucleares e muito mais do que bombas nucleares. Envolve uma parte que chamamos de tecnologia nuclear, voltada para a geração de energia e aplicação de radioisótopos. O que está no lado direito é socialmente aceito. A contribuição da energia nuclear em diversos campos da sociedade é completamente aceita, seja ela na aplicação na Medicina, na agricultura, na indústria, inclusive aplicações na área de materiais. Ela tem a completa aceitação, mas ela também precisa, para ser posta em prática, de radioisótopos, que são produzidos em reatores nucleares.

Próximo. Então, essas são as diversas aplicações, e eu destaco na Medicina, desde diagnósticos e tratamentos à utilização de radiofármacos.

Chamo aqui a atenção dos Senadores para um problema. O Brasil importa radiofármacos para aplicações na saúde e, no ano passado, houve uma descontinuidade no fornecimento desses radiofármacos, o que implicou a redução de exames utilizando esses radiofármacos no diagnóstico de doenças.

Isso motivou inclusive a classe médica a solicitar ao Governo Federal a prioridade na construção de um reator multipropósito. É um reator nuclear, digamos assim, com as mesmas características desses reatores que geram energia elétrica, mas com uma potência bem mais baixa. Estamos falando aí algo de 10 a 15% da potência necessária nos reatores para geração de eletricidade. E o Governo brasileiro, a partir do ano passado, deu início a um projeto que agora está sendo desenvolvido em cooperação com a Argentina, que é o projeto de construção de um reator para a produção de radioisótopos, aplicados depois na Medicina.

Próximo. E, dessas aplicações todas, tem a geração de energia elétrica, e a geração de energia elétrica – é aquilo que eu disse no início da minha intervenção: é uma usina térmica convencional. O sistema que vai gerar o vapor ou virá das fissões nucleares, ou da queima do carvão, ou de qualquer outro combustível fóssil. Depois de gerado o vapor, as usinas são rigorosamente iguais. A mesma coisa acontece nos projetos das usinas nucleares, onde o material que gera o calor são as fissões nucleares, mas o lado secundário é exatamente igual.

Pode passar o próximo, por favor.

Esse é um diagrama que vocês já devem ter visto hoje na parte da manhã, que é o diagrama de uma usina nuclear tipo PWR. O lado direito é o que chamamos de sistema secundário: é a turbina, que aciona um gerador elétrico, produz a eletricidade, que joga na rede de energia elétrica. O que está dentro daquele prédio da contenção – quem já viu alguma foto ou passou no

litoral de Angra dos Reis – são aqueles dois grandes prédios, de aproximadamente 60 ou 70 metros de altura, um numa forma cilíndrica e outro na forma esférica. O objetivo desses prédios é conter a radioatividade caso ocorra algum acidente dentro da instalação.

O reator de Fukushima tem algo parecido com isso, mas há uma grande distinção.

Próximo slide.

Se vocês observarem, verão aquele segundo prédio da contenção, que também tem uma altura de sessenta a setenta metros, que foi o que explodiu no reator da Unidade 1 e no reator da Unidade 3. O que se parece mais com o prédio das nossas usinas é o primeiro prédio da contenção, que, na realidade, é um invólucro do reator nuclear, que é onde são geradas as fissões nucleares.

Para demonstrar essa diferença, tenho um próximo eslaide, que mostra apenas aquela parte onde é gerada a fissão nuclear.

O da esquerda é o que caracteriza um reator PWR, e o da direita, um BWR. Os senhores podem perceber que o sistema de refrigeração de um PWR é duplo, tem um lado por onde a água passa através do reator nuclear, onde há o risco de haver material radioativo, depois, há uma troca com um gerador de vapor – aqui, mal comparando, é como se fosse uma serpentina de chope: o chope circula pela serpentina e, do lado de fora, tem o gelo que faz diminuir a temperatura do chope. Ali é a mesma coisa. A água, que está desenhada de amarelo, tem uma alta temperatura e aquece a água azul, que circula pela parte do secundário e gera o vapor que movimenta uma turbina, que, por sua vez, aciona um gerador elétrico e produz eletricidade.

Essa duplicidade se caracteriza como uma segunda barreira contra a liberação de radioatividade no meio ambiente. Essa é uma diferença importante entre os dois projetos. Isso não quer dizer que, num reator PWR, não possa ocorrer um acidente como o que aconteceu no reator BWR, tanto é que, o primeiro acidente de grandes proporções na indústria nuclear foi em 1979, na usina de Three Mile Island, que era do tipo PWR.

O segundo acidente, em Chernobyl, em 1986, já é um outro conceito de reator. Este, inclusive, é um conceito mais primário, porque usa grafite, e foi justamente ali, na grafite, que ocorreu um incêndio seguido de uma explosão do núcleo do reator, o que levou a radioatividade a níveis muito altos de altura e fez com que a liberação fosse parar em países dois mil quilômetros distantes dali.

O BWR, do reator de Fukushima, teve um problema sério. No momento em que houve o acidente, as usinas foram desligadas e, então, elas pararam de gerar novas fissões. Com isso, não se gerava mais eletricidade, mas, para remover o calor ali remanescente, é preciso que funcione um sistema que é eletromecânico e, como todo sistema eletromecânico, precisa de eletricidade, porque tem bombas, tem válvulas, tem trocadores de calor. Quem fornece a eletricidade para esses sistemas é uma rede externa – não pode ser da própria usina, porque a usina, em sendo desligada, não produz mais eletricidade. Com a ocorrência do terremoto e do *tsunami,* as torres de transmissão externas colapsaram e não houve alimentação externa. Nenhum problema, porque isso pode acontecer em decorrência de um blecaute, como já aconteceram, várias vezes, blecautes em locais onde estão instaladas usinas nucleares. Para isso é que existem os geradores a diesel, de emergência, como em qualquer centro cirúrgico – um hospital é alimentado por uma rede elétrica externa, mas, se acabar a eletricidade, o gerador a diesel entra em operação e a cirurgia continua normalmente. Não é de se esperar que haja uma falha.

Entendo que a falha ocorrida foi uma falha de projeto que fez com que os geradores de emergência a diesel – como o nome diz, são geradores de emergência –, na hora em que as usinas precisaram desses geradores, não estivessem disponíveis. Então, essa é a causa raiz de tudo o que aconteceu nas usinas de Fukushima, e isso é inaceitável.

Certamente, agora, passado o acidente, será criada uma comissão, como foi feito no caso dos Estados Unidos e, depois, no da antiga União Soviética, agora Ucrânia, para analisar as causas do acidente e verificar o que precisa ser mudado nos procedimentos operacionais ou nos projetos da usina, a fim de que esse acidente não se reproduza para as outras 440 usinas ao redor do mundo.

Este é o conceito: tirar lições dos acidentes e usá-las para aperfeiçoar o que aí está.

Vou fazer um relato rápido, porque os senhores já tiveram informações sobre isso. As seis usinas da central de Fukushima foram atingidas por um terremoto de 8.9 na escala Ritcher. Elas foram projetadas para suportar terremotos até 8.2 nessa escala. Isto significa o seguinte: um terremoto sete vezes maior em intensidade e magnitude, porque a escala Ritcher é logarítmica. Então, de 8.2 para 8.9 significa sete vezes mais intenso.

As usinas suportaram o terremoto. Por quê? Elas foram desligadas e, imediatamente, entrou em operação os sistemas de refrigeração do reator para remoção do calor residual. E operaram durante uma hora. Se acaso o terremoto tivesse colapsado alguma das usinas, já nesse momento teria havido uma interrup-

ção desse resfriamento. E operou durante uma hora até vir a *tsunami*, a grande onda.

As usinas de lá estariam projetadas para suportar ondas até cinco metros e meio, aproximadamente. E essa, por enquanto ainda não há certeza absoluta, parece que tinha uma altura de dez metros. Segundo informações mais recentes, parece que chegou a 12 metros. Assim, essas usinas não suportaram, porque elas não estavam projetadas, a intensidade dessa *tsunami*. Isso levou a uma situação que consideraria ridícula.

Quando houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica, entraram os geradores diesel em operação. Quando veio a onda, os tanques que continham o combustível diesel que alimentava o gerador foram varridos. Tentei botar uma imagem da onda chegando no momento do impacto. Assim, não houve o fornecimento de combustível, de óleo diesel, os geradores deixaram de funcionar e os sistemas de refrigeração não atuaram.

Isso é um relato, não vou me estender. Depois, se os senhores quiserem, posso aprofundar o que foi o ponto a ponto: a operação, o abastecimento pelas baterias, etc. Mas entendo que pode ser discutido depois no questionamento dos Srs. Senadores.

O próximo *slide* mostra o cenário e a sequência de danos do reator. Em azul mostra a água que deveria estar cobrindo todas essas varetas de combustível. Com a perda da refrigeração, o nível de água caiu e uma parte do reator ficou descoberto. E não havendo a refrigeração, essas varetas foram aquecendo. A temperatura lá dentro das varetas pode chegar, no pico, a 1.200 ou 1.300 graus. E essa água em volta circula com temperaturas em torno de 300ºC, aproximadamente.

Com o aquecimento e a não refrigeração, começou a haver um dano nos reatores – estou aqui com uma representação que atinge 70% do reator – e a perda de material radioativo dentro do núcleo do reator, que é uma parte que está desenhada aqui, que é encapsulada pelo primeiro prédio da contenção.

Aumento da temperatura, aumento da produção de vapor e, consequentemente, dos gases produzidos nas fissões nucleares, adicionados ao hidrogênio. Houve a necessidade de fazer o que se chama de dreno do primeiro prédio da contenção para o segundo. Isso era programado, tanto é que existem filtros na cabeça desse primeiro prédio que retém parte da radioatividade liberada no momento do dreno. Isso foi para o segundo prédio da contenção que, embora chamado de prédio da contenção, não tem a estrutura física em termos de suporte a grandes explosões como, por exemplo, existe nos reatores PWR. Dentro desse prédio da contenção havia vapor, gases de fissão e hidrogênio. Hidrogênio, a uma determinada temperatura e pressão, explode, e foi o que aconteceu. Esse hidrogênio foi produzido dentro do reator na reação do zircaloi a alta temperatura com a água, e aí eliminado.

Próximo slide. Houve a explosão e a liberação de radioatividade no meio ambiente. Eu queria apenas informar aos senhores que os 440 reatores no mundo são da geração 1 e da geração 2 da indústria nuclear. A geração 3 é resultado de novos projetos que foram desenvolvidos a partir do acidente de Chernobyl, em 1986. Existem pouquíssimos reatores em operação da geração 3, que têm várias diferenças em relação aos reatores das gerações 1 e 2, mas uma das principais é que eles têm sistemas passivos de remoção do calor residual. Em outras palavras, eles não precisam de eletricidade para fazer essa remoção.

Esses reatores, como eu disse, ainda estão em fase de construção. A China está construindo cinco desses novos reatores, os Estados Unidos têm quatro desses reatores em licenciamento, a Finlândia está desenvolvendo um reator desse e a França também. Não tenho toda a distribuição, porque atualmente têm 65 reatores em construção no mundo. Mas essa tecnologia que, como vocês vêem, a sigla é PWR, P600 e EPR, que são projetos avançados de reatores da segunda geração.

Por que eu digo isso? No horizonte de 2015 a 2020, os reatores que forem construídos serão dessa terceira geração. Os reatores das usinas de Angra dos Reis são da geração 2, tanto Angra 1 quanto Angra 2, bem como Angra 3. E já tem em desenvolvimento reatores da quarta geração, que se propõem, entre outras coisas, a reduzir o inventário de material radioativo que é retirado da usina depois que a energia é gerada.

Próximo slide. Isso é uma distribuição da reserva mundial de urânio. Se, depois, os senhores se interessarem, eu posso aprofundar esse assunto.

Próximo slide. Esse é o cenário atual, aquilo que eu dizia no início. Tem 440 usinas. Na realidade, são 442 para ser mais preciso, que respondem por 17% da eletricidade consumida. E, das 440, tem 125 que receberam licença para extensão da vida útil. E aí há um pequeno, digamos assim, truque. Alguns países centrais, depois do acidente de Chernobyl, decidiram fazer moratória, dizendo: não construímos mais usinas nucleares. Exemplo claro disso é a Alemanha, que tem 17 usinas nucleares e diz: não fazemos mais nenhuma usina nuclear.

O acidente de Chernobyl foi em 1986. Em 1990, começou-se a estudar a extensão de vida das usinas. Elas foram inicialmente projetadas para durar 40 anos de operação contínua. Depois, ao longo do tempo,

verificou-se que esses projetos de engenharia eram muito conservativos e poderiam ser estendidos. E foi feito isso.

São 125 usinas.

Então, os reatores, no caso da Alemanha, os 17, que eram para operar durante 40 anos, estenderam a vida útil de operação para 60 anos. Isso implica uma expansão de 50% no parque de geração nuclear dos países. Então, digamos assim, sem promover grande alarde, sem grandes discussões, expandiu-se em 50% a produção de eletricidade através de reatores nucleares nos países que já tinham a tecnologia nuclear para essa finalidade. Digo isso porque se falou muito, na década de 1990, de 1980, de uma moratória. É bem verdade que foi durante esse tempo que a indústria nuclear começou a fazer os reatores de terceira geração. Mas os países não abandonaram o uso da energia nuclear. Muito pelo contrário, ampliaram-no.

Então, entendo a dificuldade do discurso, às vezes, que tem que se dar e o debate de botar em prática a redução de 17% da energia elétrica consumida no planeta.

Bom, aqui é só para os senhores terem uma ideia. Os Estados Unidos têm 104 usinas nucleares, e isso representa apenas 20% da eletricidade consumida nos Estados Unidos. Já a França, segundo colocado, com 59 usinas, isso representa 80% da energia nuclear. Japão, com 54 usinas nucleares, representa 25% de toda a eletricidade consumida no Japão. O Japão terá dificuldade de tomar uma decisão de extinguir o uso da energia nuclear de uma hora para outra. Alemanha, como eu disse, são 17 usinas nucleares, que responde por 28% da geração de eletricidade.

Deixarei esses dados com os senhores, caso precisem de alguma informação adicional.

Próximo.

Os aspectos da geração de eletricidade através das usinas nucleares. Os aspectos questionados. É a questão da segurança, que é isso aqui sobre o qual estamos conversando. O problema dos rejeitos radioativos, porque a usina nuclear, depois da sua operação, mantém ainda rejeitos radioativos que precisam ser armazenados. No estágio atual, precisam ser armazenados por milhares de anos. Há uma proposta em andamento, feita pelo Prêmio Nobel, físico, Carlo Rubia, de um sistema novo que incinera os rejeitos radioativos. Incinerar não é no sentido químico da combustão, mas é sinônimo de redução do tempo de vida de milhares de anos para algo em torno de 250 anos, que, na escala da humanidade, é possível fazer um armazenamento desses rejeitos.

São armazenados durante a operação da usina em piscinas, que são colocadas ao lado das usinas, e que também tem um sistema de resfriamento. Depois da operação da usina, o que se dá de 40 a 60 anos, eles devem ser depositados em depósitos onde haja estabilidade geológica, baixa densidade populacional, baixos índices pluviométricos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – E os rejeitos de baixa e média intensidade?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Esses são armazenados dentro da usina também e podem ir para um local de, digamos assim, menor duração. Rejeitos de baixa e de média atividade durarão, no máximo, 200 a 250 anos. E eles têm uma característica: eles têm muito volume, mas têm baixa atividade. Os rejeitos nucleares, que são os elementos que saem da usina, são de volume reduzido, mas de alta atividade. Dou-lhe um exemplo: um operador, ao trabalhar, usa uma ferramenta, dentro da usina, que pode cair uma gota de material radioativo. Não se faz uma retirada; joga-se o equipamento fora. Usam um macacão, como se fossem mecânicos, que, se cair uma gota de material radioativo, não se recorta. Só se tira a gota. O macacão é que é retido.

Então, a intensidade é baixa, mas o volume é grande. E eles têm que ser armazenados por este período: de 200 a 250 anos.

Já os que vêm provenientes do núcleo do reator, o horizonte de armazenamento é acima de mil anos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Professor, só uma pergunta: no caso desse material de maior potencial radioativo que fica guardado nas piscinas, essas piscinas são dentro da área de contenção?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Podem ser e podem não ser. No caso específico aqui das nossas usinas. Angra II que é um projeto da Siemens alemã, nos projetos desses reatores as piscinas são dentro do prédio da contenção. Já a Angra I, que é um projeto da Westinghouse, que segue, também, os projetos das usinas americanas é fora do prédio da contenção.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSDB – DF) – Então, por exemplo, no caso de uma grande onda que invadisse o local esse material dessa piscina seria espalhado no ambiente.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – No caso específico das usinas de Fukshima havia os dois casos, também. E relatos, até o momento, revelam que não houve nenhuma dispersão desse material radioativo. O que houve lá é um problema também referente ao resfriamento, porque essas piscinas têm que ter, também, um sistema de refrigeração. Como foi dito pelo Professor Pinguelli, o material quando sai do reator continua produzindo calor, em menor quantidade. Para

produzir eletricidade, digamos assim, preciso gerar 100% de calor. O calor de decaimento radioativo é em torno de 3 a 6%; nos nossos reatores é em torno de 6%, esse reator do tipo PWR tem uma intensidade proporcionalmente menor, de 3%. E esse calor tem que ser removido. Então, mesmo na piscina, fica uma bomba gerando e a água passando por esses elementos. Não sei se os senhores já tiveram oportunidade de ver em algum filme, é uma piscina como a de natação onde os elementos são colocados e uma água fica constantemente circulando. Com a perda de eletricidade e abastecimento, deixou de haver a refrigeração, e esse foi o pior problema, porque esses elementos superaqueceram, possivelmente houve algum rompimento e a liberação de radioatividade na atmosfera. Então, estaria mais preocupado com a não refrigeração da piscina, no caso de um *tsunami,* do que com o espalhamento desse material em torno da usina. Eu diria que é mais provável que se reproduza essa situação de não refrigeração.

Bom, eu tinha mais assuntos, acho que já tomei o meu tempo. Senadora Lúcia Vânia, a minha presença aqui é no sentido de passar as informações que os senhores considerem necessárias. E, se houver necessidade, posso aprofundar com o restante dos slides.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB/GO) – Agradeço o Professor Aquilino.Quero dizer da nossa satisfação em tê-lo aqui conosco. Tenho certeza de que os Senadores terão perguntas que ainda vão enriquecer esse debate.

Gostaria de comunicar à Comissão que passarei primeiro a palavra ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente e, em seguida, para o autor do requerimento Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSDB – DF) – Muito obrigado Senadora Lúcia Vânia.

Quero cumprimentar os nossos palestrantes, os nossos convidados, Professor Luiz Pinguelli Rosa, velho conhecido nesta Casa, e o Professor Aquilino, também, que já tive o prazer de ouvi-lo em outras ocasiões. Realmente o Senado, como de resto o povo brasileiro, está preocupado com tudo o que aconteceu no Japão e com as possíveis consequências de um acidente no Brasil.

Fiz uma pergunta hoje, o Professor Othon foi muito delicado, mesmo tendo uma audiência pública na Câmara, em vir primeiro a uma audiência pública no Senado, mas não teve oportunidade de responder a todos os questionamentos e ficou de retornar na próxima quarta-feira. Mas eu gostaria de fazer um questionamento para os dois convidados. Essa questão do uso da energia nuclear sempre foi um tema bastante polêmico e bastante debatido, especialmente em função dos riscos da sua utilização.

Ou seja, o risco de acidente é muito pequeno. Há probabilidade de acidente, e, quando isso acontece, as consequências são enormes.

A utilização dessa energia voltou a ter força e a ser defendida em função da questão das mudanças climáticas – até tive oportunidade de acompanhar o Professor Luiz Pinguelli na Comissão de Mudanças Climáticas e vários debates – e em função das suas baixas emissões de dióxido de carbono, em comparação com outras fontes de energia. No entanto, essa energia, hoje, ainda é responsável por pouco mais de 2% da matriz energética brasileira, que tem uma característica estratégica importante, que sua diversidade. Somos um país que, diferentemente de outros países, como, por exemplo, o Japão, contamos com uma possibilidade enorme de fontes para compor nossa matriz energética.

Eu gostaria de fazer duas perguntas, para saber os pontos de vista dos nossos dois cientistas.

Sabemos que há uma série de outras aplicações da energia nuclear e do conhecimento na área nuclear. Especificamente no que diz respeito à utilização da energia termonuclear para a geração de energia elétrica, V. Sªs consideram que é importante e estratégico para o País continuar ampliando sua matriz energética, utilizando, em parte, a geração termonuclear? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: há estudos recentes feitos pelo Governo sobre o que significaria, em termos de economia concreta de energia, um grande programa de eficiência energética? Já que a utilização de energia termonuclear representa pouco mais de 2% da nossa matriz, um grande programa de eficiência energética, mobilizando a população com campanhas educativas permanentes, teria um impacto próximo disso?

São essas as questões que eu deixaria aqui.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores autorização para que fizéssemos as perguntas em bloco, uma vez que já vamos iniciar a Ordem do Dia.

Eu pediria ao Senador Lindbergh – sei do interesse dele no assunto – que fosse breve, para dar oportunidade ao Senador Crivella de também se manifestar.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É claro. Serei bem breve.

Professor Pinguelli e Professor Aquilino, primeiro, quero agradecer aos senhores a presença aqui. Sei que, pela manhã, estavam na Câmara.

O debate, hoje, aqui, foi até as 14 horas e movimentou muitos Senadores. Houve essa dificuldade novamente, pois se encheu este plenário. O Senado está muito interessado em toda essa discussão.

Estive conversando com o Professor Pinguelli sobre o Sistema Nacional de Prevenção e Alerta a Catástrofes, em virtude do que aconteceu na região serrana.

O senhor sabe, Professor Pinguelli, que já fui prefeito. Pelo que aconteceu na região serrana, entrei um pouco neste debate. A Presidenta Dilma, quando veio lançar sua mensagem ao Congresso Nacional, reconheceu que nosso marco regulatório do Sistema Nacional de Defesa Civil é muito frágil. Chamou, inclusive, este Parlamento a construí-lo com ela.

Aqui, ninguém quer satanizar nosso programa nuclear, mas este é um momento em que o mundo inteiro para, a fim de discutir a questão de segurança. Todo mundo sabe que o risco é baixo. A gente espera que nunca aconteça qualquer problema, mas sabe que, se isso acontecer, o dano será altíssimo. O Senador Walter Pinheiro, hoje, falava da falta de uma cultura de se trabalhar concretamente essa questão de segurança.

Expresso nossa maior preocupação, Professor Pinguelli e Professor Aquilino. Tenho essa preocupação, porque sou leigo e, agora, estou entrando nessa discussão sobre as usinas e sobre os problemas das usinas. Penso que temos de aprofundar também essa discussão. Mas há um problema que diz respeito justamente a esse plano de emergência externa, de cara. Uma comissão externa desta Casa vai visitar as usinas de Angra I e de Angra II na próxima semana. Nossa ideia não é somente a de olhar as instalações. Queremos olhar as instalações, mas queremos também discutir com a cidade, com prefeitos, com vereadores, com associações de moradores.

Vejam bem: qualquer chuva interrompe a rodovia Rio-Santos. Há um ano e meio, houve um desastre em Angra.

Eu fiz esta pergunta hoje ao Presidente Othon: se as atividades da usina foram paralisadas. Na verdade, não era só a Rio-Santos que estava parada não; todo o trecho de comunicação com Angra estava completamente parado. Nós temos este problema: o treinamento. Eu tomei uma decisão – isso não é um método científico, nós temos que ir lá ver –: liguei para vereadores, liguei para amigos, liguei para todo mundo de Angra, e ninguém, absolutamente, participou, em algum momento, desse trabalho de treinamento. O raio inicial é de 3 Km. No Japão, foram removidas, até 20 Km, 140 mil pessoas. Concretamente, vamos falar aqui: nós não temos condições de remover numa situação como essa se acontecer alguma coisa – não vai acontecer – agora em Angra. Qual é a nossa capacidade em relação a tudo isso?

Então, espanta-me, e queremos discutir tudo isso porque não se trata de condenar o programa nuclear, mas tem de haver segurança. Para continuar existindo, tem de haver segurança, tem de haver um plano sério, efetivo. E sei que o Professor Pinguelli tem muitas opiniões sobre isso e pode nos ajudar aqui.

Em relação às usinas, acho que nos falta conhecimento. Esta é uma conversa inicial; eu quero ligar depois para o Professor Pinguelli e para o Professor Aquilino também, e falar de algumas preocupações com a usina em si.

O Senador Rollemberg fez um questionamento sobre os resíduos de alta atividade – é assim que se chama. Mas o Professor Pinguelli nos mostra um caminho, que é proteger seus geradores de emergência. É importante ver como está a situação lá. Mas eu perguntaria também se há mais algum outro problema que poderia existir, que teríamos de dar um reforço na segurança, nas características próprias de Angra I e d e Angra II.

Hoje nós tomamos um susto aqui, Professor Pinguelli, com uma matéria do *Correio Braziliense* que diz que Angra II opera sem licenciamento definitivo. O representante do Cnen disse que, na verdade, está todo mundo de acordo, não há grandes problemas, apenas um problema com o Ministério Público. Mas isso causa estranheza. Como é que há uma usina funcionando, desde 2002, sem licenciamento definitivo?

Em relação aos rejeitos radioativos de baixa e média atividade, pelo que eu estou sabendo, esses rejeitos estão armazenados em galpões no local da usina. São cinco mil barris. Eu citei aqui, inclusive, uma reunião da comissão interministerial em 2008, de que a Ministra Dilma, da Casa Civil, participou, em que ficaram estabelecidas metas para a construção de um depósito definitivo para esses rejeitos radioativos. Ninguém soube me explicar em que situação está isso. Mas apresenta perigos? O que nós temos que fazer?

Então, é este o momento, Professor Pinguelli, Professor Aquilino, sem satanizar, de parar para discutir.

Devo dizer que a minha sensação em relação, inclusive por conhecer, à fragilidade desse sistema nacional de prevenção, por saber disso, é de apreensão; isso me assusta muito. Não estou querendo ser alarmista, mas acho que temos que tirar a lição desse episódio e sair para medidas concretas de segurança nessa área.

(Falha na gravação.)

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Marcello Crivella, também representante do Rio de Janeiro.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Professor Pinguelli, é uma honra, e o Rio se engrandece com a sua presença aqui, junto com o Professor Aquilino. Muito obrigado por estarem aqui conosco.

Nós temos realmente essas vulnerabilidades citadas aqui, e todos nós nos preocupamos imensamente. Vemos que os americanos têm um plano de evacuação, em caso de calamidades, excepcional. Eu já li sobre isso. Mas o Congresso Nacional ampliou a vida útil das usinas, eles estão construindo uma nova, estão queimando carvão – segundo eles, com emissão zero –, estão explorando petróleo no Alasca, estão com grande programa de nitrogênio, estão fazendo biocombustível de milho com baixo rendimento, de tal maneira que o consumo de energia do mundo é uma variável importante nessa equação, porque precisamos. O fato é esse.

E nós vamos ter que ponderar. Às vezes fico pensando: se nós tivéssemos um terremoto de proporções idênticas em Angra ou em Itaipu, o que seria pior? Eu acho que seria Itaipu. Acho que Itaipu teria um alcance destrutivo maior do que um escape de radiação em Angra.

É o momento, realmente, de contarmos com a nossa academia, porque a nossa tranquilidade virá exatamente do peso dessas probabilidades. Não há segurança no mundo, em lugar nenhum, há riscos para tudo, mas nós podemos, como disse o Senador Lindbergh, nos preocupar e tratar isso com muito cuidado para que a probabilidade de que acidentes ocorram seja mínima.

Na nossa matriz energética, exploramos muito pouco a energia solar, os ventos, a força das marés, até mesmo a nossa hidroeletricidade. Fazemos isso porque temos tempo. Não digo que devamos abandonar a energia nuclear, mas que devemos estudar suas possibilidades com tranquilidade. Não estamos como a França, que não tem tempo para estudar o assunto com tranquilidade porque depende da energia nuclear. Eles não têm rios, eles não produzem biocombustíveis porque não têm espaço. Nós temos. Então, faço este apelo, como fez o Senador Lindbergh, no sentido de que devemos promover um amplo debate para encontrar as condições para nos prepararmos.

Eu estava fazendo um estudo sobre Italva, um pequeno município do noroeste fluminense. De 2005 a 2010, eles tiveram, entre decretos de calamidade pública e de situação de emergência, todos homologados pelo governo do estado e pelo governo federal, prejuízos de R$70 milhões. 2005 a 2010: ora enchentes, ora seca. Ficaram sem abastecimento de água durante semanas. Até hoje, chegaram R$3 milhões do governo federal! Quer dizer, nós continuamos tendo problemas para conter nossos rios, nossas encostas, e as obras que fazemos são de recuperação. Quer dizer, cai a ponte, e nós consertamos sabendo que, na próxima enchente, se aquele rio não for contido, vamos consertar de novo a ponte. Aliás, lá há pontes que já foram consertadas três ou quatro vezes.

Realmente, esse assunto nos preocupa. Nós devemos isso à nação, o Senado tem de se debruçar sobre isso para elaborar um grande plano nacional de defesa civil. Temos tempo para estudar medidas. Depois desses acidentes – os tropeções sempre nos empurram para frente – aprendemos lições. Infelizmente, nesses graves acidentes, acabamos verificando a ocorrência de falhas ridículas, como foi bem dito pelo professor Aquilino. Gastamos tanto dinheiro, nos desenvolvemos – a descoberta de Einstein foi no início do século XX –, cientistas do mundo inteiro pesquisam como utilizar positivamente a radioatividade e, de repente, um acidente num gerador. É brincadeira!

Senadora Lúcia Vânia, só queria mais um minuto para agradecer a presença dos nossos ilustríssimos professores, que são motivo de orgulho para a minha terra, para me solidarizar com o Senador Lindbergh e para conclamar os Senadores a nos debruçarmos sobre o assunto para oferecer à nação um plano de segurança para as nossas usinas nucleares, mas não só para elas, também para as demais instalações que temos em nosso país.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) - Agradeço ao Senador Crivella, e, por fim, eu gostaria de fazer uma pergunta que foge um pouquinho da segurança, foge um pouquinho da tecnologia. A pergunta se refere à expansão do projeto nuclear brasileiro. Qual a vantagem do domínio dessa tecnologia, não só para o setor elétrico como também para outros setores.

No mais, agradecer a todos os Senadores e passar a palavra agora ao Professor Pinguelli e, posteriormente, para o Professor Aquilino.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – Obrigado.

Começando pelo Senador Rollemberg, as duas questões que anotei aqui, sobre a ampliação da energia nuclear, o quão é importante para o País.

Isso é uma decisão política. Há outras formas de geração elétrica. Portanto, não podemos dizer que a geração de um certo tipo é imprescindível, incluindo a nuclear. Não somos obrigados à opção nuclear. Ela deve ser tomada por ponderação de vários fatores. Acho que o conhecimento dela, incluindo, por exem-

plo, a constituição desse reator multipropósito, que o Aquilino mostrou, na sua apresentação, acho que isso deve ser feito. Quer dizer, não podemos jogar fora o conhecimento. Também Angra III, que vai levar algum tempo para ser construída, será uma escola, como foram as outras, porque, no futuro, aí poderá ser muito importante a energia nuclear. O potencial hidrelétrico brasileiro chegará a um limite fatal e com impressão ambiental muito maior sobre ele do que sobre a nuclear. Mesmo com o acidente do Japão, a pressão sobre o hidrelétrico é muito maior, no Brasil, do que sobre o nuclear.

Aliás, estamos com um episódio extremamente desagradável na área hidrelétrica, com a rebelião dos trabalhadores na usina de Jirau, no rio Madeira. Isso é um absurdo. Isto exige posição do Estado brasileiro: botar pessoas trabalhando, num local distante, sujeitas a uma condição dessa, porque faltou o poder de polícia, faltou o Estado. Não se pode entregar operários a um consórcio de empresas. E lamento que empresas estatais estivessem presentes no consórcio e não tivessem evitado uma coisas dessas. Construir hidrelétrica nessas condições não se deve fazer. Parece um campo de concentração o ambiente que se criou lá.

Mas, voltando à questão, acho que ampliar energia nuclear é uma opção política. O conhecimento sobre a tecnologia nuclear, acho que deve ser preservado. Não vejo a necessidade de se decidir, já, fazer mais quatro reatores. Acho que é o momento de compasso de espera, até pelo quadrinho que o Aquilino mostrou ali, da hipótese dos reatores de geração quatro, dentro de uma década mais ou menos.

Economia e deficiência energética, ela é importante e deve ser sempre utilizada. Agora, ela não é substituta, porque eficiência energética é um percentual sobre o que existe. Ela pode adiar, de fato, algumas construções de seja lá o que for, de geração elétrica, mas ela não se reproduz o tempo todo. Pode dar um adiamento, se tem um percentual, que tem que ser feito. O que vai significar? Um bom programa de eficiência energética vai significar uma quantidade menor de usinas necessárias, mas não zero, porque não somos a Suíça, nem a Suécia. Tem gente muito pobre neste País, e nós usamos muita energia. Nós, a classe média alta, porque agora tem essa classe média que ganha mil reais. Não sei por que chamam isso de classe média. Deveria ser chamada de "não pobres". Isso é o correto, mas "classe média" é um exagero!

Mas o fato é que uma parcela pequena da população com consumo exuberante, europeu. Não chega a ser americano, porque o consumo americano nem os europeus alcançam. É um desperdício de energia fabuloso. Mas nós, vamos dizer, temos um consumo ibérico, essa parcela da população.

Portanto, nós vamos ter de dar um padrão de vida digno para todos os brasileiros, como têm os europeus. Se, além disso, tem a indústria, que também consome energia, nós precisamos de energia e precisamos de eficiência energética.

O erro dos ambientalistas é colocar uma contra a outra. Não é eficiência energética ou geração elétrica. É preciso eficiência energética e geração elétrica, e o que a eficiência energética vai permitir é menor quantidade necessária de geração elétrica. Não há substituição e, sim, complementação, na minha opinião.

Quanto ao Senador Lindbergh, evacuação de Angra é, realmente, uma velha discussão. Eu não considero o plano de emergência externo pronto e acabado. Ele já foi objeto de uma imensa polêmica.

No tempo dos governos militares, o plano de emergência externo era secreto. A população não podia saber que tinha de ser evacuada. O sujeito tinha de ser acordado de noite: "Pom, pom, pom. Olha, você vai ser evacuado." Não se podia assustar a população, então, era como um edifício onde as portas de emergência para caso de incêndio eram secretas, para não assustar ninguém com incêndio. Na hora em que começasse um incêndio, você diria: "A porta é lá."

Isso melhorou muito, mas, de qualquer modo, não acho, ainda...

Por exemplo, nessa questão do raio, era quinze o raio de exclusão e passou para cinco, com a garantia de que nunca haveria um acidente que precisasse de evacuação. A recomendação era: "Vá para dentro de sua casa." E pode ser mesmo. Dependendo da situação, basta isso, ou, às vezes, é só o que se pode fazer, mas eu acho que contar com um maior azar é importante. O Aquilino colocou o exemplo da queda de um avião, que também é uma velha discussão.

O reator de Angra tem a espessura do prédio de contensão menor que a dos últimos reatores gêmeos dele na Alemanha, que eram os de Biblis, porque, lá, o reator tinha uma especificação de suportar o choque de um avião. Na realidade, eles padronizavam no avião Fanton, um caça militar que fazia voos rasantes porque eles estavam junto à Cortina de Ferro, eram Alemanha Oriental e Ocidental.

Aqui, no Brasil, nós reduzimos de 1/3 essa espessura, porque não se considerou isso necessário. Tudo bem, mas há uma probabilidade remota de um grande choque de avião.

Nós trabalhamos, há muitos anos, num grande choque de um avião pior possível, que é o 747, com a turbina se chocando, porque no avião, o pior dele, são as turbinas, que são muito duras, como martelos.

O resto do avião é mole, mole no sentido de que é macio, então, o choque não é tão penetrante, poderia abalar o prédio.

Bom, esta é apenas uma observação, porque a probabilidade, de fato, é muito pequena, agora, a evacuação de Angra eu acho que é um problema que deve ser colocado na pauta. Como é que está isso, como é que está a possibilidade de evacuar, a mobilização, quem é responsável por que, exatamente, porque isso não é da Eletronuclear. Ela participa, mas isso é um problema que envolve as administrações federal, estadual e municipal, porque é uma questão de defesa civil.

Eu acho que isso tem de ser tratado com muito mais especificidade do que um problema geral de defesa civil, até por causa da questão da estada lá, etc.

Rejeitos de baixa e média atividade, tem toda razão o Senador. Isso nunca foi resolvido e isso é solúvel.

O de alta atividade tem a possibilidade tecnológica de redução por um bombardeio de acelerador de partículas, que ainda não é viável, quer dizer, é uma questão em desenvolvimento. Não há um projeto pronto para ser feito, mas poderá ser feito no futuro. De qualquer modo, se justifica um certo tempo, até porque, no caso de Angra 2, ela está dentro do prédio de contensão, a piscina, e não haveria com ela o que está havendo, exatamente, lá no Japão, onde as piscinas estão desprotegidas.

Os de baixa e média atividade estão em galpões que eu não sei se são adequados. Eu já os inspecionei há muitos anos. Alguns eram adequados, outros não eram, estavam sobrecarregados, e ali não é lugar de botar rejeito eternamente é um depósito provisório; nunca se fez o definitivo. Temos a tecnologia, não é uma grande dificuldade. O depósito de Abadia, junto à Goiânia, onde ficou o material contaminado pelo Césio 137, que foi um acidente grave, embora não de reator nuclear, mas matou pessoas, inclusive crianças, e deixou um contingente de população significativo sujeito ao câncer. Eu acho até que foi um erro grave a mudança do procedimento lá em Goiânia, porque havia uma Fundação específica, Leide das Neves, para tratar, cuidar do contingente de população de risco, mas foi fechada. E essa população ficou no SUS comum. Acho que essa população tem de ser tratada com todo o carinho, porque foi uma responsabilidade do Estado brasileiro acontecer o que aconteceu lá. E mas: ficaram impunes os responsáveis por essa Justiça esculhambada do Brasil.

Então, quanto aos rejeitos de baixa e media radioatividade, é possível ter uma solução mas não tem. Não há definição de "vamos fazer", "quando vamos fazer", "é possível fazer". O de alta, talvez o melhor seja ficar mesmo na piscina. Mas tem de ter uma decisão um dia, não pode ficar eternamente; mas há tempo. O de baixa e média, eu acho mais urgente.

A observação do Senador Crivella.

Não há usina de carvão com emissão zero. Isso é uma confusão que, às vezes, se coloca. Emissão zero é que nem *diet*, coca-cola, etc. Não é bem assim. Não há usina de carvão com emissão zero. Existe no papel. É o chamado sequestro e captura. Coloca-se embaixo da terra, em geral é essa a ideia, ao invés de ter uma chaminé para cima tem-se de bombear para baixo o $CO^{2,}$, e ele seria sequestrado. Quem está fazendo alguma coisa nessa direção é a Petrobras e algumas universidades, inclusive, nós, lá, temos um trabalho com a MPX, companhia de energia sediada no Rio, sobre a possibilidade de fazer isso. Mas não há. Existem alguns sequestros de carbono de demonstração. Inclusive eu já visitei, na Europa, várias instalações disso. Mas é um percentual pequenininho do $CO^{2,}$ da usina que retira para mostrar que pode, porque é quase fazer uma outra usina do lado da usina. Você tem uma usina de carvão, que é uma coisa enorme; aí você vai fazer uma outra coisa enorme ao lado dela. A atual tecnologia de seqüestro é muito pesada. Eu acho que isso vai ter de evoluir para algo mais adequado.

O gerador *diesel* de emergência, o senhor tocou aí, tem toda a razão, o Aquilino esgotou esse assunto, eu acho que nós devemos cuidar bem dele, aqui no caso brasileiro. Itaipu tem toda a razão. Os argentinos não queriam Itaipu por que eles diziam isso: que o Brasil vai inundar o estuário do Prata. De fato, um acidente grave em uma barragem daquela dimensão seria muito sério. O projeto de engenharia de barragem inclui a proteção contra terremoto, como também o do reator nuclear. Eu não saberia dizer que intensidade de terremoto está previsto, eu não sei. Mas é perfeitamente possível proteger barragens. O Japão tem barragens e não houve desastres proporcionais lá. Então é possível isso. A engenharia civil tem condição de proteger barragens contra terremoto. Espero que estejam protegidos.

Senadora Lúcia Vânia, quanto a expansão da energia nuclear no Brasil, eu já dei a minha opinião. A energia nuclear tem a vantagem – acho que o Aquilino já citou isso – de ela não emitir gás efeito estufa na sua operação; emite na sua construção, porque leva aço, cimento, que são produzidos com uso de combustível, mas na geração, não. Então, ela tem uma vantagem grande. E, para muitos países, é a maneira de se evitar emissões. Se o efeito estufa é muito grave e poderá causar conseqüências catastróficas, não o tsunami, que é fenômeno interno da terra, mas as ondas de

tempestades, que são tão terríveis, aquelas tempestades do Golfo do México criam ondas, muito altas. Então, se o efeito estufa é muito importante, a energia nuclear pode ser uma solução, com todos os seus problemas, ou seja, vai ter que melhorá-la no mundo. No Brasil, não é uma urgência, porque o País tem muitas opções, tem que escolher, e pode. O que já tem, na minha opinião, deve completar, é o caso de Angra 3. O conhecimento deve se expandir, que é o caso do Reator Multipropósito. E o estudo de um terceiro – terceiro não, um quarto, quinto, sexto ou sétimo – ou de mais quatro reatores brasileiros deve ser reestudado com vistas ao que está acontecendo no momento, dando um certo tempo. Então, o cronograma atual não deve ser mantido, porque nós temos tempo e a tecnologia está mudando. Esses reatores avançados, ainda não há nenhum funcionando no mundo, estão em construção, e vai-se aprender com os primeiros, inclusive. O Brasil, na minha opinião, tem tempo. Estamos jogando fora bagaço de cana queimado, com baixíssima eficiência. O potencial do bagaço de cana na rede é importante. O lixo urbano pode servir. Em vez daquela brigaria, no Rio, de onde é que põe o lixo, ele poderia virar energia. Não há uma política adequada porque envolve Município, Estado, União. A energia do lixo é ridiculamente aproveitada, o bagaço de cana, muito pouco, fora ainda a expansão hidrelétrica, se conseguir evitar absurdos como o que está acontecendo no rio Madeira. E tem um potencial ainda muito grande, fora a eólica, etc. Então, acho que o Brasil tem que usar todas as possibilidades, na sua medida. E pode ser que dentro de um período de tempo a nucelar se torne uma necessidade também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Agradeço ao Professor Pinguelli.

Professor, como goiana, eu gostaria que o senhor completasse a sua posição em relação ao depósito do Césio 137. Eu lutei aqui oito anos para conseguir pensão para aquelas pessoas que foram atingidas ou que tiveram contato mais direto. Infelizmente, não consegui. Como o senhor mesmo disse, o Instituto Leide das Neves foi fechado. Então, eu gostaria de ouvir... Parece que o senhor não concluiu qual é a posição do depósito do Césio 137.

O SR. LUIZ PINGUELLI ROSA – É boa. O depósito de Abadia foi feito com competência técnica. E digo mais, o socorro que foi propiciado à população de Goiânia naquele momento foi eficaz. Dentro da desgraça, da tragédia, foi eficaz. O absurdo foi o acidente acontecer, porque aquele não tinha nenhuma necessidade de acontecer. Deixar uma bomba de Césio, de tratamento médico, abandonada num local, ainda que privado, acessível a um catador de lixo simples, que não sabe o que quer dizer *danger...* E não tem que saber, porque somos brasileiros, não temos que colocar *danger* em porcaria nenhuma. E no lugar daquele trevo do símbolo nuclear deveria haver uma caveira com dois ossos cruzados embaixo, como é o símbolo de alta voltagem ou de veneno. Então, acho que aquilo não precisava acontecer.

Agora, o depósito de Abadia segue normas técnicas. É possível dar toda segurança aos rejeitos de baixa e média atividade. O difícil é o de alta atividade, que depende de alguma tecnologia que está em desenvolvimento.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Obrigada, Professor Pinguelli.

Com a palavra agora o Professor Aquilino, para as suas considerações.

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Eu vou tentar ser breve, porque vocês certamente têm aí outras atividades.

Senador Rodrigo Rollemberg, por diversas ocasiões tivemos oportunidade de interagir na Comissão de Ciência e Tecnologia, se não me engano, inclusive com muito apoio à nossa Instituição, COPPE, pelo qual agradeço aqui publicamente. Concordo plenamente com a sua afirmativa quando o senhor diz da necessidade de diversidade da matriz energética brasileira.

Não podemos colocar todos os ovos no mesmo cesto. De certa forma, temos que contar com todas as fontes de energia – eólica, solar, carvão –, apesar dos problemas. Nós felizmente temos um grande potencial hidrelétrico ainda a ser explorado. Evidentemente que há também questões que são cobradas no aproveitamento desse potencial. Eu acho que o País tem que superar esses problemas. E para isso é que existe a tecnologia, para isso é que existem instituições como a Coppe, que se preocupam em desenvolver tecnologias que façam esse desenvolvimento harmônico entre energia, tecnologia de energia e meio ambiente. Acho que esse tem sido o nosso papel.

O senhor fala da economia da eficiência energética. Em tese, é muito boa, mas, na prática, acaba não sendo eficiente, por razões diversas. Quem usa, às vezes quer continuar usando daquela maneira porque é mais fácil, não quer fazer grandes investimentos, principalmente nas indústrias, para ter um uso mais eficiente da energia. Mas tem que existir uma política de Governo no sentido de, eu diria, mais do que incentivar, cobrar essa eficiência energética.

No tocante à sua pergunta se devemos usar a energia nuclear, eu digo, até por dever de ofício, sou um professor universitário na área de formação de Engenharia Nuclear, eu teria que largar de fazer o que estou fazendo porque, senão, seria, eu diria, um crime

contra a humanidade, colocar alunos, técnicos no mercado de trabalho e aqui dizer que não deve ser usada para absolutamente nada. Teria que sair daqui direto para o hospício. Eu acho que é importante a tecnologia nuclear para a geração de energia elétrica. O Brasil conquistou isso a duras penas. O Brasil teve diversas tentativas do domínio do ciclo do combustível nuclear. Duas completamente fracassadas. A última era a do acordo Brasil-Alemanha. E, por esforço próprio, o Brasil dominou a tecnologia do enriquecimento do urânio. Só existem nove países no mundo que têm essa capacidade. E nós temos algumas características importantes. Sem prospectar muito o território, somos a sexta maior reserva de urânio. Se houver um trabalho de prospecção devido, passamos facilmente a ser a segunda ou primeira reserva de urânio. Podemos ser um exportador de minério, pegar esse urânio, exportar *in natura*, e vamos agradar vários países, porque existem países que querem comprar o urânio brasileiro. Inclusive alguns que não são signatários do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, e este Congresso pede que o Brasil faça qualquer acordo comercial nesse sentido.

Então, o País tem minério, tem a tecnologia, domina a tecnologia, com esforço próprio, não foi uma coisa adquirida ou comprada do exterior, e já faz uso da geração nuclear para a produção de eletricidade. Eu acho que tem que ser avaliado nesse contexto o esforço que foi feito ao longo de décadas para chegar nesse estágio. Já temos agora a construção de Angra III em andamento. E minha posição é que ela tem que ser concluída. Ela já está sendo concluída tardiamente. Foram desperdiçados recursos, só no armazenamento, na estocagem dos equipamentos, US$20 milhões por ano. Ao longo de 25 anos de atraso, isso representa US$500 milhões, que saíram do nosso bolso para pagar por algumas incertezas e discussões. Então, sou francamente favorável à sua conclusão.

Concordo plenamente com a expansão do programa e desafio também que seja encontrado, em algum lugar, quando serão construídas essas usinas nucleares. Porque a EPE, quando fez seu estudo, em 2007, que é o Plano Plurianual de 2030, previa a construção de duas, quatro ou oito usinas. A revisão atual, para o ano de 2019, não contempla nenhuma usina nuclear. Então, estamos falando que se acaso este País venha a expandir o setor nuclear, isso se dará depois de 2020. Não tem a menor possibilidade de ser antes disso. E eu acredito que este é o momento de rediscutir essa questão.

E aproveito para responder ao Senador Lindbergh que ele está coberto de razão.

Acidente em usina nuclear já aconteceu e vai acontecer. Esperamos que não seja nas nossas usinas no Brasil. Mas não importa: mesmo que não venha a acontecer, se Deus é brasileiro, que não aconteça, temos de estar preparados para que possa acontecer, porque os números comprovam claramente que há uma probabilidade de derretimento do núcleo do reator com liberação de radioatividade na atmosfera.

E aí é importante o papel do Congresso Nacional de cobrança de uma eficiência no sistema de proteção à população em torno das usinas nucleares. Recentemente, vimos, no Rio de Janeiro, a catástrofe que ocorreu em Friburgo e em Teresópolis. E vimos um pouco da precariedade do atendimento em emergência. Muita vontade, solidariedade, apoio, coisa que não falta na sociedade brasileira, mas às vezes falta material básico para atendimento – às vezes, uma bota, uma ferramenta, um helicóptero, uma forma de retirar.

E entendo que, na medida em que se geram recursos com a produção de eletricidade, parte desses recursos pode ser utilizada para melhorar as condições de atendimento numa emergência. É fundamental isso.

Os raios de evacuação certamente vão ser rediscutidos e não só aqui no País, mundialmente, porque, vamos dizer, há um padrão internacional de que, até cinco, evacua-se e, de cinco a quinze, faz-se a abrigagem.

Demonstrou-se, claramente, agora, a necessidade de evacuar até vinte quilômetros e de se fazer a abrigagem de até vinte a trinta quilômetros. Não tenho dúvida de que isso é um ponto de discussão não só no País, como internacionalmente. E vamos adotar, certamente, essa nova regulamentação.

Uma outra questão que vai ser revista é a da estanquiedade dos geradores *diesel*. É inaceitável que se reproduza, em qualquer uma das 440 usinas ao redor do mundo, em particular, nas duas usinas, o mesmo problema, seja por uma onda, seja por um deslizamento de terra, pelo que for. Esses geradores têm de estar operados. E, se não estiverem, tem de haver alguma outra fonte que garanta a alimentação elétrica. Isso é fundamental, é um dos pontos que vejo.

E existe a questão dos depósitos de rejeitos radioativos de média e baixa atividade.

Esta Casa tem uma lei aprovada, atribuindo à Comissão Nacional de Energia Nuclear a responsabilidade pelo projeto e pela construção do depósito de rejeitos radioativos de baixa e média atividade. Não sei exatamente o ano, mas, se não me engano, é alguma coisa entre 2005 e 2007. Seria bom que fosse analisado.

A pergunta é – deveria até estar aqui o Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear –: a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem condições, seja financeiras, seja de capacidade técnica de projeto, de executar o que esta Casa aprovou? Essa é a pergunta. Há orçamento? O orçamento tem sido...

Então, acho que o momento é agora. Ou seja, não é uma discussão sobre fazer, os senhores já mandaram fazer: cumpra-se. Então, parece que há razões, e não vou falar aqui em termos da Comissão Nacional de Energia Nuclear, não me cabe fazê-lo, mas isso deve ser de imediato cobrado. E não é preciso fazer nada, já está pronto, já está feito.

Quanto a depósitos de rejeito radioativo de alta radioatividade, o procedimento adotado é o adequado. É melhor deixar lá do que levar para outro canto, até porque, durante um tempos, eles têm de ficar lá para serem resfriados. Há o problema de transportes, tem-se de definir o local. Então, é o que se faz internacionalmente. A rigor, a rigor, ainda não existe, para as 440 usinas, um depósito, exceto na Finlândia, que já tem um em andamento, e nos Estados Unidos, que têm um em construção, mas que foi paralisado, quando o Presidente Obama entrou no governo, por uma razão de fazer um estudo de reutilização dos rejeitos radioativos. Porque rejeitos radioativos é como um lixo, citado pelo Pinguelli,. Na realidade, ele é energético. Ele poderia ser utilizado para gerar mais energia. Mas, para não haver a proliferação, definiu-se que o seu uso em armas nucleares não pode ser reprocessado. Então, para não ser reprocessado, ele passa a ser um lixo, em vez de ser um produto energético.

Essa discussão está hoje no plano internacional, de como fazer esse aproveitamento.

Eu teria destinação para o rejeito de Angra, facilmente, para ser utilizado em reatores. E não entendam aqui má-fé no que vou falar, mas os nossos rejeitos poderiam ser aproveitados nos reatores da Argentina. Talvez os argentinos queiram receber os nosso rejeitos. Mas, há uma complementaridade entre os reatores do tipo do Brasil e os da Argentina. A Coréia faz isso. A Coréia pega os reatores do tipo PWR e bota num reator Candu, e queima quase até a sua exaustão.

São decisões tecnológicas; não acho que devam ser aprofundadas.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Chega ao ponto – desculpe professor – de ele virar, por exemplo, uma radiação muito pequena, tipo radioisótopo?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Não, ele ainda vai ter uma atividade, só que reduz o seu tempo de armazenamento geológico permanente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas ele poderia ser usado, por exemplo, numa otimização, como um radioisótopo para a medicina?

O SR. AQUILINO SENRA MARTINEZ – Poderia, poderia. Dentro do reprocessamento, o césio, que é produzido, que saiu para a atmosfera, pode ser usado em bombas para tratamento de câncer, como é o caso do césio de Goiânia. Era uma bomba – bomba que eu digo é um recipiente que blinda aquela fonte radioativa – que é utilizada para tratamento de câncer. Radioatividade tem essa característica. Em baixas doses, ela pode curar; em altas doses, pode matar.

Então, temos é que nos preparar para não permitir que a exposição da radioatividade atinja a população em torno da usina.

Os meus três pontos são esses: cobrem a questão dos geradores *diesel*, demonstrem claramente que eles estão estanques, que não há possibilidade alguma de violação no pior caso; e, se houve, que também pode ser que não tenha como, estabeleçam propostas alternativas – não sei – botem estações móveis de geradores *diesel* no alto da serra, que passa por cima da usina – a onda jamais chegará lá.

Segundo, a questão dos depósitos de rejeitos de média e baixa atividade: façam cumprir o que já foi aqui decidido.

E, quanto à discussão do plano evacuação, entendo que isso será uma discussão internacional, e o Brasil adotará, certamente, essas novas resoluções.

Quanto ao Senador Crivella – já tivemos oportunidade de discutir também vários outros assuntos – digo o seguinte: infelizmente, nessa área de geração de energia, todas as fontes têm algum impacto ambiental. Não tem como fugir disso. A nuclear ressurgiu pela questão do aumento da temperatura do planeta, que é um caso concreto. Eu, quando garoto, tinha medo de o mundo acabar numa guerra nuclear. Hoje, mais velho, tenho medo de o mundo acabar num grande número de catástrofes naturais.

Então, a nuclear saiu do foco da destruição para ser uma solução. Por quê? No círculo completo de vida, ela é a segunda que menos emite gases de efeito estufo. A que menos emite é a hidrelétrica, que também emite. E a segunda que menos emite é a nuclear. A eólica e a solar, por mais difícil que seja de entender, elas têm uma contribuição grande, porque elas são limpas no seu fim mas, no seu meio, envolvem processos altamente emissores de CO2 e de gases de efeito estufa. Então, esse balanço é que fez a nuclear ressurgir, a ponto de ter 65 novas usinas. Mas isso não é definitivo porque acidentes como esse abalam, certamente, a confiança da sociedade e ela vai questionar se aquilo é ou não o que ela quer.

Acho que o Brasil tem opções suficiente durante um bom tempo, caso que não ocorre em outros países, como o a França, o próprio Japão. O Japão não tem recursos hídricos, importa carvão e vai precisar da nuclear, porque precisa da energia elétrica. Esse é um balanço que a sociedade tem que fazer. É o tal do risco consentido. O automóvel mata 25 mil pessoas por ano, mas nós andamos de carro para cima e para baixo; é o risco que nós consentimos. É evidente que há pessoas que sequer têm automóvel, sequer andam e assumem esse risco, podem ter até as consequências, mas a sociedade faz essas opções ao longo da sua história. O ideal seria que não tivéssemos nenhum desses problemas e trabalhássemos sem usar a eletricidade, não ter ar condicionado, viver uma vida diferente da que, digamos assim, nos foi posta como opção.

Então, essa é uma decisão política que envolve diversos conceitos e não acho que seja simplesmente definir essa ou aquela tecnologia em função do seu risco. É um balanço que tem que ser feito.

Mas, concordo com o senhor no sentido de que mesmo outras fontes que são, em princípio, menos impactantes no caso de um acidente, podem levar a um grande nível de destruição, dependendo dos acidentes naturais que ocorrerem. E as mudanças climáticas estão levando a isso. Não quero dizer que a questão ocorrida no Japão ... Ali já há um outro problema, a questão da estabilidade geológica, o fato de estar na ponta da placa tectônica que leva a ter uma magnitude.

Agora, é impensável um terremoto de 8.9 na Richter seguido de um *tsunami* de 10 metros de altura. Poucas instalações dentro do Japão resistiram a isso. Usinas, instalações industriais, refinarias, nós vimos nas fotos refinarias destruídas e pegando fogo. Indústrias químicas que, certamente – e não estamos falando nesse aspecto agora –, terão impactos dentro do meio ambiente.

Então, resumindo, queremos o benefício, mas, às vezes, ficamos relutantes em pagar o preço. Essa é uma decisão da sociedade brasileira; tem que ser feita, e os senhores sendo os representantes devem discutir e aprofundar essas questões.

Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia, pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. PSDB/GO) – Agradeço o Professor Luiz Pinguelli, o Professor Aquilino Martinez, a presença dos Srs. Senadores, dos Srs. Assessores.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOIS DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinqüenta e cinco minutos do dia dois de março do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Amorim, Wilson Santiago e Aécio Neves. Justifica a ausência o Senador João Durval. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a reunião esta distribuída em duas partes, sendo a primeira parte destinada a estabelecer o planejamento dos trabalhos da Comissão para o biênio 2011/2012, e a segunda parte à apreciação de proposições. Passando à primeira parte, o Sr. Presidente faz a sua explanação. Usam da palavra os Senadores Vanessa Grazziotin e Wellington Dias. Segue-se, então, à apreciação de proposições: ITEM 1: Requerimento nº 01/2011-CDR, que "*Nos termos dos artigos 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, destinada a debater a Amazônia, em especial propostas de desenvolvimento sustentável, de forma que possibilite minimizar prejuízos ao seu meio ambiente e ecossistema, além de debater investimentos estruturais para a melhoria das condições do turismo na região".* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, usam da palavra os Senadores Wellington Dias e Mozarildo Cavalcanti. **Resultado:** Aprovado. ITEM 2: Requerimento nº 02/2011-CDR, que *"Nos termos do art. 73 combinando com o inciso IV do art. 89 do Regimento Interno, requeremos a criação da Subcomissão Permanente do desenvolvimento do Nordeste, no*

âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo". **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. ITEM 3: Requerimento Nº 03/2011-CDR, que "*Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com o objetivo de debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo, com a presença de representantes dos seguintes órgãos: Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (ABREMAR) e Centro Nacional de Navegação (CentroNave)".* **Autoria:** Senador Benedito de Lira. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelo autor, usam da palavra os Senadores Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Cícero Lucena, Wellington Dias e Vital do Rego. **Resultado:** Aprovado, com os seguintes acréscimos: Roberto Nami Garibe Filho, subchefia de Articulação e Monitoramento (Casa Civil da Presidência da República); Ricardo Martini Moesh, diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (Ministério do Turismo); Marinha (Capitania dos Portos); Ministério dos Transportes; e Frederico Bussinger, consultor de Portos e ex-presidente da Companhia Docas de São Sebastião (Requerimento nº 04/2011-CDR). Em seguida, com a anuência do Plenário, o Presidente submete o seguinte item como **EXTRAPAUTA:** Requerimento nº 04/2011-CDR, que "*Em aditamento ao Requerimento a ser votado nesta Comissão, que solicita a realização de audiência pública com o objetivo de 'debater sobre a importância da melhoria da infraestrutura portuária com vistas a dinamizar o trabalho nos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais e potencializar o turismo', requeiro que seja acrescentado, como convidado, o Sr. Frederico Bussinger, consultor de portos e ex-Presidente da Companhia Docas de São Sebastião/SP".* **Autoria:** Senador Cícero Lucena. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelo autor, usam da palavra os Senadores Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Cícero Lucena, Wellington Dias e Vital do Rego. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Srª Senadora, senhoras e senhores, hoje o dia não está muito bom, diversas comissões estão se instalando e votações para diversas outras comissões para as quais ainda não foram eleitos seus presidentes.

Considerando que nós já esperamos aproximadamente 30 minutos, não tendo Senadores no plenário e não tendo número regimental ainda para que a sessão possa ser devidamente instalada...

Tem número regimental?

A SRª SECRETÁRIA – Agora tem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Então, dou por aberta a sessão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Considerando que as votações... Eu gostaria que elas só ocorressem com a participação dos Senadores. Tendo apenas o Presidente e duas Senadoras no plenário, acho que a matéria e a pauta são da maior importância. Eu queria comunicar à eminente Senadora Vanessa... Chega agora o Senador Wellington. Melhorou.

Então dou por aberta a sessão. Vamos discutir o melhor momento, o melhor dia para que a gente possa fazer as nossas reuniões, para evitar o esvaziamento.

Esta Comissão tem uma importância fundamental para este País, para as regiões do Brasil, para o turismo brasileiro e para o País como um todo. Então, o desejo é de que ela seja uma Comissão realmente ativa e participativa.

A gente bem sabe que esta primeira reunião extraordinária para que a gente possa, Senador Wellington, estabelecer aqui o cronograma, ao tempo em que, Senadora Maria do Carmo, nós possamos estabelecer o melhor momento, o melhor horário em que todos nós possamos participar. Se nós estivéssemos apenas como membro desta Comissão, seria absolutamente natural que nós pudéssemos fazer qualquer outro tipo de reunião. Contudo, todos os Senadores que aqui estão e que fazem parte desta Comissão também fazem parte de outras comissões. É por isso que a gente tem que discutir administrativamente o melhor dia, o melhor horário para que a gente possa fazer as reuniões da nossa Comissão, que vai ser uma Comissão muito movimentada.

Dadas essas explicações iniciais, eu gostaria de ouvir V. Exªs no que diz respeito à Ata da sessão anterior. Se V. Exªs desejam que seja feita a leitura...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Peço a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Defiro o requerimento da Senadora Vanessa e submeto à apreciação dos Srs. Senadores.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a Ata.

Passamos agora à pauta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Antes de entrar na pauta, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu quero concordar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Quero ter a oportunidade de dizer isso. Eu senti um pouco a sua angústia e de fato nós esperamos que aqui no Senado possamos ter condições de nos dedicar mais às comissões, mesmo porque não apenas o número de membros, mas, inclusive as datas, os dias da semana e os horários da reunião estão estabelecidos em nosso Regimento, cujo objetivo é exatamente não haver o problema de marcar várias reuniões ao mesmo tempo. Ocorre que nós estamos ainda no início dos trabalhos. Hoje, por exemplo, nós temos três instalações, todas ao mesmo tempo: a Comissão de Desenvolvimento Regional, a Comissão de Assuntos Sociais, além desta reunião e de outras que não estão na minha pauta, mas que... Diretos Humanos também é na mesma hora.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – E parece que também Educação, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – É, Educação, exatamente. Pelo menos na minha agenda são três comissões em que eu tenho que estar de corpo presente, o que é difícil, porque nós não conseguimos ainda ocupar mais de um espaço ao mesmo tempo.

Então, nós temos consciência da importância desta Comissão e do quanto teremos que nos dedicar a ela.

Nós já temos um número importante de parlamentares aqui e fico muito à vontade para acatar a decisão de V. Exª: se vota os requerimentos agora ou se espera para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Eu queria ouvir tanto V. Exª quanto o Senador Wellington, que são autores.

Como os requerimentos de V. Exªs são importantes, no sentido de criar essa subcomissão para a Região Amazônica e para o Nordeste, eles deveriam contar com a participação de mais Senadores, principalmente do Nordeste e da sua região. Eu gostaria de colocá-los em discussão e votação com o plenário cheio, mas, como temos número regimental, se V. Exªs concordarem, submeto à discussão os requerimentos.

Tem a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, são dois temas aos quais eu queria me ater. Primeiro, em relação à pauta da reunião. Eu quero fazer uma consulta apenas. Não sei como cada um organiza a sua agenda, mas percebo que, pela tradição, nós temos uma concentração muito grande dos trabalhos das comissões nos dias de terça e quarta. Há uma desconcentração na quinta de manhã, embora ainda tenhamos uma ou outra comissão. E vejo também que – não sei como funciona a agenda dos membros da Comissão – normalmente boa parte dos parlamentares começa a chegar no final da tarde de segunda-feira em Brasília.

Então, para que a gente fique fora desse congestionamento de terça e quarta, poderíamos pensar ou em quinta de manhã...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Segundo Regimento, é quarta, às 14 horas.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Então, conforme o Regimento, é quarta, às 14 horas.

Qual é o meu receio? Todas as vezes em que estivermos na Comissão estaremos na Ordem do Dia, os inscritos pelo...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – E há alguma outra comissão nesse horário de quarta às 14 horas?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Não.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Então é perfeito. O que não pode é coincidir. A gente marca para uma hora antes. Normalmente a comissão não começa no horário. Se começar realmente às 14 horas, que maravilha! Teremos condições de, entre 14 e 16 horas, produzir mais do que o Plenário do Congresso.

Então, quanto a manter o horário, já que há uma proposta diferente, tem o meu apoio.

A outra posição, Presidente.

Como houve quorum para a eleição da direção, são temas que não são polêmicos, como a criação da Comissão da Amazônia e a Comissão de Desenvolvimento do Nordeste, creio que poderíamos fazer a votação. E se V. Exª assim desejar terá todo o nosso apoio para a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – A Presidência não discorda. Realmente consta da pauta da reunião de hoje a votação dos requerimentos.

Gostaria de fazer uma observação, ouvindo, logicamente, os autores dos requerimentos. Colocamos na pauta para a discussão e votação e iremos abrir

para os Senadores que desejarem fazer uma comissão composta de cinco membros titulares e cinco suplentes. E daria a cada um a oportunidade de se manifestar: quem deseja ir à Comissão do Amazonas, com especialidade os que fazem parte da região e do Nordeste. Eu sei que todos querem fazer parte das duas, mas, como não haverá espaço para que ambas se instalem, além dos cinco membros poderemos fazer uma seleção dos companheiros e, na próxima reunião, faremos a instalação e a eleição do presidente, do relator e do vice-presidente da subcomissão especial. Combinado?

Em relação ao horário, você tem razão. Eu também acho que às 14 horas não é bom, pois normalmente não chegamos no horário inglês, exatamente às 14 horas, sempre há um atraso de vinte ou trinta minutos e aí pode coincidir com a ordem do dia.

Eu queria abrir uma ressalva aqui para cumprimentar a Senadora Ana Amelia. A nossa companheira passa por um momento de tristeza e de saudade. Repentina e prematuramente perdeu seu companheiro. Queria, Ana, em nome da Comissão, cumprimentar V. Exª, ao mesmo tempo em que apresentamos nossos pêsames, na certeza de que você vai tocar a vida e duplicar suas responsabilidades. Você vai continuar tocando a sua vida como sempre fez e agora vai também ocupar o espaço que era reservado ao seu companheiro que Deus levou. Queria que você recebesse, em nome pessoal, de seu colega de Partido, mas também, em nome da Comissão, os nossos sentimentos. Toque em frente a vida, companheira. Você é uma guerreira. Tenho certeza absoluta de que a saudade ficará, mas vai lhe dar muito mais incentivo para que possa continuar tocando a sua atividade profissional e parlamentar.

Feita a discussão neste primeiro momento, passamos para a segunda etapa, que visa exatamente a colocar em discussão o requerimento da Exmª Srª Senadora Vanessa Grazziotin, que propõe à Comissão a criação da Subcomissão do Amazonas. Tem a palavra S.Exª para a justificação e para defender seu requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTINN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pelo levantamento que eu fiz, já há certa tradição nesta Comissão de manter uma subcomissão para a região amazônica. E têm sido, em geral, comissões muito atuantes, que trabalham, de fato, os mais diferentes aspectos da região, questões relativas a ela, mas, sobretudo, a necessidade de termos efetivamente no País uma política eficiente, prática de integração nacional.

Conversava agora com o Senador Wellington que, além de ter sido Deputado conosco, nos deu esse prazer, foi Governador por duas vezes do Piauí, Estado que tem uma potencialidade econômica magnífica, mas que ainda amarga, como a nossa região e grande parte do Nordeste, índices de desenvolvimento humano que são os piores do Brasil, não é, Senadora Maria do Carmo?

Nossa Comissão, Sr. Presidente, tem um papel fundamental no debate desse assunto, mas não apenas em debater, mas em fazer com que as coisas aconteçam. Então peço aqui o apoio das companheiras Senadoras e dos companheiros Senadores para que a gente aprove essas subcomissões, pois, na verdade, vamos carregar o piano para V.Exª, porque nós temos dois anos pela frente, Senador Benedito, e temos condições e capacidade de fazer grandes eventos relativos ao desenvolvimento, à integração regional e à integração nacional. Acho que, com a criação dessas subcomissões, o senhor terá um suporte – nós estaremos dando um suporte maior à Comissão, discutindo paralelamente problemas que são comuns, mas, ao mesmo tempo, diferenciados, até que cheguemos a um único debate, a um único bom termo.

Então, eu peço apoio para que a gente possa, mais uma vez, aqui na Comissão, criar essa Subcomissão da Amazônia, trabalhando os aspectos da integração nacional.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Continua em discussão.

Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, quero só me manifestar meu total apoio à Subcomissão da Amazônia. O fato é que, por mais avanços que possamos comemorar no Brasil, de centralização do desenvolvimento, ainda temos, nas regiões Norte e Nordeste, grandes desafios.

V. Exª é testemunha de nossa luta em defesa das causas nordestinas. Por isso nos somamos a essa proposição da região amazônica. Nós, que somos lá do Piauí, eu e o Deputado Ciro. O Piauí ainda é pré-Amazônia. Tem uma parte que está ali na divisa com o Maranhão. O Maranhão já está dentro da Amazônia Legal.

Inclusive, podemos trazer às duas comissões temas que são comuns. Hoje, eu citaria aqui viação regional, temas ligados, por exemplo, ao desequilíbrio estrutural. Não é um desequilíbrio momentâneo por conta da crise na parte da distribuição de receitas partilhadas com a União. Nós temos temas relacionados à infraestrutura que são comuns.

Então, eu creio que podemos, sim, fazer essa interfase. Eu acho que o próprio Senado, a partir desta Comissão, pode ter uma relação intensa com os foros,

com a Bancada da Câmara, com o setor empresarial, trabalhadores, e garantir bons resultados.

Quero dizer do meu entusiasmo nesse trabalho. Acho que a proposta da Senadora Vanessa faz – vamos dizer – uma coluna importante desta comissão para apresentar bons projetos para o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Com a palavra, o Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Presidente Benedito, quero dizer a V. Exª que a iniciativa da Senadora Vanessa é muito importante. Uma comissão como a nossa, que fala de desenvolvimento regional, portanto de todas as regiões do País, deve ter realmente, no meu entender, subcomissões que cuidem das peculiaridades de cada região do Brasil.

A Amazônia, afinal de contas, representa 61% do território nacional e efetivamente precisa ter um grupo de membros desta comissão que se dediquem a aprofundar este tema. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, há uma subcomissão permanente da Amazônia na faixa de fronteira, mas lá nós tratamos da questão mais sob o viés, sob a ótica da defesa nacional, da preocupação da proteção das fronteiras, dos crimes transfronteiriços. E não é, portanto, bem o enfoque do desenvolvimento regional.

Entendo que esta subcomissão, portanto, vem complementar a subcomissão da Amazônia e Faixa de Fronteira das Relações Exteriores. Com isso, a Amazônia passa a ter um olhar mais agudo para a nossa região. Nós não precisamos dizer que a Região Norte está na Amazônia toda ela é a região que tem as maiores dificuldades, seja pela distância, seja pelos investimentos desproporcionais em relação às necessidades,

Portanto, quero aqui manifestar meu apoio e dizer que estou à disposição inclusiva para participar desta subcomissão, porque acho muito importante para a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Continua em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 2, do Senador Wellington Dias.

Propõe a criação de uma subcomissão permanente para a região Nordeste.

Tem a palavra o autor do requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Sr. Presidente, eu acho que é basicamente o mesmo tema, o mesmo objetivo. Aliás, os problemas são semelhantes. V. Exª faz uma proposta de que tenhamos cinco membros efetivos e suplente. Eu queria só fazer uma ponderação: na Região Norte são nove Estados, na Região Nordeste são nove também. É verdade que, se a gente tem cinco efetivos e cinco suplentes, são dez. É até possível, seja como efetivo, seja como suplente, ter a participação, se houver esse interesse, da representação de todos os Estados. De qualquer modo, a vantagem que tem de fazê-la menor é que as condições de quórum, de trabalho, dão mais agilidade, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Só abrindo um parêntese: depois de aprovado o requerimento e instalada a comissão, ela vai representar a região. Independentemente de... É aquilo que você acabou... Quanto maior o número, mais dificuldade talvez a gente tenha para reunir todos.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Mas continue V. Exª com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Eu quero só ressaltar a importância desse trabalho. Isso fortalece a própria Comissão de Desenvolvimento Regional e creio que fortalece o papel do Senado Federal como a Casa que discute os temas federativos. Por essa razão é que peço aqui a aprovação desse requerimento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Continua em discussão. (*Pausa*)

Encerrada a discussão, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovado.

A mesa vai fazer o encaminhamento ao Presidente do Senado Federal, comunicando a S. Exª que foram criadas duas subcomissões permanentes no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Na legislatura passada, o Senador Inácio Arruda, aliás, o Senador Neuto de Conto apresentou um requerimento para a Comissão fazer uma audiência pública e não foi possível a aprovação desse requerimento por conta de ter terminado a legislatura.

Considerando que o Senador não retorna, tomei a liberdade de pedir à Comissão que renovasse o requerimento para que a gente possa fazer uma audiência pública para, exatamente, tratar dos assuntos da maior importância no que diz respeito à área do turismo, infraestruturas portuárias, etc., convocando, aliás, convidando algumas autoridades no assunto, inclusive pessoas do Governo, para que a gente possa realmente discutir com essas autoridades da área de turismo, da área de portuário, da área de viação regional, que

é de fundamental importância. Esta Comissão deverá levar isso muito a sério e ouvir também o Governo, porque aquilo que nós temos como consciência é que cabe a esta Comissão exatamente estabelecer esse cronograma de trabalho para levar ao conhecimento do Governo aquilo que estamos antevendo para a grandiosidade deste País.

Vou repetir o que eu disse na nossa eleição, na instalação da Comissão: a gente convive e às vezes fica assim, impotente, incapaz de adotar determinadas providências que falecem à competência da comissão, mas ela terá foros de debates e será exatamente o braço dos encaminhamentos para que o Ministério do Turismo, o Ministério do Desenvolvimento e Integração Nacional e o Governo possam dotar do mínimo de condições para que a gente possa fazer crescer o turismo no Brasil. Então, tomei a liberdade de apresentar um requerimento para a apreciação dos companheiros da Comissão.

O requerimento estabelece uma audiência pública com participação para que a gente possa discutir a melhoria da infraestrutura portuária com vistas a organizar o trabalho dos portos, tendo por objetivo diminuir as desigualdades regionais exatamente naquilo que o Senador Wellington apresentou no requerimento criando a subcomissão. Uma das preocupações desta Comissão e da subcomissão futura é equilibrar essas desigualdades regionais com sugestões e potencializar o turismo com a presença de representantes dos seguintes órgãos: Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos e Centro Nacional de Navegação, bem como representação do Governo nas pessoas do Sr. Roberto Nami Garibe Filho, da Presidência da República, e Dr. Ricardo Martini Moech, Ministério do Turismo.

E o requerimento do Senador Cícero Lucena, mandando também incluir convite para o Dr. Frederico Businger.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Sr. Presidente, nós estamos debatendo item 3 da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Nós estamos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Pois não, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – AM) – Falta aqui o Ministério dos Transportes, porque, na realidade, com a criação da Secretaria Especial de Portos, que tem status de Ministério, no Ministério dos Transportes ficou a seguinte divisão: a Secretária Especial de Portos cuida das águas marinhas, dos portos e do oceano, dos mares e o Ministério dos Transportes fica de águas internas, ou seja, com os portos fluviais, o que para gente na região é muito importante. Então a autoridade responsável pelos portos de quase toda a Região Amazônica é do Ministério dos Transportes e não da Secretaria Especial. Portanto, sugiro que inclua isso, senão o debate fica pela metade.

Segundo, não vejo ninguém aqui que represente a Marinha Brasileira. A Marinha Brasileira trata, por exemplo, da Capitania dos Portos, que é quem cuida da segurança, cuida de uma série de coisas. Não sei se seria o caso, nessa primeira reunião, de chamá-los. Talvez fique uma audiência muito grande, com muitos convidados. Talvez deixássemos a Capitania dos Portos para um segundo momento. Quanto ao Ministério dos Transportes, vejo como fundamental a sua inclusão agora.

Não tenho o nome de quem é o responsável lá, só do Ministro, que é Alfredo Nascimento. A gente poderia convidar o Ministro, nosso colega Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Eu aceito, como autor do requerimento, a inclusão dos nomes que V. Exª propõe.

Só para contribuir, Presidente, caso não seja o Ministro Alfredo, que seja o Diretor de Aquaviária, que é exatamente desta área.

É a nossa sugestão.

O SR. CÍCERO LUCENA – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, só a titulo de sugestão, pelas justificativas apresentadas por V. Exª, e aproveito para parabenizá-lo pela iniciativa, e pelos demais Senadores que sugeriram a participação de outros nomes, gostaria de sugerir a V. Exª que a Comissão autorizasse a Presidência e a Secretaria da Comissão a dividir em duas audiências, senão nós não teremos condições de fazer um debate proveitoso, como todos desejamos, com a quantidade de pessoas que estão sendo convidadas. Sempre com a orientação, a sugestão de que seja ouvida parte da representação da sociedade e parte dos representantes do Governo.

Então fica aqui a sugestão à Comissão e a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Estou de acordo, nobre Senador. É exatamente isso. É mais importante que a gente possa fazer em dois momentos.

Continua em discussão o requerimento.

Não havendo mais quem queira se manifestar, submeto o requerimento à aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Em duas etapas?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Em duas etapas.

Encerrada a pauta, eu queria apenas fazer algumas comunicações, antes de conceder a palavra.

Já tivemos contato com a direção geral da Casa para que a gente possa ter um espaço. A Secretaria da Comissão, que V. Exªs não conhecem e seria interessante que pudessem conhecer, é absolutamente... E aqui está o Senador Lucena, que além de ser membro da Comissão é, para alegria nossa, o 1º Secretário da Casa, e nós precisamos, Senador. Eu estive lá e confesso a V. Exª que... Eu perguntei: como é que vocês trabalham aqui? Vocês estão pensando que esta Comissão tem só o nome de Comissão de Desenvolvimento Regional? Não, vai haver muita movimentação, muito trabalho. Então eu estive conversando, Senador Lucena, com a Diretora-Geral da Casa e gostaria também, aproveitando este momento, que V. Exªs também pudessem interferir nessa ação.

Uma coisa que eu confesso: esse corredor é muito grande, é espaçoso, ele tem espaço para acomodar todas as comissões da Casa. Agora, infelizmente, há determinados espaços que estão sendo ocupados por outras ações que não são especificamente das Comissões Permanentes do Senado Federal.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Pois não.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) - Nós estamos fazendo um estudo de todo o processo de ocupação da Casa, não apenas da ala das Comissões. No caso específico, as Comissões todas não estão acomodadas devidamente. Mas esse não é um problema desta administração. Ele vem ao longo do tempo. E mais ainda, nós estamos buscando otimizar esses espaços, porque há uma tendência do ser humano, natural, de querer: quanto maior, acha que é o melhor. Mas nem sempre é isso.

Compreendemos as assessorias que estão demandando o crescimento das suas comissões. Esta Comissão é nova, foi instalada na legislatura passada e, consequentemente, passou por um processo de acomodação. Nós temos, é verdade, alguns gabinetes nessa ala, mas há muito tempo, não foram instalados agora. Apenas houve um remanejamento de um gabinete, de comum acordo com aqueles que ocupavam aqui. Mas nós estamos discutindo a ocupação da Casa como um todo. E a solução será dada para todas as comissões. Não posso garantir o prazo necessário e suficiente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Esta é uma Comissão de muito privilégio. A gente ter aqui o nosso 1º Secretário. Vai ser tratada com prioridade.

Sr. Presidente, quero compreender que no que aprovamos agora foi acatada a proposta do Senador Cícero Lucena no sentido de trabalharmos em duas audiências...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Com duas audiências públicas.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI) – Eu estou querendo sugerir que possamos trabalhar a parte marítima e a parte hidroviária ou aquática de transportes dentro do território.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – À Secretaria para anotação.

Com a palavra o Senador Vital do Rego.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Hoje é um dia em que nós estamos presentes em diversas comissões, ou instalando ou iniciando os nossos trabalhos, Presidente Benedito de Lira, mas não poderia deixar de trazer o meu apoio, a minha presença, o meu entusiasmo a essas iniciativas que votamos agora há pouco de instalação de subcomissões permanentes, no sentido de dinamizar com vetores em diversos pontos o trabalho desta comissão.

Felicito o Governador, o rei do Piauí, Wellington Dias, queridíssimo Senador que vem travando uma discussão na Casa, já há algum tempo, sobre a necessidade de uma subcomissão permanente que defina prioridades para o nosso Nordeste. E como é bom ver um nordestino dirigindo esta Comissão, até por que ontem eu lia alguma coisa sobre a necessidade de o Nordeste ser mais visto.

Nós respondemos por 14% do nosso PIB, somos 50 milhões de consumidores, temos um crescimento acima do crescimento nacional e, muitas vezes, somos olhados, somos vistos, interna e externamente, como uma região pobre, uma região decadente, uma região que precisa ser vista com pena. Não! Já passou essa fase.

O equilíbrio social que foi implantado nos últimos oito anos, a recuperação de renda do nordestino por força da melhoria da política de valorização do salário mínimo hoje faz um Nordeste diferente. E é esse novo Nordeste que o Wellington quer mostrar ao Brasil, que eu quero mostrar, que V. Exª, que o Senador Cícero e tantos outros que estão aqui precisam mostrar para o País. O Nordeste deve ser tratado não com discri-

cionariedade positiva, não com discricionariedade necessária àqueles que nada têm. Muito pelo contrário, nós queremos ser tratados do tamanho e da altura que temos.

Por isso a Subcomissão de Assuntos do Interesse do Nordeste, seguindo até uma tradição importante da Câmara, que tem uma comissão permanente de estudos para a região, nós vamos poder aproveitar, e eu me inscrevo imediatamente nela sob o comando e a liderança do nosso Governador.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Vital do Rego.

Esgotada a pauta, considerando as manifestações de S. Exªs, eu declaro encerrada esta reunião e convoco a próxima reunião para depois do carnaval.

(Levanta-se a Reunião às 10h31min)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSEIS DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às duas horas e quarenta e nove minutos do dia dezesseis de março do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número nove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Maria do Carmo Alves. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Aécio Neves, Cícero Lucena e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a reunião está dividida em duas partes, sendo a primeira parte destinada a reunião administrativa com o intuito de fixar a composição das Subcomissões Permanentes da Amazônia e do Desenvolvimento do Nordeste, bem como designar os seus membros (art. 89, IV do Regimento Interno do Senado Federal); e a segunda parte à apreciação de proposições. Passando à primeira parte, o Sr. Presidente fixa a composição de ambas as Comissões em 5 (cinco) parlamentares titulares e 5 (cinco) suplentes, e designa seus membros. A Subcomissão Permanente da Amazônia terá na sua composição, na qualidade de titulares, os Senadores Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Ana Amélia, Ivo Cassol e Aécio Neves; e, como suplentes, os Senadores Acir Gurgacz, João Pedro, Mozarildo Cavalcanti, Lobão Filho e Lúcia Vânia. Para compor a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste designa os Senadores Wellington Dias, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo e Maria do Carmo. Para a suplência dessa Subcomissão, indica os Senadores José Pimentel, Magno Malta, Ciro Nogueira, Wilson Santiago e Cícero Lucena. Segue-se, então, à apreciação de proposições: ITEM 1: Requerimento nº 05/2011-CDR, que *"nos termos dos art. 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a criação da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do CODESUL, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo destinada a debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da referida região".* **Autoria**: Senadora Ana Amélia. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, usam da palavra os Senadores Lídice da Mata, Wellington Dias, Eduardo Amorim e Vanessa Grazziotin. **Resultado**: Aprovado. ITEM 02: Requerimento nº 06/2011-CDR, que *"Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e o artigo 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) um Ciclo de Debates destinado a examinar os entraves existentes ao desenvolvimento regional no Brasil, tais como logística, inclusão digital e guerra fiscal. O Ciclo de Debates consistirá na realização de 3 (três) painéis, com os seguintes convidados, respectivamente: 1º Painel – A Importância da Logística para o Desenvolvimento Regional – Senhor Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes; Senhor José Ramos Torres de Melo Filho, Presidente da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Senhor Rodrigo Otaviano Vilaça, Presidente da Associação Brasileira de Logística; e Senhor Paulo Fernandes Tigre, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul; 2º Painel – Inclusão Digital como Fator de Desenvolvimento Regional – Senhor Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado das Comunicações; Senhor Paulo Eduardo Kapp, Gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás; Senhor Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital; e Senhor Constantino Orsolin, Prefeito do Município de Canela (RS); 3º Painel – A guerra fiscal como obstáculo ao desenvolvimento regional – Senhor Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); Senhor Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação*

Nacional da Indústria (CNI); Deputado Federal Pepe Vargas, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa; e Senhor Ricardo Nunes de Miranda, Consultor Legislativo do Senado Federal". **Autoria**: Senadora Ana Amélia. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, usam da palavra os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Dias, Ana Rita, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin. **Resultado**: Aprovado o requerimento, com a inclusão de mais um Painel, o de Número 4, que tratará de Logística Aeroportuária, em atendimento às sugestões feitas pelas Senadoras Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, que, com a concordância da Senadora Ana Amélia, passaram a subscrever o referido requerimento. Em seguida, com a anuência do Plenário, o Presidente submete os seguintes itens como **EXTRAPAUTA:** ITEM 01: Requerimento nº 07/2011-CDR, que *"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III da Constituição Federal combinado com o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal, Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Turismo, Sr. Pedro Novais, com vistas a expor os programas e planos de governo para os próximos anos".* **Autoria**: Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado**: Aprovado. ITEM 02: Requerimento nº 08/2011-CDR, que *"Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, no âmbito das competências regimentais desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a criação de Subcomissão Temporária para acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016 na cidade do Rio de Janeiro, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes. O prazo desta Subcomissão será o normatizado pelo Art. 76, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal".* **Autoria**: Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado**: Aprovado. ITEM 03: Requerimento nº 09/2011-CDR, que *"Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 03, 2011-CDR, para que seja convidado para participar da audiência pública que discutirá a situação dos portos marítimos de nosso país representante da INTERSINDICAL DA ORLA PORTUÁRIA-ES"*. **Autoria**: Senadora Ana Rita. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado**: Aprovado. ITEM 04: Requerimento nº 10/2011-CDR, que "Requeiro, nos termos Regimentais, que a Primeira Parte da Reunião que esta Comissão realizará no dia 23/03/2011, seja destinada à apresentação de Técnicos do Tribunal de Contas da União, que farão uma exposição sobre em que o Tribunal pode assessorar esta Comissão". **Autoria**: Senador Benedito de Lira. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelo autor, procede-se à votação. **Resultado**: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de saber se há necessidade da leitura da Ata ou se V. Exªs propõem a dispensa da leitura da Ata.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, penso ser dispensável a leitura da Ata, já que foi disponibilizada com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – De acordo com o requerimento, submeto a Ata à apreciação e à discussão das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores. (*Pausa*.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Está aprovada a Ata.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião está divida em duas partes. Na primeira parte, vamos levar ao conhecimento dos membros da Comissão a indicação dos nomes que comporão a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste e a Subcomissão Permanente da Amazônia.

Foram feitas solicitações pelos Srs. Senadores que desejavam participar da Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste ou da Subcomissão da Amazônia, e nós as complementamos, para fechar a Comissão. Esta Presidência decidiu formar uma Comissão com cinco membros, porque penso que fica mais fácil de se reunirem as pessoas e de se discutirem os problemas de uma Região ou da outra.

O Senador Wellington Dias, que foi o proponente da criação da Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste, ficará como Presidente dessa Subcomissão,

que contará com os Senadores Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo e Maria do Carmo.

Quero fazer uma correção: nomeei o Presidente, sem poder fazê-lo. Quero pedir desculpas aos companheiros. Numa próxima reunião, a Comissão se reunirá, para eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão. A autoridade para isso é de V. Exªs.

Para suplentes dessa Subcomissão, foram designados os Senadores José Pimentel, Magno Malta, Ciro Nogueira, Wilson Santiago e Cícero Lucena.

Para a Subcomissão da Amazônia, foram designados, como titulares, os Senadores Vanessa Grazziotin, autora do requerimento; Vicentinho Alves; Ana Amélia; Ivo Cassol e Aécio Neves, e, como suplentes, o Senador Acir Gurgacz; João Pedro; Mozarildo Cavalcanti, que vai ficar com a vaga do PP, da qual abri mão, para que S. Exª a assumisse; Lobão Filho e Lúcia Vânia. São esses os cinco titulares e os cinco suplentes. Da mesma forma, na próxima reunião, esses Senadores deverão reunir-se, para elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Há alguma manifestação a respeito da indicação dos membros? (*Pausa*.)

Todos estão de acordo.

A segunda parte da nossa reunião está destinada ao processo de deliberação, mas, antes de começarmos esse processo, quero fazer algumas comunicações.

Comunicamos à Comissão que, na próxima quarta-feira, dia 23, haverá a primeira audiência pública, com o objetivo de defender-se a importância da melhoria da infraestrutura portuária, com vistas a dinamizar o trabalho nos portos.

A Confederação Nacional do Turismo e a Associação Brasileira das Entidades e Empresas de Gastronomia, Hospedagem e Turismo convidam os membros da Comissão para participarem da abertura oficial do 24º CIHAT, Congresso Internacional de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo, e da Fistur 2001, Feira Internacional de Produtos e Serviços para Gastronomia, Hospitalidade e Turismo, a realizar-se no dia 28 de março de 2011, das 10 às 12 horas, respectivamente, no Palácio das Convenções, no Anhembi, em São Paulo.

Acontecerá, entre os dias 28 e 29 de março, no Centro Fecomércio de Eventos, em São Paulo, o Fórum Panrotas -Tendências de Turismo 2011. Durante o evento, no dia 28, a partir das 19h30, está programada a realização do 4º Jantar de Integração do Turismo Brasileiro.

A segunda parte é a parte deliberativa.

ITEM 01

REQUERIMENTO Nº/2011-CDR

Nos termos dos art. 73 e 89 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro *a criação da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Codesul, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo destinada a debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da referida região*.

Autoria: Senadora Ana Amelia

Com a palavra, a autora do requerimento.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Benedito de Lira, caros colegas Senadores e Senadoras, o sistema do Conselho de Desenvolvimento de Integração do Cone Sul, junto com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, foi criado em 1961, através de um convênio entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em 1992, o Estado do Mato Grosso do Sul passou a integrar também esse Conselho. O objetivo é encontrar alternativas aos desequilíbrios regionais tão constantemente citados aqui, nesta nossa Comissão, com concentração do crescimento no centro do País.

O Codesul constitui-se num foro privilegiado da coordenação e a potencialização em torno das questões comuns dos Estados que dele participam. O exercício da presidência desse conselho tem gestão anual e é alternado entre os governadores dos quatro Estados membros.

A estrutura administrativa é composta por um secretário-executivo, nomeado pelo governador presidente, e por quatro secretários assistentes, além do corpo técnico-administrativo.

As reuniões desses conselho têm a participação do diretor-presidente do BRDE e, como órgãos vinculados ao Codesul, estão comissões permanentes e comissões técnicas, que trabalham em áreas onde há potencial de integração regional.

Eu queria, daí, exatamente, justificar a importância deste debate, em função de terem se criado comissões para a Amazônia e para o Nordeste. Penso que, embora o Extremo Sul, aparentemente, pareça uma zona, digamos, de grande prosperidade e desenvolvimento, não é bem essa a realidade. Já disse aqui, nesta Comissão, que o meu Estado, o Rio Grande do Sul, tem 116 Municípios que não têm acesso asfáltico à sua sede. Isso prova a nossa fragilidade na questão da integração. E, além dessa, há as questões relacionadas à guerra fiscal e a outros problemas que emperram o desenvolvimento.

Então, foi esse o objetivo que me levou a fazer esse requerimento de criar essa comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O requerimento de V. Exª, Senadora, é meritório.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O requerimento de V. Exª é meritório.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Acho que o Brasil como um todo precisa de ações efetivas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E lhe agradeço já esse apoio, Presidente, lembrando que há transversalidade em todo o debate, incluindo as questões de turismo. E como vamos ter a Copa em 2014, e Porto Alegre é uma das cidades sedes, também nesse aspecto esse Conselho poderá ter um papel relevante aí no auxílio desses debates e também no acesso a fontes de recursos para agilizar os projetos em andamento, com vistas à Copa de 2014, embora desenvolvimento regional e integração não devamos vislumbrar apenas um evento que vai marcar o Brasil para o resto do mundo, mas para os próprios cidadãos que vivem nesses Estados.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Continua em discussão.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para também ressaltar a importância dessa proposta da Senadora, até porque nós já constituímos duas outras comissões permanentes tratando de outras importantes regiões do nosso País.

Esta Comissão, como uma comissão de integração regional não deve, no entanto, ao constituir essas subcomissões permitir que haja uma desagregação do debate que essa Comissão tem que travar como um todo sobre o desenvolvimento regional do Brasil e a sua integração necessária. Creio, portanto, que a criação dessas subcomissões deve levar adiante a possibilidade de termos um relatório final dos trabalhos dessas três subcomissões para que sejam debatidos nesta Comissão com o conjunto dos parlamentares podendo conhecer e debater os problemas do Sul, os problemas da Amazônia, os problemas do Nordeste, os problemas do Centro-Oeste. A nossa Comissão tem a clara atribuição de justamente integrar o Brasil e não desintegrá-lo. Portanto, compreendo essas subcomissões como um esforço de cada um dos Srs. Senadores de, centrando o seu trabalho em comissões determinadas, geralmente as comissões de origem de cada um dos Srs. Senadores, nós possamos traduzir, nesta Comissão como um todo, o debate dos principais problemas e da agenda política, social e econômica de cada uma de nossas regiões.

Portanto, quero parabenizar a Senadora e declarar o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias, para discussão do requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, quero também louvar a iniciativa da Senadora Ana Amélia e, também, dentro dessa preocupação da Senadora Lídice, dizer que, com certeza, vamos valorizar a Comissão de Desenvolvimento como nossa âncora nesse debate. Certamente o papel das subcomissões, das comissões temporárias vão na direção de aprofundar sobre temas específicos, mas sempre tendo o Plenário desta Comissão como o grande eixo vetor dessa nossa relação.

Tive o privilégio de conhecer todas as regiões do Brasil e tenho a convicção de que dentro do Brasil, e dentro das regiões desenvolvidas, também, temos graves desafios. Ou seja, há regiões não desenvolvidas em regiões que na relação com o Brasil são desenvolvidas. Cito o exemplo da própria região Nordeste, em que temos regiões mais desenvolvidas, regiões em que olhadas separadamente têm indicadores próximos das regiões desenvolvidas e outras não desenvolvidas. E, com certeza, esse debate nos permite também cuidar de temas específicos dessa região do Codesul.

Então, quero aqui manifestar o meu apoio e vamos buscar contribuir para que essa região possa enfrentar os seus desafios.

No mais, Sr. Presidente, agradecer também pelas indicações feitas e dizer que já, na próxima semana, no caso da Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, estamos já prontos, sob vossa coordenação, fazer um cronograma de trabalho, tratando de temas importantes, relevantes com os membros desta Comissão sobre o desenvolvimento regional focado, nesse caso, na Região Nordeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Só para parabenizar a Senadora Ana Amelia pela propositura e dizer que o meu Estado, Sergipe, não tem mais nenhum Município que não tenha acesso com piso asfáltico, mas não quer dizer que não seja um Estado com muitas carências e muitas necessidades. Isso se deve ao trabalho feito pelos ex-governadores, que tiveram essa prioridade. Mas parabéns pela propositura, é justo V. Exª defender sua região, especialmente o Estado de origem.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Presidente Benedito de Lira.

Solicitei a palavra rapidamente para cumprimentar a Senadora Ana Amelia. Eu acho, Senador Benedito que V. Exª vai ter um trabalho muito profícuo aqui nesta Comissão, porque todas as subcomissões que estão sendo criadas estarão sob a sua coordenação. Acredito que não apenas a Senadora Ana Amelia, Senador Wellington que apresentou a Subcomissão do Nordeste, assim como eu apresentei a da Amazônia, mas todos nós, Senadora Ana Rita, Lídice da Mata, todos nós estamos imbuídos desse objetivo de não só trazer para a mesa o debate sobre desenvolvimento regional. Acho que o Brasil, a mídia brasileira deveria prestar mais atenção, porque o Brasil perde muito com essas desigualdades.

Mas, além de trazer o debate à tona, nós devemos agir de tal forma que as coisas possam acontecer. Por isso que encaminhei a V. Exª um pedido de votação de requerimento, se V. Exª achar que é o caso de votar hoje podemos votar ou deixar para a semana que vem, para iniciarmos o debate sobre o tema. Mas, enfim, a Senadora Amelia dá provas de que é importante, Senadora, ter alguém do sul do País que cuide mais do Cone Sul, para que não fique parecendo que esta é uma Comissão em que atuam apenas os excluídos, como nós que viemos do Norte e do Nordeste. Isso é muito importante. Tanto a Senadora como os demais Senadores, vamos todos poder realizar um belo trabalho aqui nesta Comissão.

Presidente, se V. Exª me permite fazer uma sugestão: que V. Exª faça o convite ao nosso Ministro do Turismo para que venha, na próxima semana, a nossa Comissão. Não apresentei requerimento nem nada. Acho que V. Exª como Presidente pode convidar o nosso companheiro, nosso amigo, colega Deputado Federal Pedro Novaes para vir semana que vem debater conosco, fazer uma visita à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Visita não. Ele viria aqui para trabalhar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Seria importante demais. Meus cumprimentos à Senadora Ana Amelia.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quero apenas comunicar a esta Comissão, que está debatendo a constituição de uma subcomissão, que compreendo a necessidade da existência dessas subcomissões para que nós possamos aprofundar esses temas. Por isso mesmo, estou encaminhando um requerimento a V. Exª no sentido de constituirmos uma subcomissão temporária para avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, assim como dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Creio que esses serão os dois grandes eventos que demarcam uma linha de estratégia de crescimento para o Brasil no turismo. Indispensável que nós possamos, portanto, acompanhar aqui de forma muito detalhada as ações que vão se desenvolver até então. Creio que essa subcomissão pode contribuir com uma pauta que nos faça inclusive debater com outras comissões de forma coletiva, conjunta, por exemplo, a necessidade de organização de toda logística para a infraestrutura de turismo no Brasil.

Creio também, Sr. Presidente, e encaminhei requerimento já à Mesa da Secretaria, no sentido de que V. Exª pudesse convidar para debater conosco, nessa mesma direção, o Sr. Ministro de Estado da Defesa,

o Sr. Nelson Jobim, com vistas a expor a situação e o planejamento para os próximos anos dos aeroportos nacionais, visando o fluxo turístico que já estamos enfrentando hoje, com crise na área da aviação nacional, e possamos ter em conta planos para o desenvolvimento de toda a infraestrutura aeroportuária.

Então, são dois requerimentos que encaminhei à V. Exª, à Mesa, para que possamos, numa reunião posterior, ou mesmo nesta, debater, buscando não deixar que a pauta do turismo deixe de levar em conta esses importantes eventos para os quais devemos estar nos preparando para fazer ocorrer em nosso País.

Ao mesmo tempo, dizer a V. Exª que, como a Casa votou e determinou, participei da Feira Mundial de Turismo, em Berlim, no último dia 9 a 14 deste mês, e pretendo, numa próxima reunião, encaminhar a V. Exª relatório desta viagem e dar conhecimento a toda a Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Tem um segundo requerimento ainda de autoria da Senadora Ana Amelia.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II, e art. 104 "a" do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, um ciclo de debates, destinado a examinar os entraves existentes ao de-

senvolvimento regional do Brasil, tais como logística, inclusão digital e guerra fiscal.

O ciclo de debate consistirá na realização de três paineis, com os seguintes convidados, respectivamente. Primeiro painel: "A importância da logística para o desenvolvimento regional", Sr. Ministro Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes; Sr. José Ramos Torres de Melo Filho, Presidente da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da Confederação Nacional da Agricultura; Sr. Rodrigo Otaviano Vilaça, Presidente da Associação Brasileira de Logística; e Sr. Paulo Fernando Tigre, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo painel: "Inclusão digital: um fator de desenvolvimento regional", Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado das Comunicações; Sr. Paulo Eduardo Kapp, gerente de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás; Sr. Percival Henriques, Presidente da Associação Nacional para Inclusão Digital; e Sr. Constantino Orsolin Pereira, do Município de Canela, Rio Grande do Sul.

Terceiro painel: "A guerra fiscal como obstáculo ao desenvolvimento regional", Sr. Nelson Henrique Barbosa Filho, Presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Sr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Deputado Federal Pepe Vargas, Presidente da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa; e Sr. Ricardo Nunes de Miranda, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O requerimento está em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Bom, a exposição de motivos e as indicações, meu caro Presidente, já dispensam comentários. Eu, inclusive, adicionaria, ao que a Senadora Lídice da Mata apontou, a questão aeroportuária, até porque não estamos em época de alta estação. E, ontem, eu mesma vivi o processo e o problema que o serviço aeroportuário está representando. Saí da cidade de Passo Fundo, ontem, às 15h, com atraso de duas horas, e deveria chegar em Brasília às 19h30, em tempo de chegar ainda à sessão do Congresso. Porém, só cheguei aqui em Brasília a uma hora da madrugada desta quarta-feira.

Não é alta estação, como disse.

Atrasos muito frequentes das companhias aéreas, duas horas de atraso, também de São Paulo – Guarulhos para Brasília, têm significado uma barreira fundamental não só para o turismo, mas para a economia brasileira.

Então, eu gostaria, até, de incluir essa sugestão da Senadora Lídice, como parte do debate em torno dessa questão da logística, que o serviço aeroportuário é fundamental nesse processo.

A questão digital, dispensam-se comentários. A questão da logística de transportes, toda ela, de todos os modais do transporte e a inclusão digital também.

A guerra fiscal, está aqui um ex-Governador, Wellington Dias. Sabe bem o Piauí do comprometimento enorme da sua receita líquida com o pagamento da dívida com a União e de tantos outros problemas, mas a guerra fiscal por si só já representa um grave problema para os Municípios e para os Estados. Então, penso ser dispensável dar mais explicações a respeito desse tema tão candente.

Nós sempre falamos: o Brasil é altamente produtivo, mas perde em competição na hora em que a gente compara com os nossos concorrentes, seja no âmbito do Mercosul, seja no âmbito de outros países desenvolvidos. Mesmo aqui, os nossos vizinhos Argentina e Uruguai têm padrões de custos muito menores que os nossos e aí é que está a questão da competitividade, por conta da logística deficiente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim. Depois, terá a palavra a Senadora Rita.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Quero parabenizar, mais uma vez, a Senadora Ana Amélia e a Senadora Lídice da Mata por essa propositura, até mesmo, Sr. Presidente, para que a gente possa entender e aqui seja esclarecido para o povo brasileiro por que algumas empresas aéreas, recentemente, cobram a mais, por exemplo, pela saída de emergência. E mesmo que esses lugares estejam vagos, por que não podem ser ocupados? Além de os espaços serem diminutos e poderem ser extremamente prejudiciais à vida dos passageiros, pela falta de mobilidade em assentos tão estreitos, nós, agora, somos submetidos a essa cobrança. Uma coisa que, antes, era algo estratégico, que era a saída de emergência, que só poderiam ocupar pessoas habilitadas e aptas para, naquele momento de necessidade, em tempo real e necessário, serem agilizadas, agora é mais um motivo de enriquecimento por parte dessas empresas, com o argumento de que aquilo é um conforto, ou, então, na primeira fileira. Não sei se vocês têm passado por isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu passei!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu passei, eu tive o dissabor, eu testemunhei, mas eu fui na poltrona, sentei...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu fui também.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) –... e fui, de forma educada, abordado pelo comissário pedindo para sair daquele espaço. Ou seja, o espaço fica ali, vazio, inútil. Se precisarmos de alguém para acionar aquela saída de emergência, não teremos. Agora, é mais um motivo para as nossas empresas aéreas, que são tão poucas, e é difícil entender isso, terem mais um ganho. Não dá para entender tudo isso e eu acho que é o momento para esclarecer, já que o mundo está batendo à nossa porta, porque temos a grande responsabilidade de sediar esses dois grandes eventos. E, antes de sediarmos esses dois grandes eventos, por nós mesmos, que viajamos, e os milhares e milhares de brasileiros que passam por esse constrangimento e por esse sofrimento, Presidente.

Eu lembro que uma das primeiras falas do Ministro da Defesa, quando ele assumiu, foi de que ele ia tomar providências com relação a esse questionamento dos espaços, porque se você for além de um tamanho, for de uma estatura um pouco diferente da nossa, você passa pelo sofrimento de não ter onde colocar as pernas, o que é fisiologicamente condenável.

É o momento de esclarecermos tudo isso, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu agradeço, Senador. Eu vivi o constrangimento, também. Fui "convidada" a me retirar, porque havia os lugares vazios nessa área de emergência, e, para minha surpresa, a explicação foi a seguinte: em algumas rotas de maior movimento e fluxo, é cobrada como taxa de conforto, veja só, e essas poltronas sequer reclinam. Aí, eu saí, tive de sair do meu lugar. O avião estava lotado e só estavam vagas aquelas poltronas, quer dizer, os passageiros que estavam ali, apinhados, não puderam desfrutar daquele espaço e não tinha ninguém para ocupá-lo, porque ninguém se dispôs a pagar a mais.

Então, esse realmente é o problema.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É estranho ser uma situação de conforto quando, na verdade, trata-se de uma situação de emergência, de urgência, onde não pode qualquer um. Quer dizer que um cidadão que não seja habilitado, mas que pode, com o seu poder financeiro, pagar, ele pode ocupar aquele espaço? É hora de questionarmos tudo isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E vale para as linhas onde há maior demanda econômica. Eu também me senti lesada no dia em que fui convidada da cadeira porque ali tinha de pagar mais.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Esse é caso de o Ministro vir, e também a presidente da Anac, para fazer um complemento...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ...o Ministro Jobim.

Quanto ao fato das poltronas da saída de emergência, ontem, ao tirar o meu bilhete de embarque para Brasília, perguntei ao pessoal: "Como está aí?" Parece-me que é a poltrona de número 13, se não me falha a memória. Ele disse-me: "Você vai pagar mais R$20,000." "Você acha pouco o que nós pagamos para viajar e ainda cobra R$20,00? Pra quê? Para sentar naquela cadeira?"

É um absurdo, realmente.

Além disso, vou reportar-me ao que aconteceu sábado, em Salvador, para onde me dirigi para uma solenidade. O meu voo de retorno para Maceió estava previsto para às 21 horas, mas eu saí de Salvador às 2 horas e 10 minutos da madrugada de domingo, e ninguém pede desculpas, ninguém dá satisfação. É algo terrível, terrível. Esse é um assunto que vamos debater aqui na Comissão.

É por isso que são interessantes esses requerimentos.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, aqui, ratificar todas as falas que foram feitas e dizer da nossa concordância plena com as reflexões aqui apresentadas, com as indagações, com os questionamentos, acho que são perfeitamente pertinentes nesse momento e que esse espaço é muito propício para fazermos esse tipo de discussão e aprofundar no tema, com certeza, nas próximas reuniões.

Na verdade, solicitei a palavra para parabenizar a Senadora Ana Amélia pela importante iniciativa de promover, através desta Comissão um debate importante sobre essa questão do desenvolvimento regional, e compreendo que essa discussão precisa ser vista do ponto de vista nacional. Na verdade, a reflexão que iremos fazer, com certeza, nesses três painéis vão partir de uma realidade nacional, focado na Região Sul, da qual a Senadora faz parte. Estou compreendendo que é dessa forma. Não é isso não, Senadora? Gostaria desse esclarecimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Este requerimento, na questão da logística, tem um fogo nacional com um olhar regional, porque o País tem, digamos, muitas diferenças regionais e cada uma terá uma demanda, dentro da lógica que a Senadora Lídice da Mata falou sobre as subcomissões da Amazônia, do Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Então, é nessa ótica. Então, debateremos nacionalmente as questões, porque, quando se fala em guerra fiscal, claro que a visão é nacional. O Nordeste pode gostar da guerra fiscal, porque dá incentivos para terem indústrias. Mas,

as indústrias do Sul, como você vai compatibilizar exatamente interesses conflitantes dentro desse processo de desenvolvimento regional.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Que bom Senador, porque pelas pessoas convidadas aqui, eu tive a impressão de que algumas pessoas são mais do Sul. Então, tive esse entendimento. Porque, na verdade, eu gostaria de reforças isso: a importância de fazer o debate em âmbito nacional, porque precisamos discutir realmente o desenvolvimento do País a partir das Regiões, mas que as Regiões possam ter um tratamento de forma igual. Então, na verdade, precisamos superar as desigualdades regionais. Então, discutir o desenvolvimento das Regiões do ponto de vista do crescimento de todas elas, considerando as questões ambientas, sociais, econômicas que perpassam todas elas.

Considero esse debate extremamente importante. Acho que se a Comissão realmente tiver como meta essa discussão e outras que virão, com certeza, isso muito vai nos ajudar a ter uma visão do País como um todo e poder contribuir para que o desenvolvimento realmente possa atender todas as regiões e, assim, superarmos, com certeza, as desigualdades que existem nas regiões do País, inclusive internamente nos Estados. Acho que é um debate que precisamos fazer também, porque muitas vezes os nossos Estados estão em um processo de desenvolvimento, de crescimento, que não atinge todos os Municípios. Então, superar essas desigualdades regionais internas nos Estados também é fundamental, porque, com certeza, mais adiante, poderemos também conversar sobre isso.

Então, Senadora, quero parabenizar sua iniciativa e dizer que estamos bastante contempladas com sua proposta.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Presidente, eu só queria esclarecer que esses nomes referidos aqui são, digamos, uma pré-sugestão para palestrantes, porque são de áreas específicas. Mas lembrou bem aqui o Senador Wellington Dias, por exemplo, que aparece aqui o Ministro da Fazenda como Confaz. O Confaz é um órgão que representa os Estados, os Secretários de Fazenda. Então, é claro que acho que nós que defendemos o municipalismo, que temos um compromisso com a descentralização... É preciso que haja a presença dos municípios. Essa pré-pauta é apenas uma indicação de rumo para a gente tomar. Que todos os demais Senadores possam apresentar também outros nomes que venham a enriquecer, como na área ambiental, como a senhora falou, e outros setores que venham a contribuir para esse debate sobre a questão da logística.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benedito de Lira. PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu queria também parabenizar aqui a iniciativa, também com o espanto dessas novas medidas das cadeiras de emergência.

Quero aqui fazer à nossa Senadora Ana Amélia e a esta Comissão duas sugestões. No tema da guerra fiscal, considero importante a gente ter a presença da representação dos municípios. Eu acho que a Confederação Nacional dos Municípios, porque já há a representação dos Estados, através da Confaz, e dos municípios. No Confaz, quem representa a União é o Secretário Nacional do Tesouro, o Dr. Arno Augustin, que além de tudo foi quem coordenou, no governo do Presidente Lula, a proposta da reforma tributária, que põe uma alternativa para o fim da guerra fiscal. Então, acho que, se a gente puder convidar também essas duas áreas, vamos ter aqui um bom trabalho.

Por último, quero só reforçar aqui essa posição da Senadora Vanessa. Ou seja, vamos começar agora o trabalho das Subcomissões. Já foi aprovado aqui também – V. Exª apresentou –, com a presença do Ministro da Integração e outros atores para tratarmos... É um dos Ministérios que cuidam dessa área do desenvolvimento regional no Brasil. Eu creio que também a gente já pode programar um convite de V. Exª ao Ministro do Turismo, para que a gente tenha uma visão, até para que as Subcomissões, para que esses trabalhos que estamos fazendo aqui tenham uma visão do Governo Federal em relação à integração nacional, ao desenvolvimento integrado no nível nacional, e ao mesmo tempo com esse foco, que é o foco da Comissão na área do turismo.

Então, creio que essas sugestões são importantes porque, quanto mais cedo a gente agendar, melhor para encontrar uma vaga e uma data adequada nesta Comissão.

Muito obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSDB – BA) – Sr. Presidente, além de concordar com o requerimento... E não entendi bem se a Senadora colocou a possibilidade de transformar, Senadora Ana Amélia, o nosso requerimento de discussão das questões relacionadas com o problema aeroportuário como um outro painel deste seminário sobre logística. Se assim for, não me oponho a isto. Nós poderíamos aprovar imediatamente esse requerimento.

Além disso, eu queria dar uma sugestão na discussão sobre os painéis, porque me parece que houve uma certa preocupação de que ele não tivesse apenas uma visão do Sul e que fosse justamente uma coisa mais integrada.

Como tem aqui, além dos propostos para debater a questão da logística no primeiro painel, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, eu sugeriria que convocássemos o Presidente da CNI, que poderia incorporar, portanto, um conceito de indústria mais nacional. E, obviamente, a Senadora do Rio Grande do Sul trazer um representante do seu Estado não teria problema. Mas que nós tivéssemos uma visão nacional com o Presidente da CNI.

Outra sugestão, Sr. Presidente, não sei se com a concordância dos Senadores do Nordeste, mas a guerra fiscal como obstáculo ao desenvolvimento regional já incorpora um posicionamento a respeito da guerra fiscal, que, é claro, o Nordeste não a praticou num momento, por nenhuma circunstância, de desejo de diferenciar-se dos outros Estados, numa posição de força, mas sim como uma postura de sobrevivência dentro da legalidade permitida.

Portanto, creio que o painel deveria ser "A Guerra Fiscal e o Desenvolvimento Regional", para que tirássemos um conteúdo já negativado sobre a guerra fiscal. Embora eu concorde que ela deva ser superada, ela foi, para o Nordeste, no momento em que se estabeleceu um instrumento de sobrevivência, essencial para a industrialização dos Estados nordestinos, e outras políticas em geral de desenvolvimento. Eu queria sugerir, não sei nem se ele poderia ou se concordaria, que pudéssemos ter, integrando esse debate, esse painel, o convite do Senado para o ex-Deputado, ex-Ministro e ex-Governador Ciro Gomes, que é um estudioso da economia nacional e da economia nordestina, e poderia dar uma grande contribuição, se estiver em condições de participar dessa discussão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Pelo que estou entendendo, então vamos separar a parte aeroportuária para outro momento, Senadora?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, é o inverso. Só para esclarecer, eu havia apresentado um requerimento solicitando uma pauta específica para discutirmos a crise aeroportuária, o planejamento aeroportuário para a Copa de 2014. A Senadora Ana Amélia entendeu que isso pode constar como um quarto painel desse seminário de logística e eu concordo com isso.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Perfeito.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – *(Fora do microfone.)* ...para visão nacional, sobre os temas. Como são três painéis, agora um quarto, que é a questão do aeroportuário, Senadora Lídice, já estava o Presidente da CNI, não o que trata da questão de desenvolvimento regional.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Certo.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Já estava prevista a presença dele aqui.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É verdade, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito boa a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado, com as alterações sugeridas no decorrer do debate.

Terminada a Ordem do Dia regular, há cinco requerimentos extrapauta, que recebo e submeto...

V. Exª tem a palavra, Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É que nos veio aqui uma dúvida a respeito da discussão da situação aeroportuária no Brasil, se não seria interessante também convidarmos, garantirmos a participação do Presidente da Infraero nessa...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Acho que é importante sim.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC – SE) – Da Infraero, da Anac e do...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Da Anac.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É isso. Eu queria propor, então, um novo requerimento, fazendo essa proposta, em nossos nomes, Senadora Lídice,...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ...encaminhado novamente à Mesa. Como já foi aprovado, digamos, o principal...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O principal. Está certo.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – ...e com os nomes dessas autoridades e inclusive das companhias aéreas para virem aqui dar explicações...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – A Associação das Companhias Aéreas.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Está bem. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Cinco requerimentos que estão postos sobre

a mesa são extrapauta. Eu os recebo, e trataremos imediatamente da sua discussão e votação.

Requerimento da Senadora Lídice da Mata.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, Inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, no Senado, o Exmº Sr. Ministro de Estado da Defesa, Sr. Nelson Jobim, com vistas a expor a situação atual e o planejamento para os próximos anos dos aeroportos nacionais, visando ao aumento do fluxo turístico previsto para os períodos da Copa das Confederações em 2013, da Copa do Mundo em 2014 e dos Jogos Olímpicos para 2016.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Nós retiramos esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Esse requerimento será agregado ao Requerimento da Senadora Ana Amelia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ... para formatar um novo requerimento assinado por nós duas.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Um quarto painel sobre o uso da estrutura aeroportuário com as autoridades...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Perfeito.

Requerimento da Senadora Lídice da Mata.

Requeiro, nos termos regimentais, com base no art. 58, § 2º, Inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado a comparecer a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Exmº Sr. Ministro de Estado do Turismo, Sr. Pedro Novais, com vistas a expor os programas e planos do Governo para os próximos anos.

Senadora Lídice da Mata, com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB BA) – Presidente, creio que não se faz mais necessária a defesa dessa posição, já que dois Senadores já haviam sugerido. Creio, portanto, que podemos votar por unanimidade essa questão, quando o senhor conduzir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento da Senadora Lídice da Mata.

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno, no âmbito das competências regimentais desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a criação de subcomissão temporária para acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014, no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes.

O prazo dessa subcomissão será o normatizado pelo art. 76, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

Nos termos regimentais, solicito a realização de audiência pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, para discutir o Projeto Norte Competitivo, que tem como objeto a elaboração do planejamento estratégico de infraestrutura de transporte e logística de cargas da Amazônia Legal, como a presença de representantes do Ministério dos Transportes, da Confederação Nacional das Indústrias, das Federações das Indústrias da Amazônia Legal e da empresa de consultoria Micrologística.

Em discussão.

Com a palavra, a Senadora autora do requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B. AM) – Muito obrigada, primeiro, pela inclusão extrapauta, Sr. Presidente.

Segundo, estou aqui conversando com a Senadora Ana Amelia, porque, na realidade, o requerimento que ela apresentou e nós aprovamos passou a ser um guarda-chuva, um requerimento muito mais completo, muito mais abrangente.

Então, o que gostaria de sugerir é que essa ida para o meu requerimento seja exatamente a mesma que vai discutir a estrutura aeroportuária. Como já aprovamos, no requerimento da Senadora Ana Amelia, a realização de um dos itens, de um dos paineis, a logística dos transportes, isso poderia ficar incluído. Eu retiraria, retiro a solicitação de fazer audiência conjunta com a CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, fazemos só nós, da nossa comissão, mas incluir no painel, já aprovado no requerimento da Senadora Ana Amélia. Isso porque, Sr. Presidente, foi lançado ontem esse trabalho. A Confederação Nacional das Indústrias, com a ajuda de todos os nove governadores da Amazônia e as federações locais, eles passaram mais de um ano estudando e apresentaram ontem um projeto, "Amazônia Competitiva", para melhorar as condições de logística, inclusive

apontando a necessidade de um investimento imediato de R$14 bilhões, o quanto isso traria de economia e de ganho extra para o Governo Federal.

Enfim, não quero aqui falar do mérito, mas caberia plenamente, dentro do requerimento da Senadora Ana Amélia, que fosse considerado um adendo. A Confederação já está convidada. Obviamente que as federações dos nove Estados não fariam parte da mesa, seriam convidados apenas para participar, mas a Confederação Nacional é que faria a exposição desse belo trabalho. Aí a gente otimizaria melhor os nossos debates, tudo em três, quatro grandes simpósios sobre o desenvolvimento regional.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito bem, Senadora.

Requerimento da Senadora Ana Rita:

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 2, de 2011, CDR, para que sejam convidados para participar da audiência pública, que discutirá a situação dos portos marítimos do nosso País, representantes da intersindical da orla portuária do Espírito Santo.

Em discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

No próximo dia 23...

Encerrada a pauta de requerimentos extra pauta, tem aqui um outro que eu gostaria de fazê-lo verbalmente, submetê-lo à apreciação de V. Exªs.

Recebi técnicos do Tribunal de Contas da União desejosos de participar de um encontro conosco para fazer a exposição daquilo que pode o Tribunal ajudar ou assessorar esta Comissão, no que diz respeito, particularmente, aos assuntos atinentes ao Governo.

Aqui, temos uma pauta cheia, agora com essas audiências públicas dessas autoridades todas que vamos receber para tratar de turismo, de portos, de aviação, de viação regional, enfim, e eu queria então submeter à apreciação de V. Exªs, eu tinha dito a eles que no próximo dia 23, nessa primeira audiência pública que vamos ter na próxima quarta-feira, reservaríamos para eles uns 15 minutos, para que pudessem fazer a exposição de motivos deles e ficar sob apreciação da Comissão. É isso que desejo, colocar à disposição para discussão o requerimento verbal para que V. Exªs concordem ou não no chamamento desses técnicos do Tribunal de Contas da União. (Pausa.)

Não havendo oposição a respeito, considero-o aprovado.

A Secretaria da Comissão está me dando a informação de que, com base nos adendos discutidos e votados, no que diz respeito aos requerimentos da Senadora Ana Amélia para os paineis, vai fazer uma coletânea de tudo aquilo que foi discutido, votado e acrescido, para que na próxima reunião possamos fazer a leitura para saber se está tudo de acordo ou se há alguma supressão daquilo que foi discutido aqui.

É preciso uma outra aprovação, porque a Senadora Vanessa sugeriu que colocasse no guarda-chuva – até que ela intitulou – no requerimento de V. Exª, aquilo que ela propôs.

Submeto à apreciação dos Senadores e Senadoras.

Os que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Se houver alguma

Manifestação, está facultada a palavra. Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

Está encerrada a ordem do dia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, apenas para reforçar junto a V. Exª o convite do Fórum Panrotas, que realiza todos os anos este importante momento de discussão sobre turismo nacional, com todo o *trade,* mais representação dos Estados. É um momento muito importante de discussão sobre o turismo nacional.

Eu queria, dessa maneira, reforçar em V. Exª a decisão de que V. Exª participe deste encontro. É uma tradição que o Presidente da Comissão da Câmara e do Senado integre esse fórum, que é organizado pelo competente jornalista Guillermo Alcorta, através da Editora Panrotas.

Então, gostaria, portanto, de salientar a importância inclusive de todos os Senadores, na medida do possível, se integrarem a isso. Eu, pessoalmente, já participei. Há quatro anos participo do fórum e acho que é um grande momento de debate a respeito das questões do turismo nacional.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito bem lembrado, Excelência.

Vou, realmente, reforçar quando estiver mais próximo o convite a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, para que possamos participar deste evento. É muito importante que possamos trocar ideias: a Comissão com o *trade* turístico nacional.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião, e convoco as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima reunião, na próxima quarta-feira, no mesmo horário, às 14 horas.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 15 horas e 49 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2011.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e onze, na Sala 13, da Ala Alexandre Costa, sob a Presidência, eventual, do Senador **CASILDO MALDANER**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **GLEISI HOFFMAN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, ACIR GURGACZ, WALDEMIR MOKA, EDUARDO AMORIM, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, MARISA SERRANO, JAYME CAMPOS, ALVARO DIAS, ANGELA PORTELA, EDUARDO SUPLICY, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, LUIZ HENRIQUE, CIRO NOGUEIRA, ALOYSIO NUNES FERREIRA E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral e Cyro Miranda. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. O Senhor Presidente eventual, Senador Casildo Maldaner, informa que a presente reunião destina-se à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da CRA, para o biênio 2011/2012. Distribuídas as cédulas e procedida a votação, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores(as) Jayme Campos e Ana Amélia para servirem como escrutinadores. Após a apuração dos votos foram eleitos, por unanimidade, os Senadores **Acir Gurgacz** e **Waldemir Moka** para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da CRA, respectivamente. Fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre o assunto, os seguintes Senadores(as): Casildo Maldaner, Jayme Campos, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Ivo Cassol, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka e Marisa Serrano. O Senador Acir Gurgacz faz uso da palavra e agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Colegiado, expondo a importância dos trabalhos da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Casildo Maldaner,** Presidente, eventual, da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Prezados colegas, Senadora Ana Amelia, Srs. Senadores, como estabelece o Regimento, cabe presidir a instalação o mais idoso – uns dizem que é o mais idoso, outros dizem que é o mais experiente, outros dizem que a terceira idade, outros... como queiram.

Então vamos dar início à instalação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Esta Comissão é composta por dezessete titulares e, consequentemente, dezessete suplentes. Há uma formalidade a ser observada na instalação com a escolha do Presidente e do vice-Presidente da Comissão,

Declaro aberta a primeira reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão e à eleição do vice-Presidente e do Presidente desta Comissão para o biênio 2011/2012, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos à eleição do Presidente e do vice-Presidente.

Esclareço às Srªs e aos Srs. Senadores que a eleição dar-se-á em escrutínio secreto, conforme o art. 60 do Regimento Interno do Senado.

Informo que os candidatos à Presidência e à vice-Presidência são o Senador Acir Gurgacz para Presidente e o Senador Waldemir Moka para vice-Presidente.

Comunico aos membros desta Comissão que as cédulas de votação se encontram sobre a mesa, devidamente rubricadas por mim, que presido esta reunião.

Dessa forma, solicito aos nobre Senadores que, à medida que forem chamados, de acordo com a lista oficial, venham à mesa, retirem as cédulas, depositem o voto na urna que se encontra sobre a mesa, e assinem a folha de votação. Encerrada a votação, depois a gente proclama o resultado.

Pela ordem alfabética...

Vamos chamar os que estão presentes.

A reunião deveria ter iniciado às 9h30min, mas como está havendo reunião da Comissão de Relações Exteriores, estão fazendo a apuração e vários membros daquela Comissão também pertencem a esta, como também vamos ter, logo em seguida, reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e vão membros desta vão para lá, vamos abrir e começar a votação dos que estão presentes.

O SR. JAYME CAMPOS – (DEM – MT) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. O SR. JAYME CAMPOS – (DEM – MT) – Sr. Presidente, quero solicitar à Secretaria desta Comissão, na medida em que é o suficiente, para abertura dos trabalhos, a assinatura de nove Senadores. Todavia, quero indagar: se é suficiente o número de Senadores presentes para prevalecer maioria, ou seja,.a Comissão é composta por dezessete Senadores, se o *quorum* nesta Comissão é suficiente para a eleição do novo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Posso responder à questão de ordem dizendo que para iniciar a eleição já temos número suficiente, pois há nove Senadores presentes, que é mais de 50%. A Secretaria está me informando que há mais um; então são dez.

O SR. JAYME CAMPOS – (DEM – MT) – A minha indagação, de forma direta, Sr. Presidente é se o número de Senadores que compõem esta Comissão, melhor, que estão agora na Comissão, é o suficiente. Eu imagino que deveria haver, pelo menos, nove votos dos dezessete. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Já têm dez votos dos dezessete. Já têm maioria.

O SR. JAYME CAMPOS – (DEM – MT) – Se tiver o voto dos dez presentes no plenário, já é o suficiente. Quero dirimir as dúvidas para que a eleição seja, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Agora, com a presença da Senadora Gleisi, já temos...

O SR. JAYME CAMPOS – (DEM – MT) – Perfeitamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Eu é que agradeço

Pela ordem alfabética... Está presente a Senadora Gleisi Hoffmann, que já convidamos para retirar as cédulas.e proceder à votação. Em seguida, nós temos aqui... Ah, isto aqui é por Bloco de Apoio, né? Temos aqui o Senador Acir Gurgacz, que, por sinal, é candidato a Presidente.

Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Gleisi Hoffmann...

Podemos já partir para o candidato a Vice, Senador Valdemir Moka.

Depois, temos aqui a Senadora Ana Amélia, ilustre gaúcha, honrando o Rio Grande do Sul.

Senador Eduardo Amorim.

Com muita honra, convidamos o grande Senador e ex-Governador do Mato Grosso, Jayme Campos. Também com muita honra, o nosso ex-Governador de Rondônia, candidato a Presidente da Comissão, Senador Ivo Cassol, catarinense também, por sinal.

Como convidamos o Senador Ivo Cassol, temos outro catarinense, que também foi Governador de Rondônia, nosso Senador Valdir Raupp. Rondônia está em peso aí.

Para completar os nove, para ter maioria absoluta, vou chamar o mais velho, então, para votar. (Pausa.)

Consulto se deixei de chamar algum dos Srs. Senadores membro da Comissão. Se os que estão presentes votaram, vamos dar por encerrada a votação.

Para designar agora dois escrutinadores, vamos contemplar uma gaúcha, que é a Ana Amélia, Senadora pelo Rio Grande do Sul, uma mulher, e vamos pedir aqui, por sinal, alguém do Mato Grosso, o Senador Jayme Campos.

Senadores Ana Amélia e Jayme Campos ficam designados para fazer a escrutinação.

(*Pausa.*)

De acordo com a apuração que fizeram a Senadora Ana Amelia e o Senador Jayme Campos, encerrada a votação, dos nove que votaram, que é maioria, a proclamação é: nove a favor ao candidato a Presidente...

Quero registrar a presença da Senadora Angela, de Roraima, que, apesar de encerrada a votação, chegou para prestigiar os nossos candidatos a Presidente e Vice.

O resultado constam nove votos, sendo nove votos ao Senador Acir para Presidente e nove votos ao Senador Moka para Vice-Presidente.

Dessa forma, proclamo eleitos para o Biênio 2011/2012 o Senador Acir Gurgacz para Presidente e o Senador Waldemir Moka para Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Dessa forma, convido o Senador Acir Gurgacz bem como o Senador Waldemir Moka para tomarem assento à mesa.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Srªs e Srs. Senadores, é com grande satisfação e orgulho que assumo a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com certeza uma Comissão muito importante para o nosso País.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos Senadores e às Senadoras que depositaram na nossa pessoa e do nosso Vice-Presidente este compromisso de dirigir esta Comissão ao longo dos anos 2011/2012.

Agradeço aos Pares do PDT a indicação do nosso nome para esta Comissão, assim como aos Líderes do

Bloco de que fazemos parte, em nome do Presidente do Bloco e Líder do PT, Senador Humberto Costa.

O dito popular de que o Brasil é um país de vocação agrícola pode até parecer ultrapassado quando vemos a nossa economia atingir um elevado patamar de industrialização e de alta tecnologia.

Mas a verdade é que o Brasil rural é muito maior do que se imagina. Basta dizer que a agricultura representa um terço do PIB brasileiro, levando-se em conta a agricultura familiar e toda a cadeia econômica envolvida, desde a indústria produtora, de beneficiamento e de transporte.

Só para termos uma ideia do tamanho da agricultura brasileira, em 2010 a OMC apontou o País como o terceiro maior produtor agrícola do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e União Europeia. Podemos dimensionar essa grandeza também pela estimativa do Ministério da Agricultura para a safra nacional de grãos do ciclo 2010/2011, que chegará a 153 milhões de toneladas, um aumento de 2,6% em relação à safra do ano passado.

E nossa agricultura continua crescendo. As exportações do agronegócio brasileiro somaram US$5,1 bilhões em janeiro deste ano, 26,3% a mais do que o registrado em janeiro de 2010. De acordo com dados divulgados recentemente pelo Ministério da Agricultura, o resultado é o melhor, desde 1989, em que teve início essa série histórica.

A despeito das barreiras tarifárias e não tarifárias mantidas na OMC, as exportações brasileiras têm conseguido manter um nível de competitividade invejável, a exemplo dos grãos como soja, milho e arroz, de frutas como laranja, banana e maçã, da carne bovina, suína e de frango, além da cana-de-açúcar e outras *commodities*. Não é por menos que o Governo brasileiro vem anunciando, ano após ano, novas safras recordes de grãos no Brasil.

Os números e os bons resultados da agricultura brasileira são, portanto, resultado de muito trabalho, da organização do setor, da produção agroindustrial e do suor de agricultores que lutam, sol a sol, para colocar comida na mesa de pessoas do mundo inteiro, além, é claro, do investimento em pesquisa e tecnologia que nossas universidades, institutos e empresas públicas e privadas têm feito ao longo dos anos.

A modernização da agricultura brasileira resultou em progresso técnico e na modificação da organização da produção, sobretudo no que diz respeito às relações sociais. A integração da agricultura com a indústria não significou apenas uma mudança de ordem quantitativa, onde o que importava era comprar, produzir e vender cada vez mais, mas também uma transformação radical em suas estruturas de produção e comercialização.

Hoje, o meio rural brasileiro é cheio de peculiaridades regionais e socioambientais que carregam influências do processo histórico de ocupação de nosso território, da evolução agrícola e do desenvolvimento do País. Temos um agronegócio forte e pujante, que consegue competir internacionalmente e bater recordes de produção e exportação a cada ano, e uma agricultura familiar também forte, mas que, mais do que nunca, precisa de uma atenção especial do Governo para que seja cada vez mais fortalecida.

E será para o pequeno agricultor familiar que quero dedicar uma atenção especial, com a implantação das políticas de crédito e do desenvolvimento com tecnologia aos pequenos produtores rurais para que possam desenvolver melhor suas atividades, com mais dignidade e qualidade de vida.

Conheço bem a realidade da agricultura no Estado de Rondônia, as potencialidades, os gargalos, as necessidades e os desafios de nossa agricultura. E agora, aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, buscaremos compreender também a complexidade e a diversidade da agricultura brasileira.

Sei o tamanho dessa responsabilidade, mas sei também que poderei contar com o apoio das instituições especialistas do setor, desde os órgãos governamentais, como o Ministério da Agricultura, a Embrapa, bem como as associações, sindicatos e cooperativas de produtores, e, principalmente, com a experiência dos colegas Senadores que compõem esta Comissão. Vamos ser um elo de ligação dos agricultores, pecuaristas e extrativistas da floresta amazônica com o Senado Federal e o Governo brasileiro.

Como já disse, os desafios são grandes, e talvez o principal deles seja maximizar a produtividade com custos acessíveis para a população mundial, sem deixar de defender a segurança alimentar, minimizar os impactos ambientais e trazer retorno econômico para a atividade. Nenhum outro segmento da sociedade brasileira tem um desafio comparável ao setor agrícola e, por isso, precisamos atuar de forma estratégica, pensando em ações que atendam às necessidades de construção de uma agricultura sustentável que valorize o homem do campo.

Precisamos resolver a regularização fundiária do meio rural e as pendências legais envolvendo as questões ambientais e a produção agrícola. O desenvolvimento da atividade agrícola precisa ser facilitado e não travado pela legislação ambiental ou pelos órgãos ambientais. E o problema maior nem é o rigor da legis-

lação ambiental, mas sim a ineficiência e falta de agilidade dos órgãos ambientais e da reforma agrária.

Vamos trazer a discussão sobre a reforma do código florestal também para a Comissão de Agricultura, pois entendemos que ela terá um grande impacto no meio rural, e a discussão precisa ser a mais ampla possível. Nessa questão, o Governo tem de levar em consideração o processo histórico de colonização do País e a evolução de sua agricultura e adaptar as normas ambientais para essa realidade.

Nesse sentido, a revisão do Código Florestal é uma prioridade. É preciso pulso firme e vontade política para encarar esse problema de frente e lutar por uma política ambiental que regulamente o uso do solo no meio rural e permita a atividade produtiva com sustentabilidade ambiental, econômica e social. Já existem estudos no Brasil que viabilizam o melhor aproveitamento do meio ambiente para produção agrícola, respeitando o uso de áreas de proteção ambiental, potencializando o uso de áreas degradadas dentro de sua capacidade e do zoneamento ecológico e econômico, o que deve vir a ser a futura fronteira do agronegócio, interligando fortemente a ação do Estado com a da iniciativa privada rumo à efetivação do Brasil como o maior produtor de alimentos do mundo.

Srªs e Srs. Senadores, precisamos unir a necessidade e potencial agrícola brasileiro com a necessidade de trabalharmos o meio ambiente. Tenho certeza de que, unindo os interesses do meio ambiente e os interesses dos produtores rurais o Brasil chegará a ser um dos maiores produtores de alimentos do mundo.

Esse é o objetivo de todo brasileiro, de todo produtor rural que trabalha no campo.

Agradeço, mais uma vez, a presença dos nobres Senadores e a confiança em nós depositada.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz pela ascensão à Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal e o Senador Waldemir Moka, do nosso partido, o PMDB, na vice-presidência, Senador do Mato Grosso do Sul; dizer da nossa alegria de vê-los aí, presidindo essa comissão tão importante para o País, como V. Exª bem relatou em seu pronunciamento, que, graças aos recordes de safra, ao aumento da nossa produção agrícola e pecuária, o pobre está tendo condições de comer um pouco mais e que os programas sociais do Governo Lula, nos oito anos passados, e que o Governo da Presidente Dilma também deve seguir esse mesmo caminho, diminuindo as desigualdades do nosso País, a miséria, a pobreza, fazendo do Brasil um País mais justo. Nós sabemos que as *commodities* da área agrícola e de minério de ferro é que têm sustentado a economia do nosso País.

Então, faço votos de que esta Comissão seja ativa, como sempre foi e cada vez mais, para que a nossa agricultura e a pecuária brasileira continuem prosperando. E conte com um parceiro, conte com o PMDB, para ajudar na reforma do Código Florestal Brasileiro, de que sou um dos defensores, tenho até projeto aqui no Senado da Reforma do Código Florestal Brasileiro.

Parabéns a V. Exª, parabéns ao Vice-Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Contamos com V. Exª, sempre atuante, e com sua experiência.

Pela ordem, com a palavra, agora, o Senador Benedito de Lira. Na sequencia, o Senador Ivo Cassol e o Senador Flexa Ribeiro; após, o Senador Jayme Campos

Continua a votação.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP-AL) – Sr. Presidente, meu caro companheiro Moka, logo que fui chegando à sala já fui logo levando puxão de orelha de .Exª Mas eu queria justificar porque logo cedo o pessoal do meu Estado já encontrou o caminho. A minha casa, hoje, amanheceu muito bem visitada. Mas queria dizer a V. Exª que reputo esta Comissão de Agricultura como uma das mais importantes do Congresso Nacional, quer na Câmara, quer no Senado Federal.

A Comissão no Senado é mais jovem, considerando que a Câmara Alta do País entendeu que não poderia conviver com as mais diversas comissões e assuntos tratados nesta Casa se não tivesse uma Comissão para tratar dos assuntos importantes que é a agricultura deste País. Um País do tamanho do Brasil com essa área extraordinário agricultável, um País que tem duas importantes coisas que outros países não têm e nós com abundância e qualidade: água e sol.

Então este País tem que ser o grande celeiro de produção de alimentos.

V.Exª quanto vice, todos oriundos da Região Norte, uma região que tem uma capacidade produtiva no setor da pecuária extraordinária. Tenho certeza absoluta que iremos fazer aqui um bom trabalho, precisamos fazer um bom trabalho. Nobre Senador Acir, ao lado desse grande pecuarista, ruralista que é o Senador Moka, e eu conheço de perto suas ações quando Deputado e o que ele representou na Câmara para a pecuária e agricultura brasileiras.

É uma coisa impressionante para os companheiros Senadores que não conheciam, por certo, a atividade do Moka, porque nós convivíamos na outra Casa. Mas o Moka, desde que chegou à Câmara dos Deputados, nunca deixou de ser membro da Comissão de Agricultura da Casa.

Então, nesta oportunidade, apesar de ser oriundo de um Estado pequeno, que não tem a pujança do Estados de V. Exªs, quero dizer que todos nós teremos que dar a nossa contribuição para que possamos fazer um grande trabalho à frente da Comissão da Agricultura do Senado Federal. Grandes embates estão a nos aguardar, e teremos que estar prontos para enfrentá-los, porque este País recentemente tem pago as suas contas e tem melhorado o seu desempenho no saldo da balança comercial. E nos dá muita alegria, Senador Moka, quando vemos e ouvimos os números de mais de US$300 bilhões de reserva. Isso significa dizer que precisamos construir mais, trabalhar mais, e a agricultura precisa ter uma atenção muito mais especial do que tem tido. Ela precisa de muito mais, porque a agricultura brasileira está nessa pujança, Presidente, por conta da força de trabalho dos agricultores.

Uma coisa com a qual não concordo, apesar de não ter força para resolvê-la – e acredito que, juntos, poderemos encontrar um caminho: não podemos fazer a agricultura pagando juros de mercado, como acontece atualmente. Mesmo que sejam juros um pouco mais baixos, principalmente na agricultura familiar, é preciso que a agricultura não pague juros de nada, para melhorar, então, a capacidade de produção e o produtor, que é aquele que faz a produção no dia a dia, que na verdade era o menos atendido no contexto global do resultado final do seu trabalho.

Então, quero cumprimentar V. Exª pela sua indicação como presidente da Comissão e, ao mesmo tempo, Moka, quero cumprimentá-lo, porque conheço seu trabalho de perto. Convivemos de perto na Comissão de Agricultura, e comecei a gostar muito mais da agricultura e da pecuária depois que eu conheci V. Exª.

Sr. Presidente, tenha a certeza de que, além de sua capacidade, além de sua visão, V. Exª está ao lado de um grande companheiro, que formará com V. Exª, sem dúvida nenhuma, uma dupla extraordinária para conduzir a todos nós.

E aqui, de nossa parte, V. Exªs terão a nossa boa vontade e, acima de tudo, a determinação de trabalharmos juntos.

Parabéns! Sucesso!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) - Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Só quero informar aos Senadores e Senadoras que, na sequência, encerraremos e abriremos uma nova sessão, para leitura dos requerimentos.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco PP/RO) – Obrigado.

Eu quero parabenizar o nosso Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir, do nosso Estado de Rondônia. Estamos de parabéns. Também quero cumprimentar e parabenizar o Vice-Presidente, Senador Moka, de um grande Estado produtor.

A minha maior alegria de fazer parte deste Senado, especialmente desta Comissão de Agricultura, é tratar o nosso Estado de Rondônia com a mesma igualdade dos demais Estados da Federação brasileira. Todo mundo tem conhecimento de que, quando se destacava aqui na Comissão de Agricultura e no Congresso Nacional, quando se falava de agricultura, muitas vezes, Sr. Presidente, o nosso Estado era tratado com indiferença, como se o Estado de Rondônia fosse diferente dos demais. E é o contrário: o Estado de Rondônia serviu de berço para a reforma agrária nas décadas de 70, de 80. E V. Exª, que acompanha, junto com seus familiares, o crescimento de Rondônia, sabe e é testemunha disso.

Na presidência desta Comissão, eu tenho certeza absoluta de que, com os demais pares, vamos poder mostrar que o Estado de Rondônia, esse Estado produtor que tem mais de 120 mil pequenos produtores rurais, que a nossa produção agrícola faz diferença não só em Rondônia, mas em todo o Brasil. E a agricultura no nosso País disputa qualquer mercado internacional. Tanto que é verdade que o custo de produção aqui é menor do que o dos outros países. E, volta e meia, o que assistimos, em âmbito nacional, em âmbito internacional, são organismos internacionais tentando, de uma maneira ou de outra, inviabilizar o nosso setor produtivo. São organismos internacionais tentando, de uma maneira ou de outra, inviabilizar o nosso setor produtivo. Eu fico feliz que nós tenhamos nesta Comissão pessoas comprometidas com o setor produtivo. Por mais que alguém diga que outras comissões são mais importantes mais eu quero deixar aqui registrado que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária é a comissão mais importante do Senado brasileiro. E por que é a mais importante? Porque ela cuida de um setor que produz alimentos para as mesas dos cidadãos do mundo inteiro e, além disso, é de onde sai também a matéria prima para processamento e industrialização, que gera emprego e gera renda. Então, a agricultura no Brasil é invejável nos parâmetros internacionais e

conta com esse parceiro e companheiro que veio aqui para reforçar.

Como Governador do Estado de Rondônia, um Estado cujo PIB cresceu, nos oito anos consecutivos, em torno de 18%, enquanto o País crescia 4,5%, 5% ao ano, qual foi o setor em que eu investi? Foi no agronegócio; foi na agricultura familiar, foi na agricultura extensiva. E, hoje, nós temos um Estado forte, que deu o privilégio ao governo atual, no mês de janeiro, de ter um aumento de receita de 40% se comparado a 2010.

Então, fico feliz de fazer parte desta Comissão tão importante e, com certeza, estarei defendendo a igualdade com os demais Estados da Federação, para que Rondônia seja incluída entre eles não só como Estado da região norte, mas como berço da reforma agrária, dos pequenos produtores e que seja tratado com a mesma igualdade com que sempre foi.

Fico feliz por nosso Estado ter, na mão do Senador, a Presidência desta Comissão, e também do outro estado produtor, Mato Grosso do Sul, ter o Senador Moka como Vice-Presidente.

Sucesso para V. Exªs e para nós todos nesta Comissão!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Ivo Cassol. E, com certeza, nós contaremos e precisaremos do seu apoio e da sua experiência como ex-governador e atual Senador.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Senador Acir Gurgacz, caro Senador Waldemir Moka, eleito nosso Vice-Presidente, é uma alegria muito grande participar desta Comissão, eu que estou estreando no Senado da República e que venho de um Estado cuja economia tem mais de 1/3 da sua produção sustentada pela agropecuária.

Nós estamos chegando à instalação desta Comissão na semana em que começa, no Rio Grande do Sul, a colheita do arroz na cidade de Camacuã, na parte sul do Estado. E por isso, ontem, estivemos no Ministério da Fazenda solicitando apoio para os mecanismos de comercialização de uma das maiores safras de arroz, produto básico da cesta básica dos brasileiros. A comercialização precisa desse suporte financeiro, caso contrário, os produtores não terão mais condições de continuar dando essa colaboração no sentido da estabilidade dos preços e também da oferta do produto para o abastecimento do mercado interno. Hoje, o Brasil produz o suficiente para o seu mercado interno.

Mas, também, lamentavelmente...

Se o Sr. Presidente pedisse um pouco de atenção dos colegas aqui, a gente poderia falar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Srªs e Srs. Senadores, por gentileza, peço um pouco de atenção para ouvirmos a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA ()Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Acho que, assim, com essa medida, a gente pode ter maior produtividade.

Eu só queria dizer exatamente que tenho preocupações muito grandes com o setor agropecuário. Após quarenta anos como jornalista, acompanhei o setor. E é o setor da economia que tem uma dinâmica muito maior. Em quatro meses uma safra se faz. O superávit comercial brasileiro é todo ele sustentado pelo agronegócio. Foi citada por V. Exª, no seu discurso, bem como pelos aparteantes, a importância dessa matéria. Existe não só um problema grave que virá para o Senado, que é o Código Florestal, mas também outras situações que precisam ser enfrentadas com coragem pelo Congresso Nacional, que tem responsabilidade. Lamento que esta Comissão tenha tão tardiamente sido criada, a Comissão de Agricultura do Senado, mas sempre há tempo de produção.

E também solicitaria que nós providenciássemos que a Comissão de Agricultura tivesse uma sala especial, porque parece que nós não temos uma sala especial para funcionar, assim como as demais comissões importantes do Senado.

Agradeço muito a V. Exª pela dificuldade de conseguir concluir o meu pensamento. Respeito sempre quando os colegas falam, mas esta é a forma de trabalho que nós vamos ter que enfrentar. É a forma e o comportamento de atitudes dos Srs. Senadores. Agora mesmo, Vereadores do Município de São José do Norte, também no Sul do Rio Grande do Sul estão aqui porque a safra de cebola está correndo o risco de apodrecer por falta de preço. Temos concorrência no Mercosul, que são muito graves, muito sérias por conta das assimetrias, Senador Eduardo Suplicy, e isso provoca um prejuízo a toda a economia brasileira.

Muito obrigada ao senhor, acredito no seu comando, pelo conhecimento que tem do setor, especialmente do seu vice-Presidente o amigo Moka, que durante muito tempo acompanhei pelo Canal Rural em todas as tratativas e demandas que interessam ao setor da produção primária no País, que gera empregos, gera renda e a interiorização do desenvolvimento do País.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós agradecemos a Senadora Ana Amélia e entendemos que os membros que fazem parte desta Comissão têm um amplo conhecimento da agricultura e pecuária brasileiras. Tenho certeza que faremos uma grande trabalho todos nós juntos com relação à

produção de alimentos não só para o Brasil mas para o mundo.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, eu estou inscrito também.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo, Senador Jayme Campos. Apenas quero cumprimentar o Presidente Acir Gurgacz e também ao vice Waldemar Moka e dizer quão importante serão os trabalhos desta Comissão e, certamente, presidido por ambos, estará assegurado o sucesso pelo conhecimento que ambos têm da área agrícola, pecuária e das questões relativas ao campo brasileiro. Quero aqui dizer que estava em votação na Comissão de Relações Exteriores, mas como suplente teria votado em ambos os Senadores e me coloco à disposição de ajudar sempre, colaborar com o sucesso de nossos trabalhos.

Gostaria apenas de sugerir que, como há requerimentos de convocação de autoridades, que na tradição normalmente seguida aqui possam os requerimentos ser transformados em convite às autoridades do Governo Federal, para que aqui exponham os seus objetivos, trabalhos e planos.

É a sugestão que formulo, Sr. Presidente. Vou precisar me ausentar para votar na Comissão de Assuntos Econômicos, de onde sou titular, mas deixo aqui essa sugestão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Exmº Senador Jayme Campos, do Mato Grosso.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente Acir; Sr. Vice-Presidente Waldemir Moka; demais Senadores e Senadoras, quero manifestar a minha alegria de continuar como membro desta importante Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a certeza de que V. Exªs vão realizar aqui um trabalho extraordinário, sobretudo um trabalho partindo da coerência e que efetivamente possamos dar a nossa contribuição em favor da agricultura e da reforma agrária deste Brasil.

Todavia, Sr. Presidente, nós temos que esclarecer alguns pontos aqui nesta Comissão diante do momento em que o País vive de maior insegurança jurídica no campo, na medida em que se discute o novo Código ambiental que certamente vai permitir que aqueles que produzem, que constroem a grandeza deste País possam ter tranquilidade e paz no campo.

V. Exª está aqui há algum tempo, como eu estou. Há menos de dois anos atrás, nós aprovamos uma medida provisória permitindo que o Governo Federal buscasse a regularização fundiária na região amazônica no Brasil. O Brasil tem 63 milhões de hectares nessa vasta região e, lamentavelmente, as pessoas também não tiveram acesso à titulação fundiária. E, nesse caso, acho que tanto V. Exª, Sr. Presidente, como o vice-Presidente e todos nós desta Comissão, temos que chamar a atenção do Poder Executivo, sobretudo do MDA e do Incra, para fazer com que a política pública de fato possa levar essa tranquilidade.

Diante do que nós temos acompanhado e visto, lamentavelmente, alguns segmentos da sociedade, sobretudo dos pseudo-defensores da questão ambiental, taxando aqueles que produzem como se eles fossem bandidos.

Hoje, lamentavelmente, os interesses internacionais se sobrepõem aos interesses do povo brasileiro, sobretudo aqueles que defendem um país independente.

De modo que não tenho dúvida alguma, pela sua experiência, conhecedor profundo da região amazônica, do valoroso e querido Senador Moka, conhecedor da política agrícola, da pecuária do Brasil, especialmente da região Centro-Oeste, nós vamos fazer um grande trabalho.

Quando as pessoas trabalham de forma independente, ética e coerente, sem dúvida alguma ele irá se traduzir em benefício da nossa sociedade.

De modo que, aqui, me proponho a continuar, como membro desta Comissão, apoiando os bons projetos, aqueles que efetivamente possam transformar o Brasil em um grande celeiro, buscando a produção sustentável, compatibilizando o desenvolvimento com a preservação, coisa que já está fazendo a pecuária brasileira.

Infelizmente, temos sido vistos com uma visão caolha por alguns segmentos, que entendem que o produtor é apenas o devastador do campo, do cerrado, da Amazônia brasileira. Não é verdade.

O Brasil hoje tem um grande potencial a ser explorado. Todavia, o que nós precisamos é de regras claras, juridicamente falando, e, acima de tudo, de políticas públicas que, efetivamente, possam trazer o respeito e o devido valor para aqueles que, indiscutivelmente, produzem, lavram a terra e que têm contribuído sobremaneira para o crescimento da nossa balança comercial.

Cumprimento V. Exªs, o Senador Acir, cumprimento também o nosso Vice-Presidente, que espero que façam com que a nossa Comissão seja o instrumento para discutir as matérias de interesse da agricultura e da reforma agrária. Parabéns e que Deus abençoe todos nós aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jaime Campos. A sua experiência é muito importante para nós, e vai ser muito importante, ao longo desses dois anos em que trabalharemos juntos nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

Em seguida, passaremos a palavra ao Senador Waldemir Moka, e encerraremos a Comissão, iniciando outra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Vice-Presidente Moka, serei breve.

Eu não poderia deixar de expressar aqui a minha satisfação pela eleição de V. Exªs para assumirem a Presidência e Vice-Presidência desta Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, comissão da maior importância para a Nação brasileira e, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes do Senado Federal.

A agricultura brasileira tem, ao longo das últimas décadas, sustentado a economia do nosso País e, lamentavelmente, não tem o reconhecimento do governo brasileiro, da importância que ela tem na geração de emprego e na geração de divisas para o País e, muito mais, pela ocupação que ela faz do interior do nosso País, levando qualidade de vida a brasileiros que se dedicam ao agronegócio.

Eu sou de um Estado da Amazônia, Estado do Pará, que é a nova fronteira agrícola, eu diria, com o avanço da produção agrícola que vem de Mato Grosso do Sul, entrando em Mato Grosso e chegando, agora, pelo norte do meu Estado. Temos a certeza absoluta do muito que podemos oferecer à Nação brasileira. Agora, é necessário, Senador Moka, Senador Acir Gurgacz, V. Exª, Senador, que de forma competente e honrada representa o Estado de Rondônia no Senado Federal e que agora preside a Comissão, nós precisamos, nós, Senadores da Amazônia,

Eu, Senador Flexa Ribeiro, Senador Jayme Campos, Senadora Kátia Abreu e outros Senadores, ontem, no plenário do Senado, convoquei o Senador Moka para que também aderisse à Bancada da Amazônia, pela competência, pelo conhecimento e pela dedicação dele sobre a área do agronegócio. Mas ele pode ser convidado *au concours* para que participe desse grupo.

Nós temos que mostrar ao Governo que a Amazônia pode e deve participar do desenvolvimento do Brasil, mas, lamentavelmente, a Amazônia é tida como se fosse o único bioma e engessada, em função disso.

Sabemos nós, a Amazônia sabe, os ministérios competentes também sabem que na Amazônia existem vários biomas, inclusive cerrados, campos naturais... Quer dizer, todos somos defensores de que não se deve derrubar a floresta, defendemos desmatamento zero; mas temos que defender a utilização das áreas já antropizadas, e, muito mais do que isso, a utilização das áreas propícias que não têm florestas. Por exemplo, no Estado de Roraima, a maioria da sua área é de campos naturais. A Ilha do Marajó, no Pará, tem campos naturais; há o cerrado de Mato Grosso e do sul do Pará. Ou seja, são áreas que podem e devem ser usadas para produzir para o Brasil e para o mundo.

O futuro do Brasil, Senador Acir Gurgacz, é, sem sombra de dúvida, ser o maior *player* na produção de alimentos do mundo. E esta Comissão terá a competência e a inteligência de V. Exª, na Presidência, e a do Senador Moka, na Vice-Presidência, e muito poderá contribuir para que possamos realmente inserir a Amazônia no contexto brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro. É um prazer estarmos juntos, mais uma vez, e lembro muito bem da competência com que V. Exª administrou a Comissão de Ciência e Tecnologia. Tenho certeza de que faremos um belo trabalho; contamos com a sua experiência e o seu apoio.

De fato, Senador Flexa, a Amazônia precisa e está num momento muito importante para podermos colocar realmente a agricultura junto com a preservação da Floresta Amazônica. Ambos, ambientalistas e produtores rurais, temos que andar juntos, pois os objetivos são os mesmos: queremos o bem-estar da população, tanto preservando quanto produzindo.

Passo a palavra ao Senador Moka, nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu caro Presidente Senador Acir; amigo que representa esse grande Estado que é o Pará, Senador Flexa Ribeiro; ex-Governador de Mato Grosso, meu amigo, também um grande representante desse setor agropecuário, Senador Jayme Campos.

Penso, Senador Acir, que no Senado, eu que fiquei muito tempo na Câmara dos Deputados, aqui é o inverso: lá são 513 para uma quantidade de comissões, lá há uma disputa mesmo dos Deputados no assento das comissões; aqui, somos 81 e o número é praticamente o mesmo. E já percebia quando vinha aqui, via que os Senadores correm de uma comissão à outra, até porque aqui a titularidade é de 3 Senadores. E essa, sem dúvida nenhuma, será uma dificuldade na hora de fazer com que a Comissão possa ser tocada.

Se o Presidente me permite, eu quero colocar o aspecto prático da Comissão, porque vai ser exatamente o trabalho que nós conseguirmos colocar aqui em prática que vai dar exatamente essa dimensão para a Comissão. A Comissão de Agricultura do Senado, até onde eu sei – o

Senador poderia me corrigir – tem cerca de 10 anos, não tem mais do que isso, não é? Tem cinco anos, este é o sexto ano? Aqui são dois anos, esta é a terceira diretoria que se forma aqui. E eu penso que é exatamente este o trabalho: dar a dimensão e a importância da Comissão. Vejam, a Senadora Ana Amélia chegou a dizer, e é verdade, eu vim aqui, está ali: Comissão de Infraestrutura. Aí eu falei: "Mas não é aqui". O funcionário disse: "É aqui mesmo, é que a Comissão de Agricultura não tem uma sala específica". Penso que é isso mesmo, quer dizer, a importância que o próprio País, e aí não falo de um Governo específico, mas ao longo do tempo, não... É preciso tratar a agricultura exatamente como... E, talvez, seja por isso mesmo... Porque olhem que, por mais desmando, a agricultura neste País sempre respondeu.

O Brasil só passou por essa crise mundial porque tinha um colchão, na época, de mais de 200 bilhões de dólares, hoje mais de 300. Se forem ver a origem, uma grande parte se deve exatamente ao chamado agronegócio, é o excesso, a exportação das nossas *commodities*. E é claro que, de longe, é um setor que gera renda, traz emprego.

E nós, que somos de Estados considerados do interior, como Rondônia, o seu Estado, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, nós sentimos, nos nossos Municípios, Municípios onde têm agricultura, a pujança do Município. Por quê? Porque nós falamos lá: quando a agricultura e a pecuária vão bem, o comércio é o primeiro segmento que sente, o comércio vai bem. E aí, quando o comércio vai bem, contrata mais porque vende mais, e você faz girar a espiral da economia. E é claro que essa coisa da União, do País, dos Estados, isso tudo é virtual. Na verdade, está lá, no Município.

Por isso, Acir, acho que nós devíamos, aqui, com os colegas – vejo aqui e saúdo minha colega do Mato Grosso do Sul, a Senadora Marisa Serrano – juntar-nos para fazer esse trabalho. Tenho certeza de que, com o comando e a batuta desse extraordinário homem público de Rondônia, nosso Presidente e Senador Acir, nós vamos, juntos, com a experiência aqui dos demais Senadores, fazer com que a Comissão possa realmente enfrentar os grandes problemas da agricultura – nada que não possamos encaminhar, discutir.

E essa questão do Código Florestal, penso que aqui, no Senado, até porque é uma Casa menor, nós vamos poder, com tranquilidade, mostrar.

E o que mais me preocupa, nos últimos anos, e eu queria deixar isso para encerrar: não é por acaso que sempre se fala assim, é só perceber de onde vem a maior luta querendo taxar onde o Brasil aumentou sua expansão agrícola. Temos que ter muito claro isso e separar o que é questão ambiental e o que são interesses comerciais, porque nós, no Mato Grosso do Sul sentimos isso.

Nós saltamos, no País, o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, os grandes do País, na hora da pecuária, o Brasil saltou do sexto produtor e exportador de carne para o primeiro no *ranking*, e isso incomodou muito lá, sobretudo na Europa, irlandeses, principalmente, Holanda, os produtores, que subvencionam esses produtos. Na hora em que se começa a colocar produto com grande qualidade e com preço competitivo, o tesouro do Mercado Comum Europeu tem que aumentar os seus subsídios para fazer com que esses produtos continuem competitivos no mercado europeu.

Nós precisamos colocar essa questão como uma questão de frente e entender isso daí. Agora, é claro que existem problemas ambientais. Vamos tratá-los, porque não é verdade que o produtor rural seja responsável por essa questão de desastre ambiental. Até porque, Acir, o produtor rural precisa do solo, tem que cuidar do clima, porque dele depende exatamente o seu sustento. Seria um equívoco um fazendeiro querer degradar o seu solo, a sua propriedade.

Vou dar um exemplo muito claro: eu sou do Mato Grosso do Sul, nós temos quase 70% do Pantanal, há mais de 250 anos, os pantaneiros produzem a chamada proteína vermelha, carne – 250 anos, meu caro Senador Flexa Ribeiro. E o "bioma" do Pantanal é o mais preservado deste País.

Então, não é verdade. Nós temos que, realmente, discutir essa questão com equilíbrio. Temos que preservar? Temos que preservar. Temos que fazer realmente, até porque isso interessa ao produtor rural. Agora, precisamos também reformar o Código Florestal, que é um código que está defasado, e, se não fizermos isso agora, em junho, quando começa a vigorar o decreto, a grande maioria dos produtores vai entrar na chamada ilegalidade. Daí a urgência de se votar o Código Florestal.

Mas esse debate nós vamos ter oportunidade de fazer aqui, na Comissão do Senado, até porque o compromisso na Câmara é de que ele será votado em março. Eu sou um daqueles que torço para que, tanto na Câmara como no Senado, a gente seja capaz de sentar, de conversar racionalmente e de estabelecer texto que proteja o meio ambiente, que é fundamental – e eu colocaria isso como prioridade –, mas que não engesse a nossa produção, porque aí nós vamos estar fazendo o jogo daqueles que não querem produtos de alta qualidade com preço competitivo.

Eu agradeço e, mais uma vez, desejo ao Presidente aqui sucesso na condução dos trabalhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, e tenho certeza de que, juntos, faremos um belo trabalho aqui, nesta

Comissão. Vamos dividir as nossas responsabilidades para que possamos atender à necessidade do produtor brasileiro, e essa discussão – ambientalistas e produtores rurais – não tem fim, mas precisa ser discutida, tem que ser debatida. O produtor rural, de fato, não é quem causa problema ao meio ambiente.

Passo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente. É um prazer enorme vir aqui, até porque devo ficar como suplente desta Comissão, mas vim aqui, principalmente, para parabenizá-lo pela assunção ao cargo e dizer que fica em boas mãos a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; dizer que, nesses últimos quatro anos, eu fiz parte desta Comissão como titular e eu acredito muito que V. Exª vai desempenhar o papel que nós precisamos para o nosso País: garantir as nossas reservas e, principalmente, garantir que o produtor continue plantando, colhendo, produzindo neste País.

Quero cumprimentar, também, o meu amigo e conterrâneo, Senador Moka; dizer da alegria de estarmos juntos aqui, nesta Casa, trabalhando pelo nosso Estado, pelo nosso Mato Grosso do Sul. Tenho certeza de que esta Comissão, que trabalha não só com a agricultura, mas com pecuária, apóia também e discute o meio ambiente, mesmo que tenha uma Comissão específica nesta Casa, e a reforma agrária que é uma questão sempre candente, espinhosa, mas necessária de debate nesta Casa. Talvez a gente deixe essa questão um pouquinho de lado, mas é uma questão extremamente séria para o nosso País e, principalmente, para o meu Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu quero parabenizá-los, dizer que vamos estar sempre juntos e, mesmo como suplente, vou estar sempre aqui, apoiando e ajudando sempre que possível esta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano. Tenho certeza de que a senhora vai contribuir muito para os andamentos dos trabalhos nesta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2011.

Às dez horas e cinqüenta e quatro minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e onze, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, MARISA SERRANO, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, ANTONIO CARLOS VALADARES, CIRO NOGUEIRA E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Gleisi Hoffman, João Pedro, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Cyro Miranda. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 1, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento,* ***Wagner Gonçalves Rossi****, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco no Agronegócio Brasileiro, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 2, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário,* ***Afonso Bandeira Florence****, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco na Agricultura Familiar, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 3, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidada a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura,* ***Ideli Salvatti****, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas de estímulo à Aqüicultura e Pesca, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.* **Auto-**

ria: Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 4, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de debater junto à Ministra do Meio Ambiente, Excelentíssima Senhora* ***Izabella Mônica Vieira Teixeira****, acerca da aplicação do Decreto nº 7.029/2009, que Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".* ***Autoria:*** *Senador Acir Gurgacz.* No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. ***Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.*** **ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 5, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de debater junto ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Senhor* ***Rolf Hackbart****, acerca da aplicação dos procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira definidos na Instrução Normativa 63/2010.* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 6, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de debater junto ao Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Senhor* ***Alexandre Magno Franco de Aguiar****, acerca do planejamento estratégico, perspectivas e metas da empresa para 2011 e atuação no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal.* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão**. **ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 7, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, em virtude da Comemoração do Dia Mundial da Água, no dia 22 de março corrente, a realização de audiência pública para seja debatido a política de uso racional da água. Para tanto será convidado o Presidente da Agência Nacional de Água - ANA, e representantes do MAPA, e do Instituto Sócio Ambiental, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional.* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Flexa Ribeiro e Waldemir Moka. **Resultado: Aprovado o Requerimento, com o adendo oferecido pela Senadora Marisa Serrano, no sentido que seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos do artigo 73 do regimento Interno do Senado Federal, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a criação de Subcomissão Temporária destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira, composta por 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes.* **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Flexa Ribeiro, Waldemir Moka e Marisa Serrano. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requer a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Ofício Circular nº 01, de 2011, do Secretário da Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, datado de 31 de janeiro corrente, o qual solicita que esta Comissão encaminhe àquele Ministério avaliações e propostas voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário, para que possam instruir o novo Plano Agrícola e Pecuário para os anos 2011 e 2012.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos.

Item 1:

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidado o Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Gonçalves Rossi, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco no agronegócio brasileiro, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados aos setor, em face aos recentes cortes no Orçamento anunciados pelo Governo federal.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão,.

Aprovado.

Item 2:

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidado o Exmº Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florense, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma agrária, as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco na agricultura familiar, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes corrtes no Orçamento anunciados pelo Governo Federal.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado

Item 3:

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, seja convidada a Exmº Srª Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, as políticas públicas de estímulo à aquicultura e pesca, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes do orçamento anunciados pelo Governo Federal.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Item 4:

Requer, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de debater junto à Ministra do Meio Ambiente, Exmª Srª Izabella Mônica Vieira Teixeira, acerca da aplicação do Decreto nº 7.029, de 2009, que institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Item 5:

Requer, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de debater junto ao Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Sr. Holf Hackbart, acerca da aplicação dos procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira definidos na instrução Normativa 63/2010.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão,.

Aprovado.

Item 6:

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a finalidade de debater junto ao Presidente da Companhia nacional de Abastecimento – Conab, Sr. Alexandre Magno Franco de Aguiar, acerca do planejamento estratégico, perspectivas e metas da empresa para 2011 e atuação no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão,.

Aprovado.

Item 7:

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em virtude da Comemoração do Dia Mundial da Água, no dia 22 de março corrente, a realização de audiência pública para que seja

debatida a política de uso racional da água. Para tanto, serão convidados o presidente da Agência Nacional de Águas – ANA, representantes do MAPA e do Instituto Sócio Ambiental para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Posso discutir o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Por favor.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Eu gostaria de sugerir a V. Exª e aos Senadores presentes, já que temos uma Comissão de Meio Ambiente, que tem uma subcomissão permanente de águas e que tem tratado das questões principalmente dos recursos hídricos do nosso País, acredito que seria interessante que pudéssemos fazer – e aí eu pediria à Comissão que deve se instalar agora à tarde, da qual sou membro titular dessa comissão – uma reunião conjunta, porque nos interessa muitíssimo e tenho certeza de que vai interessar a todos os Senadores da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Vai interessar muito que a gente possa discutir essa questão com a ANA. Acredito que esse seja o propósito daquela Comissão, e não há razão de não fazermos duas reuniões, trazendo toda a equipe da ANA, se pudermos fazer uma reunião conjunta.

Se V. Exª permitir, entro com um requerimento também, hoje à tarde, na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem lembrado, Senadora Marisa Serrano. É importante, então, que a senhora faça um requerimento na CMA, para que possamos fazer uma audiência em conjunto, com a CMA e CRA.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO.) – Pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Apoiando a sugestão da Senadora Marisa Serrano, V. Exª teria que colocar em discussão e aprovação a audiência conjunta aqui, e o requerimento que a Senadora apresentar na Comissão de Meio Ambiente também será um requerimento de audiência conjunta entre a CRA e a Comissão de Meio Ambiente.

Então, é necessário que seja aditado ao requerimento que for aprovado a proposta da Senadora para que a audiência seja conjunta.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – RS) – Teríamos que colocar em discussão. Acho que seria importante discutir essa proposta da Senadora Marisa, até porque, mesmo aprovada aqui, vai ter que consultar também a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO.) – Coloco em votação o requerimento, com o adendo da Senadora Marisa Serrano.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa)

O requerimento foi aprovado.

Item 8.

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de uma subcomissão para acompanhar, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Justificativa.

Muito embora o agronegócio assuma, cada vez mais, um papel preponderante na economia, contribuindo fortemente para o crescimento econômico, a agricultura brasileira ainda depende muito da política agrícola do Governo.

Questões como formas de financiamento ao produtor, desonerações tributárias, sistema de defesa animal e vegetal, assistência técnica e extensão rural, seguro agrícola e cooperativismo devem orientar a política agrícola do País e, por isso, devem merecer a atenção especial por parte desta Comissão.

Assim, acreditamos que a criação de uma subcomissão para acompanhar a execução da política agrícola brasileira contribuirá para o desenvolvimento do setor no País.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, Srª Senadora Marisa Serrano e demais Senadores, a proposta que apresento à Mesa, em forma de requerimento, é para que possamos criar uma subcomissão para acompanhar, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a execução da política agrícola do Governo.

Todas as dificuldades por que passa o agronegócio... Ele está intimamente ligado com a questão da execução da política agrícola. O Governo deixa a desejar no encaminhamento de uma política agrícola que atenda aos interesses dos trabalhadores e dos empresários do setor. Então nós poderemos ter aqui, no foro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma subcomissão que vai acompanhar a execução da política agrícola do Governo e propor, ouvidos os membros do Executivo, alterações ou correções necessárias para que o agronegócio brasileiro possa ser mais pungente e continuar apoiando e contribuindo, como faz, para o desenvolvimento do nosso País. Então, peço aos meus pares que aprovemos e em seguida instalemos, em próxima reunião, essa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, a Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, quero referendar aqui as palavras do Senador Flexa Ribeiro, dizendo da importância dessa subcomissão. Hoje, esta Casa recebeu, V. Exª divulgou isso, um ofício do Sr. Edilson Guimarães, Secretário de Políticas Agrícolas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que nos propõe aqui a discussão e o envio, até o dia 25 de fevereiro, na próxima semana já, de idéias para o plano agrícola e de pecuária de 2011-2012. Como isso é muito importante, porque é um plano que vai vigorar durante a próxima safra, para nós é muito importante que esta Casa acompanhe a política agrícola feita para o País. Como temos aqui inúmeros assuntos que são debatidos durante o ano, especificamente uma subcomissão para tratar dessa política é muito importante porque ela é que vai subsidiar todo o trabalho que será feito na área no País. Portanto, fica aqui também o meu apoio a essa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT –RO) – Para discutir, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Flexa Ribeiro, V. Exª coloca exatamente uma questão que acho fundamental. A Senadora Marisa colocou, eu tinha prestado atenção, o Edmilson, do Ministério da Agricultura. Todos os anos. É ruim que seja assim. Na verdade, deveríamos ter, em vez de um plano anual, um plano para 10, 15 anos. Infelizmente, a prática é essa, e nós vamos ter que nos inserir nisso. Mas é muito oportuna a criação de subcomissão com 5 Senadores. Quem sabe, durante essa discussão, de preferência com o secretário nacional mesmo, possamos influenciar que em vez de planos anuais tivéssemos realmente uma política nacional de médio e longo prazos. É oportuno o requerimento de V. EXª e tenho certeza que o Presidente vai acatar isso de pronto.

Aproveito, Sr. Presidente, sei que acabamos de votar pedidos de audiência, mas tenho uma preocupação: se não vamos engessar esta comissão só com audiências públicas. Fico preocupado porque, no mínimo, temos que reservar um dia na semana para audiência pública e um dia para discutirmos questões. Na audiência pública, vamos trazer alguém aqui, e vamos tratar. Às vezes, os Senadores, durante a semana, tenham problemas. A Senadora Ana Amélia acabou de comentar aqui sobre a colheita do arroz, a cebola, que está apodrecendo. Essas coisas acabam virando o dia a dia. Sugiro que a gente depois possa se sentar e fazer, num dia, audiência pública – não sei se isso é possível – e, noutro dia, porque não temos plenário, a reunião normal da Comissão de Agricultura.

Claro, se não tivermos assunto, podemos fazer a audiência no dia da reunião ordinária. Essa é uma sugestão de alguém que está chegando.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Eu queria apenas dar uma sugestão a V. Exª, ao nosso Presidente, ao Senador Flexa Ribeiro: podemos fazer como fizemos no Governo Fernando Henrique. Na Comissão de Educação, lutamos com o Governo para termos um plano nacional de educação com vigência por dez anos, talvez fosse uma luta desta Comissão também. Nós conseguimos ino Governo Fernado Henrique o Plano Nacional de Educação por dez anos. Este ano estamos discutindo novo plano nacional para os próximos dez anos. Já está na Câmara e deve vir, brevemente, para o Senado. Essa é uma luta que pode ser nossa. Pode ser tarefa dessa Comissão lutar para que tenhamos políticas mais permanentes na área da agricultura e da pecuária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT –RO) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O Senador Moka tem toda razão, só que V. Exª não terá chance de não ter pauta na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, porque os assuntos são bastante importantes e a agenda é volumosa. V. Exª tem razão de não deixar de realizar a reunião ordinária para fazer uma audiência pública que pode ser feita em outro horário.

Eu sugeriria ao Presidente e ao vice-Presidente que, dentro do possível das agendas dos Ministros e dos assuntos que forem compatíveis, façamos audiência com dois Ministros. Em vez de fazermos cinco audiências, uma com cada Ministro, havendo compatibilidade da agenda e do objeto, podemos fazer audiência com dois ou três Ministros, dependendo da determinação da direção da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT –RO) – Muito bem, Senador Flexa Ribeiro, Senador Moka, esses ofícios que foram aprovados são no sentido de iniciarmos o trabalho. A partir daí, montaremos uma agenda e dentro dela vamos ver a disponibilidade dos Ministros e vamos formar a nossa agenda mas nunca em prejuízo dos debates, que são muito importantes.

Entendemos também que ouvir as políticas também é importante para nos orientar, para que tenhamos um balizamento com relação à agricultura e a todos os temas brasileiros.

Em votação o requerimento.

As Srª e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovada a criação da Subcomissão Temporária destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT –RO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Nosso assessor observou que no texto do requerimento fala na criação no âmbito da Comissão de Agricultura, mas não denomina s Subcomissão. Então eu queria fazer o adendo de que é a Subcomissão para acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT –RO) – Já foi feito isso e, com a nossa leitura, foi ratificado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A competência de V. Exª já começou a ser demonstrada.

. **O SR. PRESIDENTE** (Acir Gurgacz. Bloco/PDT –RO) – Muito obrigado, Flexa Ribeiro. Essa competência é da equipe que nos assessora.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a Reunião às 11h11min)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 17 DE MARÇO DE 2011.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia dezessete de março de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **ACIR GURGACZ e RODRIGO ROLLEMBERG**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, WALDEMIR MOKA, EDUARDO AMORIM, IVO CASSOL, MARISA SERRANO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANGELA PORTELA, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, FLEXA RIBEIRO, JOÃO PEDRO, VITAL DO REGO, PAULO DAVIM, ALOYSIO NUNES FERREIRA, VANESSA GRAZZIOTIN e PEDRO TAQUES.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, titulares, das referidas Comissões. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 7, de 2011-CRA**, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com adendo da Senadora Marisa Serrano, e do **Requerimento nº 3, de 2011-CMA**, aprovado em 1/03/2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano, Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira, com o objetivo de comemorar o Dia Mundial da Água, dia 22 de março do corrente e para debater o uso racional da água, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Vicente Andreu Guillo,** Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas – **ANA** e Srª **Ana Paula Caldeira Souto Maior,** Advogada – Programa Política e Direito Socioambiental – **ISA**. Após as exposições dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Rodrigo Rollemberg, Gleisi Hoffmann, Marisa Serrano, Aloysio Nunes Ferreira e Pedro Taques. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**,Presidente da CRA **–** Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da CMA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO.) –Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, conjunta com a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 259, do TCU, Plenário, datado de 2 de março corrente, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler*, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do acórdão, proferida nos autos do Processo nº 024.516/2007-0, que trata de indícios de irregularidades na execução de convênios firmados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Tocantins (INCRA – Tocantins) e diversas entidades localizadas naquele Estado, objetivando a prestação de assistência técnica para assentados no Programa de Reforma Agrária.

O expediente será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para leitura e atuação. Após, será enviado ao Relator designado por esta Presidência.

Informo à Comissão o encaminhamento do Ofício nº 17/2011 (CRA), destinado ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, o qual comunica o término do prazo da Subcomissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 07, de 2010 (CRA), que trata da irrigação na Região Centro-Oeste.

A presente reunião destina-se à audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 07, de 2011 (CRA), aprovado em 23/02/2011, de autoria do Relator Acir Gurgacz, com adendo da Senadora Marisa Serrano, e do Requerimento nº 03, de 2011 (CMA), aprovado em 01/03/2011, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros Senadores, com o objetivo de, em virtude da comemoração do Dia Mundial da Água, dia 22 de março corrente, debater o uso racional da água, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional, com a participação dos seguintes convidados, os quais convido para compor a Mesa: Sr. Vicente Andreu Guillo*, Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), a Sr.ª Ana Paula Caldeira Souto Maior*, membro do Programa Política e Direito Socioambiental, representante do Instituto Socioambiental, Sr. Haroldo Lúcio do Amaral*, assessor do Gabinete do Ministério do Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Também convido o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que divide conosco esta audiência pública, a fazer parte da Mesa.

Conforme prevê o art.104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, em consonância com o art. 90, incisos II e III, deste mesmo Regimento, cabe à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa realizar audiências públicas com entidades da sociedade da sociedade civil e convocar Ministros de Estados ou titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

Para bem cumprir nossa obrigação, neste início de mais uma legislatura no Senado Federal, convidamos vários ministros e titulares de órgãos governamentais de áreas relacionadas à agricultura para apresentarem nesta comissão um sumário de suas atividades e de suas principais demandas, para assim termos um panorama geral das ações e políticas governamentais voltadas para essa atividade primária que permeia praticamente toda a vida social e econômica do país e que representa um terço do PIB da economia nacional.

Desse modo, esta será a primeira audiência pública de uma série que agendamos para este semestre. E ela se reveste de uma importância singular e de um simbolismo histórico, em primeiro lugar porque vai tratar da água, um elemento essencial para a manutenção da vida e a promoção do desenvolvimento humano. Esta audiência marca, portanto, a passagem do Dia Mundial da Água, que será comemorado oficialmente no próximo dia 22 de março com o tema "Água para as cidades – respondendo ao desafio urbano".

Esta audiência também se reveste de grande importância pelo contexto ambiental, social e político em que esta discussão se insere, e por ser realizada de forma conjunta por duas comissões permanentes do Senado Federal: a de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, uma sugestão da Senadora Marisa Serrano, que prontamente acatamos, assim como fez o Senador Rodrigo Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Temos aqui os nossos convidados especiais, o presidente da Agência Nacional de Águas, a ANA, Vicente Andreu Guillo, a diretora do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental, Ana Paula Caldeira Souto Maior .

Antes de passar a palavra para os nossos convidados, gostaria apenas de fazer algumas considerações a respeito da importância de discutirmos o uso e a gestão da água.

As águas de março sempre nos trazem lembranças ou notícias marcantes. E hoje estamos aqui ainda abalados com as notícias de terremotos e tsunamis no Japão e de tragédias provocadas pelas águas na região serrana do Rio de Janeiro, e também no Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. Enfim, o ano de 2011 começou marcado pelas águas e creio que esta audiência poderá apontar alguns caminhos para nos prepararmos melhor para conviver com esses fenômenos naturais e a força das águas.

Durante muito tempo, o nosso paradigma foi o de enfrentar a natureza. O homem, para implantar a sua civilização, tentou de todas as formas dominar a natureza, criando as cidades e toda a infraestrutura necessária para termos mais conforto e qualidade de vida. Friso que é necessário aprendermos a conviver com a natureza.

De certo modo, tivemos um grande êxito nesse enfrentamento e hoje somos mais de sete bilhões de seres humanos sobre o planeta Terra, consumindo água, recursos naturais e alimentos todos os dias, apesar das diferenças nos padrões de consumo, notadamente visíveis entre os cidadãos dos chamados países desenvolvidos, dos países em desenvolvimento e dos países subdesenvolvidos.

Enquanto o cidadão norte-americano ou europeu consome, em média, quatrocentos litros de água por dia, o consumo de água *per capita* no Brasil é de 140 litros por dia, ou seja, o brasileiro consome 75%

menos água do que o norte-americano ou o europeu. Na região Norte do Brasil, em plena Amazônia Legal, região que reúne 80% da disponibilidade hídrica do país, a média de consumo de água *per capita* é de 125 litros por dia.

Esses dados refletem em boa medida os padrões de consumo e desenvolvimento no mundo atual, revelam as disparidades entre disponibilidade e demanda de água e recursos naturais e nos fazem pensar nas diferentes estratégias de gerenciamento do solo e de recursos hídricos, que hoje, mais do que nunca, precisam estar dentro de uma visão sistêmica e serem executadas de forma integrada.

Neste sentido, quero lançar aqui uma reflexão sobre o tema proposto pela ONU para o Dia Mundial da Água deste ano: " ÁGUA PARA AS CIDADES – *respondendo ao desafio urbano*". De fato, o crescimento urbano, resultado da modernidade e de um modelo de desenvolvimento predominante no mundo, tem gerado um grande impacto sobre os corpos de água muito maior, Srªs e Srs. Senadores, colegas da ANA e do Instituto Socioambiental, do que o impacto atribuído aos agricultores no meio rural.

Então, as respostas para o desafio urbano em relação à água serão encontradas possivelmente na adoção de um modelo de gestão de recursos hídricos integrado, tendo a bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento, levando em conta os ambientes rurais e urbanos e toda a atividade econômica neles desenvolvida com a devida aplicação dos instrumentos de gestão consagrados pela Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 1997, também conhecida como Lei das Águas. Sem esquecer, evidentemente, da relação com outras políticas que regulam o uso do solo, das florestas e da própria água, como a Política do Saneamento, os zoneamentos ecológicos e econômicos e também dos ajustes necessários do Código Florestal.

E para que essa gestão seja realmente integrada, cada setor usuário de nossas águas superficiais e subterrâneas precisa fazer a sua parte, ter seu uso regulamentado. No que diz respeito à agricultura, muito embora sejamos o principal usuário da água bruta entre as atividades econômicas do País, ainda nos falta uma política de irrigação para a atividade agrícola. Essa política, inclusive, foi aprovada pelo Senado em 2005, tramitando desde então na Câmara dos Deputados. Precisamos resgatar esse projeto, agilizar a sua tramitação e promover o alinhamento necessário com as políticas da agricultura, bem como elaborar um mapa estratégico da agricultura irrigada.

Água temos com abundância, o que está faltando para que tenhamos água suficiente e com qualidade para todos os usos é gestão. E queremos saber da ANA como está a implantação dessa política no País e quais são os entraves para a sua efetividade. Precisamos também ampliar discussões em torno do novo Código Florestal. A agricultura brasileira precisa de uma legislação que tire da ilegalidade, atenda as suas necessidades reais e estimule sem crescimento de forma sustentável.

Seguramente, apesar de algumas previsões alarmantes, não teremos falta de água em quantidade no Planeta Terra, pois esta se renova no eterno ciclo das águas. Mas, se não cuidarmos bem da água, teremos, com certeza, falta de qualidade na água disponível ao nosso redor e poderemos até colocar em risco a manutenção da vida do Planeta Terra. Reforço, portanto, que o problema é de gestão. Todos precisamos usar água em suas atividades produtivas e para que todos possam usar sem prejuízo ao vizinho é necessário uma gestão integrada e compartilhada, levando em conta os usos múltiplos.

Por isso, mais uma vez, destaco que em vez de enfrentar, precisamos conviver melhor com a natureza e compartilhar a gestão dos seus recursos.

Espero que esta audiência conjunta marque um novo rumo ao diálogo entre as duas Comissões do Senado Federal e, principalmente, o diálogo entre as duas correntes de pensamento que ainda insistem em ser antagônicas, quando deveriam convergir para a construção de consensos.

Falo da divisão, da disputa ou do enfrentamento entre ruralistas e ambientalistas, que, em parte, é reflexo da visão reducionista de relacionar a natureza e a sociedade sempre em confronto e do paradigma, já ultrapassado, do homem enfrentar a natureza.

Do ponto de vista biológico, essa disputa existe de fato e a convivência nem sempre é harmoniosa, mas tal como ocorre no ambiente natural, no ambiente social, na guerra das ideias ou nas disputas econômicas, também são necessárias estratégias de paz para a sobrevivência.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a quem cumprimento também pela iniciativa conjunta desta audiência pública. Quero cumprimentar o Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Guillo; a Drª Ana Paula Souto Maior, representando o Instituto Socioambiental; a Senadora Marisa Serrano, que junto com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, autores desse requerimento no âmbito da Comissão de

Meio Ambiente; a Senadora Lúcia Vânia; o Senador Ciro; o Senador Blairo Maggi; o Senador Pedro Taques.

Sr. Presidente, esta audiência pública é carregada de simbolismo. Primeiro, em busca dessa interação,cada vez maior, entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura desta Casa. Nós temos muitos paradigmas a modificar neste País e um deles é o de que o desenvolvimento da agricultura e da pecuária seria incompatível com a preservação do meio ambiente.

Nós temos uma grande oportunidade agora com a possível aprovação na Câmara do Código Florestal, de ter uma parceria permanente, um debate permanente entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura para buscar o equilíbrio na aprovação do Código Florestal, que permita com que o Brasil continue a ser um grande produtor de alimentos, de agroenergia, mas possa fazer isso com sustentabilidade ambiental e garantindo às futuras gerações uma qualidade de vida melhor do que a que nós dispomos hoje.

E acredito que essa discussão do Código Florestal já pode trazer alguns benefícios paralelos como a percepção da necessidade de um zoneamento agrícola e ambiental do nosso País, da necessidade de voltarmos a fazer mapa de solos neste País, de termos uma lei eficiente para o pagamento de serviços ambientais.

Mas eu diria que este é o século das oportunidades para o Brasil. Poucos países têm as oportunidades que o Brasil tem pela sua riqueza de recursos naturais, pela sua abundância, tanto de água e biodiversidade quanto sua riqueza de recursos humanos. Temos a maior empresa de pesquisa em agricultura tropical do mundo. Portanto, nós precisamos aproveitar essas oportunidades. E, entre elas, está uma boa gestão, uma boa utilização dos nossos recursos hídricos. Nós tivemos um avanço com a aprovação da Lei nº 9.433, que regulamenta a utilização dos recursos hídricos em nosso País, implementa o conceito de comitês de bacias hidrográficas e o conceito de gestão por bacias hidrográficas, e isso é um grande avanço. E precisamos efetivamente implementar e apoiar os comitês de bacias hidrográficas em todo País, darlhes poder, para que possamos utilizar as águas em todas as suas funcionalidades, desde o abastecimento, agricultura, energia, transporte, turismo. Enfim, temos imensas potencialidades que precisamos explorar neste momento, de forma sustentável, para que o Brasil possa garantir qualidade de vida ao conjunto da população brasileira.

Portanto, fico muito feliz de mais uma vez estar aqui.

Parabenizo a Senadora Marisa Serrano e os autores desse requerimento e desejo que tenhamos um debate bastante proveitoso nesta manhã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Cumprimento os Senadores presentes e passo a palavra ao Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Senhoras e Senhores, bom-dia!

Quero agradecer e, ao mesmo tempo, cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com também a Senadora Marisa Serrano, da Subcomissão de Recursos Hídricos e da Comissão de Meio Ambiente, pelo convite feito à Agência Nacional de Águas.

Eu gostaria também de cumprimentar o Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, e a Ana Paula, minha colega à mesa, representante do Instituto do Semi-Árido (Insa), com quem pretendemos contribuir com algumas informações que possam ser importantes.

Eu queria dizer, inicialmente, que todos nós reconhecemos que, sem dúvida nenhuma, a agenda ambiental e, particularmente, a agenda da água ocupam, cada vez mais, um espaço importante no debate das políticas, em termos globais, muito embora seja necessário reconhecer que, muitas vezes, abaixo daquilo que gostaríamos. A agenda da água, ainda - pelo menos no nosso País, e acredito que também em dimensões mais amplas - não ocupa, do ponto de vista dos tomadores de decisão, a mesma importância que outras agendas, como, por exemplo, a questão da economia, a questão da infraestrutura, e tem com elas uma relação muito próxima.

Então, eventos como este, sem dúvida nenhuma, contribuem, sobremaneira, para que essa agenda possa, cada vez mais, ocupar o espaço de destaque que ela merece.

Queria, inicialmente, dizer também que a Agência Nacional de Águas fica muito honrada pelo convite e fica à disposição das comissões e dos diversos mandatos dos Senadores para prestar as informações que forem necessárias, inclusive nos instigando a desenvolver estudos e projetos que possam ajudar também a sociedade brasileira.

Eu queria dizer que eu tinha pensado numa abordagem para esta exposição, mas acabei ficando instigado pelos temas aqui propostos pelo Senador Rollemberg e pelo Senador Acir. Tentarei abordar alguns deles, porque, mais do que fazer uma exposição sobre o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, acho que

um espaço como este nos permite um debate bem mais qualificado das questões da cidade, do código florestal, das questões relativas à compatibilidade entre a produção e da utilização dos diversos recursos naturais, entre eles as águas que, sem dúvida nenhuma, é muito relevante.

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos é muito recente. A Constituição nacional de 1988 definiu a água como bem público, definiu a "dominialidade" da água para os Estados e para a União, acabando com a figura da dominialidade da água para os Municípios e a dominialidade privada. Não existem águas privadas no Brasil.

A Constituição de 1988 também sinalizou a necessidade da constituição de um sistema. Foram dois sistemas criados na Constituição de 1988: o sistema de saúde e o sistema de recursos hídricos, ou seja, já havia um reconhecimento, na época, da necessidade da constituição de um sistema com esse foco, e a Lei nº 9.433, de 1997, dá os contornos que, hoje, temos em relação à gestão de águas no Brasil.

A Agência Nacional de Águas foi fundada, criada em 2000. Portanto, com onze anos de vida, é uma agência relativamente nova.

Seria muita arrogância dizer "a partir", porque alguns Estados tomaram iniciativas bem antes da promulgação da lei - eu gostaria de dar destaque, aqui, em especial, ao Estado de São Paulo e ao Estado do Ceará, que tomaram iniciativas, inclusive, muito antes da promulgação da Lei nº 9.433, em 97. Mas, sem dúvida nenhuma, a partir da Lei 9.433, de 97, houve um grande avanço, um grande estímulo para que os diversos Estados também buscassem constituir, em seu âmbito, seus sistemas, seus órgãos gestores e reguladores de água.

Então, hoje, no País, todos os Estados têm planos de recursos hídricos - isso cresceu significativamente a partir de 97 - como também fundos de recursos hídricos constituídos.

Deixo essa mensagem porque pretendo, ao final, voltar a falar sobre a o financiamento.

A evolução também foi muito importante. Há um reconhecimento internacional pela modernidade da legislação adotada no Brasil. Ela possibilitou avanços significativos no aspecto da gestão da água, tendo como centro a gestão descentralizada e participativa, com foco principalmente nos comitês de bacias hidrográficas – sobre o que vou tentar falar rapidamente -, o que tem possibilitado o diálogo positivo do Brasil com outros países quando do trato de questões internacionais, como a de rios fronteiriços e transfronteiriços, buscando um novo patamar na gestão dessas águas, porque, sem dúvida nenhuma, existe aí um grande potencial de conflito de diversos interesses das nações quanto à utilização dessas águas.

Houve uma evolução muito importante no sistema de águas no Brasil; mas eu queria mencionar que a lei, pelo seu caráter de não consolidar práticas e posições já existentes no País, mas sim buscar induzir e modelar um sistema, enfrenta algumas dificuldades: é nacional, e o Brasil apresenta grande complexidade e diversidades regionais. Então, é uma lei que se ajusta muito bem em algumas regiões brasileiras, como a Região Sul e do Centro-Oeste, em particular a organização da sociedade através dos comitês de bacia hidrográfica, mas tem muita dificuldade de ser implantado em outras regiões, como, por exemplo, na Região do Semi-Árido, na Região Nordeste, onde os rios, em grande parte, são rios intermitentes e há dificuldade em se constituir, em se pensar em comitês de bacias hidrográficas com essa natureza. O mesmo ocorre em relação à Região Norte do País, onde estão 70% dos nossos recursos, a densidade demográfica é baixíssima e há uma grande dificuldade de se falar em organização da sociedade. Quanto a um instrumento de cobrança pelo uso da água, muito embora a instituição da lei seja uma medida de âmbito nacional, devemos ter a clareza de que ela será instituída por partes, no tempo, porque é muito diferente falar em cobrança, como eu mencionei, na Região Sudeste e Sul do País, pelo seu desenvolvimento, pela densidade demográfica, e na Região Norte, onde há dificuldade de cobrança do uso da água, no mesmo nível, no mesmo tempo. A Lei de águas apresenta, inclusive, algumas contradições – o que é importante mencionar -, porque além de sinalizar a água como um bem público e prever a cobrança pelo seu uso, também sinaliza a sua escassez; portanto, quanto mais escassa, mais cara deveria ser, e tem um sinal de indicativo de uso racional.

O indicativo de uso racional, sem dúvida nenhuma, é bastante correto. Mas queria chamar a atenção para o fato de que o sinal da escassez previsto na legislação - por isso mencionei a necessidade de algum aperfeiçoamento, talvez no curso do mandato dos senhores, porque a região que mais escassez tem de água no Brasil é por natureza também a região mais pobre -, e cobrar mais da região mais pobre, apresenta alguma contradição com o seu objetivo que é realmente que é realmente efetivar a gestão de águas.

Então, devo mencionar que é uma lei muito positiva, sinaliza grandes avanços para a sociedade brasileira, mas necessita desse ajuste em relação à aplicação de alguns dos seus princípios e também levar em conta a complexidade regional brasileira.

Quanto à cobrança que eu mencionei no início, a lei tem como instrumento, um dos instrumentos prin-

cipais de gestão e eu queria aqui também ressaltar a oportunidade da fala dos Senadores Acir e Rodrigo Rollemberg de focar na gestão dos recursos hídricos - o enquadramento, sobre o qual não vou falar, o plano, que vou desenvolver um pouco, e o terceiro, a cobrança.

A cobrança pelo uso da água é um instrumento previsto no plano justamente com a finalidade de auferir recursos para uma gestão adequada dos seus recursos financeiros na bacia hidrográfica.

No entanto, nós temos tido muita dificuldade de todos os setores. Nós temos tido dificuldade de compreensão do setor público, através, principalmente, das empresas de saneamento. Temos tido muita dificuldade de compreensão por parte do setor produtivo industrial e também do setor da agricultura - me permitam aqui mencionar - de entender o instrumento da cobrança não como um imposto, uma taxa, mas como um mecanismo de gestão definido pelos próprios usuários.

Queria dizer também que a cobrança pelo uso da água tem a qualidade de ser recolhida na bacia e, por força da lei, ela será aplicada totalmente também na bacia hidrográfica. E ela tem uma característica, que eu queria chamar a atenção, que é, pelo menos no nosso nível de conhecimento, o único instrumento econômico previsto na legislação brasileira, onde o Estado delega aos usuários de um comitê de bacia hidrográfica, definir o valor de um bem público e cobrar em seu nome. Não existe outro que tenha essa natureza, onde o Estado delega ao usuário definir o valor e cobrar em seu nome. E, mais ainda, retornando à bacia hidrográfica, o Estado delega aos usuários aplicar esses recursos em seu nome.

Eu tenho dito que esse não é um recurso estatal, como a maioria dos recursos oriundos do orçamento brasileiro, mas é, em verdade, um recurso público na sua essência e na sua filosofia. E a dificuldade de implementação e de enxergar a cobrança como instrumento definido pelos usuários e aplicado pelos usuários pode levar a fazer com que nós percamos essa oportunidade, uma vez que a cobrança, muito embora nós tenhamos cerca de 160 comitês estaduais no Brasil e oito comitês federais instituídos no Brasil, a cobrança está aplicada em pouquíssimos comitês estaduais, em apenas três comitês federais. E a dificuldade de implementação é muito grande. Como, por exemplo, nós estamos fazendo um grande debate no Comitê Rio Doce, envolvendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, onde problemas de compreensão dos usuários sempre aparecem pois entendem como sendo mais um imposto, mais uma taxa e não como um recurso definido por ele e a ser aplicado por ele.

Então, eu queria fazer uma menção, em particular, a esse instrumento da cobrança e de pedir aos Senadores, porque esse é um processo de convencimento e, portanto, político, que nos ajudem nos seus Estados, junto aos setores que representam, a buscar esse convencimento da oportunidade e da necessidade de aprofundar a cobrança pelo uso da água no Brasil.

O segundo instrumento, que é muito importante, previsto na Lei de Águas - e eu queria aqui começar entrar nos problemas que estão mencionados - é o instrumento plano de bacia hidrográfica.

Os planos de bacias hidrográficas são criados pelo próprio comitê. E na não existência do comitê de bacias, a Agência Nacional de Águas tem apresentado ao País planos de recursos hídricos, que são apresentados pelas agências e aprovados pelo Conselho Nacional.

No ano passado, aprovamos o Plano do Araguaia-Tocantins, que abrange cerca de um milhão de quilômetros de recursos hídricos do Araguaia-Tocantins. A bacia São Francisco está revendo o seu plano, que já tem 10 anos. A bacia do Doce apresentou o seu plano agora na metade do ano de 2010. Estamos em fase de elaboração do plano das sete sub-bacias da margem direita do rio Amazonas. São 2.500 quilômetros quadrados na elaboração desse plano, e eu não tenho receio de errata: esse é o maior plano de recursos hídricos em elaboração no planeta. E qual é a qualidade desses planos? Eles têm uma dimensão de enxergar as questões da ocupação do solo, da gestão territorial, como mencionou o Senador Rollemberg, têm a capacidade de articular os diversos usos da água, entre eles na agricultura, mas não só na agricultura, como também na produção de energia elétrica, para turismo, para hidrovia. Ou seja, os planos se articulam dessa maneira e apresentam um conjunto de medidas que podem ser propostas e apropriadas pelo setor público. Eles não são executivos, são de planejamento - e aí começa sua qualidade, e também um pouco de sua deficiência.

Os planos de recursos hídricos, não sendo executivos, demandam a posse dessas informações por parte dos órgãos executores, para que, depois, sejam definitivamente analisadas.

Eu gostaria de destacar a qualidade e os problemas que enfrentamos? O plano de recursos hídricos não é elaborado fora da realidade, mas a partir da participação direta dos diversos setores. O setor de energia elétrica se representa dentro do plano e apresenta seus projetos para sua elaboração. Assim acontece com o da agricultura, o de hidrovia e com os diversos planos, inclusive com o de saneamento básico. Porém, quando de sua execução, seja nos Estados ou

no Governo Federal, esses orçamentos não enxergam os planos como orientador das diversas ações que ali estão contidas. Há uma disfunção, um distanciamento entre o planejamento, que é setorial, elaborado por todos, e sua execução, cada um dos setores acaba executando o seu orçamento completamente diferente. Com isso, perde-se muita sinergia. No caso do saneamento, por exemplo, pode haver um grande esforço pela melhoria da qualidade da água na jusante de um determinado município, mas não está sendo efetuando nenhum tipo de tratamento de esgoto rio acima e, assim, fica comprometido todo esse esforço.

Então, em relação aos planos de recursos hídricos, estamos fazendo um grande esforço para fazer que, com que os orçamentos da União, e, depois, derivado disso, dos Estados, enxerguem os planos como planos indutores do planejamento a ser realizado por cada um desses setores. Nesse aspecto, entra a questão, por exemplo, da agricultura no Brasil. Os senhores e as senhoras conhecem melhor do que eu os dados da agricultura. Há uma grande oportunidade - e isso é apresentado dentro dos planos - de expansão da agricultura no Brasil sem conflito com o uso dos recursos naturais, seja de água ou de recursos ambientais, com possibilidade de expansão da agricultura irrigada, o que propicia, sem dúvida nenhuma, ampliar a produtividade da agricultura no Brasil sem comprometer a expansão de fronteiras agrícolas e biomas sensíveis como o da Amazônia.

Através dos planos de recursos hídricos, temos apresentado à sociedade brasileira – e isso tem ficado infelizmente restrito aos planos, e aí a oportunidade de um debate como esse – a possibilidade de expandir significativamente a produtividade na agricultura brasileira sem que, com isso, necessariamente, haja um conflito, um conflito natural entre produção e meio ambiente no Brasil.

Tenho dito que acredito que o uso racional da água e a gestão adequada do território possibilitam uma ponte virtuosa de diálogo entre o setor produtivo e o setor ambiental. Acredito que a água possa fazer isso, porque, no Brasil, o princípio da Lei de Águas é o do uso múltiplo, do uso racional, e não o princípio maior da preservação e da conservação. É evidente que estão embutidos no uso a qualidade e a quantidade da água, sua conservação e sua preservação, mas também está o seu uso com a visão de uso múltiplo.

Então, há a possibilidade de, através da agricultura, e da agricultura irrigada em particular, criar essa ponte tão necessária de diálogo entre a produção e as questões ambientais aqui mencionadas.

Queria dizer também que a Agência Nacional de Águas tem participado de diversos eventos que tratam da questão, da temática da agricultura. A Agência não tem essa responsabilidade diretamente sobre si, mas tem a responsabilidade da regulação do acesso da água pela agricultura. Recentemente, em evento acontecido em Frutal, foi apresentada uma carta ao Brasil, a chamada Carta de Frutal, destacando as questões de financiamento, mas, fundamentalmente, destacando a necessidade de um mecanismo, como foi mencionado aqui, uma lei que já tramita desde 2005, de uma articulação institucional, de uma gestão, de uma preocupação maior com a questão da agricultura.

Na mesma linha, mais do que os mecanismos de comando e controle, porque a gestão de água é descentralizada e participativa, um pouco diferente da questão ambiental, o nosso foco é estimular o uso adequado a partir de políticas públicas que orientem nessa direção.

Então, nós temos também o Programa Produtor de Água, que caminha, é um programa de pagamentos por serviços ambientais focado em recursos hídricos e, felizmente – eu posso anunciar aqui –, a Agência Nacional de Águas, nesse processo de orçamento, de elaboração e de consecução do Orçamento, seja pelos Senadores, seja pelo Governo Federal, teve os seus recursos ampliados, o que possibilitou que a gente colocasse no Orçamento de 2011 para projetos com essa natureza, e veja: ele não pretende cobrir os pagamentos, mas ser um estímulo para divulgar esse projeto de pagamento de serviços ambientais no Brasil. Saímos de R$400 mil ao ano, e nós estaremos executando, em 2011, R$7 milhões. Então, eu queria destacar, mais do que o valor, o salto que está sendo dado em torno dessa questão.

Com relação ao Código Florestal – e eu vou caminhando para os itens finais da minha fala –, sem dúvida nenhuma essa é uma questão que cabe à sociedade, através dos seus órgãos de representação no Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, decidir, mas eu queria dizer aos Senadores que a Agência Nacional de Águas produziu uma nota técnica a respeito do tema, focada na gestão de recursos hídricos e, em linhas gerais, a nossa nota técnica aponta para a necessidade de preservação das matas ciliares de trinta metros. Assim a frase símbolo é de que nenhum rio nasce grande; os rios nascem pequenos e se nós não protegermos os mananciais e as nascentes dos nossos rios, com certeza, depois, nós vamos comprometer significativamente a qualidade das águas desses rios, mesmo que venham a se tornar grandes rios.

Nós não entramos na discussão da progressividade das faixas de APP, porque essa progressividade está muito mais vinculada a aspectos de natureza ambiental do que proteção da qualidade das águas, mas a

Agência Nacional tem apresentado essa discussão, e isso é muito relevante, Srs. Senadores, porque, nesse período de comemoração, de alusão ao Dia Mundial da Água, nós falamos muito sobre a necessidade – e ela, sem dúvida, é importante – de que cada um dê a sua contribuição, de que o uso da água, na sua residência as pessoas tenham uma consciência ainda maior. Eu sou da geração que brincava com mangueira no centro de São Paulo. A minha filhinha de cinco anos toma banho dizendo que vai salvar a água do planeta. Ela se molha, se ensaboa e, depois, se lava, diferentemente de mim.

Então, é muito importante a gente trabalhar com esses conceitos da participação de cada um, mas, no nosso entendimento, a gente precisa entender também que, muito embora um cidadão, uma família, uma comunidade faça um grande esforço em torno da preservação da quantidade da água através da mudança dos seu hábitos, o comprometimento da qualidade das águas pela instalação de projetos industriais na sua proximidade, pela instalação, por exemplo, de pocilgas muito próximas dos rios vai comprometer, do nosso ponto de vista, significativamente a qualidade dessas águas, reduzindo a disponibilidade de água para o cidadão.

Outra questão também muito importante que foi aqui mencionada – e é o caminho do encerramento – é sobre a gestão de águas nas cidades, e aí eu queria anunciar que no dia 22, num evento que vai acontecer às 18 horas, para o qual convido a todos, em particular os Senadores e as Senadoras aqui presentes, vamos fazer o lançamento do Atlas Brasil. O que é o Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água? O Atlas é uma análise criteriosa executada nos 5.565 Municípios do Brasil, Município a Município, identificando, do ponto de vista da infraestrutura hídrica, ou seja, até o momento do tratamento da água, as condições de cada um desses Municípios, identificando se há necessidade de ampliação ou reforma dessas infraestruturas, identificando também, do ponto de vista do manancial, se aqueles mananciais existentes são capazes de suprir as demandas daqueles Municípios num horizonte de 2015 e 2025. Os dados são extremamente preocupantes. Isso foi feito para os 5.565 Municípios. É um instrumento ímpar de planejamento que temos apresentado também à sociedade brasileira como uma grande contribuição, não só pelas suas informações, mas também pela metodologia com a qual foi possível criar esse planejamento, que envolveu uma ampla articulação entre todos os órgãos federais, como Funasa, Ministério das Cidades, Ministério da Integração, Agência Nacional de Água e o Ministério do Meio Ambiente, e envolveu a participação direta dos Estados, uma ampla articulação com os Estados, principalmente através das suas concessionárias de água, Município a Município do Brasil.

Essa experiência, com essa metodologia que foi adotada para a elaboração – nesse foco, estamos falando da área urbana desses Município –, nos possibilita estarmos estimulados para conceber e, ainda no ano de 2011, iniciar, provavelmente em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o Ministério da Integração, o Atlas da Universalização do Abastecimento, fazendo com que, a partir dessa metodologia, possamos também identificar, nas diversas comunidades isoladas de cada um dos Municípios, qual é a melhor solução de abastecimento de água para essas comunidades.

Então, eu queria ressaltar isso e fazer o convite, para que todos possam acompanhar e ter o Atlas como um instrumento importante. Estamos tentando fazer com que o Governo Federal, dos órgãos executores do Governo Federal até a Caixa Econômica, e também os Estados tenham o Atlas como um instrumento primordial do seu planejamento.

Para encerrar, eu queria propor um debate aos Srs. Senadores, que não foi abordado aqui pelo Senador Acir, nem pelo Senador Rodrigo. Eu queria chamar atenção para isto e propor que esse debate seja ampliado, possibilitando audiências públicas, com a discussão do PL nº 315, que está em tramitação no Senado Federal. O PL nº 315 altera a distribuição da compensação pelo uso de recursos hídricos, que hoje é de 6%. Ele altera a participação dos Estados e Municípios nesse valor que hoje representa cerca de R$1 bilhão e 200 milhões ao ano. Desse valor, 45% ficam com os Estados, 45% ficam com os Municípios e 10% são distribuídos entre Ministérios do Governo Federal. Há uma proposta de alteração desses valores para 65% para os Municípios e, reduzindo em 20%, de 45% para 25% para os Estados. Muitas vezes, esse debate entre as pessoas que têm participado tem sido caracterizado por um debate entre a visão municipal e a visão estadual. Não é a visão correta, porque os Municípios no Brasil pouco ou nada têm aplicado na gestão dos recursos hídricos, enquanto, como mencionei no início, todos os Estados têm fundos estaduais de recursos hídricos. Muitos aplicam ainda valores pequenos, mas o Estado de São Paulo, como está aqui concordando o Senador Aloysio Nunes, aplica significativamente. O Estado de Minas Gerais também o faz, o Estado do Rio de Janeiro também o faz. Só um dado: quando o Estado aplica esses recursos para todos os Municípios do seu Estado, na verdade, faz-se com que esse recurso chegue inclusive aos Muni-

cípios que não têm, na origem, o recebimento do seu valor. Então, hoje, no Brasil, cerca de 800 Municípios recebem a compensação, parte desse valor, porque ou é atingido ou têm ali seus equipamentos hidrelétricos, e os restantes quatro mil e pouco não recebem. Só para fazer um efeito de comparação, em Minas, 190 Municípios recebem a compensação, e o Estado tem 800 Municípios. Só no Estado de Minas Gerais, ao fundo estadual repassar uma parcela para cada um dos municípios, ele está atingindo um número de municípios equivalente a todos os que recebem essa contribuição em nível nacional.

Sem dúvida nenhuma é muito importante que os municípios demandem melhores condições, ou requeiram uma participação maior no setor elétrico, mas isso não pode ser feito e será muito ruim – gostaria de deixar para o final essas palavras – será danoso. É um sistema jovem, que tem poucos recursos, perdermos no âmbito dos estados esses recursos através do PL com essa natureza. Essa é a posição da Agência Nacional. Evidentemente não é a posição da sociedade brasileira, mas o apelo que a gente faz é de que esse debate possa ser ampliado e que os estados e outros entes possam participar desse debate antes de uma tomada de decisão final por parte dos Senadores.

Queria lembrar que em 2015 começam a vencer as grandes concessões do setor elétrico nacional. Uma conta de joelho, Srs. Senadores, faz com que haja uma necessidade de distribuição de um valor que chamo de benefício social do setor elétrico de cerca de seis bilhões de reais ao ano, decorrente da amortização das usinas hidrelétricas brasileiras.

O Pré-Sal trata de dez bilhões de reais ao ano, destinados às políticas sociais. Nós estamos falando, só com a oportunidade do vencimento das concessões, de algo em torno de seis bilhões de reais ao ano. Há uma posição no geral de que esses valores sejam transferidos quase todos para a modicidade tarifária e, sem dúvida nenhuma, é necessário que seja para a modicidade tarifária. Há uma outra posição de que eles sejam repartidos regionalmente, apenas regionalmente, a partir dos locais onde existem as usinas, e isso sem dúvida nenhuma também tem seu significado. Do nosso ponto de vista, há necessidade de interferir de maneira antecipada para que a gente não seja depois... Eu não diria vítima, mas para que depois não tenhamos que nos subordinar a uma situação de fato, em função da proximidade da data. Que façamos uma discussão antecipada sobre a destinação desses recursos, uma vez que, do nosso ponto de vista, uma parcela significativa deles poderia ser destinada, aí sim, para as políticas sociais, para as políticas ambientais, em particular para a gestão de recursos hídricos, o que significaria um avanço grande para a sociedade brasileira.

Então, em termos gerias, desculpe se me alonguei, agradeço a oportunidade e encerro deixando a Agência à disposição do Senado Federal. Gostaríamos de ser mais estimulados ainda a apresentar as nossas propostas e também contribuir com o mandato de cada um dos Senadores aqui presentes.

Muito obrigado pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Agradeço ao Sr. Vicente Andreu Guilho pela sua esclarecedora palestra.

Passo a palavra para a Srª Ana Paula Caldeira Souto Maior, representante do Instituto Socioambiental – ISA – e depois das duas palestras faremos os questionamentos.

Convido a Senadora Marisa Serrano para, junto comigo, presidir esta reunião. O Senador Rollemberg terá que se ausentar por alguns instantes.

Com a palavra a Drª Ana Paula Souto Maior.

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Bom dia. Em nome do Instituto Socioambiental, gostaria de agradecer o convite do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Acir Gurgacz, e também à Senadora Marisa Serrano pela iniciativa.

O Instituto Socioambiental é uma organização criada em 1994. Eu quero só aproveitar a saída do Senador Rodrigo Rollemberg para dizer que, como moradora do DF, eu me sinto bem representada por ele nesta Casa. Fico feliz por encontrá-lo nesta audiência.

Bem, o Instituto Sócioambiental é uma organização criada em 1994 e talvez em palavras curtas seja possível dizer que a gente acredita que a valorização da nossa diversidade social e a forma como as nossas populações tradicionais e população indígena utilizam os nossos recursos naturais é um grande patrimônio do nosso País.

Então, a gente trabalha pela valorização da nossa população indígena, das nossas populações tradicionais – como as populações quilombolas também – e pela forma como eles usam os seus recursos. Nesse sentido, a gente desenvolve vários projetos, que são projetos regionais. Nós temos um projeto na Amazônia que trabalha com a Bacia do rio Negro e compreende também a terra indígena ianomâmi e trabalhamos em parceria com as organizações indígenas dessas regiões. Desenvolvemos também um programa no Estado do Mato Grosso, no Parque Indígena do Xingu, que é um programa voltado, entre outras coisas, para a proteção das nascentes do rio Xingu. É essa experiência que eu gostaria de dividir aqui com vocês hoje e depois participar do debate levando em consideração esse DVD que nós vamos apresentar aqui para vocês.

Eu pediria então à parte técnica. O DVD tem 15 minutos, mostra essa experiência realizada em conjunto com diversos atores. Vou aumentar um pouco o som.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, só enquanto está preparando o DVD, desculpa, Drª Ana, é que eu tenho reunião da Comissão de Relações Exteriores. Infelizmente as reuniões das Comissões nesta Casa acabam se acumulando. Então, vou ter que sair daqui um pouquinho e eu gostaria apenas de deixar uma palavra em relação ao que o Dr. Vicente falou, se é possível. Porque vai dar 15 minutos e eu vou ter que sair antes de a senhora falar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois bem, vamos interromper então, Senadora Marisa Serrano. Vamos interromper um minutinho só.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu acho que tem a ver, porque aí depois... Eu me sinto muito... Eu até ia perguntar se depois você poderia enviar para a gente o DVD para a gente poder assistir.

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Podemos sim disponibilizar. Já está disponibilizado então.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu acho que seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Eu lhe agradeço. Perdoe-me, mas eu acho que é muito oportuno e eu queria fazer esse registro.

Primeiro saudar a presença de vocês aqui na Comissão e saudar também a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente por essa iniciativa, como disse o Dr. Vicente. Quer dizer, a água hoje é um bem finito e escasso e como isso tem que ter precificação. Eu concordo com isso.

Eu queria só deixar como contribuição a esse debate a experiência que nós vivenciamos na Itaipu Binacional, que é através do Projeto Cultivando Água Boa, o Dr. Vicente conhece, não sei se a Drª Ana Paula ouviu falar e se familiarizou também. Mas é um projeto que eu gostaria ate, numa oportunidade, Senador Presidente da Comissão de Agricultura, trazer aqui a Itaipu para fazer essa exposição. Envolve 22 municípios da Bacia do Paraná 3, cuidam das nascentes, do reflorestamento, os agricultores participam, a comunidade acolheu e adotou as nascentes, é um programa muito interessante, inclusive, muito equilibrado com a produção agrícola, com a produção de animais. Nós temos no Estado lá, o senhor conhece bem a nossa relação lá nessa região, no oeste do Paraná, muita produção de frango, de porcos e nesses municípios onde atua o programa da Itaipu nós temos conseguido com muito êxito fazer um equilíbrio e fazer com que não haja contaminação das águas os próprios agricultores estão muito conscientes.

Então, eu queria deixar esse registro, deixar essa sugestão para que nós pudéssemos convidar – seja o Dr. Nelton Friedrich, seja o Dr. Jorge Samek – fazer uma exposição conjunta na Comissão de Agricultura e na Comissão de Meio Ambiente, se assim for possível, desse programa, porque eu acho que ele pode ser referência, inclusive, para que a gente estenda nacionalmente. Eu sei que há projetos de gestão por bacia hidrográfica em todo o Brasil, mas eu considero esse um dos projetos muito avançados.

Agradeço muito a presença de vocês. É muito oportuna essa discussão, principalmente agora, em que nós vamos debater aqui nesta Casa o Código Florestal e envolve, com certeza, a proteção dos nossos mananciais, dos nossos rios, da água, que é um bem tão importante para a vida. Perdoe-me, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem lembrada, Senadora, essa atuação de Itaipu no oeste do Paraná. Tivemos oportunidade, no começo do ano, de estar em Itaipu e assistimos a uma palestra ampla junto com o Governador de Rondônia, Dr. Confúcio Moura, e realmente entendemos que é uma das soluções para a produção e, principalmente, para o pequeno produtor rural. Queremos levar isso, através do Governo do Estado de Rondônia, também para o Estado de Rondônia.

Peço a V. Exª que faça por escrito esse pedido, para que a gente possa, o mais breve possível, fazer com que haja essa audiência pública, convocando os técnicos de Itaipu para fazer essa explanação que, tenho certeza, contribuirá muito não só para o meio ambiente, mas também para a agricultura brasileira.

Muito obrigado pela sua colocação, Senadora.

Com a palavra, então, a Drª Ana Paula Souto Maior.

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Vamos ao vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª ANA PAULA SOUTO MAIOR – Acho que aí se colocam algumas questões importantes. Esse projeto envolve 19 municípios do Estado de Mato Grosso. Acho que a força dele, como foi mostrada e ressaltado aqui por mais de uma fala, é a questão de envolver diversos atores. É muito importante que os diversos atores que aparentemente têm interesses contrários, mas que no fundo tem o mesmo interesse, que é a proteção de um recurso essencial ao desenvolvimento de todos, tenham esse entendimento de que é preciso sentar à mesa e discutir localmente, na região, como fazer para proteger esse recurso natural.

Eu ficaria por aqui, Sr. Presidente. Fico aberta para colaborar da maneira que esta Casa entender importante.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Ana Paula, que trouxe um vídeo bastante esclarecedor para nós todos da realidade brasileira.

Podemos ver o índio com uma máquina fotográfica, podemos ver os ambientalistas junto com os ruralistas, os produtores rurais, todos com o mesmo pensamento, com a mesma intenção: cuidar do meio ambiente, mas produzindo, fazendo com que o Brasil possa produzir, cuidando do meio ambiente.

Este é o grande objetivo do nosso trabalho: fazer com que ambientalistas e produtores possam seguir lado a lado, um parceiro do outro. Essa é a nossa meta. E a informação para a população ainda é o melhor caminho para a preservação do meio ambiente.

Agradeço, então, à Drª Ana Paula Souto pela sua explanação e pelo seu brilhante vídeo.

Passo a palavra agora à Senadora Marisa Serrano, como Presidente da CMA.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Falo também aqui como Presidente da Subcomissão Permanente de Águas, a CMA.

Quero fazer algumas considerações e perguntas ao Dr. Andreu, principalmente, com quem temos trabalhado tanto na Comissão de Meio Ambiente nos últimos quatro anos, e discutir algumas questões importantes. Uma delas diz respeito ao meu Estado e à minha região, ao meu Município e Município do Senador Moka, que está aqui presente e que também é de Bela Vista. Eu acho que é uma das únicas pequenas cidades do País que tem dois Senadores. Então, vai ficar muito contente com isso, pois está com tudo.

Eu queria saber sua opinião, Dr. Andreu. O que provoca atraso na não implementação dos acordos internacionais? Por exemplo, o acordo do rio Apa, que já tem decreto-legislativo dos Parlamentos do Brasil e do Paraguai e ainda não foram implementadas suas unidades gerenciais. É o primeiro acordo internacional de que tenho conhecimento que está, no momento, em fase de implementação. Gostaria de saber por que não anda e o que poderíamos fazer, todos nós aqui no Senado, principalmente o Senador Moka e eu, para ajudar que essa gerência se instale na cabeceira e principalmente em toda a estrutura do rio Apa.

Outra pergunta diz respeito às nossas dificuldades com enchentes e deslizamentos, como estamos vendo agora em todo o País: Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, São Paulo e tantos outros Estados. Que estudos a ANA possui que poderiam ajudar os prefeitos na melhor definição dos seus planos de prevenção? Como poderíamos ajudar as grandes cidades brasileiras? As cidades brasileiras em geral – não precisam ser grandes –, nesses planos de prevenção de deslizamentos, principalmente das nossas encostas.

Gostaria também de dizer que, quando V. Sª fala dos rios fronteiriços e transfronteiriços, ou transnacionais, não existe uma legislação específica ainda para esse quesito, pelo menos que eu tenha entendimento. O que a ANA pode fazer para nos auxiliar nos próximos anos nisso que é tão importante para todos os brasileiros, principalmente o meu Estado, Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai e tem no rio Paraguai um grande escoador de suas riquezas? Portanto, a ideia é que tenhamos planos da Agência para esses rios transfronteiriços e fronteiriços.

E, ainda, como poderíamos evitar – e a Agência pode nos ajudar nisso, como disse V. Sª – o desperdício da água? Tem uma frase do ex-Deputado Luiz Paulo Vellozo Lucas, do PSDB do Espírito Santo, que diz que os carros brasileiros nunca terão cárie, já que são sistematicamente lavados com água fluoretada. Quer dizer, é um desperdício muito grande que temos, e gostaria de ver o que a Agência poderia fazer também para nos auxiliar e auxiliar o País, incentivar a evitar o desperdício do uso da água.

Eram as questões que eu queria levantar a V. Sª, agradecendo também a presença da Sr. Ana Paula. Foi muito interessante o vídeo que vimos, do Xingu. É uma integração, e uma integração muito viva, entre o agropecuarista e o índio.

Essa é uma questão que não é só de Mato Grosso e não é só da região amazônica, mas é também do Estado de Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena do país.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra a outro signatário, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Sr. Presidente e Srª Presidente, Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da ANA, Drª Ana Paula Souto Maior, também nossa convidada, sou cossignatário do requerimento para a realização desta audiência pública e o fiz com muito gosto, com muito empenho, porque quero ingressar nesse saudável *lobby* pela água em nosso país. Como Senador da República recém-chegado ao Congresso, tenho esse tema como uma das minhas preocupações cívicas mais importantes. Assim, disse à Senadora Marisa Serrano que contasse comigo nas fileiras desse *lobby*, que é um *lobby* suprapartidário, envolve todos nós, e começa a se tornar uma causa comum unindo produtores, autoridades públicas e populações indígenas, que vão descobrindo

a importância que há, para todos, na preservação da qualidade das águas no Brasil.

Eu ouvi a exposição do Presidente da ANA e, ao ouvi-lo, pela qualidade de sua exposição, por aquilo que ele nos disse a respeito das atividades da ANA, eu me lembrei com emoção e com carinho de uma pré-história da ANA, da preparação dos atos legislativos, dos atos normativos, dos decretos que deram origem a esse sistema que é tão bem sucedido no Brasil, ainda que tenha muito a se desenvolver, especialmente no âmbito dos estados e dos municípios. Lembro que, no governo do Presidente Fernando Henrique, no meu gabinete da Secretaria Geral da Presidência, ancorei um grupo de trabalho e vejo aqui presente um membro desse grupo, que é o Dr. Antônio Félix Domingues.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Lembro do Dr. Félix, da Drª Dilma Pena, do Gerson Kelman, que trabalharam para dar forma ao projeto cujos frutos já vemos muito abundantes.

Uma das perguntas que eu iria fazer, o senhor já respondeu. Diz respeito a uma preocupação que eu tenho em relação a esse PLC nº 315/2009, já que considero um retrocesso a forma como propõe a redistribuição dos recursos que são produtos da compensação financeira para a utilização dos recursos hídricos. Eu concordo com V. Exª. A minha preocupação era saber qual seria a posição da ANA a respeito dessa proposta de redivisão a partir de uma visão, no meu entender, estreita do municipalismo. Fiquei satisfeito ao ouvir a opinião da ANA.

Uma outra pergunta que eu faria aos nossos convidados diz respeito à interface existente, ou a existir, entre a Funasa e o Ministério das Cidades, que são encarregados da execução, por parte do governo federal, dos programas de saneamento básico e a Agência Nacional de Águas. Não sei se existe, confesso que estou desatualizado nessa matéria, mas acho vital essa interação.

Em terceiro lugar, uma pergunta sobre a revitalização do rio São Francisco. Muito se discutiu antes do lançamento do programa de desvio das águas do São Francisco para os estados do Ceará e da Paraíba.

Essa foi uma questão muito polêmica. Houve grande debate sobre isso e uma, digamos assim, das contrapartidas das populações, especialmente do Estado de Minas Gerais e das populações que se abastecem das águas do São Francisco, foi a de que o Governo ia promover um vasto programa de revitalização do rio, porque havia evidências de que o rio estava minguando pouco a pouco, morrendo, exatamente pelo uso abusivo de águas de tributário do São Francisco em programas muito amplos de irrigação e outras razões. Eu queria saber a quantas anda esse processo de revitalização do São Francisco.

Finalmente, para ratificar, a partir do meu depoimento, sua apreciação a respeito dos comitês de bacia, participei de reuniões de comitês de bacia no meu Estado, o Estado de São Paulo e, realmente, essa é uma das experiências mais fascinantes de participação em torno da elaboração de uma política pública ou de várias políticas públicas. Participação de prefeitos, de autoridades do Estado, de consumidores, sociedade civil, realmente é algo que merece ser estimulado, e penso que os Senadores são agentes políticos, deveriam ser agentes políticos importantíssimos na propagação dessa experiência que é realmente fascinante como democracia participativa na elaboração de políticas públicas. E é onde se experimenta realmente o caráter suprapartidário e a paixão que, pouco a pouco, vai tomando conta das pessoas sobre uma correta utilização desse recurso tão precioso.

Obrigado.

A Srª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Antes de passar a palavra ao próximo Senador, eu gostaria só de fazer uma sugestão ao Senador Aloysio Nunes.

Em 2009, a ANA e a Sabesp nos fizeram um convite, à Subcomissão de Águas, para conhecermos um comitê de bacias no Sistema Cantareira, e a Senadora Marina Silva e eu fomos lá. A Sabesp nos fez uma exposição, e conseguimos, de helicóptero, trabalhar e visitar todo o comitê de bacia, inclusive o sul de Minas.

Eu gostaria de pedir a V. Exª, Senador Aloysio, que fizesse um indicativo também à Comissão de Meio Ambiente, para que a gente pudesse organizar uma próxima visita aos Senadores que quiserem visitar um comitê de bacia e que a gente pudesse saber e conhecer mais de perto isso que é tão importante para o País, que, acredito, vai se disseminar nos próximas anos. Seria bom que os Senadores pudessem acompanhar esse trabalho.

Era a sugestão que eu queria dar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Pedro Taques, do Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo pela oportunidade e também à Srª Presidente da Comissão do Meio Ambiente, da qual, com muita honra, faço parte. Cumprimento os Senadores e, sobretudo, nossos convidados, que trouxeram temas por demais importantes.

Quero solicitar aos senhores convidados que façam uma reflexão a respeito de dois temas. O primeiro deles é que, quando se fala de água, não podemos falar de água do Estado de Mato Grosso do Município "a" ou "b", apesar de termos visto aí as belezas do Estado de Mato Grosso, que reputo um dos Estados ou o Estado mais bonito do Brasil.

Parabéns ao ISA pela importância do seu trabalho.

Muito bem, um exemplo disso é que o rio Paraguai nasce nas lagoas de Diamantino, sobe a bacia do Paraguai, passa por Cáceres, passa o rio Taquari, recebe as águas do rio Cuiabá, do rio São Lourenço, ultrapassa o Taquari, como eu disse, vai à foz do rio Apa, vai até Nova Palmira, no Uruguai.

Então, o rio não é de Mato Grosso. A questão é geopolítica. O Mercosul se preocupa com isso. Existe um comitê intergovernamental da hidrovia Paraguai/Paraná, do qual já participei como representante do Procurador-Geral da República, defendendo esse sistema e ajuizando ações na defesa das populações tradicionais, notadamente os guatós, ali na divisa de Mato Grosso com Mato Grosso do Sul. A questão não é local, ela é mundial. Quando se fala em mundial, a questão passa a ser geopolítica. Sabemos que o Brasil possui 20% da água potável do mundo e, desses 20% , 80% se encontram nos estados amazônicos. E temos aqui as principais bacias Platina e Bacia Amazônica. Existem estudos que demonstram que no ano de 2050, a China e a Índia, ali faltará água. Existem outros estudos de que em 2025 outros países também necessitarão de água. Já se fala do ouro azul e a água seria o ouro azul. A primeira reflexão dos dois é a respeito da falta de água no mundo, se isso é terrorismo, e a respeito de algumas guerras que se iniciaram em razão da água. Estava conversando com o Senador Aloysio. A Guerra do Paraguai se inicia em razão da água. O Presidente da Província de Mato Grosso foi aprisionado em Assunção, no Paraguai, vindo de São Paulo, em razão da água. Tivemos outras guerras em razão disso.

Isso é terrorismo, que vai faltar água, ou ao menos água potável faltará? E o Brasil nesse contexto: 20% da água potável, sem falar no aqüífero de Guarani que devemos... Sim, e o Pantanal também. Essa é a primeira reflexão que gostaria de ouvir dos senhores, se for possível.

Uma segunda reflexão. Tendo em conta esses componentes que aqui trouxe, sabendo que a geopolítica mundial leva em conta sobretudo a economia, o mundo, segundo alguns estudos, caminha para que a China seja um grande país industrial, os Estados Unidos, um grande fornecedor de serviços e o Brasil, um grande fornecedor de proteína animal e vegetal. Sou do Estado de Mato Grosso, que é um Estado que tem 28 milhões de cabeças de gado bovino, nós temos mais bois em Mato Grosso do que a Europa inteira, temos uma agricultura, um setor produtivo que nos orgulha muito.

Queria uma reflexão dos senhores a respeito da expansão da agricultura no norte do Estado de Mato Grosso, sul do Pará, na Amazônia, tendo em conta que 80% da água potável do nosso Estado ali se encontram, do Brasil, Estado no sentido técnico-jurídico, a preocupação com isso, a expansão da agricultura. Nós precisamos da agricultura, 30% do PIB nacional vem daí, emprega e nós sabemos disso. Uma reflexão dos senhores a respeito desses dois temas.

Muito obrigado. Parabenizo o trabalho dos senhores e me associo a esta subcomissão. Dela não faço parte, mas este é um tema que diz interesse a todos os cidadãos que se preocupam com um bem que é econômico, segundo a ONU, segundo a Constituição, segundo a legislação nacional, mas sobretudo ele é vital para nossa sobrevivência e de gerações futuras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.Bloco/PDT - RO) – Agradeço ao Senador Pedro Taques e ao Senador Aloysio pelas suas intervenções, assim como a minha colega Senadora Marisa Serrano, e faço uma indagação, Dr. Vicente, para esclarecer aos nossos agricultores o seguinte: quais os recursos técnicos e financeiros de que a ANA e o Governo dispõem para auxiliar na execução dos planos de bacias hidrográficas e quais as garantias de que os agricultores e o setor agrícola não serão prejudicados com a cobrança pelo uso da água?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Apenas um adendo a sua pergunta. Queria perguntar, diante dos recentes cortes orçamentários, qual é a repercussão desses cortes sobre o orçamento da ANA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Com essas indagações, passo a palavra para o Dr. Vicente Andreu Guillo, da ANA.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Permita-me começar pela última indagação.

Tenho uma excelente notícia do ponto de vista do sistema. Uma parte significativa dos recursos do sistema nacional vem de uma parcela de 0,75, cobrado dentro do item compensação, que nós já mencionamos. A partir de tratativas iniciadas com o Ministro Paulo

Bernardo, nós ponderamos que esse recurso ou bem cobrança – ou seja, o mesmo instituto que eu disse que volta para a bacia, que é aplicado no sistema e, portanto, não deveria ser contingenciado –, esses recursos eram entendido como compensação, aí os comitês estariam livres, inclusive para cobrar uma parcela superior do setor elétrico. O Ministro Paulo Bernardo entendeu, da mesma maneira que nós, que ele tem a natureza de cobrança. Portanto, o Comitê não pode cobrar, mas também não deve ser contingenciado.. Ao longo desse período esse compromisso foi mantido, bem como o orçamento da agência nacional.

Eu tenho ouvido dos meus colegas que sou o único sorridente que tem transitado aqui na Esplanada, mas nosso orçamento saltou de R$70 milhões de execução no ano passado para um orçamento de R$219 milhões neste ano. Portanto, estamos bem.

Fizemos uma reunião com 25 dos 27 Secretários Estaduais que tratam da questão de recursos hídricos, apresentamos esse cenário e estamos agora compelidos a gastar – e gastar bem – esses recursos. No nosso caso em particular, por isso mencionei o entendimento do Senado na elaboração do orçamento e o compromisso do Governo Federal, os nossos orçamentos estão significativamente ampliados.

Cada questão quase dá uma audiência pública. Vou tentar percorrer todas usando alguns exemplos que posso considerar simbólicos.

A questão do desperdício. Sem dúvida nenhuma, uma questão fundamental é a da consciência, da educação, principalmente da educação ambiental. Lembro-me de quando era aluno do Professor Ildo Sauer, lá na USP, no curso de mestrado sobre energia, de que a grande discussão, inclusive sobre energia, as *utilities*, era a mudança de hábitos. Então a mudança de hábito e a consciência em torno desse tema são questões fundamentais. Acho que tem que continuar insistindo. Como mencionei, nem sou eu. É o convívio da minha filhinha, a escola dela que está fazendo com que as perspectivas de olhar para esse tema sejam diferentes daquilo que as nossas gerações fizeram.

A segunda, Srª Senadora, não tenho receio de mencionar que motiva em grande parte o desperdício da água tratada é a de que sistema tarifário de água no Brasil é, na minha opinião, um desastre. Grande parte da água no Brasil não é cobrada. Nós deveríamos ter políticas públicas que visassem à universalização para aqueles que não têm renda, inclusive disponibilizando uma quantidade de água, mas tarifas de água que são irrisórias, que não cobrem os custos, exigem que haja um subsídio de outras fontes de arrecadação no Município. Tarifas irrisórias dessa natureza levam ao desperdício.

Vou citar um caso. Eu era Presidente da Sanasa, Empresa de Saneamento de Campinas, durante o período do apagão, com 20% de energia elétrica. Lá na cidade que tem micromedição, com um milhão de habitantes, chegamos a 12% de redução no consumo de água, em função do consumo de energia. Porém, duas regiões da cidade não tiveram redução. Aliás, tiveram aumento. Quais foram as duas cidades que não tiveram redução, mas aumento no consumo de água? A região do Gramado – quem conhece Campinas sabe que são os condomínios de alto poder aquisitivo formados onde a elasticidade permite à pessoa não reduzir o consumo de água – e nas ocupações, principalmente em uma grande ocupação da cidade chamada Parque Oziel. Por quê? Porque a água era de graça, as pessoas não pagavam. Durante esse período de racionamento você ia lá e via a água vazando direto nos caninhos de borracha com pneu. Por quê? Porque, como não paga pela água, ele não tem a dimensão, na minha opinião – essa é uma opinião estritamente pessoal, não é a da ANA. Não quero aqui comprometer. Pode ser que outras pessoas tenham opinião distinta.

Então, é a questão tarifária. E fazer com que as pessoas percebam que a água tem valor e um custo para ser produzida é fundamental. Se não houver isso, você estimula sensivelmente a questão do consumo. Tarifa baixa indistintamente leva a uma elevação do consumo. Uma elevação do consumo exige, necessariamente, maior disponibilização do serviço, seja de infraestrutura, seja de quantidade de água. Então, penso que a combinação de uma política tarifária justa que considere os aspectos socioambientais e, principalmente, os aspectos sociais, como garantir o acesso à água, são fundamentais.

Para isso, há vários mecanismos, como a tarifa social, como medidores pré-pagos que possibilitem o consumo, o que é necessário para essas famílias que não têm renda. É preciso que haja, no setor da água, uma política tarifária mais realista, porque isso envolve, sem dúvida, problemas políticos de grande natureza. O prefeito não quer mexer na tarifa de água, porque, se ele o fizer, ele perde a próxima eleição. Isso acaba sendo politizado. Esse é um problema nacional. Grande parte das grandes cidades brasileiras, fora do centro Sul-Sudeste, tem uma política tarifária muito baixa, que não cobre os custos, e grande parte dela não é sequer tarifada.

Essa é minha opinião. É uma combinação do processo educativo, mas atribuindo à água seu valor econômico, de maneira mais adequada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) (*Fora do microfone.*) – Aí se tem de pegar dinheiro

do Governo Federal, e o Governo Estadual não cobra tarifa...

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – E se faz isso. Penso que essa é uma questão-chave, de natureza política.

Quanto à questão dos deslizamentos, que a senhora mencionou, eu começaria dizendo o seguinte: em primeiro lugar, pela divisão das competências da nossa Federação, a gestão territorial é de competência municipal. Então, em grande parte, esses problemas derivam de uma ocupação inadequada do solo urbano. Não é somente essa a causa, mas isso se dá, em grande medida, devido a essa ocupação inadequada. Os Municípios nunca tiveram planos diretores. Digo isso, porque também fui secretário de planejamento no Município de Campinas, e o plano diretor da cidade era bastante consistente, mas de difícil rebatimento na decisão. Ou não há plano, ou, muitas vezes, há um plano, mas este não rebate diretamente na tomada de decisão. Então, a ocupação desordenada do território nacional é um problema. O segundo problema é que, muitas vezes, estamos tratando de bacias de pequena dimensão, em que o tempo de resposta é muito rápido: há o evento de chuva, e, logo em seguida, vem o efeito sobre aquela região.

No mesmo momento em que aconteceu a tragédia no Rio de Janeiro, falava-se das inundações na Austrália, em que as pessoas recebiam, inclusive, um telegrama na sua caixa postal, falando que elas precisariam desocupar a área. No caso da Austrália, estamos tratando de uma dimensão, é evidente, diferente, mas igual, por exemplo, à do rio São Francisco e à do rio Amazonas. Em função de um evento nas cabeceiras, consegue-se antecipar, em semanas, o efeito mais adiante, a juzante. No caso de bacias pequenas, isso é praticamente impossível, porque o tempo de resposta, muitas vezes, é uma questão de horas. Para isso, é preciso dotar a região de sistemas de alerta que funcionem e que tenham contrapartida principalmente na sociedade.

Na minha opinião, acompanhando o debate que aconteceu sobre o evento no Rio de Janeiro, é preciso qualificar o Município, qualificar a Defesa Civil do Município e também qualificar a população, para que ela responda rapidamente a um fenômeno como esse. Mas não temos essa cultura, não há liderança. Quando acontece alguma coisa assim, a pessoa segue quem?

Permita-me dizer, Senadora, que isso envolve outra questão de natureza econômica muito forte na nossa sociedade. É preciso não apenas conhecer as áreas de riscos, mas também identificá-las. A senhora imagina se eu ou qualquer pessoa vamos ao Rio de Janeiro ou à Angra dos Reis e se, ali, do lado da pousada, há uma placa com o dizer "área de risco, verifique as condições de segurança necessárias"! Ou, então, imagina se alguém vai vender uma propriedade, e lá está cravada uma plaquinha em que está escrito "área de risco"! Então, muitas vezes, o Poder Público tem instrumentos para identificar áreas de risco – e isto é raro em algumas cidades –, mas acaba esbarrando na sua efetividade, seja por essas questões que mencionei, seja por falta de organização mais adequada.

Do que a Agência dispõe? A Agência dispõe de uma Sala de Situação. Estamos procurando rebater nos Estados. Nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, já existe essa Sala de Situação, em que se trabalha com questões que envolvem precipitação e fluxo de rios. Isso responde satisfatoriamente aos problemas que mencionei de grandes cursos.

Quando se tratar de pequenas bacias, a resposta não estará na gestão de águas, ela estará fundamentalmente na gestão do espaço territorial urbano.

A questão de acordos internacionais, juntamente com a questão do que pode ser feito, o problema dos Estados nacionais, a soberania nos Estados transfronteiriços.

Eu, particularmente, ainda não entrei no acordo que envolve o tratado do rio Apa. Recentemente, mobilizamos, inclusive, os gestores de água dos países da OTCA, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. E há uma disparidade, ainda, muito embora nós tenhamos que fazer muito, esses países têm que fazer muito mais ainda do ponto de vista de gestão. Então há um certo desequilíbrio e a medida mais apropriada, do nosso ponto de vista, em termos de cooperação, é dotar de sistemas que conversem, que façam com que as informações sejam disponibilizadas de forma adequada.

Eu queria dizer, essa foi a minha impressão, não sei se envolve algum problema diplomático, mas senti nessa reunião, estavam todos os países, exceto a Venezuela, mas estava a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Guiana e o Brasil, e eu senti um misto de admiração pelo Brasil e uma certa desconfiança desses países também. Então, existe um grande esforço diplomático a ser feito, porque eles veem o Brasil dessa forma. É misto, o Brasil é um país admirável, por várias razões mas, ao mesmo tempo, existe um grande receio. E nós precisaríamos unificar o nosso discurso no continente sul americano, porque como o Brasil compartilha duas grandes bacias, a Amazônica e a Platina, como mencionou o Senador Pedro Taques, no caso da Amazônica, nós estamos rio abaixo, então o Brasil se comporta de uma maneira. No caso da Platina, nós estamos rio acima, então nos comportamos de outra maneira.

Então, no nosso ponto de vista, precisaríamos ter, e aí, na minha opinião, é no âmbito das Relações Internacionais rebatendo em recursos hídricos. Nós não temos autonomia para tratar desses temas com esses países, no sentido de unificar um discurso estratégico sobre essa questão no continente sul americano, aumentando o nível de admiração e diminuindo o nível de desconfiança que existe em relação ao Brasil. E os senhores, com certeza, os Parlamentares que convivem nessa fronteira sabem que é um pouco disso, é de admiração, mas, ao mesmo tempo, de desconfiança.

Em relação ao Senador Aloysio Nunes, eu gostaria de fazer um convite, porque o senhor mencionou bem, penso que a água pode ser uma grande ponte entre o setor produtivo e a questão ambiental. E vou até dizer em caráter bastante pessoal, a água pode ser também uma grande ponte do ponto de vista partidário, Senador, porque tenho uma filiação, sou vinculado ao PT, mas é raro encontrar parlamentares em todos os partidos, mas particularmente no meu, que tenham colocado de forma tão clara a posição do senhor de assumir uma bandeira cívica de defesa da água no Brasil. A água é para nós, paulistas, mais ou menos como o time do São Caetano, todo mundo gosta, mas ninguém torce para o time do São Caetano, torce para o Palmeiras, para o Corinthians, para o Santos, mas gosta do São Caetano; a água é mais ou menos isso.

As pessoas têm hoje uma dimensão da importância da água, mas não têm a água com uma bandeira central. Então, fico muito satisfeito e animado com a posição que o senhor mencionou dos Senadores e Senadoras aqui presentes.

A Senadora Marisa Serrano há anos tem essa relação com a Agência Nacional de Águas e faço um convite a todos. A interface da questão da Funasa Ministério das Cidades, me permita dizer, é o MI, o Ministério da Integração também tem ações.

Na verdade, o setor de saneamento, e já estive no setor de saneamento, este setor no Brasil historicamente foi e gosta de ser autorregulado. Então eu, na Sanasa, não era nem o prefeito, Senador, fazia a portaria que determinava, por exemplo, a tarifa, porque a tarifa é a ponta da regulação, discutindo-se a tarifa, pode-se discutir uma série de questões. E o aspecto de que o Presidente da empresa faça portaria está errado, mas é gostoso, porque ninguém me cobrava. No máximo uma discussão com o prefeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – E para o prefeito também é bom.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Em certa medida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Ele se livra do abacaxi de ter que reajustar a tarifa.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Mas eu acho que o setor de saneamento, a partir da 1145, que é a Lei Saneamento de 2005, está estimulado a se regular, a ter agências, estimular a fazer isso de forma também compartilhada, porque o setor de saneamento, em função de que a titularidade é municipal, o serviço é municipal, também criou uma distorção, no meu ponto de vista, de que o planejamento também ficou municipal. Então, o Município, o Prefeito Antonio da Costa Santos dizia isso: as fronteiras dos Municípios são locais não onde as pessoas se encontram, mas onde as pessoas ficam de costas umas para as outras, olhando exclusivamente para dentro do seu Município.

Então, a titularidade municipal leva, quase que naturalmente, ao planejamento municipal. E o planejamento municipal, no caso do saneamento, é um desastre. Ela tem uma limitação histórica, cumpre um papel, mas é incapaz de ir adiante, no meu ponto de vista, a menos que você consiga ter arranjos mais amplos, arranjos regionais, metropolitanos, principalmente através da figura do consórcio a ser implantado.

A figura do consórcio, por sua vez, que pode ser a saída, não faz parte da cultura administrativa no Brasil. A cultura administrativa no Brasil é política: eu não vou fazer um consórcio com o prefeito do Município vizinho, que é de outro partido e que inclusive está estimulando a oposição para me derrubar. Em função disso, acaba não pensando do ponto de vista institucional, não constituindo mecanismos dessa maneira.

Nós estamos preparados. A Agência Nacional não executa, mas nós estamos preparados e temos feito esse diálogo com o Ministério das Cidades, com o Ministro da Saúde, porque a Funasa ainda não resolveu as suas questões de natureza administrativa, e estamos com o Ministro da Integração, no sentido de que a Ana possa ser, a partir do Atlas, que é esse instrumento – eu renovo, eu não tinha dito aqui o horário, às 18 horas, no Museu Nacional, dia 22, e convido a todos para estarem lá –, uma fábrica de projetos para esses Municípios no que tange a acessar os recursos públicos, porque hoje você tem recursos, mas não tem projeto. E aí o rabo corre atrás do cachorro, o cachorro corre atrás do rabo e a gente não sai disso. Então, nós estamos preparados para essa questão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Inclusive, se me permite, com algumas condicionalidades em relação a tarifas. Ter tarifas mais realistas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Realistas.

Com relação ao Senador Pedro Taques, V. Exª faz duas observações de natureza conceitual. Eu fico olhando o relógio ali e o quanto demandaria essa questão da soberania e a questão da vocação brasileira do ponto de vista da sua atividade.

Eu queria dizer que V.Exª me estimulou pelas suas palavras também. Eu sou estatístico e virginiano, então se tem alguma coisa que eu nunca consegui aprender na vida foi Ter um vínculo mais forte com as questões mais poéticas e tudo mais.

Recentemente vi uma frase que envolve a questão do ciclo ideológico, e V. Exª mencionou que a água do planeta é finita, e é a mesma água durante milhões de anos, que diz, mais ou menos assim: quantos corpos cada molécula de água já não visitou durante a sua história, durante bilhões de anos? Então, não só é isso que V. Exª mencionou, de ser finita, mas ter uma dimensão de que nós, que somos compostos de 70% de água, os organismos vivos que em grande medida têm isso ou mais ainda de composição de água, quantas vezes o ciclo ideológico, essas moléculas não passaram, não visitaram corpos distintos?

E quando V. Exª fala do ouro azul, eu também vi uma outra frase dizendo o seguinte: muitas pessoas comparam a água ao ouro ou comparam a água ao petróleo. A humanidade viveu sem ouro em algumas etapas e sem petróleo, viverá sem ouro e sem petróleo no futuro, mas não viveu nunca sem água e não viverá sem água.

Na minha opinião, a resposta a essa questão, eu não tenho uma visão assim. Eu sou daqueles que tendem a ficar um pouco mais otimistas, precavido, mas otimista. A quantidade de água no planeta é muito grande, 70% do planeta é água. O problema é o acesso a essa água. Na minha opinião, a equação vai estar em função da equação água e energia. Então, dependendo de como isso se der, você vai ter um acesso maior ou menor à água.

Por exemplo, a questão da dessalinização que antigamente era inviável do ponto de vista do custo, hoje já se aproxima do custo do tratamento convencional de água doce. Porém, nem todo mundo mora na costa. Então, vai envolver também uma grande quantidade de energia para tratar e depois para levar para onde precisa. Eu acho que a equação vai caminhar na dimensão entre a disponibilização, a quantidade e a qualidade, principalmente a qualidade, e a questão energética.

Com relação à questão da vocação brasileira e da expansão das fronteiras, muito rapidamente, acredito que foi possível ampliar significativamente a agricultura irrigada no Brasil e melhorar tecnologias. Inclusive existe um espaço ainda grande para ampliar a produtividade sem exercer uma pressão maior sobre a fronteira agrícola.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – O senhor me permite só uma interrupção?

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Claro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – E a agricultura, essa forma a que o senhor fez referência e a contaminação do lençol freático com agrotóxico em razão desse tipo de atividade.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – O senhor tem razão. Mas penso que o aumento da produtividade agrícola através da irrigação no Brasil... Segundo o Dr. Félix – que o senhor mencionou e que é especialista, já foi Secretário –, e sempre ouço a esse respeito, o Brasil é, entre os países agrícolas, aquele que menos utiliza agricultura irrigada no planeta, muitas vezes, ainda, de forma ineficiente. Então, se ampliarmos a agricultura irrigada, através de políticas que estimulem o produtor a mudar, adotar ou mudar a tecnologia, podemos ampliar sem fazer uma pressão grande sobre isso.

Defendo também, em nível estratégico, já que é muito difícil fazer local, porque, quando tratamos localmente,... É difícil entender o que vou dizer, mas sinto a obrigação de aqui fazê-lo. Que o País fosse mais capaz de fazer pactos a respeito de opções que você venha a tomar e de fazer moratórias. Por exemplo, a cidade de Campinas tem sete sub-bacias. No passado, nunca foi feita nenhuma opção de qual sub-bacia poderia ser poupada do lançamento de dejetos e mantida íntegra e comprometer a outra. Moral da história: todas as sete ficaram contaminadas. No caso brasileiro, algumas regiões, inclusive as nascentes do Xingu, já têm uma ocupação humana muito significativa, em detrimento de outras regiões na Amazônia, que não têm. Do ponto de vista estratégico, precisaríamos, na nossa opinião, e é assim que os planos de recursos hídricos têm apresentado, essas possibilidades de *trade off*, de trocas, de você acentuar uma determinada vocação durante um período, para expandir naquela região. Em contrapartida, você não expandir em outras regiões, em função da sua característica, da sua fragilidade.

Vou citar um exemplo do setor elétrico, porque venho do setor elétrico. O setor elétrico no Brasil mete hidrelétrica em tudo que é rio. Depois que colocou uma, comprometeu. Poderíamos explorar as bacias hidrográficas de forma mais sistêmica, antes de partir para a próxima. Estou falando especificamente da questão da Amazônia. Falo sempre isto: como a malha da rede de transmissão faz com que o setor praticamente enxergue que o Brasil é uma única bacia hidrográfica, porque tanto faz que a energia que chega a

Araraquara seja de Jirau – só para dar um exemplo – ou de Três Irmãos ou de Itaipu, que é próximo, o setor elétrico precisa de 500MW. Então ele vai, olha e fala: "Bom, eu faço aqui neste rio e depois em outro". É só um exemplo grosseiro, isso não existe na prática: "Mas eu preciso de 1.000MW". Para o setor elétrico, ele põe 500MW no Amapá, 500MW no Rio Grande do Sul, e tem 1.000MW. Quando, na verdade, esses 500MW no Amapá – estou citando um exemplo – são apenas 10% do que você pode usar. Você poderia usar os outros 500MW no Amapá, antes de ir para o Rio Grande do Sul. Então, falta essa capacidade de planejar.

E eu acho que, na questão da agricultura, das moratórias, dizer "Bom, nós vamos expandir aqui, nós vamos fazer dessa maneira, mas as outras regiões serão poupadas, para que as gerações futuras decidam se querem ou não que seja feito". A agricultura tem... Vou falar da parte negativa, mas acredito que a agricultura é um patrimônio nacional.

A agricultura tem contribuído também, sistematicamente, para o comprometimento da qualidade das águas no Brasil, seja através da utilização de agrotóxicos, seja através da utilização de fertilizantes, que vão diretamente para o manancial superficial ou para o subterrâneo. Tanto é assim – e não é só o esgoto doméstico – que, no Nordeste brasileiro, um dos principais problemas que existem não é mais o problema da quantidade de água, porque vários Estados – e uso novamente o Ceará – têm, inclusive, usado política de gestão em que a água está lá. A transposição do São Francisco – depois vou falar sobre ele –, inclusive, vai dar segurança hídrica. Porém, o que está afetando de maneira sistemática os reservatórios do Nordeste é a qualidade da água. Então, a salinização, a eutrofização, a produção de algas, algas tóxicas, isso compromete a disponibilidade da água para produção, seja para consumo, seja para qualquer tipo de utilização mais adequada.

O Senador Acir mencionou quais são os recursos técnicos disponíveis e como os produtores rurais não serão prejudicados.

Senador, essa é uma discussão também muito complexa. Fico à disposição do Senador, inclusive para ajudar no debate, porque a cobrança, se, por um lado, é positiva, cobra-se de todos os usuários. Ainda nem todos os usuários têm acesso àquele recurso. Por quê? Porque, por força de lei, por ser um recurso público, todos pagam, mas, depois, ele tem que ser aplicado como recurso público e, muitas vezes, o ente privado não tem acesso ao recurso que ele próprio pagou. Então, precisaríamos também de um ajuste na legislação brasileira, de forma que o recurso da cobrança pudesse ser destinado também ao usuário privado da bacia hidrográfica, de forma que ele possa receber os recursos.

E compatibilizar um pouco a destinação desses recursos, porque, o que tem acontecido? Muitas vezes, a gente cobra na bacia – venho da bacia do PCJ, um dos comitês também muito organizados –, ou seja, cobra-se na bacia e, depois, quando você vai executar as obras, acaba executando aquelas obras que, por natureza, são obrigação das empresas, para elas executarem.

Então, na verdade, não há ganho ambiental significativo. Vou dar um exemplo: a empresa de saneamento paga a cobrança, mas, depois, retiram o recurso da cobrança para fazer uma estação de tratamento de esgoto que é da competência dela executar. Inclusive, está na tarifa.

Então, os usuários, no comitê de bacia, poderiam utilizar esse recursos para políticas de incentivo, como pagamento de serviços ambientais, e estimular o produtor rural a manter sua reserva adequadamente – no nosso caso, a APP, não está tratando de reserva legal, apesar de ter usado o termo. Para quê? Para que ele melhore a quantidade da água e tenha alguma remuneração em função daquela preservação, e ele não seja instado a agir.

Com relação ao São Francisco, eu só queria dizer que a revitalização é meta importante. As ações foram executadas de forma precária, Senador Aloysio, com relação à revitalização. Tive oportunidade, como Secretário do Meio Ambiente... Formalmente, o Ministério do Meio Ambiente é tido como o Ministério que coordena a revitalização do São Francisco. Porém, os recursos do Ministério são muito pequenininhos. A grande quantidade de recursos da revitalização está nos ministérios executores, principalmente no MI. E, no período atual, grande parte desses recursos foi para saneamento. Muitas vezes, os usuários da bacia não veem saneamento como revitalização, mas posso garantir que, se for considerado o saneamento como revitalização, os recursos aplicados na bacia do São Francisco são equivalentes ou superiores ao valor da transposição. Agora, posso assegurar também que faltam muito mais recursos.

Muito obrigado pela oportunidade. Desculpem-me se cansei, mas tentei percorrer todas as questões que foram levantadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Vicente Andreu, pelas suas colocações.

Pergunto às Srªs e aos Srs Senadores se têm algum questionamento mais a fazer.

Então, passo a palavra à Senadora Marisa Serrano, Presidente da CMA.

A SRª MARISA SERRANO(Bloco/PSDB – MS) – Bem, como Presidente da Subcomissão Permanente de Águas e membro da CMA, Comissão de Meio Ambiente e membro da CMA, Comissão de Meio Ambiente. Quero agradecer aqui a presença da Ana Paula, dizer que foi um vídeo muito interessante e instigante, porque deu a ideia de que as ONGs também estão participando ativamente do processo.

Cumprimentar o Dr. Vicente Andreu e dizer da alegria de tê-lo mais uma vez aqui. Seja sempre bem-vindo. V. Sª hoje colocou vários aspectos que vão oportunizar aos Senadores poderem trabalhar em outras questões também decorrentes de sua fala e poderão ampliar também o trabalho parlamentar de todos nós.

Queremos agradecer muito a presença e dizer que fiquei instigada a dar uma discutida sobre a questão das pequenas PCHs, que estão por aí afora abrindo todas as bacias em todos os rios sem nenhum controle, porque nunca ouvi falar no meu Estado, em que estão "purulando" as PCHs, se há algum planejamento feito anteriormente a que elas se instalem nos nossos rios. Portanto, já vou começar a trabalhar nessa ótica também.

Agradeço muito sua presença e dizer que é sempre bom a gente poder discutir essas questões que melhoram o nosso relacionamento mas, principalmente, dá-nos oportunidade de melhorar o trabalho que todos nós fazemos em prol do País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu que agradeço a presença dos Senadores e das Senadoras nessa audiência pública em conjunto da Comissão de Agricultura e da Comissão de Meio Ambiente. Assim que nós gostaríamos de conduzir os nossos trabalhos nesses próximos anos, Senadora, sempre em parceria, porque entendemos que a produção tem que caminhar junto com o meio ambiente.

Agradeço a presença do Sr. Irineu Rodrigues, representante da Embrapa; Dr. Gotardo Machado de Souza Júnior, Assessor de Programas da Conab; Dr. Antônio Félix Domingues, Coordenador de Articulação e Comunicação da ANA; Dr. José Silvério da Silva, Chefe de Divisão da Agricultura Irrigada no MAPA; Dr. Horácio Figueiredo, chefe de gabinete da ANA. E agradeço mais uma vez à Drª Ana Paulo, que trouxe aqui um vídeo muito importante, mostrou a realidade brasileira e nos alimenta de informações para que nós possamos continuar sendo – e aí eu me coloco também da mesma forma, Dr. Vicente Andreu – como um defensor das águas. Tenho certeza de que as suas colocações foram esclarecedoras e nos estimulam a sermos cada vez mais defensores das águas do planeta.

Agradeço a sua presença aqui conosco e coloco a Comissão de Agricultura à disposição naquilo em que nós pudermos ser úteis para contribuirmos para essa questão tão importante, que são as águas.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a Reunião às 10 h 43 min.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 24 DE MARÇO DE 2011.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e onze, na Sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, MARISA SERRANO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANGELA PORTELA, EDUARDO SUPLICY, BLAIRO MAGGI, LUIZ HENRIQUE, E FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Eduardo Amorim e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 76, DE 2010. EMENTA:** *Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja - PROAP Laranja.* **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 a 3. **Observações:** - *Votação Nominal.***- *Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. - A Matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM.* **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 9, DE 2011 – CRA: ASSUNTO:** *Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, um ciclo de debates destinado a examinar, em todos os aspectos, a reforma do Código Florestal (**Lei nº 4.771, de 1965**), em discussão no Congresso Nacional.* **Autoria:**

Senadora Ana Amélia e Senadora Gleisi Hoffmann. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, a Senhora Senadora Ana Amélia. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 10, DE 2011 – CRA. ASSUNTO:** *Requer sejam realizados, por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, ciclos de palestras, debates, seminários e painéis, ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações, acerca do panorama do agronegócio brasileiro, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente, segurança alimentar e sistema tributário, bem como questões relacionadas à reforma agrária. Os eventos serão realizados às 6ª feiras, às 14 horas, na sala das Comissões.* **Autoria:** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Ivo Cassol, Gleisi Hoffmann, Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Ana Amélia e Luiz Henrique. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 11, DE 2011 – CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos do art. 93, inciso II e 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado Excelentíssimo Senhor Deputado Aldo Rebelo, para participar de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir sobre o* ***Projeto de Lei nº 1876, de 1999-CD****, que "dispõe sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, exploração florestal e dá outras providências" (Revoga a* ***Lei nº 4771, de 1965*** *– Código Florestal; Altera a* ***Lei nº 9605, de 1998****). (CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO).* **Autoria:** Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gleisi Hoffmann, Ivo Cassol e Waldemir Moka. **Resultado: Aprovado, com adendo do Senador Acir Gurgacz, no sentido de que seja realizada a audiência pública em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA. EXTRAPAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 12, DE 2011 – CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de* ***audiência pública*** *perante à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "institui a Política Nacional de Abastecimento", com a presença dos seguintes convidados: Prof. Dr.* ***Renato Maluf*** *– Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (****CONSEA****); Dra.* ***Maria Emília Pacheco*** *– Representante do* ***Fórum Nacional de Segurança Alimentar****; Dr.* ***Sílvio Porto*** *– Diretor de Política Agrícola e Informação da* ***CONAB****; e Dra.* ***Maya Takagi*** *– Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -* ***MDS****.* **Autoria:** Senador Eduardo Suplicy, Senadora Marisa Serrano e Senador Marcelo Crivella. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 13, DE 2011 – CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão. audiência pública com a finalidade de avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo Plano e discutir o aperfeiçoamento do Modelo de Política Agrícola, com a presença das seguinte autoridades: Sr.* ***Luís Carlos Guedes Pinto*** *– Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil -* ***BB****; Sr.* ***Laudemir André Müller*** *– Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário -* ***MDA****; Sr.* ***Edilson Guimarães*** *– Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-* ***MAPA****; Sr.* ***Gilson Bittencourt*** *– Secretário-Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda -* ***MF****; Entidades representativas da agricultura e dos agricultores brasileiros.* **Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO.) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão que foram encaminhados às Lideranças do Bloco de Apoio ao Governo – do Bloco do PMDB, PP, PSC e PMN -, bem como do Bloco

da Minoria – PSDB e DEM – ofícios desta Comissão, solicitando indicações de membros para comporem a Subcomissão Permanente de Biocombustível, bem como a subcomissão temporária para acompanhar a política agrícola brasileira.

Resumo da audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir o uso racional da água, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional, e do Requerimento nº 03, de 2011, da CRA, de autoria da Senadora Marisa Serrano e outros Senadores:

Realizou-se no dia 13 de março de 2011 audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. A audiência teve por objetivo debater o uso racional da água, as políticas públicas que regulam a questão, bem como as preocupações em face do aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola nacional.

Estiveram presentes à audiência pública, como expositores, os seguintes convidados: o Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Água (ANA), Dr.ª Ana Paula Caldeira Souto Maior, membro do Programa Política e Direito Socioambiental, representante do Instituto Socioambiental (ISA).

Durante a reunião, discutiu-se que a agenda ambiental e particularmente a agenda da água ocupam cada vez mais um espaço importante no debate das políticas em termos globais. Muito embora seja necessário reconhecer que, muitas vezes, fica aquém do que seria satisfatório, o que, por essa razão, iniciativas como a da realização dessa audiência são oportunas.

Apontou-se que o Sistema Nacional de Recursos Hídricos é muito recente, havendo sido criado com a Constituição de 1988, que definiu a água como bem público, não havendo, desde então, águas privadas no Brasil. Em 1977, foi editada a Lei nº 9.433, dando os contornos da gestão de águas no Brasil e a Agência Nacional foi fundada em 2000.

Salientou-se, na ocasião, o reconhecimento internacional pela modernidade da legislação adotada no Brasil, que possibilita avanços significativos no aspecto da gestão da água, tendo como centro a gestão descentralizada e participativa, com o foco principalmente nos comitês de bacias hidrográficas, o que tem possibilitado o diálogo positivo do Brasil com outros países, quando do trato de questões como a de rios fronteiriços e transfronteiriços.

Apontou-se a dificuldade de um sistema legal nacional de grande complexidade e diversidades regionais. A lei, assim, se ajusta muito bem em algumas regiões brasileiras, como as regiões Sul e Centro-Oeste, em particular a organização da sociedade através dos comitês de bacia hidrográfica, mas tem muita dificuldade de implantação em outras regiões, como, por exemplo, na região do semi-árido, Região Nordeste, onde os rios, em grande parte, são intermitentes por exemplo.

Também se discutiu, na oportunidade, que a Lei de Águas apresenta, inclusive, algumas contradições, porque, além de sinalizar a água como um bem público e prever a cobrança pelo seu uso, também sinaliza a sua escassez. Portanto, quanto mais escassa, mais cara deveria ser – e tem um sinal de indicativo de uso racional.

O indicativo de uso racional foi apontado como sendo bastante correto, todavia, a região que mais escassez tem de água, no Brasil, é, por natureza, também a região mais pobre. E cobrar mais da região mais pobre apresenta, na visão dos expositores, alguma contradição com o objetivo primeiro de efetivar a gestão de águas.

Grandes avanços para a sociedade brasileira necessitam desse ajuste em relação à aplicação de alguns de seus princípios e, também, para levar em conta a complexidade regional brasileira. Salientou-se que a Agência Nacional de Águas tem participado de diversos eventos que tratam da questão da agricultura que, muito embora não seja exatamente o escopo da Agência, está sob a responsabilidade no que importa à regulamentação ou à regulação do acesso da água pela agricultura, principalmente com relação à irrigação na agricultura brasileira.

Foi anunciado o lançamento, pela ANA, do Atlas Brasil de Abastecimento Urbano de Água. Trata-se de um documento que traz a análise executada nos 5.565 municípios do Brasil, identificando, do ponto de vista da infraestrutura hídrica, as condições de cada um desses municípios; identificando se há necessidade de implantação ou reforma dessas infraestruturas; e identificando, também, do ponto de vista do manancial, se aqueles mananciais existentes são capazes de suprir as demandas daqueles municípios, em um horizonte de 2015 a 2025.

O Instituto Socioambiental – organização criada em 1994 – apresentou o trabalho que realiza junto às populações tradicionais e população indígena, e a forma com que utilizam os nossos recursos naturais – um grande patrimônio do nosso país. A entidade realiza projetos regionais na Amazônia – Bacia do Rio Negro – e compreende, também, a terra indígena Yanomami, no Estado do Mato Grosso – Parque Indígena do Xingu –, com um programa voltado para a proteção das nascentes do Rio Xingu.

Em resumo, senhoras e senhores Senadores, este foi o trabalho realizado na semana passada e, no nosso entendimento, foi uma audiência pública muito importante, e tenho certeza de que irá contribuir muito para a utilização das águas brasileiras.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

Item 1

– Terminativo –

Projeto de Lei do Senado nº 76/2010

De autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja – Proap.

Como o Senador Eduardo Suplicy, que é o relator, não está presente, vamos inverter a pauta, passando para o Item 2.

Item 2

– Requerimento –

De autoria da Senadora Ana Amelia, requer, nos termos do art. 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II; e 104, *b*, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, um ciclo de debates destinado a examinar, em todos os aspectos, a reforma do Código Florestal – Lei nº 4771, de 1965.

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores Senadores, o objetivo desta iniciativa é, dentro do espírito que a Legislatura atual está norteando os trabalhos, agilizar as decisões do Congresso Nacional, sejam elas de caráter de exame de matérias em tramitação no Congresso ou mesmo em relação às próprias normas de tramitação das medidas provisórias aqui, conforme iniciativa do Presidente José Sarney.

Este requerimento tem por escopo juntar as duas comissões no debate sobre um tema que é urgente, que diz respeito ao Código Florestal. Temos um prazo no meio do ano espirando em relação à condição de legalidade dos produtores rurais que estão produzindo em áreas consideradas de risco ou áreas que não estão cobertas pela legislação ambiental.

Penso que seria uma economia de tempo se juntássemos o esforço desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a Comissão do Meio Ambiente, que já começou o exame desse assunto. Então, penso que seria apenas por um desejo de agilizar e dar maior abrangência a um debate que se sabe bastante polêmico e que está por ser apreciado na Câmara dos Deputados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.Bloco/PDT – RO) – Agradeço a sua explanação, Senadora Ana Amélia, assim como cumprimento os demais Senadores: o Senador Cyro Mirando, o Senador Blairo Maggi, o Senador Delcídio do Amaral, o Senador Clésio Andrade.

Coloco em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão.*(Pausa)*

Aprovado

Item 3

Pois não, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já aprovado inclusive com meu voto aqui, mas gostaria de chamar a atenção dos colegas e das colegas Senadoras.

As audiências públicas estão sendo convocadas e, na realidade, quando estão acontecendo, temos tido a presença de muito poucos Senadores e Senadoras. Então, acho importante o Deputado Aldo debater conosco, apresentar e ouvir as nossas sugestões, até porque na Câmara ainda não foi votado. Acho muito salutar, mas me preocupa um pouco essa questão da presença dos colegas nessas comissões.

Ontem, por exemplo, achei extremamente desagradável, na nossa Comissão de Infraestrutura, CI e CCT. Eram três comissões. Na parte da tarde, a Senadora Presidente abriu a Mesa com os dois convidados, e somente eu estava na plateia. E fiquei ali por uns 15 a 20 minutos sozinho. E o nosso convidado era o Professor Pinguelli Rosa. Na realidade, o Professor Pinguelli não é mais nenhum jovem para viajar do Rio de janeiro para cá, deslocar-se, perder o vôo e ficar sem almoço às duas horas da tarde.

Então, nós, Senadores, temos de nos comprometer. Principalmente aqueles que pedem e aqueles que aprovam, que apóiam, têm que ter o compromisso de, no momento em que ocorrer a sessão, estar presentes. Eu considero um desrespeito para com a pessoa convidada. Ele se esforça, ele se prepara, ele vem aqui para debater, e nós simplesmente não damos bola. Claro, temos muitos outros afazeres aqui dentro. A gente passa o dia inteiro andando. Sobra muito pouco tempo para debater outras questões, inclusive para atender pessoas no nosso próprio gabinete.

São temas importantes, mas, uma vez aprovado, e nós estamos aqui em seis, sete Senadores, gostaria de conclamar a todos: bom, já que o convidamos, se queremos o Deputado aqui, no dia deveremos estar aqui para fazer essa discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.Bloco/PDT – RO) – Muito bem colocado, Senador Blairo. Essa preocupação é de todas as comissões. Nós estamos instaurando aqui um debate sobre a reforma do Código Florestal. É um debate importante para toda a sociedade. E nós realmente a representamos. Portanto, é muito importante que todos estejam aqui debatendo, discutindo, até porque é um assunto pertinente. E entendo que todos os assuntos são importantes nas comissões. Portanto fica também o nosso apelo para que os Senadores nos acompanhem nas audiências públicas, salientando que na última audiência pública que fizemos tivemos a presença de 13 Senadores. Entendo que foi um *quorum* bastante considerável para a Comissão da Agricultura, já que nós temos 13 membros que foram designados pelos partidos.

Passo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT - MS) – Meu caro Presidente, Senador Acir, Senadores, Senadora Ana Amelia, acho que agora com esse ajuste para as oito e meia na Comissão de Agricultura... Em função do número de comissões, fica difícil a gente coordenar a presença dos integrantes, dos titulares e mesmo dos suplentes, porque existem comissões com horários coincidentes. Então a gente não sabe o que fazer: se fica numa comissão ou se fica em outra. É muito complicado. E alguns aqui são presidentes e vice-presidentes de comissões. Então é um complicador.

Quero pedir desculpas ao Senador Blairo Maggi. Ontem estive, pela manhã, na audiência pública sobre Angra e publicamente fiz questão de registrar que eu não estaria à tarde, porque estava acompanhando o Governador André numa agenda na Petrobras para discutir o Pólo de Fertilizantes, que, diga-se de passagem, foi o único investimento que nós conseguimos ganhar na disputa com Mato Grosso e com o Governador Blario Maggi. Mas queria registrar que agora, meu caro Presidente, com essa mudança de horário melhora um pouco.

Acabei de falar com o pessoal da Secretaria da Comissão de Infraestrutura, que está começando às 9 horas, ou seja, daqui a dez minutos. Então avaliar um outro dia, mas, de qualquer maneira, acho que essa preocupação...

O Professor Pinguelli Rosa é uma pessoa de respeito, é um homem competente, foi Presidente da Eletrobrás, tem uma vida acadêmica e uma vida pública também admirada por todos, uma vida digna. E concordo com o Senador Blairo. É muito ruim trazer o Professor Pinguelli aqui e ele ficar falando sozinho.

Quero dizer ao Senador Blairo que já encarei várias ocasiões em que fiquei à mesa junto com os convidados e, como não tinha Senador nem Senadora para perguntar, eu perguntava, a tarde inteira, uma porção de coisas e ia falando...

A SRª ANA AMÉLIA (PP – RS) – Só CPI tem audiência. *(Risos)*

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT - MS) – Sugeri ao Senador Acir sobre essas audiências públicas, porque S. Exª escolheu a sexta, que o ideal seria a segunda, mas parece que na segunda já ocuparam o espaço. Eu passei por essa experiência, principalmente às segundas-feiras. Se nós pudéssemos agendar essas audiências públicas da Comissão de Agricultura, o grande debate seria muito bom, mas já sei que, infelizmente, já ocuparam o espaço.

Eu queria fazer só dois registros, três registros.

Primeiro, a questão do novo Código Florestal, de iniciativa da Senadora Ana Amélia. Esse é um tema fundamental para todos nós, Estados produtores. Talvez esse é um dos temas mais relevantes para o Congresso Nacional neste ano de 2011. Não tenho dúvida nenhuma. Nós tivemos a oportunidade de receber o Deputado Aldo Rebelo para falar sobre essas propostas. O Deputado Aldo Rebelo é um homem competente, um homem sério, um homem que conhece o Brasil, que tem teses bastante consistentes em relação à soberania, à faixa de fronteira, ao meio ambiente. Então, entendo que é uma iniciativa importantíssima e o Senado se antecipando, até porque esse projeto está hoje ainda em discussão na Câmara dos Deputados.

Não quero atropelar as coisas, mas vou apresentar dois requerimentos.

Um requerimento, Sr. Presidente, é sobre compra de terras por estrangeiros, que é um debate também importante, até considerando o posicionamento de setores da nossa sociedade e da Advocacia-Geral da União. Então eu acho que esse é um tema importante. Sou relator desse projeto aqui, mas acho que valeira a pena um debate mais ampliado. São bem-vindos os investimentos de estrangeiros no Brasil, mas nós precisamos também avaliar o contraponto disso. Eu estive há algum tempo na África. A China está tomando conta da África: compra terra, produz e manda tudo para fora.

Então eu acho que esse é um assunto que valeria a pena a gente discutir. Eu sei que muitos Senadores aqui já têm posição formada sobre isso, mas esclarecer mais amplamente esse debate seria muito bom.

E o último ponto, Sr. Presidente, aproveitando até.

Eu sou de uma área onde a pecuária é muito forte. Lá no Pantanal nós estamos sofrendo muito e estamos trabalhando para mitigar os efeitos desse sofrimento, que não é mole. Nós estamos tendo enchente, e ainda fora da enchente normal, portanto nós

vamos viver dias difíceis. Mas esta Comissão deveria fazer um debate aqui sobre a questão dos frigoríficos. E vou nominar: Bertin e JBS. Os pequenos frigoríficos do nosso Estado estão simplesmente desaparecendo. E acho que esse é um tema também. É claro que eu vou apresentar o requerimento, isso vai ser colocado em votação, mas é um tema importante, porque nós todos estamos vendo.

Faço minhas as palavras do Senador Moka, que está preocupado com isso, porque esse quadro que se avizinha, com essa concentração intensa de carne na mão de duas instituições é extremamente relevante, e os produtores rurais de Mato Grosso do Sul – não sei de outros Estados, mas de Mato Grosso do Sul -, nós todos estamos muito preocupados. Até em função dessa concentração, talvez seja um oligopólio de dois, um oligopólio de três talvez, se a gente considerar o Marfrig. Como é que ficam os produtores rurais? Como é que fica a comercialização e a precificação na comercialização?

Então eu vou apresentar esses dois requerimentos e evidentemente os Senadores e as Senadoras da Comissão de Agricultura vão julgar se esses assuntos são pertinentes ou não. Pretendo apresentar esses dois requerimentos, porque são temas importantes para nós debatermos na Comissão de Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador. Estamos vendo que a agricultura tem temas importantíssimos para discutir. Esses temas precisam ser debatidos, e nós teremos uma quinta-feira para debate, uma quinta-feira de sessão ordinária e as sextas-feiras todas para temas extras, para discutirmos a agricultura brasileira. Assunto não faltará. E tenho certeza de que a agricultura, pela sua importância, nós teremos sempre um grande debate em torno do assunto.

Com a palavra, a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas cumprimentar e aplaudir as palavras do Senador Blairo Maggi a respeito da necessidade de que nós estejamos presentes nessas reuniões que têm grande interesse nacional, e é a nossa missão dar cobertura às iniciativas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tão bem conduzidas por V. Exª, Senador Acir.

Queria endossar, Senador Delcídio do Amaral, os seus requerimentos e assinar com o Senador Delcídio especialmente nessa questão relacionada à concentração da produção, da industrialização da carne, sugerindo, Senador Delcídio, que também fosse, nesse requerimento que V. Exª vai apresentar para o debate, trazido aqui o Cade para discutir a questão da concorrência econômica.

Penso que isso poderia contribuir também.

O senhor falou da questão dos pequenos frigoríficos, mas quem está sofrendo entre o mar e o rochedo é o pecuarista que está, esse sim, sujeito a essa situação de dependência entre poucos grupos nessa concorrência.

Então me associo a suas preocupações e, quanto à questão da dificuldade que temos, o senhor, já experiente, Senador imagina eu que estou chegando à Casa pela primeira vez e estou realmente aturdida, porque comissões das quais somos membros titulares têm reuniões no mesmo dia e na mesma hora. E daí, teremos, possivelmente junto com o Presidente José Sarney, que criar um mecanismo que não sobrecarregue e que a gente possa desenvolver um trabalho que tenha resultados, porque acaba sendo um trabalho pouco consistente.

Sinto-me, como se diz, impotente diante desse quadro, dessa situação aqui. Eu queria passar essa minha ansiedade, essa minha preocupação, já que o experiente Senador Delcídio do Amaral levantou a questão. Então, fico feliz porque essa também é a minha, mas não sei como resolver esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Pois não.

Bom dia, Presidente, bom dia amigos Senadores e Senadoras. Quero corroborar também as palavras da Senadora Ana Amélia e do Senador Delcídio, mas queria fazer um adendo, Senador Delcídio. Queria fazer mais um adendo,.

O meu Estado também é pecuarista e sofre esse mesmo problema, mas também gostaria que fosse convidado alguém do BNDES para explicar esse aporte concentrado nesses dois frigoríficos, e sei das dificuldades que os frigoríficos menores têm em obter crédito junto ao BNDES.

Foram feitos ao JBS principalmente aportes que até hoje não entendemos. Então, eu gostaria de complementar e de me inscrever.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Importante colocação, Senador Cyro Miranda.

O BNDES faz parte hoje, com muita força, dessa questão da pecuária brasileira. Com certeza, estaremos trazendo também, junto com todas essas pessoas, o BNDES, para se posicionar com relação a isso.

Em algum momento, vamos debater a questão da bacia leiteira, do preço do leite para o nosso produtor e a diferença que o produtor recebe para o que nós pagamos no supermercado. É muito grande.

Então, precisamos, em determinado momento, trazer essa questão aqui para a Comissão, porque os nossos produtores rurais, no Brasil inteiro, mas especialmente, Senador Delcídio, o nosso produtor de Rondônia tem sofrido muito com o baixo preço do leite que é pago pelos laticínios naquela região.

Houve várias reuniões e até paralisações de fornecimento, no sentido de tentar melhorar o preço que o agricultor recebe, porque aquele preço que o consumidor paga realmente é bastante elevado.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras e dizer que no nosso Estado de Rondônia, que é o meu Estado e o Estado do Presidente desta Comissão, Senador Acir, temos um milhão e meio de habitantes e praticamente doze milhões de cabeças de gado, o que vejo com tristeza. Não quero nem falar dos frigoríficos com o País.

Senador Delcídio, eu quero culpar os órgãos, as instituições financeiras, o BNDES que não financia. Olhe o que estou falando: um pequeno proprietário de frigorífico tem dificuldade de acesso ao dinheiro do BNDES. Por incrível que pareça, um conglomerado, uma grande empresa dessa vai lá e consegue dinheiro do BNDES. Por incrível que pareça, um conglomerado, uma grande empresa dessa vai lá e consegue bilhões do BNDES.

Então, infelizmente, quem ajuda, contribui para ficar na mão de poucos é o próprio BNDES. Nós temos, em Pimenta Bueno, um frigorífico em que vários pecuaristas montaram uma cooperativa e, para pegar algumas migalhas, tiveram que se arrastar. Tiveram dificuldade tanto para pegar no BNDES, quanto para pegar, Senador Delcídio, do BASA. Não é diferente, Presidente, da situação dos cooperados da cidade de Ariquemes. Antes de chegar na cidade de Ariquemes, tem uma estrutura, um frigorífico para abater em torno de mil cabeças de boi por dia. E aquela unidade está parada, não está concluída, porque falta dinheiro para concluir. E a "burrocracia" para esses pequenos empreendedores é muito grande, enquanto para liberar dinheiro para fazer uma obra, talvez na Bolívia ou no Peru, libera com tal facilidade como se fôssemos na esquina tomar um cafezinho e comer um pastel. Mas para liberar para nós tem dificuldade.

E quero dizer mais. Eu dou exemplo como empresário que sou na minha atividade em Rondônia. Eu falo sempre que o dinheiro do BNDES é igual perna de cobra, todo mundo fala que tem, mas ninguém vê. É difícil demais. Como empresário, eu reclamei disso tempos atrás, a dificuldade que tinha e eu nunca consegui liberar um tostão do BNDES. Já do BASA, eu tive facilidade.

Então, o que nós precisamos na verdade, aqui nesta Casa, Presidente? É criar mecanismos, criar condições para que o pequeno, o médio, ele tenha condições para que ele possa disputar o mercado com esse dinheiro a custo, entre aspas, baixo, porque não é tão baixo a nível nacional, a nível mundial, para poder fortalecer ele para que não fique na mão de dois de três só, porque isso é ruim. Perdem não só os consumidores, mas perde o produtor. E aí infelizmente, se ficar nas mãos de quem está aí, o domínio da carne não vai ser só nacional, está sendo mundial, e o prejuízo muito grande.

Ao mesmo tempo, eu estava conversando com a Senadora do meu Partido, a gaúcha Ana Amelia, quanto à questão das audiências na sexta-feira. Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão. Reunir os Senadores aqui para ver se nós podemos na quinta-feira e na sexta-feira e pedir que o Presidente da Casa suspenda a transmissão dos discursos, porque infelizmente a gente vê a Casa, na quinta e na sexta-feira, o plenário vazio, e uma Comissão tão importante como a Agricultura tem que marcar uma outra data, porque não tem espaço para isso ser transmitido. E aí, quando coloca o microfone ou uma câmara de televisão, o que se falava em um minuto, infelizmente, a pessoa gasta trinta, quarenta minutos. E passa a ser improdutivo para todos nós.

Eu sempre estou à disposição. Estou a favor do Blairo Maggi, quando ele coloca que é importante a presença das pessoas. Mas quero lembrar uma coisa fundamental. Muitas vezes, nós somos criticados pela imprensa como se político não fizesse nada. Eu fico indignado com isso. Por que eu fico indignado com isso? Porque alguns membros da imprensa pensam que a gente só trabalha aqui na segunda e na terça-feira. Eles esquecem que nós temos de atender a nossa base. Eles esquecem que, além de ter de estar presente nas comissões e no plenário, temos de voltar para o nosso Estado e andar quinhentos, seiscentos, novecentos quilômetros, que é o caso nosso, para estar lá na outra ponta do Estado e visitar a população, ver a necessidade que o povo tem. E assim é de segunda a segunda.

Portanto, eu sou a favor. Esta Comissão precisa, na verdade, da participação do povo brasileiro, especialmente no novo Código Florestal, porque nós vivemos um momento tenso, nós vivemos momentos difíceis no campo. Se for multar e se for penalizar, nós vamos penalizar todos os produtores. E vai desde o pequenininho. O grande ainda é "de menor", porque tem mais para perder.

Então, nós precisamos urgentemente que o Código Florestal seja analisado, seja avaliado e seja aprovado, para que nós possamos produzir da maneira que o povo brasileiro sabe produzir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) - Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Eu passo para o item nº 1, para nós aproveitarmos o tempo da melhor maneira possível, pois temos *quorum* para votar neste momento.

Item nº 1.

Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2010, terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja, PROAP laranja.

Informo que não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Passo a palavra ao Relator do Projeto, Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, para exame, em decisão terminativa, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, o Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2010, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja (Proap Laranja).

O projeto está constituído em seis artigos: o art. 1º autoriza o Poder Executivo.a criar o Proap Laranja; o art. 2º lista os objetivos principais do programa; por meio dos arts. 3º e 4º, o PLS estabelece a execução de uma política de crédito alinhada com o cumprimento dos objetivos traçados; o art. 5º prescreve ações de marketing visando o aumento do consumo de laranja pela população; o art. 6º fixa a cláusula de vigência.

O autor da proposta justifica a importância do PLS com base no fato de ser o Brasil o maior produtor mundial de laranja em um momento de enfraquecimento do mercado externo decorrente da crise econômica e financeira que atingiu os países consumidores de suco concentrado produzido no Brasil.

Adicionalmente, o domínio da industrialização da fruta por poucas empresas gera uma situação ainda mais crítica para o pequeno citricultor, que não encontra nos preços pagos pela indústria a sustentabilidade financeira da atividade.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Conforme as exposições constantes do art. 104, b, do Regimento Interno, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre as proposições pertinentes aos seguintes temas correlacionados ao PLS nº 76, de 2010: agricultura, pecuária e abastecimento, nos termos do inciso I; agricultura familiar e segurança alimentar, nos termos do inciso IV; comercialização e fiscalização dos produtos, nos termos do inciso VI; e políticas de apoio a pequenas e médias propriedades rurais, nos termos do inciso XVII.

Como já mencionado, o exame do PLS nº 76, nesta Comissão, se dá em decisão terminativa. A análise da proposta, portanto, se estenderá aos aspectos relativos à constitucionalidade, ao mérito, à técnica legislativa e à juridicidade da iniciativa.

No tocante à constitucionalidade da matéria, encontram-se observados os requisitos de competência legislativa da União, prescrita no art. 22 da Constituição Federal e do Congresso Nacional, nos termos do arts. 48 e 49 da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, observa-se que a proposição se apresenta adequada, haja vista a inovação do ordenamento jurídico e a generalidade coercitividade das exposições contempladas em instrumentos geradores de lei ordinária.

O projeto de lei em foco, que se apóia nas diretrizes traçadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e na Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, dispensa reparo quanto à técnica legislativa empregada.

No que tange ao mérito, concordo que o apoio ao produtor de laranja se faz necessário diante das dificuldades do setor. Entretanto, não podemos cometer a injustiça de excluir de uma política pública tão relevante os pequenos produtores de limas, limões, tangerinas e outros citros.

Nesse sentido, julgo que o programa deva ganhar abrangência e apresento para esse fim duas emendas que ajustam o nome do programa para o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Citros – portanto, Proap Citros.

Para maior clareza, apresento outra emenda que visa enfatizar que a pesquisa agropecuária deve estar voltada para a geração e transferência de tecnologia e a produção de novas variedades.

O projeto cria condições para o estímulo da citricultura, um setor que emprega mais de 400 mil pessoas no País e gera, anualmente, US$1,5 bilhão em divisas, números suficientes para nos posicionarmos favoravelmente ao PLS em exame.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 76, de 2010, com as seguintes emendas: Dê-se à Emenda do PLS nº 76, de 2010, a seguinte redação: autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Podutores de Citros, PROAP citros. E a outra emenda: Dê-se ao art. 1º do PLS nº 76, de 2010, a

seguinte redação: Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Citros - PROAP Citros; e, finalmente, a terceira: Dê-se ao inciso X, do art. 2º do PLS 76, de 2010, a seguinte redação:

Apoiar a pesquisa para a geração e transferência de tecnologia, inclusive para a produção de novas variedades.

Sr. Presidente, ao reler aqui o meu próprio relatório, veio à mente se deveríamos ainda incluir um outro ponto. E quem sabe os membros desta Comissão poderão refletir a respeito. Eu pediria à assessoria que prestasse atenção no seguinte ponto.

Nós sabemos que, nos diversos diálogos com os membros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, temos sempre perguntado a respeito da constituição da Associtrus, da Consecitrus, de maneira semelhante ao que existe com a Consecana, que seria a maneira, apoiada pelo Ministério da Agricultura, do próprio CADE, a ver a instituição desse entendimento entre os produtores de laranjas, de citros e os produtores de suco de laranja.

Fiquei imaginando comigo se não seria até próprio que aqui acrescêssemos um artigo que poderia simplesmente acrescentar o seguinte. Vou fazer a sugestão oralmente para reflexão se seria o caso de acrescentar um artigo. O Poder Executivo, através de seus órgãos, poderá estimular a organização da Consecitrus.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) - Peço a V. Exª que encaminhe à Mesa um requerimento para que a gente possa colocar em votação e discutir a matéria. A princípio, nós vamos tratar dessa matéria, conforme está no seu relatório, que V. Exª coloca pedindo a aprovação da matéria com as emendas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) - Na verdade, a minha responsabilidade que deveria ter feito isso anteriormente. Mas, acho que esse assunto pode ser objeto de outra proposição. Tenho inclusive nos diálogos, na Comissão de Assuntos Econômicos, sempre que vem alguém indicado para o cargo, proposto que isso venha a ser realizado. É uma proposição, inclusive, do ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, que há tempos vem estimulando que isso possa ser realizado e, quem sabe, possa estar em outra proposição.

Então, aqui, dou por encerrado o meu voto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Eu queria uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

O Relator concluiu pela aprovação do Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 3.

Para discutir, com a palavra o Senador, pela inscrição, Ivo Cassol e Ana Amelia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu só quero aproveitar e dar uma sugestão ao Relator, Senador Suplicy. Quando diz o projeto que autoriza a criação do Programa de Apoio a Pequenos e Médios Produtores de Frutas, porque só colocar laranja gente? Temos pêssego, temos manga, temos várias frutas. Então, por que não incorporar tudo isso?

Quanto à sugestão do Suplicy, eu concordo com isso. Não é justo. Aí vamos fazer o projeto para manga? Vamos fazer outro projeto para o pêssego e para a ameixa?

Então, vamos colocar aqui a minha sugestão, para que o relator possa mandar para a Mesa a aprovação... que possa ser colocado para frutas. Quando coloca para frutas, estamos na verdade, colocando, Senadora Ana Amélia, toda a produção em cadeia da fruticultura.

Sr. Presidente, era só isso que eu queria que fosse incorporado como sugestão à idéia do Relator Suplicy. Sou a favor dele. É assim que temos que fazer. Caso contrário, só estamos beneficiando a laranja e deixando o resto da fruticultura de lado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Os técnicos me informam que precisaríamos de um outro projeto, uma tramitação nova para incluir outro objeto...

O SR. IVO CASSOL (PP RO) – Mas se foi o Relator que sugeriu, o Relator tem autonomia para isso. A Mesa está equivocada. Se o Relator sugeriu, porque não pode ser colocado?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) –Com a palavra agora, pela ordem de inscrição, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o trabalho do Senador Eduardo Suplicy, porque ele próprio, com sinceridade e lealdade...

O SR. IVO CASSOL (PP - RO) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Não, mas eu acho que o Senador vai fazer corretamente o trabalho dele. Agora, no debate, S. Exª entendeu de ampliar o alcance.

O Senador Ivo Cassol tem toda razão. E eu, como sou do Rio Grande do Sul, Estado que tem uma grande produção de frutas de clima temperado, penso que no meu Estado, ou em Santa Catarina, a maçã, o pêssego, a uva, todas essas frutas vermelhas que são

exportadas inclusive para a Europa poderiam abrigar programa de apoio à fruticultura. Então, fruticultura é a palavra abrangente, guarda-chuva.

Se for possível no relatório do Senador Suplicy, fica mais fácil do que pedir vistas e fazer um novo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Sem dúvida, Senadora, é muito pertinente a colocação de V. Exª e do Senador Ivo Cassol.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM - MT) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Pela ordem, seria a Senadora Marisa Serrano...

O SR. JAYME CAMPOS (DEM - MT) – É uma pequena observação. Acho que posso até contribuir, inclusive é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM - MT) – Penso que é possível nós não votarmos ainda o relatório de S. Exª Senador Eduardo Suplicy e encaminhar por intermédio do Senador Ivo Cassol, com a aquiescência dos demais Senadores presentes nesta Comissão, as emendas, ou seja, as sugestões propostas daqui. É regimental, penso que é pertinente. V. Exª, como homem bondoso, generoso, aguardaria essa emenda que poderíamos propor. Todos nós, Senadores aqui, encaminharíamos e S. Exª acataria a emenda proposta pelo Senador Ivo Cassol.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Então, eu aproveitaria esta oportunidade, diante da reflexão dos colegas Ivo Cassol, Ana Amélia e Jayme Campos, para verificar a possibilidade concreta de considerar as sugestões colocadas, assim como também eventualmente consultar o Ministério da Agricultura sobre a possibilidade tanto de incluir toda fruticultura no projeto, como também de aqui colocar um estímulo à constituição do Consecitrus.

Assim, Sr. Presidente, solicito o prazo de uma semana adicional para novamente apresentar o relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Concedida a retirada de pauta para a inclusão dos temas proferidos aqui neste debate tão importante.

Agora, com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Marisa Serrano, depois o Senador João...

A SRª MARISA SERRANO (PSDB - MS) – A minha questão, Sr. Presidente, é uma questão processual.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Pois não.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB - MS) – Sou amplamente favorável ao tema exposto no projeto. Mas há uma questão. Esse é um projeto autorizativo. Várias comissões desta Casa... Isso não quer dizer que não votemos esse projeto, mas sugiro que V. Exª discuta a possibilidade do que fazer com os projetos autorizativos.

Várias Comissões desta Casa estão abolindo os projetos autorizativos, uma vez que sistematicamente a Câmara dos Deputados os rejeita, porque é uma autorização, uma indicação ao

Governo, ao Executivo. É uma proposta, mas eles não têm força de um projeto de lei, porque realmente ele não chega a ter o comando desta Casa, o comando do Executivo. É apenas uma indicação.

Eu não sei se, nesta Comissão, permaneceriam os projetos autorizativos ou se, a partir de uma negociação com os outros Presidentes das outras Comissões – o que V. Exª poderia propor – discutiríamos como fazer com esses projetos que a Câmara rejeita sistematicamente. Ela não vota projeto autorizativo que nós enviamos para lá.

Quer dizer, é uma sugestão que eu dou a V. Exª de discutir o processo desses projetos a partir de agora nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora. Gostaria de que V. Exª fizesse um requerimento para nós colocarmos em votação o tema, que eu entendo que é muito importante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero fazer um adendo às palavras da Senadora Marisa.

Na verdade, era quase uma prática não só nesta Comissão, mas também nas demais Comissões aqui desta Casa, fazer os projetos autorizativos. Evidentemente, nós sabemos que depende, exclusivamente, do Poder Executivo atender à demanda dessas indicações que assim eu posso chamar.

Um projeto autorizativo – o Moka sabe perfeitamente – é quase uma indicação que nós estamos fazendo. Agora, é o que nos resta em determinados momentos, porque nós, sobretudo, como políticos, politicamente falando, temos a obrigação de propor ao Poder Executivo ideias, sendo, muitas delas, propostas exequíveis e, sobretudo, meritórias, como é o caso desse projeto de lei do Senador Antonio Carlos Valadares das ZPEs. Nós aprovamos, no ano retrasado, no ano passado, algumas dezenas delas, na perspectiva, evidentemente, de o Governo nos aten-

der e implantar as ZPEs, que são tão importantes para acabarmos com os desequilíbrios inter-regionais que, lamentavelmente, nós temos a oportunidade de ver neste imenso País.

Acho que o que nos resta, como Parlamentares, até porque é a nossa obrigação, é indicar ao Governo Federal aquilo que, certamente, é melhor para as nossas regiões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Senador Jayme Campos. Todo Parlamentar tem o direito de apresentar o seu projeto para ser analisado pela Comissão.

Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero dialogar aqui com o meu companheiro e Relator Eduardo Suplicy, que está no telefone.

Primeiro, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Já foi retirado de pauta, Senador João Pedro, e vai ser debatido...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mas eu quero fazer uma observação, Presidente, por duas coisas. Estou preocupado, primeiro, em diluir o projeto de lei.

O projeto de lei tem um foco, uma estratégia, que é a laranja, senão eu vou colocar a pupunha da minha região, vou colocar o cupuaçu. Acho que nós temos que ter o cuidado para não perder o foco de uma produção importante. Nós temos outras produções. Essa é a questão.

Agora, olhando o projeto, estamos discutindo um projeto de lei sobre laranja. Aí, quando se vê o inciso X apoiando a pesquisa agropecuária, vamos aqui e, daqui a pouco, já estamos abordando a agropecuária.

Então, estou querendo chamar a atenção – por isso pedi a atenção do Relator – para nós analisarmos a questão – houve observações –, senão perde-se o foco do objeto da lei, que é tratar da laranja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A questão está muito bem colocada.

Com a palavra, agora, o Senador Moka, para discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não ia falar, Sr. Presidente, mas, com a intervenção do Senador Pedro, eu quero dizer o seguinte: ele não é projeto de lei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu o ouvi com atenção.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Porque prerrogativas desse tipo de projeto são do Executivo. Por isso, a Senadora Marisa levantou essa questão.

Agora, é uma prerrogativa, sim, do Legislativo propor projetos autorizativos, como é o caso desse. É como se você quisesse chamar a atenção para um problema para o qual o Executivo não tomou iniciativa, e o Senado está sugerindo que isso possa virar um projeto de lei.

Eu tenho comigo, Senador, que a questão de ser... Acho que a Senadora Ana Amelia foi muito feliz na palavra. Fala-se em fruticultura, que é um termo abrangente. E o foco a que V. Exª está se referindo... Porque, na verdade, para entrar nisso daí, vai ser preciso... o Senador Eduardo Suplicy está dizendo alguma coisa como uma Consecana, que é um conselho organizado. E aí a organização dos produtores de laranja já está nesse nível. Então, é preciso que se criem esses conselhos. Eu acho que, se ampliar para a fruticultura, não vai haver prejuízo, porque, primeiro, é um projeto autorizativo e, segundo, porque para fazer parte a nível da Consecana o produtor vai ter que ter uma organização. Aí, sim, os produtores de laranja estão nesse nível. Paro por aqui, apenas para contribuir com a questão do debate.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, prestei atenção a todas as observações. Vou verificar a ponderação, inclusive, do Senador João Pedro e vou conversar com o Senador Antonio Carlos Valadares, que é o autor da proposição. Vou verificar se se tirar o foco só da citricultura não vai...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Comprometer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...como que aguar os objetivos do projeto, tendo em conta que aqui há uma atenção especial para um setor tão importante. Quem sabe se possam fazer outros projetos para cada um dos setores, como disse a Senadora Ana Amélia. Mas vou dialogar também com o Ministério da Agricultura e verificar se é o caso de aqui propor também o estímulo à organização do Consecitrus, a exemplo do que existe na Consecana, já em vigência.

Muito obrigado. Vou considerar todas as observações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Senador Suplicy. Quero colocar aqui que todos sabemos da importância da produção de laranja para o Brasil. O que nós queremos é fazer com que outras produções possam atingir esse nível que existe hoje no Brasil em termos de produção de laranja, como a produção de uva, de figo, de pupunha, de banana, de abacaxi.

Enfim, o texto diz o seguinte: "Autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja".

Ficaria muito mais importante para o País, a título de sugestão, Sr. Relator: autoriza a criação de Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Fruticultores ou a produção de fruticultura brasileira. É apenas uma sugestão para que V. Exª, nesta semana, possa estudar e trazer para nós analisarmos na próxima reunião.

Muito obrigado, Senador Suplicy e demais Senadores que trouxeram para a Comissão este tema de altíssima importância.

Item 3: Requerimento, de minha autoria, que requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Deputado Aldo Rebelo para participar de audiência pública, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir sobre o Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, que dispõe sobre áreas de preservação permanente, reserva legal, exploração florestal e dá outras providencias.

Eu entendo que é importante a vinda do Deputado e Relator Aldo Rebelo à Comissão, para que possamos debater o assunto e também para que balizar os nossos trabalhos com relação a este tema aqui, na Comissão de Agricultura.

O SR. IVO CASSOL (PP - RO) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só um minuto. Eu vou concluir e passo a palavra para V. Exª.

O SR. IVO CASSOL (PP - RO) – Só para reforçar, porque, na Comissão de Meio Ambiente, nós também já colocamos a presença do Aldo Rebelo junto, participando. Então, uma sugestão: de repente, fazermos uma audiência pública em conjunto das Comissões do Meio Ambiente e da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só para concluir, Senador. Eu ia chegar exatamente a essa questão. O requerimento da Senadora Ana Amélia sugere que façamos em conjunto essa audiência pública. Nós já temos a confirmação do Deputado Aldo Rebelo para vir à Comissão, no dia 31 do corrente mês, e vamos entrar em contato, assim que concluir esses nossos trabalhos com o Presidente da Comissão do Meio Ambiente, para que possamos fazer juntos aqui, ou onde for indicado, essa audiência pública que entendemos ser muito importante.

Toda vez que pudermos estar juntos, Agricultura e Meio Ambiente, tenho certeza de que o debate será muito mais importante e decisivo para essa matéria tão importante para todos nós.

Para discutir, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Muito obrigada, Presidente.

Quero concordar com suas palavras. Agricultura e Meio Ambiente têm que andar juntos, até porque não é uma contraposição. E temos de parar com essa visão de que temos movimentos antagônicos. Não temos um movimento de agricultores contra o meio ambiente e de ambientalistas contra a agricultura. Vivemos no mesmo planeta e temos que dar conta juntos.

Queria fazer uma sugestão, que teria de ser uma consulta também ao Executivo: consultar a Ministra Izabella, a nossa Ministra do Meio Ambiente, sobre a possibilidade de, por meio de um convite, ela também participar de uma audiência pública. Ela tem se dedicado a esse tema, tem conversado muito. Inclusive no âmbito do Executivo, acho que seria uma oportunidade grande para que a gente também tivesse aqui uma exposição da Ministra sobre as questões ambientais e de agricultura. Ela tem tido posições muito ponderadas.

Então, queria consultar a Mesa para que faça um convite à Ministra, vendo a possibilidade de ela participar. Acho que seria muito rico para o nosso debate.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.Bloco/PDT – RO) – Conforme a sua sugestão, coloco um adendo convidando também a Ministra Izabella para que possa vir debater, junto com Aldo Rebelo, esse tema tão importante. Fará parte da votação esse seu adendo para que nós todos possamos decidir e resolver quem vamos convidar para essa audiência pública.

Pela inscrição, passo a palavra ao Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A ideia de trazer o Aldo e fazer junto com a Comissão do Meio Ambiente, acho que juntará os dois temas.

Não sei, Senadora, não poderíamos fazer o mesmo. Depois de uma vinda da Ministra faríamos a mesma coisa. Tenho a impressão de que se colocarmos o Aldo e a Ministra, mesmo não querendo, podemos acirrar um debate. E creio que o objetivo de V. Exª é de que essa discussão seja a mais serena, a mais equilibrada possível, sobretudo aqui no Senado.

Participei dessa Comissão Especial, presidida pelo Deputado Moacir Micheletto, tendo como Relator o Deputado Federal Aldo, e quero dizer que fui eu que sugeri o nome do Aldo para relatar. Inicialmente a nossa bancada queria o Micheletto e o Homero. Eu dizia: "Isso é uma loucura". E quando coloquei o nome do Aldo, o pessoal mais ligado à área ruralista estranhou. Mas a minha ideia era exatamente isso. Um Parlamentar como Aldo, a vida inteira dedicada, um nacionalista, um homem que não vai atender, tenho certeza, nem ruralistas nem ambientalistas. Tenho certeza, o texto

foi o melhor que ele pôde fazer, o melhor da sua inteligência, o melhor da sua experiência.

Senadores, nós percorremos este País como um todo. Fizemos audiências públicas no País inteiro. No Mato Grosso do Sul, fomos a Campo Grande e a Corumbá, para que a Comissão pudesse ver a realidade do Pantanal.

E quero elogiar o requerimento do Presidente. A vinda do Deputado Federal Aldo Rebelo a uma audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, como sugerido pela Senadora Ana Amelia, é o que de melhor podemos ter neste momento em que vamos iniciar um debate, que é um dos temas mais importantes para o País.

Vejo que chega ao plenário o Governador Luiz Henrique, que tem, em Santa Catarina, uma experiência de um problema muito sério que é essa questão do Código Florestal.

Tenho certeza de que, aqui no Senado, haveremos de fazer um debate equilibrado, sereno, que vai contribuir, primeiro, para preservar as nossas riquezas ambientais. Ninguém vai abrir mão disso. Nós, do Pantanal, não vamos abrir mão disso. Mas não podemos ter uma legislação que engesse o País.

Parabéns.

A Ministra deveria vir, mas no mesmo formato como este sugerido. Só para contribuir.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Sim, Sr. Presidente, eu não discordo do Senador Moka, não. Acho importante ela vir. Se vai ser junto ou separado, não tem problema, mas é importante a gente ouvi-la também, porque, com certeza, traz um posicionamento também de governo, e eu acho que nós queremos é que a matéria possa tramitar e nós termos um novo Código Florestal.

Então eu deixo essa sugestão e, na sequência, podemos fazer duas audiências públicas sobre o mesmo tempo. Na sequência, ela vir fazer a exposição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só para informação, nós já aprovamos aqui, na sessão passada, a vinda da Ministra em uma audiência pública exclusivamente para que ela possa debater todo o assunto pertinente à agricultura aqui nesta Casa. Então já foi aprovado um requerimento nesse sentido, só para informação.

Com a palavra, o Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, eu quero elogiar essa ideia de nós fazermos uma audiência pública entre a nossa comissão do agronegócio, quer dizer, da Agricultura, e a Comissão do Meio Ambiente, justamente em função do Código Florestal, porque, quer queira ou quer não, o Código Florestal envolve o meio ambiente. E, se nós pudermos, quem sabe até sem prejuízo de num outro momento, Senadora Gleisi, a Ministra comparecer, até para evitar, como diz o presidente, aliás, o Senador Moka, estar o Aldo Rebelo aqui, que é o Relator do Código lá na Câmara e a Ministra, fica um descompasso. Quer dizer, cria um pouco de constrangimento, quem sabe. E aí, se nós tivermos esse debate entre a Comissão aqui do Senado da Agricultura e mais a do Meio Ambiente, se nós pudermos aproximar o máximo possível do entendimento para oferecer ao Brasil um Código Florestal com sustentabilidade, eu acho que nós temos um meio caminho andado. Eu acho que isso aí nós vamos criar uma espécie de um consenso. Eu acho que essa é a ideia, pelo que eu vejo em V. Exª, Sr. Presidente, de nós todos aqui. Aí sem prejuízo de, num outro momento, a Ministra, ou mesmo a Ministra do Meio Ambiente, ou mesmo o Ministro da Agricultura, se necessário, quem sabe até os dois, os dois, num encontro também para continuarmos essa discussão. Mas neste instante eu acho que as duas comissões, quer dizer, a nossa e a do Meio Ambiente, com a presença do Relator lá na Câmara do Código Florestal, nós vamos buscar alguma coisa que o Brasil está a esperar. Pelo menos aproximar o consenso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senadora Ana Amelia com a palavra.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É exatamente nessa medida, Presidente, reforçando a posição da Senadora Gleisi Hoffmann e do que disse agora o Senador Casildo, e também o que disse o Senador Moka, o meu requerimento foi exatamente nesse sentido de compatibilizar e de agilizar a discussão sobre esse tema tão relevante, não só para a questão da sustentabilidade do meio ambiente, mas para a produção agropecuária brasileira. Então era indispensável, indispensável, a presença da Ministra do Meio Ambiente, como propôs muito bem a Senadora Gleisi, é claro começando pelo Relator, como o senhor já está propondo. E estamos em discussão o seu requerimento, de trazer o Aldo, e, em seguida, trazer também. Acho que seria conveniente até uma subscrição de um requerimento seu com a Senadora Gleisi, incluindo, e acho que todos nós aqui concordamos, de vir a Ministra do Meio Ambiente e outras autoridades ou especialistas nessa matéria para que amplie-se o conhecimento e a informação a respeito de um tema tão complexo quanto esse. O Brasil precisa de urgência, sobretudo os nossos produtores rurais e, claro, os ambientalistas têm interesse.

Por isso, renovo o interesse de fazer a proposta já aprovada por esta comissão de discutir em conjunto, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tão

bem conduzida por V. Exª, com a Comissão do Meio Ambiente, para agilizar o trabalho de um tema que está dependendo da aprovação da Câmara dos Deputados.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amelia, V. Exª apresentou o requerimento que já foi aprovado por esta Comissão. E nós faremos as audiências públicas juntas, agricultura com o meio ambiente, que é mais uma oportunidade que nós teremos para mostrar, tanto aos produtores quanto aos ambientalistas e principalmente à população brasileira, que nós entendemos que é muito importante caminharmos juntos, agricultores e ambientalistas, todos nós temos por fim o mesmo objetivo final, que é fazer com que o Brasil tenha uma produção agrícola muito maior do que tem hoje, sempre se preocupando com o meio ambiente e com as nossas florestas. É essa a intenção do nosso trabalho.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Luiz Henrique, para discutir o assunto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, na verdade o que está em jogo nesta discussão não é meramente a discussão ambiental e os conflitos da gestão ambiental com a política de desenvolvimento rural.

Está em discussão um elemento mais importante, que é a Federação brasileira. Eu fui Constituinte e fui um dos subscritores do texto da Constituição. Inclusive, participei da Comissão de Redação Final e conheço bem a *mens legis* do art. 24 da Constituição.

O que estabelecemos no art. 24 da Constituição?

Que em matéria ambiental, a União traça as normas gerais e os Estados e o Distrito Federal traçam as normas específicas às suas peculiaridades regionais.

É isso que tem de estar no centro da discussão do Código Florestal. Ora, dando seguimento àquilo que a Constituição prevê, nós elaboramos e a Assembléia Legislativa aprovou, à unanimidade, o Código Ambiental de Santa Catarina. Respeitamos e preservamos o direito da União de fixar as normas gerais. Mas estabelecemos normas específicas que contemplam as características da territorialidade do nosso Estado.

Não podemos ter uma lei que ao mesmo tempo proteja os nossos biomas como o amazônico, o pantaneiro, o da Serra do Mar e outros tantos e deixe de atender às especificidades de cada Estado.

Ainda na última semana, tive uma discussão com um membro do Judiciário brasileiro. A tese dele era a desconfiança dos Estados: "Os Estados vão fazer leis permissivas".

Ora, temos uma visão distorcida do que é uma Federação. Pressão social, o controle social é muito mais forte no município e no Estado do que na União. Aliás, esse Código Florestal, segundo eu sei, é fruto de uma medida provisória reeditada não sei quantas vezes, e que teria sido aprovada em uma sessão da Câmara dos Deputados em dezembro, com poucos Deputados em Plenário.

No Estado, o Código Ambiental foi aprovado com a presença de mais de dez mil agricultores. É no município que exerce a verdadeira pressão e controle social.

Então, o que está em jogo é a questão federativa. Ou atribuímos aos Estados e aos Municípios a condição de execução da política ambiental relativamente aos seus territórios ou, então, revogamos o art. 24 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT - RO) – Senador Luiz Henrique, V. Exª tem toda razão e a sua colocação contribui muito para iniciarmos esse grande debate sobre o Código Florestal, que é de 1965.

Coloco em votação o requerimento com a possibilidade de nós fazermos em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente.

Os Senadores que aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 04.

O requerimento de minha autoria que requer sejam realizados por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ciclos de palestras, debates, seminários e paineis, ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama do agronegócio brasileiro, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente, segurança alimentar e sistema tributário, bem como sistemas relacionados à reforma agrária brasileira.

Os eventos serão realizados às sextas-feiras, às 14 horas, na sala das comissões.

Em votação o requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) - Em discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT - RO) – Em discussão o requerimento. Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente. Primeiro, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que é muito importante tratar desses temas num ciclo de debates. Preocupa-me um pouco a data, sexta-feira, porque, com certeza, isso vai

limitar muito a participação dos Senadores. Primeiro, porque a gente tem Plenário também. O Plenário é de manhã, mas, logo depois do almoço, a gente acaba viajando e tem os trabalhos no Estado. Mas acho que é importantíssimo nós termos esse ciclo de debates.

Eu apresentei à Mesa agora - e por isso pedi para discutir, porque acho que tem a ver exatamente com o que o Senhor propõe sobre o ciclo de debates - um requerimento sugerindo o convite para que a gente tenha, nesta Casa, nessa Comissão, a presença do Vice-Presidente de Agronegócios, Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil, o Sr. Luiz Carlos Guedes Pinto. O Banco do Brasil é um grande responsável pelo financiador da safra brasileira; o Sr. Laudemir André Muller, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário; o Sr. Edilson Guimarães, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; e o Sr. Gilson Bittencourt, Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, para que, numa dessas audiências, ambos juntos aqui, nós possamos avaliar a disposição do atual Plano Safra, conhecer e debater a preparação para o próximo plano e também discutir o aperfeiçoamento do modelo de política agrícola. Penso que isso se faz necessário. Essas pessoas são importantíssimas na definição das políticas agrícolas e também do Plano Safra. E nós podemos inclusive, com esse debate, antever problemas e também sugerir soluções. Então, eu gostaria que, dentro do que V. Exª está propondo, o primeiro debate, a primeira audiência fosse com esses senhores que eu acabo de propor requerimento.

Mas queria fazer uma ponderação, Presidente, se fosse possível, que essa audiência pudesse ser no horário de reunião da Comissão, para que a gente não tivesse nenhum Senador fora. Eu acho de extrema importância nós tratarmos do crédito agrícola, nós tratarmos dos incentivos, de como está a situação da política agrícola brasileira.

E faço uma sugestão também no requerimento para que a gente convide para assistir a essa exposição e depois dos debates com os Senadores também talvez para poderem se colocar, as entidades representativas da agricultura e dos agricultores brasileiros, desde a agricultura empresarial, como a agricultura familiar, enfim, para que eles também possam ouvir dessas autoridades responsáveis pela condução da política agrícola um detalhe mais minucioso.

Eu acho que enriqueceria muito o nosso debate e daria a esta Comissão também diretrizes para a gente poder atuar, como legisladores aqui no Senado, como intermediadores e mediadores das relações com a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PT - RO) – Muito bem, Senadora Gleisi. V. Exª traz um tema da máxima importância para o setor e muito pertinente para a nossa proposta aqui colocada.

Não são audiências públicas às sextas-feiras; são painéis de debates. O seu requerimento é para uma audiência pública que será feita às quintas-feiras, pela manhã, neste mesmo horário, intercalando sempre uma audiência pública e uma votação. Ou seu requerimento está incluído na pauta como extrapauta e será votado para a próxima audiência pública que será na próxima quinta-feira ou intercalando com a sessão de votação.

Para discussão o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, eu só queria colocar que todo mundo que tem acompanhado sabe que nas sextas-feiras, especialmente à tarde, além de termos dificuldade de voltar para os nossos Estados, tem alguns Senadores que moram próximo de Brasília, fica fácil. E todo mundo sempre tem compromisso nos finais de semana.

O que sugiro à Mesa? Que em vez começar às 8h30 as reuniões da Comissão de Agricultura, por que não começar às 7 horas? Já aproveitando, trazemos uma cuia de chimarrão, tomamos o chimarrão aqui e aproveitamos o momento. Já que o pessoal está querendo audiência de televisão, eu tenho certeza de que esse é o maior pico, porque os agricultores vão estar em casa, tirando o leite da vaquinha, aproveitando, tomando um chimarrão, tomando café e nos assistindo. E deixar para sexta-feira à tarde, muitos estão no comércio, indo à cidade, porque eu sei que a preocupação de tudo é para que seja transmitido.

Então, começar mais cedo na quinta-feira ou começar mais cedo na quarta-feira, aproveitar esse espaço vazio. Nós já estamos aqui em Brasília. Para mim não temos problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Peço a V. Exª que faça um requerimento para que seja votada a sua sugestão.

Com a palavra para discutir o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB – MS) – *(Início de intervenção fora do microfone. Inaudível)* ...apoiar o requerimento da Senadora Gleisi, porque é diferente, é uma audiência pública em que ela quer discutir política agrícola, plano de safra. E traz no seu requerimento pessoas que realmente estão no dia a dia e que na hora de formular o plano de safra são essas pessoas que produzem.

Então, eu acho importante. A Mesa tem que garantir que as pessoas a serem convidadas sejam sobretudo o pessoal da agricultura familiar, o pessoal da agricultura chamada de escala ou empresarial, porque

isso é fundamental. E até quem sabe, Senadora, ao invés de discutir o planto de safra anual, que possamos ter realmente uma política agrícola para dez anos, doze anos no mínimo. Seria realmente um grande avanço se o Senado conseguisse que em vez de nós termos, todo ano, que anunciar um plano de safra, pudéssemos ter uma política pública para a agricultura que contemplasse dez anos, doze anos. Isso seria fundamental para o produtor.

Parabenizo a V. Exª pela iniciativa feliz e sou favorável ao requerimento do Presidente, porque se trata de painéis. Talvez não tenhamos tantos Senadores na sexta-feira, mas é uma oportunidade para que especialistas possam também colocar e cada um de nós, sem dúvida nenhuma, terá pessoas para trazer aqui.

Sou favorável ao requerimento de V. Exª.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco. PT-PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Gleisi.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco. PT – PR) – Então, até para esclarecer o requerimento. Realmente eu fiz confusão.

Então, quero dizer também que sou favorável ao seu requerimento e acho que é importante, porque esses paineis vão ficar gravados e nós vamos ter um material para utilizar.

Só quero esclarecer que essa audiência pública, de fato, como o V. Exª disse, seria na quinta-feira, mas sugerir que não fosse já para a próxima audiência; que pudéssemos fazer na segunda quinzena de abril, porque ainda o Governo está discutindo algumas questões relativas ao plano safra para divulgar. Nós teríamos mais elementos.

Eu sei que não é o requerimento que está em discussão, mas, como eu tenho que ir para a Comissão de Relações Exteriores, queria deixar como referência essa sugestão de data, mas me manifestar favorável ao seu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco. PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora. Só para conhecimento, para esclarecer. Dia 31, quinta-feira, próxima, nós teremos aqui o Deputado Aldo Rebelo para discutir e debater a reforma do Código Florestal.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Extrapauta.

Requerimento de autoria da Senadora Marisa Serrano e dos Senadores Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella, que requerem a realização de audiência pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para instruir a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que institui a política nacional de abastecimento com a presença dos seguintes convidados: Professor Renato Maluf, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Consea, Drª Maria Emília Pacheco, representante do Fórum Nacional de Segurança Alimentar; Dr. Sílvio Porto, Diretor da Política Agrícola de Informação da Conab, e Drª Maya Takagi, Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta da Senadora Gleisi Hoffmann.

Nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de avaliar a disposição do atual plano safra, conhecer e debater a preparação para o próximo plano e discutir o aperfeiçoamento da política agrícola. Para tanto sugiro, o convite das seguintes autoridades: Sr. Luiz Carlos Guedes Pinto, Vice-Presidente de agronegócio e micro e pequenas empresas do Banco do Brasil; Sr. Laudemir André Müller, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário; Sr. Edilson Guimarães, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Sr. Gilson Bitencourt, Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Solicito também que sejam emitidos convites para o acompanhamento dessa audiência pública a entidades representativas da agricultura dos agricultores brasileiros.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann para debater a sua proposta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Na realidade, Sr. Presidente, eu tinha colocado os motivos que me levaram a apresentar esse requerimento e acabei fazendo confusão com o requerimento proposto por V. Exª. Mas, como disse o Senador Waldemir Moka, o objetivo é iniciarmos um processo de discussão que pode, com o nosso esforço, ter como resultado o estabelecimento de uma política de longo prazo. Acho que é importante, essas pessoas têm autoridade do Governo para discutir esse tema. Vai ser muito bom para a Comissão termos os dados da política agrícola, a avaliação de Governo e as perspectivas futuras.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT - RO) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado.

Comunico à Comissão que amanhã, dia 25 do corrente, às 14 horas, será realizado, conforme aprovado nesta Comissão, o início do ciclo de palestras objeto de requerimento desta Comissão aprovado hoje, nesta reunião, com o objetivo de discutir e analisar a regularização e o reordenamento fundiário do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Ademar Lopes de Almeida, Secretário de Reordenamento Agrário do MDA; Sr. Carlos Mário Guedes, Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária da Amazônia Legal; Srª Maria Gusmão, Coordenadora de Regularização Fundiária da Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia e Sr. José Lopes de Oliveira, Engenheiro Agrônomo do INCRA.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço aos Senadores e Senadoras que estiveram presentes e fizeram esse importante debate em relação à agricultura brasileira.

Declaro encerrada esta reunião.

(Levanta-se a Reunião às 10h01min)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011. – INSTALAÇÃO

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia dois de março de dois mil e onze, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flexa Ribeiro, art. 88 RISF, e com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Luiz Henrique, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cicero Lucena e Fernando Collor, reúne-se à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lobão Filho, Gim Argello e José Agripino. Comparece à reunião a Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, não membro da Comissão. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente para o biênio 2011/2012. Distribuídas as cédulas e procedida à votação, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flexa Ribeiro convida os Senhores Senadores Vital do Rêgo e Marcelo Crivella para servirem como escrutinadores, sendo verificado o seguinte resultado: para Presidente - Senador Eduardo Braga, treze (13) votos, para Vice-Presidente - Senador Gim Argello, treze (13) votos. Prosseguindo, o Presidente Eventual, Senador Flexa Ribeiro, proclama eleitos e empossados os Senadores Eduardo Braga e Gim Argello como Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente. Usam da palavra os Senhores Senadores: Anibal Diniz, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Pedro Taques, Ângela Portela, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Walter Pinheiro e João Ribeiro e Vanessa Grazziotin, não membro da Comissão. A seguir, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flexa Ribeiro, passa a palavra ao Presidente eleito, recém empossado, Senador Eduardo Braga. O Senhor Presidente Senador Eduardo Braga, agradece a presença dos Senhores Acioli Antonio de Olivo – INPE, Rodrigo Navarro – ABRACICLO, Marlênio Oliveira – MDIC, Ralph Assayag – Câmara de Dirigentes Lojistas do AM, Flávia Grosso – SUFRAMA, Odenildo Sena – Secretário de Estado de C&T do Estado do Amazonas, Maria Olívia Simão – FAPEAM, José Aldemir de Oliveira, Reitor da UEA, José Geraldo França – EMBRAPA, Paulo Roberto Santos Ivo, Vice Presidente da ABIPTI, Wanderli Pedro Tadei, Vice-Diretor do INPA, Marcelo Mário Vallina, Secretário Executivo do AM, Pedro Rogério – Ministério da Ciência e Tecnologia, José Francisco de Araújo Lima – Organizações Globo, Hedinaldo Lima, Vice-Reitor da UEA, Edmilson Silveira – FUA, Jovino Filho – Ministério das Comunicações, João Dias, Reitor do Instituto Federal do AM, Ennio Candotti – Museu da Amazônia, Joésia Pacheco – CETAM, Emir Gurjão, Secretário de Ciência Tecnologia de Campina Grande, Luiz Carlos Nunes – CONFAP, Daniel Pimentel Slavieiro, Secretário da ABERT, Hélio Graciosa, Presidente do CPQD, Alberto Peverati Filho, Secretário Executivo do CONSECTI, Fábio Augusto Andrade, Diretor Institucional da NET, Roberto Moreno Gerente de Relações Exteriores da HONDA e Deputada Rebecca Garcia. Após o discurso, o Presidente eleito, Senador Eduardo Braga, encerra a reunião às dez horas e cinqüenta e cinco minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a

primeira reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 02 de março de 2011.

Srªs e Srs. Senadores, a presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2011/2012.

Foi registrada até o presente momento a seguinte chapa: para Presidente o Senador Eduardo Braga; para Vice-Presidente o Senador Gim Argello.

Sobre a mesa encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Eu quero informar às Srªs e aos Srs. Senadores que esta sessão seria presidida pelo Senador José Agripino. Em função da viagem do Senador José Agripino, coube a mim, como mais experiente, após o Senador José Agripino, presidir a sessão, com muita honra e alegria, na eleição do Senador Eduardo Braga para Presidente e do Senador Gim Argello para Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

A Presidência vai proceder à chamada das Srªs e dos Srs. Senadores, obedecidas as composições partidárias, para que exerçam o seu direito de voto.

Não estou fazendo boca de urna para o Senador Eduardo Braga nem para o Senador Gim Argello. A urna está completamente vazia. Todos já constataram. Quer dizer, o Senador Eduardo Braga terá unanimidade dos votos agora.

Eu convidaria para exercer o direito de voto a Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Titulares de voto de apoio ao Governo: Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Titulares do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV: Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

Senador Vital do Rêgo. *(Pausa.)*

Por solicitação do Senador Paulo Paim, que precisa presidir a Comissão de Direitos Humanos, vou convidar para exercer o direito de voto o Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Braga, a nossa eficiente secretária está preocupada com o fato de que o voto seja secreto. Então, ela encaminha os Senadores até a...

Gostaríamos de fazer a eleição por aclamação, mas o Regimento não permite.

Titulares do PSDB: Senador Ciro Miranda.

Suplentes do Bloco de Apoio ao Governo – PT, PR, PDT, PSB, PCdoB e PRB. Já chamamos o Senador Paulo Paim.

Senador Marcelo Crivella.

Suplentes do Bloco Parlamentar – PMDB, PP, PSC, PMN e PV: Senador Gilvam Borges.

Senador Luiz Henrique.

Senador Ricardo Ferraço.

Suplentes do Bloco do PTB. Senador Fernando Collor já votou.

Agora, como titular do PSDB, vou exercer o direito de voto no Senador Eduardo Braga e no Senador Gim Argello. Voto declarado.

Consulto se há algum Senador presente que ainda não tenha sido chamado para exercer o direito do voto.

Se todas as Srªs e os Srs. Senadores já votaram, vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Convido o Senador Pedro Taques e o Senador Marcelo Crivella para procederem à apuração dos votos.

Enquanto os Senadores Pedro Taques e Marcelo Crivella fazem a apuração, por solicitação do Senador Anibal Diniz, que precisa pegar um voo imediatamente, vou conceder a palavra por ele solicitada.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (PT – AC) – Sr. Presidente, ainda que a apuração esteja em curso, eu quero aproveitar este momento para cumprimentar o Senador Eduardo Braga pela eleição à Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia e também o Senador Gim Argello pela Vice-Presidência.

Quero dizer que esta Comissão vai ter uma missão muito especial nos próximos dois anos e, depois, no segundo mandato, completando os quatro anos da Presidente Dilma, porque nós vamos discutir um Brasil de alta tecnologia nesses próximos quatro anos. Nós teremos o desafio de fazer o Plano Nacional de Banda Larga chegar aos mais diferentes pontos do Brasil. E não há maneira mais democrática e mais transparente de garantir a participação e a elevação da cidadania do povo brasileiro do que permitir condições de informação e de acesso a esse que é o mecanismo mais democrático e transparente que permite às pessoas opinar sobre os mais diferentes pontos em absoluta igualdade.

Então, esse Plano Nacional de Banda Larga é um assunto que nos vai ocupar imensamente nesse próximo período. E eu quero dizer que vou estar plenamente à disposição para discutirmos, para buscarmos soluções, chamando os maiores entendedores do assunto para nos assessorar e podermos fazer boas audiências públicas com o público diretamente beneficiado por esse grande investimento do Governo brasileiro para esse próximo período.

Outro assunto que vai estar muito em pauta aqui também é o da radiodifusão. Vamos ter um grande esforço também no sentido de fazer com que a rede pública chegue a todos os Municípios brasileiros ou, pelo menos, a todas as regiões, a todos os Estados. É fundamental que nós tenhamos total dedicação e empenho nesta nossa Comissão de Ciência e Tecnologia para garantir que esses aspectos da revolução tecnológica e comunicacional sejam levados ao conhecimento de todo o povo brasileiro, no sentido de que quanto mais informado mais participação do povo nas decisões aqui do Senado Federal e, particularmente, da nossa Comissão.

Então, reformo o meu cumprimento ao Senador Eduardo Braga, que é uma pessoa de grande conhecimento desta área e foi Governador do Estado da Amazônia, onde está instalada a Zona Franca de Manaus. É um Governador com uma preocupação imensa com a questão da sustentabilidade e, com certeza, vai presidir com muita competência a nossa Comissão.

Pode ficar certo, Senador Eduardo Braga, de que o senhor terá a nossa mais absoluta solidariedade, empenho e disciplina para que a gente produza os melhores resultados possíveis ao longo desses próximos dois anos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E voto de pleno sucesso a todos nós, integrantes desta Comissão de Ciência e Tecnologia aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço, Senador Aníbal Diniz.

Vamos dar início à apuração dos votos

Com a palavra os Senadores Pedro Taques e Marcelo Crivella.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT – MT) – Sr. Presidente, são treze as cédulas dentro da urna. Passamos a revelar os votos.

Primeiro voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Segundo voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Terceiro voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Quarto voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Quinto voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Sexto voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Sétimo voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Oitavo voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Nono voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Décimo voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Décimo primeiro voto; Eduardo Braga e Gim Argello.

Décimo segundo voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Último voto: Eduardo Braga e Gim Argello.

Sr. Presidente, treze votos ao candidato a Presidente Eduardo Braga e no vice, Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Declaro eleitos, por unanimidade dos votos, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática os Srs. Senadores Eduardo Braga, com treze votos, e Gim Argello, também com treze votos a favor.

Antes de passar a Presidência ao Senador Eduardo Braga, quero fazer um registro especial, nesta sessão de instalação da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, com a presença da Senadora Suplente Sandra Braga, esposa do Senador Eduardo Braga, que assume a Presidência da CCT, neste instante.

Então, com muita alegria, com muita honra transmito ao Senador Eduardo Braga a Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

Queria ser o primeiro, até por força da relação partidária, e a indicação de V. Exª, Governador e Senador Eduardo Braga, partiu de uma decisão também unânime do nosso Partido e do nosso bloco para ocupar uma das mais importantes comissões da Casa.

Congratulo-me com V. Exª na condição de seu amigo, de seu admirador, de conhecedor profundo de sua vida pública. E tenho absoluta certeza de que numa Comissão em que V. Exª é apaixonado pelos seus temas, comunicação e inovação, vai trazer dinamismo e uma agilidade muito grande aos nossos trabalhos.

Temos aqui desafios e metas a serem cumpridas este ano em que estamos iniciando uma nova fase governamental e tenho absoluta convicção de que esses desafios e essas metas serão largamente vencidos sob o comando de V. Exª. Nós já tivemos assuntos que palpitam sobre sua mesa de trabalho antes mesmo de esta Comissão se iniciar como o Plano Nacional de Banda Larga, o marco regulatório da comunicação social no Brasil, projetos que estavam na Câmara e no Senado e que precisam efetivamente ser concluídos nesse período.

Que Deus possa iluminar os seus caminhos, protegê-lo nas suas decisões e dar sapiência nos seus comandos. Tenha do nosso Partido, o PMDB, e do nosso bloco a maior solidariedade, o melhor apoio e sempre a expectativa de um êxito crescente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Obrigado, Senador.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

Peço inscrição.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, nobres integrantes desta Comissão, embora na condição de suplente,

Sr. Presidente, quero saudar a sua eleição e do Vice-Presidente, Gim Argello. Entendo que esta Comissão é seguramente uma das mais importantes desta Casa e que é a sua missão uma das mais importantes para o desenvolvimento do nosso País.

O Brasil enfrenta grandes desafios, a produção científica nacional ainda está muito aquém do tamanho e da importância do nosso País. O nível de publicações das nossas universidades ainda é irrelevante em relação ao nível de desenvolvimento que atingiu o Brasil, portanto uma política forte de ciência e tecnologia é absolutamente indispensável para garantir a inserção do nosso País dentre os povos e as nações desenvolvidas. Parabéns a V. Exª. Embora suplente, procurarei estar presente nos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Meu caro Luiz Henrique, Srs. Senadores, eu gostaria de, inspirado no nosso companheiro Eunício Oliveira, que nos deu o privilégio de ser o primeiro de todos os nossos companheiros eleitos a instalar uma comissão aqui no Senado da República, nesta Legislatura, pedir vênia, antes de conceder a palavra aos Srs. e Srªs Senadoras para poder manifestar, em primeiro lugar, a minha gratidão aos companheiros pela eleição, fruto de um entendimento das lideranças e dos partidos aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, de Eduardo Braga e Gim Argello. Quero, portanto, agradecer aos companheiros esta oportunidade.

Em segundo lugar, agradecer aos companheiros da comunidade de ciência e tecnológica que aqui vieram prestigiar esta sessão. Aqui estão representantes da ciência e tecnologia do Estado do Amazonas, da Amazônia brasileira e do Brasil. Apenas para citar alguns, gostaria de citar o Professor Odenildo Cavalcanti, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas, Professor José Aldemir, Reitor da Universidade do Estado do Amazonas, a Drª Isa Assef, Reitora da Fucap e, ao mesmo tempo, Presidente da Associação Brasileira dos Institutos Tecnológicos aqui presentes, o Dr. Acioli Antônio de Olívio, do INPI, Rodrigo Navarro, da Abraciclo, Marlenio Oliveira, do Mindct, aqui presente, Ralph Assayag, da Câmara dos Diretores Logistas, Flávio Grosso, Superintendente da Suframa, Maria Olívia Simão, da Fapeam, que é a Fundação de Amparo à Ciência e à Tecnologia criada no Estado do Amazonas, que, meu caro Senador Luiz Henrique, para o senhor ter a dimensão disso, as desigualdades regionais neste País são tantas que a Amazônia tem, para cada um mestre, cada um doutor na Amazônia, 14 no Estado de São Paulo. E, com relação ao Estado do Amazonas, para cada um mestre ou doutor do Estado do Amazonas, 21 mestres ou doutores no Estado de São Paulo. E, se comparamos por regiões, as distorções não são diferentes. Graças a ações como a da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Fapeam, da UEA, da Ufam e de outros órgãos e entidades da Ciência e Tecnologia, nos últimos oito anos, no Estado do Amazonas, formaram-se mais mestres e doutores do que nos 35 anos que antecederam a nova política de um novo sistema de ciência e tecnologia no Estado do Amazonas.

Preparar o Brasil para o futuro, portanto, é necessariamente investir em formação de recursos humanos e infraestrutura, na ciência e na tecnologia, preparar o Brasil para vencer os desafios das desigualdades sociais e preparar mestres e doutores para ser cada vez mais e melhores mestres para os nossos filhos nas nossas escolas. Assim o rendimento melhor, assim o Brasil avança e assim as questões são, sem dúvida nenhuma, muito mais bem enfrentadas.

Eu queria, portanto, agradecer a presença do José Geraldo, da Embrapa, essa grande instituição brasileira, o Paulo Roberto Santos Ivo, da Bipt, aqui presente, o Vanderlei Petabem, representando o Inpa, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, o Pedro Rogério do MCT, José Francisco de Araújo Lima, das Organizações Globo, aqui presente, Ednaldo Lima, da OEA, Edmilson Silveira, da Fundação Universidade do Amazonas, a nossa universidade federal, Jovino Filho, do Ministério das Comunicações, João Dias, do Instituto Federal do Amazonas, e o nosso querido Professor Ennio Candotti, ex-Presidente, da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência e hoje Presidente do Musa, no Estado do Amazonas, Joésia Pacheco, do Centro Tecnológico do Amazonas, Cetam, Emir Gurjão, da Secretaria de Ciência e Tecnologia de Campina Grande, aqui presente. Vitalzinho, na nossa sessão, prestigiando o Senador Vital do Rego, grande líder de Campina Grande, que nos dá a honra de estar aqui comandando as posições do PMDB da Paraíba aqui na nossa comissão! Luiz Carlos Nunes, Confap, Daniel Pimentel, da Abert, Hélio Graciol, do CPQ, e Alberto Peverati Filho, do Consecti.

Quero também registrar a presença da Deputada Rebeca Garcia.

Srªs e Srs. Senadores, no mundo contemporâneo, a ciência e a tecnologia são os fatores determinantes do progresso de um país. As nações que não dispõem de um setor robusto de pesquisa e desenvolvimento dificilmente conseguirão, melhor dito, dependem das outras até manter as culturas agrícolas tradicionais, pois sem as sementes e os defensivos mais avançados a produtividade é ineficiente para alimentar sua população e estabelecer recordes na balança de pagamento para um país basicamente do agronegócio.

Em nossa civilização urbana, mais ainda, nem podemos pensar como seria a vida sem ferramentas como o telefone celular, o computador conectado à rede mundial, a internet, ou até, no caso aqui do Parlamento, o nosso painel eletrônico de votação, que pôs fim à espera pela contagem de votos em papel.

Para desenvolver ciência e tecnologia, são necessárias, em qualquer país, algumas condições. É preciso, primeiro, que haja massa crítica de população instruída. Ciência e tecnologia estão intrinsecamente ligadas à educação. É necessário, igualmente, que haja, na sociedade, o estímulo, a inovação, à descoberta e grupos humanos tradicionais, conquanto devam ser respeitados no direito a sua cultura, tendem à estagnação e a serem desinteressados pelo desenvolvimento e pela inovação.

Esse estímulo pode provir da possibilidade de lucro pela comercialização de novos produtos prevalentes em sociedade de cultura liberal e competitiva como a norte-americana. Pode provir também de ações de governo no direcionamento de verbas públicas, de acordos internacionais de transferência de tecnologia e, finalmente, da criação de um arcabouço legal que possibilite investimentos privados no setor, assim como associações entre capitais públicos e particulares e institutos de pesquisas.

O papel desta Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado é contribuir para essa segunda fonte de estimulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, debatendo e opinando sobre as proposições legislativas pertinentes ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à política nacional da ciência e tecnologia, à organização do setor, aos acordos internacionais de cooperação e à inovação em outras áreas conexas.

Embora saído há poucas décadas da condição de país agrário e tecnologicamente nulo, o Brasil já é um País intermediário no mundo da ciência e tecnologia. Revistas internacionais de prestigio publicam, com freqüência crescente, artigos assinados por cientistas e pesquisadores brasileiros. Tecnologias nacionais como a do etanol combustível, do motor flex e da prospecção de produção do petróleo em lâmina de água profunda ganharam o respeito do mundo.

Desafios da ciência e da tecnologia nacional no atual mundo competitivo do comércio internacional são muitos, entre os quais dizem respeito à atuação estatal. Destaca-se a política nacional de ciência, tecnologia e inovação em primeiro lugar, a ampliação dos investimentos no setor privado em P&D.

Com efeito, a pesquisa científica e tecnológica no Brasil esteve confinada às universidades, quase sempre públicas, o que causava certo descompasso entre as eventuais descobertas e os interesses imediatos da indústria.

É preciso estimular o empreendedor a aplicar recursos em inovação com o apoio do nosso País. Apenas uma pequena comparação: uma tonelada de circuito impresso digital equivale a, nada mais nada menos, do que dez mil toneladas de soja. O valor agregado à ciência e tecnologia faz com que um produto com alta ciência e tecnologia agregue valor a uma tecnologia na proporção de dez mil para um.

Essa é a grande diferença de um país que tem alta tecnologia, alto valor agregado de tecnologia para seu povo e para seus produtos *versus* um país que vive dependendo dos preços das *commodities,* da exportação de semi-elaborados e de produtos agrícolas. Não que isso não seja bom, é bom, mas é preciso saber usar a capacidade que a economia brasileira hoje possui através dos seus *commodities*, através dos seus semi-elaborados para ganhar capacidade e musculatura para financiar um novo modelo de ciência e tecnologia para colocar o Brasil no patamar dos países desenvolvidos nesse setor.

O desenvolvimento não apenas econômico, mas social e ambiental que dará as respostas para esse novo milênio dependerá muito da ferramenta da ciência e da tecnologia e da inovação.

Outra questão delicada que já nos causa atrito com países tecnologicamente mais avançados é a da proteção da propriedade intelectual. Embora estejamos distantes da condição de piratas internacionais como certas nações conhecidas, o Brasil ainda é um paraíso da falsificação. Setores como moda, vestuário e produção videofonográfica são vitimas claras da indústria da pirataria, bastando percorrer as ruas do comércio popular de nossas cidades para conhecer a dimensão dessa economia paralela e esta comissão tem a obrigação de estabelecer a dilação efetiva para combater a pirataria. Isso é trabalho de todos nós, até porque a pirataria somente é vantajosa – se é que o é – para quem nada cria. A partir do momento em que o país desenvolver ciência e tecnologia próprias, paulatinamente deixará de ter esse interesse.

A Amazônia brasileira sofreu – e sofreu muito – com a biopirataria no período da borracha. Levaram a nossa borracha para a Malásia e lá na Malásia conseguiram substituir todo o ciclo econômico da borracha na Região Amazônica, o que nos deixou um grande vazio e muita pobreza na Amazônia brasileira.

A busca de solução para os chamados problemas nacionais como o desmatamento, notadamente da Amazônia, a seca no semi-árido, agora com urgência evidente, as bacias hídricas que atravessam regiões com ocupação urbana constituem outra de-

manda constante do trabalho para o legislador e para o administrador público.

Gostaria de encerrar esta breve alocação com a afirmação do compromisso de trabalho permanente nesses pontos que são atribuição da Comissão de Ciência e Tecnologia, esperando poder contar com a participação das senhoras e dos senhores Senadores e estabelecendo uma pauta e um plano de trabalho para o ano de 2011.

Logo a seguir, no decorrer desta sessão, vamos apresentar dois requerimentos convidando o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para vir a nossa Comissão, e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, para estar na nossa Comissão, para que possamos, então, iniciar os trabalhos discutindo já esses dois planos.

Dito isso, agradeço aos companheiros pela oportunidade e passo a palavra ao nosso companheiro Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, para mim é uma satisfação, como disse, ter presidido a instalação da Comissão de Ciência e Tecnologia nesta sessão legislativa e ter tido o prazer de ver V. Exª eleito por unanimidade dos votos para presidi-la, junto com o Senador Gim Argelo para Vice-Presidente.

Senador Eduardo Braga, tive a honra de presidir a CCT na última sessão legislativa, nos dois últimos anos. Antes de mim, o Senador Wellington Salgado, que foi o primeiro Presidente desta Comissão que é nova no Senado Federal. Mas é, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes comissões permanentes do Senado Federal.

Quero agradecer ao Senador Lobão Filho, meu primeiro Vice-Presidente, e ao Senador Roberto Cavalcanti, que assumiu a vice-presidência quando o Senador Lobão Filho se desimpediu. Quero agradecer aos dois a forma companheira com que eles nos ajudaram a levar a contento o trabalho da Comissão.

Quero agradecer também a todo o quadro funcional da Comissão e o faço em nome da nossa secretária, a Égli. Em seu nome, Égli, quero agradecer a todos que colaboraram conosco nesses dois anos.

Senador Eduardo Braga, tenho certeza absoluta de que, em suas mãos, com o apoio do Senador Gim Argelo, V. Exª fará um trabalho de excelência à frente da CCT. Esta comissão, que tem uma denominação longa, Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática, na realidade, tem, para nós, amazônidas, como V. Exª deixou claro no seu pronunciamento ainda há pouco, uma importância vital. O desenvolvimento do nosso país não pode estar dissociado da ciência, da tecnologia e da inovação. E busquei, ao longo desses dois anos, dar destaque a esta parte da nossa Comissão, fazendo com que pudéssemos discutir e apoiar a inovação, a ciência e a tecnologia. Em especial, Senador Eduardo Braga, fizemos várias audiências públicas sobre ciência, tecnologia e informação na Amazônia. E V. Exª colocou aí alguns parâmetros que são assustadores, como o descompasso entre o conhecimento na região nossa em relação às regiões desenvolvidas do nosso país.

É impossível desenvolver a Amazônia de forma sustentável, como queremos e como tem de ser, se não tivermos ciência, tecnologia e inovação. Existem no mundo essas pesquisas já feitas que podem e devem ser transferidas para o Brasil e para a nossa região. Ao invés de apontarem o dedo de fora para cá, dizendo o que não se deve fazer na Amazônia, é muito mais importante que eles transfiram conhecimento para nós, para que possamos – nós, brasileiros – desenvolver, com sustentabilidade, a nossa região.

Quero desejar a V. Exª e ao Senador Gim Argello sucesso nessa empreitada frente à Comissão de Ciência e Tecnologia e, mais do que isso, colocar-me à disposição de V. Exªs para que juntos, nesses dois anos, possamos trabalhar em conjunto para que o Brasil e a Amazônia possam se desenvolver de forma sustentável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Agradecendo o nosso companheiro Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará, eu passo a palavra ao Senador Pedro Taques, antes registrando a presença do Dr. Marcelo Bechara, da Anatel, do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Ari Moutinho, e do Dr. Decica Calderado, da Rede *Calderaro de Comunicações*.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (PDT - MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, vou ser breve, Sr. Presidente, porque nós temos outra reunião na CCJ, daqui a pouco.

Quero parabenizar V. Exª e ressaltar a importância desta Comissão, tendo em conta que aqui debateremos direitos fundamentais do cidadão.

Se no século XIX existiam determinados direitos fundamentais como a liberdade e o século XX nos revela outros direitos fundamentais, como a saúde, o trabalho, a educação, o século XXI nos dá notícia de que a informação, através de seus vários veículos de transmissão, se apresenta, como um direito fundamental do cidadão.

Nós aqui discutiremos a questão da banda larga. Hoje, a conexão com a rede mundial de computadores se afigura como um direito fundamental do cidadão,

para que ele possa exercer outros direitos que lhe são primários. Nós não podemos falar hoje em saúde sem que o cidadão tenha uma educação através dos vários veículos tecnológicos.

Quero parabenizar V. Exª e ressaltar a importância desta Comissão para que possamos debater esse tema, já que são temas importantes para a República Federativa do Brasil.

Temos que nos recordar também de que saber é diferente de sabedoria, não é isso? O saber é diferente da sabedoria. Quero ressaltar que a ciência é muito importante, mas nós não podemos nos esquecer daqueles conhecimentos que são tradicionais.

O Estado que V. Exª aqui bem representa é muito rico nesses conhecimentos tradicionais que nos revelam as chamadas populações tradicionais. Quero também ressaltar a importância desses debates nesta Comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Pela ordem, o nosso Senador Randolfe. Apenas para dizer da concordância com o nosso Senador Pedro Taques, inclusive pelas doenças negligenciadas, 5% da população da Amazônia contrai, todos os anos, malária. Cinco por cento de 25 milhões de brasileiros contraem, todos os anos, malária e, até hoje, lamentavelmente, não fomos capazes de descobrir ou de financiar um trabalho em ciência e tecnologia que pudesse nos dar uma resposta de curto prazo, seja para a malária, seja para a dengue, que, hoje, atinge toda a nação brasileira.

Ouço, com prazer, o Senado Raldolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Eduardo Braga, quero apresentar aqui minha dupla satisfação: a primeira por tê-lo como Presidente desta Comissão especial, não só pelos atributos de V. Exª, que, não tenho dúvida, conduzirá com muita competência a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, mas, em especial, por V. Exª ser um Senador amazônida, e nós, da Amazônia, precisarmos tanto de desenvolvimento tecnológico.

Foi muito bem dito pelo meu caríssimo colega Senador Pedro Taques agora a dimensão que direitos de ciência e tecnologia alcançam e são promovidos neste século XXI. Direito, por exemplo, à Internet de qualidade, de alta velocidade é hoje um direito fundamental e se inclui, permita-me, Senador Pedro Taques, naquele grupo de direitos humanos elementares. O Senador Pedro Taques fez, inclusive, a perfeita evolução histórica das gerações, a liberdade na primeira geração, os direitos sociais na segunda geração e a ciência, a tecnologia e o direito à Internet na terceira geração.

É por isso que fico muito feliz com a sua ascensão à Presidência e conte com o nosso total apoio, porque V. Exª é um Senador amazônida e sabe a necessidade da Amazônia de darmos cabo a esse direito, sabe a dificuldade que têm os povos de Roraima e Amapá, que não têm acesso à Internet banda larga, o próprio Amazonas, embora tenha sido inovador, tenha aberto as fronteiras do desenvolvimento tecnológico na Amazônia, desde os anos 70, com o advento da Zona Franca, mas que precisa que o conjunto do Estado brasileiro compreenda que nós, que estamos na Amazônia, não somos somente uma redoma de vidro preservacionista. Somos isso e nos orgulhamos muito do patrimônio natural formidável que temos. Sempre falo isso sobre o patrimônio que temos no Amapá: mais de 75% dos ecossistemas naturais protegidos, todas as reservas indígenas demarcadas, 75% do Estado em estado de conservação. Já contribuímos, temos contribuído para ter desenvolvimento com sustentabilidade, agora tem que o Estado brasileiro compreender que também temos cidadãos passíveis de direitos, dessas três gerações de direitos humanos fundamentais.

Então, primeiro, eu queria registrar a minha satisfação de estar nesta Comissão. Fiz questão, no debate com o nosso Partido, de integrar esta Comissão pela necessidade que o desenvolvimento científico e tecnológico tem para a Amazônia e, em especial, para o meu Estado; em segundo, a satisfação de ter um competente Senador amazônida dirigindo esta Comissão, que significará que incluiremos no mapa dos direitos humanos de terceira geração o direito ao acesso à ciência e tecnologia da querida região em que nos inserimos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Agradeço ao Senador.

Nossa Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (PT – RR) – Senador Eduardo Braga, quero parabenizá-lo por assumir a Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, pois sei da sua competência, do seu belíssimo trabalho realizado à frente do Governo do Estado do Amazonas, sempre preocupado com o desenvolvimento econômico e social da população, com o desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, com a preservação do meio ambiente.

Então, quero registrar que é uma grande alegria contar com V. Exª aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia, por conhecer o seu trabalho e saber que, certamente, vai contribuir imensamente para as discussões e para os debates desta Comissão.

Eu queria também registrar que, na próxima reunião, deverei apresentar um requerimento para ser submetido à apreciação da Comissão de Ciência e Tecnologia, para a discussão do Plano Nacional de Banda Larga no nosso País e, principalmente, na Re-

gião Norte. V. Exª, que é do Amazonas, sabe muito bem das dificuldades imensas que temos de acesso à Internet. O meu Estado, Roraima, foi o único excluído do Plano Nacional de Banda Larga.

Então, eu quero discutir e debater com o Governo Federal, com a Oi, a inclusão do meu Estado no Plano Nacional de Banda Larga e a implantação desse plano nos demais Estados da Região Norte. Eu já queria adiantar a nossa intenção de discutir melhor esse plano, que é de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso país e para a nossa região, uma região tão isolada geograficamente que não pode estar alheia a esse processo de desenvolvimento, de inclusão digital, que vai ser muito importante para a educação dos mais de 24 milhões de amazônidas em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Senadora, a senhora já havia comentado comigo esse ponto da banda larga não só em Roraima, mas também no Amazonas, no Plenário. Ontem, estive com o Ministro Paulo Bernardo a propósito do requerimento que vamos apresentar logo a seguir, do convite ao Ministro Paulo Bernardo e ao Ministro Aloizio Mercadante para estarem aqui em datas separadas para discutirmos o plano das comunicações e o plano da ciência e tecnologia.

No dia de ontem o Ministro Paulo Bernardo já nos adiantou o compromisso do Ministério das Comunicações de incluir o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas dentro do Plano Nacional de Banda Larga, o que já será uma conquista da Senadora Ângela Portela para o importante Estado de Roraima.

Creio que a senhora já pode começar com esse requerimento a estabelecer pontos objetivos junto ao Ministério das Comunicações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem. É uma questão bem breve, prometo.

Eu queria me associar na mesma esteira da Senadora Ângela e reiterar, como disse há pouco. Você não está só na exclusão, Ângela. Não é só Roraima que está na exclusão, o Amapá também padece do mesmo.

Então, quero reiterar, associar-me ao reclame da Senadora Ângela. Considero central o debate que a Senadora propõe aqui, esse debate sobre a expansão do Plano Nacional da Banda Larga, em especial na Amazônia, porque me parece que precisamos ter um esclarecimento sobre como o programa deverá chegar aos Estados mais distantes da Região Amazônica.

Eu consideraria, Sr. Presidente, uma das prioridades de sua gestão aqui, de seu período à frente da Comissão, nós realizarmos o quanto antes essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – A intenção, Senador, é de que seja próximo à reunião exatamente o debate com o Ministro Paulo Bernardo.

O nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça tem que presidir a Comissão e gostaria de fazer uso da palavra.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB – CE) – Senador Eduardo Braga, eu queria, em primeira palavra, registrar aqui a presença da nossa Senadora Sandra, que orgulha o povo do Amazonas e do PMDB.

Quero dizer a V. Exª que assim com o Eduardo Braga, Governador do Amazonas, desenvolveu e abriu todos os caminhos para que aquele Estado fosse socialmente mais justo, o PMDB, que se orgulhou tanto de V. Exª como governador, vai se orgulhar ainda mais de V. Exª como Presidente desta importante Comissão de Ciência e Tecnologia.

Tive o privilégio de ser indicado também pelo meu Partido para ser Ministro das Comunicações e vejo ali o Presidente do CPQd e tantos outros companheiros que trabalharam conosco no Ministro Ministério das Comunicações. E lembro as dificuldades que tínhamos para dar o primeiro passo nessa questão da banda larga.

Lembro que fui com o Presidente Lula a Davos e tive o atrevimento de ali discutir com o mundo a questão do computador conectado, quando não se falava nisso no Brasil. E, lá no Ministério das Comunicações, o PMDB, por meio do nosso trabalho, fez com que abríssemos o caminho para o maior programa de inclusão digital da América Latina.

Depois, também pelo privilégio da indicação do meu Partido, fui Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, até o dia 31 de janeiro agora, na Câmara dos Deputados.

Fiz questão de participar com V. Exª desta Comissão para ser como um dos seus discípulos, porque sei da capacidade e sei do que V. Exª vai fazer para o crescimento, para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil.

No momento em que se discute tanto essa questão da Internet, no momento em que se discute tanto a inclusão digital através da banda larga, terá V. Exª um papel importante, fundamental e com certeza o Brasil e o PMDB se admirarão muito de ter feito essa indicação de V. Exª para presidir esta Comissão.

Por isso eu quero aproveitar esta oportunidade, atrasando a Comissão, a CCJ, que já devia estar em funcionamento. Fiz questão de vir, olhando nos olhos

de V. Exª, para dizer que nós, do PMDB, temos muito orgulho em tê-lo no quadro do nosso Partido. Que Deus o abençoe e que tenha muito mais sucesso ainda do que V. Exª teve em toda a sua carreira até o dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Meu caro Senador Eunício, eu que agradeço a sua intenção, o seu carinho. E o senhor sabe que está exatamente na Comissão de Constituição e Justiça um projeto que poderá fortalecer em muito a Comissão de Ciência e Tecnologia para dar cabo a nossa missão com êxito. Eu tenho muita tranquilidade, porque sei que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania hoje está entregue às mãos de um grande brasileiro, um grande cearense que está a serviço do Brasil e da preparação do Brasil para o futuro.

Quero agradecer as suas palavras e aproveitar para dizer que a minha esposa Sandra... Via de regra, quando a Sandra está presente em alguma solenidade, eu tenho muito cuidado em começar a mencioná-la, porque me emociono. A Sandra tem uma participação na minha vida não apenas como esposa, como a mãe dos meus filhos, mas a Sandra é uma companheira que me ajudou a construir a história política e a história de amor que nós temos com o povo do Amazonas.

Portanto, eu quero agradecer muito, Sandra, a sua presença no dia de hoje aqui na nossa Comissão.

Ouço com prazer o Presidente do PMDB, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srªs e Srs. Senadores, esta é uma Comissão nova e eu tive o privilégio de ajudar a criá-la há apenas quatro anos. Tivemos como primeiro Presidente o Senador Hélio Salgado, do Estado de Minas Gerais; o segundo, o Senador Flexa Ribeiro, que está presente e fez um grande trabalho. Ambos fizeram um grande trabalho nesta Comissão. E V. Exª está assumindo como terceiro Presidente desta Comissão. Tenho certeza de que ela está em boas mãos, pela experiência, pela dedicação que tem V. Exª com a coisa pública. Tenho absoluta certeza de que esta Comissão vai continuar avançando cada vez mais. E já é hoje uma grande comissão do Senado Federal. Começou ainda sem muita divulgação, mas hoje é uma Comissão já cobiçada pelos Senadores que entram aqui nesta Casa. E o meu Estado, o Estado de Rondônia se sente contemplado também porque V. Exª é da Amazônia, mas hoje é um Senador do Brasil que vai trabalhar para desenvolver cada vez mais a ciência, a pesquisa, a inovação que está avançando no Brasil. Nós temos que seguir o exemplo da China, da Coréia do Sul, de países que, através da educação, da ciência e da tecnologia, galgaram posições e saíram do terceiro mundo até chegar ao primeiro mundo.

O Brasil está caminhando para isso e temos que aproveitar este momento em que temos um Ministro das Comunicações que foi Ministro do Planejamento, que é o Ministro Paulo Bernardo, Parlamentar, em que temos também no Ministério da Ciência e Tecnologia o ex-Senador Aloizio Mercadante, que também foi um colega nosso aqui nas comissões e no Senado Federal.

Parabenizo V. Exª por já ter convidado, como primeiros palestrantes aqui nesta Comissão, os dois ministros: o Ministro das Comunicações e o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Então, parabéns a V. Exª e que Deus o ajude para que V. Exª consiga fazer um bom trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Muito obrigado, Presidente Valdir Raupp.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, quero também me somar aos diversos Senadores e Senadoras que saudaram V. Exª por essa tarefa que está à altura da sua capacidade. Andam juntas, ou seja, a grande nobreza de presidir esta comissão e um trabalho não só feito como Governador de um Estado, mas como alguém que, durante bons momentos do debate sobre a questão do desenvolvimento científico e tecnológico, que é a base para o desenvolvimento industrial deste País, esteve aqui como militante dessa causa. Para citar só um exemplo de uma dessas facetas, houve o nosso bom debate aqui sobre a lei da informática, em que tive oportunidade de estar com V. Exª, inclusive na condição de ser, naquele período, o autor do texto que terminou vingando como a nossa lei de informática. Tenho certeza de que esse debate ganhará muito aqui, na Casa.

Pelo perfil de V. Exª, não vamos transformar esta comissão numa comissão de um único tema. Acho que é importante que tenhamos isso como horizonte. Participei, meu caro Senador Flexa, de todo o movimento, de lá da Câmara, para que o Senado tivesse uma comissão específica de ciência e tecnologia. Incomodavanos ali, do outro lado do salão azul, no salão verde, o fato de que, todas as vezes em que precisávamos fazer esse debate aqui, ele sempre era tratado como periférico no Senado, sem essa importância. Esse é um tema central. Precisamos entender, Randolfe, que ciência e tecnologia são pontos estruturantes. Lamentavelmente, essas coisas só entram na ordem do dia no momento de duas ou três falações. Isso não se processa no Orçamento, isso não se processa na elaboração dos projetos. Então, eu, que cheguei ao

Congresso lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, recordo que só tínhamos o debate, naquela comissão, de radiodifusão, muito mais centrado na própria questão dos debates das concessões, das liberações de rádio e TV neste País. Acho foi a grande mudança que o Congresso Nacional, de um modo geral, introduziu. As duas comissões passaram a debater esses temas como temas importantes, como temas decisivos. Eu, apesar de ser do setor de telecomunicações, sempre tenho dito que, na minha opinião, ciência e tecnologia é base essencial, é base preponderante. Não tem como desenvolvermos uma nação como o Brasil, não tem como resolvermos o problema da banda larga, transformando-a exatamente em um bem e não em algo que é só permitido àqueles que podem pagar, se não aprofundamos o processo de desenvolvimento científico e tecnológico. Hoje, diferentemente do passado, nós acessamos as tecnologias e o desenvolvimento no mesmo momento que todos os países do mundo. E mais: tivemos a oportunidade de patrocinar importantes desenvolvimentos neste País.

Portanto, esta não é uma comissão qualquer. Lamentavelmente, os partidos – e, aí, deixem-me falar do meu, para não meter a colher de pau onde não devo – achavam que este era um tema, esta era uma comissão que podíamos discutir no final. E o PT também tinha essa cultura, que, graças a Deus, mudou. Esses temas passaram a fazer parte da ação preponderante.

Como disse Raupp, temos agora nas Comunicações e na Ciência e Tecnologia dois ex-Parlamentares, que têm a sensibilidade do Parlamento e que espero que tenham levado essa sensibilidade do Parlamento, com acuidade, para o comando das duas pastas. Essas duas pastas devem se relacionar conosco e temos de impor um ritmo para que o Governo possa adotar posturas. Por exemplo, o Ministério das Comunicações, Eduardo, é extremamente fragilizado do ponto de vista da sua estrutura. Ele foi esvaziado ao longo de tempo. Ele foi moeda de troca – quero falar isso aqui claramente – de todos os Governos. Aí, Randolfe, a sua região até sofreu mais ainda, desde o tempo em que eu ainda estava nos quadros do Sistema Telebrás, aquela era uma região atendida por último, por conta, exatamente. Foi um perfil adotado no Ministério das Comunicações que ao longo da sua vida cuidou das concessões, dos interesses. Aquela região, inclusive, tinha um senhor que mandava e desmandava no processo de radiodifusão. Para aquela região, na época, o que foi possível foi a tropodifusão. Depois é que se vem com um processo cada vez mais acentuado, hoje, de comunicação de satélites, fibras óticas, etc.

Acho que nós temos que aprofundar isso, Eduardo, e trazer para cá esse debate, associando as duas esferas de atuação, para não acontecer o que a gente já viu em algumas etapas aqui das comissões. Uma comissão termina se localizando mais em um ministério, outra, em outro, e a gente não consegue interagir com as políticas dos dois ministérios. Concretamente, a gente não consegue fazer algo que está inclusive inserido nessas áreas, que é a tal da convergência.

A gente fala tanto em convergência de mídia, em convergência tecnológica, e não consegue colocar convergência na nossa atuação, dando essa sinergia para a gente atuar nessa área de ciência, tecnologia, comunicação e informática, permitindo gente tratar isso como um bem, como um direito. Esse é o aspecto central. Tanto o acesso ao desenvolvimento tecnológico quanto o acesso à informação, à comunicação, têm que ser tratados como bem público e de preferência como os direitos humanos de todo e qualquer cidadão, principalmente de todas e quaisquer regiões deste País.

Tenho muita esperança de que possamos fazer esse trabalho. Tanto você quanto eu somos novatos neste Senado. Portanto, venho com a mesma disposição que dediquei aos meus quatro mandatos de Deputado Federal nessa área, tendo como quase que como uma área prioritária da minha vida parlamentar, da minha vida profissional. Então, quero emprestar essa dedicação, quero colaborar com isso.

Quero aproveitar o fato de já ter sido anunciada pela mesa desta comissão a vinda dos Ministros para que pudéssemos – eu até estou com um requerimento – segurar os requerimentos, fazer a conversa com os Ministros e estabelecer, depois dessa primeira apresentação dos Ministros, uma espécie de cronograma que sintonize a nossa ação, inclusive como os Ministérios tem pautado, desde que passemos a ter, obviamente, um nível de prerrogativas de associar aos interesses dos Parlamentares, para que possamos incidir na agenda desses Ministérios.

Então eu proporia que fizéssemos uma espécie de primeira apresentação de Aloizio e de Paulo Bernardo, que efetivamente representa o programa deles, a expectativa deles, para que possamos interferir nesse programa. Eu tenho dito a Paulo: eu quero esse diferente, quero meter a mão nesse programa. Todo dia eu digo a ele: não quero você no Ministério quatro anos para ficar discutindo um Tratado de Tordesilhas. Acabados os quatro anos, o tempo passou e a gente não botou o guiso no rabo do gato.

Então, vamos embora, colocar isso para funcionar. Enquanto a gente executa, enquanto colocamos a banda larga, enquanto ampliamos a inclusão, enquanto adotamos medidas de inovação, vamos fazendo a discussão do marco regulatório, vamos fazendo

a discussão do ajuste da legislação, vamos fazendo, inclusive, através da produção legislativa, o encontro com o que está acontecendo em todas essas áreas, portanto, permitindo que a gente não fique fora desse debate envolvendo esses setores.

Eu queria agregar a esse convite dos Ministros, meu caro Senador Eduardo Braga, meu Presidente. A gente podia acrescentar também a vinda do Presidente da Anatel, para nos apresentar, por exemplo, como é que a Anatel está sintonizada e qual é o seu planejamento para esse momento. Seria importante que a agência pudesse vir aqui e apresentar essas sugestões, assim como também eu acho que seria importante que a gente tivesse um primeiro papo, uma primeira conversa com o nosso Presidente do CNPq, organismo que tem também a tarefa de se relacionar com o mundo da pesquisa, para que a gente tivesse oportunidade de montar a nossa agenda de funcionamento a partir do que pensam essas instituições, esses ministérios e interferir, inclusive, no programa de trabalho deles a partir, óbvio, do desejo, dos interesses, das necessidades dos nossos Estados. Eu queria, inclusive, acrescentar – talvez na vinda do CNPq pudesse vir junto alguém do FINEP. Seria importante que a gente pudesse fazer, em datas diferentes, nessa primeira leva, a conversa com esses segmentos, quando eles apresentariam o seu plano de trabalho e nós, a partir disso, montaríamos o calendário de audiências públicas para discutir banda larga, inclusão, inovação, uma série de questões, a partir também de como os ministérios podem se apresentar. De repente, o que pensa Luiz, o que pensa Paulo pode estar em consonância, mas também pode estar em um caminho diferente do nosso. Então, a gente pode tentar puxá-los para o eixo central daquilo que, na nossa ótica, interessa ao País, interessa ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Eu é que agradeço, Senador.

Eu queria apenas colocar ao Senador Walter Pinheiro dois pontos. Um, concordamos nas linhas gerais colocadas por V. Exª e criamos um procedimento de trabalho em que, ao encerrar esta reunião, iremos imediatamente convocar uma segunda reunião já para deliberar sobre os requerimentos que estão à mesa. O primeiro requerimento é exatamente o que convida Aloizio Mercadante e Paulo Bernardo, respectivamente, Ministro de Ciência e Tecnologia e Ministro de Comunicações, para que eles possam vir à Comissão apresentar o seu plano de trabalho, apresentar as suas idéias e, a partir dessa discussão, fazermos uma sequência de audiências públicas, sendo sempre as audiências públicas trabalhadas para que nós possamos ter conteúdo, visibilidade, *follow up* e conseqüências de medidas a serem adotadas pela Comissão para que os marcos regulatórios e os pontos de estrangulamento na nossa legislação possam ser enfrentados pela Comissão.

Com relação à Anatel, há um projeto de lei, Senador, que vale a pena que todos nós aqui, da CCT, possamos estar engajados no desarquivamento desse projeto de lei que está na Comissão de Constituição e Justiça e que o Senador Eunício Oliveira tem interesse em dar prosseguimento. Já conversei com o Ministro Paulo Bernardo, já conversei com o Ministro Aloizio Mercadante e queria depois ouvir a comissão porque a intenção é que a Anatel venha a ficar na competência da Comissão de Ciência e Tecnologia, exatamente por todas as razões que o Senador colocou ainda há pouco na sua fala.

Mas, para encerrar esta primeira reunião, eu passo a palavra...

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Se V. Exª me permite uma questão de ordem... Até ontem cheguei a conversar isso com V. Exª em plenário, com o Líder Romero Jucá, e conversei com o Senador Eunício Oliveira, já que ele é o Presidente da CCJ. Nós temos o importante Projeto de Lei nº 116 e fizemos uma sugestão ao Senador Eunício para que nós fizéssemos, na próxima quarta-feira, uma reunião – já que inicialmente o projeto está na CCJ – com os diversos envolvidos e interessados nesse projeto e definíssemos um rito processual: se nós vamos levar a plenário, se nós vamos fazer essa corrida em cada comissão e quais os desejos nossos. Seria importante que a gente pudesse ter, pilotada por V. Exª e pelo Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira, essa reunião na próxima quarta-feira, que deve ocorrer ou na sala da CCJ ou no gabinete do Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Com a palavra o Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores. Sr. Presidente, vou procurar ser breve. Na verdade, eu pedi a palavra para cumprimentar V. Exª pela eleição e pela escolha de V. Exª como Presidente dessa importante comissão do Senado Brasileiro.

A Comissão de Ciência e Tecnologia tem um papel muito importante não só na área que está o Ministro Aloizio Mercadante, que, diga-se de passagem, fez aqui um excelente trabalho. É uma pessoa por quem tenho profunda admiração e respeito e confiança no seu trabalho. Assim como o Ministério das Comunicações, que é ligado a essa comissão. E nós temos a certeza, também, de que com a presença do Ministro Paulo Bernardo, que foi o nosso Ministro do Planejamento

por muito tempo, nós haveremos de discutir e ampliar de forma bastante positiva todas as ações dessas duas áreas; discutir isso aqui, melhorar os projetos e fazer tudo aquilo que é necessário para que essa comissão tenha realmente o andamento necessário.

Tenho certeza de que V. Exª, na condução dessa comissão, dará agilidade aos trabalhos. É uma comissão que foi muito bem presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, do Pará, que fez realmente um excelente trabalho. E eu tenho certeza de que V. Exª tem condições de fazer igual ao Senador Flexa fez ou até melhor. V. Exª é o ex-Governador, tem muita... É um homem preparado. Nós conhecemos a sua história, sua trajetória.

E quero aqui, como membro titular dessa comissão, colocar-me à sua disposição, para que juntos possamos realmente fazer essa comissão a andar e as coisas do Senado a andarem, ajudando a nossa Presidenta Dilma a fazer o trabalho que todos nós esperamos dela; e ela já inicia fazendo. O Brasil já está contente com o que ela está fazendo. E acho que a gente – a Ciência e Tecnologia – pode ajudar muito a melhorar cada vez mais.

Devo deixar aqui registrado que não gostei dos cortes que fizeram na área da ciência e tecnologia, mas tenho a certeza de que isso será reposto no momento certo. O Mercadante tem competência para isso. O Aloizio; o Ministro Mercadante. E as coisas, com certeza, vão se encaixar. No momento certo, a hora em que a arrecadação do Brasil melhorar e tiver realmente saldo para isso, os projetos serão tocados.

Então, é isso, Sr. Presidente. Quero, portanto, cumprimentar V. Exª. Meus parabéns. Conte com o Tocantins. Conte com o Senador João Ribeiro, que aqui representa o Estado do Tocantins e o Brasil. E a gente, nós juntos, vamos fazer muito, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Eu que agradeço, Senador.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PR – TO) – Deus na frente, viu, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Sempre, sempre.

Eu ouço a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB – MA) – Muito obrigada, Senador Eduardo Braga. Quero dizer primeiro da minha alegria de estar aqui. Eu não participo dessa Comissão, mas tenho certeza de que não apenas o nosso Estado, mas a nossa região está muito bem representada com a presença e a Presidência de V. Exª.

Eu quero reforçar as palavras de todos aqueles que falaram, como falou o Senador João Ribeiro, sobre a importância da comissão. Trabalharam um assunto tão sensível não só para a Nação brasileira, Senador Walter Pinheiro, mas para o mundo.

Hoje, a razão da soberania, do desenvolvimento é o domínio da ciência e da tecnologia. De todas as nações do mundo. E nós dispomos daquilo que a maior parte das nações não dispõe: as riquezas naturais, que precisam ser dominadas.

Então, eu quero cumprimentar V. Exª e vejo que o nosso plenário aqui, pelas presenças ilustres das autoridades que vêm da região, que vêm do Estado do Amazonas; Superintendente da Zona Franca de Manaus; Secretário de Ciência e Tecnologia do Amazonas; Reitor da Universidade Estadual; da Universidade Federal; nosso Vice-Reitor aqui. Dá pra perceber que V. Exª vai fazer um belo trabalho. E eu quero apenas dizer que com a participação de CNPQ, Ministério da Ciência e Tecnologia, entidades que organizam os pesquisadores deste País. V. Exª fará um belo trabalho, e já está aqui a demonstração. Esta Comissão não trabalhará apenas com as Senadoras e os Senadores, vai trabalhar com a sociedade, e isso é muito importante.

Então, quero desejar a V. Exª que esses dois próximos anos sejam anos de muito trabalho, e, Senador Walter Pinheiro, com a sua presença aqui na Comissão também não tenho dúvida nenhuma de que esta será uma das Comissões de maior atividade no Senado, mesmo porque pela importância do tema e não só por isso, mas pelos Senadores que a compõem.

Então, Senador Eduardo Braga, parabéns por essa posição, e tenho certeza que nós, do Amazonas, ganhamos muito, mas a região e o Brasil ganham mais ainda, mais, muito mais. Parabéns por sua eleição unânime. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Eu que agradeço a senhora, Senadora.

Nós estamos com várias Comissões acontecendo neste momento, a de Educação, inclusive, com eleição, Senador Flexa, e eu queria fazer uma proposta para a condução dos trabalhos.

A ideia era colocar como extrapauta desta primeira reunião a aprovação do requerimento que convida o Ministro Aloizio Mercandante e o Ministro Paulo Bernardo, respectivamente, Ciência e Tecnologia e Comunicações, para as primeiras audiências públicas da nossa Comissão. Já conversado com o Ministro Paulo Bernardo, ele, provavelmente, virá na próxima quarta-feira, após o Carnaval, ou seja, na semana do dia 14 ao dia 18 de março. Ele viria, conforme sua agenda, para a reunião da quarta-feira, subsequente a 14 a 18 e, logo a seguir, na outra semana então, o Senador Aloizio Mercadante, e deixaríamos os demais requerimentos para a segunda reunião que nós faríamos na quarta-feira, antes da audiência pública, com o Plenário, para

que nós pudéssemos votar os outros requerimentos, já existem outros requerimentos, e nós abriríamos uma segunda reunião com eles na pauta.

Então, eu consultaria o Senador Flexa porque, sendo assim, nós poderíamos votar um requerimento extrapauta, nesta primeira reunião, e nós poderíamos inclusive cumprir com o nosso voto na Comissão de Educação, de que eu também faço parte, e poderíamos ir à CCJ, que também tem um outro grande tema de interesse da nossa região, da Amazônia, uma questão que diz respeito inclusive ao fuso horário de parte do Estado do Amazonas, Estado do Acre etc., que está neste momento acontecendo na CCJ.

Eu ouço V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, eu entendo a preocupação de V. Exª, mas a aprovação do requerimento é algo que pode demorar um minuto. Não há o que discutir com relação à aprovação. É um requerimento da maior importância, porque o marco regulatório das comunicações nós já o estamos discutindo há bastante tempo aqui, no Senado, e, pelo que se ouve dizer, da necessidade e do interesse do Governo em aprová-lo o mais rápido possível, é importante que se crie essa Subcomissão e, depois, se faça a instalação, a instalação pode ser feita em seguida. É só uma questão de aprovar o requerimento por uma questão de ordem cronológica na aprovação.

Então, eu pediria a V. Exª que pudéssemos fazer a aprovação do requerimento que V. Exª solicita para convidar os dois Ministros, que é da maior importância que esta Comissão possa ouvir o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Senador Mercadante.

Pediria a V. Exª que pudéssemos fazer em conjunto os três.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Claro, inclusive já estou pedindo à secretária que leve o requerimento para ser subscrito por V. Exª.

Eu gostaria apenas, Senador, eu concordo em número, gênero e grau com a colocação de V. Exª, mas quero levar em consideração que fatos novos poderão estar a lume da nossa Comissão a partir da apresentação e exposição do Ministro Paulo Bernardo, que fará, na próxima quarta-feira, aqui, na nossa Comissão, e creio que as informações que teremos, inclusive para a nossa região, pelo que ouvi ontem do Ministro Paulo Bernardo, será talvez até importante adicionar no requerimento. O requerimento de V. Exª tem preferência, está aqui, na pauta da próxima reunião. Agora, se V. Exª assim insistir que levemos à votação neste momento, vamos levar a voto também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, não é uma questão de insistência, é só para que possamos aprová-lo, se houver necessidade, ainda há pouco conversava com o Senador Walter Pinheiro, se houver necessidade de ampliar o escopo da ação da Subcomissão, faremos em seguida, claro que não há dificuldade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – OK. Então, vamos colocar pela ordem o requerimento...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Uma questão de ordem, também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Pela ordem, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Insisti com o Senador Flexa Ribeiro o seguinte: eu, particularmente, acho, concordo plenamente que vamos discutir numa Subcomissão o tema da regulação, tenho discordância porque acho, por exemplo, nenhum Governo, e, aí, estou lhe dizendo aqui como Senador, e foi esta mesma posição que assumi como Deputado, inclusive, da Base do Governo, nem o Governo vai chegar e dizer que manda um projeto de regulamentação do marco regulatório e que vai ter que aprovar. Isso não existe. Se o meu Governo fizer isso, por exemplo, não contará comigo, porque ninguém faz um marco regulatório de comunicações em 24 horas. Estou neste debate, Senador Flexa, para V. Exª ter uma ideia, já há alguns anos. O ex, inclusive, Ministro, foi do seu partido, Sérgio Motta, fez sete versões de marco regulatório com a tal da lei eletrônica geral de comunicação de massa, sete versões! E não dá para isso! Então, estou propondo a V. Exª que a gente defina as subcomissões a partir de temas. E as subcomissões trabalhem os temas correlatos, os temas concernentes a essas subcomissões, na linha dessa prioridade que V. Exª aqui levanta. Eu concordo, plenamente, que a Subcomissão de Comunicação trate, como seu primeiro ponto, o marco regulatório que, hoje, inclusive – já digo a V. Exª–, subscrevo seu requerimento e quero participar da Subcomissão com V. Exª. Mas acho que a gente poderia adotar esse rito processual, porque seria mais interessante. Não há nenhum grilo... Não é o problema de fazer isso depois do Ministro ou antes do Ministro, não é isso. Mas só para a gente pegar e organizar. Vamos lá!... A gente cria a Subcomissão de Comunicação, que tem aqui, de público, assinado em baixo com V. Exª, que o primeiro tema dessa nossa Subcomissão é o marco regulatório. Óbvio! Até porque ele é abrangente. Então, nós faría-

mos, como primeira tarefa dessa Subcomissão – que eu até já posso colocar V. Exª como Presidente, já que está tão interessado... (risos).

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM**)** – Senador Walter Pinheiro, apenas por questão regimental. Eu preciso encerrar a instalação para que nós possamos abrir a segunda sessão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É isso aí... A questão de ordem que eu estava levantando é para que possamos abrir a segunda sessão.

O SR. VALTER PINHEIRO (PT – BA) – Entendeu, Flexa? Aí dá gente pode fazer isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª de ter lançado minha candidatura ao...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Está bom.

Encerrada, então, a sessão de instalação.

ATA DA 02ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 2011.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia dois de março de dois mil e onze, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lobão Filho, Gim Argello e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das atas das duas últimas reuniões, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item único: Requerimento nº 01, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, que "Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante e das Comunicações, Paulo Bernardo, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos." O Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM**)** – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 02 de março.

Para darmos início aos trabalhos desta Comissão, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura para aprovação das duas últimas Atas das reuniões anteriores.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com seus termos permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Senhoras e senhores, estão aqui à Mesa, portanto, os requerimentos para votação e deliberação de nosso Plenário.

Requerimento nº 01, que trata, nos termos do disposto nos incisos V e IX do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, de realização de audiência pública no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Exmºs Srs. Ministros da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, e das Comunicações, Paulo Bernardo, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas para os próximos dois anos.

Sala de Comissão de Ciências e Tecnologia.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 02, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer a...

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – V. Exª me permite uma pela ordem?

Estou fazendo essa ponderação ao Senador Flexa para ver se a gente poderia caminhar nessa direção. Eu não quero ficar contra seu requerimento. Estou sugerindo que a gente faça essa ponderação da transformação desse requerimento da Subcomissão

de Comunicação e que esta trate, até como primeiro tema, a própria questão do marco regulatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Walter Pinheiro, eu acredito que uma Subcomissão de Comunicação é bastante ampla e vai tirar da Comissão uma prerrogativa que lhe é inerente. Nós temos que ter (eu acho, Senador Walter Pinheiro) subcomissões que sejam pontuais e que sejam dirigidas a determinados aspectos que vão entrar em discussão. O marco regulatório é, na área de comunicação, algo da maior importância, até porque, Senador Eduardo Braga, há três anos esse marco regulatório está sendo discutido, em parte, com relação à convergência tecnológica, pela Câmara dos Deputados.

Chegou aqui o projeto – e o Senador Walter Pinheiro tem conhecimento disso, porque participou ativamente da discussão na Câmara – no final da legislatura passada. Foi feito um movimento por parte do Senador Romero Jucá, no sentido de que esse PLS nº 116, que foi o número que tomou aqui no Senado, não transitasse nas comissões. Ele teria que transitar em cinco comissões e terminativamente aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Mas, por uma solicitação de urgência do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, ele seria imediatamente levado ao Plenário do Senado.

Então, essa é a preocupação, Senador Walter Pinheiro. Essa questão está na Ordem do Dia para ser discutida, e nós não podemos perder essa prerrogativa do Senado Federal e desta Comissão em particular, porque aqui ele é terminativo, de fazê-lo.

Portanto, há somente essa preocupação. Se houver necessidade de se fazer alteração no objeto da subcomissão, eu estou à disposição dos meus pares.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Senador, eu gostaria de fazer uma ponderação a V. Exª para o bom caminho dos trabalhos.

Concordo com a sua ponderação com relação ao mérito, no entanto estamos diante de uma situação que precisamos entender.

Nosso plenário, a esta altura dos trabalhos, está com o seu quorum praticamente inviabilizado para uma votação. Se eu submeter esse requerimento a votos, o Senador Walter Pinheiro tem uma posição, V. Exª tem outra, não haverá uma decisão e nós teremos um prejuízo com relação a essa matéria.

Eu queria propor a V. Exª que esse requerimento ficasse na ordem do dia da próxima reunião. E quero dizer ao senhor que todos nós temos o mesmo pensamento com relação ao marco regulatório. O marco regulatório não passará no Plenário diretamente sem se discutir. O Governo não tem essa pretensão, pelo que diz o Senador Walter Pinheiro.

Ainda ontem, conversávamos com o Senador Romero Jucá. Todo o Brasil assistiu ao constrangimento dos Srs. Senadores em ter que votar uma medida provisória sem tempo para discutir e com um artigo, o art. 7º de uma das medidas provisórias que a maioria dos Senadores queria derrubar. Foi preciso buscar a alternativa de um possível veto para que o Senado pudesse votar.

Portanto, creio que o Senado também vive uma renovação com a chegada dos novos Senadores, a busca de um novo posicionamento, e o marco regulatório do setor de comunicação não poderá ultrapassar o rito desta Casa. Pelo menos este é o meu sentimento, já é um sentimento declarado do Senador Walter Pinheiro, pelo que percebo também é de V. Exª. Nós queremos prazo para discutir a matéria, esta é a Comissão terminativa no que diz respeito ao tema e nós não queremos ser atropelados por esse processo.

Então, quero assumir esse compromisso com V. Exª e, ao mesmo tempo, pedir que V. Exª nos dê a oportunidade de apresentar esse requerimento com o qual estamos de acordo. Queremos apenas não errar quanto à forma e à condução dos trabalhos.

Se V. Exª concordar, nós o faremos na reunião da quarta-feira subseqüente ao Carnaval, que, creio eu, será a reunião do dia 16 de março.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Com a palavra V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – De maneira nenhuma eu posso deixar de atender a uma solicitação tanto sua quanto do Senador Walter. Fui vencido nos meus argumentos, mas tem um Deputado, Senador Walter Pinheiro, que foi colega de V. Exª. Ele não se reelegeu agora, mas cumpriu dez mandatos. É o Deputado Gerson Peres. V. Exª o conhece bastante. Ele é da cidade de Cametá, Senador Eduardo Braga. Paraense como V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Eu o conheci.

O Deputado Gerson Peres tem uma frase que diz tudo. Quero deixar o Senador Valter Pereira alertado para a frase do Deputado Gerson Peres, que disse que, em política, até boi "avoa", como diz o caboclo lá de Cametá.

Dito isso, concordo com V. Exª para que possamos fazer a aprovação do requerimento na próxima sessão ordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, como lá na Bahia não é muito "afrancesado", é mais "asertanejado", eu diria que lá bode voa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) – Sem querer que bode ou boi voem, deixem-me registrar a presença do Fábio Augusto Andrade, Diretor Institucional da NET, aqui presente, e de Roberto Moreno, Gerente de Relações Institucionais da Honda do Brasil.

Agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a sessão.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia dezesseis de março de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Delcídio do Amaral, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores José Agripino e Randolfe Rodrigues. Comparecem à reunião os Senadores José Pimentel, João Pedro, Vanessa Grazziotin e Humberto Costa, não membros da Comissão e os Deputados Federais Sabino Castelo Branco e Rebecca Garcia. O Senhor Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento n.º 01 de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, que "Nos termos do disposto nos incisos V e IX, do artigo 90, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no sentido de que sejam ouvidos, separadamente, os Excelentíssimos Senhores Ministros da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante e das Comunicações, Paulo Bernardo, com o propósito de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de suas respectivas pastas, para os próximos dois anos". Comparece à reunião o Senhor Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações. Finda a exposição e uso da palavra pelo convidado, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Ângela Portela, Rodrigo Rollemberg, Aníbal Diniz, Ricardo Ferraço, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Valdir Raupp e os Senhores Senadores não membros da Comissão, Vanessa Grazziotin e João Pedro. O Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura que se realiza nesta data, 16 de março de 2011, para a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar as diretrizes e os programas prioritários, para os próximos dois anos, da Pasta do Ministério das Comunicações.

Atendendo ao Requerimento nº 01, de 2011, desta Comissão, de autoria dos Exmºs Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, iniciando os trabalhos desta Reunião. Submeto à apreciação a dispensa da leitura da ata e a aprovação da mesma da Reunião anterior.

As Sr.ªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Solicito à Sr.ª Senadora Angela Portela que acompanhe o Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, para tomar assento à Mesa. (Pausa)

Agradecendo, desde já, a presença do nosso Ministro Paulo Bernardo e à nossa Senadora Angela Portela pela gentileza, gostaria de conceder a palavra ao nosso Ministro Paulo Bernardo, mas, ao mesmo tempo, antes disso, fazer um registro nesta oportunidade.

O Brasil acaba de testemunhar, juntamente com todo o mundo, de forma consternada, o episódio que acometeu o nosso país-irmão, o Japão, onde a tecnologia da informação permitiu-nos presenciar não apenas

uma tragédia de enorme repercussão humanitária, mas também nos permitiu identificar - como aconteceu em passado recente com o Brasil, mais especificamente nas regiões serranas do Rio de Janeiro e, agora, no sul do País, inclusive no Estado do Paraná - o quanto a comunicação, a ciência, a tecnologia e a informação são fundamentais para que o Brasil e o mundo possam preparar-se para os desafios de um clima que se apresenta cada vez mais de forma incontrolável e violenta.

Portanto, creio que esta é uma oportunidade de, ao discutirmos os planos na área de comunicação, na área de banda larga, do Governo Federal, também poder discutir questões, no sentido de como enfrentar desafios como os que a sociedade moderna haverá de fazê-lo nos próximos anos.

Concedo a palavra ao nosso Ministro Paulo Bernardo, agradecendo mais uma vez a sua presença.

O SR. MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES (Paulo Bernardo) – Bom dia, meu caríssimo Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Braga, que cuida de ciência e tecnologia, inovação, comunicação e informática neste Senado Federal, Senador Gim Argello, eminente Vice-Presidente desta Comissão, Sr.ªs e Srs. Senadores, quero dizer que é uma satisfação participar desta Comissão, mais rápida do que a da Câmara dos Deputados, porque o Senador Presidente esteve comigo na semana passada, para fazer o convite, e deixamos meio agendado que faríamos esta reunião lá.

No mesmo dia, o Senhor nos ligou de volta, marcando a audiência. Logo em seguida, ligou-me o Presidente eleito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, a fim de marcar, para os próximos dias, uma discussão, que considero importantíssimo que seja feita.

Preparei uma apresentação – espero que não seja considerada demasiado longa – para os membros desta Comissão, sobre os trabalhos, de maneira geral, do Ministério das Comunicações. Vou tentar ser tão breve quanto possível e depois, evidentemente, coloco-me à disposição para os debates.

Temos quanto tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM.) – Na realidade, temos o tempo que for necessário para que possamos exaurir o tema de tamanha importância, portanto, o senhor Ministro pode ficar à vontade, e os senhores Senadores, com certeza, terão todo o interesse em assistir a apresentação e, logo a seguir, participarmos do debate.

O SR. MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES (Paulo Bernardo) – Muito obrigado.

Fui convidado, em dezembro, pela Presidenta eleita, Dilma Rousseff, para chefiar o Ministério das Comunicações e, na ocasião, ela me apresentou, resumidamente, como missão, como encomenda do Governo para o Ministério das Comunicações, fortalecer o Ministério em sua capacidade de formulação de políticas públicas para o setor de comunicações. Isso de uma maneira bem abrangente, mas discutimos também alguns termos específicos. A Presidenta colocou, como prioridade absoluta, o seguimento da implantação do Plano Nacional de Banda Larga. Creio que todos têm acompanhado e vários Senadores aqui – como a própria Senadora Angela, o Senador Eduardo e o Senador Gim Argello – estiveram lá no Ministério conosco discutindo. Sei que isso desperta um interesse enorme, não sem razão, até porque temos – e os dados serão mostrados aqui – um acesso ainda pequeno à internet. Consideramos que os serviços são caros e estamos trabalhando para que sejam reduzidos, portanto, esta é a grande prioridade, mas temos várias outras que apresentarei.

O Ministério das Comunicações tem, hoje, duas secretarias: Secretaria de Telecomunicações e Secretaria de Comunicação Eletrônica. Combinados com a Presidenta, estamos criando a Secretaria de Inclusão Digital. Já temos o decreto pronto, já passou pelo Ministério do Planejamento e já está na Casa Civil, portanto, deve ser baixado em alguns dias, para fazermos, então, a terceira secretaria.

Trouxe alguns dados, para mostrar aos membros da Comissão, sobre telefonia: o Brasil tem, hoje, aproximadamente 203 milhões de acessos móveis ativos e 42 milhões de acessos fixos, em serviço. Temos 13 milhões de acessos de uso de banda larga. Na verdade, esses dados são de 2009, recentemente foram divulgados alguns dados pela indústria setorial, mas os dados do IBGE não foram ainda oficialmente divulgados. No ano passado, o Brasil teve produzidos e vendidos 13.700.000 computadores, aproximadamente, metade entre desktop e notebook – parece que notebook foi um pouquinho maior. Ultrapassamos o Reino Unido e nos tornamos o quarto mercado mundial, perdendo para os Estados Unidos, China e Japão. E, para 2011, a indústria de eletro-eletrônicos prevê 16 milhões de unidades comercializadas no Brasil. No setor de rádiodifusão, temos perto de 21 mil outorgas, sendo 2665 rádios FM, 369 rádios-educativas, 1782 rádios de ondas médias... Está discriminado aí, não vou ler tudo isso. São, só de retransmissores de televisão, quase 11 mil delas, e já temos 189 emissoras de TV digital. Aliás, dei alguns números de venda e, no caso de TV digital, tivemos, no Brasil, vendidas aproximadamente 15 milhões de televisões, no ano passado. Quase que, invariavelmente, com tecnologia já digital ou com possibilidade de fazer a conexão, fazer o acesso.

Quanto à telefonia e à televisão por assinatura, há aproximadamente dez milhões de assinaturas, e, hoje, se considerarmos a penetração do serviço, vamos ver que 95% das residências têm rádio; em torno de 88% têm telefone fixo ou celular; e 34,7% dos domicílios – este é um dado de 2009 também – têm computador, sendo que somente 27,4% têm acesso à Internet. Ou seja, ainda há um intervalo, pois há domicílios em que existe computador, mas não Internet, com certeza pelo preço ou, em alguns casos, pela falta de serviço.

Ainda sobre a Internet, há desigualdades regionais. Quero mostrar os usuários de Internet por Região. No Sudeste, 48% da população são usuários da Internet – isto não quer dizer que tenham computador, mas, sim, que são usuários –; na Região Sul, esse percentual é de 46%; no Centro-Oeste, o percentual é de 47,2%; o percentual cai para 34,3% na Região Norte e para 30% na Região Nordeste. Se considerarmos o percentual de domicílios por Região, verificaremos que, na Região Sudeste, 43% dos Municípios têm computador, mas somente 35% têm Internet; no Sul, 42% têm computador, sendo que, desses, 32% – há uma diferença de dez pontos percentuais – têm Internet; no Centro-Oeste, esses percentuais são, respectivamente, de 35% e 28%; no Norte, 20% dos Municípios têm computador, mas somente 13% têm Internet; no Nordeste, esses números caem para 18,5% e 14,4%.

Se considerarmos a classe socioeconômica, vamos ver que, na Classe A, o número de usuários por Internet, que já foi de mais de 90%, caiu para pouco mais de 80%, indicando, provavelmente, que as pessoas cansaram um pouco e pararam de usar a Internet – certamente, não se trata de problema econômico –; na Classe B, o percentual de usuários está em torno de 70%; na Classe C, o percentual de usuários é de 40%; nas Classes D e E, o percentual é de pouco mais de 10%, não se chega a 12% de usuários. Um dado também muito significativo é que, até 2009, mais da metade, 55%, dos brasileiros nunca tinha acessado a Internet. É possível que esse número tenha aumentado um pouco, mas não foi um aumento significativo em 2010.

Aqui, está a apresentação dos principais projetos em que pretendemos trabalhar.

Já falei do Plano Nacional de Banda Larga. São vários programas de inclusão digital, com destaque para a Relação Federativa. Na verdade, o Ministério vai coordenar esse trabalho. Dez ou doze Ministérios fazem inclusão digital, como o da Cultura, o da Educação, o do Desenvolvimento Agrário. Pretendemos prosseguir reforçando a implantação da TV Digital, apresentar o marco regulatório das comunicações eletrônicas e, para a Copa das Confederações, em 2013, para a Copa do Mundo, em 2014, e para as Olimpíadas, de 2016, garantir a infraestrutura e o legado posterior para o País. Também pretendemos, internamente, dar uma operacionalização maior para as delegacias regionais do Ministério, que, hoje, são sete.

Com relação à banda larga, já fizemos algumas ações no ano passado. Fizemos o leilão da Banda H, que vai atingir 75% dos Municípios com menos de 30 mil habitantes. Incluímos, na virada do ano, os *modens* na Lei do Bem, ou seja, eles foram exonerados de tributos. Reduzimos a zero o IPI de equipamentos com tecnologia nacional da área.

Estamos discutindo não apenas o trem de alta velocidade, mas nas obras públicas que já seja construída a estrutura de fibra ótica, no momento da construção, por exemplo, ferrovias e outras obras. E elevamos o orçamento do Funtel, para este ano, de 40 para 200 milhões. Isso foi algo feito pelo antigo Ministério do Planejamento, foi uma boa ação que o Ministro do Planejamento fez à época, e reativamos a Telebrás. A Telebrás já está com nova sede, novo estatuto, tem mais 124 funcionários, planejou a implantação das suas ações e já fez seis licitações de infraestrutura básica para rede. Nós pretendemos, ainda, trabalhar no prazo imediato, em uma política de desoneração dos *tablets*. Na verdade, o que nós estamos conversando no governo é simplesmente igualar os *tablets* aos microcomputadores. Quer dizer, dar a eles o mesmo tratamento. Isso significaria uma redução de custo e de preço. Reduzir o preço da banda larga para o usuário e a implementação de acordo com o Confaz também para isso.

Na verdade, estamos trabalhando, Senador Eunício, nesse sentido. Nós fizemos, em 2009 uma pesquisa que mostrou que 48% das pessoas que não têm Internet em casa alegam que não têm porque o custo é muito alto. Então, nesse momento, a Anatel e o Ministério das Comunicações estão discutindo com o setor de telecomunicações o Programa Geral de Metas de Universalização. Isso diz respeito à telefonia fixa, mas também incluímos metas para Internet banda larga. E nós queremos reduzir os preços da Internet para algo na faixa de R$35,00. Pela pesquisa que fizemos, depois vou mostrar esses dados, nós teríamos uma disseminação muito mais rápida da Internet com um preço como esse. Se conseguirmos por meio do acordo com o Confaz tirar o ICMS, e isso precisa ser por acordo, porque o Governo Federal e mesmo o Congresso não podem deliberar assim, teria que ser feito de acordo com os Estados, nós poderíamos ter a Internet na faixa de R$29,00 e, com certeza, daria uma facilidade muito grande ao acesso.

A Telebrás tem um plano inicial de 1163 municípios para serem abrangidos, o que significa 49% da população brasileira. Vamos fazer licitações de rádio e frequência para promover a competição no acesso em banda larga, à frequência de 3,5 gigahertz para áreas urbanas, a freqüência de 450 megahertz para áreas rurais. Essa de 450 megahertz é uma frequência de 450, 470, ela é usada hoje pela Polícia Federal e algumas polícias estaduais, também. Mas, na maioria dos países, as polícias usam uma frequência um pouco menor, de 380 megahertz. Então, nos estamos negociando para que o Polícia Federal compre outros equipamentos, vai ter que ter recursos, evidentemente, e desocupe essa faixa que será usada para fazer telefonia e, em alguns casos, Internet na área rural, e linhas de financiamento para pequenos e médios prestadores de serviços de telecomunicações e *lan houses*. Esse gráfico aí, Senador Eduardo, mostra que à época em que foi feita a pesquisa havia 10 milhões de domicílios com Internet, e o preço médio em 2009 era de R$96,00 por ligação. Se nenhuma medida fosse adotada, nenhuma política pública fosse adotada, a previsão, a projeção – e isso foi feito com a ajuda do Ipea –, a projeção é de que teríamos em 2014 o dobro, 19,8 milhões de domicílios com um preço médio de R$58,00. Então, sem a adoção de nenhuma medida, há uma tendência de baratear e aumentar o acesso. Com o Plano Nacional de Banda Larga, estamos estimando que se for R$35,00, chegaremos em 2014 com 35 milhões de ligações, de domicílios ligados. Se for R$29,00 é um pouco mais, e se fosse, por exemplo, R$15,00 nós teríamos 39,8 milhões de domicílios. Ou seja, há um aumento e conforme baixa o custo vai aumentando a possibilidade de acesso. Evidentemente que vai chegar o momento em que teremos de discutir outras políticas complementares, porque, mesmo a um custo menor, terá gente que não vai ter acesso.

Além disso, estamos discutindo – disse isso há pouco – o Plano Geral de Metas de Universalização 3, que prevê a instalação de telefones públicos em todas as escolas e postos de saúde rurais – isto está em debate para ser resolvido até maio –, atendimento a 89 mil locais, como assentamentos rurais, aeródromos, comunidades quilombolas, indígenas, entre outros, que também precisam ser atendidos, telefonia fixa a um custo mais baixo; retomamos a discussão do chamado AICE (Acesso Individual de Classe Especial), e a Anatel inclusive já colocou em consulta pública para fazer a implantação nos próximos anos, a partir de maio, desse acesso, o AICE. Estamos trabalhando com o preço em torno de R$15,00, com um número determinado de minutos franqueados para a ligação. Competição e redução de custos na banda larga no atacado e no varejo.

Falando um pouco da secretária de inclusão digital, que estamos criando, vamos colocar como competência formular, planejar, coordenar, executar, implementar os programas de inclusão digital do Governo Federal, e vai ter dois departamentos: de articulação e formação e de infraestrutura para inclusão digital. Os principais programas já existem, vamos continuar trabalhando para reforçá-los: cidades digitais, construção de redes digitais conectando todas as estruturas de governo para aperfeiçoamento da gestão pública, integração federativa e inclusão digital com teles centros, pontes de acesso livre.

Estive na Argentina, já com a Presidenta Dilma nessa primeira viagem que ela fez, e a Argentina tem um experiência muito interessante de instalação de Internet em pontos públicos, como praças, em edifícios públicos, que, ao entrar neles há a livre conexão.

Redes digitais para inclusão social e monitoramento: mecânica de gestão, transparência, com indicadores para avaliar a efetividade dos projetos.

Falando um pouco de radiodifusão, estamos tentando executar alguns projetos. Formatamos e vamos começar a implementar o que eu destacaria: racionalização dos processos de outorga, regularização dos aspectos relativos à fiscalização das emissoras e um regulamento de sanção.

O que queremos dizer com isso? Nos processos de outorga, a nossa avaliação é que temos um excesso de burocracia, um excesso de passos que são necessários, são executados hoje na concessão de uma outorga, e nós queremos torná-los mais simples, mais rápidos, mais ágeis, mais transparentes. Além disso, estamos passando para a Anatel a tarefa de fazer a fiscalização do setor de radiodifusão. O nosso entendimento é que, no caso de fiscalização técnica, os aspectos técnicos da radiodifusão já era uma tarefa da Anatel. Portanto, ela vai fazer e executar todo o procedimento.

No caso de fiscalização de conteúdo, a Anatel, por ter mais estrutura, mais condição, vai executar uma tarefa que é do Ministério das Comunicações, por delegação, e vai nos devolver os autos eventualmente aplicados, para que o Ministério faça as cobranças e tomem as providências complementares.

Pretendemos fazer um regulamento de sacão, porque, hoje, o Código Brasileiro de Comunicações prevê que qualquer sanção possa ser expressa em multa. Então, qualquer coisa que acontecer na emissão, transforma-se em multa. Percebemos que isso é pouco efetivo, porque, na verdade, as multas são de pequenos valores e uma emissora que descumpre a legislação

tem uma multa, a segunda multa, a terceira, e assim por diante. E achamos que seria importante haver um critério progressivo: se há um descumprimento da lei, há uma multa; se há outro descumprimento, há outra multa maior; se há outro descumprimento, há alguma coisa mais dura, como, além da multa, uma advertência ou a suspensão da emissora ou até propor-se a cassação, se for alguma coisa muito grave.

Além disso, estamos programando fazer a análise de todos os processos em estoque no prazo de um ano e meio. Temos, aproximadamente, 34 ou 35 processos em estoque lá e pretendemos acelerar e fazer a análise no prazo de um ano e meio.

Também queremos modernizar as regras sobre autorização de características técnicas. Por exemplo, se uma emissora tem, por um acidente qualquer, seu transmissor queimado, tem de pedir autorização do Ministério para colocar outro transmissor. Como temos, digamos assim, um tempo de resposta que não prima pela agilidade, pela rapidez, ou a emissora fica parada, sem transmitir, não oferece o serviço, ou, então, faz uma coisa que hoje seria considerada uma irregularidade: instala o transmissor sem a devida autorização.

Então, uma das coisas que pretendemos fazer é dizer: queima-se ou acontece um acidente, instala-se, e comunica-se o Ministério, que manda fiscalizar depois e que, se, houver alguma coisa erra, vai adotar as medidas que forem cabíveis, mas partindo do suposto de que a empresa vai fazer o que é correto.

Além disso, pretendemos divulgar, nos próximos dias, um plano nacional de outorgas de radiodifusão comunitária. Há aproximadamente pouco mais de 400 Municípios, que não têm qualquer emissora, e achamos que as rádios comunitárias podem começar a suprir essa deficiência. Vamos fazer isso por meio de nove avisos, de nove editais de licitação, mas pretendemos, nesta semana, se for possível, amanhã, já divulgar o calendário, como vão ser esses editais – quando vai ser, que Municípios serão abrangidos, até para que os interessados possam começar a preparar-se.

Vamos revisar os critérios de outorga de radiodifusão educativa e rede transmissora de TV. Na verdade, o que há hoje é o seguinte: retransmissora de televisão e rádio educativa ou televisão educativa não têm um critério definido na lei. Isso é uma coisa que é arbitrada pelo Ministro. O Ministro decide. Digamos, como funciona desse jeito, estamos decidindo e fazendo. Mas pretendemos colocar isso em um instrumento, dizendo qual vai ser o critério. Por exemplo, há três entidades disputando, qual vai ser o critério de desempate, que tipo de exigência vai ser feita, e assim por diante.

Vamos fazer também um estudo sobre a alteração do valor de classe e potência de emissoras autorizadas. Acontece muito o seguinte: faz-se uma concessão, uma outorga de uma rádio com uma determinada potência, e é preciso ter... a lei prevê um pagamento xis. Quando a emissora pede aumento da potência, normalmente paga uma pequena taxa, para fazer essa mudança, que não é a diferença entre a potência menor e a potência maior. Quer dizer, achamos que isso deveria ser equalizado e que deveria ser cobrado o valor correto – o valor redefinido, digamos assim.

E pretendemos executar contratos não cumpridos. Há casos de emissoras que receberam a outorga, tinham de fazer um pagamento para o Tesouro e não fizeram. Aí alguns casos já estão sendo... Já no ano passado, o Ministério mandou cobrança para a Advocacia da União, e vamos fazer isso com mais celeridade. Ou seja, o contrato tem de ser cumprido. Fez-se o contrato, e se recebeu a outorga, tem-se de cumprir as obrigações para com o Estado.

Com relação ao marco regulatório das comunicações eletrônicas, essa é uma discussão de bastante repercussão, de bastante sensibilidade.

Nós estamos falando de artigos. São quatro artigos na Constituição, de 220 a 223, que tratam dessas questões. O art. 220 fala de princípios gerais; o art. 221 defende a cultura nacional, produção regional independente; o art. 222 fala de propriedade dos meios eletrônicos; e o 223, de complementaridade dos sistemas privado, público, estatal e mecanismos de outorga. Quer dizer, seria a melhor relação.

E esse tema foi objeto de um grupo de trabalho no Governo Lula. O Ministro Franklin Martins elaborou um anteprojeto, ainda não totalmente fechado na sua redação. Nós estamos fazendo uma revisão minuciosa e pretendemos apresentá-lo à Casa Civil e à Presidenta Dilma para ser encaminhado ao Congresso. Possivelmente, pelo menos, é a posição do Ministério das Comunicações. Nós faríamos ainda uma consulta pública antes de mandá-lo para o Congresso.

Além disso, nós começamos a discutir e avaliar a legislação, com objetivo de modernização. O nosso Código Brasileiro de Telecomunicações vai completar 50 anos no ano que vem. É de 1962. Então, nós começamos a discutir isto, o que poderia ser melhorado no Código, e eventualmente mandar essas propostas para o Congresso, adaptar regras ao novo ambiente econômico e tecnológico das comunicações.

Além disso, Presidente, estamos trabalhando com outros ministérios, Ministério da Fazenda, da Indústria e Comércio, da Ciência e Tecnologia. O Governo vai ainda fazer uma revisão da política industrial, e nós queremos que a cadeia de equipamentos e serviços de telecomunicações seja fortalecida. Portanto, estamos trabalhando também, por designação da Presidenta

Dilma, nessa questão. E estamos trabalhando na organização da Copa das Confederações, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas para garantir que o Brasil responda às necessidades que esses eventos vão apresentar.

Bom, eu estou quase terminando. Vou falar um pouco de Correios. Os Correios são uma empresa, como todos sabem, importantíssima, ligada ao Ministério das Comunicações. Nós temos uma empresa que tem 19.131 pontos de atendimento, sendo 6.195, um terço, agências próprias; 6.142 terceirizadas, das quais 1.418 franqueadas, 241 permissionárias, e 4.483 comunitárias. Essas comunitárias geralmente são organizadas em conjunto com os Municípios para prestação de algum serviço. E temos ainda 6.794 postos de vendas de produtos; 7.630 unidades de movimentação de carga e 44.420 unidades de transporte – esse deve ser o nome de caminhões, kombis. Esqueci de perguntar isso quando saí de lá. O Ministro poderia me ajudar nisso aí. Unidades de transporte deve ser o nome de kombis e caminhões, mas é uma empresa com quase 111 mil trabalhadores, e vai fazer agora um concurso para mais 9 mil no próximo período. O edital já deve estar para ser publicado. Em 2009, foram distribuídos 8 bilhões e 234 milhões de objetos postais, e os Correios tiveram uma receita total de R$12 bilhões, sendo que o lucro líquido, de R$120... Em 2010, não tem o balanço publicado ainda, mas o lucro foi melhor, na faixa de R$800 milhões. Nós estamos trabalhando para modernizar a empresa. Acho que é sabido aqui pelos Senadores, mas o Estatuto dos Correios é de 1969, e como ele foi baixado por um decreto-lei, nós precisamos de lei para alterá-lo.

Então, devemos mandar, nos próximos dias, uma medida, uma proposta legislativa para mudar esse Estatuto, para autorizar, na verdade, a mudança, porque, hoje, todas as empresas têm estatuto definido em decreto da Presidência. Achamos que essa é a melhor forma de se colocar essa questão, mas precisamos da autorização do Congresso para isso.

Também queremos autorizar a atuação do Correio no exterior. Por exemplo, em Miami, o Correio paga um dinheirão para fazer convênios com empresas americanas para distribuir ou receber encomendas geralmente de público brasileiro ou de empresas brasileiras. Avaliamos que ele poderia perfeitamente ter uma atuação própria lá. Além disso, é preciso haver uma ampliação do objeto, permitindo que o Correio tenha novas atividades relacionadas com a infraestrutura do serviço postal, que haja a constituição de subsidiárias e a participação em outra sociedade e que se melhore a governança corporativa. Lá estamos num trabalho penoso de redefinir a questão da franquia. Isso é de conhecimento de todos. Muitos parlamentares têm acompanhado isso. Há o Banco Postal, um atendimento bancário nas agências do Correio. Há um convênio, definido em licitação, com o Banco Bradesco, mas esse convênio vai vencer no final do ano. Então, o Correio já iniciou as tratativas para fazer a renovação desse contrato, ou seja, vai fazer nova licitação.

Quanto à regulamentação do setor postal, há a Lei nº 6.538, de 1978. Pretendemos fazer a regulamentação, que ainda não foi feita, e a edição de normativos para aperfeiçoamento dos critérios de distribuição e fixação de metas de expansão do atendimento.

Sr. Presidente, tentei ser rápido, para dar tempo de as Senadoras e os Senadores falarem.

Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu é que agradeço ao nosso Ministro Paulo Bernardo.

Gostaria de consultar o Plenário, os nossos Senadores, sobre o critério relativo à lista de inscrição.

É praxe, nesta Casa, a lista de inscrição ser formada não somente pela presença dos Srs. Senadores, de acordo com a ordem de chegada dos Srs. Senadores, mas também pela autoria dos requerimentos. Tendo em vista o cumprimento rigoroso do horário por parte de alguns Senadores, para privilegiar exatamente essa disposição de alguns Senadores, também sabendo que aqui está o nosso Senador Eunício Oliveira, que foi Ministro das Comunicações e que é o atual Presidente da CCJ, em que haverá sessão também no dia de hoje, eu gostaria de fazer um apelo aos Srs. Senadores, para estabelecer o seguinte critério: agora, falaria o Presidente da CCJ, que teria de se deslocar para abrir a reunião daquela Comissão; logo em seguida, o Senador Cyro Miranda, que foi o primeiro Senador a chegar a esta Comissão, juntamente com a Senadora Angela Portela, com o Senador Gim Argello e com o Senador que vos fala; e, posteriormente, passaríamos a alternar os oradores, seguindo o critério da ordem de chegada e de autoria de requerimento, para darmos seguimento à lista de inscrições.

Se o Plenário concorda com esse critério, passarei a palavra ao Senador Eunício Oliveira. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente e Ministro Paulo Bernardo, agradeço-lhes a deferência, até pelo compromisso que tenho de presidir a CCJ às 10h.

Eu não poderia deixar de me fazer presente a esta importante audiência pública. V. Exª, Sr. Presidente, teve o discernimento de convidar o Ministro Paulo Bernardo para fazer essa brilhante exposição aqui.

Na presença, de César Alvarez, de Walter Pinheiro e de muitos outros companheiros que nos ajudaram quando tive a oportunidade de servir ao Governo do Presidente Lula como Ministro das Comunicações, quero relembrar um pouco o momento em que assumimos o Ministério, em que tínhamos grandes desafios a enfrentar. Naquele momento, instalava-se no Brasil a questão, ainda embrionária, da chamada TV digital.

E vi, pela exposição do Ministro, a elevação dos números dentro do Ministério. E dois aspectos que quero registrar, o primeiro é o de que o nosso grande empenho era a questão da inclusão digital no Brasil, porque entendíamos que essa questão da inclusão digital no Brasil era prioritária e era importante. Muitas pessoas nem sequer acreditavam. Lembro da luta que travamos para conseguir o primeiro passo na questão do computador conectado, na questão da desoneração do acesso à chamada inclusão digital pela compra do equipamento. Mas vejo ainda aqui, com muita preocupação, Ministro Paulo Bernardo, que o Norte e o Nordeste continuam ainda muito, muito defasados em matéria de inclusão digital de banda larga. E a minha pergunta a V. Exª se refere a duas preocupações. Primeiro, fiz uma luta difícil que foi ao chegarmos no Ministério e nos depararmos mais ou menos com 40 mil processos, havia processos de 1982, paralisados naquele Ministério. E, para surpresa nossa, haviam sido extintas todas as delegacia regionais e trouxeram toda aquela papelada que se encontrava em arquivo morto, arquivo vivo para o Ministério das Comunicações e jogaram em um galpão dentro daquele Ministério. Para surpresa minha, não tínhamos como sequer fazer a separação do que era arquivo morto do que era arquivo vivo porque estava tudo misturado. Mas era um trabalho gigantesco, àquela época, para recriarmos as delegacias regionais, porque entendíamos que essa centralização aqui, além de ser ineficiente, criava um problema muito sério para a questão da telecomunicações no Brasil. E naquela época, nós conseguimos, com o Governo, recriar 11 delegacias que depois foram reduzidas para 7 delegacias.

A minha pergunta ao senhor é a seguinte: Como estão essas delegacias, já foram reinstaladas; essa papelada regional já foi devolvida para as secretarias ou ainda há um processo de entendimento. Segundo, acho que o grande desafio de V. Exª, não tenho dúvidas das demonstrações dadas por V.Exª quando Ministro de Estado do Planejamento e agora como Ministro das Comunicações, é a questão da inclusão digital. O Norte, do meu querido companheiro, presidente e ex-governador, brilhante governador do Amazonas, ainda é um Estado com muitas dificuldades nessa questão. Mas quando criamos ali o Programa Gesac, que levava a Internet banda larga para lugares remotos do Brasil era um projeto embrionário. Com a revitalização da Telebrás, com todo esse arcabouço que o Governo está colocando, por meio da dinamicidade de V. Exª, não tenho dúvida de que o grande desafio, pois quando chegamos ao Ministério tínhamos 40 milhões de telefones fixos e cerca de 46 milhões de telefones móveis. Hoje, o Brasil continua com 42 milhões aproximadamente de telefones fixos e quase 200 milhões de telefones móveis. O que desejo, e tenho certeza de que V. Exª cumprirá esse papel, é que no final desse mandato de V.Exª como ministro, no final desse Governo, V.Exª tenha feito com a Internet banda larga para o Norte e o Nordeste brasileiro o que aconteceu no Brasil com a questão da telefonia móvel e confio que V. Exª fará com que este País seja mais igual, levando oportunidade aos que moram no Norte, oportunidade aos que moram no Nordeste, para que possamos ter, através da inclusão digital também uma posição crescente de inclusão social.

Por isso, Ministro, quero parabenizá-lo pelo que V. Exª apresentou aqui hoje. São temas extremamente relevantes, importantes, grandes desafios e não tenho dúvida de que V.Exª cumprirá esse papel importante mais uma vez para o Brasil. .

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Eunício Oliveira, gostaria também de propor ao Plenário que o Ministro pudesse responder a um bloco de três Senadores em suas indagações, para que pudéssemos dar um dinamismo à nossa apresentação.

Ouvimos o Senador Eunício Oliveira. Gostaria de passar a palavra, então, ao Senador Cyro Miranda, para fazer a sua indagação.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Obrigado.

Sr. Presidente, Ministro Paulo Bernardo, prazer estar com o senhor, parabéns pela apresentação, que muito contribui com esses dados e nos deixa muito contentes.

Tenho duas preocupações que gostaria de passar para o senhor.

A excessiva carga tributária aplicada no setor de telecomunicações constitui um dos grandes entraves ao seu pleno desenvolvimento. O setor produziu, em 2008, R$177,7 bilhões. Somente as prestadoras de telefonia fixa e móvel, que correspondem por 81,4% dessa produção, recolheram no ano passado R$41,1 bilhões em tributos, o que equivale a 42,7% da receita líquida. Trata-se, Ministro, da maior carga tributária do mundo, mais de duas vezes superior à do segundo colocado. Apenas de ICMS, os serviços de telecomunicações contribuíram com quase R$26 bilhões,

R$25,9 bilhões, ou seja, 12,7% do total arrecadado pelos Governos estaduais. Existe alguma proposta de revisão do modelo tributário com ensaios e simulações que demonstre o impacto dos preços na utilização dos serviços e na própria arrecadação decorrente de alterações na carga tributária?

Outra distorção que nos preocupa muito, na área de telecomunicações, é o confisco da maior parte dos fundos setoriais, que deveriam, por lei, ser investidos na universalização dos serviços, na fiscalização e no desenvolvimento tecnológico. Nos últimos dez anos, Sr. Ministro, entretanto, os recursos arrecadados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, o Fust, e pelo Fistel têm sido apropriados pelo Tesouro, um montante já supera a R$30 bilhões. Se investido na implantação de uma rede de banda larga esse montante permitiria ao Brasil contar com uma da melhores infraestruturas nessa área. De que maneira o Ministério pretende equacionar esse problema?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Senador, eu passaria a palavra, então, à Senadora Angela Portela.

A Sr.ª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Bom dia a todos.

Ministro Paulo Bernardo, gostaria de parabenizá-lo pela apresentação, pelos projetos que pretende desenvolver à frente do Ministério. Queria aqui demonstrar, Ministro, minha preocupação com o Plano Nacional de Banda Larga, principalmente no que se refere ao atendimento à região Norte do País.

Por ocasião do lançamento do Plano Nacional de Banda Larga, no ano passado, nós nos surpreendemos com a exclusão do Estado de Roraima. Entre todos os Estados da Federação, fomos o único a ficar fora do Plano Nacional de Banda Larga. E a justificativa que tivemos na ocasião é que o Estado não teria estrutura necessária para ser atendido pelo Plano. Mas penso que isso já foi superado. Nós já informamos ao Ministério das Comunicações que existem os cabos de fibra ótica da linha de Guri, da linha de transmissão que vem da Venezuela, de Guri, passando por todo o Estado de Roraima e indo até o Estado do Amazonas. A operadora Oi, de telefonia fixa, móvel e de Internet, já está atuando em Roraima, na região Norte. Inclusive, em 2009, lançou o Plano lá em Roraima e atendeu apenas quatro mil famílias, quatro mil residências, e 79 escolas das mais de 500 existentes.

Então, sabemos que a operadora OI usou recursos públicos, financiamento nos bancos de desenvolvimento regional, para implantar a banda larga nos Estados da Região Norte. E aqui queria destacar Roraima, porque ficou fora. E, há uns 20 dias, também tivemos a grata satisfação de ver que, lá no Estado do Amazonas, Senador Eduardo Braga, foi lançado o plano, e já atenderam de imediato, no Amazonas, quatro mil pontos de acesso. Então, percebemos que há um tratamento diferenciado entre os Estados da Região Norte.

Então, eu gostaria, Ministro, que o senhor olhasse, com atenção, para essa situação da Região Norte e, especificamente, de Roraima, porque nós temos, sim, a infraestrutura necessária para a implantação do programa. Já estive com o senhor lá no Ministério e demonstrei essa preocupação. Já estamos, inclusive, protocolando um requerimento para a realização de uma audiência pública, para a qual deveremos chamar membros, representantes do Ministério das Comunicações, da telefonia OI, de outras entidades envolvidas na implantação do projeto, para que possamos discutir melhor essa questão.

Então, um dos pontos que gostaria era essa atenção do Ministério com relação a isso. E outra questão que gostaria de destacar aqui é que, entre os principais projetos do Ministério das Comunicações, não visualizei aqui o projeto Cidades Digitais. Talvez ele esteja aqui entre "Inclusão digital com destaque para a relação federativa".

Gostaria também que o senhor falasse um pouco sobre o Cidades Digitais, porque nós colocamos recursos no Orçamento para a instalação, a implantação do projeto Cidades Digitais nos 15 Municípios do Estado de Roraima, dada a dificuldade que temos de acesso à Internet – uma Internet cara, lenta, instável.

Enfim, queria agradecer-lhe, Ministro, e pedir esses esclarecimentos. Parabéns pelo seu trabalho, pela sua atuação. Estou confiante em que, estando o senhor à frente do Ministério das Comunicações, certamente o plano vai expandir e atender, com satisfação, a população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Bem, Sr. Ministro, de acordo com o que estabelecemos, agora vamos passar-lhe a palavra, para que possa responder às indagações dos Senadores.

Apenas gostaria, Ministro, de complementar dois pontos, para que o senhor pudesse abordar todas essas questões já levantadas.

Com relação ao que disse o nosso Senador Eunício Oliveira, na TV Digital, sendo eu representante do Estado do Amazonas e estando na Zona Franca de Manaus o maior pólo industrial de televisores deste País e da América do Sul, é verdadeira a afirmação do nosso Ministro de que há um crescimento brutal,

Senador Walter Pinheiro, na nossa produção de televisores digitais.

No entanto, Sr. Ministro, percebe-se claramente que há um entrave, ainda, com relação às emissoras, à programação e ao conteúdo digital neste País. Creio que, complementando a pergunta do nosso Senador Eunício, era importante colocar aqui quais as ações, qual o critério, qual o plano do Ministério em relação à defasagem que está acontecendo com relação à programação e ao conteúdo digital por parte das emissoras; ao mesmo tempo, destacar a questão da banda larga.

O acesso à banda larga é absolutamente necessário, mas é preciso disponibilizar às Regiões, de acordo com suas características, as ferramentas necessárias para a universalização do acesso.

Na Amazônia, por exemplo, o acesso da banda larga por fibra ótica tem limitações físicas e geográficas. É importante ouvir do Ministro das Comunicações, planejando-se as comunicações, também, um pouco com relação às modalidades, aos modais de infraestrutura de comunicação para a banda larga, seja com fibra ótica, seja com satélites para as Regiões onde há limitações geográficas e físicas, como é o caso da Amazônia, por exemplo, onde há graves déficits e deficiências na área de satélite para banda larga. E jamais conseguiremos, no caso de Estados da dimensão do Pará, da dimensão do Amazonas, alcançar a sua integralidade, o acesso universal, sem a presença de satélites para aquela área.

Passo a palavra ao nosso Ministro para que possa responder às indagações dos Srs. Senadores.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Presidente.

O Senador Eunício teve que sair para a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas eu disse a ele que iria responder à pergunta dele, até porque tem gente assistindo e são assuntos de interesse geral. Ele disse que depois iria me ligar e nós iremos conversar sobre essas questões.

Mas os dados que o Senador Eunício disse são corretos. E uma coisa muito importante é que os 42 mil processos que havia quando o Senador Eunício foi Ministro e os 35 mil que nós temos hoje, de fato foram, em grande parte, trazidos das delegacias regionais. Houve uma centralização que acabou deixando com poucos afazeres as delegacias ou menos do que eles poderiam suportar e tratar, e sobrecarregando muito o Ministério, a sede. Nós estamos fazendo um levantamento disso para averiguar aqueles que podem ser devolvidos – é claro, já tratados aqui no Ministério – para serem processados nas delegacias. Mas, além disso, nós estamos fazendo um trabalho. Fizemos visitas a todas as delegacias regionais, que estão fazendo reuniões com servidores, avaliando as condições de trabalho, para ver novas atribuições que poderemos dar para essas delegacias.

Com relação à TV digital, o Senador Eunício fez diversas ponderações e o Senador Eduardo complementou-as. Nós consideramos hoje que se trata é de acelerar o processo de implantação da TV digital. Entre aqueles processos que nós temos e que assumi o compromisso aqui de, em um ano e meio, dar tratamento, há inúmeros referentes à TV digital.

Quando foi feita a legislação, ficou assegurado para todas as emissoras o chamado pareamento, ou seja, o canal analógico teria de ter correspondência com um canal digital. Então, nós vamos, nesse período, responder a todos esses que estão atrasados e atribuir o canal digital de maneira que haja possibilidade técnica de implantação.

É claro que, em alguns casos, a emissora depende de recursos, financiamento, mas é outra discussão. Consideramos que é fundamental acelerar esse procedimento até porque a legislação prevê que, até 2016, seja totalmente implementado.

Nós vamos parar de fazer a transmissão analógica – hoje as emissoras fazem as duas – e passar a fazer só a TV digital. Isso significa que nós também vamos ter de supervisionar o procedimento industrial, como anda a indústria, como andam os preços. Então, nós queremos acelerar essa implementação e vamos fazer isso olhando o setor como um todo, quer dizer, as emissoras, os procedimentos legais, as autorizações e pareamentos do Ministério, mas também os procedimentos e os processos industriais, a política industrial para o setor.

Com relação ao adendo que o Senador Pinheiro fez, nós temos fóruns de discussão não apenas no Brasil, mas com os países vizinhos onde temos feito acordos para adoção do mesmo sistema que adotamos no Brasil em praticamente todos os países. Tem uma ou duas exceções que não definimos ainda ou que não vamos conseguir definir com o mesmo sistema. Parece-me que a Colômbia tem uma definição bastante adiantada para adotar o modelo europeu, e a nossa avaliação é que é difícil reverter isso. Pelo menos, eles têm nos informado assim, mas a grande maioria dos países da região...

Conversou, né? É, nós também temos essa avaliação.

Aliás, aproveito a pergunta do Senador Pinheiro para dizer que nós estamos agora discutindo também com os países da América do Sul a integração no que toca a Internet. Quer dizer, como é que nós podemos fazer uma multiplicação de esforços. Fizemos já um

protocolo de intenções com a Argentina; já temos uma linha que vem da Venezuela; no Paraguai, está sendo construída uma linha de transmissão de Itaipu até Assunção, que vai ter Internet também.

Ontem mesmo, recebemos representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que é o grande banco da infraestrutura na região, e colocamos essa questão da infraestrutura de comunicação e telecomunicações na região, eventualmente com financiamento e com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O primeiro contato foi muito alentador.

Quanto a essas questões da Internet na região Norte/Nordeste, sobre as quais o Senador Eunício e a Senadora Angela falaram e, agora, foram abordadas pelo Presidente Eduardo, quero dizer o seguinte.

Primeiro, Senadora, é verdade, quando fizemos o Plano Nacional de Banda Larga houve exclusões. Acho que não foi o único estado, acho que o Estado do Amapá também não foi incluído, porque a avaliação na época era que não tínhamos possibilidade técnica de executar o plano nesses estados. Mas eu acho que o quadro mudou, de um ano para cá mudou bastante.

Manaus tem agora uma ligação que vem do Norte. Veio da Venezuela para Roraima e, depois, de Roraima foi construída uma linha pela Oi. É verdade, foi com financiamento do Basa, com financiamento público, mas foi construído e chegou a Manaus. Além disso, estamos construindo o linhão de energia de Tucuruí para Manaus. Todos sabem que Manaus tem um problema de energia grave. Hoje a cidade é abastecida com geradores movidos a óleo combustível, e isso, além de ser muito caro, traz um problema ambiental que tem de ser resolvido. O linhão, ficando pronto, também vai ter os cabos de fibra ótica associados, e temos – o Senador me lembra – um gasoduto construído entre Coari e Manaus. Parece-me que, entre Coari e Manaus, há sete municípios que já têm, no gasoduto também, cabo de fibra ótica. Nós estamos fazendo uma negociação, um acordo de operação com a Petrobras. A Telebrás é que vai operar esses cabos – evidentemente vai pagar um valor de aluguel para a Petrobras –, e isso vai possibilitar conectar esses sete municípios e também reforçar a ligação de Manaus.

No caso de Roraima...

Bom, eu ainda queria falar do Amazonas.

Eu estive lá, o Senador Eduardo estava, o Governador Omar estava, o Senador João Pedro estava lá, a Senadora Vanessa também, e foi um evento com grande repercussão, porque, de fato, a Internet em Manaus, até antes de essa linha ser instalada, custava R$412 para 300 Kbits por segundo, quer dizer, uma Internet chinfrim com preço de super banda larga. Era muito caro.

Com essa negociação... Na verdade, foi uma negociação que o Governo começou com a Venezuela. A Eletronorte compra energia da Venezuela para abastecer Roraima, e também passamos a comprar a Internet através do cabo de fibras óticas – a Oi construiu o cabo entre Boa Vista e Manaus. Com isso, passou-se a oferecer, em Manaus, Internet com preço de R$ 39 pelos mesmos 300 Kbits. Só para se ter uma referência: nós queremos, no Plano de Banda Larga, ter pelo menos 600 Kbits com o preço de R$ 35 – se não for tirado o ICMS.

Os dados que temos, e a Senadora Angela citou uma parte, é que em 15 dias dobrou o número de usuários em Manaus. Depois desse período deve ter aumentado bastante. E a Senadora reclamou veemente que a empresa não estava oferecendo as mesmas condições.

Queria dizer que ontem tive uma reunião com a direção da OI para tratar justamente dessa questão de banda larga. Fui quase tão veemente quanto V. Exª e me comprometi, inclusive, a ir a Boa Vista para tratar dessa questão. Mas ele disse que já começaram a fazer a venda nas mesmas condições de Manaus, que é muito caro.

Recebi, ontem ainda, o Governador do Amapá, que me relatou que na casa dele tem Internet com velocidade 128 KB, muito, muito baixo, e paga R$220 pelo serviço. Então, estamos também trabalhando para resolver. Tem um linhão de energia sendo construído para lá, mas há algumas alternativas sendo discutidas. Uma delas seria fazer uma ligação com a Guiana, há uma oferta para construir uma fibra ótica da Guiana, do Oiapoque, até Macapá. Outra possibilidade é o Pará fazer um cabo submarino, porque para atravessar o rio não há condições técnicas, é muito complicado. Só na frente da capital, Macapá, a informação que tive do Governador é que o rio tem oito quilômetros de largura. Então, é praticamente inviável, até porque desce madeira, desce todo o tipo de carga arrastada pelas águas. Sendo assim, não há condições técnicas de atravessar o rio pelo leito.

Portanto, estamos trabalhando. O que eu posso dizer, Senador, é o seguinte: vamos rever o Plano Nacional de Banda Larga e vamos incluir Roraima e Amapá, e vamos rever todos os Estados.

Mas para ser honesto também preciso dizer que teremos que adequar do ponto de vista técnico. Assim, não podemos fazer a promessa que será na semana que vem, porque provavelmente V. Exª vai estar no plenário fazendo um discurso contra nós por não termos cumprido o prazo. Mas me comprometo a fazer

outras reuniões, ter outras conversas com a bancada, inclusive, de Roraima, do Amapá, do Amazonas, para ver como é que podemos acelerar. Vamos rever essa questão porque, de fato, já temos novas possibilidades técnicas que permitem isso.

Com relação às cidades digitais – depois vou responder as suas perguntas, Senador Ciro – a Senadora pergunta... O programa está no nosso plano. O Cidades Digitais prevê a construção de redes para interconectar todos os edifícios, o poder público com a Internet; e também a possibilidade de abrir o sinal, em alguns casos, em escolas, praças, ou seja, abrir o sinal para que as pessoas possam usar livremente, aquelas pessoas que não queiram fazê-lo em casa ou até que possam complementar.

Então, está assim e podemos discutir como fazer isso. V. Exª mencionou a questão das emendas, há emendas parlamentares para isso, enfim, teremos que discutir. Eu teria que conversar com a Ministra do Planejamento. Estou brincando, porque no ano passado era eu que estava lá. O pessoal do Planejamento tem mania de cortar as emendas, então precisamos discutir isso. Mas a brincadeira foi só porque eu era do Planejamento.

O Senador Ciro Miranda levantou uma questão importante, que é a questão da carga tributária. De fato, a carga tributário sobre o setor de telecomunicações é muito alta. Não tenho esses números que V. Exª mencionou, mas, com certeza, há Estados que cobram... A alíquota básica de ICMS é 25%. Como o ICMS é cobrado por dentro, na verdade significa uma alíquota efetiva de 33%. Mas há Estados que cobram a alíquota de 30, 33%. Então, é muito mais.

Some-se a isso os impostos federais, com certeza, tem um patamar muito alto.

Nossa visão, Senador, é a seguinte: nós temos que começar... Primeiro, para mudar isso de vez, só fazendo uma reforma tributária. Nós não temos a menor condição de dizer para os Governadores: "Baixem o imposto", até porque os últimos dados que tenho é que o ICMS referente às telecomunicações significa 12% do que os Estados arrecadam. Quer dizer, tem um peso... Doze ponto sete, quase treze por cento. Então, falar: "Abra mão disso", claro que ninguém vai abrir. Como é que eu pago minhas contas? Mas, por exemplo, no caso da banda larga, nós temos conversado com os Estados e tem havido receptividade. Vamos pegar o serviço de banda larga, pelo menos o básico, e isentar. Federal e estadual. E aí você teria um serviço que seria oferecido mais barato. Não há grandes perdas, porque hoje o serviço é pouco, são poucos usuários, nós vimos, e, portanto, o aumento de usuários não traria grandes perdas. Aliás, ao contrário, quando houver muito serviço, os Estados vão arrecadar por outros mecanismos, na venda de equipamentos, uma série de outros mecanismos, e não causaria um problema sério nos orçamentos estaduais. E também teria o efeito de, ao correr do tempo, ir baixando a alíquota média. Quer dizer, se algum serviço não tiver em cobrança, a alíquota efetiva vai diminuindo.

Então, Senador, eu concordo. Não é simples resolver porque, como os Estados dependem dessa... E mesmo o Governo Federal. Nós vamos ter que fazer essa desoneração gradativa.

Com relação ao contingenciamento dos fundos, o Ministério das Comunicações considera totalmente pertinentes essas coisas. Nós precisamos resolver isso.

Estou falando assim, o Senador Walter Pinheiro fica rindo ali...

No caso do Fust, por exemplo, a legislação foi feita – e acho que o Pinheiro concorda – de maneira que não é operacional o Fundo. Não se consegue utilizar. E isso, digamos, tem gente da área econômica que vibra quando percebe isso. Bom, não consegue usar, fica contingenciado. Nós fizemos, no ano passado, uma negociação com o Congresso, com o Senado, com a Câmara, e tem um projeto tramitando, que está em boas condições para votar. Está na Câmara. Reformula os critérios de utilização do Fust. E teve inclusive, na época, o de acordo do Ministério do Planejamento. Não, nós estamos de acordo. Portanto, o Ministro das Comunicações atual pode tranquilamente falar que é a favor, que o Governo é a favor de aprovar. Ontem, quase foi colocado na pauta esse projeto. Aí eu recebi uma ligação do Líder do Governo, o Deputado Vaccarezza, e também do Deputado Bruno Araújo, que é o Presidente da Comissão de Comunicação da Câmara, informando que resolveram, em quinze dias, negociar. Provavelmente vai ser feito um consenso lá e o projeto vem para o Senado. Então, nós somos a favor de resolver isso. Para este ano, como eu disse, no caso do Funtel, aumentando para R$200 milhões o orçamento, e queremos gradativamente utilizar mais esses fundos.

Acho que era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Gostaria de passar a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, próximo Senador inscrito.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Bom dia, Senador Eduardo Braga. Quero cumprimentar V. Exª, cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo, todos os Senadores aqui presentes. Inicialmente, quero cumprimentar o Ministro Paulo Bernardo por sua apresentação e dizer que a Presidente Dilma foi muito feliz ao indicá-lo Ministro das Comunicações. Tenho certeza de que, pela sua competência, já de-

monstrada anteriormente, e pela importância desse Ministério, teremos resultados muito positivos.

Quero me referir aqui, muito rapidamente, ao Plano Nacional de Banda Larga e à importância da universalização do acesso à banda larga para o conjunto da população brasileira. Eu diria que, talvez, até esse plano seja tão ou mais importante para a população do que foi o Luz para Todos no Governo passado.

Tendo em vista o que representa hoje o acesso à Internet, do ponto de vista da abertura de novos horizontes, da melhoria da educação, do acesso ao trabalho, ao emprego, à informação, à comunicação, ao lazer, enfim.

Dados recentes de pesquisas publicadas pelo pesquisador Julio Jakobo Waiselfisz, intitulada "Lápis, borracha, teclado", um estudo de 2010, mostram que, dos 10% mais pobres da população, apenas 0,6% tem acesso à Internet, enquanto que, por parte dos 10% mais ricos, esse acesso é bem superior, passando dos 56%. Demonstra, com números um pouco diferentes, em função das datas, o que o Ministro apresentou aqui, das diferenças regionais, inclusive a diferença entre as pessoas brancas e as negras, mostrando que a exclusão social e as diferenças sociais no nosso País se refletem de forma muito cruel nesse *apartheid* digital que, se não for corrigido, só vai aprofundar as diferenças sociais e regionais. Isso tudo me motivou, Ministro, a apresentar aqui, com o apoio de diversos Senadores, uma proposta de emenda à Constituição colocando o acesso à Internet como um direito social ao lado de outros direitos.

Mas a pergunta que eu gostaria de fazer V. Exª começou a se referir sobre isso, embora eu queira saber mais detalhes. Qual é a verdadeira situação do Fust hoje, neste momento, se ainda há algum impasse jurídico, porque essa questão estava no Supremo Tribunal Federal, salvo engano, qual é a situação exata do Fust hoje, qual o montante disponível e qual a possibilidade de ser usado como instrumento de financiamento do acesso à banda larga, especialmente às populações mais pobres?

Foi colocado aqui, pelo Senador Ciro, a alta carga de impostos relativos aos serviços de telecomunicações. V. Exª se referiu que, no caso específico do serviço de banda larga, o montante ainda é pequeno e que uma isenção no âmbito federal e estadual poderia ampliar e facilitar o acesso de grande parte da população aos serviços de banda larga. Eu gostaria de saber se V. Exª tem algum dado específico de qual é essa carga hoje especificamente ao serviço de banda larga, qual é o impacto disso na arrecadação, tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual.

E, por fim, com a recriação da Telebrás, em torno de cem servidores da Anatel foram retransferidos, retornaram à Telebrás. E existe um conjunto grande de servidores concursados que aguardam a sua nomeação. A pergunta é: como fica a situação da Anatel com a saída do pessoal da Telebrás e se existe alguma previsão de novas contratações de concursados para suprir a deficiência de pessoal da Anatel. São essas questões que formulo, cumprimentando mais uma vez o Ministro Paulo Bernardo por sua apresentação e desejando-lhe muito sucesso à frente desse Ministério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PT – SP) – Agradecendo ao nosso Senador Rodrigo Rollemberg e mantendo o critério estabelecido anteriormente, passo a palavra ao Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Paulo Bernardo, primeiro, quero cumprimentá-lo pela apresentação, cumprimentar, através de V. Exª, a Presidente Dilma, pela felicidade da indicação do seu nome para o Ministério das Comunicações.

Da exposição que o senhor nos fez, vários aspectos aqui nos deixam bastante otimistas. Primeiro, nessa questão do Plano Nacional da Banda Larga, a gente sente a prioridade para o social, a preocupação em promover a inclusão digital, que é algo absolutamente atual e necessário, fundamental. Acho que o direito à inclusão digital, nesse momento, deve ser um direito fundamental, e a gente vai ter que legislar sobre isso.

Venho de um Estado pequeno, o Estado do Acre. Nós representamos 0,33% do eleitorado brasileiro. Teríamos que multiplicar por três nosso eleitorado para significar 1% do eleitorado nacional, aproximadamente.

Então, do ponto de vista quantitativo, temos muito pouco a contribuir, mas há algumas experiências acontecendo, experiências bem localizadas, que poderiam, talvez, trazer alguma ilustração para a ousadia que pode acontecer também no plano nacional. Temos uma rede pública de rádio e de televisão que conseguiu levar a televisão educativa para todos os Municípios do Acre. Ou seja, temos 100% dos Municípios do Acre atendidos pela rede pública de televisão

No que diz respeito à Internet, vivemos um paradoxo, porque, ao mesmo tempo em que enfrentamos as maiores dificuldades infraestruturais, também nos lançamos ao desafio de fazer com que a Internet acontecesse, a inclusão digital acontecesse para todas as famílias urbanas. E, nesse sentido, lançamos o Floresta Digital, que é um programa extremamente caro. Eu diria que muito acima das nossas condições financeiras, porque é quase que uma sofisticação muito acima das

nossas possibilidades, mas isso tudo por conta da importância que a gente dá à inclusão digital.

Então, o programa Floresta Digital, Sr. Ministro, já possibilita, hoje, nos entornos de bibliotecas, nos entornos de escolas, nos entornos de praças, onde tem aglomeração, principalmente em Rio Branco. A gente já tem Internet livre. As pessoas podem chegar com seu computador e, nas redes sem fio, disponíveis, vai estar lá a rede Floresta Digital.

O que gostaria de propor neste momento? Primeiro, a gente vai ter que intensificar a cobrança, com cada vez mais veemência, aos fornecedores de infraestrutura, principalmente a OI, porque a gente, às vezes, paga por um serviço, eles recebem pelo serviço, mas não oferecem, exatamente, na quantidade que é contratada. Então, a gente poderia oferecer Internet com muito mais rapidez se os contratos com ma OI fossem corretamente cumpridos. Então, é importante haver essa ajuda do Ministério, no sentido de que os contratos sejam completamente cumpridos, no tocante à garantida infraestrutura.

Outra coisa que eu queria propor, Sr. Ministro, é que nós, dentro da preocupação do plano nacional de outorga para rádios comunitárias, para garantir que os municípios que não contam ainda com serviço de radiodifusão possam ter, que a gente pudesse estabelecer uma espécie de pacto pela desburocratização ou pela simplificação do acesso a rádio comunitária. Se agente pudesse juntar esforços do Ministério das Comunicações, juntamente com o Congresso Nacional, Senado e Câmara, para a gente simplificar ao máximo o acesso as rádios comunitárias, para que as comunidades isoladas possam, de maneira simplificada, ter acesso a esse serviço, que é fundamental e que diz respeito à vida em algumas comunidades isoladas. E também que a gente revisse essa questão dos 25 watts, porque 25 watts para uma rádio comunitária é muito pouco. E numa comunidade na Amazônia, em que as distâncias são muito grandes e as comunidades... Às vezes, a gente fala uma comunidade, num bairro de São Paulo, junta milhares de pessoas, milhares de famílias. Mas, numa comunidade, num seringal do Acre ou no Baixo Amazonas, a gente precisa de contato com essa comunidade em ares geográficas muito maiores. Então, 25 watts não atendem a nossa necessidade.

Então, eu proporia que a gente revisse também, para que nos associássemos à Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço) na reivindicação de que o mínimo não fique em 25 watts, mas a gente possa multiplicar pelo menos por dez, chegar pelo menos a 250W, principalmente na Amazônia, que precisa de uma atenção especial nesse sentido.

No mais, Sr. Ministro, agradeço imensamente pela contribuição, pela partilha desse projeto fantástico abrangendo todos os aspectos e todos os desafios que estão postos para o Ministério das Comunicações nos próximos quatro anos.

Colocamo-nos aqui plenamente à disposição para ajudá-lo naquilo que for necessário para que a gente possa valer esse desafio enorme e de total atualidade de fazer a internet banda larga chegar aos mais diferentes pontos do País e atingir o maior número possível de pessoas no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Aníbal e mantendo o critério, eu gostaria de passar a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo, desejo cumprimentá-lo pela clareza, pela objetividade e pela ousadia das metas que o Ministério que V. Exª coordena apresenta a esta Comissão e à sociedade brasileira.

É meu desejo, como membro desta Comissão, que o Ministério possa ter e ver esta Comissão como uma parceira efetiva para o bom debate, o debate democrático, o debate que possa estar associado aos estratégicos esforços que foram feitos durante o governo do Presidente Lula e que seguramente agora, durante o Governo da Presidente Dilma, terão continuidade em face da necessidade de ampliarmos os horizontes da comunicação no nosso País.

Recentemente, Sr. Ministro, foi lançado o Atlas Brasileiro de Telecomunicações 2011, que faz uma radiografia muito positiva a respeito dos avanços e dos desafios que foram superados nos últimos anos, mas também aponta alguns importantes desafios.

Finaliza o Atlas Brasileiro de Telecomunicações que quase 90% das cidades brasileiras não têm competição na telefonia fixa, o que chama atenção pela necessidade da boa competição e tudo aquilo que a boa competição pode produzir de consequência para o usuário brasileiro.

Penso eu que foi a partir da participação ativa do setor privado nas telecomunicações brasileiras que nós conseguimos avançar muito, que nós conseguimos socializar e universalizar o acesso de grande parte da população brasileira ao serviço de telecomunicação.

Aponta, Sr. Ministro, o estudo que um dos principais gargalos e desafios na manutenção dessa expansão do crescimento e da competição da telecomunicação é a falta de regra que garanta o aluguel de infraestrutura no atacado em condições competitivas, para que isso possa se dar efetivamente com maior

velocidade, entendendo que quanto mais se faz mais se tem por fazer, porque quanto mais você avança no atendimento às demandas sociais a sociedade vai ficando cada vez mais sofisticada nas suas reivindicações e na sua demanda.

Eu gostaria que S. Exª pudesse fazer um comentário a respeito da necessária regulamentação do aluguel da infraestrutura, que pode ser, de fato, uma ferramenta muito importante no avanço da telecomunicação no Brasil, em todos os seus formatos.

Também indago a S. Exª, evidentemente reconhecendo o pouco tempo em que o senhor está à frente do Ministério, se já chegou ao seu conhecimento a Portaria nº 189, muito recente, de 24 de março de 2010, que estabelece as diretrizes para o funcionamento e a operação do chamado canal da cidadania.

Nós temos sido abordados, com muita veemência por parte de vereadores e associação de vereadores, desejando que nós pudéssemos trabalhar sobretudo a regulamentação do art. 6º da referida Portaria como fundamental para que as Câmaras Municipais pudessem ter suas TVs, e, a partir disso, a população e a sociedade pudessem exercer um controle social sobre aquilo que faz o seu Vereador, o seu representante, sabendo se ele está presente, se ele está ausente, como ele está atuando e de que forma está exercendo seu mandato. Julgo isso importante porque a Portaria também estabelece que terá um Conselho de Comunicação Social, instituído por paridade, na comunidade, na sociedade, naquele município, com participação não apenas da Câmara Municipal, mas do Ministério Público, de movimentos sociais e organizações não governamentais.

O fato é que me parece ser essa uma importante ferramenta, um canal de promoção daquilo que fazem nossas Câmaras Municipais e nossos Vereadores, como primeira porta, primeiro atendimento no contato com a sociedade.

Então, peço que V. Exª se manifeste se tem alguma avaliação com relação a essa Portaria e que tipo de entendimento nós poderíamos estabelecer para que isso pudesse se dar e a sociedade pudesse acompanhar o exercício dos Vereadores nas cidades brasileiras.

É o que indago a S. Exª. Agradeço muito a oportunidade, Sr. Presidente, e reitero meu voto de congratulação para que o Ministro Paulo Bernardo possa ser um Ministro tão exitoso no Ministério das Comunicações como foi, outrora, no Ministério do Planejamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passamos a palavra ao Ministro para que responda às indagações dos Senadores Rollemberg, Aníbal e Ricardo Ferraço.

Gostaria apenas de levantar, inclusive como uma questão para esta Comissão, com relação ao custo da telefonia fixa, a questão dos recursos do UVM, que hoje é utilizado enormemente para financiamento da telefonia móvel neste País e está praticamente universalizada, com grandes dificuldades ainda em algumas regiões, onde temos um custo de telefonia fixa elevado. Essa é uma grande discussão que tenho certeza que esta Comissão pode, junto com o Ministério de Comunicações, com o Ministro Paulo Bernardo, fazer grandes avanços para o cidadão brasileiro e para a questão da telefonia fixa, da telefonia móvel e da banda larga.

Passo a palavra ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Presidente.

Bem, o Senador Rodrigo Rollemberg apresentou três perguntas. E não são questões simples, Senador Rollemberg.

Com relação ao Fust, o Fust foi criado acho que em 97, 98, e nossa avaliação é a seguinte: a forma como foi votada a constituição do Fundo, os critérios de aplicação de recursos, na verdade, tornaram muito difíceis, senão inexequíveis, os projetos com financiamento do Fust. Isso foi agravado pelo fato de que houve ações na Justiça, liminares, enfim, e, lamentavelmente, isso travou a execução, e esses recursos ficaram sem utilização. Nesse período, acho que a totalidade dos recursos do Fundo foram contingenciados.

Então, o que temos hoje, de fato? Temos um projeto... V. Exª era Deputado, o Senador Pinheiro também era Deputado, devem ter acompanhado. Houve uma negociação, envolvendo Câmara e Senado, para a reformulação da lei que institui o Fust e, consequentemente, resolver esse impasse, esse imbróglio, que foi criado e que já dura perto de quatorze anos. Nós participamos dessa negociação. Eu era Ministro do Planejamento. Concordamos e, como ele disse – a Senadora Vanessa também estava na Câmara –, esse projeto quase entrou na pauta de ontem, na Câmara.

Os líderes, no entanto, fizeram um acordo de que havia dois ou três pontos de discordância. Parece que é pouca coisa em relação ao que precisa ser resolvido e decidiram que negociar durante mais quinze dias, ou seja, ele vai entrar na pauta dentro de duas semanas. Tanto o Líder do Governo, Deputado Vacarezza, quanto o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Deputado Bruno Araújo, me ligaram para informar que há uma disposição de negociação. Com isso, acho que vai resolver a aplicação do Fust (Fundo

de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) e, eventualmente, a aplicação poderá ser feita na implementação de programas de banda larga.

A nossa visão – até queria esclarecer, porque, na rodada anterior, também vários Senadores nos perguntaram sobre isso – é de que as empresas que atuam no setor, tanto as empresas de telefonia fixa quanto as de telefonia móvel, mesmo as empresas que têm autorização para TV a cabo, na nossa opinião, tem uma responsabilidade também de oferecer um serviço de maior qualidade e menor preço. Hoje o serviço é deficiente e caro. Isso que ouvi ontem do Governador do Amapá, quer dizer, ele tem na casa dele uma internet de 128 kilobytes por segundo, paga R$220,00.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT –BA) – É quase não ter...

O SR. PAULO BERNARDO – É quase não ter. Mas pagar não é quase não ter; na parte de pagar não é bem assim. Em Manaus era R$412,00, e agora foi diminuindo para R$39,00 – não sei se redondo, parece que é R$39,90.

Nós estamos fazendo uma negociação, através do PGMU, junto com a banda larga, onde vamos fazer algumas melhorias nas condições contratuais das empresas. Vamos exigir que o serviço seja oferecido em condições melhores.

A partir daí – e aí V. Exª coloca um problema – vai ter um momento em que mesmo sendo mais barato e com melhores condições, tem gente que não vai poder ter. Então, precisamos discutir como fazer a universalização. Uma das discussões que vamos ter que fazer com o Plano Nacional de Banda Larga é essa, como vamos fazer para avançar.

O ICE, por exemplo, no caso da telefonia fixa, também vai possibilitar uma ampliação muito grande desses 42 milhões de acessos que temos hoje, porque vai ser mais barato.

Então, com relação ao Fust e a sua posterior utilização, achamos que isso resolve. Sim, os recursos podem ser usados também para subsidiar programas de banda larga, onde teríamos que fazer. Mas achamos que é responsabilidade de quem está no mercado oferecer um serviço melhor e por menor preço.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Só uma dúvida, Ministro.

Em sendo o fundo os recursos contingenciados no passado desaparecem ou eles ainda...

O SR. PAULO BERNARDO – Eles não desaparecem, mas acho pouco provável que... Não estamos discutindo esses recursos, mas a arrecadação de R$300 milhões, R$400 milhões, R$500 milhões por ano que vai ser utilizada. Mas essa é uma questão prioritária para o Governo. Se, digamos, chegarmos à conclusão de que precisa de mais dinheiro, eventualmente vamos discutir com o Governo como prover esses recursos.

V. Exª pergunta também, Senador, qual seria o impacto da carga tributária no serviço de banda larga. É o mesmo que tem no serviço de telecomunicação em geral. Isso deve dar de 33% a 40% só de ICMS; mais a carga federal, pode chegar, facilmente, perto de 50%.

O que estamos discutindo com os Estados – vou repetir: não estamos dizendo "Tire a carga tributária sobre os serviços de telecomunicações", até porque não tem condição, é muito pesado; mas, se tirarem sobre o serviço de banda larga, não vai haver um impacto muito grande, porque hoje é uma parcela pequena, tem pouco serviço ofertado, acho que é perfeitamente possível, tanto que os secretários de fazenda e alguns governadores, por exemplo, o ex Senador Casagrande, que é Governador do Espírito Santo, seu Estado agora, Senador Ferraço, já falou que tem interesse em aderir. Quer dizer, então é possível fazer isso.

Teríamos, com um pequeno impacto orçamentário para os Estados, um grande benefício, que faria avançar esse serviço.

Com relação a essa questão do concurso da Anatel, a política que o governo adota, geralmente – geralmente, não, quase que invariavelmente – é a seguinte: fazemos uma discussão com os órgãos público e decidimos autorização de concurso. A fixação de vagas é negociada também levando em consideração o seguinte: a lei permite que você faça um concurso, digamos, para cem vagas e, posteriormente, amplie mais 50%, por portaria, sem maiores dificuldades.

O que normalmente o Governo faz é o planejamento. Negocia com o órgão e fala: "Então, te autorizo cem, você vai chamar os cem e depois autorizo mais cinquenta". Isso acontece sempre.

Neste ano, tivemos uma pausa, vamos chamar assim, porque o Governo adotou medidas de austeridade – todo mundo sabe e conhece isso – e uma delas foi a suspensão de concursos e de chamamento de concursados. Digo que é uma pausa porque não é algo definitivo.

No caso da Anatel, recebi do Embaixador Sardenberg, primeiro verbalmente e depois por ofício, um pedido para que fossem chamados os 50% adicionais do concurso que a Anatel fez. Já foi chamado um número determinado de vagas – não me lembro quantos são – e já orientei minha assessoria no sentido de fazer um ofício para o Planejamento, concordando com o pedido. Isso não quer dizer que eu vá lá brigar com a Ministra do Planejamento para que ela transgrida o que o Governo decidiu. Quer dizer, vamos dizer o se-

guinte: isso é justo, a Anatel precisa, precisamos reforçar e está aqui o nosso pedido. Vou dialogar com a Ministra e quero deixar claro que não vamos ter uma briga por isso, ficar pressionando, até porque o Governo tem uma diretriz que precisa ser cumprida. E o atual Ministro das Comunicações entende bem esse problema, sabe que tem que cumprir isso.

Quando se falou de vagas além desses 150% que foram estipulados no concurso, não temos nenhum compromisso. Aí a nossa rotina tem sido de não chamar ninguém além dos 50% fixados. Essa é a política.

Provavelmente, num determinado momento, o Ministério do Planejamento vai reavaliar isso e poderá convocar essas pessoas, até porque tenho certeza de que a Ministra Miriam Belchior concorda que é necessário para a Anatel – queremos reforçar – mas vai ser essa a política adotada, Senador Rollemberg.

Com relação às questões colocados pelo nosso Senador Aníbal, primeiro, os programas que foram implementados no Acre são, digamos, conhecidos, embora não *in loco*, mas sabemos da reputação, do impacto. São programas muito positivos, e a nossa resposta é que nós gostaríamos de ter uma cooperação, saber melhor do nosso pessoal da secretaria de inclusão digital para ver como podemos aproveitar essa experiência.

Com relação às rádios comunitárias, concordamos que precisamos acelerar o procedimento, temos que facilitar o acesso, melhorar as condições, tanto que vamos divulgar nesta semana o calendário do nove avisos que pretendemos divulgar para rádios comunitárias neste ano. Serão, com certeza, mais de 400 rádios – vamos dividir em nove para facilitar o procedimento, nosso e também dos pretendentes. Mas já vamos avisar com antecedência para as pessoas e as entidades principalmente se prepararem.

Também, até enquanto V. Exª falava, consultei aqui o Senador do Amazonas, nosso Presidente Eduardo Braga, e a visão é de que nós deveríamos ter uma alteração – e tem de ser alteração de lei – para aumentar a potência das rádios comunitárias, especialmente...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PAULO BERNARDO – Nós queremos ajudar nisso, especialmente nas regiões com menor densidade populacional. Se você põe uma rádio de 25 watts no interior da Amazônia, é evidente que ela terá um alcance limitado, porque há muito pouca população por perto. Então, nós concordamos com isso, Senador, e nos dispomos a ajudar a fazer o convencimento.

Acho que, quando foi votada a lei da rádio comunitária, houve, digamos, um tensionamento muito grande dentro do Congresso.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PAULO BERNARDO – Foi o que foi acertado.

Já vai fazer onze anos que foi aprovada a lei e, portanto, já temos um amadurecimento que permite discutir isso com menos tensionamento, e o Ministério das Comunicações e o Governo de um modo geral se dispõem a ajudar nesse aspecto.

Senador Ricardo Ferraço, primeiro, é verdade que – não sei se o percentual é exato – 90% das cidades não têm competição na telefonia fixa, mas me parece que não é exatamente esse o maior problema, até porque também deve ser de 90% o percentual das cidades que só têm um fornecedor de energia elétrica. Quer dizer, como se exige uma infraestrutura de cabeamento, é um serviço que tende ao monopólio, mas nós achamos que isso pode ser amenizado, pode ser atenuado com uma regulação firme, e acho que nós precisamos discutir a regulação, como ter mais qualidade. Nessa discussão do PGMU, que vamos encerrar até maio, estamos tratando de discutir como melhorar a qualidade do serviço ofertado para a população de maneira geral, mesmo onde há monopólio.

V. Exª tem toda razão quanto a essas questões que coloca, as regras de contratação no aluguel de infraestrutura. Recebi provedores de Internet, fizemos uma reunião com a associação de provedores de Internet e ouvimos algumas coisas que nos chamaram a atenção.

Por exemplo, a empresa de energia elétrica aluga o direito de pendurar um fio lá no poste. Na verdade, significa bater um prego e amarrar um fio ali. Há casos em que se cobra R$1,50 por poste, por ponto, e há casos em que são cobrados R$12,00 de aluguel. Então, evidentemente, há uma discrepância muito grande.

Nós estamos discutindo isso e, inclusive, aceitamos sugestões do Senado, da Comissão. Poderíamos tratar disso, porque queremos chegar a uma definição para isso, quer dizer, definir como tratar essa questão. Precisamos, tanto quanto possível, normatizar essa situação para que haja coerência. Não queremos regular demais, mas não pode haver uma superexploração.

Queria informar também que, junto com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Comunicações está discutindo como poderíamos ter um procedimento mais facilitado, padronizado, também nas regras ambientais para isso. Por exemplo: instalação de antena, cada lugar tem uma regra. É preciso definir como fazer isso. É uma coisa que poderíamos, também, fazer junto com a Comissão.

Além disso, Senador, a lei prevê, mas acho que não está suficientemente amarrado, que as empresas têm de compartilhar a sua infraestrutura. Por exemplo,

uma empresa de telefonia celular deve oferecer passagem para outra. O que se verifica é que isso não acontece. Na verdade, os relatos indicam que, em alguns casos, há sabotagem. É um termo muito duro, mas há praticamente uma sabotagem, isto é, não se consegue, numa região que não tem antena daquela empresa, falar através da antena da outra empresa. Então, isso é uma coisa da qual precisamos tratar.

Mais ainda: acho que precisava ser discutido – e o Governo já começou a fazer isso – como estimular a instalação de mais infraestrutura, estabelecer regras mais atraentes nesse sentido.

Como fazer um estímulo à instalação de mais infraestrutura, ter regras mais atraentes, porque, na verdade, nós precisamos investir R$20 bilhões, R$30 bilhões, sei lá quanto em infraestrutura. E não dá para pensar que nós vamos ter que fazer isso tudo só com recursos públicos, até porque as empresas que exploram são empresas privadas. Nós estamos discutindo como tornar atraente para as empresas fazerem investimento em infraestrutura nova, adicionar infraestrutura para melhorar a velocidade do serviço.

Com relação à Portaria nº 189, o senhor viu que eu estava cochichando aqui, porque eu estava desinformado, não tinha informação suficiente sobre isso. Mas já me informei. É uma espécie de TV pública municipal, já tem a portaria, e nós temos uma equipe no Ministério trabalhando para ver como vamos implementar. Na sequência, poderemos lhe dar informação mais precisa, mas nossa visão é simpática, até porque é uma política do Ministério, nós vamos implementá-la. Mas estamos estudando como melhorar isso.

O Senador Eduardo Braga perguntou do VUM. Na verdade, isso é um mecanismo de subsídio para telefonia móvel. Quando foi criado o sistema atual, com a privatização do serviço, na verdade foi feita uma política de subsídio para telefonia móvel. Não é à toa que estamos hoje com 42 milhões de acessos fixos e 203 milhões de acessos móveis.

Na verdade, quando se faz uma ligação de telefone fixo para um telefone móvel, tem-se um preço cobrado e distribuído desproporcionalmente, ou seja, a parcela maior é para a telefonia móvel. Esses dias, eu estava em casa e a moça que trabalha conosco estava com dificuldade de ligar para o filho e eu falei: "Liga daqui do telefone". Ela disse: "Não, é muito caro". Quer dizer, todo mundo sabe disto, é muito caro ligar do fixo para o móvel, porque tem essa cobrança que vai, na verdade, para o telefone móvel.

Então, é uma discussão que tem de ser feita. Inclusive, parece que ontem, na Grã-Bretanha ou na Inglaterra, foi tomada uma medida de baixar um pouco o VUM. É uma discussão que terá de ser feita na sequência pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra um dos autores do requerimento juntamente conosco, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, eu queria começar a minha fala chamando atenção para uma coisa que acho que é importante, porque termina ficando muito na linha do debate que, de certa forma, ganhou peso na sociedade e até modificou um pouco a estrutura de funcionamento nesse período e também as expectativas nessa nova jornada no Ministério das Comunicações.

Se nós pegarmos, a grosso modo, a Presidenta da República, no dia da sua mensagem, fez questão de incluir esse debate como peça central na sua mensagem, portanto reafirmando aquilo que já havia sido colocado no programa de governo e trazendo com sete pontos básicos da sua mensagem, tocando nesse ponto. Talvez isso explique por que o Ministro do Planejamento virou Ministro das Comunicações, para exatamente ter a possibilidade de fazer a verdadeira inclusão dessa área como área prioritária. E nós estamos falando de uma área, Paulo. Todo mundo aqui já falou da questão tributária, da arrecadação, estamos falando de um setor. E aí quero colocar juntos telecomunicações e radiodifusão. V. Exª sabe que eu sou um árduo defensor, desde 1997, na lei geral de telecomunicações, sou contra essa separação. Isso foi um absurdo, isso que nos fez conviver, até hoje, com a lei de 1962, que trata de radiodifusão. Não foi por acaso, não foi por esquecimento, portanto não é uma coisa que aconteceu, faz de conta que ninguém viu, isso foi exatamente muito bem pensado.

Estamos falando de um setor que movimenta quase R$150 bilhões no ano. Então, não é um setor qualquer. Penso que foi por isso que a própria Presidente da República tocou nesses sete pontos. Ela toca em todos os pontos e não faz essa separação. Dizia a nossa Presidente da inclusão, da universalização, da regulação. Ela chama a atenção para a questão da inovação e da convergência, para o aspecto de fiscalização, para o aspecto da radiodifusão e para o aspecto tributário. São esses os sete pontos apresentados pela Presidente da República em relação ao nosso setor.

Paulo, quero lhe dizer algo de todo o coração: louvo o que foi apresentado pela Presidente da República. Você foi Deputado, juntamente comigo, e, portanto, participamos dessa empreitada. Telecomunicação e comunicação sempre foram tratadas como

moeda de troca, com todo o respeito, na negociação da composição partidária. Portanto, esse Ministério era colocado à parte. Isso foi o que, ainda há pouco, você respondeu.

Eu o chamo de você, devido à nossa relação de longa caminhada.

O SR. PAULO BERNARDO – Sou um reles servidor público.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Falo assim muito mais devido à nossa relação de companheirismo. Mas me perdoe a forma como o tratei.

Na realidade, Ministro, isso me chamou sempre atenção. Há pouco, foi tratada uma questão relativa a funcionários da Anatel. Não há Ministério nessa estrutura com um quadro mais debilitado do que o Ministério das Comunicações. Mesmo os novos Ministérios não têm a debilidade de pessoal que tem o Ministério das Comunicações, tanto do ponto de vista da escassez, como do ponto de vista dos salários pagos a profissionais no Ministério. Recentemente, tive oportunidade de conversar com você a esse respeito. Uma das coisas que mais diziam era: "Ninguém quer ficar aqui. Se puder, todo mundo vai embora".

Quero apontar para um caminho. A partir do que foi apresentado aqui pelo Ministro, penso que devemos caminhar no sentido inverso. O marco regulatório é o ponto mais importante. Se somarmos tudo o que a Presidente da República apresentou aqui, poderemos chamar isso de novo marco regulatório. Penso que temos de analisar os debates da conferência. É fundamental a questão da consulta pública, que o Ministro aponta aqui, até porque vivenciamos isso.

Paulo, foram sete versões daquela lei eletrônica de comunicação de massa produzida por Sérgio Motta, iniciada por Sérgio Motta e, depois, tocada por Mendonça de Barros, e por aí afora. A gente só ouvia essa versão. Agora, há a história da versão da minuta apresentada por Franklin Martins. Minha opinião é a de que devemos seguir por esses sete pontos apresentados pela nossa Presidente, precisamos sair deles, para se chegar ao marco regulatório. Temos de construir a partir de um caminho prático.

Não é possível se falar em inclusão com esse nível de investimento por parte das operadoras desbalanceado no País. Aí estão dados bem claros do que significa esse atendimento. É óbvio que, num lugar em que não há infraestrutura, num lugar em que julgam as operadoras do ponto de vista da demanda, do que isso representa, o preço do serviço vai lá para cima; onde há o serviço, este é caríssimo. É a velha máxima da economia: oferta e procura. Se há um pouco de nada... Portanto, quem quiser pegar tem de pagar.

Então, essa é a forma mais eficaz de exclusão, não de inclusão. Não adianta... Você também sabe que sempre fui combatente – não é que tenha sido contra – da modelagem, daquela história de inclusão como infocentro, telecentro, não sei o quê mais. Depois, caminhamos para aquele negócio de Casa Brasil. Isso vira cantos de sucata: quebra um, monta outro, faz aquilo e aquilo outro. Tudo quanto é Ministério na Esplanada começou a fazer infocentro, telecentro. "Pega um computador, vá à Caixa Econômica, doe para a associação dos domadores de cobra do Butantã!" Aí se vem para cá e se vai para lá, não sei para onde. Isso não é política de inclusão.

Esse debate é importante, por isso acho que o Ministério está provocando isso.

Vamos lá. Com a vinda da Telebrás, como é que eu posso efetivamente regular algo que é... Não precisa ter novo marco regulatório, precisamos fazer cumprir o que está na Lei Geral de Telecomunicações, o compartilhamento de infraestrutura, o tal do famoso *unbundling*. Como é que trabalhamos a questão do compartilhamento? Portanto, a universalização passa por isto: fazermos de forma veemente essa universalização cumprindo o disposto... E aí eu, por exemplo, tenho uma divergência enorme em relação ao Fust. Fui um dos autores, naquela época, da ação para não comprar computadores, era uma farra de comprar computadores para distribuir para as escolas. E tomem computadores! Ele quer isso onde? Se tivesse comprado aquele um bilhão de reais, na época, de computadores, se hoje, Humberto, temos dificuldade de colocar um computador "linkado", imagine naquela época! A ação foi movida por mim e pelo então Deputado Sérgio Miranda para que aquele processo não se estabelecesse.

Então, mais do que isso, a lei do Fust, que é de 17 de agosto de 2000, Lei nº 9998 – na época, eu até fazia uma piada: era para ser em 99 ou 98 a criação da Lei Geral, terminou sendo em 2000 –, ficou aqui dormitando, gente segurando para não aprovar, as operadoras passaram dois anos neste País arrecadando sem pagar o Fust – 98, 99 e até agosto de 2000.

Há dispositivos na Lei Geral que poderíamos utilizar para a banda larga. Fui defensor do projeto, acho que é importante, está na Câmara para ser votado, mas queria chamar a atenção, minha memória não está muito boa, mas de qualquer maneira fui tentando reproduzir o que tinha Lei Geral, a Lei Geral de Telecomunicações, que trata, no seu art. 18, sobre essa questão do serviço público, é incisiva quando fala da questão dos serviços prestados em regime público e em regime privado. E, mais adiante, diz o seguinte: "Não será deixada à exploração apenas em regime

público a modalidade de serviço de interesse coletivo que, sendo essencial [então, vamos lá: banda larga é essencial? Banda larga é direito?] estejam sujeitos a deveres de universalização". Está escrito na Lei Geral de Telecomunicações, e não na minha cabeça nem no meu Tratado de Tordesilhas.

Portanto, se banda larga é essencial, pode ser por decreto. Era o que eu defendia na época. Fizemos alterações no Fust, ele está lá, acho que é importante aprovar, está na bica para ser aprovado, então, a partir disso, vamos fazer essa compatibilização para colocar o recurso. Só a entrada da Telebrás como reguladora – e não vamos dispensar treze bilhões para Telebrás principalmente a partir das mexidas que foram feitas; essa entrada só não será suficiente. Então, volto a insistir: o caminho, na minha opinião, teria de ser de baixo para cima. A partir dessa instituição, a partir da consagração, da universalização, da inclusão, vamos fazendo regulação efetiva.

Como é que colocamos as operadoras para cumprir isso? As operadoras fizeram um acordo, na época em que você estava no Ministério do Planejamento, trocando os PSTs para poder levar serviço para todas as cidades brasileiras. Isso teria que seria concluído em 31 de dezembro de 2010. Várias escolas têm, minha companheira Ângela diz todo dia: "Pereira, eu fico aqui chorando no MiniCom, isso tem que chegar lá em Roraima e tal". Óbvio que eu também dou o chorozinho para isso chegar lá em Xoroxó, na Bahia, chegar em tudo quanto é canto e tal.

Mas fica nisso que você está dizendo. Estamos falando na casa de um governador. Recentemente, todo mundo deve ter visto, entrei no Twitter, pipoquei, passei o carnaval inteiro desesperado com as empresas de telecomunicações e eu não estava nem em Xoroxó nem tampouco em Rondônia nem em Roraima. Estava em uma região de alta densidade, onde só mora quem pode, cada casa tem, no mínimo, dois celulares. Nenhuma operadora consegue fornecer um serviço para você acessar a Internet móvel. Portanto, você vai para isso, para essa questão. Imagine pegar e transformar isso em essencial! Se é essencial, é importante dizer isto, o primeiro passo é a regulação. Coloca todo mundo na mesa: vamos lá, vamos cumprir desde as obrigações aos acordos que foram feitos.

A troca do PST, a questão da cobertura em decorrência da questão da licitação de 3G, quando as operadoras assumiram. O preço foi reduzido, para que as operadoras pudessem ampliar a cobertura no País inteiro e, portanto, permitindo que pudesse chegar na mão das pessoas. Só vai baratear e só vai ser possível a gente, inclusive, adotar medidas tributárias que componham uma cesta de serviços quando a gente também tiver a capacidade de ampliar, porque você amplia, alarga a base, e tem condição, inclusive de o Estado fazer isso.

E, por último, essa questão que quero tocar. Já falei da universalização, mas aí vem para a relação com o setor de radiodifusão e o próprio nosso PL nº 116, que está aqui na Casa. Acho que é importante que a gente faça um esforço não só do Fust, mas um esforço para a gente aprovar o PL nº 116, que está aqui, no Senado, que se arrastou na Câmara dos Deputados por quase quatro anos. Quatro anos de debate, que todo setor aqui, tanto o de radiodifusão quanto o de telecomunicações, todo mundo reconhece que essa é uma peça importante para se resolver um gravíssimo problema nosso, hoje, da convergência de mídia e da convergência tecnológica. Isso associado a um processo, inclusive, de debate dessa questão da reformulação das comunicações, porque aí, com isso, Paulo, acho que poderíamos caminhar para o último ponto, que é saber qual é a forma que vamos adotar para que o Ministério – e agente, nessa linha – tenha o outro esforço, do outro lado, que é o papel da agência. Temos também uma lei, na Casa, para ser votada, a lei das agências. Aí, sim, essa separação tinha que estar clara, o que é papel de ministério e o que é papel de agência. Definir claramente isso. Ou a possibilidade de esse debate, que ganhou curso, da criação ou não de uma nova agência; agência para conteúdo. Sou defensor da transformação da Anatel numa agência de comunicação. Volto a repetir por quê: porque acho que telecomunicações e radiodifusão são comunicação. Portanto, o correto é que uma agência opere nesse setor, e as agências, de certa forma, não têm tido capacidade de atuar nas duas áreas de forma mais intensa, nem tampouco... Isso a gente pode fazer somente no que diz respeito à reformulação das concessões ou um debate.

Às vezes fica meio frenético se vamos discutir, se vamos fazer caça às bruxas ou não, como o negócio das outorgas. Acho que está correto o Ministério. Temos que arrumar isso; arrumar completamente. Debate de propriedade cruzada, a farra que foi feita com TV educativa. O cara chegava lá: "fundação em nome de meu pai". Estou falando meu pai, porque meu pai já morreu. Não dá para ser minha mãe, porque minha mãe está viva. Aí o cara bota o nome do pai, cria uma fundação, é deputado, vai lá, pressiona, não dá para entrar no leilão de rádio comercial, nem de TV comercial. Pega uma TV educativa, uma rádio educativa, correto, vamos disciplinar isso. Qual é o critério básico dessa questão? Não vê aqui o Ferraço, falando da TV para as assembleias? Então, ficamos aí um tempo inteiro discutindo a questão das assembleias

legislativas, enquanto TVs e rádios educativas na mão de milhares de pessoas, que, de educativas, não têm absolutamente nada.

Portanto, essa modelagem, acho que é importante a gente organizar. E aí até sair desse debate, que muita gente tentou nos colocar, que nós queríamos fazer um marco regulatório para botar tramela, para discutir a questão da censura. A melhor censura é o controle remoto. Agora, para ter controle remoto, ou seja, na mão do cidadão – ele é que decide –, é preciso ter universalização. É preciso ter banda larga, se não o controle remoto vai continuar na mão de meia dúzia. Aí, sim, a gente tem, efetivamente, o verdadeiro controle, porque só quem pode pagar pode, efetivamente, dizer o que quer e fazer a escolha daquilo que quer ver.

Então, acho que esse é o escopo. Acho que era importante a gente aproveitar essa boa caminhada que você começou, e estou muito esperançoso de que, nesses quatro anos, a gente não fique aí os quatro anos discutindo o detalhe num marco regulatório, escrevendo uma nova lei geral de comunicação eletrônica de massa, mas que a gente, a partir dessa operação prática e concreta, reescreva esse marco regulatório do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Alteraríamos o critério, e passo a palavra ao nosso Senador João Ribeiro.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, vou procurar ser muito sucinto, porque, depois da aula que o Senador Walter Pinheiro nos deu, não sobrou muita coisa para a gente perguntar nem para falar.

Até achei muito bom, Senador. Compreendo V. Exª pelo conhecimento sobretudo nessa área; sei que em todas, mas V. Exª demonstra que sempre atuou muito nessa área e a gente fica feliz com isso.

Eu quero apenas complementar que a gente que vai ficando mais para o final das perguntas acaba tendo que repetir alguma coisa ou então não perguntando. Mas acompanhei aqui os questionamentos e pude observar o seguinte: essa questão, por exemplo, das TVs públicas para as Assembléias Legislativas é uma situação que se precisa resolver, Ministro. O pedido que faço a V. Exª é que coloque realmente isso como prioridade absoluta do seu Ministério. Alguns Estados eu sei que já têm, mas não são todos.

Outra questão que considero extremamente grave e que a gente precisa resolver definitivamente é esse problema de você – vou falar num linguajar bem popular para que, se houver alguém nos ouvindo, entenda – usar uma operadora em um determinado local. Vou falar aqui do meu Tocantins. Nós temos lá três ou quatro operadoras que fazem... Todos os municípios hoje têm a telefonia celular, mas você tem que ter três ou quatro aparelhos. Eu, por exemplo, na campanha, andava... Ou *chips.* Como não sei muito mexer com esse negócio de *chip*, prefiro andar logo com o aparelhinho, porque já ligo.

Veja que dificuldade. Na campanha, eu chegava a um município e já tinha uma relação, Senador Walter, aqui do lado, para saber qual era a operadora daquela próxima cidade em que ia descer, para abrir a pasta e já pegar o telefone de lá. É andar com quatro *chips* no bolso ou com quatro celulares no bolso. Então é um negócio, Ministro, que precisa ser resolvido. Não tem sentido isso.

Agora, V. Exª falou aqui em praia, o Senador Walter Pinheiro não quis falar na praia, mas...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não quis falar na praia porque sou o único baiano que literalmente pula o carnaval, eu caio fora do carnaval.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Mas eu estive em Maceió neste final de ano, ou melhor, neste período de carnaval, e observei uma coisa: lá, você não pode usar uma determinada operadora. Você vai fazer um interurbano, se você aciona o 14, ele diz: "O 14 neste Estado não funciona, acione o 31". Espere aí, os caras exigem a operadora que você tem que acionar porque na deles...

Outra coisa, o mais grave de tudo isso, Presidente, é que eles respondem que por aquela operadora você não fala. Só dizem isso e desligam. Então, não adianta insistir, você tem que usar a operadora que eles querem.

É uma situação complicada. É preciso haver uma integração do sistema, Ministro. Eu não conheço muito bem essa área, mas acho que é preciso haver uma integração do sistema. Além dessa questão de cobertura, que é preciso olhar com cuidado, é preciso ampliar, é preciso dar garantia ao contribuinte de que ele paga por um telefone mas ele vai poder usá-lo. Então, tudo isso é mais nessa área.

Eu não quero, como eu disse, me prolongar, Ministro. Quero cumprimentar V. Exª, Ministro Paulo Bernardo, pelo trabalho que fez na outra Pasta. Eu o acompanhei de perto, tivemos debates importantíssimos lá sobre liberação de recursos. V. Exª agora não libera recursos, mas, por certo, estarei lá batendo na sua porta para pedir rádio comunitária para o meu Estado. Rádio comunitária, rádio educativa. Precisamos discutir sobre as rádios educativas, as TVs educativas, como o Senador Walter já colocou. E quero ir lá depois – já aproveito aqui para pedir uma audiência – para ir lá conversar sobre isso. Peça à sua assessoria que marque, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Senadores, serei extremamente breve dado o adiantado da hora. E sei que quem fala por último vai repetir o que os outros já falaram. Quase tudo ou tudo já foi falado aqui. Quero tratar de dois assuntos apenas.

Com relação aos Correios, Sr. Ministro, o Superintendente, não sei se em outros Estados, mas lá no meu, às vezes passa por incompetente, porque não tem quadro, não tem pessoal. É uma dificuldade o atraso das correspondências. Na maioria das vezes, o problema é por falta de pessoal mesmo, para fazer o trabalho de entrega das correspondências. Esse é um assunto.

O outro é a questão da Internet mesmo. Há cidades em Rondônia, meu Estado, que não... Nos polos industriais... Fica-se um pouquinho fora da cidade, e já não se pega Internet. Aí as operadoras não querem fazer o investimento, porque fica um pouco alto, e o retorno certamente não é compensatório. Então, há essa dificuldade.

O nosso Governador atual, Confúcio Moura, está com um programa, quer dizer, está planejando – mas precisa do apoio do Ministério – colocar a Internet – as torres, as infovias – gratuita em todas as cidades, para que todos possam ter acesso.

Concordo com o Senador Walter Pinheiro, quando fala que não adianta distribuir computadores para as escolas, se não houver acesso à Internet. Primeiro, tem-se de universalizar o acesso à Internet em todo o Brasil, para depois, aí sim, distribuir computadores para aqueles que realmente vão necessitar, para aqueles que vão usar.

Acho que esse dinheiro do FUST, fundo que é tão comentado, tão falado – já o discutimos, várias vezes, aqui, no Senado –, é igual a perna de cobra. Fala-se que há R$6 bilhões, R$8 bilhões, mas ninguém vê esse dinheiro. Se esse dinheiro fosse usado... Se ele existir, que seja usado para colocar as infovias, o acesso à Internet em todo o Brasil, o que é um direito de todos.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra, então, ao nosso Ministro Paulo Bernardo, para responder às perguntas dos Senadores Pinheiro, João Ribeiro e Valdir Raupp.

Logo a seguir, vamos ouvir, então, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Pedro.

O SR. PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Presidente.

Quanto ao Senador Pinheiro, parece-me que não há nenhuma resposta a ser feita. Só queria cumprimentá-lo pela clareza e pelo conteúdo. Só não fiquei sabendo qual foi a praia que V. Exª...

Só quero saber, para reclamar com as operadoras. Nós precisamos fazer a reclamação. Põe no Twitter. Põe no Twitter, Senador, que eles saem correndo.

Quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro, que fez uma fala bastante abrangente. Não vejo motivo para fazer comentário, mas concordo com praticamente tudo.

Quanto à fala do Senador João Ribeiro, primeiro eu tinha respondido, Senador João, que estamos revendo essa questão para a qual o Senador Ricardo Ferraço chamou a atenção: a da Portaria nº 189, que trata dessa TVs públicas, de alcance regional ou local. Nós vamos, portanto... Acho que vamos conseguir dar vazão, mais rapidamente, a isso.

E V. Exª chama a atenção para uma coisa interessante, que, para falar bem a verdade, só fui descobrir depois que virei Ministro das Comunicações, que é o fato de que há pessoas – eu não sabia que há Senadores também – que andam com três ou quatro celulares. Diz-se que agora há celular que já tem lugar para quatro *chips*. Então, anda-se com quatro *chips* de operadoras diferentes.

Isso tem um lado positivo: as empresas têm uma concorrência, uma briga acirrada. Acho que esse é o lado bom, o da briga de preços; elas tentam cativar o usuário, o cliente. Mas há o lado ruim, que é o fato de que não conseguimos ainda obrigar o compartilhamento de infraestrutura. Isso tem de ser feito, porque, se se está em um lugar em que há uma antena... e, para se conseguir colocar uma antena, geralmente há briga: o Município tem o problema ambiental, a Câmara de Vereadores questiona. Coloca-se a antena, e depois não se deixa outra operadora usar ou até se faz uma mensagem desaforada, como V. Exª está falando. Tenho conversado com a Anatel. Nós temos de apertar isso; as empresas têm de compartilhar a infraestrutura.

Com relação às questões do Senador Valdir Raupp, os Correios, Senador, têm quase 111 mil trabalhadores e vão fazer um concurso, agora, para nove mil. Esse concurso está em andamento. O novo Presidente dos Correios queria, inclusive,

O novo presidente dos Correios me consultou inclusive sobre a possibilidade de refazer o pedido e aumentar um pouco o número de vagas para esse concurso. Como, na verdade, eu tinha, como Ministro do Planejamento, autorizado – foi o pedido que fizeram na época – foi autorizado, e falei: bom, não vou, como Ministro das Comunicações, mandar uma mensagem para o Planejamento dizendo que precisamos de mais

vagas; faz esse concurso e depois vamos começar a discutir, eventualmente, o aumento de vagas ou outro concurso.

Mas está previsto o concurso dos Correios para o início de maio. Já saiu a publicação inicial de qual entidade vai fazer o concurso e nos próximos dias sairá o edital.

Com relação à internet, V. Exª tem toda razão. Um dos objetivos da grande prioridade que temos, que é essa questão da internet, o Plano Nacional de Banda Larga, é baratear e estender o alcance dos serviços oferecidos, serviço de melhor qualidade, com preço menor. Vamos ter políticas públicas para atender segmentos onde achamos que é importante, através de parcerias com Estados, com Municípios, mas sobretudo queremos que as empresas que estão atuando no setor ofereçam um serviço mais barato, porque tem muita gente que poderia imediatamente usufruir e não faz porque o preço é caro. A gente citou – V. Exª não tinha chegado ainda –, ontem o Governador do Amapá me visitou e disse que paga, por uma conexão de 128 kilobytes por segundo R$220,00, na cada dele. Primeiro, que o serviço é muito, muito lento, e, depois, é um serviço que, na Região Sul e na Sudeste, talvez aqui em Brasília, é o preço que uma pequena empresa está pagando para ter um serviço, evidentemente, com muito mais qualidade do que o que é oferecido nas residências.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin e, logo a seguida, ao Senador João Pedro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Eduardo Braga, vou procurar ser breve, mesmo porque já estamos há quase doze horas.

Primeiro, só quero reforçar – sei que todos os Senadores que me antecederam, e V. Exª, não participei, mas já li toda a sua apresentação, falam muito do Plano Nacional de Banda Larga – só quero aqui reforçar o pleito daqueles que representam o Norte.

Nós precisamos ser incluídos nesse Programa Nacional de Banda Larga, Ministro.

Os problemas estruturantes alegados...

O SR. PAULO BERNARDO – V. Exª não estava aqui; nós assumimos o compromisso com Roraima, o Amazonas não foi...

(Risos.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senadora Ângela, inclusive nós combinamos de reforçar; em seguida, o Senador João Pedro vai falar também.

O senhor ainda está no lucro, Ministro, porque não vamos pedir audiência, não. Estamos falando aqui mesmo.

Os problemas de infraestrutura, que a gente até compreendia que era muito caro, Senador Walter, gastaria, num Município da Região Norte, o que daria para colocar banda larga em 40 ou 50 municípios em qualquer outra região. Entretanto, os problemas estão sendo superados. V. Exª deu o exemplo aqui do preço da banda larga na cidade de Manaus, de R$400,00, trezentos e poucos reais, para R$39,00, salvo engano, para 300 kilobytes – um preço bem acessível.

Então, a estrutura nós temos, e a nossa reivindicação principal hoje é essa, a nossa inclusão no Programa Nacional de Banda Larga.

Quero fazer uma pergunta só, sobre os Correios. Fiquei feliz também quando vi aqui, porque no ano passado fizemos muitas mobilizações aqui em defesa dos Correios. É que estava em curso uma iniciativa que iria abrir o mercado brasileiro a outras empresas, o que prejudicaria enormemente os Correios. Parece, pelo que li aqui, que esse projeto não mais andará, o que resguardará essa empresa que é, salvo engano, a mais respeitada pelo povo brasileiro.

Todas as pesquisas apresentam os Correios em primeiro lugar. Na nossa região mesmo, não há banco, não há agência bancária, mas existem os Correios em todos os Municípios. Bancos, em grande parte deles não tem, mas os Correios estão lá com o seu Banco Postal, prestando os serviços.

Então, eu queria que o senhor falasse se esse projeto morreu mesmo para a nossa tranquilidade, porque entrando uma FedEx aqui não sei por quanto tempo os Correios teriam essa capacidade.

Ministro, vamos pensar. O setor de telecomunicações... A banda larga em Manaus, ela só chegou por fibra ótica porque foi uma determinação da Anatel. Se não, não chegaria. Manaus, OK, é a sétima cidade brasileira, mas o entorno dela não tem mais mercado. Então, o mercado não se torna competitivo. Com os Correios, poderia acontecer isso também. Qual o Correio que iria estar lá no Município do Apuí, de Anamã, de Amaturá? São Municípios longínquos, mas lá vivem brasileiros e brasileiras como todos nós. Então, isso é sobre os Correios.

Por fim, Ministro, sobre o horário. Quando V. Exª esteve no Amazonas, conversamos sobre o horário do conteúdo programático que passa pelas televisões. O Ministério das Comunicações não é a única instituição envolvida nisso, isso envolve principalmente o Ministério da Justiça por intermédio dos direitos humanos, da classificação de conteúdo, Senador Walter Pinheiro. Ocorre que temos uma diferença de fuso horário de

uma hora e passaram a nos exigir, há uns três anos, que toda a programação fosse gravada para cumprir exatamente o mesmo horário e aquele conteúdo.

Esse é um problema sério, porque, primeiro, parece algo que vai cumprir a lei, mas no fundo não cumpre. Manaus, as cidades maiores e o interior quase todo assiste televisão por parabólica. E na parabólica a lei não vigora, porque a parabólica pega o sinal direto. Então, eles assistem direto. Resultado, alguns são prejudicados. Na realidade, o efeito da lei foi este: alguns são prejudicados.

Então eu queria de público – já o fizemos pessoalmente para o senhor –, porque vai ficar registrado, fazer esse pleito. Quero que o senhor nos ajude. Acho que o melhor caminho não é mudar o fuso horário de ninguém, olha a confusão do Acre. Deixe o nosso fuso horário. O que queremos é sermos retirados dessa classificação, porque as outras regiões do Brasil assistem a novela uma hora antes da gente; assistimos com uma hora de atraso. São três novelas, uma atrás da outra, gravadas. É muito complicado.

O SR. PAULO BERNARDO – Qual a novela que os senhores assistem?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Particularmente nenhuma.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu assisto de um canal e o Senador Eduardo Braga assiste de outro. Mas não me pergunte o nome delas porque não me lembro.

Era isso, Ministro. Quero pedir o seu apoio para que possamos... Tenho certeza de que aqui na Comissão haverá uma provocação disso, mas gostaríamos que o Ministério das Comunicações, baseado em dados concretos, oficiais, científicos, mostrasse e comprovasse ao Ministério da Justiça que essa lei prejudica alguns ao invés de cuidar principalmente da juventude e da adolescência, que é o espírito maior da lei.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Bom dia, Ministro, Srªs e Srs. Senadores. Em primeiro lugar, quero parabenizar os autores do requerimento que estão proporcionando este debate. Parabéns ao Senador Eduardo Braga, ao Senador Walter Pinheiro. Em segundo lugar, quero dizer que a audiência pública é muito importante, muito importante para fazermos o debate e para diminuirmos, Ministro, diferenças seculares.

Ministro, quero elogiar o Plano Nacional de Banda Larga. Mas é importante nós olharmos um pouquinho, rapidamente, na história da Amazônia, do Norte do Brasil. Nós sempre somos os últimos. E eu não estou querendo seguir aqui a lógica do chorar. Mas pego a palavra do projeto: universalizar. Parabéns. Mas temos de radicalizar e ser diferentes na universalização para os desiguais. Veja que, na Amazônia, nós nunca tivemos ferrovias, por exemplo. Ninguém se ligou com o Brasil por ferrovias, até hoje. Veja que, agora, nós estamos construindo o linhão para termos energia na rede nacional. Isso para 2012/2013.

Então, quando se discute uma política nacional, hoje uma ferramenta democrática fundamental para diminuir as desigualdades com a Amazônia é a audiência pública, nada melhor do que ela. É aqui. Nem vou solicitar no gabinete de V. Exª. É aqui. Tem três Senadores aqui da Amazônia, Roraima. Nós estamos falando disso. Diminuir as desigualdades, estender, universalizar. É o plano nacional de banda larga. Ok. Nós precisamos ser mais iguais, corrigir distorções históricas com a Amazônia. O Ministério está mostrando aqui os dados, os números, os percentuais do Nordeste e do Norte.

V. Exª acabou de ir a Manaus, e quero parabenizá-lo pelo gesto de, como Ministro de Estado, ir à nossa Região. V. Exª viu a repercussão social, tecnológica do cabo que veio da Venezuela. E, mesmo assim, a gente comete erros. Veio da Venezuela o cabo para Manaus, cortou, Senador Walter Pinheiro, passou por Roraima e não atende a demanda do Estado, que fica entre a Venezuela e o Amazonas. Cometem-se esses absurdos. Então, vejam só, sai da Venezuela para Manaus, passa e é isto, vê a banda larga passar e não ser atendido.

E os brasileiros que estão na nossa Amazônia? A gente faz a discussão da soberania nacional de garantir as fronteiras, de morar na Amazônia. Hoje, a falta de médico não é por salário mais, pois as prefeituras oferecem R$20 mil, R$22 mil, R$25 mil para um médico, e ele não vai. Mas porque as condições deste Brasil, do interior do Brasil são muito desiguais. Então, nós precisamos corrigi-las.

Universalizar na Amazônia é corrigir distorções históricas, fazer com que o professor, a criança, o aluno, o trabalhador rural, o índio tenham acesso a essas tecnologias. Como fazer? É caro? É caro, mas esse é o compromisso. Eu acredito no nosso projeto. Só agora politicamente nós podemos corrigir essas distorções, num governo que começou nesse período, que começou com Lula. V. Exª agora é Ministro. Veja só, V. Exª foi importante no planejamento, mas corrigir a distorção nesse Ministério estratégico é fundamental para o Brasil de hoje.

Então, a minha fala não é uma pergunta, é colocar essa angústia, essas diferenças que temos na Amazônia, no meu Estado, a vida real, o cidadão que

tem malária. E não podemos viver sem malária, nós vamos viver com malária sempre na Amazônia, nós podemos diminuí-la. Cuba está produzindo vacina. Mas o cidadão de hoje que está lá na transamazônica não pode comunicar-se. A privatização tirou o telefone da transamazônica, dos beiradões. Então, como colocar a telefonia, como colocar a Internet nas cidades que têm 20 mil, 50 mil, 100 mil habitantes. Lembro que, na ida de V. Exª, o Governador Omar Aziz apresentou um projeto – a Senadora Vanessa falou aqui – para atender o entorno de Manaus. Nós sabemos que, na Amazônia, vamos ter satélite e fibra ótica.

Então, no entorno de Manaus, não podemos ter uma política de fibra ótica, as cidades do entorno de Manaus. Agora, o interior da nossa Amazônia precisa de satélites, pra que a população, o índio, o ribeirinho, o caboclo, esse brasileiros que vivem no nosso Brasil, na fronteira com Colômbia, com Peru, tenham acesso a essas tecnologias, à escola, ao serviço médico. Não podemos mais abrir mão disso.

Então, parabéns pelo projeto, pelo plano geral de metas de universalização. Estou vendo aqui os detalhes. Índios, quilombolas, assentamentos rurais precisam da Internet, precisam do telefone, enfim, precisam viver com mais dignidade. Precisamos dar isso, o Estado brasileiro.

Então, parabéns pelas metas e parabéns pelo projeto desses próximos dois anos. E também tratar dos critérios de concessão de rádio, de televisão. Isso não pode ser mérito de alguns políticos, da Igreja, das religiões. Temos que ter critérios democráticos com política de Estado para fazer com que esses meios de comunicação possam servir principalmente à cultura, à educação, à comunicação não privada. Na Amazônia, um recado pelo rádio custa um valor. Então, como temos comunicação gratuita para facilitar a melhoria de vida do povo que vive na Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a todos os Senadores e ao nosso Ministro, cabe a mim, Líder Humberto Costa, como Presidente, ficar por último, em que pese tenha sido um dos autores do requerimento para convidar nosso Ministro a fazer esta audiência pública.

Pretendo aqui, Ministro, com a permissão dos companheiros Senadores, fazer uma síntese, apertada, daquilo que foi dito aqui. Universalizar as telecomunicações e a radiodifusão é uma questão de inclusão social neste País, e ficou claro nesse debate o quanto nossa Presidente, o quanto o Governo brasileiro, o quanto o ministério de telecomunicações e radiodifusão têm, de compromisso, de priorização e de necessidade para universalizar o acesso à nossa telecomunicação, a radiodifusão, à banda larga.

A Amazônia, Ministro – é muito importante dizermos isto para todos os que nos ouvem neste momento, para os companheiros Senadores e para o nosso Ministro –, é composta por uma região continental que tem núcleos urbanos que não são homogêneos. São absolutamente heterogêneos, com cidades que têm formação de PIB completamente distintos. Uma cidade como Manaus é uma cidade industrializada, é uma cidade que produz computadores de última geração, produz a TV digital brasileira. E, há poucos quilômetros de Manaus, temos cidades que não produzem nenhum semielaborado da área do setor primário.

Portanto, universalizar o acesso à informática, cumprimentando aqui o nosso Deputado, que chega à nossa Comissão, Sabino Castelo Branco, do Amazonas, é garantir diversos em ferramentas para aquela região. E a cidade de Manaus fez um grande avanço, como foi dito nesta reunião, com a chegada da fibra ótica, que passa por Roraima e que chega até Manaus e implanta a banda larga. Mas estamos nos esquecendo de dizer que Manaus já tinha uma interligação de fibra ótica, precária, da Embratel via BR 319. E que, em breve, teremos, se Deus quiser e o se o Governo continuar persistindo, buscando esse objetivo, a interligação, pelo cabo que virá na rede de alta tensão, de Tucuruí até Manaus, passando por Amapá. E isso, Ministro, possibilitou alguns avanços.

O Amazonas tem, hoje, nada mais, nada menos do que mil escolas por um programa estadual chamado Mediado Tecnológico, que levou o ensino médio para as comunidades rurais.

O senhor imagina que, em pleno século XXI, o brasileiro que vive no interior do maior Estado deste País em dimensão geográfica era obrigado a migrar para poder ter acesso ao ensino médio, sob pena de ele não ter acesso ao ensino médio.

Nós estamos limitados, hoje, a mil salas de aulas porque não temos estruturação financeira, nem arquitetura de projeto, nem infraestrutura de acesso a telecomunicações para podermos levar educação para seis mil comunidades rurais no Estado do Amazonas, onde brasileiros vivem, onde brasileiros querem ter oportunidade à educação, que é prioridade, hoje, do Governo brasileiro.

Ainda ontem, esteve aqui o Ministro da Educação, visitando e fazendo uma audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação para o Brasil, mas educação, no Brasil, é também acesso a telecomunicações nas regiões mais distantes.

Nós não temos professores de Física, Química e Biologia para estarem, presencialmente, em todas as salas, mas nós podemos colocar, no ensino à distân-

cia, esses professores a ensinar brasileiros que vivem no interior da Amazônia.

Diagnósticos na área de saúde podem ser feitos no interior da Amazônia, reduzindo custos ao Ministério da Saúde.

Nós estamos, aqui, às vésperas de ter de discutir a recriação de um imposto, da CPMF, quando nós podemos buscar gestão, diminuição de custos e melhoria do atendimento, graças à ciência, à tecnologia e à informação.

Portanto, a universalização, o acesso, a inclusão, a regulação, o marco regulatório são fundamentais.

O que mais nos anima, Ministro Paulo Bernardo, é ver a forma executiva e eficiente com que o senhor está implementando um modelo no Ministério das Comunicações.

O Ministério do Planejamento foi fundamental para que o Presidente Lula pudesse ter alcançado tantos resultados positivos na economia brasileira. Parte desse sucesso é mérito de V. Exª.

Hoje, nós temos muita esperança de que essa mesma eficiência e essa mesma ação alcancem, nas telecomunicações, resultados práticos, no que diz respeito a universalização, acesso, inclusão, regulação e marco regulatório, como bem disse Walter Pinheiro ainda há pouco.

Não dá para que nós estejamos no interior da Amazônia. O Amazonas, em todos os Municípios, Ministro, já tem uma antena de uma operadora de celular, mas subestimaram a capacidade microeconômica e macroeconômica de cada uma dessas regiões, porque os celulares foram instalados e foram vendidos em maior número que a capacidade instalada. Portanto, as pessoas possuem celular e, ao mesmo tempo, não têm acesso ao celular. Não é apenas na praia dos ricos, que estão lá na região privilegiada. Não, são os caboclos que matam pium, matam carapanã e vivem com dengue e malária no interior da Amazônia que pagam por um serviço que não têm.

Portanto, essa é uma questão importantíssima, para a qual a eficiência da gestão do Ministério das Comunicações vai fazer a diferença.

O que quero dizer a V. Exª, Ministro, é que esta Comissão quer ser sua parceira. Esta Comissão quer ser sua parceira porque eficiência na gestão é, também, eficiência nos recursos.

Não dá para entender como é que o Brasil, e disse muito bem o Senador Walter Pinheiro, desde 1998, não consegue operacionalizar o FUST. Isso talvez seja uma das maiores vergonhas do sistema de telecomunicações criado neste País, porque bilhões de reais foram gerados, foram contingenciados e nós não tivemos como aplicá-los por falta de prioridade na agenda política, prioridade na agenda política, que, finalmente, está acontecendo e vai ser resolvida.

Se nós, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, se nós, Senadores e Deputados Federais, soubermos dar essa prioridade, daremos ao Ministro instrumentos fundamentais para que ele possa implementar a universalização e o acesso, senão, ficaremos fazendo discursos. Se nós não priorizarmos o marco regulatório, também ficaremos fazendo discurso, e essa mesma questão é com relação à VUM, como nós abordamos ainda há pouco.

Estamos bancando sistema de telefonia móvel e olha a como abordamos há pouco: estamos bancando sistema de telefonia móvel. E olha a importância, Valter, dessa questão que queremos colocar, nos dados do próprio Ministro, apresentados há pouco: que o Ministro está disponibilizando, inclusive meio digital para esta Comissão, 202.9 milhões de acessos móveis ativos no Brasil; 82% disto da forma pré-paga. Portanto, 82% disto é um telefone móvel que apenas recebe ligação e que tem o minuto mais caro do mundo: um real custa cada minuto de uso! Ou seja: os mais pobres pagam mais caro. E onde está o subsídio disso? No VUM. É o VUM que está subsidiando isso. São as empresas operadoras que têm como questão fixa e questão móvel, elas pagam e recebem o VUM, enquanto que outras apenas recebem.

Portanto, esse é um desequilíbrio que está Comissão, que o Senado da República pode, efetivamente, contribuir para a eficiência da gestão do Ministério das Comunicações. Assim sendo, o financiamento envolve Fust, envolve Fistel, envolve VUM e envolve também, obviamente, o marco regulatório, muito bem abordado aqui pelos senhores Senadores.

Portanto, Ministro, quero que o senhor saia daqui, primeiro, com o nosso agradecimento, com o nosso reconhecimento pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela forma brilhante que o senhor tem conduzido sua vida pública. Quero dar este testemunho aqui, porque o acompanho.

Fui Governador do Estado do Amazonas durante quase oito anos, e tive o privilégio de poder conviver com a gestão do Presidente Lula e com a sua gestão no Ministério do Planejamento. Portanto, nesta Comissão, quero dizer que serei seu parceiro e colaborador para que busquemos a eficiência, a transparência, a modernização e a democratização da telecomunicação e da radiodifusão deste País.

A Amazônia, o Nordeste, as regiões mais excluídas precisam do resultado do Governo da Presidenta Dilma e da excelência da administração nessa área, para a inclusão social, importantíssima nessas regiões. Basta olhar os números apresentados há pouco. A Região que tem menor participação em Internet e em banda larga é a Norte; a segunda, é a Região Nordeste: 13%. Ou seja, no século XXI, a nossa Região

tem 13% apenas de acesso a Internet. E quando tem um acesso a Internet, ainda é na velocidade bem baixa. É uma Internet pré-histórica.

Finalmente, Ministro, só para encerrar e passar-lhe a palavra para que o senhor possa concluir, eu gostaria de dizer o seguinte: o Brasil precisa arrumar recursos e investimentos para que tenhamos satélites brasileiros sobre a Amazônia. Existem questões de segurança nacional e existem questões estratégicas de desenvolvimento socioeconômico e ambiental na Amazônia que não poderão ser alcançadas sem a ferramenta moderna do satélite.

O Brasil precisa, e nós, nesta Comissão, vamos, com a ajuda dos Senadores, trazer para cá a discussão, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, através do Ministério das Comunicações, a discussão do acesso também através do satélite.

No mais, muito obrigado, Ministro, a quem passo a palavra, para que o senhor possa fazer as suas colocações em resposta à Senadora Vanessa, ao Senador João Pedro e até às minhas colocações, mas dizer do nosso mais profundo agradecimento pela sua presença, e que seremos companheiros, parceiros nessa discussão da universalização, do acesso, da inclusão, do marco regulatório e do financiamento do sistema de telecomunicações e radiodifusão no País.

Passo a palavra ao Ministro Paulo, para as suas considerações.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO – Muito obrigado, Presidente Eduardo Braga.

Srªs e Srs. Senadores, primeiro, com relação às questões que foram levantadas pelos Senadores. A Senadora Vanessa Grazziotin fez-me uma indagação específica sobre os Correios

Primeiro, com relação às questões que foram levantadas pelos Senadores, a Senadora Vanessa Grazziotin me fez uma indagação específica sobre os Correios, e eu queria dizer os seguinte: a nossa ideia sobre os Correios é a de fortalecimento da empresa, a de melhorar a gestão nos Correios, de lhe dar mais condição de ocupar mais espaço ainda.

Os Correios, Senadora, tem por lei uma parte dos serviços de entrega, que são monopólios. A Constituição define, e há uma lei de 1978, que define quais serviços são monopólio dos Correios. Isso é aproximadamente 30% do que os Correios fazem; no restante, eles concorrem. Existe liberdade de atuação, empresas privadas concorrem com os Correios, e não temos nenhuma proposta de mudança.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Qual é esse percentual do monopólio, Ministro?

O SR. PAULO BERNARDO – Trinta e cinco por cento, aproximadamente, do serviço que os Correios transportam são monopólio.

E não temos nenhuma pretensão de mexer nisso, o que significa que queremos que os Correios continuem monopolistas naquilo em que já são, que tenham a possibilidade de concorrer naquele mercado, que é livre, e que tenham condição de disputar com as empresas que atuam no segmento.

Com relação a essa questão do horário, quero dizer, confessar aqui que fui tomar conhecimento desse problema naquele dia em que fui a Manaus e vi que é uma questão que comove a cidade, provavelmente o Estado do Amazonas todo. Parece sensata a proposta que V. Exªs têm colocado, e me disponho a ajudar, com o meu colega Ministro Eduardo Cardozo. Eventualmente, poderemos fazer uma reunião, tentar ver como pode ser resolvido isso.

Quanto à discussão de mudar o fuso horário, que alguns aventam, às vezes, com certeza, essa não é uma boa solução. Deu essa briga, agora, no Acre. Já morei no Mato Grosso do Sul, há uma hora de diferença. Uma vez foi cogitado mudar o fuso lá, e houve uma briga enorme – as pessoas não entendem, não aceitam muito isso.

De certa forma, como disse o Senador Eduardo, é querer mudar a posição do sol, o que geralmente não dá certo. Geralmente, não se consegue isso.

O Senador João Pedro fez uma fala que me parece muito em sintonia com aquilo que estamos buscando. Eu queria dizer, Senador, que estamos trabalhando para resolver pelo menos a maior parte desses problemas de desigualdades regionais.

A Senadora Angela falou muito sobre isso, esteve conosco dias atrás, e, de fato, os números são muito expressivos, mostram uma diferença brutal.

É evidente que temos de considerar que há dificuldades técnicas. Quando fizemos o Plano Nacional de Banda Larga, a conclusão que tiramos era a de que não tínhamos como prometer que faríamos no Amapá ou no Estado de Roraima, porque não havia opção técnica. Hoje, menos de um ano depois, já há uma mudança, tanto que assumi o compromisso de que vamos refazer o estudo e incluir os Estados que não estavam no Plano.

O Senador Eduardo Braga citou: Manaus, agora, tem uma linha que vem de Roraima, mas que antes vem da Venezuela. Isso foi uma negociação binacional. O Presidente Lula ligou para o presidente venezuelano Hugo Chávez, conversou; depois houve tratativas empresariais. A Eletronorte compra da Venezuela a energia que abastece em parte o Estado de Roraima, e também passamos a comprar a ligação de banda lar-

ga. Houve a construção da linha, e estamos fazendo o linhão que vai de Tucuruí a Manaus, porque todos sabem que Manaus ainda tem energia gerada com óleo *diesel* e gás. Então, nós temos de resolver isso.

A linha foi projetada, está sendo construída. Há dificuldades técnicas enormes, dificuldades ambientais. Levamos muito tempo para conseguir atender às exigências ambientais, que, em parte, são plenamente justificáveis, mas que, em outra parte, acho contraditórias, porque não se consegue licença para construir uma linha, para levar energia, mas queima-se óleo, que dá muito mais problema ambiental.

E para transportar esse óleo pelo rio...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Queima mais óleo ainda.

O SR. PAULO BERNARDO – Queima mais óleo e pode ter acidente no rio; pode gerar um problema ambiental muito mais grave.

Mas, só para ter uma ideia, eu estava tentando lembrar aqui de detalhes técnicos: para transpor o rio, nós vamos usar torres que terão altura superior a 200 metros. Ainda para instalar essas torres, não foi dada – é justificável isso – autorização para ter estrada para transportar a torre. Então, as torres serão levadas por helicóptero, desmontadas e montadas. Só vai ter possibilidade de abrir a clareira no lugar da instalação. Quer dizer, vai ser montada, praticamente colocada lá com o helicóptero, pré-montada e depois levantada a torre.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A Petrobras tinha a tecnologia de como montar sobre a floresta essas peças grandes.

O SR. PAULO BERNARDO – É, a Petrobras, para construir o gasoduto Coari-Manaus, atolou tantas máquinas lá, que resolveram inverter a lógica e fizeram a construção durante o período das cheias. Então, levavam o material e faziam a perfuração durante as cheias, porque ia de barco. Quer dizer, era como se estivesse fazendo numa área permanentemente alagada, que era mais fácil de trabalhar do que no período de seca, quando o barro impedia. Mas tanto o gasoduto que foi construído tem linha de fibra ótica – isso vai permitir fazer conexão com sete Municípios conectados a Manaus e também o Linhão. Eu imagino...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A BR-174.

O SR. PAULO BERNARDO – E a BR-174. Então, eu acho que menos de metade dos Municípios estarão conectados, mas, com certeza, muito mais que metade da população do Amazonas vai estar... Quer dizer, haverá necessidade de fazer por satélite muito menos serviço, muito menos...

Considero que essas questões colocadas aqui são absolutamente cruciais e coincidentes com a nossa missão, com o nosso anseio, que é facilitar o acesso à comunicação, o acesso à informação, à integração do País; facilitar os processos ligados à educação, à saúde, ao comércio, ao desenvolvimento econômico. Então, nós temos que refazer.

Quero dizer que essa reunião para nós foi de extrema importância, pela qualidade, pelas informações que recebemos aqui, as cobranças pertinentes. Quero dizer que agradeço, Senador Eduardo, a toda a Comissão, mas agradeço a V. Exª pela gentileza com que fui recebido e pelo acréscimo das informações que os Senadores nos passaram aqui. Com certeza, tudo isso que foi trabalhado aqui vai ser levado em consideração para melhorar o trabalho que nós fizemos.

Já saí daqui com o compromisso com a Senadora Angela, mas com toda a região, de nós revermos o plano nacional de banda larga para incluir regiões, Estados, que não estavam tratados da forma como precisam ser tratados. E já justifiquei por que não fizemos isso no primeiro momento.

Quero agradecer e, sobretudo, Senador, primeiro dizer que concordo com a sua visão sobre a questão do satélite. O Governo brasileiro está tratando a possibilidade de ter um novo satélite e, sobretudo na região amazônica, isso é importante. E quero agradecer esse clima muito cordato de debate e também o oferecimento, que aceito e solicito, de apoio da Comissão para as políticas do Ministério. Sabemos que esta Comissão tem uma força extraordinária, uma comissão do Senado e, com certeza, vamos buscar nos apoiar nesta Comissão para trabalhar as nossas questões e buscar executar aquela missão que nós temos no Ministério.

Agradeço muito a presença de todos, daqueles que tiveram a paciência de ficar até agora. Outros Senadores tiveram de participar de outras comissões, mas agradeço muito o convite e a qualidade do debate que aqui fizemos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está encerrada a reunião.

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; COM A 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; COM A 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 09h00.

Às nove horas e dezessete minutos do dia vinte e três de março de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência

dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, LÚCIA VÂNIA** e **EDUARDO BRAGA,** reúnem-se conjuntamente a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA; Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; e a Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ALOYSIO NUNES FERREIRA, ANÍBAL DINIZ, ANTONIO CARLOS VALADARES, BLAIRO MAGGI, CÍCERO LUCENA, CYRO MIRANDA, DELCÍDIO DO AMARAL, EDUARDO AMORIM, EDUARDO BRAGA, EUNÍCIO OLIVEIRA, INÁCIO ARRUDA, IVO CASSOL, JOÃO PEDRO, JOÃO RIBEIRO, JORGE VIANA, KÁTIA ABREU, LINDBERGH FARIAS, LOBÃO FILHO, LÚCIA VÂNIA, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO TAQUES, RICARDO FERRAÇO, RODRIGO ROLLEMBERG, VANESSA GRAZZIOTIN, VICENTINHO ALVES, VITAL DO REGO, WALTER PINHEIRO,** e **WILSON SANTIAGO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ACIR GURGACZ, AÉCIO NEVES, ANA RITA, ANGELA PORTELA, ARMANDO MONTEIRO, BENEDITO DE LIRA, CASILDO MALDANER, CIRO NOGUEIRA, CRISTOVAM BUARQUE, DEMÓSTENES TORRES, FERNANDO COLLOR, FLEXA RIBEIRO, FRANCISCO DORNELLES, GARIBALDI ALVES, GILVAM BORGES, GIM ARGELLO, HUMBERTO COSTA, JAYME CAMPOS, JOÃO ALBERTO SOUZA, JOÃO VICENTE CLAUDINO, JOSÉ AGRIPINO, JOSÉ PIMENTEL, LÍDICE DA MATA, LUIZ HENRIQUE, MAGNO MALTA, MARCELO CRIVELLA, MARIA DO CARMO ALVES, MARINOR BRITO, MARISA SERRANO, PAULO BAUER, PAULO DAVIM, PAULO PAIM, RANDOLFE RODRIGUES, RENAN CALHEIROS, ROBERTO REQUIÃO, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, WALDEMIR MOKA** e **WELLINGTON DIAS.** O Senhor Senador **FLEXA RIBEIRO** justifica sua ausência, decorrente de missão em representação à Presidência do Senado Federal, conforme Ofício nº 227/2011-PRESID., de 22 de março do corrente. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A seguir, é aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** dos seguintes Requerimentos: **1) REQUERIMENTO nº 8, DE 2011-CMA / nº 2, DE 2011-CCT**, que "Requer, com amparo no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) em conjunto com as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o programa nuclear brasileiro e avaliar as medidas de prevenção de acidentes e a capacidade de resposta do Estado Brasileiro em caso de desastre. Devido à complexidade do tema e a diversidade de aspectos relacionados com a questão (técnicos, operacionais e políticos), propomos o fracionamento dos trabalhos em três audiências. A título de sugestão, serão convidados para exporem seus pontos de vista as seguintes autoridades: Primeira audiência pública – aspectos operacionais: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear; Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); Segunda audiência pública – aspectos técnicos: José Goldemberg, Professor Dr. da Universidade de São Paulo (USP); Luiz Pinguelli Rosa, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Aquilino Senra Martinez, Professor Dr. da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Terceira audiência pública – aspectos políticos: representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, representante do Ministério de Minas e Energia, representante do Gabinete de Segurança Institucional". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, as comissões aprovam os Requerimentos. **2) REQUERIMENTOS n° 9, DE 2011-CMA / n° 3, DE 2011-CCT / n° 2, DE 2011-CI,** que "Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma nova audiência pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Serviços de Infraestrutura (CI), com a presença do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear, para dar continuidade ao debate sobre o programa nuclear brasileiro e seu sistema de segurança". Autoria: Senador Lobão Filho; **3) REQUERIMENTO n° 10, DE 2011-CMA,** que requer a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA) na audiência pública a ser realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados para, em comemoração ao Dia Internacional do Consumidor, avaliar as conquistas obtidas pelos consumidores e debater proposta de reformulação do CDC em curso no Senado Federal, conforme Requerimento nº 04/2011, aprovado naquela Comissão em 16 de março de 2011. A audiência pública contará com a presença dos seguintes convidados: MINISTRO HERMAN BENJAMIN – Presidente da Comissão Especial de Reforma do CDC, do Senado Federal ; DRA JULIANA PEREIRA DA SILVA – Diretora do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; SR. ANTÔNIO CARLOS DA FONSECA - Subprocurador

Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara do Ministério Público Federal; JORGE ALBERTO DE SOUZA MADRUGA - Coordenador do Forum Nacional dos Procons; SRA. MARIA INÊS DOLCI - Coordenadora Institucional do PROTESTE/SP e da SRA. MARILENA LAZZARINI – Coordenadora Executiva do IDEC. Colocado em votação, as comissões aprovam os Requerimentos. **PAUTA**. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública, em cumprimento aos Requerimentos nº 8, de 2011-CMA, nº 2, de 2011-CCT e n° 1, de 2011-CI, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o programa nuclear brasileiro, em face dos desastres nucleares ocorridos recentemente no Japão, incluindo: sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como planos de emergência em caso de acidentes; plano de expansão do programa nuclear brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos. Comparecem para a audiência pública os seguintes convidados: Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da ELETRONUCLEAR; e Laércio Antonio Vinhas, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Após a exposição dos convidados, os Senhores Senadores apresentam seus questionamentos. Os convidados respondem às perguntas, conforme ordem de apresentação, e fazem suas considerações finais. Usam da palavra os Senhores Senadores **VITAL DO RÊGO, DELCÍDIO DO AMARAL**, **LÚCIA VÂNIA, EDUARDO BRAGA**, **LOBÃO FILHO**, **ANTONIO CARLOS VALADARES**, **JORGE VIANA**, **LINDBERGH FARIAS, WALTER PINHEIRO, JOÃO PEDRO**, **CYRO MIRANDA**, **KÁTIA ABREU**, **IVO CASSOL** e **ALOYSIO NUNES FERREIRA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente CMA – Senador **Eduardo Braga,** Presidente CCT Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente CI.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Conjunta de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a 3ª Reunião da Comissão de Serviço de Infra-Estrutura e a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa das leituras das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Quero agradecer as presenças do Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, do Dr. Laércio Vinhas, dos Presidentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, da Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia e todos as demais e os demais Senadores aqui presentes.

Antes de passarmos à pauta, gostaríamos de apresentar os seguintes requerimentos.

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Convidando para algumas audiências públicas o Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, o Sr. Odair Dias Gonçalves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Sr. Luiz Pinguelli Rosa, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Sr. Aquilino Senra Martinez, Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Sr. José Goldemberg, Professor Doutor da Universidade de São Paulo, e representantes do Ministério da Ciência e Tecnologia, representantes do Ministério de Minas e Energia, representantes do Gabinete de Segurança Institucional.

Vou dar uma explicação: esta Comissão já havia aprovado, na sua reunião, ao convite ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva; em seguida, a Comissão de Infraestrutura decidiu também fazer um conjunto de audiências públicas sobre o mesmo tema e a Comissão de Ciência e Tecnologia também demonstrou o mesmo interesse.

Entendemos que deveríamos fazer essas audiências conjuntas. Daí, a necessidade de aprovar o requerimento.

Em discussão o Requerimento. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em conformidade com a aprovação dos Requerimentos nºs 07, de 2011-CMA, de autoria dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Jorge Viana, e 01, de 2011, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, com o objetivo de esclarecer ao Senado Federal e à sociedade brasileira questões sobre o Programa Nuclear Brasileiro, em face dos desastres nucleares

ocorridos recentemente no Japão, incluindo sistemas de segurança das usinas nucleares já instaladas, assim como plano de emergência em casos de acidentes, plano de expansão do Programa Nuclear Brasileiro, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos radioativos, com a participação dos seguintes convidados: Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletronuclear, e Laércio Antônio Vinhas, Diretor de Radioproteção e Segurança Nuclear da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Agradecendo a presença de todos, especialmente dos nossos convidados. Para que possamos ganhar tempo, já, de imediato, passo a palavra ao Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. OTHON PINHEIRO DA SILVA – Sr.ªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes, é com muito prazer que estou aqui atendendo a esta convocação, porque estamos em um momento que convida à reflexão, à análise.

Temos que levar em consideração que energia é fundamental para a sociedade moderna. Nela, temos de prever a contribuição de todas as fontes primárias, evidentemente priorizando as fontes renováveis.

Precisamos ter um mix de energia que menor impacte o meio ambiente e que melhor atenda às necessidades da nossa sociedade.

Temos que entender que somos um país que sofreu uma das maiores transformações da história mundial, ou seja, em sessenta anos, partimos de uma sociedade em que 80% vivia no campo e 20% nas cidades, para ser exatamente o contrário nos dias de hoje: 80% nas cidades e 20% no campo. Esse adensamento populacional nas cidades conduz a uma série de desafios: desafio do saneamento: a falta de saneamento mata mais que qualquer doença isolada, aqui no país. Para saneamento, precisamos de energia. Energia para tocar uma bomba d'água, para tratar a água e colocar nas nossas casas; e motores elétricos para fazer o saneamento, transportar os rejeitos que a sociedade produz. Esse é um grande desafio da nossa sociedade. É uma atividade bastante intensiva, em termos de consumo de energia elétrica.

Outro desafio é o do transporte coletivo nas cidades. Temos pouco transporte, precisamos redimensionar o transporte coletivo de maneira que polua menos, ou seja, queimando menos combustível fóssil. Na Europa, todas as cidades acima de 250 mil habitantes têm um transporte coletivo organizado, eletrificado. Aqui no Brasil, estamos muito longe dessa realidade, mas chegaremos lá. Apenas crescemos rápido demais, tínhamos que crescer com menor investimento na fase inicial, que levava ao transporte coletivo, queimando combustível fóssil. Hoje – vejo aqui um Senador de São Paulo e morei lá por 25 anos, ainda tenho residência lá –, um trabalhador, em São Paulo, às vezes leva quatro horas dentro de um ônibus, com o ônibus fazendo fumaça, poluindo o meio ambiente. Há uma série de desafios que temos que encarar.

Voltando ao transporte coletivo eletrificado, ele é intensamente consumidor de eletricidade. Temos um grau de industrialização muito aquém daquilo que vai nos dar a possibilidade de transformar o que a natureza deu em produtos de interesse para a nossa sociedade, melhorar a qualidade de vida. É muito importante melhorar a qualidade, por todas as razões, mas tem uma cifra que me deixou bastante impactado: li nos jornais que, em 11 anos, morreram 400 mil brasileiros por crime, a maior parte deles por problemas de natureza social, desavenças que, em casas que têm pouco pão, todo mundo chora, todo mundo tem razão, todo mundo entra em discordância. Portanto, há cifras que são impactantes, e a transformação da nossa sociedade vai levar a um maior aporte de energia – temos que economizar sempre – e, dentro desse cenário, não se pode deixar nenhuma das fontes primárias. Em energia, temos que contar com todas as fontes primárias. O desafio está em compor a contribuição de cada fonte, da maneira que dê o menor custo para a sociedade e menor impacto ambiental. É este o nosso desafio, mas agora temos que refletir muito sobre o que houve no Japão.

Vou tomar a liberdade de projetar alguns quadros, saturar os senhores o mínimo possível. Tivemos, no Japão, um dos maiores terremotos de que se tem conhecimento na história da humanidade. Não o maior – no Alasca houve um maior –, mas, em área densamente populosa, seguramente foi o maior de que se tem conhecimento. O terremoto derrubou, destruiu, veio um maremoto, um tsunami que projetou todos aqueles resíduos, aquilo que estava derrubado pelo terremoto, e ampliou a catástrofe.

No Japão, temos o encontro de duas placas tectônicas, é uma situação completamente diferente do Brasil, porque esse encontro é bem distante do nosso território. Nós temos a sorte de estar no meio de uma placa tectônica.

Mas esse terremoto, esses dois grandes fenômenos no Japão destruíram várias, todas as instalações industriais da região. E o número de mortes por destruição das instalações foi muito grande. Houve caso de destruição de armazenamento de gás com explosões. Ou seja, o que ceifou de vida esses dois fenômenos... Foi muita gente que, digamos, faleceu, foi ferida em decorrência desse fenômeno. Dentro deles, existe...

Nós vemos aqui a fotografia de uma dessas instalações de gás que explodiu. Dentro de todas essas estruturas que foram afetadas por esse terremoto e por esse tsunami, o comportamento das centrais nucleares, no que diz respeito à estrutura, foi o melhor comportamento, ou seja, foram as estruturas, a estrutura nuclear em si. Tivemos, numa central, o que uma estrutura auxiliar, ou seja, onde estavam os motores diesel, ela foi destruída, e, com isso, não houve a possibilidade. Com a central nuclear, ela, ao ser desligada, não para de produzir completamente energia. Ela passa de 100%, que produzia, para 2,3% e decai essa produção de energia em trinta e tantas horas. Então, logo assim que uma central nuclear é desligada, nos reatores da geração atual, ela precisa de uma energia externa, corrente alternada, para trocar as bombas de circulação. E, como houve, no tsunami, atingiu os motores diesel auxiliares, a central ficou sem refrigeração pós desligamento. Essa foi a grande causa no Japão.

Temos aqui a fotografia da onda.

A central japonesa estava prevista. Tinha um paredão prevendo um tsunami com a altura de 6 metros, mas o tsunami foi muito maior do que a previsão histórica de mil anos. Então a onda foi superior ao dique de contenção.

Temos aqui o esquema das centrais. A central afetada, que eram 6 usinas, 4 delas foram afetadas. Por alguma razão, que, por enquanto, não se tem conhecimento, essa central foi a mais afetada. Quer dizer, houve uma concentração do efeito. O efeito do maremoto foi maior nessa central do que nas outras próximas. Tanto a Fukushima Daiichi quanto a de cima, Onagawa, não foram afetadas. Houve uma concentração nessa central, que tinha 6 usinas.

Como eu disse, o tsunami afetou os motores diesel de emergência que dariam que suprimir energia elétrica para resfriar a central depois do desligamento.

Vale ressaltar o tipo de tecnologia usada no Japão, nessas centrais, é diferente do que nós utilizamos aqui no Brasil, diferente de outras centrais japonesas da costa leste. Da costa oeste, perdão, do Japão.

Logo que houve o acidente, o governo japonês acionou o plano de emergência, que prevê a evacuação de uma área com cerca de 5 km. Então, inicialmente, eles fizeram a previsão dessa área de 5 km, depois, como era mais de uma central, eles foram crescendo a cada 5 km por cada central que estava com problema. Eram 4 centrais, eles estenderam o raio de evacuação para 20 km.

É importante que se diga que esse tipo de central, central resfriada a água, a dispersão atinge uma região menor do que a central do tipo Chernobyl. A humanidade é muito traumatizada com o fenômeno de Chernobyl. Chernobyl era um reator que tinha grafite no núcleo. O volume de material radioativo era muito maior. Houve uma queima, uma explosão do núcleo. Como o carbono tem uma densidade muito mais baixa, aquilo foi – digamos – transportado para uma região muito grande. É diferente do problema que tem no Japão, que é um reator resfriado a água, então o raio que atinge a dispersão é muito menor. As medidas feitas atualmente já mostram que o nível de radiação é muito baixo, tem uma concentração no portão da central, mas as medidas já feitas, se elas forem verdadeiras – vamos fazer essa ressalva –, se realmente nós estivermos trabalhando, esse é um dos pontos que nós temos que levar em consideração. Esse é um dos, querendo ou não – é duro de dizer –, mas esse é um grande experimento que o destino, que a desgraça nos disponibilizou. É o maior experimento na área nuclear, as centrais nucleares que a humanidade já teve. Então, nós temos que aprender muito com esse experimento.

A segurança envolve várias coisas: envolve instalações seguras, planejamento, ou seja, procedimentos seguros e uma contínua atitude de humildade, melhorar as condições de segurança. Então, nós temos que realmente analisar o que houve lá. Nós nunca nos devemos considerar seguros. A humildade é um elemento essencial da segurança. Agora, na análise muito superficial que já fizemos, primeiro, é crucial que se tenha disponibilidade de mais fontes auxiliares para alimentar o reator depois de desligamento nos reatores da geração atual. Logo um pouco avante, vou explicar que, nesse aspecto, a gente, felizmente, aqui, no Brasil, está bem situado, significa que sempre temos que reaver a segurança, mas, na primeira análise, nós estamos bem e, como opção para o futuro, também as centrais que já há mais de dois anos a empresa cogita depois do desligamento, não necessitam da energia externa para refrigerar. A mais moderna geração de reatores são considerados, quer dizer, o nome é um pouco, não concordo muito com o nome porque eles são chamados de intrinsecamente seguros e, como acho que não tem nada intrinsecamente seguro, não gosto muito do nome, mas a geração de reatores que nós cogitamos para o nosso programa das quatro centrais próximas são desse modelo, com o sistema de segurança passivo aprimorado, ou seja, com o desligamento, ele não necessita de energia externa para resfriamento do reator.

Essa fotografia mostra as regiões mais afetadas. Essa linha vermelha são as zonas mais prováveis de grandes cismos e de *tsunami*. Nós temos uma no meio do Mediterrâneo e temos os chamados oito do Mediterrâneo e oito do Pacifico, que atinge a costa oeste

da América do Sul. São regiões que, sobretudo nessas regiões, digamos, os cuidados que têm ter, os detalhes das centrais ou de qualquer instalação nuclear têm que ser bem mais revistos e mais aprimorados.

O Japão usa como critério de projeto o cismo de 8.2, na escala Richter, 0.3g de aceleração e uma onda máxima de 5.7; esse é o critério de projeto deles. A onda foi um cismo de 9.0, o maior cismo que o Japão se tem conhecimento tenha tido, e a onda máxima foi com dez metros, ou seja, superior àquilo que estava previsto. Então, muito embora o critério de projeto tenha sido inferior à solicitação que as centrais tiveram, a central em si resistiu ao impacto.

O nosso critério de projeto. Aqui, no Brasil, nós estamos no meio de uma placa tectônica. Ou seja, a probabilidade de um sismo daquele de maior intensidade é muito baixa, é extremamente baixa no país, sem dúvida, porque o encontro das placas é no meio do Atlântico e a placa que há na América do Sul, ela sobe sobre a outra placa. No Japão é o contrário: a que sobe está na direção do Japão. Ou seja, no nosso caso, é zero praticamente a probabilidade de haver um tsunami em decorrência de um atrito nas placas. Isso é o que os geólogos nos dizem, o que o conhecimento humano hoje diz. Ou seja, nós temos, no que diz respeito à sismicidade e a efeito de tsunami, a probabilidade de ocorrência é muito menor e a intensidade desse fenômeno é, sem dúvida, muito menor.

Então, temos um critério... As nossas centrais têm um quebra-mar de oito metros. Angra I e II estão situadas a cinco metros e Angra III está situada a seis metros, o que significa o seguinte: se tivermos um tsunami que atinja a central, aquela região onde está o Rio de Janeiro, infelizmente, já terá sido extremamente catastrófica para a população. A central está bem acima do que o resto, do que todo o Estado, do que toda a região pode ser atingida. Ou seja, se houver... É duro. Por favor, não entendam mal, mas se houver um tipo de fenômeno dessa natureza, todos já morreram antes de ter problema. Não tem mais do que se preocupar com a central, porque já morreram por outra causa.

O tipo de reator que nós usamos é bem diferente do Japão. O reator PWR, ou seja, *Pressurized Water Reator*, ele é um aproveitamento da tecnologia que os americanos desenvolveram para a propulsão de submarino. Os reatores da geração atual são como os submarinos antigos eram e a nova geração de reator que está vindo no caminho é como os reatores de submarinos novos são. Ou seja, os submarinos modernos têm de navegar em baixa velocidade sem fazer ruído. Por isso não podem ligar as bombas. Então, eles têm que ter em baixa velocidade circulação natural.

Então, houve o aproveitamento dessa tecnologia para a geração de reatores que está vindo em linha. Os atuais são como os submarinos antigos; precisam de um sistema secundário de refrigeração.

Não tem nada a ver com a história, mas a planta de propulsão desenvolvida aqui no país já é dentro do novo conceito.

(Interrupção fora do microfone)

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA - São com o novo conceito. Não, as plantas que operam no Brasil são com o conceito antigo e necessitam de energia externa. A diferença da planta japonesa é que, no caso dos japoneses, o vapor é produzido direto no reator. Eu, particularmente, não...Então, o vapor é produzido diretamente dentro do reator. Sobretudo em uma região de maior sismicidade, particularmente eu não gosto desse tipo de reator, porque, se houver uma ruptura dessa canalização de vapor, é muito extensa e fora da zona de contenção.

Então, desde a época de estudante na MIT, nunca fui favorável a esse tipo de reator em regiões de sismicidade. Aliás, em região nenhuma. O Professor Hansen, lá do MIT, dizia que esse reator do *Boiling Water Reator* é um reator projetado por físicos muito inteligentes e péssimos engenheiros. Essa era a análise que ele fazia desse reator. No caso do nosso reator é como os reatores de propulsão de submarino, nós temos um circuito fechado com água ou pressão mais alta temperatura e um segundo circuito, esse sim, que produz o vapor e o vapor vai para a turbina. Ou seja, nós temos um circuito a mais. Mas...

(Interrupção fora do microfone)

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA - São desse tipo de cima, desse tipo de cima. Então, é conceitualmente mais seguro do que o *boiling water reator*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Mas era o antigo?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Como? Não, não.

Já foram feitas. A opção foi feita desde o início para esse tipo de reatores.

Aqui, vemos bem nesta fotografia. Todo o primário fica em uma contenção dupla. A primeira esfera de aço e, depois, a segunda esfera de concreto. Esse é o nosso sistema. Ou seja, os vazamentos ficam dentro... Esse é o mesmo tipo de reator que teve um acidente nos Estados Unidos, o acidente de Three Mile Island. Aí vem a pergunta: no acidente de Three Mile Island quantas pessoas morreram? Zero. Quantas pessoas foram contaminadas no maior acidente que houve nesse tipo de reator? Zero.

Para se ter uma idéia a Suprema Corte nos Estados Unidos não deu ganho de causa a quem morava

a mais de uma milha do reator por parar um negócio. Por exemplo, uma padaria, uma lavanderia não teve nenhuma indenização do Governo, porque foi considerada pela Suprema Corte como não merecedora. Esse é um dado jurídico, mas mostra bem. Então, existe uma diferença de tecnologia.

A pergunta: é 100% segura? Não existe nada no mundo 100% seguro. O que existe é uma probabilidade.

Então, da análise que temos de fazer sobre o acidente no Japão, todas as causas de morte... Hoje, no café da manhã, eu me lembrei de um evento. O que mais matou no Japão foi casa, o teto da casa caindo na cabeça nas pessoas. Nem por isso o Japão pode parar de fazer casas, as pessoas têm de continuar morando em casas. Sem dúvida, quem estava morando em casa morreu mais do que quem estava na central. Pelo que se sabe até agora, temos uma estatística de 30 e poucas pessoas atingidas. Repito, pelo que se sabe até agora.

Uma análise com mais distância, com mais profundidade vai nos dar as reais causas. A maior parte dos acidentes foi por contaminação, por explosão em outros tipos de indústrias, sobretudo, combustíveis fósseis.

Então, em uma análise como essa, temos de verificar o que ocorreu como um todo e, especificamente, analisar o que ocorreu na indústria nuclear e aprender todas as lições que forem possíveis aprender nesse acidente. Uma lição óbvia é que tem de haver alternativa para a fonte auxiliar de energia.

Pelas notícias que temos agora, nas centrais morreram 35 pessoas e 19 foram contaminadas. Coloco de novo as ressalvas: são com os dados que temos até agora. Eu acho que esses dados são bastante imprecisos. Somente com mais tempo e mais análise, uma análise pela agência internacional, é que vamos ter a real dimensão do acidente.

Vamos comparar com Chernobyl, o que é muito importante. Em Chernobyl, como eu disse, o núcleo tinha grafite e houve uma explosão química. Houve uma explosão e pegou fogo o grafite. Foi um experimento que estavam fazendo na central. Não deveriam ter feito, foi um erro de operação. E esse grafite, com partículas radioativas se espalhou por uma região muito grande da Ucrânia. E não somente da Ucrânia, até na Suécia, houve problema de contaminação leve.

No Japão é diferente. É um reator que não tem grafite no núcleo. As medidas já tomadas. Vê-se que a área afetada é muito menor: cerca de 3 quilômetros em volta da central. As medidas... os dados que nos passaram até o momento.

Como estamos nós? Como estamos nessa fotografia nuclear? Primeiro, a escolha pela tecnologia - eu a considero a mais adequada - foi o reator PWR. Temos um plano de emergência externa em que entra a Secretaria de Defesa Civil, a secretaria do Município. Existe uma coordenação federal. É um órgão, o SIPRON, que coordena todos os órgãos federais. E neles entram a Comissão Nacional de Energia Nuclear, vem todo o sistema federal é acionado por esse plano.

Existem exercícios anuais de treinamento desse plano. E em cada ano par existe a participação da população. A gente procura o máximo de participação da população, evidentemente, estamos num regime democrático, é por convite, por estímulo, e não por convocação, mas, a cada ano par, existe um treinamento completo, uma simulação de acidente.

Agora, no que diz respeito à política da empresa com relação... A empresa participa do plano de emergência, agora, a política com relação à segurança da central, estamos implementando algumas medidas dentro daquele princípio de que nunca se pode estar satisfeito com segurança, estamos no princípio de implantação de quatro embarcadouros para facilitar a evacuação em caso de acidente. Estamos superpondo também algumas quadras poliesportivas que vão ser registradas como se fosse helipontos para a movimentação de pessoas que têm dificuldade de locomoção. Aquela região de Angra é uma das mais bem servidas do Brasil por helicópteros, dado os condomínios de luxo que têm lá, então, estamos construindo essas quadras poliesportivas, que são utilizadas pela população, em caso de emergência.

Estamos também disponibilizando para a Prefeitura o recenseamento local, quer dizer, é um programa em que todas as pessoas que estão num raio de 50 km da empresa são cadastradas, então o geocadastramento desse pessoal para saber quem, ou seja, na hipótese de um acidente, se algum dia houver, esperamos que nunca haja, saibamos exatamente quem está ali. Então, esse cadastramento está sendo utilizado para outras atividades das prefeituras, como serviço médico, temos partilhado isso com as prefeituras locais.

Agora, no que diz respeito a essa preocupação com uma fonte auxiliar, extra de energia, estamos muito bem na fotografia. Ano passado, terminou um estudo feito por uma empresa, porque, como próximo à empresa tem um acesso à Serra do Mar e tem dois rios, é o planejamento de uma pequena central hidrelétrica exclusiva para fornecimento da energia, essa que o Japão não tinha. Então, essa é uma providência que a empresa já tomou, neste aspecto a empresa está muito bem, porque existe esta preocupação já há algum tempo. Por coincidência, na quinta-feira, ou seja, um

dia antes do Tsunami, eu estava despachando com o Diretor da Eletrobras e pedindo o financiamento a um juro mais baixo para a construção dessa PCH, e ele aprovou. Então, isso foi bem antes, nem se pensava em tsunami, mas isso sempre foi uma preocupação da empresa, ou seja, já estamos num processo de construção, existem, para cada central, duas bancadas de motores diesel.

No que diz respeito a Angra III, o Dr. Laércio Vinhas, aqui presente, uma vez telefonou: Othon, vou exigir que o diesel auxiliar tenha a constituição classe I, ou seja, o mesmo critério de constituição da central. O Laércio é testemunha, levei um segundo, para dizer: olha, Laércio, concordo com a sua sugestão, vamos construir Angra III já com os motores diesel auxiliar com classe I, ou seja, o mesmo tipo de estrutura que não foi destruído no Japão foi decisão deste País por sugestão da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e não levei um segundo de hesitação para concordar com essa posição.

Então, no que diz respeito à preocupação com essa fonte auxiliar, embora estejamos com a central com nível de segurança que é melhor, por que é melhor? No *boiling water reactor*, o tempo de decisão é muito pequeno, o inventário de água é muito pequeno. Numa central do tipo PWR, temos cerca de umas duas horas, mesmo sem energia auxiliar. Além disso, estamos trabalhando na empresa para ter uma central, porque estamos tirando partido da nossa posição geográfica favorável. Como existe uma serra com um rio atrás, temos uma linha de extensão de 12km, vamos fazer não linha aérea, e sim a galeria, ou seja,

Existe, dentro da empresa essa atitude de procurar a segurança. E vamos continuar sempre dentro dessa filosofia.

Nesse momento, *vis à vis* o que ocorreu no Japão, nós vamos iniciar uma profunda análise de todo o sistema que nós temos, ou seja, segurança. A gente nunca pode estar satisfeito com segurança. E nunca pode abrir mão de ter o melhor.

Em caso de dúvida, sempre paramos a central. Nunca houve um caso em que houvesse dúvida que não se parasse a central. Então, para segurança, nós precisamos ter instalações adequadas, procedimentos planejados de forma adequada e sempre uma atitude de nunca ficar satisfeito com a segurança. Tem caso de dúvida? A segurança tem prevalência sobre a economicidade. Isso tem sido a política da empresa e acho que é tranqüilizante para a nossa sociedade.

Agora, vem a pergunta: escute, mas no Brasil tem tantas formas de energia. Por que nós vamos precisar de energia nuclear?

Nós precisamos de todas as formas de energia. Não existe energia melhor do que a outra. Solar, eólica, todas elas, cada uma tem seu quinhão de participação. Mas é comum chegar e dizer: "Não, com eólica e solar resolvo tudo". Isso é jejum em termos de planejamento energético. Quem realmente não tem o menor conhecimento do que é planejamento energético pode falar isso.

Nós temos uma sociedade adensada em termos de população nas cidades, com grandes blocos. Então, digamos, é muito amadorismo afirmar que basta eólica e solar. Agora, também é um absurdo dizer que elas não são importantes; são extremamente importantes. Sobretudo a energia solar, para aquecimento. Sem dúvida, estamos subutilizando essa forma de energia. Podemos explorar muito mais a energia eólica.

Mas, por que não podemos dispensar a energia nuclear? Porque houve um crescimento muito grande. O nosso sistema era fundamentalmente hidroelétrico. O sistema interligado, até o início do século, funcionava perfeitamente – digamos – com hidroelétricas. Como engenheiro, eu acho a melhor forma de gerar energia elétrica a hidroeletricidade. Até na empresa me acusam de ser um espião hidroelétrico na área nuclear.

Mas o que ocorreu com o sistema integrado? A capacidade instalada cresceu, mas o estoque de energia, ou seja, águas e reservatórios permanecem constantes desde a década de 80. Por que isso? O nosso sistema hidroelétrico é um sistema em que as nossas barragens vão do sul de Pernambuco ao sul do Paraná. Nós construímos o sistema hidroelétrico numa região que quem leu Rachel de Queiroz entende bem. Tem a muralha; acima dessa muralha, que é a Serra do Mar, existe uma região muito favorável para a construção de hidroelétricas e que os nossos antepassados, como algum tipo de agricultor ou de cultura, tais como cana, café, pecuária, desmataram.

Então, na década de 50, quando o Presidente Juscelino entrou e construiu esta cidade, o sistema nosso não era integrado. Somando Rio de Janeiro e São Paulo, os dois maiores centros, nós tínhamos 1.800 megawatts instalados. Então, crescemos, da década de 50, com 1.800 megawatts instalados atendendo à parte mais industrial do País, para, em capacidade instalada, cerca de 100 mil megawatts de energia firme da ordem de 70. Mas não houve o crescimento do estoque de energia, ou seja, do estoque de água.

O estoque de água funciona como se fosse uma poupança na vida de um cidadão da classe média. Naquelas fases do ano em que o sujeito gasta mais do que recebe, início de ano, quando você tem que pagar matrícula de filhos etc, ele saca da poupança. A poupança do sistema elétrico é o estoque de água.

O nosso sistema funcionou como se fosse uma família que cresceu, mas a poupança ficou a mesma. Então, agora, a maneira de fazer crescer essa poupança

As novas barragens, por questões ambientais, são desse tipo, sem estocagem de água. Todas as barragens que estão sendo feitas na Amazônia são sem estocagem de água justamente para preservar o meio ambiente. Agora, o não estoque de água, em não crescendo as reservas de água estocada, precisamos de outras formas de energia porque o sistema não funciona sem o aporte. Nos últimos dez anos, tem havido uma necessidade de aporte de 6.6% a 11.3% de energia de origem térmica e, das térmicas, a nuclear contribui com 2.9%. As novas barragens caminham nessa direção: vão ser feitas naturalmente, sem estocagem, o que vai levar... O nosso sistema não mais poderá ser puramente hidroelétrico ou com renovável, o vento. A gente vai precisar do aporte de outras formas de energia, de uma forma secundária, mas fundamental para o equilíbrio do sistema.

Desculpem-me mas engenheiro gosta sempre de gráfico.

Essa curva vermelha é o consumo nosso de eletricidade. Nós fizemos um modelo em que pegamos todos os rios do País e matematicamente transformamos num rio só. É essa parte azul. Então nós vemos que uma parte do ano as nossas turbinas não conseguem engolir toda a água que o rio disponibiliza, e tem uma parte do ano que ela poderia engolir mais água do que o rio disponibiliza.

Então como é feito isso? Essa curva verde é o estoque de água. Nós vimos que 2001 foi claramente um problema de falta de estoque de água. Foram dois anos consecutivos, por isso houve um chamado apagão. Existia problema de linha de transmissão, mas somente as linhas de transmissão para o Sul não resolveriam, porque a estocagem de água do Rio Grande do Sul é pequena. Analisando o sistema brasileiro, nós temos três regimes pluviométricos: um do Equador para cima, outro do Rio Grande do Sul, o País todo é um regime pluviométrico só. Então a gente não ganha muito exportando energia hidroelétrica de um setor para outro; tem que haver uma contribuição. E historicamente, nos últimos dez anos, tem sido de 6.6% a 11.3%, como disse.

De uma forma pictórica, o nosso sistema funciona assim: São Pedro controla as hidrelétricas e as eólicas também e a única forma de o homem atuar sobre o sistema é ligando mais ou menos as térmicas e nelas, sem dúvida, a contribuição nuclear é mais barata do que as outras formas. Então, uma parte, não todas, mas uma parte da contribuição térmica necessariamente para economicidade do sistema e também por problemas ambientais deverá ser nuclear.

Das lições que aprendemos no Japão, digamos, sobretudo essa, temos que fazer uma análise geral muito profunda, com muito detalhe, com muita humildade, mas da mesma forma que as outras atividades no Japão, o japonês não vai poder deixar de fazer casas e morar dentro delas, muito embora a maior quantidade de mortes tenha sido por estar dentro de uma casa, não poderá deixar de contar com sua indústria, porque precisa da sua indústria para a sua economia e não poderá deixar de contar com energia nuclear, fazendo as correções necessárias para que tenham plantas mais seguras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

Eu quero dar um esclarecimento ao Plenário e ao mesmo tempo pedir autorização para o encaminhamento. Quando nós convidamos o Dr. Othon para esta audiência pública, pela Comissão de Meio Ambiente, depois transformada em audiência conjunta, nos foi informado que ele tinha uma audiência pública já marcada na Câmara dos Deputados, às 11 horas. Mas, por uma deferência com o Senado, o Dr. Othon concordou em vir primeiro a estas Comissões.

O encaminhamento que eu quero propor, com autorização do Dr. Laércio é que nós possamos abrir imediatamente o debate e os questionamentos ao Dr. Othon e, em seguida, após esses questionamentos, em função de que ele vai precisar se retirar por volta das 11 horas, nós ouviremos o Dr. Laércio e reabriremos novamente o debate. E a condução que esta Presidência gostaria de dar é ouvir rapidamente os presidentes das três Comissões, em seguida os autores do requerimento e em seguida os inscritos.

Consulto se o Plenário concorda com esse encaminhamento. Não havendo quem discorde, vamos assim fazer.

Eu vou começar, Dr. Othon agradecendo a presença de V. Exª aqui, a presença do Dr. Laércio, o representante da Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dizendo que a utilização de energia nuclear sempre foi algo polêmico e muito debatido, porque, se, de um lado, a probabilidade de acidentes é mínima, por outro lado, quando existe um acidente, quando ocorre um acidente, as consequências são gigantescas e trágicas.

Esse debate tem uma força especial no Brasil, pelo fato de que nós dispomos de uma série de outras alternativas energéticas, seja pelas convencionais, de origem fóssil, como o petróleo, a hidrelétrica, a agroenergia, a solar, a eólica, e o senhor colocou superficialmente a necessidade de aproveitar todos esses

potenciais. E me parece que o percentual de termonuclear na nossa matriz energética é em torno de 2 e pouco por cento.

A pergunta que eu faço é se existem estudos feitos pelo governo, feitos pela Eletronuclear, do que significaria, do ponto de vista de economia de energia, um grande programa, um grande esforço nacional de eficiência energética.

A outra questão é por que as usinas nucleares têm que ser, ou foram construídas próximas ao mar, porque, se, de fato, o risco de ter um tsunami no Brasil é muito pequeno, por outro lado, com as mudanças climáticas, as consequências dessas mudanças ainda são desconhecidas e fenômenos que não ocorreram até hoje poderão vir a ocorrer.

A outra questão que eu coloco é: qual é o significado dessa tecnologia, do desenvolvimento da tecnologia nuclear, como a tecnologia de uso dual para o arrasto tecnológico em outras aplicações em outros segmentos, em outras atividades igualmente importantes do uso da tecnologia nuclear?

É outra é o seguinte: segundo especialistas, a tecnologia ADS, *Accelerator Driven Systems*, é uma das mais promissoras e seguras formas de exploração da fonte nuclear de energia, haja vista que nela o processo de fissão não é autossustentável. Prevê-se que a reação nuclear seja forçada através de um acelerador de partículas, aumentando enormemente o controle sobre a reação nuclear. Ademais, eliminam-se os resíduos nucleares. O material físsil utilizado é o tório em quantidade insuficiente para provocar a reação nuclear em cadeia.

Quais as perspectivas de essa tecnologia ser desenvolvida em curto prazo? Quais as reservas prováveis de tório no Brasil? Todo o território nacional já foi pesquisado em relação a possíveis jazidas de tório? E que atividades de pesquisa e desenvolvimento o Brasil tem para desenvolver autossuficiência na produção de novas tecnologias no segmento nuclear? Por que o grupo do tório não foi adiante?

E, finalmente, para concluir, eu gostaria de questionar a V. Exª: notícia veiculada no dia de hoje pelo *Correio Braziliense* dá conta de que inexiste autorização de operação permanente para Angra II. Quais as razões para a inexistência dessa autorização? Que repercussão para o funcionamento da própria usina, especialmente no campo da segurança, a falta desse licenciamento pode produzir?

Essas são as questões que gostaria de formular a V. Exª, agradecendo mais uma vez a sua participação nesse debate.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, antes da resposta. Só uma questão de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Vital do Rego.

O SR. VITAL DO REGO (PMDB – PB) – Só uma questão de esclarecimento, já que V. Exª tão bem direcionou a operacionalidade deste debate, tendo em vista a necessidade de o nosso diretor-presidente ir à Câmara dos Deputados. Eu consulto V. Exª se as perguntas seriam feitas em blocos para que as respostas também pudessem ser feitas em blocos.

Por exemplo, os presidentes, ao se posicionarem, o Dr. Othon responderia aos Presidentes e, depois, aos autores e aos inscritos. Seria uma sugestão a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós adotaremos esse encaminhamento, ouvindo três Senadores e, em seguida, o Dr. Othon.

Informo que estão inscritos – e as inscrições estão abertas –, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Eduardo Braga, o Senador Jorge Viana, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Lindbergh – consulto se há mais algum autor de requerimento presente –, o Senador Valter Pinheiro. Em seguida, os autores. O primeiro é o Senador Cyro Miranda. Vou inscrever os demais.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou inscrever todos. Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu já falei com a Senadora Lúcia Vânia ontem. Eu gostaria muito de participar desta audiência pública, mas nós fomos convocados para uma reunião no Rio de Janeiro, na Petrobras, sobre a fábrica de fertilizantes de Mato Grosso do Sul. Portanto, eu vou ter que ir ao Rio em função dessa reunião até porque este projeto é muito importante para o meu Estado.

Mas não poderia deixar de destacar aqui, e muito rapidamente, porque sei que existem várias pessoas inscritas, a competência do Dr. Othon Pinheiro da Silva. Eu o conheço há muitos anos. Foi o responsável – acho que já foi dito aqui – pelo desenvolvimento do reator nuclear da Marinha. É o reator que vai equipar o Scorpene, se não estou enganado. Fez um trabalho espetacular em Angra 3 também, até na reorçamentação de Angra 3.

Eu tive a oportunidade, depois de conversar com o Leonam, da Eletronuclear, de fazer um pronunciamento sobre Angra 1, Angra 2 e o programa nuclear

brasileiro também. É claro que, com um problema como esse ocorrido no Japão, todo o setor nuclear mundial vai rever conceitos, rever posições, aperfeiçoar projetos. Isso é da vida. Isso não é só no setor nuclear. Em qualquer setor da área de energia, isso, efetivamente, ocorre.

Agora, gostaria de destacar não só os procedimentos em Angra, com relação aos operadores, ao pessoal de manutenção e à comunidade – eu não vou detalhar porque já falei isso no plenário –, mas também a diferença de tecnologia entre os reatores do Japão e os reatores aqui, no Brasil: os de Angra são PWR; esse reator do Japão é BWR; um é água fervente; o outro é água pressurizada; Circuitos em separado, com alternativas, inclusive, de resfriamento do reator não só por meio de circuitos secundários, mas também por gravidade em função da estação de tratamento de água, está a 100 metros de altura; grupos diesel que estão em outro prédio; instalações antienchentes e as próprias condições geológicas do Brasil, de que não podemos nos esquecer.

Então, eu queria só pedir licença a V. Exª, Senador Rollemberg, que, com muita competência, sem dúvida alguma, vai conduzir, com o Senador Eduardo Braga e a Senadora Lúcia Vânia, esta audiência pública, para dizer que eu vou continuar trabalhando junto com as demais Senadoras e Senadores nessa questão, debatendo. O Senador Lindbergh apresentou um requerimento, ontem, de uma comissão de Senadores. Quero ver se me inscrevo para participar dela. Quero aqui reafirmar a minha confiança e reafirmar a qualidade técnica dos quadros da Eletronuclear.

Hoje, quando batem demais na energia nuclear, eu entendo, até pelas razões, pelas curvas aí demonstradas, que, independentemente do acidente, vários países podem paralisar alguns reatores, mas não vão parar seus programas nucleares. Não precisa falar na França, que tem mais de 80% de geração nuclear.

É importante registrar que temos todo um planejamento de novas usinas. E acho que essa audiência pública e o Senado vão, sem dúvida nenhuma, discutir essas questões, mesmo tomando novas providencias ou reavaliando até para aperfeiçoar e melhorar cada vez mais a qualidade da operação das nossas usinas e a segurança. Agora, acho que não podemos abandonar esse debate da ampliação do programa nuclear brasileiro, porque o setor elétrico precisa e as usinas hidrelétricas que estão saindo são a fio d'água. Tem muito gente que fala de hidrelétrica. É bonito falar de hidrelétrica. Eu fui barrageiro, mas são usinas a fio d'água, usinas que não têm reservatório, ou seja, operam no fluxo do rio, portanto não têm acumulação. Então, não armazenam água, como disse aqui o Senador Walter Pinheiro. Portanto tem que ter complementação. Pode ser eólica? Claro que pode, mas tem que ter geração termoelétrica. E acho que a alternativa nuclear, nós não podemos dispensar, mesmo com esse acidente grave, esse pesadelo lamentável que o Japão enfrentou. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral e passo a palavra ao Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia... Perdão. Passo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Infraestrutura.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Eduardo Braga, cumprimento o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Rodrigo Rollemberg, Dr. Othon Luiz Pinheiro e o Professo Laércio, que nos honram com suas presenças.

Dr. Othon, gostaria de falar aqui como jornalista. Esse episódio do Japão, esse desastre acontecido no Japão tem deixado a população brasileira perplexa, mesmo porque o Japão é tido no mundo inteiro como o país mais preparado para assumir acidentes dessa natureza, para resolver problemas dessa natureza. No entanto, o que vimos é quase que um total descontrole e podemos dizer que não foi um descontrole da cultura japonesa, um povo disciplinado, um povo acostumado a seguir regras.

Quando aconteceu o episódio, o mundo inteiro se pronunciou em relação a ele, em relação aos seus programas nucleares. Foi assim com a França, foi assim com a China, com os Estados Unidos, com a Alemanha. No entanto, as autoridades brasileiras, pelo menos através da mídia nacional, assumiram a responsabilidade de dizer que aqui não aconteceria nada, que nossas usinas eram extremamente seguras, sem uma explicação maior.

No entanto V. S. chega aqui hoje e responde àquelas perguntas que eu faria aqui em nome do povo do meu Estado, que foi acometido também de um acidente, o Césio 137, e hoje a população inteira está inquieta em relação a isso. Mas eu perguntaria, e o senhor já respondeu de forma eficiente, e acredito que o Senador Delcídio do Amaral não se enganou e não foi exagerado nos elogios a V. Sª. É uma pessoa que conseguiu decodificar esse tema complexo de forma didática, respondendo àquelas perguntas: qual a tecnologia utilizada no Brasil, qual o nível de segurança de que nós dispomos para uso dessa tecnologia e qual a importância do uso dessa tecnologia para o nosso sistema elétrico.

Eu só faria uma única pergunta: qual é a vantagem de dominar essa tecnologia além daquilo que o senhor já pode explicar aqui? No mais, agradecer a presença

de V. Exªs e dizer que a Comissão de Infraestrutura, todos os Srs. Senadores estão muito inquietos, querem, naturalmente, perguntar. Vou procurar ser sucinta.

Quero cumprimentar aqui os Senadores. E de forma especial o Senador Lindbergh, que tem sido um ativo Senador nesse tema, mesmo porque é um representante do Rio de Janeiro, onde estão Angra I e Angra II. S. Exª foi também autor de uma comissão em que vamos ver *in loco* tudo isso que o senhor está falando para todos nós.

No mais, quero também agradecer aos consultores do Senado da República, tanto da área da infraestrutura como da de ciência e tecnologia, que puderam subsidiar a nossa discussão e estabelecer conosco essa audiência pública.

Eu agradeço a V. S ª assim como ao Professor Laércio.

Peço ao Senador Blairo Maggi que assuma o meu lugar para que eu possa relatar um projeto na Comissão de Assuntos Sociais.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Agradeço a sua participação na Comissão de Infraestutura, nesta audiência conjunta. Passo imediatamente a palavra ao Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB - AM) – Agradeço ao nosso Presidente da nossa Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente Senador Rodrigo Rolleberg. Cumprimento o nosso Senador Blairo Maggi, que substitui a Senadora Lúcia Vânia neste momento, pela Comissão de Infraestrutura, e cumprimento o nosso expositor, Professor Othon Luiz Pinheiro da Silva, fazendo das palavras do nosso colega engenheiro Delcídio do Amaral sobre a competência do nosso colega engenheiro Othon Luiz Pinheiro da Silva...

Eu gostaria de levantar algumas questões.

Acho que, efetivamente, um país que tem o potencial hídrico que o Brasil tem e, concordando que hoje, em função das questões ambientais e as questões de sustentabilidade, principalmente onde há as reservas hídricas nacionais, com diferentes níveis de queda d'água, exatamente na região da Amazônia, onde precisamos, ter sempre em mente, o custo/benefício da área alagada x o volume de produção de energia, para que não se repitam problemas como o que aconteceu no Estado do Amazonas com a hidrelétrica de Balbina. Lá, alagamos uma área enorme de floresta, perdemos biodiversidade extremamente importante para a Nação brasileira e para resposta a questões laboratoriais mundiais extremamente importantes, de que a tecnologia do fio d'água vem viabilizando novas intervenções hídricas na Amazônia, como é o caso, recentemente do Estado de Rondônia, do nosso Senador Ivo Cassol, com a criação de Giral e de Santo Antonio, mais recentemente essa discussão importantíssima de Belo Monte, que só foi viabilizada pela mudança de tecnologia. Caso contrário, não passaríamos pelas discussões ambientais pertinentes.

Mas é fato que o Brasil também, como a 7ª economia mundial, não pode estar de costas para a tecnologia nuclear, não apenas pelos fins da geração de energia, mas também pelos fins de que a energia nuclear tem impacto na medicina, tem impacto no agronegócio. E esta tecnologia não se desenvolverá por questões de viabilidade de financiamento de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologia e de ciência, se não for também pela via da geração de energia.

No entanto, meu querido professor Othon, discutiremos aqui algumas questões que já estão sendo suscitadas, não apenas no nosso Senado da República, não apenas no Congresso Nacional, não apenas no meio acadêmico, mas também pela imprensa nacional.

E são perguntas que, mais ou menos, se repetem.

Os nossos projetos de usina nuclear de Angra I e II datam da década de 70 e 80. Nós temos, portanto, tecnologia de equipamentos que são já de 30 a 40 anos. Equipamentos como os de Angra III, que ainda não foram instalados, mas foram adquiridos àquela altura. Antes, portanto de acidentes e incidentes que marcaram a tecnologia nuclear do mundo moderno, como é o caso do Three Mile Island, que foi citado pelo nosso engenheiro Othon e também a questão de Chernobyl e, agora, mais precisamente, o que aconteceu no Japão nessa calamidade, nessa tragédia a que todos estamos assistindo acontecer naquele importe e irmão país do nosso Brasil. O Brasil tem uma grande colônia japonesa que faz com que nós brasileiros estejamos muito mais emocional e sentimentalmente envolvidos com essa questão.

É verdade também que a Agência Internacional de Energia Atômica, que tem se pronunciado permanentemente, inclusive sobre esse fenômeno que ocorreu recentemente no Japão e vem acompanhando as ações e as medidas que o Governo japonês vem fazendo, de resfriamento e controle do episódio nas usinas nucleares, tomou novas normas depois do acidente da usina nos Estados Unidos, de Three Miles Island.

Minha primeira pergunta vem nessa direção: sendo Angra I e Angra II e até mesmo Angra III usinas com tecnologias anteriores a essas normas, como a Eletronuclear tem conduzido a adaptação dessas no-

vas normas estabelecidas pela Agência Internacional de Energia Atômica, olhando para a situação de Angra I e de Angra II?

É importante também fazer uma pergunta, porque é indiscutível que houve a assinatura de um termo de ajustamento de conduta entre a Eletronuclear e o Ministério Público Federal, levando em consideração exatamente as circunstâncias em situações de operação de usina de Angra I e Angra II. Eu gostaria que o nosso engenheiro Othon pudesse nos dar uma atualização sobre a quantas anda essa situação do termo de ajustamento de conduta que foi feito pela Eletronuclear junto ao Ministério Público Federal.

É verdade também que o país detentor da tecnologia que nos vendeu Angra I e Angra II, Senador Valter Pinheiro, após os episódio do final da década de 1970 e da década de 1980, durante um determinado período, paralisou os seus reatores atômicos de usina nuclear com tecnologia similar a Angra I e Angra II para que pudesse fazer uma profunda análise e revisão. O Brasil não procedeu da mesma maneira com relação a Angra I e Angra II. Eu gostaria de perguntar ao nosso Professor Othon se esta decisão com relação a Angra I e Angra II alcança o nível de segurança necessária, como tão bem e competentemente explanado na sua exposição.

Para concluir, eu gostaria de fazer duas colocações importantes: eu gostaria de perguntar ao nosso Engenheiro e Professor Othon a questão da produção do combustível nuclear no Brasil. Há informações veiculadas inclusive na imprensa de que, em que pese tenhamos a reserva mineral, estamos sendo obrigados a comprar o combustível, tendo em vista a não produção em território nacional desse volume de combustível tão importante.

Ora, se de um lado, a tecnologia, o *know how*, a ciência é absolutamente necessária para nós, por outro lado, não produzirmos tendo minério me parece ser uma questão extremamente estratégica que gostaria de abordar nesta manhã.

Por fim, perguntar ao nosso Professor Othon como está a formação de engenheiros nucleares em escala suficiente para atender à demanda estratégica nacional para o nosso programa nuclear.

Agradecendo não só a presença do nosso colega Othon aqui presente, quero cumprimentá-lo pela sua competência, pelo seu trabalho, mas cumprimentar também o Senado da República pela iniciativa que me parece absolutamente pertinente do momento de se discutir para a Nação brasileira e com a Nação brasileira a nossa política de energia nuclear.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Apesar da pertinência e da relevância de cada indagação dos presidentes presentes, a gente percebe que só as indagações demoraram meia hora. O nosso convidado, o eminente Comandante Othon, vai ter apenas meia hora para responder.

Eu percebo e gostaria de entrar com requerimento para que pudéssemos fazer uma nova sessão com o Presidente Othon, porque tenho uma série de indagações a fazer, como tenho certeza de que vários Senadores aqui presentes têm também. E ele, com certeza, não terá tempo de responder sequer as indagações já feitas.

Então, eu pergunto se seria possível entrarmos com um requerimento para que o Presidente Othon venha novamente a esta Comissão e continue a dar seus esclarecimentos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Lobão Filho, com certeza é possível apresentar o requerimento, mas nós vamos tentar avançar o máximo possível nesse debate e, se entendermos a necessidade de fazermos novas audiências públicas, não teremos dificuldade nenhuma em fazê-lo.

Passo a palavra ao professor Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, V. Exª fez um encaminhamento que inclusive nós todos aprovamos. Nesse encaminhamento, os presidentes das comissões falariam em primeiro lugar.

Normalmente, o que se passa nas comissões é o contrário. Primeiro, são os autores do requerimento, aquelas pessoas que se preocuparam inicialmente com a matéria e apresentaram o requerimento de convocação de uma audiência pública. Isso é o que acontece em todas as comissões. No entanto, nós temos culpa, porque V. Exª foi democrático. Fez um encaminhamento e todos nós aprovamos. Então, de outra vez eu acho que o encaminhamento deveria ser da forma como acontece normalmente, regularmente nas comissões.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Se a comissão entender que devemos mudar o procedimento e ouvir rapidamente, objetivamente, em primeiro lugar os autores do requerimento para, em

seguida, ouvir o Dr. Othon e parte da Presidência, não há objeção alguma. Então, se todos concordam com o encaminhamento, passo a palavra ao Senador Jorge Viana e em seguida ao Senador Valadares.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, e cumprimento também o Senador Eduardo Braga. Agora está o Senador Blairo, Vice-Presidente da CI, pela iniciativa também de juntar três comissões desta Casa. Isso é uma demonstração de respeito aos convidados, mas especialmente ao povo brasileiro, que hoje se pergunta, faz perguntas sobre o uso da energia nuclear no nosso País, o uso da tecnologia nuclear no nosso País.

O propósito desta audiência pública é esse, Dr. Othon, por quem eu tenho também um carinho, um respeito enorme. E como autor do requerimento que fiz me associando com o Senador Valadares, propus esse convite na Comissão e foi aprovado por unanimidade, por entender que o senhor é a pessoa mais adequada para nos esclarecer sobre o programa brasileiro de aproveitamento de energia nuclear para trás e para o futuro. E acho que a sociedade, por intermédio da TV Senado, está aqui ouvindo.

Nas últimas semanas, o mundo viveu e vive ainda uma apreensão enorme. Os veículos de comunicação ocuparam as suas capas todas, os seus editoriais todos com esse tema, fazendo perguntas, tentando esclarecer a opinião pública.

Acho que a sua vinda aqui, com o Dr. Laércio, ajuda-nos a cumprir esse papel de nos informarmos e ao mesmo tempo criarmos um ambiente de esclarecimento sobre um tema que está sendo discutido no mundo inteiro.

Particularmente, queria entrar direto, avançando um pouco, porque acho que os presidentes já abordaram temas fundamentais que o senhor, certamente, irá responder. Mas no fundo, no fundo estamos discutindo, no caso do Brasil, também energia. O Brasil nesse momento retomou a construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. Tem duas em andamento. Lamentavelmente tivemos um acidente em que felizmente não ocorreu mortes lá em Rondônia. O Senador Ivo estava relatando comigo e me preocupa muito. Acho que o Governo tem que esclarecer isso ou ajudar a esclarecer, porque é pouco provável que tenha sido mero desentendimento entre operários que gera quase uma tragédia daquela, mas uma tragédia econômica.

O Brasil faz opção por ampliar geração por hidroeletricidade e amplia os cuidados com o meio ambiente, que eu concordo. Isso implica dar menor eficiência para essa geração e aumentar o seu custo. Agora estamos discutindo Belo Monte. Daí concordo com V. Sª, que nos traz a preocupação de termos um sistema compensatório: quando você tem baixa geração na hidroeletricidade, tem que compensar, porque são sazonais. E, indo direto ao tema, penso que de tudo que temos lido e até da sua explanação muito competente, tem algumas possibilidades. E o senhor fala sempre de segurança com humildade. Essa é uma lição que fica aqui, nesta Casa. Temos que ter humildade, porque ninguém pode garantir segurança absoluta.

Então, o que pode criar problema para a sociedade e até para essa geração tem origem externa, no caso do Japão, explicitada no terremoto, no tsunami, e que mesmo um país que é referencia de segurança não tinha tanta segurança assim e não soube lidar com o problema. Felizmente as mortes vinculadas diretamente ao problema da usina foram menores do que as outras em decorrência do tsunami, terremoto, como bem V. S. expôs. Então, vou direto aos temas que podem estar vinculados a questões internas: a ação humana, a operação dessas usinas.

O Brasil viveu um problema, um acidente nuclear grave com o Césio 137. E ele estava vinculado à ação humana: como lidar ou como não lidar, ou como trabalhar com uma questão tão importante com pouca informação. O lixo de uso da tecnologia nuclear gerou mortes e um trauma no Brasil com o Césio, em Goiânia. Daí me preocupa muito o sistema de defesa civil do nosso País, a ação humana pode ser falha, a operação de equipamentos pode ter falhas e, mais ainda, o plano de contingência, o plano de fazer valer uma reação a uma eventual falha humana ou de operação, como fica isso? Particularmente acho que o sistema de defesa civil no nosso país é de baixa responsabilidade. Não que esteja nas mãos de pessoas irresponsáveis, ao contrário. Acho que o nosso País não trata de maneira adequada a defesa civil. E eu vi na sua explanação que a responsabilidade por eventual acidente passa da direção da Eletronuclear para defesa civil do nosso País. Estou falando de baixa responsabilidade porque o orçamento é pequeno, o pessoal treinado é pequeno, a estrutura é precária, e a gente está contando os mortos mês a mês, só muda de região, só muda de endereço o número de mortos. Daí apresentei e foi aprovada no plenário do Senado a criação de uma comissão temporária para revisar a defesa civil no nosso País, para que a gente possa construir uma nova engenharia de defesa civil, orçamentária, com gente treinada, criando, inclusive, como defendo, uma força nacional de defesa civil que possa estar preparada para situações que a gente vive constantemente no nosso País.

Dentro desse aspecto, concluiria perguntando ao senhor a parte que eu acho que ficou pouco explicitada

na sua apresentação tão brilhante: como nós vamos fazer com a vida útil desses reatores? Findando agora? O mundo está ampliando a vida útil de seus reatores. No Japão me parece que aconteceu exatamente isso, em Fukushima. A vida útil dos reatores venceu e foi prorrogada. Os Estados Unidos estão fazendo isso. O Brasil, salvo melhor juízo, está chegando a um momento de fim de vida útil de nossos reatores. Como vai se dar? Nós vamos prorrogar a vida útil deles? Vamos substituir por outros? Gostaria que V. S. explicasse para nós, esclarecesse para nós. E, mais ainda, no caso de uma substituição isso é lixo atômico? Vai para onde? Aí eu entro na parte que o Brasil já experimentou e perdeu muitas vidas. E talvez o Dr. Laércio pudesse registrar na sua explanação, talvez seja mais adequado, como é que nós trabalhamos com o que se chama de lixo atômico, seja do ponto de vista dos resíduos de combustível, seja do ponto de vista de equipamentos que são usados na geração de energia.

Eu penso e me associo àqueles que não estão fazendo alarde para lidar com esse tema. Acho que é um tema importante, estratégico para o País, e concluo, dizendo que o nosso País tem hoje um grande objetivo, que é consenso de todos nós de fazer com que este País consolide o seu crescimento e cresça 5% ao ano. Crescer 5% ao ano, do ponto de vista econômico, implica ter um aumento da geração de energia de perto de 9% ao ano, para atender um crescimento de 5% que nós esperamos seja sustentável.

Como podemos abrir mão de pelo menos analisar com responsabilidade o uso da energia nuclear? Acho que seria uma irresponsabilidade abrirmos mão de pronto. Mas fazer uma revisão nos procedimentos de segurança, conhecer mais profundamente os planos, eu acho que é importante para a população e para o Senado. E queria parabenizar V. Sª e dizer que o senhor é almirante, engenheiro, como gosta de ser chamado, um dos mais brilhantes cientistas do nosso País, e eu já me sinto contemplado com boa parte da sua explanação. Gostaria só que o senhor se referisse à parte operacional, à parte humana e especialmente à parte dos resíduos na operação de energia nuclear.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Justificando a ausência do nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que foi à CAS para votar, e dando curso aos autores aqui inscritos, eu passo a palavra ao Senador Valadares para sua participação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, logo que ocorreu a tragédia no Japão e o acidente de vazamento na Usina de Tukushima no Japão, a Comissão do Meio Ambiente aprovou um requerimento da minha autoria, que foi adicionado à assinatura do eminente Senador Jorge Viana e apoiado por toda a Comissão. Logo em seguida, duas outras comissões, a Comissão de Infraestrutura e a de Ciência e Tecnologia, aprovaram requerimentos na mesma direção, sendo que, na Comissão de Ciência e Tecnologia, a iniciativa foi do Senador Lindbergh, do Rio de Janeiro, que achou que deveríamos ouvir não só o Presidente da Eletronuclear, um homem competente, que o Brasil inteiro conhece, conhece e admira, como também outros cientistas ou autoridades versadas no assunto, na matéria. E nós aprovamos e parabenizamos o Senador Lindbergh por essa iniciativa.

Srs. Presidentes, supondo, se possível, cobrir ao máximo os riscos da produção de energia elétrica através da energia nuclear, os custos de uma usina não subiriam ao ponto de tornar inviável economicamente a energia produzida? Em 1971, segundo o Dr. Luiz Pinguelli, um quilowatt de energia nuclear era de mil dólares; nos anos 90, subiu para 5 mil dólares.

Há também uma questão ética: é admissível o uso de uma tecnologia sobre a qual nós não temos ainda controle absoluto, conforme foi evidenciado nos três acidentes mais graves, nos Estados Unidos, na União Soviética e agora no Japão? Ou em termos mais pragmáticos: a construção de novas usinas compensa, em face do risco de acidentes, por menores que sejam esses riscos?

Eu gostaria de saber também: como é o plano de emergência das usinas de Angra? Como é desenvolvido o alerta à população? Que área e quantas pessoas o sistema de alerta abrange? Com que frequência são feitos os exercícios simulados com a população? Há exercício de estimulação ou procedimentos a serem adotados com as populações das metrópoles, Rio de Janeiro, São Paulo? Quais providências estão sendo tomadas no caso de um acidente? Temos instrumentos e equipamentos para monitorar os níveis de radiação nas imediações das usinas, mas também em locais mais distantes?

Sabemos que, por exemplo, na União Soviética, a distância da radiação chegou a 500 km e nesse acidente do Japão a cidade de Tóquio já recebeu as consequências da radiação. Já tivemos imprevistos relacionados à segurança de nossas usinas. Veja, matéria da *Agência Senado* lembrou que, na noite de 22 de abril de 2008, um terremoto de 5.2 graus na escala Richter teve seu epicentro no Oceano Atlântico, a 315 km dali e a 215 km da cidade de São Vicente, no litoral paulista. O terremoto no Japão foi de 8.9, com epicentro a 125 km da costa.

Bom, a Eletronuclear explicou que as usinas foram construídas numa região com probabilidade baixa de ocorrência de eventos sísmicos. Além disso, teriam

sido projetadas para resistir a terremotos e seus sistemas de segurança desligariam as usinas após qualquer abalo. Então a pergunta é se já tivemos imprevistos relacionados à segurança nas usinas e falar a respeito dessa notícia da *Agência Senado*.

Qual o impacto econômico que poderá ocorrer eventualmente com o desligamento de usinas nucleares em face de possíveis acidentes? A energia nuclear é indispensável na matriz energética brasileira? Que critérios levaram o País a optar pela energia nuclear? O acidente no Japão, se não muda o critério adotado, não acrescentaria um novo elemento a ser considerado com relação à manutenção das usinas existentes e à expansão do programa nuclear? Afinal o Brasil deve ou não rever a sua política nuclear? O país possui outras opções de fontes disponíveis para serem exploradas, como pequenas hidrelétricas, energia eólica, solar e de biomassa. Por que não optar por investimentos mais fortes nessas fontes, incluindo o desenvolvimento de novas tecnologias que as tornem economicamente mais viáveis?

Precisamos de uma agência reguladora na área de energia nuclear. Na opinião do físico Rogério Gomes, Presidente da Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, acumula papéis contraditórios que limitam a fiscalização do uso de tecnologia nuclear, além de não ter efetiva autonomia administrativa para controlar as atividades que façam uso de material radioativo.

Srs. Presidentes, eu achei de bom alvitre que, num momento como este, quando surgem dúvidas sobre a aplicação da energia nuclear para a obtenção da energia elétrica, que façamos este debate, um debate em que, na verdade, nós não queremos criar nenhum temor, nenhuma paranoia contra a construção de usinas nucleares, que têm suas vantagens. As desvantagens que têm são públicas e notórias, como, por exemplo, colocar o lixo atômico acumulado, as consequências da guarda desse lixo no futuro, como também possíveis vazamentos, como ocorreram em outras nações até mais adiantadas do ponto de vista tecnológico do que o Brasil.

Estimo que nenhum acidente venha a acontecer em nosso País, mas, se isso vier a ocorrer, teremos que estar preparados para essa eventualidade. Por isso estamos fazendo este debate. Novas usinas estão sendo projetadas, inclusive no Nordeste do nosso País. O Senador do PCdoB Inácio Arruda há pouco disse: "Valadares, se vocês não quiserem uma usina nuclear em Sergipe, o Ceará faz questão de ter".

Então, vocês experimentem primeiro, Senador, depois a gente experimenta em Sergipe.

Agradeço a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Serei bem rápido.

Tendo em vista a necessidade que o Dr. Othon tem de tempo e dos colegas Senadores, tivemos uma conversa com a assessoria dele e, com a sua autorização, os nossos colegas Deputados cederam a presença do Dr. Othon aqui até as 11h30min. Isso facilita um pouco o nosso trabalho.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Temos mais dois autores de requerimentos inscritos: o Senador Walter Pinheiro e o Senador Lindbergh. Vou pedir para serem objetivos.

Em seguida, vou passar a palavra ao Professor Othon.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Seria eu, mas tudo bem.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Deixe-o falar. V. Exª pode falar, Senador Lindberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Com a palavra o Senador Lindberg.

O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Vou seguir a orientação de V. Exª e serei simples, direto e objetivo.

Primeiro, eu gostaria de saber do presidente se é verdadeira essa informação do *Correio Braziliense* de hoje de que Angra II opera sem licença definitiva. Quanto a isso, há uma discussão em todo o mundo, a partir de Fukushima, sobre segurança.

Todos estão discutindo os seus projetos nucleares. Aqui não estamos querendo ser alarmistas, mas esse debate começa por isso aqui. A usina funciona desde 2002, segundo o jornal, com autorização inicial, sem autorização de operação permanente.

Eu pergunto: por que não foi dada autorização de operação permanente. Creio que deve haver algum motivo. Não pode ser sem motivo.

Por mim, esse seria o ponto no qual eu concentraria esforços. Mas serei bem direto em mais dois pontos: em relação aos rejeitos radioativos. É verdade que esses rejeitos, no caso do Brasil, de Angra I e II estão sendo armazenados em galpões no local da usina?

Por que até agora não foi encontrada uma destinação final? Eu sei, e aqui as informações que eu tenho são de que a Presidenta Dilma Rousseff, em 2008, presidiu um grupo interministerial sobre o pro-

grama nuclear. E nesse grupo foram estabelecidas metas para a construção de um depósito definitivo de rejeitos radioativos.

Eu não sou nenhum técnico, mas o que me informaram é que é preciso... E até agora, o que foi feito de concreto? No caso do Césio 137, foi construído em Abadiânia de Goiás.

Eu pergunto aqui dos riscos do armazenamento desses rejeitos radioativos em galpões da usina e do que está sendo feito para uma solução definitiva.

Por fim, Presidente Othon, a minha preocupação é muito parecida com a preocupação do Senador Jorge Viana. Tanto é que nós montamos, e foi aprovado ontem nesta Casa, uma Comissão Externa para ir lá em Angra. E quero até conversar com o senhor para vermos a data. Poderia ser na próxima quinta-feira ou sexta-feira, para levarmos um grupo de Senadores lá.

Na verdade, quando falamos em nosso sistema de prevenção a catástrofe, nosso sistema de defesa civil não está agüentando chuva forte. Vamos falar sério! Não está agüentando chuva forte.

É claro que isso cria uma situação de insegurança. Queremos saber desse plano de contingência para valer.

Eu liguei para vereadores, para muita gente lá de Angra... Eu li também as informações sobre os treinamentos com a população. Diz-se que é um treinamento anual, mas com a participação da população de dois em dois anos.

É uma participação voluntária. Nenhuma pessoa para quem eu liguei havia participado... Aí há uma discussão sobre o raio. Um raio de 3 quilômetros. O Greenpeace acha que deveriam ser 90. A cidade de Angra está a 20 quilômetros da usina.

Eu coloco outra preocupação: a Rio-Santos. Essa BR 101, pessoal. Choveu no Rio, a Rio-Santos fica interditada.

Num caso desse o se que faz? Desliga a usina ou não? E aí?! Então, deixe eu lhe falar que é preciso desarmar o espírito. Eu não sou contra o programa nuclear brasileiro, muito pelo contrári,o tenho simpatias, mas acho que é o momento de reavaliar.

Lá no Japão, o que vão fazer as pessoas? Deixar de morar em casas? Graças a Deus ninguém pode deixar de morar em casas, mas no Brasil a dependência de energia nuclear é menos de 3%. Se avaliarmos que traz riscos à segurança, é o caso, sim, de se repensar, diferente do Japão e da França, que têm mais de 70%. Mas eu acho que esse não é o debate. O debate é abrir e admitir que o centro da discussão é segurança.

O Senador Jorge Viana foi autor do requerimento e vai ter uma comissão temporária nesta Casa, porque a própria Presidenta da República, quando entregou a mensagem a este Congresso, disse: "O nosso sistema, o nosso marco regulatório da defesa civil é muito frágil. Nós temos que construir." E chamou o Parlamento para construir coletivamente.

Então, são essas, sinteticamente, as minhas preocupações. Eu acho que aqui é um início de um debate. Quero parabenizar as comissões, porque eu acho que o Senado está fazendo o seu papel, está discutindo problemas reais, um debate real da sociedade. Nós não estamos presos somente aos debates da situação e da oposição. Acho que esse é o primeiro passo.

Queremos conversar com o senhor para ver o melhor momento da visita. Creio que terá que ser na próxima semana, talvez seja na segunda ou na sexta-feira. Mas queremos muito ir lá, ver *in loco*, conversar com as pessoas, ir à usina, mas também conversar com a sociedade, com vereadores, com prefeitos, com associação de moradores, porque a gente tem que apresentar, na verdade, um plano que traga mais segurança em relação a esse programa nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro. Em seguida passarei a palavra ao Professor Othon.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Meus caros Presidentes de Comissões, os dois representantes, tanto o Dr. Othon quanto do Dr. Laércio Vinhas, da Cnem, satisfação muito grande. Mas quero ir direto para o assunto, como o Lindbergh, até para pouparmos tempo e ouvir o Dr. Othon nessa fase.

Quero começar, Dr. Othon, dizendo que não podemos satanizar nem tampouco viver de eventos aqui, ali ou acolá. É óbvio que o evento do Japão disparou um processo no mundo inteiro, tanto que estamos fazendo aqui hoje. A semana passada tive oportunidade de conversar com diversos parlamentares do parlamento europeu, Jorge, e eles estão em uma investida brutal não só para fazer o debate, como rediscutir os caminhos e os passos. E olhe que nós estamos falando – e aí em uma situação que levantava Lindbergh aqui – de países onde há um nível razoável de informação, de plano de contingência, de centro de defesa.

Eu, por exemplo, estou apresentando, e não é de agora, no dia 21 de fevereiro, portanto antes do acidente do Japão, o retorno de uma participação minha num congresso mundial. Eu já havia feito esse debate aqui no ano passado, no Congresso Nacional como Deputado, fiz agora, no dia 21, de novo. Pedi audiência à Ministra do Planejamento e depois aos Ministros da área, tanto Paulo Bernardo quando Aloizio Mercante, fruto de uma intervenção que fiz logo após a catástrofe na região serrana, em que fazia a seguinte ponderação: a chuva de Santa Catarina, um arraso enorme, nós

não tivemos nenhuma participação preventiva, uma mobilização nacional, depois o esquecimento com o que aconteceu na região serrana. A região serrana foi embora, agora nós começamos a discutir o que está acontecendo no Paraná, sacudidos pela questão do Japão, e eu saí com a proposta de duas frentes: primeiro os recursos para trabalharmos com essas áreas de risco e, segundo, a constituição de um programa nacional de centro de monitoração e emergências.

Nós não temos nenhum centro de monitoração e emergência instalado no País enquanto centro único. Essa é uma pratica em diversos países do mundo. Portanto essa questão desse programa é fundamental. Na Bahia, por exemplo, nós já demos os primeiros passos. O Rio de Janeiro montou um centro de monitoração na capital, numa experiência, mas é fundamental que se adote isso, até porque tecnologia para isso, mesmo sendo cara, está ultradisponível hoje em qualquer em qualquer estágio. Portanto, esse é o primeiro ponto que eu quero chamar a atenção de V. Exªs: como é que vamos enfrentar essa satanização em relação à energia nuclear? A partir de que informações a Eletronuclear e o programa brasileiro tem essas informações? De que forma elas serão disponibilizadas para a população?

O segundo aspecto para o qual quero chamar a atenção está relacionado ao quadro de risco. O Senador Eduardo Braga até tocou nesse aspecto. Nós temos agora novas normas do mundo. O nosso quadro de risco foi feito exatamente com base em equipamentos e normas que se relacionavam a partir de situações anteriores, não só do ponto de vista de troca de tecnologias, mas agora, particularmente, a partir de efeitos efetivos. Aliás, depois do acidente nos Estados Unidos, agora agregado a esse impacto do acidente no Japão.

Há em curso, mundialmente - no nosso caso, como nós nos encaixamos nisso? -, alguma discussão para a revisão dessas normas? Porque, então, Jorge, quando você fala do lixo, a aplicação da norma requererá, efetivamente, a troca de padrões tecnológicos, consequentemente de equipamentos e as instalações, Lindbergh. Portanto, se há licenças tanto para o depósito quanto para a remodelagem – hoje elas não existem –, nós precisamos inclusive aproveitar esse momento e adotar medidas para que essas novas normas possam não ser somente adaptações das estruturas existentes. Essa é uma coisas que eu gostaria de saber: como nós vamos cumprir isso? Só adaptando ou fazendo normas? A adaptação, me parece que para uma área dessa não é coisa muito apropriada.

Como o senhor afirmou peremptoriamente sobre a questão de projetos, a relação entre bons físicos e péssimos engenheiros, acredito que os engenheiros nossos hoje estão em uma linha mais avançada para não cometer esse tipo de equívoco, portanto jamais aceitarão um processo de adaptação, o que nos levará efetivamente para modificações profundas nas nossas estruturas.

Por último, quero tocar rapidamente nessa questão do domínio da tecnologia. Como isso é algo que virou o centro do debate, creio que é fundamental que tratemos da questão do domínio dessa tecnologia para ir até o extremo., inclusive a questão a que me refiro, do manuseio.

Não sei se o senhor acompanhou mais recentemente o apagão envolvendo o Nordeste. A justificativa é que um defeito em uma placa provocou a interrupção dos serviços de uma hidrelétrica, uma usina. Inclusive cheguei até a reagir publicamente contra isso. E depois foi nos dito que esse defeito foi propagado e mais três, quatro usinas foram ao chão, numa linguagem mais direta, ou seja, foram para a escuridão.

Ao invés de transferirmos os usuários, os consumidores daquela usina para as outras usinas, foi transferido o defeito daquela usina para outras usinas. E a justificativa é que foi um defeito em uma placa. Eu nunca vi um defeito de placa automaticamente sair em efeito dominó, jogando problema para outras usinas. Então, essa questão do manuseio, a própria questão que envolve a capacitação e esse processo de informação não só para os que operam, mas para os que estão em volta, de que forma isso tem sido compartilhado? Portanto vai nessa linha essa coisa do domínio, e a situação efetiva, por último, no que diz respeito a essa capacidade nossa de plano de contingência.

Lindbergh está falando que não teve informação de ninguém que foi treinado, mas, por exemplo, se imaginarmos Deputados e Senadores do Congresso Nacional sobejamente bem informados, nunca recebemos o que seria de forma bem mais elaborada para uma forma de interação com a sociedade amiúde desses planos de contingência, principalmente levando em consideração esse nosso baixo – como diz meu amigo Jorge Viana de forma muito enfática –, essa baixa capacidade nossa de lidar com os riscos.

Eu não conheço, em nenhum lugar do Brasil, em nenhuma circunstância – portanto não é uma prerrogativa da área nuclear –, nada em que a gente trabalhe de forma tão intensa que isso não passe a fazer parte principalmente da população que está em volta e entre na vida das pessoas.

Eu sei que as pessoas resistem. Eu dei um exemplo aqui, Dr. Othon, na semana passada, de uma área onde a Petrobras opera os tubos. Um pouco parecido com aquilo que o senhor falou ali. A tubulação que fi-

cava fora. O Temadre é o terminal lá de uma cidade, a Madre de Deus, uma cidade pequenininha que deve ter 25 quilômetros quadrados. A população vive e tem o seu lazer, tudo em torno da Transpetro, do terminal marítimo da Petrobras. Se não me engano, inclusive a matéria foi feita, à época, pelo *Correio Braziliense*. Por provocação minha, o mesmo *Correio Braziliense* foi à Bahia fazer essa matéria.

A meninada praticava o futebol embaixo de um conjunto de tubos que parecem até que bem projetadinhos, formavam uma bela quadra, sem a cobertura de telhados, mas com uma cobertura de tubos. Portanto a população estava convivendo com aquilo normalmente, sem nenhum problema.

Logo que perguntaram a qualquer menino daquele: "E aí, se um tubo desse aqui estoura e tal, faz o quê?" A meninada disse: "Olha, daqui a gente, uuuhhh, corre para a água ali, olha, e 'vamo simbora". Então, esse tipo de relação é que a gente gostaria, até para poder trabalhar as outras alternativas. Até para enfrentar.

Eu concordo com o senhor. Acho que tanto do ponto de vista de custo quanto da relação que envolve hoje a nossa matriz hídrica e a própria questão mesmo de ainda baixa escala na eólica, a energia nuclear é uma alternativa. Mas seria importante que pudéssemos por o pé no freio para entender esse grande capacitor que é diferente, que é a água que eu tenho que armazenar, porque o meu captor é o lago. Na usina nuclear esse meu capacitor para armazenamento funciona. Só que tem um detalhe: lá eu acabo com a fauna, com a flora, eu tenho que formar lago, eu tenho que submergir cidades. Do lado de cá, de imediato também ponho em risco as vidas.

A gente poderia dizer, em rápidas palavras, para encerrar, que na energia nuclear eu até sei dos riscos mapeados, mas não sei hoje como proceder quando, inclusive, esses riscos se apresentarem. Essa é a grande dúvida nossa. E aí, o que fazer? Como fazer? Em que tempo fazer, para que a gente não fique contando as histórias como a história do Japão? Ah, mas isso... o abalo, a onda, a coisa do gênero ou aconteceu por essa ou aquela e tal?

De que forma a gente pode, enquanto Poder público, tratar disso antecipadamente? E aí, tendo, a partir desses dados, a possibilidade de decidir, é possível continuar? É possível aprofundar o programa nuclear brasileiro? Ou é necessário puxar o freio de mão nesse atual estágio?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro. Agora, passo a palavra ao Diretor-Presidente da Eletronuclear, Professor Othon, agradecendo já de pronto ao professor por ficar com a gente até às 11:30.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Obrigado. Vou começar pela licença, que foi objeto de dois Senadores.

A empresa teve a licença inicial e tem "n" renovações da licença inicial. A cada ano nós renovamos. A empresa cumpriu todos os requisitos para ter a licença definitiva. Quero deixar claro que boa parte desses requisitos não tem nada a ver com a operação da usina nem com a usina. É por exemplo um viaduto lá, são compensações que foram previstas num termo de ajuste inicial. Quer dizer, as dívidas não são nucleares; são dívidas diversas, pequenas dívidas como um viaduto, uma ponte aqui, várias pequenas contribuições para a região local.

Todas foram cumpridas e estão em julgamento na 4ª Câmara do Ministério Público. Ou seja, não depende. A pergunta: "Por que não saiu ainda?" Acho que o senhor tem que dirigir ao Ministério Público, porque enquanto ele não liberar a Comissão Nacional não pode liberar a licença.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Eu poderia esclarecer esse ponto?

A licença de construção e a licença de operação são emitidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Se eu tiver oportunidade depois, farei uma apresentação de como ocorre esse processo. Com relação a Angra II, a Comissão também participou desse termo de ajuste de conduta e todos os requisitos para a licença permanente, autorização de operação permanente foram cumpridos.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear está impedida de conceder autorização de operação permanente justamente por uma ação na Justiça. Todas as exigências, todas as condicionantes que foram colocadas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear foram cumpridas pela Eletronuclear. E nós já informamos isso há alguns anos ao Ministério Público, dizendo que quanto a nós não havia problema nenhum. E tenho informações de que o Ibama, que era um outro participante, também já fez essa informação. Então tanto o Ibama quanto a Comissão estão aguardando uma liberação por parte do Ministério Público para emissão da licença.

Muito obrigado. Desculpe-me a interrupção.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Ou seja, no que diz respeito à segurança, que é o aspecto principal, não existe nenhum item pendente nem com relação às dívidas periféricas. É um problema, digamos, administrativo, mas não é preocupante. Esse bombardeio de mídia sobre o aspecto no Japão, tem uma frase, todo jornalista presente sabe: se o dono morde o cachorro, não aparece no jornal, o cachorro morde o dono; se o dono morde aparece. A gente observa,

no caso do Japão, que morreu muito mais gente nas outras plantas químicas do que na parte nuclear, mas a energia nuclear é um fato inédito. A humanidade foi despertada para esse fato inédito por dois holocaustos, de modo que ela impacta mais na mídia e é natural que assim seja. E a solução para a gente resolver isso que os senhores estão vendo agora é o debate, a quantidade de perguntas formidáveis que eu gostarei muito de ter oportunidade de vir. Hoje vou responder ao que for possível, mas só o debate, a transparência. Eu estava uma semana na França, mas cortei um dia de minhas férias para entrar em contato para saber como eles vão trabalhar com a opinião pública. A primeira coisa é transparência. Então é isso que os senhores estão dando hoje. É fundamental a transparência, absoluta transparência.

No que respeita às opções tecnológicas para o futuro, que tanto preocupa, a opção tecnológica nossa é para as centrais da geração moderna que independem de energia externa para refrigeração. Agora essa preocupação já permeia o quadro técnico – particularmente, de minha iniciativa, esse estudo da PCH, para ter uma fonte alternativa. Ou seja, algum tempo antes do tsunami – eu disse à data em que terminou o estudo – já estávamos preparados para isso, quer dizer, dentro daquele espírito de nunca estar satisfeito com segurança.

Eu vejo com muito bom esse centro nacional. É uma ideia formidável, e eu torço para que essa semente seja plantada. Realmente, a minha terra, eu sou de Sumidouro, em Friburgo, foi atingida por aquele impacto, a gente sentiu na carne, bastante na carne, aquilo lá, de modo que a gente precisa realmente de... Agora, no que diz respeito à parte nuclear, a empresa tem responsabilidade sobre a parte interna da planta. Na parte externa entram o Município e o Estado. O contato nosso com o Município e o Estado é muito grande. Eu projetei aquele sistema de recenseamento informatizado que tem tudo em volta, num detalhe que nenhum outro local do País vai ter. Quem está fazendo isso é Universidade Federal do Rio de Janeiro, o COPPE, o Professor Moacir. É um dos avanços que têm neste País com relação a essa administração. Como a gente vai manusear, por exemplo, um programa em que a gente estimula um camarada... Como cada funcionário chega à rota de acesso, à rota de escape? Isso nenhum outro local do País tem. Nós encomendamos isso à Universidade, ao COPPE, e está sendo feito. Quer dizer, está solucionado? Não. Mas a empresa se preocupa e há muito tempo com isso. Nenhum local do País tem esse plano de fuga sendo cogitado com tanto aporte e tecnologia, e tecnologia nacional, pegando informações de fora. Então existe, eu coloquei aqueles pontos de desembarque, ou seja, toda uma estrutura que está sendo desenvolvida.

Existe preocupação com segurança, existe preocupação com o plano de emergência e essa preocupação tem que ser constante, nunca pode terminar. Você tem que concluir etapas, mas está sempre questionando. Na ida lá, a gente terá muito prazer e vamos pessoalmente verificar.

Com relação a rejeitos, existem três rejeitos: o rejeito de baixa, do mesmo nível de atividade de rejeitos hospitalares.

Esses são os galpões que a empresa tem para rejeitos de baixa e rejeitos de média, sendo que os rejeitos são armazenamento temporário de longo prazo, ou seja, são feitos com toda a segurança. Quando o senhor for lá, vou levar o senhor, tranquilo, com medidor. Chegamos a um metro de distância, o senhor vai ver que não tem.

Para dar um exemplo para o senhor, Senador, eu nado na descarga de água da usina com meus dois netos paulistas. O senhor acredita que eu gosto deles, nado junto com eles e não nado na Baía de Guanabara nem no Tietê. Então, ou seja, nós temos até alguns indicadores de que a gente com o meio ambiente, por exemplo, fazenda de coqueiro, vieira. A vieira é um dedo duro, ela indica. Se tiver um metal pesado na água, ela indica. Nós construímos uma fazenda e estamos construindo várias, porque nós queremos repopular a baía de Ilha Grande, isso a menos de um quilômetro da empresa e por quê? E quem analisa não somos nós. Nós analisamos também, mas são os laboratórios das universidades locais, ou seja, nós criamos dedo duro e comemos a vieira. Aliás, sempre que posso eu como. Ou seja, existe essa preocupação com o meio ambiente, existe a preocupação com segurança. Está cem por cento? Não, nunca estará cem por cento. No dia em que a gente achar que está cem por cento, é início do fim. Então, essa é a atitude da empresa para isso.

Então, voltando ao rejeito. Existem esses galpões que não constituem risco, estão dentro das normas internacionais e existe hoje, concertado com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, a política de rejeito. No que diz respeito a política de rejeito para a alta, ou seja, o combustível queimado – e essa é a que mais preocupa porque dura – a nossa política aqui, no Brasil, é armazenamento, depósitos intermediários de longo prazo. Como longo prazo, nós fixamos quinhentos ano. Por que quinhentos anos? Porque o brasileiro entende quinhentos anos, é o tempo de formação do nosso País. Então, nós vamos pegar o combustível que já perdeu o calor que está dentro das piscinas, em cápsulas especiais de inox. Essa etapa nenhum outro país faz: encap-

sular cada combustível, transportar. A gente acha que dessa forma a gente eleva, no mínimo, uma ordem de magnitude o grau de segurança no transporte e vamos selecionar não selecionar. Nós, primeiro, vamos fazer uma instalação de demonstração porque o volume de combustível que produz por ano ou de rejeito de alta densidade é cerca de 28 metros cúbicos por ano por central tipo Angra II, ou seja, é um volume pequeno por ano. Então, nós vamos fazer uma demonstração de armazenamento. A gente pega uma célula de concreto com guarita. A idéia é esse armazenamento é estático e encapsulado. Quando o apresentei no departamento de energia, nos Estados Unidos, todos acharam que foi uma forma inovadora e pragmática de armazenar os rejeitos. Por que nós podemos pensar no armazenamento por quinhentos anos? Porque o volume é pequeno, e a idéia nossa não é impor um local. Depois de demonstrar que é seguro, se eu puder falar três horas com as costas encostadas na parede desse concreto onde do outro lado tem o combustível e medindo que não estou pegando radiação, todo mundo vai acreditar. Então, vai haver um voluntariado, ou seja, aquele Município que se voluntariar receberá uma *royalty* pelo armazenamento, mas se não provarmos que é seguro com grande transparência para a população e para a comunidade cientifica, ninguém vai querer ser esse Município. Então, esperamos que, de uma maneira voluntária, se apresente depois que demonstrarmos isso. Está em processo o projeto e, no ano que vem, é o início da construção desse pequeno piloto de demonstração onde fica o rejeito, isso sob supervisão da Comissão Nacional de Energia Nuclear e com a aprovação deles. Agora, essa política foi considerada, mesmo no exterior, uma política muito pragmática de armazenar. Por que 500 anos? Porque se pode, depois, recapsular em mais 500, mas esperamos que, nestes 500 anos, o processo, as técnicas tenham evoluído, e resolvamos. Não temos necessidade de, como a França, como o Japão, a curto prazo, pensar em reprocessamento, ou seja, reciclagem, mas não queremos descartar esta possibilidade de reciclagem. Então, essa nossa política é parecida com a da Finlândia, com a da Suécia. A diferença é que, lá, não contemplam a reciclagem, e achamos um absurdo não contemplar a possível reciclagem.

Por isso o nosso tipo de depósito é diferente mas com um grau de segurança extremamente elevado, dentro de uma caverna. Ou seja, a política de rejeito neste País está definida.

A França faz essa reciclagem. Eu estive no ano passado. Só que, economicamente, para nós não é o caso agora, porque nós temos pouca central e muito urânio. Este é um detalhe muito importante: este País tem muito urânio. A matriz energética no País, temos que entrar todas as fontes primárias, e cada uma tem sua participação, mas, como para o planejador é fácil falar e difícil fazer, é o seguinte: todas as fontes têm que entrar; com prevalência aquelas que estão em território nacional, inclusive para ficar livre das flutuações no mercado internacional; depois vem a prioridade para as renováveis, que são eólica e hidráulica. Agora, a nuclear tem claramente... O que eu ouvi falar em cifras para a nuclear? Ela é prima da hidroeletricidade. O custo de investimento é alto, mas o custo de operação é baixo. Nós vendemos a nossa energia a 138,20 e poucos reais por megawatt hora. Quando entra a térmica convencional, vai a 270. Nos temos que ter térmicas convencionais também porque não tem forma de energia...

A composição da matriz tem que ser, primeiro, fornecer energia – a energia é cara e o que mais maltrata a sociedade é não ter energia –, segundo, o menor impacto ambiental e, terceiro, com menor preço possível. E energia nuclear vai trabalhar na direção da modicidade tarifária, ou seja, ela é uma contribuição térmica a um preço por megawatt menor que as outras fontes alternativas. E o País, por sorte, as reservas prováveis do Brasil vão ser a primeira ou segunda reserva do mundo uma vez prospectada. Nós precisamos aumentar o grau de entendimento das nossas reservas no País. Atualmente, o que temos de conhecido e medido está a leste de Tordesilhas. É a única atividade no País que respeita até hoje o Tratado de Tordesilhas. Então, conhecemos pouco a parte ex-espanhola do nosso território. Ou seja, nós temos um manancial enorme, a mesma formação geológica da Austrália. Estaremos ou primeira ou segunda reserva do mundo. Então, certamente, nós não podemos nos dar o luxo de não contar com esse energético e não podemos ter a insanidade de não ter segurança na utilização desse energético. Agora, as opções...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB - SP) – E a vida útil dos reatores?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – A vida útil dos reatores. Eu gosto muito do sistema europeu, que, a cada dez anos, analisa e renova a licença por dez anos. Eu acho uma política um pouco mais firme que a política americana, que dá, digamos, licença para vinte anos. Ou seja: os reatores iniciais, como qualquer equipamento industrial, tinham uma vista prevista de trinta anos. Nas décadas de 60 e 70, a grande desconfiança que se tinha era se o vaso do reator não era fragilizado pela radiação. Naquela época, nós não tínhamos o conhecimento, a ciência de materiais que temos hoje. Então, o que decidiram fazer? Colocar blocos de testemunha antes da pare-

de do reator. Tiram-se os blocos e, das análises consecutivas, viram que, no reator resfriado a água, não existe nenhum dano do vaso. Ou seja, não existe, sob o ponto de vista mecânico, nenhum impeditivo de até 60 anos de vida... Lá nos Estados Unidos já se fala em licenciamento para oitenta anos.

Eu continuo dizendo que prefiro o sistema europeu, que a cada dez anos renova as licenças. Nós trafegamos com mais...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB - SP) – E o nosso sistema?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – No nosso sistema, a cada dez anos nós fazemos uma revisão total. Agora, uma central não é... Modificações vão sendo feitas. Por exemplo, Angra I, várias partes do sistema de controle já foram trocadas até porque os componentes eletrônicos daquela época... É comum queremos comprar um computador DX2. Mesmo que quisesse, não encontramos no mercado.

Então, temos feito as modificações que se mostram lógicas em termos de decisão de engenharia. Angra III é um caso. Os equipamentos mecânicos foram recebidos há cerca de vinte e poucos anos. Naquela época, eu não imagino por qual a razão, mas o fato é que foi comprada uma central e foi decidido que o faturamento seria em peso. Não é peso argentino; é peso mesmo, quilo. É um absurdo! Quando vi isso pela primeira vez achei um absurdo. Mas aqui no Brasil, muitas vezes, as coisas são escritas de maneira torta. E aquilo que foi na época um absurdo passou a ser muito bom, porque Angra III é uma central em que a parte mecânica é aquela, que foi muito bem conservada, em que as licenças dos fabricantes continuam em vigor e toda a parte de instrumentação e controle é a mais moderna que existe. Nós vamos adotar uma instrumentação similar à central de Flama Ville, que está sendo construída na França agora. Ou seja, nós teremos em Angra III uma empresa com componentes mecânicos antigos, mas não houve grande evolução nessa área. A grande evolução é a mudança no conceito das novas centrais que grande parte do mundo não adotou, que a Europa ainda não adotou, e já é opção da Eletronuclear adotar nova tecnologia de reatores com circulação natural.

Essa preocupação de energia para a condição de reatores desligados tem sido uma preocupação devida ao menos de minha parte e, na empresa, de alguns engenheiros, e agora existe prevalência. E a prova disso é que muito antes do tsunami nós já estávamos pensando nessa fonte extra de energia. E o projeto já está feito. Nós não inventamos esse projeto para esta Comissão. Está lá o projeto que terminou no ano passado. Antes do tsunami nós estávamos negociando o financiamento para que seja feita. Ou seja, existe uma preocupação latente com segurança. Pergunta-se: você garante que está 100% seguro? Não, não garanto, porque não sou louco. A gente faz tudo para que se tenha 100% de segurança, mas sabendo que nada neste mundo é 100% seguro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, sem querer tomar muito tempo.

Naquele acidente, nas chuvas de Angra dos Reis, em que a BR-101 ficou completamente paralisada e toda a cidade, houve a paralisação das atividades da Usina?

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Não, a BR-101 não ficou toda paralisada. O que ficou paralisada foi a perna que vai de Angra para o Rio de Janeiro. A evacuação é para 15 quilômetros só. Então, era perfeita e havia duas, aquela parte que vai para Barra Mansa e a que vai para São Paulo estavam desimpedidas. E nós temos um grande exemplo de evacuação no Japão, porque houve um terremoto, um tsunami, e eles fizeram, em um prazo muito pequeno, sem estrada, sem nada disso, a maior evacuação da história, o que prova que não era o caso de desligar naquela época, porque claramente nós não tínhamos a menor dúvida de que tinha possibilidade de evacuar. E o caso do Japão prova que mesmo em condições extremamente adversas, com um plano de evacuação bem feito a evacuação não foi problema para os japoneses.

Eu tenho tantas perguntas que gostaria muito de ter uma segunda chance. Parece que há um requerimento. Com o maior prazer...

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O requerimento foi apresentado e já está á disposição de V. Exª para submeter à apreciação deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB - DF) – Com a palavra o Senador João Pedro, pela ordem.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu pedi a palavra pelo seguinte: primeiro, para dizer que coincidiu, Senador Eduardo Braga. V. Exª atender ao telefone e a pergunta sobre equipamentos, pelo menos eu entendi que foi parcialmente respondida nesse momento em que V. Exª saiu.

Junto com outros parlamentares, fomos em um programa de visitação à usina em 2009 e eu gostaria de dar a sugestão aqui de manter esse programa de convite a Deputados e Senadores para visitar. Eu acho que isso faz parte das preocupações justas dos Senadores desta Comissão, das comissões que estão promovendo essa audiência pública: fazer esse debate. Eu teria algumas perguntas sobre esse plano de

emergência. Por exemplo, quantos ônibus hoje existem para as pessoas que não têm o transporte coletivo? Quantos abrigos existem concretamente para esta Comissão?

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Só respondendo essa sua pergunta, Senador...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT –AM) – Eu quero dizer que apoio a política e é evidente que nós temos que aprofundar e fazer, Sr. Presidente, a seguinte questão: das auditorias internacionais feitas no nosso programa se as auditorias são publicizadas para o conhecimento do público, se essas comissões poderiam servir de instrumento para nós analisarmos relatórios internacionais sobre energia nuclear, sobre usinas nucleares, sobre o nosso programa nuclear, com acesso aos Senadores... Eu estava querendo suscitar isso. Nós temos conhecimento dos relatórios, evidentemente, para aprofundar as reflexões, as preocupações, a política de energia nuclear...

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) - Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que tenho um horário nessa reunião, às nove horas, me inscrevi. Às nove horas em ponto eu estava aqui e não tive oportunidade de falar. No "pela ordem" aqui já estamos várias pessoas a fazer as suas proposições. Então eu gostaria de que ser ouvido agora.

O SR. PRESIDENTE – V. Exª está com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu queria agradecer muito a presença do Dr. Othon – eu vou ser muito rápido –, ao Dr. Laércio também por essa oportunidade. O meu é mais um testemunho. Vocês vão entender um pouquinho o que estou falando. Em uma audiência como esta, na qualidade de Senador pelo Estado de Goiás, não poderia deixar de trazer a minha experiência com o Césio-137, ocorrida em Goiânia, em 1987.

O dia 13 de setembro daquele ano, por conseguinte, 23 anos atrás, não foi apenas a data do incidente, mas o início de um verdadeiro pesadelo para centenas de vítimas, todas contaminadas por radiações medidas por uma única cápsula que continha o Césio-137. O acidente com o Césio-137, que foi o maior acidente radioativo do Brasil e o maior do mundo ocorrido fora das usinas nucleares, teve para nós, brasileiros e goianos, uma lição: não estávamos preparados para um acidente dessa natureza, infinitamente menor do que estamos falando.

Tivemos inúmeras dificuldades em lidar com aquela situação. O fato é que até hoje os números sobre essa tragédia não são exatos. Oficialmente, quatro pessoas morreram por exposição, mas o número de vítimas contaminadas ainda gera discussão após esses 23 anos. O Governo Federal reconhece 120 pessoas contaminadas; o Governo de Goiás, porém, contabiliza dez vezes mais, 1.032. Quantas pessoas, na verdade, sofreram os efeitos indiretos nesse acidente, parecenos que permanecerá uma incógnita.

Só para reavivar a dimensão dessa catástrofe, a retirada de todo o material contaminado com o Césio-137 rendeu cerca de 6 mil toneladas de lixo: roupas utensílios, materiais de construção, etc. O lixo radioativo encontra-se contaminado em 1.200 caixas, 2.900 tambores e 14 contêineres revestidos com concreto e aço. O depósito foi construído na cidade de Abadia de Goiás, onde deve ficar por aproximadamente 180 anos.

Confesso que me emociono ao lembrar de tudo, mas entendo um dever rememorar esse episódio, sobretudo quando vemos o despreparo e o improviso das autoridades públicas brasileiras, pelo menos à época, para precaver a população contra inundações e desmoronamentos e para agir diante de eventos dessa natureza.

O papel que me preocupa, Presidente, aceita tudo. Mas aqui é fato, não é hipótese. Então não houve nenhum preparo. Nós sofremos na mão do CNEN, que levou, para mandar o seu primeiro técnico, oito dias no local, enquanto uma população estava sofrendo. O meu Estado foi segregado. Eu senti na pele. Talvez nenhum dos Srs. Senadores passaram por esse episódio. Nós ficamos ilhados: ninguém recebia, ninguém queria receber e ninguém queria mandar nenhum tipo de mercadoria para Goiás. Nós tivemos inúmeros problemas.

A julgar pelo que tenho visto na imprensa e nos meio de comunicação em geral, não estaríamos completamente à mercê da sorte se um acidente ocorresse nas usinas nucleares de Angra dos Reis? Perdoem-me falar assim, porque sou uma vítima nesse sentido: eu, meu estado e o Brasil. Isso não é nenhuma ilação.

O acidente em Fukushima provocou contaminação de alimentos e de águas e tem causado pânico ao povo japonês. Eu pergunto ao senhor: o Brasil tem condições efetivas de criar um plano de emergência para estar permanentemente preparado para uma eventualidade como a que ocorreu no Japão? Nós já simulamos? Nós já fizemos alguma coisa? Hoje,

o Senador Lindbergh colocou uma coisa estratégica, uma simples chuva, um desmoronamento em uma das pistas vai impedir qualquer plano. Eu acho que ainda estamos muito incipientes nesse fato. Acho que é realmente como o senhor falou: nós estamos no momento propício para debater e tomar soluções, mas eu vivi fatos e não obtive nenhuma resposta. O Governo brasileiro, à época, foi totalmente irresponsável com o Estado de Goiás.

Então, fica essa preocupação. Desculpem-me. É também um desabafo. Eu não sei, em 1987, onde o senhor estava e se o senhor tomou conhecimento, mas foi penoso para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Professor Othon. Em seguida, vou dar um encaminhamento.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Eu não poderia deixar de dizer que o senhor está cheio de razões com relação ao acidente da cápsula de césio. A irresponsabilidade de três médicos que conheciam muito bem os riscos que... Eles abandonaram a cápsula. O sistema de controle da época certamente não era eficaz. Então, foi um fato, digamos, negro da história não da energia nuclear, porque aquilo não era energia nuclear, mas da utilização radiológica – o césio. Então, não foi uma central de potência. Foi um acidente radioativo e não nuclear, digamos assim, mas foi um triste acidente.

Houve, na época, vários desencontros. O senhor tem toda a razão. Eu também, como o senhor, estou traumatizado com aquele fato, que é um absurdo.

Agora, eu acredito, Senador, que nós não nascemos neste País de uma forma degenerada. Se os outros têm condição de ter planos adequados, nós também temos. Certamente, eu não posso admitir que não tenhamos capacidade de construir este País de uma forma adequada.

Por essa razão, eu não posso concordar com o senhor. Nós temos um plano de evacuação, estamos tecnicalizando aquele plano, aquele estudo que está sendo feito junto com a COPPE. Cada morador daquelas casas, como ele... Como nós dimensionamos a frota de ônibus? Nós estamos dando uma aproximação muito técnica e bastante profunda, digamos, a essa preocupação que temos de evasão.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Perfeito. Então, eu gostaria também de me integrar à Comissão do Senador Lindbergh para conhecer esse plano de perto.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Terei muito orgulho de ver o senhor lá.

O SR. CYRO MIRANDA (PSDB – GO) – Nós gostaríamos de conhecer, até para sermos um divulgador desse plano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Quero agradecer ao Professor Othon e dizer que vamos, logo em seguida...

Aproveito já para colocar em votação o requerimento de autoria do Senador Lobão Filho, no sentido de que demos continuidade a esta audiência na próxima quarta-feira. E o Professor Othon, num gesto de deferência e de atenção com o Senado Federal, já concordou em voltar na semana que vem para dar continuidade a este debate.

Portanto, coloco em apreciação o requerimento do Senador Lobão Filho.

Aqueles que concordam com a continuidade permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero agradecer a V. Sª, Professor Othon. As suas explicações aqui foram muito importantes para que estas três Comissões possam formar opinião sobre um tema tão relevante para o País, e quero informar que vamos dar continuidade a esse debate, ouvindo, agora, o Dr. Laércio, representando a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Muito obrigado, Professor.

Suspendo por cinco minutos a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Declaro reaberta a presente reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática e Infraestrutura.

Agradecendo mais uma vez a presença do Dr. Laércio Vinhas, representando a Comissão Nacional de Energia Nuclear, tenho o prazer de passar a palavra a V. Sª.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu gostaria de reclamar aqui a minha decepção pela demora das falas. Acho que precisamos democratizar um pouco mais, precisa haver limites. A ansiedade de todos é louvável, eu parabenizo, mas todos nós temos a mesma ansiedade.

Hoje saí de São Paulo às 06:30 para estar aqui. Eu estava no meu gabinete assistindo, esperando a hora para vir para cá. Mas fica impossível se nós praticarmos esses horários extensos para cada Senador.

Nós precisamos limitar tudo isso. Eu gostaria muito de ter falado quando o Senhor acabou de se levantar. Então, estou me sentindo prejudicada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Lamento, Senadora Kátia Abreu, mas infelizmente o Diretor-Presidente da Eletronuclear já tinha uma outra audiência pública marcada na Câmara dos Deputados. Ele teria que sair às 11 horas, mas ficou aqui por mais 30 minutos. Mas, teremos um outra oportunidade, novamente, na próxima quarta feira, para nos aprofundamos nesta matéria.

Com a palavra o Dr. Laércio.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Antes de mais nada, quero agradecer a oportunidade de estar aqui e poder prestar os esclarecimentos que forem necessários e que estiverem ao meu alcance.

Eu vou abordar o tema por um lado diferente, que é exatamente o lado da segurança nuclear.

Vou fazer uma apresentação de como funciona o sistema regulatório nuclear, particularmente para reatores,.mas irei pular algumas transparências para dar mais tempo ao debate.

Eu só queria dizer à Senadora que eu participei das equipes de descontaminação da cidade de Goiânia, e é uma cidade bastante agradável. Não foi a época mais feliz, mas pude perceber a alegria e a receptividade do povo goiano, mesmo naquela situação difícil em que a população passou por uma discriminação totalmente injustificada.

Falarei primeiro sobre o sistema regulatório. Depois, se for necessário, falarei alguma coisa sobre o acidente de Fukushima, que estamos acompanhando diariamente através dos *sites* públicos e de um *site* privativo da Agência Internacional de Energia Atômica, que trata justamente para informação das autoridades regulatórias.

Considerando que estou aqui no Congresso, me pareceu importante iniciar citando os artigos da Constituição que falam sobre energia nuclear. Há um artigo sobre monopólio; outro artigo que diz que a energia nuclear tem que ser usada exclusivamente para fins pacíficos – e eu saliento o último pedaço desse artigo – "mediante aprovação do Congresso Nacional."

"O poder público deve controlar a comercialização e o emprego de qualquer atividade de risco (...)"

Outro artigo que me parece importante aos senhores e às senhoras.

"Compete ao Congresso Nacional a aprovação de iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares (...)"

Finalmente

"As usinas que operam com reator nuclear devem ter a sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas."

Então, isso é para dar uma idéia aos senhores.

O objetivo da segurança nuclear é possibilitar que a população possa usufruir dos benefícios da energia nuclear e assegurar a devida e necessária proteção a trabalhadores, à população e ao meio ambiente.

A segurança nuclear está baseada em três grandes linhas: uma, nos princípios fundamentais de segurança nuclear, que é um documento aprovado pela Agência Internacional de Energia Atômica. Há uma outra de cultura de segurança; e uma outra de defesa em profundidade. Vou falar alguma coisa de cada uma delas.

Esses dez princípios definem as responsabilidades pela segurança nuclear, que é a responsabilidade primeira do operador; as responsabilidades do Governo que deve ter uma agência reguladora, ou um órgão de licenciamento, independente de quem opera as instalações. E há outros princípios que eu não vou me deter aqui, porque ficaria muito longo, mas qualquer dúvida, estou pronto a responder.

Este aqui é a chamada cultura de segurança que o Dr. Otto, sem usar essas palavras, enunciou alguns deles, que é a dedicação, a responsabilidade e a consciência permanente com a segurança, atitude questionadora sempre, com relação à segurança. Deve-se prevenir a complacência, nunca estar-se satisfeito e achar que tudo está seguro; o compromisso com a excelência e desenvolver procedimentos internos.

Esclareço que essa cultura de segurança foi um conceito introduzido na área nuclear após... havia no inconsciente coletivo, mas foi materializado após o acidente de Chernobyl. E após o acidente nuclear de *Three Miles Island* foi desenvolvido o conceito de defesa em profundidade, a criação de várias barreiras, vários sistemas, e o aumento da redundância dos sistemas de segurança.

Conto aos senhores uma curiosidade: a área nuclear e a área aeronáutica, essas indústrias foram as responsáveis pela introdução do conceito de garantia de qualidade; antes havia o conceito de controle, não da garantia.

O licenciamento nuclear é um conjunto de processos que vai justamente avaliar a segurança nuclear, de modo a garantir a proteção aos trabalhadores, ao público e ao meio ambiente. É uma atividade formal e que tem um número muito grande de análises técnicas.

Compete à CNEN, como órgão regulador, conduzir o processo de licenciamento das instalações nucleares para garantir o seu perfeito funcionamento.

Além das instalações nucleares, a Comissão licencia e acompanha cerca de 3.000 instalações médicas e industriais no Brasil que utilizam ou material radioativo ou fontes de radiação. A Comissão não acompanha e não licencia a parte de Raio-X diagnóstico. Esta fica a cargo do Ministério da Saúde e dos sistemas Anvisa e Visas, porque o número de aparelhos de Raio-X no País seria da ordem de 600 mil. Eu gostaria de ter um exército para poder fiscalizar tudo isso, mas não é o caso. As instalações que utilizam radioisótopos e radiações sem serem Raio-X diagnóstico, todas essas são controladas. Nós fazemos nessas instalações cerca de 500 inspeções por ano.

O arcabouço legal para fazer o licenciamento está baseado nas leis federais, nas resoluções e normas da Cnen, nas normais do Sipron, Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, encarregado no sistema federal junto com a rede de defesa civil sobre o planejamento de emergências; seguimos as recomendações da IEA e, sempre que possível, usamos as boas práticas de outros países.

Além disso, o Brasil assumiu vários compromissos na área de segurança nuclear. Então nós devemos observar os preceitos contidos em todas essas convenções que foram assinadas pelo Executivo e ratificadas pelo Congresso Nacional.

Há também a parte referente a salvaguardas e não proliferação. O Brasil é signatário de dois acordos de não proliferação e de dois tratados de não proliferação, ambos assinados também pelo Executivo e aprovados pelo Congresso Nacional; e acordos de salvaguarda também aprovados pelo Congresso.

Como órgão regulador, cabe à Comissão a emissão de regulamentos técnicos e normas; licenciar todas as instalações no País, quer sejam elas nucleares ou as chamadas radioativas, que seria radioterapia, medicina nuclear e as indústrias que usam material radioativo; licenciar os depósitos e rejeitos; certificar os operadores de reator e certificar os supervisores de radioproteção que vão atuar em todas essas instalações.

Próximo.

Esse é o sistema de licenciamento. O interessado tem de apresentar um relatório de local; a CNEN analisa esse relatório e concede uma aprovação de local, isto é, analisa todos os dados do local, dados geológicos, hidrológicos – já vou citar, daqui a pouco –, e conclui que naquele local é possível haver aquela instalação. Depois, é feito um relatório preliminar de análise de segurança. Se nós consideramos que esteja conforme, concedemos a licença de construção. Posteriormente, autorização para a operação inicial – que seria mais para a fase de testes –, o chamado comissionamento e autorização para operação permanente.

Próximo.

Para o local, o interessado tem de fornecer as características gerais de projeto e de operação; as características do local, incluindo dados de geografia, demografia, geologia, meteorologia; um programa de monitoração ambiental, apenas do ponto de vista radiológico para nós, pré-operacional; uma análise preliminar do potencial de influência no meio ambiente, em decorrência da construção e operação dessa instalação.

Próximo.

Nessa avaliação de impacto, levam-se em conta as características naturais e antrópicas do local de instalação. Então, levamos em conta, nessa análise do local, as características quanto a sismos, definição de um terremoto, base de projeto, e tornados, ventos, chuvas, inundação, instalações industriais e militares. Inclusive, é levado em conta, por exemplo, no caso de Angra, que consequências teria para a usina a explosão de um caminhão carregando dinamite na Rio–Santos.

Próximo.

Então, define-se um grupo crítico, que seria, digamos, em caso de operação normal ou em caso de acidente, qual seria o grupo mais atingido, e se tomam todas as medidas para que esse grupo seja protegido. Em se protegendo esse grupo, o resto também o estaria.

Próximo.

Pode passar essa, de que o Othon já tratou.

Para licença de construção é necessária a apresentação de um relatório preliminar de análise de segurança.

Próximo.

Esse relatório envolve todos estes aspectos: a descrição do local, o projeto preliminar da instalação, a avaliação do projeto com riscos à saúde, a avaliação de riscos internos e externos, análise de acidentes e outros dados.

Para que os senhores tenham uma ideia, para a elaboração desse documento, que é responsabilidade do operador – é ele que faz o documento, nós vamos analisar se está de acordo –, esse é um documento de cerca de cinco mil páginas. Nós temos uma equipe muito grande, não tanto quanto gostaríamos, mas cerca de 45 engenheiros estão alocados para análise de segurança das centrais nucleares em operação e das centrais nucleares a serem construídas, com especialistas em todas as áreas aqui descritas.

Próximo.

Na avaliação de segurança, nós realizamos, independentemente, os cálculos realizados pelo licenciado para verificar se eles estão corretos, se estão

completos e corretos, e emitimos pareceres técnicos... nossos técnicos emitem pareceres. No caso da licença de Angra 3, foram emitidos 80 pareceres técnicos, cada um – para os senhores terem uma ideia – da ordem de 50 a 100 páginas, cada um desses pareceres técnicos, que são públicos.

Próximo.

Autorização de operação. Há duas: autorização de operação inicial, com prazo de validade; e uma autorização de operação permanente, com prazo de validade maior.

Esse aqui que foi a discussão havida com relação a Angra 2.

O próximo.

Então, uma vez concluída a construção, aquele Relatório Preliminar de Análise de Segurança tem de ser refeito para as condições, como construídas, e toda a análise é, mais uma vez, repetida.

O próximo.

Só é concedida a operação inicial quando é finalizada a avaliação do Relatório Final de Análise de Segurança e há a garantia de que essa operação inicial pode ser conduzida sem risco, porque há um número muito grande de sistemas e essa autorização é para que cada sistema de segurança seja testado independentemente.

Essa parte de autorização e de utilização de material nuclear é mais voltada aos aspectos de controle de material nuclear e salvaguardas nucleares.

Próximo.

Autorização permanente.

O próximo.

Nós acompanhamos a fiscalização das instalações nucleares desde antes da sua construção, como eu disse, para a concessão da aprovação de local até o descomissionamento dessa instalação, por meio de auditorias técnicas, por meio de inspeções.

Nas grandes instalações, como os reatores nucleares, a CNEM mantém uma equipe de inspetores residentes na instalação. Há oito engenheiros residentes em Angra que comparecem às usinas nucleares todos os dias e nos transmitem boletins diários da situação de operação dessas usinas.

Então, nós fazemos auditorias e inspeções e procuramos assegurar que a planta esteja operando de acordo com as especificações técnicas e com toda a segurança possível.

Só para os senhores terem uma ideia, como é que o projetista trabalha para garantir a segurança da usina? Ele faz um grande estudo, que nós verificamos depois, de todos os acidentes possíveis de ocorrer naquela instalação. Depois, eles desenvolvem sistemas e procedimentos que evitem ou minimizem todos aqueles acidentes. É por causa disso que a probabilidade de ocorrer um acidente fica extremamente reduzida. Mas, como disse o Engenheiro Othon, ninguém pode garantir que em nenhuma atividade humana o risco seja zero, absoluto. Pode ser extremamente reduzida, mais reduzida da probabilidade de qualquer outro acidente – nós trabalhamos na faixa de um dividido por mais de um milhão, aproximando-se de um dividido por um bilhão. Essa é a faixa que nós trabalhamos.

Quanto ao acidente de Fukushima, já foi mais ou menos discutido aqui, eu só gostaria de prestar alguns esclarecimentos. Havia em operação, na área afetada pelo acidente, vinte reatores nucleares no momento do terremoto, na área atingida. Dessas vinte usinas nucleares, nove resistiram ao terremoto e continuaram a operar normalmente.

Nas outras onze, ocorreu, devido ao terremoto, a perda de energia elétrica externa. E a perda de energia elétrica externa leva ao desligamento automático dos reatores. Só que, quando cessa a operação do reator à fissão nuclear, ainda há uma certa quantidade de calor que precisa ser removida. Como disse o Dr. Othon, cerca de 2% da potência ainda fica nos elementos combustíveis. Devido ao decaimento dos produtos de fissão, que são radioativos, eles emitem partículas alfa, beta e gama, as quais geram um calor devido a sua interação com os elementos combustíveis presentes no reator.

E, no caso das outras oito usinas, os geradores a diesel trabalharam, retornou a energia elétrica, e os operadores conseguiram levar esses reatores à condição de desligamento a frio. Esses três reatores de Fukushima I, porque é Fukushima Daiichi, e *chi* significa um em japonês, essa central tinha seis reatores nucleares, dos quais três estavam em operação, três estavam na recarga anual. Ao desligar, ao perder a energia interna, os geradores a diesel entraram, trabalharam por uma hora; após trabalhar durante uma hora, eles foram danificados pelo tsunami. E, a partir desse momento, os operadores, orientados pelas autoridades japoneses, têm feito várias tentativas de maneira a manter a refrigeração desses elementos combustíveis.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – Esse gerador a diesel, o que faz, bombeia água?

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Considerando que os elementos combustíveis ficam dentro de um grande cilindro metálico, que é chamado vaso de pressão, e a água circula, para circular essa água, são necessárias bombas mecânicas bastante grandes que demandam uma certa quantidade de energia. Então,

as centrais nucleares têm vários geradores a diesel bastante potentes.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – Para fazer circular água?

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Para fazer circular água. Com a perda desse diesel, eles estão tentando refrigerar utilizando geradores a diesel menores ou portáteis, porque não conseguem acionar... Se acionassem a bomba grande, tudo estaria resolvido, mas não conseguem acionar, então, estão tentando por outros métodos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – E essa água resfriaria...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Essa água retira esse calor residual que tem no interior do reator e evita que aumente a temperatura e aumente a pressão. Como essa refrigeração ficou deficiente, houve necessidade de aliviar essa pressão. Um exemplo bastante popular é a panela de pressão onde se está fazendo feijão. A hora em que se desliga, ela continua quente e com pressão lá dentro. Uma maneira de diminuir essa pressão é levá-la embaixo da torneira e fazê-la esfriar. Como eles não tinham essa refrigeração e a pressão estava muito forte, para evitar que o selo de segurança da panela de pressão se rompesse, eles abriram uma válvula para aliviar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Fora do Microfone.) – O senhor abusa da cozinha de vez em quando.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – De vez em quando.

E nesse alívio de pressão, saiu vapor d'água com algum material radioativo. E nessas altas temperaturas, a água se decompõe e forma hidrogênio. E no prédio do reator, fora desse vaso de pressão e do vaso de contenção, houve uma certa concentração de hidrogênio. As explosões que nós vimos foram devidas a esse hidrogênio.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Fora do Microfone.) – Cápsula auxiliar, não...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Não no reator, o reator... As informações... Um outro fato é o seguinte: as informações que nós tivemos, de início, foram muito pobres, não é muito mais informação do que os senhores tiveram por meio da mídia eletrônica, dos jornais, da televisão, porque, como os senhores, eu também estou a 20 mil quilômetros do acidente, e o que nós fazemos é, a partir das notícias e a partir de informações oficiais do Governo japonês transmitidas à Embaixada do Brasil em Tóquio, que nos retransmite um boletim diário e das comunicações feitas pelas autoridades japonesas à Agência Internacional de Energia Atômica, com o conhecimento de nossos técnicos, nós inferimos o que pode estar acontecendo.

Há duas coisas, dois fatos que acho que posso afirmar aqui. O acidente em Fukushima não chegará ao nível do acidente em Chernobyl, por várias das razões comentadas pelo Othon. Jamais chegará àquilo. E qualquer que fosse o acidente no Hemisfério Norte, o material radioativo...

Esqueça o acidente nuclear, qualquer acidente que gera qualquer poeira no hemisfério norte devido as correntes aéreas no equador, o que é gerado no hemisfério norte só circula no hemisfério norte, o que é gerado no hemisfério sul só circula no hemisfério sul. Lá no passado...

O SR. ANTANIO CARLOS VALADARES (PSB – SE *Fora do microfone*) - Correntes marítimas...

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Não, as correntes aéreas. Eu estou dizendo pela pluma. Porque, no passado, me parece que algumas potências tinham isso na cabeça, tanto que fizeram os testes nucleares na atmosfera, quase todos, nos atóis do Pacífico no hemisfério sul, Bikini, Fangatufa, Ilhas Marshall.

Nós comprovamos esse fato de não haver transferência quando do acidente de Chernobyl não foi detectada a presença via correntes aéreas do material radioativo de Chernobyl no território brasileiro. Ainda hoje, se formos medir aqui no Brasil, pequeníssimas quantidades de césio ainda podem ser encontradas não devido ao acidente de Goiânia, mas devido a explosões atômicas dos testes nucleares feitos na atmosfera no passado.

Hoje os testes na atmosfera também estão proibidos por um outro tratado. Então, essa foi a deterioração à área impactada, por enquanto – e esperamos que fique assim – se os japoneses conseguirem manter o nível de refrigeração que estão agora. Não é que a situação esteja resolvida, a situação é séria, mas, depois de quase uma semana, de dia após dia, a notícia ser cada vez pior, agora a notícia é de uma estabilidade com uma certa melhoria no controle desses reatores. A informação recebida é que os reatores 5 e 6, que estavam desligados, foram levados a uma condição de segurança adequada e não há mais nenhum risco com esses reatores, inclusive já retornou a energia elétrica e todo o sistema de refrigeração das piscinas dos combustíveis usados está operando normalmente.

Eu fui um pouco rápido pelo adiantado da hora, mas posso responder a qualquer questão e fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Sr. Laércio, por sua apresentação.

Temos alguns inscritos aqui. Vou ler a relação dos inscritos para, se houver interesse de alguns outros: Senadores Ivo Cassol, Senadora Kátia Abreu, Senador João Pedro. O Senador Lindbergh também.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Eu quero aqui, Senador Lindbergh, parabenizar o povo carioca. É um povo corajoso.

Sinceramente, o que nós temos assistido no Japão preocupa todos os nossos brasileiros e já que a preocupação – e eu tenho lido vários relatórios –, uma pergunta fica no ar: por que uma usina nuclear num ponto tão habitado como Angra dos Reis? Quando nós temos várias áreas de preservação federais onde poderiam ser construídas essas usinas com margem de segurança de 100km, 200km, 300km, 400km!

Por mais que digam que é seguro, eu quero dizer ao senhor que eu já fui Prefeito e Governador, igual ao Senador Blairo Maggi, e nenhum Município está preparado para qualquer situação, nenhum Estado está preparado nem o Governo Federal está preparado! A exemplo do que aconteceu em Santa Catarina há pouco tempo e a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro. O que aconteceu no Rio de Janeiro pelo excesso de chuva danificou avenidas, ruas, cidades por questão de minutos. Como numa situação como esta nós vamos tirar a população com 30 a 40 km e entorno. Senador Ivo Cassol, eu sou contra em qualquer construção de usinas nucleares, por mais seguras que sejam, dentro de áreas residenciais. Tem que ser longe da população porque, caso venha uma falha... Todos os acidentes que acontecem, podem ser aéreo, pode ser qualquer acidente, sempre tem a falha humana. Por mais que se cuide, por mais que seja seguro, existe a falha humana.

Portanto, nós precisamos, aqui nesta Casa, já que precisa de autorização do Senado para escolha dos locais, por que não utilizar essas áreas que o País têm. É área de preservação? Tudo bem que tem que fazer uma linha de transmissão, o dano ambiental é muito menor do que o dano social. Enquanto as pessoas são afetadas, o que vai ser do futuro. Hoje estamos falando do Japão. Não adianta, é uma questão de Estado, a maioria das coisas são escondidas, não se passa a nível mundial para não deixar o povo mais em pânico ainda. Não seria diferente em qualquer outra área do mundo.

Então, nós precisamos nos preparar, já que nós temos muita energia hídrica sendo instalada e parque instalado representa 2%, vamos primeiro toda a nossa área e deixemos os outros países trabalharem como cobaia, e nós, quanto mais nova for a tecnologia melhor para nós, mais seguro será. Mas a sugestão é no sentido de que esses novos investimentos que forem feitos no futuro, que sejam feitos em áreas afastadas das populações para melhor segurança de todos.

Quero aproveitar também para falar sobre a questão da usina de Jirau, no Rio Madeira. Na semana passada pedi à Comissão que acompanhasse a situação. Parece que é até uma coisa combinada com o Estado do Ceará, questão de refinaria e outras coisas. Até sugeri que esta Comissão fosse ao nosso Estado. Eu quero dizer que o mesmo que aconteceu lá, o mal é bem menor, se comparado com o que aconteceu no Japão. O mal é bem menor do que qualquer outra questão nuclear que exista em qualquer lugar do mundo.

Portanto, eu gostaria que o Presidente visse como está o andamento para que esta Comissão vá na quinta feira à tarde e fizesse uma verificação in loco, porque de um lado tem pessoas preocupadas em querer culpar os empresários, do outro lado os empresários estão colocando que a situação não é culpa deles, que isso é uma coisa orquestrada. Então, nada mais que o Senado estar presente para poder verificar o que aconteceu e que a gente possa evitar que isso venha a acontecer novamente em outros lugares, em outros empreendimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Cassol.

Antes de passar a palavra para a Senadora Kátia Abreu, só quero explicar que a Comissão de Meio Ambiente aprovou uma diligência a Jirau. Ao final desta reunião, quero conversar com o Senador Cassol, porque nós precisamos consultar os membros da Comissão que desejam participar dessa diligência e qual o melhor para o conjunto desta comissão, qual o melhor dia para ir: se já amanhã ou se na semana que vem. Conversaremos em seguida sobre isso.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente; colegas Senadores, Diretor do Conselho Nacional de Energia Nuclear Professor Laércio Antônio Vinhas, obrigado pela sua presença.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas um paralelo, não é uma pergunta especificamente, mas apenas uma consideração para um debate agora e posteriormente, se for do interesse de todos os Senadores da nossa Comissão.

O Senador Ivo Cassol disse, com muita propriedade, que é radicalmente contrário à instalação de usina nucleares onde tem gente. Se nós temos um Brasil com 850 milhões de hectares, nós temos áreas que são desertas e que poderiam muito bem abrigar esse tipo de usina. Nós sabemos da dificuldade de Angra dos Reis. O Senador Lindbergh falou com muita pro-

priedade também, porque conhece o Estado do Rio de Janeiro. Na verdade, nós só temos a Rio/Santos para saída de Angra, onde ocorrem deslizamentos com freqüência. Então, numa condição de caos total, é um lugar de risco sim. É claro que é função de todos tentar minimizar isso.

Mas a minha discussão, além de deixar a minha solidariedade ao povo japonês, pelo sofrimento que estão passando.

Alem de deixar a minha solidariedade ao povo japonês pelo que estão passando as famílias. Nesse momento é importante a nossa solidariedade e colaboração. Graças a Deus o Brasil não passa por essas intempéries climáticas de tamanha grandeza, mas ao contrário, os japoneses precisam da energia nuclear. Nós não precisamos dela. Quando não há remédio, o remédio está dado. Portanto eles não têm outra alternativa. Apesar de terem terrremotos freqüentes, eles não têm outra alternativa a não ser esta opção. Mas nós brasileiros temos outras opões, não apenas uma opção. Acho que essa Comissão daria uma grande contribuição se nós ampliássemos esse debate neste potencial que o Brasil tem, ganhou de graça de Deus, para poder diminuir ou zerar o risco com relação a essa questão nuclear. Com relação aos aparelhos de raio-X é inevitável. Precisamos disso para a saúde humana, precisamos correr esse risco porque também não há outra alternativa. Portanto precisamos implementar a vigilância, acho que os avanços na medicina foram extraordinários, tive o prazer e a honra de relatar na Câmara Federal, quando Deputada o radioisótopo 18 de vida curtíssima, flúor 18 para o exame de PET Scan, para encontrar principalmente a metástase no corpo, qualquer ponto de câncer no corpo humano. O projeto é de autoria do Senador Jorge Bornhausen , e eu quando Deputada tive o prazer de relatá-lo. Portanto isso é de utilidade inevitável. Mas eu gostaria de mencionar aqui alguns números e encerrar a minha reflexão.

O custo da megawatts-hora da energia hidrelétrica, 80 reais; da energia nuclear: 148 reais; da termoelétrica de 288 a 300; da eólica, 131 reais.

Estamos assistindo entre 2001 e 2009 a energia no Brasil teve um aumento de 27% para o consumidor, mesmo tendo todo esse potencial. Precisamos falar a linguagem que as pessoas precisam e querem: saúde, riscos e custos de vida do cidadão brasileiro. Se não se compadecem dos empresários que geram emprego, vamos falar da população inteira, porque não é só empresário que consomem energia. Quem paga essa energia é o consumidor, o trabalhador brasileiro que ganha pouco. Tudo é transferido para o produto que ele compra.

Emissão de CO2.

A termoelétrica emite 818 kilowatt/hora; a nuclear 4, também é baixo, a hidroelétrica zero, e a eólica zero.

Temos um potencial de hidroelétrica a serem construídas no Brasil, segundo a ANA, dados de 2010, o nosso potencial é de 243 milhões de megawatts mas só usamos hoje 91. Só estamos usando 40% do que é disponível dos nossos rios no Brasil. E poderia ser mais do que isso, caso não fosse o modelo que foi modificado de represamento para fio d'água. Isso tudo em função de um radicalismo insano de certos ambientalistas que se preocupam muito mais com a natureza do que com as pessoas. Mas não é uma preocupação verdadeira com a natureza, mas uma preocupação com outros interesses que não consegui ainda identificar. Se existem seres humanos, existe impacto ambiental, é inevitável. A única forma de não aumentar o impacto ambiental é não nascer mais seres humanos, não existe outra forma. Onde existe gente, há impacto ambiental, porque as pessoas precisam de energia, moradia, água, tijolo, cimento, asfalto, transporte e comida, Sr. Presidente . Não há outra forma de manter as pessoas vivas sem infraestrutura, comida e água. Por isso, a preservação da natureza é muito importante, a biodiversidade, o equilíbrio da biodiversidade, a importância da água e do solo. Mas não podemos abrir mão desse potencial hidroelétrico em função de dogmas, em função de terem transformado as questão ambiental em religião, num radicalismo exacerbado.

E não podemos embarcar nessa canoa.

Precisamos ter técnicos, cientistas pesquisa, investimentos em pesquisa para fazermos as coisas de forma segura, mas não podemos deixar de fazer por medo. Ciências exatas? Não existem ciências exatas. A ciência trabalha sob hipóteses, sob eliminação de hipóteses. Precisamos contar com ela ou não vamos contar com nada, ou vamos contar com o "eu acho" ou "eu penso" ou "eu quero", e não é assim que o mundo é movido. O mundo é movido pela necessidade das pessoas, das famílias. É esse questionamento que eu queria aqui deixar, Sr. Presidente.

Para se ter uma idéia, a energia eólica, apenas ela, se a utilizássemos em 15% do que pode ser gerado apenas na costa marinha brasileira, apenas 15% –o potencial da costa marítima brasileira! – geraríamos doze itaipus. Uma Itaipu sustenta, por dois anos e meio, o Rio Grande do Sul, o Paraná e Santa Catarina. Sustentaria todo o país de Portugal por um ano e oito meses. Sustentaria o Paraná por 3 anos e 8 meses o potencial de um ano. Então, 15% da energia eólica são suficientes para isso tudo.

Reconheço que o BNDES tem financiado alguns parques eólicos e financiará tanto parques que serão

capazes se dobrar a capacidade eólica, mas, se juntarmos o potencial hídrico, hidrelétrico dos nossos rios com o potencial dos ventos, da brisa do mar, poderíamos sustentar, sim, em todos os Estados da costa, inclusive no Rio de Janeiro, onde há Angra I,II e II, Espírito Santo, Bahia, em todos os Estados da costa, com energia eólica. O Ceará está cuidando disso, está fazendo um grande projeto nacional e aumentando enormemente o seu potencial e sua capacidade em 211 mil megaWatts.

Essa preocupação de todos os Senadores com os riscos é mais do que importante, mais do que certa. Mas precisamos falar de preço de energia, de custo de energia e de potencial daquilo que não faz mal às pessoas, daquilo que não faz mal à natureza. Estamos espremendo a necessidade das pessoas. Já passamos as hidrelétricas de lagos para fios d'água. O impacto vai existir? Vamos controlar o impacto. Se algumas espécies poderão ficar comprometidas, vamos tentar minimizar de outra forma, em outras situações, com outros animais. Há milhões de animais que não existem mais no mundo há milhões de anos, como os dinossauros. E nem por isso fazem falta ao mundo. Mas energia faz falta às pessoas. A água faz falta às pessoas. Comida faz falta às pessoas.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar aqui essas considerações. Lembro que as nossas necessidades, segundo estudos do Governo Federal, para 2030, precisaremos de 230 milhões de megawatts. Só as nossas hidrelétricas dariam 243 megawatts, só usou 91. Se somarmos a energia eólica, temos energia de sobra até 2030, sem precisar de termelétrica, sem precisarmos de energia nuclear. A vantagem da termelétrica é que ela fica parada. Só se usa se precisarmos. Portanto, se formos eficientes e colocarmos Itaipu, por exemplo na sua capacidade máxima...Em 2010, ela gerou 85 milhões de megawatts, mas em 2008, gerou 94. Por que diminuiu em 2010?

Evidentemente, há as considerações de clima, de chuva, mas, se considerarmos uma capacidade média de 74, de 80, em Itaipu, e lembrar que a energia eólica pode fazer muito mais, por que discutirmos aqui energia nuclear? A decisão seria utilizar todo o potencial eólico e hidrelétrico para depois conversarmos sobre potenciais de risco.

Portanto, eu gostaria de sugerir posteriormente que pudéssemos fazer uma audiência pública para discutirmos alternativas de energias, enquanto estamos aqui discutindo riscos que hoje são mínimos no Brasil, porque só temos Angra I e II. O risco é para um Estado importante, valoroso para o Brasil – são brasileiros que estão lá –, mas ainda é um percentual baixo de produção nacional. Vamos discutir a não ampliação da energia nuclear antes de esgotarmos as outras capacidades e potencialidades que o Brasil tem de sobra para os brasileiros.

Muito obrigada, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Passo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Presidentes das três Comissões que estão promovendo esta audiência pública, quero parabenizar a iniciativa desta discussão.

O Senado, e não só o Senado, mas o Congresso brasileiro precisa ter um debate sistemático para acompanhar a política nuclear no Brasil. E é papel do Senado, o Senado não pode fugir da sua responsabilidade em discutir o Estado brasileiro. Agora, eu, evidentemente, no debate, considero normal o contraditório de opiniões, mas quero colocar minha opinião neste debate.

Do ponto de vista estratégico de um país que já se projeta como a quinta potência econômica, a quarta potência econômica; do ponto de vista de Estado, nós podemos prescindir da energia nuclear? Uma quarta potência econômica, uma quinta potência econômica pode abrir mão de energia nuclear? Um país como o nosso, com essa população, com estabilidade econômica, com crescimento econômico, podemos pensar em abrir mão de energia nuclear?

Tenho que voltar a alguns textos do Nelson Rodrigues. Não podemos abrir mão, sob pena de prejudicar alguns setores do nosso País. Depois, trata-se de compreender a estratégia da energia no Brasil. O Brasil tem uma energia em rede. Evidente que temos que colocar na rede todas as iniciativas, eólica, hidráulica, tudo. Mas não dá para um país como o nosso...

Vamos pensar: hoje nós temos uma parte do País, no extremo Norte do País, Roraima, que tem energia da Venezuela. E olhem que estamos ampliando a relação do ponto de vista estratégico do Mercosul com a Venezuela. Mas a energia do povo de Roraima, da economia de Roraima tem que ser brasileira. O meu Estado, nosso Estado, só agora, 2012, 2013, estará interligado à rede nacional. O Amapá está fora. E temos que fiscalizar, não é, Senador Eduardo Braga? Senão não sai a obra.

Agora, é um debate que temos de fazer mesmo. As hidroelétricas na Amazônia. Vamos fazer e ter a responsabilidade de aprofundar os cuidados, as mitigações, a realidade, as compensações. Nós temos que radicalizar nisso, por que não? Ou porque são ribeirinhos que nós não vamos ter que tratar, ter a sensibilidade, ter a responsabilidade, ter compromissos republicanos com esse povo, com os povos indíge-

nas? Agora, nós vamos dizer não? Como é, um país com 190 milhões de habitantes, com a economia que temos, com a responsabilidade que temos hoje, mundial? Não vamos fazer hidroelétrica, não vamos fazer energia nuclear, vamos fazer o que mesmo? Paciência, tenha santa paciência!

Agora, nós precisamos encontrar mecanismos, inclusive esse, como a audiência pública de hoje. Temos, a qualquer hora, em qualquer reunião, essa competência de chamar, de convidar, de convocar. Acho que mais do que isso, Presidente...

Vou apresentar um projeto de lei para termos esse acompanhamento da energia nuclear de forma sistemática ou duas vezes por ano aqui, no Congresso Nacional, para não ficar só pela iniciativa do requerimento da audiência pública. Mas nós temos uma lei. Tem que vir aqui e não ficar uma hora, não ficar duas horas, mas o Congresso acompanhar, em profundidade, o andamento disso tudo.

Enfim, todo o conjunto de cuidados, de reparos, de reflexões que precisamos ter, que o Congresso precisa ter.

Então, essa é a reflexão que faço sobre este debate.

Eu falei rapidamente agora há pouco, pela ordem – este mecanismo fortíssimo que os Senadores têm –, sobre um pouco das minhas preocupações, porque, junto com alguns Parlamentares, nós visitamos Angra. Espero que esse mecanismo da visita, da conversa, da discussão em Angra... Discutir com a Cnen também, a gente acaba indo a Angra e acaba ficando de fora quem regula. Então, é necessário trabalhar com quem regula, com quem executa, com quem faz a gestão das duas usinas, caminhando para a terceira; precisamos interagir mais, acompanhar mais isso.

Olhando esse aspecto dos cuidados, temos a estrada. Nós temos que ter uma outra via de acesso em Angra I e II, precisamos melhorar isso. Acho que isso é um padrão que tem que sair daqui, Senadora Lúcia Vânia. Nós não podemos trabalhar com a 101, com aquele padrão, considerando ali duas usinas e, daqui a pouco, três.

Isso tem que ser uma preocupação, isso é um produto que tem que sair desta audiência pública. Tem que haver uma reforma compatível com as providências cabíveis necessárias a uma estrada que está no entorno das usinas.

Vou fazer uma pergunta: qual a população hoje do entorno das usinas nucleares ali? Porque há uma população que mora próximo, a um quilômetro, dois.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Muito próximo não há ninguém residindo, porque é área de propriedade da Eletronuclear. No raio de cinco quilômetros, moram cerca de 3,5 mil pessoas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É um número significativo para cinco quilômetros.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Esses são dados fornecidos pelos programas da Prefeitura e, fazendo uma combinação com o Censo, não o de 2010, porque ainda não saíram os resultados detalhados, mas com o Censo de 2000, admitindo que, em cada domicílio, haja quatro pessoas, há na região cerca de mil domicílios, mais ou menos, nessa área de cinco quilômetros, que é a área prevista para uma evacuação preventiva e que cobriria 99,99 de eventuais acidentes possíveis na usina de Angra I e Angra II.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Diretor Laércio...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu quero só, Senador João Pedro, fazer uma questão de encaminhamento. Nós temos apenas mais três Senadores inscritos. Então, para que todos os Senadores se pronunciem, em seguida nós passaremos a palavra ao Dr. Laércio para fazer todas as considerações finais.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Só para eu formar um juízo, por isso que eu perguntei o número da população do entorno, esse de 3,5 mil é um número significativo para cinco quilômetros, é um número expressivo, eu considero isso.

E a resposta para quantos abrigos existem hoje para atender esta população? Posteriormente V. Sª responde.

Na outra, eu quero insistir com as três Comissões que estão fazendo audiência pública, mas, fundamentalmente com a Comissão de Meio Ambiente, a quem compete a fiscalização, sobre os relatórios da Agência Internacional de Energia Nuclear, relatórios evidentemente com foco nas duas usinas nossas, do nosso programa; relatórios recentes, que pudéssemos ter acesso, ler e, evidentemente, formar um juízo a partir da visão da Agência Nacional de Energia Atômica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Passo agora a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, ao Senador Lindbergh e Senador Walter Pinheiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Srs. Presidentes, Srª Presidente, Dr. Laércio Antonio Vinhas, sou um herdeiro do iluminismo, sou ainda um herdeiro da cultura iluminista, acredito na ciência e acredito na tecnologia para ampliar os limites da ação humana. Então, não só porque acho que é uma crise energética brasileira que tem que ser a mais diversifi-

cada possível, e temos que ser extremamente ambiciosos nessa matéria, mas porque acho também que, com o desenvolvimento da tecnologia nuclear no Brasil, é uma história extraordinária, é uma história que tem atos de heroísmo, há figuras que merecem ser cultuadas, como por exemplo o Almirante Álvaro Alberto, gente que correu risco, gente que enfrentou dificuldades de toda ordem, de incompreensão, de dificuldade de orçamento, de dificuldade institucional.

De modo que sou favorável, com todas as cautelas que já foram muitas vezes enfatizadas aqui na reunião, e também com um esforço enorme de transparência, até para espantar os fantasmas que rondam uma questão ainda bastante misteriosa para grande parte da população, inclusive das camadas mais instruídas da população, sobre os riscos que adviriam do desenvolvimento da energia nuclear nas condições brasileiras, nas condições do nosso território, da nossa geografia, da nossa geologia, etc..

Lembro-me que, nos anos 60, houve uma pressão muito grande, especialmente dos Estados Unidos, para que o Brasil firmasse, naquele momento já, o tratado de não proliferação. Na época, isso foi em 1967, antes de Cristo, eu era presidente do Centro Acadêmico XI de agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, e trabalhei junto com...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Preparou as condições para o Lindbergh ser o presidente da UNE.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB – SP) – Exatamente, já pensando no Lindbergh.

Mas, na época, houve um debate sobre a necessidade de o Brasil manter sua autonomia em matéria de desenvolvimento da tecnologia nuclear para usos pacíficos, e se via, na assinatura daquele tratado, possíveis entraves a esse desenvolvimento, tanto é que demorou muitos anos para que o Brasil modificasse o tratado.

Na discussão de hoje, várias vezes foi abordado o aspecto da atualização da nossa tecnologia e da necessidade de termos sempre a tecnologia mais *up to date* em matéria de tudo aquilo, em comparação com tudo aquilo que se faz na aplicação da energia nuclear para produção de eletricidade.

Eu pergunto ao diretor da nossa Comissão Nacional de Energia Nuclear: A quantas anda essa atualização dessa nossa tecnologia? Os equipamentos da usina Angra 3, segundo nos disse o presidente da Nuclebrás datam de 20 anos atrás. Seriam eles, hoje, a expressão daquilo que temos de mais moderno? Existem canais de comunicação entre os diferentes países que dominam, com um grau de avanço bastante razoável, como é o caso brasileiro, a tecnologia nuclear para uso pacífico? Existem formas de comunicação entre as instituições dos países de modo a que possamos nos beneficiar do resultado das pesquisas e dos avanços tecnológicos que são promovidos em outros países?

Qual é o papel da Comissão Internacional de Energia nessa difusão, ela propicia, ela segura? Qual é a nossa relação com essa instituição internacional?

São as perguntas que faço a V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vou ser bem direto. Volto novamente à questão do licenciamento definitivo da usina Angra 2. O senhor falou antes que o problema agora está no Ministério Público. A gente aqui que até perguntar se é Ministério Público Federal, quem é o procurador, porque interessa a esta Casa entrar nessa discussão. Mas é de estranhar um tempo tão longo, porque a usina está em atividade desde 2002. Fui prefeito do Município e sei como é cada processo de licenciamento, a intervenção do Ministério Público. Mas a gente sempre vai lá, tenta explicar como é. Então, eu acho que tem, de fato, mais de oito anos, quase nove anos em ação sem licenciamento definitivo. Interessava saber quem é o procurador, porque esse é um assunto que considero importante. Não é razoável não ter esse licenciamento definitivo, talvez tenha alguma pendência que seja relevante. Por isso nosso interesse em conversar com o Ministério Público.

Agora volto aos rejeitos radioativos. A opinião de pessoas que conversaram comigo é que, de fato, estarem armazenados nesses galpões da usina não é a situação apropriada. Eu queria saber também, porque já citei novamente aqui, estou repetindo a pergunta... Houve uma comissão em que a Presidente Dilma, à época Ministra da Casa Civil, participou, e um dos pontos era "Metas para um Depósito Definitivo". O que foi feito? Eu achei a explicação do presidente Othon insuficiente. Como esse órgão, a Cnen, tem a função de fiscalizar, eu quero saber quais são os prazos, o que é feito, se é problema orçamentário. Eu sei que a construção lá de Abadia de Goiás custou 7 milhões. É esse o problema? Se for esse o problema tem que ser explicitado, porque eu acho que podemos ajudar. Colocar claro esse debate ajuda nas discussões sobre quais são as prioridades do Ministério do Planejamento etc.

Mas quero fazer aqui outra perguntas bem diretas. No Rio de Janeiro, há um reator de pesquisas na Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, pertencente

a Cnen. Sei que é um reator pequeno, com reduzido potencial de acidente. Chegou ao meu conhecimento que esse reator já opera há mais de trinta anos e não tem certificação da Cnen para operar. Quero saber se isso é verdade.

Também tenho informação de que reatores de pesquisa de São Paulo e Minas Gerais também não têm essa certificação.

Quero fazer outra pergunta. É sobre uma mina de urânio em Poços de Caldas, que concluiu suas operações há mais de dez anos – Presidente Rollemberg, acho que isso interessa a esta Comissão –, deixou um passivo ambiental que pode ser visto inclusive por satélite e toda cava da mina de urânio continua a céu aberto. Gostaria de saber o motivo pelo qual a Cnen, órgão responsável pela fiscalização na área nuclear, não tomou nenhuma atitude efetiva para resolver essa questão, deixando que a degradação ambiental prossiga justamente numa região turística importante como Poços de Caldas.

O *Correio Braziliense* de ontem traz uma reportagem sobre o fato de o Brasil, que é detentor da sétima maior reserva de urânio do mundo, estar importando esse material. Há atrasos no processo de licenciamento, talvez com razão. Mas nós queríamos entender. Essa é uma daquelas questões que a Presidente Dilma, tenho certeza, quando toma conhecimento – sétima reserva de urânio do mundo – de que estamos importando urânio, fica uma arara, para usar o termo que ela usou.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª sabe quais as questões que deixam a Presidente uma arara? Eu gostaria até de transmitir à senhora algumas.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse termo foi usado pela própria Presidenta. Polêmica de pombos e falcões, ela se diz uma arara.

O SR. ALOYSIO NUNES (Bloco/PSDB – SP) – Eu pediria ao senhor que transmitisse... Eu tenho uma relação, eu tenho uma lista grande.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, a esta hora, não sei se a fome ou a vontade de comer nos move de forma mais agoniada. Mas quero dizer que lamento o processo que adotamos aqui. Na realidade, o debate com o Dr. Othon tem uma característica. A necessidade da junção da participação da intervenção dele com a do Dr. Vinhas, eu diria que é a parcela mais importante deste debate. Vou usar uma resposta dada pelo Dr. Othon, óbvio, fazendo já as minhas elações. Quando ele respondeu a mim e ao Lindbergh, quase que ele disse: minha obrigação é fazer gerar energia; daí para lá, o que vai acontecer é tarefa de outro órgão. Então me parece que essa junção – e o senhor explicitou sobejamente bem – caminha passos, ou seja, tem a leitura da segurança como um pressuposto básico para a definição da política e, consequentemente, a implantação, entre nós, de, mais do que a legislação, a cultura, como o senhor mesmo colocou. Porque lei, meu caro Aloysio, lei até as figuras rasgam, cultura é mais difícil. Muito mais difícil.

Este é o principal problema: não temos a cultura. E estou falando agora da experiência concreta e prática, da relação do Poder Público; nós não temos a cultura do processo de fiscalização com senso de responsabilidade. Nós temos a cultura como um processo de acompanhamento por parte dos órgãos de fiscalização para o cumprimento daquilo que a lei determina e não porque a cultura deveria ensinar.

Vou traduzir rapidamente aqui para fazer alguns comparativos. Nós nos acostumamos a um processo posterior que resulta multa em quem causou o prejuízo. Eu até contava aqui um caso engraçado ao meu amigo Lindbergh da época em que foi debatido aqui no Senado o "caladão". Eu não era Senador, eu vim para cá porque eu me interessava pelo tema, não tive oportunidade de falar naquela época, mas tive o apagão no sistema de telecomunicações brasileiro logo após o processo de reestruturação do setor. O Senado fez aqui, na época, uma grande audiência com o saudoso Renato Guerreiro, que faleceu há pouco.

Daquele resultado, Dr. Vinhas, eu pergunto: resolveu o problema? Não. Aplicou-se uma multa astronômica. Fiz uma pergunta ao Guerreiro na época: venha cá, se eu deixei de ligar para a minha mãe no Dia das Mães por causa do caladão, não tem multa nenhuma que pague e que devolva esta minha falha de não poder ligar, não poder contatar com minha mãe. Não tem multa que pague isso. Eu posso depois me explicar com a minha mãe. Estou falando de algo que ainda posso fazer posteriormente, em outro contato com a minha mãe. Imagine uma situação desta. Eu aplico a multa, vou lá, faço, aconteço, chego para fiscalizar os efeitos e para aplicar multas. E aí? E as vidas que se foram? Voltam? E os problemas que ficam? A multa vai resolver isso? Não.

Portanto, não é só um problema orçamentário – que eu achei que o Lindbergh toca bem –; a gente não pode, em nome de um problema ou de uma escassez orçamentária colocar isso num plano de fundo. Isso é plano principal. Se não há orçamento para isso, outras coisas deveriam ser cortadas e essas questões pas-

sam a ter a primazia no atendimento porque estamos trabalhando com vidas.

Essa é a parcela principal para a gente definir, por exemplo, qual deve ser o rumo nosso nessa questão de matriz energética. Porque, quando a gente fala que resolve o problema com a geração hídrica por conta de fio d´água, etc, "remanso, casa nova, sento sé, pilão arcado e Sobradinho" foram. Mas nós erguemos novas cidades! A Bahia tem uma cidade que é resultante de atingidos de barragens, Serra do Ramalho, desagregação plena e total.

As famílias que estão em Serra do Ramalho não têm as mesmas condições que tinham onde moravam. Não tem mesmo. E se gerou um pepino, um problemaço ali na Serra do Ramalho. São 19 mais duas agrovilas, num total de 21 em que temos um problema sério. Uma aldeia indígena que saiu de lá. Isso acontece em tudo quanto é lugar. Fauna, flora,o debate sobre essas questões. Como é que a gente vai se deparar com isso.

Eu continuo dizendo o seguinte: eu não sou favorável à satanização da energia nuclear, sou favorável, como o Aloysio colocou muito bem. Acho que a gente tem que experimentar o que estão nos oferecendo hoje como *upgrade* de tecnologia.

Então, se isso se coloca de maneira tal para acender o alerta, vamos ver se esse *upgrade* de tecnologia não dá para a gente deslocar para outra área. Vamos ver se é possível. O que diziam antes é que nós não tínhamos escala para energia eólica nem para energia solar. Então, se ia para a nuclear, inclusive como mecanismo de atendimento imediato, problema de escala, preço e tal. Isso está modificando.

Pegando o exemplo da Bahia, nós contratamos 34 usinas de energia eólica até 2014 na Bahia. Vamos gerar equivalente à metade do que vai gerar Angra I. Metade! Com 34 usinas! O Nordeste deve ser responsável, nos próximos anos, por 50% de todo potencial eólico brasileiro. A própria região onde temos lá nossa reserva de urânio em Caitité vai receber energia eólica agora.

Então, de que se forma isso se combina? Como a gente atua nisso?

O senhor falou aí na exposição acerca dessa questão do mapeamento, como está aqui. Tem uma análise preliminar das influências, a própria questão de geologia, geotécnica e meteorologia. Eu tenho hoje um mapeamento ecológico e ambiental detalhado, porque temos a capacidade de fazer isso com geoprocessamento, de forma intensa. É fundamental poder visualizar, assim como eu disse que poderia ser visto a imagem hoje em qualquer pesquisa do Google via satélite, a gente pode fazer também esse teleacompanhamento hoje de forma sofisticada.

Outra questão fundamental é quando o senhor fala aqui na própria relação entre os passos adotados na relação com o clima, as medições, de qualquer maneira o que se antevê de terremoto, abalos sísmicos, a questão meteorológica e tal. Há uma interação da CNEN com os nossos organismos que cuidam dessa área. Nós temos um processo que aí não pode ser a partir do fato, mas se antevendo a fatos, dessa questão.

Recentemente, naquela chuvarada no Rio de Janeiro, Angra ficou ilhada, o acesso a Angra. Então, se o acesso à usina ficou ilhado, imagine no dia em que houver um problema e a fuga fica complicada? E na emergência, vai ficar como?

Se a própria usina onde está hoje é tranquilamente isolada, se ela fosse isolada hermeticamente para não vazar seria uma coisa maravilhosa. Então, ao contrário, se há nessa relação, nessa interação entre os órgãos – uma coisa que não sei se foi o Aloysio ou o Rollemberg que chegou a tocar – com o mundo. Eu, por exemplo, tenho buscado ver onde nós temos usina nuclear.

Eu tenho visitado vários centros de controle de emergência de catástrofes, agora, recentemente, volto a frisar, antes desta história do Japão, portanto, estive lá para conhecer como funciona isso, e a própria informação à população, Dr. Vinhas. Nós tivemos o exemplo de Caitité. Lá nós fizemos uma parceria com a ANA, que vai lá para fazer a análise de toda a água. Óbvio que existe uma separação. As pessoas, às vezes, até pelo desconhecimento, pensam que o fato de ter urânio já contamina a água. Não há beneficiamento de urânio em Caitité. Então, portanto, não é esse o risco. Mas, mesmo assim, o Estado foi lá fazer uma parceria, a ANA foi, o Ingá – o nosso instituto de águas da Bahia.

Mas, de qualquer maneira, se esta coisa não funciona antes, se você n ao interage entre os órgãos, você vai vivendo o tempo inteiro com esse tipo de expectativa e, óbvio, com a oposição a qualquer possibilidade de instalação de usinas com esse porte.

Então, acho que é fundamental isso e quero insistir nesta questão do acompanhamento, como diz o João Pedro aqui da nossa parte. Mas mais do que isso, é um certo nível de valorização da CNEN.

Se eu disser aqui para o senhor que uma parte do povo brasileiro conhece a Anatel, conhece a Anel, mas eu aposto que em número muito mais reduzido tem uma relação com a CNEN. Posso dar como exemplo a própria região de Caitité, na Bahia. Se fizer uma pesquisa ali, Senadora Lúcia Vânia, verá que o pessoal não sabe nem o que é a CNEN. O que é isso? Ah, a quem de quem? De Nênm? Nêm deve ser o sujeito ali do bairro. Nem um, nem outro. Como é que isso

se propaga, como é que a gente sabe da existência, como eu recorro, como é que isso funciona. Então, estamos tratando disso depois que a barba do nosso vizinho ardeu. Então, dá tempo de colocarmos a nossa de molho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou procurar ser bem rápida.

Quero cumprimentar o Dr. Laércio e dizer da satisfação de tê-lo aqui conosco.

As perguntas serão bem objetivas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de responder ao Senador Walter Pinheiro em relação à audiência pública. Nós procuramos desde o início buscar a coordenação do Programa Nuclear Brasileiro através desta audiência pública com as três Comissões. Nós entendíamos que não seria possível tratar da questão apenas com Infraestrutura ou com Ciência e Tecnologia e/ou isoladamente com Meio Ambiente.

Nós estamos tendo uma dificuldade de agenda. A gente vai superar essa deficiência ao longo do tempo.

Em segundo lugar, eu gostaria de comunicar à Comissão que nós temos aqui no Senado, já foi votado na Câmara, um projeto de lei que trata da segurança do Programa Nuclear Brasileiro, que irá ensejar esse projeto, ele vai ser debatido na Comissão de Justiça e na de Ciência e Tecnologia, e acredito que irá consolidar essas audiências públicas que estamos tendo.

A pergunta para o Dr. Laércio. Qual a importância do domínio dessa tecnologia, pois um país como o Brasil não pode prescindir, mas acredito também que a CNEN e os órgãos responsáveis deveriam passar para a sociedade não somente a questão da produção de energia, mas também os outros benefícios que poderiam advir do domínio dessa tecnologia.

Segundo, uma pergunta que o Aloysio já fez, se existe uma transferência de tecnologia neste setor. Foi intercâmbio que o Senhor perguntou. Mas eu queria saber se existe a transferência, uma vez que é uma questão estratégica. Acho que é difícil essa transferência e daí por que mais uma vez reforça a importância do seu domínio.

E, por fim, é uma questão paroquial minha que eu gostaria de saber como é que está o depósito do Césio 137, se existe uma fiscalização e um acompanhamento. É importante dizer que em Goiânia, hoje, a nossa manchete do dia é a questão da desconfiança sobre o depósito do Césio 137. Eu pergunto ao senhor se existe um monitoramento – e posso dizer ao senhor que existe uma coincidência: como não existe uma acompanhamento local das autoridades em relação aos efeitos do Césio 137, nós temos uma incidência de câncer muito forte na área, e a cada acidente desse nós ficamos numa inquietação sem tamanho.

Portanto, eu gostaria de saber da Cnen como é que está essa situação.

Infelizmente, ao contrário do que disse aqui o Senador Walter Pinheiro, Goiânia aprendeu a conhecer a Cnen por esse desastre que foi, sem dúvida nenhuma, na dor, muito na dor, o que foi isso para a nossa capital, para o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, nobre Senadora Lúcia Vânia.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, quero informar que as exposições dos convidados estarão disponíveis no *site* WWW.senado.gov.br, na parte de cima e também justificar a ausência do Senador Flexa Ribeiro, que foi indicado pelo Presidente Sarney para representá-lo no lançamento do Programa Estadual de Municípios Verdes, a realizar-se em Paragominas, no dia de hoje.

Quero solicitar a autorização desta Comissão para, como estamos sendo prestigiados aqui com a presença do Deputado Alfredo Kaefer, e antes de passar a palavra ao Dr. Laércio para as considerações finais, passar a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. ALFREDO KAEFER (PSDB – PR) – Muito obrigado. Cumprimento os Senadores, a Srª Senadora, o senhor expositor, Professor Laércio Vinhas, do Cnen.

Venho aqui na condição de autor de uma PEC nº 122, de 2007, onde eu proponho a desestatização ou a saída do monopólio exclusivo do Estado nas questões nucleares. Isto é da Constituição Brasileira que prevê que só o Estado tem poder de envolvimento em toda a questão nuclear, inclusive na produção e geração e desenvolvimento da energia.

Imaginava eu, na época da proposição – e mantenho o meu pensamento –, de que o Brasil, se quiser crescer e fazer parte da elite mundial no desenvolvimento, deve pensar nas alternativas de produção de energia. Apesar de termos uma capacidade ainda futura de implantação de energia hidroelétrica, nós temos que pensar nas variáveis: energia solar, eólica, hidroelétrica e também nuclear.

A China, por exemplo, que há 22 anos, em 1989, tinha um PIB igual ao do Brasil, pensou dessa forma. Construiu a sua Itaipu, que é a usina de Três Gargantas, maior do que Itaipu; desenvolve várias alternativas de produção de energia, mas ainda está muito na

produção de usinas térmicas com carvão, altamente poluidoras. Mas tem um projeto de implantação de mais de 10 usinas nucleares, usinas termonucleares. Então, está pensando grande, está pensando para o futuro.

Vez por outra somos tomados por esta situação como há muito anos atrás: *Chernobyl, Trhee Miles Island* e, agora, *Fukushima*. Comparo isso, Senador Aloysio, àquela situação dos desastres aéreos: morrem mais de 30 mil pessoas no trânsito no Brasil, mas nos abalamos quando tem um acidente aéreo, que mata 100 pessoas de uma vez só.

Os aviões poluem, mas são essenciais para continuar transportando as pessoas com rapidez. Penso que não deva ser diferente com relação ao nosso projeto de expansão de produção de energia termonuclear.

O futuro da humanidade vai, certamente, ser movido a energia elétrica. Os nosso carros, muito em breve, terão baterias recarregadas em um posto onde, em vez de combustível, pluga-se na tomada e recarrega-se. Ou, ao chegar em casa, à noite, liga-se na tomada para recarregar e, no outro dia, sai andando sem poluição. Para que isso seja feito, temos que produzir energia elétrica, seja hidrelétrica, solar, eólica e também nuclear.

Apresentamos aquela PEC porque, se quisermos pensar grande, devemos saber que, sem energia, não se desenvolve. Sabemos o valor da energia, quando chegamos em casa, apertamos o botão e não há energia elétrica. Ou ainda, quando queremos ligar a televisão para assistir ao programa e, por algum *blackout,* falta energia. Sabemos o valor da energia naquele momento.

A natureza nos concedeu graciosamente, um estrutura, uma condição de termos capacidade de produzir energia em abundância, primeiro, nas hidrelétricas, com tudo que já temos e com o que temos por construir. Mas também nos deu a benção, Senador Rollemberg, de termos estrutura geológica magnífica, com possibilidade muito pequena de problemas como o Japão teve agora, terremotos, ou acidentes naturais de grandes dimensões, que poderiam eventualmente afetar as usinas nucleares.

A técnica de segurança nos últimos anos – o professor sabe disso – evoluiu muito e, certamente com o evento de Fukushima, vai evoluir muito mais ainda, de forma tal que vai nos dar segurança. Se olharmos a nossa história, desde a época da pólvora, ela foi nefasta, porque provocava a morte de pessoas, com a dinamite, mas também foi extremamente benéfica para a evolução da tecnologia humana. Certamente, não será diferente com o nosso processo de produção de energia.

De modo que continuo pensando que devemos desembaraçar esse imbróglio de o Estado ser o único controlador de todo o processo nuclear. Por emenda constitucional, conseguiu-se liberar o uso para fins médicos. Foi um avanço, mas pequeno.

Então, temos que perseverar nesse quesito. Mantenho a minha posição de que temos que construir muitas usinas, de todos os tipos, também nucleares. E por que não permitir que se faça um processo licitatório, como se fez Jirau ou a recente Belo Monte, para a iniciativa privada? Vamos contar, licitar com toda a segurança, com toda a estratégia, para que o Estado tenha o controle do processo nuclear.

Deixo aqui essa minha contribuição, Sr. Presidente, crente de que não nos devemos abalar pela situação que houve e continuar desenvolvendo, sim, todo o nosso processo de produção de energia e também contemplar o processo de construção e produção de energia elétrica através das termonucleares.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) – Agradeço a V. Exª, Deputado, é uma honra para esta Comissão contar com a sua contribuição neste debate.

Passo a palavra ao Dr. Laércio, para suas respostas e considerações.

O SR. LAÉRCIO ANTONIO VINHAS – Antes de mais nada, não que eu queira fugir de algumas perguntas, mas a minha função é a da segurança. Essa função da política nuclear brasileira foge um pouco do meu âmbito de atuação. Não vou fugir delas, mas elas ficam um pouco incompatíveis com a minha responsabilidade como chefe da parte licenciadora da comissão.

Não vou fugir das respostas, mas gostaria que V. Exªs entendessem esse ponto de vista. Não cabe a mim definir – nem à minha diretoria – a política.

Para a gente poder relaxar um pouco aqui, e já em parte respondendo ao Senador Walter, sobre a cultura nossa, e respondendo a um questionamento do Senador Lindbergh ao Almirante Othon: o número de pessoas que participam dos exercícios é da ordem de 1%, embora todos sejam convidados.

Aí eu faço uma comparação: certamente o Senado faz exercícios de emergência de evacuação em caso de incêndio. Eu perguntaria aos senhores: quais dos senhores participaram de um exercício desses, saindo de uma Comissão ou saindo de seus gabinetes para se dirigir para fora do prédio?

Então, essa cultura é que tem que ser treinada - respondendo ao Senador Walter. Isso é só para mostrar...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) - Mas tirar 150 mil pessoas, 200 mil pessoas só para fazer o teste é um transtorno, viu? A cidade inteira?

O SR. LAERCIO ANTONIO VINHAS – Por isso é que não é feito. É feito com grupos representativos, por amostragem. Senão...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) - Mas aí não vai resolver, porque a função de político é apagar incêndio, não é fugir de incêndio. (*Risos*.)

O SR. LAERCIO ANTONIO VINHAS – Isso é só para relaxar um pouco. Como eu digo sempre, o trabalho tem que ser um modo de vida, e não um modo de morte.

Vou tentar responder, o mais rápido possível, todas as perguntas.

Uma delas é quanto à localização de centrais nucleares, e assim já respondo a várias pessoas.

Primeiro, quando foi projetada e construída Angra I, a cidade era muito menor. A Rio—Santos foi construída em função da usina. Eu me lembro de que, na primeira vez que fui a Angra, em 1967, a única estrada que havia era descendo por Bananal e Rio Claro para chegar a Angra. A população era reduzida. Hoje em dia, nessa análise que a Eletronuclear está fazendo da localização das futuras centrais nucleares, esse é um fator levado em conta. Caberia mais a eles descrever esse processo, mas, já que eles não estão mais aqui, vou assumir um pouco o papel deles.

O processo para se estabelecer a localização de uma central nuclear envolve cerca de 50 a 60 critérios. Segundo esses critérios, há os impossíveis, os que devem ser evitados e aqueles que contribuem para a localização.

Pelo que eu sei informalmente, pois esse estudo ainda não foi apresentado à Comissão – só será apresentado quando do pedido de aprovação de algum local -, eles têm feito um estudo levando em conta os vários fatores e encontrando regiões onde poderia ser feito. Pelo que eu ouvi em algumas palestras, neste momento seriam quatro regiões, em cada um dos quatro estados em volta do rio São Francisco, que seriam regiões, digamos, propícias para a instalação, e acredito eu que os técnicos dirão: "Essas quatro regiões são propícias, e, daqui para frente, a decisão passa a ser uma decisão política". Se quatro locais são igualmente bons, daí para frente, cessa o trabalho dos técnicos, e provavelmente será uma decisão política - e acredito eu, como está na Constituição, deverá ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Fico muito contente com essa manifestação, de uma divulgação maior da Comissão.

Realmente, esse é um fato que nos aflige.

Eu, por exemplo, como trato dessa área regulatória, somente sou chamado no que eu chamo de "cine catástrofe". Eu nunca sou chamado em época de paz. Raramente eu sou chamado. Desde que aconteceu o acidente, no popular, agora eu estou em todas! Antes, passavam-se anos, anos e anos e ninguém me procurava.

Mas há essa outra parte que deve ser dita, como disse aqui a Senadora: a energia nuclear não se restringe à geração de energia elétrica. Há uma infinidade muito grande de aplicações na saúde, na medicina, até na própria proteção ao meio ambiente, que permite, com o uso de radioisótopos, estudar as correntes marítimas, fatores de diluição e uma série de coisas.

Só respondendo às mais fáceis, e aqui à Senadora, o depósito de Goiânia tem o acompanhamento contínuo do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro Oeste, que pertence à outra diretoria da Comissão, a Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento. A diretoria que está a meu cargo realiza duas inspeções por ano para verificar as condições do depósito. E eu posso assegurar à senhora que o depósito está em perfeitas condições.

Há uma série de barreiras entre o material radioativo e o meio ambiente. Os números citados aqui são verdadeiros. Eu sei bem desse acidente porque eu cheguei a Goiânia um mês depois do acidente. Não é que a CNEM demorou oito dias. Na noite em que foi conhecido o acidente, imediatamente seguiram três técnicos; depois de uma semana havia oito e, no pico da descontaminação, havia setecentas pessoas trabalhando. Eu, em particular, chefiava a equipe que descontaminou a Rua 63, chamada casa do Ovídio, o Ferro-Velho II, onde vivia a menina Leide, e, depois, quando todos nós nos reunimos para descontaminar a Rua 57.

Então, houve um aprendizado muito grande e hoje, claramente, estamos muito mais bem preparados para isto, para responder a uma emergência. Ao mesmo tempo, intensificamos muito mais o controle sobre todas as fontes. Fazemos cerca de quinhentas inspeções por ano. As instalações de radioterapia, as instalações de gamagrafia ou de irradiadores industriais para esterilização de produtos farmacêuticos e de alimentos, que são, digamos, fontes mais fortes, são visitadas uma vez por ano ou, na pior das hipóteses, uma vez a cada dois anos são inspecionadas. Há outras instalações de menor risco, como empresas que utilizam uma pequena fonte radioativa para medir nível. Essas instalações são visitadas, dependendo do risco associado, a cada três ou quatro anos. Nós seguimos, para isso, os protocolos da Agência Internacional de Energia Atômica.

Quanto à preparação para emergência, há uma série... Pode ser que eu me confunda um pouco aqui, porque as perguntas foram muito variadas. Se alguém se sentir prejudicado, pode levantar a mão.

Quanto às emergências, há vários exercícios de emergência, exercícios de comunicação, exercícios de acionamento. Como disse o Othon, a cada dois anos, há um exercício envolvendo a população. É voluntário, e aí só aparece o um por cento para participar do exercício.

Essa parte do exercício é responsabilidade do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, que, durante um período, esteve no Ministério da Ciência e Tecnologia, e hoje voltou a ser subordinado ao Gabinete de Segurança Institucional. Esse sistema opera, os principais órgãos dele são os Sistemas de Defesa Civil Nacional, Estadual e Municipal. E a Comissão Nacional de Energia Nuclear participa também como um órgão de coordenação.

A mim me parece que seria extremamente interessante que houvesse uma audiência pública específica, ou pelo menos que se convidasse o SIPRON, que tem um volume de informações muito maior do que o meu para prestar os esclarecimentos necessários aos Srs. Senadores.

Acho que suas perguntas, Senador Ivo Cassol, eu respondi a elas. Ou está faltando alguma coisa?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Fora do microfone.) – Se é viável ou não pegar uma área de preservação federal e colocar as usinas dentro para evitar esses transtornos...

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS (Fora do microfone.) – Sobre isso é aquela primeira parte que eu falei: é feito um estudo e são feitas as áreas em que é possível. E um dos critérios é a distância. Mas os estudos dizem que é para ser uma área pouco habitada, mas ao mesmo tempo dizem que é para preservar as áreas de proteção ambiental.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só um momento, professor, mas continua a preservação, com uma grande diferença: o senhor falou, no começo, que em 67, quando o senhor esteve em Angra, particularmente não era habitado. A Rio-São Paulo não existia. Mas, automaticamente, com o crescimento e como o Rio de Janeiro não tinha local para crescer, a não ser para aqueles lados mesmo, porque pelos morros não tem jeito, numa área de preservação seria o contrário: seria já interesse nacional. Quer dizer, preservando a questão ambiental, sem ter condições de, amanhã, ninguém poder morar nas redondezas com 300, 400 km em redor.

Então essa é a minha sugestão. Para que nos próximos estudos que vocês forem fazer, o que se precisa é de água, e nessas áreas o que mais tem é água.

O SR. LAÉRCIO ANTÔNIO VINHAS – A água é essencial. Como está demonstrado no Japão, a água é essencial para as instalações nucleares.

Acho que a Senadora Kátia Abreu já se retirou, mas creio que já respondi a ela sobre os outros usos, o Flúor 18 e o acidente de Goiânia.

Quanto à criação, não foi levantado aqui, mas nós somos... não que o nosso sistema regulador não ofereça a segurança necessária, mas não há dúvida de que a criação de uma agência reguladora específica viria nos ajudar muito. E aproveito a oportunidade para solicitar o apoio dos senhores e das senhoras na criação dessa agência.

Em 2009, pouco depois daquela comissão interministerial, onde foi sugerida a criação da agência, eu e minha equipe, juntamente com os procuradores da comissão, trabalhamos na elaboração de proposta de um projeto de lei para a criação de uma agência reguladora. A criação de uma agência reguladora melhoraria muito o conhecimento que se teria da comissão. Provavelmente, com a agência, nós não passaríamos por algumas dificuldades enquanto autarquia, onde ainda há uma parte de licenciamento, não que não estejamos fazendo o nosso papel, mas poderíamos fazer de uma maneira muito melhor.

Esse projeto de lei foi elaborado, tomando por base as demais agências reguladoras que há no País, porque achamos conveniente não criar um animal totalmente novo, porque isso dificultaria o trâmite do processo no Executivo e no Legislativo. Então, nos baseamos nas demais agências e fizemos – é a palavra da moda – a customização para a área nuclear, atendendo aos requisitos que a Agência Nacional de Energia Atômica faz para um órgão regulador, baseado na experiência de outros países, como Estados Unidos, Espanha, França.

Então fizemos esse arranjo que está nos canais competentes.

Quanto à política nuclear, Senador João Pedro, na minha opinião – e agora não como regulador, pois como regulador eu não emitiria a minha opinião –, há espaço para todas as energias, inclusive para a energia nuclear, por várias razões, algumas já levantadas pelo engenheiro Othon, que é realmente a competitividade dela, por um lado, o fato dela poder trabalhar tanto na complementação térmica quanto fazer uma parte da base. Claramente a base da energia elétrica no Brasil será sempre de hidroelétricas. Isso não há dúvida. A energia nuclear, na minha concepção, sempre, no Brasil, ficará numa faixa de 3% a 5%, não seria mais

do que isso. Isso também é importante para que nós e as nossas gerações futuras acompanhem o desenvolvimento da técnica. Porque, numa hora em que se tornar mais necessário, não teríamos pessoas à altura sequer para fazer o – como é que chama, quando se quer fazer uma compra? – documento para permitir a licitação. Não saberíamos nem o termo de referência, o que colocar para as pessoas.

A tecnologia nuclear é uma tecnologia de arraste. Toda ela, nas suas várias fases, não só na usina, mas como no ciclo do combustível, é uma usina de arraste.

Aproveitando aqui uma pergunta do Senador Aloysio. O Brasil dominar a tecnologia do enriquecimento tem uma importância tão grande, e o reconhecimento ao Brasil pelo domínio dessa tecnologia é muito maior no exterior do que aqui no Brasil. Eu também acompanho bem isso. Todas as negociações sobre salvaguardas com agência, aquelas dificuldades que tivemos em 2004 sobre aplicação de salvaguardas em Resende, sempre estive envolvido nessas negociações e sei que o Brasil como detentor dessa técnica mudou o *status* do Brasil perante a comunidade nuclear internacional. Há apenas 11 países que dominam a tecnologia de enriquecimento isotópico. E há apenas sete ou oito países que dominam a tecnologia de enriquecimento isotópico por centrifugação, que é um método muito mais eficiente e muito menos consumidor de energia do que pelo método de função gasosa.

O desenvolvimento desse projeto teve uma participação essencial do Othon, como teve uma participação essencial do Rex Nazaré e de várias pessoas que trabalharam e trabalham na comissão. Foi um projeto conjunto da Marinha do Brasil com a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Mas esse é um diferencial muito grande. Essencialmente, há um... Nem os P5 detém a tecnologia. A China comprou da Rússia. Então, tem os P4... Os P5 que se diz são os países signatários do TNP que têm bomba. Então, quem detém tecnologia são a França, o Reino Unido, os Estados Unidos e a Rússia. Fora deles, tem Japão, Alemanha, Holanda e Brasil. Então, é um diferencial. E essa tecnologia é uma tecnologia que permitiu um grande arraste na indústria nacional.

A ideia do Senador João Pedro de que o Congresso acompanhe de perto, inclusive para atender ao preceito constitucional, parece-me extremamente interessante, porque assim – aí já estou jogando a brasa para o meu peixe – quanto mais nós estivermos em evidência, não nos momentos de cine catástrofe, melhor para nós.

Quando saiu a Constituição de 1988, quando eu assumi uma certa posição na Comissão, eu cheguei a conversar com os presidentes da Comissão na época, e disse que achava importante que a Comissão, independente de ter sido pedido ou não, anualmente, encaminhasse um relatório ao Congresso Nacional, para atender ao preceito de que as atividades nucleares no Brasil têm que ser desenvolvidas mediante o acompanhamento do Congresso Nacional. Porque nós que trabalhamos na área, quando há uma cobrança sadia, para nós é extremamente favorável.

Só que, já aproveitando, eu sou um pouco mais equilibrado: não sou dos que defendem o radicalismo contra energia nuclear, que é o cine catástrofe, nem totalmente ingênuo de dizer que ela resolve todos os problemas e que o risco é absolutamente zero. Trabalha-se para reduzir os riscos, e, como eu disse, a função é que a sociedade possa usufruir dos benefícios da energia nuclear, mas estando devidamente protegida.

Vamos à próxima. Uma delas é sobre... Vou ver se acho minha folha três aqui. Algumas aqui do Senador Aloysio... Eu já respondi sobre a importância de se acompanhar, e uma que é semelhante a sua, com o Senador João Pedro, que se refere aos relatórios da Agência Internacional de Energia Atômica. Nessa parte de segurança nuclear, a Agência não tem mandato para atuar nos países, porque iria ferir a soberania nacional.

A Agência Nacional de Energia Atômica faz recomendações que os países podem aceitar ou não. É diferente do caso de salvaguardas, porque, quanto a salvaguardas, nós assinamos um acordo, permitindo que a agência viesse fazer inspeções de salvaguardas no País. Seria bom informar aos senhores que o Brasil é o único país em que todas as instalações nucleares, civis ou militares, são inspecionadas pela Agência Internacional de Energia Atômica quanto aos aspectos de salvaguardas.

A Eletronuclear pode solicitar serviços. Um serviço que ela solicita é o de uma chamada missão Osart. É uma missão em que a Agência reúne especialistas em reatores, e eles fazem uma auditoria na operação e na manutenção da usina.

Há dois organismos: esse que é da Agência Internacional de Energia Atômica, e os operadores, os donos das instalações têm uma associação chamada WANO – World Association of Nuclear Operators. Um acidente em qualquer usina nuclear provoca um impacto emocional em todas as usinas nucleares. Então, eles se fiscalizam entre si também, e a Eletronuclear tem o costume de, a cada dois anos, para cada ano, chamar uma agência. Um ano chama a WANO. Esses relatórios não são propriedade da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Então, tenho acesso a eles, mas quem pode liberá-los é a Eletronuclear. Mas tenho ple-

na certeza de que a Eletronuclear não irá objetar a que esses relatórios sejam encaminhados aos senhores. Tenho certeza disso.

Atualização. A área nuclear se caracteriza muito por aprender e incorporar lições. Então os reatores, mesmo aqueles que estão em operação, são frequentemente atualizados. Por exemplo, depois do acidente de Three Mile Island, devido a erro humano, que provocou a formação de bolha de hidrogênio dentro do vaso de pressão, que seria perigoso explodir. Depois de Three Mile Island, várias lições foram incorporadas em todos os reatores que estavam em operação e em todos os projetos para frente. Então tem válvulas para o alívio desse hidrogênio e modificação nos procedimentos e nos treinamentos. Os equipamentos mecânicos, para esses a atualização não é tão grande.

Os projetos das centrais nucleares como as de Angra são geração II, que são todas que estão em operação no mundo; a próxima é a geração III, essa a que o Othon se referiu, que terá elementos passivos de segurança. Essa próxima geração está em desenvolvimento justamente para que aquele tipo de acidente ocorrido no Japão não aconteça, porque ela se autorrefrigeraria. Mas as outras vêm sendo atualizadas. A parte mecânica muda muito pouco. Uma analogia que faço é com a máquina de costura. Vocês vão ver que sou um camarada com muitas prendas domésticas; já falei de comida, agora vou falar de costura. A máquina de costura da minha avó é praticamente a máquina de costura que minha mulher tem em casa hoje, Singer, Leonam – aqui em homenagem ao Leonam, da Eletronuclear, Leonam é Manoel ao contrário; era um empresário. Então os sistemas são semelhantes, mas a segurança, o controle, a eletrônica, tudo isso é sempre atualizado e modificado.

Agora estou devendo várias respostas ao Senador Lindbergh. O senhor veja como é a minha situação: às vezes é difícil; às vezes somos acusados de leniência com os operadores. Às vezes, implicamos em dar uma licença ou suspendemos momentaneamente uma operação ou não damos autorização para realizar alguma modificação na instalação sem que nossos técnicos estejam totalmente convencidos da segurança daquilo. Isto é o que está acontecendo em Caitité nesse momento: eles propuseram uma alteração na planta, e nós estamos fazendo exigências. Isso me dá certa tranqüilidade por considerar que devo estar próximo do caminho certo porque um lado acha que sou benevolente; outro, que sou muito exigente. Então o bom senso está no meio. Mas uma das razões da planta é que eles deveriam fazer duas grandes piscinas para armazenar os efluentes líquidos para deposição; eles apresentaram um projeto, nós fizemos várias exigências e só recentemente eles cumpriram essas exigências, o que atrasou a construção dessas piscinas. Estão fazendo uma mina subterrânea; nós fazemos uma série de exigências quanto a essa mina subterrânea. Na comissão, para mim, o mais importante é a segurança, e nós procuramos atuar da maneira mais rigorosa e mais ética possível.

Os rejeitos de Angra, não sei o Almirante Othon falou claramente. Há vários tipos de rejeitos radioativos, de média, baixa e alta atividade, dependendo da especificidade. Os rejeitos de baixa atividade são, por exemplo, luvas, macacões utilizados durante a manutenção; os de média atividade são as resinas utilizadas para purificação da água que vai ao reator. A água utilizada na refrigeração é mais pura do que a água destilada, que muitos não conhecem porque as baterias não usam mais água destilada; mas a água do reator é mais pura do que água destilada, água deionizada, para evitar qualquer tipo de corrosão, por um lado, e para evitar que impurezas presentes na água sejam ativadas. Então há um sistema de resina para purificação dessa água que também gera rejeitos de média atividade. Esses rejeitos estão armazenados em tambores e, esses tambores, colocados em dois ou três galpões que certamente o senhor terá possibilidade de visitar.

Há o rejeito de mais alta atividade e que são os elementos combustíveis que já foram usados. Esses elementos, no Brasil, até hoje, ficam guardados em piscinas próprias dentro dos próprios reatores.

Pegando um gancho para uma pergunta sua, uma maneira de se reduzir esse volume seria fazendo o reprocessamento, que é uma tecnologia em que se retira o urânio ainda não utilizado, que fica no elemento não queimado, e o plutônio que poderiam ser reutilizados na fabricação de elementos combustíveis e se separam os produtos de fissão, esses – entre aspas – que popularmente se chamam de lixo atômico ou rejeitos de alta atividade.

Ao Brasil não convém ainda porque para montar uma instalação de reprocessamento precisaria ter, para valer a pena, uma demanda muito grande de combustíveis.

E, do ponto de vista político, a hora em que nós dissermos que temos a intenção de fazer uma planta de reprocessamento, sofreremos grandes pressões internacionais, porque o reprocessamento é um bom caminho para separação do plutônio e a comunidade internacional, particularmente os P5 não gostam que outros países tenham plutônio separado, porque este seria um caminho que poderia conduzir à construção de uma bomba atômica.

Só faz a bomba atômica ou com urânio altamente enriquecido – não esse que se usa em reatores, que é na faixa de 4% a 5% –, enriquecido a mais de 90%, ou o plutônio.

Então, potências não veriam com bons olhos se nós nos engajássemos num processo de reprocessamento.

Felizmente, neste momento, isso não é necessário e não é economicamente viável, mas não podemos jamais fechar a porta para esse tipo de coisa, em nome da soberania nacional e do interesse do povo brasileiro.

Já respondi um pouco da missão Osart também, que foi uma das questões do Senador Lindbergh. Quanto ao depósito de rejeitos, depósitos de baixa e média atividade não há nenhuma complicação técnica ou nenhum desconhecimento técnico de como fazê-lo. Um exemplo de que nós dominamos essa tecnologia, sabemos projetar e construir é o depósito de rejeitos de Goiânia. O césio 137 é o principal radionuclídeo presente. No material contaminado dos reatores, um dos elementos presentes é justamente o césio 137.

Agora, eu também acho que já poderíamos ter avançado muito no projeto e desenvolvimento de um repositório definitivo. Nesse momento há um grupo na comissão na qual a minha diretoria não está envolvida, porque em algum momento nós vamos ter que verificar a segurança desse depósito. Então, para manter funcionalmente independente as funções de promoção e regulação, isso é feito em diretorias separadas.

Eles estão trabalhando nisso, desde que houve a famosa reunião da comissão interministerial, e acredito que, num curto espaço de tempo, eles devam submeter à Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear o projeto para nossa análise.

Tem alguma coisa no reator do IEN? Os reatores... acho que eu estou falando muito. Posso falar?

Os reatores de pesquisa são muito mais simples que os reatores de potência, fácil de entender porque eles não precisam trabalhar em alta pressão, em alta temperatura para gerar vapor e energia elétrica. Nós temos, no Brasil, quatro reatores de pesquisa, dois no Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares,onde iniciei minha carreira científica e trabalhei por 25 anos. E, como digo sempre, eu fui um físico de nêutrons e, hoje, sou um especialista em generalidades.

Mas trabalhei lá, onde tem esses reatores

Generalidades, mas trabalhei lá, lá tem esses reatores, e alguns desses reatores foram construídos antes mesmo da efetiva criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Esses reatores, embora não haja um licenciamento formal, eles são inspecionados e acompanhados. Esses reatores não me causam preocupação.

Também não cabe a mim resolver se isso seria uma monopólio do Estado ou não. Os dois modelos têm vantagens e desvantagens. A vantagem do modelo da quebra do monopólio é que por iniciativa privada poderia cobrir os custos. Por outro lado, o Estado perde, e muito, o seu controle da situação. No Japão, por exemplo, é de iniciativa privada; na Alemanha, de iniciativa privada; nos Estados Unidos é iniciativa privada; na França, iniciativa privada entre aspas, porque é da EDF, que é uma companhia totalmente estatal, é muito semelhante aqui à Eletronuclear. Então, essa é uma decisão que cabe muito mais numa esfera política do que numa esfera técnica.

Desculpe se me alonguei nas respostas, mas procurei cobrir a todas as perguntas e fico totalmente à disposição dos Senhores para qualquer dúvida, pelo telefone, a qualquer momento podem me ligar que não há problema algum.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Obrigada, Professor.

Eu gostaria de solicitar aos Senadores que aguardassem somente um instante, porque quero passar um requerimento da Comissão de Meio Ambiente para que seja apreciado por V. Exªs.

"Nos termos regimentais, requeiro a participação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, de Fiscalização e Controle do Senado Federal na audiência pública a ser realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados para, em comemoração do Dia Internacional do Consumidor, avaliar as conquistas obtidas pelos consumidores e debater propostas de reformulação do CDC em curso no Senado Federal, conforme Requerimento nº 4/2011, aprovado naquela comissão em 16 de março de 2011.

A audiência pública contará com a presença dos seguintes convidados:

Ministro Herman Benjamin, Presidente da Comissão Especial de CDC do Senado Federal; Drª Juliana Pereira da Silva, Diretora do Departamento de Proteção e de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Sr. Antônio Carlos da Fonseca, Subprocurador Geral da República e Coordenador da Terceira Câmara do Ministério Público Federal; Jorge Alberto de Souza Madruga, Coordenador do Fórum Nacional dos Procons; Maria Inês Dolci, Coordenadora Internacional do Pro Teste em São Paulo; Srª Maria Lazarini, Coordenadora Executiva do IDEC."

Os Srs. Parlamentares que concordam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero encerrar esta audiência pública agradecendo ao Professor Laércio pela sua exposição e principalmente pela sua simpatia e a forma didática ao tratar de um tema tão complexo do qual não dispomos de informação suficiente para um debate dessa natureza. V. Sª nos deixou muito à vontade para perguntar e para dirimir as dúvidas que tínhamos.

Não havendo nada mais a tratar, comunico aos Senhores que a próxima reunião com o Professor Pinguelli e o Professor Aquilino será realizada às 14 horas hoje.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Poderíamos começar às 14h15, ou 14h30?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Acredito que é melhor a gente marcar para as 14h30, uma vez que eles estão chegando agora e os Senhores parlamentares ainda se acham aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro
Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão
PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará
Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco
Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo
Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais
Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás
Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso
Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul
Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba
Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo
Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí
PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte
Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina
Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas
PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas
Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná
Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre
Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal
PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia
Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins
Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PR - João Ribeiro**
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá
Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima
PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.03.2011)

Leitura: 16/03/2011

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) (1)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) (1)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) (2)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) (2)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:
1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).
2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Senador Anibal Diniz (PT) (2)
Senador Jorge Viana (PT) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Senador Sérgio Petecão (PMN) (3)
Senador Gilvam Borges (PMDB) (4,5)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:
1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.03.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (2)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (4)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 61 33034638
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR)	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) (4)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (3)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) (2)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro sumplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) (2)	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) (3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 12, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 9, de 2005)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Sociais 11, de 2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (8)
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) (8)
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) (6,8)
Jorge Viana (PT) (7)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) (9)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Renan Calheiros (PMDB) (3,4,17)
Pedro Simon (PMDB) (2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) (13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) (15,17)
Luiz Henrique (PMDB)	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) (14)
Kátia Abreu (DEM)	4. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) (10)
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti (11)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunicio Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
*******. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
********. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o obejtivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) (3)
RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) (2)

TITULARES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)
Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)
Vital do Rêgo (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)
Benedito de Lira (PP) (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)
Cícero Lucena (PSDB)

Notas:
1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado(OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR)	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8.
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO (2)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (7)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Francisco Dornelles (PP)
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (5)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (6)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) (4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. José Agripino (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. (1)
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:
*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João VIcente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, doSenador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-3498
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (3)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) (4)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) (1)	1. João Vicente Claudino (2)
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)

Notas:
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Walter Pinheiro (PT)
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:
*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) (4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) (9)
VAGO (2)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (6)	1. VAGO (7)
VAGO (8)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (3)	1.
(1)	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues (5)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.
******. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).
9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) (3)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) (1)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
*******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE´s nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2003, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (3)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) (2)	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (1)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) (2)	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) (3)
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO (4)
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: quartas-feiras, às 14h -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (5)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (3)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) (4)
Jayme Campos (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
PTB	
(1)	1.
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibardi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blaio Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (2)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

******. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
*******. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
Fax: 3303-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

Atualização: 01/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 02/02/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (7)
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) (6)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) (4)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (5)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (1)
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (3)
PSOL
Marinor Brito (PA) (2)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) (7)
PT
Jorge Viana (AC) (8)
PSDB
Cyro Miranda (GO) (11)
PTB
Armando Monteiro (PE) (10)
DEM
José Agripino (RN) (9)
PR
PP
Ivo Cassol (RO) (5)
PDT
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (2)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (4)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (3)
PV
Paulo Davim (RN) (6)

Atualização: 23/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) (6)
PT
Ana Rita (ES) (8)
PSDB
Cícero Lucena (PB) (10)
PTB
João Vicente Claudino (PI) (11)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (9)
PR
PP
Ana Amelia (RS) (7)
PDT
PSB
PC DO B
Inácio Arruda (CE) (5)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (2)
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) (4)
PV
Paulo Davim (RN) (3)

Atualização: 23/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) (6)
PT
Jorge Viana (AC) (9)
PSDB
Paulo Bauer (SC) (11)
PTB
Gim Argello (DF) (10)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) (8)
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) (7)
PDT
PSB
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) (4)
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) (1)
PSC
Eduardo Amorim (SE) (2)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC) (5)
PV

Paulo Davim (RN) [3]

Atualização: 31/03/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 75/2011-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 31/03/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE	**PRESIDENTE**
Marco Maia (PT/RS)	José Sarney (PMDB/AP)
1ª VICE-PRESIDENTE	**1ª VICE-PRESIDENTE**
Rose de Freitas (PMDB/ES)	Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE	**2º VICE-PRESIDENTE**
Eduardo da Fonte (PP/PE)	Wilson Santiago (PMDB/PB)
1º SECRETÁRIO	**1º SECRETÁRIO**
Eduardo Gomes (PSDB/TO)	Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO	**2º SECRETÁRIO**
Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO	**3º SECRETÁRIO**
Inocêncio Oliveira (PR/PE)	João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO	**4º SECRETÁRIO**
Júlio Delgado (PSB/MG)	Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DA MINORIA**
Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**
João Paulo Cunha (PT/SP)	Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**
Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 24.3.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 814 páginas
OS: 2011/11181